



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2554

Terça-feira - 19 de Junho de 2018

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Agronômica	3	Dionísio Cerqueira	366	Leoberto Leal	595
Água Doce	9	Dona Emma	367	Lindóia do Sul	596
Alfredo Wagner	21	Doutor Pedrinho	368	Lontras	597
Anchieta	22	Ermo	370	Luiz Alves	598
Anitápolis	23	Faxinal dos Guedes	372	Luzerna	599
Antônio Carlos	97	Flor do Sertão	394	Macieira	601
Apiuna	101	Forquilha	395	Mafra	602
Arabutã	146	Fraiburgo	397	Maracajá	604
Arroio Trinta	149	Frei Rogério	402	Maravilha	608
Arvoredo	150	Garopaba	404	Marema	609
Ascurra	151	Garuva	405	Massaranduba	610
Aurora	152	Gaspar	408	Matos Costa	626
Balneário Piçarras	153	Governador Celso Ramos	411	Meleiro	629
Balneário Rincão	154	Grão Pará	412	Modelo	630
Barra Bonita	156	Gravatal	413	Mondaí	632
Barra Velha	159	Guaraciaba	414	Monte Carlo	633
Belmonte	165	Guaramirim	415	Morro da Fumaca	634
Benedito Novo	166	Guarujá do Sul	426	Morro Grande	636
Biguaçu	172	Guatambú	427	Navegantes	638
Blumenau	176	Herval d'Oeste	431	Nova Erechim	640
Bom Jardim da Serra	186	Ibiam	436	Nova Itaberaba	643
Bom Jesus do Oeste	191	Ibicaré	445	Nova Trento	644
Bom Retiro	192	Ibirama	446	Nova Veneza	648
Botuvera	193	Ilhota	447	Novo Horizonte	649
Braço do Trombudo	194	Imbituba	449	Orleans	652
Brunópolis	244	Indaial	458	Ouro	653
Brusque	245	Iomerê	474	Paial	654
Caçador	250	Iporã do Oeste	475	Palhoça	655
Caibi	262	Ipuacú	479	Palma Sola	689
Camboriú	263	Ipumirim	480	Palmeira	692
Campo Alegre	266	Iraceminha	483	Palmitos	693
Campo Erê	271	Irani	498	Passos Maia	694
Campos Novos	274	Iratí	499	Paulo Lopes	697
Canoinhas	278	Irineópolis	500	Penha	700
Capinzal	282	Itá	501	Pescaria Brava	721
Catanduvas	288	Itaiópolis	502	Pinhalzinho	722
Caxambu do Sul	322	Itapema	504	Pinheiro Preto	723
Celso Ramos	324	Itapiranga	505	Piratuba	727
Chapadão do Lageado	325	Itapoá	509	Pomerode	728
Chapecó	326	Jaborá	514	Ponte Alta do Norte	730
Cocal do Sul	336	Jacinto Machado	518	Porto União	731
Concórdia	355	Jaraguá do Sul	519	Pouso Redondo	739
Coronel Freitas	358	Joaçaba	543	Praia Grande	741
Coronel Martins	359	Lacerdópolis	565	Presidente Castello Branco	742
Corupá	360	Lages	585	Presidente Nereu	744
Cunha Porã	361	Laguna	587	Princesa	753
Cunhataí	362	Lajeado Grande	592	Quilombo	755
Curitibanos	364	Lauro Muller	593	Rancho Queimado	761
Descanso	365	Lebon Régis	594	Rio das Antas	762

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2554

Terça-feira - 19 de Junho de 2018

Florianópolis/SC

Sumário

Rio do Campo	765	São Joaquim	844	Três Barras	960
Rio do Sul	768	São José	846	Treze Tílias	963
Rio Fortuna	801	São Lourenço do Oeste	910	Trombudo Central	964
Romelândia	802	São Miguel da Boa Vista	914	Tunápolis	965
Salto Veloso	803	São Miguel do Oeste	917	Turvo	966
Santa Cecília	806	São Pedro de Alcântara	921	União do Oeste	967
Santa Terezinha do Progresso	807	Schroeder	927	Urubici	971
São Bento do Sul	810	Seara	938	Vargeão	972
São Bernardino	811	Sombrio	940	Vargem Bonita	974
São Bonifácio	823	Sul Brasil	944	Vidal Ramos	979
São Carlos	826	Tangará	945	Videira	981
São Francisco do Sul	827	Tigrinhos	948	Vitor Meireles	1105
São João Batista	832	Tijucas	950	Xanxerê	1106
São João do Oeste	838	Timbé do Sul	952	Xavantina	1109
São João do Sul	843	Timbó	953	Xaxim	1111

Associações

AMAI	1115	AMFRI	1122	FECAM	1123
------------	------	-------------	------	-------------	------

Consórcios

AGIR	1124
CIMVI	1124
CIS Nordeste	1127
CIS/AMFRI	1127
CIS/AMMVI	1128
CIS/AMOSC	1134
CIS/AMURES	1188
CITMAR	1194
CVC	1195
CIAPS	1196
CIGAMERIOS	1196



Agrônômica

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2018

Publicação Nº 1656554

Prefeitura Municipal de Agrônômica – Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DL003/2018

Objeto: Contrato de Consórcio Público do qual é parte o Município, assegurar e prestar os serviços de inspeção e fiscalização sanitária animal e vegetal de acordo com os princípios e definições da sanidade agropecuária, nos municípios consorciados, dentro dos padrões e normas técnicas do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – Suasa

Local para a obtenção do edital: na Prefeitura, pelo e-mail: licitacao@agronomica.sc.gov.br ou pelo site www.agronomica.sc.gov.br.

Maiores informações: (47) 3542-0166.

Agrônômica-Santa Catarina, 19 de junho de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito em Exercício

Nº 154/2018

Publicação Nº 1656520

PORTARIA N.º154/2018 DE 19 DE JUNHO DE 2018.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento da administração pública municipal, Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e o Plano de Careira,

Considerando alterações produzidas nas Leis Complementares n.º 01/90 de 31/10/90 e 02/91 de 16/04/91, mediante a edição da Lei Complementar n.º 51/2010 de 06/04/2010, cujo texto trata exclusivamente para com os servidores municipais ocupantes das Carreiras do Magistério,

Considerando o disposto no Art. 14º, item I ao VI, e Art. 17º, Parágrafo 2º e 3º da lei Complementar n.º 51/2010 de 06/04/2010, que prevê a progressão horizontal por curso de aperfeiçoamento ou formação continuada na área de atuação, exigindo comprovação de participação e duração de oitenta horas e avaliações;

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. LUCIANI ELIDIA SCHEWINSKI DA SILVA, matrícula Nº 143 ocupante do cargo de provimento efetivo Professor Nível III, Classe Referencial 6, do quadro único de carreira e lotação no Departamento de Educação, Cultura e do Desporto, comprova através de certificado sua participação em cursos com duração de 132 (cento e trinta e dois) horas sob os títulos, CURSO DE FORMAÇÃO PARA ALFABETIZADORES DO PNAIC, com ênfase na língua Portuguesa, Promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina, realizado no período de 01/07/2015 a 28/02/2016, FREIAMI, Promovido pela Associação de Municípios do Alto Vale do Itajaí, no período de 04/02/2016 a 21/11/2016, e Ficha de Avaliação elaborada pela Comissão de Avaliação, ainda Ficha de Auto Avaliação conforme Decreto 98/2010 de 17/11/2010

Considerando ainda, o requerimento da servidora já anteriormente protocolizada nesta municipalidade (17/11/2017), onde requer a vantagem,

RESOLVE:

1-) Fica em função da titulação, Avaliação e Ficha de Auto Avaliação apresentada, e nos termos de requerimento protocolizado nesta municipalidade pela servidora municipal Sra. LUCIANI ELIDIA SCHEWINSKI DA SILVA, matrícula Nº 143 ocupante do cargo de provimento efetivo Professor Nível III, Classe Referencial 6, do quadro de carreira do magistério, e lotação no Departamento de Educação, Cultura e do Desporto, alterado o nível funcional, passando para conforme abaixo:

Professor Nível III, Classe Referencial 7

2-) Outrossim, seja efetuado o assento em seus registros funcionais, bem como levado a arquivo o parecer jurídico, avaliações e cópia do certificado.

3-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, promovendo seus efeitos a partir de 01/12/2017, com pagamento a partir de 01/06/2018.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 19 de Junho de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Nº 155/2018

Publicação Nº 1656525

PORTARIA N.º155 /2018 DE 19 DE JUNHO DE 2018.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento da administração pública municipal, Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e o Plano de Careira,

Considerando alterações produzidas nas Leis Complementares n.º 01/90 de 31/10/90 e 02/91 de 16/04/91, mediante a edição da Lei Complementar n.º 51/2010 de 06/04/2010, cujo texto trata exclusivamente para com os servidores municipais ocupantes das Carreiras do Magistério,

Considerando o disposto no Art. 14º, item I ao VI, e Art. 17º, Parágrafo 2º e 3º da lei Complementar n.º 51/2010 de 06/04/2010, que prevê a progressão horizontal por curso de aperfeiçoamento ou formação continuada na área de atuação, exigindo comprovação de participação e duração de oitenta horas e avaliações;

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. ANELITA KNAUL, matrícula 681 ocupante do cargo de provimento efetivo Professor Nível III, Classe Referencial 2, do quadro único de carreira e lotação no Departamento de Educação, Cultura e do Desporto,

comprova através de certificado sua participação em cursos com duração de 240 (duzentos e quarenta reais) horas de participação de

Educação Especial: atuação da família e da escola na inclusão sobre o registro na Secretaria Geral da Agencia de Capacitação Educacional, sob nº115-09, Folha 52 do livro Registro nº49 Araranguá, 27 de setembro de 2017, certificado participou do FREIAVI (Fórum Regional de Educação Infantil do Alto Vale do Itajaí) promovida e coordenada pela AMAVI- FORMAÇÃO CONTINUADA, realizada através do Departamento de Educação. Período de Fevereiro a novembro de 2016 com carga horaria de 36 horas, certificado registrado nº 556 fls.94 em 21/11/2016 e Ficha de Avaliação elaborada pela Comissão de Avaliação, ainda Ficha de Auto Avaliação conforme Decreto 98/2010 de 17/11/2010

Considerando ainda, o requerimento da servidora já anteriormente protocolizado nesta municipalidade (09/11/2017), onde requer a vantagem,

RESOLVE:

1-) Fica em função da titulação, Avaliação e Ficha de Auto Avaliação apresentada, e nos termos de requerimento protocolizado nesta municipalidade pela servidora municipal Sra. ANELITA KNAUL, matrícula 681, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor Nível III, Classe Referencial 2, do quadro de carreira do magistério, e lotação no Departamento de Educação, Cultura e do Desporto, alterado o nível funcional, passando para conforme abaixo:

Professor Nível III, Classe Referencial 3

2-) Outrossim, seja efetuado o assento em seus registros funcionais, bem como levado a arquivo o parecer jurídico, avaliações e cópia do certificado.

3-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, promovendo seus efeitos a partir de 01/12/2017, com pagamento a partir de 01/06/2018.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 19 de junho de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Nº 156/2018

Publicação Nº 1656528

PORTARIA N.º156/2018 DE 19 DE JUNHO DE 2018.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento da administração pública municipal, Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e o Plano de Carreira,

Considerando alterações produzidas nas Leis Complementares n.º 01/90 de 31/10/90 e 02/91 de 16/04/91, mediante a edição da Lei Complementar n.º 51/2010 de 06/04/2010, cujo texto trata exclusivamente para com os servidores municipais ocupantes das Carreiras do Magistério,

Considerando o disposto no Art. 14º, item I ao VI, e Art. 17º, Parágrafo 2º e 3º da lei Complementar n.º 51/2010 de 06/04/2010, que prevê a progressão horizontal por curso de aperfeiçoamento ou

formação continuada na área de atuação, exigindo comprovação de participação e duração de oitenta horas e avaliações;

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. JUREMA TESTONI ESPINDOLA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor Nível III, Classe Referencial 4, do quadro único de carreira e lotação no Departamento de Educação, Cultura e do Desporto, comprova através de certificado sua participação em cursos com duração de 106 (cento e seis horas) horas de treinamento específico, e sob os títulos, FORMAÇÃO CONTINUADA, promovido pela secretaria municipal de educação de agrônômica e executado pelo Instituto sinergia de extensão e pós – graduação – ISEP, realizado no período de 04/02/2015 a 24/07/2015 Certificado registrado Livro 2 B fls.62 e cursos com duração de 32 (trinta e dois) horas de treinamento específico, e sob os títulos, FREIAVI, promovido pela Associação de Municípios do Alto Vale do Itajaí, realizado no período de 04/02/2016 a 21/11/2016, Certificado registrado, Livro fls.90 em 21/11/2016 com duração de 28 (vinte e oito horas) , ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, promovido pelo Departamento Municipal de Educação Cultura e Desporto de Agrônômica, realizado no período de 04/02/2015 a 13/05/2015, Certificado registrado, Livro fls.72 em 17/11/2015 com duração de 46 (quarenta e seis horas) Ficha de Avaliação elaborada pela Comissão de Avaliação, ainda Ficha de Auto Avaliação conforme Decreto 98/2010 de 17/11/2010

Considerando ainda, o requerimento da servidora já anteriormente protocolizado nesta municipalidade (16/11/2017), onde requer a vantagem,

RESOLVE:

1-) Fica em função da titulação, Avaliação e Ficha de Auto Avaliação apresentada, e nos termos de requerimento protocolizado nesta municipalidade pela servidora municipal Sra. JUREMA TESTONI ESPINDOLA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor Nível III, Classe Referencial 4, do quadro de carreira do magistério, e lotação no Departamento de Educação, Cultura e do Desporto, alterado o nível funcional, passando para conforme abaixo:

Professor Nível III, Classe Referencial 5

2-) Outrossim, seja efetuado o assento em seus registros funcionais, bem como levado a arquivo o parecer jurídico, avaliações e cópia do certificado.

3-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, promovendo seus efeitos a partir de 01/12/2017, com o pagamento a partir de 01/06/2018.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 19 de junho de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Nº 157/2018

Publicação Nº 1656531

PORTARIA N.º157/2018 DE 19 DE JUNHO DE 2018.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento da administração pública municipal, Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores públicos se encontram amparados e

submetidos ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e o Plano de Careira,
Considerando alterações produzidas nas Leis Complementares n.º 01/90 de 31/10/90 e 02/91 de 16/04/91, mediante a edição da Lei Complementar n.º 51/2010 de 06/04/2010, cujo texto trata exclusivamente para com os servidores municipais ocupantes das Carreiras do Magistério,

Considerando o disposto no Art. 14º, item I ao VI, e Art. 17º, Parágrafo 2º e 3º da lei Complementar n.º 51/2010 de 06/04/2010, que prevê a progressão horizontal por curso de aperfeiçoamento ou formação continuada na área de atuação, exigindo comprovação de participação e duração de oitenta horas e avaliações;

Considerando que o servidor desta municipalidade Sr. MARCIO ROBERTO DA SILVA, matrícula 577 ocupante do cargo de provimento efetivo Professor Nível III, Classe Referencial 3, do quadro único de carreira e lotação no Departamento de Educação, Cultura e do Desporto, comprova através de certificado sua participação em cursos com duração de 40 (QUARENTA) horas no evento intitulado "XI Reunião científica regional da associação nacional de pesquisa e pós graduação em educação – ANPED" nos dias 25/07/2016 a 27/07/2016, nº72/11- CEPE certificado o curso de IMPLEMENTAÇÃO PROPOSTA CURRICULAR - ENSINO MUNICIPAL - ALTO VALE DO ITAJAI : HISTORIA, com carga horária de 16 horas, no período de 23/10/2017 a 25/10/2017 SENAC, certificado do FREA-VI (FÓRUM REGIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO ALTO VALE DO ITAJAI), FORMAÇÃO CONTINUADA, promovido pela Secretaria Municipal de Agrônômica, realizado no período de 04/02/2016 a 21/11/2016 Certificado Registrado sob nº537 Fls. 90 com duração de 20 horas, certificado que participou do XII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE realizado na Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, no período de 26 a 29 de outubro de 2015, perfazendo um total de 30 horas, certificado que participou do como ouvinte do XXVIII Simpósio Nacional de História, promovido pela Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil), ocorrido entre os dias 27 e 31 de julho de 2015, na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis/SC, com carga horaria total de 35 horas atividades.

Ficha de Avaliação elaborada pela Comissão de Avaliação, ainda Ficha de Auto Avaliação conforme Decreto 98/2010 de 17/11/2010 Considerando ainda, o requerimento do servidor já anteriormente protocolizado nesta municipalidade (28/11/2017), onde requer a vantagem,

RESOLVE:

1-) Fica em função da titulação, Avaliação e Ficha de Auto Avaliação apresentada, e nos termos de requerimento protocolizado nesta municipalidade pelo servidor, municipal Sr. MARCIO ROBERTO DA SILVA matrícula 577, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor Nível III, Classe Referencial 3, do quadro de carreira do magistério, e lotação no Departamento de Educação, Cultura e do Desporto, alterado o nível funcional, passando para conforme abaixo:

Professor Nível III, Classe Referencial 4

2-) Outrossim, seja efetuado o assento em seus registros funcionais, bem como levado a arquivo o parecer jurídico, avaliações e cópia do certificado.

3-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, promovendo seus efeitos a partir de 01/12/2017, com pagamento a partir de 01/06/2018.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 19 de Junho de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Nº 158/2018

Publicação Nº 1656532

PORTARIA N.º158/2018 DE 19 DE JUNHO DE 2018.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento da administração pública municipal, Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e o Plano de Careira,

Considerando alterações produzidas nas Leis Complementares n.º 01/90 de 31/10/90 e 02/91 de 16/04/91, mediante a edição da Lei Complementar n.º 51/2010 de 06/04/2010, cujo texto trata exclusivamente para com os servidores municipais ocupantes das Carreiras do Magistério,

Considerando o disposto no Art. 14º, item I ao VI, e Art. 17º, Parágrafo 2º e 3º da lei Complementar n.º 51/2010 de 06/04/2010, que prevê a progressão horizontal por curso de aperfeiçoamento ou formação continuada na área de atuação, exigindo comprovação de participação e duração de oitenta horas e avaliações;

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. SEBASTIANA IRACI LEITE, matrícula Nº142 ocupante do cargo de provimento efetivo Professor Nível II, Classe Referencial 6, do quadro único de carreira e lotação no Departamento de Educação, Cultura e do Desporto, comprova através de certificado sua participação em cursos com duração de 100 (cem) horas sob os títulos, CURSO DE FORMAÇÃO PARA ALFABETIZADORES DO PNAIC, com aprofundamento em Gestão Escolar, A centralidade das bases epistemológicas no planejamento em processo de alfabetização, promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina, realizado no período de 03/10/2016 a 30/03/2017 Registro Nº2016.0295, e Ficha de Avaliação elaborada pela Comissão de Avaliação, ainda Ficha de Auto Avaliação conforme Decreto 98/2010 de 17/11/2010

Considerando ainda, o requerimento da servidora já anteriormente protocolizada nesta municipalidade (09/11/2017), onde requer a vantagem,

RESOLVE:

1-) Fica em função da titulação, Avaliação e Ficha de Auto Avaliação apresentada, e nos termos de requerimento protocolizado nesta municipalidade pela servidora municipal Sra. SEBASTIANA IRACI LEITE, matrícula Nº 142 ocupante do cargo de provimento efetivo Professor Nível III, Classe Referencial 6, do quadro de carreira do magistério, e lotação no Departamento de Educação, Cultura e do Desporto, alterado o nível funcional, passando para conforme abaixo:

Professor Nível III, Classe Referencial 7

2-) Outrossim, seja efetuado o assento em seus registros funcionais, bem como levado a arquivo o parecer jurídico, avaliações e cópia do certificado.

3-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, promovendo seus efeitos a partir de 01/12/2017, com pagamento a partir de 01/06/2018.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 19 de Junho de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Nº 159/2018

Publicação Nº 1656535

PORTARIA N.º159/2018 DE 19 DE JUNHO DE 2018.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento da administração pública municipal, Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e o Plano de Careira,

Considerando alterações produzidas nas Leis Complementares n.º 01/90 de 31/10/90 e 02/91 de 16/04/91, mediante a edição da Lei Complementar n.º 51/2010 de 06/04/2010, cujo texto trata exclusivamente para com os servidores municipais ocupantes das Carreiras do Magistério,

Considerando o disposto no Art. 14º, item I ao VI, e Art. 17º, Parágrafo 2º e 3º da lei Complementar n.º 51/2010 de 06/04/2010, que prevê a progressão horizontal por curso de aperfeiçoamento ou formação continuada na área de atuação, exigindo comprovação de participação e duração de oitenta horas e avaliações;

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. MIRTES SCHLUP, matrícula 406 ocupante do cargo de provimento efetivo Professor Nível III, Classe Referencial 4, do quadro único de carreira e lotação no Departamento de Educação, Cultura e do Desporto, comprova através de certificado sua participação em curso com duração de 240 (duzentos e quarenta) horas sob o título, AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM, promovido pela Agência de Capacitação Educacional (Sede Brasil), realizado no período de 06/04/2017 a 16/06/2017 e Ficha de Avaliação elaborada pela Comissão de Avaliação, ainda Ficha de Auto Avaliação conforme Decreto 98/2010 de 17/11/2010

Considerando ainda, o requerimento da servidora já anteriormente protocolizado nesta municipalidade (06/11/2017), onde requer a vantagem,

RESOLVE:

1-) Fica em função da titulação, Avaliação e Ficha de Auto Avaliação apresentada, e nos termos de requerimento protocolizado nesta municipalidade pela servidora municipal Sra. MIRTES SCHLUP, matrícula nº 406, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor Nível III, Classe Referencial 4, do quadro de carreira do magistério, e lotação no Departamento de Educação, Cultura e do Desporto, alterado o nível funcional, passando para conforme abaixo:

Professor Nível III, Classe Referencial 5

2-) Outrossim, seja efetuado o assento em seus registros funcionais, bem como levado a arquivo o parecer jurídico, avaliações e cópia do certificado.

3-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, promovendo seus efeitos a partir de 01/12/2017, com pagamento a partir de 01/06/2018.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 19 de Junho de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Nº 160/2018

Publicação Nº 1656538

PORTARIA N.º160/2018 DE 19 DE JUNHO DE 2018.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento da administração pública municipal, Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e o Plano de Careira,

Considerando alterações produzidas nas Leis Complementares n.º 01/90 de 31/10/90 e 02/91 de 16/04/91, mediante a edição da Lei Complementar n.º 51/2010 de 06/04/2010, cujo texto trata exclusivamente para com os servidores municipais ocupantes das Carreiras do Magistério,

Considerando o disposto no Art. 14º, item I ao VI, e Art. 17º, Parágrafo 2º e 3º da lei Complementar n.º 51/2010 de 06/04/2010, que prevê a progressão horizontal por curso de aperfeiçoamento ou formação continuada na área de atuação, exigindo comprovação de participação e duração de oitenta horas e avaliações;

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. PATRICIA REGINA MORESCO, matrícula Nº519 ocupante do cargo de provimento efetivo Professor Nível II, Classe Referencial 2, do quadro único de carreira e lotação no Departamento de Educação, Cultura e do Desporto, comprova através de certificado sua participação em cursos com duração de 240 (duzentos e quarenta) horas sob os títulos, curso auto instrucional AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM, Promovido pela Agência de Capacitação Educacional realizado no período de 16/04/2017 a 16/06/2017 Certificado registrado Livro 468.02 fls.189 em 16/06/2017 e Ficha de Avaliação elaborada pela Comissão de Avaliação, ainda Ficha de Auto Avaliação conforme Decreto 98/2010 de 17/11/2010

Considerando ainda, o requerimento da servidora já anteriormente protocolizada nesta municipalidade (16/11/2017), onde requer a vantagem,

RESOLVE:

1-) Fica em função da titulação, Avaliação e Ficha de Auto Avaliação apresentada, e nos termos de requerimento protocolizado nesta municipalidade pela servidora municipal Sra. PATRICIA REGINA MORESCO, matrícula Nº 519 ocupante do cargo de provimento efetivo Professor Nível II, Classe Referencial 2, do quadro de carreira do magistério, e lotação no Departamento de Educação, Cultura e do Desporto, alterado o nível funcional, passando para conforme abaixo:

Professor Nível II, Classe Referencial 3

2-) Outrossim, seja efetuado o assento em seus registros funcionais, bem como levado a arquivo o parecer jurídico, avaliações e cópia do certificado.

3-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, promovendo seus efeitos a partir de 01/012/2017, com pagamento a partir de 01/06/2018.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 19 de JUNHO de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Nº 161/2018

Publicação Nº 1656541

PORTARIA N.º161/2018 DE 19 DE JUNHO DE 2018.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento da administração pública municipal, Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e o Plano de Careira,

Considerando alterações produzidas nas Leis Complementares n.º 01/90 de 31/10/90 e 02/91 de 16/04/91, mediante a edição da Lei Complementar n.º 51/2010 de 06/04/2010, cujo texto trata exclusivamente para com os servidores municipais ocupantes das Carreiras do Magistério,

Considerando o disposto no Art. 14º, item I ao VI, e Art. 17º, Parágrafo 2º e 3º da lei Complementar n.º 51/2010 de 06/04/2010, que prevê a progressão horizontal por curso de aperfeiçoamento ou formação continuada na área de atuação, exigindo comprovação de participação e duração de oitenta horas e avaliações;

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. ROSANA MARIA MACHADO, matrícula Nº 329 ocupante do cargo de provimento efetivo Professor Nível II, Classe Referencial 4, do quadro único de carreira e lotação no Departamento de Educação, Cultura e do Desporto, comprova através de certificado sua participação em cursos com duração de 240 (duzentos e quarenta) horas sob o título, AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM, Promovido pela Agência de Capacitação Educacional (Sede Brasil), realizado no período de 06/04/2017 a 16/06/2017, e Ficha de Avaliação elaborada pela Comissão de Avaliação, ainda Ficha de Auto Avaliação conforme Decreto 98/2010 de 17/11/2010

Considerando ainda, o requerimento da servidora já anteriormente protocolizada nesta municipalidade (08/11/2017), onde requer a vantagem,

RESOLVE:

1-) Fica em função da titulação, Avaliação e Ficha de Auto Avaliação apresentada, e nos termos de requerimento protocolizado nesta municipalidade pela servidora municipal Sra. ROSANA MARIA MACHADO, matrícula Nº 329 ocupante do cargo de provimento efetivo Professor Nível II, Classe Referencial 4, do quadro de carreira do magistério, e lotação no Departamento de Educação, Cultura e do Desporto, alterado o nível funcional, passando para conforme abaixo:

Professor Nível II, Classe Referencial 5

2-) Outrossim, seja efetuado o assento em seus registros funcionais, bem como levado a arquivo o parecer jurídico, avaliações e cópia do certificado.

3-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, promovendo seus efeitos a partir de 01/12/2017, com pagamento a partir de 01/06/2018.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 19 de Junho de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Nº 162/2018

Publicação Nº 1656543

PORTARIA N.º162/2018 DE 19 DE JUNHO DE 2018.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento da administração pública municipal, Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e o Plano de Careira,

Considerando alterações produzidas nas Leis Complementares n.º 01/90 de 31/10/90 e 02/91 de 16/04/91, mediante a edição da Lei Complementar n.º 51/2010 de 06/04/2010, cujo texto trata exclusivamente para com os servidores municipais ocupantes das Carreiras do Magistério,

Considerando o disposto no Art. 14º, item I ao VI, e Art. 17º, Parágrafo 2º e 3º da lei Complementar n.º 51/2010 de 06/04/2010, que prevê a progressão horizontal por curso de aperfeiçoamento ou formação continuada na área de atuação, exigindo comprovação de participação e duração de oitenta horas e avaliações;

Considerando que o servidor desta municipalidade Sr. VANDERLEI KULKAMP, matrícula 520 ocupante do cargo de provimento efetivo Professor Nível II, Classe Referencial 3, do quadro único de carreira e lotação no Departamento de Educação, Cultura e do Desporto, comprova através de certificado sua participação em cursos com duração de 30 (trinta) horas de curso de FORMAÇÃO CONTINUADA PROGRAMA SALTO PARA O FUTURO: LEGISLAÇÃO AFRO-BRASILEIRA, promovido pela secretaria de estado de desenvolvimento regional e executado pela gerência de educação rio do sul, realizado no período de 04/04/2016 e cursos com duração de 28 (vinte e oito) horas de curso de FORMAÇÃO CONTINUADA, promovido pela ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ, realizado no período de 02/2016 a 11/2016 e cursos com duração de 20 (vinte) horas de participação do XIV Seminário de Formação de Professores para o Ensino Religioso E VII Colóquio Catarinense de Ensino Religioso (CCER), realizado no período de 20/10/2016 a 22/10/2016 Certificado registrado nº 2672 Livro 001 fls.46 em 22/10/2016 e cursos com duração de 08 (oito) horas de participação do IX Seminário Catarinense de Ensino Religioso: Diversidade Religiosa, Bem Viver e Sustentabilidade, realizado no período de 10/11/2017 a 11/11/2017, e Ficha de Avaliação elaborada pela Comissão de Avaliação, ainda Ficha de Auto Avaliação conforme Decreto 98/2010 de 17/11/2010

Considerando ainda, o requerimento do servidor já anteriormente protocolizado nesta municipalidade (22/11/2017), onde requer a vantagem,

RESOLVE:

1-) Fica em função da titulação, Avaliação e Ficha de Auto Avaliação apresentada, e nos termos de requerimento protocolizado nesta municipalidade pelo servidor municipal Sr. VANDERLEI KULKAMP matrícula 519, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor Nível II, Classe Referencial 3, do quadro de carreira do magistério, e lotação no Departamento de Educação, Cultura e do Desporto, alterado o nível funcional, passando para conforme abaixo:

Professor Nível II, Classe Referencial 4

2-) Outrossim, seja efetuado o assento em seus registros funcionais, bem como levado a arquivo o parecer jurídico, avaliações e cópia do certificado.

3-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, promovendo seus efeitos a partir de 01/12/2017, com pagamento a partir de 01/06/2018.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 19 de Junho de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

cópia do certificado.

3-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, promovendo seus efeitos a partir de 01/12/2017, com pagamento a partir de 01/06/2018.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 19 de Junho de 2018.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Nº 163/2018

Publicação Nº 1656546

PORTARIA N.º163/2018 DE 19 DE JUNHO DE 2018.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento da administração pública municipal, Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e o Plano de Careira,

Considerando alterações produzidas nas Leis Complementares n.º 01/90 de 31/10/90 e 02/91 de 16/04/91, mediante a edição da Lei Complementar n.º 51/2010 de 06/04/2010, cujo texto trata exclusivamente para com os servidores municipais ocupantes das Carreiras do Magistério,

Considerando o disposto no Art. 14º, item I ao VI, e Art. 17º, Parágrafo 2º e 3º da lei Complementar n.º 51/2010 de 06/04/2010, que prevê a progressão horizontal por curso de aperfeiçoamento ou formação continuada na área de atuação, exigindo comprovação de participação e duração de oitenta horas e avaliações;

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. ALMERI ANDREATTA, matrícula Nº 140 ocupante do cargo de provimento efetivo Professor Nível III, Classe Referencial 6, do quadro único de carreira e lotação no Departamento de Educação, Cultura e do Desporto, comprova através de certificado sua participação em cursos com duração de 260 (duzentos e sessenta) horas sob os títulos, CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA, promovido pela Secretaria Municipal de Agronômica, realizado no período de 04/02/2016 a 21/11/2016, AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM, promovido pela Agência de Capacitação Educacional, realizado no período 06/04/2017 a 16/06/2017.

E Ficha de Avaliação elaborada pela Comissão de Avaliação, ainda Ficha de Auto Avaliação conforme Decreto 98/2010 de 17/11/2010 Considerando ainda, o requerimento da servidora já anteriormente protocolizado nesta municipalidade (16/11/2017), onde requer a vantagem,

RESOLVE:

1-) Fica em função da titulação, Avaliação e Ficha de Auto Avaliação apresentada, e nos termos de requerimento protocolizado nesta municipalidade pela servidora municipal Sra. ALMERI ANDREATTA, matrícula 140 ocupante do cargo de provimento efetivo Professor Nível III, Classe Referencial 6, do quadro de carreira do magistério, e lotação no Departamento de Educação, Cultura e do Desporto, alterado o nível funcional, passando para conforme abaixo:

Professor Nível III, Classe Referencial 7

2-) Outrossim, seja efetuado o assento em seus registros funcionais, bem como levado a arquivo o parecer jurídico, avaliações e

Água Doce

PREFEITURA

214/2018

Publicação Nº 1657316

PORTARIA Nº 214/2018 – DE 18 DE JUNHO DE 2018

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao servidor DAVIS RABUSKE DE MATOS, inscrito no CPF nº 090.147.839-30, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Trânsito, no período de 18/06/2018 até 07/07/2018, período 17/18.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de junho de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal Diretora do Dpto Recursos Humanos

215/2018

Publicação Nº 1657317

PORTARIA Nº 215/2018 – DE 18 DE JUNHO DE 2018

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao servidor NILVO LUIZ PELEGRINI, inscrito no CPF nº 509.631.209-72, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, no período de 18/06/2018 até 17/07/2018, período 17/18.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de junho de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal Diretora do Dpto Recursos Humanos

CONTRATO Nº 54/2018

Publicação Nº 1656300

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 54/2018 DE 15/06/2018

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. ANTÔNIO JOSÉ BISSANI, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE, com sede na Praça João Macagnan, 322, Centro, Água Doce - SC, inscrito no CNPJ nº 82.939.398/0001-90, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa EMPREITEIRA LINS E SAGAZ LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 22.100.156/0001-87, representada por RAQUEL MEIRA SAGAZ LINS estabelecida na Rua Oscar Rodrigues da Nova, 57, Centro, no Município de Água Doce – SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o capítulo III da Lei 8.666/93 e alterações, e o Processo de Licitação nº 55/2018, instaurado pelo edital Pregão Presencial nº 46/2018, homologado no dia 15/06/2018, o qual é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

1. DO OBJETO

Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de limpeza nos eventos em comemoração aos 60 anos de emancipação político-administrativa de Água Doce, conforme descrição abaixo:

Item	Qtde	Unidade	Descrição	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
01	08	Unidade	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de limpeza junto ao Parque de Exposições de Nova Vicenza – evento da Festa do Produtor Rural, no dia 01/07/2018, durante as festividades de 60 anos do município de Água Doce. Os serviços deverão ser realizados por no mínimo 08 profissionais distribuídos no dia do evento, no horário das 10h00 às 17h00.	R\$ 120,1513	R\$ 961,21
02	21	Unidade	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de limpeza junto a Praça de Alimentação, anexa ao Ginásio Municipal de Esportes – a ser realizado nos dias 14/07/2018 e 15/07/2018, durante as festividades de 60 anos do município de Água Doce. Os serviços deverão ser realizados por no mínimo 21 profissionais distribuídos no dia do evento, no dia 14/07/2018 no horário das 18h00 às 00h00, 15/07/2018 das 00h00 às 03h00 e das 13h00 às 20h00.	R\$ 182,7995	R\$ 3.838,79
TOTAL					R\$ 4.800,00

1.2. DA FORMA DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços licitados será imediatamente após assinatura do contrato nos seguintes termos:

1.2.1 Os serviços da presente licitação deverão ser prestados no Parque de Exposições da Comunidade de Nova Vicenza, localizado às margens da SC-355, Km 114,150, no município de Água Doce – SC, durante a Festa do Produtor Rural e junto a Praça de Alimentação durante Show Nacional com João Bosco & Vinícius, anexo ao Ginásio Municipal de Esportes Walter Roque Cavalet.

1.2.1. O licitante do certame deverá atender as seguintes exigências:

a. Os profissionais escalados para o serviço deverão estar devidamente uniformizados e identificados.

b. A empresa vencedora será a única responsável por toda a limpeza, antes, durante e após os eventos, no Parque de Exposições no dia 01/07/2018 das 10h00 às 17h00 e Praça de Alimentação anexo ao Ginásio Municipal de Esportes nos dias 14/07/2018 das 18h00 à 00h00 e dia 15/07/2018 das 00h00 às 03h00 e das 13h00 às 20h00.

c. Os serviços de limpeza compreenderão toda a limpeza de mesas, palco, lixeiras, pisos, sanitários, bem como, toda a conservação do local do evento.

d. Entre os escalados para o serviço deverá ser destacado um supervisor que será responsável pelos demais integrantes da equipe.

e. Todos os serviços serão fiscalizados e subordinados a Comissão Organizadora, que quando julgar necessário apontará instruções verbais, tendo em vista a qualidade do evento.

1.2.2 O licitante contratado assumirá toda responsabilidade técnica e ética pelo serviço que prestar, respondendo civil e criminalmente pelos atos que praticar, sem prejuízos das medidas e sanções administrativas por eventuais danos/prejuízos suportados pelo Município decorrente da prestação de forma negligente, imprudente ou imperita dos serviços ora contratados.

1.2.3 As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da proponente vencedora;

1.2.4 Serão de total responsabilidade da proponente vencedora, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.2.5 Caberá exclusivamente à proponente vencedora, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

1.2.6 Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.

1.2.7 Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos serviços ora licitados.

1.2.8 Os serviços deverão ser exercidos por profissionais com comprovada habilitação e experiência, contratados pela licitante vencedora, que deverá garantir a adequada e plena execução de todas as atividades, conforme as necessidades do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO PAGAMENTO

2.1. O pagamento ocorrerá conforme, em até 10 dias após prestação dos serviços, através de crédito em conta indicada pela contratada, mediante a apresentação de documento fiscal devidamente atestado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

2.2. A empresa contratada deverá apresentar à Secretaria de Administração, até o 5º (quinto) dia as Notas Fiscais referentes aos serviços prestados. Caberá a Secretaria de Administração ou Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo certificar os serviços prestados e encaminhar as notas para o devido pagamento.

2.3. No valor ora contratado já estão incluídos os impostos, taxas, seguros e fretes, todas as despesas que se fizerem necessárias durante o período de execução dos serviços, despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, assim como os relativos a uniformes, crachás e

EPI's, bem como os de indenização devida a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados da qual a contratada der causa, além de quaisquer outras despesas incidentes sobre o contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias:

06 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
05 – DEPTO DE PROGRAMAS CULTURAIS
2.054 – Promoção de Eventos
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/117 – Aplicações Diretas

13.1. O custo total desta contratação é de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 4.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do presente edital;
- 4.2. Fiscalizar a execução do contrato oriundo do presente processo;
- 4.3. Emitir, através do setor competente, a Autorização de Fornecimento para o início da execução do objeto e disponibilizar, em tempo hábil, todas as instalações, equipamentos e suprimentos necessários à perfeita execução dos serviços;
- 4.4. Facilitar o acesso dos técnicos da proponente vencedora às áreas de trabalho.
- 4.5. Ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços da proponente vencedora caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;
- 4.6. Acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução, podendo solicitar sua revisão.
- 4.7. Intervir na prestação dos serviços ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na Lei nº 8.666/93;
- 4.8. Efetuar os pagamentos devidos à contratada pelos serviços executados de acordo com as disposições do presente contrato;
- 4.9. Denunciar as infrações cometidas pela contratada e aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da Lei nº 8.666/93;
- 4.10. Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei nº 8.666/93;
- 4.11. Permitir a subcontratação de partes dos serviços desde que seja solicitada pela contratada e que haja conveniência para a contratante.
- 4.12. Responsabilizar-se pela tomada de providências em relação às sugestões e orientações emitidas pelos consultores da contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

- 5.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no subitem 1.2 - da forma de execução - e de acordo com os prazos estipulados no Item 13, deste edital;
- 5.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 5.3. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- 5.4. Submeter-se à fiscalização do CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato;
- 5.5. Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações do contrato ou os dele resultantes, sem prévia e formal anuência do CONTRATANTE;
- 5.6. Suspender, eventual ou definitivamente, os serviços contratados conforme permissivos legais elencados na Lei 8.666/93.
- 5.7. Emitir a nota fiscal da prestação dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

As penalidades contratuais aplicáveis às partes, conforme os casos são:

- 6.1. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, se o Licitante, convocado no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 6.2. O atraso na execução dos serviços, observado o prazo estipulado, sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) por dia de atraso.
- 6.3. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.
- 6.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo previsto implicará na multa de 10% (dez por cento), do valor do contrato.
- 6.5. Quando comprovados que os serviços não correspondem ao especificado na proposta, fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de exigir a substituição sem qualquer ônus, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, bem como o ressarcimento de eventuais prejuízos que o fato ocasionar.
- 6.6. O não cumprimento do disposto no tópico acima, implica na aplicação, a partir do 6º (sexto) dia, de multa de 0,06%, por dia, calculada sobre o preço proposto, limitado a 30 dias após o pedido de substituição, quando então o Município deverá adotar as providências legais pertinentes.
- 6.7. O Município, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela proponente adjudicada, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.
- 6.8. As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87, da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 6.9. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê o contraditório e a ampla defesa prévia do interessado

e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Os serviços serão acompanhados e fiscalizados pela Comissão Organizadora das festividades alusivas aos 60 Anos de emancipação político-administrativa do município.

CLÁUSULA OITAVA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- 8.1.1. Por ato unilateral, por escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- 8.1.2. Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- 8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

8.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

8.3. A rescisão do contrato, com base no item anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula sexta deste contrato.

8.4. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce (SC), 15 de junho de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI	RAQUEL MEIRA SAGAZ LINS
Prefeito Municipal	Empreiteira Linz e Sagaz Ltda ME
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

MARIA HELENA LUCIETTI

OAB/SC 38261

CONTRATO Nº 55/2018

Publicação Nº 1656301

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 55/2018 DE 18/06/2018

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE, com sede na Praça João Macagnan, 322, Centro, Água Doce – SC, inscrito no CNPJ nº 82.939.398/0001-90, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa NACIONAL TICKET LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.265.264/0001-41, estabelecida na Avenida Santa Catarina, 1300, Centro, no Município de Barra Velha – SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o capítulo III da Lei 8.666/93 e alterações, e o Processo de Licitação nº 57/2018, instaurado pelo edital de Pregão Presencial nº 48/2018, homologado no dia 18/06/2018, o qual é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

1. 1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para venda de ingressos do Show Nacional com a Dupla Sertaneja João Bosco & Vinícius, a ser realizada no dia 14 de junho de 2018, conforme especificações constantes no Anexo I (Especificações), Anexo VI (Termo de Referência) e demais itens constantes do edital em epígrafe.

1.2. DA FORMA DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços licitados será imediatamente após assinatura do contrato nos seguintes termos:

A CONTRATADA prestará suporte técnico nas seguintes modalidades:

- 1.2.1. Os serviços, objeto desta licitação, deverão ser executados em conformidade com as disposições e os prazos constantes no Anexo VI (Termo de Referência) do presente Edital.
- 1.2.2. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos serviços ora licitados.
- 1.2.3. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade da empresa contratada;
- 1.2.4. Serão de total responsabilidade da empresa contratada, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.
- 1.2.5. Por ocasião do recebimento dos serviços, o Município por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o proponente vencedor a promover a devida substituição, observando-se os prazos contratuais.
- 1.2.6. A empresa vencedora deverá apresentar amostra final do objeto da licitação em até 03 dias após a data de abertura do pregão. A apresentação das amostras deverá demonstrar todos os recursos do software, conforme as exigências mínimas exigidas.
- 1.2.7.1. Será desclassificada a proposta do licitante que a amostra não atender as condições técnicas exigidas no Termo de Referência, ou não entregá-la no prazo estabelecido.
- 1.2.7. O aceite dos serviços não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.
- 1.2.8. Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização ou do documento fiscal, a depender do evento.
- 1.2.9. O licitante contratado assumirá toda responsabilidade técnica e ética pelo serviço que prestar, respondendo civil e criminalmente pelos atos que praticar, sem prejuízos das medidas e sanções administrativas por eventuais danos/prejuízos suportados pelo Município decorrente da prestação de forma negligente, imprudente ou imperita dos serviços ora contratados.
- 1.2.10. Caberá exclusivamente à proponente vencedora, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.
- 1.2.11. Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos deverão ser cumpridas na íntegra.
- 1.2.1. Os serviços deverão ser exercidos por profissionais com comprovada habilitação e experiência, contratados pela licitante vencedora, que deverá garantir a adequada e plena execução de todas as atividades, conforme as necessidades do Município

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO PAGAMENTO

- 2.1. A vencedora do certame deverá efetuar no prazo de 10 (dez) dias após o evento os depósitos oriundos dos valores arrecadados com vendas realizadas através da plataforma online (site), em conta corrente indicada pela Comissão Organizadora, após o fechamento dos borderôs sejam assinados pelo gestor da Secretaria solicitante e a empresa;
- 2.2. O contrato, proveniente do presente processo licitatório, terá início imediato a partir data de sua assinatura e término previsto para 6 meses.
- 2.3. O valor total para a execução do objeto deste contrato é de R\$ 3.560,00 (Três mil quinhentos e sessenta reais).
- 2.4. No valor ora contratado já estão incluídos os impostos, taxas, seguros e fretes, todas as despesas que se fizerem necessárias durante o período de execução dos serviços, despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, assim como os relativos a uniformes, crachás, bem como os de indenização devida a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados da qual a contratada der causa, além de quaisquer outras despesas incidentes sobre o contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

- 3.1. Os recursos financeiros serão provenientes da própria contratante.
- 3.2. Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as seguintes dotações orçamentárias:

06 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
05 – DEPTO DE PROGRAMAS CULTURAIS
2.054 – Promoção de Eventos
3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/117 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 4.1. Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.
- 4.2. Fiscalizar a execução do contrato;
- 4.3. Fornecer à CONTRATADA todos os esclarecimentos, informações dados, elementos, relações, listagens, cópias de legislação e dos documentos, necessários para a execução dos serviços, bem como designar funcionários municipais e o local apropriado, dentro das suas instalações, para a execução dos trabalhos;
- 4.4. Manter o sigilo sobre a tecnologia e as técnicas da CONTRATADA a que tenha acesso;
- 4.5. Disponibilizar espaço físico nas dependências da Prefeitura para execução do suporte técnico presencial;
- 4.6. Ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços da CONTRATADA caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;
- 4.7. Acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução, podendo solicitar sua revisão.
- 4.8. Intervir na prestação dos serviços ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na Lei nº 8.666/93;

- 4.9. Efetuar os pagamentos devidos à contratada pelos serviços executados de acordo com as disposições do presente contrato;
- 4.10. Enviar à contratada o documento comprovante de arrecadação competente toda vez em que ocorrer a retenção de impostos sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços;
- 4.11. Denunciar as infrações cometidas pela contratada e aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da Lei nº 8.666/93;
- 4.12. Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei nº 8.666/93;
- 4.13. Permitir a subcontratação de partes dos serviços desde que seja solicitada pela contratada e que haja conveniência para a contratante.
- 4.14. Responsabilizar-se pela tomada de providências em relação às sugestões e orientações emitidas pelos consultores da contratada.
- 4.15. Responsabilizar-se pelos atos praticados pela gestão de forma isolada e/ou de caráter omissivo que contrariem as orientações dadas pelos consultores da contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

- 5.1. Executar o objeto de acordo com o estipulado no subitem 1.2 – da forma de execução;
- 5.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 5.3. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- 5.4. Submeter-se à fiscalização do CONTRATANTE, durante toda a vigência do contrato;
- 5.5. Suspender, eventual ou definitivamente, os serviços contratados conforme permissivos legais elencados na Lei 8.666/93.
- 5.6. Receber todo o apoio logístico, tais como recursos humanos para recebimento de orientação e materiais e equipamentos condizentes com a execução dos serviços, objetivando um desenvolvimento mais racional e mais eficiente das atividades objeto deste contrato quando na sede da contratada;
- 5.7. Tratar como confidenciais todas as informações e dados técnicos, administrativos e financeiros contidos nos documentos da contratante, guardando sigilo perante terceiros;
- 5.8. Emitir a nota fiscal da prestação dos serviços;
- 5.9. Eximir-se da responsabilidade pelos atos omissos e aqueles praticados pelo gestor em dissonância com as orientações passadas pelos consultores em cumprimento ao objeto deste contrato;

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

As penalidades contratuais aplicáveis às partes, conforme os casos são:

- 6.1. Advertência verbal ou escrita. A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas e, quando forem consideradas faltas leves;
- 6.2. Multas;
 - 6.2.1. 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na execução dos serviços solicitados;
 - a) A multa referida neste inciso poderá ser descontada de imediato sobre o pagamento das parcelas devidas.
 - 6.2.2. 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato nos casos considerados faltas leves;
 - a) A multa deste inciso será descontada por ocasião do último pagamento;
 - 6.2.3. 2,0% (dois por cento) sobre valor contratual restante, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir as perdas e danos que der causa;
 - 6.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
 - 6.2.5. Suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
 - 6.2.6. Suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com o CONTRATANTE por prazo não superior a dois anos;
 - 6.2.7. Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior a contratante será isentada de responsabilidade, não incorrendo a aplicação das multas previstas na Cláusula Sexta.
- 6.3. De qualquer sanção imposta a CONTRATADA poderá oferecer recurso à CONTRATANTE, devidamente fundamentado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato;

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Os serviços serão acompanhados e fiscalizados pela Secretaria de Educação Cultura e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

- 8.1. O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:
 - 8.1.1. Por ato unilateral, por escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
 - 8.1.2. Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
 - 8.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.
- 8.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.
- 8.3. A rescisão do contrato, com base no item anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula sexta deste contrato.
- 8.4. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce (SC), 18 de junho de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI	ANDERSON DE ALMEIDA
Prefeito Municipal	Nacional Ticket Ltda
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
MARIA HELENA LUCIETTI
OAB/SC 38261

DECRETO Nº 069/2018

Publicação Nº 1657379

DECRETO Nº 069/2018 - DE 15 DE JUNHO DE 2018

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo nº 26 da Lei nº 2.544, de 05 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.544 de 05 de dezembro de 2017, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção do Departamento de Programas Culturais.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.00.0679/117 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

05 DEPTO. DE PROGRAMAS CULTURAIS

13.392.0015.2.054 PROMOÇÃO DE EVENTOS

3.3.90.00.00.0679/117 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

TOTALR\$ 15.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de impostos Recursos Próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 15 de junho de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 070/2018

Publicação Nº 1657380

DECRETO Nº 070/2018 - DE 15 DE JUNHO DE 2018

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo nº 26 da Lei nº 2.544, de 05 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.544 de 05 de dezembro de 2017, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 760,41 (setecentos e sessenta reais e quarenta e um centavos).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo é para aplicação do recurso recebido do FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Art. 2º. Fica criado e suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.00.0142/205 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
02 DEPTO.DE ENSINO INFANTIL	
12.365.0013.2.028 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
3.3.90.00.00.0142/205 Aplicações Diretas	R\$ 760,41
TOTAL	R\$ 760,41

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o excesso de arrecadação verificado na rubrica Outras Transferências do FNDE.- Brasil Carinhoso- Transferência Direta.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 15 de junho de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 071/2018

Publicação Nº 1657382

DECRETO Nº 071/2018 - DE 18 DE JUNHO DE 2018

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo nº 26 da Lei nº 2.544, de 05 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.544 de 05 de dezembro de 2017, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo é para manutenção do Departamento de Programas Culturais.

Art. 2º. Fica criado e suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.00.0110/206 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
05 DEPTO.DE PROGRAMAS CULTURAIS	
13.392.0015.2.054 PROMOÇÃO DE EVENTOS	
3.3.90.00.00.0110/206 Aplicações Diretas	R\$ 80.000,00
TOTAL	R\$ 80.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit financeiro do exercício anterior identificado nas rubricas de Recursos Próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de junho de 2018
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 072/2018

Publicação Nº 1657384

DECRETO Nº 072/2018 – DE 18 DE JUNHO DE 2018

“FIXA HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE DURANTE OS JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 72, inciso “VIII” da Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

DECRETA:

Art. 1º. O horário de expediente das repartições públicas do Município de Água Doce - SC, nos jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2018 será:

I – No dia 22 de junho de 2018 das 12h00min às 18h00min.

II – No dia 27 de junho de 2018 das 07h00min às 13h00min.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de junho de 2018.
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2018

Publicação Nº 1656828

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 71/2018
PREGÃO PRESENCIAL 60/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 71/2018, na modalidade “PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 60/2018”, do tipo “MENOR PREÇO POR ITEM”, para aquisição de extintores de incêndio, luminárias e placas de emergência e prestação de serviços de recarga e teste de extintores para utilização na Prefeitura Municipal e Secretarias, o qual será processado e julgado no dia 02 de julho de 2018 às 08h00, em consonância com a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 18 de junho de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

BALANCETE FINANCEIRO 05/18 FMAS

Publicação Nº 1656029

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Maio

Página: 1

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	2.125,70	ORÇAMENTÁRIAS	31.610,40
Receita Patrimonial	513,30	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	31.610,40
Transferências Correntes	1.612,40	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.678,83
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.260,57
		INVESTIMENTOS	8.671,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	9.999,94		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	9.999,94		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	58.409,60	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	43.047,67
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	730,79	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	730,79
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	34.048,84	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	26.068,41
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	23.629,97	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	16.248,47
SALDOS ANTERIORES	264.001,41	SALDOS ATUAIS	259.878,58
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	264.001,41	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	259.878,58
TOTAL	334.536,65	TOTAL	334.536,65

AGUA DOCE, 18/06/2018

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
SECRETÁRIO MUN.SAÚDE E PROMOÇÃO :NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

BALANCETE FINANCEIRO 05/18 FMS

Publicação Nº 1656027

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Maio

Página: 1

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	209.561,25	ORÇAMENTÁRIAS	643.906,73
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.265,35	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	638.458,08
Receita Patrimonial	8.957,26	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	332.274,59
Transferências Correntes	197.857,77	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	278.172,23
Outras Receitas Correntes	1.480,87	INVESTIMENTOS	28.011,26
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.448,65
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.448,65
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	368.156,01		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	368.156,01		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.325.110,23	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.250.140,28
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	64.109,77	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	64.867,32
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	652.710,50	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	580.622,18
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	32.231,93	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	32.231,93
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	576.058,03	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	572.418,85
SALDOS ANTERIORES	1.981.411,85	SALDOS ATUAIS	1.990.192,33
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.981.373,85	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.990.144,73
BANCO C/ MOVIMENTO	38,00	BANCO C/ MOVIMENTO	47,60
TOTAL	3.884.239,34	TOTAL	3.884.239,34

AGUA DOCE, 18/06/2018

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
SECRETÁRIO MUN.SAÚDE E PROMOÇÃO

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

BALANCETE FINANCEIRO 05/18 SIMA

Publicação Nº 1656030

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE**

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Maio

Página: 1

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	73.407,16	ORÇAMENTÁRIAS	72.232,56
Contribuições	35.041,37	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	72.232,56
Receita Patrimonial	9.591,47	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	72.232,56
Outras Receitas Correntes	9.246,78		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	19.527,54		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	156.918,44	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	165.099,03
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	215,12	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	197,83
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	74.010,76	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	84.470,76
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	82.692,56	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	80.430,44
SALDOS ANTERIORES	2.282.663,80	SALDOS ATUAIS	2.275.657,81
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.282.663,80	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.275.657,81
TOTAL	2.512.989,40	TOTAL	2.512.989,40

AGUA DOCE, 18/06/2018

EDNA FATIMA L. VIEIRA BISSANI
Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

Alfredo Wagner

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº02/2018

Publicação Nº 1657477

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFREDO WAGNER

AVISO DE LICITAÇÃO

Tipo de Licitação: Menor preço por Item

Data de Abertura: 29 de Junho de 2018.

Horário de Abertura: 14h30min

Local da Abertura: Prefeitura Municipal, Rua Anitápolis nº250, Centro- Alfredo Wagner

Contratação de empresa para fornecimento de 01 Veículo Ambulância tipo Furgão Pick-Up, para simples remoção com potência mínima 95cv, três portas sendo duas na cabine e uma ambulância. Cilindrada mínima 1,300CM³, cintos de segurança dianteiros com pré-tensionadores e ajustes de altura. Conforme especificações detalhadas do Anexo I do Edital. Informa ainda que o edital e seus anexos encontram-se no site: www.alfredowagner.sc.gov.br, dúvidas pelo telefone (48)- 3276 1211 Setor de Licitações.

Alfredo Wagner, em 18 de Junho de 2018.

Naudir Antônio Schmitz

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº11/2018

Publicação Nº 1657472

MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

AVISO DE LICITAÇÃO

Tipo de Licitação: Menor preço por Item

Data de Abertura: 29 de Junho de 2018.

Horário de Abertura: 10h00min

Local da Abertura: Prefeitura Municipal, Rua Anitápolis nº250, Centro- Alfredo Wagner.

Contratação de empresa para fornecimento de Escavadeira Hidráulica de esteiras, nova, fabricação nacional, motor diesel, turbo alimentado, com potência líquida de no mínimo 91hp e de veículo tipo utilitário, fabricação nacional, novo, zero quilômetro, motor diesel, potência mínima de 150cv, capacidade mínima de 4.000kg, direção hidráulica, ar condicionado e vidros elétricos.

Informa ainda que o edital e seus anexos encontram-se no site: www.alfredowagner.sc.gov.br, dúvidas pelo telefone (48)- 3276 1211 setor de licitações.

Alfredo Wagner, em 18 de Junho de 2018.

Naudir Antônio Schmitz

Prefeito Municipal

Anchieta

PREFEITURA

PORTARIA Nº284/2018

Publicação Nº 1657124

PORTARIA nº. 284/2018
De 18 de Junho de 2018.

Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Revogar Portaria nº 446/2013,

Art. 1º - Fica revogada a Portaria nº 446/2013 de 27/12/2013 a qual designava o servidor público municipal Edgar Rossato, ocupante do cargo efetivo de Operador I para desempenhar as funções de Motorista junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e esportes, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA ,SC
Em 18 de Junho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº285/2018

Publicação Nº 1657157

PORTARIA Nº. 285/2018
De, 18 de Junho de 2018.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal George Luiz Teixeira, ocupante do cargo de Médico Veterinário, matrícula 37, lotado na Secretaria Municipal da Agricultura, relativas ao período de 2017/2018, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 18/06/2018 à 17/07/2018.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 18 de Junho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan Jose Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº286/2018

Publicação Nº 1657160

PORTARIA Nº. 286/2018
De, 18 de Junho de 2018.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Iane Fatima Rossato Buratti, ocupante do cargo de Auxiliar/Técnica de Enfermagem, matrícula 53, lotada na Autarquia Hospital Municipal Anchietaense – Unidade Pronto Atendimento, relativas ao período de 2015/2016, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 18/06/2018 à 17/07/2018.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 18 de Junho de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

Anitápolis

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 922/2017- REVISÃO GERAL ANUAL

Publicação Nº 1656619

LEI COMPLEMENTAR Nº 922/2017

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL, PREVISTA NO ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A remuneração dos servidores públicos municipais da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo, ativos, inativos e pensionistas com paridade, na forma de revisão geral anual, prevista no art. 37, X, da Constituição da Republica, a partir de 1º de janeiro de 2017, fica revisada em 6,58% (seis vírgula cinquenta e oito por cento), correspondente ao índice de inflação do INPC/IBGE, acumulado no período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, pago parceladamente, observando o seguinte cronograma:

I – 3,2376 por cento, a partir do mês de janeiro de 2017;

II – 3,2376 por cento, a partir do mês de julho de 2017, desde que o Município não ultrapasse o limite prudencial de 51,30% para o Poder Executivo e 5,7% para o Poder Legislativo (parágrafo único do art.22 da LRF), tendo como referência os últimos doze meses, com data fim no mês de junho de 2017 para o cálculo dos gastos com pessoal dos respectivos poderes;

§ 1º A revisão de que trata a presente Lei incide sobre os valores pagos a título de gratificações.

§ 2º O pagamento dos valores da revisão de que trata esta Lei fica contingenciado aos limites constitucionais vigentes.

§ 3º Fica determinada a aplicação da medida liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal contida na ADI 4582, para que seja aplicado o índice de revisão geral anual disposto no caput deste artigo para os servidores aposentados e para os pensionistas que não possuam paridade.

§ 4º A revisão geral concedida por esta Lei se aplica às remunerações daqueles contratados temporariamente, aos estagiários e também daqueles regidos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Art. 2º Os servidores públicos municipais ativos do Poder Executivo, de sua Administração Direta e Indireta, e do Poder Legislativo, que forem aposentados, em qualquer modalidade, no intervalo de 01/01/2017 a 31/07/2017, fica autorizada a antecipação do pagamento do índice de revisão fixado no art. 1º desta lei no mês imediatamente anterior a concessão do benefício.

Parágrafo único. Ao servidor ativo que perceber a antecipação do índice de revisão, fica vedada a percepção do pagamento da reposição na condição de servidor inativo, no exercício de 2017.

Art. 3º O piso mínimo adotado pelo Município de Anitápolis para os servidores cuja carga horária é de 40 horas corresponderá a R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), já considerada a revisão geral determinada no caput do art. 1º desta Lei, a partir de 01/01/2017.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correm por conta das dotações do orçamento vigente desta Prefeitura, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder à necessária suplementação de crédito.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2017.

Anitápolis, 24 de janeiro de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, em 24 de janeiro de 2017.

Orli Amâncio Fidêncio

Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças

DECRETO 003/2017- MODIFICA EQUIPE ÓRGÃO DO CONTROLE INTERNO

Publicação Nº 1656049

DECRETO Nº 003/2017

MODIFICA equipe do Órgão de Apoio Técnico Administrativo do Sistema de Controle Interno do Município de Anitápolis.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, em atenção ao disposto na Lei nº 571/2003 e no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

DESIGNAR

Art. 1º Fica DESIGNADO a equipe do Órgão de Apoio Técnico Administrativo do Sistema de Controle Interno do Município de Anitápolis, abaixo especificada:

SETOR	NOME DO RESPONSÁVEL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS	ADRIANA MOTTA PROBST
EDUCAÇÃO	MÁRCIO HENRIQUE VANDRESEN
CONTABILIDADE, EMPENHO E CONTRATOS	ADELÍRIO SCHMIDT
ADMINISTRAÇÃO, COMPRAS E PLANEJAMENTO	ORLI AMANCIO FIDÊNCIO
PATRIMÔNIO	SANDRO STEFFENS JUNIOR
CONTROLE DE FROTAS	GILMOR TONDOLO
LICITAÇÃO	SUANE SIMAS LAURINDO
PESSOAL	JARBAS SCHREIBER
TESOURARIA	GEOVANA ALBINO COELHO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ANITÁPOLIS	CHRISTIAN LOCH TEODORO
PRESTAÇÃO DE CONTAS E CONVÊNIOS	WILSAIR COELHO
TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	JARBAS SCHREIBER
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	FÁBIO PEREIRA

Art. 2º A função de Diretora de Controle Interno, do Sistema de Controle Interno do Município de Anitápolis, é da servidora efetiva Ceane de Almeida Coelho Boing.

Art. 3º Os relatórios, contendo informações, irregularidades, deficiências e sugestões, de que trata o inciso III do artigo 10 da Lei 571/2003, art. 6º do Decreto 005/2004 e relatórios estabelecidos nos Anexos da IN TCE/SC 020/2015, deverão ser elaborados pelos responsáveis dos Órgãos de Apoio Técnico Administrativos do presente Decreto e obedecidos os respectivos prazos.

Art. 4º Os relatórios de consolidação das informações oriundas das Unidades de Apoio Técnico Administrativas, de que trata o artigo 4º, inciso VIII, e contendo as observações e constatações feitas, bem como a opinião conclusiva e sintética sobre as falhas, deficiências e áreas críticas que mereçam atenção e outras questões relevantes, tratadas no artigo 5º da Lei nº 571/2003, deverão apresentar análise e informações contidas nos relatórios dos Órgãos de Apoio Técnico Administrativos nos prazos estabelecidos em Lei.

Art. 5º A comunicação ao Tribunal de Contas, prevista no § 1º do artigo 12 da Lei nº 571/2003, será feita através do Relatório de Controle Interno estabelecido pela § 5º da Resolução TCE 11/04 e obedecendo os critérios da IN TCE/SC nº 020/2015.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogado na íntegra o Decreto nº 016/2016 de 20/04/2016.

Município de Anitápolis, em 02 de janeiro de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 02 de janeiro de 2017.

Orli Amâncio Fidêncio
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças

DECRETO 006/2017- DESDOBRAMENTO RECEITA

Publicação Nº 1656120

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Anitápolis
GABINETE DO PREFEITO
Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88.475-000 – ANITÁPOLIS – SC
Fone: (0xx) 48 2560131 – Fax: 2560188 E-mail: pmanitapolis@uol.com.br

DECRETO Nº. 006/2017

Aprova o desdobramento da Receita para 2017 em Metas Bimestrais de Arrecadação; o Demonstrativo da Programação Financeira e o Cronograma de Execução Bimestral de Desembolso do Exercício de 2017.

Laudir Pedro Coelho, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto nos Artigos 8º e 13 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados o Desdobramento da Receita Prevista para 2017 em Metas Bimestrais de Arrecadação; estabelece a Programação Financeira para o presente exercício, e define o Cronograma de Execução Bimestral de Desembolso, na forma dos anexos I, II e III deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Anitápolis, em 02 de janeiro de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças, em 02 de janeiro de 2017.

Orli Amâncio Fidêncio

Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS/CONSOLIDADO

ANEXO III R\$ 1,00

DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (LRF ART. 8º)													
ESPECIFICAÇÃO	JAN.	FEV.	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOS.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAL
RECURSOS													
- Metas de Receita													
- Saldo Anterior													
DESPESAS													
- Despesas Correntes													
- Pessoal e Encargos Sociais													
- Juros e Encargos da Dívida													
- Outras Despesas Correntes													
- Despesas de Capital													
- Investimentos													
- Amortização da Dívida													
- Transf. Fin. Câmara Munic.													
- Transf. Financeira p/ FMS													
- Transf. Fin. p/ IPREAPOLIS													
- Restos a Pagar													
- DDO													

- Reserva de Contin- gência													
-Superávit/Déficit Financeiro													

OBS: O valor de R\$ 8.492.939,43 registrado na coluna de recursos como saldo anterior corresponde ao valor do saldo bancário em 31/12/14 sendo que o valor de R\$ 501.282,06 (prefeitura), R\$ 163.904,97 (fundo municipal de saúde), R\$ 389,13 (câmara Municipal), R\$ 7.827.363,27 (IPREAPOLIS, recursos financeiros p/ fundo de previdência municipal, este não considerado no calculo do superávit/déficit financeiro).

O valor da transferência financeira para o Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 1.161.235,00, o valor da transferência financeira para o IPREAPOLIS no valor de R\$ 275.000,00 e o valor da transferência financeira para a Câmara Municipal de Anitápolis no valor de R\$ 700.000,00 não foram considerados no superávit/déficit financeiro, em virtude dos mesmos já estarem incluídos na despesa corrente e despesa de capital.

A reserva de contingência no valor total de R\$ 552.500,00 não foi considerado no superávit/déficit financeiro em virtude de ser tratar de um passivo contingente ou um risco fiscal imprevisto.

Anitápolis, 02 de janeiro de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Adelirio Schmidt

Prefeito Municipal

Técnico Contábil CRC/SC 18.821

DECRETO 009/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS PREFEITURA

Publicação Nº 1656047

DECRETO Nº 009/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 9º da Lei Municipal nº 921/16 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 18.152,92 (dezoito mil cento e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos) as dotações abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

02.01.04.243.0009.2.004.3.1.91.0.1.000/2 R\$ 18.152,59

13.01.12.361.0029.2.041.3.3.90.0.1.024/174 R\$ 0,33

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação do excesso de arrecadação no mesmo valor das dotações acima relacionadas.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 01 de fevereiro de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 01 de fevereiro de 2017.

Orli Amancio Fidencio

Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.

DECRETO 011/2017- ALTERAÇÃO DE VALORES DA LEI 873/15

Publicação Nº 1656127

	<p>ESTADO DE SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de Anitápolis GABINETE DO PREFEITO Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88.475-000 – ANITÁPOLIS – SC Fone: (0xx) 48 2560131 – Fax: 2560188 E-mail: pmanitapolis@uol.com.br</p>
--	---

DECRETO Nº. 011/2017

Altera os valores do artigo 2º e 3º da lei 873/15 de 21 de maio de 2015.

Laudir Pedro Coelho, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo item VIII, Seção II, Artigo 97, da Lei Orgânica do Município de Anitápolis de 16 de dezembro de 2004.

DECRETA:

Art. 1º De acordo com o artigo 4º da Lei 873/15 de 21 de maio de 2015, ficam alterados os valores do artigo 2º conforme tabela abaixo:

EQUIPAMENTO	VALOR EQUIVALENTE POR HORA/KM OU FRAÇÃO TRABALHADA		
	VALOR DA LEI Nº 873/15	VALOR C/INPC ACUMULADO ATÉ MÊS 12/15	VALOR C/INPC ACUMULADO ATÉ MÊS 12/16
Caminhão (caçamba)	R\$ 1,50/km	R\$ 1,67/km	R\$ 1,78/km
Retro Escavadeira	R\$ 60,00/h	R\$ 66,77/h	R\$ 71,16/h
Motoniveladora	R\$ 100,00/h	R\$ 111,28/h	R\$ 118,60/h
Pá Carregadeira	R\$ 100,00/h	R\$ 111,28/h	R\$ 118,60/h
Escavadeira Hidráulica	R\$ 100,00/h	R\$ 111,28/h	R\$ 118,60/h
Trator Agrícola	R\$ 50,00/h	R\$ 55,64/h	R\$ 59,30/h

Art. 2º De acordo com o artigo 4º da Lei 873/15 de 21 de maio de 2015, fica alterado o artigo 3º para: "O município cobrará a emissão de bloco de nota fiscal do produtor o valor de R\$ 0,71 (setenta e um centavos) por nota emitida".

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Anitápolis, em 01 de março de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças, em 01 de março de 2017.

Orli Fidêncio

Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças

DECRETO 013/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS PREFEITURA

Publicação Nº 1656140

DECRETO Nº. 013/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Laudir Pedro Coelho, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 9º da Lei Municipal nº. 921/16 de 21 de dezembro de 2016:

DECRETA

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 24.919,36 (vinte e quatro mil novecentos e dezenove reais e trinta e seis centavos), as dotações abaixo relacionadas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

02.01.04.243.0009.2.004.3.1.91.00.01.0000/02 R\$ 18.007,01 13.01.12.361.0029.2.041.3.1.91.00.01.0001/90 R\$ 6.885,91
09.01.28.782.0000.0.002.3.3.90.00.01.0016/13 R\$ 26,44

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação do excesso de arrecadação no mesmo valor das dotações acima relacionadas.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 01 de março de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 01 de março de 2017.

Orli Amâncio Fidêncio

Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças

DECRETO 015/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS FMS

Publicação Nº 1656143

DECRETO Nº. 015/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 9º da Lei Municipal nº. 921/16 de 21 de dezembro de 2016:

DECRETA

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais), a dotação abaixo :

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANITAPOLIS

15.01.10.301.0026.3.002.4.4.90.00.01.0002/12 R\$ 77.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação do excesso de arrecadação no mesmo valor das dotações acima relacionadas.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 05 de abril de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 05 de abril de 2017.

Orli Amâncio Fidêncio

Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças

DECRETO 017/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS PREFEITURA

Publicação Nº 1656144

DECRETO Nº 017/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 921/16 de 21 de dezembro de 2016

DECRETA

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 92.800,00 (noventa e dois mil e oitocentos reais), as dotações abaixo relacionadas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

14.03.08.244.0028.2.050.3.3.90.00.01.0000/146 R\$ 4.000,00

13.01.12.361.0029.2.036.3.1.90.00.01.0001/82 R\$ 60.000,00

02.01.04.243.0009.2.004.3.1.90.00.01.0000/01 R\$ 800,00

02.01.04.243.0009.2.004.3.1.91.00.01.0000/02 R\$ 1.000,00

13.01.12.361.0029.2.041.3.1.90.00.01.0001/90 R\$ 27.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação de dotação no mesmo valor da dotação acima relacionada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

14.03.08.244.0028.2.050.4.4.90.00.01.0000/147 R\$ 4.000,00

13.01.12.361.0029.2.036.3.3.90.00.01.0001/83 R\$ 60.000,00

02.01.04.243.0009.2.004.3.3.90.00.01.0000/03 R\$ 1.800,00

13.01.12.361.0029.2.041.3.3.90.00.01.0001/93 R\$ 27.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 26 de abril de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 26 de abril de 2017.

Orli Amancio Fidencio

Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.

DECRETO 020/2017- NOMEIA MEMBROS COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Publicação Nº 1656053

Decreto nº 020 de 03 de maio de 2017.

Constitui e Nomeia os Membros da Comissão de Avaliação de Servidores Públicos em Estágio Probatório e para Progressão Funcional

O Prefeito Municipal de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos e parágrafo 4º do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 e demais legislação vigente:

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório e para Progressão Funcional, formada pelos seguintes servidores: Adelírio Schmidt, Wilsair Coelho, Geovana de Souza Albino Coelho, Ceane de Almeida Coelho Boing e Jarbas Schreiber para, sob a Presidência do primeiro, preparar, executar e julgar a Avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório e para Progressão Funcional da Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças da Prefeitura de Anitápolis.

Art. 2º - A Comissão de ora constituída seguirá as normas do Decreto nº 54/2001, de 26/10/2001 que baixou instruções especiais sobre Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório e para Progressão Funcional, e as disposições legais em vigor, tomadas as providências necessárias a sua fiel execução e julgamento.

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

LAUDIR PEDRO COELHO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 03 de maio de 2017.

ORLI AMANCIO FIDENCIO

Secretário Mun. de Administração, Contabilidade e Finanças

DECRETO 021/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS PREFEITURA

Publicação Nº 1656215

DECRETO Nº 021/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 921/16 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 6.671,90 (seis mil seiscentos e setenta e hum reais e noventa centavos), as dotações abaixo relacionadas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

02.01.04.122.0006.2.001.4.4.90.00.01.0000/6 R\$ 1.421,90

13.02.27.812.0019.2.045.3.3.90.00.01.0000/134 R\$ 5.250,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação de dotação no mesmo valor da dotação acima relacionada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

02.01.04.122.0006.2.001.3.1.90.00.01.0000/4 R\$ 1.421,90

13.02.27.812.0019.2.045.4.4.90.00.01.0000/134 R\$ 5.250,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 03 de maio de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 03 de maio de 2017.

Orli Amâncio Fidêncio

Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.

DECRETO 022/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS PREFEITURA

Publicação N° 1656218

DECRETO N° 022/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 9º da Lei Municipal nº 921/16 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 121.828,89 (cento e vinte e um mil oitocentos e vinte e oito reais e oitenta e nove centavos) as dotações abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

02.01.04.243.0009.2.004.3.1.90.00.01.0000/1 R\$ 12.000,00

09.01.28.843.0000.0.001.4.6.90.00.01.0000/15 R\$ 97.222,23

11.01.20.606.0015.2.013.3.3.90.00.01.0025/185 R\$ 12.606,66

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação do excesso de arrecadação no mesmo valor das dotações acima relacionadas.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 22 de maio de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 22 de maio de 2017.

Orli Amâncio Fidêncio

Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.

DECRETO 022/2018- MODIFICA EQUIPE ORGÃO DO CONTROLE INTERNO

Publicação N° 1657334

DECRETO N° 022/2018

MODIFICA equipe do Órgão de Apoio Técnico Administrativo do Sistema de Controle Interno do Município de Anitápolis.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, em atenção ao disposto na Lei nº 571/2003 e no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

DESIGNAR

Art. 1º Fica DESIGNADO a equipe do Órgão de Apoio Técnico Administrativo do Sistema de Controle Interno do Município de Anitápolis, abaixo especificada:

SETOR	NOME DO RESPONSÁVEL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS	ADRIANA MOTTA PROBST
EDUCAÇÃO	MÁRCIO HENRIQUE VANDRESEN
CONTABILIDADE, EMPENHO E CONTRATOS	ADELÍRIO SCHMIDT
ADMINISTRAÇÃO, COMPRAS E PLANEJAMENTO	ROBERTO CABRAL DA SILVA
PATRIMÔNIO	SANDRO STEFFENS JUNIOR
CONTROLE DE FROTAS	SANDRO STEFFENS JUNIOR
LICITAÇÃO	JOICE W. HEINZ VOLPATO
PESSOAL	JARBAS SCHREIBER

TESOURARIA	GEOVANA ALBINO COELHO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ANITÁPOLIS	CHRISTIAN LOCH TEODORO
PRESTAÇÃO DE CONTAS E CONVÊNIOS	ROBERTO CABRAL DA SILVA
TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	RENI FRANCISCO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	LUCAS SANTOS RIBEIRO

Art. 2º A função de Diretora de Controle Interno, do Sistema de Controle Interno do Município de Anitápolis, é da servidora efetiva Ceane de Almeida Coelho Boing.

Art. 3º Os relatórios, contendo informações, irregularidades, deficiências e sugestões, de que trata o inciso III do artigo 10 da Lei 571/2003, art. 6º do Decreto 005/2004 e relatórios estabelecidos nos Anexos da IN TCE/SC 020/2015, deverão ser elaborados pelos responsáveis dos Órgãos de Apoio Técnico Administrativos do presente Decreto e obedecidos os respectivos prazos.

Art. 4º Os relatórios de consolidação das informações oriundas das Unidades de Apoio Técnico Administrativas, de que trata o artigo 4º, inciso VIII, e contendo as observações e constatações feitas, bem como a opinião conclusiva e sintética sobre as falhas, deficiências e áreas críticas que mereçam atenção e outras questões relevantes, tratadas no artigo 5º da Lei nº 571/2003, deverão apresentar análise e informações contidas nos relatórios dos Órgãos de Apoio Técnico Administrativos nos prazos estabelecidos em Lei.

Art. 5º A comunicação ao Tribunal de Contas, prevista no § 1º do artigo 12 da Lei nº 571/2003, será feita através do Relatório de Controle Interno estabelecido pela § 5º da Resolução TCE 11/04 e obedecendo os critérios da IN TCE/SC nº 020/2015.

Art. 6º Fica revogado na íntegra o Decreto nº 006/2018 de 08/01/2018.

Município de Anitápolis, em 10 de maio de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 10 de maio de 2018.

Roberto Cabral da Silva

Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças

DECRETO 023/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS PREFEITURA

Publicação Nº 1656219

DECRETO Nº 023/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 921/16 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 105.252,09 (cento e cinco mil duzentos e cinquenta e dois reais e nove centavos), as dotações abaixo relacionadas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

09.01.28.843.0000.0.001.4.6.90.00.01.0000/15 R\$ 5.660,09
10.01.04.122.0009.2.005.4.4.90.00.01.0000/23 R\$ 5.000,00
10.02.04.123.0012.2.008.3.3.90.00.01.0000/25 R\$ 74.072,70
13.01.12.361.0029.2.041.4.4.90.00.01.0001/97 R\$ 20.000,00
14.02.17.512.0033.2.047.4.4.90.00.01.0000/141 R\$ 519,30

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação de dotação no mesmo valor da dotação acima relacionada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

09.01.28.843.0000.0.001.3.2.90.00.01.0000/14 R\$ 5.660,09
10.01.04.122.0009.2.005.3.3.90.00.01.0000/21 R\$ 5.000,00
10.02.04.123.0012.2.008.4.4.90.00.01.0000/26 R\$ 2.154,00
10.02.04.123.0012.2.008.3.1.90.00.01.0000/24 R\$ 71.918,70
13.01.12.361.0029.2.041.3.3.90.00.01.0001/94 R\$ 20.000,00
14.02.17.512.0033.2.047.3.3.90.00.01.0000/139 R\$ 519,30

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 22 de maio de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 22 de maio de 2017.

Orli Amâncio Fidêncio

Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.

DECRETO 028/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS PREFEITURA

Publicação Nº 1656223

DECRETO Nº 028/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 9º da Lei Municipal nº 921/16 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 64.982,00 (sessenta e quatro mil novecentos e oitenta e dois reais) as dotações abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

02.01.04.243.0009.2.004.3.1.90.00.01.0000/1 R\$ 10.000,00

02.01.04.122.0006.1.001.4.4.90.00.01.0001/17 R\$ 54.982,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação do excesso de arrecadação no mesmo valor das dotações acima relacionadas.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 26 de junho de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 26 de junho de 2017.

Roberto Cabral da Silva

Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.

DECRETO 029/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS PREFEITURA

Publicação Nº 1656147

DECRETO Nº 029/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 9º da Lei Municipal nº 921/16 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 300.043,97 (trezentos mil quarenta e três reais e noventa e sete centavos) as dotações abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

09.01.28.782.0000.0.002.3.3.90.0.1.0016/13 R\$ 43,97

13.01.12.365.0018.1.047.4.4.90.0.1.0000/186 R\$ 300.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação do excesso de arrecadação no mesmo valor das dotações acima relacionadas.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 03 de julho de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 03 de julho de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.

DECRETO 030/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS PREFEITURA

Publicação Nº 1656151

DECRETO Nº 030/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 921/16 de 21 de dezembro de 2016

DECRETA

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 8.942,80 (oito mil novecentos e quarenta e dois reais e oitenta centavos), as dotações abaixo relacionadas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

12.01.26.782.0034.2.031.4.4.90.0.1.0000/54 R\$ 3.692,80
13.02.13.392.0032.2.024.3.3.90.0.1.0000/125 R\$ 5.250,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação de dotação no mesmo valor da dotação acima relacionada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

12.01.26.782.0034.2.031.3.1.90.0.1.0000/51 R\$ 3.692,80
13.02.13.392.0032.2.024.4.4.90.0.1.0000/126 R\$ 5.250,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 03 de julho de 2017.
Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 03 de julho de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.

DECRETO 031/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS PREFEITURA

Publicação Nº 1656156

DECRETO Nº 031/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 921/16 de 21 de dezembro de 2016

DECRETA

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 15.409,79 (quinze mil quatrocentos e nove reais e setenta e nove centavos), as dotações abaixo relacionadas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

12.01.26.782.0034.2.031.3.3.90.0.1.0094/187 R\$ 14.159,79
14.03.08.244.0028.2.050.3.1.90.0.1.0000/145 R\$ 1.250,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação de dotação no mesmo valor da dotação acima relacionada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

12.01.26.782.0034.2.031.4.4.90.0.1.0094/155 R\$ 14.159,79
14.03.08.244.0028.2.050.4.4.90.0.1.0000/147 R\$ 1.250,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 17 de julho de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 17 de julho de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.

DECRETO 032/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS PREFEITURA

Publicação Nº 1656157

DECRETO Nº 032/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 9º da Lei Municipal nº 921/16 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) a dotação abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

11.01.20.606.0015.1.010.3.3.90.0.1.0095/188 R\$ 72.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação do excesso de arrecadação no mesmo valor das dotações acima relacionadas.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 01 de agosto de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 01 de agosto de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.

DECRETO 033/2017- ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Publicação Nº 1656159

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Anitápolis
GABINETE DO PREFEITO
Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88.475-000 – ANITÁPOLIS – SC
Fone: (0xx) 48 2560131 – Fax: 2560188 E-mail: prefeitura@anitapolis.sc.gov.br

DECRETO Nº. 033/2017

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira nos próximos trinta dias, na Prefeitura Municipal de Anitápolis e Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis.

Laudir Pedro Coelho, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no Artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido limitação de empenho e movimentação financeira nos próximos trinta dias, na Prefeitura Municipal de Anitápolis e Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis, em virtude de quando da análise dos relatórios resumidos de execução orçamentária relativos ao 3º bimestre de 2017 e de outras informações, para verificação do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, constatou-se que a meta bimestral de arrecadação prevista até o 3º bimestre de 2017 não foi alcançada, pois foi prevista a meta de R\$ 8.205.091,14 e o resultado foi de R\$ 7.381.204,60, o que representou 89,96% da meta prevista.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Anitápolis, em 01 de agosto de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 01 de agosto de 2017.

Roberto Cabral da Silva

Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.

DECRETO 034/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS PREFEITURA

Publicação Nº 1656161

DECRETO Nº 034/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 921/16 de 21 de dezembro de 2016

DECRETA

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 10.223,20 (dez mil duzentos e vinte e três reais e vinte centavos), as dotações abaixo relacionadas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

13.02.27.812.0019.2.045.4.4.90.0.1.0000/135 R\$ 223,20

13.02.27.812.0019.2.045.3.3.90.0.1.0000/134 R\$ 10.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação de dotação no mesmo valor da dotação acima relacionada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

13.02.27.812.0019.2.045.3.1.90.0.1.0000/133 R\$ 10.223,20

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 07 de agosto de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 07 de agosto de 2017.

Roberto Cabral da Silva

Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.

DECRETO 035/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS FMS

Publicação Nº 1656227

DECRETO Nº 035/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 921/16 de 21 de dezembro de 2016

DECRETA

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 21.597,53 (vinte e um mil quinhentos e noventa e sete reais e cinquenta e três centavos), as dotações abaixo relacionadas:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANITAPOLIS

15.01.10.301.0026.4.001.3.3.90.00.01.0002/21 R\$ 21.597,53

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação de dotação no mesmo valor da dotação acima relacionada.

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANITAPOLIS

15.01.10.301.0026.4.001.3.1.90.00.01.0002/17 R\$ 20.000,00
15.01.10.301.0026.4.001.3.3.40.00.01.0002/19 R\$ 500,00
15.01.10.301.0026.4.001.3.3.71.00.01.0002/20 R\$ 500,00
15.01.10.301.0026.4.001.4.4.71.00.01.0002/23 R\$ 500,00
15.01.10.301.0026.4.001.4.4.90.00.01.0002/24 R\$ 97,53

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 07 de agosto de 2017.
Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 07 de agosto de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.

DECRETO 036/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS PREFEITURA

Publicação Nº 1656162

DECRETO Nº 036/2017**AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 9º da Lei Municipal nº 921/16 de 21 de dezembro de 2016.
DECRETA

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 11.158,73 (onze mil cento e cinquenta e oito reais e setenta e três centavos) as dotações abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

02.01.04.243.0009.2.004.3.1.90.0.1.0000/01 R\$ 3.500,00
11.01.20.606.0015.2.013.3.3.90.0.1.0095/185 R\$ 2.658,73
14.03.08.244.0028.2.050.3.1.90.0.1.0000/145 R\$ 2.500,00
14.03.08.244.0028.2.050.3.3.90.0.1.0000/146 R\$ 2.500,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação do excesso de arrecadação no mesmo valor das dotações acima relacionadas.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 07 de agosto de 2017.
Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 07 de agosto de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.

DECRETO 037/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS FMS

Publicação Nº 1656232

DECRETO Nº 037/2017**AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 921/16 de 21 de dezembro de 2016
DECRETA

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a dotação abaixo relacionada:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANITAPOLIS

15.01.10.301.0026.4.009.3.3.90.00.01.0002/97 R\$ 10.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação de dotação no mesmo valor da dotação acima relacionada.

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANITAPOLIS

15.01.10.301.0026.4.009.3.3.91.00.01.0002/53 R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 14 de agosto de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 14 de agosto de 2017.

Roberto Cabral da Silva

Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.

DECRETO 038/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS PREFEITURA

Publicação Nº 1656166

DECRETO Nº 038/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 921/16 de 21 de dezembro de 2016

DECRETA

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 10.702,88 (dez mil setecentos e dois reais e oitenta e oito centavos), as dotações abaixo relacionadas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

02.01.04.243.0009.2.004.3.1.91.0.1.0000/02 R\$ 288,98

11.01.20.606.0015.2.013.3.1.90.0.1.0000/35 R\$ 10.413,90

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação de dotação no mesmo valor da dotação acima relacionada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

02.01.04.243.0009.2.004.3.1.90.0.1.0000/01 R\$ 218,35

02.01.04.243.0009.2.004.3.3.90.0.1.0000/03 R\$ 70,63

11.01.20.606.0015.2.013.3.3.90.0.1.0000/36 R\$ 7.000,00

11.01.20.606.0015.2.013.4.4.90.0.1.0000/37 R\$ 3.413,90

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 24 de agosto de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 24 de agosto de 2017.

Roberto Cabral da Silva

Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.

DECRETO 039/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS FMS

Publicação Nº 1656169

DECRETO Nº. 039/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 9º da Lei Municipal nº. 921/16 de 21 de dezembro de 2016:

DECRETA

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 99.500,00 (noventa e nove mil e quinhentos reais), a dotação abaixo :

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANITAPOLIS

15.01.10.301.0026.3.003.4.4.90.00.02.0094/98 R\$ 99.500,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação do excesso de arrecadação no mesmo valor das dotações acima relacionadas.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 24 de agosto de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 24 de agosto de 2017.

Roberto Cabral da Silva

Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças

DECRETO 040/2017- PONTO FACULTATIVO

Publicação Nº 1656039

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO de Anitápolis GABINETE DO PREFEITO Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88.475-000 – ANITÁPOLIS – SC Fone: (0xx) 48 3256-0131 – 3256-0188 E-mail:prefeitura@anitapolis.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº 040/2017

PONTO FACULTATIVO

O Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, Seção II, Artigo 97, da Lei Orgânica do Município de Anitápolis de 16 de dezembro de 2004.

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo para todos os órgãos da administração pública do Poder Executivo municipal de Anitápolis, o dia 08 de setembro de 2017 (sexta feira) dia posterior ao feriado nacional de comemoração da Independência do Brasil.

Art. 2º - O atendimento de serviços essenciais no dia que se refere o artigo anterior deverá ser garantido a população, tais como, coleta de lixo, abastecimento de água e outros.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Anitápolis, em 06 de setembro de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 06 de setembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva

Secretário de Administração,

Contabilidade e Finanças

DECRETO 041/2017- MODIFICA EQUIPE DE APOIO CONTROLE INTERNO

Publicação Nº 1656036

DECRETO Nº 041/2017

MODIFICA equipe do Órgão de Apoio Técnico Administrativo do Sistema de Controle Interno do Município de Anitápolis.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, em atenção ao disposto na Lei nº 571/2003 e no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

DESIGNAR

Art. 1º Fica DESIGNADO a equipe do Órgão de Apoio Técnico Administrativo do Sistema de Controle Interno do Município de Anitápolis, abaixo especificada:

SETOR	NOME DO RESPONSÁVEL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS	ADRIANA MOTTA PROBST
EDUCAÇÃO	MÁRCIO HENRIQUE VANDRESEN
CONTABILIDADE, EMPENHO E CONTRATOS	ADELÍRIO SCHMIDT
ADMINISTRAÇÃO, COMPRAS E PLANEJAMENTO	ROBERTO CABRAL DA SILVA
PATRIMÔNIO	SANDRO STEFFENS JUNIOR
CONTROLE DE FROTAS	GILMOR TONDOLO
LICITAÇÃO	SUANE SIMAS LAURINDO
PESSOAL	JARBAS SCHREIBER
TESOURARIA	GEOVANA ALBINO COELHO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ANITÁPOLIS	CHRISTIAN LOCH TEODORO
PRESTAÇÃO DE CONTAS E CONVÊNIOS	WILSAIR COELHO
TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	JARBAS SCHREIBER
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	FÁBIO PEREIRA

Art. 2º A função de Diretora de Controle Interno, do Sistema de Controle Interno do Município de Anitápolis, é da servidora efetiva Ceane de Almeida Coelho Boing.

Art. 3º Os relatórios, contendo informações, irregularidades, deficiências e sugestões, de que trata o inciso III do artigo 10 da Lei 571/2003, art. 6º do Decreto 005/2004 e relatórios estabelecidos nos Anexos da IN TCE/SC 020/2015, deverão ser elaborados pelos responsáveis dos Órgãos de Apoio Técnico Administrativos do presente Decreto e obedecidos os respectivos prazos.

Art. 4º Os relatórios de consolidação das informações oriundas das Unidades de Apoio Técnico Administrativas, de que trata o artigo 4º, inciso VIII, e contendo as observações e constatações feitas, bem como a opinião conclusiva e sintética sobre as falhas, deficiências e áreas críticas que mereçam atenção e outras questões relevantes, tratadas no artigo 5º da Lei nº 571/2003, deverão apresentar análise e informações contidas nos relatórios dos Órgãos de Apoio Técnico Administrativos nos prazos estabelecidos em Lei.

Art. 5º A comunicação ao Tribunal de Contas, prevista no § 1º do artigo 12 da Lei nº 571/2003, será feita através do Relatório de Controle Interno estabelecido pela § 5º da Resolução TCE 11/04 e obedecendo os critérios da IN TCE/SC nº 020/2015.

Art. 6º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23/05/2017.

Art. 7º Fica revogado na íntegra o Decreto nº 003/2017 de 02/01/2017.

Município de Anitápolis, em 06 de setembro de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 06 de setembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças

DECRETO 042/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS FMS

Publicação Nº 1656038

DECRETO Nº 042/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 921/16 de 21 de dezembro de 2016

DECRETA

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a dotação abaixo relacionada:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANITAPOLIS

15.01.10.301.0026.4.004.4.4.90.00.01.735/99 R\$ 10.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação de dotação no mesmo valor da dotação acima relacionada.

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANITAPOLIS

15.01.10.301.0026.4.004.3.3.90.00.01.735/29 R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 06 de setembro de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 06 de setembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva

Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.

DECRETO 051/2017- ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHOS E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Publicação Nº 1656174

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Anitápolis
GABINETE DO PREFEITO
Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88.475-000 – ANITÁPOLIS – SC
Fone: (0xx) 48 2560131 – Fax: 2560188 E-mail: prefeitura@anitapolis.sc.gov.br

DECRETO Nº. 051/2017

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira nos próximos trinta dias, na Prefeitura Municipal de Anitápolis e Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis.

Laudir Pedro Coelho, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no Artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido limitação de empenho e movimentação financeira nos próximos trinta dias, na Prefeitura Municipal de

Anitápolis e Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis, em virtude de quando da análise dos relatórios resumidos de execução orçamentários relativos ao 4º bimestre de 2017 e de outras informações, para verificação do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, constatou-se que a meta bimestral de arrecadação prevista até o 4º bimestre de 2017 não foi alcançada, pois foi prevista a meta de R\$ 10.940.121,52 e o resultado foi de R\$ 10.778.627,85, o que representou 98,52% da meta prevista.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Anitápolis, em 02 de outubro de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 02 de outubro de 2017.

Roberto Cabral da Silva

Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.

DECRETO 063/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS PREFEITURA

Publicação Nº 1656043

DECRETO Nº 063/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 921/16 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 33.703,50 (trinta e três setecentos e três reais e cinquenta centavos) as dotações abaixo relacionadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

12.02.25.751.0023.2.027.3.3.90.00.01.0017/62 R\$ 10.000,00

14.03.08.244.0028.2.050.3.3.90.00.01.0000/146 R\$ 800,00

13.01.12.361.0029.2.041.4.4.90.00.01.0216/97 R\$ 203,50

11.01.23.695.0032.2.019.3.3.90.00.01.0000/44 R\$ 1.070,00

10.01.04.122.0009.2.005.3.3.90.00.01.0000/21 R\$ 2.961,00

02.01.04.122.0006.2.001.4.4.90.00.01.0000/06 R\$ 669,00

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação no mesmo valor das dotações abaixo relacionadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

12.02.25.751.0023.2.027.4.4.90.00.01.0017/64 R\$ 4.382,00

14.03.08.244.0028.2.050.3.1.90.00.01.0000/145 R\$ 800,00

13.01.12.361.0029.2.041.3.3.90.00.01.0216/94 R\$ 203,50

11.02.23.685.0032.2.019.4.4.90.00.01.0000/45 R\$ 1.070,00

10.01.04.122.0009.2.005.3.3.93.00.01.0000/22 R\$ 2.961,00

10.01.04.122.0009.2.005.3.1.90.00.01.0000/20 R\$ 18.000,00

02.01.04.122.0006.2.001.3.3.90.00.01.0000/05 R\$ 669,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, em 01 de novembro de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças em, 01 de novembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças

DECRETO 065/2017- REGULAMENTA E DISPÕE SOBRE A LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Publicação Nº 1655996

DECRETO Nº 65 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

REGULAMENTA E DISPÕE SOBRE A LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, INSTITUÍDO NO INCISO II DO ART. 58 DA LEI Nº 504/2000 DO MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS, usando da competência privativa que lhe confere o art. 97, Inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Anitápolis, e considerando o disposto no art. 58, inciso II, da Lei nº 504/2000,

DECRETA:

Artigo 1º Será concedido licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta, enteado ou dependente que viva às suas expensas e que conste do seu assento funcional, mediante avaliação por junta médica oficial.

§1º Deverá ser apresentado à Junta Médica: atestado, emitido pelo médico que assiste o familiar, contendo o Código Internacional de Doenças – CID ou boletim de atendimento em pronto socorro, emergência médica, posto de saúde, exames laboratoriais ou radiografias.

§2º A Junta Médica somente aceitará documentos originais, sem rasuras, com carimbo e assinatura do médico. Atestados emitidos por familiares dos servidores não serão aceitos pela Junta Médica.

§3º A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

§4º A licença será concedida sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por até dois períodos de igual tempo, mediante exigências contidas no artigo 1º.

§5º No caso de ausência do trabalho por motivo de acompanhamento de pessoa da família em consultas médicas por curto período, o servidor deverá obter autorização prévia da chefia imediata.

§6º A licença por motivo de doença em pessoa da família poderá ser dispensada de perícia, desde que não ultrapasse o período de 3 (três) dias corridos, mediante apresentação de atestado médico, conforme o caso, que contenha justificativa quanto à necessidade de acompanhamento por terceiro.

Artigo 2º A comprovação do afastamento será encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal da Administração, Contabilidade e Finanças mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - Formulários de Solicitação de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família;

II - Atestado/Declaração Médico Original ou Autenticado, com o Código de Classificação Internacional de Doenças – CID ou diagnóstico e o tempo provável de afastamento, com o nome do servidor e do dependente;

III - Documento comprobatório do grau de parentesco:

a) filhos: cópia da certidão de nascimento;

b) pais: cópia da carteira de identidade do servidor;

c) cônjuge: cópia da certidão de casamento;

d) companheiro: declaração de união estável passada em cartório com duas testemunhas ou cópia da certidão de nascimento de filhos em comum;

e) enteados: cópia da certidão de casamento e cópia da certidão de nascimento do enteado; quando o servidor não é casado deve ser apresentada uma declaração de união estável passada em cartório com duas testemunhas;

f) menor sob guarda: termo de guarda;

g) padrasto ou madrasta: cópia da certidão de casamento do pai ou mãe e cópia da carteira de identidade do servidor; não havendo casamento, deverá ser apresentada uma declaração de união estável, passada em cartório, com duas testemunhas e cópia da carteira de identidade do servidor;

h) dependente que viva as expensas do servidor: cópia da declaração do imposto de renda onde conste a dependência econômica, ou documento expedido pelo setor de recursos humanos informando que o dependente consta nos assentamentos funcionais do servidor.

Artigo 3º Não é permitido interromper férias para requerer licença por motivo em doença em pessoa da família.

Artigo 4º A inobservância do disposto neste decreto implicará em que se considerem não justificadas as faltas ocorridas, perdendo o servidor qualquer direito ao reembolso dos descontos procedidos, em virtude de não comunicação tempestiva do afastamento.

Artigo 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, 08 de novembro de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

DECRETO 066/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS FMS

Publicação Nº 1655997

DECRETO Nº 066/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 9º da Lei Municipal nº 921/16 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais), as dotações abaixo relacionadas:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANITAPOLIS

15.01.10.301.0026.4.002.3.3.50.00.01.0002/25 R\$ 66.000,00
15.01.10.301.0026.4.006.3.1.90.00.02.0064/37 R\$ 15.000,00
15.01.10.301.0026.4.006.3.1.90.00.01.0002/43 R\$ 5.000,00

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação do excesso de arrecadação no mesmo valor das dotações acima relacionadas.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 08 de novembro de 2017.
Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 08 de novembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.

DECRETO 067/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS CÂMARA

Publicação Nº 1655998

DECRETO Nº 067/2017
AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 9º da Lei Municipal nº 921/16 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 8.847,00 (oito mil oitocentos e quarenta e sete reais), as dotações abaixo relacionadas:

CÂMARA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

01.01.01.031.0001.8.002.3.3.90.00.01.000/03 R\$ 8.847,00

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação de dotação no mesmo valor da dotação acima relacionada.

CÂMARA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

01.01.01.031.0001.8.002.4.4.90.00.01.0000/04 R\$ 8.847,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, em 13 de novembro de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 13 de novembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração Contabilidade e Finanças

DECRETO 068/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS PREFEITURA

Publicação Nº 1656001

DECRETO Nº 068/2017
AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 9º da Lei Municipal nº 921/16 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 589.742,93 (quinhentos e oitenta e nove mil setecentos e quarenta e dois reais e noventa e três centavos) as dotações abaixo relacionadas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

12.02.26.782.0034.1.044.4.4.90.00.01.0024/68 R\$ 543.800,00
09.01.28.361.0000.0.002.3.3.90.00.01.0040/10 R\$ 2.781,36
13.01.12.361.0029.2.041.3.3.90.00.01.0216/94 R\$ 5.000,00
14.03.08.244.0028.2.050.3.3.90.00.01.0000/146 R\$ 3.500,00
13.01.12.365.0018.2.032.3.1.90.00.01.0018/105 R\$ 31.366,68
10.02.04.123.0012.2.008.3.1.90.00.01.0000/24 R\$ 31,13
13.01.12.361.0029.2.041.3.1.90.00.01.0018/89 R\$ 3.263,76

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação do excesso de arrecadação no mesmo valor das dotações acima relacionadas.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, em 13 de novembro de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 13 de novembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.

DECRETO 069/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS PREFEITURA

Publicação Nº 1656003

DECRETO Nº 069/2017
AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 9º da Lei Municipal nº 921/16 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 21.336,15 (vinte e um mil trezentos e trinta e seis reais e quinze centavos) as dotações abaixo relacionadas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

11.01.20.606.0015.1.010.3.3.90.00.01.0000/189 R\$ 21.253,68
12.01.26.782.0034.2.031.3.3.90.00.01.0024/187 R\$ 82,47

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação do excesso de arrecadação no mesmo valor das dotações acima relacionadas.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, em 20 de novembro de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 20 de novembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.

DECRETO 070/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS PREFEITURA

Publicação Nº 1656004

DECRETO Nº 070/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 921/16 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 1.425,00 (um mil quatrocentos e vinte e cinco reais) as dotações abaixo relacionadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

11.01.20.606.0015.2.013.4.4.90.00.01.0000/37 R\$ 175,00
12.01.26.782.0034.2.031.4.4.90.00.01.0000/54 R\$ 1.250,00

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação no mesmo valor das dotações abaixo relacionadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

11.01.20.606.0015.2.013.3.3.90.00.01.0000/36 R\$ 175,00
12.01.26.782.0034.2.031.3.3.90.00.01.0000/53 R\$ 1.250,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, em 30 de novembro de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças em, 30 de novembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças

DECRETO 071/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS PREFEITURA

Publicação Nº 1656005

DECRETO Nº 071/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 9º da Lei Municipal nº 921/16 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 112.014,89 (cento e doze mil quatorze reais e oitenta e nove centavos) as dotações abaixo relacionadas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

13.02.13.392.0032.2.024.3.3.90.00.01.0000/125 R\$ 4.130,00
13.01.12.361.0029.2.041.3.1.91.00.01.0001/90 R\$ 17.000,00
12.01.26.782.0034.2.031.3.3.90.00.01.0000/53 R\$ 60.000,00
13.01.12.361.0029.2.041.3.3.90.00.01.0216/94 R\$ 10.000,00
10.01.04.122.0054.2.010.3.3.50.00.01.0000/18 R\$ 3.037,00
13.01.12.367.0029.2.040.3.3.50.00.01.0001/71 R\$ 3.000,00
09.01.28.123.0000.0.002.3.3.90.00.01.0000/07 R\$ 14.847,89

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação do excesso de arrecadação no mesmo valor das dotações acima relacionadas.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 01 de dezembro de 2017.
Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 01 de dezembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.

DECRETO 072/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS FMS

Publicação Nº 1656007

DECRETO Nº 072/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 9º da Lei Municipal nº 921/16 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 15.002,00 (quinze mil e dois reais), as dotações abaixo relacionadas:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANITAPOLIS

15.01.10.301.0026.4.006.3.1.90.00.01.0002/43 R\$ 8.206,51
15.01.10.301.0026.4.006.3.1.90.00.01.0002/38 R\$ 2.500,00
15.01.10.301.0026.4.008.3.1.90.00.01.0002/48 R\$ 2.000,00
15.01.10.301.0026.4.001.3.3.90.00.01.0002/21 R\$ 2.000,00
15.01.10.301.0026.4.005.3.1.90.00.02.0064/31 R\$ 295,49

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação do excesso de arrecadação no mesmo valor das dotações acima relacionadas.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 01 de dezembro de 2017.
Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 01 de dezembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.

DECRETO 073/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS FMS

Publicação Nº 1656010

DECRETO Nº 073/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 921/16 de 21 de dezembro de 2016
DECRETA

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 63.812,32 (sessenta e três mil oitocentos e doze reais e trinta e dois centavos), as dotações abaixo relacionadas:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANITAPOLIS

15.01.10.301.0026.4.007.3.1.90.00.02.0064/42 R\$ 5.597,13
15.01.10.301.0026.4.008.3.1.90.00.02.0064/46 R\$ 8.215,19
15.01.10.301.0026.4.001.3.3.90.00.01.0002/21 R\$ 50.000,00

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação de dotação no mesmo valor da dotação acima relacionada.

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANITAPOLIS

15.01.10.301.0026.4.007.3.1.90.00.02.0064/41 R\$ 5.597,13
15.01.10.301.0026.4.008.3.1.90.00.02.0064/47 R\$ 8.215,19
15.01.10.301.0026.4.001.3.1.90.00.01.0002/17 R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 12 de dezembro de 2017.
Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 12 de dezembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.

DECRETO 073/2017-A- DISPÕE SOBRE FERIAS COLETIVAS

Publicação Nº 1656009

DECRETO Nº073/2017

"DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS COLETIVAS NO MÊS DE JANEIRO DE 2018, NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, NA DATA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, Seção II, Artigo 97, da Lei Orgânica do Município de Anitápolis de 16 de dezembro de 2004.

Considerando a necessidade de regularização das férias acumuladas de parte dos servidores da Administração Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica suspenso parcialmente o expediente de trabalho nas repartições públicas da administração direta e indireta do Município de ANITÁPOLIS, no período de 02 de janeiro a 31 de janeiro de 2018, em virtude de Férias Coletivas.

Parágrafo Único - Não serão suspensas as atividades consideradas de natureza essencial, quais sejam: as prestadas pelas Secretarias Municipais de Saúde - que deverá manter em funcionamento os serviços junto ao Posto de Saúde; de Saneamento Básico - quanto aos serviços de plantão, coleta de lixo e limpeza pública;

Art. 2º Os departamentos de Compras e Licitações, Gestão de Pessoas e de Contabilidade, Administração, Finanças, a Controladoria Interna e a Procuradoria-Geral do Município e demais servidores deverão realizar expediente normal, visando o trabalho relativo ao início do exercício de 2018.

Art. 3º - O adicional de férias a que faz jus o servidor será pago na data do período em que foi gozado as férias, neste caso em janeiro de 2018.

Art. 4º Os Secretários Municipais deverão informar ao Departamento de Gestão de Pessoas o nome do servidor ou servidores que farão jus as férias coletivas.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis/SC, 12 de dezembro de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 12 de dezembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração,
Contabilidade e Finanças

DECRETO 074/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS CÂMARA

Publicação Nº 1656012

DECRETO Nº 074/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ABERTAS POR CREDITO ESPECIAL NA CAMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso

de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 950/2017 de 12 de dezembro de 2017.

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 1.973,98 (um mil novecentos e setenta e três Reais e noventa e oito centavos), a dotação abaixo relacionada aberta por crédito especial.

CAMARA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

01.01.01.031.0001.8.002.3.1.91.0.1.000/5 R\$ 1.973,98

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação no mesmo valor das dotações abaixo relacionadas.

CAMARA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

01.01.01.031.0001.8.002.3.1.90.0.1.000/2 R\$ 1.973,98

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, 12 de dezembro de 2017.
Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, em 12 de dezembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração,
Contabilidade e Finanças

DECRETO 075/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS CÂMARA

Publicação Nº 1656013

DECRETO Nº 075/2017
AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA CAMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 951/2017 de 12 de dezembro de 2017.

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos Reais), a dotação abaixo relacionada:

CAMARA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

01.01.01.031.0001.8.002.3.3.90.0.1.000/3 R\$ 5.500,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação no mesmo valor das dotações abaixo relacionadas.

CAMARA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

01.01.01.031.0001.7.002.4.4.90.0.1.000/1 R\$ 5.500,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, em 12 de dezembro de 2017.
Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças em, 12 de dezembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração,
Contabilidade e Finanças

DECRETO 076/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS CÂMARA

Publicação Nº 1656017

DECRETO Nº 076/2017
AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 9º da Lei Municipal nº 921/16 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 6.040,46 (seis mil e quarenta reais e quarenta e seis centavos), as dotações abaixo relacionadas:

CÂMARA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

01.01.01.031.0001.8.002.3.3.90.00.01.0000/03 R\$ 2.116,46
01.01.01.031.0001.8.002.4.4.90.00.01.0000/04 R\$ 3.924,00

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação de dotação no mesmo valor da dotação acima relacionada.

CÂMARA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

01.01.01.031.0001.8.002.3.1.90.00.01.0000/02 R\$ 6.040,46

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, em 14 de dezembro de 2017.
Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 14 de dezembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração Contabilidade e Finanças

DECRETO 077/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS PREFEITURA

Publicação Nº 1656021

DECRETO Nº 077/2017
AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 921/16 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 25.487,62 (vinte e cinco mil quatrocentos e oitenta e sete reais e sessenta e dois centavos) as dotações abaixo relacionadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

10.01.04.122.0009.2.005.3.1.90.00.01.0000/20 R\$ 3.063,15
13.01.12.301.0029.2.036.3.1.90.00.01.0001/82 R\$ 3.126,01
10.02.04.123.0012.2.008.3.1.90.00.01.0000/24 R\$ 12.655,28
14.03.08.243.0028.2.049.3.1.90.00.01.0000/142 R\$ 257,90
14.02.17.512.0033.2.047.3.1.90.00.01.0000/137 R\$ 4.446,50
11.01.20.606.0015.2.013.3.1.90.00.01.0000/35 R\$ 1.109,28
13.01.12.361.0029.2.041.3.1.90.00.01.0001/90 R\$ 829,50

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação no mesmo valor das dotações abaixo relacionadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS

10.01.04.122.0009.2.005.3.3.90.00.01.0000/21 R\$ 3.063,15
13.01.12.361.0029.2.036.3.3.90.00.01.0001/83 R\$ 3.126,01
10.02.04.123.0012.2.008.3.3.90.00.01.0000/25 R\$ 12.655,28
14.03.08.243.0028.2.049.3.3.90.00.01.0000/143 R\$ 257,90
14.02.17.512.0033.2.047.3.3.90.00.01.0000/139 R\$ 4.446,50
11.01.20.606.0015.2.013.3.3.90.00.01.0000/36 R\$ 1.109,28
13.01.12.361.0029.2.041.3.1.90.00.01.0001/88 R\$ 829,50

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, em 20 de dezembro de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças em, 20 de dezembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças

DECRETO 077/2017-A- DISPÕE SOBRE RECESSO DE FINAL DE ANO

Publicação Nº 1656020

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO de Anitápolis
GABINETE DO PREFEITO
Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88.475-000 – ANITÁPOLIS – SC
Fone: (0xx) 48 3256-0131 – 3256-0188 E-mail: prefeitura@anitapolis.sc.gov.br

DECRETO Nº 077/2017

DECLARA RECESSO

O Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Item VIII, Seção II, Artigo 97, da Lei Orgânica do Município de Anitápolis de 16 de dezembro de 2004.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado Recesso nas Repartições Públicas da administração municipal de Anitápolis o dia 22 (a partir do meio dia) e os dias 26, 27 e 28 de dezembro de 2017, tendo em vista as festividades alusivas ao Natal e Final de Ano.

Art. 2º - No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde Saneamento e Assistência Social no período mencionado no art. anterior o atendimento de serviços essenciais tais como, coleta seletiva de lixo, transporte de pacientes fora de domicílio previamente agendados e outros de primeira necessidade deverão ser garantidos a população.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, em 21 de dezembro de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

DECRETO 078/2017- PRORROGA VALIDADE PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1656237

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Anitápolis
GABINETE DO PREFEITO
Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88.475-000 – ANITÁPOLIS – SC
Fone: 48 3256-0131/3256-0188 E-mail: prefeitura@anitapolis.sc.gov.br

DECRETO Nº 078/2017

PRORROGA VALIDADE PROCESSO SELETIVO

O Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Item VIII, Seção II, Artigo 97, da Lei Orgânica do Município de Anitápolis de 16 de dezembro de 2004.

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado a validade do Processo Seletivo nº 004/2017 a partir de 31/12/2017 até o dia 11/06/2017, conforme prevê o Item 11 (onze) do próprio Edital.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 21 de dezembro de 2017.
Laudir Pedro Coelho
Prefeito

Registrado e publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças do Município de Anitápolis, em 21 de dezembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças

DECRETO 079/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS PREFEITURA

Publicação Nº 1656022

DECRETO Nº 079/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 921/16 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 2.729,71 (dois mil setecentos e vinte e nove reais e setenta e um centavos) as dotações abaixo relacionadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS

14.03.08.244.0028.2.050.3.3.90.00.01.0000/146 R\$ 281,40
12.01.26.782.0034.2.031.3.3.90.00.01.0000/53 R\$ 1.948,31
12.02.25.751.0023.2.027.3.3.90.00.01.0017/62 R\$ 500,00

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por

conta de anulação no mesmo valor das dotações abaixo relacionadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS

14.03.08.244.0028.2.050.3.1.90.00.01.0000/145 R\$ 281,40
12.01.26.782.0034.2.031.3.1.90.00.01.0000/51 R\$ 1.948,31
12.02.25.751.0023.2.027.4.4.90.00.01.0017/64 R\$ 500,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, em 26 de dezembro de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças em, 26 de dezembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças

DECRETO 080/2017- SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS PREFEITURA

Publicação Nº 1656023

DECRETO Nº 080/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 9º da Lei Municipal nº 921/16 de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 16.286,90 (dezesseis mil duzentos e oitenta e seis reais e noventa centavos) as dotações abaixo relacionadas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS

12.01.26.782.0034.2.031.3.3.90.00.01.0016/52 R\$ 5.065,98
12.01.26.782.0034.2.031.3.3.90.00.01.0000/53 R\$ 1.538,87
11.01.20.606.0015.2.013.3.3.90.00.01.0000/36 R\$ 6.179,93
12.02.25.751.0023.2.027.3.3.90.00.01.0017/62 R\$ 3.502,12

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação do excesso de arrecadação no mesmo valor das dotações acima relacionadas.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 26 de dezembro de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 26 de dezembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.

LEI Nº 923/2017- INSTITUI GRATIFICAÇÃO PMAQ-AB

Publicação Nº 1656663

LEI Nº 923/2017

“Institui gratificação para servidores municipais integrantes das equipes de saúde da atenção básica que ADERIRAM E/OU aderiram ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada, no âmbito da estrutura administrativa do Município de Anitápolis, a gratificação denominada PMAQ, a ser concedida aos servidores municipais integrantes das equipes de saúde da atenção básica que aderiram e/ou aderirem ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB, desde que em atividade junto às equipes de saúde da atenção básica no momento do efetivo pagamento da vantagem pela Administração Municipal.

§ 1º Para efeitos desta Lei, a equipe de saúde da atenção básica é composta pelos seguintes cargos:

- I – Enfermeiro de saúde da família
- II – Técnico de enfermagem de saúde da família
- III – Odontólogo de saúde da família
- IV – Técnico em enfermagem
- V – Auxiliar de consultório dentário

§ 2º A avaliação das equipes de saúde da atenção básica, bem como os resultados alcançados, são os balizadores do repasse do componente de Qualidade do Piso da Atenção Básica Variável, conforme os critérios definidos pela Portaria nº 1.654/2011 do Ministério da Saúde:

- I – Insatisfatório ou desclassificado, não dando à equipe de saúde da atenção básica direito a recebimento;
- II – Mediano ou abaixo da média, não dando à equipe de saúde da atenção básica direito a recebimento;

III – Acima da média, dando à equipe de saúde da atenção básica direito a recebimento, na proporção de 60% do montante máximo definido pelo Ministério da Saúde;

IV – Muito acima da média, dando à equipe de saúde da atenção básica direito a recebimento, na proporção de 100% do montante máximo definido pelo Ministério da Saúde;

Art. 2º A gratificação a que se refere o art. 1º desta Lei será paga com recursos do Incentivo Financeiro do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica, transferido fundo a fundo pelo Ministério da Saúde, denominado Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável, instituído pela Portaria nº 1.654, de 19 de julho de 2011 e com valores definidos pelo Ministério da Saúde, através de regulamentação própria, mediante avaliação de desempenho realizada através de monitoramento sistemático e contínuo.

§ 1º Os valores referentes ao Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável, repassados pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal estão vinculados aos resultados alcançados no desempenho das atividades contratualizadas no ato de adesão ao PMAQ-AB pelo Município e serão aplicados da seguinte forma:

I – até o limite de 30% (trinta por cento) do total dos recursos recebidos pelo Município serão destinados ao pagamento da gratificação prevista no art. 1º desta Lei aos servidores municipais integrantes das equipes de saúde da atenção básica que aderiram ao PMAQ-AB;

II – até o limite de 70% (setenta por cento) do total dos recursos recebidos pelo Município serão destinados a outras despesas de custeio, seja com pessoal, aí considerados os encargos sociais,

seja com material de consumo, serviços de terceiros, dentre outras despesas das equipes na implementação das ações e metas do PMAQ-AB.

Art. 3º A gratificação PMAQ será paga mensalmente aos servidores ocupantes dos cargos definidos no Art. 1º desta Lei, no mês imediatamente subsequente ao repasse, considerando o montante efetivamente recebido pelo Município a título de Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável, de acordo com o repasse realizado pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal no respectivo período e com o percentual definido no artigo anterior.

§1º O pagamento da gratificação PMAQ fica condicionado ao recebimento por parte do Município do valor correspondente ao repasse efetuado pelo Governo Federal.

§ 2º O valor referente à gratificação PMAQ, devido a cada servidor integrante da equipe de saúde da atenção básica que tenha aderido ao PMAQ-AB, será de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) mensais, não podendo este valor ultrapassar o limite definido no inciso I, § 1º do art. 2º desta Lei, este valor é correspondente a 40 horas semanais, sendo pago proporcionalmente conforme a carga horária do servidor ocupante do cargo definido no Art. 1º desta Lei. § 3º À exceção do gozo de férias, os afastamentos das atribuições próprias do cargo, emprego ou função desempenhada pelo servidor junto às equipes de saúde da atenção básica que aderiram ao PMAQ-AB no mês objeto da avaliação, ocasionarão a perda do direito à gratificação PMAQ, proporcionalmente ao período de afastamento.

§ 4º Os servidores que não mais estiverem em atividade junto às equipes de saúde da atenção básica no momento do efetivo pagamento da vantagem pela Administração Municipal, não farão jus à gratificação a que se refere esta Lei, independentemente de terem aderido ao PMAQ-AB.

§ 5º Os valores referentes aos descontos decorrentes de afastamento e o que for devido ao servidor por ventura exonerado, quando do efetivo pagamento da gratificação, serão revertidos ao município, passando a integrar o montante destinado às outras despesas das equipes na implementação das ações e metas do PMAQ-AB.

Art. 4º A gratificação PMAQ não será objeto de incorporação, bem como não servirá de base de cálculo para a concessão de outras vantagens.

Art. 5º O pagamento da gratificação PMAQ terá natureza remuneratória, sobre ele incidindo descontos fiscais nos termos da legislação vigente, porém não incidindo contribuição previdenciária.

Art. 6º O saldo referente aos valores do Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável já repassados até 31/01/2017 pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal será utilizado na sua totalidade a outras despesas de custeio com pessoal, aí considerados os encargos sociais, despesas com material de consumo, despesas com serviços de terceiros, dentre outras das equipes na implementação das ações e metas do PMAQ-AB.

§ 1º Para o cumprimento do disposto no § 2º do art. 3º, considerar-se-á o número total de servidores beneficiados na respectiva unidade de saúde, somando-se as cargas horárias fixadas pela legislação municipal para os seus cargos, empregos ou funções, observando sempre o limite definido no inciso I, § 1º do art. 2º desta Lei.

§ 2º Os valores referentes ao desconto decorrente de afastamento e o que for devido a servidor por ventura exonerado na data de entrada em vigor desta lei serão revertidos ao município, passando a integrar o montante destinado às outras despesas das equipes na implementação das ações e metas do PMAQ-AB.

Art. 7º A vantagem instituída por esta Lei será paga à conta das seguintes dotações orçamentárias:

15.01.10.301.0026.4006 – Funcionamento e Manutenção da Estratégia Saúde da Família

3.1.90.00 – Aplicações Diretas

0.2.0064.75 – Registrar as Receitas do Bloco de Atenção Básica – PMAQ

15.01.10.301.0026.4008 – Funcionamento e Manutenção da Estratégia da Saúde Bucal

3.1.90.00 – Aplicações Diretas

0.2.0064.75 – Registrar as Receitas do Bloco de Atenção Básica – PMAQ

Art. 8º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anitápolis, em 09 de março de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 09 de março de 2017.

Orli Amâncio Fidencio

Secretário de Administração,

Contabilidade e Finanças

LEI Nº 924/2017- ELEGE O CISAM-SUL REGULADOR DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO

Publicação Nº 1656678

LEI Nº 924 DE 22 DE MARÇO DE 2017

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO de Anitápolis GABINETE DO PREFEITO CNPJ 82.892.332/0001-92 Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88475-000 – ANITÁPOLIS – SC Fone: (0xx) 48 3256-0131 – Fax 3256-0188 E-mail:prefeitura@anitapolis.sc.gov.br
--	---

ELEGE O CISAM_SUL COMO ENTE REGULADOR DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS/SC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica eleito como ente regulador dos serviços de saneamento do Município de Anitápolis/SC, em atendimento a Lei Federal nº 11.445, englobando água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem urbana, o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental (CISAM-Sul), o qual exercerá a regulação por meio de seu Órgão Regulador, denominado CISAM-Sul-REG, o qual se constitui, nos termos da Clausula Trigésima Segunda do contrato de Consórcio Público (Protocolo de Intenções) e art. 33, do Estatuto do Consórcio, em órgão de natureza consultiva e deliberativa do CISAM-Sul, destinada ao exercício da atividade regulatória dos serviços de saneamento em proveito dos municípios consorciados.

Art. 2º - O funcionamento, composição e procedimentos do CISAM-Sul-REG serão os estabelecidos em resoluções próprias do CISAM-Sul.

Art. 3º - Diante da inserção do Contrato de Consórcio Público, do estatuto do consórcio e de todas as normas derivadas desses instrumentos no ordenamento jurídico do Município, fica criado o preço de regulação (PR), com a finalidade de promover o adequado custeio e sustentabilidade das atividades regulatórias a serem

desenvolvidas pelo CISAM-Sul-REG, cujos valores serão fixados por meio de resoluções aprovadas na Assembléia Geral do CISAM-Sul.
Art. 4º - Fica revogada a Lei Municipal nº 805/13 de 07/02/2013 que Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico de Santa Catarina – AGESAN e dá outras Providências.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anitápolis, 22 de março de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, em 22 de março de 2017.

Orli Amâncio Fidencio
Secretário de Administração,
Contabilidade e Finanças

LEI Nº 925/2017- ALTERA ARTIGO LEI ORGÂNICA

Publicação Nº 1656684

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO de Anitápolis GABINETE DO PREFEITO CNPJ 82.892.332/0001-92 Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88475-000 – ANITÁPOLIS – SC Fone: (0xx) 48 3256-0131 – Fax 3256-0188 E-mail:prefeitura@anitapolis.sc.gov.br

LEI DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 925/2017

ALTERA O ARTIGO 21 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, QUE TRATA DA PUBLICAÇÃO DOS ATOS MUNICIPAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS, Laudir Pedro Coelho, nos termos do artigo 60, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Emenda a Lei Orgânica:

Artigo 1º - O Artigo 21 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 21 - Os atos municipais que produzam efeitos externos serão publicados no órgão oficial do Município definido em lei ou, na falta deste, em diário da respectiva associação municipal ou em jornal local ou da microrregião a que pertencer.

§ 1º - A lei poderá instituir diário oficial eletrônico do Município, disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação dos atos municipais

§ 2º - O sítio e o conteúdo das publicações de que trata § 1º deverão ser assinados digitalmente com base em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

§ 3º - A publicação eletrônica na forma do § 1º substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei especial, exijam outro meio de publicação.”

Artigo 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Anitápolis, 05 de abril de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, em 05 de abril de 2017.

Orli Amancio Fidencio
Secretário de Administração,
Contabilidade e Finanças

LEI Nº 926/2017- ABRE CREDITO ESPECIAL PREFEITURA

Publicação Nº 1656689

LEI Nº 926/17

ABRE CREDITO ESPECIAL NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto os itens orçamentários abaixo discriminados no valor total de R\$ 252.700,00 (duzentos e cinquenta e dois mil e setecentos Reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS

02.01.04.122.0006.2.001.3.1.91.0.1.0000 R\$ 9.100,00
10.01.04.122.0009.2.005.3.1.91.0.1.0000 R\$ 43.000,00
10.02.04.123.0012.2.008.3.1.91.0.1.0000 R\$ 34.000,00
11.01.20.606.0015.2.013.3.1.91.0.1.0000 R\$ 41.000,00
12.01.26.782.0034.2.031.3.1.91.0.1.0000 R\$ 51.000,00
13.01.12.361.0029.2.036.3.1.91.0.1.0001 R\$ 31.000,00
13.01.12.365.0018.2.032.3.1.91.0.1.0001 R\$ 13.000,00
13.01.12.365.0018.2.035.3.1.91.0.1.0001 R\$ 2.600,00
14.02.17.512.0033.2.047.3.1.91.0.1.0000 R\$ 21.000,00
14.03.08.244.0028.2.050.3.1.91.0.1.0000 R\$ 7.000,00

PARAGRAFO ÚNICO – A abertura de tal crédito servirá para registrar despesas com os encargos patronais do RPPS, em virtude das mesmas terem sido contemplados no orçamento de 2017 na modalidade 3.1.90 de forma equivocada, as relativas despesas devem ser empenhadas na modalidade 3.1.91 de acordo com a portaria interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, atualizada em 25 de agosto de 2015, abaixo podemos identificar a natureza da despesa das referidas modalidades:

3. Despesas Correntes

1. Pessoal e Encargos Sociais
90. Aplicações Diretas

3. Despesas Correntes

1. Pessoal e Encargos Sociais
91. Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação no mesmo valor das dotações abaixo relacionadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS

02.01.04.122.0006.2.001.3.1.90.0.1.0000 R\$ 9.100,00
10.01.04.122.0009.2.005.3.1.90.0.1.0000 R\$ 43.000,00
10.02.04.123.0012.2.008.3.1.90.0.1.0000 R\$ 34.000,00
11.01.20.606.0015.2.013.3.1.90.0.1.0000 R\$ 41.000,00
12.01.26.782.0034.2.031.3.1.90.0.1.0000 R\$ 51.000,00
13.01.12.361.0029.2.036.3.1.90.0.1.0001 R\$ 31.000,00
13.01.12.365.0018.2.032.3.1.90.0.1.0001 R\$ 13.000,00
13.01.12.365.0018.2.035.3.1.90.0.1.0001 R\$ 2.600,00
14.02.17.512.0033.2.047.3.1.90.0.1.0000 R\$ 21.000,00
14.03.08.244.0028.2.050.3.1.90.0.1.0000 R\$ 7.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Município de Anitápolis, 05 de abril de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, em 05 de abril de 2017.

Orli Amancio Fidêncio
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças

LEI Nº 927/2017- INSTITUI O DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SC -ÓRGÃO DE PUBLICIDADE OFICIAL

Publicação Nº 1656697

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO de Anitápolis GABINETE DO PREFEITO CNPJ 82.892.332/0001-92 Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88475-000 – ANITÁPOLIS – SC Fone: (0xx) 48 3256-0131 – Fax 3256-0188 E-mail:prefeitura@anitapolis.sc.gov.br
--	---

LEI Nº 927/2017.

INSTITUI O DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA COMO ÓRGÃO DE PUBLICAÇÃO OFICIAL.

O Prefeito Municipal de Anitápolis – SC, Laudir Pedro Coelho, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos administrativos.

Parágrafo único. O Diário Oficial dos Municípios de que trata esta Lei substitui a publicação impressa e será veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet.

Art. 2º A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Art. 3º Os atos oficiais de efeitos externos surtirão seus efeitos somente depois de publicados no Diário Oficial dos Municípios.

Parágrafo único. Os atos oficiais de efeitos internos entrarão em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Art. 4º O Chefe do Poder Executivo regulamentará a implantação do Diário Oficial dos Municípios e indicará a data em que iniciará sua veiculação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Anitápolis, 13 de abril de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, em 13 de abril de 2017.

Orli Amâncio Fidêncio
Secretário de Administração,
Contabilidade e Finanças

LEI Nº 928/2017- MODIFICA ANEXOS IV - V DA LEI Nº 623/05

Publicação Nº 1656707

LEI Nº 928/2017

Modifica os anexos IV e V da Lei 623, de 01.07.05 e estabelece outras providências.

Laudir Pedro Coelho, Prefeito do Município de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os anexos IV e V da Lei nº 623/05, de 01.07.05, passam a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO IV

NOMINATA DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

GRUPO: DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

CÓDIGO: DAS

Nº DE CARGOS	DENOMINAÇÃO	NÍVEL
GABINETE DO PREFEITO		
01	Assessor de Gabinete	DAS – 01
01	Assessor Jurídico	DAS – 04
01	Assessor de Imprensa e Comunicações	DAS – 06
01	Chefe de Gabinete	DAS – 07
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS		
01	Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças	DAS – 02
01	Diretor de Recursos Humanos	DAS – 05
01	Diretor de Serviços Administrativos	DAS – 05
01	Diretor de Controle Interno	DAS – 05
01	Diretor de Licitação	DAS – 05
01	Diretor de Planejamento e Orçamento	DAS – 05
01	Diretor de Compras	DAS – 05
01	Chefe de Controle e Patrimônio	DAS – 08
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA, TURISMO E MEIO AMBIENTE		
01	Secretário da Agropecuária, Turismo e Meio Ambiente	DAS – 02
01	Secretário Adjunto	DAS – 03
01	Diretor de Agropecuária	DAS – 05
01	Diretor de Turismo	DAS – 05
01	Diretor de Meio Ambiente	DAS – 05
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		
01	Secretário de Transportes, Obras e Serviços Urbanos	DAS – 02
01	Diretor de Transportes	DAS – 05
01	Diretor de Obras	DAS – 05
01	Diretor de Serviços Urbanos	DAS – 05
01	Chefe de Garagem	DAS – 09
01	Chefe de Turma	DAS – 10
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		
01	Secretário de Educação, Cultura e Esportes	DAS – 02
01	Secretário Adjunto	DAS – 03
01	Diretor de Educação	DAS – 05
01	Diretor de Cultura	DAS – 05
01	Diretor de Esportes	DAS – 05
01	Chefe da Merenda Escolar	DAS – 11
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, SANEAMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
01	Secretário Municipal de Saúde, Saneamento e Assistência Social	DAS – 02
01	Secretário Adjunto	DAS – 03
01	Diretor de Saúde	DAS – 05
01	Diretor de Saneamento	DAS – 05
01	Diretor de Assistência Social	DAS – 05
01	Chefe de Farmácia	DAS – 12

ANEXO V

TABELA DE SUBSÍDIOS/VENCIMENTOS DOS CARGOS COMISSIONADOS

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	REMUNERAÇÃO
01	Assessor de Gabinete	DAS – 01	950,00
05	Secretário	DAS – 02	3.500,00
03	Secretário Adjunto	DAS – 03	3.000,00
01	Assessor Jurídico	DAS – 04	2.121,52
18	Diretor	DAS – 05	1.586,31
01	Assessor de Imprensa e Comunicações	DAS – 06	1.193,34
01	Chefe de Gabinete	DAS – 07	3.000,00
01	Chefe de Controle e Patrimônio	DAS – 08	1.615,63

01	Chefe de Garagem	DAS – 09	1.193,34
01	Chefe de Turma	DAS – 10	950,00
01	Chefe da Merenda Escolar	DAS – 11	950,00
01	Chefe de Farmácia	DAS - 12	2.019,54

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Anitápolis, em 20 de abril de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, em 20 de abril de 2017.

Orli Amâncio Fidêncio
Secretário de Administração,
Contabilidade e Finanças

LEI Nº 929/2017- ALTERA ARTIGOS 1º E 2º DA LEI Nº 908/16

Publicação Nº 1656718

LEI Nº 929/2017

Altera o art. 1º e art. 2º da Lei nº 908/16 de 23 de junho de 2016, revogando o parágrafo único deste e da outras providências.

Laudir Pedro Coelho, Prefeito do Município de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara iniciou e aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica fixado em R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos Reais) o subsídio mensal do Prefeito Municipal para o mandato de 2017 a 2020.

Art. 2º Fica fixado em R\$ 6.250,00 (seis mil duzentos e cinquenta Reais) o subsídio mensal do Vice-Prefeito Municipal para o mandato de 2017 a 2020.

Parágrafo Único. REVOGADO

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Anitápolis, em 20 de abril de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, em 20 de abril de 2017.

Orli Amâncio Fidêncio
Secretário de Administração,
Contabilidade e Finanças

LEI Nº 930/2017- ABRE CREDITO ESPECIAL CÂMARA

Publicação Nº 1656725

LEI Nº 930/2017

ABRE CREDITO ESPECIAL NA CÂMARA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto o item orçamentário abaixo discriminado no valor total de R\$ 2.000,00 (dois mil Reais).

CÂMARA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS

01.01.01.031.0001.8.002.3.1.91.0.1.0000 R\$ 2.000,00

PARAGRAFO ÚNICO – A abertura de tal crédito servirá para registrar despesas com os encargos patronais do RPPS da Câmara Municipal de Anitápolis, em virtude das mesmas terem sido contemplados no orçamento de 2017 na modalidade 3.1.90 de forma equivocada, as relativas despesas devem ser empenhadas na modalidade 3.1.91 de acordo com a portaria interministerial nº 163, abaixo podemos identificar a natureza da despesa das referidas modalidades:

3. Despesas Correntes
1. Pessoal e Encargos Sociais
90. Aplicações Diretas

3. Despesas Correntes**1. Pessoal e Encargos Sociais****91. Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação no mesmo valor das dotações abaixo relacionadas.

CÂMARA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS

01.01.01.031.0001.8.002.3.1.90.0.1.0000 R\$ 2.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Anitápolis, 26 de abril de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças em, 26 de abril de 2017.

Orli Amacio Fidencio

Secretário de Administração,

Contabilidade e Finanças

LEI Nº 931/2017- ALTERA ARTIGO 2º DA LEI Nº 874/15

Publicação Nº 1656729

LEI Nº 931/2017

Altera o artigo 2º da Lei 874, de 21.05.15, revogando o § 2º deste e estabelece outras providências.

Laudir Pedro Coelho, Prefeito do Município de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 874/15, de 21.05.15, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O valor da gratificação mensal a ser concedida ao servidor efetivo designado para cumprir mandato de Pregoeiro, Membro Titular da Comissão Permanente de Licitação e Membro da Equipe de Apoio ao Pregoeiro será a seguinte:

- I. Presidente da Comissão e Pregoeiro R\$ 700,00 (setecentos Reais);
- II. Membro Titular da Comissão Permanente de Licitação R\$ 100,00 (cem Reais);
- III. Membro da equipe de Apoio ao Pregoeiro R\$ 100,00 (cem Reais);

§ 1º - Caso o servidor seja nomeado ou designado simultaneamente como Pregoeiro Titular, Presidente da Comissão, Membro da Equipe de Apoio ao Pregoeiro ou Membro Titular de Comissão Permanente de Licitação, deverá optar, expressamente, sob qual atividade pretende perceber a Gratificação referida na presente Lei, ficando vedada a percepção cumulativa da gratificação pela participação em mais de uma comissão ou equipe.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Anitápolis, em 25 de maio de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças em, 25 de maio de 2017.

Roberto Cabral da Silva

Secretário de Administração,

Contabilidade e Finanças

LEI Nº 932/2017- RATIFICA ALTERAÇÕES PROTOCOLO DE INTENÇÕES (CIGA)

Publicação Nº 1656737

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO de Anitápolis GABINETE DO PREFEITO CNPJ 82.892.332/0001-92 Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88475-000 – ANITÁPOLIS – SC Fone: (0xx) 48 3256-0131 – Fax 3256-0188 E-mail:prefeitura@anitapolis.sc.gov.br
--	---

LEI Nº 932/2017

RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES, CONSUBSTANCIADO NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, apresenta à judiciosa apreciação da Colenda Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1.º Nos termos do artigo 12 da Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciadas no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), firmado entre este Município e o Consórcio Público CIGA, mediante autorização da Lei Municipal n.º 869/2015.

Art. 2.º O texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal é parte integrante do Anexo I desta Lei.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Anitápolis (SC) 25 de maio de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, em 25 de maio de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração,
Contabilidade e Finanças

LEI Nº 933/2017- ALTERA LEI Nº 794/12 -IPREAPOLIS

Publicação Nº 1656749

LEI Nº 933/2017

ALTERA A LEI 794 DE 25 DE OUTUBRO DE 2012.

O Prefeito Municipal de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A da Lei 794/2012 passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 2º O Comitê de Investimentos, conforme o art. 1º desta Lei integra a estrutura organizacional do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Anitápolis - IPREAPOLIS e terá em sua composição os seguintes membros:

I - 03 (três) servidores com condições de efetivos, ativos, indicados pelo Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único. O mandato dos membros do Comitê de Investimentos será de três (03) anos.

Art. 3º

§ 1º Os membros titulares do Comitê de Investimentos e seus suplentes quando forem convocados pelo egresso dos membros titulares, farão jus ao "jeton de presença" no valor correspondente a R\$ 100,00 (cem Reais);

§2º - Somente farão jus ao recebimento do "jeton de presença" os membros que tenham sido aprovados em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, cujo conteúdo abrangerá, no mínimo, o contido no anexo a Portaria MPS 519/2011 e suas alterações posteriores.

§3º Será pago no máximo a título de "jeton de presença" o correspondente a 01 (uma) reunião ordinária, convocada na forma da legislação em vigor;

§4º O valor do "jeton de presença" será atualizado na mesma data e no mesmo percentual, concedidos aos servidores municipais em atividade;

§5º O referido "jeton de presença" será custeado pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Anitápolis - IPREAPOLIS através de sua taxa de administração, sendo o pagamento efetuado até o quinto dia útil do mês posterior ao da reunião;

§6º É vedada a acumulação de parcelas de "jeton de presença" instituídas por esta lei, pela participação simultânea em mais de um organismo pertencente à estrutura do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Anitápolis - IPREAPOLIS.

Art. 3-A. Fica autorizado o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Anitápolis - IPREAPOLIS a realizar o pagamento da taxa de inscrição do exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, cujo conteúdo abrangerá, no mínimo, o contido no anexo a Portaria MPS 519/2011 e suas alterações posteriores, a ser realizada pelos servidores nomeados para compor o Comitê de Investimentos.

Parágrafo único. A taxa de inscrição de que trata o caput deste artigo será custeada pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Anitápolis - IPREAPOLIS através de sua taxa de administração;

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Anitápolis, 25 de maio de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, em 25 de maio de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração,
Contabilidade e Finanças

LEI Nº 934/2017- AUTORIZA DISPENSA DE AJUIZAMENTO DE EXECUÇÕES FISCAIS

Publicação Nº 1656760

LEI COMPLEMENTAR Nº 934/2017

Autoriza o Município de Anitápolis a dispensar o ajuizamento de execuções fiscais de baixo valor, a efetuar o protesto de Certidão de Dívida Ativa - CDA de título executivo judicial e extrajudicial de quantia certa, autoriza o registro, pelo Município, de devedores em entidades de serviços de proteção ao crédito e/ou que promovam cadastros de devedores inadimplentes, o cancelamento dos débitos que especifica, quando alcançados pela Prescrição; autoriza a Fazenda Pública Municipal a celebrar acordo em processos administrativos e judiciais, e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE ANITAPOLIS, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município autorizado a dispensar o ajuizamento de ações de execuções fiscais de débitos tributários de valores consolidados iguais ou inferiores a R\$ 950.00 (novecentos e cinquenta reais).

§ 1º O valor consolidado a que se refere o "caput" é o resultante da atualização do respectivo débito originário, mais os encargos e os acréscimos legais vencidos até a data da apuração.

§ 2º Na hipótese de existência de vários débitos de um mesmo devedor inferiores ao limite fixado no "caput" que, consolidados por identificação de inscrição cadastral na Dívida Ativa, superarem o referido limite, deverá ser ajuizada uma única execução fiscal.

Art. 2º É facultado ao Executivo à implantação de Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), como meio de incentivo à população de quitação das dívidas oriundas de Tributos e Impostos, inclusive aquelas já inscritas em Dívida Ativa do Município, cabendo ao devedor o ônus das custas e emolumentos dos serviços Notariais e de Registros.

Art. 3º A Fazenda Pública, por intermédio de seus procuradores, fica autorizada a requerer o arquivamento, sem baixa na distribuição, dos autos das ações de execução fiscal de débitos inscritos em Dívida Ativa, dos débitos abrangidos pelo art. 1º desta lei, independentemente do pagamento de honorários advocatícios pelo devedor.

Art. 4º Excluem-se das disposições do art. 2º desta lei:

I – os débitos objeto de execuções fiscais embargadas, salvo se o executado manifestar em Juízo sua concordância com a extinção do feito sem quaisquer ônus para a Municipalidade de Anitápolis;

II – os débitos objeto de decisões judiciais já transitadas em julgado.

Art. 5º Inscrito o crédito em Dívida Ativa, o devedor será notificado do inteiro teor da certidão para, em sessenta dias, alternativamente:

I – efetuar o pagamento, acrescido dos encargos incidentes; ou

II - solicitar o parcelamento do débito por uma das formas previstas em lei.

Art. 6º A Fazenda Pública Municipal poderá utilizar meios alternativos de cobrança dos créditos, podendo, inclusive, proceder o protesto extrajudicial da Certidão da Dívida Ativa - CDA - e inscrever o nome do devedor em qualquer cadastro informativo de inadimplência, público ou privado, de proteção ao crédito.

§1º O protesto extrajudicial dos créditos tributários inscritos em dívida ativa autorizados pela Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, será realizado pela Fazenda Pública Municipal.

§2º O previsto neste artigo não impede o ajuizamento ou prosseguimento da ação de execução.

Art. 7º O Poder Executivo, mediante Decreto, poderá expedir instruções para a fiel execução da presente Lei.

Art. 8º Fica o Poder Executivo, mediante Decreto, autorizado a cancelar os débitos abrangidos por esta lei, quando consumada a prescrição.

Art. 9º Não serão restituídas, no todo ou em parte, quaisquer importâncias recolhidas anteriormente à vigência desta lei.

Art. 10º Ficam os representantes da Fazenda Pública Municipal autorizados a promoverem acordos judiciais e extrajudiciais em processos administrativos e judiciais em que o Município de Anitápolis for interessado ou parte na qualidade de autor, réu ou mesmo tiver interesse jurídico na qualidade de assistente ou oponente, nos casos em que o objeto do processo versar sobre direitos disponíveis e de cunho meramente patrimonial, cujo valor da causa não exceda o valor de alçada dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, criados pela Lei Federal nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009.

Parágrafo Único - Os débitos inscritos em Dívida Ativa poderão ser objeto de acordo no âmbito administrativo ou de transação em execução fiscal, nos termos e condições que a lei fixar, ainda que superiores ao limite indicado no caput deste artigo.

Art. 11º Fica revogada em seu inteiro teor das Leis Complementares nº 733/2009, 896/2015 e 919/2016.

Art. 12º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Anitápolis, 08 de junho de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, em 08 de junho de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração,
Contabilidade e Finanças

LEI Nº 935/2017- DENOMINA NOME DE ESTRADA MUNICIPAL- ARI BROERING

Publicação Nº 1656773

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO de Anitápolis GABINETE DO PREFEITO CNPJ 82.892.332/0001-92 Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88475-000 – ANITÁPOLIS – SC Fone: (0xx) 48 3256-0131 – Fax 3256-0188 E-mail:prefeitura@anitapolis.sc.gov.br
--	---

LEI Nº 935/2017

DENOMINA NOME DA ESTRADA MUNICIPAL QUE PARTE DO PONTO 27º50'54"S E 49º10'5"O NO MARACUJÁ E SEGUE ATÉ O PONTO 27º48'54"S E 49º8'19"O DE ESTRADA MUNICIPAL ARI BROERING.

O Prefeito Municipal de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Anitápolis aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de ESTRADA MUNICIPAL ARI BROERING, a bifurcação iniciada com a Estrada Geral Maracujá, que parte do ponto 27º50'54"S e 49º10'5" e segue até o ponto 27º48'54"S e 49º8'19"O no Município de Anitápolis - SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anitápolis. 03 de julho de 2017.
Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças da Prefeitura Municipal de Anitápolis em 03 de julho de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração,
Contabilidade e Finanças

LEI Nº 936/2017- CRIA ESTRADA MUNICIPAL-SAO PE.PIO DE PIETRELCINA

Publicação Nº 1656783

LEI Nº 936/2017

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO de Anitápolis GABINETE DO PREFEITO CNPJ 82.892.332/0001-92 Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88475-000 – ANITÁPOLIS – SC Fone: (0xx) 48 3256-0131 – Fax 3256-0188 E-mail:prefeitura@anitapolis.sc.gov.br
--	---

CRIA A ESTRADA MUNICIPAL QUE PARTE DO PONTO 27°50'17"S E 49°11'2"O NO MARACUJÁ E SEGUE ATÉ O PONTO 27°49'40"S E 49°10'12"O E DENOMINA NOME DE ESTRADA MUNICIPAL SÃO PE. PIO DE PIETRELCINA.

O Prefeito Municipal de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Anitápolis aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Estrada Municipal, iniciando na bifurcação com a Estrada Municipal Maracujá, que parte do ponto 27°50'17"S e 49°11'2"O e segue até o ponto 27°49'40"S e 49°10'12"O, na Comunidade de Maracujá, no Município de Anitápolis - SC.

Art. 2º Fica denominada o nome de SÃO PE. PIO DE PIETRELCINA, a Estrada Municipal, iniciando na bifurcação com a Estrada Geral Maracujá, que parte do ponto 27°50'17"S e 49°11'2"O e segue até o ponto 27°49'40"S e 49°10'12"O, na Comunidade do Maracujá, no Município de Anitápolis - SC.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anitápolis, 03 de julho de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 03 de julho de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração,
Contabilidade e Finanças

LEI Nº 937/2017- AUTORIZA O EXECUTIVO ADQUIRIR ÁREA DE TERRAS

Publicação Nº 1656795

LEI Nº 937/2017

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO de Anitápolis GABINETE DO PREFEITO CNPJ 82.892.332/0001-92 Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88475-000 – ANITÁPOLIS – SC Fone: (0xx) 48 3256-0131 – Fax 3256-0188 E-mail:prefeitura@anitapolis.sc.gov.br
--	---

Autoriza o Poder Executivo, adquirir área de terra localizada no perímetro Urbano do Município de Anitápolis, do Imóvel com Matrícula de nº 917, registrado no Ofício de Registro de Imóveis de Palhoça, com área total de 522,90 m2 , e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE ANITAPOLIS, no uso de suas atribuições legais, submete o presente Projeto de Lei nº 18/17 a Câmara Municipal de Anitápolis, para análise e aprovação.

Art. 1º Autoriza o chefe do Poder Executivo a adquirir da Assistência Social São Sebastião, com endereço na Rua da República nº 126, atual Rua Manoel Moraes Teodoro nº 126, Centro, Anitápolis, SC, área de terra urbana do Município, medindo 522,90 metros quadrados, conforme matrícula em anexo.

§ 1º O imóvel constante desta Lei foi avaliado em R\$ 300.000,00 (trezentos mil Reais), mediante prévia avaliação, em conformidade com o artigo 24, X da Lei 8666/93.

§ 2º As despesas de Aquisição, escritura, registro e outras pertinentes a aquisição do terreno, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária 1301.12.365.0018.1.047.4.4.90.0.1.0000/186.

Art. 2º O Pagamento do valor mencionado no Art. 1º, Parágrafo Primeiro, será efetuado da seguinte forma:

I – Entrada de R\$ 90.000,00 (noventa mil Reais) no momento da averbação no registro de imóveis competente.

II – O restante do Valor de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil Reais), pagas em 21 parcelas de 10.000,00 (dez mil Reais), sendo que a primeira parcela será 30 dias após o pagamento da entrada.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua aprovação, revogado as disposições em contrário.

Anitápolis, 19 de julho de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, em 19 de julho de 2017.

Roberto Cabral da Silva

Secretário de Administração,

Contabilidade e Finanças

LEI Nº 938/2017- INSTITUI O CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- (CRAS)

Publicação Nº 1656803

LEI Nº 938, DE 17 DE AGOSTO DE 2017.

INSTITUI O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS FIXA DIRETRIZES, VAGAS, NOMENCLATURAS, ATRIBUIÇÕES E REMUNERAÇÃO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, unidade pública municipal, de base territorial, destinada à prestação de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

Parágrafo único: O CRAS se caracteriza como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso das famílias à rede de proteção social de assistência social.

Art. 2º O CRAS ofertará os seguintes serviços, conforme Tipificação Nacional de Serviços sócio assistenciais (aprovada pela Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009):

I - Serviço de Proteção e Atenção Integral a Família (PAIF);

II - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV);

III - Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoa com Deficiência e Idosos.

Parágrafo Único: É obrigatória a execução do Serviço de Proteção e Atenção Integral a Família (PAIF) no CRAS, os demais serviços poderão ser implantados conforme demanda de forma complementar ao PAIF.

Art. 3º Compete ao CRAS:

I - Responsabilizar-se pela gestão territorial da proteção social básica;

II - Executar prioritariamente o PAIF e outros programas, benefícios e serviços de proteção social básica, que tenham como foco a família e seus membros nos diferentes ciclos de vida;

III - Elaborar diagnóstico sócio territorial e identificar necessidades de serviços, mediante estatísticas oficiais, banco de dados da vigilância social, diálogo com profissionais da área e lideranças comunitárias, banco de dados de outros serviços sócioassistenciais ou setoriais, organizações não governamentais, conselhos de direitos e grupos sociais;

IV - Atuar com famílias, seus membros e indivíduos, visando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;

V - Ofertar os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos;

VI - Organizar e coordenar a rede local de serviços sócioassistenciais, agregando todos os atores sociais do território no enfrentamento das diversas vulnerabilidades sociais;

VII - Assegurar acesso ao Cadastro Único a todas as famílias em situação de vulnerabilidade do território;

VIII - Incluir as famílias do Programa Bolsa Família nos diversos serviços prestados pelo CRAS, em especial nos serviços de inclusão produtiva;

IX - Promover ampla divulgação dos direitos sócioassistenciais nos territórios, bem como dos programas, projetos, serviços e benefícios visando assegurar o acesso da população a eles;

X - Realizar a busca ativa de famílias e indivíduos, sempre que necessário, visando assegurar-lhes o acesso aos direitos sócioassistenciais e à cidadania;

XI - Participar dos espaços de articulação das políticas sociais e fortalecer suas iniciativas, no sentido de estimular a intersetorialidade no município;

XII - Trabalhar articuladamente com os demais serviços públicos presentes no seu território de atuação e com os demais serviços de Assistência Social do município;

XIII - Outras ações correlatas previstas nas normas vigentes.

Parágrafo Único: Os CRAS observarão o Protocolo de Gestão Integrado entre benefícios e serviços aprovado na Resolução nº 7, de 10 de setembro de 2009, da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), assim como outros protocolos e instrumentais que vierem a ser firmados no âmbito da política de assistência social.

Art. 4º Para atender as necessidades dos serviços referidos no artigo 2º, ficam criados, na Estrutura Administrativa do município de Anitápolis os empregos a seguir, vinculados ao regime da consolidação das Leis do Trabalho, mediante concurso público, por prazo indeterminado.

I – 01 (um) cargo de Coordenador de CRAS, devendo o mesmo ser um dos técnicos de nível superior previstos na Resolução do CNAS nº 17, de 20/07/2011;

II – 01 (um) cargo de assistente social, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semana;

III – 01 (um) cargo de psicólogo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semana;

IV – 01 (um) orientador social de nível médio com carga horária de 40 (quarenta) horas/semana;

Parágrafo Único: Decreto regulamentará o concurso público para fins desta lei, podendo o Coordenador de CRAS, os profissionais do cargo de assistente social, psicólogo e o orientador social serem submetidos a processo seletivo público, de prova ou provas e títulos.

Art. 5º A remuneração dos profissionais inseridos nos serviços será a seguinte:

Cargo	Carga horária	Salário base
Coordenador de CRAS	40	3.000,00
Assistente Social	40	3.000,00
Psicólogo	40	3.000,00
Orientador Social	40	1.500,00

Parágrafo Único: A remuneração dos profissionais inseridos nas equipes dos serviços descritos será reajustada na época e de acordo com os índices aplicados à remuneração dos servidores do quadro permanente efetivo do Município e farão jus aos benefícios garantidos aos demais servidores municipais.

Art. 6º São atribuições dos cargos:

I – São atribuições da equipe técnica de nível superior (Assistente Social e Psicólogo) do CRAS:

- Acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS;
- Planejamento e implementação do PAIF, de acordo com as características do território de abrangência do CRAS;
- Mediação de grupos de famílias dos PAIF;
- Realização de atendimento particularizados e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS;
- Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território;
- Apoio técnico continuado aos profissionais responsáveis pelo(s) serviço(s) de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvidos no território ou no CRAS;
- Acompanhamento de famílias encaminhadas pelos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos ofertados no território ou no CRAS;
- Realização da busca ativa no território de abrangência do CRAS e desenvolvimento de projetos que visam prevenir aumento de incidência de situações de risco;
- Acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades;
- Alimentação de sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva;
- Articulação de ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência;
- Realização de encaminhamento, com acompanhamento, para a rede socioassistencial;
- Realização de encaminhamentos para serviços setoriais;
- Participação das reuniões preparatórias ao planejamento municipal ou do DF;
- Participação de reuniões sistemáticas no CRAS, para planejamento das ações semanais a serem desenvolvidas, definição de fluxos, instituição de rotina de atendimento e acolhimento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações com outros setores, procedimentos, estratégias de resposta às demandas e de fortalecimento das potencialidades do território.

II – São atribuições do Orientador Social:

- Apoio ao trabalho dos técnicos de nível superior da equipe de referência do CRAS, em especial no que se refere às funções administrativas;
- Participação de reuniões sistemáticas de planejamento de atividades e de avaliação do processo de trabalho com a equipe de referência do CRAS;
- Recepção e oferta de informações às famílias usuárias do CRAS;
- Mediação dos processos grupais, próprios dos serviços de convivência e fortalecimentos de vínculos, ofertados no CRAS;
- Participação de reuniões sistemáticas de planejamento de atividades e de avaliação do processo de trabalho com a equipe de referência do CRAS;
- Participação das atividades de capacitação (ou formação continuada) da equipe de referência do CRAS.

III – São atribuições do Coordenador do CRAS:

- Articular, acompanhar e avaliar o processo de implantação do CRAS e a implementação dos programas, serviços, projetos de proteção social básica operacionalizada nessa unidade;
- Coordenar a execução e o monitoramento dos serviços, o registro de informações e a avaliação das ações, programas, projetos, serviços e benefícios;
- Participar da elaboração, acompanhar e avaliar os fluxos e procedimentos para garantir a efetivação da referência e contra referência;
- Coordenar a execução das ações, de forma a manter o diálogo e garantir a participação dos profissionais, bem como das famílias inseridas nos serviços ofertados pelo CRAS e pela rede prestadora de serviços no território;
- Definir, com participação da equipe de profissionais, os critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias, dos serviços ofertados no CRAS;

- f. Coordenar a definição, junto com a equipe de profissionais e representantes da rede sócioassistencial do território, o fluxo de entrada, acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das famílias e indivíduos nos serviços de proteção social básica da rede sócioassistencial referenciada ao CRAS;
- g. Promover a articulação entre serviços, transferência de renda e benefícios sócioassistenciais na área de abrangência do CRAS;
- h. Definir, junto com a equipe técnica, os meios e as ferramentas teórico-metodológicos de trabalho social com famílias e dos serviços de convivência;
- i. Contribuir para avaliação, a ser feita pelo gestor, da eficácia, eficiência e impactos dos programas, serviços e projetos na qualidade de vida dos usuários;
- j. Efetuar ações de mapeamento, articulação e potencialização da rede socioassistencial no território de abrangência do CRAS e fazer a gestão local desta rede;
- k. Efetuar ações de mapeamento e articulação das redes de apoio informais existentes no território (lideranças comunitárias, associações de bairro);
- l. Coordenar a alimentação de sistemas de informação de âmbito local e monitorar o envio regular e nos prazos, de informações sobre os serviços sócioassistenciais referenciados, encaminhando-os à Secretaria Municipal (ou do DF) de Assistência Social;
- m. Participar dos processos de articulação intersetorial no território do CRAS;
- n. Averiguar as necessidades de capacitação da equipe de referência e informar a Secretaria de Assistência Social (do município ou do DF);
- o. Planejar e coordenar o processo de busca ativa no território de abrangência do CRAS, em consonância com diretrizes da Secretaria de Assistência Social (do município ou do DF);
- p. Participar das reuniões de planejamento promovidas pela Secretaria de Assistência Social (do município ou do DF), contribuindo com sugestões estratégicas para a melhoria dos serviços a serem prestados;
- q. Participar de reuniões sistemáticas, com os demais trabalhadores da Assistência Social;

Art. 7º Constituem hipóteses de demissão dos profissionais vinculados ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS a que se refere esta lei:

I – prática de falta grave, compreendendo:

- a) ato de improbidade;
- b) incontinência de conduta ou mau procedimento;
- c) condenação criminal, transmitida em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
- d) prática de comércio durante o horário de trabalho;
- e) desídia no desempenho das respectivas funções;
- f) embriaguez habitual ou em serviço;
- g) violação de segredo a que estava obrigado em virtude do exercício das suas funções;
- h) ato de indisciplina ou de insubordinação;
- i) abandono do cargo;
- j) ato lesivo da honra ou da boa fama, praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- l) ato lesivo da honra ou da boa forma ou ofensas físicas praticadas contra superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa ou de outrem;
- m) prática constante de jogos de azar;
- n) a apresentação falsa de residência;
- o) qualquer outra prevista no estatuto do servidor municipal.

II – acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III - necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesas, nos termos da lei complementar a que se refere o artigo 169 da Constituição Federal;

IV – motivadamente (art. 7º, I, da Constituição Federal, Estadual ou Municipal) em face da:

- a) extinção dos programas federais, a que justificaram a contratação;
- b) desativação/redução de órgãos administrativos;
- c) renúncia ou cancelamento do convênio de adesão, assinado por iniciativa do Município ou da União;
- d) cessação do repasse de recursos financeiros específicos da União ou do Estado para o Município.
- e) insuficiência de desempenho, mediante avaliação do chefe imediato e de Comissão de Avaliação designada para tal finalidade.

Art. 8º Poderá o Município designar servidores concursados e contratados sob o regime estatutário para trabalhar junto aos serviços relativos ao Centro de Referência de Assistência Social - CRAS descritos nesta Lei.

Art. 9º Ao cessar, em definitivo, o repasse oriundo do Fundo Nacional de Assistência Social para os serviços, os empregos criados por esta Lei serão extintos e rescindidos os contratos.

Art. 10º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação da Assistência Social, podendo ser utilizados os recursos do Fundo Nacional de Assistência Social e Fundo Estadual de Assistência Social.

Art. 11º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anitápolis, 17 de agosto de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças em, 17 de agosto de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração,
Contabilidade e Finança

LEI Nº 939/2017- DENOMINA SERVIDÃO-HELIA PROBST DE SOUZA

Publicação Nº 1656810

LEI Nº 939/2017

DENOMINA SERVIDÃO

O Prefeito Municipal de Anitápolis no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominado "SERVIDÃO HÉLIA PROBST DE SOUZA" o acesso já existente a cerca de 30 (trinta) anos com extensão de 180 metros e largura de 3,50 metros com as seguintes confrontações: fazendo frente e início com a Rua Gonçalves Júnior, que parte do coordenada geográfica 27º54'11"S e 49º7'51"O; seguindo até a coordenada geográfica 27º54'14"S e 49º7'54"O, na residência do Sr. Reinaldo José Albino, localizado no centro de Anitápolis – SC.

A referida servidão encontra-se hoje pavimentada com lajota sextavada de concreto.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições com contrário.

Anitápolis, 17 de agosto de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, em 17 de agosto de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração,
Contabilidade e Finanças

LEI Nº 940/2017- ALTERA ANEXO I DA LEI Nº 816/13

Publicação Nº 1656823

LEI COMPLEMENTA Nº 940/2017

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO de Anitápolis GABINETE DO PREFEITO CNPJ 82.892.332/0001-92 Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88475-000 – ANITÁPOLIS – SC Fone: (0xx) 48 3256-0131 – 3256-0188 E-mail:prefeitura@anitapolis.sc.gov.br
--	---

ALTERA O ANEXO I DA LEI Nº 816/2013 REFERENTE À CARGA HORÁRIA E VENCIMENTO DO CARGO DE PSICÓLOGO.

O Prefeito Municipal de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º O anexo I da Lei nº 816/2013, de 13.06.13, referente ao cargo de Psicólogo, passa a vigorar com a seguinte redação:
ANEXO I

ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO DOS CARGOS DO Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF

EMPREGO (NASF)	QUANT.	VENCIMENTO PADRÃO (R\$)	CARGA HORÁRIA	ESCOLARIDADE MÍNIMA EXIGIDA
Psicólogo	01	2.345,52	30hs.	Graduação em Psicologia; Registro no CRP SC; Experiência Profissional/ Aprimoramento / Especialização;

Art. 2º A despesa desta Lei corre por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Anitápolis/SC, 31 de agosto de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças em, 31 de agosto de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração,
Contabilidade e Finanças

LEI Nº 941/2017- DISPOE SOBRE PLANO PLURIANUAL(PPA) QUADRIÊNIO 2018/2021

Publicação Nº 1656833

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO de Anitápolis
GABINETE DO PREFEITO
Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88.475-000 – ANITÁPOLIS – SC
Fone: (0xx) 48 3256-0131 – 3256-0188 E-mail: prefeitura@anitapolis.sc.gov.br

LEI Nº 941/2017

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS PARA O QUADRIÊNIO 2018/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Os objetivos e metas da Administração para o quadriênio 2018/2021 serão financiadas com os recursos previstos no Anexo I desta Lei.

Art. 2º O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Anitápolis para o quadriênio 2018/2021, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada e está expresso nas planilhas dos ANEXOS II desta Lei.

Art. 3º As metas da Administração para o quadriênio 2018/2021, consolidadas por programas, são aquelas constantes do Anexo III desta Lei.

Art. 4º As planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas no Anexo II desta Lei, serão estruturadas em programa, diagnóstico (justificativas), diretrizes, objetivos, ações, produto (unidade de medida), metas (física e financeira) e fonte de recursos.

§ 1º - As metas físicas e fiscais por ações em cada programa serão demonstradas na forma do Anexo IV desta Lei.

§ 2º - Para fins desta Lei, considera-se:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

III – Diretrizes, conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

IV – Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

V – Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas à execução do programa;

VI – Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

VII – Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO de Anitápolis
GABINETE DO PREFEITO
Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88.475-000 – ANITÁPOLIS – SC
Fone: (0xx) 48 3256-0131 – 3256-0188 E-mail: prefeitura@anitapolis.sc.gov.br

Art. 5º Os valores constantes dos Anexos desta Lei estão orçados a preços correntes com projeção de inflação de 5% para o ano de 2018, 5% para o ano de 2019 e 5% para o ano de 2020.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO de Anitápolis
GABINETE DO PREFEITO
Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88.475-000 – ANITÁPOLIS – SC
Fone: (0xx) 48 3256-0131 – 3256-0188 E-mail: prefeitura@anitapolis.sc.gov.br

Art. 6º As alterações na programação somente poderão ser promovidas mediante Lei específica votada na Câmara.

Art. 7º O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 8º As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos Anexos desta Lei.

Parágrafo Único. As metas inscritas no Plano Municipal de Educação (Lei nº 877, de 25 de junho de 2015) são prioridades da Administração Pública Municipal para o período de 2018/2021.

Art. 9º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 10 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Anitápolis, 06 de setembro de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças em, 06 de setembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva

Secretário de Administração,

Contabilidade e Finanças

LEI Nº 942/2017- INSTITUI NOTA FISCAL DE SERVIÇOS(NFS-E) E RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS(RPS)

Publicação Nº 1656834

LEI COMPLEMENTAR Nº 942/2017

INSTITUI A NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS (NFS-E) E RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS (RPS) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituída a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e, documento fiscal emitido eletronicamente, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços no Município de Anitápolis/SC.

Parágrafo Único - A emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e caberá ao prestador de serviços, pessoa jurídica ou a esta equiparada para fins tributários, bem como pessoas físicas, contribuintes do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN), estabelecidas no Município de Anitápolis.

Artigo 2º - A Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e é documento obrigatório a ser emitido ao término da prestação de serviços, esteja ou não o contribuinte inscrito no Cadastro Contribuinte Municipal, ou gozando de qualquer benefício fiscal.

§ 1º A Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente antes do pagamento do Imposto.

§ 2º Após o pagamento do Imposto, a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo.

Artigo 3º - Fica autorizada a emissão, pelo prestador de serviços, de Recibo Provisório de Serviços - RPS, sem prejuízo de sua substituição por Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e, nos casos de eventual impedimento da emissão online da NFS-e ou alternativamente, a cada prestação de serviços, devendo efetuar a sua substituição por NFS-e, cabendo ao decreto regulamentar dispor sobre sua forma e utilização.

§ 1º Emitido o Recibo Provisório de Serviços - RPS, este deverá ser substituído por Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e até o 10º (dé-cimo) dia subsequente ao de sua emissão, não podendo ultrapassar o dia 05 (cinco) do mês seguinte ao da prestação de serviços, perdendo sua validade após transcorrido o prazo.

§ 2º A não substituição do Recibo Provisório de Serviços - RPS pela Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e, ou a substituição fora do prazo, equipara-se a não emissão de documento fiscal, sujeitando o prestador de serviços às penalidades previstas nesta lei.

Artigo 4º - A geração de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e constitui declaração de confissão de dívida do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência do recolhimento do Imposto, sujeita à cobrança administrativa ou judicial.

Parágrafo Único - Sobre a insuficiência ou não do recolhimento do ISSQN no prazo legal incidirão os devidos acréscimos moratórios estabelecidos na Legislação Municipal.

Artigo 5º - Os tomadores de serviços responsáveis pela retenção do imposto descrito no artigo 52 da Lei Complementar nº 640/2005, cujo

prestador tenha sede em outra localidade, estão obrigados a gerar declaração eletrônica na forma regulamentar.

Artigo 6º - Nas infrações relativas à Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e, aplicar-se-ão as seguintes multas:

I - 3 URM (Três Unidades de Referência Municipal) para cada Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e devida e não emitida, bem como para não substituição do Recibo Provisório de Serviços - RPS pela NF-e;

II - 2 URM (duas Unidades de Referência Municipal) para cada Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e indevidamente cancelada;

III - 1 URM (uma Unidade de Referência Municipal) para cada emissão indevida de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e tributáveis como isentos, imunes ou não tributáveis.

Artigo 7º - Os responsáveis a que se refere esta Lei estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte, sendo o imposto devido no momento da prestação de serviços, com a consequente geração da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e, independentemente do pagamento do preço ajustado.

Artigo 8º - O Executivo Municipal regulamentará a presente Lei Complementar no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua publicação.

Artigo 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, e sua aplicação de acordo com os princípios gerais do direito tributário, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, 13 de setembro de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças em, 13 de setembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva

Secretário de Administração,

Contabilidade e Finanças

LEI Nº 943/2017- INSTITUI SEMANA FARROUPILHA NO MUNICÍPIO

Publicação Nº 1656836

LEI Nº 943 DE 13 DE SETEMBRO DE 2017.

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO de Anitápolis GABINETE DO PREFEITO CNPJ 82.892.332/0001-92 Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88475-000 – ANITÁPOLIS – SC Fone: (0xx) 48 3256-0131 – 3256-0188 E-mail: prefeitura@anitapolis.sc.gov.br
--	--

INSTITUI A SEMANA FARROUPILHA, NO MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS - SC.

Laudir Pedro Coelho, Prefeito do Município de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Semana Farroupilha, a ser comemorada anualmente entre os dias 13 e 20 de setembro, no Município de Anitápolis - SC.

Art. 2º A Semana Farroupilha tem como objetivo rememorar a luta dos heróis farrapos e de incentivar o movimento tradicionalista gaúcho no município.

Art. 3º A Semana Farroupilha passa a integrar o calendário oficial de eventos do Município de Anitápolis - SC.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Anitápolis, 13 de setembro de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças em, 13 de setembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva

Secretário de Administração,

Contabilidade e Finanças

LEI Nº 944/2017- AUTORIZA SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTARIA FMS

Publicação Nº 1656839

LEI Nº 944/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 153.959,12 (cento e cinquenta e tres mil novecentos e cinquenta e nove Reais e doze centavos), as dotações abaixo relacionadas.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS

15.01.10.301.0026.4.001.3.1.90.0.1.002/17 R\$ 90.085,40
15.01.10.301.0026.4.001.3.1.91.0.1.002/18 R\$ 14.000,00
15.01.10.301.0026.4.007.3.1.90.0.2.064/41 R\$ 8.873,72
15.01.10.301.0026.4.007.3.1.90.0.2.064/42 R\$ 17.000,00
15.01.10.301.0026.4.007.3.1.90.0.1.002/43 R\$ 4.000,00
15.01.10.301.0026.4.008.3.1.90.0.2.064/46 R\$ 10.000,00
15.01.10.301.0026.4.008.3.1.90.0.2.064/47 R\$ 10.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação no mesmo valor das dotações abaixo relacionadas.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.301.0026.3.001.4.4.90.0.1.002/9 R\$ 5.000,00
15.01.10.301.0026.3.002.4.4.90.0.1.002/12 R\$ 1.000,00
15.01.10.301.0026.3.003.4.4.90.0.1.002/14 R\$ 5.131,00
15.01.10.301.0026.3.004.4.4.90.0.1.002/15 R\$ 5.000,00
15.01.10.301.0026.4.003.3.3.90.0.1.002/26 R\$ 10.000,00
15.01.10.301.0026.4.004.3.3.90.0.2.064/27 R\$ 10.000,00
15.01.10.301.0026.4.004.3.3.90.0.2.064/28 R\$ 17.000,00
15.01.10.301.0026.4.005.3.1.91.0.2.064/33 R\$ 8.873,72
15.01.10.301.0026.4.006.3.1.90.0.2.064/37 R\$ 10.000,00
15.01.10.301.0026.4.006.3.1.90.0.1.002/38 R\$ 32.500,00
15.01.10.301.0026.4.008.3.1.90.0.1.002/48 R\$ 12.000,00
15.01.10.301.0026.4.008.3.1.91.0.1.002/50 R\$ 1.000,00

15.01.10.301.0026.4.016.3.1.90.0.1.002/58 R\$ 8.934,51
15.01.10.301.0026.4.016.4.4.90.0.1.002/64 R\$ 500,00
15.01.10.301.0026.4.017.3.1.90.0.1.002/66 R\$ 15.000,00
15.01.10.301.0026.4.017.3.1.91.0.1.002/68 R\$ 1.000,00
15.01.10.301.0026.4.017.3.3.90.0.1.002/70 R\$ 500,00
15.01.10.301.0026.4.017.4.4.90.0.1.002/71 R\$ 500,00
15.01.10.301.0026.4.019.3.3.90.0.1.002/72 R\$ 19,89
15.01.10.301.0026.4.020.3.3.50.0.1.002/73 R\$ 5.000,00
15.01.10.301.0026.4.020.3.3.90.0.1.002/74 R\$ 5.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, em 20 de outubro de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças em, 20 de outubro de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração,
Contabilidade e Finanças

LEI Nº 945/2017- AUTORIZA SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTARIA PREFEITURA

Publicação Nº 1656843

LEI Nº 945/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 540.175,00 (quinhentos e quarenta mil cento e setenta e cinco Reais) as dotações abaixo relacionadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

02.01.04.243.0009.2.004.3.1.90.0.1.000/1 R\$ 25.000,00
02.01.04.243.0009.2.004.3.1.91.0.1.000/2 R\$ 1.000,00
02.01.04.122.0006.2.001.3.1.90.0.1.000/4 R\$ 85.000,00
09.01.28.123.0000.0.002.3.3.90.0.1.000/7 R\$ 10.175,00
11.01.20.606.0015.2.013.3.1.90.0.1.000/35 R\$ 130.000,00
12.01.26.782.0034.2.031.3.1.90.0.1.000/51 R\$ 50.000,00
13.01.12.361.0029.2.036.3.1.90.0.1.001/82 R\$ 56.500,00
13.01.12.361.0029.2.041.3.1.90.0.1.001/88 R\$ 100.000,00
13.01.12.365.0018.2.035.3.1.90.0.1.001/111 R\$ 52.500,00
14.02.17.512.0033.2.047.3.1.90.0.1.000/137 R\$ 20.000,00
14.03.08.243.0028.2.050.3.1.90.0.1.000/145 R\$ 10.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação no mesmo valor das dotações abaixo relacionadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

02.01.04.122.0006.1.001.4.4.90.0.1.000/17 R\$ 4.382,00
10.01.04.122.0009.1.002.4.4.90.0.1.000/19 R\$ 21.000,00
10.01.04.122.0014.1.004.4.4.90.0.1.000/16 R\$ 15.899,00
10.02.04.123.0012.2.008.3.3.90.0.1.000/25 R\$ 35.000,00
10.02.04.123.0012.2.009.3.3.91.0.1.000/27 R\$ 1.000,00
11.01.20.606.0015.1.007.4.4.90.0.1.000/29 R\$ 2.800,00
11.01.20.606.0015.1.008.3.3.90.0.1.000/31 R\$ 5.250,00
11.01.20.606.0015.1.010.4.4.90.0.1.000/33 R\$ 21.000,00
11.01.20.606.0015.2.014.3.3.90.0.1.000/38 R\$ 8.744,00
11.02.23.695.0032.2.019.3.3.90.0.1.000/44 R\$ 40.000,00
11.02.23.695.0032.2.021.3.3.90.0.1.000/46 R\$ 5.000,00
12.01.26.782.0034.1.045.4.4.90.0.1.000/50 R\$ 2.625,00
12.02.04.182.0023.2.030.3.1.90.0.1.000/55 R\$ 1.500,00
12.02.04.182.0023.2.030.3.3.90.0.1.000/56 R\$ 1.500,00
12.02.04.182.0023.2.030.4.4.90.0.1.000/57 R\$ 1.500,00
12.02.15.452.0023.1.085.3.3.90.0.1.000/59 R\$ 5.250,00
12.02.15.452.0023.1.085.4.4.90.0.1.000/61 R\$ 5.250,00
12.02.25.751.0023.2.027.3.3.90.0.1.000/63 R\$ 5.250,00
12.02.25.751.0023.2.027.4.4.90.0.1.000/65 R\$ 5.250,00
12.02.26.782.0034.1.044.4.4.90.0.1.000/70 R\$ 2.625,00
13.01.12.365.0018.1.047.4.4.90.0.1.001/99 R\$ 52.500,00
13.01.12.361.0029.1.053.4.4.90.0.1.001/73 R\$ 19.000,00
13.01.12.361.0029.1.054.4.4.90.0.1.001/77 R\$ 52.500,00
13.01.12.361.0029.1.063.4.4.90.0.1.001/81 R\$ 5.000,00
13.01.12.361.0029.2.039.3.3.90.0.1.001/86 R\$ 80.000,00
13.02.13.392.0032.1.019.4.4.90.0.1.000/117 R\$ 13.125,00
13.02.13.392.0032.1.020.4.4.90.0.1.000/121 R\$ 13.125,00
13.02.13.392.0032.2.020.3.3.90.0.1.000/122 R\$ 5.250,00
13.02.13.392.0032.2.023.3.3.90.0.1.000/123 R\$ 50.000,00
13.02.13.392.0032.2.023.4.4.90.0.1.000/124 R\$ 5.250,00
13.02.27.812.0019.1.065.4.4.90.0.1.000/129 R\$ 21.000,00
13.02.27.812.0019.1.066.4.4.90.0.1.000/130 R\$ 11.000,00
13.02.27.812.0019.1.067.4.4.90.0.1.000/132 R\$ 9.000,00
14.04.08.243.0028.2.051.3.1.90.0.1.000/150 R\$ 1.050,00
14.04.08.243.0028.2.051.3.3.90.0.1.000/151 R\$ 9.450,00
14.04.08.243.0028.2.051.4.4.90.0.1.000/152 R\$ 2.100,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, em 20 de outubro de 2017.
Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças em, 20 de outubro de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração,
Contabilidade e Finanças

LEI Nº 946/2017- AUTORIZA SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTARIA ABERTA POR CREDITO ESPECIAL

Publicação Nº 1656854

LEI Nº 946/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ABERTAS POR CREDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos Reais), a dotação abaixo relacionada aberta por crédito especial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

02.01.04.122.0006.2.001.3.1.90.0.1.000/4 R\$ 500,00
10.01.04.122.0009.2.005.3.1.90.0.1.000/20 R\$ 4.000,00
10.02.04.123.0012.2.008.3.1.90.0.1.000/24 R\$ 3.000,00
11.01.20.606.0015.2.013.3.1.90.0.1.000/35 R\$ 4.000,00
12.01.26.782.0034.2.031.3.1.90.0.1.000/51 R\$ 4.000,00
13.01.12.361.0029.2.036.3.1.90.0.1.001/82 R\$ 6.000,00
13.01.12.365.0018.2.032.3.1.90.0.1.001/104 R\$ 1.000,00
14.02.17.512.0033.2.047.3.1.90.0.1.000/137 R\$ 5.000,00
14.03.08.244.0028.2.050.3.1.90.0.1.000/145 R\$ 1.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação no mesmo valor das dotações abaixo relacionadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

02.01.04.122.0006.2.001.3.1.91.0.1.000/175 R\$ 500,00
10.01.04.122.0009.2.005.3.1.91.0.1.000/176 R\$ 4.000,00
10.02.04.123.0012.2.008.3.1.91.0.1.000/177 R\$ 3.000,00
11.01.20.606.0015.2.013.3.1.91.0.1.000/178 R\$ 4.000,00
12.01.26.782.0034.2.031.3.1.91.0.1.000/179 R\$ 4.000,00
13.01.12.361.0029.2.036.3.1.91.0.1.001/180 R\$ 6.000,00
13.01.12.365.0018.2.032.3.1.91.0.1.001/181 R\$ 1.000,00
14.02.17.512.0033.2.047.3.1.91.0.1.000/183 R\$ 5.000,00
14.03.08.244.0028.2.050.3.1.91.0.1.000/184 R\$ 1.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, em 20 de outubro de 2017.
Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças em, 20 de outubro de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração,
Contabilidade e Finanças

LEI Nº 947/2017- RETIFICA ALTERAÇÕES PROTOCOLO DE INTENÇÕES-CISAM-SUL

Publicação Nº 1656860

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO de Anitápolis
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ 82.892.332/0001-92
Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88475-000 – ANITÁPOLIS – SC
Fone: (0xx) 48 3256-0131 – 3256-0188 E-mail:prefeitura@anitapolis.sc.gov.br

LEI Nº 947 DE 20 DE OUTUBRO 2017.

RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES CONSUBSTANCIADO NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM-SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes do Município de Anitápolis que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos do Artigo 12, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM-SUL firmado por este Município, mediante autorização da Lei Municipal nº 680 de 28 de agosto de 2007.

Art. 2º O texto consolidado do Protocolo de Intenções convolado em Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM-SUL é parte integrante do Anexo I desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Anitápolis, 20 de outubro de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças em, 20 de outubro de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração,
Contabilidade e Finanças

LEI Nº 948/2017- PARCELAMENTO -IPREAPOLIS

Publicação Nº 1656869

LEI Nº 948/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALTERAR O SALDO DEVEDOR DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA DO IPREAPOLIS, INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 782/2011 PARA O VALOR CORRESPONDENTE AO DÉFICIT ATUARIAL DA AVALIAÇÃO ATUARIAL 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alterar o saldo devedor do Plano de Amortização instituído nos termos da Lei Municipal nº 782/2011, alterada pela Lei Municipal nº 910/2016, para o valor correspondente ao déficit atuarial da Avaliação Atuarial 2017, que totaliza R\$ 5.812.179,49 (cinco milhões oitocentos e doze mil cento e setenta e nove Reais e quarenta e nove centavos), posicionado em 31/12/2016.

§1º Os valores das prestações a serem cobradas do Município de Anitápolis (SC) até o mês de competência de dezembro de 2021 serão os mesmos previstos em conformidade com a Lei Municipal nº 910/2016.

§2º O valor do déficit atuarial contido no caput deste artigo será atualizado no período de 31/12/2016 a 31/12/2017 pelos mesmos índices e taxa de juros previstos na Lei municipal nº 782/2011 e suas posteriores alterações.

§3º O valor atualizado nos termos do §2º deste artigo será parcelado nos seguintes termos:

I – as parcelas mensais para pagamento da amortização e dos juros, do valor fixado no caput deste artigo, terão vencimento no último dia de cada mês, com prazo de pagamento prorrogado até o dia 10 do mês subsequente ao de competência, sem encargos adicionais, vencendo-se a última parcela em 10/01/2032, cuja competência é referente ao mês de dezembro de 2031.

§4º A evolução das parcelas do Plano de Amortização está contida no Anexo Único desta Lei.

Art. 2º No caso de atraso no pagamento da parcela mensal, serão cobrados os correspondentes juros de 0,4867551% ao mês e a atualização pela variação do INPC, considerando o prazo decorrido desde a data de vencimento da parcela e a data do efetivo pagamento.

Parágrafo único. Em caso de extinção do INPC, mudança de sua metodologia de cálculo ou inaplicabilidade em decorrência de reforma econômica, deverá ser fixado um indicador substitutivo, compatível com as necessidades atuariais do IPREAPOLIS.

Art. 3º Se os critérios do Plano de Amortização previsto nesta Lei resultar em desequilíbrio financeiro-atuarial do Plano de Custeio do

IPREAPOLIS, estes deverão ser objeto de repactuação com base em parecer atuarial.

Art. 4º Em decorrência da reavaliação atuarial, o saldo devedor referente ao Plano de Amortização parcelado, conforme o disposto nesta Lei, poderá ser revisto a qualquer tempo.

Art.8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis (SC), 28 de novembro de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças em, 28 de novembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva

Secretário de Administração,

Contabilidade e Finanças

LEI Nº 949/2017- LEI DIRETRIZES ORÇAMENTARIA -LDO

Publicação Nº 1656877

LEI Nº. 949/2017

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2018 e dá outras providências.

O Povo de Anitápolis, por seus representantes aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Anitápolis, para o exercício de 2018, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as metas fiscais;

II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2018/2021;

III – a estrutura dos orçamentos;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII – as disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no ANEXO I desta lei e que conterá ainda:

I – Anexo I.1 – Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2016;

II - Anexo I.2 – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores.

III – Anexo I.3 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Receita.

IV – Anexo I.4 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesa.

V – Anexo I.4.1 – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos.

VI– Anexo I.5 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário.

VII - Anexo I.6 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal.

VIII – Anexo I.7 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida.

IX – Anexo I.8 – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido e Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos.

X – Anexo I.9 – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS.

XI - Anexo I.10 – Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS.

XII – Anexo I.11 – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

XIII - Anexo I.12 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

XIV - Anexo II – Prioridades e Metas.

XV - Anexo III – Demonstrativo dos Riscos Fiscais.

XVI - Anexo IV – Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público.

XVII - Anexo V – Relatório dos Projetos em Execução e Obras com necessidade de Conservação.

XVIII - Anexo VI – Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2018

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o artigo 2º desta lei.

Parágrafo Único. As metas inscritas no Plano Municipal de Educação (Lei nº 877, de 25 de junho de 2015) são prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2018.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada á receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 340/2006.

§ 2º - A categoria de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, será identificada por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº. 163/2001, STN nº 340/2006 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

- I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº. 8/85);
- II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 8/85);
- III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);
- IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 8/85);
- V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);
- VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);
- VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);
- VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);
- IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 08/85);
- X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;
- XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF).
- XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. (5º, II da LRF).
- XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;
- XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF).
- XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF).
- XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2018. (Art. 5º, III)
- XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF).
- XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2018. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF).
- XX – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2017. (Art. 8º e 50, I da LRF).

§ 1º O Orçamento da Autarquia que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste Artigo.

§ 2º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF).

II – Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados até 2016, identificando o estoque da Dívida Ativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF).

III – Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa no Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa, dos exercícios de 2013 a 2016 e fixada para 2017 e 2018. (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF).

IV – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF).

V – Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2015 a 2017; (Art. 20 e 48 da LRF).

VI – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; (Art. 212 da CF e 60 dos ADCT).

VII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações Públicas de Saúde; (Art. 77 dos ADCT).

VIII – Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 30/09/2017; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF).

IX – Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação dos credores, em 2018, 2019 e 2020; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF).

Art. 9º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá há pelo menos 0,5% (zero vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

Art. 10. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Ipreapolis será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11. Os Orçamentos para o exercício de 2018 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 12. Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 6º, X desta lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito há servidor Municipal.

Art. 13. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 14. Se a receita estimada para 2018, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal à sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF)

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo I.12 no valor de R\$ 230.720,06 (duzentos e trinta mil setecentos e vinte reais e seis centavos) observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 17. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO III desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2017.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 18. Os orçamentos para o exercício de 2018 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF)

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº. 42/99, art. 5º, Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no ANEXO III. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2018, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 20. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF)

Art. 21. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2018 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº. 101/2000.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Art. 22. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2018, constantes do ANEXO I.11 desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF).

Art. 23. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF)

Art. 24. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2018, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF).

Art. 25. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF).

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO V, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº. 02/2001, estão demonstrados no ANEXO IV desta lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF)

Art. 26. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF).

Art. 27. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes.

Art. 28. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº. 163/2001.

Parágrafo Único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF)

Art. 29. Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2018 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 30. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Parágrafo Único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF)

Art. 31. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – ANEXO VI, e contemplados na Lei Orçamentária para 2018, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 32. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33. A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 34. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 35. Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2018, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2018 ou em créditos adicionais.

Art. 37. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF).

Art. 38. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF)

I – eliminação das despesas com horas extras.

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – dispensa de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Anitápolis, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF).

Art. 41. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF).

Art. 42. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2017.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2018.

Art. 47. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Anitápolis, 28 de novembro de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 28 de novembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças

LEI Nº 950/2017- AUTORIZA SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTARIA ABERTA POR CREDITO ESPECIAL CAMARA

Publicação Nº 1656885

LEI Nº 950/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ABERTAS POR CREDITO ESPECIAL NA CAMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 1.973,98 (um mil novecentos e setenta e três reais e noventa e oito centavos), a dotação abaixo relacionada aberta por crédito especial.

CAMARA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

01.01.01.031.0001.8.002.3.1.91.0.1.000/5 R\$ 1.973,98

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação no mesmo valor das dotações abaixo relacionadas.

CAMARA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

01.01.01.031.0001.8.002.3.1.90.0.1.000/2 R\$ 1.973,98

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, 12 de dezembro de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, em 12 de dezembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva

Secretário de Administração,

Contabilidade e Finanças

LEI Nº 951/2017- AUTORIZA SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTARIA CÂMARA

Publicação Nº 1656894

LEI Nº 951/2017

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA CAMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos Reais), a dotação abaixo relacionada:

CAMARA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

01.01.01.031.0001.8.002.3.3.90.0.1.000/3 R\$ 5.500,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação no mesmo valor das dotações abaixo relacionadas.

CAMARA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

01.01.01.031.0001.7.002.4.4.90.0.1.000/1 R\$ 5.500,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, em 12 de dezembro de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças em, 12 de dezembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva

Secretário de Administração,

Contabilidade e Finanças

LEI Nº 952/2017- CONSTITUI DESCONTOS IPTU E TLL /2018

Publicação Nº 1656905

LEI COMPLEMENTAR Nº 952/2017

CONCEDE DESCONTO SOBRE O IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, faz saber que a Câmara Municipal de Anitápolis aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido desconto de 20% sobre o valor Taxa de Licença para Localização - TLL do exercício de 2018, aos contribuintes enquadrados no Micro Empreendedor Individual e 10% aos demais contribuintes que optarem pelo pagamento à vista, parcela única até

30.03.18.

§ 1º - A da Taxa de Licença para Localização - TLL poderá ser feito em até 03 (três) parcelas, cujos vencimentos ocorrerão no último dia útil dos meses de março a maio de 2018, sem o desconto de 10%.

Art. 2º - Fica concedido desconto de 10% sobre o valor do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU do exercício de 2018, aos contribuintes que optarem pelo pagamento à vista, parcela única até 29.06.18.

§ 1º - O desconto será aplicado ao total do imposto, não incidindo sobre as taxas de serviços.

§ 2º - Fará jus ao desconto o contribuinte que efetuar o pagamento até o vencimento da respectiva parcela única, constante em boleto bancário.

§ 3º - O pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU poderá ser feito em até 06 (seis) parcelas, cujos vencimentos ocorrerão no último dia útil dos meses de junho a novembro de 2018, sem o desconto de 10%.

Art. 3º - Para beneficiar-se do desconto previsto nos artigos anteriores o contribuinte deverá estar em dia com seus tributos municipais, até 31/01/2018 para a Taxa de Licença para Localização – TLL e até 30/04/2018 para o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

Parágrafo Único – As datas previstas no caput deste artigo servem como base para haver um prazo hábil na confecção dos carnês.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor em 01 de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário, excetuando o artigo 23 e 24 da Lei 640/2005.

Anitápolis, 12 de dezembro de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, em 12 de dezembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração,
Contabilidade e Finanças

LEI Nº 953/2017- DISPOE SOBRE PARCELAMENTO DÉBITOS FISCAIS

Publicação Nº 1656920

LEI COMPLEMENTAR Nº 953/2017

DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE DÉBITOS FISCAIS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Anitápolis autorizado a conceder parcelamento dos débitos inscritos em Dívida Ativa do Município, ajuizados ou não, e a parcelar Dívida consolidado em até 12 (doze) meses.

Art.2º- O débito confessado e consolidado será acrescido de juros vencidos a razão de 1% (um por cento) ao mês, correspondendo ao número de parcelas requeridas.

Art.3º- O valor de cada parcela não será inferior a R\$ 50,00 (cinquenta Reais), devendo ser corrigido de acordo com os índices oficiais, na data do pagamento.

Art.4º- Não poderão ser incluídos no parcelamento débitos fiscais cujo fato gerador seja incidente no exercício de 2018, mesmo já lançados em dívida ativa, devendo estes estar quitados para a concessão do parcelamento.

Art.5º- O parcelamento em atraso por mais de 60 (sessenta) dias é rescindindo de pleno direito e a dívida confessada será, de imediato, remetida para execução fiscal, antecipado o seu vencimento.

Art.6º- São excluídos da Execução Fiscal os Créditos Tributários, acumulados ou não, inferiores a R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta Reais) conforme Lei Complementar nº 937/17 de 08/06/2017 e aqueles resultantes de lançamento irregulares ou viciados, mediante Lei Específica, não se constituindo tal procedimento renúncia de receita para efeitos do disposto no art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art.7º- Na fase judicial admitir-se-á composição nos termos dos artigos anteriores, antes da penhora ou arresto, ficando as custas judiciais e honorários a cargo do devedor, quitados juntamente com a primeira parcela.

Art.8º- O parcelamento suspenderá a execução, prosseguindo-se em seus termos na hipótese de atraso por mais de 30 (trinta) dias. Vetado novo parcelamento.

Art.9º- Esta Lei entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2018.

Anitápolis, 12 de dezembro de 2017.
Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças em, 12 de dezembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração,
Contabilidade e Finanças

LEI Nº 954/2017- LEI ORÇAMENTARIA ANUAL 2018

Publicação Nº 1657045

LEI Nº 954/17

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Anitápolis para o Exercício de 2018.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Anitápolis para o exercício de 2018 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 22.842.293,77 (vinte e dois milhões oitocentos e quarenta e dois mil duzentos e noventa e três reais e setenta e sete centavos) sendo, R\$ 17.822.520,00 (dezessete milhões oitocentos e vinte e dois mil quinhentos e vinte reais) do Orçamento Fiscal e R\$ 5.019.773,77 (cinco milhões dezanove mil setecentos e setenta e três reais e setenta e sete centavos) do Orçamento da Seguridade Social, sendo que R\$ 210.000,00 do orçamento da seguridade social refere-se a transferência financeira concedida Aporte RPPS.

DO ORÇAMENTO DO PODER EXECUTIVO

Art. 2º O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 19.638.559,68 (dezenove milhões seiscentos e trinta e oito mil quinhentos e cinquenta e nove reais e sessenta e oito centavos) fixa a Despesa em R\$ 16.511.054,68 (dezesseis milhões quinhentos e onze mil cinquenta e quatro reais e sessenta e oito centavos) e em R\$ 1.899.705,00 (um milhão oitocentos e noventa e nove mil setecentos e cinco reais) as transferências financeiras para o fundo municipal de saúde de Anitápolis, em R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) as transferências financeiras para pagamento dos aposentados e pensionistas do tesouro municipal, em R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) as transferências financeiras de aporte para cobertura do déficit do RPPS e em R\$ 667.800,00 (seiscentos e sessenta e sete mil e oitocentos reais) as transferências financeiras para a Câmara Municipal de Anitápolis.

§ 1º A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	16.786.709,68
1.1. Receita Tributária	885.100,00
1.2. RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	60.000,00
1.3. Receita Patrimonial	44.000,00
1.4. Receita de Serviços	423.000,00
1.5. Transferências Correntes	15.333.609,68
1.6. Outras Receitas Correntes	41.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	4.566.250,00
2.1. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00
2.2. Alienação de Bens	291.250,00
2.3. Transferências de Capital	3.275.000,00
3. DEDUÇÕES DA RECEITA	1.714.400,00
3.1. DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	19.880,00
3.2. DEDUÇÕES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRENTE	1.694.520,00
TOTAL	19.638.559,68

§ 2º A Despesa do Poder Executivo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática, classificação por programa e natureza econômica distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
02. GABINETE DO PREFEITO	660.000,00
09. ENCARGOS GERAIS	106.200,00

10. SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	1.581.750,00
11. SECRETARIA MUN.DE AGRICULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE	1.625.745,80
12. SECRETARIA MUN.DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	4.334.939,03
13. SECRETARIA MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	6.656.635,17
14. SECRETARIA MUN.DA SAÚDE, SANEAMENTO E ASSISTENCIA SOCIAL	1.470.784,68
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	75.000,00
TOTAL	16.511.054,68
TRANSF.FINANCEIRA P/O FUNDO MUN. DE SAÚDE	1.899.705,00
TRANSF. FINANCEIRA P/O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA	350.000,00
TRANSF. FINANCEIRA APORTE DO RPPS	210.000,00
TRANSF.FINANCEIRA P/A CAMARA MUNICIPAL	667.800,00
TOTAL TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	3.127.504,00
TOTAL GERAL	19.638.559,68

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. ADMINISTRAÇÃO	2.290.750,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	10.000,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	415.784,68
12. EDUCAÇÃO	6.194.135,17
13. CULTURA	266.500,00
15. URBANISMO	1.145.039,83
16. HABITAÇÃO	262.500,00
17. SANEAMENTO	1.055.000,00
18. GESTÃO AMBIENTAL	88.995,80
20. AGRICULTURA	1.321.500,00
22. INDÚSTRIA	100.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	215.250,00
25. ENERGIA	129.350,00
26. TRANSPORTE	2.639.049,20
27. DESPORTO E LAZER	196.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	106.200,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	75.000,00
TOTAL	16.511.054,68
TRANSF.FINANCEIRA P/O FUNDO MUN. DE SAÚDE	1.899.705,00
TRANSF. FINANCEIRA P/O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA	350.000,00
TRANSF. FINANCEIRA APORTE DO RPPS	210.000,00
TRANSF.FINANCEIRA P/A CAMARA MUNICIPAL	667.800,00
TOTAL TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	3.127.504,00
TOTAL GERAL	19.638.559,68

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0006. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	660.000,00
0009. ADMINISTRAÇÃO GERAL	786.250,00
0010. FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO	125.000,00
0011. ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	35.000,00
0012. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	635.500,00
0013. DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA	1.330.495,80
0014. DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	215.250,00
0015. MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL	80.000,00
0016. A ARTE DE SABER EDUCAÇÃO	1.667.000,00
0017. PROGRAMA DE AÇÕES E MELHORIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS	2.822.135,17
0018. A CAMINHO DO SABER	1.705.000,00
0019. ESPORTE É SAÚDE	196.000,00
0020. RESGATANDO NOSSA CULTURA	266.500,00
0021. INFRAESTRUTURA	812.539,83
0022. ACESSO PARA TODOS	3.379.049,20
0023. SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	143.350,00
0027. SANEAMENTO BÁSICO	1.055.000,00
0028. ASSISTÊNCIA SOCIAL	415.784,68

0000. OPERAÇÕES ESPECIAIS	106.200,00
0099. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	75.000,00
TOTAL	16.511.054,68
TRANSF.FINANCEIRA P/O FUNDO MUN. DE SAÚDE	1.899.705,00
TRANSF. FINANCEIRA P/O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA	350.000,00
TRANSF. FINANCEIRA APORTE DO RPPS	210.000,00
TRANSF.FINANCEIRA P/A CAMARA MUNICIPAL	667.800,00
TOTAL TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	3.127.504,00
TOTAL GERAL	19.638.559,68

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	10.012.120,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	5.958.350,00
3.2.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	10.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	4.043.770,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	6.423.934,68
4.4.00.00 – Investimentos	6.413.934,68
4.6.90.00 – Amortização da Dívida	10.000,00
9.9.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	75.000,00
TOTAL	16.511.054,68
TRANSF.FINANCEIRA P/O FUNDO MUN. DE SAÚDE	1.899.705,00
TRANSF. FINANCEIRA P/O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA	350.000,00
TRANSF. FINANCEIRA APORTE DO RPPS	210.000,00
TRANSF.FINANCEIRA P/A CAMARA MUNICIPAL	667.800,00
TOTAL TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	3.127.504,00
TOTAL GERAL	19.638.559,68

DO ORÇAMENTO DO PODER LEGISLATIVO

Art. 3º O Orçamento do Poder Legislativo para o exercício de 2018 estima as transferências do tesouro municipal em R\$ 667.800,00 (seiscentos e sessenta e sete mil e oitocentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 667.800,00 (seiscentos e sessenta e sete mil e oitocentos reais).

§ 1º A receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
TRANSF.FINANCEIRA DO TESOURO MUNICIPAL	667.800,00
TOTAL GERAL	667.800,00

§ 2º A Despesa do Poder Legislativo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática, classificação por programa e natureza econômica distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	667.800,00
TOTAL	667.800,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	667.800,00
TOTAL	667.800,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. PROCESSO LEGISLATIVO	667.800,00
TOTAL	667.800,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	470.000,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	370.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	100.000,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	197.800,00
4.4.00.00 – Investimentos	197.800,00
TOTAL	667.800,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 1.310.634,09 (um milhão trezentos e dez mil seiscentos e trinta e quatro reais e nove centavos) e as transferências do tesouro municipal em R\$ R\$ 1.899.705,00 (um milhão oitocentos e noventa e nove mil setecentos e cinco reais) e fixa as Despesas em R\$ 3.210.339,09 (três milhões duzentos e dez mil trezentos e trinta e nove reais e nove centavos).

§ 1º A receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	874.334,09
1.1. Receita Tributária	7.250,00
1.2. Receita Patrimonial	4.001,00
1.3. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	861.833,09
1.4. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.250,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	436.500,00
2.1. Operações de crédito	100.000,00
2.2. Alienação de Bens	87.500,00
2.3. Transferências de Capital	249.000,00
3. DEDUÇÕES DA RECEITA	200,00
3.1. DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	200,00
TOTAL	1.310.634,09
TRANSF.FINANCEIRA DO TESOIRO MUNICIPAL	1.899.705,00
TOTAL GERAL	3.210.339,09

§ 2º A Despesa do fundo municipal de saúde de Anitápolis será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática, classificação por programa e natureza econômica distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
15. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.200.889,09
08. ENCARGOS GERAIS	6.950,00
98. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.500,00
TOTAL	3.210.339,09

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10. Saúde	3.200.889,09
28. eNCARGOS ESPECIAIS	6.950,00
99. Reserva de Contingência	2.500,00
TOTAL	3.210.339,09

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0026. SAÚDE PARA TODOS	3.200.889,09
0000. OPERAÇÕES ESPECIAIS	6.950,00
0099. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.500,00
TOTAL	3.210.339,09

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	2.311.839,09
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	950.080,66
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	1.361.758,43
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	896.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	896.000,00
9.9.00.00 – Reserva de Contingência	2.500,00
TOTAL	3.210.339,09

O ORÇAMENTO DO IPREAPOLIS

Art. 5º O Orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Anitápolis - IPREAPOLIS para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 1.893.100,00 (um milhão oitocentos e noventa e três mil e cem reais), as transferências financeiras para pagamento dos aposentados e pensionistas do tesouro municipal em R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) e as transferências financeiras de aporte para cobertura do déficit do RPPS em R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 2.243.100,00 (dois milhões duzentos e quarenta e três mil e cem reais) e as transferências financeiras de aporte para cobertura do déficit do RPPS em R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) proporcionando um superávit orçamentário de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	1.373.100,00
1.1. Receitas de Contribuições	267.100,00
1.2. RECEITA PATRIMONIAL	1.005.000,00
1.3. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	101.000,00
2. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	521.000,00
2.1. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	520.000,00
2.2. OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.000,00
3. deduções da receita	1.000,00
3.1. deduções da receita CORRENTE	1.000,00
TOTAL	1.893.100,00
TRANSF.FIN.p/pagto de inativos do tesouro municipal	350.000,00
TRANSF.FIN. de aporte p/cobertura deficit do rpps	210.000,00
TOTAL GERAL	2.453.100,00

§ 2º A Despesa do IPREAPOLIS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática, classificação por programa e natureza econômica distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
16. INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ANITAPOLIS	1.243.100,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000.000,00
TOTAL	2.243.100,00
TRANSF.FIN. de aporte p/cobertura deficit do rpps	210.000,00
TOTAL GERAL	2.453.100,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
09. Previdência Social	1.243.100,00
99. Reserva de Contingência	1.000.000,00
TOTAL	2.243.100,00
TRANSF.FIN. de aporte p/cobertura deficit do rpps	210.000,00
TOTAL GERAL	2.453.100,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0050. REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA	1.243.100,00
0099. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000.000,00

TOTAL	2.243.100,00
TRANSF.FIN. de aporte p/cobertura deficit do rpps	210.000,00
TOTAL GERAL	2.453.100,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	1.243.100,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	1.203.100,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	40.000,00
9.9.00.00 – Reserva de Contingência	1.000.000,00
TOTAL	2.243.100,00
TRANSF.FIN. de aporte p/cobertura deficit do rpps	210.000,00
TOTAL GERAL	2.453.100,00

Art. 6º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor e Superávit Orçamentário do Regime Próprio de Previdência, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Frustração na Cobrança da Dívida Ativa	5.000,00
2. Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor	1.000,00
3. Reclamações Trabalhistas	5.000,00
5. Pagamentos de Precatórios e Processos Judiciais	40.000,00
6. Intempéries	14.000,00
7. Processo de desapropriação	5.000,00
8. Ocorrências Fatos não Previstos em Exercícios de Obras ou Serviços.	5.000,00
TOTAL	75.000,00

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor	1.250,00
2. Campanhas da saúde	1.250,00
TOTAL	2.500,00

UNIDADE GESTORA: IPREAPOLIS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Despesas não Orçadas ou Orçadas a Menor	1.000,00
2. Aposentadorias e pensões precoces	99.000,00
2. Superávit Orçamentário	900.000,00
TOTAL	1.000.000,00

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º Não se efetivando até o dia 12/12/2018 os riscos fiscais relacionados aos eventos: Reclamações Trabalhistas, Ações Indenizatórias, Pagamentos de Precatórios e Processos Judiciais, Intempéries ou se efetivando a cobrança da dívida ativa de acordo com o previsto no orçamento da receita, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2019 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 3º Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 7º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 8º Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da receita estimada, nos termos legais da legislação em vigor.

Art. 9º O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o

limite de 50% (cinquenta por cento) do orçamento da despesa para cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II - o superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Exclui-se desse limite os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 10. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art. 11. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 12. As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação.

Art. 13. Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 14. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o executivo municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 15. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal, Estadual e Municipal através de seus órgãos da Administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 16. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, 20 de dezembro de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 20 de dezembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças

LEI Nº 955/2017- AUTORIZA O IPREAPOLIS A CONSTITUIR RESERVAS

Publicação Nº 1656932

LEI Nº 955 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O IPREAPOLIS A CONSTITUIR RESERVAS COM AS SOBRAS DO CUSTEIO DAS DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anitápolis faz saber que a Câmara aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei, em atendimento ao contido na Portaria MPS nº 402/2008:

Art. 1º Fica o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Anitápolis – IPREAPOLIS, autorizado a constituir reserva com as sobras do custeio das despesas de exercício anterior, cujos valores serão utilizados para os fins a que se destina a Taxa de Administração, observadas as disposições contidas na legislação federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Anitápolis - SC, 28 de dezembro de 2017.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças em 28 de dezembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração,
Contabilidade e Finanças

LEI Nº 956/2017- ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 640/05 CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

Publicação Nº 1656967

LEI COMPLEMENTAR Nº 956/2017

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 640/2005 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, COM AS ALTERAÇÕES POSTERIORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito do Município de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, aprovou e ele promulgou e sancionou a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º Os subitens 1.03, 1.04, 7.16, 11.02, 13.04, 14.05, 16.01 e 25.02 da Lista de Serviços instituída pelo artigo 45 da Lei Complementar nº 640/2005, passam a ter as seguintes redações:

1.03 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

13.04 – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

14.05 – Restauração, acondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

16.01 – Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

25.02 – Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

Art. 2º A Lista de Serviços instituída pelo artigo 45 da Lei Complementar nº 640/2005, fica acrescidos subitens 1.09, 6.06, 14.14, 16.02, 17.24 e 25.05, a vigor com as seguintes redações:

1.09 – Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviços de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

6.06 – Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

14.14 – Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

16.02 – Outros serviços de transporte de natureza municipal.

17.24 – Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

25.05 – Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

Art. 3º Os incisos X, XIV, XVII do artigo 48 da Lei Complementar nº 640/2005, passa a vigor com as seguintes alterações:

Art. 48.

[...]

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

[...]

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista de serviços;

[...]

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista de serviços.

[...]

Art. 4º. Ficam acrescidos os incisos XXI, XXII e XXIII, no artigo 48, Lei Complementar n.º 640/2005, contendo a seguinte redação:

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01 da lista de serviços;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09 da lista de serviços.

Art. 5º O artigo 65 da Lei Complementar nº 640/2005, passam a vigor com as seguintes alíquotas:

SUBITEM	ALÍQUOTA
1.01	3%
1.02	3%
1.03	3%
1.04	3%

1.05	3%
1.06	3%
1.07	3%
1.08	3%
1.09	3%
2.01	3%
3.02	5%
3.03	5%
3.04	5%
3.05	5%
4.01	3%
4.02	3%
4.03	3%
4.04	3%
4.05	3%
4.06	3%
4.07	3%
4.08	3%
4.09	3%
4.10	3%
4.11	3%
4.12	3%
4.13	3%
4.14	3%
4.15	3%
4.16	3%
4.17	3%
4.18	3%
4.19	3%
4.20	3%
4.21	3%
4.22	3%
4.23	3%
5.01	5%
5.02	3%
5.03	5%
5.04	5%
5.05	5%
5.06	5%
5.07	5%
5.08	5%
5.09	5%
6.01	3%
6.02	3%
6.03	3%
6.04	3%
6.05	3%
6.06	3%
7.01	3%
7.02	3%
7.03	3%
7.04	4%
7.05	4%
7.06	3%
7.07	3%
7.08	3%
7.09	3%
7.10	3%
7.11	3%
7.12	3%
7.13	3%
7.16	3%
7.17	3%

7.18	3%
7.19	4%
7.20	4%
7.21	3%
7.22	3%
8.01	3%
8.02	3%
9.01	3%
9.02	3%
9.03	3%
10.01	3%
10.02	3%
10.03	3%
10.04	3%
10.05	3%
10.06	3%
10.07	3%
10.08	3%
10.09	3%
10.10	3%
11.01	5%
11.02	2%
11.03	5%
11.04	5%
12.01	5%
12.02	5%
12.03	5%
12.04	5%
12.05	5%
12.06	5%
12.07	5%
12.08	5%
12.09	5%
12.10	5%
12.11	5%
12.12	5%
12.13	5%
12.14	5%
12.15	5%
12.16	5%
12.17	5%
13.02	5%
13.03	5%
13.04	5%
13.05	5%
14.01	3%
14.02	3%
14.03	3%
14.04	3%
14.05	3%
14.06	3%
14.07	3%
14.08	3%
14.09	3%
14.10	3%
14.11	3%
14.12	3%
14.13	3%
14.14	3%
15.01	5%
15.02	5%
15.03	5%
15.04	5%
15.05	5%

15.06	5%
15.07	5%
15.08	5%
15.09	5%
15.10	5%
15.11	5%
15.12	5%
15.13	5%
15.14	5%
15.15	5%
15.16	5%
15.17	5%
15.18	5%
16.01	5%
16.02	5%
17.01	3%
17.02	3%
17.03	5%
17.04	5%
17.05	5%
17.06	5%
17.08	5%
17.09	5%
17.10	5%
17.11	5%
17.12	5%
17.13	5%
17.14	5%
17.15	5%
17.16	5%
17.17	5%
17.18	5%
17.19	3%
17.20	5%
17.21	5%
17.22	5%
17.23	5%
17.24	5%
17.25	5%
18.01	5%
19.01	5%
20.01	5%
20.02	5%
20.03	5%
21.01	5%
22.01	5%
23.01	5%
24.01	5%
25.01	5%
25.02	5%
25.03	5%
25.04	5%
25.05	5%
26.01	5%
27.01	5%
28.01	5%
29.01	5%
30.01	5%
31.01	5%
32.01	5%
33.01	5%
34.01	5%
35.01	5%
36.01	5%

37.01	5%
38.01	5%
39.01	5%
40.01	5%

Art. 6º Fica acrescido o Parágrafo Único, no artigo 65, Lei Complementar n.º 640/2005, contendo a seguinte redação:

Art. 65

Parágrafo Único - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima de 2% (dois por cento), exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista de serviços desta Lei Complementar.

Art. 7º Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor no exercício financeiro do ano de 2018 e após 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

Anitápolis, 28 de dezembro de 2017.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito do Município

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, em 28 de dezembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva

Secretário de Administração,

Contabilidade e Finanças

LEI Nº 957/2018- REVISÃO GERAL ANUAL

Publicação Nº 1657051

LEI COMPLEMENTAR Nº 957/2018

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL, PREVISTA NO ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A remuneração dos servidores públicos municipais da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, ativos, inativos e pensionistas com paridade e comissionados, na forma de revisão geral anual, prevista no art. 37, X, da Constituição da República, a partir de 1º de janeiro de 2018, fica revisada em 2,06% (dois vírgula zero seis por cento), correspondente ao índice de inflação do INPC/IBGE, acumulado no período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

§ 1º A revisão de que trata a presente Lei incide sobre os valores pagos a título de gratificações.

§ 2º O pagamento dos valores da revisão de que trata esta Lei fica contingenciado aos limites constitucionais vigentes.

§ 3º Fica determinada a aplicação da medida liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal contida na ADI 4582, para que seja aplicado o índice de revisão geral anual disposto no caput deste artigo para os servidores aposentados e para os pensionistas que não possuam paridade.

§ 4º A revisão geral concedida por esta Lei se aplica às remunerações daqueles contratados temporariamente, aos estagiários e também daqueles regidos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Art. 2º O piso mínimo adotado pelo Município de Anitápolis para os servidores cuja carga horária é de 40 horas corresponderá a R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), já considerada a revisão geral determinada no caput do art. 1º desta Lei, a partir de 01/01/2018.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correm por conta das dotações do orçamento vigente desta Prefeitura, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder à necessária suplementação de crédito.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2018.

Anitápolis, 24 de janeiro de 2018.

Rogério Hasse

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, em 24 de janeiro de 2018.

Roberto Cabral da Silva

Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças

LEI Nº 958/2018- REVISÃO GERAL ANUAL-CÂMARA

Publicação Nº 1657056

LEI COMPLEMENTAR Nº 958/2018

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL, PREVISTA NO ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A remuneração dos servidores públicos municipais do Poder Legislativo, e os subsídios dos Vereadores, na forma de revisão geral anual, prevista no art. 37, X, da Constituição da Republica, a partir de 1º de janeiro de 2018, fica revisada em 2,06% (dois vírgula zero seis por cento), correspondente ao índice de inflação do INPC/IBGE, acumulado no período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

§ 1º A revisão de que trata a presente Lei incide sobre os valores pagos a título de gratificações.

§ 2º O pagamento dos valores da revisão de que trata esta Lei fica contingenciado aos limites constitucionais vigentes.

§ 3º A revisão geral concedida por esta Lei se aplica às remunerações daqueles contratados temporariamente, aos estagiários e também daqueles regidos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correm por conta das dotações do orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores, ficando o Chefe do Poder Legislativo autorizado a proceder à necessária suplementação de crédito.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2018.

Anitápolis, 24 de janeiro de 2018.

Rogério Hasse

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, em 24 de janeiro de 2018.

Roberto Cabral da Silva

Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças

LEI Nº 959/2018- REVISÃO GERAL ANUAL -EXECUTIVO

Publicação Nº 1657062

LEI COMPLEMENTAR Nº 959/2018

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL, PREVISTA NO ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, na forma de revisão geral anual, prevista no art. 37, X, da Constituição da Republica, a partir de 1º de janeiro de 2018, fica revisada em 2,06% (dois vírgula zero seis por cento), correspondente ao índice de inflação do INPC/IBGE, acumulado no período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

§ 1º A revisão de que trata a presente Lei incide sobre os valores pagos a título de gratificações.

§ 2º O pagamento dos valores da revisão de que trata esta Lei fica contingenciado aos limites constitucionais vigentes.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correm por conta das dotações do orçamento vigente do Poder Executivo do Município de Anitápolis, ficando o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder à necessária suplementação de crédito.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2018.

Anitápolis, 24 de janeiro de 2018.

Rogério Hasse

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, em 24 de janeiro de 2018.

Roberto Cabral da Silva

Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças

LEI Nº 960/2018- AMPLIAÇÃO TEMPORÁRIA CARGA HORARIA PROFESSORES

Publicação Nº 1657069

LEI COMPLEMENTAR Nº 960/2018

AUTORIZA A AMPLIAÇÃO TEMPORÁRIA DA CARGA HORÁRIA SEMANAL DE TRABALHO DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anitápolis, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a ampliar, em caráter temporário, durante o intervalo de 01/02/2018 a 31/12/2018, a carga horária de trabalho dos Professores da Educação Básica Municipal que atendam aos critérios estabelecidos nesta Lei.

§1º A ampliação da carga horária se dará apenas mediante a existência de vaga e justificativa prévia expressa da Secretaria Municipal de Educação, sendo contempladas as seguintes possibilidades:

I - de 20 horas para 30 horas semanais;

II - de 20 horas para 40 horas semanais;

III - de 30 horas para 40 horas semanais.

§2º A ampliação da carga horária, nos termos desta Lei, acarretará o aumento proporcional dos vencimentos, de modo temporário.

§3º O valor percebido em decorrência da ampliação da jornada será considerado, pela média, no cálculo da gratificação natalina e das férias e não se incorporará à remuneração do servidor para nenhum efeito.

§4º Os vencimentos percebidos em caráter temporário, em decorrência da ampliação da carga horária autorizada nesta Lei, não é base de cálculo para contribuição previdenciária vertida para o Regime Próprio de Previdência Social administrado pelo IPREAPOLIS, e não será base de composição de proventos, sob nenhuma hipótese.

Art. 2º Fica instituído o processo de habilitação destinado à ampliação da carga horária semanal de trabalho dos Professores, que deverá ser deflagrado pela Secretaria Municipal da Educação, sempre que houver vaga em determinada área de atuação.

§1º O edital do processo de habilitação de que trata este artigo será publicado em órgão oficial e em todas as unidades educacionais do Município, com, no mínimo, 08 (oito) dias de antecedência do início do prazo de inscrição dos candidatos, e terá validade pelo prazo de 01/02/2018 a 31/12/2018.

§2º O processo de habilitação será coordenado por Comissão designada pela Secretaria Municipal de Educação, composta por 3 (três) servidores públicos efetivos.

§3º A simples habilitação não garante ao servidor o direito à ampliação da carga horária pretendida.

§4º O processo de habilitação constará de prova de títulos, vinculados à área de atuação, excluídos aqueles exigidos como pré-requisito para a posse no cargo ocupado, devendo os títulos e pesos ser fixados no edital.

§5º Em caso de empate entre 2 (dois) ou mais servidores habilitados para a mesma vaga de atuação, aplicar-se-ão os seguintes critérios:

I - maior pontuação na prova de títulos;

II - maior tempo de efetivo exercício na Rede Municipal de Ensino;

III - maior tempo de permanência em sala de aula na Rede Municipal de Ensino;

IV - maior tempo de efetivo exercício nos órgãos da administração direta e indireta do Município.

§6º Persistindo o empate, após a aplicação dos critérios definidos nos incisos I a IV do §5º deste artigo, Serpa realizado um sorteio, na presença obrigatória dos servidores concorrentes.

Art. 3º A homologação das inscrições e dos servidores habilitados será publicada no órgão de imprensa oficial e afixada nas unidades educacionais.

Parágrafo Único. O servidor poderá recorrer da homologação das inscrições e dos servidores habilitados no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da respectiva publicação, mediante requerimento fundamentado dirigido à Comissão coordenadora do processo, que decidirá em igual prazo.

Art. 4º Para participar do processo de habilitação destinado à ampliação da carga horária, o detentor do cargo de Professor, deverá atender aos seguintes critérios, na data do requerimento de participação:

I - ter estabilidade reconhecida, havendo cumprido o estágio probatório;

II - esteja em pleno e efetivo exercício de suas funções em sala de aula;

III - possua habilitação originária de ingresso específica para atendimento da carência identificada pela Secretaria Municipal de Educação;

IV - configure acumulação de cargos lícita, com observância da compatibilidade de horários;

V - detenha apenas um cargo de Professor, no Quadro do Magistério Municipal.

Parágrafo único. É vedada a ampliação de jornada, nos termos desta Lei, para os profissionais que na data da publicação do edital de seleção:

I - estejam readaptados;

II - estejam em gozo de Licença para Tratamento de Saúde ou Licença Prêmio;

III - sejam inativos em outras unidades da federação, com carga horária superior a 20 horas;

IV - sejam detentores do cargo de provimento efetivo originário de Professores Leigos;

V - tenham registro de ter sofrido penalidade disciplinar resultante de processo administrativo nos últimos 60 (sessenta) meses, contados da data de publicação do edital;

VI - apresentem faltas injustificadas nos últimos 12 (doze) meses, contados da publicação do edital.

Art. 5º A ampliação da carga horária poderá ser revogada, a qualquer momento, nas seguintes hipóteses:

I - a pedido do servidor;

II - devido ao retorno do servidor titular da vaga;

III - no interesse da Administração e mediante motivação em regular procedimento administrativo.

Art. 6º O servidor que se inscrever para ampliar a carga horária, nos termos desta Lei, não poderá usufruir de Licença Prêmio durante o intervalo de 01/02/2018 a 31/01/2019.

Art. 7º O profissional do magistério, que estiver em gozo de Licença para Tratar de Interesses Particulares deve retornar as suas atividades a partir de 01/02/2018.

Parágrafo único. Fica vedada a concessão de Licença para Tratar de Interesses Particulares, para profissionais do magistério, no ano de 2018.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anitápolis, 15 de fevereiro de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças em 15 de fevereiro de 2018.

Roberto Cabral da Silva

Secretário de Administração,

Contabilidade e Finanças

LEI Nº 961/2018- AUTORIZA PODER EXECUTIVO FIRMAR TERMO PARCERIA

Publicação Nº 1657071

LEI Nº 961, DE 08 DE MAIO DE 2018.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE PARCERIA E COOPERAÇÃO MÚTUA E A Ceder SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO A ASSISTENCIA SOCIAL SÃO SEBASTIÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Laudir Pedro Coelho, Prefeito Municipal de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sancionei a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Parceria e Cooperação Mútua, com a ASSISTENCIA SOCIAL SÃO SEBASTIÃO, hospital filantrópico, estabelecido na Rua Jacinto Mattos, 68, Centro, Anitápolis, SC, inscrito no CNPJ n. 83.255.901/0001-51, com o objetivo de viabilizar o atendimento hospitalar, consistente em serviços na área da saúde à população de Anitápolis, nos moldes e com os fins da Lei Federal nº 9637 de 1998.

Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, para os fins da parceria e cooperação mútua, objeto do art. 1º desta Lei, a ceder, com ônus para o Município, ao HOSPITAL -ASSISTENCIA SOCIAL SÃO SEBASTIÃO um servidor ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem ou Enfermeiro.

Parágrafo único. O servidor cedido desempenhará sua jornada laboral, junto ao Hospital, na ordem de 1 hora duas vezes na semana.

Art. 3º São obrigações dos parceiros:

I - ASSISTENCIA SOCIAL SÃO SEBASTIÃO caberá:

- a) fornecer a necessária infraestrutura à realização dos procedimentos objeto da parceria.
- b) fornecer ao Município mensalmente relatório contendo a efetividade do servidor cedido.
- c) arcar com o pagamento da prestação de eventual serviço extraordinário, por parte do servidor cedido.

II – Caberá ao Município:

- a) ceder a ASSISTENCIA SOCIAL SÃO SEBASTIÃO, um servidor municipal ocupante de cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem ou Enfermeiro, para exercer suas funções naquele estabelecimento hospitalar;
- b) arcar com os ônus inerentes à remuneração e encargos previdenciários relativos ao servidor cedido.
- c) Não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela organização social.

Art. 4º O Termo de Parceria e Cooperação Mútua, de que trata esta Lei, vigorará pelo período de um ano, podendo ser prorrogado por iguais períodos, havendo interesse entre as partes e disponibilidade da municipalidade.

Art. 5º Faz parte integrante da presente Lei a Minuta do Termo de Parceria e Cooperação Mútua.

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas por dotações orçamentárias específicas do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anitápolis, 08 de maio de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado a presente Lei no órgão oficial do Município de Anitápolis, em 08 de maio de 2018.

Roberto Cabral da Silva

Secretário de Administração, contabilidade e finanças

TERMO DE PARCERIA e COOPERAÇÃO MÚTUA

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Gonçalves Júnior, 260, Centro, Anitápolis, SC, CEP 88.475-000, inscrito no CNPJ 82.892.332/0001-92, neste ato representado por seu Prefeito

Laudir Pedro Coelho, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 112.096.009-53, doravante denominado MUNICÍPIO e de outro lado a ASSISTENCIA SOCIAL SÃO SEBASTIÃO, hospital filantrópico, estabelecido na Rua Jacinto Mattos, 68, Centro, Anitápolis/SC, inscrito no CNPJ n. 83.255.901/0001-51, neste ato representado pelo seu Coordenador, Sr. Marcio Walter, brasileiro, casado, portador do CPF sob nº 071.269.519-22, doravante denominada abreviadamente HOSPITAL, resolvem celebrar o presente TERMO DE PARCERIA E COOPERAÇÃO MÚTUA de cooperação, nos termos do que dispõem a Lei nº e de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto estabelecer, em regime de parceria e cooperação mútua entre os parceiros, o desenvolvimento de ações e serviços de saúde para a população de Anitápolis, junto ao Hospital São Sebastião.

Parágrafo único. O presente Termo compreende a atuação coordenada dos parceiros para a realização de procedimentos hospitalares e ambulatoriais definidos por condição de sua eficácia, com as regras definidas pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ENCARGOS

Constituem encargos dos parceiros:

I - Dos encargos do MUNICÍPIO:

- ceder ao Hospital, um servidor municipal ocupante de cargo de provimento efetivo no cargo de Técnico em Enfermagem ou Enfermeiro, para exercer suas funções naquele estabelecimento hospitalar;
- arcar com os ônus inerentes à remuneração e encargos previdenciários relativos ao servidor cedido.
- Não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela organização social.

II - Ao Hospital São Sebastião caberá:

- fornecer a necessária infraestrutura à realização dos procedimentos objeto da parceria;
- fornecer ao Município mensalmente relatório contendo a efetividade do servidor;
- arcar com o pagamento da prestação de eventual serviço extraordinário, por parte do servidor cedido.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

O HOSPITAL se compromete, ainda, a:

- Notificar o MUNICÍPIO sobre eventuais alterações em seus estatutos ou sua diretoria, enviando-lhe, no prazo de trinta dias, contados da data do registro da alteração, cópias autenticadas dos documentos com as respectivas mudanças;
- Disponibilizar as informações atualizadas conforme a lógica de regulação do gestor local.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Termo vigorará pelo prazo de um ano, podendo ser prorrogado por iguais períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, tendo seu início em de de 2018.

Parágrafo único. Se um dos parceiros não se interessar pela prorrogação, deverá comunicar o fato ao outro, com antecedência mínima de 30 (trinta dias) dias, por escrito.

CLÁUSULA QUINTA - DO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

O descumprimento pelos Parceiros dos compromissos assumidos neste termo ensejará a rescisão do presente instrumento nos termos do art.79 da Lei 8.666/93 e a aplicação das penalidades pertinentes ali previstas.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Para dirimir eventuais dúvidas do presente TERMO DE PARCERIA e COOPERAÇÃO MÚTUA, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, SC, com renúncia expressa a qualquer outro.

E por estarem ajustados, assinaram o presente TERMO em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Anitápolis, de de 2018

Laudir Pedro Coelho Marcio Walter

Prefeito Municipal Coordenador da Assistência Social São Sebastião

1º Testemunha
CPF

2º Testemunha
CPF

LEI Nº 962/2018- ABRE CREDITO ESPECIAL CÂMARA

Publicação Nº 1657074

LEI Nº 962/2018

ABRE CREDITO ESPECIAL NA CÂMARA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto o item orçamentário abaixo discriminado no valor total de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais).

CÂMARA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS

01.01.01.031.0001.8.001.3.1.91.0.1.0000/6 R\$ 1.200,00

PARAGRAFO ÚNICO – A abertura de tal crédito servirá para registrar despesas com os encargos patronais do RPPS da Câmara Municipal de Anitápolis, em virtude das mesmas terem sido contemplados no orçamento de 2018 na modalidade 3.1.90 de forma equivocada, as relativas despesas devem ser empenhadas na modalidade 3.1.91 de acordo com a portaria interministerial nº 163, abaixo podemos identificar a natureza da despesa das referidas modalidades:

3. Despesas Correntes

1. Pessoal e Encargos Sociais

90. Aplicações Diretas

3. Despesas Correntes

1. Pessoal e Encargos Sociais

91. Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação no mesmo valor das dotações abaixo relacionadas.

CÂMARA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS

01.01.01.031.0001.8.001.3.1.90.0.1.0000/3 R\$ 1.200,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Anitápolis, 08 de maio de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado a presente Lei no órgão oficial do Município de Anitápolis, em 08 de maio de 2018.

Roberto Cabral da Silva

Secretário de Administração, contabilidade e finanças

LEI Nº 963/2018- AUTORIZA SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTARIA CÂMARA

Publicação Nº 1657077

LEI Nº 963/2018

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA CAMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no limite de R\$ 91.550,00 (noventa e um mil quinhentos e cinquenta reais), a dotação abaixo relacionada:

CAMARA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

01.01.01.031.0001.8.001.3.3.90.0.1.000/4 R\$ 91.550,00

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior correrão por conta de anulação no mesmo valor das dotações abaixo relacionadas.

CAMARA MUNICIPAL DE ANITAPOLIS

01.01.01.031.0001.7.001.4.4.90.0.1.000/1 R\$ 91.550,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Anitápolis, 08 de maio de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado a presente Lei no órgão oficial do Município de Anitápolis, em 08 de maio de 2018.

Roberto Cabral da Silva

Secretário de Administração, contabilidade e finanças

LEI Nº 964/2018- MODIFICA ANEXOS V DA LEI Nº 623/05

Publicação Nº 1657227

	ESTADO DE SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de Anitápolis GABINETE DO PREFEITO CNPJ 82.892.332/0001-92 Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88475-000 – ANITÁPOLIS – SC Fone: (0xx) 48 3256-0131 – Fax 3256-0188 E-mail:prefeitura@anitapolis.sc.gov.br
--	--

LEI Nº 964/2018

Modifica o anexo V com relação ao cargo de Assessor Jurídico, nível DAS - 04 da Lei nº 623 de 01.07.2005 c/c Lei nº 928 de 20.04.2017 e estabelece outras providências.

Laudir Pedro Coelho, Prefeito Municipal de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O anexo V da Lei nº 623 de 01.07.2005 c/c Lei nº 928 de 20.04.2017, com relação ao cargo de assessor jurídico, nível DAS – 04, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO V

TABELA DE SUBSÍDIOS/VENCIMENTOS DOS CARGOS COMISSIONADOS

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	REMUNERAÇÃO
01	Assessor Jurídico	DAS – 04	4.500,00

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Anitápolis, 15 de maio de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado a presente Lei no órgão oficial do Município de Anitápolis, em 15 de maio de 2018.

Roberto Cabral da Silva

Secretário de Administração, contabilidade e finanças

LEI Nº 965/2018- DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ESTÁGIOS

Publicação Nº 1657245

lei Nº 965/2018

Dispõe sobre a concessão de estágio para estudantes de nível médio, do supletivo ou superior, na administração direta e indireta do Município de Anitápolis.

Laudir Pedro Coelho, Prefeito Municipal de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sancionei a seguinte Lei:

Art. 1º Fica facultado aos órgãos e entidades da administração direta e indireta do município conceder estágio a alunos regularmente matriculados em cursos do ensino público ou particular de nível médio, do supletivo ou superior.

Parágrafo Único. A concessão do estágio fica condicionada à existência de estrutura que assegure ao estagiário experiência, prática em sua área de formação, sob supervisão e orientação de profissional habilitado, não podendo ser responsável pelo setor em que estiver estagiando, sendo que na área da Secretaria de Educação poderá estagiar remuneradamente apenas no setor administrativo.

Art. 2º O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza.

Art. 3º Para a concessão do estágio serão observadas as seguintes condições:

I - assinatura de termo de compromisso pelo estudante ou por seu responsável, quando menor de 18 (dezoito) anos, e pelo titular do órgão ou da entidade pública concedente do estágio, com a intervenção obrigatória da instituição de ensino e prévia anuência do Chefe do Poder Executivo;

II - contraprestação, pelo estagiário, através de atividades definidas no termo de compromisso, com jornada de trabalho diária de no mínimo 04 (quatro) horas, em horário compatível com a vida escolar e com o órgão que o abrigará;

III - correlação comprovada entre as atividades desenvolvidas no estágio e a área de formação escolar do estagiário.

IV - comprovação da matrícula deferida e frequência escolar exigida no respectivo currículo, quando for o caso.

Parágrafo Único. A comprovação da frequência escolar exigida no respectivo currículo deverá ser feita ao final de cada semestre escolar.

Art. 4º O estágio terá duração máxima de 1 (um) ano, permitida uma única renovação por igual período, mediante novo termo de compromisso.

§ 1º - Extingue-se o estágio:

I - pela desistência por escrito, do estudante;

II - pela não renovação do termo de compromisso até a data de seu vencimento;

III - pelo abandono, insuficiência de frequência semestral ou conclusão do curso;

IV - por iniciativa do órgão concedente, a qualquer momento, no caso de conduta inadequada ou descumprimento das obrigações assumidas pelo estagiário, comunicados, nessas hipóteses, os fundamentos da decisão à instituição de ensino e ao agente de integração.

Art. 5º Nos períodos de férias escolares, a jornada de estágio será estabelecida de comum acordo entre o estagiário e a autoridade concedente do estágio, sempre com a interveniência da instituição de ensino.

Art. 6º O órgão ou a entidade concedente emitirá certificado de conclusão do estágio, no qual deverá constar a especialização de sua natureza, a carga horária global e a avaliação do aproveitamento do estudante.

Art. 7º Fica instituída bolsa de estágio, a ser paga, mensalmente, ao estagiário admitido na conformidade desta Lei e que registrar assiduidade não inferior a noventa e oito por cento de frequência, nos seguintes valores, reajustados nos mesmos índices aplicados na data base dos servidores municipais:

I - R\$ 600,00 (seiscentos Reais) para estudantes de nível superior; e

II - R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta Reais) para estudantes de nível médio e supletivo.

Art. 8º O total de vagas de estágio, incluindo nível médio, supletivo e superior, deverá atender o disposto na Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Parágrafo Único. A distribuição das vagas por órgão ou entidade e o controle das contratações ficam sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 9º Para caracterização e definição do estágio curricular é necessário, entre a instituição de ensino e os órgãos da administração do Município, a existência de instrumento jurídico, periodicamente reexaminando, onde estarão acordadas todas as condições de realização do estágio, inclusive a transferência de recursos à instituição de ensino.

Art. 10º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão a conta do orçamento de cada órgão da administração vigente.

Art. 11º O estágio observará o disposto na Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 12º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anitápolis, 15 de maio de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado a presente Lei no órgão oficial do Município de Anitápolis, em 15 de maio de 2018.

Roberto Cabral da Silva

Secretário de Administração, contabilidade e finanças

PORTARIA Nº 091/2018- INSTITUI HORÁRIO DE EXPEDIENTE CONSELHO TUTELAR

Publicação Nº 1657339

PORTARIA Nº 091/2018
INSTITUI HORÁRIO DE EXPEDIENTE DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS

O Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Item VIII, Seção II, Artigo 97, da Lei Orgânica do Município de Anitápolis de 16 de dezembro de 2004.

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o horário de expediente dos ocupantes do cargo de Conselheiros Tutelares, com carga horária de 40 horas semanais, lotados no Gabinete do Prefeito, como segue:

- Segunda à sexta -feira:

Manhã: 8:00 às 11:30 horas - Tarde: 13:30 às 17:00

Parágrafo Único. O horário foi instituído para cumprir a Lei nº 8.069/90, a Lei Municipal nº 420/97, Resolução Conanda nº 170/2014 e resolução CMDCA nº 02, no que se refere ao horário de funcionamento do Conselho Tutelar.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Anitápolis, em 04 de junho de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 092/2018- ALTERA HORÁRIO DE EXPEDIENTE SERVIDORA RITA APARECIDA DE ALMEIDA COELHO DA ROSA

Publicação Nº 1657301

	ESTADO DE SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de Anitápolis GABINETE DO PREFEITO Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88.475-000 – ANITÁPOLIS – SC Fone: (0xx) 48 3256-0131 – Fax: 3256-0188 E-mail:prefeitura@anitapolis.sc.gov.br
--	---

PORTARIA Nº 092/2018

ALTERA HORARIO DE EXPEDIENTE DE SERVIDORA

O Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Item VIII, Seção II, Artigo 97, da Lei Orgânica do Município de Anitápolis de 16 de dezembro de 2004.

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o horário de expediente da servidora RITA APARECIDA DE ALMEIDA COELHO DA ROSA, ocupante do cargo de auxiliar de serviços gerais, matrícula nº 1104, lotada na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, como segue:

-Rita Aparecida de Almeida Coelho da Rosa

De segunda a sexta-feira: 6:00 às 12:00

Art. 2º- Justifica-se o horário diferenciado dos demais servidores por tratar-se de atividades de limpeza, que deverá ser desenvolvido em horários que os demais servidores não estão nas repartições.

Art. 3º-Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município Anitápolis, em 06 de junho de 2018.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 089/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2018

Publicação Nº 1656167

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

O Município de Antônio Carlos informa que em virtude da participação do Brasil na Copa do Mundo 2018, altera o horário da abertura do Processo Licitatório nº 089/2018, Pregão Presencial nº 067/2018, que tem como objeto a aquisição de grade hidráulica reforçada GHF, tamanho 24x22", potência 70 CV, para uso das atividades agrícolas da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Antônio Carlos/SC, da seguinte forma:

Protocolos e Entrega dos Envelopes

Os envelopes n. 1 (Proposta de Preços) e n. 2 (Documentos de Habilitação), juntamente com o credenciamento, deverão ser protocolados e entregues no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC, até a data e horário limite abaixo descritos.

Data/Hora: 22 de junho de 2018, as 13h45min.

Local: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC.

Endereço: Praça Anchieta n. 10, Centro, Antônio Carlos, Santa Catarina. CEP: 88.180-000.

Abertura da Sessão

Data/Hora: 22 de junho de 2018, as 14h00min.

As demais disposições permanecem inalteradas.

Antônio Carlos, 18 de junho de 2018.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 091/2018

Publicação Nº 1656714

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 091/2018; Modalidade: Pregão Presencial nº 068/2018; Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de microcomputadores, materiais de informática, smartphone, cadeiras e telefones, para uso de diversas secretarias do Município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 04 de julho de 2018, as 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8617, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br. Antônio Carlos, 18 de junho de 2018.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2018

Publicação Nº 1656808

Estado de Santa Catarina

Município de Antônio Carlos

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 2/2018

Geraldo Pauli, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições nos termos do art. 37 da Constituição Federal e da Lei Orgânica Municipal:

- CONSIDERANDO, não haver disponibilidade de pessoal para contratação;

- CONSIDERANDO, a necessidade emergencial de novas contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

- CONSIDERANDO, que já se esgotou a lista de aprovados no Processo Seletivo – Edital 002/2017.

Torna público que tem necessidade de contratar por tempo determinado os profissionais abaixo indicados, os quais deverão se apresentar na Secretária de Saúde e Assistência Social, desta municipalidade, sitoa Rua 6 de Novembro, 186, Centro, Antônio Carlos/SC, imprerivelmente na data de 22/06/2018 (sexta-feira), das 07:30h às 17:00h, aos cuidados da Secretária Municipalde Saúde e Assistência Social, munidos dos seguintes documentos: carteira de identidade; carteira de trabalho e documentos exigidos para critério de seleção.

Cargos	Vaga	Formação/Exigência	Carga horária	Local de Trabalho	Remuneração	Vínculo
Farmacêutico	01	Conclusão de curso de graduação em farmácia, com diploma registrado no MEC ou Instituição autorizada por Lei e registro no Órgão Fiscalizador da Classe.	Até 40hr	Posto de Saúde do Município	R\$ R\$ 4.210,78	Contrato temporário

CRITÉRIOS A SEREM SEGUIDOS PARA A SELEÇÃO:

· 1)Títulos; Critério para apuração dos pontos:

a) Doutorado – 4 Pontos

b) Mestrado – 3 Pontos

c) Pós-Graduação – 2 Pontos

d) Conclusão Curso Superior – 1 Ponto

· 2) Maior tempo de experiência comprovada de atuação na área;

· 3) Idade;

· 4) Sorteio.

· Os interessados devem apresentar a documentação no dia do chamamento que comprovem os itens citados nos critérios para seleção.

A presente chamada pública destina-se à admissão em caráter temporário para o ano de 2018, será por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

O prazo de contratação será estipulado no momento da contratação, bem como a jornada de trabalho, atendendo o interesse público.

Antônio Carlos, 18 de junho de 2018.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

PORTARIA N 270/2018

Publicação Nº 1656015

PORTARIA Nº 270/2018

Concede férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS por 20 dias à servidora SILVIA TESSARI, ocupante do cargo efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, a partir de 09 de julho de 2018, referente ao período aquisitivo de 14/07/2016 a 13/07/2017.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 14 de junho de 2018.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 15 de junho de 2018.

PORTARIA N 276/2018

Publicação Nº 1657221

PORTARIA Nº 276/2018

Exonera aposentado do Ipreancarlos.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a certidão de óbito;

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar a aposentada LOURDES GESSER, a partir de 14 de junho de 2018, pelo seu falecimento.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de junho de 2018.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 19 de junho de 2018.

PORTARIA N 277/2018

Publicação Nº 1657216

PORTARIA Nº 277/2018

Concede férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS por 15 dias ao servidor DANIEL JOSÉ SILVA, ocupante do cargo comissionado de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO, a partir de 16 de julho de 2018, referente ao período aquisitivo de 16/07/2017 a 30/07/2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de junho de 2018.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 19 de junho de 2018.

PORTARIA N 278/2018

Publicação Nº 1657253

PORTARIA Nº 278/2018

Concede férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS por 30 dias ao servidor HELENO NEIS, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINA, a partir de 18 de junho de 2018, referente ao período aquisitivo de 07/04/2016 a 06/04/2017.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de junho de 2018.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 19 de junho de 2018.

PORTARIA N 279/2018

Publicação Nº 1657254

PORTARIA Nº 279/2018

Nomeia Comissão de Licitação.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a COMISSÃO DE LICITAÇÃO, passando a constitui-la os servidores Luciano da Cunha, como Presidente, Ana Paula

Richartz e Cezar Nilo Hoffmann como membros.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revoga-se a portaria 251/2018, publicada no DOM no dia 05/06/2018.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de junho de 2018.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 19 de junho de 2018.

PORTARIA N 280/2018

Publicação N° 1657256

PORTARIA Nº 280/2018

Nomeia Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio e da outras providências.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a servidora Fernanda Alves Guesser Koch, como PREGOEIRO OFICIAL do município e equipe de apoio composta pelos membros Ana Paula Richartz, Cezar Nilo Hoffmann, Rubens Neis Junior e Vanessa Koch Mannes.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revoga-se a Portaria 252/2018, publicada no DOM no dia 05/06/2018.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de junho de 2018.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 19 de junho de 2018.

Apiuna

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2018 FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2018 FMS

Publicação Nº 1656072

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA AS UNIDADES DE SAÚDE MUNICIPAIS.

Pelo presente instrumento o FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APIUNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na AVENIDA FLORIANOPOLIS, CENTRO, Apiúna - SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 11.195.905/0001-80, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do Pregão para Registro de Preço nº 4/2018, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA AS UNIDADES DE SAÚDE MUNICIPAIS, conforme quantitativos e condições a seguir:

39373 - DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA					
Item	Produto	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
12	AMALGAMADOR PARA CAPSULAS	ALT	1	R\$552,3000	R\$ 552,30
79	ESPELHO CLINICO Nº 5 PLANO, ESPELHO BUCAL SEM CABO. APLICACAO: USO ODONTOLOGICO, MATERIAL: ACO INOXIDAVEL + ESPELHO, TAMANHO/ CAPACIDADE Nº 5, FORMA DEAPRESENTACAO: REDONDO FRONTAL DE PRECISAO E LUMINOSIDADES TOTAL SEM MANCHAS, AUTO CLAVAVEL	PHARMAI-NOX	300	R\$2,4800	R\$ 744,00
129	SELANTE IONOMERICO, COM 05 PONTEIRAS DE APLICACAO,SERINGA COM 02GR	MAQUIRA	40	R\$34,0000	R\$ 1.360,00
133	SOLUÇÃO DE FLUORETO DE SÓDIO A 0,2% SEMANAL SABOR TUTI FRUTI COMPOSIÇÃO FLUORETO DE SÓDIO ESSÊNCIA CORANTE METILPARABENO E ÁGUA BURIFICADA 500ML.	SOUZA	250	R\$8,8400	R\$ 2.210,00
139	TIRA DE LIXA COM ABRASIVO A BASE DE OXIDO DE ALUMINIO DISPERSO EM RESINA E DORSO DE POLIESTER COM 04MM DE LARGURA E 170MM DE COMPRIMENTO, GRANULACAO GROSSA MEDIA, COM CENTRO NEUTRO. CAIXA COM 50 TIRAS	NOSLIG PDX	15	R\$7,3300	R\$ 109,95
Total Fornecedor:			R\$ 4.976,25		
52469 - PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					
Item	Produto	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
5	AGULHA PARA SUTURA COM FIO DE NYLON. AGULHA FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL, NA FORMA TRÂNGULAR COM COMPRIMENTO DE 1,5 CM, ÂNGULO DE 180º1/2 CÍRCULOENCASTOADA EM UM FIO DE 45CM COM NÚMERO CIRÚRGICO4 4.0. PRODUTO ESTERELIZADO POR IRRADIAÇÃO. CAIXA COM 24 ENVELOPES	LABOR IMPORT	30	R\$26,0800	R\$ 782,40
71	DETERGENTE ENZIMATICO PARA LIMPEZA E REMOCAO DA MATERIA ORGANICA DE TODOS OS INSTRUMENTOS ODONTOLOGICOS. BASTERIOSTATICOS, DIMINUI A CARGA MICROBIANA DE ACO INSTANTANEA, CONTEM NA SUA FORMNULA ENZIMAS PROTEASE, LIPASE, AMILASE, CARBOHIDRASE, ALCOOLISOPROPILICO E TENSOATIVOS NAO IONICOS COM PH NEUTRO. EMBALAGEM COM 01 LITRO	KELLDRIN	150	R\$16,8800	R\$ 2.532,00
103	MASCARA DESCARTAVEL TRIPLA COM ELASTICO, EMBALAGEMCOM 50 UNIDADES	DESCAR-PACK	70	R\$4,3500	R\$ 304,50
Total Fornecedor:			R\$ 3.618,90		
89079 - SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA ME					
Item	Produto	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
16	APLICADOR CABIBRUSH FINO AZUL, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	FGM	50	R\$6,3000	R\$ 315,00
61	CABO DE ESPELHO BUCAL Nº 05 DE ACO INOXIDAVEL, ESPELHO PLANO	COOPER-FLEX	300	R\$3,1100	R\$ 933,00
70	DEDAL DE BORRACHA PARA AMALGAMADOR MANUAL	JON	10	R\$1,6100	R\$ 16,10
73	ENVELOPE PARA ESTERILIZAÇÃO AUTOCLAVE, AUTOSSELANTE 90X260MM, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	hospflex	400	R\$15,7400	R\$ 6.296,00
74	ENVELOPE PARA ESTERILIZAÇÃO AUTOCLAVE, AUTOSSELANTE 50X100MM, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	MEDSTERIL	400	R\$10,4900	R\$ 4.196,00

75	ENVELOPE PARA ESTERILIZAÇÃO AUTOCLAVE, AUTOSSELANTE 50X120MM, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	Clean Up	400	R\$9,7900	R\$ 3.916,00
89	GUARDANAPO TAMANHO 32,5X29,5CM, COMPOSICAO: FIBRASCELULOSICAS NATURAIS, NAO RECICLADO, EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	FACE A FACE	200	R\$1,3200	R\$ 264,00
90	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO P.A. FRASCO COM 10G	IODONTO-SUL	20	R\$3,2800	R\$ 65,60
100	LIMA ENDODONTICA TIPO K, Nº 15, COM 21MM, EMBALAGEM COM 06 UNIDADES	DENTSPLY	10	R\$13,0800	R\$ 130,80
101	LIMAS ENDODONTICAS TIPO FLEXO-FIRE DE 1ª SERIE, 25MM, EMBALAGEM COM 06 UNIDADES	DENTSPLY	10	R\$13,0800	R\$ 130,80
105	MICRO BRUSH, COMPOSICAO: POLIPROPILENO E FIBRAS DEPOLIAMIDA, EMBALAGEM CONTENDO 100 UNIDADES	FGM	25	R\$6,3000	R\$ 157,50
106	MICRO BRUSH EXTRA FINO, COMPOSICAO: POLIPROPILENO E FIBRAS DEPOLIAMIDA, EMBALAGEM CONTENDO 100 UNIDADES	FGM	25	R\$6,3000	R\$ 157,50
111	PAPEL CARBONO PARA ARTICULACAO, COMPOSICAO: PAPEISESPECIAIS, CERAS VEGETAIS, PIGMENTOS, OLEOS VEGETAIS, PARAFINA E VASELINA. CONTEM 12 FOLHAS FINO COM ESPESSURA 0,02MM E 10CM DE COMPRIMENTO	BIODINAMICA	40	R\$1,7400	R\$ 69,60
113	PASTA PROFILATICA, COM FLUOR PARA PROFILAXIA DENTAL, USO PROFISIONAL, 90GR, COM A SEGUINTE COMPOSICAO: AGUA, ESPESSANTE, LAURIL SULFATO, CARBONATO DECALCIO, PEDRAS POMES E AROMA ARTIFICIAL TUTI FRUTI QUE GARANTA A EFICACIA E SEGURANCA DO PRODUTO JUNTO A NORMA ANSI-ADA Nº 37 DENTAL ABRASIVE POWDERS2001. COM 02 EMBALAGENS DE PROTECAO, A EXTERNA CAIXA DE PAPELEINTERNA EM ALUMINIO COM TAMPA PLASTICA, ROSQUEAVEL	ALLPLAN	30	R\$4,7900	R\$ 143,70
116	PINCA CLINICA ODONTOLOGICA PARA ALGODAO ACO INOXIDAVEL	COOPER-FLEX	30	R\$6,0600	R\$ 181,80
125	RESTAURADOR PROVISÓRIO (MATERIAL DE PREENCHIMENTO E ENDURECIMENTO QUÍMICO, RADIOPACO PARA PREENCHIMENTO TEMPORÁRIO DAS CAVIDADES DENTÁRIAS. É UM CIMENTO DE ÓXIDO DE ZINCO NÃO CONTÉM EUGENOL, POSSUI GRANDE ADERÊNCIA GARANTINDO BOM ISOLAMENTO MARGINAL E RÁPIDO ENDURECIMENTO NA BOCA AO CONTATO COM A SALIVA. EMBALAGEM COM 20GR.	CAITHEC	50	R\$8,6500	R\$ 432,50
131	SISTEMA DE ACABAMENTO E POLIMENTO DE COMPOSITOS. COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CADA PONTA DEVE TER MANDRIL COM SISTEMA VERSALHES. O MANDRIL E AS PONTAS SÃO AUTOCLAVAVEIS. CADA CAIXA DEVE CONTER 08UNIDADES SORTIDAS (CHAMA DE VELA, TACA, DISCO + MANDRIL). O PRODUTO DEVE TER CERTIFICADO DE BOAS PRATICAS DE FABRICACAO CONCEDIDO PELA ANVISA	TDV	20	R\$47,1000	R\$ 942,00
132	SOLUCAO A 0,12% DE CLORHEXIDINA, FRASCO COM 500ML	IODONTO-SUL	45	R\$11,3500	R\$ 510,75
134	SONDA EXPLORADORA Nº 05 DE ACO INOXIDAVEL	COOPER-FLEX	50	R\$6,5900	R\$ 329,50
141	TIRA DE LIXA DE ACO DE 5MM, EMBALAGEM COM 12 TIRAS	BIODINAMICA	40	R\$4,6700	R\$ 186,80
Total Fornecedor:			R\$ 19.374,95		

102032 - LA DALLA PORTA JUNIOR

Item	Produto	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
3	AGULHA GENGIVAL ODONTOLOGICA CURTA DESCARTAVEL, ESTERILIZADA, COM PONTA TRIFACETADA QUE REDUZ AO MÍNIMO A DOR E O INCÔMODO ELIMINANDO A ANECESSIDADE DE UMA PRÉ-ANESTESIA ANTES DA APLICAÇÃO DA INJEÇÃO. AGULHA DE METAL EM ALTA FLEXIBILIDADE, IMPEDINDO A QUEBRA MESMO COM MOVIMENTOS BRUCOS. AS PAREDES DA AGULHA SÃO ULTRAFINAS E SILICONIZADAS, PROPORCIONANDO UMA INSERÇÃO MAIS SUAVE E MENOS TRAUMÁTICA. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. DEVE CONTER DATA DE FABRICACAO, VALIDADE E LOTE NO LACRE DE SEGURANCA DA CAIXA. TAMANHO 21MM	LAMEDID	40	R\$22,5000	R\$ 900,00
4	AGULHA GENGIVAL ODONTOLOGICA LONGA DESCARTAVEL, ESTERILIZADA, COM PONTA TRIFACETADA QUE REDUZ AO MÍNIMO A DOR E O INCÔMODO ELIMINANDO A ANECESSIDADE DE UMA PRÉ-ANESTESIA ANTES DA APLICAÇÃO DA INJEÇÃO. AGULHA DE METAL EM ALTA FLEXIBILIDADE, IMPEDINDO A QUEBRA MESMO COM MOVIMENTOS BRUCOS. AS PAREDES DA AGULHA SÃO ULTRAFINAS E SILICONIZADAS, PROPORCIONANDO UMA INSERÇÃO MAIS SUAVE E MENOS TRAUMÁTICA. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. DEVE CONTER DATA DE FABRICACAO, VALIDADE E LOTE NO LACRE DE SEGURANCA DA CAIXA. TAMANHO 35MM	LAMEDID	20	R\$22,5000	R\$ 450,00
7	ALCOOL ETILICO HIDRATADO A 70% (P/P) FRASCO CONTENDO 1 LITRO	FLOPS	200	R\$3,8900	R\$ 778,00

80	ESPONJA HEMOSTATICA DE COLAGENO HIDROLISADO (GELATINA) CONTE- DO 5% DE PRATA COLOIDAL. COM 50 PECAS EM CADA FRASCO	BIODINA- MICA	50	R\$30,8000	R\$ 1.540,00
82	FILME INFANTIL PERIAPICAL. INDICADO PARA TOMADAS RADIOGRÁFICAS INTRAORAIS (FILME 22X35MM) , PROCESSAMENTO MANUAL OU RADIOGRÁ- FICO. ALTA VELOCIDADE F. VALIDADE 2 ANOS APÓS SUA FABRICAÇÃO. EMB- LAGEM COM 100 UNIDADES	PROGRAD	10	R\$127,5000	R\$ 1.275,00
88	FLUOR PARA APLICACAO TOPICA, SENSO ACIDULADO PH (36-9), CONTEM 1,23% EM DESO DE ION FLUORETO (F-) PROVENIENTE DE FLUORETO DE SO- DIO EM VEICULO AQUOSODE ACIDO FOSFORICO A 01 MOLAR. SABOR TUTI FRUTI, FRASCO CONTENDO 208GR OU 200ML	IODON- TOSUL	50	R\$3,6000	R\$ 180,00
92	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% SOLUÇÃO DE MILTON - 1 LITRO	CICLO- FARMA	100	R\$2,8000	R\$ 280,00
97	LÂMINA DE BISTURI Nº 12. EM AÇO CARBONO. ESTÉRIL, ATRAVÉS DA RA- DIAÇÃO GAMA. USO ÚNICO.UTILIZADO PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. CAIXA COM 100 UNIDADES	ADVAN- TIVE	20	R\$21,4500	R\$ 429,00
98	LÂMINA DE BISTURI Nº 15C. EM AÇO CARBONO. ESTÉRIL, ATRAVÉS DA RA- DIAÇÃO GAMA. USO ÚNICO.UTILIZADO PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. CAIXA COM 100 UNIDADES	ADVAN- TIVE	20	R\$21,6900	R\$ 433,80
99	LAMINA DE BISTURI Nº 15 COM 100 UNIDADES	ADVAN- TIVE	20	R\$21,4500	R\$ 429,00
143	TOUCA DESCARTAVEL COM ELÁSTICO, EMBALAGEM CONTENDO100 UNIDA- DES	TALGE	45	R\$4,7300	R\$ 212,85

Total Fornecedor:

R\$ 6.907,65

148261 - DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI - ME

Item	Produto	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
13	ANESTESICO INJETAVEL (ODONTOLOGICO) A BASE DE MEPIVACAINA 2% COM EPINEFRINA 1:100.000 COM 50 TUBETESDE VIDRO DE 1,8ML. ISENTO DE METILPARABENO	MEPIADRE DFL	45	R\$93,0000	R\$ 4.185,00
14	ANESTESICO INJETAVEL (ODONTOLOGICO) A BASE DE MEPIVACAINA 3% SEM VASO CONSTRICTOR, CAIXA COM 50 TUBETES DE VIDRO DE 1,8ML CADA, ISENTO DE METILPARABENO	MEPISV DFL	45	R\$93,0000	R\$ 4.185,00
15	ANESTESICO TOPICO GEL COM 20% DE BENZOCAINA. POTECOM 12GR NO SABOR TUTI FRUTI	BENZO- TOP DFL	45	R\$5,8000	R\$ 261,00
17	APLICADOR DE AMALGAMA ADULTO	MAQUIRA	8	R\$5,3800	R\$ 43,04
19	BICARBONATO DE SODIO, PO ULTRA FINO, USO ODONTOLOGICO, EMBALA- GEM COM 40GR	MAQUIRA	100	R\$1,4600	R\$ 146,00
20	BROCA DE ALTA ROTACAO, NUMERO 1015, ESTERIL	MICRO- DONT	100	R\$3,5400	R\$ 354,00
24	BROCA DIAMANTADA Nº 3083-EXTREMIDADE INATIVA, ESTÉRIL PARA ALTA ROTAÇÃO	MICRO- DONT	100	R\$3,5400	R\$ 354,00
25	BROCA DIAMANTADA 1014 COM HASTE LONGA, ESTÉRIL, PARA ALTA ROTA- ÇÃO	MICRO- DONT	130	R\$3,5400	R\$ 460,20
26	BROCA DIAMANTADA Nº 1011, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	MICRO- DONT	130	R\$3,5400	R\$ 460,20
27	BROCA DIAMANTADA Nº 1012, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	MICRO- DONT	130	R\$3,5400	R\$ 460,20
28	BROCA DIAMANTADA Nº 1013, ESTÉRIL PARA ALTA ROTAÇÃO	MICRO- DONT	130	R\$3,5400	R\$ 460,20
29	BROCA DIAMANTADA Nº 1014, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	MICRO- DONT	130	R\$3,5400	R\$ 460,20
30	BROCA DIAMANTADA Nº 1016, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	MICRO- DONT	130	R\$3,5400	R\$ 460,20
31	BROCA DIAMANTADA Nº 1016HL, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	MICRO- DONT	50	R\$3,5400	R\$ 177,00
32	BROCA DIAMANTADA Nº 1034, ESTÉRIL PARA ALTA ROTAÇÃO	MICRO- DONT	40	R\$3,5400	R\$ 141,60
33	BROCA DIAMANTADA Nº 1035, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	MICRO- DONT	40	R\$3,5400	R\$ 141,60
34	BROCA DIAMANTADA Nº 1090, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	MICRO- DONT	70	R\$3,5400	R\$ 247,80
35	BROCA DIAMANTADA Nº 1091, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	MICRO- DONT	40	R\$3,5400	R\$ 141,60
36	BROCA DIAMANTADA Nº 1190F, ESTÉRIL PARA ALTA ROTAÇÃO	MICRO- DONT	50	R\$3,5400	R\$ 177,00
37	BROCA DIAMANTADA Nº 1190FF, ESTÉRIL PARA ALTA ROTAÇÃO	MICRO- DONT	50	R\$3,5400	R\$ 177,00

38	BROCA DIAMANTADA Nº 2082, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	MICRO-DONT	40	R\$3,5400	R\$ 141,60
39	BROCA DIAMANTADA Nº 2135, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	MICRO-DONT	40	R\$3,5400	R\$ 141,60
40	BROCA DIAMANTADA Nº 2135F, ESTÉRIL PARA ALTA ROTAÇÃO	MICRO-DONT	100	R\$3,5400	R\$ 354,00
41	BROCA DIAMANTADA Nº 2200, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	MICRO-DONT	30	R\$3,5400	R\$ 106,20
42	BROCA DIAMANTADA Nº 3118, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	MICRO-DONT	20	R\$3,5400	R\$ 70,80
43	BROCA DIAMANTADA Nº 3118F, ESTERIL PARA ALTA ROTACAO	MICRO-DONT	150	R\$3,5400	R\$ 531,00
44	BROCA DIAMANTADA Nº 3168FF, ESTÉRIL PARA ALTA ROTAÇÃO	MICRO-DONT	100	R\$3,5400	R\$ 354,00
45	BROCA DIAMANTADA Nº 3195F, ESTÉRIL PARA ALTA ROTAÇÃO	MICRO-DONT	100	R\$3,5400	R\$ 354,00
46	BROCA DIAMANTADA Nº 3195FF, ESTÉRIL PARA ALTA ROTAÇÃO	MICRO-DONT	100	R\$3,5400	R\$ 354,00
49	BROCA ESFERICA CARBIDE Nº 1/2 PARA ALTA ROTACAO	KAVO	40	R\$4,1400	R\$ 165,60
50	BROCA ESFERICA CARBIDE Nº 4 PARA ALTA ROTACAO	KAVO	40	R\$4,1400	R\$ 165,60
51	BROCA ESFERICA Nº 2 PARA BAIXA ROTACAO	DENTSPLY	250	R\$3,0600	R\$ 765,00
52	BROCA ESFERICA Nº 4 PARA BAIXA ROTACAO	DENTSPLY	250	R\$3,0600	R\$ 765,00
53	BROCA ESFERICA Nº 6 PARA BAIXA ROTACAO	DENTSPLY	250	R\$3,0600	R\$ 765,00
54	BROCA ESFERICA Nº 8 PARA BAIXA ROTACAO	DENTSPLY	250	R\$3,0600	R\$ 765,00
55	BROCA Nº 700L PARA ALTA ROTAÇÃO	KAVO	50	R\$4,1400	R\$ 207,00
56	BROCA Nº 701 PARA ALTA ROTAÇÃO	KAVO	50	R\$4,1400	R\$ 207,00
57	BROCA Nº 701L PARA ALTA ROTAÇÃO	KAVO	50	R\$4,1400	R\$ 207,00
58	BROCA Nº 702 PARA ALTA ROTAÇÃO	KAVO	50	R\$4,1400	R\$ 207,00
59	BROCA Nº 701C PARA ALTA ROTACAO	KAVO	40	R\$4,6200	R\$ 184,80
60	BROCA Nº 702C PARA ALTA ROTACAO	KAVO	40	R\$4,6200	R\$ 184,80
62	BROQUEIRO MISTO 21 PONTAS PARA BAIXA E ALTA ROTAÇÃO EM ALUMÍNIO AUTO CLAVAVEL	MAQUIRA	2	R\$15,3700	R\$ 30,74
63	CARTAO DE RAO X, COM 02 FUROS, PACOTE COM 100 UNIDADES	DMS	24	R\$6,5800	R\$ 157,92
64	CARTÃO DE RX, COM 01 FURO, PACOTE COM 100 UNIDADES	DMS	24	R\$6,0200	R\$ 144,48
65	CLORHEXIDINA GEL 2% EMBALAGEM COM 2 SERGINGAS COM 3G CADA	MAQUIRA	50	R\$8,7500	R\$ 437,50
69	CUNHA DE MADEIRA SORTIDA. PROUZIDA EM MADEIRA ESPECIAL. POSSUEM FORMATO ANATÔMICO DE AMEIA, SEM FARPAS, TINGIDAS COM PIGMENTOS ATÓXICOS. ABSORVE BEM A UMIDADE DA BOCA. NÃO SOLTA TINTA. COMPOSIÇÃO: MADEIRA E CORANTES REATIVOS ATÓXICOS. NÃO NECESSITAM DE RECORTES OU AJUSTES E GARANTEM A FIXAÇÃO DE MATRIZES, PROPORCIONANDO RESTAURAÇÕES LIVRES DE EXCESSO SUBGENGIVAL E COM PERFEITO CONTO. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	IODONTO-SUL	20	R\$7,5400	R\$ 150,80
76	ESCOVA DENTAL INFANTIL, CERDAS DE NYLON MACIAS, COM 4 FILEIRAS DE TUFOS, CONTENDO 28 TUFOS DE CERDA APARADAS UNIFORMEMENTE E ARREDONDAS NA MESMA ALTURA, CABO RETO, MEDINDO 15 CM DE COMPRIMENTO ANATÔMICO	FLOPPY MEDFIO	15000	R\$0,4000	R\$ 6.000,00
83	FIO DENTAL, CONFECCIONADO EM NYLON RESISTENTE, LUBRIFICADO COM CERA NATURAL, LIVRE DE IMPUREZAS, EMBALAGEM COM CORTADOR METALICO EM ACO INOXIDAVEL, QUE CORTE O FIO SEM DESFIA-LO, EMBALADO EM ESTOJO INDIVIDUAL DE POLIPROPILENO, COM 50 METROS	MEDFIO	50	R\$1,0000	R\$ 50,00
95	KIT DE POSICIONADORES RADIOGRÁFICOS CONE INDICADOR	MAQUIRA	10	R\$42,9200	R\$ 429,20
102	LÍQUIDO HEMOSTÁTICO. IDEAL PARA PREVENIR E CONTER PEQUENOS SANGRAMENTOS DURANTE OS PROCEDIMENTOS DE MOLDAGENS, RESTAURAÇÕES E PRÓTESES. HEMOSTÁTICO COM CLORETO DE ALUMÍNIO. FRASCO COM 100ML.	MAQUIRA	5	R\$9,2300	R\$ 46,15
109	OLEO LUBRIFICANTE PARA BROCAS DE ALTA E BAIXA ROTACAO, EMBALAGEM CONTENDO 200ML COM BICO	MAQUIRA	20	R\$12,1500	R\$ 243,00
112	PASTA DE DENTE INFANTIL, COM FLÚOR, SEM CORANTES, BAIXA ABRASIVIDADE, EMBALAGEM COM 50 GRAMAS	DENTAL PREV	5000	R\$2,8700	R\$ 14.350,00
114	PEDRA POMES. PÓ FINO. UTILIZADO PARA O ACABAMENTO E POLIMENTO EM PRÓTESES E RESINAS ACRÍLICAS, CONFERINDO ÀS PARTES METÁLICAS E PLÁSTICAS À UMA SUPERFÍCIE MAIS LISA. EMBALAGEM COM 100G	MAQUIRA	10	R\$3,3800	R\$ 33,80
117	PLACA DE VIDRO PARA MANIPULACAO DE MATERIAL ODONTOLOGICO	DMS	20	R\$7,3800	R\$ 147,60
118	PONTA PARA SERINGA CENTRIX, FORMATO LV NA COR LARANJA, EMBALAGEM COM 20 PONTAS	MAQUIRA	25	R\$27,5400	R\$ 688,50

119	POTE DAPPEN VIDRO	ART VI-DRO	30	R\$1,4600	R\$ 43,80
135	SPRAY GELADO PARA TESTE DE VITALIDADE, EM FRASCO DE 200ML	ENDO ICE MAQUIRA	10	R\$17,6800	R\$ 176,80
136	SUGADOR CIRURGICO EMBALAGEM COM 20 UNIDADES	MAQUIRA	45	R\$16,7700	R\$ 754,65
Total Fornecedor:			R\$ 44.373,78		
160555 - DENTAL CREMER PRODUTOS ODONTÓLOGICOS S.A.					
Item	Produto	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	ADESIVO DE ESMALTE E DENTINA COM A SEGUINTE COMPOSICAO: CO-MEXCEÇÃO DA NANOPARTÍCULA DE SÍLICA O SISTEMA ADESIVO CONTÉM OS COMPONENTES BISGMA, HEMA, DIMETACRILATOS, ETANOL, ÁGUA, UM INOVADOR SISTEMA FOTOINICIADOR E UM INOVADOR SISTEMA DE FOTOINICIADOR E COPOLÍMERO FUNCIONAL DE METACRILATO DE ÁCIDOS POLIACRÍLICO E POLIALCENÓICO. PRIMER A ADESIVO EM UM SÓ FRASCO. SOLVENTE À BASE DE ÁGUA E ÁLCOOL: NÃO EVAPORA COM A ACETONA, O QUE FAZ COM QUE O ADESIVO APRESENTE A MESMA PERFORMANCE DA PRIMEIRA ATÉ A ÚLTIMA GOTA DO FRASCO. CONTÉM PARTÍCULA DE CARGA DE 5NANÔMETROS QUE PRPORCIONA UMA EXCELENTE ADESÃO À DENTINA E AO ESMALTE. EXCLUSIVA TAMPA FLIP TOP: EVITA DESPERDÍCIO E PODE SER MANUSEADA APENAS COM UMA MÃO. FRASCO COM 6 G: RENDIMENTO DE ATÉ 280 GOTAS, O QUE POSSIBILITA A REALIZAÇÃO DE ATÉ 280 RESTAU-RAÇÕES (EM MÉDIA 1 GOTA POR RESTAURAÇÃO).	3 M	20	R\$75,4000	R\$ 1.508,00
2	AGUA OXIGENADA 10V. SOLUCAO DE PEROXIDO DE HIDROGENIO 3%. INDI-CAÇÃO ANTISSEPTICA DE FERIMENTOS. APRESENTACAO EM FRASCOS DE 1 LITRO.	RIO QUI-MICA	10	R\$4,5100	R\$ 45,10
6	AGULHA PARA SUTURA COM FIO DE SEDA 4.0 COM PONTA TRIÂNGULAR. PRODUTO ESTERELIZADO POR IRRADIAÇÃO GAMA E ÓXIDO DE ETILENO.	TECHNEW	30	R\$28,6000	R\$ 858,00
18	BABADOR ODONTOLOGICO DESCARTAVEL, IMPERMEAVEL. PRODUZIDO DE 100% CELULOSE VIRGEM COM FILME DE POLIETILENO ATOXICO, EMBALA-GEM COM 100 UNIDADES	BIODONT / SSPLUS	150	R\$8,7100	R\$ 1.306,50
47	BROCA ESFERICA CARBIDE Nº 2 PARA ALTA ROTAÇÃO	KAVO	40	R\$4,1400	R\$ 165,60
48	BROCA ESFÉRICA CARBIDE Nº 06 PARA ALTA ROTAÇÃO	KAVO	40	R\$4,1400	R\$ 165,60
66	CONDICIONADOR DENTAL GEL COM A SEGUINTE COMPOSICAO: ESPESSADO COM SILICA COLOIDAL, SURFACTANTE E CORTANTE, ACIDO FOSFORICO NA CONSENTRACAO DE 37%, APRESENTANDO EM FORMA DE GEL NA COR AZUL. CADA SERINGA DE 3ML. PACOTE CONTENDO 03 SERINGAS	BIODINA-MICA	60	R\$3,0900	R\$ 185,40
85	FITA MATRIZ METÁLICA 5MM	PREVEN	50	R\$1,0100	R\$ 50,50
86	FITA MATRIZ METALICA 7MM	PREVEN	50	R\$1,2000	R\$ 60,00
91	HIDROXIDO DE CALCIO PARA FORRAMENTO, COMPOSICAO: HIDROXIDO DE CALCIO RADIOPACO E AUTO-ENDURECIVEIS ERIGIDA. COM AS SEGUINTE CATACTERISTICAS: BIOCOMPATIVEIS, ALTA RESISTENCIA A DISSOLUCAO, NAO INIBEA PRESA DE RESINAS AUTO POLIMERIZAVEIS, POSSUI A COR SE-MELHANTE A DENTINA. CADA KIT DEVE CONTER: COMPOSICAO BASE: ESTER GLICOL SALICILATO, FOSFATO DECALCIO, TUNGSTATO DE CALCIO, OXIDO DE ZINCO E CORANTES MINERAIS. COMPOSICAO CATALIZADOR: ETILTOLUE-NOSULFONAMIDA, HIDROXIDO DE CALCIO, OXIDO DE ZINCO, DIOXIDO DE TITANIO, ESTEARATO DE ZINCO E CORANTES MINERAIS. KIT CONTENDO: 01 TUBO DE PASTA BASE COM 13GR, 01 TUBO PASTA CATALIZADORA 11GR, 01 BLOCO D E MISTURA	TECHNEW	20	R\$15,0800	R\$ 301,60
93	IONOMERO DE VIDRO R LIQUIDO + PO. IONOMERO DE VIDRO QUE APRESENTA AS SEGUINTE CARACTERISTICAS: COMPOSICAO: VIDRO DE ALUMINIO FLUORSILICATO, ACIDO POLICARBOXILICO, ACIDO TATARICO, FLUORETO DE CALCIO EAGUA. SEJA MULTIUSO: FORRAMENTO E RESTAURA-DOR. RESTAURADOR DE ALTA RESISTENCIA, LIBERA IONS DE FLUOR, NAO SOLUVEL, ADESAO QUIMICA A ESTRUTURA DENTAL,CADA KIT DEVE CONTER: 01 FRASCO DE PO COM 10GR, 01 FRASCO DE LIQUIDO COM 08GR, 01 CO-LHER DOSADORA,01 BLOCO DE ESPATULAMENTO. COR A2	DENTSCARE / FGM	55	R\$14,1400	R\$ 777,70
96	KIT MATRIZ DE POLIESTER PRE-MOLAR E MOLAR, COM MATRIZES PRÉ-CONTORNADAS E POSSUEM UM SISTEMA DE FIXAÇÃO INCORPORADO QUE PERMITE A REGULAGEM DA MATRIZ AO TAMANHO DO DENTE, FIXANDO-A FIRMEMENTE E DISPENSANDO DO USO DO PORTA-MATRIZ, CAIXA COM 20 UNIDADES	TDV	15	R\$70,4600	R\$ 1.056,90

104	MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIARIO COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: A CAIXA QUE CONTEM O KIT DEVE VIR COM LACRE DE VIOLAÇÃO ÍNTEGRA, CONFORME EXIGÊNCIA DA ANVISA. DEVE ACOMPANHAR UM CONTA GOTAS DE VIDRO COM PEGADOR DE BORRACHA E UM DOSADOR DE PO EPLÁSTICO, COM SUPORTE DE APOIO PARA O FRASCO DE PO, O FRASCO DE LÍQUIDO, O CONTA GOTAS E O DOSADOR DE PO. COMPOSIÇÃO DO PO: ÓXIDO DE ZINCO, POLI METACRILATO DE METILA. COMPOSIÇÃO LÍQUIDO: EUGENOL 99,5%, ÁCIDO ACÉTICO 0,5%. APRESENTAÇÃO DO PO: EMBALAGEM EM CONTEÚDO VIDRO COM 38GR NA COR MARFIM LÍQUIDO; EMBALAGEM EM CONTEÚDO VIDRO COM 15ML. INDICADO PARA REESTAURAÇÕES PROVISÓRIAS DE LONGA ESPERA (ATE 02 ANOS) E FORRAMENTO DE CAVIDADES. PRESA RÁPIDA	DENTSPLY	45	R\$50,4000	R\$ 2.268,00
120	RESINA FLOW A2, EMBALAGEM COM 02 SERINGAS, COM 1,2GRAMAS CADA	DFL	40	R\$23,4300	R\$ 937,20
121	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL NA COR A3 1/2 - COMPOSITOPOLIMERIZÁVEL POR LUZ, RADIOPACO, COM LISURA BRILHO E TRANSLUCÍDAS IDÊNTICAS AOS TECIDOS DENTÁRIOS, RESISTENTE AOS FLUIDOS BUCAIS. SUA CARGA INORGÂNICA REPRESENTA 60% EM VOLUME (SEM SILANO) COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE UM (NA FAIXA ENTRE 0,01A 3,50 MICRONS). CONTEM AS RESINAS BIS-GMA, UDMA, E BIS-EMA. EM SERINGA DE 04GR	3M ESPE	20	R\$46,3500	R\$ 927,00

122	RESINA POLIMERIZÁVEL POR LUZ E RADIOPACO COR A3, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, SENDO QUE SUA COMPOSIÇÃO DEVE SER DE ZIRCONIA SÍLICA COM 82% EM PESO DE CARGA INORGÂNICA 60% EM VOLUME SEM SILANO. MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. BISNAGA COM 04GR	3M ESPE	30	R\$46,3500	R\$ 1.390,50
123	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL, NA COR A1 - COMPOSITO POLIMERIZÁVEL POR LUZ, RADIOPACO, COM LISURA BRILHOE TRANSLUCÍDAS IDÊNTICAS AOS TECIDOS DENTÁRIOS, RESISTENTES AOS FLUIDOS BUCAIS. SUA CARGA INORGÂNICA REPRESENTA 60% EM VOLUME (SEM SILANO) COM TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS DE UM (NA FAIXA ENTRE 0,01 A3,50 MICRONS). CONTEM AS RESINAS BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. EM SERINGA DE 04GR	3 M	30	R\$46,3500	R\$ 1.390,50
124	RESINA POLIMERIZÁVEL POR LUZ RADIOPACO COR A2, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, SENDO QUE SUA COMPOSIÇÃO DEVE SER DE ZIRCONIA SÍLICA COM 82% EM PESO E CARGA INORGÂNICA 60% EM VOLUME SEM SILANO. MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, UDMA E BIS-EMA. BISNAGA COM 04GR	3 M	30	R\$46,3500	R\$ 1.390,50
127	ROLETE DE ALGODÃO Nº 2, PARA USO ODONTOLÓGICO, EMBALAGEM COM 100 ROLETES	CREMER	200	R\$1,5000	R\$ 300,00
128	ROLO DE EMBALAGEM PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE 10CM X100M	hospflex	56	R\$34,0000	R\$ 1.904,00
137	SUGADOR ODONTOLÓGICO COLORIDO, EMBALAGEM COM 40 UNIDADES	BIODONT	200	R\$3,7500	R\$ 750,00
138	TESOURA IRIS ODONTOLÓGICA EM AÇO INOX	GOLGRAN	100	R\$12,5000	R\$ 1.250,00
144	TRICRESOL FORMALINA 10ML	MAQUIRA	10	R\$4,1500	R\$ 41,50
Total Fornecedor:			R\$ 19.030,10		

178128 - MADRIDENT COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

Item	Produto	Marca	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
10	AMALGAMA EM CAPSULA COM TEOR DE PRATA MAIOR QUE 70% EM LÍQUIDA (PARTÍCULAS IRREGULARES) OU LÍQUIDA+ ESFERÓIDAS. PRESA LENTA, CAPSULA COM 02 PORCOES	SDI	400	R\$3,0900	R\$ 1.236,00
11	AMALGAMA EM CAPSULA COM ALTO TEOR DE PRATA, MAIORQUE 70%, EM LÍQUIDA (PARTÍCULAS IRREGULARES) OU LÍQUIDA + ESFERÓIDAS. PRESA LENTA, CAPSULA COM UMAPORCAO	SDI	400	R\$2,4500	R\$ 980,00
21	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO FG PONTA CÔNICA TOPO 1MM GRANULAÇÃO FINA	FAVA	100	R\$1,8200	R\$ 182,00
22	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO FG PONTA CÔNICA TOPO ARREDONDADO 1,6MM GRANULAÇÃO EXTRA FINA	FAVA	100	R\$1,8200	R\$ 182,00
23	BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO FG PONTA CÔNICA 1,6MM GRANULAÇÃO EXTRA FINA	FAVA	100	R\$1,8200	R\$ 182,00
67	CONE DE PAPEL PRIMEIRA SÉRIE, Nº 15-40 (SORTIDO), EMBALAGEM COM 120 UNIDADES	INJECTA	30	R\$14,2400	R\$ 427,20
68	CONTRA-ÂNGULO: GIRO LIVRE DE 360º, SPRAY INTERNO E ACOPLAMENTO INTRAMÁTIC, USO COM MICROMOTOR, ROTAÇÃO DE 5000 A 20000RPM.	calu	2	R\$338,3200	R\$ 676,64
77	ESCOVA ROBSON PARA PROFILAXIA PLANA E SEM ORIFÍCIO MEIO, NA COR BRANCA	PREVEN	300	R\$1,2700	R\$ 381,00
78	ESPÁTULA PLÁSTICA FLEXÍVEL PARA IÔNOMERO. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE	PREVEN	20	R\$1,4600	R\$ 29,20
81	EXTIRPA NERVOS 21MM, 1ª SÉRIE, EMBALAGEM COM 06 UNIDADES	INJECTA	20	R\$21,9800	R\$ 439,60

84	FIO RETRATOR GENGIVAL Nº3 . FRASCO COM 244 CM.	BIODINAMICA	15	R\$14,0000	R\$ 210,00
87	FIXADOR PARA RADIOGRAFIAS ODONTOLOGICAS, CONTEM: AGUA (80-85%), TIOSSULFATO DE AMONIO (5-10%), TIOCIANATO DE AMONIO (5-10%), FRASCO COM 475ML	CARESTREAM	40	R\$10,8000	R\$ 432,00
94	KIT COM 60 DISCOS DE LIXA SORTIDOS + MANDRIL (POSSUI CENTRO METÁLICO PARA FACILITAR O ENCAIXE SOB PRESSÃO NO MANDRIL; INVERSÃO E SUBSTITUIÇÃO DO DISCO COM MAIS RAPIDEZ; COSTADO EM POLIÉSTER QUE PROPORCIONA MAIOR FLEXIBILIDADE E ACESSO INTERPROXIMAL;- GRANULAÇÕES: GROSSA, MÉDIA, FINA E EXTRAFINA. TAMANHOS: 3/8 E 1/2; INVERSÃO E SUBSTITUIÇÃO DO DISCO COM MAIOR RAPIDEZ. PROPORCIONA MAIOR FLEXIBILIDADE E ACESSO INTERPROXIMAL. SISTEMA DE ENCAIXE SOB PRESSÃO FACILITANDO A MONTAGEM DO DISCO NO MANDRIL; REGISTRO NA ANVISA.	TDV	20	R\$113,5000	R\$ 2.270,00
107	MICROMOTOR ODONTOLÓGICO: SPRAY INTERNO, ROTAÇÃO DE 5000A 20000RPM, ENCAIXE INTRAMATICUNIVERSAL, PERMITE GIRO LIVRE DE360Cº, ESTERELIZÁVEL EM AUTOCLAVE	calu	3	R\$349,4200	R\$ 1.048,26
108	OCULOS DE PROTECAO INCOLOR EM ACRILICO. PARA USO EM PROCEDIMENTOS INVASIVOS, NAO ESTERIL, ATOXICO. RESISTENTE A HIGIENIZACAO EM SOLUCAO QUIMICA. EMBALADO UNITARIAMENTE	SS PLUS	15	R\$4,1200	R\$ 61,80
126	REVELADOR DE RADIOGRAFIAS ODONTOLOGICAS, COMPOSICAO: AGUA (85-90%), SULFITO DE SODIO (1-5%), DIETILENOGLICOL (1-5%), HIDROQUINONA (1-5%), FRASCO CONTENDO 475ML	CARESTREAM	8	R\$10,3000	R\$ 82,40
130	SERINGA APLICADORA / DISPENSADOR. IDEAL PARA INJETAR QUALQUER TIPO DE MATERIAL DENTARIO SEM-IFLUIDO, SEJA GEL, RESINAS, CIMENTOS, PASTAS. INJETA COM RAPIDEZ E FACILITA O MANUSEIO.	MAQUIRA	10	R\$24,6000	R\$ 246,00
140	TIRA DE LIXA DE ACO 3MM, EMBALAGEM COM 12 TIRAS	PREVEN	40	R\$5,8100	R\$ 232,40
142	TIRA TRANSPARENTE DE POLIESTER, DE 10MMX120MM, 0,05MM DE ESPESURA COM 50 UNIDADES	KDENT	15	R\$0,9400	R\$ 14,10
145	VERNIZ FLUORETADO COM CONCENTRAÇÃO DE 5% DE FLUORETO DE SÓDIO (EQUIVALENTE HÁ 2,26% DE FLÚOR) EM UMA BASE ADESIVA DE RESINAS NATURAIS, DE APLICAÇÃO TÓPICA PERMITINDO O CONTATO PROLONGADO DO FLÚOR COM O ESMALTE, PROPORCIONANDO EFEITO PREVENTIVO E REMINERALIZADOR.	SSWHITE	50	R\$22,6000	R\$ 1.130,00
Total Fornecedor:			R\$ 10.442,60		
Total Geral:			R\$ 108.724,23		

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Presencial nº 4/2018 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s).

3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará até 18/06/2019.

4 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 Os produtos deverão ser entregues com no mínimo 80% (oitenta por cento) de seu prazo de validade vigente, para produtos em que o prazo total for superior a um ano e de 90% (noventa por cento) nos produtos em que o prazo de validade total for inferior a um ano. Caso contrário, se necessário, a empresa deverá efetuar a troca do produto, sem qualquer ônus adicional para o Fundo Municipal de Saúde de Apiúna, com prazo de trinta dias para solicitação de substituição, contados do recebimento do produto.

4.1.1 Os produtos deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis após a emissão da ordem de compra da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, ficam limitados os pedidos a uma entrega por mês a cada fornecedor registrado na ata.

4.1.2 O endereço para entrega é:

Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social de Apiúna
Avenida Florianópolis, 107 – Centro
89135-000 – Apiúna/SC

4.1.2.1 No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente as quantias entregues, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.2 Os produtos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.3 O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.4 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após entrega da mercadoria, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.2 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2018 e as respectivas para o exercício de 2019.

Dotação
280.5.1.2050.333903010000000.1020000
282.5.1.2054.333903010000000.1380300
284.5.1.2054.333903010000000.1020000
294.5.1.2050.333903010000000.1380100
318.5.1.2050.333903010000000.3381500
329.5.1.2054.333903010000000.3380300

6 REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 A Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 Compete a CONTRATADA:

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos/serviços prestados;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;

b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

9 DA RESCISÃO DA ATA

9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

- 9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;
- 9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;
- 9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;
- 9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- 9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- 9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- 9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;
- 9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;
- 9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- 9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.
- 9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:
- 9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.
- 9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- 9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;
- 9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.
- 9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:
- 10.2.1 Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.
- 10.2.2 Multa, conforme os seguintes critérios:
- 10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;
- 10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;
- 10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;
- 10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;
- 10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;
- 10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na entrega da mercadoria.
- 10.2.3 Suspensão de Participação em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.
- 10.2.4 Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
- 10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;
- 10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.
- 10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

11 DO FORO

- 11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 18 de junho de 2018.

	JOSE GERSON GONCALVES MUNICÍPIO DE APIÚNA Prefeito de Apiúna CONTRATANTE	
EMPRESA:		
DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA SERGIO CARLOS ZIPF Contratada		
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA MARCOS ANTONIO LOBO Contratada		
SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA ME MAICON ROBERTO DEOLA Contratada		
LA DALLA PORTA JUNIOR TATIANI GONÇALVES HILDEBRANDO Contratada		
DENTAL PRIME - PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI - ME SERGIO MIGUEL SKRZYPIEC Contratada		
DENTAL CREMER PRODUTOS ODONTÓLOGICOS S.A. PETERSON LUIZ BATISTA Contratada		
MADRIDENT COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA PABLO DIEGO SALGUEIRO MADRID Contratada		

DECRETO Nº 2.961

Publicação Nº 1657330

DECRETO Nº 2.961
De 14/06/2018

REGULAMENTA A POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DEFINE NORMAS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL, FIXA O PROCEDIMENTO DE APLICAÇÃO DAS SANÇÕES EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL NA FORMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito de Apiúna, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 64, VI c/c art.89, I "a", ambos da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com o que dispõe o artigo 15 da Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017 e em conformidade com os artigos 21 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 160, de 28 de novembro de 2016:

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 23, VI e VII, da Constituição Federal, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: "proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, bem como preservar as florestas, a fauna e a flora";

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora;

CONSIDERANDO que, nos termos da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e regulamentos, são autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os servidores de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização;

CONSIDERANDO que, nos termos da Lei Orgânica do Município, as condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções administrativas, independentemente da obrigação de reparação aos danos causados;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Complementar Municipal nº 160, de 28 de novembro de 2016, que trata da Política Municipal de Meio Ambiente:

DECRETA**Capítulo I**

Da competência e do exercício da ação fiscalizatória

Art.1º. – Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

§1º. São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais do Poder Executivo municipal, designados para as atividades de fiscalização.

§2º. Qualquer pessoa, constatando infração ambiental, poderá dirigir representação às autoridades relacionadas no parágrafo anterior, para efeito do exercício do seu poder de polícia.

§3º. A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante

processo administrativo próprio, sob pena de corresponsabilidade.

§4º. As infrações ambientais são apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório, observadas as disposições desta Lei.

Art.2º. - No exercício da ação fiscalizadora, fica assegurada aos agentes de fiscalização a entrada a qualquer dia e hora, e a permanência pelo tempo que se tornar necessário, em estabelecimentos e propriedades públicos ou privadas, observado o disposto no artigo 5º, XI da Constituição da República.

§1º. Os agentes, quando obstados, poderão requisitar força policial para garantir o exercício de suas atribuições.

§2º. Quando a fiscalização for realizada por solicitação de entidade sindical, organização não governamental, legalmente constituída, para a defesa dos interesses difusos relacionados à proteção do meio ambiente e dos recursos naturais, partidos políticos e parlamentares, os mesmos poderão acompanhar as atividades de fiscalização ou nomear técnico habilitado para representá-los.

Art.3º. Para imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observará o disposto no Anexo III e:

I	–	a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;
II	–	os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental;
III	–	a situação econômica do infrator, no caso de multa.

Capítulo II

Das Infrações Administrativas e da Responsabilidade.

Art.4º. - As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 3º:

I	–	advertência;	
II	–	multa simples;	
III	–	multa diária;	
IV	–	apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;	
V	–	destruição ou inutilização do produto;	
VI	–	suspensão de venda e fabricação do produto;	
VII	–	embargo de obra ou atividade;	
VIII	–	demolição de obra;	
IX	–	suspensão parcial ou total de atividades;	
X	–	obrigação de promover a recuperação ambiental;	
XI	–	participação em programa de educação ambiental;	
XII	–	restritiva de direitos, sendo:	
a)	–	suspensão de registro, licença ou autorização;	
b)	–	cancelamento de registro, licença ou autorização;	
c)	–	perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;	
d)	–	proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até três anos.	

§1º. Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§2º. A advertência será aplicada pela inobservância das disposições da Lei Nacional nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e suas alterações e da legislação em vigor, ou de preceitos regulamentares, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo.

§3º. A multa simples será aplicada em conformidade com o disposto neste Decreto, na Lei Nacional nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e suas alterações; Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e suas alterações; Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 e suas alterações, podendo ser aplicada isolada ou cumulativamente com as demais sanções.

§4º. A multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

§5º. A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

§6º. As sanções indicadas nos incisos VI a IX do caput serão aplicadas quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às prescrições legais ou regulamentares.

§7º. Os custos resultantes do embargo, suspensão, temporário ou definitivo, de obra ou atividade; demolição de obra; destruição ou inutilização do produto, assim como os decorrentes da apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração; serão ressarcidos pelo infrator, após encerrado o processo administrativo, quando comprovada a prática da infração.

§8º. A participação em programa de educação ambiental poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, inclusive advertência.

Art.5º -. Os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, ou correlato, conforme dispuser o órgão arrecadador, cabendo ao Chefe do Poder Executivo a regulamentação competente.

Art.6º. - A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Art.7º. - O valor das multas serão convertidos em Unidade Monetária Ambiental (UMA) e, caso não pagos na época oportuna, inscritos em dívida ativa com a cobrança de juros no percentual de 1%(um por cento) ao mês, contados da data do vencimento.

Art.8º. - O pagamento de multa imposta pelo Estado e/ou União substitui a multa municipal na mesma hipótese de incidência.

Art.9º. - Responderá pela infração quem de qualquer forma concorrer para a prática das infrações administrativas ou delas se beneficiar, conforme o disposto neste Decreto e nos termos dos artigos 2º, 3º e 4º da Lei Nacional nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, incidindo nas penas cominadas na referida Lei Nacional, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica que sabendo da conduta ilícita de outrem, deixar de impedir sua prática quando devia agir para evitá-la.

Seção I

Das circunstâncias agravantes e atenuantes.

Art.10. - São circunstâncias agravantes de penalidade:

a)	-	ter o agente cometido a infração para obter vantagem pecuniária;
b)	-	ter o agente cometido a infração coagindo outrem para execução material da infração;
c)I	-	ter o agente cometido a infração, concorrendo para danos à propriedade alheia;
d)I	-	ter ocorrido dano atingindo unidade de Conservação, zona de amortecimento ou áreas sujeitas, por ato do Poder Público, a regime especial de uso;
e)	-	ter o agente cometido a infração à noite, em domingos ou feriados;
f)	-	infração cometida através do emprego de métodos cruéis na morte, abate ou captura de animais ou através de métodos ou instrumentos capazes de provocar destruição em massa;
g)	-	infração cometida em período de defesa da fauna e ou da flora;
h)	-	infração cometida em épocas de seca ou inundações;
i)	-	ser o agente reincidente em infrações ambientais, considerada reincidência genérica o cometimento de nova infração ambiental, de qualquer espécie, e reincidência específica o cometimento de nova infração ambiental, de mesma espécie, ambas dentro do prazo de cinco anos.

Art.11. - São circunstâncias atenuantes de penalidade:

a)	-	baixo grau de instrução ou escolaridade do infrator;
b)	-	arrependimento do infrator, manifestado pela adoção espontânea e imediata de medidas para a correção, reparação ou limitação dos danos causados ao meio ambiente e recursos hídricos;
c)I	-	comunicação prévia pelo autuado do perigo iminente de degradação ambiental, à autoridade competente;
d)I	-	colaboração com a fiscalização, explicitada por não oferecimento de resistência, permanência ou livre acesso a dependências, instalações e locais de ocorrência da possível infração e pronta apresentação de documentos solicitados.

Art.12. - A autoridade julgadora verificando a existência de circunstâncias atenuantes ou agravantes poderá readequar o valor da multa indicada pelo agente autuante em auto de infração, minorando-a ou majorando-a de forma a atingir os princípios básicos do processo administrativo ambiental, estabelecidos pelo art. 66 da Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 e suas alterações e na Lei Nacional nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e suas alterações.

Seção II

Da Aplicação da Penalidade de Advertência

Art.13.- A penalidade de advertência poderá ser imposta ao infrator pela autoridade ambiental fiscalizadora, para as infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

§1º. Consideram-se infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente aquelas em que a multa máxima cominada não ultrapasse o valor de R\$1.000,00(mil reais).

§2º. A autoridade ambiental fiscalizadora fixará prazo máximo de 30 (trinta) dias àquele que houver cometido infração passível de imputação de advertência, para a regularização e reparação do dano ambiental, sempre que cabível, cujo descumprimento implicará na conversão da penalidade de advertência em multa simples.

§3º Fica vedada a aplicação de nova sanção de advertência no período de 03 (três) anos, contados da data da última autuação por infração ambiental.

Seção III

Da Aplicação de Penalidade de Multa Simples

Art.14.- A multa simples será aplicada isolada ou cumulativamente com as demais sanções.

§1º. A multa decorrente da constatação de infração administrativa terá por base o ato em si, bem como a unidade de medida aplicável, como: hectare, fração, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milhares ou outra medida pertinente, animais, ou outra unidade de medida coerente ao objeto jurídico lesado.

§2º. O órgão ambiental municipal especificará a unidade de medida aplicável a realidade da vistoria, dependendo das condições específicas aplicáveis a cada procedimento fiscalizatório, para cada espécie de recurso natural objeto da infração.

Art.15. - Para o cálculo da multa o agente autuante levará em conta os valores mínimo e máximo capitulados para a infração, considerando o disposto nos artigos 3º, 10 e 11 deste Decreto.

Art.16. - Não tendo o agente autuante documentos ou informações que no ato da fiscalização identifiquem a capacidade econômica, fará a classificação pela capacidade aparente verificada no ato da autuação, relatando os critérios adotados no relatório de fiscalização.

Parágrafo único. O autuado poderá, por ocasião da defesa, requerer a reclassificação da sua capacidade econômica, mediante comprovação por documentos.

Art.17. - Os parâmetros iniciais (agravantes e atenuantes) para indicação da multa aberta nos autos de infração ambiental não poderão implicar em indicação de multa para determinada infração ambiental com valor inferior ao mínimo ou superior ao máximo estabelecido no Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e suas alterações.

Art.18. - O cometimento de nova infração ambiental pelo mesmo infrator, no período de cinco anos, contados da lavratura de auto de infração anterior devidamente confirmado em julgamento, implica em:

I	-	aplicação da multa em triplo, no caso de reincidência específica; ou
II	-	aplicação da multa em dobro, no caso de reincidência genérica.

§1º. O agravamento será apurado no procedimento da nova infração, do qual se fará constar, por cópia, o auto de infração anterior e o julgamento que o confirmou.

§2º. Antes do julgamento da nova infração, a autoridade ambiental deverá verificar a existência de auto de infração anterior confirmado em julgamento, para fins de aplicação do agravamento da nova penalidade.

§3º. Após o julgamento da nova infração, não será efetuado o agravamento da penalidade.

§4º. Constatada a existência de auto de infração anteriormente confirmado em julgamento, a autoridade ambiental deverá:

I	–	agrar a pena conforme disposto no caput;
II	–	notificar o autuado para que se manifeste sobre o agravamento da penalidade no prazo das alegações finais; e
III	–	julgar a nova infração considerando o agravamento da penalidade.

Seção IV

Da Aplicação da Penalidade de Multa Diária

Art.19. - A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo e ainda nos casos de descumprimento de embargo, suspensão ou termos de compromisso.

§1º. Constatada a situação prevista no caput, o Agente autuante lavrará auto de infração indicando a incidência e o valor da multa diária.

§2º. Cessado o período que se prolongou no tempo a infração ambiental que gerou a multa diária, o somatório desta não poderá ser inferior a 0,5 UMA (unidade monetária ambiental) e nem superior a 500.000,00 UMA's..

§3º. O valor da multa-dia deverá ser fixado de acordo com os critérios estabelecidos neste Decreto, não podendo ser inferior ao mínimo estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e suas alterações, nem superior a dez por cento do valor da multa simples cominada para a infração.

§4º. A multa diária deixará de ser aplicada a partir da data em que o autuado apresentar ao órgão ambiental detentor do processo administrativo, documentos que comprovem a regularização da situação que deu causa à lavratura do auto de infração, sendo obrigatória a confirmação da informação por relatório de agente autuante.

§5º. Por ocasião do julgamento do auto de infração, cabe a autoridade ambiental fiscalizadora, em caso de procedência da autuação, confirmar ou modificar o valor da multa-dia, e justificadamente, decidir o período de sua aplicação, consolidando o montante devido pelo autuado para posterior cobrança judicial ou extrajudicial.

§6º. A celebração de termo de compromisso para reparação condicionada à cessação dos danos encerrará a contagem da multa diária.

§7º. Caso verificada a inveracidade da comunicação referente à cessação do fato que ensejou a autuação, após notificação do empreendedor, a multa diária incidirá durante os próximos 30 (trinta) dias até que o infrator evidencie a execução das medidas acordadas com o órgão competente, sendo obrigatória a confirmação da informação por relatório de agente autuante, não se aplicando neste caso o redutor previsto no §3º deste artigo.

§8º. Ultrapassados os 30 (trinta) dias do prazo improrrogável a que se refere o § 6º, caso o infrator não tenha comunicado a regularização da situação, aplicar-se-ão cumulativamente as penalidades de embargo ou suspensão das atividades, multa simples e multa diária.

Seção V

Da Apreensão e Destinação dos Animais, Produtos e Subprodutos da Fauna e Flora e da Apreensão, Destinação, Destruição ou Inutilização de Demais Produtos e Subprodutos Objeto da Infração, Instrumentos, Petrechos, Equipamentos ou Veículos de Qualquer Natureza Utilizados na Infração

Art.20. - Os animais, produtos, subprodutos da fauna e flora e demais produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos ou veículos de qualquer natureza serão apreendidos, salvo em impossibilidade justificada.

Art.21. - Os animais domésticos e exóticos serão apreendidos quando:

I	–	forem encontrados no interior de unidade de conservação de proteção integral; ou
II	–	forem encontrados em área de preservação permanente ou quando impedirem a regeneração natural de vegetação em área cujo corte não tenha sido autorizado.

§1º. Na hipótese prevista no inciso II, os proprietários deverão ser previamente notificados para que promovam a remoção dos animais do local no prazo assinalado pela autoridade competente.

§2º. Não será adotado o procedimento previsto no §1º quando não for possível identificar o proprietário dos animais apreendidos, seu preposto ou representante.

Art.22. - A autoridade ambiental fiscalizadora, mediante decisão fundamentada em que se demonstre a existência de interesse público relevante, poderá autorizar o uso do bem apreendido nas hipóteses em que não haja outro meio disponível para a consecução da respectiva ação fiscalizatória.

Parágrafo único. Os veículos de qualquer natureza que forem apreendidos poderão ser utilizados pela administração ambiental para fazer o deslocamento do material apreendido até local adequado, para promover a recomposição do dano ambiental ou outro fim que vise à proteção ou recuperação do meio ambiente enquanto o bem permanecer apreendido.

Art.23. - Nos casos em que a administração não dispor de local adequado para a guarda ou depósito dos bens apreendidos, a critério da autoridade ambiental fiscalizadora, o depósito poderá ser confiado:

I	–	a órgãos e entidades de caráter ambiental, beneficentes, científicos, culturais, educacionais, hospitalares, penal e militar; ou
II	–	ao próprio autuado, desde que a posse dos bens ou animais não traga risco de utilização em novas infrações.

§1º. Os órgãos e entidades públicas que se encontrarem sob a condição de depositário serão preferencialmente contemplados no caso da destinação final do bem ser doado.

§2º. Os bens confiados em depósito não poderão ser utilizados pelos depositários, salvo o uso lícito de veículos e embarcações pelo próprio autuado.

§3º. A entidade fiscalizadora poderá celebrar convênios ou acordos com os órgãos e entidades públicas para garantir, após a destinação final, o repasse de verbas de ressarcimento relativas aos custos do depósito.

§4º. Nos casos de anulação, cancelamento ou revogação da apreensão, o órgão ou a entidade ambiental responsável pela apreensão restituirá o bem no estado em que se encontra ou, na impossibilidade de fazê-lo, indenizará o proprietário pelo valor de avaliação consignado no termo de apreensão.

Art.24. - A autoridade ambiental fiscalizadora, durante a instrução do processo administrativo, levando-se em conta a natureza dos bens e animais apreendidos e considerando o risco de perecimento, procederá da seguinte forma:

I	–	os animais da fauna silvestre serão apreendidos obrigatoriamente no momento da constatação da infração e, após avaliação de risco de contaminação e avaliação biológica de risco de causar desequilíbrio ecológico por técnico habilitado, serão libertados em seu habitat ou entregues a jardins zoológicos, fundações, centros de triagem, criadouros regulares ou entidades assemelhadas, ou ainda destinadas a estudos em universidades, centros de pesquisa e afins, desde que os mesmos possuam projetos devidamente aprovados em comissão de ética prevendo o uso dos animais e que fiquem sob responsabilidade de técnicos habilitados;
II	–	os animais silvestres apreendidos somente poderão ser deixados depositados com o infrator em caso de impossibilidade de remoção devido a situações excepcionais como grande tamanho, ferocidade, perigo de envenenamento ou outras circunstâncias justificáveis, até que a autoridade ambiental possa tomar as providências para removê-los e destiná-los corretamente;
III	–	os animais domésticos ou exóticos mencionados no art. 21 poderão ser vendidos;
IV	–	os produtos perecíveis e as madeiras sob risco iminente de perecimento serão avaliados e doados.

§1º. Os animais de que trata o inciso III após avaliados, poderão ser doados, mediante decisão motivada da autoridade ambiental fiscalizadora, sempre que sua guarda ou venda forem inviáveis econômica ou operacionalmente.

§2º. A doação a que se refere o § 1º será feita às instituições mencionadas no art. 23.

§3º. O órgão ou entidade ambiental deverá estabelecer mecanismos que assegurem a indenização ao proprietário dos animais vendidos ou doados, pelo valor de avaliação consignado no termo de apreensão, caso a decisão do processo administrativo seja favorável ao autuado.

§4º. Os animais exóticos ou silvestres relacionados nas listas de espécies ameaçadas de extinção ou anexos da Convenção sobre Comércio Internacional das espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES não poderão ser vendidos, devendo ser destinados a jardins zoológicos, fundações, centros de triagem, criadouros regulares ou entidades assemelhadas, ou ainda destinados a estudos em universidades, centros de pesquisa e afins, desde que os mesmos possuam projetos devidamente aprovados em comissão de ética prevendo o uso dos animais e que fiquem sob responsabilidade de técnicos habilitados.

§5º. Serão consideradas sob risco iminente de perecimento as madeiras que estejam acondicionadas a céu aberto ou que não puderem ser guardadas ou depositadas em locais próprios, sob vigilância, ou ainda quando inviável o transporte e guarda, atestados pelo Agente autuante no documento de apreensão.

§6º. A libertação dos animais da fauna silvestre em seu habitat natural deverá ser precedida de laudo técnico emitido por profissional habilitado.

Art.25. - Após decisão que confirme o auto de infração, os bens e animais apreendidos que ainda não tenham sido objeto da destinação prevista no art. 24, não mais retornarão ao infrator, devendo ser destinados da seguinte forma:

I	–	os produtos perecíveis serão doados, exceto animais oriundos da caça;
II	–	as madeiras poderão ser doadas, vendidas ou utilizadas pela administração quando houver necessidade, conforme decisão motivada da autoridade competente;
III	–	os produtos e subprodutos da fauna, perecíveis e não perecíveis, serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais;
IV	–	os instrumentos utilizados na prática da infração poderão ser destruídos, utilizados pela administração quando houver necessidade, doados ou vendidos, garantida a sua descaracterização, neste último caso, por meio da reciclagem quando o instrumento puder ser utilizado na prática de novas infrações;
V	–	os demais petrechos, equipamentos, veículos e embarcações poderão ser utilizados pela administração quando houver necessidade, ou ainda vendidos, doados ou destruídos, conforme decisão motivada da autoridade ambiental fiscalizadora.

Art.26.- Os bens apreendidos poderão ser doados pela autoridade competente para os órgãos e entidades públicas de caráter científico, cultural, educacional, hospitalar, penal e militar, bem como para outras entidades com fins beneficentes.

Art.27. - Tratando-se de apreensão de substâncias ou produtos tóxicos, perigosos ou nocivos à saúde humana ou ao meio ambiente, as medidas a serem adotadas, inclusive a destruição, serão determinadas pelo órgão competente e correrão a expensas do infrator.

Art.28. - O termo de doação de bens apreendidos vedará a transferência a terceiros, a qualquer título, dos animais, produtos, subprodutos, instrumentos, petrechos, equipamentos, veículos e embarcações doados.

Parágrafo único. A autoridade ambiental fiscalizadora poderá autorizar a transferência dos bens doados quando tal medida for considerada mais adequada à execução dos fins institucionais dos beneficiários.

Art.29. - Os bens sujeitos à venda serão submetidos a leilão, nos termos do § 5º do art. 22 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Parágrafo único. Os custos operacionais de depósito, remoção, transporte, beneficiamento e demais encargos legais correrão à conta do adquirente.

Seção VI

Da Aplicação da Penalidade de Suspensão de Venda e Fabricação do Produto

Art.30.- A penalidade de suspensão de venda e fabricação de produto será aplicada somente pela autoridade ambiental fiscalizadora, quando o produto não estiver obedecendo às determinações legais e regulamentares, após o devido processo legal garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. A suspensão de venda ou fabricação de produto constitui medida que visa evitar a colocação no mercado de produtos e subprodutos oriundos de infração administrativa ao meio ambiente ou que tenha como objetivo interromper o uso contínuo de matéria-prima e subprodutos de origem ilegal.

Seção VII

Da Aplicação da Penalidade de Embargo de Obra ou Atividade e Suas Respectivas Áreas

Art.31.- O embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas é uma medida preventiva que visa impedir a continuidade do dano ambiental, propiciar a regeneração do meio ambiente e dar viabilidade à recuperação da área degradada e será aplicada pelo agente autuante, devendo ser restrita aos locais onde efetivamente caracterizou-se a infração ambiental, não alcançando as demais atividades ou obras realizadas legalmente pelo administrado.

§1º. O descumprimento total ou parcial de embargo, sem prejuízo do disposto da aplicação das demais penalidades, ensejará a aplicação cumulativa das seguintes sanções:

I	–	multa simples;
---	---	----------------

II	-	suspensão da atividade que originou a infração e da venda de produtos ou subprodutos criados ou produzidos na área ou local do embargo infringido;
III	-	suspensão ou cancelamento de registros, licenças ou autorizações de funcionamento da atividade econômica junto aos órgãos ambientais e de fiscalização.

§2º. O Agente autuante, verificando o descumprimento de embargo, deverá autuar o infrator, conforme o art. 79 do Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e suas alterações.

§3º. Persistindo o descumprimento do embargo, o agente autuante deverá comunicar o crime de desobediência previsto no art. 330 do Código Penal Brasileiro a autoridade policial competente.

Art.32.- A cessação das penalidades de embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental fiscalizadora, de acordo com as suas atribuições, após a apresentação, pelo autuado, de documentação que comprove a regularização da obra ou atividade.

§1º. A solicitação para cessação das penalidades de embargo anterior à etapa de julgamento deverá ser feita diretamente a unidade do órgão ambiental e respectiva unidade responsável pela lavratura do termo de embargo.

§2º. As decisões de suspensão de embargo pela Autoridade Ambiental Fiscalizadora, de acordo com as suas atribuições, deverão estar embasadas técnica ou juridicamente.

Seção VIII

Da Aplicação da Penalidade de Demolição

Art.33.- A sanção de demolição de obra poderá ser aplicada pela autoridade ambiental fiscalizadora, garantido o contraditório e ampla defesa, quando:

I	-	verificada a construção de obra em área ambientalmente protegida em desacordo com a legislação ambiental, ou
II	-	quando a obra ou construção realizada não atenda às condicionantes da legislação ambiental e não seja passível de regularização.

§1º. A demolição poderá ser feita pela administração ou pelo infrator, em prazo assinalado, após o julgamento do auto de infração.

§2º. As despesas para a realização da demolição correrão às custas do infrator, que será notificado para realizá-la ou para reembolsar aos cofres públicos os gastos que tenham sido efetuados pela administração, apurados no curso do Auto de Infração.

§3º. Não será aplicada a penalidade de demolição quando, mediante laudo técnico, for comprovado que o desfazimento poderá trazer piores impactos ambientais que sua manutenção, caso em que a autoridade ambiental, mediante decisão fundamentada, deverá, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, impor as medidas necessárias à cessação e mitigação do dano ambiental, observada a legislação em vigor.

Seção IX

Da Aplicação da Penalidade de Suspensão Parcial ou Total das Atividades

Art.34.- A penalidade de suspensão parcial ou total da atividade será aplicada, pelo agente autuante como medida preventiva, quando os processos produtivos estejam operando em desacordo com a legislação ambiental ou normas técnicas específicas, promovendo danos ao meio ambiente.

§1º. A aplicação da penalidade de suspensão parcial ou total das atividades deixará de ser aplicada a partir de decisão da autoridade ambiental fiscalizadora, com base em documentos que comprovem a regularização da atividade.

§2º. O descumprimento total ou parcial da penalidade de suspensão, sem prejuízo do disposto da aplicação das demais penalidades, ensejará a aplicação cumulativa das seguintes sanções:

I	-	multa simples;
II	-	suspensão da venda de produtos ou subprodutos criados ou produzidos durante o período de suspensão parcial ou total da atividade infringida;
III	-	suspensão ou cancelamento de registros, licenças ou autorizações de funcionamento da atividade econômica junto aos órgãos ambientais e de fiscalização.

Seção X

Da Suspensão ou Cassação da Licença ou Autorização Ambiental

Art.35.- A penalidade administrativa de suspensão de licença ou autorização ambiental será imposta em face da infração ambiental, aplicado pela autoridade ambiental fiscalizadora em caso de reincidência específica ou em caso de utilização da licença e autorização ambiental com inobservância das condicionantes impostas ou mediante abuso ou fraude.

§1º. O ato de suspensão ou cassação de licenças ou autorizações ambientais ocorrerá por meio de ofício emitido pelo órgão ambiental municipal, endereçado ao infrator.

Seção XI

Da Obrigação de Promover a Recuperação Ambiental

Art.36.- A penalidade de promover obrigação de promover a recuperação ambiental será sempre imposta quando restar dano ao meio ambiente.

§1º. Em se tratando de supressão de vegetação nativa sem a devida autorização, a recuperação deverá ocorrer na área onde efetivamente ocorreu o dano, sendo vedada a compensação, salvo em casos que o dano seja irreversível e a compensação proposta seja mais vantajosa ao meio ambiente, comprovada em projeto apresentado pelo administrado e reconhecida pelos órgãos executores da política estadual de meio ambiente.

§2º. Em situações em que a recuperação do dano ambiental mostrar-se impossível, deverá a autoridade ambiental fiscalizadora determinar com base em parecer técnico, a sua compensação ainda que financeira, cujo montante determinado deverá ser creditado na forma do artigo 5º deste Decreto.

Seção XII

Da Participação em Programa de Educação Ambiental.

Art.37. - A penalidade de participação em programa de educação ambiental será aplicada sempre que a autoridade ambiental fiscalizadora julgar conveniente, ante as condições pessoais do infrator.

§1º A penalidade de participação em programa de educação ambiental poderá ser aplicada cumulativamente em todas as hipóteses, e isoladamente somente quando a infração cometida não for considerada grave ou gravíssima.

§2º. O programa de educação ambiental será executado pelos órgãos executores da política municipal do meio ambiente; pelo Consórcio

Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, voltado à prevenção de conduta reincidente.

§3º. A participação nos cursos de educação ambiental deve ser custeada pelo próprio infrator, que demonstrará sua frequência por meio de apresentação de certificado no órgão autuante.

§4º. O programa de educação ambiental consistirá de palestras educativas de no mínimo de 10 horas aulas.

Capítulo III

Do processo administrativo de fiscalização ambiental e dos procedimentos de fiscalização

Seção I

Das Disposições Gerais

Art.38.- As infrações ambientais serão apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório. Parágrafo único. O processo administrativo inicia-se de ofício pela autoridade ambiental fiscalizadora (inicia-se com lavratura do AIA pelo agente autuante), em razão do conhecimento da ocorrência de infração às regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

Art.39.- Constituem princípios básicos do processo administrativo infracional a legalidade, a finalidade, a motivação, a razoabilidade, a proporcionalidade, a moralidade, o formalismo moderado, a publicidade, o contraditório, a ampla defesa, a segurança jurídica, o interesse público, a impessoalidade, a boa-fé e a eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos ambientais serão observados, entre outros, os critérios de:

I	–	atuação conforme a lei e o direito;
II	–	atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei;
III	–	objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;
IV	–	atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;
V	–	divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na legislação vigente;
VI	–	adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;
VII	–	indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão;
VIII	–	observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados;
IX	–	adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados;
X	–	garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;
XI	–	proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei;
XII	–	impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados; e
XIII	–	interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.

Art.40.- Será instaurado processo para apuração de infrações ambientais com a primeira via do auto de infração.

Parágrafo único. A instauração do processo dar-se-á junto ao órgão ambiental municipal.

Art.41. - O processo administrativo de fiscalização ambiental será formado isolada ou conjuntamente, conforme o caso, de:

I	–	Auto de infração ambiental;
II	–	Relatório de fiscalização;
III	–	Defesa prévia;
IV	–	Manifestação sobre defesa prévia ou contradita;
V	–	Alegações Finais;
VI	–	Decisão.

§1º. Em qualquer fase do processo administrativo, a autoridade ambiental fiscalizadora poderá designar a realização de audiência de conciliação da administração com o administrado, a fim de buscar a celebração de termo de compromisso.

§2º. A audiência de conciliação poderá ser solicitada pelo administrado, recomendada pelo agente autuante ou determinada de ofício pela autoridade ambiental fiscalizadora.

§3º. Havendo a celebração de acordo, será lavrada ata da audiência indicando os termos do acordo celebrado e definindo o prazo para a celebração do termo de compromisso.

§4º. Havendo celebração de acordo, serão dispensadas as fases subsequentes do processo, elaborando-se de imediato a decisão de aplicação de penalidade.

§5º. Todos os documentos apresentados pelo autuado ou por seu procurador legitimado deverão ser protocolizados junto ao Poder Executivo Municipal.

§6º. Quando da existência da demanda de fiscalização e da notificação estes deverão fazer parte do processo administrativo de infração ambiental.

§7º. A autoridade ambiental julgadora poderá requisitar a produção de provas necessárias à sua convicção, bem como parecer técnico ou contradita do agente autuante, especificando o objeto a ser esclarecido.

§8º. Todos os documentos relativos ao processo administrativo poderão ser digitalizados caso a Administração disponha de sistema informatizado para tais fins.

§9º. No caso do parágrafo anterior, todas as movimentações relativas ao processo administrativo eletrônico serão inseridas no sistema, cabendo ao autuado seu acompanhamento, ocorrendo intimações, notificações, citações e todos os demais autos de cientificação do autuado através do mesmo.

§10. Os prazos, no caso de processo eletrônico via sistema informatizado, serão abertos ao autuado com a sua consulta ao sistema, ou, em não havendo consulta, após o período de 05 (cinco) dias de seu lançamento, de forma automática..

Art.42. - Os processos administrativos de fiscalização ambiental deverão obedecer à numeração observando-se o número do respectivo auto de infração ambiental.

§1º. O processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas pelo órgão que proceder à juntada de qualquer documento aos autos.

§2º. Eventuais falhas ou omissões não constituirão motivo de nulidade do processo administrativo, cabendo à autoridade ambiental mandar supri-las. Somente será declarada a nulidade de ato quando comprovado prejuízo ao autuado.

§3º. A autuação do processo será formalizada em sua capa contendo obrigatoriamente os dados na ordem que segue:

I	–	Número de processo;
II	–	Número da notificação quando couber;
III	–	Número do Auto de Infração Ambiental;
IV	–	Número do Termo de Embargo e Suspensão quando couber;
V	–	Número do Termo de Apreensão e Depósito quando couber;
VI	–	Nome do autuado.

Seção III

Da Intimação/Notificação

Art.43. - Havendo incerteza sobre autoria ou algum elemento que componha a materialidade da infração, o Agente autuante poderá intimar/notificar o administrado para que apresente informações ou documentos ou ainda para que adote providências pertinentes à proteção do meio ambiente.

§1º. A lavratura da Intimação/Notificação será procedida em 02 (duas) vias, destinando-se a primeira para arquivo na unidade responsável pela emissão e a segunda ao intimado/notificado.

§2º. A Notificação, como instrumento que visa dar início à apuração de infrações contra o meio ambiente, somente será utilizada quando necessária à elucidação de fatos que visem esclarecer possível situação de ocorrência de infração.

Art.44. - A intimação/notificação bem como todos os documentos apresentados pelo administrado, deverão ser autuadas.

§1º. Caso não exista infração ambiental deve ser arquivado o procedimento.

§2º. No caso de existência de infração ambiental, os autos do procedimentos devem ser encaminhado para o órgão ambiental municipal para lavratura do auto de infração.

Art.45. - Quando não houver atendimento à Notificação deverá ser procedida a lavratura de auto de infração ambiental.

Parágrafo único. A Notificação e todos os documentos que o acompanham deverão ser juntados ao processo administrativo.

Seção IV

Do Auto de Infração

Art.46. - Verificada a ocorrência de infração administrativa ambiental, será lavrado auto de infração pelo agente autuante preferencialmente de maneira imediata:

I	–	Pelo Formulário oficial, em 2 (duas) vias, destinando-se a primeira a formalização do processo administrativo e a segunda ao infrator;
II	–	Pelo Formulário oficial, o auto de infração ambiental deverá ser lavrado em duas vias:
1ª	–	Processo administrativo;
2ª	–	Do autuado;

§1º. Nos casos em que o auto de infração ambiental não seja lavrado no ato da constatação da infração ambiental, o autuado será notificado, pessoalmente ou interposta pessoa, por via postal com aviso de recebimento, ou publicação por edital no veículo de publicações oficiais da municipalidade.

§2º. Para produzir efeitos, a notificação por via postal independe do recebimento pessoal do interessado, sendo suficiente que a correspondência seja entregue no endereço por ele indicado ou no local da constatação da infração ambiental.

Art.47. - No auto de infração ambiental deverá constar:

I	–	identificação do órgão fiscal;
II	–	nome ou razão social do autuado, com o respectivo endereço para correspondência;
III	–	endereço da infração administrativa ambiental, bem como a hora, dia, mês e ano da constatação da mesma;
IV	–	local da infração;
V	–	descrição sumária da infração administrativa ambiental;
VI	–	grau de lesividade da infração administrativa ambiental;
VII	–	fundamento legal referente à infração administrativa ambiental;
VIII	–	Indicação da sanção ou sanções aplicadas, e o valor no caso de indicação de sanção de multa;
IX	–	identificação e assinatura do autuado ou de seu preposto;
X	–	identificação e assinatura do Agente autuante; e
XI	–	identificação e assinatura do Agente autuante; e
XII	–	informação de que o autuado possui prazo de até 20 (vinte) dias contados a partir da ciência da infração e do valor da penalidade, para apresentação da defesa prévia, bem como que o processo administrativo ambiental seguirá conforme estabelecido neste Decreto.

§1º. O auto de infração deverá ser lavrado para cada pessoa que tenha participado da prática da infração, individualizadamente, sendo-lhes imputadas às sanções, na medida de sua culpabilidade.

§2º. A critério do agente autuante o valor da sanção de multa poderá ser informado posteriormente por via postal com o Aviso de Recebimento - AR, ou outro meio válido que possibilite a ciência do interessado.

Art.48. - Ao ser entregue o auto de infração ambiental, o autuado ou preposto deverá acusar o seu recebido, sempre que possível, valendo esta como notificação da lavratura do auto de infração.

§1º No caso de recusa do autuado em assinar o auto de infração, e demais termos inerentes à infração, estes deverão ser lavrados na presença de 02 (duas) testemunhas, certificando o ocorrido em campo próprio do formulário e entregando a via correspondente ao autuado.

§2º No caso da ausência do autuado ou da recusa do mesmo em receber a via correspondente do auto de infração e seu respectivo termo quando houver, bem como no caso de restar infrutífera a tentativa de identificação pela via postal, o agente de fiscalização certificará o ocorrido, publicando Edital no veículo de publicações oficiais da municipalidade presumindo-se a ciência do interessado.

§3º Na hipótese de evasão do infrator, o agente autuante deverá lavrar o auto de infração e seu respectivo termo quando houver, certificando o ocorrido, publicando Edital no veículo de publicações oficiais da municipalidade presumindo-se a ciência do interessado.

Art.49. - No caso de auto de infração lavrado em formulário de papel próprio do Estado o Agente Fiscal deverá proceder ao lançamento de todos os dados no Sistema, caso este esteja implantado.

§1º. O auto de infração não deve conter rasuras.

§2º. No caso de rasuras ou ausência de informações, será determinada ao Agente autuante a substituição, a qualquer tempo, durante a instrução do processo, do auto de infração.

Art.50. - O auto de infração que apresentar vício sanável poderá, a qualquer tempo, ser convalidado de ofício pela autoridade julgadora, mediante despacho saneador.

Parágrafo único. Constatado o vício sanável, sob alegação do autuado, o procedimento será anulado a partir da fase processual em que o vício foi produzido, corrigindo-se os vícios sanáveis e reabrindo-se novo prazo para defesa, aproveitando-se os atos regularmente produzidos.

Art.51. - O auto de infração que apresentar vício insanável deverá ser declarado nulo pela autoridade julgadora competente, que determinará o arquivamento do processo.

§1º. Para os efeitos do caput, considera-se vício insanável aquele em que a correção da autuação implica modificação do fato descrito no auto de infração.

§2º. Nos casos em que o auto de infração for declarado nulo e estiver caracterizada a conduta ou atividade lesiva ao meio ambiente, deverá ser lavrado novo auto.

§3º. O erro no enquadramento legal da infração não implica vício insanável, podendo ser alterado pela autoridade julgadora, mediante decisão fundamentada que retifique o auto de infração.

Art.52. - São nulos os autos nos casos de:

I	-	incompetência;
II	-	vício de forma;
III	-	ilegalidade do objeto;
IV	-	inexistência dos motivos; e
V	-	desvio de finalidade.

Parágrafo único. Para a conceituação dos casos de nulidade, observar-se-ão as seguintes normas:

I	-	a incompetência fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou;
II	-	o vício de forma consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato;
III	-	a ilegalidade do objeto ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo;
IV	-	a inexistência dos motivos se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido; e
V	-	o desvio de finalidade se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.

Art.53. - Cada auto de infração lavrado corretamente originará um processo administrativo infracional.

Parágrafo único. Nos casos de litisconsórcio de infratores, será lavrado um auto de infração para cada infrator que será apensado no processo administrativo infracional.

Seção V

Do Relatório de Fiscalização

Art.54. - Após a fiscalização no local, a lavratura da Intimação/notificação ou do auto de infração ambiental, o Agente autuante que participou do ato fiscalizatório elaborará o relatório de fiscalização, que deverá conter obrigatoriamente:

I	-	identificação do órgão autuante;
II	-	identificação da unidade autuante;
III	-	número do relatório de fiscalização;
IV	-	data em que foi elaborado relatório de fiscalização;
V	-	identificação e endereço do infrator;
VI	-	local da infração administrativa ambiental;
VII	-	local da infração;
VIII	-	Identificação do Agente Fiscal e testemunhas;
IX	-	motivo pelo qual foi realizada a fiscalização;
X	-	data da constatação da infração ambiental pelo Agente Fiscal;
XI	-	descrição das infrações administrativas ambientais constatadas;
XII	-	medidas adotadas;
XIII	-	o grau de lesividade da infração ou infrações ambientais;
XIV	-	Indicação da sanção ou sanções aplicadas, e o valor no caso de indicação de sanção de multa;
XV	-	descrição da condição financeira do infrator;
XVI	-	identificação das circunstâncias agravantes e atenuantes;
XVII	-	verificação de reincidência em infrações ambientais;
XVIII	-	assinatura do Agente autuante ou dos Agentes autuantes que participaram do ato fiscalizatório;
XIX	-	registros fotográficos, croquis de localização, imagens digitalizadas, imagens de satélites e outras informações quando cabíveis;
XX	-	número da Licença ambiental, certidão e/ou autorização ambiental expedida pelo órgão ambiental competente, quando cabíveis.

§1º. Havendo a impossibilidade de qualquer um dos incisos descritos anteriormente o agente fiscal deverá justificar no relatório.

§2º. Considera-se perfeito o auto de infração que não sofrer impugnação, dispensando-se as fases previstas nos artigos 55 e seguintes

deste Decreto, viabilizando-se a inscrição em dívida ativa dos valores das sanções bem como a adoção de todas as demais medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis para execução das penalidades aplicadas.

Seção VI

Da Defesa Prévia

Art.55.- A defesa prévia referente ao auto de infração ambiental lavrado deverá ser protocolizada junto ao Protocolo Geral do Município.

§1º A defesa prévia será lançada no sistema informatizado caso disponibilizado.

§2º A defesa prévia deve ser juntada no processo administrativo e encaminhada ao Agente autuante responsável pela lavratura do auto de infração ambiental, para análise e elaboração de manifestação acerca das razões de defesa apresentadas.

Art.56. - A defesa será formulada por escrito e deverá conter os fatos e fundamentos jurídicos que contrariem o disposto no auto de infração e termos que o acompanham, bem como a especificação das provas e alegações de fato e de direito, arrolar testemunhas e indicar outros meios de prova que o autuado pretende produzir a seu favor, devidamente justificadas, sob pena de preclusão, cabendo ao autuado arcar com todos os ônus e custos da produção de provas.

Art.57.- O autuado poderá ser representado por advogado ou procurador legalmente constituído, devendo, para tanto, anexar à defesa o respectivo instrumento de procuração.

Art.58.- Pode o infrator após ser notificado da lavratura do auto de infração durante o prazo de defesa requerer o pagamento da multa com 30% (trinta por cento) de desconto em conformidade com o art. 64 da Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 e suas alterações.

§1º - Deve a autoridade ambiental fiscalizadora definir o valor de multa para a infração administrativa e reduzir o valor em 30% (trinta por cento), devendo proceder a análise posteriormente das demais penalidades administrativas a serem aplicadas se for o caso.

§2º - A guia bancária para pagamento da multa deve ter o prazo de 05 (cinco) dias.

Art.59.- A defesa não será conhecida quando apresentada:

I	-	fora do prazo;
II	-	por quem não seja legitimado; ou
III	-	perante órgão ou entidade ambiental incompetente.

§1º. Requerimentos formulados em desacordo com o previsto no caput não serão conhecidos, prosseguindo o rito processual.

§2º. As provas propostas pelo autuado, quando impertinentes, desnecessárias ou protelatórias poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada da autoridade ambiental fiscalizadora.

Seção VII

Da Manifestação Acerca da Defesa Prévia

Art.60. - Compete ao Agente autuante que lavrou o auto de infração ambiental, desde que oferecida a defesa prévia, a elaboração de manifestação acerca da defesa prévia.

Art.61. - Na manifestação acerca da defesa prévia deverão constar:

I	-	identificação do órgão autuante;
II	-	identificação da unidade autuante;
III	-	número da manifestação acerca da defesa prévia;
IV	-	data em que foi elaborada a manifestação acerca da defesa prévia;
V	-	nome, qualificação ou razão social do autuado;
VI	-	informações quanto ao reconhecimento ou não da defesa prévia pelo órgão ambiental;
VII	-	informações quanto à proposição de termo de compromisso pelo autuado;
VIII	-	considerações do Agente autuante em relação à consistência e coerência das provas e alegações propostas na defesa prévia;
IX	-	conclusão, através de manifestação, favorável ou não à manutenção do auto de infração ambiental lavrado, fundamentada na legislação ambiental vigente;
X	-	assinatura do Agente autuante ou dos Agentes autuantes que participaram da elaboração da mesma.

§1º - Sempre que oportuno, deve ser indicada na elaboração da manifestação acerca da defesa prévia a necessidade de laudo técnico, de parecer jurídico ou de produção de outras provas, sendo que nestes casos o processo será remetido ao superior hierárquico para decisão interlocutória.

§2º - Caso o autuado não ofereça defesa prévia no prazo legal, fica dispensada a elaboração de manifestação acerca da defesa prévia.

Seção IX

Das Alegações Finais

Art.62.- A autoridade ambiental fiscalizadora publicará em sua sede administrativa a relação dos processos que entrarão na pauta de decisão final, para fins de apresentação de alegações finais pelos interessados.

Art.63. - Publicados os processos administrativos que entrarão na pauta de decisão final na sede administrativa da autoridade administrativa o autuado terá o direito de manifestar-se em alegações finais, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Art.64. - Não apresentadas as alegações finais, tal situação deverá ser certificada no processo.

Seção X

Da Decisão de Penalidade

Art.65. - Ao receber o processo administrativo a autoridade ambiental superior do agente autuante deverá proceder a decisão de penalidade.

§1º. A decisão de penalidade deve ser proferida, independentemente da proposição e celebração de termo de compromisso com o autuado, sempre que houver defesa administrativa, considerando-se perfeito o auto de infração que não sofrer impugnação, dispensando-se as fases previstas nos artigos 55 e seguintes deste Decreto.

§2º. Na ocorrência de dano ambiental, a pena de reparação ou recuperação ambiental deve sempre ser aplicada, independentemente da aplicação de sanções administrativas.

Art.66. - A autoridade ambiental julgadora, mediante decisão fundamentada, poderá discordar das proposições do Agente autuante apresentadas na manifestação acerca da defesa prévia, podendo, para tanto, embasar sua decisão em parecer técnico ou jurídico, e na

legislação aplicável.

Parágrafo único. As autoridades ambientais julgadoras poderão requisitar a produção de provas necessárias à sua convicção, bem como parecer técnico ou jurídico ou nova manifestação do Agente autuante, especificando o objeto a ser esclarecido.

Art.67.- A autoridade ambiental julgadora deverá proceder o julgamento do auto de infração ambiental elaborando ao final decisão de penalidade, ressalvada a hipótese prevista no artigo 54, §2º, deste Decreto.

§1. O prazo para fins de decisão é de 30 (trinta) dias, a contar da apresentação da defesa prévia ou do decurso do prazo respectivo, podendo ser prorrogado, justificadamente.

§2º. A constatação de fatos que constituem, em tese, crimes ambientais, enseja a remessa obrigatória de fotocópias de peças e informações ao Ministério Público, conforme art. 86 da Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009.

§3º. O excesso de prazo não acarreta nulidade do processo administrativo tampouco implica desoneração do cumprimento das sanções aplicadas ao autuado.

Art.68. - A decisão de penalidade deverá conter:

I	-	o número e a data em que a decisão foi elaborada;
II	-	número do auto de infração ambiental, do termo de embargo/interdição ou suspensão e/ou do termo de apreensão e depósito, número do processo administrativo de infração ambiental e do processo de licenciamento, se houver relevância;
III	-	a data em que foram lavrados os autos de infração ambiental;
IV	-	nome, qualificação ou razão social do autuado;
V	-	o endereço do local e data em que ocorreu a infração;
VI	-	a descrição sucinta do fato que a motivou;
VII	-	a indicação do dispositivo legal e regulamentar em que se fundamenta;
VIII	-	a decisão de manutenção, majoração ou minoração das penalidades impostas;
IX	-	a fixação do valor definitivo da multa imposta;
X	-	a fundamentação legal que alicerça a decisão;
XI	-	as medidas a serem adotadas; e
XII	-	a assinatura da autoridade julgadora.

Art.69.- Dentre as medidas a serem adotadas, citadas no inciso XI do art. 68, deverão estar incluídas:

I	-	a concessão do direito a redução do valor de multa, através de termo de compromisso, quando cabível;
II	-	a expedição da guia oficial de recolhimento da multa;
III	-	a determinação para providenciar o licenciamento ambiental, certidão ambiental ou autorização ambiental, quando aplicáveis; e
IV	-	a determinação para providenciar o licenciamento ambiental da respectiva atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais ou para a recuperação da área degradada.

§1º. Nos casos de infrações administrativas ambientais em que haja necessidade de recuperação de área degradada ou contaminada, a mesma deve ser licenciada, conforme estabelecido em Resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA vigentes.

§2º No caso de haver necessidade do estabelecimento de medidas de compensação ambiental decorrentes de usos ilegais de áreas de preservação permanente, deverão ser seguidos os critérios estabelecidos em Resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA vigentes.

Art.70. - Juntamente a decisão de penalidade, exceto nos casos de cancelamento ou suspensão do auto de infração ambiental, a autoridade ambiental fiscalizadora deverá emitir guia oficial de recolhimento da multa de cobrança do auto de infração ambiental, bem como providenciar sua remessa.

Art.71. - A decisão da autoridade ambiental julgadora, bem como a guia oficial de recolhimento da multa para pagamento do valor referente ao auto de infração ambiental, serão encaminhadas ao autuado, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data do julgamento, através de ofício, por via postal registrada, com aviso de recebimento - AR ou mediante intimação pessoal.

§1º. Considerando-se, ainda, a impossibilidade de intimação pessoal do autuado, deverá a ciência ser realizada mediante edital, por meio de publicação no veículo de divulgação oficial da municipalidade.

Art.72. - Caso sejam constatadas que não foram cumpridas no prazo estipulado as determinações estabelecidas nas decisões expedidas pela autoridade ambiental julgadora, referentes às obrigações ambientais, deverá o processo administrativo de fiscalização ambiental ser remetido à Procuradoria para que ingresse com a competente ação civil pública ou qualquer outra medida judicial acerca dos fatos constatados no processo administrativo ambiental.

Seção XI

Do Procedimento de Suspensão do Valor de Multa e Elaboração de Termo de Compromisso

Art.73. - A multa estabelecida na decisão poderá ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator, por termo de compromisso, obrigar-se à adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental.

§1º. A correção do dano de que trata este artigo será feita mediante a apresentação de projeto técnico de regeneração ou recuperação de área, conforme o caso, juntamente com a respectiva defesa prévia do auto de infração lavrado.

§2º. A autoridade ambiental julgadora que estiver analisando o processo administrativo ambiental, durante a decisão de penalidade e considerando a necessidade de priorizar a recuperação do meio ambiente, poderá reconhecer de ofício e ofertar no processo o benefício da redução da multa, estabelecendo o prazo de 30 (trinta) dias para o infrator apresentar projeto técnico.

§3º. A autoridade ambiental julgadora pode dispensar o infrator de apresentação de projeto técnico, na hipótese em que a reparação não o exigir.

§4º. É considerada reparação ambiental que não exige apresentação de projeto técnico, a regeneração de área desflorestada, excetuando-se Área de Proteção Permanente - APP e área contígua a floresta exótica homogênea, inferior a 02 (dois) hectares, que possa ser reparada por regeneração natural, onde não houve remoção de solo e serrapilheira, com inclinação inferior a 30% (trinta por cento) e inexistência de curso d'água.

§5º. Na hipótese de interrupção do cumprimento das obrigações de cessar e corrigir a degradação ambiental, por decisão da autoridade ambiental ou por culpa do infrator, o valor da multa atualizada monetariamente deverá ser pago integralmente.

§6º. Os valores apurados no §5º serão recolhidos no prazo de 05 (cinco) dias do recebimento da notificação.

§7º. A comprovação da recuperação da área degradada deverá ser feita através de relatório assinado por profissional habilitado, obrigatoriamente acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Anotação de Função Técnica - AFT expedida pelo conselho regional de classe do profissional, comprovando a atribuição técnica profissional do relatado.

§8º. A comprovação da recuperação da área degradada e o cumprimento do termo de compromisso deverão ser feitos pelo infrator, nos termos do termo de compromisso.

Art.74. - No termo de compromisso deverão constar:

I	-	número do processo administrativo de autuação e licenciamento, se houver;
II	-	o nome, a qualificação e o endereço das partes compromissadas e dos respectivos representantes legais;
III	-	histórico sucinto, com descrição detalhada de seu objeto, o valor do investimento previsto e o cronograma físico de execução e de implantação das obras e serviços exigidos, com metas a serem atingidas;
IV	-	considerações, como o prazo de vigência do compromisso que, em função da complexidade das obrigações nele fixadas poderá variar entre o mínimo de 90 (noventa) dias e o máximo de 03 (três) anos, com possibilidade de prorrogação por igual período;
V	-	modo e cronograma de adequação legal e técnica do infrator;
VI	-	fixação de multa diária pelo descumprimento, como as multas que podem ser aplicadas à pessoa física ou jurídica compromissada e os casos de rescisão, em decorrência do não cumprimento das obrigações nele pactuadas;
VII	-	suspensão das penalidades impostas na decisão final;
VIII	-	prazo de vigência;
IX	-	data, local e assinatura do infrator;
X	-	o foro competente para dirimir litígios entre as partes; e
XI	-	previsão de prazo para a publicação do termo de compromisso, mediante extrato, no veículo de divulgação oficial da municipalidade, às expensas do infrator, sob pena de ineficácia, sendo que nos casos de infrações de pequeno potencial ofensivo e de infratores de poucas condições econômicas será admissível a publicação do extrato no mural do órgão fiscalizador e no site oficial do órgão na rede mundial de computadores.

Art.75. - O termo de compromisso deverá ser firmado em até 90 (noventa) dias, contados da protocolização do requerimento.

§1º. O requerimento deverá ser protocolizado no prazo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data de recebimento da comunicação do valor da multa a ser paga.

§2º. A assinatura do termo de compromisso implicará renúncia ao direito de recorrer administrativamente.

Art.76. - Da data da assinatura do termo de compromisso, e enquanto perdurar a vigência do correspondente termo de compromisso, ficarão suspensas, em relação aos fatos que deram causa à celebração do instrumento, a aplicação de sanções administrativas contra a pessoa física ou jurídica que o houver firmado.

Art.77. - Por ocasião da lavratura do termo de compromisso, deverá ser expedido boleto bancário no valor de 70% (setenta por cento) do valor indicado no auto de infração.

Parágrafo único. O compromissado deverá efetuar o pagamento do referido boleto bancário dentro do prazo de 05 (cinco) dias contados da data de expedição do boleto.

Seção XII

Do Procedimento de Conversão de Multa Simples em Serviços de Preservação, Melhoria e Recuperação da Qualidade do Meio Ambiente

Art.78.- A autoridade ambiental fiscalizadora poderá, nos termos do que dispõe o § 4º do art. 72 da Lei Nacional nº 9.605, de 1998, converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Art.79.- São considerados serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente:

I	-	execução de obras ou atividades de recuperação de danos decorrentes da própria infração;
II	-	implementação de obras ou atividades de recuperação de áreas degradadas, bem como de preservação e melhoria da qualidade do meio ambiente;
III	-	custeio ou execução de programas e de projetos ambientais desenvolvidos por entidades públicas, de proteção e conservação do meio ambiente, ou organizações não governamentais sem fins lucrativos regularmente constituídas e em funcionamento há mais de 02 (dois) anos, cujas finalidades institucionais e atuação, comprovadamente, estiverem harmonizadas com as finalidades da proteção do meio ambiente;
IV	-	manutenção de espaços públicos que tenham como objetivo a preservação do meio ambiente;
V	-	o investimento e custeio das atividades de fiscalização ambiental dos órgãos executores da política estadual do meio ambiente; e
VI	-	a capacitação dos agentes e autoridades ambientais envolvidas nas atividades de fiscalização e apuração das infrações ambientais.

Art. 80. Não será concedida a conversão de multa para reparação de danos de que trata o inciso I do art. 79, quando:

I	-	não se caracterizar dano direto ao meio ambiente; e
II	-	a recuperação da área degradada puder ser realizada pela simples regeneração natural.

Parágrafo único. Na hipótese do caput, a multa poderá ser convertida nos serviços descritos nos incisos II, III, IV, V e VI do art. 79, sem prejuízo da reparação dos danos praticados pelo infrator.

Art.81. - O autuado poderá requerer a conversão de multa de que trata esta Seção por ocasião da apresentação da defesa prévia.

Parágrafo único. A autoridade ambiental julgadora que estiver analisando o processo administrativo ambiental, durante a decisão de aplicação de penalidade e considerando a necessidade de priorizar a recuperação do meio ambiente, poderá reconhecer de ofício e ofertar no processo o benefício da conversão da multa prevista neste artigo, estabelecendo o prazo de 30 (trinta) dias para o infrator apresentar projeto técnico.

Art.82.- O valor dos custos dos serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente não poderá ser inferior ao valor da multa convertida.

§1º. Na hipótese de a recuperação dos danos ambientais de que trata o inciso I do art. 79 importar recursos inferiores ao valor da multa

convertida, a diferença será aplicada nos outros serviços descritos no art. 79.

§2º. Independentemente do valor da multa aplicada, fica o autuado obrigado a reparar integralmente o dano que tenha causado.

§3º. A autoridade ambiental julgadora aplicará o desconto de 30% (trinta por cento) sobre o valor da multa consolidada.

Art.83. - A conversão de multa destinada à reparação de danos ou recuperação das áreas degradadas pressupõe que o autuado apresente pré-projeto acompanhando o requerimento.

§1º. Caso o autuado ainda não disponha de pré-projeto na data de apresentação do requerimento, a autoridade ambiental fiscalizadora, se provocada, poderá conceder o prazo de até trinta dias para que ele proceda à juntada aos autos do referido documento, que se enquadrem no rol constante no art. 79.

§2º. A autoridade ambiental julgadora poderá dispensar o projeto de recuperação ambiental quando a recuperação ambiental não exigir.

§3º. Antes de decidir o pedido de conversão da multa, autoridade ambiental julgadora poderá determinar ao autuado que proceda emendas, revisões e ajustes no pré-projeto.

§4º. O não-atendimento por parte do autuado de qualquer das situações previstas neste artigo importará no pronto indeferimento do pedido de conversão de multa.

Art.84. - Por ocasião do julgamento da defesa, a autoridade ambiental julgadora deverá, numa única decisão, julgar o auto de infração e o pedido de conversão da multa.

§1º. A decisão sobre o pedido de conversão é discricionária, podendo a administração, em decisão motivada, deferir ou não o pedido formulado, observado o disposto neste Decreto.

§2º. Em caso de acatamento do pedido de conversão, deverá a autoridade ambiental julgadora notificar o autuado para que compareça à sede do órgão ambiental para a assinatura de termo de compromisso.

§3º. O deferimento do pedido de conversão implica na renúncia a eventuais recursos.

§4º. A assinatura do termo de compromisso implicará renúncia ao direito de recorrer administrativamente.

§5º. O termo de compromisso terá efeitos na esfera civil e administrativa.

§6º. O descumprimento do termo de compromisso implica:

I	-	na esfera administrativa, a imediata inscrição do débito em Dívida Ativa para cobrança da multa resultante do auto de infração em seu valor integral; e
II	-	na esfera civil, a imediata execução judicial das obrigações assumidas, tendo em vista seu caráter de título executivo extrajudicial.

§7º. O termo de compromisso poderá conter cláusulas relativas às demais sanções aplicadas em decorrência do julgamento do auto de infração.

§8º. A assinatura do termo de compromisso tratado neste artigo suspende a exigibilidade da multa aplicada.

Art.85. - A conversão da multa não poderá ser concedida novamente ao mesmo infrator durante o período de 05 (cinco) anos, contados da data da assinatura do termo de compromisso.

Seção XIII

Dos Recursos

Art.86. - Da decisão proferida pela autoridade ambiental fiscalizadora caberá recurso no prazo de 20 (vinte) dias ao Chefe do Poder Executivo.

§1º. Os recursos de que trata o caput devem ser protocolados junto ao Protocolo Geral da Municipalidade, devendo ser encaminhado obrigatoriamente à Autoridade Ambiental Julgadora que proferiu a decisão na defesa, para que o recurso seja juntado ao processo administrativo e encaminhado ao órgão superior recursal.

§2º. A autoridade ambiental fiscalizadora realizará exame de admissibilidade do recurso, bem como, os efeitos das penalidades em conformidade do art. 81 da Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009.

Art.87.- Os Recorrentes serão notificados pela autoridade ambiental fiscalizadora dos recursos não conhecidos que consequentemente não terão seguimento ao órgão superior recursal.

Art.88. - Os recursos conhecidos serão encaminhados órgão superior recursal.

Art.89.- O recurso não será conhecido quando interposto:

I	-	fora do prazo;
II	-	perante órgão ambiental incompetente; ou
III	-	por quem não seja legitimado.

Capítulo IV

Dos Prazos

Art.90. - Os prazos de que trata o presente Decreto terão seu início no primeiro dia útil subsequente ao da cientificação/intimação/notificação e serão contados de forma corrida, não se suspendendo pela superveniência de férias ou feriados.

Art.91. - Recaindo o término em dia sem expediente na repartição, ficará o prazo prorrogado para o primeiro dia útil seguinte.

Art.92. - Prescreve em 05 (cinco) anos a ação da administração objetivando apurar a prática de infrações contra o meio ambiente, contada da data da prática do ato, ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que esta tiver cessado.

§1º. Considera-se iniciada a ação de apuração de infração ambiental pela administração com a lavratura do auto de infração.

§2º. Incide a prescrição no procedimento de apuração do auto de infração paralisado por mais de 05 (cinco) anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação e da reparação dos danos ambientais.

§3º. Quando o fato objeto da infração também constituir crime, a prescrição de que trata o caput rege-se-á pelo prazo previsto na lei penal.

Art.93. - Interrompe-se a prescrição:

I	-	pelo recebimento do auto de infração ou pela cientificação do infrator por qualquer outro meio, inclusive por edital;
II	-	por qualquer ato inequívoco da administração que importe apuração do fato; e
III	-	pela decisão condenatória recorrível.

Parágrafo único. Considera-se ato inequívoco da administração, para o efeito do que dispõem o inciso II, aqueles que impliquem instrução do processo.

Capítulo V

Do Recolhimento Da Multa

Art.94.- Os valores correspondentes às sanções aplicadas deverão ser recolhidos em qualquer agência bancária credenciada, mediante guia oficial a ser emitida pela autoridade ambiental.

Art.95. - As multas estarão sujeitas à atualização monetária transcorrido o prazo de seu vencimento, sem prejuízo da aplicação de juros de mora e demais encargos conforme previsto em lei.

Art.96. - Caso não tenha sido realizado o recolhimento da multa no prazo fixado, o processo administrativo de fiscalização ambiental deverá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança na forma usualmente utilizada pelo município.

Art.97. - Quando as medidas administrativas forem esgotadas e não restarem atendidas no processo de fiscalização, o órgão executor deve ingressar com a competente ação judicial visando garantir o cumprimento das disposições legais.

Capítulo VI

Do Valor Das Multas

Art.98.- Às condutas caracterizadas como infração ambiental, na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e suas alterações, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e suas alterações, aplicam-se as correspondentes sanções neles previstas, devendo o valor das multas aplicadas ser convertidos, na data da autuação, para Unidade Monetária Ambiental (UMA) do município.

Capítulo VII

Das Disposições Finais

Art.99.- Caso o infrator em sua defesa prévia apresentar pedidos cumulativos e ou sucessivos solicitando os benefícios da suspensão do valor de multa e a conversão de multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, previstos respectivamente na Seção XI e XII, do Capítulo IV deste Decreto, a autoridade ambiental julgadora se optar pela concessão, deverá conceder o benefício da conversão de multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Art.100. – O Município poderá firmar convenio com outros Municípios, Estado, com a União, Consórcios Públicos ou privados, bem como com outros órgãos da administração direta e/ou indireta, quanto ao exercício de suas competências de gestão ambiental, no território sob sua jurisdição.

Art.102. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Apiúna, 14 de Junho de 2018.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito de Apiúna

ANEXO I

Minuta de Auto de Infração Ambiental

Timbre do Município com identificação do Órgão Ambiental Autuante

No exercício da ação fiscalizadora, fica assegurada aos agentes de fiscalização a entrada a qualquer dia e hora, e a permanência pelo tempo que se tornar necessário, em estabelecimentos e propriedades públicos ou privadas, observado o disposto no artigo 5º, XI da Constituição da República. (art. 2º da LCM nº XX/2017).

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº

AUTUADO				
Nome/Razão Social				
CPF/CNPJ	RG/Órgão Emissor/Insc. Estadual			
Endereço para correspondência				
Rua/Avenida/Rodovia/Estrada:			Número:	
Bairro:	Município:			
CEP	Telefone			
e-mail:	Caixa Postal:			
LOCAL/ENDEREÇO DA INFRAÇÃO				
Rua/Avenida/Rodovia/Estrada:			Número:	
Bairro:	Município:			
Coordenadas Geográficas (caso necessário)				
LATITUDE S		LONGITUDE W		
Dados da autuação (constatação da infração administrativa ambiental)				
Data da autuação:	Horário:	Período ()Matutino ()Vespertino ()Noturno		
Descrição sumária da infração administrativa ambiental				
Grau de lesividade da infração administrativa ambiental				
()Leve I ()Leve II ()Médio I ()Médio II ()Grave I ()Grave II ()Gravíssima				
Tipificação da Infração				

Legislação Infringida Lei Nacional nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e suas alterações; Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e suas alterações; Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 e suas alterações; Decreto Municipal nº 2.929, de 10 de abril de 2018.	Art.XX da Lei Nacional nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998	Decreto Fed. nº 6.514/2008: Art. _____ Inciso _____ § _____, Alínea _____ Art. _____ Inciso _____ § _____, Alínea _____ Art. _____ Inciso _____ § _____, Alínea _____ Art. _____ Inciso _____ § _____, Alínea _____ Art. _____ Inciso _____ § _____, Alínea _____ Art. _____ Inciso _____ § _____, Alínea _____ Art. _____ Inciso _____ § _____, Alínea _____ Art. _____ Inciso _____ § _____, Alínea _____
SANÇÕES ADMINISTRATIVAS IMPOSTAS		
() Advertência () Multa Diária () Apreensão () Demolição () Obrigação de promover a recuperação ambiental	() Suspensão de venda e fabricação () Embargo de obra ou atividade () Destruição ou inutilização () Suspensão parcial /total de atividades () Participação em programa de educação ambiental por ____ horas	
Multa Simples R\$ _____ Uma _____		
Autoridade Ambiental		
Nome:	CPF:	Assinatura:
Testemunhas		
Nome:	CPF:	Assinatura:
Nome:	CPF:	Assinatura:
Observações:		
INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO		
<p>O autuado fica notificado de que possui o prazo de até 20 (vinte) dias, contados a partir da ciência da presente autuação e imposição de penalidades acima descritas, para diligenciar até o órgão ambiental do município autuante, no endereço que consta impresso no timbre deste documento, em horário comercial, para apresentação da DEFESA PRÉVIA. Informamos que o processo administrativo ambiental seguirá conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2.929, de 10 de abril de 2018. Fica Vossa Senhoria Notificado que deverá recolher o valor das multas aplicadas no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir do término do prazo de defesa prévia, caso não apresentada ou apresentada intempestivamente, devendo retirar a guia de recolhimento junto à Prefeitura do Município Oficiante, no endereço e horário já declinados. O não recolhimento da multa no prazo assinalado implicará no acréscimo de juros de 1% ao mês, iniciados da data de vencimento, bem como na inscrição em Dívida Ativa. O descumprimento das sanções impostas acarretará a adoção de todas as medidas cabíveis no âmbito administrativo, civil e criminal.</p>		
Ciência do Autuado (Representante/Preposto – anotar CPF):		
Data: ____/____/____ Assinatura: _____		
CPF: _____		

Anexo II

Minuta de Termo de Compromisso Ambiental - TCA

TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL - TCA Nº XXXX/201X

DADOS DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Numero do Protocolo no Município:	Numero do Protocolo no CIMVI:	Data:
-----------------------------------	-------------------------------	-------

Pelo presente Termo de Compromisso Ambiental, o MUNICÍPIO DE XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº XXXXXXXXXXXX, com sede administrativa na Rua XX de XXXXXXXX, nº XX, Bairro XXXX, em XXXXXX, neste ato representado por seu Secretário de XXXXXXXX, Ilustríssimo Senhor XXXXXXXX, em parceria técnica com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITA-JAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, setor ambiental, com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1.485, Bairro dos Estados, Cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina, representado por sua Gestora Ambiental, Ilustríssima Srª XXXXXXXX, a(s) pessoa(s) física(s) ou jurídica(s) abaixo identificada(s) compromete(m) - se, por si e por seus herdeiros ou sucessores, perante o órgão do ente federado licenciador, a executar, dentro do prazo estipulado, as medidas abaixo descritas, com o objetivo de mitigar e compensar os danos causados pela atividade, empreendimento ou obra licenciada, ficando o presente Termo de Compromisso vinculado ao processo de licenciamento ambiental mencionado em epígrafe.

COMPROMISSÁRIO(A)	
Nome/Razão Social	
CPF/CNPJ	RG/Órgão Emissor/Insc. Estadual
Endereço para correspondência	
Rua/Avenida/Rodovia/Estrada:	Número: nº
Bairro:	Município/UF:
CEP	Telefone
e-mail:	Caixa Postal:

Considerandos[...]

RESOLVEM

Celebrar o presente Termo de Compromisso Ambiental, de acordo com os seguintes termos:

LOCAL/ENDEREÇO DA INFRAÇÃO

Rua/Avenida/Rodovia/Estrada: Rua

Número: nº

Bairro:

Município/UF:

Coordenadas Geográficas

Coord. XX°XX'XX.XX" S e XX°XX'XX.XX" O.

Descrição sumária da infração ambiental

FUNDAMENTO LEGAL

Lei Nacional nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e suas alterações; Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e suas alterações; Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 e suas alterações; Decreto Municipal nº XXXXXX, de XX de XXXXX de XXXXX, Código de Processo Civil (art.15, c/c art.139, IV), Lei Complementar Nacional nº 140, de 08 de dezembro de 2011.

Grau de lesividade da infração administrativa ambiental

() Leve I () Leve II () Médio I () Médio II () Grave I () Grave II () Gravíssima

Tipificação da Infração

Legislação Infringida

Lei Nacional nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e suas alterações; Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e suas alterações; Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 e suas alterações.

Decreto Fed. nº 6.514/2008:

MULTA SIMPLES R\$XXXX (XXXXX reais) (Decreto Fed. Nº 6.514/2008, Art.XX, Inciso XX, § XX, alínea XX)

MULTA SIMPLES R\$XXXX (XXXXX reais) (Decreto Fed. Nº 6.514/2008, Art.XX, Inciso XX, § XX, alínea XX)

MULTA SIMPLES R\$XXXX (XXXXX reais) (Decreto Fed. Nº 6.514/2008, Art.XX, Inciso XX, § XX, alínea XX)

TOTAL DAS MULTAS SIMPLES: R\$XXXXXX,XX (XXXX REAIS) que ficam com a exigibilidade suspensa em razão da subscrição do presente Termo de Compromisso.

MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO/COMPENSAÇÃO A SEREM EXECUTADAS:

A(o) COMPROMISSÁRIA(O) deverá executar todas as medidas de recuperação ambiental e condicionantes previstas no processo de licenciamento ambiental mencionado no presente termo, sem prejuízo de outras que porventura venha a se mostrar necessárias, bem como:

A)

B)

C)

CRONOGRAMA PARA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO/COMPENSAÇÃO E ENTREGA DOS RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO A CONTAR DA DATA DA

ASSINATURA DO PRESENTE TCA.

Para execução das medidas de recuperação/compensação terá o(a) COMPROMISSÁRIO(A) o prazo de:

[...]

Caso observado que o(a) COMPROMISSÁRIO(A) utiliza de má fé, deslealdade processual ou outros artifícios para procrastinar o devido processo administrativo de [...], ou no caso de arquivamento sem análise de mérito do pedido efetuada pelo órgão ambiental, considerar-se-á automaticamente descumprido o presente acordo desde a data do arquivamento ou da decisão do órgão ambiental municipal que reconhecer a má fé, deslealdade processual ou outros artifícios para procrastinar o devido processo administrativo.

Fica DESIGNADO (A) o (a) servidor(a) XXXXXXXX, para efetuar o acompanhamento da execução do presente Termo de Compromisso Ambiental, ficando responsável por lavrar o termo de recebimento definitivo de execução das obrigações ora pactuadas.

DO VALOR DAS MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO/COMPENSAÇÃO

Dá-se as medidas de recuperação/compensação previstas no presente Termo de Compromisso Ambiental (TCA), o valor de R\$XXXXXXXX(XXXXXXXX)

Notas Finais.:

1) Toda e qualquer alteração dos projetos e programas objeto do presente TCA deverá ser comunicada à municipalidade e ao CIMVI para anuência e acompanhamento, salvo as decorrentes de situações emergenciais que serão posteriormente avaliadas pela municipalidade e/ou CIMVI;

2) O(a) COMPROMISSÁRIO(A) deverá apresentar, sem prejuízo da realização de vistorias periódicas, relatórios a respeito do cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Compromisso, ou quando exigido pelo setor técnico da municipalidade ou do CIMVI.

VALOR DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL PARA EFEITO DE COBRANÇA DO TÍTULO EXTRAJUDICIAL: R\$XXXXXXXXXX (valor por extenso)

SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DO TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL:

O DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FIXADAS NO PRESENTE TCA, POR RAZÕES IMPUTÁVEIS AO COMPROMISSÁRIO, SUJEITARÁ AO PAGAMENTO DE MULTA CORRESPONDENTE A 20% DO VALOR DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, PREVISTA NO QUADRO ACIMA, SEM PREJUÍZO DE MULTA DIÁRIA NO VALOR DE R\$XXXX,XX(xxxxxx), ATÉ O EFETIVO CUMPRIMENTO, LIMITADA À 90%(NOVENTA POR CENTO) DO VALOR DA RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, PREVISTA NO QUADRO ACIMA, ALÉM DO RECOLHIMENTO DO VALOR DA RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, PREVISTA NO QUADRO ACIMA, TUDO ACRESCIDO DE JUROS MORATÓRIOS DE 1% AO MÊS, CORREÇÃO MONETÁRIA PELO INPC/IBGE OU OUTRO INDEXADOR QUE O VIER A SUBSTITUIR, TODOS CONTADOS DA DATA DO INADIMPLEMENTO, QUE SERÃO APLICADAS PELA MUNICIPALIDADE, SEM PREJUÍZO DOS DEMAIS SANÇÕES PENAS, CIVIS E ADMINISTRATIVAS.

O INADIMPLEMENTO DE QUALQUER OBRIGAÇÃO ACARRETERÁ O VENCIMENTO ANTECIPADO DAS DEMAIS, INDEPENDENTEMENTE DE QUALQUER NOTIFICAÇÃO OU AVISO.

FICA O(A) COMPROMISSÁRIO(A) OBRIGADO(A) A SATISFAZER A PENA COMINADA NO PRESENTE TERMO, JUNTAMENTE COM O DESEMPENHO DAS OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS PREVISTAS NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 411 DO CÓDIGO CIVIL.

O NÃO CUMPRIMENTO DESTE TCA ENSEJARÁ A EXECUÇÃO JUDICIAL DAS OBRIGAÇÕES DELE DECORRENTES COMO TÍTULO EXECUTIVO EXTRA JUDICIAL.

CONFISSÃO, RECONHECIMENTO E RENÚNCIA.

O (A) COMPROMISSÁRIO(A) reconhece, em caráter irrevogável, irrevogável e irrenunciável, a prática dos danos ambientais apurados no processo de licenciamento ambiental, renunciando a todo o direito material e/ou de ação que porventura tenha em desfavor da municipalidade ou do CIMVI, confessando em caráter irrevogável, irrevogável e irrenunciável, todas as obrigações assumidas no presente Termo de Compromisso, que, caso sejam descumpridas, serão objeto de processo objetivando sua cobrança, judicial ou extrajudicial, autorizando-se a inclusão do nome d(a) COMPROMISSÁRIO(A) em dívida ativa, bem como encaminhamento à protestos e/ou órgãos de proteção do crédito, constituindo-se o presente como título executivo extrajudicial para todos os fins e efeitos a fim de viabilizar o respectivo processo executacional.

DESCONTO

Fica CONCEDIDO, após a execução integral das disposições do presente TCA desconto de __%, em conformidade com o que dispõe o art. ____ do Decreto Municipal que define "normas do processo administrativo de fiscalização ambiental, fixa sanções".

FORO

Fica eleito o foro da Comarca de XXXXXXXX para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento.

PUBLICIDADE

O presente Termo de Compromisso será publicado em extrato, na forma regulamentar.

OMISSÕES E DIVERGÊNCIAS

Eventuais omissões e divergências na interpretação das disposições do presente instrumento deverão ser resolvidas pela municipalidade em conjunto com o CIMVI, observando-se o maior e melhor interesse à proteção ambiental.

VIGÊNCIA

O presente Termo de Compromisso tem vigência de XX(XXXX) meses, contados da data de sua subscrição, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, a critério da municipalidade e do CIMVI.

DISPOSIÇÕES FINAIS

A municipalidade e/ou CIMVI poderão, diante de novas informações ou se as circunstâncias assim o exigirem, retificar ou complementar o presente compromisso, determinando outras providências que se fizerem necessárias.

A revogação, total ou parcial, de quaisquer das normas legais referidas neste Termo de Compromisso Ambiental, sem prejuízo de outras, não alterará as obrigações ora assumidas.

O MUNICÍPIO e/ou CIMVI poderão fiscalizar a execução do presente acordo sempre que entender necessário, tomando as providências legais cabíveis, inclusive determinando vistorias no imóvel e requisitando providências pertinentes aos objetos das obrigações ora assumidas que deverão ser atendidas pelo compromissário no prazo fixado na notificação ou requisição.

O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Compromisso Ambiental poderá ensejar, além da incidência e cobrança da multa respectiva, a propositura de ação civil pública, a execução específica das obrigações de fazer ou não fazer, a instauração de inquérito policial ou ação penal, bem como outras providências administrativas cabíveis.

Este Termo de Compromisso Ambiental não inibe ou impede que o compromitente exerça suas funções ou prerrogativas constitucionais ou infraconstitucionais na defesa do meio ambiente ou de qualquer outro direito difuso, coletivo ou individual homogêneo, relacionados direta ou indiretamente com o objeto deste Termo.

Em caso de transferência de propriedade ou posse, onerosa ou gratuita, da área integral ou fracionada, o compromissário se obriga a dar ciência à outra parte no negócio, fazendo constar do contrato particular ou escritura pública as obrigações ora assumidas e as respectivas multas pelo descumprimento. Se o compromissário transferir a propriedade sem cumprir a obrigação ora assumida, permanecerá como responsável solidário com o adquirente nas obrigações e nas multas por descumprimento. Se o compromissário transferir tão somente a posse, a qualquer título, permanecerá responsável solidário com o possuidor ou detentor nas obrigações e nas multas por descumprimento.

Este compromisso de ajustamento produz efeitos a partir da sua assinatura e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, e do art. 784 do Código de Processo Civil.

Assim, por se acharem justas e contratadas, assinam, as partes, o presente Termo de Compromisso em três (03) vias de igual teor e forma, para um só fim de direito, na presença das testemunhas abaixo, a que tudo assistiram.

Local e data:

Secretário de XXXXXXXX do Município de XXXXXXXX		XXXXXXXX CIMVI - Ambiental
XXXXXXXX COMPROMISSÁRIO(A)		

Testemunhas:

Nome:XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX CPF:		Nome:XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX CPF:
-----------------------------------	--	-----------------------------------

ANEXO III

III.1 DOSIMETRIA DA MULTA

Situação	Indicador de gravidade da conduta	Valor do indicador (1)	Níveis de gravidade (somatório dos valores) (2)
Motivação para a conduta			Leve I = 20
	não intencional = 10		Leve II = 30
	Intencional = 20		Médio I = 40
			Médio II = 50 a 60
			Grave I = 70 a 80
			Grave II = 90 a 100
			Gravíssimo = 110
Efeitos para meio o ambiente	Potencial = 10		
	Reversível em curto prazo = 20		
	Reversível em médio prazo = 30		
	Reversível em longo prazo = 50		
	Irreversível = 60		
Efeitos para saúde a pública	Não há = 0		
	Potencial = 10		
	Efetiva e reversível = 20		
	Efetiva e irreversível = 30		
Total			

III.1.1 Fórmula do cálculo do valor da multa:

Deve-se conferir ao administrado uma nota em cada um dos três indicadores de gravidade da conduta (motivação da conduta; efeitos para o meio ambiente; e efeitos para a saúde pública).

Somados os 3 valores encontrados no item acima, será classificada a infração conforme o nível de gravidade (leve I; leve II; médio I; médio II; grave I; grave II; gravíssimo)

Conforme o nível de gravidade encontrado acima, deve ser aplicada a tabela correspondente ao artigo infringido (conforme tabelas a seguir no anexo), tendo em conta ainda a situação econômica do infrator.

O valor encontrado no campo da tabela do artigo respectivo serve de valor base, sobre o qual incidirão ainda agravantes e atenuantes.

III.2 ENQUADRAMENTO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO INFRATOR

III.2.1 Em se tratando de pessoa jurídica de direito privado, a situação econômica do infrator será determinada pelos critérios que seguem:

I - micro infrator: Serão considerados como inseridos no presente critério as microempresas (ME), o micro empreendedor individual (MEI), as empresas individuais de responsabilidade limitada (EIRELI), as entidades religiosas, os partidos políticos, as associações, as fundações privadas, as cooperativas, e demais pessoas físicas ou jurídicas, inclusive entes despersonalizados, salvo se demonstrado terem receita bruta superior a fixada pela LC nº 123/06 para enquadramento como microempresa, em cada ano calendário;

II - pequeno infrator: Presume-se pequeno infrator quaisquer dos sujeitos referidos no inciso anterior, cuja receita bruta em cada ano calendário seja enquadrada como empresa de pequeno porte nos termos da LC nº 123/06.

III - médio infrator: pessoa jurídica que tiver produzido receita bruta anual superior ao teto de enquadramento como empresa de pequeno porte e igual ou inferior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais). Presume-se médio infrator a empresa limitada (LTDA), salvo se comprovado seu enquadramento como EPP ou ME. Serão também médios infratores, quaisquer dos sujeitos referidos no inciso I e II, cuja receita bruta ultrapasse o teto de enquadramento como empresa de pequeno porte (LC nº 123/06) e seja igual ou inferior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais);

IV - grande infrator I: pessoa jurídica que tiver produzido receita bruta anual superior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) e igual ou inferior a R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais). Presume-se grande infrator I

as Sociedades Anônimas, salvo se demonstrado terem produzido receita bruta anual superior a R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais). Serão também grandes infratores I, quaisquer dos sujeitos referidos nos incisos I, II, e III, cuja receita bruta em cada ano calendário

seja superior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) e igual ou inferior a R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais).

V - grande infrator II: pessoa jurídica que tiver produzido receita bruta anual superior a R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais). Serão também grandes infratores II, quaisquer dos sujeitos referidos no inciso I, II, III e IV, cuja receita bruta em cada ano calendário seja superior a R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais).

III.2.2 A alteração de norma que revise os parâmetros estabelecidos nos incisos I a V deste dispositivo (item III.2.1) para caracterização do porte econômico das pessoas jurídicas terá incidência automática nos limites ali estabelecidos.

III.2.3 No caso de entidades privadas sem fins lucrativos, a verificação da situação econômica do infrator será aferida tendo-se em conta o seu patrimônio líquido constante da última declaração de rendimentos apresentada perante a Secretaria da Receita Federal, ou conforme o seu volume de receita bruta anual.

III.2.4 No caso de o infrator ser município, serão adotados os seguintes critérios, tendo em conta a quantidade de habitantes do município, conforme último censo ou contagem populacional realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE:

I - micro infrator: o município com população de até 20.000 habitantes;

II - pequeno infrator: o município com população de 20.001 até 50.000 habitantes;

III - médio infrator: o município com população de 50.001 até 100.000 habitantes;

IV - grande infrator I: o município com população de 100.001 até 900.000 habitantes;

V - grande infrator II: o município com população superior a 900.000 habitantes;

III.2.5 No caso de órgãos e entidades municipais de direito público, como fundações e autarquias, a aferição da situação econômica do infrator levará em consideração os seguintes critérios:

I - quantidade de habitantes do município, conforme último censo ou contagem populacional realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; e

II - localização do município nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR.

III.2.6 Serão considerados como de baixa situação econômica, os órgãos e entidades municipais em que o Município tenha até 50.000 (cinquenta mil) habitantes e esteja localizado nas áreas definidas no inciso II do item III.2.5.

III.2.7 No caso de órgãos e entidades estaduais e federais de direito público, como fundações e autarquias, a aferição da situação econômica do infrator levará em consideração a sua receita corrente líquida.

III. 3 QUADROS DE VALORAÇÃO POR ARTIGO

Tabela de valoração do artigo 29 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	1.000,00	1.500,00	2.600,00	2.700,00
Leve II	550,00	1.100,00	1.600,00	2.650,00	2.750,00
Médio I	600,00	1.200,00	1.700,00	2.700,00	2.800,00
Médio II	650,00	1.300,00	1.800,00	2.750,00	2.850,00
Grave I	700,00	1.400,00	1.900,00	2.800,00	2.900,00
Grave II	750,00	1.500,00	2.000,00	2.850,00	2.950,00
Gravíssimo	800,00	1.600,00	2.100,00	2.900,00	3.000,00

Tabela de valoração do artigo 31 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	1.500,00	3.000,00	4.600,00	4.700,00
Leve II	550,00	1.600,00	3.250,00	4.650,00	4.750,00
Médio I	600,00	1.700,00	3.500,00	4.700,00	4.800,00
Médio II	650,00	1.800,00	3.750,00	4.750,00	4.850,00
Grave I	700,00	1.900,00	4.000,00	4.800,00	4.900,00
Grave II	750,00	2.000,00	4.250,00	4.850,00	4.950,00
Gravíssimo	800,00	2.100,00	4.500,00	4.900,00	5.000,00

Tabela de valoração do artigo 33 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	25.000,00	80.000,00	100.000,00	125.000,00
Leve II	5.500,00	27.500,00	82.500,00	105.000,00	130.000,00
Médio I	6.000,00	30.000,00	85.000,00	110.000,00	135.000,00
Médio II	6.500,00	32.500,00	87.500,00	115.000,00	140.000,00
Grave I	7.000,00	35.000,00	90.000,00	120.000,00	200.000,00
Grave II	7.500,00	37.500,00	92.500,00	125.000,00	300.000,00
Gravíssimo	8.000,00	40.000,00	95.000,00	130.000,00	500.000,00

Tabela de valoração do artigo 34 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	25.000,00	80.000,00	100.000,00	125.000,00
Leve II	5.500,00	27.500,00	82.500,00	105.000,00	130.000,00

Médio I	6.000,00	30.000,00	85.000,00	110.000,00	135.000,00
Médio II	6.500,00	32.500,00	87.500,00	115.000,00	140.000,00
Grave I	7.000,00	35.000,00	90.000,00	120.000,00	200.000,00
Grave II	7.500,00	37.500,00	92.500,00	125.000,00	300.000,00
Gravíssimo	8.000,00	40.000,00	95.000,00	130.000,00	500.000,00

Tabela de valoração do artigo 35 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	700,00	2.000,00	5.000,00	10.000,00	20.000,00
Leve II	750,00	3.000,00	9.000,00	15.000,00	30.000,00
Médio I	800,00	4.000,00	11.000,00	20.000,00	50.000,00
Médio II	1.000,00	5.000,00	15.000,00	30.000,00	80.000,00
Grave I	1.500,00	7.000,00	20.000,00	50.000,00	100.000,00
Grave II	2.000,00	8.500,00	35.000,00	80.000,00	100.000,00
Gravíssimo	2.500,00	10.000,00	60.000,00	100.000,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 36 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	700,00	800,00	5.000,00	10.000,00	20.000,00
Leve II	700,00	1.000,00	10.000,00	15.000,00	30.000,00
Médio I	700,00	2.000,00	15.000,00	20.000,00	50.000,00
Médio II	1.000,00	3.000,00	20.000,00	30.000,00	80.000,00
Grave I	1.500,00	5.000,00	25.000,00	50.000,00	100.000,00
Grave II	2.000,00	8.000,00	30.000,00	80.000,00	100.000,00
Gravíssimo	2.500,00	10.000,00	40.000,00	100.000,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 37 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	300,00	1.000,00	3.000,00	5.000,00	8.000,00
Leve II	350,00	1.250,00	3.500,00	6.000,00	9.000,00
Médio I	400,00	1.500,00	4.000,00	7.000,00	10.000,00
Médio II	450,00	2.000,00	4.500,00	8.750,00	10.000,00
Grave I	500,00	2.500,00	6.800,00	9.000,00	10.000,00
Grave II	550,00	3.000,00	7.000,00	9.250,00	10.000,00
Gravíssimo	600,00	3.600,00	7.200,00	9.500,00	10.000,00

Tabela de valoração do artigo 38 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	3.000,00	10.000,00	30.000,00	40.000,00	47.000,00
Leve II	3.050,00	10.500,00	31.000,00	41.000,00	47.500,00
Médio I	3.100,00	11.000,00	32.000,00	42.000,00	48.000,00
Médio II	3.150,00	11.500,00	33.000,00	43.000,00	48.500,00
Grave I	3.200,00	12.000,00	34.000,00	44.000,00	49.000,00
Grave II	3.250,00	12.500,00	35.000,00	45.000,00	49.500,00
Gravíssimo	3.300,00	13.000,00	36.000,00	46.000,00	50.000,00

Tabela de valoração do artigo 39 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	5.000,00	15.000,00	30.000,00	45.000,00
Leve II	550,00	5.500,00	16.500,00	33.000,00	46.000,00
Médio I	600,00	6.000,00	18.000,00	36.000,00	47.000,00
Médio II	650,00	6.500,00	19.500,00	39.000,00	48.000,00
Grave I	700,00	7.000,00	21.000,00	42.000,00	49.000,00
Grave II	750,00	7.500,00	22.500,00	45.000,00	49.500,00
Gravíssimo	800,00	8.000,00	24.000,00	48.000,00	50.000,00

Tabela de valoração do artigo 43 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II

Leve I	5.000,00	6.000,00	15.000,00	30.000,00	40.000,00
Leve II	5.100,00	6.200,00	17.000,00	33.000,00	43.000,00
Médio I	5.200,00	6.400,00	20.000,00	36.000,00	45.000,00
Médio II	5.300,00	6.600,00	25.000,00	40.000,00	48.000,00
Grave I	5.500,00	7.000,00	30.000,00	43.000,00	49.000,00
Grave II	7.500,00	10.000,00	35.000,00	46.000,00	49.500,00
Gravíssimo	8.000,00	15.000,00	40.000,00	50.000,00	50.000,00

Tabela de valoração do artigo 44 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	6.000,00	10.000,00	13.000,00	17.000,00
Leve II	5.050,00	6.500,00	11.000,00	14.000,00	18.000,00
Médio I	5.100,00	7.000,00	12.000,00	15.000,00	19.000,00
Médio II	5.150,00	8.000,00	13.000,00	16.000,00	19.000,00
Grave I	5.200,00	10.000,00	14.000,00	17.000,00	20.000,00
Grave II	5.250,00	12.000,00	15.000,00	18.000,00	20.000,00
Gravíssimo	5.300,00	15.000,00	16.000,00	19.500,00	20.000,00

Tabela de valoração do artigo 45 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	6.000,00	15.000,00	30.000,00	40.000,00
Leve II	5.100,00	6.200,00	17.000,00	33.000,00	43.000,00
Médio I	5.200,00	6.400,00	20.000,00	36.000,00	45.000,00
Médio II	5.300,00	6.600,00	25.000,00	40.000,00	48.000,00
Grave I	5.500,00	7.000,00	30.000,00	43.000,00	49.000,00
Grave II	7.500,00	10.000,00	35.000,00	46.000,00	49.500,00
Gravíssimo	8.000,00	15.000,00	40.000,00	50.000,00	50.000,00

Tabela de valoração do artigo 55 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	50,00	220,00	320,00	420,00	470,00
Leve II	55,00	225,00	325,00	425,00	475,00
Médio I	60,00	230,00	330,00	430,00	480,00
Médio II	65,00	235,00	335,00	435,00	485,00
Grave I	70,00	240,00	340,00	440,00	490,00
Grave II	75,00	245,00	345,00	445,00	495,00
Gravíssimo	80,00	250,00	350,00	450,00	500,00

Tabela de valoração do artigo 56 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	100,00	300,00	450,00	750,00	850,00
Leve II	110,00	350,00	500,00	775,00	875,00
Médio I	200,00	400,00	550,00	800,00	900,00
Médio II	250,00	450,00	600,00	825,00	925,00
Grave I	300,00	500,00	650,00	850,00	950,00
Grave II	350,00	550,00	700,00	875,00	975,00
Gravíssimo	400,00	600,00	750,00	900,00	1.000,00

Tabela de valoração do artigo 59 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.000,00	3.000,00	6.000,00	9.300,00	9.700,00
Leve II	1.050,00	3.100,00	6.250,00	9.400,00	9.750,00
Médio I	1.100,00	3.200,00	6.500,00	9.500,00	9.800,00
Médio II	1.150,00	3.300,00	6.750,00	9.600,00	9.850,00
Grave I	1.200,00	3.400,00	7.000,00	9.700,00	9.900,00
Grave II	1.250,00	3.500,00	7.250,00	9.800,00	9.950,00
Gravíssimo	1.300,00	3.600,00	7.500,00	9.900,00	10.000,00

Tabela de valoração dos artigos 61 e 62 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	7.500,00	12.000,00	18.000,00	25.000,00
Leve II	7.500,00	20.000,00	40.000,00	50.000,00	150.000,00
Médio I	10.000,00	70.000,00	230.000,00	450.000,00	900.000,00
Médio II	30.000,00	200.000,00	700.000,00	1.400.000,00	2.900.000,00
Grave I	50.000,00	500.000,00	1.600.000,00	3.200.000,00	6.700.000,00
Grave II	65.000,00	800.000,00	2.700.000,00	5.400.000,00	15.000.000,00
Gravíssimo	80.000,00	1.000.000,00	10.000.000,00	20.000.000,00	50.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 63 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.500,00	2.550,00	2.600,00	2.650,00	2.700,00
Leve II	1.550,00	2.600,00	2.650,00	2.700,00	2.750,00
Médio I	1.600,00	2.650,00	2.700,00	2.750,00	2.800,00
Médio II	1.650,00	2.700,00	2.750,00	2.800,00	2.850,00
Grave I	1.700,00	2.750,00	2.800,00	2.850,00	2.900,00
Grave II	1.750,00	2.800,00	2.850,00	2.900,00	2.950,00
Gravíssimo	1.800,00	2.850,00	2.900,00	2.950,00	3.000,00

Tabela de valoração do artigo 64 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	5.000,00	15.000,00	30.000,00	60.000,00
Leve II	1.000,00	10.000,00	30.000,00	60.000,00	120.000,00
Médio I	1.500,00	15.000,00	45.000,00	90.000,00	190.000,00
Médio II	2.000,00	20.000,00	60.000,00	120.000,00	250.000,00
Grave I	2.500,00	25.000,00	75.000,00	150.000,00	500.000,00
Grave II	3.000,00	30.000,00	90.000,00	180.000,00	1.000.000,00
Gravíssimo	3.250,00	32.500,00	100.000,00	400.000,00	2.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 65 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	100.000,00	300.000,00	600.000,00	800.000,00	940.000,00
Leve II	101.000,00	330.000,00	630.000,00	830.000,00	950.000,00
Médio I	102.000,00	360.000,00	660.000,00	860.000,00	960.000,00
Médio II	103.000,00	390.000,00	690.000,00	890.000,00	970.000,00
Grave I	104.000,00	420.000,00	720.000,00	920.000,00	980.000,00
Grave II	105.000,00	450.000,00	750.000,00	950.000,00	990.000,00
Gravíssimo	106.000,00	480.000,00	780.000,00	980.000,00	1.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 66 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	1.500,00	2.400,00	3.600,00	5.000,00
Leve II	1.000,00	4.000,00	8.000,00	15.000,00	30.000,00
Médio I	2.000,00	14.000,00	46.000,00	90.000,00	180.000,00
Médio II	2.500,00	25.000,00	75.000,00	150.000,00	300.000,00
Grave I	3.000,00	30.000,00	90.000,00	180.000,00	500.000,00
Grave II	3.500,00	35.000,00	200.000,00	500.000,00	1.000.000,00
Gravíssimo	4.000,00	40.000,00	500.000,00	2.000.000,00	10.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 67 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	50.000,00	150.000,00	300.000,00	600.000,00
Leve II	10.000,00	100.000,00	300.000,00	600.000,00	1.200.000,00
Médio I	15.000,00	150.000,00	450.000,00	900.000,00	1.800.000,00
Médio II	20.000,00	200.000,00	600.000,00	1.200.000,00	2.400.000,00
Grave I	30.000,00	250.000,00	750.000,00	1.500.000,00	3.000.000,00
Grave II	40.000,00	300.000,00	900.000,00	1.800.000,00	3.600.000,00
Gravíssimo	50.000,00	350.000,00	1.050.000,00	2.100.000,00	5.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 68 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.000,00	2.000,00	4.000,00	6.000,00	8.000,00
Leve II	1.200,00	2.500,00	4.500,00	6.500,00	8.000,00
Médio I	1.400,00	3.000,00	5.000,00	7.000,00	8.500,00
Médio II	1.700,00	3.500,00	5.500,00	8.000,00	8.500,00
Grave I	2.000,00	4.000,00	6.000,00	8.500,00	9.000,00
Grave II	2.500,00	4.500,00	7.000,00	9.000,00	9.500,00
Gravíssimo	3.000,00	5.000,00	8.000,00	10.000,00	10.000,00

Tabela de valoração do artigo 69 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.000,00	100.000,00	600.000,00	1.700.000,00	2.500.000,00
Leve II	10.000,00	130.000,00	650.000,00	1.750.000,00	3.000.000,00
Médio I	30.000,00	160.000,00	700.000,00	1.800.000,00	3.500.000,00
Médio II	40.000,00	190.000,00	750.000,00	1.850.000,00	4.000.000,00
Grave I	50.000,00	220.000,00	800.000,00	1.900.000,00	4.500.000,00
Grave II	60.000,00	250.000,00	850.000,00	1.950.000,00	6.000.000,00
Gravíssimo	70.000,00	280.000,00	900.000,00	2.000.000,00	10.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 71 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	2.500,00	6.000,00	8.000,00	9.400,00
Leve II	550,00	2.550,00	6.100,00	8.200,00	9.500,00
Médio I	600,00	2.600,00	6.200,00	8.400,00	9.600,00
Médio II	650,00	2.650,00	6.300,00	8.600,00	9.700,00
Grave I	700,00	2.700,00	6.400,00	8.800,00	9.800,00
Grave II	750,00	2.750,00	6.500,00	9.000,00	9.900,00
Gravíssimo	800,00	2.800,00	6.600,00	9.200,00	10.000,00

Tabela de valoração do artigo 71-A do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	1.500,00	2.400,00	3.600,00	5.000,00
Leve II	1.000,00	4.000,00	8.000,00	15.000,00	30.000,00
Médio I	2.000,00	14.000,00	46.000,00	90.000,00	180.000,00
Médio II	2.500,00	25.000,00	75.000,00	150.000,00	300.000,00
Grave I	3.000,00	30.000,00	90.000,00	180.000,00	500.000,00
Grave II	3.500,00	35.000,00	200.000,00	500.000,00	1.000.000,00
Gravíssimo	4.000,00	40.000,00	500.000,00	2.000.000,00	10.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 72 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	10.000,00	50.000,00	200.000,00	400.000,00	470.000,00
Leve II	10.500,00	55.000,00	220.000,00	410.000,00	475.000,00
Médio I	11.000,00	60.000,00	240.000,00	420.000,00	480.000,00
Médio II	11.500,00	65.000,00	260.000,00	430.000,00	485.000,00
Grave I	12.000,00	70.000,00	280.000,00	440.000,00	490.000,00
Grave II	12.500,00	75.000,00	300.000,00	450.000,00	495.000,00
Gravíssimo	13.000,00	80.000,00	320.000,00	460.000,00	500.000,00

Tabela de valoração do artigo 73 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	10.000,00	30.000,00	80.000,00	150.000,00	194.000,00
Leve II	10.500,00	31.000,00	85.000,00	155.000,00	195.000,00
Médio I	11.000,00	32.000,00	90.000,00	160.000,00	196.000,00
Médio II	11.500,00	33.000,00	95.000,00	165.000,00	197.000,00
Grave I	12.000,00	34.000,00	100.000,00	170.000,00	198.000,00
Grave II	12.500,00	35.000,00	105.000,00	175.000,00	199.000,00

Gravíssimo	13.000,00	36.000,00	110.000,00	180.000,00	200.000,00
------------	-----------	-----------	------------	------------	------------

Tabela de valoração do artigo 74 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	10.000,00	12.000,00	24.000,00	36.000,00	54.000,00
Leve II	10.250,00	13.000,00	26.000,00	39.000,00	58.500,00
Médio I	10.500,00	14.000,00	28.000,00	42.000,00	63.000,00
Médio II	10.750,00	15.000,00	30.000,00	45.000,00	67.500,00
Grave I	11.000,00	16.000,00	32.000,00	48.000,00	72.000,00
Grave II	11.250,00	17.000,00	34.000,00	60.000,00	90.000,00
Gravíssimo	11.500,00	18.000,00	45.000,00	66.500,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 75 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.000,00	10.000,00	30.000,00	40.000,00	47.000,00
Leve II	1.050,00	10.100,00	30.500,00	41.000,00	47.500,00
Médio I	1.100,00	10.200,00	31.000,00	42.000,00	48.000,00
Médio II	1.150,00	10.300,00	31.500,00	43.000,00	48.500,00
Grave I	1.200,00	10.400,00	32.000,00	44.000,00	49.000,00
Grave II	1.250,00	10.500,00	32.500,00	45.000,00	49.500,00
Gravíssimo	1.300,00	10.600,00	33.000,00	46.000,00	50.000,00

Tabela de valoração do artigo 77 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	3.500,00	10.500,00	21.000,00	42.000,00
Leve II	600,00	4.200,00	12.600,00	25.200,00	50.400,00
Médio I	700,00	4.900,00	14.700,00	29.400,00	58.800,00
Médio II	800,00	5.600,00	16.800,00	33.600,00	67.200,00
Grave I	900,00	6.300,00	18.900,00	37.800,00	75.600,00
Grave II	1.000,00	7.000,00	21.000,00	42.000,00	84.000,00
Gravíssimo	1.100,00	7.700,00	23.100,00	46.200,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 78 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	100,00	150,00	200,00	250,00	270,00
Leve II	110,00	160,00	210,00	255,00	275,00
Médio I	120,00	170,00	220,00	260,00	280,00
Médio II	130,00	180,00	230,00	265,00	285,00
Grave I	140,00	190,00	240,00	270,00	290,00
Grave II	150,00	200,00	250,00	275,00	295,00
Gravíssimo	160,00	210,00	260,00	280,00	300,00

Tabela de valoração do artigo 79 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	10.000,00	30.000,00	90.000,00	250.000,00	500.000,00
Leve II	12.000,00	36.000,00	108.000,00	300.000,00	600.000,00
Médio I	15.000,00	45.000,00	135.000,00	350.000,00	700.000,00
Médio II	20.000,00	60.000,00	180.000,00	400.000,00	800.000,00
Grave I	25.000,00	75.000,00	225.000,00	500.000,00	1.000.000,00
Grave II	30.000,00	90.000,00	270.000,00	700.000,00	1.000.000,00
Gravíssimo	40.000,00	120.000,00	360.000,00	850.000,00	1.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 80 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.000,00	2.000,00	5.000,00	15.000,00	30.000,00
Leve II	2.000,00	5.000,00	10.000,00	40.000,00	70.000,00
Médio I	3.000,00	10.000,00	30.000,00	80.000,00	190.000,00
Médio II	4.000,00	30.000,00	60.000,00	120.000,00	400.000,00

Grave I	5.000,00	40.000,00	70.000,00	160.000,00	600.000,00
Grave II	6.000,00	50.000,00	80.000,00	200.000,00	800.000,00
Gravíssimo	7.000,00	60.000,00	90.000,00	400.000,00	1.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 81 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.000,00	5.000,00	10.000,00	20.000,00	40.000,00
Leve II	1.250,00	6.250,00	12.500,00	25.000,00	50.000,00
Médio I	1.500,00	7.500,00	15.000,00	30.000,00	60.000,00
Médio II	1.750,00	8.750,00	17.500,00	35.000,00	70.000,00
Grave I	2.000,00	10.000,00	20.000,00	40.000,00	80.000,00
Grave II	2.250,00	11.250,00	22.500,00	45.000,00	90.000,00
Gravíssimo	2.500,00	12.500,00	25.000,00	50.000,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 82 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.500,00	15.000,00	45.000,00	90.000,00	180.000,00
Leve II	2.000,00	20.000,00	60.000,00	120.000,00	240.000,00
Médio I	2.500,00	25.000,00	75.000,00	150.000,00	300.000,00
Médio II	3.000,00	30.000,00	90.000,00	180.000,00	360.000,00
Grave I	3.500,00	35.000,00	105.000,00	205.000,00	410.000,00
Grave II	4.000,00	40.000,00	120.000,00	240.000,00	480.000,00
Gravíssimo	4.500,00	45.000,00	135.000,00	270.000,00	1.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 83 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	10.000,00	30.000,00	90.000,00	250.000,00	500.000,00
Leve II	12.000,00	36.000,00	108.000,00	300.000,00	600.000,00
Médio I	15.000,00	45.000,00	135.000,00	350.000,00	700.000,00
Médio II	20.000,00	60.000,00	180.000,00	400.000,00	800.000,00
Grave I	25.000,00	75.000,00	225.000,00	500.000,00	1.000.000,00
Grave II	30.000,00	90.000,00	270.000,00	700.000,00	1.000.000,00
Gravíssimo	40.000,00	120.000,00	360.000,00	850.000,00	1.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 84 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	2.000,00	4.000,00	35.000,00	60.000,00	85.000,00
Leve II	2.500,00	6.000,00	37.500,00	65.000,00	87.500,00
Médio I	3.000,00	8.000,00	40.000,00	70.000,00	90.000,00
Médio II	3.500,00	10.000,00	42.500,00	75.000,00	92.500,00
Grave I	4.000,00	14.000,00	45.000,00	80.000,00	95.000,00
Grave II	4.500,00	15.000,00	47.500,00	85.000,00	97.500,00
Gravíssimo	5.000,00	16.000,00	50.000,00	90.000,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 85 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.500,00	15.000,00	45.000,00	90.000,00	180.000,00
Leve II	2.000,00	20.000,00	60.000,00	120.000,00	240.000,00
Médio I	2.500,00	25.000,00	75.000,00	150.000,00	300.000,00
Médio II	3.000,00	30.000,00	90.000,00	180.000,00	360.000,00
Grave I	3.500,00	35.000,00	105.000,00	205.000,00	410.000,00
Grave II	4.000,00	40.000,00	120.000,00	240.000,00	480.000,00
Gravíssimo	4.500,00	45.000,00	135.000,00	270.000,00	1.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 86 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	3.000,00	6.000,00	9.000,00	9.700,00
Leve II	550,00	3.100,00	6.200,00	9.100,00	9.750,00

Médio I	600,00	3.200,00	6.400,00	9.200,00	9.800,00
Médio II	650,00	3.300,00	6.600,00	9.300,00	9.850,00
Grave I	700,00	3.400,00	6.800,00	9.400,00	9.900,00
Grave II	750,00	3.500,00	7.000,00	9.500,00	9.950,00
Gravíssimo	800,00	3.600,00	7.200,00	9.600,00	10.000,00

Tabela de valoração do artigo 87 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.500,00	5.000,00	35.000,00	70.000,00	94.000,00
Leve II	1.600,00	10.000,00	40.000,00	75.000,00	95.000,00
Médio I	1.700,00	15.000,00	45.000,00	80.000,00	96.000,00
Médio II	1.800,00	17.500,00	50.000,00	85.000,00	97.000,00
Grave I	1.900,00	20.000,00	55.000,00	90.000,00	98.000,00
Grave II	2.000,00	22.500,00	60.000,00	95.000,00	99.000,00
Gravíssimo	2.100,00	25.000,00	65.000,00	100.000,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 88 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	45.000,00	150.000,00	300.000,00	420.000,00
Leve II	5.500,00	50.000,00	160.000,00	320.000,00	425.000,00
Médio I	6.000,00	55.000,00	170.000,00	340.000,00	430.000,00
Médio II	6.500,00	60.000,00	180.000,00	360.000,00	435.000,00
Grave I	7.000,00	65.000,00	190.000,00	380.000,00	500.000,00
Grave II	7.500,00	70.000,00	200.000,00	600.000,00	1.000.000,00
Gravíssimo	8.000,00	75.000,00	210.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 89 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.500,00	15.000,00	45.000,00	90.000,00	180.000,00
Leve II	2.000,00	20.000,00	60.000,00	120.000,00	240.000,00
Médio I	2.500,00	25.000,00	75.000,00	150.000,00	300.000,00
Médio II	3.000,00	30.000,00	90.000,00	180.000,00	360.000,00
Grave I	3.500,00	35.000,00	105.000,00	205.000,00	410.000,00
Grave II	4.000,00	40.000,00	120.000,00	240.000,00	480.000,00
Gravíssimo	4.500,00	45.000,00	135.000,00	270.000,00	1.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 90 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	3.000,00	6.000,00	9.000,00	9.700,00
Leve II	550,00	3.100,00	6.200,00	9.100,00	9.750,00
Médio I	600,00	3.200,00	6.400,00	9.200,00	9.800,00
Médio II	650,00	3.300,00	6.600,00	9.300,00	9.850,00
Grave I	700,00	3.400,00	6.800,00	9.400,00	9.900,00
Grave II	750,00	3.500,00	7.000,00	9.500,00	9.950,00
Gravíssimo	800,00	3.600,00	7.200,00	9.600,00	10.000,00

Tabela de valoração do artigo 91 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	200,00	2.000,00	7.000,00	15.000,00	25.000,00
Leve II	400,00	3.000,00	10.000,00	20.000,00	35.000,00
Médio I	600,00	6.000,00	15.000,00	25.000,00	45.000,00
Médio II	800,00	8.000,00	20.000,00	35.000,00	60.000,00
Grave I	1.000,00	10.000,00	30.000,00	60.000,00	70.000,00
Grave II	1.200,00	12.000,00	40.000,00	70.000,00	80.000,00
Gravíssimo	1.500,00	15.000,00	45.000,00	80.000,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 92 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II

Leve I	1.000,00	2.000,00	4.000,00	6.000,00	8.000,00
Leve II	1.200,00	2.500,00	4.500,00	6.500,00	8.000,00
Médio I	1.400,00	3.000,00	5.000,00	7.000,00	8.500,00
Médio II	1.700,00	3.500,00	5.500,00	8.000,00	8.500,00
Grave I	2.000,00	4.000,00	6.000,00	8.500,00	9.000,00
Grave II	2.500,00	4.500,00	7.000,00	9.000,00	9.500,00
Gravíssimo	3.000,00	5.000,00	8.000,00	10.000,00	10.000,00

DECRETO Nº 2959

Publicação Nº 1656762

DECRETO Nº2959/2018

De 14/06/2018

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64 da Lei Orgânica, inciso VI, e de acordo com a Lei nº 849/2017 de 28/11/2017:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna/SC, até o valor de R\$ 4.000,00(Quatro mil Reais), da seguinte dotação orçamentária:

09	Fundo Municipal da Assistência Social	
001	Fundo Municipal da Assistência Social	
0008.0244.0901.2091	Manutenção do Fundo Municipal da Assistência Social	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
33.501	Transf. Suas/União-Piso Básico Fixo	4.000,00
	TOTAL	4.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil Reais),na seguinte dotação orçamentária:

09	Fundo Municipal da Assistência Social	
001	Fundo Municipal da Assistência Social	
0008.0244.0901.2091	Manutenção do Fundo Municipal da Assistência Social	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
33.501	Transf. Suas/União-Piso Básico Fixo	4.000,00
	TOTAL	4.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna em,14 de Junho de 2018.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2960/2018

Publicação Nº 1657342

DECRETO Nº 2.960/2018

de 18 de Junho de 2018

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO E EMPREGO PÚBLICO Nº 01/2018, REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal de Apiúna, Estado de Santa Catarina, realizou no dia 11 de Março de 2018, as provas Objetivas e no dia 25/03/2018 as provas práticas do Concurso Público e Emprego Público nº 01/2018 para provimento de vagas do quadro de pessoal do município;

CONSIDERANDO, ainda, que realizadas as provas foi dado conhecimento do seu resultado final, com a publicação da relação nominal dos aprovados e classificados nos sites: <https://acesseconcursossc.com.br> e <http://www.apiuna.sc.gov.br/concursos>, no dia 02 de Abril de 2018;

CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do Concurso Público e Emprego Público nº 01/2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica HOMOLOGADO o resultado final do Concurso Público, concernente ao Edital nº 01/2018 em conformidade com o Anexo I do presente Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiúna, SC, em 18 de Junho de 2018.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

ANEXO I

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO E EMPREGO PÚBLICO No 01/2018

JOSE GERSON GONCALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE APIÚNA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL do Edital de Concurso Público e Emprego Público 01/2018, conforme segue:

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

ADVOGADO													
Inscrição	Candidato	LP	INF	CG	ESP	LEG	T.P.O.	PRÁTICA		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
656	SUELEN LUANA MORETTI	1,80	0,60	0,60	2,70	1,20	6,90	10,00		8,45	APROVADO(A)	1º	03/08/1991
914	JORGE HENRIQUE COSTA JÚNIOR	2,00	0,80	0,40	3,60	0,90	7,70	8,00		7,85	APROVADO(A)	2º	27/05/1989
694	MICAELE LAÍS BOOS HABECK	1,60	0,80	0,80	3,30	0,60	7,10	8,00		7,55	APROVADO(A)	3º	05/10/1991
986	NATANA PADOVA CHIAMULERA	1,60	0,80	0,20	2,70	0,90	6,20	8,00		7,10	APROVADO(A)	4º	10/02/1990
462	HERLAND FERNANDO CHÁVEZ	1,20	0,80	0,80	2,70	0,60	6,10	8,00		7,05	APROVADO(A)	5º	10/11/1978
123	GILBERT DA SILVA	1,40	1,00	0,80	3,90	0,90	8,00	6,00		7,00	APROVADO(A)	6º	12/03/1983
937	JULIANO SPIECKER	0,80	0,20	1,00	3,00	0,90	5,90	8,00		6,95	APROVADO(A)	7º	07/04/1988
638	DANIELA KOJIO NOBRE	1,80	0,60	0,20	2,70	0,90	6,20	6,00		6,10	APROVADO(A)	8º	25/08/1990
506	GABRIEL SEVERO VENCO TEIXEIRA DA CUNHA	1,40	0,60	1,00	2,10	0,90	6,00	6,00		6,00	APROVADO(A)	9º	19/05/1986
706	ARITANA MARLA GOETTEN	1,20	0,60	1,00	2,40	0,60	5,80	6,00		5,90	APROVADO(A)	10º	03/01/1983
451	JHONATAN PESSOTTI	1,00	0,60	0,80	2,10	1,20	5,70	6,00		5,85	APROVADO(A)	11º	20/03/1997
463	ANDERSON PEDRO DA CUNHA	1,00	0,20	0,60	3,00	0,60	5,40	6,00		5,70	APROVADO(A)	12º	22/04/1982
ASSISTENTE SOCIAL													
Inscrição	Candidato	LP	INF	CG	ESP	LEG	T.P.O.			Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
775	KELIN TREVISAN DOS SANTOS	1,40	0,60	0,20	3,00	0,60	5,80			5,80	APROVADO(A)	1º	24/03/1982
424	JANNE WILMA BATISTA NUNES	1,20	0,40	0,60	2,70	0,90	5,80			5,80	APROVADO(A)	2º	30/05/1979
63	DAIANE CAROLINE NEUBERGER RIO BRANCO	1,00	1,00	0,20	2,40	0,90	5,50			5,50	APROVADO(A)	3º	07/10/1989
941	SILVIA LEMOS DA CRUZ	1,20	0,80	0,40	2,40	0,60	5,40			5,40	APROVADO(A)	4º	14/03/1979
87	JAMYLLE CHRISTINE DE ALENCAR	1,00	0,40	1,00	2,40	0,60	5,40			5,40	APROVADO(A)	5º	03/03/1994
51	DÉBORA HAMES	1,40	0,60	1,00	2,10	0,30	5,40			5,40	APROVADO(A)	6º	24/11/1991
240	TAISE PAULA CAMPESTRINI	0,60	0,40	0,40	3,00	0,90	5,30			5,30	APROVADO(A)	7º	22/01/1987
36	JOELMA MENEGHELLI	0,80	0,40	0,80	2,70	0,60	5,30			5,30	APROVADO(A)	8º	26/09/1979
956	KARISE ROSETTI	1,00	0,60	0,60	2,40	0,60	5,20			5,20	APROVADO(A)	9º	20/02/1991
900	MARLI KUCHLER	0,80	0,40	0,60	3,00	0,30	5,10			5,10	APROVADO(A)	10º	09/10/1965
742	DEBORA GIRARDI	0,60	0,60	0,60	2,70	0,60	5,10			5,10	APROVADO(A)	11º	07/07/1986
113	TELMA RAQUEL MARCILIO	0,80	0,60	0,60	2,40	0,60	5,00			5,00	APROVADO(A)	12º	04/12/1978
787	MAYARA STIZZ CISZ	0,60	0,80	0,60	2,40	0,60	5,00			5,00	APROVADO(A)	13º	12/08/1992
ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO													
Inscrição	Candidato	LP	INF	CG	ESP	LEG	T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
465	CLÁUDIO EBERLE	0,40	0,40	0,60	3,60	1,20	6,20		4,00	5,54	APROVADO(A)	1º	09/03/1990

689	MILLENE ROTHSTEIN ALVES LUIZ	1,00	0,60	0,20	3,60	0,60	6,00		4,00	5,40	APROVADO(A)	2º	19/04/1980
992	SILVANA DELUCA AMARANTE	0,80	0,60	0,40	3,90	0,00	5,70		4,00	5,19	APROVADO(A)	3º	15/05/1988
568	NAIANA CAROLINE DOS SANTOS	0,80	0,60	0,60	3,30	0,30	5,60		4,00	5,12	APROVADO(A)	4º	08/11/1988
770	DENISE NUNES FORMAGI	0,40	0,60	0,60	3,00	0,90	5,50		4,00	5,05	APROVADO(A)	5º	19/11/1967
347	PRISCILA CAROLINE DALPIAZ	0,80	0,80	0,80	3,30	0,30	6,00		0,00	4,20	APROVADO(A)	6º	19/03/1996
554	VERÔNICA FERRARI	0,40	0,40	0,60	3,00	0,90	5,30		0,00	3,71	APROVADO(A)	7º	04/11/1991

AUXILIAR ADMINISTRATIVO NÍVEL MÉDIO

Inscrição	Candidato	LP	INF	CG	ESP	LEG	T.P.O.			Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
159	RODRIGO CORADINI DE MORAIS	1,40	0,60	0,80	3,30	1,50	7,60			7,60	APROVADO(A)	1º	17/07/1997
812	KELLI LARISSA DA SILVA	0,80	0,80	0,80	3,60	1,50	7,50			7,50	APROVADO(A)	2º	12/04/1999
973	ALINE SANTOS SOUZA	1,80	0,60	0,80	3,00	1,20	7,40			7,40	APROVADO(A)	3º	25/08/1997
299	ODAIR DA VEIGA MOREIRA	1,80	0,40	0,60	3,60	0,60	7,00			7,00	APROVADO(A)	4º	24/08/1982
761	PAULO RAFAEL CARDOSO DOS SANTOS	1,80	0,80	0,20	3,60	0,60	7,00			7,00	APROVADO(A)	5º	08/12/1985
224	JULIANA DE SOUZA	1,00	0,40	1,00	3,30	0,90	6,60			6,60	APROVADO(A)	6º	21/10/1991
756	TAMIRES SCHWANZ	1,40	0,60	0,60	3,00	0,90	6,50			6,50	APROVADO(A)	7º	13/05/1998
597	MARIANI FORMAGI	0,80	0,40	0,40	3,60	1,20	6,40			6,40	APROVADO(A)	8º	13/07/1992
163	LETICIA LUIZA LANGE	1,20	0,40	0,80	3,00	0,90	6,30			6,30	APROVADO(A)	9º	23/06/1994
352	CAROLAINE DE LIMA BOHMANN	1,60	0,40	0,60	3,60	0,00	6,20			6,20	APROVADO(A)	10º	31/07/1997
216	DANILO ZIMATH	1,00	0,60	0,40	3,60	0,30	5,90			5,90	APROVADO(A)	11º	01/02/1985
84	LARISSA BERNARDI	0,60	0,60	0,80	3,00	0,90	5,90			5,90	APROVADO(A)	12º	23/05/1997
266	ARIANE CRISTINE POLIDORO	1,40	0,60	0,20	3,00	0,60	5,80			5,80	APROVADO(A)	13º	29/03/1995
501	JEANE PRIESTER	1,40	0,60	0,00	3,30	0,30	5,60			5,60	APROVADO(A)	14º	22/05/1997
459	ANDRESSA ANGIOLETTI KUTH	0,80	0,60	0,60	3,00	0,60	5,60			5,60	APROVADO(A)	15º	30/06/1997
325	THIAGO WANDERWEGER	1,40	0,60	0,40	2,70	0,30	5,40			5,40	APROVADO(A)	16º	01/01/1990
40	LETICIA CRISTIANE DE SOUZA	1,00	0,60	0,80	2,40	0,60	5,40			5,40	APROVADO(A)	17º	14/12/1997
693	JEFERSON WILLIAN DE MELLO PADILHA	1,00	0,60	0,40	2,70	0,60	5,30			5,30	APROVADO(A)	18º	03/04/1996
674	CLEANDRO GODINHO BOEIRA	0,80	0,60	0,60	2,70	0,60	5,30			5,30	APROVADO(A)	19º	07/01/1976
275	TAINÁ ROWE KIENEN	0,60	0,60	0,80	2,70	0,60	5,30			5,30	APROVADO(A)	20º	05/11/1997
556	ALEX BLASIUS DA ROSA	1,00	0,60	0,00	3,30	0,30	5,20			5,20	APROVADO(A)	21º	09/12/1996
704	GISELE DE SOUZA	0,60	0,60	0,40	2,70	0,90	5,20			5,20	APROVADO(A)	22º	14/03/1997
290	BIANCA DE SOUZA	0,80	0,60	0,20	2,40	1,20	5,20			5,20	APROVADO(A)	23º	29/08/1986
664	ANNELIESE WAGNER	1,20	0,40	0,20	2,70	0,60	5,10			5,10	APROVADO(A)	24º	06/04/1993
433	ANDERSON DE OLIVEIRA	0,80	0,60	1,00	2,40	0,30	5,10			5,10	APROVADO(A)	25º	19/11/1995
678	KAREN MILENA MENE-GHELI	1,20	0,60	0,60	2,10	0,60	5,10			5,10	APROVADO(A)	26º	09/05/1990
385	OSMIR JOSE FILIPPI JUNIOR	1,00	0,60	0,40	2,70	0,30	5,00			5,00	APROVADO(A)	27º	28/03/1988
488	DENIZE TEREZINHA LEHMANN	0,60	0,20	0,60	2,70	0,90	5,00			5,00	APROVADO(A)	28º	16/10/1978
711	RODRIGO RESCAROLLI	0,60	0,80	0,60	2,40	0,60	5,00			5,00	APROVADO(A)	29º	14/03/1989

AUXILIAR ADMINISTRATIVO NÍVEL SUPERIOR

Inscrição	Candidato	LP	INF	CG	ESP	LEG	T.P.O.			Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
491	MARINA BARBOSA RAMIRO	1,80	0,60	0,60	4,20	0,60	7,80			7,80	APROVADO(A)	1º	31/01/1990
160	CARLA REGINA ZONTA LANGE	1,00	0,60	1,00	3,90	1,20	7,70			7,70	APROVADO(A)	2º	31/05/1977
647	FABIO AGUILAR PEREIRA	1,80	0,80	0,40	3,60	0,90	7,50			7,50	APROVADO(A)	3º	16/11/1984
814	CRISTIAN GREIN BUENO	1,20	0,60	0,80	4,20	0,60	7,40			7,40	APROVADO(A)	4º	14/09/1990
600	CLAUDIA ROSA DOS SANTOS DA SILVA	1,40	0,80	0,60	3,30	0,90	7,00			7,00	APROVADO(A)	5º	10/10/1972
201	ROBSON DAVID	1,60	0,40	0,80	3,00	1,20	7,00			7,00	APROVADO(A)	6º	28/03/1980
913	TALITHA MEIRA PALLARO	1,00	0,80	0,60	3,30	1,20	6,90			6,90	APROVADO(A)	7º	11/08/1985

686	PATRICIA DOLZAN	1,80	0,60	0,20	3,30	0,90	6,80			6,80	APROVADO(A)	8º	30/08/1994
983	ELISABETH DE ANDRADE GERMER	1,60	0,60	0,40	3,30	0,90	6,80			6,80	APROVADO(A)	9º	05/08/1977
131	GISELE HOPPE DA CUNHA	1,20	0,40	0,80	3,60	0,60	6,60			6,60	APROVADO(A)	10º	23/09/1982
165	JENIFFER BUENO DE OLIVEIRA	1,40	0,80	0,80	3,00	0,60	6,60			6,60	APROVADO(A)	11º	02/05/1993
905	GISELE GOMES SCHVARTZ	1,00	0,60	0,40	3,60	0,90	6,50			6,50	APROVADO(A)	12º	22/01/1991
155	CLEYTON RICARDO SAIS	0,60	1,00	1,00	3,30	0,60	6,50			6,50	APROVADO(A)	13º	04/02/1989
784	KARINE PISKE	1,40	0,60	0,20	3,90	0,30	6,40			6,40	APROVADO(A)	14º	21/12/1992
760	FABIANA BAZZANELLA	1,20	0,60	1,00	3,00	0,60	6,40			6,40	APROVADO(A)	15º	27/03/1973
533	RODRIGO SILVEIRA DOS SANTOS	0,80	0,80	0,60	3,30	0,60	6,10			6,10	APROVADO(A)	16º	08/05/1992
657	EDSON FABRICIO DOS ANJOS	1,60	0,60	0,20	3,60	0,00	6,00			6,00	APROVADO(A)	17º	31/05/1989
453	MISLENE FATIMA ANTUNES ARRUDA	1,40	0,60	0,60	2,70	0,60	5,90			5,90	APROVADO(A)	18º	16/01/1981
805	TELMO GONÇALVES DUARTE JUNIOR	1,20	0,60	0,40	3,30	0,30	5,80			5,80	APROVADO(A)	19º	12/01/1994
76	ELISEU DIAS	1,00	0,40	0,80	3,00	0,60	5,80			5,80	APROVADO(A)	20º	02/07/1988
618	MARCIA REGINA PRASS OLIVEIRA	1,20	0,20	0,80	2,70	0,90	5,80			5,80	APROVADO(A)	21º	06/12/1970
616	JURACI HAMMES ZIMMERMANN	1,00	0,40	0,40	3,00	0,90	5,70			5,70	APROVADO(A)	22º	06/07/1987
796	ALMIR DE MARAFIGO	0,80	0,80	0,80	2,70	0,60	5,70			5,70	APROVADO(A)	23º	30/09/1996
442	FILIPPE MARTINS	1,00	0,80	0,60	2,40	0,90	5,70			5,70	APROVADO(A)	24º	30/09/1988
386	PRISCILA DE SOUZA OLIVEIRA	1,00	0,60	0,40	3,00	0,60	5,60			5,60	APROVADO(A)	25º	31/08/1982
178	CAROLINE MAIARA QUIOTTO	1,00	0,40	0,60	3,00	0,60	5,60			5,60	APROVADO(A)	26º	30/11/1993
752	JÉSSICA LUANA MANDEL	0,80	0,60	0,20	3,30	0,60	5,50			5,50	APROVADO(A)	27º	04/01/1997
360	JÉSSICA FERNANDES	0,60	0,60	0,40	2,70	1,20	5,50			5,50	APROVADO(A)	28º	02/08/1992
617	IAGO FELIPE TOTTE	1,20	0,40	0,20	3,00	0,60	5,40			5,40	APROVADO(A)	29º	05/07/1992
779	RAFAEL RICARDO ROSSBACH	1,00	0,40	0,40	3,00	0,60	5,40			5,40	APROVADO(A)	30º	23/02/1977
215	VANESSA DA SILVA MARTINS	0,80	0,60	0,60	3,00	0,30	5,30			5,30	APROVADO(A)	31º	09/03/1994
952	DAVID RAFAEL DE FREITAS	1,00	0,60	0,40	2,70	0,60	5,30			5,30	APROVADO(A)	32º	20/06/1990
957	DAVI ADAMI	1,60	0,60	0,40	2,10	0,60	5,30			5,30	APROVADO(A)	33º	12/03/1992
645	LIZIANE SANTINA FELIPPI	0,60	0,60	0,40	3,30	0,30	5,20			5,20	APROVADO(A)	34º	22/11/1995
437	JULIANA NOTARI	0,80	0,60	0,80	2,70	0,30	5,20			5,20	APROVADO(A)	35º	02/10/1995
753	GISCAR NORILLER	0,80	0,60	0,80	2,10	0,90	5,20			5,20	APROVADO(A)	36º	03/04/1986
715	GISLAINE HOPPE RAPHELI	1,00	0,40	0,40	2,70	0,60	5,10			5,10	APROVADO(A)	37º	07/11/1983
806	JEAN LEIVA DA SILVA	1,00	0,60	0,20	2,70	0,60	5,10			5,10	APROVADO(A)	38º	16/04/1986
587	ROBERTO HONÓRIO DE ALMEIDA JÚNIOR	0,60	0,40	0,80	2,70	0,60	5,10			5,10	APROVADO(A)	39º	24/07/1982
458	JESSICA REGIANE MAY	0,80	0,40	0,20	3,30	0,30	5,00			5,00	APROVADO(A)	40º	02/02/1993
565	CAMILA REGIANE DE ASSIS	0,80	0,40	0,20	3,00	0,60	5,00			5,00	APROVADO(A)	41º	27/10/1992
205	CRISTIANE RACHADEL	0,80	1,00	0,80	1,80	0,60	5,00			5,00	APROVADO(A)	42º	07/05/1994

BORRACHEIRO

Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	PRÁTICA	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
415	ROBERTO CARLOS DE MORAIS	1,40	1,00	0,60	3,60	0,00	6,60	9,00	7,80	APROVADO(A)	1º	18/11/1969
223	SILIBERTO ALEXANDRE	0,40	0,40	0,40	3,30	0,30	4,80	9,00	6,90	APROVADO(A)	2º	19/02/1977
845	IVALDO ROBERTO FRITZ	1,20	0,80	0,20	4,20	0,30	6,70	6,50	6,60	APROVADO(A)	3º	11/04/1994

EDUCADOR SOCIAL

Inscrição	Candidato	LP	INF	CG	ESP	LEG	T.P.O.	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
409	JARLENE SCHILL SARDAGNA	0,80	0,40	0,60	3,00	0,90	5,70	5,70	APROVADO(A)	1º	01/04/1983

ENGENHEIRO CIVIL

Inscrição	Candidato	LP	INF	CG	ESP	LEG	T.P.O.	PRÁTICA	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
361	MARCELL THIAGO POFFO	1,20	0,60	0,60	3,00	1,20	6,60	6,00	6,30	APROVADO(A)	1º	04/07/1987
643	EDER LAURINDO	1,60	0,80	0,80	2,70	0,30	6,20	6,00	6,10	APROVADO(A)	2º	05/05/1987

581	LISSANDRA KARINE LOE-CHELT	1,40	0,60	0,40	3,30	0,00	5,70	6,00		5,85	APROVADO(A)	3º	05/01/1993
707	MORGANA CASATTI	1,00	0,60	0,40	3,30	0,00	5,30	6,00		5,65	APROVADO(A)	4º	25/11/1994
MECÂNICO II													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	PRÁTICA		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
585	JOÃO PAULO ELIAS	1,40	1,00	0,60	3,60	0,90	7,50	10,00		8,75	APROVADO(A)	1º	06/09/1989
MÉDICO ESPECIALISTA - PEDIATRA													
Inscrição	Candidato	LP	INF	CG	ESP	LEG	T.P.O.			Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
610	FÁBIO AUGUSTO GESSER CARDOSO	1,20	0,60	0,60	3,00	0,60	6,00			6,00	APROVADO(A)	1º	07/05/1987
MÉDICO GERAL COMUNITÁRIO - ESF													
Inscrição	Candidato	LP	INF	CG	ESP	LEG	T.P.O.			Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
795	LUCAS RODRIGUES DE SOUZA	1,80	0,80	0,60	2,40	0,60	6,20			6,20	APROVADO(A)	1º	17/10/1994
858	KEETLYNN CHAVES RIBEIRO	1,20	0,80	0,40	3,30	0,00	5,70			5,70	APROVADO(A)	2º	23/06/1989
PEDREIRO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	PRÁTICA		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
477	ROBSON LUÍS DA MARCA ZWIERZIKOWSKI	1,60	1,00	0,40	3,60	0,60	7,20	6,50		6,85	APROVADO(A)	1º	14/11/1989
128	ADEMIR SCHULZ	1,20	1,00	0,60	3,90	0,60	7,30	5,50		6,40	APROVADO(A)	2º	25/05/1987
80	ANTÔNIO CLÁUDIO DEABENETA	1,60	0,80	0,80	3,30	0,60	7,10	5,25		6,18	APROVADO(A)	3º	21/08/1985
259	MAICON ADÃO DE MELO KOPELKE	1,20	0,80	0,20	2,70	0,60	5,50	6,75		6,13	APROVADO(A)	4º	29/03/2000
580	JUAREZ CONSTANTE	1,20	1,00	0,40	4,20	0,30	7,10	5,00		6,05	APROVADO(A)	5º	24/10/1979
574	TIAGO DA CUNHA	1,40	1,00	0,40	3,00	0,00	5,80	6,00		5,90	APROVADO(A)	6º	30/08/1994
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA													
Inscrição	Candidato	LP	INF	CG	ESP	LEG	T.P.O.		Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
287	MAYARA ANDRADE ODO-RIZZI	0,80	0,60	0,20	2,70	0,90	5,20		4,00	4,84	APROVADO(A)	1º	25/08/1994
589	ARIANE DE FÁTIMA BOTE-LHO DA SILVA	1,60	0,80	0,40	2,10	0,30	5,20		0,00	3,64	APROVADO(A)	2º	28/09/1988
902	ANA PAULA QUINSINSKI	0,80	0,40	0,60	2,70	0,60	5,10		0,00	3,57	APROVADO(A)	3º	15/02/1996
233	ALAN BARBOSA	1,00	0,80	0,60	2,40	0,30	5,10		0,00	3,57	APROVADO(A)	4º	15/12/1990
RECEPCIONISTA													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.			Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
526	RICARDO CRISTIANO SCHMITT	2,00	1,00	0,80	4,50	0,60	8,90			8,90	APROVADO(A)	1º	20/05/1973
447	GILCIENE DIAS SILVA	1,80	1,00	0,60	4,50	0,90	8,80			8,80	APROVADO(A)	2º	10/01/1990
504	TITO RAFAEL FONTANIVE	2,00	1,00	0,60	4,20	0,90	8,70			8,70	APROVADO(A)	3º	28/09/1981
811	PAOLLA MIRELLA CORRÊA	2,00	1,00	0,80	4,50	0,30	8,60			8,60	APROVADO(A)	4º	06/10/1994
427	CLAUDIA FONTES DOS SANTOS KOHLS	1,80	1,00	0,40	4,50	0,90	8,60			8,60	APROVADO(A)	5º	08/05/1966
531	EDNA REGINA FLORENTINO SCHMOEGEL	1,80	1,00	0,40	4,50	0,90	8,60			8,60	APROVADO(A)	6º	23/12/1986
669	ANA PAULA SCHMIDT POSSAMAI	2,00	1,00	0,60	4,20	0,60	8,40			8,40	APROVADO(A)	7º	02/07/2000
29	LARISSA LISIESKI	1,80	1,00	0,80	4,20	0,60	8,40			8,40	APROVADO(A)	8º	16/12/1999
772	JEFFERSON PEREIRA CESAR	1,80	1,00	0,40	4,50	0,60	8,30			8,30	APROVADO(A)	9º	01/06/1962
763	ANDREA DA SILVA	1,80	1,00	0,60	4,50	0,30	8,20			8,20	APROVADO(A)	10º	21/04/1971
333	FABIANE DAMASIO SANTOS	1,60	0,60	0,60	4,50	0,90	8,20			8,20	APROVADO(A)	11º	18/10/1981
538	MARCOS FELIPE DA SILVA LEITE	1,80	1,00	0,40	4,50	0,30	8,00			8,00	APROVADO(A)	12º	20/03/1997
741	NATALINI DE SOUZA	1,60	1,00	0,60	4,20	0,60	8,00			8,00	APROVADO(A)	13º	01/06/1993
592	MORGANA CIQUELA FORMAGI	1,80	0,60	0,40	4,50	0,60	7,90			7,90	APROVADO(A)	14º	26/11/1993

207	DÉBORA ANDERLE GONÇALVES	1,60	1,00	0,40	4,20	0,60	7,80			7,80	APROVADO(A)	15º	30/05/1994
798	PRISCILA APARECIDA ALVES	1,20	1,00	0,40	4,50	0,60	7,70			7,70	APROVADO(A)	16º	09/08/1986
847	JOICE VOSS	1,60	0,80	0,40	4,20	0,60	7,60			7,60	APROVADO(A)	17º	24/02/1998
764	FELIPE FRIOLIN DA SILVA	1,40	0,60	0,40	4,20	0,90	7,50			7,50	APROVADO(A)	18º	31/03/1988
906	MARIANA ROCHA SILVA	1,40	1,00	0,60	4,20	0,30	7,50			7,50	APROVADO(A)	19º	29/11/1985
595	JOSE NANTAN PEREIRA CRISPIM	1,80	0,40	0,40	4,50	0,30	7,40			7,40	APROVADO(A)	20º	21/06/1980
367	KEILLA FERREIRA DOS SANTOS	1,60	0,80	0,40	4,20	0,30	7,30			7,30	APROVADO(A)	21º	24/01/1983
714	JOAQUIM DAVID BENOLIEL DA SILVA	1,60	1,00	0,20	4,20	0,30	7,30			7,30	APROVADO(A)	22º	04/01/1989
65	FERNANDA CRISTINA ADRIANO	1,60	0,80	0,40	4,20	0,30	7,30			7,30	APROVADO(A)	23º	26/09/1999
19	ANA FLÁVIA VANELLI	1,80	1,00	0,60	3,90	0,00	7,30			7,30	APROVADO(A)	24º	28/03/1997
651	SONIA MARGARETE DALFOVO	1,40	0,80	0,40	4,20	0,30	7,10			7,10	APROVADO(A)	25º	07/11/1964
389	PATRICIA FARIAS DE SOUZA	1,00	0,80	0,20	3,90	1,20	7,10			7,10	APROVADO(A)	26º	17/10/1994
35	THAINE HASKEL	1,00	0,40	0,40	4,50	0,60	6,90			6,90	APROVADO(A)	27º	29/07/1995
910	ALTEMIR DE QUADROS PAZ	1,40	0,80	0,80	3,90	0,00	6,90			6,90	APROVADO(A)	28º	14/10/1991
393	MICHAELA CAROLINE HEIDRICH	1,60	0,60	0,00	4,20	0,30	6,70			6,70	APROVADO(A)	29º	30/10/1999
797	KARLA STREY	1,20	0,40	0,60	3,90	0,30	6,40			6,40	APROVADO(A)	30º	26/03/1987
783	JÉSSICA PORTO	1,20	0,80	0,20	3,90	0,30	6,40			6,40	APROVADO(A)	31º	28/01/1999
140	AMANDA SIBELE BROGNI	1,00	0,80	0,40	3,60	0,60	6,40			6,40	APROVADO(A)	32º	11/06/2000
256	VINICIUS BERNARDO BLOEMER ELIAS	0,80	0,40	0,40	4,20	0,30	6,10			6,10	APROVADO(A)	33º	19/05/1999
349	BRUNA APARECIDA FREITAS DA SILVA	1,40	0,80	0,20	3,60	0,00	6,00			6,00	APROVADO(A)	34º	11/11/1993
150	ELUISA POLIDORO	1,40	0,60	0,00	3,90	0,00	5,90			5,90	APROVADO(A)	35º	08/10/1991
204	JASMINE NUNES	0,60	0,60	0,40	3,90	0,30	5,80			5,80	APROVADO(A)	36º	26/03/1995
893	GABRIELA MATOSO	1,20	0,60	0,40	3,60	0,00	5,80			5,80	APROVADO(A)	37º	17/01/1997
976	CHAIANE KATHLEEN PAZ FORTE	1,00	1,00	0,00	3,30	0,30	5,60			5,60	APROVADO(A)	38º	01/04/1999
423	TERESINHA APARECIDA CHEQUETO VENDRAMIN	1,00	0,60	0,00	3,90	0,00	5,50			5,50	APROVADO(A)	39º	28/05/1969
964	LIDIANE RACKEL SILVA	0,80	0,40	0,20	3,60	0,30	5,30			5,30	APROVADO(A)	40º	15/03/1987
800	MARIELI SOUZA	1,00	0,40	0,20	3,60	0,00	5,20			5,20	APROVADO(A)	41º	13/09/1997
337	ZÉLIA BARBOSA PINTO	0,60	0,20	0,20	3,60	0,00	4,60			4,60	APROVADO(A)	42º	15/09/1986

Prefeitura Municipal de Apiúna, 18 de Junho de 2018.

JOSE GERSON GONCALVES

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 870/2018

Publicação Nº 1657343

LEI ORDINÁRIA Nº 870/2018

De 18/06/2018

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE APIÚNA (COMDEMA), CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito de Apiúna, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Da Natureza

Art.1º. Fica criado o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, órgão permanente de caráter deliberativo, consultivo e normativo ligado à estrutura da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

§1º - O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Apiúna tratará dos assuntos pertinentes ao Meio Ambiente e Recursos Naturais deste Município.

§2º - É vedada qualquer manifestação político partidária no âmbito do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

§3º - O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente tem a função de assessorar o poder executivo municipal na proposição, implementação e fiscalização da Política Municipal de Meio Ambiente, dentre outras atribuições previstas na legislação municipal.

Art.2º. É garantido o livre acesso à informação sobre as atividades do COMDEMA.

Parágrafo único - O município garantirá sistemas de informações ambientais capazes de dar eficiência na gestão e publicidade das informações relevantes à sociedade, passível de integração com o sistema estadual.

Art.3º. O município se valerá, entre outros, dos seguintes instrumentos de cooperação institucional:

I - consórcios públicos, nos termos da legislação em vigor;

II - convênios, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos similares com órgãos e entidades do Poder Público, respeitado o art. 241 da Constituição Federal.

CAPÍTULO II

Das Finalidades

Art.4º. Ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente compete:

§1º - Opinar, deliberar e normatizar sobre assuntos ligados a Política Municipal de ação relativa à sua área de abrangência.

§2º - Manifestar-se sobre as questões que envolvam interesses diretos e ou indiretos da comunidade, dentre as quais:

I - Receber, analisar, propor, priorizar, motivar e dar encaminhamento as solicitações e aspirações da população, no que se refere à sua área de abrangência.

II - Representar perante as autoridades administrativas, os interesses gerais das comunidades urbanas e rurais e o meio ambiente do Município na sua totalidade.

III - Promover e participar com os demais órgãos e entidades a concretização das atividades ligadas ao meio ambiente, nos seus diversos aspectos.

IV - Colaborar na organização das atividades das várias entidades ligadas no setor ambiental.

V - Promover reuniões técnicas, seminários, encontros, estudos, pesquisas, conferências, feiras, campanhas, exposições, etc., para aperfeiçoamento da comunidade nas questões afetas ao meio ambiente.

VI - Programar, executar e avaliar as metas estabelecidas, bem como analisar e emitir parecer nas atividades desenvolvidas pelos órgãos e entidades, na área de sua abrangência.

VII - Participar efetivamente no desenvolvimento de programas e atividades desenvolvidas no meio urbano e rural, no que se refere às políticas de meio ambiente e recursos naturais.

CAPÍTULO III

Da Competência

Art.5º. Compete ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente:

§1º - Apresentar sugestões sobre as diretrizes básicas da política de desenvolvimento do meio ambiente do Município.

§2º - Traçar normas de utilização racional dos recursos naturais de orientação para apoio e desenvolvimento da agricultura e outras atividades utilizadoras de recursos naturais e potencialmente poluidoras objetivando a proteção do meio ambiente.

§3º - Sugerir políticas de incentivos à ampliação das áreas de florestas nativas remanescentes, nos termos da legislação Federal, Estadual e Municipal.

§4º - Servir de órgão consultivo, deliberativo e normativo do governo no que se refere a sua área de atuação.

§5º - Integrar os diversos órgãos Municipais, Estaduais e Federais do setor de meio ambiente e outros no sentido de buscar um trabalho unificado.

§6º - Propor medidas que venham a incentivar a formação de associações de órgãos públicos ou privados para auxílio e manutenção do meio ambiente.

§7º - Sugerir normas e ações que facilitam a compatibilização dos currículos das escolas da rede pública à educação ambiental, sem prejuízo do programa oficial da Secretaria Estadual ou Municipal de Educação.

§8º - Sugerir normas e ações junto aos estabelecimentos de ensino do município, a respeito do meio ambiente e questões relativas ao tema, envolvendo corpo discente e docente no debate e em ações conexas.

§9º - O Conselho não tem poder de polícia, podendo indicar ao órgão ambiental municipal a fiscalização de atividades poluidoras, não exercendo diretamente ações de fiscalização, cabendo-lhe, ainda, expor e denunciar nas sessões as agressões ao meio ambiente, estejam previstas ou não em lei, como infração ou transgressão, encaminhando denúncia aos órgãos competentes para adoção das medidas cabíveis.

§10 - Elaborar seu Regimento Interno, editando-o por Resolução.

§11 - Apoiar, participar e liderar programas de recuperação e conservação dos recursos naturais renováveis.

§12 - Elaborar anualmente em conjunto com a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, o orçamento municipal desta Secretaria.

§13 - Estabelecer as atividades passíveis de Cadastro de Acompanhamento Ambiental desde que não indicadas no Anexo VI da Resolução Consema nº 98/2017, contendo no mínimo os seguintes requisitos:

a) Razão social/Nome;

b) CNPJ/CPF;

c) Endereço;

d) Responsável legal;

e) Atividade principal;

f) Código da Classificação Nacional da Atividade Econômica – CNAE;

g) Área do empreendimento;

h) Localização geográfica.

§14 - O cadastro de que trata o parágrafo anterior deverá ser atualizado sempre que houver alterações das informações.

§15 - Editar Resoluções sobre matérias de sua competência.

§16 - Propor a política ambiental do município e fiscalizar o seu cumprimento;

§17 - Promover a educação ambiental;

§18 - Propor a criação de normas legais, bem como a adequação e regulamentação de leis, padrões e normas municipais;

§19 - Opinar sobre aspectos ambientais de políticas estaduais ou federais que tenham impactos sobre o município;

§20 - Receber e apurar denúncias feitas pela população sobre degradação ambiental, sugerindo à Prefeitura as providências cabíveis.

§21 - Compete ainda:

a) formular e aprovar a política ambiental do Município e acompanhar a sua execução, promovendo reorientações, quando entender necessário;

b) estabelecer normas e padrões de proteção, conservação e melhoria do meio-ambiente, observadas a legislação federal e estadual;

c) decidir sobre a aplicação dos recursos orçamentários para a preservação do meio-ambiente;

- d) deferir ou indeferir as solicitações de realização dos estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos públicos e privados, requisitando das Entidades envolvidas as informações necessárias;
- e) definir áreas prioritárias de ação governamental relativa ao meio-ambiente, visando a preservação e melhoria da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;
- f) decidir, como última instância administrativa em grau de recursos, sobre multas e outras penalidades impostas pela Unidade Administrativa do Meio Ambiente;
- g) receber, analisar e encaminhar para providências cabíveis denúncias de origem popular sobre agressão ao meio ambiente;
- h) estimular e acompanhar a educação ambiental na rede municipal, estadual e particular de ensino;
- i) propor e participar da elaboração de campanhas educativas relativas a problemas de saneamento básico, despoluição das águas, de ar e do solo, combate de vetores e proteção da fauna e da flora;
- j) requerer o uso do poder de polícia nos casos de infração a legislação em vigor ou de inobservância de normas e padrões estabelecidos, propondo a criação de mecanismos e instrumentos que viabilizem a efetiva fiscalização ambiental, no intuito de garantir a sua eficácia.

CAPÍTULO IV

Da Composição

Art.6º. Atendendo o critério de paridade entre as instituições do Poder Público e Sociedade Civil local, o Conselho Municipal do Meio Ambiente é constituído por:

I - Membros do Poder Público:

- a) 03 três Membros efetivos e respectivos suplentes indicados pelo Poder Executivo, sendo um destes o Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

II – Membros da Sociedade Civil local:

- a) 03 Membros efetivos e respectivos suplentes indicados pelas seguintes entidades:
 - 1. 01 Membro e respectivo suplente indicado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Apiúna;
 - 2. 01 Membro e respectivo suplente indicado pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Apiúna;
 - 3. 01 Membro e respectivo suplente indicado pela EPAGRI de Apiúna.

§1º - Todos os membros terão direito a voz e voto nas reuniões.

§2º - As designações serão feitas pelo Prefeito, mediante indicação dos órgãos representados e a nomeação ocorrerá por Portaria.

§3º - As funções de membro do Conselho serão exercidas pelo prazo de até 2 (dois) anos, permitida a recondução.

§4º - As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, sendo, porém, consideradas como de relevante serviço público.

CAPÍTULO V

Do Funcionamento

Art.7º. O apoio técnico e administrativo para o Conselho Municipal será prestado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art.8º. O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, na forma estabelecida em seu Regimento Interno e, em caráter extraordinário, sempre que convocado pelo Prefeito ou pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) de seus membros titulares.

§1º - As reuniões do Conselho serão realizadas com a presença de membros efetivos ou seus suplentes, observado quórum de pelo menos, o primeiro número superior a metade de seus membros e as deliberações serão por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto em todas as votações.

§2º - A critério do Presidente do Conselho, poderão participar convidados, esclarecendo-se antecipadamente se lhes será concedido o direito a voz.

Art.9º - As funções de Secretaria Executiva do Conselho poderão ser exercidas mediante designações feitas pelo Presidente do Conselho, dentre servidores municipais.

Art.10 - A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente prestará ao Conselho o necessário suporte técnico-administrativo e financeiro, sem prejuízo da colaboração dos demais órgãos ou entidades nele representados.

Art.11 - O membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente, que faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem apresentar justificativas, será considerado demitente cabendo ao Presidente do Conselho solicitar a entidade ou comunidade a indicação de outro conselheiro.

Art.12 - O que ocorrer nas Assembleias deverá constar em ata, aprovada e assinada pelos membros do conselho.

CAPÍTULO VI

Da Fiscalização e Imposição de Sanções

Art.13 - Os agentes públicos da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente ficam investidos na atribuição para exercício da fiscalização ambiental.

Art.14 - As ações e procedimentos relacionados à fiscalização ambiental municipal devem ser padronizados e normatizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, por Decreto.

Art.15 - As sanções administrativas constituem-se nas penalidades e medidas preventivas, previstas nas legislações federal, estadual e municipal, sendo aplicadas em processo administrativo infracional da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

§1º - Nos casos de iminência ou ocorrência de degradação da qualidade ambiental, o órgão que tiver conhecimento do fato deverá determinar medidas para evitá-la, fazer cessá-la ou mitigá-la, comunicando imediatamente à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente para as providências cabíveis.

§ 2º - O disposto no caput deste artigo não impede o exercício pelos entes federativos da atribuição comum de fiscalização da conformidade de empreendimentos e atividades efetiva ou potencialmente poluidores ou utilizadores de recursos naturais com a legislação ambiental em vigor, prevalecendo o auto de infração ambiental lavrado por órgão que detenha a atribuição de licenciamento ou autorização a que se refere o caput

CAPÍTULO VII

Da Natureza e Finalidades do Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA)

Art.16 - Fica criado o Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA, com a finalidade de mobilizar e gerir recursos para o financiamento de planos, programas e projetos que visem ao uso racional dos recursos ambientais, à melhoria da qualidade do meio ambiente, à prevenção de danos ambientais e à promoção da educação ambiental.

§1º - O Fundo Municipal de Meio Ambiente é vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

§2º - O registro e contabilização das receitas e das despesas do Fundo Municipal de Meio Ambiente será efetuado mediante a criação de

fonte de recurso específica dentro do orçamento da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

§3º - O órgão ao qual está vinculado o Fundo fornecerá os recursos humanos e materiais necessários à consecução dos seus objetivos.

CAPÍTULO VIII

Da Administração do FMMA

Art. 17 - O Fundo Municipal do Meio Ambiente será administrado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, em articulação com o Conselho Municipal do Meio Ambiente, que terá as seguintes atribuições:

I - Organizar o plano anual de trabalho e cronograma de execução físico-financeiro, de acordo com os critérios e prioridades definidas pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente;

II - Celebrar convênios, acordos ou contratos, observada a legislação pertinente, com entidades públicas ou privadas, visando à execução das atividades custeadas com recursos do Fundo;

III - Outras atribuições que lhe sejam pertinentes, na qualidade de gestão do Fundo e de acordo com a legislação específica;

IV - Prestar contas dos recursos do Fundo aos órgãos competentes.

Art.18 - A execução dos recursos Fundo será aprovada pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente, que terá competência para:

I. Definir os critérios e prioridades para aplicação dos recursos do Fundo;

II. Fiscalizar a aplicação dos recursos;

III. Aprovar o plano anual de trabalho e o cronograma físico-financeiro apresentado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

IV. Apreçar os relatórios técnicos e as prestações de contas apresentadas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, antes de seu encaminhamento aos órgãos de controle complementar.

V. Outras atribuições que lhe forem pertinentes na forma da legislação ambiental.

CAPÍTULO IX

Dos Recursos

Art.19 - Constituirão recursos do FMMA aqueles a ele destinados provenientes:

I - dotações orçamentárias e créditos adicionais, na forma regulamentar;

II - penalidades pecuniárias delas decorrentes, na forma regulamentar;

III - transferências de recursos da União, do Estado ou de outras entidades públicas e privadas;

IV - acordos, convênios, contratos e consórcios, de ajuda e cooperação interinstitucional;

V - doações, legados, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, recebidos de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

VI - rendimentos de qualquer natureza, que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações de seu patrimônio;

VII - outros destinados por lei.

Art.20. São considerados prioritários para a aplicação dos recursos do FMMA os planos, programas e projetos destinados a:

I - criação, manutenção e gerenciamentos de praças, unidades de conservação e demais áreas verdes ou de proteção ambiental;

II - educação ambiental;

III - desenvolvimentos e aperfeiçoamento de instrumentos de gestão, planejamento e controle ambiental;

IV - pesquisas e desenvolvimento científico e tecnológico;

V - manejo dos ecossistemas e extensão florestal;

VI - aproveitamento econômico racional e sustentável da flora e fauna nativas;

VII - desenvolvimento institucional e capacitação de recursos humanos da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente ou de órgãos ou entidade municipal com atuação na área do meio ambiente;

VIII - pagamento pela prestação de serviços para execução de projetos específicos na área do meio ambiente;

IX - aquisição de material permanente e de consumo necessário ao desenvolvimento de seus projetos;

X - contratação de consultoria especializada;

XI - financiamento de programas e projetos de pesquisa e de qualificação de recursos humanos.

Parágrafo único - Os planos, programas e projetos financiados com recursos do FMMA serão periodicamente revistos, de acordo com os princípios e diretrizes da política municipal de meio ambiente.

Art.21- O Fundo Municipal do Meio Ambiente, instituído por esta Lei, terá vigência ilimitada.

Art.22 - Aplicam-se ao Fundo, instituído por Lei, todas as disposições constitucionais e legais que regem a instituição e operacionalização de fundo assemelhados.

CAPÍTULO X

Das Disposições Finais

Art.23 – Fica facultado ao município o exercício do licenciamento ambiental por meio de consórcios intermunicipais, com atribuição para análise técnica e jurídica dos processos de licenciamento ambiental, desde que devidamente instituído por lei.

Art.24 - As dúvidas e casos omissos serão apreciados e resolvidos pelo colegiado de membros, em sessões observadas às disposições legais.

Art.25 – O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que for necessário.

Art.26 - As entidades organizadas poderão voluntariamente substituir seus representante no Conselho.

Art.27 - No prazo de noventa (90) dias, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente se adequará ao disposto nesta lei.

Art.28 – As despesas decorrentes da presente legislação correrão por conta das dotações consignadas no orçamento em vigor.

Art.29 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiúna, 18 de Junho de 2018.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito de Apiúna

PORTARIA Nº0218/2018

Publicação Nº 1657352

PORTARIA Nº 0218/2018

De 11 de junho de 2018

RECONDUÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

José Gerson Gonçalves, Prefeito do Município de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 196 da Lei Complementar Municipal nº 95/2008, de 01 de setembro de 2008,
RESOLVE

RECONDUZIR o Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº0073/2018 de 08 de fevereiro de 2018, por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 08/06/2018, para que a comissão formada pelos servidores Carolaine de Lima Bohmann, Rodrigo Silveira dos Santos e Marileia Rezini Merini, concluam a fase de inquérito administrativo envolvendo as servidoras PRISCILA DA SILVA, MICHELLY BENAZZI e FABIANA BAMBINETTI, obedecendo às regras constantes na Lei Complementar nº 95/2008.
Prefeitura Municipal de Apiúna, em 11 de junho de 2018.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0219/2018

Publicação Nº 1657354

PORTARIA Nº 0219/2018
De 11 de junho de 2018

PRORROGA AFASTAMENTO DA SERVIDORA PRISCILA DA SILVA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 191 da Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,
RESOLVE

Prorrogar o afastamento da servidora PRISCILA DA SILVA por mais 60 (sessenta) dias, para apuração de processo administrativo disciplinar, sem prejuízo da remuneração.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 11 de junho de 2018.
José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PREFEITURA

Publicação Nº 1656748

Publicação Nº 1656730

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do art. 1º da presente Lei será aberto por conta da anulação parcial da seguinte dotação:

Órgão	16	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO		
Unidade	02	Gerencia de Transportes Rodoviários		
Projeto Atividade	1.033	Aquisição de Maquinas e Equipamentos		
Modalidade	111	4490000000000000010000	Investimentos	200.000,00

Art. 3º. Esta lei ordinária entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Arabutã, SC.

LEANI KAPP SCHMITT
PrefeitaMunicipal

Registre-se e Publique-se.
Em 18 de junho de 2018

Gláucia Pottratz
Responsável pelas Publicações

LEI 918

Publicação Nº 1656726

LEI ORDINÁRIA Nº 918 DE 18 DE JUNHO DE 2018

Autoriza o Poder Executivo Municipal celebrar acordo Extrajudicial para ressarcir despesas decorrentes de acidente de trânsito do veículo Gol, Renavam 776136747, placa JPH693 e modelo 2001/2002, de propriedade do Senhor IRINEU ROWE.

Faço saber que a Câmara Municipal de Arabutã decretou e eu Leani Kapp Schmitt, Prefeita do Município de Arabutã, SC, sanciono a seguinte Lei Ordinária

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar acordo Extrajudicial para ressarcir despesas decorrentes de acidente de trânsito do veículo danos materiais ao veículo Gol, Renavam 776136747, placa JPH693 e modelo 2001/2002, de propriedade do Senhor IRINEU ROWE.

Parágrafo Único. As despesas de que trata o Artigo 1ª, encontram-se discriminadas e comprovadas nos autos do Processo Disciplinar Portaria 233/2017

Art. 2º Os recursos para o pagamento das despesas serão oriundos do orçamento geral do município, em dotação orçamentária específica.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Arabutã/SC.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita Municipal

Registre-se e Publique-se.
Em 18 de junho de 2018

Gláucia Pottratz
Responsável pelas Publicações

PORTARIA 166/2018

Publicação Nº 1655989

PORTARIA N° 166/2018

SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arbutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. SUSPENDER, a partir de 18 de junho de 2018, as férias concedidas por meio da Portaria nº. 149/2018, de 30 de maio de 2018, da servidora Glaucia Pottratz, inscrito no CPF sob nº. 053.825.249-98, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretora de Administração e Fazenda, sendo que os mesmos serão gozados em época oportuna.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 15 de junho de 2018.
LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Cléo Fernando Morche
Responsável pela publicação.

PREGÃO 48.2018

Publicação Nº 1657489

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 065/2018.
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/2018

Objeto: Registro de preços para aquisição de passagens de ônibus para atender as necessidades do Município.

Recebimento das Propostas: até 08h45 do dia 02/07/2018.
Abertura: às 09h00 do dia 02/07/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.arabuta.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã, SC, 18 de junho de 2018.
Leani Kapp Schmitt
Prefeita.

Arroio Trinta

PREFEITURA

LEI Nº 1844

Publicação Nº 1656851

LEI Nº 1844, DE 18/06/2018.

Institui a Campanha Municipal de Prevenção, Orientação e Combate ao Câncer no Município de Arroio Trinta – SC.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica instituída a Campanha Municipal de Prevenção, Orientação e Combate ao Câncer, centralizada e vinculada à Secretaria Municipal da Saúde, a ser realizada, anualmente, no mês de setembro, no Município de Arroio Trinta.

Artigo 2º. A Campanha de Prevenção, Orientação e Combate ao Câncer Infante Juvenil tem como objetivos:

I – estimular ações educativas e preventivas relacionadas ao câncer em todas as faixas etárias; e

II – propor ações integradas entre a Secretaria Municipal da Saúde e órgãos Estaduais e Federais, para identificar as principais causas da doença; e

III – apoiar as atividades organizadas pela sociedade civil para reduzir a incidência e mortalidade por Câncer em crianças, adolescentes e jovens, bem como em outras faixas etárias.

Artigo 3º. O Poder Público Municipal promoverá por meio de seus canais de comunicação, a divulgação da campanha, visando o engajamento da população e sociedade civil organizada para desmistificar o estigma social negativo que dificulta o enfrentamento da doença.

Artigo 4º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos da Lei Orgânica do Município de Arroio Trinta.

Artigo 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 18 de junho de 2018.

Claudio Spricigo
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 18 de junho de 2018.

Michel Junior Serighelli
Responsável

LEI Nº 1845

Publicação Nº 1656855

LEI Nº 1845, DE 18/06/2018.

Estabelece limites para plantio de árvores exóticas e outras árvores de grande porte junto à rede de distribuição de energia elétrica, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica estabelecido no âmbito do território do Município de Arroio Trinta que a distância mínima para plantio de árvores exóticas e outras árvores de grande porte junto à rede de distribuição de energia elétrica é de 15 (quinze) metros para o reflorestamento de eucalipto, 10 (dez) metros para o reflorestamento de pinus e para outras árvores de grande porte, em relação ao eixo da rede elétrica.

Artigo 2º. O proprietário do imóvel, nesta área de recuo poderá plantar vegetação rasteira, pastagem, árvores frutíferas e/ou outras culturas com até 3 (três) metros de altura.

Artigo 3º. As árvores referidas no artigo primeiro que estiverem plantadas e não obedecerem a distância mínima exigida deverão ser cortadas pelos proprietários, ou poderão ser suprimidas pela distribuidora de energia, com critério técnico e respeitando o direito do proprietário.

Artigo 4º. As árvores nativas existentes nos limites da chamada área de recuo somente poderão ser suprimidas mediante licença expressa do Órgão Ambiental competente.

Artigo 5º. A presente Lei se aplica àquelas redes de distribuição já instaladas e em locais definidos.

Parágrafo único. As novas redes de distribuição deverão ser instaladas em locais previamente acertados com os respectivos proprietários, preferencialmente seguindo as linhas de estradas ou em locais definidos que gere mínimo impacto ao meio ambiente e a aquelas áreas privilegiadas da propriedade, seguindo-se as normas técnicas e aplicáveis a espécie e respeitados os direitos dos proprietários.

Artigo 6º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei definindo as especificações técnicas, os valores e as sanções cabíveis e compatíveis, bem como normatizará as demais regras de suporte administrativo.

Artigo 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 18 de junho de 2018.

Claudio Spricigo
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 18 de junho de 2018.

Michel Junior Serighelli
Responsável

Arvoredo

PREFEITURA

LICITAÇÃO 030/2018

Publicação Nº 1657314

MUNICÍPIO DE ARVOREDO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2018
MODALIDADE: PREGÃO Nº 023/2018

Janete Paravizi Bianchin, Prefeita Municipal de Arvoredo(SC) torna público, que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade pregão, na forma presencial, do tipo menor preço por item, objetivando a aquisição de gabinete odontológico. A sessão de processamento do Pregão de forma presencial será realizada, na Prefeitura Municipal, à Rua do Comércio, nº 183, na sala da Gerencia de Administração e Gestão, com o protocolo dos envelopes da documentação e proposta preço e credenciamento dos licitantes presentes até as 08h30min do dia 29 de junho de 2018. Na mesma data, após o credenciamento, será instalada a sessão do pregão, com as formalidades legais previstas. Cópias da integra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidas junto a Comissão de Licitações de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h30min horas e das 13h30min às 17h00min horas, ou pelo fone (49) 3356-3000, na Gerência Municipal de Administração e Gestão situado junto a Prefeitura Municipal de Arvoredo.

Arvoredo, em 18 de junho de 2018.
Janete Paravizi Bianchin
Prefeita Municipal.

LICITAÇÃO 031/2018

Publicação Nº 1657315

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARVOREDO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2018
MODALIDADE: PREGÃO Nº 024/2018

Janete Paravizi Bianchin, Prefeita Municipal do Município de Arvoredo(SC), torna público que estará adquirindo equipamentos agrícolas, conforme especificações contidas no edital e anexos. A sessão de processamento do Pregão de forma presencial será realizada à Rua do Comércio, nº 183, na sala da Gerencia de Administração e Gestão, com o protocolo dos envelopes da documentação e proposta preço e credenciamento dos licitantes presentes até as 10h30min do dia 29 de fevereiro de 2018. Na mesma data e horário, ocorrerá a abertura dos envelopes da habilitação e propostas em caso de ausência de recursos na fase de habilitação. Cópias na integra do presente Edital e esclarecimentos poderão ser obtidas junto a Comissão de Licitações de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas, ou pelo fone (49) 3356 3000 na Gerência Municipal de Administração e Gestão situado junto a Prefeitura Municipal de Arvoredo.

Arvoredo, 18 de junho de 2018.
Janete Paravizi Bianchin
Prefeita Municipal.

Ascurra

PREFEITURA

PRIMEIRA ERRATA AO EDITAL DE PREGÃO P/ REGISTRO DE PREÇOS N. 07/2018 FMS

Publicação Nº 1657144

PRIMEIRA ERRATA AO EDITAL DE PREGÃO P/ REGISTRO DE PREÇOS N. 7/2018 FMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO COMPLEMENTAR DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER A DEMANDA CONTÍNUA DA SECRETÁRIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO E DE SUAS UNIDADES.

O Prefeito Municipal de Ascurra torna público e oficializa a presente "ERRATA" ao edital em epígrafe, para alterar os horários descritos no prelúdio do edital para os seguintes:

Horário para CREDENCIAMENTO e entrega/protocolo de envelopes: 12h45min às 13h15min;

Horário da abertura dos envelopes: Às 13h30min.

Com isso, o prelúdio, passa a ter a seguinte redação:

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, pessoa jurídico de direito público, inscrito no CNPJ n. 11.241.709/0001-03, com sede na Rua de Lurdes, n. 47, Bairro Nossa Senhora de Lurdes, Ascurra (SC), TORNA PÚBLICO que realizará licitação nos termos deste edital.

Tipo de Licitação: Por Item. Forma de Julgamento: Menor Preço.

Forma de Fornecimento: Parcelada.

Data e horário para CREDENCIAMENTO e entrega/protocolo de envelopes: 22/6/2018 - Das 12h45min às 13h15min.

Data e horário da abertura dos envelopes: 22/6/2018 – Às 13h30min.

Local de apresentação e abertura dos envelopes: Prefeitura de Ascurra, Rua Benjamin Constant, 221, 1º Andar, Setor de Compras e Licitações, Centro – 89.138-000, Ascurra/SC.

A data do pregão permanece inalterada.

Ficam mantidos os demais termos do edital. Publique-se a presente errata. Republique-se o edital com as referidas alterações.

Ascurra, 18 de junho de 2018.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

Aurora

PREFEITURA

RESULTADO PP 020/2018

Publicação N° 1656314

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

RESULTADO LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto N°. 008 de 23 de Janeiro de 2017, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados o resultado do Pregão Presencial N°. 020/2018. Vencedor a empresa: CLERISON BESCHINOCK item 6, 9, 10, 11 e 12 com o valor total de R\$ 9.565,50 E a empresa IMPREGRAF INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAL GRÁFICO LTDA itens 1, 2, 3, 4, 5, 7 e 8 com o valor total de R\$ 12.110,00.

Aurora, 18 de junho de 2018.
Alexsandro Kohl
Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

CONTRATO 014/2018 FMT

Publicação Nº 1657251

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
Processo Licitatório nº 016/2018-FMT
Inexigibilidade nº 012/2018-FMT
Contrato 014/2018 - FMT

O Fundo Municipal de Turismo, com fundamento na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações, torna público que fará realizar a Inexigibilidade de Licitação para contratação da KELYN CAROLINE HENDGES 07413730928, empresa devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.645.912/0001-04, para realização do evento SHOW CAROL HENDS, no dia 14 de julho de 2018, no Piçarraíá 2018. Valor do Contrato: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais). Vigência: 11/09/2018.

Balneário Piçarras/SC, 14 de junho de 2018.

Susan Corrêa – Gestora do Fundo Municipal de Turismo.

CONTRATO 029/2018 PMBP

Publicação Nº 1656466

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
CONTRATO Nº 029/2018/PMBP DE 15/06/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2018 - PMBP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2018 – PMBP
HOMOLOGADO EM 15/06/2018

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 035/2018, Pregão Presencial nº 023/2018, do qual foi vencedora a CONTRATADA, obrigando-se a mesma a serviços técnicos em agrimensura e topografia, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência, atendendo solicitação anexa ao Processo. Valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 59.760,00 (cinquenta e nove mil, setecentos e sessenta reais), a ser(em) pago(s) em até 30 (trinta) dias após o fornecimentos dos itens/ prestação dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal. Os preços serão fixos e irreajustáveis. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

Balneário Piçarras/SC, 15 de junho de 2018.

Leonel José Martins - Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2018 - PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2018 – PMBP SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1656896

PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2018 - PMBP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2018 – PMBP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
MULTIENTIDADE

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, tipo menor preço por LOTE, para Registro de preços visando a aquisição de combustível (arla 32, gasolina comum, óleo diesel comum e óleo diesel S-10), para abastecimento de veículos pertencentes à frota das Secretarias do Município e Corpo de Bombeiros Militar de Balneário Piçarras. Recebimento dos Envelopes até: 29/06/2018 às

09h. Data da Sessão Pública: 29/06/2018 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 18 de junho de 2018. Leonel José Martins – Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO 002/2018 FMT REF. CONTRATO 013/2017

Publicação Nº 1657323

FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
TERMO ADITIVO 002/2018 DE 15/06/2018
CONTRATO Nº 13/2017-FMT DE 16/10/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2017-FMT
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017
HOMOLOGADO EM 16/10/2017

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 016/2017 – Tomada de Preços nº 001/2017, e tem por objeto a Contratação de empresa PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ESTRATÉGIAS COMPETITIVAS DE DESENVOLVIMENTO E DA IDENTIDADE COMPETITIVA DA CIDADE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, conforme documentação anexa ao processo.

Conforme ofício anexo nº 074/2018 de solicitação de aditamento de prazo fica prorrogada a contratação por mais 60 (sessenta) dias, ficando vigente até o dia 14 de agosto de 2018.

LEPADRON PLANEJAMENTO E CONSULTORIA TÉCNICA
Balneário Piçarras (SC), 15 de junho de 2018

Susan Correa – Gestora do Fundo Municipal de Turismo

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 050/PMBR/2018

Publicação Nº 1657079

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 050/PMBR/2018.
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.
Data e horário da sessão de abertura: 29/06/2018 às 14h00min.
Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.
Objeto: Registro de Preços para futuras aquisições de concreto (FCTMK 4,5 – 40,0MPA), para ser utilizado na recuperação de ruas, calçadas e obras do Município de Balneário Rincão - SC, conforme especificações do Anexo I – Termo de Referência do edital.
Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao@balneariorincão.sc.gov.br
Balneário Rincão – SC, 18 de Junho de 2018.
Pregoeira
Gisele Ferreira.

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº. 049/PMBR/2018

Publicação Nº 1656840

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 049/PMBR/2018
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.
Data e horário da sessão de abertura: 06/07/2018 às 14h00min.
Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.
OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para execução das "Obras de reforma geral das instalações do Museu Nossa Senhora dos Navegantes, com aproximadamente 171,58m², no Centro do Município de Balneário Rincão/SC", conforme projeto, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e memorial descritivo anexos ao Edital.
Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao@balneariorincão.sc.gov.br
Balneário Rincão – SC, 18 de Junho de 2018.
RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
(assinado no original)

DECRETO Nº 41/2018

Publicação Nº 1657540

Decreto nº 41, de 15 de junho de 2018.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VI, do Artigo 84, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº Lei nº 315, de 25 de Outubro de 2017 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	03	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	03.01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	10	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5038	Transferências do SUS/União
PROJETO/ATIVIDADE	1.008	Investimentos em Ações e Estrutura de Saúde
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	03	

Valor: R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais)

ÓRGÃO	03	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	03.01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	10	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5038	Transferências do SUS/União
PROJETO/ATIVIDADE	2.035	Manutenção do Bloco Assistência Farmacêutica
ELEMENTO	3.3.93.00	Aplicação Direta Decorrente Operações entre Órgãos
CÓDIGO REDUZIDO	17	

Valor: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

ÓRGÃO	03	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	03.01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	10	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica

RECURSO	5038	Transferências do SUS/União
PROJETO/ATIVIDADE	2.037	Manutenção do Bloco Atenção Básica - PAB Fixo
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	22	

Valor: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º desse Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos de transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União no valor de R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais), conforme preceitua o Artigo 9º, da Lei nº 315, de 25 de Outubro de 2017-Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com o Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, em 15 de Junho de 2018.
JAIRO CELOY CUSTÓDIO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 15 de Junho de 2018.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 42/2018

Publicação Nº 1657541

Decreto nº 42, de 15 de junho de 2018.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VI, do Artigo 84, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº Lei nº 315, de 25 de Outubro de 2017 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 146.000,00 (cento e quarenta e seis mil reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	02.04	Secretaria de Educação e Cultura
FUNÇÃO	13	Cultura
PROGRAMA	12	Gestão e Apoio a Cultura, Esporte e Lazer
SUBFUNÇÃO	392	Difusão Cultural
RECURSO	5000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	1.011	Investimentos em Ações e Espaços Culturais
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	54	

Valor: R\$ 146.000,00 (cento e quarenta e seis mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º desse Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos Ordinários no valor de R\$ 146.000,00 (cento e quarenta e seis mil reais), conforme preceitua o Artigo 9º, da Lei nº 315, de 25 de Outubro de 2017 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com o Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, em 15 de Junho de 2018.
JAIRO CELOY CUSTÓDIO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 15 de Junho de 2018.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO
Secretário de Administração e Finanças

Barra Bonita

PREFEITURA

18 DE JUNHO DE 2018

PORTARIA N.º176, DE

Publicação Nº 1657611

PORTARIA N.º176, de 18 de junho de 2018

Designa servidor e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve,

Art.1º. Fica designado o servidor Maximino da Silva Dias, matrícula nº177203, ocupante do cargo de Motorista para desempenhar as funções de seu cargo junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 18 de junho de 2018.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei .

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº57/2018

Publicação Nº 1656172

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA BONITA – SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 57/2018
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 57/2018

OBJETO: Prestação de serviços para substituição de 32 lâmpadas do Centro Poli Esportivo Municipal Etelvino Favretto.

FORNECEDOR: J.PIVATTO INSTALAÇÕES ELETRICAS
ENDEREÇO: Rua Jacob Henrique Lomann, 231, Bairro São Jorge,
CEP: 89900-000, São Miguel do Oeste/SC
CNPJ: 24.018.420/0001-63
Valor Contratado: R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR – Os itens foram escolhidos com base na no menor preço praticado pelos proponentes. Além disso, o preço fixado pelo fornecedor é considerado baixo perante os demais prestadores de serviços do mesmo objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO: O preço ajustado para a contratação dos serviços técnicos são os praticados no mercado regional.

Barra Bonita - SC, 18 de junho de 2018.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

EDITAL PREGÃO RP Nº45/2018

Publicação Nº 1656562

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº45/2018
EDITAL DE PREGÃO REGISTRO DE PREÇO Nº45/2018

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão para Registro de Preço, objetivando Aquisição de produtos de EPI destinado a distribuição aos servidores municipais. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 02 de julho de 2018. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras.Ou no site Oficial da Prefeitura.Barra Bonita, em 18 de junho de 2018.

MOACIR PIROCA

Prefeito

EDITAL PREGÃO RP Nº58/2018

Publicação Nº 1656381

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº58/2018
EDITAL DE PREGÃO REGISTRO DE PREÇO Nº58/2018

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão para Registro de Preço, objetivando Aquisição de materiais (capas de chuvas, conjunto EPIs - Equipamento de proteção individual) para o CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE GUARACIABA/BARRA BONITA, conforme normas técnicas do CBMSC. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 29 de junho de 2018. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras.Ou no site Oficial da Prefeitura.Barra Bonita, em 18 de junho de 2018.

MOACIR PIROCA

Prefeito

PORTARIA N.º 175, DE 18 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657609

PORTARIA N.º 175, de 18 de junho de 2018.

"Altera carga horária e dá outras providencias"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com as disposições da Lei Complementar nº 038/2011, de 01 de dezembro de 2011

Resolve;

Art. 1º - Fica alterada temporariamente a carga horária do servidor, Fabio Moacir Martinelli, matrícula nº1112.6-04 ocupante do Cargo de Professor, Anexo II, Grupo I, nível III, do Quadro de Pessoal

do Magistério, e lotação no Órgão Central da Administração, com jornada de trabalho de 15 horas semanais para 30 horas semanais, pelo período de 18 a 27 de junho de 2018, em substituição a servidora Andreia E. D. Catto, que se encontra em licença, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 18 de junho de 2018.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

PORTARIA N.º174, DE 15 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657607

PORTARIA N.º174, de 15 de junho de 2018.

“Concede licença a servidora e dá outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Resolve;

Art. 1º - Concede licença para tratamento de saúde a servidora, Andreia Elisa Daltoé Catto, ocupante do cargo de Professora, matrícula nº160701, do Quadro de Pessoal do Magistério Municipal, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 13 a 27 de junho de 2018.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 15 de junho de 2018.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

PORTARIA Nº 177, DE 18 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657613

PORTARIA Nº 177, de 18 de junho de 2018.

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 4,0 (quatro) diárias a servidora Nilva Bau Boss matrícula nº142212, ocupante do cargo de Secretária Municipal

da Saúde no valor de R\$1036,00 (Um mil e trinta e seis reais), para viagem a cidade de Florianópolis – SC, conforme memorando nº37/2018 e roteiro de viagem nº23/2018 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 18 de junho de 2018.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 178, DE 18 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657614

PORTARIA Nº 178, de 18 de junho de 2018.

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 4,0 (quatro) diárias a servidora Fransiele Caneppele matrícula nº159407, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, no valor de R\$1036,00 (Um mil e trinta e seis reais), para acompanhar a Secretaria Municipal em viagem a cidade de Florianópolis – SC, conforme memorando nº38/2018 e roteiro de viagem nº24/2018 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 18 de junho de 2018.

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 179, DE 18 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657618

PORTARIA Nº 179, de 18 de junho de 2018.

“Concede diária, adiantamento e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 4,0 (quatro) diárias ao Senhor Tafarel Boss, Matrícula nº 409501, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 692,00 (seiscentos e noventa e dois reais), para realizar viagem a cidade de Florianópolis/SC, conforme Memorando Nº036/2018 e Roteiro de Viagem nº022/2018 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 300,00 (trezentos reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Florianópolis/SC, conforme Memorando nº032/2018, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em
18 de junho de 2018

Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

DECRETO Nº 1240 – DE 07 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657151

DECRETO Nº 1240 – DE 07 DE JUNHO DE 2018

Homologa Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Barra Velha - COMDEMA, e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Barra Velha, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "f", inciso I, do art. 91 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 10 da Lei nº 1003, de 29 de novembro de 2010;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Barra Velha - COMDEMA.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha-SC, 07 de junho de 2018.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

PREFEITO MUNICIPAL

REGIMENTO INTERNO

DO COMDEMA - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE BARRA VELHA

CAPÍTULO I DO OBJETIVO

Art.1º Este Regimento estabelece as normas de organização e funcionamento do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA.

Parágrafo Único - A expressão Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e a sigla COMDEMA se equivalem para efeito de referência e comunicação.

CAPÍTULO II DA FINALIDADE E DA COMPETÊNCIA

Art.2º O COMDEMA, criado pela Lei Municipal nº 1.003 de 29 de novembro de 2010, é um órgão colegiado de instância deliberativa, normativa e consultiva no âmbito de sua competência sobre as questões ambientais do município, composto paritariamente por representantes do poder público e sociedade civil, com poderes para avocar ao exame e subsídio à decisão de qualquer matéria de relevante interesse para a Política do Meio Ambiente no âmbito do Município de Barra Velha, SC.

Art.3º Cabe ao COMDEMA o exercício das atribuições especificadas na Lei Complementar nº 64 de 19 de novembro 2008, que institui o Código Municipal do Meio Ambiente e na Lei nº 1.003 de 29 de novembro de 2010, que cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

CAPÍTULO III DOS ATOS

Art.4º São considerados Atos do Conselho Municipal do Meio Ambiente:

I - Resolução: ato formal, resultante de apreciação de matéria vinculada a estabelecer diretrizes e normas técnicas, critérios e padrões relativos à proteção ambiental e ao uso sustentável dos recursos ambientais;

II - Proposição: ato formal, resultante de apreciação de matéria ambiental a ser encaminhada ao Chefe do Executivo ou ao Legislativo;

III - Recomendação: quando se tratar de manifestação acerca de políticas, programas públicos e normas com repercussão na área ambiental;

IV - Moção: quando se tratar de manifestação, de qualquer natureza, relacionada com a temática ambiental;

V - Decisão: quando se tratar de multas e outras penalidades impostas pela FUNDEMA, em última instância administrativa e grau de recurso;

VI - Súmula: registro de interpretação pacífica ou majoritária adotada pelo plenário do COMDEMA sobre temas específicos, após decisões reiteradas em sede de julgamento de recursos administrativos, com o fim de uniformizar as decisões do colegiado.

Parágrafo Único. A proposta de Súmula poderá ser apresentada por qualquer um dos conselheiros, perante o plenário do COMDEMA, sendo que a deliberação da mesma deverá ocorrer na reunião subsequente e, sua aprovação, alteração ou revogação dependerá do voto de no mínimo dois terços do plenário, ou seja, dependerá de no mínimo 8 (oito) votos favoráveis.

CAPÍTULO IV DA COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Art.5º A composição dos membros do COMDEMA dar-se-á conforme Art.4º da Lei nº 1003/2010.

Art.6º Cada membro do COMDEMA terá um suplente que o substituirá em caso de impedimento, obedecendo-se à paridade de composição do Colegiado.

Art.7º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente corresponderá ao período de dois anos, permitida a recondução.

Art.8º O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente terá a seguinte estrutura funcional:

I - Presidência:

a) Presidente;

b) Vice - Presidente.

II - Colegiado:

a) Conselheiros.

III - Secretaria Executiva:

a) 1º Secretário;

b) 2º Secretário;

c) Conselheiro Fiscal.

Parágrafo Único. O COMDEMA será presidido por funcionário lotado na FUNDEMA, que será eleito na primeira reunião ordinária do colegiado por maioria de votos de seus integrantes para um período de dois anos, permitida a recondução.

Art.9º Compete ao Presidente:

I - Dirigir os trabalhos do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, convocar e presidir as sessões do Plenário;

II - Propor "ad referendum" do colegiado a criação de Câmaras Técnicas e designar seus membros;

III - Esclarecer dúvidas relativas à interpretação das normas deste Regimento;

IV – Encaminhar votação de matéria submetida à decisão do Plenário;

V - Assinar as atas aprovadas nas reuniões;

VI - Assinar as deliberações do Conselho e encaminhá-las ao Prefeito sugerindo os atos administrativos necessários;

VII – Designar relatores para temas examinados pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente;

VIII – Convidar especialistas ou entidades para participarem das sessões, sem direito a voto;

IX - Resolver "ad referendum" do colegiado os casos omissos deste Regimento.

Parágrafo Único. Relator é o integrante do conselho que é responsável pela análise de um tema, sendo de sua competência apresentar relatório que servirá como base para os demais integrantes do conselho apresentar os seus votos.

Art.10 Compete ao Vice-Presidente:

I - Substituir o Presidente em todas as suas atribuições, quando da ausência ou afastamento deste;

II - Auxiliar o Presidente;

III - Realizar tarefas designadas pelo Conselho.

Art.11 O Colegiado é o órgão máximo de deliberação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, formado por todos os seus membros, titulares e suplentes, que atuarão em igualdade de condições, vedado o estabelecimento de hierarquia ou distinção de peso de seus votos, exceto o do Presidente, que além do voto comum terá direito ao voto de desempate.

Art.12 Compete ao Colegiado:

I– Propor leis e estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e manutenção da qualidade ambiental, visando ao uso racional dos recursos naturais do município;

II - Propor a celebração de convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas com a finalidade de promover pesquisas e atividades ligadas à defesa ambiental;

III - Opinar sobre uso e ocupação do solo urbano e parcelamento

urbano, adequando a urbanização às exigências do meio ambiente e à preservação dos recursos naturais;

IV - Julgar os processos e recursos administrativos que lhes forem submetidos, nos limites de sua competência;

V - Propor diretrizes à Política Municipal de Meio Ambiente;

VI - Convocar audiências públicas;

VII - Decidir juntamente com a FUNDEMA sobre a aplicação dos recursos provenientes do Fundo Municipal do Meio Ambiente;

VIII - Aprovar a criação de Câmaras Técnicas;

IX - Atuar no sentido de estimular a formação de consciência ambiental, através de seminários, palestras e debates junto às entidades públicas e privadas;

X - Sugerir à autoridade competente a instituição de unidade de conservação municipal, visando à proteção de sítios de beleza excepcional, dos mananciais, do patrimônio histórico, artístico, arqueológicos e de áreas representativas de ecossistemas destinados à realização de pesquisas básicas aplicadas à ecologia;

XI - Propor ao Prefeito a concessão de títulos honoríficos a pessoas ou instituições que se houverem destacado através de atos que tenham contribuído significativamente para a preservação e defesa do meio ambiente municipal;

XII - Aprovar e assinar as atas das reuniões plenárias, propondo os ajustes necessários;

XIII - Propor alterações deste Regimento;

XIV - Exercer outras atribuições que sejam de sua competência.

Art.13 Dos direitos e deveres dos Conselheiros do COMDEMA:

I - Comparecer assiduamente às reuniões;

II - Debater as matérias em discussão;

III – Propor temas e assuntos para deliberação do Colegiado;

IV - Propor a criação de câmaras técnicas;

V - Desempenhar outras atividades que lhes decorram da constituição deste Regimento ou que lhes forem delegadas pelo Colegiado.

§1º Ficará extinto o mandato do membro que deixar de comparecer, sem justificativa, a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas.

§2º A entidade que não enviar indicação de novo representante titular e suplente no prazo de 30 (trinta) dias perderá a qualidade de membro do conselho.

§3º Declarado extinto o mandato do membro por deixar de comparecer, o Presidente do Conselho oficiará ao Prefeito Municipal para que proceda ao preenchimento da vaga.

§4º O representante que adotar conduta conflitante ou em desacordo aos interesses do COMDEMA, perante a sociedade, ou tentar auferir vantagens próprias valendo-se da posição de Conselheiro será desligado do Conselho por meio de decisão votada em plenário, dando direito à ampla defesa do Conselheiro acusado.

§5º Os conselheiros que perderem seu mandato não poderão

voltar a ocupar novo cargo dentro do período de 4 (quatro) anos, contados a partir da data de sua exclusão.

Art.14 A Secretaria Executiva, eleita na primeira reunião do conselho, é o órgão auxiliar da Presidência e do Colegiado, encarregada de desempenhar atividades de gabinete, de apoio técnico, administrativo e de execução de normas referentes à proteção ambiental.

Art.15 Compete ao 1º Secretário e 2º Secretário da Secretaria Executiva:

I - Fornecer suporte e assessoramento técnico ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente nas atividades por ele deliberadas;

II - Elaborar e assinar as atas das reuniões;

III - Elaborar o relatório anual de atividades do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, submetendo-o ao Colegiado;

IV - Redigir, na forma de Resoluções ou Moções, as deliberações do Colegiado;

V - Providenciar publicação das atas, calendário de reuniões, decretos e leis, no site oficial da prefeitura;

VI - Executar outras atividades correlatas determinadas pelo Presidente ou previstas neste Regimento Interno.

Art. 16 Compete ao Conselheiro Fiscal da Secretaria Executiva:

I - Auxiliar e fiscalizar junto a FUNDEMA a correta aplicação e destinação das verbas do Fundo Municipal do Meio Ambiente.

Art.17 O Colegiado poderá constituir Câmaras Técnicas, que deverão ser compostas por seus membros eleitos em plenário.

Parágrafo Único. A composição da Câmara Técnica deverá seguir o princípio da paridade definido para o Conselho.

Art.18 Compete à Câmara Técnica:

I – A apreciação de matérias complexas cujos estudos prévios requeiram tempo para análise;

II - Estudar, analisar e propor deliberações através de pareceres ao Plenário, concernentes às matérias de sua competência, independentemente de terem sido discutidas em reunião do conselho;

III - Decidir e emitir parecer sobre consultas que lhe for encaminhada.

CAPÍTULO V DAS REUNIÕES

Art.19 O Colegiado se reunirá ordinariamente, uma vez por mês, em datas fixadas em calendário estabelecido mediante deliberação e, extraordinariamente, toda vez que convocado pelo Presidente ou solicitação da maioria dos conselheiros com antecedência mínima de 72(setenta e duas) horas.

Art.20 O quórum das reuniões se estabelecerá com a presença de cinquenta por cento mais um dos Conselheiros em primeira chamada ou 1/3 (um terço) dos Conselheiros após 15 (quinze) minutos.

Art.21 Estando presentes os Conselheiros Titulares, os respectivos Suplentes somente terão direito a voz e não serão considerados para o quórum regimental.

Art.22 Poderão participar das reuniões do Conselho, sem direito a

voto, qualquer pessoa da comunidade e pessoas convidadas pelo Conselho, desde que resguardados o andamento e a ordem.

Art.23 As reuniões terão a duração máxima de duas horas.

CAPÍTULO VI DA VOTAÇÃO

Art.24 Quando o conselheiro titular e o conselheiro suplente do mesmo órgão ou entidade comparecerem à reunião, apenas o titular se sentará à mesa e terá direito a voto.

Parágrafo único. Quando somente o conselheiro suplente comparecer, ele se sentará à mesa e terá direito a voz e voto.

Art.25 As deliberações do COMDEMA serão tomadas pela maioria simples dos conselheiros presentes com direito a voto, cabendo ao Presidente além do voto pessoal o de desempate.

Art.26 As votações poderão ocorrer de forma:

I– Simbólica - votação em que não há registro individual de votos, a qual o presidente da sessão pede aos conselheiros favoráveis à matéria que permaneçam como se encontram, cabendo aos contrários manifestarem-se;

II – Nominal - votação em que os conselheiros serão chamados a votar pela Presidência, para posterior divulgação do resultado.

Art.27 As declarações de votos não poderão ultrapassar o prazo de 01 (um) minuto e deverão ser apresentadas verbalmente ou então enviadas à mesa por escrito, até o final da reunião, para feitos de registro.

CAPÍTULO VII DAS ATAS

Art.28 As atas serão lavradas em livro próprio e assinadas pelos conselheiros presentes nas sessões.

Art.29 Constarão na Ata:

I - Tipo de reunião (ordinária ou extraordinária) e subtipo (Plenária ou das Câmaras Técnicas);

II - Data, local e hora da abertura da reunião;

III - Nomes e respectivas organizações dos Conselheiros presentes;

IV - Justificativa dos Conselheiros ausentes;

V - Sumário do expediente, relação da matéria lida, registro das proposições apresentadas de acordo com a pauta e das comunicações transmitidas;

VI - Votações e os respectivos votos e declarações de voto;

VII - Texto das proposições aprovadas;

VIII - Resumo da matéria incluída na ordem do dia, com a indicação dos debates e a transcrição dos trechos expressamente solicitados para registro em Ata.

Parágrafo Único. As eventuais retificações da Ata deverão ser enviadas por escrito à Secretaria Executiva até sua aprovação em reunião.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.30 Os casos omissos deste regimento serão resolvidos pelo Plenário do COMDEMA.

Art.31 Qualquer proposta de alteração do Regimento Interno do Conselho só poderá ser apresentada pelo seu Presidente ou pelo requerimento de 1/3 (um terço) dos seus membros.

Art.32 As decisões do conselho com relação às alterações deste Regimento interno deverão contar com a aprovação de 2/3 (dois terços) dos conselheiros.

Art.33 O presente Regimento, aprovado em reunião do COMDEMA, entrará em vigor na data de sua publicação através de Decreto do Poder Executivo.

JEFERSON KRAPP

Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO Nº 023/2018

Publicação Nº 1656595

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA EPP

Licitação: Proc. Administrativo 012/2018 TP nº 004/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada para a Construção do Pátio, Muro e Módulo de Sala de Aula destinado ao Cei Célio Muller Cubas, no Bairro Vila Nova, incluindo o fornecimento de Material e Mão de Obra.

Valor do Contrato: R\$206.409,28 (duzentos e seis mil, quatrocentos e nove reais e vinte e oito centavos)

Data da assinatura: 18/06/2018

Data do vencimento: 15/12/2018

Barra Velha, 18 de junho de 2018.

CLEBER DE SOUZA

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

LEI Nº 1693, DE 14 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657209

LEI Nº 1693, DE 14 DE JUNHO DE 2018

"Autoriza o Município a realizar/custear parte de obra de pavimentação na Rua 2074 e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado realizar/custear parte de obra de pavimentação, do seguinte logradouro:

I- Trecho da Rua 2074, no Bairro Itajuba, com extensão de 95 metros lineares da Rua 2074, a partir da Rua Rondônia até o final da mesma, com as seguintes Características, conforme projeto em anexo:

a) Tipo de Pavimentação: lajota sextavada;

b) Custo Total: R\$ 40.430,00 (quarenta mil quatrocentos e trinta

reais);

c) Custo da Obra a ser Financiada pela Taxa de Contribuição de melhoria: Sem cobrança de taxa de contribuição de melhoria;

d) Custo da Obra a ser financiada pela Pavimentação Comunitária: R\$ 33.250,00 (trinta e três mil duzentos e cinquenta reais);

e) Custo da Obra a ser realizada pelo Município: R\$ 7.180,80 (sete mil cento e oitenta reais e oitenta centavos);

f) Área da Obra: 475 metros quadrados.

Art. 2º A participação do município na obra mencionada será com as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do município ou isentos de contribuição de melhoria, as importâncias que se referirem à área de benefício comum, com a terraplanagem da rua e drenagem pluvial.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta de dotação orçamentária própria do exercício 2018.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 14 de junho de 2018.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito Municipal

LEI Nº 1692, DE 14 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657206

LEI Nº 1692, DE 14 DE JUNHO DE 2018

"Autoriza o Município a instituir Contribuição de Melhoria para custear obra de pavimentação nas Ruas 1121, 1122, 1123, 1124, Prefeito Bernardo Aguiar, Acácio Gasino de Borba Coelho e 496, e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a instituir Contribuição de Melhoria, para fazer face ao custo da obra de pavimentação, dos seguintes logradouros:

I - Rua 1121: Trecho da Rua 1121, no Bairro Itajuba, com extensão de 76 metros lineares da Rua 1121, a partir da Rua Tenente Ataliba Adur até a Rua 1004, com as seguintes Características:

a) Tipo de Pavimentação: lajota sextavada;

b) Custo Total: R\$ 41.167,94 (quarenta e um mil cento e sessenta e sete reais e noventa e quatro centavos);

c) Área da Obra: 456 metros quadrados.

II - Rua 1122: Trecho da Rua 1122, no Bairro Itajuba, com extensão de 76 metros lineares da Rua 1122, a partir da Rua Tenente Ataliba Adur até a Rua 1004, com as seguintes Características:

a) Tipo de Pavimentação: lajota sextavada;

b) Custo Total: R\$ 34.517,94 (trinta e quatro mil quinhentos e dezessete reais e noventa e quatro centavos);

c) Área da Obra: 456 metros quadrados.

III - Rua 1123: Trecho da Rua 1123, no Bairro Itajuba, com extensão de 76 metros lineares da Rua 1123, a partir da Rua Tenente Ataliba Adur até a Rua 1004, com as seguintes Características:

a) Tipo de Pavimentação: lajota sextavada;

d) Custo Total: R\$ 41.167,94 (quarenta e um mil cento e sessenta e sete reais e noventa e quatro centavos);

b) Área da Obra: 456 metros quadrados.

IV - Rua 1124: Trecho da Rua 1124, no Bairro Itajuba, com extensão de 76 metros lineares da Rua 1124, a partir da Rua Tenente Ataliba Adur até a Rua 1004, com as seguintes Características:

- a) Tipo de Pavimentação: lajota sextavada
- b) Custo Total: R\$ 28.555,70 (vinte e oito mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e setenta centavos);
- c) Área da Obra: 532 metros quadrados.

V - Rua Prefeito Bernardo Aguiar: Trecho da Rua Prefeito Bernardo Aguiar, no Bairro Itajuba, (entrada do Grant), com extensão de 202 metros lineares da Rua Prefeito Bernardo Aguiar, a partir da Rua Expedicionário Arino Viana até a Rua da Fraternidade, com as seguintes Características:

- a) Tipo de Pavimentação: lajota sextavada;
- b) Custo Total: R\$ 92.252,56 (noventa e dois mil duzentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e seis centavos);
- c) Área da Obra: 1010 metros quadrados.

VI - Rua Acácio Gasino de Borba Coelho: Trecho da Rua Acácio Gasino de Borba Coelho, no Bairro Centro, com extensão de 92 metros lineares da Rua Acácio Gasino de Borba Coelho, a partir da Rua Antônio Ramos Alvim até a Rua Pedro Francisco de Borba Coelho, com as seguintes Características:

- a) Tipo de Pavimentação: lajota sextavada;
- b) Custo Total: R\$ 65.156,80 (sessenta e cinco mil cento e cinquenta e seis reais e oitenta centavos);
- c) Área da Obra: 644 metros quadrados.

VII - Rua 496: Trecho da Rua 496, no Bairro Centro, com extensão de 85 metros lineares da Rua 496 a partir da Rua Acácio Gasino de Borba Coelho até o final da mesma, com as seguintes Características:

- a) Tipo de Pavimentação: lajota sextavada;
- b) Custo Total: R\$ 66.502,76 (sessenta e seis mil quinhentos e dois reais e setenta e seis centavos);
- c) Área da Obra: 680 metros quadrados.

Art. 2º O custo da obra será financiada integralmente pela contribuição de melhoria que será diluído entre os proprietários, tendo a seguinte forma de pagamento:

- a) 10% (dez por cento) de desconto para pagamento a vista;
- b) Para pagamento em até 6 (seis) parcelas não haverá acréscimo;
- c) Em até 36 (trinta e seis) parcelas com juros remuneratórios de 1% (um) por cento ao mês.

Parágrafo único. O Município arcará com o custo do saldo remanescente em razão do desconto previsto no presente artigo, com a contribuição de melhoria dos imóveis próprios, com as esquinas e com os isentos.

Art. 3º O valor da Contribuição de Melhoria terá como limite a despesa realizada com a execução da obra, inclusive de seus termos aditivos e, como limite individual, o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel valorizado, conforme disciplina o art. 81 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

Art. 4º Constatada a ocorrência do fato gerador, a alíquota incidente para fins de Contribuição de Melhoria é de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a valorização do imóvel, limitando-se o valor da contribuição ao custo individual da obra que teria o proprietário lindeiro, se não tivesse sido despendida pela municipalidade.

Parágrafo único. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel na zona beneficiada pela obra.

Art. 5º O valor da contribuição relativa a cada imóvel será determinado pelo rateio da parcela do custo da obra repassado a comunidade, conforme mencionado no art. 2º desta Lei, proporcionalmente à extensão, em metros lineares, da testada do imóvel beneficiado pela obra, multiplicado pela metade da extensão em

metros lineares do leito pavimentado em frente ao respectivo imóvel, observados os limite geral e individual de custeio.

Art. 6º Observadas as condições estabelecidas no caput do art. 2º desta lei, ao parcelamento, ressalvadas as disposições em sentido contrário, aplica-se a Lei nº 1660, de 05 de março de 2018, que estabelece normas gerais para o parcelamento administrativo.

Art. 7º O atraso superior a 30 (trinta) dias acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do débito tributário confessado e não pago, aplicando-se sobre o montante devido os acréscimos legais, previstos na legislação municipal, à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, executando-se automaticamente as garantias eventualmente prestadas.

Art. 8º A execução da obra, mencionada no art. 1º desta lei, será precedida da publicação de Edital contendo, além dos elementos mencionados nesta Lei, o seguinte:

I - Memorial Descritivo do Projeto;

II - Orçamento do Custo da Obra;

III - Determinação do fator de absorção do benefício da valorização;

IV - Relação dos proprietários dos imóveis localizados na área beneficiada pela obra, e a respectiva valorização imobiliária decorrente da realização da obra;

V - Parcela de rateio do custo da obra para cada imóvel;

VI - Prazo de 30 dias para impugnação de quaisquer dos elementos contidos no Edital, aplicando-se à instrução e ao julgamento dessa impugnação, as disposições contidas na Lei nº 1627, de 11 de outubro de 2017, que estabelece o Código de Processo Administrativo Tributário.

Art. 9º A avaliação prévia e a definitiva, dos imóveis mencionada no inciso IV do artigo anterior, será efetivada pela Comissão Especial de Avaliação Imobiliária, nomeada por Decreto do Poder Executivo.

Art. 10 Os valores lançados a título de Contribuição de Melhoria não quitados até seu vencimento, por se qualificarem como tributos, ficarão sujeitos à incidência de juros de mora, multa moratória e atualização monetária, previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 160, de 04 de dezembro de 2013).

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 14 de junho de 2018.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 42/2018**

Publicação Nº 1657171



Poder Legislativo
Câmara de Vereadores de Barra Velha
Estado de Santa Catarina

Portaria Nº 42/2018

Altera o expediente na Câmara de Vereadores de Barra Velha em dias de jogos da seleção brasileira de futebol, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Resolução nº 41/2017, em seu artigo 48, inciso XXIII,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica alterado o expediente na Câmara de Vereadores de Barra Velha nos dias em que a seleção brasileira de futebol disputar jogos da Copa do Mundo de Futebol da FIFA 2018:

I – O expediente será das 7h às 13h00min quando a partida tiver início às 15 horas;

II – O expediente será das 14h30min às 20h30min quando a partida tiver início às 11 horas;

III – O expediente ficará inalterado quando a partida tiver início às 9 horas.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 41/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 7 de junho de 2018.

ALEX SANDRO CORREIA DOS SANTOS
Presidente
Câmara de Vereadores de Barra Velha

Rua Pedro Alcantara de Freitas, 125 – Centro – CNPJ Nº 83.545.277/0001-27

Barra Velha – SC – Brasil – CEP: 88.390-000 – Telefone: (47) 3446-7800

www.camarabarravelha.sc.gov.br – e_mail: camara@camarabarravelha.sc.gov.br

Belmonte

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N° 26/2018

Publicação N° 1657179

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 26/2018
Registro de Preços

Objeto: Contratação de serviços de transporte de máquinas e equipamentos com caminhão prancha, com capacidade mínima de carga de 18 toneladas, destinados aos serviços da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 16:00 horas do dia 29/06/2018, no Dpto. de Licitações da Prefeitura Municipal, a Rua Engenheiro Francisco Passos, 133, iniciando a fase de lances às 16:00 horas do mesmo dia. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 18 de junho de 2018.
Genésio Bressiani
Prefeito Municipal

Benedito Novo**PREFEITURA****3º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2018**

Publicação Nº 1656294

PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2017
ÓRGÃO GESTOR: FUNDO MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS DE A A Z, ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONSIDERANDO O MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O PREÇO MÁXIMO AO CONSUMIDOR, DA TABELA OFICIAL DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS DA REVISTA ABC FARMA, ÓRGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMÉRCIO FARMACÊUTICO.

FARMAHAAS DROGRARIA LTDA EPP		
Item	Produto	Percentual
1	FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS ETICOS, PARA DISTRIBUICAO GRATUITA A POPULACAO DO MUNICIPIO, ATRAVES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, CONFORME RECEITA MEDICA, CONSIDERANDO O MAIOR DESCONTO SOBRE O PRECO MAXIMO AO CONSUMIDOR, DA TABELA OFICIAL DE PRECOS DE MEDICAMENTOS, DA REVISTA ABC FARMA, ORGAO OFICIAL DA ASSOCIACAO BRASILEIRA DE COMERCIO FARMACEUTICO	26,10 %
2	FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS GENE- RICOS, PARA DISTRIBUICAO GRATUITA A POPULACAO DO MUNICIPIO, ATRAVES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, CONFORME RECEITA MEDICA, CONSIDERANDO O MAIOR DESCONTO SOBRE O PRECO MAXIMO AO CONSUMIDOR, DA TABELA OFICIAL DE PRECOS DE MEDICAMENTOS, DA REVISTA ABC FARMA, ORGAO OFICIAL DA ASSOCIACAO BRASILEIRA DE COMERCIO FARMACEUTICO	30,50 %
3	FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS SIMI- LARES, PARA DISTRIBUICAO GRATUITA A POPULACAO DO MUNICIPIO, ATRAVES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, CONFORME RECEITA MEDICA, CONSIDERANDO O MAIOR DESCONTO SOBRE O PRECO MAXIMO AO CONSUMIDOR, DA TABELA OFICIAL DE PRECOS DE MEDICAMENTOS, DA REVISTA ABC FARMA, ORGAO OFICIAL DA ASSOCIACAO BRASILEIRA DE COMERCIO FARMACEUTICO	31,15 %

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Benedito Novo (SC), 14 de dezembro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito

DECRETO Nº 045/2018 - ESTABELECE HORÁRIO DE EXPEDIENTE NO SERVIÇO PÚBLICO NOS DIAS DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DURANTE OS JOGOS COPA DO MUNDO DE FUTEBOL

Publicação Nº 1657260

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--

DECRETO Nº 45/2018, de 13 de junho de 2018.

Estabelece horário de expediente no serviço público nos dias de jogos da Seleção Brasileira durante os Jogos Copa do Mundo de Futebol.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no seu art. 50, VII c/c art. 70, I, "n", e
Considerando o interesse da ampla maioria dos servidores públicos municipais em acompanhar os jogos da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 2018;
Considerando que o início de alguns jogos na Primeira Fase está previsto em horário que coincidem com horário regular de trabalho no Serviço Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido em caráter excepcional que nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2018, o horário de expediente e atendimento nas repartições públicas do Município de Benedito Novo, será como segue:

I – Dia 22-06-2018 (sexta-feira), não haverá expediente no período matutino, sendo o expediente normal no período vespertino para os servidores que assim o laboram;

II – Dia 27-06-2018 (quarta-feira), o expediente será ininterrupto, com início às 8:00 horas até às 14:00 horas.

III – Os servidores que, por qualquer motivo, estejam impedidos de cumprir os horários excepcionais fixados nos incisos do caput deste artigo deverão observar o expediente normal.

IV – Nas Unidades de Ensino da Rede Municipal serão disponibilizados aparelhos de televisão e poderá haver alteração de turno para agrupar os alunos possibilitando o acompanhamento dos jogos da seleção brasileira, nos dias de jogos.

Art. 2º - Não se aplicam os horários especiais fixados neste Decreto às atividades e/ou serviços públicos que prestam serviços considerados essenciais.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 13 de junho de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Decreto nº 45/2018 foi publicado e registrado na forma da Lei. Benedito Novo, aos 13 de junho de 2018.

, Joice Aparecida Costa
Agente Administrativo

DECRETO Nº 046/2018 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO VIGENTE

Publicação Nº 1657262

DECRETO Nº 046 de 15 de junho de 2018

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro No Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.879, de 12 de dezembro de 2017.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 50.000,00 (cinqu mil reais), conforme dotação orçamentária abaixo:

08.001.0015.0451.0800.2801 Manutenção das Atividades do Sistema Viário 3339000000000000 - Aplicações diretas	03000000	50.000,00
--	----------	-----------

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á através do superávit financeiro do exercício anterior:

Superávit		03000000	50.000,00
-----------	--	----------	-----------

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 15 de junho de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 046/2018 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 15 de junho de 2018.

Joice Aparecida Costa

Agente Administrativa

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2018

Publicação Nº 1656165

PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2018

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÕES ESPORTIVAS

Lote 1: AQUISICAO DE MEDALHAS DIVERSAS			
QGX SEERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E COMERCIO DE MATERIAIS ESCOLARES E ESPORTIVOS LTDA ME			
Item	Produto	Marca	Valor Unit.
1	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 55X55 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR COBRE. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 20 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO.	REMA	5,2178
2	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 55X55 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR BRONZE. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 20 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO.	REMA	5,2178
3	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 55X55 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR PRATA. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 20 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO.	REMA	5,2178

4	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 55X55 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR DOURADA. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 20 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO.	REMA	5,2178
5	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 80X80 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR COBRE. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 25 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO.	REMA	6,7822
6	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 80X80 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR BRONZE. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 25 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO.	REMA	6,7822
7	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 80X80 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR PRATA. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 25 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO.	REMA	6,7822
8	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 80X80 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR DOURADA. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 25 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO.	REMA	6,7822

Lote 2: AQUISICAO DE TROFEUS DIVERSOS

PELLIZZARI TROFEUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
1	TROFEU EM MDF COM ESPESSURA DE 10 MM E ALTURA DE 30CM PINTADO COM TINTA AUTOMOTIVA PARA COMPETIÇÃO DE ENDURO REGULARIDADE	SM Troféu e Medalhas	43,20
2	TROFEU EM MDF COM ESPESSURA DE 10 MM E ALTURA DE 30CM PINTADO COM TINTA AUTOMOTIVA PARA COMPETIÇÃO DE CICLISMO	SM Troféu e Medalhas	43,20
3	TROFEU EM MDF COM ESPESSURA DE 10 MM E ALTURA DE 30CM PINTADO COM TINTA AUTOMOTIVA PARA COMPETIÇÃO DE ENDURO FIM	SM Troféu e Medalhas	43,20
4	TROFÉU EM MDF COM ESPESSURA DE 10 MM E ALTURA DE 30CM PINTADO COM TINTA AUTOMOTIVA PARA COMPETIÇÃO DE MOTOCROSS	SM Troféu e Medalhas	43,20
5	TROFÉU COM ALTURA DE 17 CM, COM BASE QUADRADA COM 7,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA INTERNA E EXTERNA NA COR DOURADA COM DETALHES TEXTURIZADOS E 9,2 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	19,70
6	TROFÉU COM 48 CM DE ALTURA, COM BASE OITAVADA COM 10,1 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, UM CONE EM POLÍMERO COM DETALHES NA PARTE SUPERIOR METALIZADA NA COR DOURADA E UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA DESTA TAMPA UMA COPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR VERMELHA ACETINADA COM 10,9 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	86,00
7	TROFÉU COM 56 CM DE ALTURA, COM BASE OITAVADA COM 12,1 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, UM CONE EM POLÍMERO COM DETALHES NA PARTE SUPERIOR METALIZADA NA COR DOURADA E UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA DESTA TAMPA UMA COPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR VERMELHA ACETINADA COM 13,5 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	105,70

8	TROFÉU COM 67 CM DE ALTURA, COM BASE OITAVADA COM 13,10 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, UM CONE EM POLÍMERO COM DETALHES NA PARTE SUPERIOR METALIZADA NA COR DOURADA E UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA DESTA TAMPA UMA COPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR VERMELHA ACETINADA COM 15,50 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	115,60
9	TROFÉU COM 115 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 32 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR BRONZE, COM EFEITO, TEXTURIZADO. DOIS SUPORTES INTERCALADOS POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR BRONZE. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR BRONZE, COM EFEITO, TEXTURIZADO NA PARTE INFERIOR E NA PARTE SUPERIOR EM BRONZE COM 58 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR BRONZE. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	516,30
10	TROFÉU COM 115 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 32 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO. DOIS SUPORTES INTERCALADOS POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO NA PARTE INFERIOR E NA PARTE SUPERIOR EM PRATA COM 58 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	524,10
11	TROFÉU COM 115 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 32 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, COM EFEITO, TEXTURIZADO. DOIS SUPORTES INTERCALADOS POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, COM EFEITO, TEXTURIZADO NA PARTE INFERIOR E NA PARTE SUPERIOR EM DOURADO COM 58 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	516,30
12	TROFÉU COM 67 CM DE ALTURA, BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR VINHO. SOBRE ESTA BASE UM SUPORTE E DOIS ANÉIS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM 46 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA METALIZADA NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	243,90
13	TROFÉU COM 71 CM DE ALTURA, BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR VINHO. SOBRE ESTA BASE UM SUPORTE E DOIS ANÉIS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM 46 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA METALIZADA NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	269,10
14	TROFÉU COM 79 CM DE ALTURA, BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR VINHO. SOBRE ESTA BASE UM SUPORTE E DOIS ANÉIS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM 46 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA METALIZADA NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	307,30
15	TROFÉU COM ALTURA DE 19 CM, BASE OVAL COM 22,50 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA COM FRISO NA TAMPA DA BASE METALIZADA NA COR DOURADA. DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA NAS LATERAIS. SOBRE ESTES SUPORTES UMA ESTATUETA FIXA DE BOLA DE FUTEBOL BRANCA COM GOMOS PINTADOS NA COR PRETA, COM 7,9 CM DE LARGURA DE UM LADO E DO OUTRO UMA ESTATUETA FIXA DE CHUTEIRA DE FUTEBOL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	50,40
16	TROFÉU COM ALTURA DE 19 CM, BASE OVAL COM 22,50 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA COM FRISO NA TAMPA DA BASE METALIZADA NA COR DOURADA. DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA NAS LATERAIS. SOBRE ESTES SUPORTES UMA ESTATUETA FIXA DE BOLA DE FUTEBOL BRANCA COM GOMOS PINTADOS NA COR PRETA, COM 7,9 CM DE LARGURA DE UM LADO E DO OUTRO UMA ESTATUETA FIXA DE JOGADOR DE FUTEBOL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	50,40
17	TROFÉU COM ALTURA DE 19 CM, BASE OVAL COM 22,50 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA COM FRISO NA TAMPA DA BASE METALIZADA NA COR DOURADA. DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA NAS LATERAIS. SOBRE ESTES SUPORTES UMA ESTATUETA FIXA DE BOLA DE FUTEBOL BRANCA COM GOMOS PINTADOS NA COR PRETA, COM 7,9 CM DE LARGURA DE UM LADO E DO OUTRO UMA ESTATUETA FIXA DE GOLEIRO DE FUTEBOL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	50,40
18	TROFÉU COM 36 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA INTERCALADA POR UM ANEL METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA PARTE EXTERNA NA COR DOURADA E NA PARTE INTERNA COM PINTURA DOURADA FOSCA COM 33 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS FOSCA NA PARTE INTERNA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	111,00
19	TROFÉU COM 41 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA INTERCALADA POR UM ANEL METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA PARTE EXTERNA NA COR DOURADA E NA PARTE INTERNA COM PINTURA DOURADA FOSCA COM 33 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS FOSCA NA PARTE INTERNA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. PLAQUETA EM LATÃO PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	117,30

20	TROFÉU COM 45 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA INTERCALADA POR UM ANEL METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA PARTE EXTERNA NA COR DOURADA E NA PARTE INTERNA COM PINTURA DOURADA FOSCA COM 33 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS FOSCA NA PARTE INTERNA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	120,50
21	TROFÉU COM ALTURA DE 28CM, BASE OITAVADA COM 10,10 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE UMA TAÇA EM POLÍMERO COM DETALHES COM 15,50 CM DE LARGURA EM AS ALÇAS METALIZADA NA COR DOURADA COM PINTURA INTERNA DOURADA METÁLICA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL PLAQUETA EM LATÃO PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	61,70
22	TROFÉU COM ALTURA DE 35CM, BASE OITAVADA COM 12,10 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE UMA TAÇA EM POLÍMERO COM DETALHES COM 18,50 CM DE LARGURA EM AS ALÇAS METALIZADA NA COR DOURADA COM PINTURA INTERNA DOURADA METÁLICA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL PLAQUETA EM LATÃO PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	87,30
23	TROFÉU COM ALTURA DE 40CM, BASE OITAVADA COM 14,50 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE UMA TAÇA EM POLÍMERO COM DETALHES COM 21,000 CM DE LARGURA EM AS ALÇAS METALIZADA NA COR DOURADA COM PINTURA INTERNA DOURADA METÁLICA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL PLAQUETA EM LATÃO PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	107,70
24	TROFÉU COM 64 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 14,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE E UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, SOBRE ESTE ANEL UMA BOLA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO INTERCALADO POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO. ACIMA UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO E UM CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO COM 27 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS, ALÇAS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	150,90
25	TROFÉU COM 76 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 17,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE E UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, SOBRE ESTE ANEL UMA BOLA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO INTERCALADO POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO. ACIMA UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO E UM CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO COM 31 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS, ALÇAS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	179,60
26	TROFÉU COM 83 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 21,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE E UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, SOBRE ESTE ANEL UMA BOLA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO INTERCALADO POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO. ACIMA UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO E UM CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO COM 31 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS, ALÇAS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	213,70

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 11 de junho de 2018 a 11 de junho de 2019.

Benedito Novo (SC), 11 de junho de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 56/2018

Publicação Nº 1656054

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 35/2018

EXTRATO DE CONTRATO Nº 56/2018

Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA SANTA MONICA EIRELI - ME

Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE GALERIA EM CONCRETO ARMADO SOBRE O RIO BENEDITO – MARGEM DIREITA, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL

Valor do Contrato: R\$ 163.991,58

Vigência: 13/06/2018 a 31/12/2018

Execução: 14/06/2018 a 12/09/2018

Data Assinatura: 13/06/2018

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO DO 8º ADITIVO - ATA DE REG. DE PREÇOS Nº 50/2017

Publicação Nº 1656664

PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DO OITAVO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2017

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER OS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS.

FORNECEDOR: ZUMMCAR EIRELI EPP

FINALIDADE DO ADITIVO: Reequilíbrio de valor, conforme a seguir:

Item	Descrição	Preço Anterior	Preço Atual
4	OLEO DIESEL S10 - BANDEIRA BRANCA	3,716	3,349
5	OLEO DIESEL COMUM - BANDEIRA BRANCA	3,617	3,279
6	GASOLINA COMUM - BANDEIRA BRANCA	4,147	4,339

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 14 de junho de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Benedito Novo (SC), 14 de junho de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 167/2018 - CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 1657104

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 167/2018, DE 13 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e, art. 108 e seguintes da Lei Complementar nº4, de 22-12-95,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença-prêmio a servidora MARIA FRANCISCA PEREIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Desenvolvimento de Educação Infantil, símbolo ADEI, Anexo XVI, do Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério de Benedito Novo, os quinquênios de 02-05-2011 a 01-05-2016, com recebimento em com recebimento em Gozo pelo período de 13 de junho de 2018 a 10 de setembro de 2018.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 13 de junho de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO N° 102/2018

Publicação N° 1657520

DECRETO N° 102/2018 DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3797/2017 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3828/2017 - Lei Orçamentária para 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2018, Lei Municipal nº 3828/2017:

1901.28.843.0000.0002	Amortização da Dívida	60.000,00
	ANULA:	
3.2.90.00/0.1.00.000000	Juros e Encargos da Dívida	60.000,00
	SUPLEMENTA:	
4.6.90.00/01.00.000000	Amortização da Dívida	60.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu (SC), 18 de junho de 2018.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

PORTARIA N° 1255/2018

Publicação N° 1657192

PORTARIA N° 1255 de 12 de junho de 2018

Instaura Processo Disciplinar de Rito Sumário, nos termos do art. 207 e 212, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o disposto no art. 207 e 212 caput da Lei Complementar nº 53/2012.

RESOLVE:

Art. 1º Designar Marisete da Silva Rocha, ocupante do cargo efetivo de Procurador do Município, Leandro de Souza Cunha, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, e André Schweitzer, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 971/2018, para que, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar de Rito Sumário visando à apuração de possível inassiduidade habitual atribuída a Manoel João da Cunha, matrícula 7435, ocupante do cargo efetivo de Pedreiro, tendo em vista as faltas não justificadas ao serviço nos dias 21 do mês de junho de 2017; 15 e 21 do mês de agosto de 2017; 21, 26 e 27 do mês de setembro de 2017; 02, 04, 06, 17 e 19 do mês de outubro de 2017; 16 e 22 do mês de novembro de 2017; 06, 12, 15, 19 e 21 do mês de dezembro de 2017; 02, 09, 18, 19, 23 e 31 do mês de janeiro de 2018; 22 do mês de fevereiro de 2018; 01, 14, 15, 20, 22 e 30 do mês de março de 2018; e 02, 12 e 17 do mês de abril de 2018, durante o período de doze meses (de 17/04/2017 a 17/04/2018).

Art. 2º O prazo para conclusão do processo é de 19/06/2018 a 18/07/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 12 de junho de 2018.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1330/2018

Publicação Nº 1656882

PORTARIA Nº 1330/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), JORED REIS, ocupante do cargo efetivo de ESCRITURÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 6100/2018 em anexo no período de 05/06/2018 a 02/08/2018.

Biguaçu, 18 de junho de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1331/2018

Publicação Nº 1656893

PORTARIA Nº 1331/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), LUANA DE ARAUJO LIMA VIZENTIN, ocupante do cargo efetivo de PSICÓLOGO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 6100/2018 em anexo no período de 05/06/2018 a 11/06/2018.

Biguaçu, 18 de junho de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1332/2018

Publicação Nº 1656895

PORTARIA nº 1332 de 18 de junho de 2018

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), CLAUDIA FREIBERGER MULLER CORIA, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 30/05/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/05/2018.

Biguaçu, 18 de junho de 2018.

KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1333/2018

Publicação Nº 1656899

PORTARIA nº 1333 de 18 de junho de 2018

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FERNANDA MACHADO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 06/05/2018 a 01/06/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/05/2018.

Biguaçu, 18 de junho de 2018.

KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1334/2018

Publicação Nº 1656902

PORTARIA nº 1334 de 18 de junho de 2018

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GERALDINA APARECIDA RIBEIRO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 30/05/2018 a 21/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/05/2018.

Biguaçu, 18 de junho de 2018.

KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1335/2018

Publicação Nº 1656908

PORTARIA nº 1335 de 18 de junho de 2018

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JULIANA MACHADO DE CAMPOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/05/2018 a 15/08/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/05/2018.

Biguaçu, 18 de junho de 2018.

Katia Roussenq Bichels
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1336/2018

Publicação Nº 1656913

PORTARIA nº 1336 de 18 de junho de 2018

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KAREN GARANHANI SALCEDO, para desempenhar as funções do cargo não provido de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 15/06/2018 a 20/12/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/06/2018.

Biguaçu, 18 de junho de 2018.

KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1337/2018

Publicação Nº 1656916

PORTARIA nº 1337 de 18 de junho de 2018

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JANICE ZAWASKI PAZETO DAMASIO, para desempenhar as funções do cargo não provido de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 18/05/2018 a 13/08/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/05/2018.

Biguaçu, 18 de junho de 2018.

KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1338/2018

Publicação Nº 1657127

PORTARIA nº 1338 de 18 de junho de 2018

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ALINE MENDES SCREMIN, para desempenhar as funções do cargo não provido de ENGENHEIRO CIVIL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Participativa, e jornada de 30 horas semanais, no período de 01/03/2018 a 13/07/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2018.

Biguaçu, 18 de junho de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretária Municipal de Educação

REVOGAÇÃO DL03-2018-FAMABI

Publicação Nº 1657141

Despacho de revogação

O Município de Biguaçu torna público para conhecimento de todos os interessados, a revogação da DL03/2018-FAMABI, objetivando a "aquisição de um soprador aerador para manter os peixes vivos e a água em condições para que evitem a mortandade, pois segundo alguns moradores, faz alguns meses que está queimado, e não há mais conserto segundo o técnico", por conveniência administrativa.

Biguaçu, 18 de junho de 2018.

Daniel César da Luz
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

REVOGAÇÃO PP 108-2018-PMB

Publicação Nº 1656559

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PP 108/2018-PMB

O Secretário de Administração, Sr. Daniel César da Luz, por delegação de competência (Portaria nº 002/2017, de 03/01/2017), torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação, por conveniência administrativa, do Processo Licitatório PP 108/2018-PMB, que tem por objeto "contratação de empresa para reforço da estrutura do deck do Mercado Público de Biguaçu".

Biguaçu, 18 de junho de 2018.

DANIEL CÉSAR DA LUZ
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº 11/2018 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2018**

Publicação Nº 1656987

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão nº 11/2018

Ata de Registro de Preços nº 17/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de central telefônica GRÁFICO, em um prazo que se estende a partir da assinatura do presente contrato até 31/12/2018, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU CNPJ N. 73.564.064/0001-99.

Contratado: IP2LINK ENGENHARIA ELÉTRICA EIRELI – ME – CNPJ: 21.192.908/0001-14.

Valor: R\$ 3.950,00 (TRÊS MIL, NOVECENTOS E CINQUENTA REAIS)

Vigência: a partir da data da assinatura até o dia 31/12/2018.

BIGUAÇU/SC 19/06/2018

MARCONI KIRCH

PRESIDENTE

PORTARIA DE FÉRIAS 102/2018

Publicação Nº 1657553

PORTARIA Nº 091/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a servidora, LETÍCIA REGINALDO CORRÊA DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Jornalista, de 15 (quinze) dias. Início dia 11/04/2018 e término 25/04/2018, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Biguaçu/SC, 11 de abril de 2018.
Vereador Marconi Kirch
Presidente

PORTARIA DE FÉRIAS 103/2018

Publicação Nº 1657554

PORTARIA Nº 103/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a servidora, JULIANA MACHADO, ocupante do cargo comissionado ASSESSORIA PARLAMENTAR II, de 30 (trinta) dias. Início dia 26/06/2018 e término 25/07/2018, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 18 de junho de 2018.

Vereador Marconi Kirch

Presidente

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2018

Publicação Nº 1656962

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2018

Circunstanciado pela ata de julgamento apresentada pelo Pregoeiro da CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, venho ADJUDICAR e HOMOLOGAR, ato contínuo, pelo presente termo, para que surta seus efeitos legais, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com redação dada pela Lei Federal nº 10.520/02 de 17 de julho de 2002, o resultado da licitação na modalidade – PREGÃO n. 011/2018 – Pregão para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva DE CENTRAL TELEFÔNICA para essa Casa Legislativa de acordo com o resultado do certame, que aponta como vencedora as empresas:

*IP2LINK - LTDA – CNPJ: 07.475.828/0001-45

Biguaçu/SC, 19 de junho de 2018.

Marconi Kirch

Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.795/2018

Publicação Nº 1657197

DECRETO Nº 11.795, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, § 1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento nos artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº 8.597, de 14 de junho de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais especiais no orçamento vigente, no valor de R\$ 1.865.728,44 (um milhão, oitocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e vinte e oito reais e quarenta e quatro centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

02 – GABINETE DO PREFEITO

0203 – Diretoria de Articulação e Relações Comunitárias

Atividade 02.03.04.122.0017.2476 – Manut.das Ativ. Artic.e Relações Comunitárias

Modalidade 3.1.90 () Aplicações Diretas R\$ 427.026,38

Modalidade 3.1.91 () Aplicações Diretas R\$ 41.013,27

Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Modalidade 3.3.91 () Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E LAZER

1605 – Centro Turístico e Cultural da Vila Itoupava

Atividade 16.05.23.695.0080.2480 - Man.Ativ.Centro Turíst.e Cultur.Vila Itoupava

Modalidade 3.3.50 () Transf.a Inst.Priv.s/Fins Lucr R\$ 2.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 3.3.50 () Transf.a Inst.Priv.s/Fins Lucr R\$ 33.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas R\$ 110.345,84

Fonte de Recursos 0206.00000

Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas R\$ 1.267,17

Fonte de Recursos 0300.00000

Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas R\$ 229.455,05

Fonte de Recursos 0606.00000

Modalidade 3.3.91 () Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 3.3.91 () Aplicações Diretas R\$ 1.880,08

Fonte de Recursos 0206.00000

Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

21 – CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

2101 – Administrativo do Gabinete

Atividade 21.01.04.122.0067.2477 – Manut.das Ativ. Adm. da CGM

Modalidade 3.1.90 () Aplicações Diretas R\$ 115.000,00

Modalidade 3.1.91 () Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Modalidade 3.3.91 () Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

2102 – Diretoria de Transparência

Atividade 21.02.04.122.0067.2478 – Manut.das Ativ.de Transparência

Modalidade 3.1.90 () Aplicações Diretas R\$ 465.000,00

Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

2103 – Diretoria de Controle Interno

Atividade 21.03.04.124.0067.2479 – Manut.das Ativ.de Controle Interno

Modalidade 3.1.90 () Aplicações Diretas R\$ 286.299,02

Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas R\$ 8.441,63

Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais especiais abertos no artigo 1º deste Decreto, correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

02 – GABINETE DO PREFEITO

0202 – Diretoria de Controle Interno

Atividade 02.02.04.124.0017.2006 – Manut.das Ativ.de Controle Interno

Modalidade 3.1.90 (17) Aplicações Diretas R\$ 286.299,02

Modalidade 3.3.90 (18) Aplicações Diretas R\$ 8.441,63

Modalidade 4.4.90 (19) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

03 – GABINETE DO VICE-PREFEITO

0301 – Administrativo do Gabinete

Atividade 03.01.04.122.0018.2268 – Manut.das Ativ.Administr.do Gavice

Modalidade 3.1.90 (20) Aplicações Diretas R\$ 444.209,04

Modalidade 3.1.91 (21) Aplicações Diretas R\$ 41.013,27

Modalidade 3.3.91 (23) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Modalidade 4.4.90 (24) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0302 – Diretoria de Articulação e Relações Comunitárias

Atividade 03.02.04.122.0018.2344 – Manut.Ativ.Artic.e Rel.Comunitárias

Modalidade 3.1.90 (25) Aplicações Diretas R\$ 108.817,34

Modalidade 3.3.90 (26) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Modalidade 4.4.90 (27) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0501 – Administrativo do Gabinete

Atividade 05.01.04.122.0020.2017 – Manut.das Ativ.Adm.da Sede-ad

Modalidade 3.1.91 (62) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0505 – Diretoria de Serv.Ouvidoria e Atendimento ao Público

Atividade 05.05.04.122.0020.2269 – Manut.Ativ.Serv.Ouv.e Atend. ao Públ

Modalidade 3.1.90 (84) Aplicações Diretas R\$ 417.000,00

Modalidade 3.3.90 (85) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E TRANSPARÊNCIA
0707 – Diretoria de Sistemas, Inovação e Transparência
Atividade 07.07.04.126.0022.2314 – Manutenção de Ativ. de Sistemas
Modalidade 3.1.90 (135) Aplicações Diretas R\$ 48.000,00
Modalidade 3.3.90 (136) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

23 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU
2302 – Centro Cultural da Vila Itoupava
Atividade 23.02.13.391.0093.2132 – Manut.Ativ.Centro Cult.Vila Itoupava
Modalidade 3.3.50(47)TRansf.a Inst.Priv.s/Fins Lucr R\$ 2.500,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Modalidade 3.3.50 (48) TRansf.a Inst.Priv.s/Fins Lucr.R\$ 33.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000
Modalidade 3.3.90 (49) Aplicações Diretas R\$ 2.500,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Modalidade 3.3.90 (50) Aplicações Diretas R\$ 110.345,84
Fonte de Recursos 0206.00000
Modalidade 3.3.90 (63) Aplicações Diretas R\$ 1.267,17

Fonte de Recursos 0300.00000
Modalidade 3.3.90 (64) Aplicações Diretas R\$ 229.455,05
Fonte de Recursos 0606.00000
Modalidade 3.3.91 (51) Aplicações Diretas R\$ 2.500,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Modalidade 3.3.91 (52) Aplicações Diretas R\$ 1.880,08
Fonte de Recursos 0206.00000
Modalidade 4.4.90 (53) Aplicações Diretas R\$ 2.500,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Modalidade 4.4.90 (54) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de junho de 2018.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2018

Publicação Nº 1657199

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2018
Objeto: Contratação de empresa especializada para serviços de capacitação e supervisão técnica, sobre a implantação e execução do Serviço de Família Acolhedora para atender aos profissionais da equipe técnica, rede socioassistencial, profissionais das políticas setoriais e atores do Sistema de Garantia de Direitos, conforme Edital. - FMAS/SEMUDES (Resolução CMDCA nº 36/2017). Entrega e protocolo dos envelopes: dia 29 de junho de 2018, até às 09h00min. Início da sessão: dia 29 de junho de 2018, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: lene@blumenau.sc.gov.br e/ou no site do site oficial do Município: <http://www.blumenau.sc.gov.br/portalttransparencia>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 19/06/2018 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2018

Publicação Nº 1657210

Homologação do pregão presencial n.º 068/2018 – Data da Homologação: 15 de junho de 2018.

Objeto: Aquisição de equipamentos (mesa gráfica, kit de captura de imagem e notebook) conforme especificações constantes neste edital - FMAS (Recurso CRAS Estadual Investimento) - SEDEAD – SECOM – SEGEFI (Projeto PMAT 640604390136).

Empresas vencedoras: Infoplan Ltda – me valor total R\$ 85.350,00; Rei dos Reis Comercio Atacadista de Equipamentos de Informatica Ltda – EPP valor total R\$ 1.305,00; ADL Comercial Eireli – EPP valor total R\$ 2.710,00.

Base Legal: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, que regulamenta a modalidade Pregão, Decreto Municipal nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06 alterada pela Lei Complementar 147/14, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e alterações.

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2018

Publicação Nº 1657213

Homologação do pregão presencial n.º 073/2018 – Data da Homologação: 15 de junho de 2018.

Objeto: Contratação de empresa para serviço de adaptação/trans-formação veicular em caminhão da Força Tarefa do 3ª BBM, com instalação de cajados tipo "Santo Antonio" Toldo Sintético, sobre a carroceria e bancos rebatíveis conforme especificações constantes neste edital - Convenio Estadual nº 2013/193006 - SEDECI.

Empresas vencedoras: Freewil Implementos Rodoviários Ltda Valor Total R\$ 25.000,00

Base Legal: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, que regulamenta a modalidade Pregão, Decreto Municipal nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06 alterada pela Lei Complementar 147/14, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e alterações.

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 05/2018

Publicação Nº 1657229

INTIMAÇÃO POR EDITAL Nº 05/2018

Recurso Ordinário

Recorrente: Obraservice Engenharia e Consultoria LTDA

Assunto: Notificação Fiscal nº. 350/2008

Processo nº. 3.000/2010

Com fundamento no art. 153, inciso III da Lei Complementar n. 632/2007, intima-se a recorrente Obraservice Engenharia e Consultoria LTDA., que se encontra em local incerto ou não sabido, para que no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, se manifeste a respeito da conclusão da diligência realizada pelo Auditor Fiscal Tributário no referido processo. E, para o conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido este edital e publicado 1 (uma) vez.

Blumenau, 21 de maio de 2018

EDITAL Nº 005/2018 - SEINFRA

Publicação Nº 1657240

EDITAL Nº 005/2018 PRÉVIO À COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA REFERENTE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA DAS ROSEIRAS.

O MUNICÍPIO DE BLUMENAU TORNA PÚBLICA A REALIZAÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA DAS ROSEIRAS pelo SISTEMA DE MUTIRÃO regulado nos termos da Lei Municipal nº 4.868/97 e Decreto 10.098/2013.

Dos proprietários, possuidores ou titulares do domínio útil dos imóveis beneficiados pela obra nos termos deste Edital que não aderiram ao SISTEMA DE MUTIRÃO será exigida CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA para fazer frente ao custo da obra, respeitado o limite individual de valorização do imóvel.

A exigência do tributo está fundamentada na Constituição Federal, Art. 145, III; no Código Tributário Nacional, artigos 81 e 82; no Decreto -Lei nº 195/67 e nos artigos 322 a 338 do Código Tributário Municipal – LC nº 632/2007.

Em cumprimento ao disposto no Art. 331 da LC 632/2007, ficam cientificados os proprietários, possuidores ou titulares do domínio útil dos imóveis beneficiados pela obra nos termos deste Edital:

1. MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA E SEU CUSTO TOTAL:**1.1 PREPARAÇÃO DA PISTA E PAVIMENTAÇÃO**

Este serviço consiste na regularização e compactação do sub-leito da pista a fim de corrigir eventuais irregularidades e possibilitar a execução da pavimentação. Onde ocorrer solo mole, tais serão retirados e em seu lugar será executado um reforço em camadas. A pavimentação da via assenta-se em base, e reveste-se, em material previamente determinado.

1.2 ADEQUAÇÃO DA DRENAGEM PLUVIAL

Este serviço consiste no aproveitamento da drenagem existente na via, se possível, e/ou implantação de nova rede de captação através de caixas coletoras, ligação e tubulação para condução das águas. As ligações de esgoto igualmente entram neste item nos mesmos termos da tubulação de drenagem.

1.3 Orçamento de custo da Obra;

O valor da obra é de R\$ 110.887,95 (cento e dez mil novecentos e oitenta e quatro reais e trinta centavos), incluindo infra-estrutura e áreas de pavimentação cabíveis ao Município.

2.DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO TOTAL A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.

Será financiado pela Contribuição e melhoria a pavimentação com lajotas em frente a prédios particulares que não aderiram ao Sistema Mutirão, no total de R\$ 22.220,60.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA E RESPECTIVOS ÍNDICES DE HIERARQUIZAÇÃO DE BENEFÍCIOS DOS IMÓVEIS

OR-DEM	Titularidade	TESTADA (m)	Faixa de localização	Índice hierarquização
1	JOÃO CARLOS SARDA	12,00	1	1
2	OSVALDO P MULLER	15,00	1	1
3	ANIBAL FREIBERG	4,00	1	1
4	CELINHO MONTEIRO DE LIMA	12,00	1	1
5	DIETMAR FRANKE	12,50	1	1
6	PEDRO PAULO DOS SANTOS	12,00	1	1
7	GERD FRANKE	13,48	1	1
8	JANETE MARIA SAGON	28,28	1	1
9	VILSON FLORENCIO	16,00	1	1
10	HARRY CHIODINI	12,00	1	1
11	RODOLFO TREDER	24,00	1	1
11	CEZAR ADEMAR PERING	11,20	1	1
11	ELVIRA RINKOS OKSLA	7,60	1	1
12	GILSON POLO	12,00	1	1
13	AMARILDO FORTUNATO	12,00	1	1
14	EVALDINA DA SILVA	12,00	1	1
15	AMARILDO M JORGE	16,00	1	1
16	JACKSON MENSOR	13,48	1	1
17	ANTONIO MENSOR	28,28	1	1
18	MOACIR JOSE FRIGOTO	5,95	1	1

19	ASEMIRO MASUTTI	17,31	1	1
20	RICARDO JOSÉ DOS SANTOS	13,48	1	1
21	ADEMAR RODRIGUES DA SILVA	12,50	1	1
22	MAURILIO RODRIGUES DE CAMPOS	34,00	1	1
23	MIRIAN FRANKE	12,50	1	1
24	ORIDES SALVADOR GIOMO	3,00	1	1
25	JORGE ANDRE DA SILVA	32,50	1	1
26	DIETMAR FRANKE	12,50	1	1
27	MUNICIPIO DE BLUMENAU	15,00	1	1

Notas: 1) Os imóveis são identificados pelo número constante do Cadastro Imobiliário Municipal; 2) Titularidade conforme Cadastro Imobiliário Municipal; 3) Testada conforme Cadastro Imobiliário Municipal; 4) As faixas são definidas pela maior ou menor valorização, sendo a Faixa de menor numeração correspondente àquela de maior benefício e a de maior número a de menor benefício; 5) O índice de hierarquização corresponde ao fator de influência da obra na valorização do imóvel, determinado a partir de 1,0 quando imóvel limdeiro à obra.

4. RATEIO DA PARCELA DO CUSTO A SER FINANCIADA VIA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELOS NÃO ADERENTES AO REGIME DE MUTIRÃO

Custo a ser financiado via Contribuição de Melhoria, conforme item 2 deste Edital, individualizado por imóvel beneficiado cujo titular não aderiu ao Regime de Mutirão:

NOME	CADASTRO	ÁREA PAVIMENTAÇÃO M2	VALOR
ADRIANA LIANDRA	2101	62,50	R\$ 3.405,00
ADRIANA LIANDRA	1507	60,00	R\$ 3.268,80
HARRY CHIODINI	1055	60,00	R\$ 3.268,80
ADEMAR RODRIGUES SILVA	2433	62,50	R\$ 3.405,00
JORGE ANDRE DA SILVA	1059	162,50	R\$ 8.853,00

5. PRAZO PARA A IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Com fundamento no Art. 332 da LC 632/2007:

5.1 Os proprietários, possuidores ou titulares do domínio útil dos imóveis localizados na zona de influência, terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Edital, para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

5.2 A impugnação deverá ser dirigida à Procuradoria Geral do Município, através de petição fundamentada, protocolizada na Praça do Cidadão, e não terá efeito suspensivo para a execução da obra (art 336 LC 632/2007)

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 A publicidade deste Edital dar-se-á mediante publicação do seu inteiro teor no Diário Oficial dos Municípios (DOM-e).

6.2 Esclarecimentos sobre quaisquer dados constantes deste Edital poderão ser obtidos na Secretaria Municipal de Obras, de segunda à sexta feira, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas.

6.3 A Secretaria Municipal da Fazenda procederá ao lançamento da Contribuição de Melhoria, observando a legislação tributária e os valores do custo da obra conforme a Tabela do item 4 deste Edital.

Blumenau, 30 de maio de 2018.

Luciano Machado Felizardo
Diretor de Obras

Régis Evaloir da Silva
Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana

EDITAL Nº 007/2018 - SEINFRA

Publicação Nº 1657257

EDITAL Nº 007/2018 PRÉVIO À COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA REFERENTE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA APRÍSIO SEBASTIÃO DE SOUZA.

O MUNICÍPIO DE BLUMENAU TORNA PÚBLICA A REALIZAÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA APRÍSIO SEBASTIÃO DE SOUZA pelo SISTEMA DE MUTIRÃO regulado nos termos da Lei Municipal nº 4.868/97 e Decreto 10.098/2013.

Dos proprietários, possuidores ou titulares do domínio útil dos imóveis beneficiados pela obra nos termos deste Edital que não aderiram ao SISTEMA DE MUTIRÃO será exigida CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA para fazer frente ao custo da obra, respeitado o limite individual de

valorização do imóvel.

A exigência do tributo está fundamentada na Constituição Federal, Art. 145, III; no Código Tributário Nacional, artigos 81 e 82; no Decreto -Lei nº 195/67 e nos artigos 322 a 338 do Código Tributário Municipal – LC nº 632/2007.

Em cumprimento ao disposto no Art. 331 da LC 632/2007, ficam cientificados os proprietários, possuidores ou titulares do domínio útil dos imóveis beneficiados pela obra nos termos deste Edital:

1. MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA E SEU CUSTO TOTAL:

1.1 PREPARAÇÃO DA PISTA E PAVIMENTAÇÃO

Este serviço consiste na regularização e compactação do sub-leito da pista a fim de corrigir eventuais irregularidades e possibilitar a execução da pavimentação. Onde ocorrer solo mole, tais serão retirados e em seu lugar será executado um reforço em camadas. A pavimentação da via assenta-se em base, e reveste-se, em material previamente determinado.

1.2 ADEQUAÇÃO DA DRENAGEM PLUVIAL

Este serviço consiste no aproveitamento da drenagem existente na via, se possível, e/ou implantação de nova rede de captação através de caixas coletoras, ligação e tubulação para condução das águas. As ligações de esgoto igualmente entram neste item nos mesmos termos da tubulação de drenagem.

1.3 Orçamento de custo da Obra;

O valor da obra é de R\$ 61.112,82 (sessenta e um mil e cento e doze reais e oitenta e dois reais), incluindo infra-estrutura e áreas de pavimentação cabíveis ao Município.

2.DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO TOTAL A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.

Será financiado pela Contribuição e melhoria a pavimentação com lajotas em frente a prédios particulares que não aderiram ao Sistema Mutirão, no total de R\$ 8.659,51.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA E RESPECTIVOS ÍNDICES DE HIERARQUIZAÇÃO DE BENEFÍCIOS DOS IMÓVEIS

ORDEM	Titularidade	TESTADA (m)	Faixa de localização	Índice hierarquização
1	JOSI CAVILHA FLORENTINO	RAIO	1	1
2	NEEMIAS LOPES	12,00	1	1
3	RENATO CESAR TRISTAO	RAIO	1	1
4	OTILIA E HUTTL E LEOZIRE C DE MELLO	12,00	1	1
5	NILTON CESAR DE SOUZA	12,00	1	1
6	MARA RUBIA PONATII	RAIO	1	1
7	FRANCISCO DA SILVA	12,00	1	1
8	ADOLFO LARGURA	VIRADOR	1	1
9	VALMOR V DE LIMA	12,00	1	1
10	DULCE SCHNEIDER	12,00	1	1
11	CLAUDEMIRO HAFENSTEIN	RAIO	1	1
12	JOEL REIS	12,00	1	1
13	JOSEANE MEIRELES	12,00	1	1
14	IVONEI MARIANO	VIRADOR	1	1
15	ROBERTO CARLOS ALTINI	VIRADOR	1	1

Notas: 1) Os imóveis são identificados pelo número constante do Cadastro Imobiliário Municipal; 2) Titularidade conforme Cadastro Imobiliário Municipal; 3) Testada conforme Cadastro Imobiliário Municipal; 4) As faixas são definidas pela maior ou menor valorização, sendo a Faixa de menor numeração correspondente àquela de maior benefício e a de maior número a de menor benefício; 5) O índice de hierarquização corresponde ao fator de influência da obra na valorização do imóvel, determinado a partir de 1,0 quando imóvel limbo à obra.

4. RATEIO DA PARCELA DO CUSTO A SER FINANCIADA VIA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELOS NÃO ADERENTES AO REGIME DE MUTIRÃO

Custo a ser financiado via Contribuição de Melhoria, conforme item 2 deste Edital, individualizado por imóvel beneficiado cujo titular não aderiu ao Regime de Mutirão:

NOME	CADASTRO	ÁREA PAVIMENTAÇÃO M2	VALOR
------	----------	----------------------	-------

MARA RÚBIA POWAI / LINDOLFO BRESSA-NINI	103274	117,99	R\$ 5.991,53
ADOLFO LARGURA	253132	52,54	R\$ 2.667,98

5. PRAZO PARA A IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Com fundamento no Art. 332 da LC 632/2007:

5.1 Os proprietários, possuidores ou titulares do domínio útil dos imóveis localizados na zona de influência, terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Edital, para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

5.2 A impugnação deverá ser dirigida à Procuradoria Geral do Município, através de petição fundamentada, protocolizada na Praça do Cidadao, e não terá efeito suspensivo para a execução da obra (art 336 LC 632/2007)

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 A publicidade deste Edital dar-se-á mediante publicação do seu inteiro teor no Diário Oficial dos Municípios (DOM-e).

6.2 Esclarecimentos sobre quaisquer dados constantes deste Edital poderão ser obtidos na Secretaria Municipal de Obras, de segunda à sexta feira, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas.

6.3 A Secretaria Municipal da Fazenda procederá ao lançamento da Contribuição de Melhoria, observando a legislação tributária e os valores do custo da obra conforme a Tabela do item 4 deste Edital.

Blumenau, 04 de junho de 2018.

Luciano Machado Felizardo
Diretor de Obras

Régis Evaloir da Silva
Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana

EDITAL N° 009/2018 - SEINFRA

Publicação N° 1657265

EDITAL N° 009/2018 PRÉVIO À COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA REFERENTE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA GERVÁSIO JOÃO DE SENA.

O MUNICÍPIO DE BLUMENAU TORNA PÚBLICA A REALIZAÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA GERVÁSIO JOÃO DE SENA pelo SISTEMA DE MUTIRÃO regulado nos termos da Lei Municipal nº 4.868/97 e Decreto 10.098/2013.

Dos proprietários, possuidores ou titulares do domínio útil dos imóveis beneficiados pela obra nos termos deste Edital que não aderiram ao SISTEMA DE MUTIRÃO será exigida CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA para fazer frente ao custo da obra, respeitado o limite individual de valorização do imóvel.

A exigência do tributo está fundamentada na Constituição Federal, Art. 145, III; no Código Tributário Nacional, artigos 81 e 82; no Decreto -Lei nº 195/67 e nos artigos 322 a 338 do Código Tributário Municipal – LC nº 632/2007.

Em cumprimento ao disposto no Art. 331 da LC 632/2007, ficam cientificados os proprietários, possuidores ou titulares do domínio útil dos imóveis beneficiados pela obra nos termos deste Edital:

1. MEMORIAL DESCRITIVO DA OBRA E SEU CUSTO TOTAL:

1.1 PREPARAÇÃO DA PISTA E PAVIMENTAÇÃO

Este serviço consiste na regularização e compactação do sub-leito da pista a fim de corrigir eventuais irregularidades e possibilitar a execução da pavimentação. Onde ocorrer solo mole, tais serão retirados e em seu lugar será executado um reforço em camadas. A pavimentação da via assenta-se em base, e reveste-se, em material previamente determinado.

1.2 ADEQUAÇÃO DA DRENAGEM PLUVIAL

Este serviço consiste no aproveitamento da drenagem existente na via, se possível, e/ou implantação de nova rede de captação através de caixas coletoras, ligação e tubulação para condução das águas. As ligações de esgoto igualmente entram neste item nos mesmos termos da tubulação de drenagem.

1.3 Orçamento de custo da Obra;

O valor da obra é de R\$ 90.897,26 (noventa mil oitocentos e noventa e sete reais e vinte seis centavos), incluindo infra-estrutura e áreas de pavimentação cabíveis ao Município.

2.DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO TOTAL A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.

Será financiado pela Contribuição e melhoria a pavimentação com lajotas em frente a prédios particulares que não aderiram ao Sistema Mutirão, no total de R\$ 19.591,81.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA E RESPECTIVOS ÍNDICES DE HIERARQUIZAÇÃO DE BENEFÍCIOS DOS IMÓVEIS

ORDEM	Titularidade	TESTADA (m)	Faixa de localização	Índice hierarquização
1	ARILTON DOS SANTOS NARCISO	RAIO	1	1
2	JAIR JAGINSKI	21,00	1	1
3	CACILDA RAIMUNDO DA SILVA	4,50	1	1
4	ESTELITA MARIA GOULART	26,00	1	1
5	GENOVEVA BALDO	RAIO	1	1
6	NELSON PEREIRA	RAIO	1	1
7	JOSE LINO PEREIRA	52,50	1	1
8	MAURO CUSTODIO GONÇALVES E OUTRO	40,00	1	1
9	ALZIRA ESPINDOLA	17,52	1	1
10	ALFREDO JOSE DOS SANTOS	20,00	1	1
11	GENOVEVA BALDO	23,00	1	1
12	IVO MORETTO	12,00	1	1
13	TEREZINHA PAUST MULLER	22,00	1	1
14	MARLENE ALBINO	51,50	1	1
15	RENATO CORREA	30,50	1	1
16	PERPETUA LAMI	21,30	1	1
17	ORLANDO DA SILVA	RAIO	1	1
18	ERICO MARCELO PEREIRA	16,80	1	1
19	MAICON DONIZETE DOS SANTOS	13,00	1	1
20	ISOLDE ANA SILVA	4,50	1	1
21	JULIANA ANTUNES BORGES	RAIO	1	1
22	BANCO DO BRASIL	RAIO	1	1
23	PEDRO DE OLIVEIRA	14,70	1	1
24	RAULI KLABUNDE	4,00	1	1
25	LEUZIR GOLF DOS SANTOS	15,20	1	1
26	LEUZIR GOLF DOS SANTOS	RAIO	1	1

Notas: 1) Os imóveis são identificados pelo número constante do Cadastro Imobiliário Municipal; 2) Titularidade conforme Cadastro Imobiliário Municipal; 3) Testada conforme Cadastro Imobiliário Municipal; 4) As faixas são definidas pela maior ou menor valorização, sendo a Faixa de menor numeração correspondente àquela de maior benefício e a de maior número a de menor benefício; 5) O índice de hierarquização corresponde ao fator de influência da obra na valorização do imóvel, determinado a partir de 1,0 quando imóvel limbo à obra.

4. RATEIO DA PARCELA DO CUSTO A SER FINANCIADA VIA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PELOS NÃO ADERENTES AO REGIME DE MUTIRÃO

Custo a ser financiado via Contribuição de Melhoria, conforme item 2 deste Edital, individualizado por imóvel beneficiado cujo titular não aderiu ao Regime de Mutirão:

NOME	CADASTRO	ÁREA PAVIMENTAÇÃO M2	VALOR
GENOVEVE BALDO	1883	93,84	R\$ 5.956,96
NELSON PEREIRA	2150	12,48	R\$ 792,23
ORLANDO DA SILVA	1870	133,04	R\$ 8.445,37
JULIANA ANTUNES BORGES	1456	30,48	R\$ 1.934,87
BANCO DO BRASIL	1886	38,79	R\$ 2.462,38

5. PRAZO PARA A IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Com fundamento no Art. 332 da LC 632/2007:

5.1 Os proprietários, possuidores ou titulares do domínio útil dos imóveis localizados na zona de influência, terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Edital, para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

5.2 A impugnação deverá ser dirigida à Procuradoria Geral do Município, através de petição fundamentada, protocolizada na Praça do Cidadão, e não terá efeito suspensivo para a execução da obra (art 336 LC 632/2007)

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 6.1 A publicidade deste Edital dar-se-á mediante publicação do seu inteiro teor no Diário Oficial dos Municípios (DOM-e).
- 6.2 Esclarecimentos sobre quaisquer dados constantes deste Edital poderão ser obtidos na Secretaria Municipal de Obras, de segunda à sexta feira, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas.
- 6.3 A Secretaria Municipal da Fazenda procederá ao lançamento da Contribuição de Melhoria, observando a legislação tributária e os valores do custo da obra conforme a Tabela do item 4 deste Edital.

Blumenau, 04 de junho de 2018.

Luciano Machado Felizardo
Diretor de Obras

Régis Evaloir da Silva
Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana

EXTRATO Nº 311/2018 - FURB

Publicação Nº 1657292

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 311/2018

Inexigibilidade de Licitação nº. 258/2018

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigível o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, Inciso II da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 283/2018/PROGEF e demais alterações, para CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR PARA ATUAR NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENGENHARIA DE MATERIAIS DA FURB. Contratado: STEPHEN DAVID CARPENTER (CPF Nº 832.427.160-00). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 25 II da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 283/2018/PROGEF. Forma de Pagamento: Em até 15 dias após o término da disciplina e recebimento da Nota Fiscal. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica R\$ 2.161,40 (dois mil, cento e sessenta e um reais e quarenta centavos) / 01.19.12.364.0076.2019 (Centro de Ciências Tecnológicas)/ 3.3.90 (Outros Despesas Correntes)/3.3.90.36.06 (Serviços Técnicos Profissionais).

Blumenau, 18 de junho de 2018.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

EXTRATO Nº 267/2018 - FURB

Publicação Nº 1657294

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 267/2018

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
E

ALINE HELENA MAFRA REBELO

OBJETO: Contratação de profissionais para atuarem no Projeto de Formação Continuada dos Educadores da Rede Municipal de Ensino de Gaspar, para atendimento do Convênio firmado entre FURB e a Prefeitura de Gaspar-SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 221/2018 e Contrato nº 128/2018 firmada em 21 de maio de 2018.

PREÇO: Pelo objeto, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 5.980,00 (cinco mil novecentos e oitenta reais), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 221/2018, especialmente quanto a Proposta de folhas 17, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
1	38037	1	Despesa	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação.	5.980,00
Preço Total (em R\$)				5.980,00	
Preço Total (em reais, por extenso)				(cinco mil novecentos e oitenta reais)	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 15 (quinze) dias consecutivos após a entrega do Diário de Classe, desde que aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 18/06/2018.

EXTRATO Nº 269/2018 - FURB

Publicação Nº 1657296

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 269/2018

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

CARLOS ODILON DA COSTA

OBJETO: Contratação de profissionais para atuarem no Projeto de Formação Continuada dos Educadores da Rede Municipal de Ensino de Gaspar, para atendimento do Convênio firmado entre FURB e a Prefeitura de Gaspar-SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 216/2018 e Contrato nº 130/2018 firmada em 21 de maio de 2018.

PREÇO: Pelo objeto, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 2.055,00 (dois mil e cinquenta e cinco reais), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 216/2018, especialmente quanto a Proposta de folhas 20, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
1	38037	1	Despesa	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação.	2.055,00
Preço Total (em R\$)				2.055,00	
Preço Total (em reais, por extenso)				Dois mil cinquenta e cinco reais	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 15 (quinze) dias consecutivos após a entrega do Diário de Classe, desde que aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 18/06/2018

EXTRATO Nº 270/2018 - FURB

Publicação Nº 1657300

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 270/2018

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

ALTINO JOSÉ MARTINS FILHO

OBJETO: Contratação de profissionais para atuarem no Projeto de Formação Continuada dos Educadores da Rede Municipal de Ensino de Gaspar, para atendimento do Convênio firmado entre FURB e a Prefeitura de Gaspar-SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 216/2018 e Contrato nº 131/2018 firmada em 21 de maio de 2018.

PREÇO: Pelo objeto, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 2.960,00 (dois mil novecentos e sessenta reais), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 216/2018, especialmente quanto a Proposta de folhas 52, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
2	38037	1	Despesa	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação.	2.960,00
Preço Total (em R\$)				2.960,00	
Preço Total (em reais, por extenso)				Dois mil novecentos e sessenta reais	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 15 (quinze) dias consecutivos após a entrega do Diário de Classe, desde que aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 18/06/2018

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2018**

Publicação Nº 1657313

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e Auto Posto D´Miranda Ltda.

EMPRESA:	AUTO POSTO D` MIRANDA LTDA		
CNPJ/MF:	02.045.727/0001-10	TELEFONE: (47) 3340-1122	
ENDEREÇO.:	Rua Martin Luther, 1122, bairro Victor Konder, Blumenau – SC, CEP 89.012-010	E-MAIL: marlene_miranda@terra.com.br	
REPRESENTANTE LEGAL:	Itamar de Miranda		

Item	Descrição	Unidade	Quantidade anual estimada	Preço unitário	Preço total
01	Gasolina comum	Litro	15.000	R\$4,240	R\$ 63.600,00
02	Etanol	Litro	1.000	R\$3,440	R\$ 3.440,00
Preço total estimado para 12 (doze) meses: R\$ 67.040,00 (sessenta e sete mil e quarenta reais).					

Vigência: 12 meses, a contar de 18/06/18.

Blumenau, 18 de junho de 2018.

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

DECRETO Nº 56/2018

Publicação Nº 1656192

DECRETO Nº 56/2018

INSTITUI O PONTO ELETRÔNICO, REGULAMENTA O CONTROLE DE FREQUENCIA NAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso da atribuição que lhe confere o art. 75, incisos VII da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar e normatizar o controle de frequência, horas extras e jornada dos servidores do Município de Bom Jardim da Serra;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer o controle interno, no âmbito do Município;

CONSIDERANDO o Termo de Ajuste de Conduta nº 0001/2018/02PJ/SJA; e

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, DECRETA:

Capítulo I

DO SISTEMA DE REGISTRO ELETRÔNICO E DO CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Registro Eletrônico de Ponto Biométrico Digital como ferramenta oficial de verificação de frequência dos servidores do Município de Bom Jardim da Serra.

Art. 2º - Todos os servidores do Município de Bom Jardim da Serra ficam sujeitos ao registro do Ponto Eletrônico Biométrico Digital.

§ 1º - Os servidores do Município registrarão a frequência no Ponto Eletrônico Biométrico Digital, já implantados nas unidades, sendo os relatórios gerados, pelo Sistema, utilizado para a avaliação de desempenho, na qual deverão constar as faltas e horas extras dos servidores para lançamento na folha de pagamento.

§ 2º - Em decorrência da natureza de suas atribuições, ficam excetuados do disposto no caput:

I – os servidores ocupantes dos cargos de Chefe de Gabinete e Secretários Municipais.

II – os servidores que, necessariamente, desempenham suas atividades em serviços externos, bem assim, ao que, pela natureza de suas atribuições, quando comprovadamente no exercício delas, tenha que se deslocar da repartição em que estiver lotado.

§ 3º - nos casos do inciso II do parágrafo anterior, o servidor somente será dispensado do registro de ponto eletrônico biométrico digital, mediante autorização do Secretário ou chefia imediata, devendo o mesmo encaminhar folha de frequência, Anexo I, assinada e homologada pelo Secretário ou chefia imediata da pasta o qual será responsável pelo cumprimento da jornada de trabalho dos servidores a ele subordinados.

Art. 3º - Os servidores deverão registrar o ponto somente no terminal para o qual foram cadastrados pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura, localizado onde efetivamente desenvolvem suas atividades.

Parágrafo único – Em casos excepcionais, o Secretário ou chefia imediata poderá autorizar o servidor a registrar seu ponto em terminal diverso do cadastrado, mediante justificativa plausível ao Setor de Recursos Humanos.

Art. 4º - O registro de frequência será diário no início e término do expediente, plantão ou escala de trabalho de revezamento, bem como nas entradas e saídas de cada turno.

Art. 5º - O servidor que não puder cadastrar a digital para o registro do ponto biométrico deverá registrar seu ponto, mediante autorização do Setor de Recursos Humanos, digitando a matrícula no teclado do relógio eletrônico.

Art. 6º - Os problemas técnicos, constatados, para o registro eletrônico de frequência, pelos motivos certificados pela chefia imediata, deverão ser informados ao Setor de Recursos Humanos no prazo máximo de quarenta e oito horas.

Parágrafo único - Quando constatados problemas técnicos, o registro de frequência será feito através do "Controle de Ponto Manual", Anexo I, assinada e homologada pelo Secretário ou chefia imediata da pasta o qual será responsável pelo cumprimento da jornada de trabalho dos servidores a ele subordinados, até a solução do problema técnico.

Art. 7º - Fica estabelecida a tolerância de 10 (dez) minutos diários, nos registros de entrada e saída.

§ 1º - Atrasos na entrada ou saídas antecipadas superiores à tolerância referidas no caput serão descontados da remuneração, de forma proporcional, salvo nas hipóteses de compensação justificadas e autorizadas pelo Secretário responsável ou chefia imediata.

§ 2º - Poderá ser autorizada, pelo Secretário ou chefia imediata, a entrada em atraso ou permitida, com dispensa do registro do ponto, a saída temporária ou antecipada do servidor, para atendimento a convocação, na forma da lei, grupos de trabalho ou similares, para cumprimento de serviços obrigatórios por lei ou para serviços externos esporádicos.

Art. 8º - Em consonância com o § 2º do art. 52 da Lei Municipal nº 737/1999, o comparecimento depois da primeira hora do expediente ou a saída antes da última hora, será computada como ausência, para todos os efeitos legais, salvo nas hipóteses de compensação de horário devidamente autorizadas pelo Secretário ou chefia imediata.

Art. 9º - É assegurado o afastamento do servidor sem prejuízo de sua remuneração conforme Art. 102 e 103 da Lei Municipal nº 737/1999.

Art. 10 - Será considerado como efetivo exercício o estabelecido no Art. 105 da Lei Municipal nº 737/1999.

Art. 11 - É de responsabilidade do servidor encaminhar justificativas da ocorrência de atraso ou falta ao Secretário responsável ou a chefia imediata, semanalmente.

Art. 12 - É de responsabilidade do Secretário ou chefia imediata encaminhar semanalmente ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura, toda a documentação relacionada a frequência dos servidores.

Art. 13 - O Setor de Recursos Humanos da Prefeitura validará no Sistema de Registro Eletrônico de Ponto as faltas ou atrasos dos Servidores, após análise das justificativas encaminhadas e homologadas pelos Secretários ou chefia imediata.

Art. 14 - O Registrador Eletrônico de Ponto utilizado nas unidades somente poderá ser alterado de local mediante prévia consulta ao Setor

de Recursos Humanos da Prefeitura.

Art. 15 - Os servidores que vierem a praticar fraude no registro da frequência, ou a prática de quaisquer outros atos para justificar ausências indevidas do local de trabalho, receberão as sanções da Lei nº 737/1999 (Estatuto do Servidor Público Municipal de Bom Jardim da Serra), mediante processo legal.

Art. 16 - Caso o Secretário da pasta ou chefia imediata que for conivente com fraude no registro de frequência a ele será aplicada as penalidades cabíveis.

Art. 17 - Conforme o art. 24 da Lei Municipal nº 737/1999 os servidores municipais sujeitar-se-ão a uma jornada diária de trabalho não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, facultada a compensação de horários, de acordo com a necessidade do serviço, admitindo-se a jornada de 6 (seis) horas diárias para os servidores que trabalham em turnos ininterruptos de revezamento, salvo quando houver disposição legal estabelecendo duração diversa.

Parágrafo único - em casos de a municipalidade adotar em determinadas repartições, o turno único a jornada de trabalho nunca poderá ser inferior a 6 (seis) horas diárias conforme o § 1º do Art. 21 da Lei Municipal nº 892/2003 (Plano de Cargos e Salários do Município de Bom Jardim da Serra).

Art. 18 - Caberá ao Secretário ou a chefia imediata estabelecer a escala de horários, distribuindo adequadamente a jornada dos servidores ao longo todo o horário de expediente, de modo a assegurar a prestação dos serviços.

Art. 19 - Em consonância com o art. 71 da CLT, em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda 06 horas diárias, é obrigatório o intervalo para repouso ou alimentação de no mínimo uma hora e no máximo de duas horas.

§ 1º - Não excedendo de 06 horas o trabalho, será, entretanto, obrigatório um intervalo de 15 minutos quando a duração ultrapassar 04 horas.

§ 2º - Não será computado como hora extraordinária o intervalo para repouso, ou refeição.

Capítulo II

DAS HORAS EXTRAS

Art. 20 - Será considerado como serviço extraordinário aquele que exceder à jornada de trabalho do servidor.

§ 1º - Aplicando analogamente o entendimento do art. 59 da CLT as horas excedentes de um dia não poderão ser superiores a 02 (duas) horas diárias.

§ 2º - O serviço extraordinário apenas será autorizado em situações excepcionais e temporárias, devidamente justificadas.

Art. 21 - Conforme o artigo 72, § 2º, da Lei 737/1999, o exercício de cargo em comissão exclui o adicional pela prestação de serviço extraordinário.

Art. 22 - A designação de servidores para a prestação de serviço extraordinário deverá ser feita por escrito pelo Secretário ou chefia imediata, com a devida descrição dos serviços a serem prestados, utilizando a Solicitação Para Realização de Horas Extras (Anexo II), estando as horas extraordinárias prestadas devidamente registradas no Ponto Eletrônico.

Art. 23 - Fica vedada a realização de horas extras sem a expressa autorização do Secretário ou chefia imediata.

§ 1º - O pedido de autorização de horas extraordinárias deverá ser encaminhado ao Secretário ou chefia imediata, anteriormente a prestação do serviço, mediante modelo constante no Anexo II.

§ 2º - O servidor poderá realizar apenas os serviços extraordinários que foram autorizados pelo Secretário ou chefia imediata.

§ 3º - Excetuam-se os casos onde houver situações que requeiram imediato atendimento, decorrentes de fatos supervenientes, porém a hora extraordinária só será liquidada ao servidor com anuência do Secretário ou chefia imediata.

Art. 24 - Somente será admitida a prestação de serviços extraordinários aos sábados, domingos e feriados nos seguintes casos:

I - atividades essenciais que não possam ser realizadas em dias úteis;

II - eventos que ocorram nesses dias, desde que não seja possível adotar escala de revezamento;

III - situações que requeiram imediato atendimento, decorrentes de fatos supervenientes.

Art. 25 - O pagamento do serviço extraordinário será efetuado em folha de pagamento do mês ao da efetiva prestação do serviço, obedecendo o cronograma de fechamento da folha pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura.

§ 1º - As horas extras efetuadas durante a semana e aos sábados são acrescidas de 50%, e as horas extras efetuadas em domingos e feriados acrescidas de 100%, conforme determina o artigo 7º inciso XVI, da CF.

Art. 26 - O Secretário ou chefia imediata que autorizar a realização de horas extraordinárias ficará responsável pela fiscalização do cumprimento destas pelo servidor, bem como, poderá responder administrativamente, civil e/ou penalmente pelas informações repassadas ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura.

Art. 27 - Fica vedado o pagamento de horas extras sem ao devido registro no Controle de Ponto.

Capítulo III

DAS FALTAS

Art. 28 - Nos casos de faltas, atrasos, ausências e saídas antecipadas, injustificados, o servidor perderá a remuneração do período correspondente.

§ 1º - As faltas injustificadas incidirão também para fins de desconto de repouso semanal remunerado.

Art. 29 - As ocorrências de atrasos e faltas serão considerados quando da Avaliação de Desempenho Individual.

Art. 30 - Nos casos de afastamento do servidor, por licença, para tratamento de saúde, será regulamentado por ato próprio do poder executivo.

Capítulo IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31 - A instalação do Registrador Eletrônico de Ponto poderá ser realizada em local monitorado por câmeras de segurança, a fim de evitar fraudes e danos aos equipamentos.

Art. 32 - Cabe ao Controle Interno verificar a qualquer tempo o cumprimento do presente decreto, bem como a aplicação de auditorias sempre que entender necessário.

Art. 33 - Fazem parte deste decreto os anexos I e II.

Art. 34 - Este decreto entra em vigor na data de 20 de junho de 2018.

Art. 35 - Revogam-se as disposições em contrário.

Bom Jardim da Serra - SC, 14 de junho de 2018.
 SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
 PREFEITO MUNICIPAL
 ANEXO I

CONTROLE DE PONTO MANUAL

REFERENTE A _____ / _____

SERVIDOR: _____ / _____

	INICIO	FIM	INICIO	FIM	JUSTIFICATIVA	VISTO SECR.
20	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		
21	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		
22	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		
23	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		
24	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		
25	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		
26	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		
27	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		
28	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		
29	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		
30	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		
31	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		
01	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		
02	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		
03	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		
04	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		
05	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		
06	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		
07	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		
08	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		
09	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		
10	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		
11	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		
12	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		
13	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		
14	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		
15	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		
16	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		
17	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		
18	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		
19	__ : __	__ : __	__ : __	__ : __		

Confirmo as anotações deste cartão ponto:

(assinatura do servidor) (assinatura do Secretário (a))

ANEXO II

Solicitação Para Realização de Horas Extras

De acordo com a proposta de jornada de trabalho abaixo, solicito a autorização para realização de horas extras.

Identificação do Servidor	
Nome:	Matricula:
Cargo:	Setor:
Justificativa para a Realização de Horas Extras	
Atividades a Serem Desenvolvidas	

Detalhamento		
DATA	HORÁRIO	Nº HORAS

Solicitação de Autorização

Data: ____/____/____

Servidor	Secretário (a)
----------	----------------

ý Autorizo pagamento ý Não autorizo pagamento

Bom Jardim da Serra - SC, ____ de ____ de ____.

DECRETO Nº61/2018

Publicação Nº 1656561

DECRETO Nº 61/2018.

HOMOLOGA O RESULTADO PARCIAL DO EDITAL Nº 003/2018 DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso da atribuição que lhe confere o art. 75, inciso VII da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO, o resultado parcial do Edital nº 003/2018 de Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra – SC, conforme publicado no dia 15 de junho de 2018, no endereço eletrônico da Prefeitura e no Diário Oficial dos Municípios;

CONSIDERANDO, ainda, que após entrega dos títulos foi dado conhecimento do seu resultado parcial com a publicação da relação nominal dos aprovados;

CONSIDERANDO, finalmente, que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do Edital nº 003/2018 de Processo seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra – SC, DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado parcial do Edital nº 003/2018 de Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura de Bom Jardim da Serra - SC, conforme relação de candidatos aprovados mencionados no ANEXO I de resultado parcial.

Parágrafo Único - As convocações serão realizadas obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Bom Jardim da Serra - SC, 15 de Junho de 2018.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I – CLASSIFICAÇÃO PARCIAL

LEGENDA:

PFP-Pontuação por Formação Profissional

PEC- Pontuação por Eventos de Capacitação

Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Sede (Unidade Micro 3)

Posição	Nº Insc.	Data Nasc.	Candidato	PFP	PEC	Nota Final
1º	016	27/10/1985	RAMARI RAMOS CASSETARI	4	6	10
2º	006	25/09/1983	CALYTON NUNES DA SILVA	4	2	6
3º	010	18/04/1980	IVANISE NUNES	4	-	4

4°	008	02/12/1992	FRANIELI PADILHA	-	4	4
5°	019	23/01/1988	MADEL DEAM VELHO	-	2	2
6°	012	05/05/1994	DANIELE VELHO DA SILVA	-	2	2
7°	020	03/07/1977	CLAUDIA MILENA MOURA	-	-	-
8°	014	31/03/1989	ERITO ONEIDE PEREIRA	-	-	-
9°	007	17/08/1992	MARCELO ANDRADE	-	-	-
10°	013	06/11/1994	TAYZE GAMBA	-	-	-
11°	017	23/07/1997	ELISIANE ALANO BATISTA	-	-	-

Cargo : Técnico em Enfermagem

Posição	N° Insc.	Data Nasc.	Candidato	PFP	PEC	Nota Final
1°	005	13/06/1966	NANCI APARECIDA DA SILVA PADILHA	-	6	6
2°	001	07/04/1984	DULCINÉIA AP. ANASTÁCIO OLIVEIRA	-	6	6
3°	009	12/09/1991	JULIET DIAS	-	4	4
4°	002	27/06/1993	TALITA PADILHA PEREIRA	-	2	2

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 138/2018, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657073

PORTARIA Nº 138/2018, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE ADICIONAL POR TITULAÇÃO PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Titulação a servidora pública Municipal Sra. ELENI PEREIRA SCHMITT, matrícula nº 709-9, portadora do CPF sob nº 928.735.619-04, a partir do mês de junho de 2018, conforme a Lei nº 917/2013 de 20 de dezembro de 2013, por Titulação de "Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia".

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 15 de junho de 2018.

RONALDO LUIZ SENGGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 139/2018, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657076

PORTARIA Nº 139/2018, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE ADICIONAL POR TITULAÇÃO PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Titulação a Servidora Pública Municipal Srª. ELENI PEREIRA SCHMITT, inscrita na matrícula nº 709-9, portadora do CPF sob nº 928.735.619-04, conforme a Lei nº 917/2013 de 20 de dezembro de 2013, por Titulação de Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu" em: ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO. A partir do mês de junho de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 15 de junho de 2018.

RONALDO LUIZ SENGGER

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 143 E 144/2018

Publicação Nº 1656513

Extrato Contrato 143/2018

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratada: Sandro Scarabelote Copetti 02851265989

Objeto: Contratação de empresa (s) para prestação de serviços de transporte rodoviário para o deslocamento dos estudantes universitários e técnico profissionalizante do município de Bom Retiro/SC para o Município de Lages/SC, durante o ano letivo de 2018.

Valor: R\$ 98.840,00 (noventa e oito mil oitocentos e quarenta reais)

Extrato Contrato 144/2018

Contratante: Município de Bom Retiro

Contratada: Cassiano Viagens e Turismo Ltda – ME

Objeto: Contratação de empresa (s) para prestação de serviços de transporte rodoviário para o deslocamento dos estudantes universitários e técnico profissionalizante do município de Bom Retiro/SC para o Município de Lages/SC, durante o ano letivo de 2018.

Valor: R\$ 100.240,00 (cem mil duzentos e quarenta reais)

Bom Retiro, 19 de junho de 2018.

VILMAR JOSÉ NECKEL

Prefeito Municipal

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO Nº 2.181-2018 - SUPERAVIT**

Publicação Nº 1657155

=====

D E C R E T O Nº 2.181/2018

=====

"Abre Crédito Suplementar Por Superávit Financeiro No Exercício De 2018"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.9º da Lei nº 1.416/2017, de 20 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 96.464,24 (Noventa e seis mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e vinte e quatro centavos), conforme abaixo especificado:

6000	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
6001	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
15-452-014-2.39	Manutenção e Funcionamento da Coleta e Tratamento do Lixo
4.4.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00 (330)	Superávit Recursos Ordinários R\$ 65.964,24
7000	Secretaria de Transportes
7001	Divisão de Transportes
26-782-016-2.65	Manutenção da Secretaria de Transportes
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.3.00 (331)	Superávit Recursos Ordinários R\$ 30.500,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 18 de maio de 2018.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 18 de maio de 2018.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

PORTARIA 089 2018 CONTRATA TEMPORÁRIOS

Publicação Nº 1657147

PORTARIA Nº 089/2018

"Contrata Servidor Temporário para Município de Botuverá e Dá Outras Providências "

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal n. 502/89 e na Lei n. 1948/2017 e suas alterações:

Considerando:

1- A classificação do processo seletivo 03/2017

Art. 1º- Contratar a (o) Sr(a). JOÃO CARLOS FACHINI, brasileira, para o cargo temporário de Servente de Obras, 40h, pelo regime Celetista.

Art. 2º- Fica o servidor contratado através da presente portaria, lotado na Secretaria de Obras do Município de Botuverá.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá(SC), 18 de Junho de 2018.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO 4 2018 FMS

Publicação Nº 1657241

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL E NOVA DATA DE ABER-TURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO 7/2018

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 4/2018 FMS

O Município de Braço do Trombudo- SC , retifica edital de licitação e designa nova data, tornando público para conhecimento de todos os interessados que as 08h30min do dia 02/07/2018 estará selecionando a melhor proposta para o Contratação de empresa para aquisição de equipamento de ultrassonografia para a Secretaria Municipal de Saúde de Braço do Trombudo, SC.

ONDE SE LÊ:

ANEXO I

RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO

Especificação:

Equipamento de ultra-som transportável sobre rodízios totalmente digital com tecnologias para aplicações clínicas em Medicina Interna, Obstetrícia, Ginecologia, Ecocardiográfica Fetal, Pequenas Partes, Vascular, Pediatria, Mama, Músculo Esquelético, Urologia. Características técnicas mínimas: O equipamento deverá proporcionar resolução de imagem nos modos: Modo 2D, Modo M, modo M Anatômico. Modo Power Doppler, Modo Color Doppler, Modo Doppler Espectral, Doppler Contínuo. Console ergonômico com teclas programáveis. Tecnologia de feixes compostos e Tecnologia de redução de ruído e artefatos, zoom Read/Write. Imagem Trapezoidal - possibilita aumentar em 20% o campo de visão em imagens com transdutor linear. Imagem Harmônica: função com aplicação para todos os transdutores. Imagem Harmônica de Pulso Invertido. Modo M, Modo Power Doppler. Modo Color Doppler. Modo Dual Live: divisão de imagem em tela dupla de Modo B + Modo Color, ambos em tempo real. Power Doppler Direcional. Modo Doppler Espectral. Modo Doppler Contínuo. Tissue Doppler Imaging (TDI) colorido e espectral. Modo Triplex. Pacote de cálculos específicos. Pacote de cálculos simples. Tecla que permite ajustes rápidos da imagem, otimizando automaticamente os parâmetros para imagens em Modo B e Modo Doppler. Divisão de tela em 1,2 e 4 imagens para visualização e análise de imagens em Modo B, Modo M, Modo Power, Modo Color, Modo Espectral, Dual - Modo de divisão dupla de tela com combinações de Modos. Software de imagem panorâmica com capacidade de realizar medidas. Software de análise automática em tempo real da curva Doppler. Permitir acesso às imagens salvas para pós-análise e processamento. Possibilitar armazenar as imagens em movimento. Cine loop e Cine Loop Save. Pós-processamento de medidas. Pós- processamento de imagens. Banco de palavras em Português. Monitor tipo Icd de alta resolução com no mínimo 19", totalmente articulado, e tela de Icd touchscreen acoplada ao painel; Deve permitir arquivar/revisar imagens. Frame rate de pelo menos 1.000 frames por segundo. Todos os transdutores multifrequenciais, banda larga. HD interno de no mínimo 500 GB. 04 portas USB no mínimo. Mínimo de 03 portas ativas para transdutores. Passível de upgrade para tecnologia de aquisição de imagens 4D. Conectividade de rede DICOM. DICOM 3.0 (Media Storage, Verification, Print, Storage, Storage/Commitment, Worklist, Query - Retrieve, MPPS (Modality Performance Procedure Step), Structured Reporting). Drive (gravador) de DVD-R para armazenamento de imagens e/ou clipes em CD ou DVD regravável, no formato: ou JPEG / AVI ou MPEGI (Padrão Windows) ou DICOM com visualizador DICOM de leitura automática. Gravação

de imagens em pen drive Impressão direta. Pelo menos 32 presets programáveis pelo usuário. Acompanhar os seguintes transdutores banda larga multifrequenciais: Transdutor Convexo que atenda as frequências de 2.0 a 5.0 MHz; Transdutor Endocavitário que atenda as frequências de 4.0 a 9.0 MHz; Transdutor Linear que atenda as frequências de 4.0 a 11 MHz; Acessórios: Impressora a laser colorida, no break compatível com o equipamento. Tensão alimentação elétrica: 220V/60Hz.

LEIA-SE:

ANEXO I

RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO

Especificação:

Equipamento de ultra-som transportável sobre rodízios totalmente digital com tecnologias para aplicações clínicas em Medicina Interna, Obstetrícia, Ginecologia, Ecocardiográfica Fetal, Pequenas Partes, Vascular, Pediatria, Mama, Músculo Esquelético, Urologia. Características técnicas mínimas: O equipamento deverá proporcionar resolução de imagem nos modos: Modo 2D, Modo M, modo M Anatômico. Modo Power Doppler, Modo Color Doppler, Modo Doppler Espectral, Doppler Contínuo. Console ergonômico com teclas programáveis. Tecnologia de feixes compostos e Tecnologia de redução de ruído e artefatos, zoom Read/Write. Imagem Trapezoidal - possibilita aumentar em 20% o campo de visão em imagens com transdutor linear. Imagem Harmônica: função com aplicação para todos os transdutores. Imagem Harmônica de Pulso Invertido. Modo M, Modo Power Doppler. Modo Color Doppler. Modo Dual Live: divisão de imagem em tela dupla de Modo B + Modo Color, ambos em tempo real. Power Doppler Direcional. Modo Doppler Espectral. Modo Doppler Contínuo. Tissue Doppler Imaging (TDI) colorido e espectral. Modo Triplex. Pacote de cálculos específicos. Pacote de cálculos simples. Tecla que permite ajustes rápidos da imagem, otimizando automaticamente os parâmetros para imagens em Modo B e Modo Doppler. Divisão de tela em 1,2 e 4 imagens para visualização e análise de imagens em Modo B, Modo M, Modo Power, Modo Color, Modo Espectral, Dual - Modo de divisão dupla de tela com combinações de Modos. Software de imagem panorâmica com capacidade de realizar medidas. Software de análise automática em tempo real da curva Doppler. Permitir acesso às imagens salvas para pós-análise e processamento. Possibilitar armazenar as imagens em movimento. Cine loop e Cine Loop Save. Pós-processamento de medidas. Pós-processamento de imagens. Banco de palavras em Português. Monitor tipo Icd de alta resolução com no mínimo 19", totalmente articulado, e tela de Icd touchscreen acoplada ao painel; Deve permitir arquivar/revisar imagens. Frame rate de no mínimo 490 frames por segundo. Todos os transdutores multifrequenciais, banda larga. HD interno de no mínimo 500 GB. 04 portas USB no mínimo. Mínimo de 03 portas ativas para transdutores. Passível de upgrade para tecnologia de aquisição de imagens 4D. Conectividade de rede DICOM. DICOM 3.0 (Media Storage, Verification, Print, Storage, Storage/Commitment, Worklist, Query - Retrieve, MPPS (Modality Performance Procedure Step), Structured Reporting). Drive (gravador) de DVD-R para armazenamento de imagens e/ou clipes em CD ou DVD regravável, no formato: ou JPEG / AVI ou MPEGI (Padrão Windows) ou DICOM com visualizador DICOM de leitura automática. Gravação de imagens em pen drive. Impressão direta. Pelo menos 32 presets programáveis pelo usuário. Acompanhar os seguintes transdutores banda larga multifrequenciais: Transdutor Convexo que atenda as frequências de 2.0 a 5.0 MHz; Transdutor Endocavitário que atenda as frequências de 4.0 a 9.0 MHz com abertura de no mínimo 155 graus; Transdutor Linear que atenda as frequências de 4.0 a 11

MHz; Acessórios: Impressora a laser colorida, no break compatível com o equipamento. Tensão alimentação elétrica: 220V/60Hz.
Braço do Trombudo, em 18 de junho de 2018.
Nildo Melmestet - Prefeito Municipal
Daniela Prada Mugge - Secretária da Saúde e Assistência Social

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2018 FMS

Publicação Nº 1656604

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2018 FMS

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67

Praça da Independência, 25

Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Carlos Eduardo Santos Gonçalves ME

CNPJ: nº 10.999.379/0001-49

Rua Inês Pedron, 103

Santa Corona

Caxias do Sul, RS

Objeto: Aquisição de peças e contratação de serviço de mão de obra para conserto e manutenção do veículo Master placa MED 1045 da Secretaria de Saúde do Município de Braço do Trombudo. valor de R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais).

Vigência: 25/05/2018 a 31/12/2018

Data da assinatura: 25/05/2018

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS 31 2017

Publicação Nº 1640868

Página: 1/48

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Número do Registro de Preços: 31/2017		Data do Registro: 18/12/2017		Válido até: 18/12/2018			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Mangueira corrugada 1 polegada (8832)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CORTUBO	0	0,9491	1
2	Mangueria corrugada 3/4 (8833)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DELPLAST	0	1,0518	2
3	Mangueria preta 1/2 parede 2,0mm (8834)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CORTUBO	0	0,6168	1
4	Mangueria preta 3/4 parede 2,0mm (8835)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DELPLAST	0	0,8764	2
5	Mangueria Preta 1 parede 2,00mm (8836)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLASFAN	0	0,7562	1
6	Mangueria Transparente 1/2 (8837)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DELPLAST	0	0,7011	2
7	Mangueria Preta 1/2 parede 2,00mm (8838)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLASFAN	0	1,0438	1
8	Mangueria Preta 3/4 parede 2,00mm (8839)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DELPLAST	0	0,9640	2
9	Mangueria Preta 1/2 parede 2,00mm (8840)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLASFAN	0	1,3760	1
10	Mangueria Preta 3/4 parede 2,00mm (8841)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DELPLAST	0	1,3146	2
11	Mangueria Preta 1/2 parede 2,00mm (8842)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLASBON	0	1,6986	1
12	Mangueria Preta 3/4 parede 2,00mm (8843)	MTS	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	1,3146	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 2/48

Número do Registro de Preços: 31/2017		Data do Registro: 18/12/2017		Válido até: 18/12/2018			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Mangueira multiuso trançada (8839)	MTS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PLASFAN	0	3,3213	1
8	Tomeira de jardim 1/2 (7271)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	3,1550	2
9	Tomeira de jardim 3/4 (7272)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HERC	0	2,3154	1
10	Tomeira para Tanque plástica 15 cm 1/2 (8840)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	2,1033	2
11	Tomeira plástica para lavatório 1/2 (8841)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HERC	0	2,8469	1
12	Tomeira bóia 3/4 (7274)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	3,5056	2
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HERC	0	7,4967	1
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	7,2741	2
		UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	5,6937	1
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CIPLA	0	7,2741	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 3/48

Número do Registro de Preços: 31/2017		Data do Registro: 18/12/2017		Válido até: 18/12/2018			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Ergate flexível 40cm (7153)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,8030	1
14	Válvula para lavatório plástica (8842)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	2,6204	2
15	Fita veda rosca 18x10 (7280)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,6132	1
16	AREIA FINA (1958)	M3	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	2,1910	2
17	AREIA MEDIA (7)	M3	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	AZZA	0	91,1323	1
18	Brita n 0 (8843)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FRONZA	0	85,2176	2
19	Brita n 1 (8843)	M3	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	AZZA	0	82,4528	1
20	Brita n 2 (8843)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FRONZA	0	74,8866	2
21	Brita n 3 (8843)	M3	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LZK	0	65,0943	1
22	Brita n 4 (8843)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FRONZA	0	78,6773	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 4/48

Número do Registro de Preços: 31/2017 Data do Registro: 18/12/2017 Válido até: 18/12/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	Brita n 1 (8844)	M3	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LZK	0	77.2453	1
20	Pó brita (8845)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FRONZA	0	78.6773	2
21	Predisco (8846)	M3	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LZK	0	78.9811	1
22	Cimento 50 Kg qp2 (8847)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FRONZA	0	73.9377	2
23	Argamassa ac1 20Kg (8848)	SC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	VOTORAM	0	24.9206	1
24	Argamassa ac2 20Kg (8849)	SC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	VOTORAN	0	25.0000	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	VOTORAN	0	29.8000	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CERTA	0	6.2761	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CERTA	0	6.6879	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CERTA	0	12.5523	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 5/48

Número do Registro de Preços: 31/2017 Data do Registro: 18/12/2017 Válido até: 18/12/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CERTA	0	14,2357	2
25	Argamassa ac3 20Kg (8850)	SC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CERTA	0	21,7573	1
26	Rejunte cores diversas 1kg (7209)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CERTA	0	2,0921	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	VOTORAN	0	19,9882	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CERTA	0	2,0921	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CERTA	0	2,1497	2
27	Tijolos 6 furos 9X14X24 (8851)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ORSI	0	0,4817	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BRACO NOVC	0	0,5328	2
28	Telhas geramáticas (8852)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TAIÓ	0	2,3507	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TAIO	0	2,2413	2
29	Colvas (8853)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TAIÓ	0	4,3353	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TAIO	0	4,4825	2
30	Tijolo madro (21131)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	EWALD	0	0,7225	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 6/48

Número do Registro de Preços: 31/2017 Data do Registro: 18/12/2017 Válido até: 18/12/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	Telhas de fibrocimento 122x4mm (8854)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BRAÇO NOVC	0	0,7532	2
32	Telhas de fibrocimento 1,53x4mm (8855)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	EMBRALIT	0	5,8649	1
33	Telhas de fibrocimento 1,83x4mm (8856)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IMBRALIT	0	7,0808	2
34	Telhas de fibrocimento 2,44x4mm (8857)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	EMBRALIT	0	11,3108	1
35	Madeira de pinus para caixaia (18827)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MUGGE	0	688,4610	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MUGUE	0	624,4248	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	MH	0	720,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 7/48

Número do Registro de Preços: 31/2017		Data do Registro: 18/12/2017		Válido até: 18/12/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
36	Lona Preta. (10717)	MT	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	LONAZ	0	2,7622	1			
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ORION	0	3,0364	2			
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	MH	0	3,2000	3			
37	Madeira Eucalipto Prancha 6x4m (13831)	M3	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MUGGE	0	1.104,8997	1			
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MUGUE	0	1.170,7965	2			
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	MH	0	1.380,0000	3			
38	Calibro 6x12x3000 mm (21136)	PCS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MUGGE	0	11,8777	1			
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MUGUE	0	13,0088	2			
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	MH	0	15,4000	3			
39	Sarrafo de telha 3x6x3000 mm (21137)	PCS	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MUGGE	0	3,7751	1			
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MUGUE	0	4,3363	2			
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	MH	0	5,0000	3			
40	ARAME RECOZIDO Nº18 (6450)	KG	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	8,3429	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 8/48

Número do Registro de Preços: 31/2017 Data do Registro: 18/12/2017 Válido até: 18/12/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PEPA	0	7,3917	2
41	Barra de ferro (8859)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	4,4692	1
42	Barra de ferro 1/4 (7205)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	13,9043	1
43	Barra de ferro 5/16 (7207)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	22,0482	1
44	Barra de ferro 3/8 (7206)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	32,7744	1
45	Barra de ferro 1/2 (8860)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	48,6650	1
46	Treliza 6x6 (8861)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	18,8701	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 9/48

Número do Registro de Preços: 31/2017 Data do Registro: 18/12/2017 Válido até: 18/12/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	0	23,6711	2
47	Trelça 6x8 (8862)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	28,8017	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	0	23,6711	2
48	Trelça 6x12 (8863)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	36,7470	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	0	32,4708	2
49	Malha pop 3.4 (8864)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	28,8017	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	0	25,7830	2
50	Malha pop 2.45x6m ferro 4.2 (8865)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	119,1796	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DNC	0	140,7948	2
51	Malha pop 2.45x6m ferro 5mm (8866)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GERDAU	0	188,7010	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DNC	0	246,3908	2
52	Broca de aço rápido 4mm (7131)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	5,0809	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 10/48

Número do Registro de Preços: 31/2017 Data do Registro: 18/12/2017 Válido até: 18/12/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
53	Broca de aço rápido 6mm (7130)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	5,4014	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	VONDER	0	5,5000	3
54	Broca de aço rápido 8mm (7129)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	5,5416	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	8,1378	2
55	Broca de aço rápido 10mm (8867)	UND	PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	VONDER	0	8,3000	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	7,3888	1
56	Broca Vedea 5mm (8868)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	13,1103	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	VONDER	0	13,4000	3
57	Broca de aço rápido 10mm (8867)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	12,9304	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	22,8014	2
58	Broca Vedea 5mm (8868)	UND	PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	VONDER	0	23,3000	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	6,2805	1
59	Broca Vedea 5mm (8868)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	6,3989	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	VONDER	0	6,3989	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 11/48

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Número do Registro de Preços: 31/2017		Data do Registro: 18/12/2017		Válido até: 18/12/2018			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
57	Broca de vídea 8mm (7133)		PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	VONDER	0	6,8000	3
		UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	11,0832	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	11,2346	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	VONDER	0	12,4000	3
		UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	12,9304	1
58	Broca de vídea 10mm (7132)		WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	15,6308	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	VONDER	0	16,2000	3
		UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	13,8540	1
59	Cadeado 30mm (7136)		WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PADO	0	14,5562	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	VONDER	0	15,7000	3
		UND	GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	18,4721	1
60	Cadeado 40mm (7137)		WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PADO	0	20,0270	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	VONDER	0	20,8000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 12/48

Número do Registro de Preços: 31/2017		Data do Registro: 18/12/2017		Válido até: 18/12/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	Cadeado 50mm (8869)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	24,0137	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PADO	0	25,4880	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	VONDER	0	26,0000	3
62	Abraçadeira de pressão 1/2 (8870)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	0	1,2007	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	INCA	0	0,9769	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	VONDER	0	1,3500	3
63	Abraçadeira de pressão 1 (8871)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	0	1,8472	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	INCA	0	1,1235	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	VONDER	0	2,0200	3
64	Abraçadeira com chave 1 polegada (8872)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	INCA	0	1,1083	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	INCA	0	0,9769	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	VONDER	0	1,2200	3
65	Cilindro para fechadura (7145)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	20,7811	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 13/48

Número do Registro de Preços: 31/2017 Data do Registro: 18/12/2017 Válido até: 18/12/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
66	Fechadura Metálica externa (8873)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	0	17,4870	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	VONDER	0	22,4000	3
67	Dobradilha zincada 3 polegadas (8874)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	36,0205	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SOPRANO	0	38,0024	2
68	Dobradilha zincada 2 polegadas (8875)	UND	PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	VONDER	0	39,5000	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	1,8472	1
69	Prego 10x10 - pct 1kg (7220)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GUBLER	0	1,8562	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	VONDER	0	2,5000	3
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	1,6625	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GUBLER	0	1,3188	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	VONDER	0	1,7000	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TX	0	12,9304	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	0	14,7516	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 14/48

Número do Registro de Preços: 31/2017		Data do Registro: 18/12/2017		Válido até: 18/12/2018				
Objeto da Compra:		Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
70	Prego 12x12 - pci 1kg (7221)	KG	PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	GERDAL	0	15,6000	3	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TX	0	11,0832	1	
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	0	9,6716	2	
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	GERDAL	0	12,0000	3	
71	Prego 17x27 - pci 1kg (7222)	KG	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TX	0	8,3124	1	
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	0	8,4016	2	
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	GERDAL	0	9,2000	3	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TX	0	8,3124	1	
72	Prego 18x30 (7223)	KG	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	0	8,1573	2	
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	GERDAL	0	9,0000	3	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TX	0	8,3124	1	
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	0	8,1573	2	
73	Prego 22x48 (7224)	KG	PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	GERDAL	0	9,0000	3	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TX	0	8,2201	1	
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	0	8,0566	2	
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	GERDAL	0	8,5000	3	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 15/48

Número do Registro de Preços: 31/2017 Data do Registro: 18/12/2017 Válido até: 18/12/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
74	Prego 25x72 (10708)	KG	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	TX	0	11,0832	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GERDAU	0	10,0623	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	GERDAL	0	12,0000	3
75	Tubo de concreto 15 cm (8006)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FRONZA	0	19,0397	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FRONZA	0	21,5703	2
76	Tubo de concreto 20cm (8007)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FRONZA	0	22,4986	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FRONZA	0	23,2004	2
77	Tubo de concreto 30 cm (8876)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FRONZA	0	28,5560	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FRONZA	0	26,7475	2
78	Bloco de concreto (8008)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FRONZA	0	1,6441	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BR BLOCOS	0	1,6106	2
79	Blocos calha de concreto (8877)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FRONZA	0	1,8172	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 31/2017

Página: 16/48

Número do Registro de Preços: 31/2017 **Data do Registro: 18/12/2017** **Válido até: 18/12/2018**

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BR BLOCOS	0	2,0133	2
80	Joelho de esgoto 40mm (8878)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,7812	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,4640	2
81	Joelho de esgoto 50mm (8879)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,3024	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,0673	2
82	Joelho esgoto 75mm (8880)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,3443	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,5059	2
83	Joelho esgoto 100mm (8881)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,6048	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,8772	2
84	Tee esgoto 40mm (8882)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,3024	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,1138	2
85	Tee esgoto 50mm (8883)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	3,2125	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 17/48

Número do Registro de Preços: 31/2017 Data do Registro: 18/12/2017 Válido até: 18/12/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	3,0628	2
86	Tee esgoto 75mm (8884)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	6,4251	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	6,3113	2
87	Tee esgoto 100mm (8885)	PC	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	7,8143	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	8,7801	2
88	Caixa sifonada 100x100x50 (7155)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	6,0778	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	5,4760	2
89	Caixa de gordura com cesto (7140)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	94,6400	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BM	0	111,3754	2
90	Dobradiça zincada 3 (7150)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SOPRANO	0	1,7365	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GUBLER	0	1,7634	2
91	Cap de esgoto 100mm (7157)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	3,0389	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 18/48

Número do Registro de Preços: 31/2017 **Data do Registro: 18/12/2017** **Válido até: 18/12/2018**

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,9700	2
92	Cap de esgoto 75mm (7158)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	3,0389	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,8772	2
93	Cap de esgoto 50mm (7159)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,1706	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,0419	2
94	Cap esgoto 40mm (8886)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,3024	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,2066	2
95	Curva de esgoto 100mm (7160)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	8,5089	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	8,5388	2
96	Curva de esgoto 75mm (7161)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	6,9461	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	9,4205	2
97	Luva de esgoto 100mm (7167)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,8652	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 19/48

Número do Registro de Preços: 31/2017 Data do Registro: 18/12/2017 Válido até: 18/12/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2.5988	2
98	Luva de esgoto 75mm (7168)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2.5179	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2.7009	2
99	Luva de esgoto 50mm (7169)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1.4760	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1.3922	2
100	Luva de esgoto 40mm (7170)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0.7814	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0.5569	2
101	Redução esgoto 50x40 (7171)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0.9551	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0.7889	2
102	Tubo esgoto 150mm (8887)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	99.8495	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	110.8185	2
103	Tubo de esgoto de 6 metros 100mm (7178)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	38.2033	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 20/48

Número do Registro de Preços: 31/2017 Data do Registro: 18/12/2017 Válido até: 18/12/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	38,4245	2
104	Tubo esgoto 75mm (8888)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	38,2033	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	38,4245	2
105	Tubo de esgoto de 6 metros 50mm (7180)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	28,6525	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	27,2870	2
106	Tubo de esgoto de 6 metros 40mm (7181)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	16,4969	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	16,1494	2
107	Sifão para esgoto 75cm (8889)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	4,3413	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BLUKIT	0	4,4086	2
108	CAIXA DE DESCARGA (2449)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CIPLA	0	23,4429	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CIPLA	0	22,2751	2
109	Assento sanitário simples (8892)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	18,0597	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 21/48

Número do Registro de Preços: 31/2017 Data do Registro: 18/12/2017 Válido até: 18/12/2018							
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DURIN	0	13,8291	2
110	Assento sanitário almofadado (7126)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	46,0176	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DURIN	0	43,1580	2
114	Cesto de lixo 50 litros pvc com tampa (8891)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CIPLA	0	30,2900	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METALSUL	0	45,3013	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	AROPLAST	0	53,0000	3
115	Balde plástico para concreto 10 litros (8893)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CIPLA	0	5,5071	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	NOVE54	0	6,2516	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	AROPLAST	0	9,2000	3
116	Carrinho de mão caçamba de pvc (7142)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAESTRO	0	123,9107	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PARABONI	0	122,2230	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	MOR	0	135,5000	3
117	Caçamba de pvc para carrinho de mão (8894)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAESTRO	0	24,7821	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 22/48

Número do Registro de Preços: 31/2017 Data do Registro: 18/12/2017 Válido até: 18/12/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
118	Alicate universal (7185)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PARABONI	0	37,6001	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	MOR	0	47,5000	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MTX	0	26,6179	1
119	Alicate de bico (7187)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	THOMPSON	0	21,2916	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	ALCEK	0	29,5000	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MTX	0	25,7000	1
120	Alicate de corte (7186)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	STANLIW	0	23,5567	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	ALCEK	0	28,1000	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MTX	0	25,7000	1
121	Alicate arebador (8895)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DISMA	0	22,1977	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	ALCEK	0	28,0000	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MTX	0	22,9464	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MTX	0	28,9023	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 23/48

Número do Registro de Preços: 31/2017 Data do Registro: 18/12/2017 Válido até: 18/12/2018							
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
122	Chave de fenda 1/4x5 (7192)		PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	ALCEK	0	36,2000	3
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	6,6086	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	GDORE	0	6,5778	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	MOR	0	7,2000	3
123	Broxa nº 1 (7134)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	4,8646	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	4,8835	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	ARCOIRES	0	5,3000	3
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	5,0482	1
124	Broxa nº2 (7135)		WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	6,1791	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	ARCOIRES	0	6,5000	3
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	16,5214	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DEPECIL	0	14,9494	2
125	Aplicador de silicone (7188)		PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	ARCOIRES	0	18,5000	3
		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	18,5000	3
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DEPECIL	0	14,9494	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	MOR	0	18,5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 24/48

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Número do Registro de Preços: 31/2017		Data do Registro: 18/12/2017		Válido até: 18/12/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
126	Serrinha de cortar ferro (8896)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	4,1304	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	IRWIN	0	4,4395	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	MOR	0	5,5000	3
127	Cabo de enxada (8897)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MUGUE	0	5,9661	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MUGGE	0	5,8892	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	MH	0	6,8000	3
128	Cabo para pá de ajuntar (7191)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MUGUE	0	5,7825	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MUGGE	0	5,6174	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	MH	0	6,3000	3
129	Colher de pedreiro nº9 (7193)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	13,7679	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	VONDER	0	13,1374	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	VONDER	0	16,6000	3
130	Desemperadeira plástica c/ espuma (7194)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MONFORT	0	13,7679	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 25/48

Número do Registro de Preços: 31/2017 Data do Registro: 18/12/2017 Válido até: 18/12/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
131	Disco diamantado para corte seco (7195)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	CORTAG	0	12.5938	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	VONDRE	0	16.7000	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	BOSCH	0	25.7000	1
132	Enxada 19 cm com cabo (7196)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BOSCH	0	19.8420	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	VONDER	0	28.0000	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFO	0	23.8643	1
133	Enxada com cabo (7197)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	0	19.4796	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	VONDER	0	26.0000	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFO	0	34.8786	1
134	Lápis de carpinteiro (7198)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PANDOLFO	0	30.8049	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	VONDER	0	51.0000	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	FABER CASTE	0	1.3768	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	FABERCASTE	0	1.6308	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 26/48

Número do Registro de Preços: 31/2017		Data do Registro: 18/12/2017		Válido até: 18/12/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
135	Lima chata nº 8 (7199)	UND	PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELINE (9609)	LABRA	0	2,0000	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	11,0143	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	NICHOSON	0	13,5904	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELINE (9609)	VONDER	0	15,2000	3
136	Mantão 25mm (7200)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	21,1107	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	D'TOOLS	0	21,7446	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELINE (9609)	VONDER	0	25,1000	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFO	0	22,0286	1
137	Pá de juntar com cabo (7201)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	0	22,5601	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELINE (9609)	VONDER	0	26,0000	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFO	0	22,0286	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	0	22,5601	2
138	Pá de cavar com cabo (7202)	UND	PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELINE (9609)	VONDER	0	26,0000	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PANDOLFO	0	22,0286	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	METISA	0	22,5601	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELINE (9609)	VONDER	0	26,1000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 27/48

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Número do Registro de Preços: 31/2017		Data do Registro: 18/12/2017		Válido até: 18/12/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
139	Serrote profissional nº20 (7203)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CAVALITO	0	25,7000	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MTX	0	30,7143	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	VONDER	0	43,2000	3
140	Trena emborrachada 8 metros (8898)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	20,1929	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DISMA	0	20,3856	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	VONDER	0	26,8000	3
141	Trena emborrachada 5 metros (8899)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	12,8500	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	DISMA	0	12,6844	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	VONDER	0	14,1000	3
142	Trena emborrachada 3 metros (8900)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	7,8018	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	THOMPSON	0	6,3422	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	VONDER	0	9,5000	3
143	Linha de nylon nº100 (7213)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	7,3429	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 28/48

Número do Registro de Preços: 31/2017 Data do Registro: 18/12/2017 Válido até: 18/12/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
144	Trena 30 metros (8901)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	24,7821	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	VONDER	0	12,5032	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	MH	0	13,2000	3
145	Luva látex (8902)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	5,5071	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	PROMAT	0	5,3456	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	TALGE	0	6,0000	3
146	Plumo 500gr (8903)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MONFORT	0	14,6857	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	NOVE54	0	15,3119	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	VONDER	0	20,1000	3
147	Escova de aço com cabo (8904)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	7,3429	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ORION	0	4,9831	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 29/48

Número do Registro de Preços: 31/2017		Data do Registro: 18/12/2017		Válido até: 18/12/2018			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
148	Disco para serra circular 36 dentes (8905)	UND	PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	VONDER	0	8,0000	3
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	39,4678	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BOSCH	0	49,4691	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	VONDER	0	73,1000	3
149	Nível de alumínio 20 polegadas (8906)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	16,5214	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MTX	0	22,8228	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	VONDER	0	25,0000	3
150	Espátula 06cm (8907)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DISMA	0	4,8646	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MAX	0	2,7181	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	VONDER	0	5,1000	3
151	Mareta 500grs (8908)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MONFORT	0	17,4393	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MINASUL	0	17,2145	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	VONDER	0	19,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 30/48

Número do Registro de Preços: 31/2017 Data do Registro: 18/12/2017 Válido até: 18/12/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
152	Mareta 1 Kg (8909)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MONFORT	0	22,0286	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MONFORT	0	19,9326	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	VONDER	0	24,5000	3
153	Mareta 3 Kg (8910)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MONFORT	0	67,0036	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MONFORT	0	58,8011	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	VONDER	0	73,3000	3
154	Escada de madeira 7 degraus (8911)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SANTA CATAF	0	137,6785	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	LONGEN	0	119,5955	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	VONDER	0	172,0000	3
155	Escada de ferro 5 degraus (8912)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MAESTRO	0	94,5393	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ALUMASA	0	95,9482	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	VONDER	0	119,0000	3
156	SUBSTITUTO DE CAL (6031)	LT	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	QUEVEKS	0	4,4117	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 31/2017

Página: 31/48

Número do Registro de Preços: 31/2017		Data do Registro: 18/12/2017		Válido até: 18/12/2018				
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CALFACIL	0	6,1635	2	
157	Cal de pintura - saco 5 kg (7141)	SC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	EB	0	7,4724	1	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	OURO BRANC	0	8,6289	2	
158	Massa epoxi 100gr (7152)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	HENKEL	0	6,2120	1	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DUREPOXI	0	6,8679	2	
159	Espuma expansiva 400gr (7182)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TITAN	0	18,8161	1	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	AFX	0	17,6101	2	
160	Impermeabilizante para reboco 1 litro (7212)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	QUEVEKS	0	12,5141	1	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	QUEVEX	0	13,2075	2	
161	Impermeabilizante para concreto 1 litro (7211)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	QUEVEKS	0	12,5141	1	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	QUEVEX	0	13,2075	2	
162	Fita crepe 50x50 (7208)	UND	PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	ADELBRAS	0	6,2120	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 32/48

Número do Registro de Preços: 31/2017		Data do Registro: 18/12/2017		Válido até: 18/12/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
163	Robo de lâ 5cm c/ cabo (7225)		GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ADERE	0	6,7360	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	NOVE54	0	7,9192	3
		UND	PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	ARCOIRES	0	3,5046	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	4,4668	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	0	4,4909	3
164	Robo de lâ 9cm c/ cabo (7226)	UND	PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	ARCOIRES	0	6,0527	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	6,5559	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	0	7,1854	3
165	Robo de lâ 15cm c/ cabo (7227)	UND	PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	ARCOIRES	0	9,1995	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	0	8,0836	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	10,6643	3
166	Robo de lâ natural 23cm s/ cabo (7228)	UND	PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	ARCOIRES	0	22,9329	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	0	17,0654	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 33/48

Número do Registro de Preços: 31/2017 Data do Registro: 18/12/2017 Válido até: 18/12/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
167	Rolo de espuma 23cm s/ cabo (7229)		WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	18,1817	3
		UND	PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	ARCOIRES	0	6,8412	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	0	5,3891	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	7,4300	3
168	Cabo para rolo 23cm (8913)		PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	ARCOIRES	0	4,9137	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	4,0647	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	0	6,2873	3
169	Trincha oerdas médias 1 polegada (8914)		PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	ARCOIRES	0	3,0738	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	2,8946	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	0	3,9520	3
170	Trincha oerdas médias 2 polegadas (8915)		PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	ARCOIRES	0	4,9502	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	4,4580	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	0	6,2873	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 34/48

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 31/2017

Número do Registro de Preços: 31/2017		Data do Registro: 18/12/2017		Válido até: 18/12/2018			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
171	Trincha cerdas médias 3 polegadas (8916)	UND	PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	ARCOIRES	0	8,2138	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	8,2167	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	0	8,5327	3
172	Trincha cerdas médias 4 polegadas (8917)	UND	PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	ARCOIRES	0	9,0096	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ATLAS	0	10,3291	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ATLAS	0	11,0139	3
173	Silicone 280gr (7947)	UND	PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	JUNTAFIX	0	8,9074	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TITAN	0	9,0908	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	AFX	0	11,2272	3
174	Solvente (1 litro) (7257)	UND	PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	EUCATEX	0	6,9945	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ANJO	0	8,5227	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GOL	0	8,9818	3
175	Thiner 1 litro (8918)	UND	PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	EUCATEX	0	9,4258	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 35/48

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Número do Registro de Preços: 31/2017		Data do Registro: 18/12/2017		Válido até: 18/12/2018			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
176	Tinta esmalte 3,6 cores (8919)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GOL	0	8,9818	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	ANJO	0	11,1013	3
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	CIACOLOR	0	52,6048	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERWIN WILL	0	65,4716	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	0	70,0580	3
177	Tinta esmalte 1 Kg cores (8920)	UND	PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	CIACOLOR	0	15,6683	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	0	19,7600	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERWIN WILL	0	20,8915	3
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	CIACOLOR	0	48,2168	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ALESSI	0	32,3345	2
178	Fundo a óleo 3,6 (8921)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	UNIVERSO	0	47,2025	3
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	CIACOLOR	0	64,2502	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ALESSI	0	70,0580	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	CIACOLOR	0	48,2168	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ALESSI	0	32,3345	2
179	Tinta acrílica 3,6 cores premium semi-brilho (8922)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	UNIVERSO	0	47,2025	3
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	CIACOLOR	0	64,2502	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ALESSI	0	70,0580	2
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	CIACOLOR	0	48,2168	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ALESSI	0	32,3345	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 36/48

Número do Registro de Preços: 31/2017 Data do Registro: 18/12/2017 Válido até: 18/12/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERWIN WILL	0	75,0869	3
180	Registro de pressão soldável 25 mm (21135)	UND	PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	CRONA	0	8,6154	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	3,5927	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	LEKAT	0	10,4195	3
181	Tinta acrílica 18 cores semi brilho premium (8923)	UND	PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	CIACOLOR	0	265,0173	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERWIN WILL	0	250,1294	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ALESSI	0	280,4722	3
182	Selador acrílico - 18 lt (7266)	UND	PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	CIACOLOR	0	61,9941	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	RESICOLOR	0	44,0108	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	RESICOLOR	0	58,4786	3
183	Selador acrílico - 3,6 lt (7264)	UND	PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	CIACOLOR	0	18,8443	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	RESICOLOR	0	17,0654	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	RESICOLOR	0	22,6397	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 37/48

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Número do Registro de Preços: 31/2017		Data do Registro: 18/12/2017		Válido até: 18/12/2018			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
04	Ventiz filtro solar 3,6 (8924)	UND	PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	CIACOLOR	0	62,3592	1

184	Verniz filtro solar 3,6 (8924)	UND	PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	CIACOLOR	0	62,3592	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ALESSI	0	58,3817	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERWIN WILL	0	79,4313	3
185	Osmocolor transparente 3,6 (8925)	UND	PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	EUCATEX	0	82,8681	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	0	76,3453	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MONTANA	0	99,6234	3
186	Osmocolor cores (8926)	UND	PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	EUCATEX	0	121,1992	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	0	94,3089	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MONTANA	0	135,4886	3
187	Tinta spray Cores 250 gr (8927)	UND	PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	EUCATEX	0	10,2946	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	COLORGIN	0	11,2761	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	0	12,8440	3
188	Tinta spray metálico cores (8928)	UND	PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	EUCATEX	0	16,2086	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 38/48

Número do Registro de Preços: 31/2017		Data do Registro: 18/12/2017		Válido até: 18/12/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
189	Tinta para piso 18 litros (8929)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	COLORGIN	0	19,6240	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	0	20,1641	3
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	CIACOLOR	0	166,2400	1
	Resina acrílica 18 litros (8930)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERWIN WILL	0	211,7380	2
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	LUKSCOLOR	0	217,3595	3
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	EUCATEX	0	221,5608	1
190	MASSA ACRILICA (1097)	GL	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ALESSI	0	175,1451	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SHERWIN WILL	0	279,7183	3
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	CIACOLOR	0	29,9347	1
191	Corante para tinta cores (8931)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	ALESSI	0	19,7600	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	RESICOLOR	0	23,7761	3
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	XADRES	0	3,0665	1
192		UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	JUNTALIGUEF	0	3,5927	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 39/48

Número do Registro de Preços: 31/2017 Data do Registro: 18/12/2017 Válido até: 18/12/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	XADREZ	0	3,9335	3
193	Registro pvc soldável 20 (8933)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	4,6263	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	6,1982	2
194	Registro pvc soldável 25 (8934)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	5,4595	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	7,1234	2
195	Registro pvc soldável 50 (8937)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	11,3354	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	DURIN	0	14,7094	2
196	Cap soldável 20mm (7232)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,4164	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,4163	2
197	Cap soldável 25mm (7233)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,4164	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,4626	2
198	Luva soldável 20mm (7242)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,2776	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 40/48

Número do Registro de Preços: 31/2017 Data do Registro: 18/12/2017 Válido até: 18/12/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,3423	2
199	Luva soldável 25mm (7243)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,3239	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,4163	2
200	Luva soldável 40mm. (7244)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,5268	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,6652	2
201	Luva soldável 50mm (7245)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,8507	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,1278	2
202	Curva soldável 50mm (8946)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	6,4774	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	6,4759	2
203	Curva soldável 25mm (8947)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,5268	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	1,6652	2
204	Joelho RJ 20x1/2 (8948)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,0820	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 41/48

Número do Registro de Preços: 31/2017 Data do Registro: 18/12/2017 Válido até: 18/12/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,4053	2
205	Joelho RL 25x1/2 (7240)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,0820	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,4978	2
206	Joelho soldável 20mm (8949)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,2313	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,2775	2
207	JOELHO SOLDÁVEL 25MM (1517)	PC	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,2776	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,3700	2
208	Joelho soldável 40mm (7986)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	2,0820	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,2203	2
209	Joelho soldável 50mm (8950)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	1,9432	1
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	2,3128	2
210	Joelho Soldável 85 mm (13830)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	32,5256	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 42/48

Número do Registro de Preços: 31/2017 Data do Registro: 18/12/2017 Válido até: 18/12/2018						
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	35,1546
211	Joelho soldável 85mm 45 graus (8954)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	52,2816
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	26,8285
212	Tee soldável 20mm (7249)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,4164
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,4626
213	Tee soldável 25mm (7250)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	0,4164
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	0,7401
214	Tubo soldável 20mm (7253)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	9,9937
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	10,1763
215	Tubo soldável 50mm (7256)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	45,7117
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	48,1063
216	FLANGE PVC 85MM (6938)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	87,9071

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 31/2017

Página: 43/48

Número do Registro de Preços: 31/2017		Data do Registro: 18/12/2017		Válido até: 18/12/2018				
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTILIT	0	78,6354	2	
217	FLANGE 50MM (2047)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	9,8086	1	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	13,4143	2	
218	Flange pvc 60mm (16710)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	16,6561	1	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	24,3307	2	
219	FLANGE 32MM (2049)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	9,2534	1	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	10,1763	2	
220	FLANGE 25 MM (2048)	UND	WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	5,1819	1	
			GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	6,7534	2	
221	Flange Sold 60 mm. (10710)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	23,4209	1	
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	15,6836	2	
222	Flange Sold 85 mm. (10711)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	75,6975	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 44/48

Número do Registro de Preços: 31/2017 **Data do Registro: 18/12/2017** **Válido até: 18/12/2018**

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	82,7881	2
223	Registro Estera Sold 60 mm (10712)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	28,4979	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	23,3493	2
224	Registro Esfera Sold 85 mm. (10713)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVAS	0	160,3005	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	139,1811	2
225	Curva Sold 90° 85 mm. (10714)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	CHIVAS	0	36,5129	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	34,8497	2
226	Curva soldável 45° 85mm (7982)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTILIT	0	56,1052	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	49,2252	2
227	Curva Sold 50 mm. (10716)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	PLASTILIT	0	6,3230	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	KRONA	0	6,2642	2
228	Tubo PBA 85mm (8001)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTILIT	0	97,9614	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 45/48

Número do Registro de Preços: 31/2017 Data do Registro: 18/12/2017 Válido até: 18/12/2018							
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MULTILT	0	95,8368	2
229	Tubo PBA 110mm (8000)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	MULTILT	0	138,9271	1
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	MULTILT	0	148,9826	2
230	Serra marmore 220 voltz 1450 watz (13832)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SKIL	0	390,2439	1
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	VONDER	0	306,8157	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	BOSCH	0	372,0000	3
231	Furadeira de impacto 220 Voltz 800 Watz (13833)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SKIL	0	731,7073	1
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	VONDER	0	592,1395	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SKIL	0	799,3200	3
232	Serra Circular 220 voltz 2000 watz 9 polegadas (16711)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	SKIL	0	1,170,7317	1
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELIME (9609)	VONDER	0	898,2141	2
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	SKIL	0	1,200,0000	3
233	Roca deira Costal 50 Cilindradas (13835)	UND	GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME (8293)	GARTHEM	0	1,853,6585	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 46/48

Número do Registro de Preços: 31/2017		Data do Registro: 18/12/2017		Válido até: 18/12/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME (9609)	VONDER	0	2.151,4154	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Página: 47/48

Número do Registro de Preços: 31/2017		Data do Registro: 18/12/2017		Válido até: 18/12/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME (8457)	TEKNA	0	2.900,0000	3

Página: 48/48

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2017

Número do Registro de Preços: 31/2017 Data do Registro: 18/12/2017 Válido até: 18/12/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2017

PROCESSO Nº 50/2017

(8293) - GRILLO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS ME

(8457) - WEISS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

(9609) - PERFORMANCE COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME

Braço do Trombudo, 18 de Dezembro de 2017.

Brunópolis

PREFEITURA

PORTARIA 097/2018

Publicação Nº 1657191

PORTARIA Nº 097 18 DE JUNHO DE 2018

NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO EFETIVO, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ;

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei;
RESOLVE:

Artigo 1º) Nomear a Sra. MARCIANE ADLER, portadora do CPF 060.042.989-05, para ocupar o cargo efetivo de Farmacêutica, com 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 18 de junho de 2018.

Artigo 2º) revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis em 18 de junho de 2018.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

Prefeito Municipal

MARIA GORETE DO NASCIMENTO KERN

Secretária da Administração Planejamento e Fazenda

Registrada e publicada a presente Portaria em 18 de junho de 2018

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 12560-2018

Publicação Nº 1657448

PORTARIA N. 12.560, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Substitui membro representante de entidade governamental no Conselho Municipal do Idoso – CMI.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea e do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Municipal n. 3.470/2012,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir membro representante de entidade governamental no Conselho Municipal do Idoso - CMI, nomeado pela Portaria n. 12.249/2017, conforme segue:

(...)

a) dois (2) representantes da Secretaria de Assistência Social e Habitação:

(...)

Titular: Gabriel Carlos Booz

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições com contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de junho de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12561-2018

Publicação Nº 1657450

PORTARIA N. 12.561, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Substitui membros representantes no Conselho Municipal da Cidade – COMCIDADE.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 136/08, alterada pela Lei Complementar n. 171/11,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir membros representantes no Conselho Municipal da Cidade - COMCIDADE, nomeados pela Portaria n. 10.237/2015, conforme segue:

(...)

XI – 02 (dois) representantes dos segmentos sociais, institutos, ONGs, associações de moradores legalmente constituídas em Brusque:

Titular: Luis Carlos Schlindwein - UBAM

Suplente: Juarez Graczcki - UBAM

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de junho de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12562-2018

Publicação Nº 1657451

PORTARIA N. 12.562, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Exonera servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar n. 143/2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Valdir da Silva do cargo de provimento em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão/Patrimônio, a partir de 18 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de junho de 2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de junho de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

EDENA BEATRIS CENSI

Respondendo pela Secretaria de Orçamento e Gestão

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA Nº 12563-2018

Publicação Nº 1657453

PORTARIA N. 12.563, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia servidora.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo I – E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Leticia dos Santos para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenadora, lotada na Procuradoria-Geral do Município, a partir de 19 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de junho de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA Nº 136-2018- SAMAE

Publicação Nº 1657438

PORTARIA Nº 136/2018

“Reconduz servidor ao cargo de origem e dá outras providências.”

O Diretor Presidente do SAMAE, designado através da Portaria nº 12.015/2017 para responder pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

Considerando a decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança n.º 0302367-18.2018.8.24.0011, que deferiu a liminar, suspendendo o Processo Administrativo 001/2018 instaurado pela Portaria Nº 069/2018, que determinou a recondução do impetrante ao cargo;

RESOLVE:

Art. 1º Reconduzir LUCIANO CAMARGO, matrícula 21024-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Laboratorista, lotada nesta Autarquia, a contar de 19/06/2018 em cumprimento a decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança n.º 0302367-18.2018.8.24.0011, devendo o referido servidor apresentar-se ao setor de Recursos Humanos no horário das 12hs às 18hs.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Brusque, em 18 de junho de 2018.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 1508-2018

Publicação Nº 1657439

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1508/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
1001892	1	MAGNOS ANTÔNIO RITTER	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	21/06/2018	30/07/2018	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 21/06/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

RICARDO JOSÉ DE SOUZA

Secretário de Obras e Serviços Públicos

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1510-2018

Publicação Nº 1657440

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1510/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
911429	0	MAICON EDER LANG	Fundação Municipal de Meio Ambiente	25/06/2018	13/07/2018	19

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 25/06/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

CRISTIANO OLINGER

Fundação Municipal de Meio Ambiente
Superintendente

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA N° 1511-2018

Publicação N° 1657441

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1511/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
424790	0	RICARDO THOMAZ	Secretaria de Desenvolv. Econômico Trabalho e Renda	21/06/2018	30/06/2018	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 21/06/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

JOÃO ROBERTO BEUTING
Secretário de Desenvolvimento Econômico Trabalho e Renda

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA N° 1512-2018

Publicação N° 1657445

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1512/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
737364	1	JULIANE CRISTINA ZANDONAI DO AMARAL	Secretaria de Orçamento e Gestão	25/06/2018	24/07/2018	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 25/06/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1513-2018

Publicação Nº 1657446

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1513/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
4161343	1	MARCOS ALEXANDRE PEREIRA	Secretaria de Trânsito e Mobilidade	21/06/2018	30/06/2018	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 21/06/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 15 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

VALÉRIO DE MORAIS KOSEL
Secretaria de Trânsito e Mobilidade
Designado Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1524-2018

Publicação Nº 1657447

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1524/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
691771	2	VITORINO DA SILVA	Secretaria de Trânsito e Mobilidade	18/06/2018	07/07/2018	20

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 18/06/2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Junho de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

VALÉRIO DE MORAIS KOSEL
Secretaria de Trânsito e Mobilidade
Designado Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

ATA DE REUNIÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2018 - TP 08/2018

Publicação Nº 1656634

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
PROCESSO DE LICITATÓRIO Nº 88//2018
TOMADA DE PREÇO Nº 08/2018

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES

Reuniram-se no dia 15 de junho de 2018 às 13:30, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caçador, situada na Av. Santa Catarina, nº 195, centro, Caçador/SC, os membros da Comissão Especial de Licitação, constituída pelo Decreto nº 7.552, de 24 de maio de 2018 para deliberar sobre a possibilidade de saneamento da proposta viciosa apresentada pela empresa ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA-ME na Tomada de Preço, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA CONSTRUÇÃO DE PARA BALA NO ESTANDE DE TIRO NO PARQUE DAS ARAUCÁRIAS. A Comissão de Especial solicitou manifestação da Procuradoria Geral do Município através do memorando nº 8.2023/2018, refutando a possibilidade da aplicação do prazo do § 3º do art. 48 da lei de licitações, ante a participação de somente uma empresa e esta ter apresentado proposta com vícios na planilha orçamentária, além da apresentação de valores globais distintos. Em despacho nº 8.023:3/2018 da PGM, a procuradora municipal Roselaine Almeida Perico, posicionou-se favorável à aplicação do prazo de 8 (oito) dias úteis para empresa sanar os vícios da proposta e informou que "[...] pelo descrito os vícios referem-se a planilha orçamentária, portanto o valor global apresentado não poderá sofrer alteração, apenas poderá ocorrer a retificação da planilha afim de atender as exigências editalícias". Portanto, a Comissão Especial de Licitações concederá o prazo de 8 (oito) dias úteis, com amparo na manifestação jurídica e no § 3º do art. 48 da lei 8666/93, para empresa ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA-ME apresentar nova proposta escoimada de vícios a fim de atender as exigências do edital, desde que se mantenha o valor global do menor preço apresentado, ou seja, R\$30.840,09 (trinta mil e oitocentos e quarenta reais e nove centavos). O termo inicial para computar o prazo será o dia subsequente a publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. A proposta deve ser protocolada no setor de Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Caçador e endereçada a Comissão Especial de Licitações nomeada pelo decreto supracitado. Após a apresentação da nova proposta, a Comissão se reunirá para analisar a proposta e deliberar o resultado do processo licitatório. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente reunião, cujo termo depois de lido e achado conforme foi devidamente assinado por todos os membros da Comissão.

Carolina Fruet de Lima - Presidente
Taise Teodózio - Membro;
Lucas Filipini Chaves - Membro

AVISO DE ERRATA DE LICITAÇÃO COM ALTERAÇÃO DE DATA- PROCESSO 72/2018 – PREGÃO PRESENCIAL – 46/2018

Publicação Nº 1657576

AVISO DE ERRATA DE LICITAÇÃO COM ALTERAÇÃO DE DATA- PROCESSO 72/2018 – PREGÃO PRESENCIAL – 46/2018 – COM ITENS EXCLUSIVOS PARA ME E EPP- TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM - OBJETO: AQUISIÇÃO DE TONERS E CARTUCHOS DE TINTA DESTINADOS AS IMPRESSORAS DAS ESCOLAS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ENTREGA DOS ENVELOPES: 12/07/2018 às 14h00min. ABERTURA DOS ENVELOPES: 12/07/2018 às 14h20min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, no horário de expediente em vigor e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone transparência - licitações.

Caçador, 18 de junho de 2018.
SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 7.587

Publicação Nº 1657182

DECRETO Nº 7.587, de 18 de junho de 2018.

Designa servidores para exercerem fiscalização de ata de registro de preços.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os Servidores Alessandro Luiz Ribeiro, Seleme Luiz Scolaro, Admar Nhoatto, Jhonathan Mauricio Furtado, Fernando Antonio Sinhori e Aldo Marghotti, para exercerem a fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 71/2018, vinculada ao Processo Licitatório

nº 70/2018, Pregão Presencial nº 44/2018, que tem por objeto o registro de preços para aquisição de materiais de manutenção para todas as Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Caçador.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 18 de junho de 2018.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 29.169

Publicação Nº 1657572

PORTARIA Nº 29.169, de 22 de maio de 2018.

OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 31 da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVEM:

Art. 1º COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Secretaria Municipal da Saúde, o Servidor DIOCLÉCIO ALVES DE MOURA, matrícula 1303, ocupante do cargo de Motorista de Caminhão e lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 28 de março de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete dos Secretários Municipais de Caçador, em 22 de maio de 2018.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

Ricardo de Moraes Barbosa – SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA.

PORTARIA Nº 29.186

Publicação Nº 1657575

PORTARIA Nº 29.186, de 28 de maio de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 6º da Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à Servidora abaixo relacionada o pagamento de gratificação por produtividade no valor de R\$ 100,00 (cem reais) referente ao período aquisitivo do mês de março/2018, especificando código, nome e cargo e local de atuação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação
11939	Lindair Meireles Pereira de Oliveira	Agente Comunitária de Saúde	USB Rancho Fundo

Art. 2º. CONCEDER às Servidoras abaixo relacionadas o pagamento de gratificação por produtividade no valor de R\$ 100,00 (cem reais) referente ao período aquisitivo do mês de abril/2018, especificando código, nome e cargo e local de atuação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação
11932	Aline Cristiane Telles de Lima	Agente Comunitária de Saúde	USB Caic
11854	Ana Paula Petrovich Wroblewski	Agente Comunitária de Saúde	USB Bom Sucesso
13983	Cybelli Aparecida Ribeiro dos Santos	Agente Comunitária de Saúde	USB Bom Sucesso
12016	Fabiola Linhares Gonçalves Bueno	Agente Comunitária de Saúde	USB Santa Catarina
11936	Ionice Aparecida Alves da Cruz	Agente Comunitária de Saúde	USB Martello
11959	Iracema França dos Santos	Agente Comunitária de Saúde	USB Rancho Fundo
11858	Izaira Castanheira Mezomo	Agente Comunitária de Saúde	USB Caic
11953	Janete Aparecida Gabardo	Agente Comunitária de Saúde	USB Martello
13978	Juliane Rossetti	Agente Comunitária de Saúde	USB Rancho Fundo
13984	Luciane Xavier dos Santos	Agente Comunitária de Saúde	USB Bom Sucesso

11967	Lucimar dos Santos	Agente Comunitária de Saúde	USB Caic
14278	Margarete Alves Veronesi	Agente Comunitária de Saúde	USB Caic
14006	Marli Bonfim de Quadros	Agente Comunitária de Saúde	USB Bom Sucesso
14034	Mayara Neris da Rocha Banderlof	Agente Comunitária de Saúde	USB Martello
13974	Marisol de Santana Neves	Agente Comunitária de Saúde	USB Martello
14084	Rosane Antunes	Agente Comunitária de Saúde	USB Caic
14007	Suzana Aparecida Córdova	Agente Comunitária de Saúde	USB Taquara Verde
13969	Vilma de Fatima de Souza	Agente Comunitária de Saúde	USB Caic

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Caçador, em 28 de maio de 2018.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 29.198

Publicação Nº 1657577

PORTARIA Nº 29.198, de 30 de maio de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 3º, da Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal, e dá outras providências, e art. 473, inciso III do Decreto-Lei nº 5.452, de 01/05/1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à Servidora a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, licença para ausentar-se do serviço por motivo de casamento, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias de afastamento	Período
11944	Neiva da Aparecida de Lima Pacheco	Agente Comunitária de Saúde	03 dias	22/05/2018 a 24/05/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Caçador, em 30 de maio de 2018.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 29.234

Publicação Nº 1657578

PORTARIA Nº 29.234, de 13 de junho de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 73, inciso IV da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a Servidora a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, licença para ausentar-se do serviço (nojo) pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de dias	Período
14605	Lenedi de Paula Pereira	Terapeuta Ocupacional	05 dias	28/05/2018 a 01/06/2018
14605	Lenedi de Paula Pereira	Terapeuta Ocupacional	05 dias	01/06/2018 a 05/06/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde, em 13 de junho de 2018.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 29.240

Publicação Nº 1657581

PORTARIA Nº 29.240, de 14 de junho de 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 73, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a Servidora a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, licença para ausentar-se do serviço (nojo) pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de dias	Período
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	Auxiliar de Enfermagem	08 dias	08/06/2018 a 15/06/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde, em 14 de junho de 2018.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PRIMEIRO TERMO DE RETIFICAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 01 - 2018 - PROCESSO Nº 076 - 2018 - ALTERA HORÁRIO DE ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES

Publicação Nº 1657582

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Concorrência
Edital nº 01- 2018
Processo Licitatório nº 076/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO

Modifica horário de entrega e abertura dos envelopes de proposta e habilitação e mantém a data inalterada

Onde consta:

A Prefeitura Municipal de Caçador/SC pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.074.302/0001-31, com sede na Avenida Santa Catarina, nº 195, Centro, nesta cidade de Caçador, SC, de conformidade com o que estabelece a Lei nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes, e supletivamente as normas do direito administrativo, do código civil, da lei orgânica deste município e de acordo com as cláusulas e condições constantes deste edital, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação do tipo MELHOR TÉCNICA na modalidade de CONCORRÊNCIA Nº 01/2018 para a selecionar empresas para concessão de espaços públicos para CONFECÇÃO, IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE BENS E ESPAÇOS FÍSICOS PARA FINS PUBLICITÁRIOS NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC, com a instalação de placas de identificação de logradouros deste Município, através do fornecimento, da implantação e manutenção corretiva e preventiva, de acordo com descrição detalhada no presente Edital e seus anexos, com abertura dos envelopes de HABILITAÇÃO e de PROPOSTA DE TÉCNICA, por Comissão especialmente designada, dia 27 (VINTE E SETE) DE JUNHO DE 2018 às 14h10min, no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, S.C, localizado na Avenida Santa Catarina, nº 195, Centro, Caçador/SC.

Os licitantes devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas no presente EDITAL DE CONCORRÊNCIA, deverão apresentar os 02 (dois) envelopes no Protocolo Geral da Prefeitura do Município de Caçador, no máximo até as 14h00min do dia 27(VINTE E SETE) de JUNHO DE 2018.

Passa a ser:

A Prefeitura Municipal de Caçador/SC pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.074.302/0001-31, com sede na Avenida Santa Catarina, nº 195, Centro, nesta cidade de Caçador, SC, de conformidade com o que estabelece a Lei nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes, e supletivamente as normas do direito administrativo, do código civil, da lei orgânica deste município e de acordo com as cláusulas e condições constantes deste edital, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação do tipo MELHOR TÉCNICA na modalidade de CONCORRÊNCIA Nº 01/2018 para a selecionar empresas para concessão de espaços públicos para CONFECÇÃO, IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE BENS E ESPAÇOS FÍSICOS PARA FINS PUBLICITÁRIOS NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC, com a instalação de placas de identificação de logradouros deste Município, através do fornecimento, da implantação e manutenção corretiva e preventiva, de acordo com descrição detalhada no presente Edital e seus anexos, com abertura dos envelopes de HABILITAÇÃO e de PROPOSTA DE TÉCNICA, por Comissão especialmente designada, dia 27 (VINTE E SETE) DE JUNHO DE 2018 às 10h10min, no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, S.C, localizado na Avenida Santa

Catarina, nº 195, Centro, Caçador/SC.

Os licitantes devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas no presente EDITAL DE CONCORRÊNCIA, deverão apresentar os 02 (dois) envelopes no Protocolo Geral da Prefeitura do Município de Caçador, no máximo até as 10h00min do dia 27(VINTE E SETE) de JUNHO DE 2018.

Conforme Decreto nº 7.576/2018, qual estabelece horário especial de expediente em virtude dos Jogos da Copa do mundo de futebol, alteramos horário de entrega e abertura dos envelopes de habilitação e proposta. A comissão entende, que as formulações das propostas não serão afetadas pela modificação, permanecendo a data inalterada.

Maiores Informações e o edital Completo poderão ser obtidos na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do email: licitacao.sec@cacador.sc.gov.br, telefone: (049) 3666.2433 ou pelo site www.cacador.sc.gov.br das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador, 18 de junho de 2018
Saulo Sperotto
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO 13-2018 CMAS

Publicação Nº 1656598

RESOLUÇÃO Nº 013/2018 de 29 de maio de 2018

Dispõe sobre o processo de inscrição do Serviço de Acolhimento Institucional Temporário e/ou de longa permanência para idosos com deficiência, idosos com algum grau de dependência, pessoas com deficiência e pessoas com deficiência com algum grau e dependência executado pela Associação Maria Rosa – AMAR no Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador, em reunião Ordinária realizada dia 29 de maio de 2018, às 13h30min, Ata nº 301, nas dependências da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.331, de 23 de novembro de 2016 - Lei Orgânica da Assistência Social, e Considerando os artigos 3º e 9º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, Art. 4º que regulamenta o art. 3º da Lei 8.742, de 7 dezembro de 1993/ LOAS, e normatiza o conceito de entidade de assistência social;

Considerando a Lei nº 12.101 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção de contribuições para a seguridade social; e as alterações incluídas pela Lei nº 12.453/2012 e 12.712/2012.

Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais; Considerando a Resolução CNAS nº 14, de 14 de maio de 2014 que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal.

Considerando que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho;

Considerando a Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador nº 47/2014 que dispõe sobre o processo de inscrição e funcionamento de entidades e organizações de Assistência Social e dos serviços, programas, projetos, e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador/SC e dá as providências.

Considerando o Parecer 01/2018 da Comissão de Inscrição do CMAS.

Resolve:

Art. 1º. Aprovar a inscrição do Serviço de Acolhimento Institucional Temporário e/ou de longa permanência para idosos com deficiência, idosos com algum grau de dependência, pessoas com deficiência e pessoas com deficiência com algum grau e dependência, executado pela Associação Maria Rosa – AMAR que atua de acordo com os parâmetros da Política Nacional de Assistência Social no Município de Caçador.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 29 de maio de 2018.

Marizete Fátima Iaczinski

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO 14-2018 CMAS

Publicação Nº 1656599

RESOLUÇÃO Nº 14/2018, de 29 de maio de 2018.

Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.331/2016, de 23 de novembro de 2016;

CONSIDERANDO cópia recebida do Regimento Interno do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

CONSIDERANDO os Pareceres 18/2017, 06 e 07/2018 da comissão de legislação do CMAS.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária do CMAS, realizada no dia vinte e no de maio de 2018, Ata nº 301.

Resolve:

Art. 1º. Aprovar o Regimento Interno do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

Art. 2º. Faz parte integrante da presente resolução, como anexo, cópia do Regimento Interno do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 29 de maio de 2018.

Marizete Fátima Iaczinski

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

RESOLUÇÃO 14-2018 CMAS ANEXO

Publicação Nº 1656603

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS

REGIMENTO INTERNO

CAÇADOR, 14 DE MARÇO DE 2018.

I IDENTIFICAÇÃO:

1.1. Identificação do objeto:

Regimento Interno do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS

1.2. Identificação institucional:

Prefeitura Municipal de Caçador

CNPJ: 83.074.302/0001-31

Prefeito Municipal: Saulo Sperotto - Gestão 2017/2020

Município: Caçador

UF: Santa Catarina

Endereço: Av: Santa Catarina, 513, Centro.

Telefone: (49) 3666-2400

E-mail: prefeitura@cacador.com.br

1.3. Identificação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS

Endereço: Victor Baptista Adami, nº 275, Centro, Caçador – SC

E-mail: creas@cacador.sc.gov.br

Telefone: 49-3563-7796 / 3563-4195

Responsável: Rosania Pereira dos Santos Golin - Diretora do CREAS

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS

O presente documento técnico institui normas a respeito da competência e funcionamento dos serviços do CREAS de Caçador/SC, vinculado à Secretaria de Assistência Social e Habitação, unidade integrante do Sistema Único de Assistência Social-SUAS.

CAPÍTULO - I

DA COMPETÊNCIA E DO FUNCIONAMENTO

Art. 1º O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS é um equipamento público governamental da Política de Assistência Social municipal, que executa Serviços de Proteção Social Especial Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social, seguindo os parâmetros da PNAS, NOB/SUAS, NOB/RH SUAS, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Guia CREAS e Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do SUAS. O atendimento no CREAS se dá nos seguintes termos:

I - O expediente do CREAS é executado de segunda a sexta-feira, das 08 às 12 horas e das 13 às 17 horas;

II - A carga horária de cada servidor será executada de acordo com o expediente;

III - Os horários de todos os servidores poderão ser flexíveis, conforme a necessidade do serviço, respeitando a carga horária mensal de cada servidor, desde que as horas de trabalho sejam registradas e/ou compensados na mesma folha ponto;

IV - Toda a equipe multiprofissional poderá realizar ações em horário extraordinário de expediente, desde que no interesse do serviço público ou autorizado pela chefia imediata.

V- As horas extras deverão, preferencialmente, ser compensadas no mesmo mês, salvo situações especiais definidas em acordo com a diretoria.

Parágrafo único. Entende-se por horário extraordinário cada hora cumprida fora do horário normal de trabalho e registrada em folha ponto, que poderá ser computada como banco de horas para posterior compensação sem prejuízo do serviço ou remuneradas nos termos da legislação vigente, a critério da administração e mediante regulamentação, respeitados o princípio da isonomia. Na possibilidade de escolha, caberá ao servidor fazê-lo.

Art. 2º Compete ao CREAS atender e/ou acompanhar famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, que demandam intervenção especializada, em decorrência de:

I - Violência física, psicológica e/ou negligência;

II - Violência sexual, abuso e/ou exploração sexual;

III - Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção quando há possibilidade de retorno à família de origem;

IV - Tráfico de pessoas;

VI - Situação de rua e mendicância;

VII - Abandono;

VIII - Vivência de trabalho infantil;

IX - Discriminação em decorrência da orientação sexual, gênero e/ou etnia;

X - Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade.

Parágrafo único. Não compete aos profissionais do SUAS a realização de perícias, inquirição de vítimas e acusados, oitiva com fins judiciais, produção de provas de acusação, guarda ou tutela de crianças, curatela de idosos, adoção de crianças e adolescentes, averiguação de denúncias de maus-tratos contra crianças ou adolescentes, idosos ou pessoas com deficiência e de violência doméstica contra mulher;

Art. 3º São objetivos do CREAS:

I - Contribuir para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva;

II - Processar a inclusão das famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos, conforme necessidades;

III - Contribuir para restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia dos usuários;

IV - Contribuir para romper com padrões violadores de direitos no interior da família;

V - Contribuir para a reparação de danos e da incidência de violação de direitos;

VI - Prevenir a reincidência de violações de direitos.

Art. 4º O CREAS de Caçador - SC é um equipamento público, que conta com uma direção, serviços gerais, administrativo e equipe de referência para atendimento socioassistencial, oferecendo os seguintes serviços:

I - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);

II - Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e Prestação de Serviços à Comunidade - PSC (SPSACMSELAPSC);

III - Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e Suas Famílias - SEPREDI.

Parágrafo único. As especificidades dos serviços são orientadas pela legislação disposta no caput do artigo 1º deste regimento, em especial a Resolução 109 do Conselho Nacional de Assistência Social no tocante aos usuários, objetivos, provisões, trabalho essencial esperado e aquisição dos usuários.

Art. 5º Os serviços do CREAS de Caçador são executados por equipes de referência preconizadas na NOB/RH SUAS:

I - O PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos dispõe de dois assistentes sociais, um psicólogo, um trabalhador de nível médio e um estagiário;

II - O Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e Prestação de Serviços à Comunidade - PSC dispõe de um psicólogo e um estagiário;

III - O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e Suas Famílias dispõe de um assistente social e um estagiário.

Parágrafo único. O estagiário e o advogado realizam funções compartilhadas nos três serviços oferecidos pela CREAS no município.

Art. 6º O CREAS ainda conta com um diretor, um auxiliar de serviços gerais, um motorista, um servidor de nível médio na recepção, um servidor de nível médio auxiliando nas funções administrativas.

Parágrafo único. O servidor que atua na recepção tem por função a inclusão ou atualização do cadastro das famílias no sistema municipal, bem como realizar os encaminhamentos que não dependam de um técnico nível superior para fazê-lo.

Art. 7º Os serviços ofertados no CREAS serão desenvolvidos de acordo com a tipificação nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Art. 8º Implantar um projeto de avaliação e monitoramento dos resultados e impactos sociais promovidos pelos serviços.

Art. 9º Propor, promover e participar de intervenções em rede, favorecendo a articulação com instituições governamentais e não governamentais, promovendo o processo de integração com a rede socioassistencial, Sistema de Garantia de direitos e demais políticas públicas.

Art. 10 Cada equipe de referência partilha uma sala que serve para atendimento e gestão de documentos.

Art. 11 A demanda referenciada no CREAS consiste em indivíduos e famílias em situação de violência instalada, bem como, adolescentes aos quais foram impostas medidas socioeducativas e suas famílias, com enfoque no atendimento e/ou acompanhamento familiar.

CAPÍTULO - II

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 12 Os casos de violação de direitos serão atendidos no CREAS, conforme fluxograma, anexo I.

Art. 13 Os casos que chegarem aos CREAS através de documentos (ofícios, e-mails, encaminhamentos eletrônicos, dentre outros), serão recebidos e avaliados pela Direção, sendo posteriormente direcionados para a equipe de referência de PAEFI, MSE LA/PSC ou Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e Suas Famílias.

Art. 14 Os casos que chegarem ao CREAS deverão passar pela recepção para inclusão ou atualização cadastral no Sistema municipal. Caso não haja registro no Cadunico, serão encaminhados ao setor para inclusão e/ou atualização. Posteriormente direcionados para a equipe de referência a que se refere à demanda.

Art. 15 Para o bom andamento dos atendimentos faz-se necessário que os encaminhamentos ao CREAS contenham informações referentes aos procedimentos e ações já adotadas, na forma de um relatório situacional, assim como os dados pessoais e endereço dos indivíduos ou famílias envolvidas. O CREAS fará contato com a rede de atendimento orientando para este procedimento.

Parágrafo único. Caberá ao CREAS atuar e solicitar os encaminhamentos de acordos com os protocolos vigentes de articulação com serviços e a rede.

Art. 16 Casos atinentes a outras Comarcas ou fora da atuação do CREAS deverão ser referenciados aos órgãos competentes ou feitos devolutiva ao emitente.

CAPÍTULO - III DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 17 As atribuições do quadro de pessoal obedecem as Normas de Operações Básicas: NOB-RH/SUAS e NOB/SUAS, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Guia CREAS, Parâmetros para Atuação do Psicólogo, Parâmetros para atuação do Assistente Social, as orientações dos técnicos da Secretaria Estadual de Assistência Social, Instrução Normativa 01/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social e demais documentos pertinentes aos Serviços;

Art. 18 Compete ao diretor da Proteção Social Especial da Média Complexidade, além da gerência da unidade:

I - Articular o processo de gerenciamento do CREAS e o processo de gerenciamento da proteção social especial;

II - Coordenar a execução das ações;

III - Realizar articulação/parcerias com instituições governamentais e não governamentais, engajando-se no processo de articulação da rede socioassistencial;

IV - Responder, com o técnico da Acolhida, documentos referentes a demandas, conforme solicitação do técnico, se verificada a necessidade;

V - Definir, com a equipe técnica, os meios e as ferramentas teórico-metodológicos de trabalho com famílias, grupos e indivíduos a serem utilizados;

VI - Articular o processo de implantação, execução, monitoramento, registro e avaliação das ações;

VII - Realizar reuniões semanais com os profissionais e estagiários, para discussão dos casos, avaliação das atividades desenvolvidas, dos serviços ofertados e dos encaminhamentos realizados, entre outros;

VIII - Promover e participar de reuniões periódicas com representantes da rede prestadora de serviços, visando contribuir com o órgão gestor na articulação e avaliação dos serviços e acompanhar os encaminhamentos efetuados;

IX - Contribuir com o órgão gestor municipal no estabelecimento de fluxos entre os serviços da Proteção Social Especial e Básica de Assistência Social;

X - Participar de comissões, fóruns, comitês locais de defesa e promoção dos direitos;

XI - Participar das reuniões de gestão;

XII - Coordenar a alimentação dos registros de informações e o Relatório Mensal de Atendimento - RMA;

XIII - Gerenciar RH e identificar a necessidade dos mesmos;

XIV - Gerenciar o suprimento do equipamento no que tange sua estrutura física, patrimônio e de funcionamento das atividades cotidianas.

XV - Realizar a verificação mensal das famílias referenciadas na unidade.

Art. 19 Entende-se por equipe técnica de referência o conjunto de trabalhadores técnicos, sendo assistente social, psicólogo, pedagogo, advogado e orientadores sociais que mantenham relação técnica no atendimento conjunto respeitando os saberes de cada um.

Art. 20 Compete à equipe técnica de referência (Psicólogo e Assistente Social):

I - Realizar acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado, informações e orientações;

II - Realizar atendimento e /ou acompanhamento interdisciplinar privilegiando a matricialidade sócio familiar, incluindo coletivos familiares e ou de segmentos;

III - Orientar e encaminhar para a rede de serviços locais;

IV - Construir o plano individual e/ou familiar de atendimento;

V - Informar, comunicar e realizar a defesa de direitos;

VI - Apoiar à família na sua função protetiva;

VII - Identificar e mobilizar a família extensa ou ampliada;

VIII - Articular com a rede de serviços socioassistenciais;

IX - Articular com os serviços de outras políticas públicas setoriais;

X - Elaborar relatórios e registrar no SAFI, bem como preencher o prontuário SUAS;

XI - Elaborar e emitir devolutivas, relatórios, ofícios e demais documentos pertinentes ao serviço que sejam de sua competência;

XII - Viabilizar reuniões de rede quando for verificada a necessidade.

XIII - Participar das atividades de capacitação e formação continuada da equipe do CREAS, reuniões de equipe, estudos de casos, e demais atividades correlatas;

XIV - Participar das reuniões técnicas do CREAS;

XV - Participar das atividades coletivas desenvolvidas com os usuários dos serviços;

XVI - Realizar atendimentos, visitas domiciliares, visitas institucionais, participar de reuniões de rede e demais atividades necessárias às demandas pertinentes aos serviços;

Art. 21 Compete ao servidor responsável por auxiliar na recepção, sem prejuízo das demais funções do cargo:

- I - Realizar o serviço de recepção e atender ao público em geral;
- II - Atender ao telefone e repassar telefonemas aos demais servidores;
- III - Solicitar auxílio do diretor, no caso de dúvidas e/ou problemas de qualquer ordem;
- IV - Anotar recados na agenda da recepção para acesso pelos profissionais das equipes;
- V - Agendar horários de atendimento para as equipes;
- VI - Digitar/digitalizar documentos sempre que solicitado;
- VII - Receber e protocolar correspondências e distribuir aos profissionais das equipes;
- VIII - Seguir as orientações referentes ao Protocolo de Funcionamento da Recepção;
- IX - Fazer a atualização ou cadastro inicial do indivíduo ou da família no SAFI e encaminhá-los as equipes quando necessário;
- X - Orientar e encaminhar para a rede de serviços locais, mediante suporte da equipe técnica;
- XI - Encaminhar para acesso à documentação pessoal;
- XII - Informar, comunicar e orientar as famílias e indivíduos com vistas à defesa de direitos.

Art. 22 Compete ao servidor responsável por auxiliar nas funções administrativas, sem prejuízo das demais funções do cargo:

- I - Controlar, arquivar e manter em ordem todos os documentos, ofícios da coordenação, correspondências, planilhas de contas e notas fiscais do CREAS quando solicitado;
- II - Fornecer, anotar, zelar pelo bom uso do material e prestar contas do mesmo quando solicitado;
- III - Realizar controle de compras, orçamento, estoque, entrada e saída de materiais e distribuição quando solicitado;
- IV - Auxiliar no controle do patrimônio;
- V - Secretariar as reuniões conjuntas de equipe do CREAS.
- VI - Encaminhar para acesso à documentação pessoal;
- VII - Informar, comunicar e orientar as famílias e indivíduos com vistas à defesa de direitos.

Art. 23 Compete especificamente ao assistente social:

- I - Encaminhar para acesso a benefícios eventuais;
- II - Supervisionar estagiários de Serviço Social;
- III - Elaborar estudo social e o diagnóstico socioeconômico, quando necessário;

Art. 24 Compete especificamente ao psicólogo:

- I - Supervisionar estagiários de Psicologia.

Parágrafo único. Compete preferencialmente ao psicólogo encaminhar o usuário para avaliação psicológica clínica, psiquiátrica e neurológica, quando verificada a necessidade;

Art. 25 Compete ao advogado:

- I - Proporcionar orientação jurídico-social para a equipe do CREAS e usuários sobre (direitos de crianças, adolescente, mulheres, idosos, pessoas com deficiência e adultos, entre outros);
- II - Acompanhar/monitorar os procedimentos judiciais e extrajudiciais instaurados, mantendo informada a equipe multiprofissional;
- III - Providenciar encaminhamentos jurídicos cabíveis nas situações evidenciadas;
- IV - Acompanhar, em casos de extrema necessidade, e apenas como ouvinte, o usuário em Órgãos Públicos para registros ou outros procedimentos que se fizerem necessários, em decorrência de fragilidades, jamais na condição de procurador;
- V - Participar, quando solicitado, em grupos ou em comissões de estudo, auxiliando em proposições normativas e confecção de documentos, desde que atinentes ao interesse dos usuários do CREAS;
- VI - Confeccionar pareceres referentes aos direitos de crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, entre outros.

Art. 26 Compete ao motorista:

- I - Manter o veículo em perfeitas condições de uso (limpo e em condições adequadas de higiene e funcionamento);
- II - Conduzir os funcionários a locais diversos, para atendimento das necessidades técnicas e administrativas;
- III - Respeitar a legislação, normas e recomendações de direção defensiva;
- IV - Transportar usuários de acordo com as orientações da direção e da equipe técnica;
- V - Respeitar o sigilo das informações;
- VI - Definir rotas e percursos de modo a garantir a economia de combustível e a otimização do uso do veículo;
- VII - Preencher diariamente o controle de quilometragem e quando do abastecimento, preencher o controle de abastecimento do veículo;
- VIII - Controlar o consumo de combustível, quilometragem e lubrificação, visando à manutenção adequada do veículo;
- IX - Verificar diariamente as condições de uso do veículo;
- X - Solicitar à coordenação a realização de reparos no veículo, sempre que necessário;
- XI - Auxiliar, quando necessário, no carregamento e descarregamento de materiais transportados no veículo;
- XII - Atender demandas extras quando necessárias ao serviço.

Art. 27 Compete ao auxiliar de serviços gerais:

- I - Garantir a limpeza dos espaços internos e externos, móveis e equipamentos;
- II - Repor materiais relativos à higienização nos sanitários, tais como papel higiênico, sabonete, papel toalha, entre outros;
- III - Produzir diariamente café/chá para a equipe e usuários;
- IV - Solicitar e controlar materiais de limpeza;
- V - Solicitar e controlar materiais necessários à produção de café/chá/lanche.
- VI - Solicitar à coordenação a realização de reparos e manutenções, sempre que necessário;

VII - Atender demandas extras quando necessárias ao serviço;

VIII - Seguir as normas e rotinas de higienização de estabelecimentos públicos, conforme exigências da vigilância sanitária.

Art. 28 Compete a todo quadro:

I - Participar de palestras informativas e capacitações consideradas relevantes aos serviços;

II - Fazer estudo permanente acerca do tema da violência e/ou violação de direitos e da política de assistência social;

III - Garantir o sigilo das situações em atendimento e/ou acompanhamento no CREAS;

IV - Participar das reuniões de equipe do CREAS e das demais quando for possível;

V - Manter atualizado os registros das famílias, dos atendimentos e demais atividades referentes à atuação profissional;

VI - Repassar dificuldades e/ou dúvidas à direção, quando houver necessidade;

VII - Atender às solicitações dos colegas e da direção, relativas às atividades do CREAS, quando de sua competência;

VIII - Respeitar o horário de expediente;

IX - Respeitar as normas e regras internas;

X - Manter a harmonia e respeito nas relações interpessoais, bem como colaborar para o bom andamento dos trabalhos;

XI - Respeitar a dinâmica de trabalho estabelecida pela equipe e direção.

Parágrafo único: Cabe aos outros trabalhadores de que trata a resolução nº 17/CNAS/2011 e suas alterações, quando contratados, realizar as ações pertinentes às suas funções e complementar as ações da equipe de referência a qual irá compor.

CAPÍTULO - IV

DA METODOLOGIA DE TRABALHO

Seção - I

Reunião De Estudo De Caso

Art. 29 As equipes de referência farão estudo das situações acolhidas durante a semana e outras pertinentes, nas reuniões de equipe, que acontecerão nas sextas-feiras pela manhã, em reunião multiprofissional e administrativa do CREAS, sendo a primeira pauta administrativa e a segunda de estudo de casos.

Art. 30 As reuniões ordinárias acontecerão toda sexta-feira, no período matutino, das 08h30 às 11h, independente de quórum.

§ 1º - Nas reuniões ordinárias haverá troca de informações referentes aos estudos de casos, planejamento dos trabalhos, avaliação das ações e repasse de informações de interesse geral.

§ 2º - No período destinado às reuniões de equipe não haverá atendimento ao público pelos técnicos, salvo se o atendimento não puder ser marcado para outro horário em função da urgência nas intervenções.

Art. 31 Os profissionais que compõem os serviços do CREAS estão sujeitos à orientação e monitoramento de suas ações pelo diretor, bem como o que preconiza a Lei nº 12.435/2011, a qual altera a Lei nº 8.742/1993, Lei Municipal nº 3.331/2016 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Caçador e dá outras providências e outras normativas vigentes.

Seção II

Recepção, Atendimento e Acompanhamento.

Art. 32 O trabalho elaborado e desenvolvido será pautado nas atribuições técnicas já especificadas, de acordo com os seguintes parâmetros:

I - Busca Ativa: é o procedimento adotado nos casos em que as famílias e/ou indivíduos não comparecem ao CREAS para os atendimentos necessários. Podendo ser feita através de contato telefônico, contato com outras instituições, visitas domiciliares, visitas à comunidade, dentre outras.

II - Recepção: refere-se ao reconhecimento das demandas da família ou do indivíduo, no preenchimento inicial do Sistema Municipal de informação vigente e nas informações e orientações iniciais sobre os direitos e encaminhamentos pertinentes, podendo ser realizada por um técnico de nível médio, estagiário, técnico de referência ou diretor.

III - Atendimento: consiste na abordagem interdisciplinar que terá como base a nucleação familiar e como foco a desnaturalização da violência que motivou sua inclusão no serviço; realizado pela equipe técnica, objetiva conhecer as expressões da questão social vivenciada pelos indivíduos/famílias, bem como identificar as suas vulnerabilidades e potencialidades;

IV - Acompanhamento: consiste no procedimento iniciado mediante a necessidade identificada após o (s) primeiro (s) atendimento (s), podendo ser coletivo, com nucleação de uma família ou mais, com mais de um segmento ou cujas demandas comuns forem identificadas ao longo dos atendimentos. Quando do acompanhamento, será elaborado o Plano Individual de Atendimento (PIA) ou Plano de Acompanhamento Familiar (PAF);

§ 1º - No atendimento, poderá haver a necessidade de visitas domiciliares, atendimentos individuais e familiares, encaminhamentos a outras entidades ou órgãos, dentre outras intervenções que os técnicos julgarem necessárias.

§ 3º - O acompanhamento será executado por equipe de referência dos serviços, diferindo dos atendimentos pela complexidade da demanda, número de intervenções técnicas e monitoramento da evolução do caso, cabendo aos técnicos definir o período em que o usuário ficará em acompanhamento.

Art. 33 A capacidade de atendimento/acompanhamento da equipe do PAEFI é de no máximo 50 famílias mensal.

Art. 34 A capacidade de atendimento/acompanhamento da equipe de MSE/LA/PSC é de no máximo 40 famílias mensal.

Art. 35 A capacidade de atendimento/acompanhamento do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e Suas Famílias é de no máximo 25 famílias mensal.

Art. 36 Os atendimentos serão ordenados, preferencialmente, com frequência quinzenal com cada grupo familiar.

§ 1º - Ao sair de um atendimento a família já deve receber a agenda do próximo atendimento. Ao término dos atendimentos, se a família for direcionada para acompanhamento, deve sair com a agenda deste último.

§ 2º - Não haverá convite para os acompanhamentos. Eles serão consequência dos atendimentos, ou seja, a família no seu último atendimento será informada da sua próxima agenda/acompanhamento.

§ 3º - O PAEFI, MSE e Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e Suas Famílias poderão reunir suas famílias no acompanhamento.

Art. 37 Os coletivos de acompanhamento podem ser concomitantes no equipamento, desde que envolvam técnicos diferentes.

§ 1º - As equipes podem decidir o número e a frequência dos acompanhamentos.

§ 2º - A Família após ser atendida e/ou acompanhada deverá ser desligada do CREAS, a critério da equipe técnica. Após o desligamento do serviço será realizada a contrarreferência ao CRAS.

Seção - III

Relatório De Atendimento/Acompanhamento

Art. 38 O relatório de atendimento e/ou de acompanhamento é um documento que objetiva informar o requerente acerca dos procedimentos de atendimento e acompanhamento executados pelo CREAS com a família em questão.

Art. 39 O relatório de atendimento e/ou de acompanhamento dos serviços do CREAS de Caçador é interdisciplinar e versará analiticamente sobre a realidade dos atendimentos e ou acompanhamentos realizados pelos serviços.

Art. 40 O relatório de atendimento e/ou de acompanhamento servirá para instruir e instrumentalizar os técnicos/equipes/equipamentos com vistas à garantia da qualidade e preceitos éticos nas intervenções profissionais.

Art. 41 O relatório para uso externo do SUAS constitui-se em documentos elaborados a partir de solicitações e/ou requisições de políticas setoriais, órgãos de defesa de direitos e órgãos do Sistema de Justiça, com o objetivo de prestar informações sobre a inserção de famílias e indivíduos no acompanhamento realizado pelos serviços socioassistenciais.

§1º - Sempre que solicitado, o relatório será organizado pelos técnicos de referência, informando sobre as ações desenvolvidas nos serviços com famílias ou indivíduos em questão e a evolução do acompanhamento realizado.

§1º - Quando da confecção do relatório, os envolvidos deverão observar as orientações e aspectos éticos de caráter privado e sigiloso.

§2º - Não deve ser enviado o original de cadastros, prontuários, fichas ou qualquer documento de registro de informações dos atendimentos e acompanhamentos realizados pelas equipes de referência.

Art. 42 Os relatórios do CREAS não devem ser confundidos com a elaboração de "laudos periciais", relatórios ou outros documentos com finalidade investigativa que constituem atribuições das equipes interprofissionais dos órgãos do sistema de defesa e responsabilização.

Seção - IV

Referência e Contrarreferência

Art. 43 A Referência e Contrarreferência é movimento de articulação com as demais redes externas ao CREAS para garantir a continuidade dos atendimentos e/ou acompanhamentos das famílias quando estas receberem alta social do CREAS.

Art. 44 A Referência e Contrarreferência com os CRAS devem ocorrer em reuniões mensais e com a rede socioassistencial/SUAS, quando for verificada necessidade.

Art. 45 Na referência e contrarreferência para os CRAS e CREAS, serão repassadas as informações consideradas pertinentes, com vistas à continuidade das intervenções.

Art. 46 Os atendimentos a indivíduos e/ou famílias, cuja violação de direitos esteja relacionada ao uso de álcool e outras drogas, deverão ser realizados priorizando o trabalho intersetorial, sendo obrigatório o encaminhamento ao CAPSad, mantendo a articulação com o SUS.

Art. 47 Os casos contrarreferenciados envolvendo crianças e adolescentes advindas do acolhimento institucional devem conter o relatório técnico que embasou a ação de retorno da criança/adolescente ao convívio familiar.

CAPÍTULO - V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 48 Todo servidor do CREAS antes de sua atuação deverá proceder obrigatoriamente à leitura deste documento e outros indicados pelo diretor.

Art. 49 Os casos omissos surgidos na aplicação deste documento serão solucionados pela direção do CREAS, ou em conjunto com a Secretaria de Assistência Social, que definirão a necessidade de reunir os técnicos para buscar alternativas.

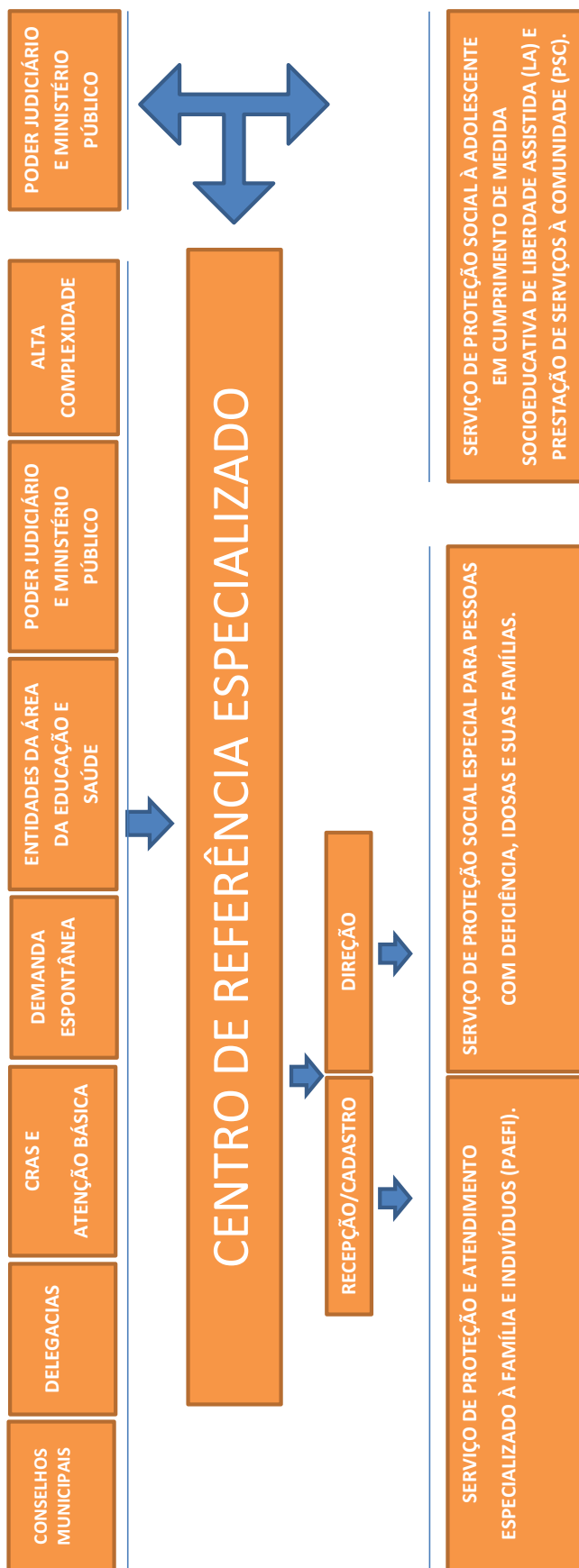
Art. 50 Cada serviço possui suas especificidades e regulamentações que deverão ser considerados na atuação dos profissionais que compõem a equipe, em especial a Resolução 109 do Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 51 O presente documento só será alterado por deliberação da equipe do CREAS, com a anuência da Direção e da Secretaria de Assistência Social.

Caçador, outubro de 2017.

RESOLUÇÃO 14-2018 CMAS FLUXOGRAMA

Publicação Nº 1656605

FLUXOGRAMA CREAS – CAÇADOR – SC.

Caibi

PREFEITURA

ATO CONVOCATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018

Publicação Nº 1657237

ATO CONVOCATÓRIO PARA REUNIÃO DE JULGAMENTO

A Presidente da Comissão Permanente de Licitações do Município de Caibi – SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber aos proponentes e aos demais interessados que foi designado por este ato o dia 05/07/2018 às 08:30 horas, como prazo limite para recebimento dos envelopes e início do julgamento das Habilitações e Propostas propostas de preços relativas ao Processo Licitatório Nº 057/2018, do tipo Menor Preço Global na modalidade de Tomada de Preços Nº 002/2018, que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE CAIBI DE ACORDO COM OS PROJETOS E MEMORIAIS onde se realizará pelo Departamento de Licitações em sua sala, na sede do Município, conforme de costume.

Afixe-se no local de costume.

Caibi – SC, 18 de Junho de 2018.
CASSIANE PIGNAT BEILKE
Presidente da Comissão

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018

Publicação Nº 1657060

MUNICIPIO DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 057/2018 na modalidade Tomada de Preço Nº 002/2018, do tipo Menor Preço –Global que tem por objeto Contratação de Empresa para Reforma do Centro Administrativo do Município de Caibi. Poderão participar do certame empresas devidamente cadastradas e que comprovem a circunstância mediante apresentação do respectivo Certificado no Registro Cadastral, obtido até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas. Os envelopes contendo a documentação e as propostas serão recebidos pelo Departamento de Compras e Licitações, em sua sala, na sede do Município de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro – Caibi - SC, CEP 89.888-000, até às 08:30 horas do dia 05 de Julho de 2018, iniciando-se os procedimentos de abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação e julgamento das propostas no mesmo horário, no mesmo dia e local. O inteiro teor deste Ato Convocatório está a disposição dos interessados no Site da Prefeitura www.caibi.sc.gov.br e no Departamento de Licitações conforme endereço acima descrito ou maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49)3648-0211. Caibi –SC 18 de Junho de 2018. Eloi José Libano. Prefeito Municipal

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2018 - FMS

Publicação Nº 1657388

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 010/2018 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 018 a 031/2018 – FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A DISTRIBUIÇÃO AOS PACIENTES USUÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, UNIDADES DE SAÚDE BEM COMO DO HOSPITAL CIRURGICO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 18/06/2018
1ª Publicação.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2018 - PMC

Publicação Nº 1657395

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 036/2018 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 059/2018 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, DESTINADA À MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA VISANDO A CONSERVAÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES QUE FAZEM PARTE DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. CONFORME TERMO DE REFERENCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 18/06/2018
1ª Publicação.

ECM 008/2018

Publicação Nº 1656981

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 008/2018

O Prefeito Municipal de Camboriú/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 91 da Lei Orgânica e da Lei Municipal nº. 1695 de 22 de maio de 2006 faz saber a quem interessar possa que o Município de Camboriú baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA, COM FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento ao erário, dos valores parciais despendidos nas obras de pavimentação e drenagem pluvial, compreendendo a seguinte(s) via(s) pública(s) desta cidade:

1 - RUA TARUMÃ, no Bairro TABOLEIRO, totalizando 1.218,30m2 (Hum Mil, duzentos e dezoito Metros e trinta centímetros Quadrados), tendo como confrontação os lotes relacionados no ANEXO I deste edital.

2 - PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO
Projeto Gráfico de Drenagem Pluvial e Pavimentação da referida via pública, com memorial descritivo e planilhas de quantidades e valores, para a execução dos serviços de drenagem pluvial e pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos na Lei Municipal nº. 1695/2006.

3 - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA
A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis que não aderiram ao Programa de Pavimentação Comunitária ou se recusarem a efetuar o pagamento, situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a RUA TARUMÃ, que foram valorizados com a execução da obra.

4 - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra (planilha em anexo a este edital), computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.
A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano desta municipalidade.

5 - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO
O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel. A municipalidade participa no custo da obra para a pavimentação da via pública em locais dentro do trecho da obra que não estão na responsabilidade dos proprietários na área beneficiada.

6 - PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES
A importância a ser absorvida pelos contribuintes será o custo este referente à obra realizada de frente seu respectivo imóvel.

7 - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA
Os custos unitários e totais para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas, têm seus valores unitários referenciados na Tabela SINAPI/SC de JAN/2017, anexa a este edital, e

por preços da região conforme Anexo II deste Edital de Contribuição de Melhoria, sendo que o valor total da referida obra é de R\$ 141.650,17 (Cento e Quarenta e Um Mil, Seiscentos e Cincoenta Reais e Dezesete Centavos).

8 - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Secretaria Municipal de Finanças, obedecendo às seguintes condições:

8.1 - Pagamento à vista:

A ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião do final da obra.

8.2 - Pagamento parcelado:

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em 6 (seis) ou em 12 (doze) vezes, aplicando-se mais a atualização monetária prevista em lei, com juros de 1% (um por cento) ao mês.

9 - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do Edital de Contribuição de Melhoria, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal por meio de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e número de prestações.

11 - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Municipalidade.

Camboriú, 18 de junho de 2018.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

COTIZAÇÃO ECM 008/18

Publicação Nº 1656984

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA
MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

ANEXO I

QUANTITATIVO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA - DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA																
RUA - TARUMÁ																
LOTE	INSCRIÇÃO CADASTRAL PMC	PROPRIETÁRIO	RUAS	TESTADA DO LOTE (m)	ÁREA RUAVEM m²	FATOR DE CONTRIBUIÇÃO	A CONSTRU IR	ESCAVAÇÃO DRENAGEM M³	REATERRO DRENAGEM M³	DRENAGEM				PAVIMENTAÇÃO		
										B5TC Ø30 UNIDADE	B5TC Ø40 UNIDADE	CL UNIDADE	BL UNIDADE	PREPARO CANCHA M²	MÃO DE OBRAS UNIDADE	PAVIMENTAÇÃO M²
1	01.03.090.0160.001	DARCI MORETTI	TARUMÁ	97,00	291,00	1	490,50	392,40	48	255	8	16	1.218,30	410,00	1.218,30	
2	01.03.090.0180.001	ELISA ROSENDO BLUEGER E CLEUSA DO	TARUMÁ	13,70	41,10	0,03478	1,00	17,06	13,65	11,82	62,80	1,97	3,94	300,01	100,96	
3	01.03.090.0192.001	JOÃO SATURNINO AGUIAR	TARUMÁ	12,80	38,40	0,03250	1,00	15,94	12,75	1,56	8,29	0,26	0,52	39,59	13,32	
4	01.03.090.0208.001	MARLETE DIAS DA SILVA DE AGUIAR	TARUMÁ	10,00	30,00	0,02539	1,00	12,45	9,96	1,22	6,47	0,20	0,41	30,93	10,41	
5	01.03.090.0218.001	LUIZ SATURNINO AGUIAR	TARUMÁ	10,00	30,00	0,02539	1,00	12,45	9,96	1,22	6,47	0,20	0,41	30,93	10,41	
6	01.03.090.0232.001	ELISABETH CANUDO SEVERINO E OUTRO	TARUMÁ	13,70	41,10	0,03478	1,00	17,06	13,65	1,56	8,29	0,26	0,52	39,59	13,32	
7	01.03.090.0255.001	LUIZ ALVIN RODRIGUES	TARUMÁ	23,70	71,10	0,06017	1,00	29,51	23,61	2,89	15,34	0,48	0,96	73,30	24,67	
8	01.03.090.0271.001	MARIA MARLETE MARTINDAL	TARUMÁ	16,00	48,00	0,04062	1,00	19,92	15,94	1,95	10,36	0,32	0,65	40,49	16,65	
9	01.03.090.0289.001	AMARURI PANHEIRO	TARUMÁ	18,00	54,00	0,04570	1,00	22,41	17,93	2,19	11,65	0,37	0,73	55,67	18,74	
10	01.03.090.0300.001	RICARDO PACHECO	TARUMÁ	11,00	33,00	0,02793	1,00	13,70	10,96	1,34	7,12	0,22	0,45	34,02	11,45	
11	01.03.032.0301.001	ATIULO ROSSI	TARUMÁ	26,10	78,30	0,06626	1,00	32,50	26,00	3,18	16,90	0,53	1,06	80,73	27,17	
12	01.03.032.0303.001	ATIULO ROSSI	TARUMÁ	15,00	45,00	0,03808	1,00	18,68	14,94	1,83	9,71	0,30	0,61	46,39	15,61	
13	01.03.032.0305.001	ATIULO ROSSI	TARUMÁ	15,00	45,00	0,03935	1,00	19,40	15,44	1,89	10,03	0,31	0,63	47,94	16,13	
14	01.03.032.0306.001	LOURI JUSTINO E ELZA MARIA JUSTINO	TARUMÁ	15,00	45,00	0,03808	1,00	18,68	14,94	1,83	9,71	0,30	0,61	46,39	15,61	
15	01.03.032.0307.001	SUELI DA CONCEIÇÃO FERNANDES BATI	TARUMÁ	15,00	45,00	0,03808	1,00	18,68	14,94	1,83	9,71	0,30	0,61	46,39	15,61	
16	01.03.032.0309.001	CARLOS EDUARDO DAL COL	TARUMÁ	14,30	15,50	0,03808	1,00	17,81	14,25	1,74	9,26	0,29	0,58	44,23	14,88	
17	01.03.032.0310.001	SALETE MARCOS DA SILVA	TARUMÁ	15,00	45,00	0,03808	1,00	18,68	14,94	1,83	9,71	0,30	0,61	46,39	15,61	
18	01.03.032.0367.001	FLORENTINO FACIN	TARUMÁ	4,80	14,40	0,01219	1,00	5,98	4,78	0,58	3,11	0,10	0,19	14,85	5,00	
19	01.03.032.0331.001	JOÃO NUNES SANTANA	TARUMÁ	11,00	33,00	0,02793	1,00	13,70	10,96	1,34	7,12	0,22	0,45	34,02	11,45	
20	01.03.032.0387.001	PEDRO ZAIDI DE OLIVEIRA	TARUMÁ	36,30	108,90	0,09216	1,00	45,20	36,16	4,42	23,50	0,74	1,47	112,27	37,78	
ÁREA COMUM ESQUINAS				TODAS												
TOTAL				393,90				1.218,30				1.218,30				
VALOR UNITÁRIO (R\$)				11,50				16,67				54,51				
VALOR SUB-TOTAL (R\$)				5.640,75				6.541,31				2.834,88				
VALOR TOTAL (R\$)												141.650,17				

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2018

Publicação Nº 1657194

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 50/2018)

Às 10h do dia 18/06/2018, reuniu-se a Pregoeira deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de filtros para os veículos da frota municipal. A ata completa está disponível no site Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/e3mgKH>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

DECRETO Nº 11.331 DE 18 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657170

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.331 DE 18 DE JUNHO DE 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso I do art. 11 da Lei Municipal nº 4.711 de 12 de dezembro de 2017; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.02 -	Serviços de Transporte e Frota	
26.782.0047.2.112 -	Manutenção da Frota Municipal	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 30.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 18 de junho de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/06/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 11.332 DE 18 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657184

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

DECRETO Nº 11.332 DE 18 DE JUNHO DE 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso II do art. 11 da Lei Municipal nº 4.711 de 12 de dezembro de 2017; DECRETA:

Art. 1º Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 28.100,00 (vinte e oito mil e cem reais), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
12.365.0013.1.045 -	Construção, Ampliação e Reforma dos Centros de Educação Infantil.	
400000.00.0140 -	Despesas de Capital	
440000.00.0140 -	Investimentos	
449000.00.0140 -	Aplicação Direta	
449051.00.0140 -	Obras e Instalações	R\$ 28.100,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de junho de 2018.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 18 de junho de 2018.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/06/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 11.333 DE 18 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657444

DECRETO Nº 11.333 DE 18 DE JUNHO DE 2018

INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, NOMEIA COMISSÃO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos VII e XIII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal; e

Considerando as informações contidas no Processo Administrativo nº 699/2018, acerca de ato, em tese, da Servidora Pública Municipal G.S.W., matrícula funcional nº 000912, registro no sistema sob nº 955723, ocupante do Cargo Público de Odontóloga e exercendo a Função de Odontóloga I;

Considerando os fatos narrados no Processo Administrativo, é de cautela a instauração do devido Processo Sindicante, uma vez que é o instrumento adequado a apurar a participação deste e dos demais sujeitos ativos ou cláusulas excludentes que apontem a real ocorrência dos fatos;

Considerando que minimamente confirmada a autoria e materialidade dos fatos ensejadores de penalidades, em momento oportuno e de acordo com o alcance de eventual punição, os sujeitos participantes serão devidamente intimados para apresentação de defesa ou justificativa, sabedores da motivação e do alcance de eventual aplicação de penalidade, para se resguardar o devido e constitucional exercício do contraditório e da ampla defesa;

Considerando ainda, que o interesse maior da Administração Pública Municipal enquanto julgadora de possíveis ilícitos administrativos é a busca da verdade sem prejuízo aos Direitos Constitucionais do Servidor Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica Instaurada Sindicância Administrativa de cunho investigativo, para apurar a veracidade das informações contidas no Processo Administrativo nº 699, de 18 de junho de 2018.

Art. 2º Ficam designados para compor a Comissão da Sindicância Administrativa os seguintes servidores, efetivos e estáveis, sob a Presidência do primeiro:

I – GUSTAVO MACHADO DO AMARAL, matrícula funcional nº 000495 e registro no sistema sob nº 954517, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Administrativo III;

II – ANA LUIZA TELMA, matrícula funcional nº 000779, registro no sistema sob nº 955399, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Administrativo II;

III – ELOÁ CRISTHINE PRIM, matrícula funcional nº 000701 e registro no sistema sob nº 955145, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Médica Veterinária.

Art. 3º A Comissão deverá observar o que dispõe o Estatuto do Servidor Público Municipal acerca dos procedimentos a serem adotados na presente sindicância, especialmente o disposto no art. 247 do referido diploma legal.

Art. 4º Os membros da Comissão de que trata o caput do art. 2º deste Decreto, reunir-se-ão na Sala de Reuniões no Prédio "Manoel Vieira Piske" Anexo da Sede Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco nº 292, Centro, neste Município.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 18 de junho de 2018.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/06/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.536 DE 18 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657483

GABINETE DO PREFEITO EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 15.536 DE 18 DE JUNHO DE 2018

INTERROMPER A PEDIDO A LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA NA FAMÍLIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art. 1º Interromper a Licença Para Tratamento de Saúde, da Servidora Pública Municipal TAISE CUBAS MUNHOZ DREVECK, matrícula funcional nº 000860, registro no sistema sob nº 955559, ocupante do Cargo Público de Professor III, exercendo a Função de Professor de Artes, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A interrupção de que trata o caput deste artigo, em virtude do da Servidora Pública Municipal entrar em Licença Maternidade a partir de 12 de junho de 2018, mediante apresentação de atestado médico, emitido e devidamente assinado pelo Dr. Eroncleiton C. Ribas, CRM-SC 15.483, expedido em data de 12 de junho de 2018, protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 18 de junho de 2018, sob nº 004052.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de junho de 2018.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em exercício do Município de Campo Alegre/SC., 18 de junho de 2018.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/06/2018.

JEFFERSON TRADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 15.537 DE 18 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657486

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 15.537 DE 18 DE JUNHO DE 2018
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE
À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o artigo 187, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade por um período de 120 (cento e vinte) dias, a Servidora Pública Municipal TAISE CUBAS MUNHOZ DREVECK, matrícula funcional nº 000860, registro no sistema sob nº 955559, ocupante do Cargo Público de Professor III, exercendo a Função de Professor de Artes, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A licença de que trata o caput deste artigo pelo período de 12 de junho de 2018 à 09 de outubro de 2018, conforme Atestado Médico emitido e devidamente assinado pelo Médico Dr. Eroncleiton C. Ribas, em data de 12 de junho de 2018, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 18 de junho de 2018 sob nº 004052.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de junho de 2018.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 18 de junho de 2018.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/06/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 35 DE 18 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657047

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC.
E-mail: iprecal@campoalegre.sc.gov.br fone 47 3632-1574

PORTARIA Nº 35 DE 18 DE JUNHO DE 2018

CESSA O BENEFÍCIO DE PENSÃO DE LUCAS CANDIDO CONFORME PREVISTO NO INCISO I DO ARTIGO 8º, DA LEI MUNICIPAL Nº 4.217 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

O Diretor Executivo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina – IPRECAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial inciso I do art. 8º, da Lei Municipal nº 4.217 de 25 de novembro de 2014; Resolve:

Art. 1º Cessar o benefício de Pensão de LUCAS CANDIDO, devido a perda da condição de Dependente (menor de 21 anos) do assegurado JOSÉ ROONEI CANDIDO (Processo de Pensão nº 002/2016), conforme previsto no inciso I do artigo 8º da Lei Municipal de Campo Alegre/SC. nº 4.217 de 25 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de maio de 2018.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC. IPRECAL, 18 de junho de 2018.

JEFFERSON JEAN DUVOISIN
Diretor Executivo do IPRECAL.

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/06/2018.

PORTARIA Nº 36 DE 18 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657128

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC.
E-mail: iprecal@campoalegre.sc.gov.br fone 47 3632-1574

PORTARIA Nº 36 DE 18 DE JUNHO DE 2018

CONCEDE NOVO RATEIO DA PENSÃO DE JOSÉ RONEI CANDIDO, AOS DEPENDENTES REMANESCENTES CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 25, DA LEI MUNICIPAL Nº 4.217 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

O Diretor Executivo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina – IPRECAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial do artigo 25, da Lei Municipal nº 4.217 de 25 de novembro de 2014; Resolve:

Art. 1º Concede novo rateio da pensão de JOSÉ RONEI CANDIDO, (Processo de Pensão nº 002/2016), aos dependentes remanescentes devidamente habilitados conforme previsto no artigo 25, da Lei Municipal de Campo Alegre/SC. nº 4.217 de 25 de novembro de 2014.

Art. 2º Autorizar o pagamento a dependente INÊS MICKUS CANDIDO (esposa), de 50% (cincoenta por cento), da pensão de JOSÉ RONEI CANDIDO (Processo de Pensão nº 002/2016), no valor de R\$ 651,41 (seiscentos e cinquenta e um reais e quarenta e um centavos), que serão pagos mensalmente pelo IPRECAL.

Art. 3º Autorizar o pagamento a dependente ELISANGELA CANDIDO (filha menor), de 50% (cincoenta por cento), da pensão de JOSÉ RONEI CANDIDO (Processo de Pensão nº 002/2016), no valor de R\$ 651,42 (seiscentos e cinquenta e um reais e quarenta e dois centavos), que serão pagos mensalmente pelo IPRECAL.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de maio de 2018.

Art. 5º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC. IPRECAL, 18 de junho de 2018.
JEFFERSON JEAN DUVOISIN
Diretor Executivo do IPRECAL.

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/06/2018.

Campo Erê

PREFEITURA

Portaria 394/2018

Publicação Nº 1656975

PORTARIA N. 394, DE 07 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio com conversão em abono pecuniário, à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002; e o Art. 179-A, inciso III, da Lei Complementar n. 077/2015;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO ao servidor público municipal IVANOR AMARO, matrícula nº 388-3, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Cidade e Desenvolvimento, relativo ao período efetivo de 2012/2017, pelo período de 60 (sessenta) dias, com conversão integral em abono pecuniário, a partir de dessa data.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 07 de junho de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 395/2018

Publicação Nº 1656983

PORTARIA N. 395, DE 11 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 71, § 2º. da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, à servidora pública municipal, FLORENTINA DE FATIMA DA SILVA, matrícula nº 1312-9, ocupante do cargo de Professor de Ensino Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 15 (quinze) dias, para cuidar de sua mãe, a partir de 14/06/2018, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 11 de junho de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 396/2018

Publicação Nº 1656993

PORTARIA N. 396, DE 11 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal e o Art. 65 da Lei Complementar n. 11/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS a servidora TEREZINHA P. DE ALMEIDA, Matrícula nº. 11027-2, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar, com lotação no Gabinete de Planejamento e Gestão, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir do dia 02 de julho de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 11 de junho de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 397/2018

Publicação Nº 1656999

PORTARIA N. 397, DE 12 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal e o Art. 65 da Lei Complementar n. 11/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS ao servidor DARCI DE ALMEIDA, Matrícula nº. 15091, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos Rodoviários, com lotação na Secretaria Municipal de Cidade e Desenvolvimento, referente ao período aquisitivo de 2015/2017, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir do dia 02 de julho de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 12 de junho de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 398/2018

Publicação Nº 1657003

N. 398, DE 12 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a conversão de licença prêmio em abono, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 76 da Lei Complementar n.º 011/2002;
Considerando o Parecer Jurídico AJU/CJU nº 223/2018;

RESOLVE

Art. 1º. CONVERTER EM ABONO PECUNIÁRIO, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio da servidora pública municipal ENA ELIZETE SAQUETE, matrícula nº 10189, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, relativo ao período aquisitivo 2012/2017, em virtude do interesse público.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 12 de junho de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 399/2018

Publicação Nº 1657214

PORTARIA N. 399, DE 15 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio à servidor público municipal, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 57, VII da Lei Orgânica Municipal, o artigo 65 da Lei Complementar nº 011/2002; e o Art. 179-A, inciso III, da Lei Complementar n. 077/2015 e a Lei nº 2.064, de 24 de maio de 2018;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PRÊMIO à servidora pública municipal FRANCIELE ERICA BAZZO, matrícula nº 10471-0, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, relativo ao período efetivo de 2012/2017, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 01 de agosto de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 15 de junho de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 400/2018

Publicação Nº 1657228

PORTARIA N. 400, DE 15 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 35 da Lei Complementar nº 011/2002 e posteriores alterações;

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR à pedido, ANARAÍ SCOTTI RUARO, matrícula nº 11502-9, ocupante do cargo de Farmacêutico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde Pública, da Prefeitura Municipal de Campo Erê, a partir de 25 de junho de 2018.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 15 de junho de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA
Prefeito Municipal
Registrada e Publicada em data supra
DANIELA VAZ
Assistente Administrativo
Matrícula nº 10662-3

Portaria 401/2018

Publicação Nº 1657236

PORTARIA N. 401, DE 18 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a servidor público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70 da Lei Complementar 011/2002;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora pública municipal, ROZANE BORTONCELLO MOREIRA, matrículas nº 5151 e 9334, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 19 de junho de 2018, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê – SC, 18 de junho de 2018.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 06/2018

Publicação Nº 1656311

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 07/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2018

A Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 02 de julho de 2018 às 09h00min Pregão Presencial do tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA EXTERNA E INTERNA DA ALA 03 DO HOSPITAL DR. JOSÉ ATHANÁZIO.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 379, no horário das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h30min diariamente.

Campos Novos, 19 de junho de 2018.

Stevan Alexandre Bohneberger
Administrador Geral

AVISO DE LICITAÇÃO TP06/2018

Publicação Nº 1656560

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2018

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 05 de julho de 2018 às 09 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE RECAPEAMENTO EM RUAS DA CIDADE. Convênio MCidades nº. 865.855/2018 - Programa: Planejamento Urbano.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 08h15min às 11 horas e das 13h15min às 17 horas diariamente.

Campos Novos, 18 de junho de 2018.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.033/2018 DE 15/06/2018.

ALTERA MEMBROS DA COMISSÃO COORDENADORA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1656212

DECRETO Nº 8.033/2018 DE 15/06/2018.

ALTERA MEMBROS DA COMISSÃO COORDENADORA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art.100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Campos Novos,

DECRETA:

Art. 1º- Ficam alterados os seguintes membros da Comissão Coordenadora de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação:

Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:
Marta Ramos substituindo Eliane Aparecida Marin.

Art. 2º- A pessoa nomeada na forma do Art. 1º, substituirá até o término do mandato, revogando no que lhe for contrário as disposições constantes no Decreto n. 7.856/2017 de 10/09/2017, sendo que os demais membros permanecem inalterados.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
15 de junho de 2018.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

EDITAL 05/2018-SMEC

Publicação Nº 1657178

EDITAL Nº. 05/2018– SMEC

ABRE PRAZO PARA INSCRIÇÃO DAS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO PROJETO: "CRECHE 12 MESES"

A Secretária Municipal de Educação e Cultura, através do Senhor Prefeito Municipal SÍLVIO ALEXANDRE ZANCANARO, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do Art. 100, da Lei Orgânica do Município de Campos Novos/SC, e considerando o disposto na Seção II, Art. 23 da Lei Complementar nº 07/11 de 23/09/11.

RESOLVE:

Abrir inscrições e baixar normas para a inscrição das crianças que frequentam a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Campos Novos no Projeto: "Creche 12 Meses".

Tornar público para conhecimento dos pais e/ou responsáveis das crianças que frequentam a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, estará recebendo no período de 19 a 21 de junho de 2018*, a documentação necessária para requerer às vagas do Projeto "Creche 12 Meses" e normas deste Edital.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1 – Período e Horário:

As inscrições estarão abertas aos Pais e/ou Responsáveis das crianças da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Campos Novos – SC, nos dias 19, 20 e 21 de junho*, no horário das 7 h e 30 min. às 11 h e das 13 h às 18 h.

1.2 – Local de Inscrição:

Os interessados deverão se inscrever nas Unidades de Educação Infantil: CEIM Padre Armando de Costa e CEIM Eliete Teixeira Lopes.

1.3 – Local de Funcionamento, Horário e Vagas:

O Programa será implantado no Centro de Educação Infantil "Eliete Teixeira Lopes" e no Centro de Educação Infantil "Padre Armando de Costa", no horário das 07h e 30 min. às 18 h, de segunda a sexta-feira e de acordo com as vagas especificadas no quadro abaixo:

ESCOLA	Berçário I	Berçário II	Maternal I	Maternal II	TOTAL
CEIM Eliete Teixeira Lopes	37	64	42	54	197
CEIM Padre Armando de Costa	37	64	42	54	197

1.4- Não havendo demanda conforme as vagas oferecidas, o Projeto "Creche 12 meses" será oferecido apenas em uma Unidade Escolar a critério da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

2. DOS REQUISITOS DA CRIANÇA

2.1 A criança deverá estar frequentando a Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino (Atestado de Frequência da Escola).

2.2 Serão aceitas inscrições de crianças com idade a partir de 04 meses a 03 anos, 11 meses e 29 dias.

3. DO REQUERIMENTO E DOCUMENTOS

No ato da realização da inscrição, o interessado deverá entregar os seguintes documentos:

2.1 Requerimento (conforme Anexo I) devidamente preenchido e assinado pelo Pai e/ou Responsável;

2.2 Apresentar a Carteira de Trabalho e Fotocópia da mesma do Pai, da Mãe e/ou responsável comprovando o exercício de atividade laborativa. OBS.: Para Mãe Diarista deverá ser apresentada uma Declaração autenticada especificando os dias, períodos e horários de trabalho semanal, firmada pelo empregador.

2.3 Apresentar a Carteira de Trabalho e Fotocópia da mesma (anotação de férias) e/ou declaração autenticada das Férias do Pai, da Mãe e/ou Responsável. Poderá ser utilizado o modelo conforme anexo II. OBS.: Nenhum dos genitores e/ou Responsável poderá estar gozando as férias no período de 16/07/18 a 27/07/18.

2.4 Original e Fotocópia da Certidão de Nascimento da criança;

2.5 Original e Fotocópia do RG e CPF dos Pais e/ou Responsáveis.

2.6 Atestado de Frequência do Centro de Educação Infantil Municipal frequentada pela criança até a data da inscrição.

2.7 Declaração de Vacina.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DAS VAGAS

4.1 A classificação dos alunos para as vagas pretendidas será de acordo com as primeiras 394 inscrições que atendam aos itens 3.2, 3.3 e 3.6 contidas neste Edital e conforme as vagas oferecidas nos Centros de Educação Infantil que funcionarão no Projeto "Creche 12 Meses".

5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 Até 26/06/2018* a Secretaria Municipal de Educação e Cultura publicará Edital de homologação ou indeferimento do requerimento das inscrições apresentadas na forma prevista no item 2.1 no site da Prefeitura Municipal.

5.2 A contar da data prevista no item 5.1, os Pais e/ou Responsáveis pela criança terão 2 (dois) dias úteis para encaminhar eventual pedido de reconsideração.

5.3 Os casos omissos serão resolvidos pela Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Campos Novos.

5.4 É obrigação dos Pais e/ou Responsáveis fornecer na vigência do Projeto "Creche 12 Meses" os seguintes materiais de higiene pessoal da criança: pomada de assadura, fraldas, lenço umedecido, creme dental e escova, assim como roupas para troca diária da criança.

5.5 Os pais e/ou Responsáveis ficam cientificados de que no período de 16/07/2018 a 27/07/2018 não será disponibilizado Transporte Público aos alunos do Projeto "Creche 12 meses".

5.6 Maiores informações pelo telefone 3541-2737 ou 3541-2738 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura com a Prof.^a Solange Aparecida Souza Andrade, Superintendente da Educação Infantil.

5.7 O Edital encontra-se no site: www.camposnovos.sc.gov.br.

Campos Novos, 18 de junho de 2018.

Sílvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal de Campos Novos/SC

ANEXO I

Ilma. Sra.

Evanilda Corrêa

DD. Secretária Municipal de Educação e Cultura.

REQUERIMENTO

Eu, _____, () Pai () Mãe () Responsável, vem através deste requerer junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a inscrição para o preenchimento de vaga para criança na idade de Educação Infantil frequentar o Projeto "Creche 12 meses", no período de 16/07/2018 a 27/07/2018 da Rede Municipal de Ensino com vistas a obter, prestando as seguintes informações:

1 – INFORMAÇÕES DA CRIANÇA:

0.1 Nome da criança _____

0.2 Data de Nascimento: ____/____/____

0.3 Idade: _____ Anos _____ Meses e _____ Dias

0.4 Sexo: () Masculino () Feminino

0.5 Possui alguma doença: () Sim () Não Qual? _____

0.6 Possui alergia: () Sim () Não Qual? _____

0.7 Se possuir alergia alimentar citar o alimento: _____

0.8 Possui intolerância à lactose: () Sim () Não

0.9 Possui intolerância ao glúten: () Sim () Não

0.10 Apresentou Declaração de Vacina: () Sim () Não

0.11 Autorizado buscar na escola:

() Pai () Mãe () Avós () Transportador Particular

1.12 () Estou ciente de que não haverá transporte público para as crianças nesse período de 16/07/2018 a 27/07/2018.

0.13 Se necessário avisar: 1º _____ 2º _____ Telefones: 1º _____ 2º _____

0.14 Centro de Educação Infantil que está matriculado: _____ () Berçário I () Berçário II () Maternal I () Maternal II

0.15 Marque com um X o CEIM preferido para o Projeto "Creche 12 Meses":

() CEIM Padre Armando de Costa

() CEIM Eliete Teixeira Lopes

1 – INFORMAÇÕES DOS PAIS E/OU RESPONSÁVEIS:

1.1 Nome do Pai _____

1.2 Nome da Mãe _____

1.3 Nome Responsável _____

1.4 Endereço dos Pais: Rua: _____
Nº: _____ Bairro: _____ Telefone Residencial: _____ Celular: _____

A Cargo da Secretária da Unidade Escolar:

- 1.5 Apresentou Carteira de Trabalho do Pai () Sim () Não
1.6 Apresentou Carteira de Trabalho da Mãe () Sim () Não
1.7 Apresentou Declaração para Mãe Diarista () Sim () Não
1.8 Apresentou Comprovante de Férias do Pai () Sim () Não
1.9 Apresentou Comprovante de Férias da Mãe () Sim () Não

Assumo a responsabilidade pelas informações prestadas neste requerimento e declaro conhecer as disposições contidas no Edital nº. 05/2018 – da SMEC.

Nestes Termos Pede Deferimento

Campos Novos, _____ Junho de 2018.

Pai ou Responsável Responsável pela Inscrição

ANEXO II

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins legais e a quem de direito possa interessar de que o (a) empregado/Funcionário(a) _____
_____ Portador(a) do RG nº _____, inscrito no CPF sob nº _____ não estará
em gozo de férias no período compreendido entre 16 a 27 de Julho de 2018.

E por ser expressão de verdade, firmo a presente declaração.

Campos Novos/SC, _____ de Junho de 2018.

Nome da Empresa/Empregador (a):

CNPJ/CPF nº:

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 158/2018

Publicação Nº 1655993

DECRETO Nº. 158/2018

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei 6.230 de 06/06/2018, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2018, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
Função 10: Saúde
Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses
Proj./Ativ. 2.060: Ações de Média e Alta Complexidade
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 130.000,00
Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde

II)
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
Função 10: Saúde
Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses
Proj./Ativ. 2.060: Ações de Média e Alta Complexidade
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 20.000,00
Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo 1º desta lei, fica anulado no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018 (Lei nº. 6.148/2017) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2018 (Lei nº. 6.149/2017) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
Função 10: Saúde
Subfunção 301: Atenção Básica
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses
Proj./Ativ. 1.021: Construções, reformas e equipamentos para Saúde
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 100.000,00
Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde

II)
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
Função 10: Saúde
Subfunção 301: Atenção Básica
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses
Proj./Ativ. 2.057: Ações de Atenção Básica
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 20.000,00
Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde

III)
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
Função 10: Saúde
Subfunção 305: Vigilância Epidemiológica
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses
Proj./Ativ. 2.058: Ações em Vigilância em Saúde - VIGEP
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 20.000,00
Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde

IV)
Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
Função 10: Saúde
Subfunção 304: Vigilância Sanitária
Programa 8: Saúde de Qualidade aos Canoinhenses
Proj./Ativ. 2.059: Ações de Vigilância em Saúde - VISA
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 10.000,00
Recursos 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 08 de junho de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 161/2018

Publicação Nº 1655990

DECRETO Nº. 161/2018

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 022 de 16/01/2008, Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 430,00 m² (quatrocentos e trinta metros quadrados) procedido por ADELINDA SOARES E ALAINES SOARES, situado na Rua Antônio Bertão, nº 111, Bairro Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 22.181, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 27, com área de 215,00 m², lote nº 28, com área de 215,00 m², todos pertencente à quadra nº 004, conforme requerimento protocolado sob nº. 3131/2018.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de junho de 2018.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

RAFAEL ROTTILI ROEDER
Secretário Municipal de Planejamento
Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 162/2018

Publicação Nº 1655995

DECRETO Nº. 162/2018

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 022 de 16/01/2008, Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008 e Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 4.174,39 m² (quatro mil cento e setenta e quatro metros e trinta e nove decímetros quadrados) procedido por ELFI LOEFFLER DE ALMEIDA E OUTROS, situado na Rua Eugênio de Souza, nº 76, Centro, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 21.867, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 21, com área de 3.431,39 m², lote nº 22, com área de 743,00 m², todos pertencente à quadra nº 0181, conforme requerimento protocolado sob nº. 1763/2018.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de junho de 2018.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

RAFAEL ROTTILI ROEDER
Secretário Municipal de Planejamento
Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 163/2018

Publicação Nº 1655991

DECRETO Nº. 163/2018

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E SUPERÁVIT FINANCEIRO"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei 6.234 de 06/06/2018, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2018, no valor de R\$ 258.935,48 (duzentos e cinquenta e oito mil, novecentos e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Função 12: Educação
Subfunção 361: Ensino Fundamental
Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
Proj./Ativ. 2.005: Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 258.935,48
Recursos 13600 – Salário Educação - FNDE

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo 1º desta lei, fica anulado no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018 (Lei nº. 6.148/2017) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2018 (Lei nº. 6.149/2017) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 258.935,48 (duzentos e cinquenta e oito mil, novecentos e trinta e cinco reais e quarenta e oito centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Função 12: Educação
Subfunção 365: Educação Infantil
Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
Proj./Ativ. 1.002: Construções, ampliações e reformas de CEI's
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
..... 38.644,60
Recursos 13600 – Salário Educação - FNDE

II)
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 365: Educação Infantil
 Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
 Proj./Ativ. 1.002: Construções, ampliações e reformas de CEI's
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 220.290,88
 Recursos 13600 – Salário Educação – FNDE

Art. 3º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2018, no valor de R\$ 278.163,78 (duzentos e setenta e oito mil, cento e sessenta e três reais e setenta e oito centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
 Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
 Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
 Função 12: Educação
 Subfunção 361: Ensino Fundamental
 Programa 5: Gestão Inovadora e Qualitativa em Educação
 Proj./Ativ. 2.005: Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
 278.163,78
 Recursos 33600 – Salário Educação – FNDE - Superávit

Art. 4º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor de R\$ 278.163,78 (duzentos e setenta e oito mil, cento e sessenta e três reais e setenta e oito centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2017, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

13600	Salário Educação – FNDE	R\$ 211.490,66
33600	Salário Educação – FNDE - Superávit	R\$ 66.673,12
TOTAL		R\$ 278.163,78

Fonte: SMAFO/2018

Art. 5º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 11 de junho de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
 Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 167/2018

Publicação Nº 1655988

DECRETO Nº. 167/2018

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 022 de 16/01/2008, Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, Lei Complementar nº 059 de 05/10/2017, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 606,00 m² (seiscentos e seis metros quadrados) procedido por ANTONIA MATILDE GRAVI GONÇALVES SCHROEDER, situado na Rua Saulo de Carvalho, 1604, Jardim Esperança, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 6.544, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 27, com área de 284,00 m², lote nº 28, com área de 322,00 m², todos pertencente à quadra nº 224, conforme requerimento protocolado sob nº. 4085 /2018.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de junho de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS
 Prefeito

RAFAEL ROTTILI ROEDER

Secretário Municipal de Planejamento

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 168/2018

Publicação Nº 1655987

DECRETO Nº. 168/2018

"RATIFICAR"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 664,50 m² (seiscentos e sessenta e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), procedido por JOSÉ ALCIONIR SI-MÕES DE FRANÇA, situado na Rua Izidoro Gustavo Jarschel, Bairro Tricolin, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 25.327, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 05, com área de 360,00 m², lote nº 06, com área de 304,50 m², todos pertencente à quadra nº 546, conforme requerimento protocolado sob nº. 4221/2018.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 12 de junho de 2018.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

RAFAEL ROTTILI ROEDER
Secretário Municipal de Planejamento
Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/06/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº. 25/2018

Publicação Nº 1657105

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL N. 25/2018

Notificante: MUNICÍPIO DE CANOINHAS, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Educação, por meio de seu secretário OSMAR OLESKOVICZ, com endereço na Rua Felipe Schmidt, n. 10, Centro, Canoinhas/SC.

Notificado: ALBARI BARBOSA NEVES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 28.528.308/0001-23, domiciliada em Rio Baio, s/n, São João do Triunfo/PR.

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS vem, através desta, NOTIFICAR a empresa acima mencionada, ora denominada NOTIFICADA, quanto aos fatos a seguir expostos:

A notificada restou vencedora no Pregão Presencial nº. 121/2017 que teve como objeto o registro de preços de serviços de roçada, por metro quadrado, destinado às diversas Secretarias da Prefeitura, Fundos e Fundações Municipais, Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros, a serem realizados em diversos locais no município de Canoinhas/SC.

No dia 09 de abril de 2018, a notificada recebeu do Município de Canoinhas as autorizações para a prestação de serviços de roçada com coleta de material em áreas de 49.850,00m² e 20.587,00m² de escolas municipais e de Centros de Educação Infantil (AF nº. 1413/2018 e AF nº. 1414/2018).

O serviço deveria ser realizado no prazo de 15 (quinze) dias, conforme item 2.4.1 do Termo de Referência relacionado ao pregão em questão.

No entanto, no dia 24 de abril de 2018, findou o prazo para a prestação do serviço em questão sem que o notificado o tivesse executado.

DIANTE DO EXPOSTO, fica V. S.^a NOTIFICADA, para que, no prazo de 2(dois) dias úteis, a contar do recebimento desta notificação, execute os serviços em questão, sob pena do cancelamento do registro de preços e da aplicação das penalidades e multas previstas no edital de pregão e nas Leis Federais nº.s 10.520/02 e 8.666/93.

Ainda, fica V. S.^a notificada para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da presente notificação, apresentar defesa.

Sendo o que tínhamos para o momento, sem mais.
Canoinhas/SC, 26 de abril de 2018.

OSMAR OLESKOVICZ
Secretário Municipal de Educação

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 91/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1656590

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 120/2018
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 91/2018 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 29/06/2018, às 09h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REVISÃO COMPLETA DA BOMBA INJETORA DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA KOMATSU PC160, Nº 72, ANO 2006, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO. Recebimento de propostas até às 09h00min do dia 29/06/2018. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 10/2018

Publicação Nº 1656278

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 116/2018
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. PMC 10/2018

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 04/07/2018, às 14h15min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PLANO DE REVEGETAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA, MEDINDO 17.084 M², SITUADA NO LOTEAMENTO VILA VERDE, MUNICÍPIO DE CANOINHAS, SEGUNDO A NORMATIVA IN Nº 16 - FATMA, COM DEMOLIÇÃO DE 21 (VINTE E UMA) CASAS QUE SE ENCONTRAM NA ÁREA, BEM COMO A DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS, CONSTRUÇÃO DE CERCA DE ARAME LISO EM TODA A EXTENSÃO DA ÁREA, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DESTA EDITAL. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 04/07/2018. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

CIALAR CONTRATO 0002/2018

Publicação Nº 1657108

ESTADO DE SANTA CATARINA	
CONSORCIO INTERMUNICIPAL CASA LAR CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0002/2018	
Contratante...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CASA LAR CAPINZAL	
Contratada...: DAIANA MACHADO TRANSPORTES EIRELI	
Valor : 35.360,00 (trinta e cinco mil trezentos e sessenta reais)	
Vigência : Início: 18/06/2018 Término: 18/06/2019	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0001/2018 PL 0002/2018	
Recursos : Dotação:	
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para realização de Transporte Escolar para acrianças e adolescentes abrigados no Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar - CIALAR. Com Recursos Próprios	
Capinzal, 18 de Junho de 2018	

refere o art. 1o poderão ser remanejadas, observando-se a conveniência da Administração Pública.

Art. 3o Este Decreto entra em vigor na data sua publicação.

Capinzal, em 18 de junho de 2018.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

Edital nº 026/2018

Publicação Nº 1656435

EDITAL Nº 026, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a audiência pública das Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município de Capinzal, para o exercício de 2019 (LDO - 2019).

O Prefeito Municipal de Capinzal no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, Lei Municipal nº 2.263, de 12 de abril de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.611, de 21 de março de 2005, e demais legislações aplicáveis, COMUNICA às entidades civis organizadas e a população em geral que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA, no dia 29 de junho de 2018, (sexta-feira) às 13h 30min., no Plenário Vereador Edgar Lancini da Câmara de Vereadores de Capinzal, com o objetivo de discutir as prioridades e metas da Administração Pública Municipal, com relação às Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2019 (LDO - 2019).

Capinzal, em 18 de junho de 2018.

Nilvo Dorini

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

Ivair Lopes Rodrigues

Secretário de Administração e Finanças

Decreto nº 061/2018

Publicação Nº 1657383

DECRETO No 061, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre horário especial de funcionamento nas Repartições Públicas Municipais, por ocasião da Copa do Mundo de 2018.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a realização do Campeonato Mundial de Futebol – Copa do Mundo 2018, evento que representa um fenômeno de alcance mundial, com forte repercussão no território nacional;
CONSIDERANDO que alguns jogos da Seleção Brasileira de Futebol ocorrerão no mesmo horário do expediente da Prefeitura Municipal de Capinzal;

CONSIDERANDO ainda, que a modificação antecipada do horário de expediente especial, com pequena variação da respectiva carga horária diária, não acarretará prejuízos aos municípios;

DECRETA:

Art. 1o Fica estabelecido horário especial de funcionamento nas Repartições Públicas Municipais, nos dias em que houver jogos da Seleção Brasileira de Futebol durante a Copa do Mundo de 2018, da seguinte forma:

I – para o dia 22 de junho (sexta-feira), que o jogo da Seleção Brasileira de Futebol será às 09 horas, o expediente terá início às 12 horas até às 18 horas;

II - para o dia 27 de junho (quarta-feira), que o jogo da Seleção Brasileira de Futebol será às 15 horas, o expediente terá início às 07 horas até às 13 horas.

§ 1o Excetuam-se deste horário especial as Escolas e as Creches da Rede Municipal de Ensino, tendo em vista que os jogos da Seleção Brasileira de Futebol serão assistidos na própria Escola.

§ 2o O atendimento emergencial à saúde, será prestado através do Sistema de Plantão 24 Horas junto ao Hospital Nossa Senhora das Dores.

Art. 2o As audiências e reuniões designadas para os dias a que se

FMAS CONTRATO 0213/2018 M

Publicação Nº 1657234

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 0213/2018 M
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL
Contratada...: AUTO MECANICA D&D LTDA - ME
Valor : 1.280,00 (um mil duzentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 18/06/2018 Término: 18/06/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2018
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0064 / 2018
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homens para serviço de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais
Capinzal, 18 de Junho de 2018

FMAS CONTRATO 0215/2018 M

Publicação Nº 1657238

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0215/2018 M
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL
Contratada...: CP MAGARINOS MECANICA EIRELI
Valor : 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)
Vigência : Início: 18/06/2018 Término: 18/06/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2018
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0064 / 2018
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homens para serviço de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais
Capinzal, 18 de Junho de 2018

FMAS CONTRATO 0216/2018 M

Publicação Nº 1657239

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0216/2018 M
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL
Contratada...: DISTRIBUIDORA DE PECAS E ACESSORIOS LTDA - ME
Valor : 1.440,00 (um mil quatrocentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 18/06/2018 Término: 18/06/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2018
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0064 / 2018
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homens para serviço de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais
Capinzal, 18 de Junho de 2018

FMAS CONTRATO 0218/2018 M

Publicação Nº 1657243

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0218/2018 M
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL
Contratada...: MECANICA DALEOSIR LTDA
Valor : 1.360,00 (um mil trezentos e sessenta reais)
Vigência : Início: 18/06/2018 Término: 18/06/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2018
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0064 / 2018
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homens para serviço de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais
Capinzal, 18 de Junho de 2018

FMAS CONTRATO 0219/2018 M

Publicação Nº 1657247

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0219/2018 M
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL
Contratada...: MECANICA DAMTIZA LTDA - ME
Valor : 2.560,00 (dois mil quinhentos e sessenta reais)
Vigência : Início: 18/06/2018 Término: 18/06/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2018
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0064 / 2018
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homens para serviço de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais
Capinzal, 18 de Junho de 2018

FMS CONTRATO 0213/2018 M

Publicação Nº 1657219

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0213/2018 M
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL
Contratada...: AUTO MECANICA D&D LTDA - ME
Valor : 5.970,00 (cinco mil novecentos e setenta reais)
Vigência : Início: 18/06/2018 Término: 18/06/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2018
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitató-rio....: 0064 / 2018
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homens para serviço de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais
Capinzal, 18 de Junho de 2018

FMS CONTRATO 0214/2018 M

Publicação Nº 1657223

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0214/2018 M
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL
Contratada...: AUTO MECÂNICA TOTTI & VIEIRA LTDA ME
Valor : 7.020,00 (sete mil e vinte reais)
Vigência : Início: 18/06/2018 Término: 18/06/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2018
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitató-rio....: 0064 / 2018
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homens para serviço de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais
Capinzal, 18 de Junho de 2018

FMS CONTRATO 0215/2018 M

Publicação Nº 1657226

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0215/2018 M
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL
Contratada...: CP MAGARINOS MECANICA EIRELI
Valor : 7.050,00 (sete mil e cinquenta reais)
Vigência : Início: 18/06/2018 Término: 18/06/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2018
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitató-rio....: 0064 / 2018
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homens para serviço de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais
Capinzal, 18 de Junho de 2018

FMS CONTRATO 0216/2018 M

Publicação Nº 1657231

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0216/2018 M
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL
Contratada...: DISTRIBUIDORA DE PECAS E ACESSORIOS LTDA - ME
Valor : 5.720,00 (cinco mil setecentos e vinte reais)
Vigência : Início: 18/06/2018 Término: 18/06/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2018
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitató-rio....: 0064 / 2018
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homens para serviço de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais
Capinzal, 18 de Junho de 2018

FMS CONTRATO 0219/2018 M

Publicação Nº 1657232

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0219/2018 M
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL
Contratada...: MECANICA DAMTIZA LTDA - ME
Valor : 10.800,00 (dez mil oitocentos reais)
Vigência : Início: 18/06/2018 Término: 18/06/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2018
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitató-rio....: 0064 / 2018
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homens para serviço de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais
Capinzal, 18 de Junho de 2018

PMC CONTRATO 0202/2018

Publicação Nº 1657110

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

Contrato Nº.: 0202/2018		
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada.: ABREU & ABREU SERVICOS EIRELI		
Valor : 890.076,18 (oitocentos e noventa mil e setenta e seis reais e dezoito centavos)		
Vigência : Início: 18/06/2018 Término: 18/06/2019		
Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 0003/2018		
PL 0038/2018		
Recursos : Dotação:		
Objeto : Contratação de empresa especializada no ramo de construção civil, para execução de conclusão de obra, sob regime de empreitada global, de um Escola de Educação Infantil - Creche Tipo Proinfância I, localizada no Loteamento Verdes Campos, no Bairro São Cristóvão. Com Recursos Próprios e FNDE/MEC/PAC2		
Capinzal, 18 de Junho de 2018		

PMC CONTRATO 0214/2018 M

Publicação Nº 1657115

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

Contrato Nº.: 0214/2018 M		
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada.: AUTO MECÂNICA TOTTI & VIEIRA LTDA ME		
Valor : 9.950,00 (nove mil novecentos e cinquenta reais)		
Vigência : Início: 18/06/2018 Término: 18/06/2019		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2018 Processo_Licitatório....: 0064 / 2018		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homens para serviço de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais		
Capinzal, 18 de Junho de 2018		

PMC CONTRATO 0213/2018 M

Publicação Nº 1657112

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

Contrato Nº.: 0213/2018 M		
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada.: AUTO MECANICA D&D LTDA - ME		
Valor : 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)		
Vigência : Início: 18/06/2018 Término: 18/06/2019		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2018 PL 0064/2018		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homens para serviço de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais		
Capinzal, 18 de Junho de 2018		

PMC CONTRATO 0215/2018 M

Publicação Nº 1657118

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

Contrato Nº.: 0215/2018 M		
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada.: CP MAGARINOS MECANICA EIRELI		
Valor : 33.595,00 (trinta e três mil quinhentos e noventa e cinco reais)		
Vigência : Início: 18/06/2018 Término: 18/06/2019		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2018 Processo_Licitatório....: 0064 / 2018		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homens para serviço de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais		
Capinzal, 18 de Junho de 2018		

PMC CONTRATO 0216/2018 M

Publicação Nº 1657119

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

<p>Contrato Nº.: 0216/2018 M Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada.: DISTRIBUIDORA DE PECAS E ACESSORIOS LTDA - ME Valor : 9.144,00 (nove mil cento e quarenta e quatro reais) Vigência : Início: 18/06/2018 Término: 18/06/2019 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 00 40/2018 Processo_Licitatório.....: 0064 / 2018 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homens para serviço de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais Capinzal, 18 de Junho de 2018</p>		

PMC CONTRATO 0218/2018 M

Publicação Nº 1657131

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

<p>Contrato Nº.: 0218/2018 M Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada.: MECANICA DALEOSIR LTDA Valor : 13.940,00 (treze mil novecentos e quarenta reais) Vigência : Início: 18/06/2018 Término: 18/06/2019 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2018 Processo_Licitatório.....: 0064 / 2018 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homens para serviço de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais Capinzal, 18 de Junho de 2018</p>		

PMC CONTRATO 0217/2018 M

Publicação Nº 1657126

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

<p>Contrato Nº.: 0217/2018 M Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada.: EDEMILSO RAZER ME Valor : 21.919,80 (vinte e um mil novecentos e dezenove reais e oitenta centavos) Vigência : Início: 18/06/2018 Término: 18/06/2019 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2018 Processo_Licitatório.....: 0064 / 2018 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homens para serviço de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais Capinzal, 18 de Junho de 2018</p>		

PMC CONTRATO 0219/2018 M

Publicação Nº 1657134

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

<p>Contrato Nº.: 0219/2018 M Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada.: MECANICA DAMTIZA LTDA - ME Valor : 12.000,00 (doze mil reais) Vigência : Início: 18/06/2018 Término: 18/06/2019 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0040/2018 Processo_Licitatório.....: 0064 / 2018 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas/homens para serviço de manutenção mecânica e elétrica em veículos leves da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais Capinzal, 18 de Junho de 2018</p>		

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0122/2018 PREGÃO PRESENCIAL 0072/2018

Publicação Nº 1657341

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0122/2018

Pregão Presencial Nº 0072/2018

OBJETO: Aquisição de 01 (um) Veículo Ônibus Coletivo Urbano zero km, ano 2018, modelo de no mínimo 2018, tração 4x2 com carroceria compatível, capacidade para 41 passageiros sentados, adaptado com elevador para portadores de necessidades especiais para o Transporte Coletivo Urbano. Recursos Próprios e Convênio do Estado

Observação:

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até às 08:25 horas do dia 29/06/2018, para abertura da Seção às 08:30 horas do mesmo dia.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, no Setor de Licitações, Rua Carmello Zócoli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br**HORÁRIO:** Das 07:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h.**TELEFONE Nº (0XX49)3555-8739.**

Capinzal, 19 de Junho de 2018.

SANDRO LUIZ TOALDO

Secretario de Infraestrutura

PMC TERMO ADITIVO 001/2018 C179

Publicação Nº 1657103

PMC TERMO ADITIVO 001/2018 C60

Publicação Nº 1657107

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

Aditivo Nº : TA 001/2018 C60 - Contrato Nº: 0060/2018 M		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: DAIANA MACHADO TRANSPORTES EIRELI - ME		
Valor : 0,00 (zero)		
Vigência : Início: 18/06/2018 Término: 28/02/2019		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0014/2018 Processo_Licitatório....: 0028 / 2018		
Recursos : Dotação:		
Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo é a ALTERAÇÃO de veículo contratado, substituindo para veículo micro ônibus, placa AKJ 7543, com capacidade para 20 passageiros. Conforme solicitação da Empresa, da Secretaria e Parecer Jurídico anexos ao Processo Licitatório.		
Capinzal, 18 de Junho de 2018		

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

Aditivo Nº : TA 001/2018 C179 - Contrato Nº: 0179/2018		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: PAULO AFONSO HACHMANN - ME		
Valor : 1.040,00 (um mil e quarenta reais)		
Vigência : Início: 18/06/2018 Término: 07/08/2018		
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 0023/2018 Processo_Licitatório....: 0098 / 2018		
Recursos : Dotação:		
Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo é o acréscimo das quantidades em até 25%, referente ao valor total do contrato original de acordo com o artigo 65 da lei 8.666/93; aumentando o valor total do referido contrato em 1.040,00 (um mil e quarenta reais). Conforme solicitação da secretaria e parecer jurídico anexos ao Processo Licitatório.		
Capinzal, 18 de Junho de 2018		

Catanduvas

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 19-2018-1- A G KIENEN & CIA LTDA

Publicação Nº 1657075

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0044/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0030/2018

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC, localizado na Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, neste município de Catanduvas - SC, através da responsável pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 2.247/17, 2.354/2018 e 2.364/2018, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 0033/2018, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa:

A G KIENEN & CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.225.947/0001-65, representada neste ato pelo Sr. Jorge Augusto Belin Solico, portador do CPF nº. 047.072.209-67, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para o fornecimento dos produtos conforme itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa Detentora desta Ata:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
86	12.000,00	CP	Clorpromazina 100mg, cloridrato de	U. QUIMICA	0,16	1.920,00
123	200,00	AMP	ENOXAPARINA SÓDICA 40 MG/0,4 ML SUBCUTÂNEA	EUROFARMA	25,45	5.090,00
132	15.000,00	CP	FENITOINA 100mg cp	TEUTO	0,16	2.400,00
Total						9.410,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de contratação em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 0033/2018 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Catanduvas, SC, 11 de junho de 2018.

Jorge Augusto Belin Solico
A G KIENEN & CIA LTDA
DETENTORA DA ATA

ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

01. 02.

Nome: Nome:

CPF: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 19-2018-10- DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA – EPP

Publicação Nº 1657121

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0044/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0030/2018

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC, localizado na Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, neste município de Catanduvas - SC, através da responsável pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 2.247/17, 2.354/2018 e 2.364/2018, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 0033/2018, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa:

DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.386.283/0001-13, representada neste ato pelo Sr. Valdecir Bortolin, portador do CPF nº. 831.000.839-20, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.520.829/0001-40,

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para o fornecimento dos produtos conforme itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa Detentora desta Ata:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
79	20.000,00	CP	Clomipramina 25mg	GERMED	0,67	13.400,00
89	15.000,00	CP	Clortalidona 25mg	EMS	0,17	2.550,00
185	7.000,00	CP	Levotiroxina 88mcg	MERCK	0,198	1.386,00
209	900,00	SACH	Montelucaste sodico 4 mg sache granulado	ACHE	1,74	1.566,00
Total						18.902,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de contratação em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 0033/2018 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Catanduvas, SC, 11 de junho de 2018.

Valdecir Bortolin
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA – EPP
DETENTORA DA ATA

ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE

ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

01. 02.

Nome: Nome:

CPF: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 19-2018-11- P&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – ME

Publicação Nº 1657135

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0044/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0030/2018

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC, localizado na Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, neste município de Catanduvas - SC, através da responsável pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 2.247/17, 2.354/2018 e 2.364/2018, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 0033/2018, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa:

P&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.093.678/0001-85, representada neste ato pelo Sr. Paulo Ernesto Cola, portador do CPF nº. 006.061.059-05, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para o fornecimento dos produtos conforme itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa Detentora desta Ata:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
50	800,00	FR	Bromoprida 4mg/ml	MARIOL	0,985	788,00
77	1.500,00	CPS	Claritromicina 500 mg	EMS	2,90	4.350,00
90	5.000,00	CP	Clortalidona 50mg	GERMED	0,159	795,00
115	35.000,00	CP	DOXAZOSINA mezilato 2mg	EMS	0,115	4.025,00
168	5.000,00	CP	ISOSSORBIDA, MONONITRATO 10 MG (GENÉRICO)	EMS	0,278	1.390,00
239	10.000,00	CP	Prednisona 5mg UNITARIZADA, CONSTANTE EM CADA UNIDADE DE COMPRIMIDO, DELIMITADA POR PICOTE, A SEGUINTE INFORMAÇÃO, NOME DO PRINCÍPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE. EMBALAGEM HOSPITALAR.	CRISTALIA	0,139	1.390,00
246	25.000,00	UN	Quetiapina, fumarato 25mg	EMS	0,156	3.900,00
258	10.000,00	CP	Simeticona 125mg	GERMED	0,325	3.250,00
Total						19.888,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de contratação em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 0033/2018 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.



3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Catanduvas, SC, 11 de junho de 2018.

PAULO ERNESTO COLA
P&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – ME
DETENTORA DA ATA

ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

01. 02.

Nome: Nome:

CPF: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 19-2018-12- INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Publicação N° 1657137

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 19/2018

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0044/2018
PREGÃO PRESENCIAL N° 0030/2018

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC, localizado na Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, neste município de Catanduvas - SC, através da responsável pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE, nos termos, da Lei n°. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais n° 2.247/17, 2.354/2018 e 2.364/2018, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços n°. 0033/2018, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa:

INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 12.889.035/0001-02, representada neste ato pelo Sra. Jussara Teresinha Corá, portador do CPF n°. 657.522.879-87, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para o fornecimento dos produtos conforme itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa Detentora desta Ata:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	800,00	FR	Acebrofilina xpe 25mg/5ml pediatrico 120 ml	PRATI	2,55	2.040,00
2	800,00	FR	Acebrofilina xpe 50mg/5ml adulto 120 ml	CIMED	3,90	3.120,00
13	500,00	FR	Acido valpróico 250mg/5ml liquido	HIPOLABOR	2,28	1.140,00
15	800,00	CP	Albendazol 400mg	PRATI	0,33	264,00
26	15.000,00	CP	Amiodarona 200mg	GEOLAB	0,295	4.425,00
58	80.000,00	CP	CAPTOPRIL 50 MG compr.	PRATI	0,044	3.520,00
80	10.000,00	CP	Clonazepan 0,5mg	GEOLAB	0,055	550,00
82	1.000,00	FR	Clonazepan 2,5mg/ml - frasco com 20ml	GEOLAB	1,75	1.750,00
103	800,00	FR	DEXCLORFENIRAMINA SOLUÇÃO ORAL 0,4 MG/ML	HIPOLABOR	0,85	680,00
105	35.000,00	CP	Diclofenaco pot 50mg	CIMED	0,046	1.610,00
116	20.000,00	CP	Doxazosina , mesilato 4mg	MERCK	0,295	5.900,00
122	25.000,00	CP	Enalapril, maleato de 5mg	ONEFARMA/CIMED	0,045	1.125,00
129	50,00	BIS	Estriol creme vag 1mg/g tb 50g	SANVAL	14,50	725,00
136	14.000,00	CP	Finasterida 5mg	MERCK	0,259	3.626,00
146	25.000,00	CP	Glimepirida 2mg	CIMED	0,07	1.750,00
160	50.000,00	CP	Ibuprofeno 600 mg	PRATI	0,115	5.750,00
165	8.000,00	CP	ISOSSORBIDA 20 MG dimitrato	ZYDUS	0,095	760,00
184	18.000,00	CP	Levotiroxina 75mcg	MERCK	0,139	2.502,00
188	15.000,00	CP	LORATADINA 10mg CP	CIMED	0,043	645,00
189	300,00	FR	LORATADINA 1mg/ml FR 100ml	PRATI	2,00	600,00

203	600,00	FR	METOCLOPRAMIDA 4 MG/ML C/ 10 ML GOTAS	MARIOL	0,57	342,00
204	25.000,00	CP	METRONIDAZOL 250 MG CPR	PRATI	0,098	2.450,00
214	60.000,00	CP	Nimesulida 100mg	CIMED	0,05	3.000,00
215	500,00	FR	Nimesulida 50mg/ml - frasco com 15ml	VITAMEDIC	1,30	650,00
254	600,00	FR	SALBUTAMOL XAROPE C/ 120 ML.	PRATI	1,05	630,00
266	300,00	BIS	Sulfadiazina de prata creme 1 por cento 30gr	PRATI	3,00	900,00
283	3.000,00	CP	Verapamil 80mg	PRATI	0,078	234,00
Total						50.688,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de contratação em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 0033/2018 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Catanduvas, SC, 11 de junho de 2018.

JUSSARA TERESINHA CORÁ
INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
DETENTORA DA ATA

ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

01. 02.

Nome: Nome:

CPF: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 19-2018-13- MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS

Publicação Nº 1657140

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0044/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0030/2018

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC, localizado na Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, neste município de Catanduvas - SC, através da responsável pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 2.247/17, 2.354/2018 e 2.364/2018, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 0033/2018, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa:

MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS inscrita no CNPJ/MF sob o nº 94.894.169/0001-86, representada neste ato pelo Sr. Vinicius Rolim de Moura, portador do CPF nº. 012.999.330-17, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para o fornecimento dos produtos conforme itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa Detentora desta Ata:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
54	25.000,00	CP	Butilbrometo de escopolamina 10mg+dipirona 250mg	BRAINFARMA	0,354	8.850,00
55	500,00	FR	Butilescopolamnina, brometo 6,67mg + dipirona sodica 333	BRAINFARMA	4,499	2.249,50
95	10,00	UN	Colírio anestésico (cloridrato de tetracaina + fenilefrina	ALLERGAN	7,72	77,20
113	8.000,00	CP	Divalproato de sódio 500mg	ABBOTT	1,40	11.200,00
138	10.000,00	CP	Flunarizina 10 mg	BRAINFARMA	0,067	670,00
187	8.000,00	CP	Loperamida 2mg	GLOBO	0,065	520,00
199	15.000,00	CP	METILDOPA 250 MG	EMS	0,325	4.875,00
242	35.000,00	CP	Propatilnitrato 10mg	SANKYO	0,30	10.500,00
244	10.000,00	CP	PROPRANOLOL 40MG CP	OSÓRIO	0,014	140,00
Total						39.081,70

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de contratação em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 0033/2018 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Catanduvas, SC, 11 de junho de 2018.

VINICIUS ROLIM DE MOURA
MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS
DETENTORA DA ATA

ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

01. 02.
Nome: Nome:
CPF: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 19-2018-14- PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Publicação Nº 1657145

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0044/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0030/2018

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC, localizado na Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, neste município de Catanduvas - SC, através da responsável pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 2.247/17, 2.354/2018 e 2.364/2018, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 0033/2018, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa:

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.706.251/0001-98, representada neste ato pelo Sr. Evandro Lourenço, portador do CPF nº. 006.023.679-56, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para o fornecimento dos produtos conforme itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa Detentora desta Ata:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
4	200,00	UN	Acetato de Medroxiprogesterona 150mg injetável.	UNIAO QUIMICA	10,90	2.180,00
7	200,00	BIS	Aciclovir creme 10g	BRAINFARMA	2,279	455,80
23	800,00	FR	Ambroxol 30mg/5ml	NATULAB	1,495	1.196,00
29	1.800,00	FR	AMOXICILINA 250 MG SUSP. C/ 60 ML.	PRATI	3,69	6.642,00
31	900,00	FR	Amoxicilina + clavulanato de potássio 50/12,5mg/ml 75ml	SANDOZ	14,155	12.739,50
36	120.000,00	CP	Atenolol 50mg	PRATI	0,031	3.720,00
37	900,00	FR	AZITROMICINA 40mg/ml susp. 600mg FR 15ml	PRATI	5,299	4.769,10
48	10.000,00	CP	Brometo de Escopolamina 10mg	UNIAO QUIMICA	0,374	3.740,00
56	70.000,00	CP	Calcio elementar 500mg+vit D400 UI(ou carbonato calcio equiv	NATULAB	0,115	8.050,00
59	40.000,00	CP	CARBAMAZEPINA 200MG CPR	UNIAO QUIMICA	0,069	2.760,00
67	500,00	FR	Cefalexina 250mg/5ml - 100ml	UNIAO QUIMICA	8,919	4.459,50
68	25.000,00	CP	Cefalexina 500 mg(generico) unitarizada, constando em cada unidade de comprimido, delimitada por picote a seguinte informação, nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade embalagem hospitalar	UNIAO QUIMICA	0,527	13.175,00
70	300,00	BIS	Cetoconazol 20mg/g - creme 30g	SOBRAL	1,588	476,40
72	15.000,00	CP	Ciclobenzaprina 5 mg	MELCON	0,119	1.785,00
73	30.000,00	CP	Cilostazol 100mg	BIOLAB	0,44	13.200,00
100	300,00	FR	Dexametasona 0,5mg/5ml elixir 120ml	SOBRAL	1,377	413,10
119	1.000,00	FR	Dropopizina 3mg/ML xpe 120ml	BRAINFARMA	3,592	3.592,00
120	10.000,00	CP	Enalapril, maleato de 10mg	MEDQUIMICA	0,031	310,00
140	100,00	FR	Fosfato de sódio, monobásico 160mg/ml + fosfato de sódio dibásico 60mg/ml - 130ml (Fleet enema)	NATULAB	4,429	442,90
144	10.000,00	CP	GLIBENCLAMIDA 5 MG CPR	MEDQUIMICA	0,017	170,00
150	150,00	AMP	Haloperidol, decanoato de, 70,52mg- amp 1ml	UNIAO QUIMICA	5,89	883,50
151	15.000,00	CP	Harpagophytum procubens 400mg	NATULAB	0,637	9.555,00
157	700,00	UN	Hidrox alumínio + hidrox magnesio (60+40mg)/ml susp oral 100ml	NATULAB	1,869	1.308,30
161	1.500,00	FR	IBUPROFENO 100ML/ML GTS (ALIVIUM)	MEDQUIMICA	2,109	3.163,50
164	15.000,00	CP	Isoflavona 75mg	VITAMED	0,343	5.145,00
179	18.000,00	UN	Levotiroxina sódica 100mcg	MERCK	0,069	1.242,00
180	7.000,00	CP	Levotiroxina sódica 125mcg	MERCK	0,169	1.183,00
182	22.000,00	CP	LEVOTIROXINA SODICA 25mcg CP	MERCK	0,068	1.496,00
183	25.000,00	CP	LEVOTIROXINA SODICA 50mcg CP	MERCK	0,068	1.700,00
197	20.000,00	CP	Metformina 500mg	PRATI	0,059	1.180,00
198	20.000,00	CP	METFORMINA 850 mg	MERCK	0,042	840,00
213	30.000,00	CP	NIFEDIPINA 20 mg	BRAINFARMA	0,05	1.500,00
216	600,00	BIS	Nistatina 25.000UI/g creme vaginal c/ aplicador bisnaga 60 g	PRATI	3,09	1.854,00
260	60.000,00	CP	Sinvastatina 20mg	SANDOZ	0,05	3.000,00
267	10,00	POT	SULFADIAZINA DE PRATA 1% POTE DE 400 GRAMAS.	SILVESTRE	22,69	226,90
273	12.000,00	CP	Tiamazol 10mg	BIOLAB	0,378	4.536,00
274	10.000,00	CP	Tiamazol 5mg	BIOLAB	0,186	1.860,00
275	8.000,00	CP	Tiamina, cloridrato 300 mg	PRATI	0,185	1.480,00
276	200,00	FR	Tobramicina 3mg/ml 5 ml	BRAINFARMA	3,82	764,00
Total						127.193,50

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de contratação em igualdade de condições.



2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 0033/2018 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Catanduvas, SC, 11 de junho de 2018.

EVANDRO LOURENÇO
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
DETENTORA DA ATA

ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

01. 02.

Nome: Nome:

CPF: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 19-2018-15- S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME

Publicação Nº 1657174

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0044/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0030/2018

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC, localizado na Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, neste município de Catanduvas - SC, através da responsável pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 2.247/17, 2.354/2018 e 2.364/2018, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 0033/2018, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa:

S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.889.315/0001-92, representada neste ato pelo Sr. Mateus de Abreu, portador do CPF nº. 949.692.729-72, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para o fornecimento dos produtos conforme itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa Detentora desta Ata:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
5	30,00	BIS	Acetato retinol 10.000UI + aminoácidos 25 mg + metionina 5mg + cloranfenicol 5mg pomada 3,5g	LATINOFARMA	8,803	264,09
34	8.000,00	CP	ATENOLOL 100mg cp	PRATI	0,056	448,00
38	15.000,00	CP	Azitromicina 500mg (generico) unitarizada, constando em cada unidade de comprimido, delimitada por picote, a seguinte informação, nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade, embalagem hospitalar.	PRATI	0,60	9.000,00
40	60,00	UN	Beclometasona aerosol 250mcg/dose com 200 erogações	CHIESI	34,00	2.040,00
141	100,00	FR	Fosfato dissodico betametasona + sulf. Gentamicina, 1mg/ml + 3mg/ml sol oft/oto frasco 10 ml	COSMED	14,40	1.440,00
193	2.000,00	CP	MEBENDAZOL 100 MG	SOBRAL	0,041	82,00

205	8.000,00	CP	METRONIDAZOL 400 MG	TEUTO	0,30	2.400,00
212	15.000,00	CP	NIFEDIPINA 10 MG CPR	BRAINFARMA	0,035	525,00
230	50.000,00	CP	PARACETAMOL 500 MG CPR	PRATI	0,036	1.800,00
240	4.000,00	CP	PROMETAZINA 25mg cp	TEUTO	0,085	340,00
269	12.000,00	CP	Sulfametoxazol +Trimetoprima 400/80mg (Genérico)	PRATI	0,079	948,00
Total						19.287,09

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de contratação em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 0033/2018 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Catanduvas, SC, 11 de junho de 2018.

MATEUS DE ABREU
S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME
DETENTORA DA ATA

ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

01. 02.
Nome: Nome:
CPF: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 19-2018-16- SOMA-SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Publicação Nº 1657176

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0044/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0030/2018

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC, localizado na Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, neste município de Catanduvas - SC, através da responsável pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 2.247/17, 2.354/2018 e 2.364/2018, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 0033/2018, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa:

SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.531.725/0001-20, representada neste ato pelo Sr. Devanir Tavares Medeiros Filho, portador do CPF nº. 076.029.269-86, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para o fornecimento dos produtos conforme itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa Detentora desta Ata:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
6	10.000,00	CP	ACICLOVIR 200mg cpr	PHARLAB	0,20	2.000,00
8	200.000,00	CP	Acido Acetil Salicilico 100mg	SOBRAL	0,017	3.400,00

16	800,00	FR	Albendazol susp. oral 40mg/ml -c/ 10ml	GEOLAB	0,919	735,20
17	8.000,00	CP	ALENDRONATO DE SODIO 70mg	EMS	0,199	1.592,00
19	8.000,00	CP	ALOPURINOL 300mg	PRATI	0,13	1.040,00
24	800,00	FR	Ambroxol xarope pediatrico 15mg/ml	FARMACE	1,448	1.158,40
27	80.000,00	CP	AMITRIPTILINA 25 MG (TRIPTANOL)	EMS	0,025	2.000,00
32	20.000,00	CP	Anlodipino 10mg	EMS	0,047	940,00
39	8.000,00	CP	Baclofeno 10 mg, comprimidos.	TEUTO	0,091	728,00
43	150,00	FR	Benzilpenicilina benzatina 600.00 UI	TEUTO	6,99	1.048,50
74	15.000,00	CP	CINARIZINA 75 MG	RANBAXY	0,094	1.410,00
78	4.000,00	CP	Clindamicina 300 mg	TEUTO	0,63	2.520,00
102	20.000,00	CP	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 2 MG	GEOLAB	0,059	1.180,00
109	45.000,00	CP	DIOSMINA + HESPERIDINA 450/50 MG	BRAINFARMA	0,315	14.175,00
110	40.000,00	CP	Dipirona sódica 500mg	PRATI	0,063	2.520,00
121	80.000,00	CP	Enalapril, maleato de 20mg	MEDQUÍMICA	0,035	2.800,00
126	40.000,00	CP	Espironolactona 25mg	ASPEN	0,136	5.440,00
127	10.000,00	CP	Espironolactona 50mg	HIPOLABOR	0,189	1.890,00
139	60.000,00	CP	FLUOXETINA cloridrato 20mg	TEUTO	0,043	2.580,00
159	40.000,00	UN	Ibuprofeno 300mg	MULTILAB	0,13	5.200,00
163	1.000,00	FR	IPRATRÓPIO 0,250 MG/ML C/ 20 ML	TEUTO	0,682	682,00
172	10.000,00	CP	Lamotrigina 100mg	TEUTO	0,314	3.140,00
194	400,00	FR	MEBENDAZOL 20 MG/ML C/ 30 ML	SOBRAL	0,945	378,00
196	8.000,00	UN	Memantina, cloridrato 10mg comp	TEUTO	0,294	2.352,00
208	300,00	BIS	MICONAZOL CREME VAGINAL 80 G	HIPOLABOR	4,095	1.228,50
218	8.000,00	CP	NITROFURANTOÍNA 100mg	TEUTO	0,196	1.568,00
221	4.000,00	CP	NORFLOXACINO 400mg	MEDQUIMICA	0,20	800,00
222	4.000,00	CP	NORTRIPTILINA 25 MG	SUNPHARMA	0,21	840,00
223	5.000,00	CP	NORTRIPTILINA 50 MG	SUNPHARMA	0,346	1.730,00
225	180.000,00	CP	OMEPRAZOL 20 MG COMPRIM. blister	HIPOLABOR	0,063	11.340,00
226	20.000,00	CP	OXCARBAMAZEPINA 300mg	SUNPHARMA	0,277	5.540,00
228	2.000,00	FR	PARACETAMOL 200 MG/ML C/ 15 ML GOTAS	FARMACE	0,625	1.250,00
237	1.000,00	FR	Prednisolona 3mg/ml sol oral frasco 60 ml	HIPOLABOR	2,835	2.835,00
245	15.000,00	CP	Quetiapina 100 mg	TEUTO	0,315	4.725,00
247	20.000,00	CP	RANITIDINA 150 mg cpr	MEDQUÍMICA	0,071	1.420,00
249	12.000,00	CP	Risperidona 1 mg	SUNPHARMA	0,071	852,00
250	20.000,00	CP	Risperidona 2mg	SUNPHARMA	0,096	1.920,00
253	100,00	FR	Salbutamol aerosol 100mcg/jato dose frasco c/ 200 doses	TEUTO	5,50	550,00
257	60.000,00	CP	Sertralina , cloridrato de 50mg	GEOLAB	0,089	5.340,00
282	10.000,00	CP	Varfarina Sódica 5mg	UNIÃO QUÍMICA	0,12	1.200,00
Total						104.047,60

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

- 2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de assinatura.
- 2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de contratação em igualdade de condições.
- 2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

- 3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 0033/2018 e a proposta da Detentora da Ata.
- 3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
- 3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Catanduvas, SC, 11 de junho de 2018.

DEVANIR TAVARES MEDEIROS FILHO

SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
DETENTORA DA ATA

ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

01. 02.

Nome: Nome:

CPF: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 19-2018-17- VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Publicação Nº 1657180

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0044/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0030/2018

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC, localizado na Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, neste município de Catanduvas - SC, através da responsável pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 2.247/17, 2.354/2018 e 2.364/2018, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 0033/2018, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa:

VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.088.317/0001-21, representada neste ato pelo Sra. Joice Maria Oliveira de Oliveira, portador do CPF nº. 564.752.410-91, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para o fornecimento dos produtos conforme itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa Detentora desta Ata:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
112	5.000,00	CP	Dissulfiram 250mg	ANTIETANOL / SANOFI	0,315	1.575,00
124	2.000,00	CP	ESPIRAMICINA 1,5 UI	ROVAMICINA / SANOFI	3,14	6.280,00
262	10.000,00	CP	Succinato de Metoprolol 100mg	SELOZOK /ASTRAZENECA	0,845	8.450,00
263	5.000,00	CP	Succinato de Metoprolol 25mg	SELOZOK /ASTRAZENECA	0,257	1.285,00
264	15.000,00	CP	Succinato de Metoprolol 50mg	SELOZOK /ASTRAZENECA	0,516	7.740,00
Total						25.330,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de contratação em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 0033/2018 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.
Catanduvas, SC, 11 de junho de 2018.

JOICE MARIA OLIVEIRA DE OLIVEIRA

VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
DETENTORA DA ATA

ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

01. 02.

Nome: Nome:

CPF: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 19-2018-18- VITASUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLI -ME

Publicação Nº 1657185

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0044/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0030/2018

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC, localizado na Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, neste município de Catanduvas - SC, através da responsável pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 2.247/17, 2.354/2018 e 2.364/2018, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 0033/2018, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa:

VITASUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLI -ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.860.256/0001-25, representada neste ato pelo Sr. Karina werlang, portador do CPF nº. 039.849.309-17, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.520.829/0001-40,

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para o fornecimento dos produtos conforme itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa Detentora desta Ata:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
3	1.000,00	CP	Acetato de medroxiprogesterona 10 mg	EMS	0,80	800,00
20	25.000,00	CP	Alprazolam 0,5mg	GERMED	0,088	2.200,00
22	12.000,00	CP	Alprazolam 2 mg	LEGRAND	0,135	1.620,00
35	10.000,00	CP	Atenolol 25mg	VITAMEDIC	0,026	260,00
81	40.000,00	CP	Clonazepan 2,0mg	GEOLAB	0,046	1.840,00
97	30.000,00	CP	Complexo B: tiamina 15 mg, riboflavina 3 mg, nicotinamida 15	VITAMED	0,029	870,00
107	1.000,00	AMP	Diclofenaco Sódico 75mg 3ml injetavel	FARMACE	0,47	470,00
171	300,00	UN	Lactulose 667/ mg/ml	NUTRIEX	5,14	1.542,00
229	40.000,00	CP	PARACETAMOL 300 MG + CARISOPRODOL 125 MG + DICLOFENACO SÓDICO 50 MG + CAFEÍNA 30 MG.	DELTA	0,127	5.080,00
271	60.000,00	CP	SULFATO FERROSO CPR 40mg	VITAMED	0,032	1.920,00
Total						16.602,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de contratação em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 0033/2018 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Catanduvas, SC, 11 de junho de 2018.

KARINA WERLANG
VITASUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLI -ME
DETENTORA DA ATA

ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

01. 02.
Nome: Nome:
CPF: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 19-2018-2- AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME

Publicação Nº 1657078

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0044/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0030/2018

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC, localizado na Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, neste município de Catanduvas - SC, através da responsável pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 2.247/17, 2.354/2018 e 2.364/2018, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 0033/2018, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa:

AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.590.555/0001-48, representada neste ato pelo Sr. Adriano Ribeiro Lazzari, portador do CPF nº. 072.018.949-78, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para o fornecimento dos produtos conforme itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa Detentora desta Ata:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
88	25.000,00	CP	CLORPROPAMIDA 250 MG CP	WYETH	0,455	11.375,00
174	3.000,00	CP	Levofloxacin 500 mg	CIMED	0,60	1.800,00
186	50,00	BIS	Lidocaina Clor. 2% 20mg/g gel	PHARLAB	2,20	110,00
211	800,00	BIS	NEOMICINA + BACITRACINA POM. 5 MG + 250UI C/ 10 G	SOBRAL	0,95	760,00
234	12.000,00	CP	Pentoxifilina 400mg	EMS	0,53	6.360,00
Total						20.405,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de contratação em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 0033/2018 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Catanduvas, SC, 11 de junho de 2018.

ADRIANO RIBEIRO LAZZARI
AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
DETENTORA DA ATA

ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

01. 02.
Nome: Nome:
CPF: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 19-2018-3- ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Publicação N° 1657080

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 19/2018

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0044/2018
PREGÃO PRESENCIAL N° 0030/2018

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC, localizado na Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, neste município de Catanduvas - SC, através da responsável pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 2.247/17, 2.354/2018 e 2.364/2018, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 0033/2018, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa:

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.802.002/0001-02, representada neste ato pelo Sr. Renato Fronza portador do CPF nº. 575.985.339-20, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para o fornecimento dos produtos conforme itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa Detentora desta Ata:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
9	30.000,00	CP	Acido acetilsalicílico tamponado 100 mg	E.M.S	0,27	8.100,00
10	8.000,00	CP	Acido acetilsalicílico tamponado 325mg comp.	Sigma Farma	0,66	5.280,00
28	20.000,00	CP	Amoxicilina + ácido clavulânico 500mg+125 mg	GSK	1,00	20.000,00
33	60.000,00	CP	ANLOPIDINO 5MG CP	Teuto	0,02	1.200,00
42	750,00	FR	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI FRAS-AMPOL	Teuto	8,99	6.742,50
63	24.000,00	CP	Carvedilol 12,5mg	Torrent	0,098	2.352,00
64	10.000,00	CP	Carvedilol 25mg	Torrent	0,127	1.270,00
65	15.000,00	CP	Carvedilol 3,125mg	Torrent	0,065	975,00
66	15.000,00	CP	Carvedilol 6,25mg	Torrent	0,07	1.050,00
69	10.000,00	CP	CETOCONAZOL 200mg CPR	Prati Donaduzzi	0,128	1.280,00
76	40.000,00	CP	Citalopram 20mg	Torrent	0,141	5.640,00
94	3.000,00	CP	Colchicina 0,5mg	Multilab	0,213	639,00
101	4.000,00	CP	Dexametasona 4mg	Teuto	0,178	712,00

108	15.000,00	CP	DIGOXINA 0,25 MG	Teuto	0,044	660,00
135	1.000,00	FR	FENOTEROL (BROMIDRATO) 0,5% GOTAS	Prati Donaduzzi	2,55	2.550,00
145	5.000,00	CP	Gliclazida 30 mg liberação prolongada	Torrent	0,22	1.100,00
155	10.000,00	CP	HIDROCLORITIAZIDA 25 MG CP	Teuto	0,013	130,00
190	8.000,00	CP	Lorazepam 2mg	Teuto	0,089	712,00
206	400,00	BIS	METRONIDAZOL CREME VAGINAL C/ APLICADOR (GENÉRICO)	Teuto	3,74	1.496,00
220	3.500,00	CP	NORETISTERONA 0,35 MG	Biolab	0,155	542,50
252	5.000,00	CP	SALBUTAMOL 2 MG CPR	GSK	0,1825	912,50
255	10,00	FR	Salmeterol 25mcg + fluticasona 125mcg/dose spray fr 120 doses	GSK	96,04	960,40
268	400,00	FR	Sulfametox. 40mg+Trimetop. 8mg/ml Susp. Oral 100ml(Genérico)	Teuto	1,62	648,00
279	25.000,00	CP	Valproato de sodio/acido valproico CR 300mg	Torrent	0,74	18.500,00
Total						83.451,90

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de contratação em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 0033/2018 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Catanduvas, SC, 11 de junho de 2018.

Renato Fronza
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
DETENTORA DA ATA

ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

01. 02.
Nome: Nome:
CPF: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 19-2018-4- CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Publicação Nº 1657084

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0044/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0030/2018

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC, localizado na Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, neste município de Catanduvas - SC, através da responsável pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 2.247/17, 2.354/2018 e 2.364/2018, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 0033/2018, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa:

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.652.030/0001-70, representada neste ato

pelo Sr. Wilian Iuri Marangoni portador do CPF nº. 030.256.140-48, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para o fornecimento dos produtos conforme itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa Detentora desta Ata:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
25	15.000,00	CP	AMINOFILINA 100 MG	HIPOLABOR	0,059	885,00
47	6.000,00	CP	Bromazepam 6mg	BRAINFARMA	0,127	762,00
96	100,00	FR	Complexo B - Gotas 30ml	PHARMASCIENCE	2,34	234,00
99	800,00	BIS	DEXAMETASONA CREME 0,1 por cento 10 g	PRATI D	0,81	648,00
106	200,00	FR	DICLOFENACO RESINATO 15mg/ml gotas	VITAMEDIC	2,55	510,00
175	3.000,00	CP	Levomepromazina100mg	CRISTALIA	0,63	1.890,00
178	63.000,00	CP	LEVONORGESTREL 0,15 MG + ETINILES-TRADIOL 0,03 MG	MABRA	0,029	1.827,00
232	50.000,00	CP	PARACETAMOL 750 MG CPR	ZYDUS	0,058	2.900,00
236	200,00	FR	PERMETRINA 5% LOÇÃO	IFAL	2,43	486,00
238	16.000,00	CP	Prednisona 20mg UNITARIZADA, CONSTANDO EM CADA UNIDADE DE COMPRIMIDO, DELIMITADA POR PICOTE, A SEGUINTE INFORMAÇÃO, NOME DO PRINCÍPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE. EMBALAGEM HOSPITALAR.	CRISTALIA	0,236	3.776,00
Total						13.918,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de contratação em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 0033/2018 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Catanduvas, SC, 11 de junho de 2018.

Wilian Iuri Marangoni
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
DETENTORA DA ATA

ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

01. 02.
Nome: Nome:
CPF: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 19-2018-5- CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Publicação Nº 1657091

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0044/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0030/2018

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC, localizado na Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, neste município de Catanduvas - SC, através da responsável pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 2.247/17, 2.354/2018 e 2.364/2018, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 0033/2018, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa:

CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.782.733/0001-49, representada neste ato pelo Sr. Rafael kern Centro, portador do CPF nº. 816.650.400-68, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para o fornecimento dos produtos conforme itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa Detentora desta Ata:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
12	15.000,00	CP	Ácido Valpróico 250mg	ABBOTT	0,179	2.685,00
14	15.000,00	CP	Acido valpróico 500mg	ABBOTT	0,439	6.585,00
93	400,00	BIS	Colagenase + clorafenicol 0.6.ui/g+0.01 30g	ABBOTT	7,20	2.880,00
114	6.000,00	CP	DIVALPROATO DE SÓDIO 250 MG.	ABBOTT	0,84	5.040,00
173	25.000,00	CP	Levodopa 200mg +benserazida 50mg	ROCHE	0,75	18.750,00
Total						35.940,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de contratação em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 0033/2018 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis. Catanduvas, SC, 11 de junho de 2018.

Rafael kern Centro
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
DETENTORA DA ATA

ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

01. 02.
Nome: Nome:
CPF: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 19-2018-6- CIRURGICA ONIX EIRELLI - ME

Publicação Nº 1657095

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0044/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0030/2018

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC, localizado na Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, neste município de Catanduvas - SC, através da responsável pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 2.247/17, 2.354/2018 e 2.364/2018, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 0033/2018, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa:

CIRURGICA ONIX EIRELLI - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.419.709/0001-33, representada neste ato pelo Sr. Alex de Oliveira de Almeida, portador do CPF nº. 055.483.939-36, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para o fornecimento dos produtos conforme itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa Detentora desta Ata:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
21	18.000,00	CP	Alprazolam 1mg	NOVA QUIMICA	0,086	1.548,00
53	6.000,00	CP	BUPROPIONA 150mg	EMS	0,289	1.734,00
87	5.000,00	CP	Clorpromazina 25mg	CRISTALIA	0,192	960,00
117	4.000,00	CP	Doxiciclina 100 mg	PHARLAB	0,139	556,00
148	5.000,00	CP	HALOPERIDOL 1 mg	CRISTALIA	0,103	515,00
156	50.000,00	CP	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG	PHARLAB	0,036	1.800,00
217	400,00	FR	Nistatina suspensão oral 100.000UI- 50 ml	PRATI	2,752	1.100,80
233	35.000,00	CP	Paroxetina 20mg	PHARLAB	0,197	6.895,00
265	5.000,00	CP	Sulfadiazina 500mg	SOBRAL	0,157	785,00
270	200,00	FR	Sulfato ferroso 125mg/ml (equivalente a 25mg/ml ferro) fr 30ml	HIPOLABOR	0,799	159,80
Total						16.053,60

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de contratação em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 0033/2018 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Catanduvas, SC, 11 de junho de 2018.

Alex de Oliveira de Almeida
CIRURGICA ONIX EIRELLI – ME
DETENTORA DA ATA

ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

01. 02.

Nome: Nome:

CPF: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 19-2018-7- COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

Publicação Nº 1657100

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0044/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0030/2018

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC, localizado na Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, neste município de Catanduvas - SC, através da responsável pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 2.247/17, 2.354/2018 e 2.364/2018, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 0033/2018, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa:

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.729.178/0004-91, representada neste ato pelo Sr. Gessé Bonfin, portador do CPF nº. 009.296.149-50, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para o fornecimento dos produtos conforme itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa Detentora desta Ata:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
62	18.000,00	CP	CARBONATO DE LITIO 300 mg cp	HIPOLABOR	0,178	3.204,00
71	100,00	FR	Cetoconazol 20mg/ml xampu 100 ml	NATIVITA	3,95	395,00
98	600,00	UN	DELTAMETRINA SHAMPOO C/ 100 ML.	CIFARMA	4,35	2.610,00
111	2.000,00	FR	Dipirona Sódica 50mg/ml - frasco com 10ml gotas	FARMACE	0,619	1.238,00
125	5.000,00	CP	ESPIRINOLACTONA 100mg	HIPOLABOR	0,329	1.645,00
142	70.000,00	CP	FUROSEMIDA 40 MG	HIPOLABOR	0,022	1.540,00
162	10.000,00	CP	IMIPRAMINA comp. 25 mg	CRISTALIA	0,26	2.600,00
177	300,00	FR	LEVOMEPROMAZINA 4% 40 MG/ML 20 ML GOTAS	CRISTALIA	7,90	2.370,00
224	400,00	FR	OLEO MINERAL 100ml	IMEC	1,79	716,00
231	32.000,00	CP	Paracetamol 500+codeína 30mg	GEOLAB	0,269	8.608,00
248	150,00	FR	RANITIDINA 150mg/10ml	NATIVITA	3,80	570,00
251	2.500,00	ENV	Sais p/ rehidratação oral 27,9g p/ 1L	GLOBO	0,43	1.075,00
259	1.000,00	FR	Simeticona 75mg/ml	NATULAB	0,70	700,00
277	10.000,00	UN	Tramadol 100mg	CRISTALIA	1,60	16.000,00
278	25.000,00	CP	TRAMADOL 50mg	HIPOLABOR	0,12	3.000,00
Total						46.271,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de contratação em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 0033/2018 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Catanduvas, SC, 11 de junho de 2018.

Gessé Bonfin
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
DETENTORA DA ATA

ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

01. 02.
Nome: Nome:
CPF: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 19-2018-8- DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP

Publicação N° 1657106

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 19/2018

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0044/2018
PREGÃO PRESENCIAL N° 0030/2018

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC, localizado na Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, neste município de Catanduvas - SC, através da responsável pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 2.247/17, 2.354/2018 e 2.364/2018, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 0033/2018, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa:

DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 95.368.320/0001-05, representada neste ato pelo Sr. Ivandro de Noronha de Freitas, portador do CPF nº. 027.005.479-00, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para o fornecimento dos produtos conforme itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa Detentora desta Ata:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
11	50.000,00	CP	Acido Folico 5mg	NATULAB	0,036	1.800,00
18	8.000,00	CP	ALOPURINOL 100mg cp	PRATI	0,04	320,00
61	10.000,00	CP	Carbonato de calcio 1250mg(equiv a 500mg de calcio	IMEC	0,05	500,00
83	35.000,00	CP	Clopidogrel 75mg	NEO QUIMICA	0,268	9.380,00
118	400,00	FR	Dropopizina 1,5mg/MI xpe 120ml	ELOFAR	3,145	1.258,00
128	5.000,00	CP	Estradiol 1mg	SUPERA	0,63	3.150,00
133	25.000,00	CP	FENOBARBITAL 100MG CPR	CRISTALIA	0,083	2.075,00
134	200,00	FR	Fenobarbital 40mg/ml gts c/ 20ml	CRISTALIA	2,68	536,00
147	15.000,00	CP	Glimepirida 4mg	GERMED	0,172	2.580,00
170	4.000,00	CP	Ivermectina 6mg	VITAMEDIC	0,179	716,00
181	7.000,00	CP	Levotiroxina sódica 150mcg	MERCK	0,117	819,00
191	20.000,00	CP	LOSARTANA 100 MG	GERMED	0,167	3.340,00
192	10.000,00	CP	Losartana 50mg	NEO QUIMICA	0,027	270,00
195	15.000,00	CP	Meloxicam 15 mg	PHARLAB	0,097	1.455,00
207	100,00	BIS	Miconazol creme dermatologico 20mg/g c/28g	PRATI	1,50	150,00
261	50.000,00	CP	Sinvastatina 40mg	NEO QUIMICA	0,089	4.450,00
280	10.000,00	CP	Valsartana 160mg	GERMED	0,31	3.100,00
281	8.000,00	CP	Valsartana 320mg	GERMED	0,46	3.680,00
Total						39.579,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

- 2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de assinatura.
- 2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de contratação em igualdade de condições.
- 2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

- 3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 0033/2018 e a proposta da Detentora da Ata.
- 3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.
- 3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Catanduvas, SC, 11 de junho de 2018.

Ivandro de Noronha de Freitas
DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP
DETENTORA DA ATA

ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

01. 02.
Nome: Nome:
CPF: CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 19-2018-9- DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Publicação Nº 1657111

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0044/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0030/2018

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC, localizado na Rua Felipe Schmidt, 1435, Centro, neste município de Catanduvas - SC, através da responsável pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE, nos termos, da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decretos Municipais nº 2.247/17, 2.354/2018 e 2.364/2018, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 0033/2018, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, RESOLVE registrar os preços da empresa:

DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.520.829/0001-40, representada neste ato pelo Sr. Ivan Carlos Facioli, portador do CPF nº. 958.229.920-72, para a execução dos serviços discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para o fornecimento dos produtos conforme itens abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa Detentora desta Ata:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
30	40.000,00	CP	Amoxicilina 500mg(generico) unitarizada, constando em cada unidade de comprimido, delimitada por picote, a seguinte informação, nome do principio ativo, dosagem, lote e validade, embalagem hospitalar.	PRATI	0,29	11.600,00
41	300,00	AMP	Benzil penicilina + procaina 300.000 UI	BLAU	3,69	1.107,00
45	12.000,00	CP	BIPERIDENO comp. 2 mg	CRISTALIA	0,149	1.788,00

46	6.000,00	CP	Bromazepam 3 mg	TEUTO	0,098	588,00
57	20.000,00	CP	CAPTOPRIL 25 MG CPR	SANVAL	0,014	280,00
75	16.000,00	CP	Ciprofloxacino 500mg(generico) unitarizada, constando em cada unidade de comprimido, delimitada por picote, a seguinte informação, nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade, embalagem hospitalar.	PRATI	0,34	5.440,00
143	20.000,00	CP	Gabapentina 300mg (Genérico)	PRATI	0,37	7.400,00
149	8.000,00	CP	Haloperidol 5 mg cp	U.QUIMI-CA	0,093	744,00
176	5.000,00	CP	LEVOMEPROMAZINA 25mg	CRISTALIA	0,34	1.700,00
202	16.000,00	CP	METOCLOPRAMIDA 10 mg comp.	HIPOLABOR	0,088	1.408,00
219	200,00	AMP	NORETISTERONA 50 MG/ML + ESTRADIOL 5 MG/ML	MABRA	7,50	1.500,00
241	5.000,00	CP	Propafenona 300mg	PRATI	0,46	2.300,00
272	2.000,00	CP	TETRACICLINA 500 MG CPR UNITARIZADA, constando em cada unidade de comprimido, delimitada por picote, a seguinte informação, nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade, embalagem hospitalar.	PRATI	0,28	560,00
Total						36.415,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de contratação em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 0033/2018 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Catanduvas, SC, 11 de junho de 2018.

Ivan Carlos Facioli
DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
DETENTORA DA ATA

ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MORTELE
ORGÃO GERENCIADOR

Testemunhas:

01. 02.

Nome: Nome:

CPF: CPF:

DECRETO Nº 2.399, DE 14 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657549

DECRETO nº 2.399/2018, de 14 de junho de 2018.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VIII, do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal, com amparo no artigo 43, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e Lei Municipal nº 2.607/2017, de 18 de dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de R\$110.000,00 (Cento e dez mil reais), por conta do superávit financeiro do Exercício anterior 2017, na fonte que especifica.

Órgão: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade Orçamentária: 03.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Projeto Atividade: 03.01.04.122.0003.1.005 – APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento de Despesa: (111)4.4.90.00.00.00 0.0.000389 Aplicações Diretas
R\$ 110.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes de superávit financeiro do exercício anterior 2017, na fonte que especifica das seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 389 – Superavit Financeiro Fonte Financiadora: Superavit Financeiro Descrição da Fonte: Recursos Vinculados Al. De Bens Valor do Superavit: R\$ 110.000,00	
--	--

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 14 de junho de 2018.
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Catanduvas/SC

Registrado nesta Secretaria e publicado nesta data.

LUCIMARI SPADER
Secretária Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 2.400, DE 14 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657546

DECRETO Nº 2.400/2018, DE 14 DE JUNHO DE 2018

PRORROGA PRAZO PARA A CONCLUSÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS QUE MENCIONA.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de conclusão de processos administrativos instaurados ainda no ano de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Prorroga-se pelo prazo de 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos seguintes Processos Administrativos:

I – nº 008/2017 – Sindicância, instaurado pelo Decreto nº 2.275/2017;

II – nº 028/2017 – Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pelo Decreto nº 2.316/2017;

III – nº 029/2017 – Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pelo Decreto nº 2.317/2017;

IV – nº 030/2017 – Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pelo Decreto nº 2.319/2017.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas, 14 de junho de 2018.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LUCIMARI SPADER
Secretária Municipal de Administração e Finanças

EDITAL Nº 004/2018 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 1657522

EDITAL Nº 004/2018 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONVOCA ENTIDADES PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA OFICIAL

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Catanduvas. SC, no uso da Lei Orgânica Municipal arts. 103 e 104, para alteração na Lei Complementar nº 123 de 2016, do plano diretor, visando assegurar a participação popular na definição dos investimentos e despesa continuada, torna pública a data da Audiência Pública Oficial, para alterações do Plano Diretor, em consonância com a Legislação vigente e pelas disposições deste Edital.

1 - DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

1.1 A Audiência Pública, como instrumento de transparência da Gestão Fiscal do Município de Catanduvas SC, será realizada para alterações do Plano Diretor 2018.

1.2 A Audiência Pública será Oficial.

1.3 A Audiência será coordenada pelo Secretário Municipal de Finanças ou Secretario de Planejamento, por um representante indicado pelo Poder Executivo.

2 - DO CALENDÁRIO, PAUTA E PARTICIPANTES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA.

2.1 A Audiência Pública acontecerá no DIA 06 DE JULHO DE 2018, às 19 horas, nas Dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas (SC), contendo os seguintes assuntos de Pauta:

2.1.1 Art. 7º. A execução de quaisquer das atividades citadas no artigo 2º deste Código, com exceção de demolição será precedida dos seguintes atos administrativos:

INCLUIR V – Alinhamento para Construção.

2.1.2 Art. 9º. § 1º As plantas para a apreciação prévia do Projeto Arquitetônico serão entregues em quatro vias, uma das quais ficará com a Municipalidade.

Art. 9º. § 1º As plantas para a apreciação prévia do Projeto Arquitetônico serão entregues em uma via.

§ 3º. Após parecer favorável a aprovação dos projetos, estes deverão ser entregues em quatro vias, uma das quais ficará com a Municipalidade.

2.1.3 Art. 10. III - planta de situação/locação na escala 1:500 ou maior onde constarão:

d) Entrada de veículos;

Art. 10. III - planta de situação/locação na escala 1:500 ou maior onde constarão:

d) Acesso de veículos e pessoas a partir do alinhamento até a edificação;

INCLUIR XI – Declaração de conformidade em acessibilidade, conforme modelo disponibilizado no site da prefeitura, quando se tratar de edificação de uso coletivo.

INCLUIR § 6º Quando se tratar de edificação de uso industrial deve ser especificado no projeto o número de funcionários trabalhando simultaneamente na edificação.

2.1.4 Art. 12. III - O Projeto Estrutural poderá ser solicitado pela Municipalidade para arquivamento, sempre que:

a) Tratar-se de edifício com 4 (quatro) ou mais pavimentos;

b) Tratar-se de área construída igual ou superior a 1000m² (Hum mil metros quadrados);

c) A seu entendimento se julgar necessário.

Art. 12. III – A apresentação do Projeto Estrutural poderá ser solicitada pela Municipalidade, sempre que:

a) Tratar-se de edifício com 4 (quatro) ou mais pavimentos;

b) Tratar-se de área construída igual ou superior a 1000m² (Hum mil metros quadrados);

c) A seu entendimento se julgar necessário.

INCLUIR V – O Projeto de acessibilidade deverá atender as especificações normativas da ABNT.

§ 2º O projeto de acessibilidade poderá ser elaborado em conjunto com o projeto arquitetônico, desde que sua compreensão não fique prejudicada.

2.1.5 Art. 16. A fim de comprovar o licenciamento da obra para efeito de fiscalização, o alvará de construção será mantido no local da obra, juntamente com o projeto aprovado.

Art. 16. A fim de comprovar o licenciamento da obra para efeito de fiscalização, o alvará de construção será mantido no local da obra, juntamente com o projeto aprovado e o alvará de alinhamento.

2.1.6 Art. 25. Poderá ser concedido o habite-se parcial, ou seja, a autorização para utilização das partes concluídas de uma obra em andamento desde que atendido o que segue:

INCLUIR VII – Quando se tratar de edificação de uso coletivo, a parte concluída deve atender aos requisitos de acessibilidade.

2.1.7 Art. 112. § (4º b) As escadas poderão ser substituídas por rampas com no máximo 10% (dez por cento) de declividade, observadas, entretanto, as demais exigências para escadas e rampas estabelecidas neste Código.

b) As escadas poderão ser substituídas por rampas, observadas, entretanto as demais exigências para escadas e rampas estabelecidas neste código, além das normas de acessibilidade.

2.1.8 Art. 256. As novas construções poderão apresentar projeto e execução de captação e armazenamento de águas pluviais por meio de reservatórios (cisternas).

2.1.9 Art. 269. A declividade mínima dos ramais de esgoto será de 1,5% (um e meio por cento).

Art. 269. A declividade mínima dos ramais de esgoto deverá seguir as recomendações da NBR 8160 da ABNT.

2.1.10 Art. 270. É vedada, em qualquer hipótese a utilização das galerias das águas pluviais, bem como o sistema de drenagem pluvial (sarjetas e vias públicas) para o escoamento do esgoto sanitário "in natura".

Art. 270. É vedada, em qualquer hipótese a utilização das galerias das águas pluviais, bem como o sistema de drenagem pluvial (sarjetas e vias públicas) para o escoamento do esgoto sanitário.

2.1.11 Art. 287. Independente do número de pavimentos ou área construída todas as edificações deverão ter sistema de segurança contra incêndios de acordo com as disposições técnicas e normas do Corpo de Bombeiros, exceto as edificações residenciais.

Art. 287. Independente do número de pavimentos ou área construída todas as edificações deverão ter sistema de segurança contra incêndios de acordo com as disposições técnicas e normas do Corpo de Bombeiros, exceto as edificações residenciais unifamiliares.

2.1.12 Art. 323. As dependências destinadas a estacionamento deverão atender as seguintes exigências:

V - Ter vagas de estacionamento para cada veículo locado em planta e numeradas, com largura mínima de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) e comprimento mínimo de 5,00m (cinco metros);

XI - Quando tratar-se de edificação multifamiliar não será permitida rampa com inclinação superior a 30% (trinta por cento);

V - Ter vagas de estacionamento para cada veículo, locado em planta e numeradas, com largura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) e comprimento mínimo de 5,00m (cinco metros);

XI - Não será permitido rampa com inclinação superior a 30% (trinta por cento).

3 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 Serão objetos de discussão na Audiência Pública alterações referentes ao Plano Diretor.

3.2 Todos os demais cidadãos Catanduvenses e outras entidades civis que manifestarem interesse poderão participar da Audiência Pública Oficial, opinando, tendo os maiores de 16 (dezesesseis) anos direito ao VOTO para alterações do Plano Diretor.

3.3 A Audiência Pública será registrada em ata e relatório das propostas aprovadas.

Catanduvas SC, 18 de junho de 2018.

Dorival Ribeiro dos Santos

Prefeito Municipal.

Marcia Pasqualli

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento

LEI Nº 2.636, DE 15 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657544

LEI Nº 2.636/2018, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL QUE ESPECIFICA.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas (SC), no uso de suas atribuições legais que a Lei lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder à Associação dos Servidores Públicos Municipais de Catanduvas – ASSERV, direito real de uso com encargos de imóvel constituído por uma sala, localizada no segundo piso do ESF II, Bairro Sayonara, Rua Júlio de Castilhos, nº 2121, Catanduvas-SC, CEP: 89670-000.

Art. 2º. A concessão de direito real de uso do imóvel descrito no art. 1º desta Lei, será por prazo indeterminado, podendo ser revogado a qualquer momento.

§1º. O imóvel será destinado exclusivamente para os fins administrativos da associação, não podendo ser alterada a sua destinação sem autorização do Município.

§2º. O descumprimento do disposto no parágrafo anterior implicará na revogação da concessão de direito real de uso.

§3º. O encargo e a cláusula de revogação deverão constar no contrato de concessão de direito real de uso.

Art. 3º. As despesas com o consumo de água e energia elétrica serão custeadas pelo Município.

Art. 4º. Eventuais despesas decorrentes do cumprimento da presente lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente do Município.

Art. 5º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas, 15 de junho de 2018.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito de Catanduvas

LEI Nº 2.637, DE 15 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657545

LEI Nº 2.637/2018, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – CIS-AMARP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas (SC), no uso de suas atribuições legais que a Lei lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a presente LEI:

Art. 1º. Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CIS-AMARP, em anexo.

Art. 2º. Fica autorizado o ingresso do Município de Catanduvas, no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CIS-AMARP, nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas, 15 de junho de 2018.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito de Catanduvas

PORTARIA Nº 7.573, DE 11 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657552

PORTARIA P/7.573/18, de 11.06.18.

Catanduvas, 11 de junho de 2018.

A Prefeitura do Município de Catanduvas/SC comunica que a servidora MARIA GORETE BATISTA GINDER, tesoureira, inscrita no CPF sob o nº 438.631.169-68, em conjunto com a Secretária Municipal de Saúde, interina, Sra. ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MOTERLE, inscrita no CPF sob o nº 593.462.059-20, nomeada pela Portaria 7.571/18, estão autorizadas a realizar a movimentação financeira de todas as contas-correntes do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 10.391.817/0001-91.

E as mesmas terão os seguintes poderes e atribuições: emitir cheques; abrir contas de depósito; solicitar saldos, extratos e comprovantes; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheques; sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/ aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências/pagamentos por qualquer meio; consultar contas/aplicações Programas Repasse Recursos Federais – RPG; liberar arquivos de pagamentos no Gerenciador Financeiro/AASP; efetuar transferência para mesma titularidade por meio eletrônico; encerrar contas de depósito; consultar obrigações do débito direto autorizado-DDA; assinar contrato de abertura de crédito/apólice de seguros; autorizar cobrança; utilizar o crédito aberto na forma e condições; praticar demais atos; autorizar outros débitos; assinar instrumento de crédito; requisitar cartão eletrônico; movimentar conta corrente com cartão eletrônico; receber ordens de pagamento; efetuar movimentação financeira no RPG; solicitar saldos/extratos, exceto investimentos; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar pag. de ICMS por meio eletrônico; efetuar pag. de AFRMM por meio eletrônico; assinar aditivo de qualquer espécie; autorizar aplicações financeiras; autorizar aplicações em fundos de investimentos; autorizar resgate de aplicações financeiras; autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento; autorizar cancelamento de agendamento de aplicação; autorizar cancelamento de agendamento de resgate; efetuar transferências/pagamentos, exceto por meio eletrônico; efetuar saques – conta corrente; efetuar saques – poupança; efetuar transferências por meio eletrônico.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito de Catanduvas/SC.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0015/2017

Publicação Nº 1657190

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Página: 1/7
Processo Nº.: 110/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 87/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2017

No dia 19 do mês de Dezembro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.414/0001-45, com sede administrativa localizada na Rua Felipe Schmidt, bairro Centro, CEP nº. 89670-000, nesta cidade de Catanduvás/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº. 195.397.549-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 87/2017, Processo Licitatório nº. 110/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Contratação de serviços especializados em recauchutagem, conserto, montagem, troca, tip top e vulcanização de pneus para atender as necessidades dos Equipamentos Rodoviários Pesados e veículos da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Educação, Cultura e Desporto. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
91735	FM PNEUS LTDA	6, 9, 17, 45, 46, 52, 53, 59, 60
91734	IVANETE CARRARO CASARIL EIRELI - ME	12, 14, 16, 2, 4, 7, 10, 19, 21, 23, 25, 27, 48, 50, 11, 13, 15, 66, 1, 3, 5, 8, 18, 20, 22, 24, 26, 47, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44
350	RECAUCHUTADORA RODA LTDA	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 22472017(Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
FM PNEUS LTDA	81.374.845/0004-91	eloir clefson zago	949.667.379-15
IVANETE CARRARO CASARIL EIRELI - ME	23.455.552/0001-90	roberto carlos casaril	892.928.049-87
RECAUCHUTADORA RODA LTDA	83.512.624/0001-15	roberto neuhauser	573.388.419-34

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 Contratação de serviços especializados em recauchutagem, conserto, montagem, troca, tip top e vulcanização de pneus para atender as necessidades dos Equipamentos Rodoviários Pesados e veículos da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Educação, Cultura e Desporto.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Por Lote, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 91734 - IVANETE CARRARO CASARIL EIRELI - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Recauchutagem pneu 17,5 x 25 borrachudo	UN	DREBOR	10,000	1.892,9850	18.929,85
2	Recauchutagem pneu 19,5 x 24	UN	DREBOR	10,000	1.892,9889	18.929,89
3	Recauchutagem pneu 12 x16,5	UN	DREBOR	5,000	826,9373	4.134,69
4	Recauchutagem pneu 12,5 x 80 x 18	UN	DREBOR	5,000	826,9373	4.134,69
5	Recauchutagem pneu 1400 x 24 , borrachudo.	UN	DREBOR	30,000	1.494,4649	44.833,95
7	Recauchutagem pneu 7,50 x 16	UN	DREBOR	10,000	348,7085	3.487,09
8	Recauchutagem pneu 14 - 17 - 5	UN	DREBOR	5,000	498,1550	2.490,78
10	Recauchutagem pneu 7.50 x 18	UN	DREBOR	5,000	378,5978	1.892,99
11	Tip top pequeno	UN	DREBOR	70,000	31,8401	2.228,81
12	Tip top médio	UN	DREBOR	91,000	67,5994	6.151,55
13	TIP TOP GRANDE	UN	DREBOR	100,000	77,3964	7.739,64
14	VULCANIZAÇÃO P	UN	DREBOR	78,000	134,6758	10.504,71
15	VULCANIZAÇÃO M	UN	DREBOR	88,000	159,6158	14.046,19
16	VULCANIZAÇÃO G	UN	DREBOR	98,000	279,3276	27.374,10
18	Conserto de pneu 12x16.5	UN	DREBOR	80,000	33,8745	2.709,96

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Página: 2/7
 Processo Nº.: 110/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 87/2017

Fornecedor: 91734 - IVANETE CARRARO CASARIL EIRELI - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
19	Conserto de pneu 7.50 x 16	UN	DREBOR	80,000	27,8967	2.231,74
20	Conserto de pneu 7.50 x 18	UN	DREBOR	80,000	27,8967	2.231,74
21	Montagem de pneu novo 12x16.5	UN	DREBOR	50,000	23,9114	1.195,57
22	Montagem de pneu novo 7.50 x 16	UN	DREBOR	50,000	19,9262	996,31
23	Montagem de pneu novo 7.50 x 18	UN	DREBOR	50,000	19,9262	996,31
24	Troca de pneu usado 12x16.5	UN	DREBOR	20,000	19,9262	398,52
25	Troca de pneu usado 19,5x24	UN	DREBOR	10,000	49,8155	498,16
26	Troca de pneu usado 7.50 x 16	UN	DREBOR	20,000	19,9262	398,52
27	Troca de pneu usado 7.50 x 18	UN	DREBOR	20,000	19,9262	398,52
28	Balanceamento de pneu 175/70 R13 tipo A fabricação nacional.	UN	DREBOR	10,000	9,8980	98,98
29	Geometria de pneu 175/70 R13 tipo A fabricação nacional.	UN	DREBOR	10,000	49,4949	494,95
30	Montagem de pneu novo 175/70 R13 tipo A fabricação nacional.	UN	DREBOR	10,000	9,8990	98,99
31	Conserto de pneu 175/70 R13 tipo A fabricação nacional.	UN	DREBOR	20,000	11,8788	237,58
32	Troca de pneu usado 175/70 R13 tipo A fabricação nacional.	UN	DREBOR	10,000	4,9495	49,50
33	Recaputagem de pneu 215/75R R17,5 tipo A fabricação nacional.	UN	DREBOR	20,000	346,0604	6.921,21
34	Montagem de pneu novo 215/75R R17,5 tipo A fabricação nacional.	UN	DREBOR	30,000	17,7974	533,92
35	Conserto de pneu 215/75R R17,5 tipo A fabricação nacional.	UN	DREBOR	30,000	19,7749	593,25
36	Troca de pneu usado 215/75R R17,5 tipo A fabricação nacional.	UN	DREBOR	30,000	9,8874	296,62
37	Recaputagem de Pneu 900/R20 Tipo A fab. Nacional	UN	DREBOR	20,000	495,3875	9.907,75
38	Montagem de Pneu novo 900/R20 Tipo A fab. Nacional	UN	DREBOR	20,000	14,8616	297,23
39	Conserto de Pneu 900/R20 Tipo A fab. Nacional	UN	DREBOR	20,000	14,8616	297,23
40	Troca de Pneu usado 900/R20 Tipo A fab. Nacional	UN	DREBOR	20,000	11,8893	237,79
41	Recaputagem de Pneu 1000/20 tipo borrachudo A Fab. Nacional/ Radial	UN	DREBOR	12,000	524,0108	6.288,13
42	Montagem de Pneu novo 1000/20 tipo borrachudo A Fab. Nacional/ Radial	UN	DREBOR	12,000	19,7740	237,29
43	Conserto de Pneu 1000/20 tipo borrachudo A Fab. Nacional/ Radial	UN	DREBOR	12,000	24,7175	296,61
44	Troca de Pneu usado 1000/20 tipo borrachudo A Fab. Nacional/ radial	UN	DREBOR	12,000	14,8305	177,97
47	Conserto de pneu 14/17.5	UN	DREBOR	20,000	59,7786	1.195,57
48	Conserto de pneu 17.5/25	UN	DREBOR	15,000	119,5572	1.793,36
49	Conserto de pneu 19.5/24	UN	DREBOR	15,000	119,5572	1.793,36
50	Conserto de pneu 12.5/80	UN	DREBOR	15,000	69,7417	1.046,13
51	Conserto de pneu 1400/24	UN	DREBOR	60,000	99,6310	5.977,86
54	Montagem de pneu 14/17.5	UN	DREBOR	5,000	34,8708	174,35
55	Montagem de pneu NOVO 17.5/25	UN	DREBOR	10,000	59,7786	597,79
56	Montagem de pneu 19.5/24	UN	DREBOR	10,000	59,7786	597,79
57	Montagem de pneu 12.5/80	UN	DREBOR	5,000	39,8524	199,26
58	Montagem de pneu 1400/24	UN	DREBOR	30,000	49,8155	1.494,47
61	Troca de pneu 14/17.5	UN	DREBOR	5,000	19,9262	99,63
62	Troca de pneu 17.5/25	UN	DREBOR	10,000	49,8155	498,16
63	Troca de pneu 19.5/24	UN	DREBOR	10,000	49,8155	498,16
64	Troca de pneu 12.5/80	UN	DREBOR	5,000	39,8524	199,26
65	Troca de pneu USADO 1400/24	UN	DREBOR	30,000	39,8524	1.195,57
66	Socorro para conserto de pneu acima de 10 km Em horário comercial e eventualmente no sábado	KM	DREBOR	900,000	62,9444	56.650,00

Fornecedor: 91735 - FM PNEUS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	Recaputagem pneu convenc borrach 1000x20, à frio	UN	VIPAL	30,000	557,0793	16.712,38
9	Recaputagem pneu 1000 x 20 radial	UN	VIPAL	50,000	592,1342	29.606,71
17	Recaputagem de pneu 275/ 80 x 22,5 borrachudo radial	UN	VIPAL	50,000	605,3980	30.269,90
45	Conserto de pneu 1000/20	UN	VIPAL	130,000	30,3173	3.941,25
46	Conserto de pneu 275/80	UN	VIPAL	80,000	32,2121	2.576,97
52	Montagem de pneu 1000/20	UN	VIPAL	50,000	23,6854	1.184,27
53	Montagem de pneu 275/80	UN	VIPAL	60,000	18,9483	1.136,90
59	Troca de pneu 1000/20	UN	VIPAL	20,000	21,7905	435,81
60	Troca de pneu 275/80	UN	VIPAL	20,000	21,7905	435,81

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS**

Página: 3/7
Processo Nº.: 110/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 87/2017

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será até 31 de dezembro do ano corrente a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CATANDUVAS

Página: 4/7
Processo Nº.: 110/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 87/2017

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuárias, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CATANDUVAS**

Página: 5/7
Processo Nº.: 110/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 87/2017

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no § 4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CATANDUVAS**

Página: 6/7
Processo Nº.: 110/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 87/2017

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, conform normativa municipal, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CATANDUVASPágina: 7/7
Processo Nº.: 110/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 87/2017

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvras para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Catanduvras, 19 de Dezembro de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

FM PNEUS LTDA	CNPJ: 81.374.845/0004-91 _____
IVANETE CARRARO CASARIL EIRELI - ME	CNPJ: 23.455.552/0001-90 _____
RECAUCHUTADORA RODA LTDA	CNPJ: 83.512.624/0001-15 _____

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0004/2018**

Publicação Nº 1656283

EXTRATO DE CONTRATO DE ADMINISTRATIVO N. 0004/2018

PROCESSO LICITATÓRIO N. 3/2018 - TOMADA DE PREÇOS N. 2/2018

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS/SC, CNPJ: 73.240.236/0001-79.

CONTRATADO: CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA, CNPJ: 09.234.560/0001-85.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução da Reforma e Ampliação da Sede Própria da Câmara de Vereadores de Catanduvas, conforme especificações constantes nos Projetos e Memorial Descritivo, anexos estes que são parte integrante do presente edital - Anexo I – Memorial Descritivo, Anexo II – Orçamento, Anexo III - Cronograma Físico-Financeiro, Anexo IV – Planilha de Composição do BDI, Anexo V – Projeto Arquitetônico, Anexo VI - Projetos de Climatização, Anexo VII – Projeto de Acessibilidade, Anexo VIII – Projeto Elétrico e Lógica, Anexo IX – Projeto Estrutural, Anexo X – Projeto Hidrosanitário, Anexo XI – Projeto Preventivo de Incêndio e o Anexo XII – Minuta do Contrato.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 10.520/2002; Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

VALOR TOTAL: R\$ 503.497,52 (Quinhentos e três mil, quatrocentos e noventa e sete reais e cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de emissão da ordem de serviço.

DATA DA ASSINATURA: 18.06.2018.

MONALISA RUARO

Presidente da Câmara

Caxambu do Sul

PREFEITURA

57/2018

Publicação Nº 1657360

DECRETO Nº 057/2018

“Dispõe sobre horário excepcional de expediente no Município de Caxambu do Sul/SC nos dias de jogos da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 2018.”

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município;

Considerando os jogos da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 2018, bem como critérios de atendimento ao público e expediente adotados por diversos órgãos da administração, a exemplo do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (Resolução GP N. 28 de 30 de maio de 2018);

DECRETA:

Art. 1º. O horário de expediente para os órgãos da Administração Municipal de Caxambu do Sul/SC durante a Copa do Mundo de 2018, excepcionalmente, será:

I – das 7h00min às 13h00min, nos dias úteis em que houver jogo da seleção brasileira com início às 15h00min;

II – das 13h30min às 18h00min, nos dias úteis em que houver jogo da seleção brasileira com início às 11h00min;

III – das 12h00min às 18h00min, nos dias úteis em que houver jogo da seleção brasileira com início às 9h00min.

Parágrafo único: as atividades de plantão da Secretaria Municipal de Saúde permanecerão em regime de plantão em qualquer hipótese.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Caxambu do Sul/SC, 18 de junho de 2018.

Glauber Burtet

Prefeito Municipal

CANCELA PP 021-2018 PCS

Publicação Nº 1656321

CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2018 PCS, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2018 PCS

O Município de Caxambu do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, com sede administrativa na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Glauber Burtet, TORNA PÚBLICO, que por meio deste CANCELA o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2018 PCS, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2018 PCS, haja visto que o secretário da pasta solicitante quer rever os descritivos dos itens para melhor atender as necessidades do Município.

Caxambu do Sul - SC, em 18 de junho de 2018.

GLAUBER BURTET,

Prefeito Municipal.

PP 022/2018 PCS

Publicação Nº 1656281

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2018 PCS

Objeto: Contratação de serviços para ministrar aulas de artesanato em madeira, afim de atender os programas desenvolvidos no CRAS (Centro de Referência De Assistência Social) atendendo crianças, adolescentes e adultos residentes no Município de Caxambu do Sul, inseridos nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, geração de renda e PAIF (Proteção e atendimento integral a família), de acordo com as especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 02/07/2018.

Abertura: dia 02/07/2018, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 19 de junho de 2018.
GLAUBER BURTET,
Prefeito Municipal.

TERMO DE COMPROMISSO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 017-2018 PCS

Publicação Nº 1656081

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2018 PCS

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 017/2018 PCS

O Município de Caxambu do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, com sede administrativa na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Glauber Burtet, e a empresa HORTITEC AGRÍCOLA LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.041.678/0001-24, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. Lucas Jean Serafini, portador do CPF nº 020.917.530-33, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 017/2018 PCS, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para possível aquisição de sementes de melancia para o Município de Caxambu do Sul, conforme especificações constantes no Anexo "A" do Processo licitatório nº 034/2018 PCS, modalidade de Pregão Presencial SRP nº 017/2018 PCS.

Item	Quantidade	Unidade	Descrição dos Serviços	Valor Unitário em R\$
1	250,00	Pacote	Semente de melancia híbrida, da variedade vista, com pureza mínima de 99,90%, germinação mínima de 96,00%, sendo sementes fiscalizadas, embalagem com 1.000 (mil) unidades.	160,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da assinatura da ata de registro de preços.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Caxambu do Sul não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1. A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 017/2018 PCS e a proposta da Detentora da Ata.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapeco - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Caxambu do Sul - SC, em 18 de junho de 2018.

HORTITEC AGRÍCOLA LTDA Lucas Jean Serafini	GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal.
---	--

Celso Ramos

PREFEITURA

REVOGAÇÃO 1

Publicação N° 1656553

ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO nº 39/2018 e PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2018

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Celso Ramos no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município RETIFICA o Edital do Pregão em epígrafe nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:

DATA DE ABERTURA: 19 DE JUNHO DE 2018, às 14 horas

LEIA-SE:

DATA DE ABERTURA: 26 DE JUNHO DE 2018 ÀS 14 HORAS.

Celso Ramos 15 de junho de 2018.

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

DECRETO Nº 039, 18.06.2018

Publicação Nº 1656555

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 039, 18.06.2018

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, VII, da Lei nº 0685 de 18.12.2017,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 103 (Atenção Básica) no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301– Atenção Básica
11 – Saúde – Prioridade é Você
103 – Atenção Básica
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.062 - Execução e manutenção do Programa Saúde da Família e PACS R\$ 20.000,00

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301– Atenção Básica
11 – Saúde – Prioridade é Você
103 – Atenção Básica
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.062 - Execução e manutenção do Programa Saúde da Família e PACS R\$ 40.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de junho de 2018.

Marli Goretti Kammers
Prefeita Municipal

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) das seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde:

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301 – Atenção Básica
11 – Saúde – Prioridade é Você
101 – Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
3.3.93.00.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos
2056 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
..... R\$ 30.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301 – Atenção Básica
11 – Saúde – Prioridade é Você
101 – Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2056 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
..... R\$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de junho de 2018.

Marli Goretti Kammers
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 040, DE 18.06.2018

Publicação Nº 1656556

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 040, DE 18.06.2018

Anula e suplementa dotações orçamentárias e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, VII, da Lei nº 0685, de 18.12.2017,

DECRETA:

Chapecó

PREFEITURA

DECRETO Nº. 35.545, DE 06 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657018

DECRETO Nº. 35.545, DE 06 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre revogação de decreto Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01,

DECRETA :

Art. 1º. Fica revogado, a partir de 23 de maio de 2018, o Decreto nº. 34.614, de 21 de agosto de 2017, que concedeu ampliação de carga horária temporária de 20 horas semanais para 40 horas semanais, à servidora pública municipal MERI ELISA SCHREINER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor com Licenciatura Plena.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 06 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.546, DE 06 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657019

DECRETO Nº. 35.546, DE 06 DE JUNHO DE 2018.

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no programa de 2018 do tipo alteração Suplementar.

O Prefeito Municipal de Chapecó no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de Chapecó e autorização contida na Lei Municipal nº 7098/17 de 20 de Dezembro de 2017.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

01 - Gabinete do Prefeito - GP

01.01 - Gabinete do Prefeito - GP

(3) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.001-1000 - Aplicações Diretas
.....30.000,00

02 - Secretaria de Coord. de Gov, e Gestão- SEGOV

02.02 - Secretaria de Coord. de Gov, e Gestão- SEGOV

(47) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.023-1000 - Aplicações Diretas
.....100.000,00

06 - Secretaria de Infraestrutura Urbana - SEINFRA

06.06 - Secretaria de Infraestrutura Urbana - SEINFRA

(133) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.100-1000 - Aplicações Diretas
.....70.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo

anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

01 - Gabinete do Prefeito - GP

01.01 - Gabinete do Prefeito - GP

(4) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.001-1000 - Aplicações Diretas
.....30.000,00

02 - Secretaria de Coord. de Gov, e Gestão- SEGOV

02.02 - Secretaria de Coord. de Gov, e Gestão- SEGOV

(45) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.023-1000 - Aplicações Diretas
.....100.000,00

06 - Secretaria de Infraestrutura Urbana - SEINFRA

06.06 - Secretaria de Infraestrutura Urbana - SEINFRA

(134) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.100-1000 - Aplicações Diretas
.....70.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 06 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.547, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657020

DECRETO Nº. 35.547, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Altera Decreto Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. O caput do artigo 1º do Decreto nº. 25.521, de 30 de maio de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica concedido Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, à servidora pública municipal LURDES FERNANDES, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Internos, matrícula 2407, lotada junto a Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão, CPF nº 812.435.029-91, RG nº 699.782, a partir de 1º de maio de 2018, com proventos integrais, ou seja, 100% da totalidade da remuneração do cargo efetivo."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 14 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.548, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657023

DECRETO Nº. 35.548, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal aprovada em Concurso Público.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01 e considerando o disposto no art. 37, II e art. 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2014 e no Edital de Convocação n.º 046/2018;

DECRETA :

Art. 1º. Fica nomeada, a partir de 08 de junho de 2018, como servidora pública municipal, a candidata aprovada em Concurso Público, abaixo denominada, de acordo com o cargo e demais especificações que seguem:

NOME: MARIA INEZ SCHWENDLER

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

GRUPO: IV – TÉCNICO PROFISSIONAL - TEP

CÓDIGO FUNCIONAL: 04.2.12 – TÉCNICO EM ENFERMAGEM

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SUBGRUPO: 002 – SAÚDE PÚBLICA

Art. 2º. Este Decreto tornar-se-á sem efeitos se a posse não ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato de convocação, nos termos do § 7º do artigo 13 da Lei Complementar nº 130/01.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 14 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.549, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657024

DECRETO Nº. 35.549, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre alteração de dispositivos do Decreto nº. 34.533, de 01 de agosto de 2017 que nomeou os membros do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó;

DECRETA :

Art. 1º. O item 1 da alínea "d" do inciso I do artigo 1º do Decreto nº. 34.533, de 01 de agosto de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.

I -

d):

1. Titular: Sonia Rodrigues de Lima;"

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 14 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.550, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657026

DECRETO Nº. 35.550, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre revogação de Decreto Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e,
CONSIDERANDO o Ofício SESA/GAB Nº 474/2018,

DECRETA :

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº. 24.724, de 28 de setembro de 2011.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 14 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.551, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657029

DECRETO Nº. 35.551, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Torna sem efeitos ato de nomeação de servidora pública municipal pela não posse dentro do prazo legal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e,
CONSIDERANDO que o prazo para posse dos servidores públicos municipais está determinado em 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de convocação, nos termos do § 1º do artigo 13 da Lei Complementar nº. 130, de 5 de dezembro de 2001.

CONSIDERANDO o disposto no § 6º do artigo 13 da Lei Complementar nº. 130, de 5 de dezembro de 2001, com redação dada pela Lei Complementar nº. 140, de 22 de abril de 2002 que em sua redação dispõe: "§ 6º. Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo."

CONSIDERANDO que o Edital nº. 037/2018, ato convocatório para posse foi publicado no Órgão de Publicação Oficial do Município de Chapecó, na data de 02 de maio de 2018.

DECRETA :

Art. 1º. Fica sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 35.387, de 10 de maio de 2018, que nomeou CLAUDIA LUCIA BAPTISTA, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, em virtude da não posse dentro do prazo legal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 14 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.552, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657032

DECRETO Nº. 35.552, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Torna sem efeitos ato de nomeação de servidora pública municipal pela não posse dentro do prazo legal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e, CONSIDERANDO que o prazo para posse dos servidores públicos municipais está determinado em 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de convocação, nos termos do § 1º do artigo 13 da Lei Complementar nº. 130, de 5 de dezembro de 2001.

CONSIDERANDO o disposto no § 6º do artigo 13 da Lei Complementar nº. 130, de 5 de dezembro de 2001, com redação dada pela Lei Complementar nº. 140, de 22 de abril de 2002 que em sua redação dispõe: "§ 6º. Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo." CONSIDERANDO que o Edital nº. 039/2018, ato convocatório para posse foi publicado no Órgão de Publicação Oficial do Município de Chapecó, na data de 09 de maio de 2018.

DECRETA :

Art. 1º. Fica sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 35.429, de 10 de maio de 2018, que nomeou ZENILDE FEIER, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Internos, em virtude da não posse dentro do prazo legal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 14 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.553, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657034

DECRETO Nº. 35.553, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Torna sem efeitos ato de nomeação de servidora pública municipal pela não posse dentro do prazo legal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e, CONSIDERANDO que o prazo para posse dos servidores públicos municipais está determinado em 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de convocação, nos termos do § 1º do artigo 13 da Lei Complementar nº. 130, de 5 de dezembro de 2001.

CONSIDERANDO o disposto no § 6º do artigo 13 da Lei Complementar nº. 130, de 5 de dezembro de 2001, com redação dada pela Lei Complementar nº. 140, de 22 de abril de 2002 que em sua redação dispõe: "§ 6º. Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo." CONSIDERANDO que o Edital nº. 039/2018, ato convocatório para posse foi publicado no Órgão de Publicação Oficial do Município de Chapecó, na data de 09 de maio de 2018.

DECRETA :

Art. 1º. Fica sem efeitos, a partir de sua edição, o Decreto nº. 35.430, de 10 de maio de 2018, que nomeou IONA PATRICIA MENDONÇA, para ocupar o cargo de Auxiliar de Administração, em virtude da não posse dentro do prazo legal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,

em 14 de junho de 2018.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.554, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657036

DECRETO Nº. 35.554, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Cessa efeitos de Decreto Municipal

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do Art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Fica cessado os efeitos do Decreto nº. 32.818, de 30 de junho de 2016, que concedeu Pensão por morte, à Sra. BIANCA GEORGIA STAKONSKI, pelo falecimento da servidora pública municipal JUSSARA TERESINHA MARQUES DE OLIVEIRA, tendo em vista que a segurada completou 18 anos de idade em 05 de junho de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 14 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.555, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657038

DECRETO Nº. 35.555, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Declara vago cargo na Administração Municipal por motivo de passamento de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV, do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e o inciso VI, do artigo 34 da Lei Complementar nº. 130, de 5 de dezembro de 2001;

DECRETA :

Art. 1º. Fica declarado vago e sem lotação na Administração Municipal, 01 (um) cargo de Auxiliar de Serviços Internos, pelo passamento de sua titular SIRLEI SALETE PRETTO, em 28 de maio de 2018.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 14 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.556, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657114

DECRETO Nº. 35.556, DE 14 DE JUNHO DE 2018.
Dispõe sobre revogação de decreto Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01,

DECRETA :

Art. 1º. Fica revogado, a partir de 01 de junho de 2018, o Decreto nº. 33.602, de 31 de janeiro de 2017, que concedeu Afastamento para Servir a Outro Órgão ou Entidade à servidora pública municipal ANA MARIA ANDREOLA BADIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor com Magistério, à Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 14 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.557, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657117

DECRETO Nº. 35.557, DE 14 DE JUNHO DE 2018.
Dispõe sobre revogação de decreto Municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, combinado com a Lei Complementar nº 130/01,

DECRETA :

Art. 1º. Fica revogado, a partir de 11 de junho de 2018, o Decreto nº. 20.583, de 27 de março de 2009, que concedeu Afastamento para Servir a outro Órgão ou Entidade, à servidora pública municipal HORTÊNCIA SALET MULLER TIERLING, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutico ao Conselho Regional de Farmácia do Estado de Santa Catarina – CRF/SC.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 14 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.558, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657120

DECRETO Nº. 35.558, DE 14 DE JUNHO DE 2018.
Dispõe sobre exoneração, a pedido, de servidor público municipal ocupante de cargo de provimento efetivo.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV, do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó,

DECRETA :

Art. 1º. Fica exonerado, a pedido, a partir de 14 de junho de 2018, o servidor público municipal CLAUDIR IVAN SANTIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 14 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.559, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657125

DECRETO Nº. 35.559, DE 14 DE JUNHO DE 2018.
Dispõe sobre concessão de redução de carga horária à servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó;

DECRETA :

Art. 1º. Fica concedido, à pedido, a partir de 04 de junho de 2018, redução de carga horária de 40 horas semanais para 20 horas semanais, com proporcional redução do vencimento, vencimentos e remuneração, à servidora pública municipal SUZANA FREITAG MIGOTT COLONHEZE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Social I.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 14 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.560, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657130

DECRETO Nº. 35.560, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre concessão de Licença Especial à servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e observando a Lei Complementar nº 130/01 e o Decreto nº. 10.865/2002,

DECRETA :

Art. 1º. Fica concedida, a pedido, no período de 14 de junho de 2018 a 13 de junho de 2019, Licença Especial à servidora pública municipal MARA SANDRA GALINSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Internos.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 14 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 35.561, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657132

DECRETO Nº. 35.561, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Declara vago cargo na Administração Municipal por motivo de passamento de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV, do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e o inciso VI, do artigo 34 da Lei Complementar nº. 130, de 5 de dezembro de 2001;

DECRETA :

Art. 1º. Fica declarado vago e sem lotação na Administração Municipal, 01 (um) cargo de Assistente Social, pelo passamento de sua titular MARA LALANA, em 12 de junho de 2018.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 15 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 047/2018

Publicação Nº 1657001

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 047/2018

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS, para tomar posse, no respectivo cargo, junto a Diretoria de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, os candidatos abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2015		
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
81º	9343	ANDREIA HILLESHEIN DAL CASTEL
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS		
Nº CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
82º	6129	ROZANGELA TEREZINHA DA SILVA

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), em 12 de junho de 2018.

LUCIANO JOSE BULIGON

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 048/2018

Publicação Nº 1657002

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 048/2018

O Prefeito de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS, para tomar posse, para contratação sob regime celetista, nos respectivos cargos e áreas de atuação, junto a Gerência de Gestão de Pessoal da Secretaria da Saúde de Chapecó, sito à Rua Marechal Floriano Peixoto, Ala Norte Arená Condá, Centro, os candidatos abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015		
Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Seminário		
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato
7º	092	MARIA EDIVANIA MARCULINO DA SILVA
Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Alto da serra (rural)		
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato
1º	015	ADRIANE PEREIRA DA SILVA RODRIGUES

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Chapecó-SC, 13 de junho de 2018.

LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 049/2018

Publicação Nº 1657005

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 049/2018

O Prefeito de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS, para tomar posse, para contratação sob regime celetista, nos respectivos cargos e áreas de atuação, junto a Gerência de Gestão de Pessoal da Secretaria da Saúde de Chapecó, sito à Rua Marechal Floriano Peixoto nº 700-L, Ala Norte da Arena Condá, Centro, os candidatos abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016		
Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Oeste		
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato
5º	211	ELIZABETH MACHADO

Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Alta Floresta (urbana)		
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato
3º	228	VERANILDES SOUSA DE OLIVEIRA JESUS

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Chapecó-SC, 13 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 050/2018

Publicação Nº 1657006

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 050/2018

O Prefeito de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS, para tomar posse, para contratação sob regime celetista, nos respectivos cargos e áreas de atuação, junto a Gerência de Gestão de Pessoal da Secretaria da Saúde de Chapecó, sito à Rua Marechal Floriano Peixoto nº 700-L, Ala Norte da Arena Condá, Centro, os candidatos abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017			
Cargo: Agente de Combate as Endemias			
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato	
18º	389	ALINE TEIXEIRA MARINS DOS SANTOS	
19º	180	CLEIDI LEMKE MARTH	
20º	200	GRACIANE PEREIRA DA SILVA LOPES DOS SANTOS	
Cargo: Agente Comunitário de Saúde – Área: Leste (urbana)			
Classificação	Nº Inscrição	Nome do Candidato	
4º	063	MICHELI ROMANO	

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Chapecó-SC, 13 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 051/2018

Publicação Nº 1657009

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 051/2018

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS, para tomar posse, no respectivo cargo, junto a Diretoria de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, os candidatos abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2015		
CARGO: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO		
Nº CLASSIFI-CAÇÃO	Nº INS-CRICHÃO	NOME
82º	4164	JUNIOR CARARO
83º	4501	VANESSA PRZYBILISKY
84º	6352	DALMO GERSON MUNIZ JUNIOR
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS		
Nº CLASSIFI-CAÇÃO	Nº INS-CRICHÃO	NOME
83º	3193	VANIA MORAZ
CARGO: OPERADOR DE MAQUINAS - MOTONIVELADORA		
Nº CLASSIFI-CAÇÃO	Nº INS-CRICHÃO	NOME
08º	4882	JOSE DOMINGOS FRARE
CARGO: OPERADOR DE MAQUINAS – ROLO COMPACTADOR		
Nº CLASSIFI-CAÇÃO	Nº INS-CRICHÃO	NOME
07º	7723	DAVIS DA SILVA CABRAL JUNIOR

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), em 15 de junho de 2018.

LUCIANO JOSE BULIGON

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 052/2018

Publicação Nº 1657010

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 052/2018

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

I. Ficam CONVOCADOS, para tomar posse, no respectivo cargo, junto a Diretoria de Gestão de Pessoal da Prefeitura Municipal de Chapecó, sito à Avenida Getúlio Vargas nº 957-S, os candidatos abaixo, conforme se especifica a seguir:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2016		
CARGO: ANALISTA ADMINISTRATIVO		
Nº CLASSIFI-CAÇÃO	Nº INS-CRICHÃO	NOME
06º	337070	HERMANN PUJOL HANZEN
CARGO: ENFERMEIRO		

Nº CLASSIFI-CAÇÃO	Nº INS-CRICHÃO	NOME
45º	314992	GREICI CAPELLARI FABRIZIO
46º	314088	TATIANE HUBLER JOHANN
CARGO: PSICOLOGO		
Nº CLASSIFI-CAÇÃO	Nº INS-CRICHÃO	NOME
23º	314851	PAMELA KOCH
CARGO: FISIOTERAPEUTA		
Nº CLASSIFI-CAÇÃO	Nº INS-CRICHÃO	NOME
04º	317043	LUCIANA TAVARES FERREIRA

II. Em caso de não comparecimento do candidato convocado no prazo de 30 (tinta) dias a contar da data de publicação deste edital, este perderá o direito a vaga;

III. A contratação dar-se-á nas condições da legislação específica;

IV. Este edital de convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

V. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapecó (SC), em 15 de junho de 2018.

LUCIANO JOSE BULIGON

Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Publicação Nº 1657490

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó NOTIFICA os seguintes contratantes com o Município através do Fundo Municipal de Habitação – IRACEMA FATIMA ARUDA, portador do RG n. 12R/1.018.442 e do CPF n. 048.923.929-36 e LUIZ COSTA, portador do RG n. 14.320.449 e do CPF n. 452.009.639-15 a rescisão unilateral do contrato n. 750/2004 de Financiamento Com Garantia Hipotecária e outras Avenças referente o Lote n.02 da Quadra 4099, no Bairro Bom Pastor, Loteamento Vila Betinho, Rua "B", firmado entre as partes em 30 de Junho de 2004, cadastro imobiliário n. 66520-7, em razão do descumprimento de suas cláusulas contratuais.

Gabinete do Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, em 20 de março de 2018.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

LEI Nº. 7.158, DE 08 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657494

LEI Nº. 7.158, DE 08 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre Cessão de Uso de bem móvel ao Governo do Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militares - 6º Batalhão de Bombeiro Militar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso com o Governo do Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar - 6º Batalhão de Bombeiro Militar, do seguinte bem móvel:

I - 01 (um) veículo Marca Ford, modelo Cargo 2632, tipo Esp/Caminhão de Bombeiro, combustível Diesel, ano/modelo 2006/2006, placas MEC 7817, chassi n.º 9BFZCFY76BB79569, cor vermelho, AT - 23, com todos os equipamentos obrigatórios.

§ 1º A cessão de uso de que trata esta Lei será pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

§ 2º A Cessão de Uso de que trata a presente Lei dar-se-á a título gratuito e destinar-se a utilização por parte do Corpo de Bombeiros Militares - 6º Batalhão de Bombeiro Militar de Chapecó.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 08 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

LEI Nº. 7.159, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657495

LEI Nº. 7.159, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Altera a Lei nº 3.552, de 30 de novembro de 1993.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criada a Ementa da Lei nº. 3.552, de 30 de novembro de 1993, com a seguinte redação:

"Declara de Utilidade Pública a entidade Junior Chamber Internacional – JCI Capítulo Chapecó-SC."

Art. 2º. O artigo 1º da Lei nº 4.918, de 12 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a entidade Junior Chamber Internacional - JCI Capítulo Chapecó-SC inscrita no CNPJ sob nº 83.676.197/0001-00, com sede e foro jurídico no Município

de Chapecó, Estado de Santa Catarina."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 14 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

LEI Nº. 7.160, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657496

LEI Nº. 7.160, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Declara de utilidade pública a Associação Estadual de Cooperação Agrícola

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Estadual de Cooperação Agrícola, inscrita no CNPJ sob nº 02.206.147/0001-68, com sede e foro jurídico no Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,
em 14 de junho de 2018.
LUCIANO JOSÉ BULIGON
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

LEI 7161/2018

Publicação Nº 1657429

LEI Nº 7161, DE 18 DE JUNHO DE 2018

Altera a ementa e demais dispositivos da Lei nº 3975 de 22 de abril de 1999, e dá outras providências.

O PRESIDENTE da Câmara Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara aprovou e fica promulgada a seguinte Lei, nos termos do Artigo 54 § 7º, da Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º. Altera a ementa da Lei Municipal nº 3975, de 22 de abril de 1999, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Obriga as agências bancárias, cooperativas de crédito, bem como, todos os correspondentes bancários, no âmbito do Município, a colocar à disposição dos usuários pessoal suficiente no setor de caixas, para que o atendimento seja efetuado em tempo razoável."

Art. 2º. Os arts. 1º, 2º§1º, 3º e 4º da Lei nº 3975/99 passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Ficam as agências bancárias, cooperativas de crédito, bem como, todos os correspondentes bancários, obrigados a colocar à disposição dos usuários pessoal suficiente no Setor de Caixas, para que o atendimento seja efetivado em tempo razoável."

"Art. 2º

§ 1º Os bancos, cooperativas de crédito, bem como, todos os

correspondentes bancários ou entidades representativas informarão ao órgão encarregado de fazer cumprir esta Lei as datas mencionadas nos incisos II e III."

"Art. 3º Os bancos, cooperativas de crédito, bem como, todos os correspondentes bancários ou entidades representativas, por meio de um funcionário destacado para esse fim ou por meio eletrônico eficiente, fornecerão senha ao cliente quando de sua entrada na agência, constando dia e hora de sua chegada, com vistas a controlar o tempo de permanência em cada instituição, até o seu atendimento no caixa."

"Art. 4º As agências bancárias, cooperativas de crédito, bem como, todos os correspondentes bancários ou entidades representativas têm o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação desta Lei, para adaptarem-se às suas disposições."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 18 de junho de 2018.
ITAMAR ANTONIO AGNOLETTI
Presidente

PORTARIA 78/2018

Publicação Nº 1657235

Portaria Nº 78/18

Regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º O processamento da licitação na modalidade denominada pregão, instituída pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá ao disposto nesta portaria no âmbito da Câmara Municipal de Chapecó-SC.

Art. 2º A presente portaria define regras e regulamenta o pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito da Câmara Municipal de Chapecó-SC.

Art. 3º A licitação na modalidade pregão destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, através de disputa em sessão pública, em que interessados apresentam propostas de preços escritas e lances verbais, qualquer que seja o valor estimado da contratação.

Parágrafo único: Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrão de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais.

Art. 4º O pregão na modalidade eletrônica dependerá de regulamentação específica.

Art. 5º São princípios aplicáveis à licitação na modalidade pregão, entre outros, a legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade, publicidade, julgamento objetivo, finalidade, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, vinculação ao instrumento convocatório, competitividade e preço justo.

Parágrafo único: As normas aplicáveis deverão ser interpretadas em favor da ampla disputa entre os interessados e o interesse da Administração, devendo todas as decisões serem motivadas.

Art. 6º Compete ao Presidente da Câmara de Vereadores

I – autorizar a abertura da licitação;

II – designar o pregoeiro e a equipe de apoio;

III – aprovar a minuta de Edital de Licitação e encaminhar sua publicação;

IV – decidir os recursos contra os atos do pregoeiro;

V – revogar, anular e homologar o resultado da licitação;

VI – celebrar o contrato ou a ata de registro de preços.

Parágrafo primeiro: Poderá o Presidente da Câmara de Vereadores delegar as suas competências, mediante edição de portaria, fixando-se os critérios de delegação.

Parágrafo segundo: a instrução do procedimento licitatório compete ao Departamento de Compras e Licitações, respeitadas as atribuições definidas nesta portaria.

Art. 7º Compete ao Pregoeiro:

I – analisar o edital e sugerir correções, modificações, alterações;

II – a condução de todos os procedimentos das propostas e dos lances, incluindo decisão acerca de eventuais impugnações ou objeções;

III – o credenciamento dos interessados;

IV – o recebimento dos envelopes das propostas de preços e documentos de habilitação;

V – a oitiva e lançamento dos lances no pregão;

VI – a condução da equipe de apoio e dos trabalhos da sessão;

VII – a qualificação de todos os participantes da sessão pública;

VIII – a elaboração da ata da sessão;

IX – o encaminhamento do processo para a homologação e assinatura do contrato ou ata de registro de preços;

X – o recebimento e protocolo de impugnações e recursos;

XI – a solicitação de documentos comprobatórios da manutenção da condição de habilitação.

Parágrafo primeiro: A função de pregoeiro será exercida pelo ocupante do cargo de Analista de Compras e Licitações e que tenha realizado capacitação específica para exercer a atribuição, podendo

ser reconduzido a função anualmente.

Parágrafo segundo: Compete ao pregoeiro decidir acerca dos requerimentos de alteração contratual ou alteração dos termos da ata de registro de preço, desde que não afete a quantidade do objeto e a especificação do item licitado.

Parágrafo terceiro: Compete ao pregoeiro decidir sobre a admissibilidade e o mérito das impugnações ao edital, recursos durante a sessão pública e recursos interpostos após a sessão.

Art. 8º Compete à equipe de apoio:

I – auxiliar o pregoeiro no credenciamento e recebimento de envelopes;

II – auxiliar o pregoeiro no lançamento dos lances e conferências dos documentos de habilitação;

III – auxiliar o pregoeiro na elaboração da ata da sessão.

Parágrafo único: A equipe de apoio será formada por três servidores, devendo ser em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo, admitindo-se a recondução de dois de seus membros por dois anos consecutivos.

Art. 9º A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:

I – a definição do objeto deve ser clara, precisa e suficiente, sendo vedado especificações irrelevantes e desnecessárias que frustrem ou limitem a competição;

II – anexo ao edital deve elaborado termo pelo qual são definidas as especificações do objeto, as justificativas, a estimativa de custos, o prazo e a forma de execução contratual;

II – o edital deve estabelecer os critérios de aceitabilidade das propostas, as exigências habilitatórias, a forma de julgamento as sanções administrativas e as cláusulas contratuais;

Art. 10. A fase externa se inicia com a publicação do edital e observará as seguintes regras:

I – o edital deverá ser sempre publicado no Diário Oficial instituído pela Câmara Municipal e na internet, podendo, caso se entenda necessário, realizar a publicação em meios diversos, como jornais de circulação local e regional;

II – o aviso de licitação deverá indicar o número do processo, o objeto da licitação, as datas e horas da entrega e abertura da sessão, bem como os locais para acesso à íntegra do edital;

III – a data da sessão deve ser em prazo não inferior à 8 (oito) dias úteis da data de publicação do edital;

IV – a forma de credenciamento, recebimento de propostas e documentos de habilitação serão definidos no respectivo edital de licitação;

V – o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço;

VI – quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no inciso anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

VII – os lances serão verbais, sucessivos, em valores distintos e decrescentes;

VIII – o licitante deverá manifestar-se pela desistência, quando entender que não pode melhorar seu lance ou proposta, mantendo-se sua última oferta para fins de ordenação de propostas;

IX – encerrada a fase de lances e ordenadas as propostas, a primeira classificada será considerada vencedora, sendo aberto os envelopes da documentação de habilitação;

X – constatado o cumprimento das exigências legais e editalícias, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto;

XI – se o licitante apresentar proposta não aceitável ou não cumprir as exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, procedendo na forma do inciso X;

XII – a intenção de interpor recursos dos atos da sessão deverá ser realizada motivadamente e com fundamentos fáticos e jurídicos ao final da própria sessão, devendo o licitante justificar a síntese das

razões, podendo, caso queira, apresentar por escrito no prazo de três dias úteis;

XIII – os recursos contra os atos do pregoeiro não terão efeito suspensivo, sendo que, no caso de acolhimento do recurso, serão invalidados apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento;

XIV – quando o vencedor não assinar o contrato/ata ou não apresentar situação regular, serão convocados os licitantes na ordem de classificação, devendo ser observado, preferencialmente, a proposta vencedora.

Parágrafo único: em se tratando do sistema de registro de preços, poderá o pregoeiro imediatamente após a sessão, colher a assinatura dos licitantes na respectiva ata, a qual tem seus efeitos após a adjudicação.

Art. 11. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou apresentar impugnação ao ato convocatório.

§1º Caberá ao pregoeiro decidir sobre admissibilidade e mérito no prazo de vinte e quatro horas

§2º Em sendo acolhido o recurso, será designado nova data de sessão para realização do certame, devendo ser observado o mesmo prazo estabelecido anteriormente.

Art. 12. Os documentos de habilitação, bem como outras exigências, serão definidas por edital.

Art. 13. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, deixar de cumprir parcial ou totalmente as cláusulas contratuais, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, cometer fraude fiscal ou não executar os serviços nas datas aprazadas, sem prejuízo do direito ao contraditório e a ampla defesa, ficará sujeita a aplicação as seguintes penalidades de advertência, multa, ressarcimento dos prejuízos, suspensão de licitar com a Câmara Municipal pelo prazo de até dois anos e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Art. 14. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Presidente do Legislativo.

Art. 15. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, em 14 de junho de 2018

ITAMAR ANTONIO AGNOLETTI

Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/FMS/2018 - DESERTA

Publicação Nº 1656002

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 94/FMS/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/FMS/2018

Objeto: Registro de preços de materiais e equipamentos odontológicos e de enfermagem, para atendimento ao município de Cocal do Sul/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Informações complementares: A licitação foi declarada deserta pelo não comparecimento de interessados em participar do certame. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 18 de junho de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/PMCS/2018 - DESERTA

Publicação Nº 1656006

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 227/PMCS/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/PMCS/2018

Objeto: Registro de preços para contratação de empresas do ramo pertinente, de forma parcelada, para prestação de serviços de Borracharia, no atendimento a frota do Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Informações complementares: A licitação foi declarada deserta pelo não comparecimento de interessados em participar do certame. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 18 de junho de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/PMCS/2018

Publicação Nº 1656267

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 232/PMCS/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/PMCS/2018 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços para fornecimento com instalação de

condicionadores de ar e cortina de ar a serem distribuídos nas repartições públicas do município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento dos envelopes: Até às 09h15min do dia 29/06/2018.

Abertura: Dia 29/06/2018, às 09h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 19 de junho de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018

Publicação Nº 1657616

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2018

O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Doutor Polidoro Santiago, n.º 519, inscrita no CNPJ sob n.º 95.778.056/0001-88, representada neste ato pelo (a) Prefeito (a) Municipal, o (a) Senhor (a) ADEMIR MAGAGNIN, no uso de suas prerrogativas legais, juntamente com o DEPARTAMENTO DE CULTURA e a COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA (CCO) DA VI COCALFEST, neste ato representado por seu Presidente, Sr. JUAREZ FOGAÇA, brasileiro, casado, funcionário público, inscrito no CPF sob o nº 440.403.699-04, nomeado pelo DECRETO SAF/Nº. 275/18, de 05 de abril de 2018, em conformidade com a legislação e normas pertinentes TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possa interessar que se acha aberto o presente CHAMAMENTO PÚBLICO, em conformidade com as condições explicitadas a seguir, visando seleção de propostas para firmar permissão onerosa para uso de espaço público do Centro de Eventos Cocal do Sul (Arena de Shows), Rua Raul Pompéia, nº 581, bairro Jardim Itália, Cocal do Sul-SC, para a realização de shows artísticos nacionais na VI COCALFEST, que acontecerá no Centro de Eventos Cocal do Sul, no mês de setembro de 2018.

1 – DO EVENTO

A COCALFEST é um evento realizado pela Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sempre no mês de setembro, resgatando e exaltando a cultura, costumes e hábitos desde o início da colonização. O evento é realizado no Centro de Eventos Cocal do Sul reunindo as Associações de Bairros e Entidades Filantrópicas responsáveis pela boa gastronomia. A Rainha e as Princesas juntamente com a CCO recebem todo o público em geral. O evento conta ainda, com exposições, Shows Nacionais e Locais, Festival da Canção Folclórica Italiana, Festival de Dança Infantil e Olimpíada Colonial.

2 – DO OBJETO

2.1 O presente Termo tem por objeto a outorga de permissão

onerosa de uso de espaço público nos limites do Centro de Eventos Cocal do Sul (Arena de Shows), consistente no palco principal, camarins, backstage, e demais espaços para bilheteria, camarotes e "pista vip", a serem definidos e demarcados pela CCO, com a finalidade de produção e exploração, pela PERMISSONÁRIA, dos Shows Nacionais, escolhidos em conjunto com CCO, mediante remuneração a ser paga pela PERMISSONÁRIA em favor da PERMITENTE, por meio de duas atrações artísticas com entrada franca, sendo uma atração tradicionalista e outra infantil.

2.2—Os interessados deverão apresentar a proposta, em envelope fechado, até o dia 29 de junho de 2018, das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min. Se a proposta for selecionada pela CCO, as proponentes se responsabilizarão com todas as despesas relativas aos shows, equipamentos para sua realização, sonorização, incluindo a mão de obra, materiais e as demais que se fizerem necessárias, ficando o Município isento de quaisquer despesas de natureza, tributária, trabalhista ou previdenciária, bem como na montagem e instalação de palco, bilheteria, etc., sendo fornecido pelo Município apenas o espaço de alocação destes.

2.3. A proposta deverá englobar, além de contrapartida financeira, o pagamento das seguintes despesas relativas a divulgação e realização da VI COCALFEST:

- Priorizar a cultura italiana e os objetivos da COCALFEST;
- despesas parciais com a mídia de divulgação em quantidades e modelos definidos pela CCO (televisão, rádio, jornal, folders, cartazes, outdoors, etc.) da VI COCALFEST;
- contratação parcial de seguranças e brigadistas da Arena de Shows do Centro de Eventos Cocal do Sul, durante os shows nacionais;
- locação/montagem da sonorização e iluminação do Palco Principal, conforme rider técnico fornecidos pelos artistas e aprovado pela CCO, seguindo as normas de segurança e engenharia, apresentando o competente ART-CREA do responsável técnico;
- locação de banheiros químicos a serem dispostos na "área vip", camarotes e pista;
- gerador de acordo as especificações constantes no raider técnico do artista, sem ônus à PERMITENTE;
- transportes dos artistas até a cidade de Cocal do Sul e retorno à cidade de origem, carga e descarga dos equipamentos, alimentação e hospedagem e segurança dos artistas e seus auxiliares;
- responsabilizar-se pela utilização de obras de titularidade de terceiros, protegidas pela legislação referente aos direitos autorais providenciando o recolhimento de ECAD;
- responsabilizar-se por quaisquer danos que porventura venham a ocorrer nos espaços utilizados;
- realizar a comercialização de ingressos on-line (internet) e em bilheteria instalada no local do evento a partir das 14h dos dias dos shows, por sistema de bilheteagem eletrônica que permita o acompanhamento das vendas/faturamento em tempo real pela PERMITENTE.
- viabilizar a entrada, saída e retorno de pessoas que adquiriram o ingresso, que necessitem deixar momentaneamente as dependências da Arena de Shows do Centro de Eventos Cocal do Sul;
- disponibilizar pessoal qualificado para explorar a bilheteria e guarda de numerário nos dias do evento;
- efetuar o abastecimento dos camarins (alimentos, bebidas, toalhas, etc.);
- garantir a segurança e a integridade física dos artistas, acompanhantes e equipamentos no local do evento;
- satisfazer todas as exigências legais dos Poderes Públicos (Prefeitura, Bombeiros, CREA, Polícia Civil, etc.), e outras definidas em lei e que sejam obrigatórias para os equipamentos instalados;
- responsabilizar-se perante a PERMITENTE e terceiros por danos decorrentes de eventuais acidentes que envolvam os equipamentos instalados, independentemente de ter ou não contratado seguro para tal fim;
- cumprir as normas de posturas, vigilância sanitária, limpeza

urbana, segurança pública, trânsito, metrologia, meio ambiente e todas aquelas inerentes à atividade que será desenvolvida;

- manter todos os funcionários identificados com o nome visível em crachás;
- permitir à PERMITENTE a instalação de painéis de LED ou telão para projeção dos seus patrocinadores na estrutura do palco principal;

2.4. A escolha da proposta será efetuada pela CCO, levando-se em consideração o retorno financeiro para o Município, melhor contrapartida em relação ao pagamento das despesas com a VI COCALFEST, briefing de shows e preços de ingressos.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste Chamamento empresas promotoras de eventos, legalmente constituídas e estabelecidas há pelo menos dois (02) anos no mercado, com histórico notório de eventos realizados e que atenderem às exigências contidas neste Edital.

3.2 - As proponentes deverão apresentar a título de credenciamento, no ato da inscrição, uma carta de apresentação com a indicação do representante credenciado para praticar todos os atos necessários em nome da proponente em todas as etapas do evento, ou documento que comprove sua capacidade de representar, no caso de associado do interessado.

3.3 - A participação no processo de seleção implicará ao interessado:

3.3.1 – A observância dos critérios obrigatórios e responsabilidade pela fidelidade, legitimidade das informações e dos documentos apresentados;

3.3.2 – Aceitação plena e irrevogável de todos os termos constantes neste Chamamento Público.

4. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1 – As propostas deverão ser entregues em envelopes lacrados no Setor de Licitação;

4.2 - A apresentação dar-se-á em dois envelopes contendo respectivamente:

- a) Envelope Habilitação
- b) Envelope da Proposta

4.3 - O envelope habilitação deverá conter obrigatoriamente:

- a) Cópia do contrato social;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- c) Comprovação de tempo de funcionamento;
- d) Certidões Negativas das Fazendas Federal, Estadual e Municipal;

4.4 - O envelope da proposta conterá necessariamente:

- a) Briefing de Shows Nacionais oferecidos em datas consecutivas no mês de setembro, na sexta-feira(28) e no sábado(29), juntamente com os shows a serem fornecidos com entrada franca sendo uma atração tradicionalista e outra infantil para o domingo(30);
- b) Proposta de ingressos a preços populares, durante um período promocional a ser estabelecido em conjunto com a CCO, especificamente para sul cocalenses que comprovarem residência, sendo que o valor desses ingressos não poderá ultrapassar R\$ 30,00 (trinta reais) para pista.

5. DA ABERTURA E JULGAMENTO

5.1 - A COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA DA VI COCALFEST (CCO), receberá os envelopes contendo os documentos e verificará se a documentação atende ao exigido nos preceitos do presente Edital;

5.2 - Os envelopes serão abertos pela COMISSÃO CENTRAL

ORGANIZADORA DA VI COCALFEST (CCO) no dia 29/06/2018, após o encerramento do horário limite de entrega dos envelopes contendo a habilitação e proposta, no SETOR DE LICITAÇÕES, da Prefeitura de Cocal do Sul/SC;

5.3 – Após a abertura dos envelopes, a COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA DA VI COCALFEST (CCO), em deliberação escolherá a proposta que entender ser mais vantajosa, levando em consideração o retorno financeiro para o Município, briefing de shows e preços de ingressos;

6. DAS PENALIDADES

6.1 – A recusa injustificada por parte do interessado em assinar o Termo de Permissão de Uso, após 02 dias úteis da aceitação do projeto, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida. Nesta hipótese, é facultada à Comissão convocar os cadastrados remanescentes na ordem de classificação, ressalvando-se o direito de pleitear indenização por possíveis perdas e danos.

6.2 – Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Edital serão aplicadas, subsidiariamente, as penalidades previstas na Lei 8.666/93, bem como a perda do direito de utilização do espaço público e a perda de mercadorias.

7 – DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 – A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelo Município de Cocal do Sul e seus órgãos, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria de Cultura do Município de Cocal do Sul e pela COMISSÃO CENTRAL

ORGANIZADORA DA VI COCALFEST (CCO).

7.3 – A interessado deverá estar de acordo com o disposto no art. 7º, XXXIII da Constituição Federal.

Cocal do Sul, 19 de junho de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

JUAREZ FOGAÇA

Presidente da CCO da VI COCALFEST

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 91/PMCS/2018

Publicação Nº 1656358

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 91/2018.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: BARRA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS EIRELI.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 226/PMCS/2018.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/PMCS/2018.

Objeto: Registro de preços de gêneros alimentícios, no atendimento ao município de Cocal do Sul.

Assinatura: 12/06/2018.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 11.599,53 (onze mil e quinhentos e noventa e nove reais e cinquenta e três centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

CÂMARA MUNICIPAL

EDITALPREGÃO 40/2018 PMCS

Publicação Nº 1656597

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 221/PMCS/2018

1ª RETIFICAÇÃO DE EDITAL DO Pregão Presencial Nº 40/PMCS/2018

OBJETO: Registro de preços de Equipamentos de Informática, para aquisições futuras, no atendimento ao município de Cocal do Sul.

DATA DA ABERTURA

Fica inalterada a data da abertura do pregão, mantendo-se para às 14h30min do dia 24 de maio 2018.

PRIMEIRA ALTERAÇÃO

DO ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA:

Fica alterada a redação dos itens 1 e 2, passando a vigorar nos seguintes termos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD TOTAL	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO R\$	PREÇO TOTAL MÁXIMO R\$
1	<p>Notebook Tipo I - Especificações mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Processador Core i5. - Tela de LED no mínimo 15" (polegadas) - Memória de 8GB RAM DDR4 - Disco Rígido de 1TB - Wireless 802.1b/g/n - 03 entradas USB - Teclado Português padrão ABNT - Entrada para cartão de memória - Entrada para fone de ouvido - Saída HDMI (High definition multimedia interface) alta definição - Sistema operacional: Windows 10 Versão Profissional (Home) 64Bits <p>Conteúdo da embalagem: 01 (um) notebook, bateria, carregador e manual.</p> <p>Garantia de no mínimo um ano.</p> <p>UNIFORMIZAÇÃO DO LOTE: Os equipamentos devem ser entregues com os mesmos componentes, isto é, não pode haver dois equipamentos com configurações distintas.</p> <p>Constar marca e modelo.</p>	Unidade	14	2.706,66	37.893,24
2	<p>Notebook Tipo II - Especificações mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Processador Core i3. - Tela de LED no mínimo 15" (polegadas) - Memória de 4GB RAM DDR4 - Disco Rígido de 500GB - Wireless 802.1b/g/n - 03 entradas USB - Teclado Português padrão ABNT - Entrada para cartão de memória - Entrada para fone de ouvido - Saída HDMI (High definition multimedia interface) alta definição - Sistema operacional: Windows 10 Versão Profissional (Home) 64Bits <p>Conteúdo da embalagem: 01 (um) notebook, bateria, carregador e manual.</p> <p>Garantia de no mínimo um ano.</p> <p>UNIFORMIZAÇÃO DO LOTE: Os equipamentos devem ser entregues com os mesmos componentes, isto é, não pode haver dois equipamentos com configurações distintas.</p> <p>Constar marca e modelo.</p>	Unidade	06	2.179,66	13.077,96

Todas as demais cláusulas e condições anteriores que não são contrárias a estas ficam mantidas.

PAÇO MUNICIPAL JARVIS GAIDZINSKI, 16 de maio de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN
PREFEITO MUNICIPAL

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 221/PMCS/2018</p>
--	---

Pregão Presencial Nº 40/PMCS/2018

Registro de Preços

O município de Cocal do Sul torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designados pelo Decreto Municipal nº 03/2018, de 08 de janeiro de 2018, reunir-se-ão no dia, hora e local designados neste Edital, na sala de reuniões, na Avenida Dr. Polidoro Santiago, 519 - Cocal do Sul - SC, onde será realizada licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM". O certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, Lei Complementar 123/2006, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações, e quaisquer outros dispositivos que venham a substituí-las, alterá-las ou completá-las, bem como pelas disposições fixadas neste Edital e Anexos.

a) Os envelopes contendo as propostas de preços e habilitações serão recebidas pelo Pregoeiro, na sala de Licitações, no prédio da

PREFEITURA MUNICIPAL - situado a Avenida Dr. Polidoro Santiago, 519 - Cocal do Sul - SC, até o horário previsto para abertura dos mesmos. Não haverá atendimento aos Sábados, Domingos e feriados.

b) Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça a realização deste evento na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

1 - DO OBJETO

1.1 – Registro de preços de Equipamentos de Informática, para aquisições futuras, no atendimento ao município de Cocal do Sul, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas neste edital e seus anexos.

1.2 - Sendo o regime de execução do contrato por fornecimento e o quantitativo informado mera estimativa do consumo para 12 meses, a aquisição dos materiais será realizada de acordo com as necessidades da Prefeitura, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente fornecidos.

2 - DA ABERTURA

2.1 - Os envelopes para o objeto da presente Licitação, Envelope nº 01 (proposta de Preços), Envelope Nº 02 (documentos de habilitação), documentos de credenciamento e declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, deverão ser protocolados até às 14h15min do dia 24 de maio de 2018, através do Protocolo do Departamento de Compras - Setor de Licitações, localizado no edifício sede da municipalidade, sito na Avenida Dr. Polidoro Santiago, 519 - Cocal do Sul - SC.

2.2 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida por um Pregoeiro, às 14h30min do dia 24 de maio 2018, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

2.2.1 - Os representantes credenciados deverão se apresentar ao pregoeiro na sessão, munidos de documento de identidade para sua identificação junto aos documentos de credenciamento, de posse do pregoeiro.

LOCAL: Sala de licitações, no prédio da PREFEITURA MUNICIPAL - situado a Avenida Dr. Polidoro Santiago, 519 - Cocal do Sul - SC.

3 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste Pregão as interessadas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

3.2 - É vedada à participação de pessoa jurídica em regime de concordata ou falência, ou que tenha sido declarada inidônea por ato do Poder Público nas esferas municipal, estadual e federal ou ainda, que esteja com direito de participar de licitação suspenso no Município de Cocal do Sul/SC.

3.3. Este processo licitatório destina-se exclusivamente as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro Empreendedores Individuais, tendo em vista o artigo 48, inciso I, da Lei Federal Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, com alteração dada pela Lei Federal Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, que prevê a obrigatoriedade da Administração Pública em designar os processos licitatórios para os itens cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

3.3.1. Poderão participar deste processo licitatório, de maneira subsidiária, àqueles demais participantes não enquadrados no como ME, EPP ou MEI, caso seja constatada a inexistência de no mínimo 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados na condição prevista no item 3.3 capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

4 - DO CREDENCIAMENTO, DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DA CONDIÇÃO DE MICRO-EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

4.1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

4.1.1 - Quanto aos representantes:

4.1.1.1 - Tratando-se de Representante Legal de sociedade empresária ou cooperativa, ou empresário individual, apresentar (CÓPIA AUTENTICADA) do estatuto social, do contrato social ou outro instrumento de registro empresarial registrado na Junta Comercial, ou tratando-se de Representante Legal de sociedade não empresária, apresentar (CÓPIA AUTENTICADA) do ato constitutivo atualizado registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

4.1.1.2 - Tratando-se de Procurador, o credenciamento far-se-á por meio da apresentação de instrumento público de procuração (CÓPIA AUTENTICADA) ou de instrumento particular (modelo anexo VI), do qual constem poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. No caso de instrumento particular, o procurador deverá apresentar instrumento constitutivo da empresa na forma estipulada no subitem 4.1.1.1.

4.1.1.3 - O representante (legal ou procurador) da empresa interessada, maior de 18 (dezoito) anos, deverá identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4.1.1.4 - Na hipótese da licitante não apresentar representante (legal ou procurador) ou esse não se credenciar, a licitante ficará impedida de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, ou mesmo de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido o preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

4.1.1.5 - O credenciamento deverá ser apresentado FORA dos envelopes n.º 1 (PROPOSTA) e n.º 2 (HABILITAÇÃO).

4.1.2 - Quanto ao pleno atendimento aos requisitos de habilitação:

4.1.2.1 - A proponente deverá apresentar, inicialmente e em separado dos envelopes, Declaração para Habilitação, dando ciência de que a empresa licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, modelo de uso facultativo – (Anexo V), e apresentada FORA dos envelopes n.º 1 (PROPOSTA) e n.º 2 (HABILITAÇÃO).

4.1.2.2 - A declaração citada no item anterior poderá ser preenchida, através de formulário (Anexo V), na própria Sessão Pública, que poderá ser fornecido pelo Pregoeiro na sessão, que será assinado por pessoa presente com poderes para tal.

4.1.2.3 - Não atendido o item (4.1.2) e subitens, implicará na imediata exclusão da licitante do certame, valendo este item para licitantes credenciadas ou não.

4.1.3 - Quanto às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

4.1.3.1 - A proponente deverá apresentar inicialmente e em separado dos envelopes, Certidão expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento de registro do Comércio (DNRC), sob pena de ser desconsiderada tal condição.

4.1.3.1.1 - Será considerada vigente o documento do item 4.1.3.1 que for emitido no período máximo de 90 dias que antecede este processo licitatório.

4.1.3.2 - Os microempreendedores individuais poderão comprovar sua condição através do "Certificado de Condição de Microempreendedor Individual" que pode ser obtido no Portal do Empreendedor – MEI no site: www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/ccmei emitido no exercício corrente.

4.1.3.3 - Antes da abertura dos envelopes, será verificada a existência de, no mínimo, 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como ME, EPP ou MEI, para fins de se verificar a exclusividade prevista no item 3.3. Caso contrário, será permitida a participação subsidiária tratada no item 3.3.1 deste edital.

4.2 - Somente poderão se manifestar no transcorrer das reuniões, os representantes das proponentes, desde que devidamente credenciados.

4.3 - Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

4.4 - O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

4.5 - Será admitido que um único credenciado represente mais de uma empresa licitante, desde que para itens distintos, não havendo concorrência entre eles.

4.6 - A não apresentação ou incorreção insanável de quaisquer documentos para tanto exigidos impossibilitará o credenciamento e, de consequência, impedirá a prática de qualquer ato inerente ao certame pela pessoa que não o obteve.

5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 - Cada licitante deverá apresentar dois conjuntos de documentos, a saber: de Proposta de Preços e de Habilitação.

5.2 - Os conjuntos de documentos relativos à Proposta de Preços e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, e identificados com a razão social da licitante, o número e o título do conteúdo ("Proposta de Preços" ou "Documentos de Habilitação"), na forma dos incisos I e II a seguir:

I - envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preços:

ENVELOPE Nº. 1 (PROPOSTA DE PREÇOS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/PMCS/2018

LICITANTE:

CNPJ:

II - envelope contendo os Documentos de Habilitação:

ENVELOPE Nº. 2 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/PMCS/2018

LICITANTE:

CNPJ:

5.3 - Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados: no original; ou por cópia com autenticação procedida por tabelião; por servidor designado pela Administração Municipal; ou ainda por publicação em Órgão da Imprensa Oficial (perfeitamente legíveis).

5.3.1 - Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preços e à habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

5.3.2 - Quaisquer documentos, necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

5.4 - Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos, apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

5.5 - Não poderão participar desta licitação e nem serão consideradas licitantes as empresas que entregarem os envelopes após o horário estabelecido.

6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº. 1)

6.1 - O envelope "Proposta de Preços" deverá conter a proposta de preços da licitante, que deverá atender aos seguintes requisitos:

6.1.1 - Ser apresentada em formulário próprio contendo, assinado por quem de direito, em 01 (uma) via, no idioma oficial do Brasil, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devidamente identificadas todas as folhas com o número de inscrição no CNPJ ou timbre impresso da empresa, constando os preços propostos expressos em Real (R\$), em algarismos arábicos, com até 02 (duas) casas decimais e devendo suas folhas serem rubricadas;

6.1.2 - Os preços propostos completos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de assistência técnica, manutenção, reposição de peças, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constantes da proposta;

6.1.3 - Preço unitário e total grafados em algarismos, e o preço global grafado em algarismos e por extenso, de acordo com o "modelo", ANEXO VII deste edital;

6.1.3.1 - Conter a marca do produto ofertado, conforme o caso, seguindo orientações nas especificações dos itens no ANEXO II, sob pena de desclassificação.

6.1.4 - Constar prazo de validade das condições propostas não inferior a 60 (sessenta) dias correntes, a contar da data de apresentação da proposta. Não havendo indicação expressa será considerado como tal;

6.1.5 - Indicar a razão social da empresa licitante, número de inscrição no CNPJ do estabelecimento da empresa que efetivamente irá prestar o objeto da licitação, endereço completo, dados bancários, telefone, fac-símile e endereço eletrônico ("e-mail"), este último se houver, para contato;

6.1.6 - A proposta poderá ser apresentada para todos os itens ou para tantos quantos sejam de conveniência da licitante, dentro dos quantitativos máximos previstos no ANEXO II deste edital.

6.1.6.1 – Apresentar, sem obrigação, junto a proposta, (disquete, CD, Pen Drive ou qualquer outro dispositivo eletrônico), extraído do sistema compras do município de Cocal do Sul, contendo os itens do edital, com formulação da proposta no sistema "Betha auto cotação", instruções no site www.betha.com.br

6.1.6.2 - Os arquivos para formulação da proposta no Sistema "Betha auto cotação" serão fornecidos pelo setor de compras do município de Cocal do Sul, perante solicitação do licitante, através do endereço eletrônico: licitacao@cocaldosul.sc.gov.br

6.1.6.3 - A proposta poderá ser impressa através do sistema auto cotação.

6.2 - Ocorrendo discrepância entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos. Ocorrendo discrepância entre o valor unitário e total para o objeto do Edital, será considerado o primeiro.

6.3 - Os preços propostos por escrito serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.4 - A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

6.5 - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

6.6 - A Proposta de Preços será considerada completa abrangendo todos os custos dos materiais necessários à entrega do objeto em perfeitas condições de uso.

6.7 - As propostas porventura sem data serão consideradas emitidas para o dia do vencimento desta licitação.

7 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº. 2)

7.1 - A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diversos quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz. O licitante deverá apresentar os documentos a seguir descritos em única via:

7.1.1 - Declaração expressa do proponente, sob as penas da Lei, da não ocorrência de fatos impeditivos para a sua habilitação neste certame, na forma do § 2º, do art. 32 da Lei 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.648/98, conforme modelo (anexo III).

7.1.2 - Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em atendimento ao preceito do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, de conformidade com a Lei nº 9.854/99, conforme modelo (anexo IV).

7.1.3 - Relativos à Habilitação Jurídica:

A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso consistirá em:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício; e,
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.4 - Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, que abrange inclusive as contribuições previdenciárias (INSS) previstas na Lei Federal nº 8.212/1991, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual mediante certidão emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda onde esta sediada a licitante ou outra equivalente na forma da Lei;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal mediante certidão emitida pela Fazenda do Município, do domicílio ou sede da licitante;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das Leis do Trabalho aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943. (incluído pela Lei nº 12.440 de 2011) (Vigência).

7.1.5 - Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica da licitante, emitida com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da data fixada para entrega dos documentos ou com prazo de validade expresso.

7.2 - Disposições Gerais da Habilitação

7.2.1 - A apresentação do Certificado de Cadastro de Fornecedores do Município de Cocal do Sul exige apenas a apresentação dos documentos dos itens 7.1.3, 7.1.4 e 7.1.5, os demais deverão ser apresentados.

7.2.1.1 - Caso não apresente o Certificado de Cadastro de Fornecedores do Município de Cocal do Sul, deverão ser apresentados todos os documentos listados.

7.2.1.2 - Todas as Certidões e Provas, inclusive as do Certificado de Fornecedores, devem ter validade na data prevista para o recebimento da documentação e das propostas.

7.2.2 - Serão feitas consulta ao serviço de verificação de autenticidade das Certidões emitidas pela Internet, ficando as proponentes dispensadas de autenticá-las. Caso a proponente não apresente algum documento emitido pela internet e este possa ser consultado no momento da sessão, estando regular, o proponente não será inabilitado.

7.2.3 - Na ocorrência de a documentação de habilitação que não pode ser verificada via internet não estar completa e correta e contrariar qualquer dispositivo deste Edital de Licitação e seus Anexos, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado.

7.2.4 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "comprovantes de solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

7.2.5 - Caso a licitante já tenha apresentado algum dos documentos exigidos no item 7 e subitens, em conformidade, no ato do credenciamento, não se faz necessário a sua apresentação no envelope "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO".

8 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DA HABILITAÇÃO

8.1 - A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação será pública, dirigida por um pregoeiro e realizada de acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, os Decretos nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, 3.693, de 20 de dezembro de 2000 e 3.784, de 06 de abril de 2001, Lei complementar 123/2006, em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário já determinado.

8.2 - A empresa que remeter os envelopes por meio postal, deverá obrigatoriamente anexar a Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, (conforme item 4.1.3), sendo que a falta desta observação desclassificará automaticamente a licitante.

8.1.2 - A Prefeitura Municipal de Cocal do Sul não se responsabilizará por extravios que por ventura venha a ocorrer, por meio de remeça postal.

8.3 - No dia, horário e locais indicados no preâmbulo do Edital, o Pregoeiro e a equipe de apoio reunir-se-ão em sala própria, na presença dos representantes de cada proponente participante, procedendo como adiante indicado:

8.3.1 - Realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, conforme Cláusula Quarta do presente Edital.

8.3.2 - A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se em ata o ocorrido.

8.4 - Abrir-se-ão os envelopes nº. 01 "PROPOSTA DE PREÇOS" das empresas que entregaram os envelopes até o dia e horário indicado apazado no Edital.

8.4.1 - O pregoeiro e a equipe de apoio rubricarão os documentos contidos no certame. O Pregoeiro procederá a verificação do conteúdo do envelope nº 01, em conformidade com as exigências contidas neste Edital.

8.4.2 - O Pregoeiro classificará a proponente que apresentar a proposta de Menor Preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à proposta de preço de menor valor, ou classificará as 03 (três) propostas de preços de menor valor apresentadas pelas proponentes, quando não ocorrer pelo menos 03 ofertas no intervalo de 10% (dez por cento).

8.4.3 - Às proponentes classificadas, conforme subitem 8.4.2, será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.

8.4.4 - A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente de preços.

8.4.5 - Fica a critério do Pregoeiro a fixação de parâmetros mínimos de valores sobre os lances verbais, podendo, inclusive, alterá-los no curso da sessão (estipulação de valores mínimos entre um lance e outro).

8.4.6 - O pregoeiro poderá fixar tempo máximo para que as licitantes calculem e ofereçam novos lances.

8.4.7 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.4.8 - A proponente que desistir de apresentar lance verbal quando convocado pelo Pregoeiro, será excluída da etapa de lances verbais, mantendo-se o último preço apresentado pela mesma, para efeito de ordenação das propostas.

8.4.9 - Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro fará a classificação provisória pela ordem crescente dos preços apresentados.

8.5 - Procedida a classificação provisória e verificado que o melhor preço foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro abrirá o seu envelope de habilitação, e caso a habilitação fiscal não estiver regular, o mesmo intimará a licitante para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, proceder a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.5.1 - Regularizada a habilitação fiscal pela licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a mesma será declarada vencedora do certame.

8.5.2 - Caso não ocorra a regularização da habilitação fiscal da licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no prazo concedido, a mesma será declarada excluída do certame, aplicando-se a penalidade de que trata o item 17 deste Edital, e retomando a licitação na forma do item 8.5 ou 8.6.

8.6 - Procedida a classificação provisória e verificado que o melhor preço/lance não foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro verificará o eventual empate legal das propostas, na forma do parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, para aplicação do disposto no art. 45 daquele Diploma Legal.

8.6.1 - Ocorrendo empate fictício, na forma da lei, o Pregoeiro procederá da seguinte forma:

a) a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da classificação provisória, situação em que, após a verificação da regularidade fiscal (na forma dos itens anteriores), será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma da letra "a" deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

d) O prazo para apresentação de nova proposta será de até 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de inovar em seu preço (art. 45, parágrafo 3º da LC 123/2006).

e) Na hipótese de não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da LC 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor

da proposta originalmente vencedora do certame.

f) Será assegurado, como critério inicial de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

8.7 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta da primeira classificada por item, lote ou global (conforme o caso), quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.7.1 - Será desclassificada a proponente que:

- a) deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;
- b) apresentar oferta de vantagem não prevista no Edital ou vantagem baseada nas propostas dos demais proponentes;
- c) apresentar preços com valor excessivo ou com preços manifestamente inexequíveis, comparados aos preços praticados no mercado da região.

8.7.2 - Para fins de aferição de inexequibilidade das propostas, o Pregoeiro determinará que a licitante deva fazer prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através da planilha pormenorizada com a devida comprovação (documentos, notas fiscais, recibos, etc...) que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado, na forma do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.7.3 - Sendo aceitável a proposta de menor preço por item, lote ou global (conforme o caso), será aberto o envelope contendo a Documentação de Habilitação da licitante vencedora, para confirmação das suas condições habilitatórias, com base nas exigências constantes neste Edital.

8.8 - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto definido neste Edital e seus Anexos.

8.9 - Será julgada inabilitada a proponente que:

- a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital,
- b) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal.

8.10 - Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/2006, o Pregoeiro adotará o seguinte procedimento quando a vencedora for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

- a) serão analisados os documentos não integrantes da regularidade fiscal, decidindo-se sobre o atendimento das exigências constantes do Edital, de forma que serão inabilitados os licitantes que apresentarem irregularidades em relação a estas exigências;
- b) serão analisados os documentos relativos à regularidade fiscal, declarando-se:

b.1) o atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação; ou

b.2) o desatendimento das exigências constantes do Edital com a suspensão do julgamento da habilitação fiscal em relação aquela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, proceder a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

8.10.1 - Ocorrendo a situação estabelecida no item b.2. acima, o licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte poderá se manifestar, na própria reunião, sob pena de decadência, sobre a desistência de sua proposta acaso não vislumbre a possibilidade de regularização da habilitação fiscal na forma da lei, isentando-se de eventual penalização em caso de ser declarada vencedora do certame.

8.11 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro declarará a vencedora, proporcionando a seguir, a oportunidade às licitantes para que se manifestem acerca da intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte das licitantes, registrando na Ata da Sessão, a síntese dos motivos para a futura impetração de recurso, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias consecutivos, após o término do prazo do recorrente para juntada de memoriais - razões de recursos do recorrente - art. 4º XVIII, da lei 10.520/2002, (03 dias consecutivos).

8.11.1 - A ausência da proponente ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á renúncia ao direito de recorrer.

8.12 - Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e a(s) licitante(s) presente(s).

8.13 - Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

8.14 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

8.15 - Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja retirada a nota de empenho e/ou assinado o contrato pela licitante vencedora. Após esse fato, ficarão por vinte dias correntes à disposição das licitantes interessadas. Findo esse prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

9 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS

9.1 - Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolando o pedido até cinco dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão.

9.1.1 - Em se tratando de licitante, o prazo para impugnação é de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

9.1.2 - A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

9.1.3 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, se necessário.

9.2 - Ao final da sessão, a proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese dos motivos, obrigando-se a juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. As razões e as contra razões de recurso deverão ser enviados aos cuidados do Pregoeiro.

9.2.1 - A falta de manifestação imediata e motivada na sessão do Pregão Presencial, bem como a não entrega das razões de recurso importará na preclusão do direito de recurso.

9.2.2 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pela proponente.

9.2.3 - Não serão reconhecidas as impugnações e recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

9.3 - Os recursos e contra-razões de recurso, bem como impugnação do Edital, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro do Município de Cocal do Sul, em dias úteis, no horário de expediente, das 07h30min às 12h00min e das 13h às 16h30min, a qual deverá receber, examinar e submetê-lo à Autoridade competente que decidirá sobre a pertinência.

9.4 - É vedada a licitante a utilização de recurso ou impugnação como expediente protelatório ou que vise a tumultuar o procedimento da Licitação. Identificado tal comportamento poderá o Pregoeiro, ou se for o caso, a Autoridade Superior, arquivar sumariamente os expedientes.

9.5 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6 - Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no setor de licitações, Avenida Dr. Polidoro Santiago, 519 - Cocal do Sul - SC.

9.7 - Não serão conhecidos os recursos interpostos após o encerramento da sessão, nem serão recebidas as petições de contra-razões intempestivamente apresentadas.

10 - DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 - Em não sendo interposto recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e encaminhar o processo à Autoridade competente para a sua homologação.

10.2 - Caso haja recurso, a adjudicação do objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e a homologação do processo efetuada pela Autoridade competente, somente após apreciação pelo pregoeiro sobre o mesmo.

11 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS / DA CONTRATAÇÃO

11.1 - Após a autoridade competente homologar o resultado da licitação, o adjudicatário será convocado para assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto ao Município de Cocal do Sul.

11.2 - A Ata de Registro de Preços, será formalizada com o fornecedor primeiro classificado e, ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada, de conformidade com o disposto no artigo 6º, parágrafo único do Decreto Municipal nº. 142/2013.

11.3 - No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, o Município, registrará os demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o valor do primeiro colocado, ou a critério da Administração, registrar o valor cotado pelos demais licitantes de conformidade com o disposto no artigo 6º, parágrafo único do Decreto Municipal nº. 142/2013.

11.4 - O licitante vencedor por item deverá manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação que lhe foram exigidas nesta licitação.

11.5 - A recusa injustificada do licitante 1º colocado em atender o disposto no item 11.1, dentro do prazo estabelecido, sujeitará o licitante à aplicação da penalidade de suspensão temporária pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos.

11.6 - A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, considerando-se o disposto no parágrafo 4º do artigo 15 da Lei nº. 8.666/93 e alterações e no artigo 7º do Decreto Municipal nº. 142/2013.

11.7 - A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão instrumento de contrato ou nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

12 - DAS ALTERAÇÕES E VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

12.1.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.2 - O fornecedor poderá ter seu registro cancelado, de acordo com disposto no artigo 13 do Decreto Municipal 142/2013.

12.3 - O prazo de validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

13 - DA FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

13.1 - As formas de pagamento e de reajuste são as descritas nas respectivas cláusulas da Ata de Registro de Preços (Anexo I) que independentemente de transcrição faz parte integrante deste Edital.

14 - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

14.1 - O prazo e condições de entrega são as descritas nas respectivas cláusulas da Ata de Registro de Preços (Anexo I) que independentemente de transcrição faz parte integrante deste Edital.

15 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 - A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou documento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

15.2 - Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega dos produtos no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

15.3 - Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

15.4 - No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

15.5 - No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

15.6 - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

16 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

16.1 - Sistema de Registro de Preços – SRP: conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens e produtos para contratações futuras;

16.2 - Ata de Registro de Preços: documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

16.3 - Órgão Gestor: órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente;

16.4 - Órgão Participante: órgão ou entidade que participe dos procedimentos iniciais do SRP e integra a Ata de Registro de Preços;

16.5 - Classificado, Detentor ou Beneficiário do Registro de Preços: licitante que, respeitando a ordem de classificação das propostas e após a assinatura da Ata de Registro de Preços, encontra-se apto a fornecer os produtos objeto desta licitação.

17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, atendidos o interesse público e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.

17.2 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão.

17.3 - É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

17.4 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

17.5 - A adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e a homologação do certame não implicarão direito à contratação.

17.6 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

17.7- O Prefeito Municipal de Cocal do Sul/SC poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei nº.8.666/93.

17.8 - No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.9 - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

17.10 - Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Urussanga - SC.

17.11 - Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido.

17.12 - Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes nas Leis citadas no preâmbulo deste Edital.

17.13 - Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I - Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo II - Planilha com especificações técnicas e orçamentárias;

Anexo III - Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação;

Anexo IV- Declaração de cumprimento do Disposto No Inciso XXXIII Do Art. 7º Da Constituição Federal;

Anexo V - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

Anexo VI - Modelo de Credenciamento;

Anexo VII – Modelo de Proposta de Preço.

17.14 - Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relativos a esta licitação, poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul no Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, sito a Avenida Polidoro Santiago, 519, no horário das 07h30min às 13h00min, ou pelo telefone: (0**48) 3444 6006, fax: (0**48) 3444 6022, ou pelo e-mail: licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

PAÇO MUNICIPAL JARVIS GAIDZINSKI, 11 de maio de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

PREFEITO MUNICIPAL

Este Edital se encontra devidamente

examinado e aprovado por
esta Assessoria Jurídica.

Em ____/____/____

Rafael Uggioni Colombo
OAB/SC 24206

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 221/PMCS/2018

ANEXO I - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº .../...

O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, com sede na Avenida Dr. Polidoro Santiago, 519 - Cocal do Sul - SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o Nº 95.778.056/0001-88, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, neste ato representado pelo Sr. ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 425.947, expedida pelo SSP de SC, e inscrito no CPF sob o nº 343.081.649-15, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxx CNPJ/MF nº xxxxxxxxxxxxxxxx estabelecida na xxxxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxx, doravante denominada DETENTORA DA ATA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 142/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 40/PMCS/2018, para Registro de preços de equipamentos eletrônicos, elétricos e de informática, segundo as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para o Registro de preços de equipamentos de informática, para aquisições futuras, no atendimento ao Município de Cocal do Sul, de acordo com as especificações a seguir.

2. Sendo o regime de execução do contrato por fornecimento e o quantitativo informado mera estimativa do consumo para 12 meses, a aquisição dos materiais será realizada de acordo com as necessidades da Prefeitura, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente fornecidos.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os valores unitários dos materiais registrados nesta ata são os constantes na planilha abaixo.

1.2. Os preços registrados são absolutamente líquidos, compreendendo as despesas concernentes a impostos, taxas, serviços de entrega, carga, descarga, frete/transporte, e demais tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o preço final do produto. (Inserir Planilha)

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Entregar os materiais de forma parcelada, conforme solicitação do DEPARTAMENTO DE COMPRAS, e deverão ser entregues em até 10 (dez) dias, contados da data de recebimento da ordem de fornecimento, pôr conta e risco da DETENTORA DA ATA, em locais indicados na ordem de fornecimento, sempre no território do município de Cocal do Sul, em perfeito estado de conservação, em horário a ser estabelecido, conforme o produto, através do Departamento de Compras.

2. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente da CONTRATANTE, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento.

3. Todos os produtos rejeitados deverão ser pronta e imediatamente substituídos pela CONTRATADA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

4. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos registrados.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e art. 12 do Decreto Municipal 142/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, através de depósito em conta bancária ou fatura com código de barras, e mediante apresentação das Notas Fiscais/ Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos produtos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado nesta ata, no edital e seus anexos.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável do órgão competente de cada ENTIDADE PARTICIPANTE, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na nota fiscal deverá constar, necessariamente, o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Cocal do Sul-SC, postergando-se,

em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

2. A CONTRATADA deverá exibir nas datas de liquidação, obrigatoriamente, o recolhimento relativos a Seguridade Social (CND do INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS do FGTS), devidamente atualizados, sob pena do órgão competente do CONTRATANTE sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos subsequentes, sustação essa que só será liberada mediante apresentação dos mesmos. A CONTRATADA com sede no Município de Cocal do Sul-SC também deverá apresentar Certidão Negativa de Débito Municipal e ainda, comprovante de recolhimento do ISS, sob pena de retenção.

2.1. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3. A CONTRATADA não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora da ata enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta/lances;

2.5. Fornecer os produtos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou documento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega dos produtos no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data apazada.

3. Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

CLAUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem

justificativa aceitável;

- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;
2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.
3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.
4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.
5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos produtos, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.
 - 1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.
 - 1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata de Registro de Preços, Edital de Pregão Presencial 40/PMCS/2018, seus anexos e a proposta/lance da Detentora desta ata.
2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 142/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

1. As partes elegem o Foro da Comarca de Urussanga/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que for, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da presente ata.
2. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprir fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski,....de de 2018.

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Prefeito Municipal Detentora da Ata

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 221/PMCS/2018

ANEXO II - PLANILHA COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E ORÇAMENTÁRIAS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD TOTAL	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO R\$	PREÇO TOTAL MÁXIMO R\$
1	<p>Notebook Tipo I - Especificações mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Processador Core i5. - Tela de LED no mínimo 15" (polegadas) - Memória de 8GB RAM DDR4 - Disco Rígido de 1TB - Wireless 802.1b/g/n - Mínimo 03 entradas USB - 01 (uma) saída VGA (monitor externo) - Entrada para cartão de memória - Entrada para fone de ouvido - Saída HDMI (High definition multimedia interface) alta definição - Sistema operacional: Windows 10 Versão Profissional (Home) 64Bits <p>Conteúdo da embalagem: 01 (um) notebook, bateria, carregador e manual. Garantia de no mínimo um ano.</p> <p>UNIFORMIZAÇÃO DO LOTE: Os equipamentos devem ser entregues com os mesmos componentes, isto é, não pode haver dois equipamentos com configurações distintas.</p> <p>Constar marca e modelo.</p>	Unidade	14	2.706,66	37.893,24
2	<p>Notebook Tipo II - Especificações mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Processador Core i3. - Tela de LED no mínimo 15" (polegadas) - Memória de 4GB RAM DDR4 - Disco Rígido de 500GB - Wireless 802.1b/g/n - Mínimo 03 entradas USB - 01 (uma) saída VGA (monitor externo) - Entrada para cartão de memória - Entrada para fone de ouvido - Saída HDMI (High definition multimedia interface) alta definição - Sistema operacional: Windows 10 Versão Profissional (Home) 64Bits <p>Conteúdo da embalagem: 01 (um) notebook, bateria, carregador e manual. Garantia de no mínimo um ano.</p> <p>UNIFORMIZAÇÃO DO LOTE: Os equipamentos devem ser entregues com os mesmos componentes, isto é, não pode haver dois equipamentos com configurações distintas.</p> <p>Constar marca e modelo.</p>	Unidade	06	2.179,66	13.077,96
3	<p>Gravador CD e DVD portátil - Especificações mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Leitor e Gravador de CD/DVD, CD-RW e DVD-RW; - USB 2.0 (compatível com USB 1.1); - Alimentação via USB (não requer fonte externa de alimentação); - Tipo: Portátil Slim; - Plug & Play; - Cor: Preto; - Dimensões aproximadas: 135 x 137 x 14 mm; - Velocidade de Gravação: CD 24X Max / DVD 8X Max; - Velocidade de Leitura: CD 24X Max / DVD 8X Max; - Buffer: 2MB; 	Unidade	10	128,63	1.286,30

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 221/PMCS/2018

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

"M O D E L O"

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
CNPJ
ENDEREÇO



DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

Para fins de participação no Edital de Pregão Presencial nº 40/PMCS/2018, declaramos para todos os fins de direito, que a nossa empresa não foi declarada inidônea e nem está suspensa em nenhum órgão público, Federal, Estadual ou Municipal, nos termos do Artigo 32 - Parágrafo 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.648/98

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, ____ de _____ de 2018.

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa licitante.

	PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 221/PMCS/2018
--	--

ANEXO IV- DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

"M O D E L O"

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

CNPJ

ENDEREÇO

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Para fins de participação, no Edital de Pregão Presencial Nº 40/PMCS/2018, em cumprimento com o que determina o Art. 27, inciso V, da Lei 8.666/93, declaramos para todos os fins de direito, que a nossa empresa não possui empregados menores de dezoito anos em jornada noturna, ou em locais insalubres ou perigosos; não possui em seus quadros empregados menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, ____ de _____ de 2018.

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa proponente.

	PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 221/PMCS/2018
--	--

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**DECLARAÇÃO**

(Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação)

Prezados Senhores,

Empresa: _____, inscrito no CGC/CNPJ nº _____
_____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____
_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____,

DECLARA, para fins do disposto no item 5.1 do Capítulo V do Edital de Pregão Presencial Nº 40/PMCS/2018, que Atende Plenamente aos Requisitos de Habilitação, conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Datado aos ____ dias de _____ de 2018.

Assinatura, Nome, Cargo e Função
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

	PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 221/PMCS/2018
--	--

ANEXO VI - MODELO DE CREDENCIAMENTO

Credenciamento

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF sob nº _____, a participar da Licitação instaurada pelo Município de Cocal do Sul, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, nº 40/PMCS/2018, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, inscrita sob o CNPJ nº _____ bem como formular propostas/lances verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de _____ de 2018.

Carimbo e assinatura do credenciante.

	PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 221/PMCS/2018
--	--

ANEXO VII – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROPOSTA DE PREÇOS

Apresentamos e submetemos a apreciação de Vossas Senhorias nossa proposta de preços, acatando todas as estipulações consignadas no edital de licitação Pregão Presencial nº 40/PMCS/2018 e seus anexos, conforme abaixo:

DADOS DA EMPRESA
Razão Social:
CNPJ:
Endereço:
CIDADE: Bairro:
Estado: CEP:
Fone: Fax:
E-Mail: Contato:
DADOS BANCÁRIOS
Banco: Conta corrente:
Cidade:
Titular da Conta Corrente: CNPJ:
RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO
Nome:
Estado Civil:
Nacionalidade:
CPF: RG:
Cargo: Telefone:

Nº item	Especificação do material/serviço	Fabricante/ Marca/ Modelo	Quant.	UNID	P. unitário R\$	Preço total R\$
01	(Descrição do material/serviço ofertado)					
02	...					
...	...					

Valor Global Total : R\$ XXXXXX (xx)

Complementação:

1) Nos preços propostos já estão incluídas todas as despesas com frete/transporte, seguro, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, deslocamentos de pessoal, materiais e equipamentos necessários para fornecimento / entrega e instalação do equipamento, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto contratado.

VALIDADE DA PROPOSTA: _____(no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data-limite para a entrega das propostas).

LOCAL e DATA:

NOME – CPF E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE DA EMPRESA

ATA01PREGÃO040/2018 PMCS

Publicação Nº 1656602

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL COCAL DO SUL CNPJ: 95.778.056/0001-88 Telefone: (48) 3444-6000 Endereço: Avenida Polidoro Santiago, 88 - Centro CEP: 88845-000	Pregão presencial 40/2018
	Número Processo: 221/2018 Data do Processo: 11/05/2018

OBJETO DO PROCESSO

REGISTRO DE PREÇOS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO AO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nº 1/2018

No dia 24/05/2018 às 02:30 horas, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto Nº 3/2018, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório Nº 221/2018 na modalidade de Pregão presencial. Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

PARECER DA COMISSÃO

Iniciado o trabalho referente a este processo de licitação às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e dezoito, efetuado o credenciamento, verificou-se que os licitantes: 1) DAT INFORMATICA LTDA, representado por LAUDENIR JEREMIAS, foi credenciado, 2) FERNANDO BETTIOL LOPES 05232983903, representado por FERNANDO BETTIOL LOPES, foi credenciado, 3) DOUGLAS CARDOSO DE LIMA ME, representado por RENAN SARTOR PIETSCH, foi credenciado, 4) ANITÁPOLIS INFORMÁTICA COMERCIO DE COMPUTADORES LTDA ME, representado por JACKSON SAIBERT, foi credenciado e 5) PAGNAN INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA ME, representado por MAICON PAGNAN, foi credenciado. 6) VERTIGO INFORMÁTICA LTDA - ME, representado por DIOVANI FAVERI DO CARMO, foi credenciado. 7) GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP, representado por SANDRO PIETSCH, foi credenciado. 8) ANGELO DEMO - ME, representado por LEONARDO DA SILVA DONEIRE, foi credenciado. 9) HAYA INFORMATICA LTDA - EPP, representado por ELIOMAR CARLOS CARDOSO, foi credenciado. Aberto os envelopes com as propostas de preço verificou-se que: os licitantes estavam de acordo com o edital e foram classificados conforme item 8 do edital. Após a negociação, verificou-se que os itens foram considerados em conformidade com o valor máximo estabelecido no edital e encerrou-se esta etapa. Abriu-se então o envelope de habilitação dos vencedores, onde se verificou que: os licitantes estavam de acordo com o exigido no edital e foram habilitados. Esta ata vai assinada pelo pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos demais presentes.

Participante: ANGELO DEMO - ME

Item	Especificação	Qtd.	Unidad	Marca	Valor Unitário	Valor Total
3	GRAVADOR DE CD E DVD PORTÁTIL, CONFORME EDITAL	10,000	UN	Liteon Slim	96,00	960,00
Total do Participante:						960,00

Participante: DOUGLAS CARDOSO DE LIMA ME

Item	Especificação	Qtd.	Unidad	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	NOTEBOOK TIPO I, CONFORME EDITAL	14,000	UN	ACER A5-515	2.541,00	35.574,00
Total do Participante:						35.574,00

Participante: GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP

Item	Especificação	Qtd.	Unidad	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	NOTEBOOK TIPO II, CONFORME EDITAL	6,000	UN	Lenovo	1.989,00	11.934,00
Total do Participante:						11.934,00

Total Geral: 48.468,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Cocal do Sul, 24/05/2018

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

FABIANO BOLSONI FRANCISCO
 PREGOEIRO

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

JESSICA MAFIOLETTI

PREGOEIRO

MARCUS VINICIUS DO LIVRAMENTO

MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

LEONARDO DA SILVA DONEIRE

(ANGELO DEMO - ME)

JACKSON SAIBERT

(ANITÁPOLIS INFORMÁTICA COMERCIO DE COMPUTADORES LTDA ME)

LAUDENIR JEREMIAS

(DAT INFORMATICA LTDA)

RENAN SARTOR PIETSCH

(DOUGLAS CARDOSO DE LIMA ME)

FERNANDO BETTIOL LOPES

(FERNANDO BETTIOL LOPES 05232983903)

SANDRO PIETSCH

(GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP)

ELIOMAR CARLOS CARDOSO

(HAYA INFORMATICA LTDA - EPP)

MAICON PAGNAN

(PAGNAN INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA ME)

DIOVANI FAVERI DO CARMO

(VERTIGO INFORMÁTICA LTDA - ME)

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2018 – PMC

Publicação Nº 1657016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2018 – PMC

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios (bolo, pães franceses e frutas), bebidas em geral, descartáveis e materiais diversos (troféus, bonés, aventais, chapéus), visando à comemoração dos 84 anos de emancipação política-administrativa do Município de Concórdia, autorizadas pela Lei Municipal 3.639/2005 e concurso gastronômico a ser realizado durante a FENAL - Festa Nacional do Leitão Assado, autorizada pela Lei Municipal 3.999/2008, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 02/07/2018.

Abertura: dia 03/07/2018 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 18 de junho de 2018.

WAGNER ISIDORO SIMIONI
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

COMUNICAÇÃO DE DEFERIMENTO PARCIAL DE RECURSO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2018 – PMC

Publicação Nº 1657413

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
PREGÃO PRESENCIAL 61/2018 – PMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnico-especializados continuados, de cuidadores e psicólogos, visando ao atendimento, auxílio e orientação de crianças e adolescentes, acolhidos no Abrigo Provisório Anjo Gabriel e em atendimento à demanda de famílias em situação de vulnerabilidade temporária, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

COMUNICAÇÃO DE DEFERIMENTO PARCIAL DE RECURSO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna público que na data de 18/06/2018 o recurso interposto pela licitante: VEJA SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI foi julgado PARCIALMENTE PROCEDENTE, através do qual fica declarada desclassificada a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. Desta forma, ficam convocadas as empresas a comparecerem na data de 20 de junho de 2018, às 14 horas, para abertura do Envelope 02 – Documentação de Habilitação, da empresa VEJA SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI na Sala de Licitação. Fica a disposição das licitantes, se tiverem interesse na consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto à Diretoria de Compras.

Concórdia, SC, 18 de junho de 2018.

CRISTIANE SILVEIRA CASADO
Pregoeira

CONVOCAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2018 – PMC OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Publicação Nº 1657050

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2018 – PMC

CONVOCAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria em engenharia geotécnica e elaboração de anteprojeto de contenção de taludes, a serem realizados no Município de Concórdia, de acordo com o Anexo "A" do Edital.

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Concórdia avisa aos participantes e demais interessados da licitação, que no dia 21 de junho de 2018, às 15 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, ocorrerá a divulgação dos resultados da classificação das propostas técnicas conforme determina o item 9.2.5.5 do edital.

Concórdia, SC, 18 de junho de 2018.

CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente da CPL

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 5/2018 – FMS

Publicação Nº 1657043

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2018 – FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2018 – FMS
ATA RP Nº 20/2018 – FMS

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA, vem por meio desta, CONVOCAR o representante legal da empresa ALEXANDRE SILVESTRI ECKER ME, inscrita CNPJ sob nº 23.106.328/0001-92, com sede Rua Pinheiros, 167, Bairro Palmital, Chapecó/SC, CEP 89.812-260, para encaminhar OU comparecer à Diretoria de Compras, situada à Rua Leonel Mosele, 62, Centro, CEP 89.700-176, para assinatura do Primeiro Termo Aditivo a Ata RP nº 20/2018, originado através do Pregão Presencial nº 5/2018 – FMS.

O não comparecimento dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, conforme previsto no artigo 64 da Lei Federal nº 8.666/1993 acarretará na aplicação das penas prevista na Cláusula Oitava do Termo inicial.

Concórdia, SC, 18 de Junho de 2018.

GEOVANI BEDIN
Gestor do FMS, em exercício

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 6/2018 – FMC

Publicação Nº 1657013

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 6/2018

Objeto: A Fundação Municipal de Cultura, estabelecida neste Município de Concórdia, SC, Rua Abramo Eberle, 322, Centro, através de seu Diretor Superintendente, senhor Júlio Gomes, comunica a todos os interessados que estão abertas as inscrições para credenciamento de músicos individuais e/ou bandas/conjuntos musicais locais para apresentação no "Festival Food Truck da FENAL" a ser realizado no dia 04 de agosto de 2018 no Parque Municipal de Exposições, neste Município, evento que precederá a Festa Nacional do Leitão Assado – FENAL 2018. Credenciamento: A partir de 19/06/2018 até 16/07/2018.

Informações complementares: Quaisquer dúvidas que pairarem sobre esse Edital poderão ser esclarecidas junto à Fundação Municipal de Cultura, sito a Rua Abramo Eberle nº 322, Concórdia SC, ou através do telefone nº (49) 3444 7781, 3442 3930 ou 3442 3248, em horário de expediente das 8h às 11h30 e das 13h30 às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriado ou e-mail cultura@concordia.sc.gov.br ou culturaadministrativo@concordia.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 18 de junho de 2018.

JÚLIO GOMES

Diretor-Superintendente da FMC

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 1/2018**

Publicação Nº 1656609

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA – SC
EXTRATO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2018
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

ENQUADRAMENTO LEGAL DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Art. 26, II, da Lei nº 8.666/93.

OBJETO: Licença de uso de sistema de Recursos Humanos.

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.33904001

DATA DE ASSINATURA: 18 de junho de 2018.

VALOR: R\$ 4.765,00 (quatro mil, setecentos e sessenta e cinco reais).

DATA DE VENCIMENTO: 31 de dezembro de 2019.

FORO: Comarca de Concórdia SC

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 2/2018

Publicação Nº 1656612

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA – SC
EXTRATO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2018
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

ENQUADRAMENTO LEGAL DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Art. 26, II, da Lei nº 8.666/93.

OBJETO: Licença de uso de sistema de Gestão do eSocial.

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.0101.01.031.0001.2001.33904001

DATA DE ASSINATURA: 18 de junho de 2018.

VALOR: R\$ 4.059,00 (quatro mil e cinquenta e nove reais).

DATA DE VENCIMENTO: 31 de dezembro de 2019.

FORO: Comarca de Concórdia SC

Coronel Freitas

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA PARA OBRAS N° 01/2018

Publicação N° 1657092

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Concorrência para obras N° 01/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR EMPREITADA GLOBAL PARA REFORMA/IMPLANTAÇÃO DE ALAMBRADOS DO CAMPO MUNICIPAL OURO VERDE, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA E ORÇAMENTO.

Tipo: Menor Preço Global.

Entrega dos envelopes: até as 08:30 horas do dia 23/07/2018

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 23/07/2018

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:00 às 11:30 e das 13:00 até às 17:00 ou pelo fone 3347.3421.

Coronel Freitas (SC) 18 de junho de 2018

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 713/2018

Publicação Nº 1656594

LEI Nº 713 DE 15 DE JUNHO DE 2018.

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a participar da campanha “Sua Nota Vale Prêmios”, juntamente com a Associação Empresarial de Coronel Martins (AECM), e dá outras providências”.

FABIANO JOTON, Prefeito Municipal em exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o art. 94, inciso I da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei: Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a participar da campanha “Sua Nota Vale Prêmios”, que será executada pela Associação Empresarial de Coronel Martins (AECM), inscrita no CNPJ sob n. 22.529.139/0001-60, mediante a aquisição de prêmios que serão sorteados por cupons específicos, até o limite de R\$ 5.000,00 (CINCO MIL).

Parágrafo único. O programa de que trata o “caput” deste artigo tem por objetivo:

a) otimizar e contribuir para o aumento da arrecadação tributária própria do município, em especial o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Taxa de Licença para Localização e Funcionamento ou Exercício de Atividades (Alvará de Licença) e Taxa Alvará Sanitário;

b) aumentar o índice de participação do município no produto da arrecadação do ICMS; e

c) contribuir com o cumprimento do Termo de Cooperação Técnica N. 001/2017/MP, firmado pelo município de Coronel Martins e o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, em 17 de janeiro de 2017, através da conscientização da população em exigir emissão de Notas Fiscais.

Art. 2º. A Associação Empresarial de Coronel Martins (AECM) do Município de Coronel Martins deverá participar com prêmios que totalizem o mínimo do valor que o município desembolsar, devendo comprovar documentalmente ao final do programa.

Art. 3º. Participarão dos sorteios todos os consumidores que adquirirem bens duráveis ou de consumo e serviços no comércio local, mediante apresentação da Nota Fiscal, preenchimento dos cupons recebidos e depósito em urna ou local próprio.

Art. 4º. Para obtenção do cupom para participar do sorteio será exigido a apresentação de cupons fiscais (tickets de compras) de máquinas registradoras, autorizadas pela fiscalização do ICMS, ou Notas Fiscais emitidas a partir da aprovação do presente projeto de lei, todas oriundas do comércio e prestadores de serviços do Município de Coronel Martins, exceto notas fiscais de pessoa jurídica para pessoa jurídica.

Art. 5º. Os cupons serão confeccionados pela AECM com subsídio de 50% do custo pelo Município, onde deverão constar as informações mínimas necessárias, vigência do programa, Brasão do Município e Logo da AECM dentre outras informações que serão regulamentadas por Decreto.

Art. 6º. Para dar cobertura as despesas deste programa serão utilizadas dotações do orçamento vigente, especificamente:

07.01. - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Atividade: 22.661.2201.2.019 Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social.

Elemento: 90-3.3.90.00.00.00.0001-00 Aplicações Diretas

Art. 7º. Todos os casos omissos à presente Lei, bem como procedimentos específicos de execução, serão regulamentados por Decreto do Poder Executivo Municipal, visando a melhor aplicação da mesma.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins/SC,

em 15 de junho de 2018.

FABIANO JOTON

Prefeito Municipal em exercício

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Secretario Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

Corupá

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N°046/18 MUDAS DE FLORES

Publicação N° 1656596

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2018

REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MUDAS DE FLORES DA ESTAÇÃO PARA USO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ – SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência e Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 19/06/2018 às 09h00min do dia 29/06/2018.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 29/06/2018.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 13h30minh às 16h30min

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 18 de junho de 2018

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Cunha Porã

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO 37/2018

Publicação N° 1653484

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 37/2018 - O Município de Cunha Porã- SC, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Processo Licitatório n° 0878/2018, na modalidade Pregão Presencial n° 37/2018, no Sistema de Registro de Preços, com julgamento menor preço por item, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, COPA E COZINHA. Os envelopes serão recebidos até dia 29/06/2018, às 08h00min. e a abertura será realizada às 08h15min. do mesmo dia, na sala do Departamento de Licitações, sito à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, Município de Cunha Porã. Informações e edital no Depto de Compras e Licitações. Cunha Porã/SC, em 19/06/2018. JAIRO RIVELINO EBELING - Prefeito Municipal.

Cunhataí

PREFEITURA

DECRETO Nº 048/2018

Publicação Nº 1657612

DECRETO Nº 048/2018, DE 19 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com Artigo 5º, § 1º, Inciso II da Lei Municipal n.º 898 de 27 de Novembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam abertos Créditos Adicionais Suplementares no orçamento da Entidade n.º 01 – MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, no valor de R\$ - \$ 148.491,95(Oitenta Mil Reais), nas seguintes dotações:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE		6
Unidade	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		1
Função	Saneamento		17
Sub-função	Saneamento Básico Rural		511
Programa	INCENTIVO E ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA		15
Atividade	Construção e/ou Ampliação de Rede de Abastecimento de Água		1.036
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
4.4.90.00	Aplicação Direta	03.000.000000- (143)	25.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL		2
Unidade	COORDENADORIA DE GESTÃO EM ADM E PLANEJAMENTO		2
Função	Administração		4
Sub-função	Administração Geral		122
Programa	ADMINISTRAÇÃO GERAL		1
Atividade	Manutenção das Ações da Administração Geral		2.001
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	03.000.000000- (151)	15.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER		4
Unidade	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		1
Função	Educação		12
Sub-função	Educação Infantil		365
Programa	EDUCAÇÃO PARA TODOS		6
Atividade	Manutenção das Ações do Ensino Infantil		2.010
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	03.001.000000- (152)	15.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER		4
Unidade	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		1
Função	Educação		12
Sub-função	Educação Fundamental		361
Programa	EDUCAÇÃO PARA TODOS		6
Atividade	Manutenção das Ações do Ensino Fundamental		2.011
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	03.001.000000- (153)	15.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO		7
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1
Função	Assistência Social		8
Sub-função	Assistência Comunitária		244
Programa	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		11
Atividade	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS		2.059
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	03.000.000000- (154)	10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Geral do exercício de 2017, na Destinação de Recurso Superávit Financeiro de recursos S.F. Recursos Ordinários DR n.º 03.00 no valor de R\$ 50.000,00(Cinquenta Mil Reais) e na Destinação de Recurso Superávit Financeiro de recursos S.F. Rec. de Imp. e Transf. Impostos - EducaçãoDR n.º 03.01 no valor de R\$ 30.000,00.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 19 de junho de 2018.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

Publique-se e Registre-se

LUCIARA CRISTINA SCHNEIDER

Coordenadora de Gestão em Administração e Planejamento

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 130/2018

Publicação Nº 1657556

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 130/2018

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DIVISÓRIAS COM VIDROS E PORTAS E MAO DE OBRA DE INSTALAÇÃO, PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO E SUAS SECRETARIAS. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 02/07/2018, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 02/07/2018, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 13 de Junho de 2018.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2018

Publicação Nº 1656951

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2018

REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre o Fundo Municipal de Educação de Curitibanos e a empresa MANOELA MENEGAZZO, com o valor total de R\$ 2.700,00 (Dois mil e setecentos reais).

RESUMO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA NUTRICIONISTA MANOELA MENEGAZZO, PARA MINISTRAR CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA TODAS AS COZINHEIRAS E SERVENTES MERENDEIRAS DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS, NO DIA 19/07/2018, COM DURAÇÃO DE 6 HORAS. EM CONFORMIDADE COM O ERT. 25, INCISO II DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTOS EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 25 – É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II – “para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25, inciso II da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 15 de junho de 2018.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto

Presidente da Comissão Membro

Daniele C. P. da Silva Cristiano França Pereira Roberto Carlos da Silva

Membro Membro Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente inexigibilidade cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações de acordo com o Art. 25 o inciso II dou como aprovada.

Curitibanos, 15 de junho de 2018.

Hérion Adalberto Rech

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 15 de junho de 2018.

Kleberson Luciano Lima

Presidente do Fundo

Descanso

PREFEITURA

DECRETO 912/2018 - SF ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 73.008,87 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1657248

DECRETO Nº 912/2018-SF, de 15 de junho de 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 73.008,87 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1615/2018, de 15 de junho de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 73.008,87 (setenta e três mil, oito reais e oitenta e sete centavos), para reforço da dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão:	12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	12.22	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Ativ.	10.301.0037.2.059	Manut.Ativ.de Assistência Farmacêutica Básica
3.3.90.00.00.00.00.0707	Aplicações Diretas (57)	73.008,87

Art. 2º Servirá de recursos para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, o excesso de arrecadação apurado na seguinte rubrica orçamentária:

4.1.7.1.8.03.1.1.17.00.00 – 707	APOIO FINANC EXTR-PORT.GM 748 DE 27/03/2018	73.008,87
---------------------------------	---	-----------

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar constante deste Decreto, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1536/2017, da LDO 2018 - Lei Municipal nº 1560/2017 e da LOA 2018 – Lei Municipal nº 1576/2017, serão alterados na importância correspondente, no valor de R\$ 73.008,87 (setenta e três mil, oito reais e oitenta e sete centavos)

Art. 4º - A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pelo presente Decreto.

Art. 5º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 15 de junho de 2018

Sadi Inácio Bonamigo Prefeito Municipal	Cléber Luiz Rech Gestor - FMS
--	----------------------------------

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Eduarda A. Busnello

Chefe da Divisão de Pessoal - RH

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2018, AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E OUTROS, PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE.

Publicação Nº 1657606

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DESCANSO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2018

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza e outros, para uso nas Unidades Básicas de Saúde, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08:00 horas do dia 29/06/2018, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 08:00 horas do mesmo dia. A íntegra do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 19 de Junho de 2018.

Cleber Luiz Rech
Gestor do FMS

Dionisio Cerqueira

PREFEITURA

EXTRATO DISPENSA 75/2018 - PMDC

Publicação Nº 1657403

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 75/18
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/18
HOMOLOGAÇÃO: 15/06/18
CONTRATADO: CARAVAGGIO TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR EM CARATER EMERGENCIAL, PARA UM PERÍODO DE 22 DIAS LETIVOS, REFERENTE A LINHA 03.
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.702,00 (nove mil setecentos e dois reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.
DATA: 15/06/18 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES - Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO 29/2018 - FMS

Publicação Nº 1657387

MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SAMU
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2018
O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 29/2018, Edital de Pregão Nº 29/2018, Objeto: AQUISIÇÃO DE VESTIMENTAS (COTURNOS, MACACÃO, CALÇAS, GANDOLAS, CAMISETAS E JAQUETAS), PARA SUPRIR A DEMANDA JUNTO AOS AGENTES DA UNIDADE SAMU DE DIONISIO CERQUEIRA – SC. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 29/06/2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

TOMADA DE PREÇO Nº 27-2018 - HOMOLOGAÇÃO - PMDC

Publicação Nº 1656736

TOMADA DE PREÇO Nº 27/18
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/18
HOMOLOGAÇÃO: 30/05/18
CONTRATADO: MSK2 PUBLICIDADES LTDA - ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE PROPAGANDA PARA O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, CONFORME ESTABELECE A LEI Nº 12.232, DE 29 DE ABRIL DE 2010.
VALOR DA DESPESA: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)
DATA: 18/06/18 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES - Prefeito Municipal.

TOMADA DE PREÇO Nº 27-2018 - CONTRATOS - PMDC

Publicação Nº 1656781

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 072-2018 PMDC
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada.: MSK2 PUBLICIDADES LTDA - ME
Valor : 100.000,00 (cem mil reais)
Vigência : Início: 15/06/2018 Término: 14/06/2019
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 27/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE PROPAGANDA PARA O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, CONFORME ESTABELECE A LEI Nº 12.232, DE 29 DE ABRIL DE 2010.
Dionísio Cerqueira, 18 de Junho de 2018

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONISIO CERQUEIRA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 111-2018 FMS
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada.: MSK2 PUBLICIDADES LTDA - ME
Valor : 60.000,00 (sessenta mil reais)
Vigência : Início: 15/06/2018 Término: 14/06/2019
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 27/2018
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE PROPAGANDA PARA O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, CONFORME ESTABELECE A LEI Nº 12.232, DE 29 DE ABRIL DE 2010.
Dionísio Cerqueira, 18 de Junho de 2018

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONISIO CERQUEIRA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 034-2018 FMAS
Contratante.: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada.: MSK2 PUBLICIDADES LTDA - ME
Valor : 40.000,00 (quarenta mil reais)
Vigência : Início: 15/06/2018 Término: 14/06/2019
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 27/2018
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE PROPAGANDA PARA O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, CONFORME ESTABELECE A LEI Nº 12.232, DE 29 DE ABRIL DE 2010.
Dionísio Cerqueira, 18 de Junho de 2018

Dona Emma

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018-FMS

Publicação Nº 1657066

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DONA EMMA – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 6/2018 - fms
Pregão Presencial nº. 3/2018 – fms

O Fundo Municipal de Saúde de Dona Emma, inscrito no CNPJ sob nº. 10.416.064/0001-21, de conformidade com a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993; torna público que, às 9:00 horas do dia 29 de junho de 2018, em sua sede à Rua Alberto Koglin nº. 3493, realizará processo licitatório objetivando a “aquisição de equipamentos e materiais permanente para a Unidade Integrada de Saúde de Dona Emma, conforme Proposta de Aquisição nº 10.413.064 0001/16-001 do Ministério da Saúde do Governo Federal”. O edital completo encontra-se afixado no mural de publicações oficiais do Município de Dona Emma e/ou disponível no site: www.donaemma.sc.gov.br. Quaisquer informações a respeito serão prestadas pelo Setor de Compras e Licitações da Administração Municipal de Dona Emma, em dias úteis, no horário de expediente, através do telefone (47) 3364-2828, ou pelo e-mail compras@donaemma.sc.gov.br.

Dona Emma (SC), 18 de junho de 2018.

SIMÃO HASCKEL
Gestor do FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2018-FMS

Publicação Nº 1657068

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DONA EMMA – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 7/2018 - fms
Pregão Presencial nº. 4/2018 – fms

O Fundo Municipal de Saúde de Dona Emma, inscrito no CNPJ sob nº. 10.416.064/0001-21, de conformidade com a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993; torna público que, às 14:00 horas do dia 29 de junho de 2018, em sua sede à Rua Alberto Koglin nº. 3493, realizará processo licitatório objetivando a “aquisição de uma ambulância para a Secretaria da Saúde de Dona Emma, conforme Termo de Compromisso nº 4205101712200834988 do Ministério da Saúde do Governo Federal”. O edital completo encontra-se afixado no mural de publicações oficiais do Município de Dona Emma e/ou disponível no site: www.donaemma.sc.gov.br. Quaisquer informações a respeito serão prestadas pelo Setor de Compras e Licitações da Administração Municipal de Dona Emma, em dias úteis, no horário de expediente, através do telefone (47) 3364-2828, ou pelo e-mail compras@donaemma.sc.gov.br.

Dona Emma (SC), 18 de junho de 2018.

SIMÃO HASCKEL
Gestor do FMS

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

DECRETO Nº 026/2018

Publicação Nº 1656522

DECRETO Nº 026, de 13 de junho de 2018.
Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 169.000,00

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, Prefeita de Doutor Pedrinho/SC, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 890, de 12 de dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 169.000,00 (cento e sessenta e nove mil reais) do Superávit Financeiro, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2018 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 890, de 12/12/2017):

07.001.20.606.0110.1030	SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO		
07.001.20.606.0110.1030	SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO		
07.001.20.606.0110.1030	MELHORAMENTO PATRULHA AGRICOLA		
400000	DESPESAS DE CAPITAL		
440000	INVESTIMENTOS		
449000	APLICAÇÕES DIRETAS		
3000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	169.000,00	
TOTAL		169.000,00	

Art.2º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Superávit Financeiro:

3000000 ————— R\$ 169.000,00

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 13 de junho de 2018; 30o ano de Fundação; 29o ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 13 de junho de 2018.

TARCÍSIO LENZI

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 027/2018

Publicação Nº 1656523

DECRETO nº 027, de 15 de junho de 2018.

Altera horário de expediente nos dias de jogos da Seleção Brasileira durante os jogos Copa do Mundo de Futebol.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, Prefeita de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 combinado com o Art. 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, fundado na Lei Complementar nº 50, de 16/10/2006; e

Considerando-se que o início dos jogos da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo estão previstos para os horários das 09:00 horas e das 15:00 horas, coincidindo com horário regular de trabalho no Serviço Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o horário de expediente e atendimento ao público nas repartições públicas do Poder Executivo do Município de Doutor Pedrinho, nos seguintes horários:

I – Jogos da Seleção Brasileira de Futebol realizado às 09:00 horas: o horário será das 12h:00min às 18h:00min;

II - Jogos da Seleção Brasileira de Futebol com início às 15:00 horas: o horário será das 07h00min às 13h00min;

Parágrafo Único – Excetuam-se ao disposto neste artigo às atividades e/ou serviços públicos considerados essenciais ao bem estar da população Pedrinhense, os quais poderão ser organizados em escala ou plantão, conforme a necessidade, bem como a rede municipal de ensino

e a Secretaria de Municipal de Saúde, as quais manterão seus horários normais de expediente e atendimento.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de Junho de 2018; 30o ano de Fundação; 29o ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Doutor Pedrinho, SC, 15 de junho de 2018.

TARCÍSIO LENZI
Chefe de Gabinete

CÂMARA MUNICIPAL

PAUTA DA SEXAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA

Publicação Nº 1657169

PAUTA DA SEXAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES NA OITAVA LEGISLATURA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC
- 19 DE JUNHO DE 2018 -

I - Abertura da Sessão na forma Regimental

II- Tribuna Livre
- Sem inscritos;

III - Pequeno Expediente:
- Deliberação da Ata da Sessão anterior;
- Leitura do Expediente;
- Apresentação de Proposição;

IV – Grande Expediente:
- Tema Livre;

V – Comunicação de Lideranças:
- Palavra aos Líderes;

VI – Ordem do Dia:
- Projeto de Lei Complementar nº 001/2018 – “Estabelece critérios sobre composição, defesa, utilização e alienação dos bens públicos municipais”
- Segunda votação nominal;

VII– Palavra Livre:
- Palavra aos inscritos;

VIII – Encerramento, com convocação para Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 2018.

TONY TADEU NONES	GECIMARI CORDEIRO
Presidente da Câmara	Assessoria Legislativa (FG)

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 035, DE 15 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657021

DECRETO N.º 035, de 15 de junho de 2018.

Dispõe sobre a Nomeação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do Município de Ermo.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei municipal Nº 438, de 15 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Ficam Nomeados os Membros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social do município de Ermo, conforme segue:

a) um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Titular: Clayton Nazário Américo
- Suplente: Ronildo dos Santos Soares

b) um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;
- Titular: Márcia Maria da Silva
- Suplente: Giane Pires Leonardo

c) um representante da Secretaria de Administração e Finanças

- Titular: Cássio Andrei Fontana Simão
- Suplente: Moacir Cidade da Silva

d) um representante dos usuários ou organizações da assistência social;

- Titular: Odilé Frezza Fernandes
- Suplente: Terezinha Ferreira Leonardo

e) um representante de entidades e organizações de assistência social devidamente inscrita no CMAS;

- Titular: Sônia Moro de Luca
- Suplente: Clenir da Glória Becker Crepalde

f) um representante de entidade de trabalhadores do setor.

- Titular: Jerusa Alexandre Pereira
- Suplente: Carla Sasso Simon

Art. 2º O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida única recondução por igual período.

Art. 3º A função de conselheiro não será remunerada, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 15 de junho de 2018.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO N.º 036, DE 15 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657030

DECRETO N.º 036, de 15 de Junho de 2018.

Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 436/17, de 13/12/2017 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a saber:

06.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, AGRICULT. E MEIO AMBIENTE

26.782.0033.2.021 – Manut. Da Secr. Obras, Viação, Transp. E Serv. Urbanos

3.3.90.00.00.00.00.0080 (55) – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0020.2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.3.90.00.00.00.00.0080 (8) – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º. As suplementações de que trata o Art.1º, ocorrerão por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0080 (Recursos Próprios).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 15 de Junho de 2018.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 169, DE 15 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657344

PORTARIA Nº. 169, de 15 de junho de 2018.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2017 de 06 de Fevereiro de 2017 e a Homologação dos aprovados em 31 de março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir FELIPE GUSTAVO DA ROSA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Agente Administrativo com

vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início a partir da data da posse encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 15 de junho de 2018.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

DECRETO 139/2018

Publicação Nº 1656071

DECRETO 139/2018

ALTERA MEMBROS E NOMEIA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DE DEFESA CIVIL – COMPDEC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº 2294/2013:

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Coordenadoria Municipal de Proteção e de Defesa Civil – COMPDEC, com os seguintes membros:

I – COORDENADOR

NOME	REPRESENTANDO
ELIANE TELES DOS SANTOS	GABINETE DO PREFEITO

II – CONSELHO MUNICIPAL

NOME	REPRESENTANDO
FERNANDO PILATTI	CÂMARA DE VEREADORES
DAIANE MAROCCO	SECRETARIA DE SAÚDE
MARCOS PASIN	SECRETARIA DA AGRICULTURA
ELMIR NATAL PARENTI	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
DAYANE MOSENA	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
MÔNICA VACCARO PADOVAN	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DEISE BELLAVER	GABINETE DO PREFEITO
ALAN DELEI CIELUSINSKY	CORPO DE BOMBEIROS
MARCIO JOSÉ ZNIESKI	POLÍCIA MILITAR
FABIANO GOFFI	POLÍCIA CIVIL
MARIO JOVINO ALÉSSIO	EPAGRI
KATIA SBRUZZI	CIDASC
LUCIANO PERI	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DÉCIO LUIZ GALLON	CDL
DIOMAR ANTÔNIO DE SOUZA	LIONS CLUBE

III – SECRETÁRIA

NOME
SILDA MARA MAZZOCO BERTOL

IV – SETOR TÉCNICO

NOME
MICHELE SANTIN

V – SETOR OPERATIVO

NOME
JAODIR ILHA
JOÃO CARLOS ZANETTI
ANDRÉ KILPP DE FIGUEIREDO

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Faxinal dos Guedes – SC, 16 de Abril de 2018.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO 140/2018

Publicação Nº 1656074

DECRETO Nº 140 /2018

GILBERTO ANGELO LAZZARI, PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, APROVA PROJETO DE DESMEMBRAMENTO.

DECRETA:

Art. 1º - aprova o projeto de desmembramento do lote urbano n.º 06 de parte das Chácaras n.ºs 34, 35 e 36 com área de 1.412,15m², localizado na Av. São João, no Bairro 01, matriculado no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Xanxerê pelo n.º 21.821, de propriedade do Sr. ALAN FAVRETO, Projeto elaborado pelo Engenheiro Agrônomo Angelo Marcelo Moras, CREA/SC 053.417-0.

Art. 2º - desmembramento do lote n.º 06 de parte das Chácaras n.ºs 34, 35 e 36 com área de 1.412,15m², matrícula 21.821 do C. R. I. de Xanxerê em 02 áreas: área remanescente com área de 1.308,55m² e área desmembrada com 103,60m², localizado na Av. São João, no Bairro 01, Faxinal dos Guedes/SC, confrontando ao Norte em 31,67 metros com a Transcrição n.º 15.376, sendo parte das Chácaras n.ºs 34, 35 e 36 de propriedade de Ataíde Soares de Jesus e Elza Soares de Jesus; ao Sul em 7,00 metros com a Matrícula n.º 21.817, sendo o lote n.º 02 de parte das Chácaras 34, 35 e 36 de propriedade de Bresar Comércio de Imóveis Ltda, em 12,00 metros com a Matrícula n.º 21.818, sendo o lote n.º 03 de parte das Chácaras 34, 35 e 36 de propriedade de Alan Favreto, em 14,40 com a Avenida São João; Leste em 30,00 metros com a Matrícula n.º 21.818, sendo o lote n.º 03 de parte das Chácaras 34, 35 e 36 de propriedade de Alan Favreto, em 16,30 metros com a Matrícula n.º 21.819, sendo o lote n.º 04 de parte das Chácaras 34, 35 e 36 de propriedade de Bresar Comércio de Imóveis Ltda, em 14,41 metros com a Matrícula n.º 21.820, sendo o lote n.º 05 de Parte das Chácaras 34, 35 e 36 de propriedade de Mauri Weis; Oeste em 32,79 metros com a Transcrição n.º 16.083, sendo de parte da Chácara n.º 34 de propriedade da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, em 26,72 metros com a Matrícula n.º 21.822, sendo o lote n.º 07 de parte das Chácaras 34, 35 e 36 de propriedade de Cleci Zape.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de Abril de 2018.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

DECRETO 141/2018

Publicação Nº 1656076

Faxinal dos Guedes(SC), 17 de abril de 2018

DECRETO Nº 0141/2018

DELEGA COMPETÊNCIAS DE ORDENAÇÃO PRIMÁRIA DE DESPESAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 66, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1 - Fica delegada competência, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, o Senhora MARITANIA ANTONIA ROSA DA SILVA SANDI, inscrito no CPF sob o nº 733.538.849-04 para ser o Titular do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 10.496.698/0001-31, na área de atuação e nos limites dos créditos estabelecidos no orçamento, para a prática dos seguintes atos;

I – autorizar as despesas procedentes de suas Unidades Orçamentárias;

II – autorizar abertura de procedimentos licitatórios, assinatura de editais de licitação, ratificação de justificativa de contratação por inexigibilidade ou dispensa de licitação e decisão de recursos administrativos previstos no artigo 109 da Lei nº 8.666/93;

III – homologar licitações;

IV – assinar contratos, acordos, convênios e outros instrumentos congêneres, bem como designar formalmente servidor, para acompanhar a execução e fiscalização dos mesmos e, ainda, a emitir ordens de serviços, paralisações e reinício da execução do contrato;

V – autorizar empenhos e pagamentos;

VI – determinar para que, no âmbito de sua competência, sejam observadas com rigor as normas da Lei Federal nº 4.320/64, especificamente as contidas no art. 63, no que pertine à fase da liquidação da despesa, e das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/2002 e suas alterações, no que se refere a licitações e contratos, bem como a Lei Complementar Federal nº 101/2000;

VII – autorizar adiantamento, estabelecido no art. 68 da Lei Federal nº 4.320/64, em casos excepcionais, quando não for possível a realização da despesa pelo processo normal, nos precisos termos da legislação vigente;

VIII – delegar competência, através de Portaria devidamente publicada, ao seu substituto legal, para exercer as atribuições mencionadas neste artigo, quando entender necessário;

Art. 2º - A autorização para realização e pagamento de horas extras, diárias e participação de servidores em congressos, seminários, cursos ou congêneres e as despesas dela decorrentes dependem de prévia autorização do responsável direto pelo servidor.

Art. 3º - O Secretário(a) Municipal e Autoridade de igual hierarquia, indicados no art. 1º, são responsáveis civil, administrativa e criminalmente pelas despesas ordenadas e pelos pagamentos autorizados inclusive perante o Tribunal de Contas do Estado, nos limites definidos no presente Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de abril de 2018.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

DECRETO 142/2018

Publicação Nº 1656084

Decreto nº 142/2018

NOMEIA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLEUSA BRUSAMARELLO, Secretária Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores; Considerando a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Senhora MARIELE QUECHINI, portadora do CPF nº 086.082.869-71, para o exercício do cargo de provimento temporário de excepcional interesse público, de COZINHEIRA - com

carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com vigência no período de 16/04/2018 a 16/04/2019, podendo ser prorrogado caso tenha interesse e necessidade do município.

Parágrafo Único: O Servidor desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento previsto na referida lei.

Art.2º. O servidor vincula-se às disposições da Lei Complementar nº044/2016 e suas alterações posteriores, sendo que, em relação à Previdência Social o CONTRATADO será vinculado ao RGPS.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16/04/2018.

Faxinal dos Guedes, SC, em 17 de Abril de 2018.

CLEUSA BRUSAMARELLO

Secretária M. de Educação e Cultura

Registrado e Publicado em data supra.

DECRETO 143/2018

Publicação Nº 1656086

Faxinal dos Guedes - SC, 17 de Abril de 2018.

DECRETO Nº. 0143/2018.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilberto Angelo Lazzari, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2431 de 20 de Dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 20.000,00(vinte mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

Subtrai das Dotações:

Órgão: 04 – S. M.de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 1201 – Desenvolvimento Educacional

Projeto/Atividade: 2006 – Manut. Ativ. do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação:339000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1101 – Ordinários - Educação

Valor: R\$ 20.000,00

Adiciona para as Dotações:

Órgão: 04 – S. M.de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 1201 – Desenvolvimento Educacional

Projeto/Atividade: 2006 – Manut. Ativ. do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação:339000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1101 – Ordinários - Educação

Valor: R\$ 20.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gilberto Angelo Lazzari

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO 144/2018

Publicação Nº 1656091

Faxinal dos Guedes – SC, 20 de Abril de 2018.

DECRETO Nº. 0144/2018

DISPÕE SOBRE A abertura de crédito adicional especial e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais; faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do exercício de 2018 do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, junto ao Fundo Municipal de Saúde, Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 3.529,93 (três mil quinhentos e vinte e nove reais e noventa e três centavos), na seguinte programação:

13.01 – Fundo Municipal de Saúde			
Funcional/Prog.	Projeto/Atividade	Descrição	
10.301.1001	2029	Manutenção das Atividades da Saúde	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
44710000	Transferências à Consórcios Públicos	01.1102 - 00	3.529,93
Total			3.529,93

Art. 2º - Para satisfazer a cobertura do crédito especial citado no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do Fundo Municipal de Saúde:

13.01 – Fundo Municipal de Saúde			
Funcional/Prog.	Projeto/Atividade	Descrição	
10.301.1001	2029	Manutenção das Atividades da Saúde	
Classificação	Descrição	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	01.1102 - 00	3.529,93
Total			3.529,93

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gilberto Angelo Lazzari
Prefeito Municipal

DECRETO 145/2018

Publicação Nº 1656094

Faxinal dos Guedes - SC, 20 de Abril de 2018.

DECRETO Nº. 0145/2018.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS DA UNIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Gilberto Angelo Lazzari, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 10 da Lei Municipal nº. 2.431 de 20 de Dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do excesso de arrecadação do repasse do AFM – Apoio Financeiro Extraordinário Pela União aos Entes Federativos que Recebem o Fundo de Participação dos Municípios - FPM no valor de R\$ 38.938,06 (trinta e oito mil, novecentos e trinta e oito reais e seis centavos), no orçamento de 2018 do Fundo Municipal de Assistência Social de Faxinal dos Guedes, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 14 – Fundo M. de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo M. de Assistência Social

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 801 – Assistência Social Geral

Projeto/Atividade: 2039 – Manut. Bloco PSB - FNAS

Modalidade de Aplicação: 339000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1131 – Convênio União/Social

Valor: R\$ 38.938,06

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o excesso de arrecadação do repasse AFM Extraordinário – Apoio Financeiro aos Municípios, destinado a Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO 146/2018

Publicação Nº 1656097

DECRETO N. 146 de 27 de Abril de 2018
REGULAMENTA A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL JUNTO AO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CMEI DE FAXINAL DOS GUEDES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina em exercício, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, Inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que, no mês de março, próximo passado, reuniu-se a Associação de Pais e Professores para discussão do regimento interno;

Considerando que, devidamente debatido e aprovado na Assembleia de Pais e registrado no livro de Atas do Centro Municipal de Educação Infantil Doce Encanto, conforme Ata nº 01/2018;

Considerando finalmente que, o Regimento Escolar tem como intuito a organização escolar e está dentro das normas estabelecidos no Sistema Municipal de Ensino de Educação e Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN, Plano Nacional de Educação – nº13.005 de 25 de Junho de 2014, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei 9394/96, mais, parecer 17/12 do Conselho Nacional de Educação.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento Interno do Centro Municipal de Educação Infantil Doce Encanto – CMEI -, deliberado e aprovado pela Associação de Pais e Professores.

Art. 2º. Fixa critérios e horários de atendimento junto ao CMEI, de segunda a sexta feiras para recepção dos alunos da seguinte forma:

I- Da Matrícula e Documentação:

a) A matrícula ocorrerá durante todo o ano, desde que aja vaga na turma e turno correspondente a sua faixa etária, de responsabilidade dos pais junto a unidade escolar munidos da seguinte documentação:

· Atestado médico do (a) Pediatra para o acompanhamento da criança junto a unidade escolar, caso apresente intolerância apresentar laudo médico detalhado;

· Cópia da carteira de vacinação em dia;

· Declaração de trabalho ou documento da empresa em que estão trabalhando com horário (atualizada cada três meses), comprovante de renda dos pais ou responsáveis e/ou encaminhamento de algum órgão da defesa da criança;

· Cópia de comprovante de residência;

· Cópia da Cédula de Identidade e CPF dos pais ou responsáveis;

· Cópia da Certidão de Nascimento da criança;

· Cópia do Cartão do SUS atualizado;

· Cópia do Cartão do Bolsa Família;

· Autorização Judiciais (pais separados, etc.), e;

· Preenchimento de ficha com dados pessoais da criança bem como dos pais ou responsável legal.

Art. 3º. Fixa prioridades de atendimentos de período integral, recesso e férias escolares, disponibilidade de vagas e habitualidade, conforme descrição abaixo:

· Período Parcial: O atendimento de no mínimo 4 (quatro) horas diárias, nos horários das 7h30m às 11h30m e das 13h20m às 17h20m para as crianças de Berçário, Maternal I, Maternal II, III e Educação Infantil;

· Período Integral: O período de no mínimo 7h00m e no máximo 10h00m ao dia, conforme Parecer 17/12 do CNE;

· Da Alta Vulnerabilidade Social: a família cuja a renda per capita seja igual ou inferior meio salário mínimo nacional;

· Da Média Vulnerabilidade Social: a família com baixa renda e em ascensão social por meio do trabalho, assim considerada aquela cuja a renda per capita seja superior a meio salário mínimo nacional e igual ou inferior a um salário mínimo nacional familiar e cujo os pais trabalham e não podem permanecer com a criança;

· Da Situação de Risco Social ou Pessoal: as hipóteses no artigo 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

· Das Crianças que Estão em Risco Social: esse critério será utilizado quando a criança estará vulnerável por falta de cuidados nutricionais e de higiene ou qualquer outro risco que possa menosprezar os seus Direitos, colocando em risco a sua integridade física ou psicológica e/ou encaminhada pelo ministério público;

· Das crianças Berçário I e Berçário II: crianças a partir dos 4 (quatro) meses até 1(um) ano, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias a vaga será ofertada para pais que comprovem estar trabalhando, já para as crianças que completam 2 (dois) anos até 31 (trinta e um) de março e 3 (três) ano no ano, poderão frequentar período parcial, mesmo sem os pais estarem trabalhando desde que aja disponibilidade de vaga;

· Da Disponibilidade de Vagas: de acordo com o Conselho Municipal de Educação a direção da escola é quem determina o número de vagas para cada ano letivo, e;

· Da Habitualidade: instituição escolar em acordo com o Conselho Municipal de Educação estipula e sugere que o mínimo de dias a frequentar será de 4 (quatro) dias semanais no período integral, e no período parcial que a criança frequente a escola todos os dias;

Art. 4º. Ausência sem justificativa da criança no Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI, durante 15 (quinze) dias consecutivos e frequência média inferior a 70% trimestral mais apresentação da documentação incompleta ou com informações inverídicas ensejara a perda da vaga.

Parágrafo único – Quando os pais estiverem de férias no trabalho ou em folgas, a criança poderá permanecer em casa com os pais, para fortalecer os vínculos afetivos familiares.

Art. 5º. A solicitação de matrículas realizadas após o período de inscrição, serão encaminhadas para uma lista de espera a serem atendidas conforme a existência de novas vagas.

Parágrafo único – Nos casos constantes as remanescentes de vagas em tempo integral, poderão ser incluídos alunos que não atendem aos critérios editados nesse Decreto, priorizando neste caso as famílias de menor poder aquisitivo e de maior vulnerabilidade social, mediante a apresentação de estudo Socioeconômicos apresentados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 6º. Demais casos não previstos estão regulamentados no

Regimento Interno, anexo único do presente Decreto.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes/SC, 27 de Abril de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO ÚNICO

REGIMENTO ESCOLAR

O regimento interno tem como intuito, a organização escolar e está dentro das normas estabelecidas no Sistema Municipal de Ensino Educação e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, da lei nº 9.394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 e Parecer 17/12 do Conselho Nacional de Educação.

1 – Localização:

O Centro Municipal de Educação Infantil de Faxinal dos Guedes é uma instituição pública, localizada na Rua Santa Catarina, nº 758, Centro, Faxinal dos Guedes, SC, subordinado à Secretaria Municipal de Educação Cultura, tendo como mantenedora a Prefeitura de Faxinal dos Guedes, inscrita no CNPJ sob nº13.998.973/0001-03.

2 – Atendimento:

2.1 – O CMEI funcionará por um período de 10 horas diárias:

Horário de funcionamento:

Regime Integral: 7:10 h às 18:10 h

Regime Parcial Matutino: 7 h 30 min. às 11h e 30 min

Regime Parcial Vespertino: 13:20h às 17:20 h

A tolerância na entrega e retirada das crianças será de 10 minutos tanto no período integral como no parcial.

2.1.2 - O CMEI atenderá a Educação Infantil - Pré I nos horários:

Matutino: 7h30min. às 11h30min

Vespertino: 13h20min. às 17h20m.

Obs.: A escola sugere aos pais que procurem seguir os horários estabelecidos para o melhor atendimento das atividades rotineiras da instituição. Alunos de Pré não poderão permanecer na escola após o término de seu turno.

2.2 - O ano letivo do CMEI será de 200 dias e a carga horária de 800 horas conforme o calendário escolar, programado pela Secretaria Municipal de Educação, funcionará em regime regular, com turnos: matutino, vespertino e ou tempo integral.

2.3 - O CMEI atenderá de segunda-feira à sexta-feira, conforme o calendário escolar, não havendo atividades nos feriados nacionais, municipais, sábados e domingos; nos feriados tidos como ponto facultativo decretado pela administração municipal de Faxinal dos Guedes - SC, o CMEI seguirá as mesmas decisões. Exceto em eventos já planejados (agendados) com a comunidade e no calendário letivo.

2.4 - Está previsto um dia de planejamento mensal, sendo que neste, não terá atendimento às crianças;

2.5 - Transporte escolar: É de total responsabilidade dos pais das crianças o transporte dos filhos para o CMEI até ingressarem no Pré I, uma vez que os veículos não dispõem de equipamentos de segurança para essa faixa etária.

2.6 - Para as crianças de período integral, os pais podem optar em deixar a criança na creche ao meio dia, porém salientamos que é de extrema importância que a criança interaja com seus familiares nos momentos das refeições.

3 – Matrícula e Documentação:

3.1 - A matrícula da criança no CMEI deverá ocorrer durante todo o ano, desde que haja vaga na turma e turno correspondente à sua faixa etária. A matrícula é de responsabilidade dos pais devendo comparecer na Unidade Escolar para a efetivação da matrícula munidos da documentação:

- Atestado médico do(a) pediatra para o acompanhamento da criança X escola (Em caso de intolerância alimentar apresentar laudo médico discriminando o tipo de alimento que a criança não deva ingerir);
- Cópia da carteira de vacinação em dia;
- Declaração de trabalho ou documento da empresa em que estão trabalhando com horário (atualizada a cada 3 meses), comprovante de renda dos pais ou responsáveis e ou encaminhamento de algum órgão de defesa da criança;
- Cópia de comprovante de residência;
- Cópia de identidade e CPF dos pais ou responsáveis;
- Cópia da certidão de nascimento da criança;
- Cartão SUS atualizado;
- Cartão bolsa família;
- Preenchimento de ficha com dados pessoais da criança bem como dos pais ou responsáveis legais;
- Autorização judicial (pais separados, etc.)

3.2 – Não será permitida a matrícula de crianças em fase de gestação.

3.3 – Para as crianças recém-nascidas a vaga é destinada a partir do momento em que a mãe retorna às suas atividades normais no trabalho ou no estudo.

3.4 - Quando houver mudança de endereço, telefone, de trabalho ou turno, as informações devem ser passadas com urgência para o CMEI, via agenda ou telefone. É importante lembrar que em caso de emergência será necessário o contato direto com os responsáveis.

3.5 - Na necessidade de documentações do aluno como: declarações, transferência, e etc., comunicar no mínimo com 24h de antecedência.

3.6 - Todos os documentos solicitados pelo CMEI são de suma importância para a vida escolar de seu filho. Sempre que for solicitado pela direção, os mesmos deverão ser entregues no prazo determinado.

4 – Critérios para disponibilidade de vagas:

4.1- De acordo com o Plano Nacional de Educação em seu PARECER 17/12 do CNE buscamos conciliar dois direitos fundamentais da criança: o direito a convivência familiar e o direito à educação. As vagas serão ofertadas em período parcial e integral.

4.1.1 - Período Parcial: o atendimento de no mínimo 4 horas diárias (7:30- 11:30/13:20-17:20) para as crianças de berçário, maternal I, maternal II, III e Educação Infantil.

4.1.2 - Período Integral: o período de, no mínimo, 07 horas e, no máximo, 10 horas ao dia conforme Parecer 17/12 do CNE.

4.1.2.1 - As vagas do período Integral deverão ser ampliadas progressivamente, mas terão acesso preferencial as essas vagas as crianças em situação de maior vulnerabilidade, ou em situação de risco social ou pessoal, podendo ser assim descritas as situações:

4.1.2.1.1 - Alta Vulnerabilidade Social: a família cuja renda per capita seja igual ou inferior a meio salário mínimo nacional.

4.1.2.1.2 - Média Vulnerabilidade Social: a família com baixa renda e em ascensão social por meio do trabalho, assim considerada aquela cuja renda per capita seja superior a meio salário mínimo nacional e igual ou inferior a um salário mínimo nacional familiar e cujos pais trabalham e não podem permanecer com a criança.

4.1.2.1.3 - Situação de risco social ou pessoal: as hipóteses previstas no artigo 98 de Estatuto da Criança e do Adolescente.

4.1.2.1.4 – Caso constata-se a remanescente de vagas em Tempo Integral, poderão ser incluídos alunos que não atendam aos critérios dos itens acima, priorizando neste caso as famílias de menor poder aquisitivo e de menor poder aquisitivo e de maior vulnerabilidade social.

4.1.2.1.5 – Deverá ser comprovada a necessidade da vaga que trata os itens acima por avaliação socioeconômica.

4.2 – Crianças que estão em risco social: Esse critério será utilizado quando a criança está vulnerável por falta de cuidados nutricionais e de higiene ou qualquer outro risco que possa menosprezar os seus direitos, colocando em risco a sua integridade física e psicológica. E ou encaminhadas pelo Ministério Público.

4.3 - Crianças Berçário I e Berçário II: Crianças a partir dos 4 meses até 1 ano, 11 meses e 29 dias a vaga será ofertada para pais que comprovem estar trabalhando, já para as crianças que completam dois anos até 31 de março ou três no ano, poderão frequentar período parcial, mesmo sem os pais estarem trabalhando desde que haja disponibilidade de vagas.

4.3.1 – Disponibilidade de vagas: De acordo com o Conselho Municipal de Educação a direção da escola é quem determina o número de vagas para cada ano letivo.

4.4 - Habitualidade: A instituição escolar em acordo com o Conselho Municipal de Educação estipula e sugere que o mínimo de dias a frequentar será de quatro dias semanais em período integral e no período parcial que a criança frequente a escola todos os dias, visando a valorização do trabalho pedagógico realizado pelos profissionais, salvo os casos que trata o item 4.5.

4.5 - Quando os pais estiverem de férias no trabalho ou folgas a criança poderá permanecer em casa com os pais, para fortalecer os vínculos afetivos familiares;

4.6 - Perda de Vagas: Ausência sem justificativa da criança, no CMEI durante 15 dias consecutivos e frequência média inferior a 70% trimestral, documentação incompleta ou com informações falsas.

4.7 - Ingresso no CMEI: Idade mínima de 04 meses a 3 anos 11 meses e 29 dias.

5 – Lista de Espera

5.1 – As solicitações de matrícula realizadas após o período de inscrição serão encaminhadas para uma lista de espera a ser atendida, conforme a existência de novas vagas.

6 – Refeições:

6.1- A alimentação das crianças será fornecida pelo CMEI, em cardápios estabelecidos pela Nutricionista. A escola não contemplará em seus cardápios as práticas alimentares alternativas, sendo neste caso a alimentação de responsabilidade dos pais. Os alunos do

CMEI período integral recebem 4 refeições diárias e período parcial recebem 2 refeições diárias.

6.2 - Horário de refeição no CMEI:

6.2.1 – Integral, matutino e vespertino (crianças de 4 meses a 3 anos, 11 meses e 29 dias):

Refeições	Horários	Turmas
Desjejum	8h 35m. 8h 45 m.	Berçário Maternal I, II e III
Almoço	10h 50m. 11h	Berçário Maternal I, II e III
Lanche	14h. 14h 15m	Berçário Maternal I, II e III
Jantar	15h 50m 16h	Berçário Maternal I, II e III

Obs.: Para as crianças do berçário é oferecido uma mamada no início da manhã, antes do horário do sono para as crianças do período integral e uma mamada no início da tarde.

Pré I, período matutino:

Refeições	Horários	TURMAS
Recreio	9h 45min	Pré I

Pré I, período vespertino:

Refeições	Horários	TURMAS
Recreio	14h 50min	Pré I

Parágrafo Único- É dever dos pais respeitar os horários das refeições, evitando retirar ou trazer as crianças nesses horários, com o intuito de evitar transtornos aos professores e demais crianças.

6.1.2 - Para crianças que apresentam restrições alimentares, as solicitações de dietas especiais só serão atendidas mediante prescrição médica a Direção do CMEI e a Nutricionista da Secretaria Municipal de Educação mediante apresentação do laudo médico.

6.3 - Não será permitida a entrada de alimentos de quaisquer natureza sem autorização expressa da direção.

6.4 - As mães amparadas por Lei que amamentam deverão comparecer ao CMEI nos horários estipulados;

7 – Medicamentos:

7.1 – Medicamentos só poderão ser administrados mediante prescrição médica e orientação dos profissionais de saúde. Os medicamentos deverão ser entregues ao professor ou direção do CMEI, devendo estar identificado com o nome da criança, dosagem e horário a ser administrado com apresentação de receita médica.

7.2 - Em caso de tratamento, a criança deverá permanecer em casa até não fazer febre, diarreia ou vômito. Em hipótese nenhuma a criança será medicada pelas professoras sem receita médica.

8 – Higiene:

8.1 – As crianças deverão ser deixadas na creche com suas fraldas e roupas limpas, da mesma forma com que devem ser entregues na saída.

8.2 – É de extrema responsabilidade dos pais:

- O banho diário, cortar semanalmente as unhas das crianças, evitando assim arranhões e outros ferimentos e o corte de cabelo.
- Manter as orelhinhas limpas.
- Observar e limpar diariamente a cabeça das crianças para evitar a proliferação de piolho; Pediculose é uma doença e precisa ser tratada em casa.

- Mandar diariamente roupas para trocar, conforme a estação.
- Higienizar os pertences pessoais das crianças (sacola, toalhinhas, cobertas, chupeta...).
- A troca do bico da mamadeira é de responsabilidade dos pais e deve ser seguido o prazo de validade;

8.3 - Se a criança estiver com piolho, coça-coça, bicho de pé, ficará afastada do CMEI pelo período de 7 dias para tratamento e total eliminação;

9 - Acidentes ou Mal estar das Crianças:

9.1 – Em caso de acidentes, os pais serão comunicados e deverão buscar a criança imediatamente.

9.2 - Em casos de emergências que necessitem de pronto atendimento médico, os pais serão convocados imediatamente. O CMEI fará o pronto atendimento necessário encaminhando a criança para atendimento em pronto socorro ou Hospital.

9.3 – Caso os pais ou os responsáveis não forem encontrados, conforme contatos por telefone deixados na matrícula será acionado o Conselho Tutelar.

9.4 - Quando ocorrer da criança fazer febre, suspeita de viroses ou apresentar outro problema, os pais são comunicados para vir buscá-la e encaminhá-la ao atendimento médico, trazendo o atestado médico até a instituição, justificando as faltas.

9.5 - Quando ocorrer da criança fazer febre, vômito, diarreia ou apresentar outro problema em casa, a criança já deverá permanecer em casa.

9.6 - Em caso de suspeita de doença infecto contagiante, é necessário a apresentação de atestado médico e a criança deverá ficar em casa para tratamento conforme prescrição médica.

10 – Pertences das Crianças:

10.1 A criança deverá trazer diariamente mochila identificada, com agenda, calçados e roupas limpas de acordo com o clima e a idade, embalagem plástica para guardar as roupas sujas.

10.2 - Os itens de uso pessoal deverão ser identificados com o nome da criança. Para as crianças que usam mamadeiras e chupetas é necessário que tenham uma de uso exclusivo para a escola pois as mesmas devem ficar na escola para que sejam higienizadas.

10.3 – As crianças que usam fraldas deverão ter na mochila diariamente quatro fraldas descartáveis.

10.4 - Em caso de troca de roupas, ou demais pertences, os pais deverão procurar a direção ou os professores da sala e fazer devolução dos pertences para que seja entregue ao dono.

10.5 - Quando sentir a falta de algum pertence comunicar no dia seguinte, logo na entrada, ou via agenda, para que seja tomada providência.

11 – Objetos de Valor e risco:

11.1 – Não mandar as crianças com objetos valiosos como: pulseiras, brincos, e colares para evitar o risco de perdas e ferimentos. O CMEI não se responsabiliza pela perda ou danos dos objetos citados a cima.

11.2 - Não deixar que as crianças tragam objetos de risco como: moeda, enfeites pequenos no cabelo, presilhas, brinquedos com peças pequenas que soltam ou quebram com facilidade ou objetos que possam ter o risco de serem engolidos pelas crianças da

creche.

12 - Comunicação entre CMEI x Família:

12.1 - Pretendemos manter a família sempre bem informadas das atividades e normas da escola, para isso, além do regimento interno, utilizaremos os meios de comunicação circulares, comunicados, bilhetes, reuniões, plantão pedagógico, através da agenda, telefone e também através do blog: docecantofx@gmail.com

12.2 - A agenda é um elo de comunicação entre o CMEI x família e vice-versa. Os pais devem consultá-lo e assiná-lo diariamente, pois todos os assuntos relacionados às crianças serão relatados na agenda.

12.2.1 – É de extrema importância que a agenda esteja preenchida com todos os dados relacionados a vida da criança, como nome dos pais, endereço e telefone. Os bilhetes, comunicados e recados devem ser lidos e assinados pelos pais ou responsáveis diariamente.

12.3 – A agenda deverá permanecer na mochila da criança diariamente, sendo retirada apenas para leitura dos pais e/ou professores/educadores.

12.4 - Os recados, bilhetes e comunicados deverão ser anotados antecipadamente na agenda das crianças.

12.5 – Não nos responsabilizamos por recados transmitidos verbalmente.

12.6 – Qualquer mudança de rotina em relação ao responsável em retirar a criança na creche, comunicar com antecedência.

12.7– Em caso de desentendimento familiar, o CMEI só irá permitir a visita de familiares e retirada da criança, diante documentação judicial.

13 - Entrega de Avaliações:

13.1 - A entrega das avaliações será trimestral, de acordo com o calendário estabelecido pela instituição.

14 – Associação de Pais e Professores:

14.1 – O CMEI conta com o apoio da APP - Associação de Pais e Professores, para um mandato de dois anos regidos por estatuto próprio.

15– Reclamações, dúvidas e sugestões:

15.1 - Qualquer assunto deverá ser tratado diretamente com a direção ou professores, evitando conversas paralelas e informações equivocadas.

15.2 – Qualquer descontentamento dos pais relatar diretamente na direção do CMEI, com objetivo de melhor atendê-lo.

15.3 – Os assuntos deverão ser resolvidos primeiramente no próprio CMEI com a direção. E o que não for possível solucionar será encaminhado ao departamento responsável.

15.4 - Dúvidas precisam ser esclarecidas. Sugestões são bem vindas. Críticas melhoram o trabalho. Diante disso, O CMEI está à disposição dos pais para o diálogo e maiores esclarecimentos.

16 - Falta das Crianças:

16.1 – Toda falta acima de 3 dias deverá ser justificada pelos pais

ou responsáveis na direção da creche.

16.2 – Em caso de viagens ou férias dos responsáveis: Comunicar a direção antecipadamente, e avisar o período que a criança ficará ausente.

16.3– Faltas Injustificadas: Acima de 05 faltas consecutivas a direção entrará em contato via telefone para informações. Caso a direção do CMEI não consiga contato, a criança que tiver acima de 15 faltas consecutivas sem justificativa perderá automaticamente a vaga.

17 – Adaptação:

17.1 – Período de Adaptação: O período de adaptação consiste em uma fase nova, principalmente para as crianças que nunca frequentaram o CMEI, por isso, é um momento gerador de ansiedade, insegurança, alegria, entre outros sentimentos que variam de grau a depender de cada criança e de seu ambiente familiar. Assim o período de adaptação escolar é singular a cada criança. A adaptação está na dependência da orientação dos professores/educadores, que deverá conhecer suas necessidades básicas, suas características evolutivas e ter informações quanto ao aspecto de saúde, higiene e alimentação. Todas estas informações devem ser passadas pelos pais aos professores/educadores. Sendo assim, a socialização da criança desenvolve-se harmoniosamente, adquirindo superioridade sob o ponto de vista da independência, confiança em si, rendimento intelectual e uma adaptação bem tranquila. Durante a adaptação, no momento em que os pais deixarem as crianças no CMEI, deverão ficar sobre aviso quando da necessidade de buscar a criança até a completa adaptação ou em caso de permanecer no CMEI ficará em locais indicados pela direção ou pelos professores/educadores.

17.2 - Organização da adaptação: A adaptação será organizada em pequenos grupos e horários estabelecidos pelos professores/educadores, gradualmente o tempo de permanência será estendido até que a criança se adapte e possa ficar integralmente. O tempo varia de criança para criança, todos passarão pela adaptação e só ficará todo o turno quando se sentirem seguros, acolhidos e adaptados.

18 - Comemorações, Eventos e Reuniões:

18.1- Comemorações: Nosso CMEI, a fim de promover eventos especiais e com intuito de confraternizar entre as crianças e às vezes com os pais, promove todos os anos algumas festas de datas comemorativas como: Dia da Família na Escola, Festa Junina, Dia da Criança, e Natal. Sua participação e colaboração é de extrema importância para nossa instituição quando solicitada.

18.2 - É fundamental a participação dos pais nas reuniões da escola.

19- Processo de Visita de Pais no CMEI:

19.1 - Não será permitida visitas e permanência de pais ou responsáveis nas dependências do CMEI durante o período de aula, além de dificultar a compreensão de separação, tumultua o trabalho dos professores/educadores que se encontram envolvidos com as crianças na rotina.

19.2 - Em caso de necessidade de atividades coletivas CMEI x Família, os pais poderão participar da rotina de seus filhos mediante convite.

20 – Férias e Recesso Escolar

20.1- Como consta do Parecer 17/12 do CNE, as férias constituem

um momento imprescindível para a avaliação e o planejamento do trabalho pedagógico dos professores. Têm demandado que as instituições de Educação Infantil funcionem nestes períodos, garantindo as crianças segurança e cuidados enquanto pais e responsáveis cumprem suas jornadas de trabalho. Essa demanda, cuja legitimidade não se restringem às crianças de até cinco anos, extrapola as atribuições da Educação Infantil. O CMEI (creche) integra o sistema educacional e deve seguir as diretrizes deste sistema. Nas férias e recesso escolar há necessidade de uma articulação das demais políticas públicas a fim de atender crianças que não têm condições familiares ou sociais de permanecer, em segurança e devido cuidado em casa. Dessa forma só serão atendidas no CMEI as crianças que se enquadraram nos itens abaixo:

20.1.1- Alta Vulnerabilidade Social: a família cuja renda per capita seja igual ou inferior a meio salário mínimo nacional.

20.1.2 - Média Vulnerabilidade Social: a família com baixa renda e em ascensão social por meio do trabalho, assim considerada aquela cuja renda per capita seja superior a meio salário mínimo nacional e igual ou inferior a um salário mínimo nacional e cujos pais trabalham e não podem permanecer com a criança.

20.1.3 – Situação de risco social ou pessoal: as hipóteses previstas no artigo 98 de Estatuto da Criança e do Adolescente.

20.1.4 - Caso constate-se a remanescente de vagas para este período, poderão ser incluídos alunos que não atendam aos critérios dos itens acima, priorizando neste caso as famílias de menor poder aquisitivo e de menor poder aquisitivo e de maior vulnerabilidade social.

20.1.5 – Deverá ser comprovada a necessidade da vaga que trata os itens acima por avaliação socioeconômica, os pais ou responsáveis pela criança deverão realizar a inscrição na escola quando da necessidade da permanência da criança neste período na escola, respeitando o prazo estipulado no calendário escolar informado pela direção da instituição.

21 – Organização Escolar/ Estrutura administrativa do CMEI

21.1 – O trabalho pedagógico compreende todas as atividades teórico-práticas desenvolvidas pelos profissionais do CMEI para realização do processo educativo escolar.

21.2 – A organização democrática no âmbito escolar fundamenta-se no processo de participação e corresponsabilidade da comunidade escolar na tomada de decisões coletivas, para elaboração, implementação e acompanhamento do Projeto Político Pedagógico.

21.3 - A estrutura administrativa do CMEI é constituída pela Direção, Coordenação, Auxiliar Administrativo, Corpo Docente (professores) e os Agentes de Apoio (educador, instrutor, cozinheira, auxiliares de serviços gerais).

21.3.1 - A Direção é composta pelo diretor, indicado pela Secretaria Municipal de Educação, responsável pela efetivação da gestão democrática, a função do diretor é a de assegurar o alcance dos objetivos educacionais definidos no PPP do CMEI.

Compete ao diretor:

- Prestar contas à comunidade;
- Conhecer a legislação e as normas da Secretaria de Educação para reivindicar ações junto a esse órgão;
- Identificar as necessidades da instituição e buscar soluções junto às comunidades interna e externa e à Secretaria de Educação;
- Prezar pelo bom relacionamento entre os membros da equipe escolar, garantindo um ambiente agradável;

- Manter a escola esteja limpa e organizada;
- Garantir a integridade física da escola, tanto na manutenção dos ambientes quanto dos objetos e equipamentos;
- Conduzir a elaboração do projeto político-pedagógico (PPP), mobilizando toda a comunidade escolar nesse trabalho e garantindo que o processo seja democrático até o fim;
- Acompanhar o cotidiano da sala de aula e o avanço na aprendizagem dos alunos;
- Ser parceiro do coordenador pedagógico na gestão da aprendizagem dos alunos;
- Incentivar e apoiar a implantação de projetos e iniciativas inovadoras, provendo o material e o espaço necessário para seu desenvolvimento;
- Gerenciar e articular o trabalho de professores, coordenadores, orientadores e funcionários;
- Manter a comunicação com os pais e atendê-los quando necessário.

21.3.2 – A Coordenação é composta pela Coordenadora pedagógica, indicada pela Secretária Municipal de Educação, responsável pela organização do trabalho pedagógico, articulando, acompanhando e orientando as atividades educativas integrantes da equipe escolar. Atua no processo ensino-aprendizagem escolar específico e também na rede escolar, articulando o sistema de ensino.

Compete ao coordenador:

- Participar da elaboração do projeto político-pedagógico.
- Planejar, coordenar, controlar e avaliar juntamente com o diretor e com os professores todo processo pedagógico.
- Acompanhar, assessorar e avaliar o ensino e o processo de aprendizagem, bem como os resultados do desempenho dos alunos.
- Atuar no sentido de tornar as ações de coordenação pedagógica um espaço coletivo de construção permanente da prática docente.
- Assumir o trabalho de formação continuada, a partir do diagnóstico dos saberes dos professores para garantir situações de estudo e reflexão sobre a prática pedagógica, estimulando os professores a investirem em seu desenvolvimento profissional.
- Assegurar a participação ativa de todos os professores, garantido a realização de um trabalho produtivo e integrado.
- Organizar e selecionar materiais adequados às diferentes situações de ensino e de aprendizagem.
- Conhecer os recentes referenciais teóricos relativos aos processos de ensino e aprendizagem, para orientar os professores.
- Divulgar práticas inovadoras, incentivando o uso dos recursos tecnológicos disponíveis.
- Promover reuniões periódicas com o corpo docente.
- Elaborar horários junto com a direção e zelar pelo seu cumprimento.
- Promover atendimento ao professor, aluno e a família, individualmente e/ou grupo aplicando técnicas adequadas.
- Sistematizar o processo de acompanhamento do aluno, encaminhando a outros especialistas aqueles que exigem assistência especializada.
- Supervisionar estágios na área de sua competência.
- Participar no processo de integração escola família comunidade.
- Atender aos pais de alunos e repassar as informações necessárias à direção.
- Colaborar para um bom desempenho das atividades gerais da escola.

21.3.3 – O Administrativo é composto por um auxiliar administrativo selecionado em concurso/seletivo público e designado para a ocupação do cargo. Tem a função de administrar as instalações físicas, os recursos financeiros, materiais e humanos destinados ao CMEI.

Compete ao auxiliar administrativo:

- Colaborar para o bom desempenho das atividades gerais da escola.
- Prestar informações de ordem administrativa.
- Receber, conferir, registrar e encaminhar documentos e controlar sua tramitação.
- Solicitar em tempo hábil a aquisição do material necessário ao bom funcionamento do serviço.
- Participar ativamente de centros de estudos e reuniões convocada pelo diretor, secretária de educação e prefeitura.
- Responsabilizar-se pelas matrículas dos alunos.
- Garantir a perfeita conservação, restauração e registro dos documentos recolhidos.
- Fornecer, prontamente aos pais e a comunidade em geral informações confiáveis, além de procurar soluções para os problemas que se apresentem, zelando pelo respeito e sigilo profissional.
- Participar se solicitado da elaboração da proposta pedagógica e do PPP.
- Controlar a documentação da vida funcional e elaborar os diários.
- Expedir declarações e outros documentos assinado por ele e pelo diretor cumprindo as formalidades legais.
- Responsabilizar-se pela redação oficial e registro de ata de reuniões ocorridas no CMEI.
- Garantir o sigilo de toda documentação escolar.
- Prestar informações de sua competência a toda comunidade escolar.
- Participar das atividades curriculares de caráter cívico, social e cultural.
- Fazer relatórios das atividades desenvolvidas na sua função.
- Responsabilizar-se pela organização e arquivamento de documentação referente a sua função.

21.3.4 – O Corpo docente é constituído por professores devidamente habilitados, selecionados em concurso/seletivo público e designados para a ocupação do cargo.

Compete aos docentes:

- Participar da elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica e do PPP.
- Planejar, executar, reelaborar e registrar os objetivos do processo educativo e seus resultados numa perspectiva integradora, dimensionando-os no planejamento.
- Elaborar, executar e avaliar o plano de ensino das atividades, reelaborando sempre que necessário.
- Planejar as atividades a serem desenvolvidas juntamente com a equipe do CMEI quando possível.
- Organizar planos diários/semanais/quinzenais/mensais de atividades a serem desenvolvidas com as crianças.
- Cumprir com assiduidade e pontualidade as atividades, os dias letivos e a carga horária de efetivo trabalho escolar, sem deixar de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional.
- Manter contato com os responsáveis pelos alunos, esclarecendo-os sobre o processo de ensino e de aprendizagem, sobre o desenvolvimento dos educandos e das propostas de soluções adotadas, explicando os objetivos propostos no cotidiano e colhendo contribuição.
- Proceder à observação contínua dos alunos, identificando necessidades e carências que interfiram na saúde, aprendizagem e no ambiente familiar e social encaminhando-os ao atendimento especializado.
- Manter registro atualizado sobre a criança.
- Participar das reuniões de avaliação do aproveitamento escolar, quando convocado.
- Participar das reuniões pedagógicas, bem como dos programas de aperfeiçoamento e atualização profissional promovidos pelo CMEI, pela Secretária Municipal de Educação e Prefeitura Municipal.
- Atender as necessidades de afeto, alimentação, segurança e integridade cultural e psíquica durante o período em que as crianças

permanecerem no CMEI.

- Oferecer conforto e segurança física dando oportunidade das crianças em explorar o ambiente e adquirir novas habilidades.
- Desenvolver as atividades respeitando a rotina escolar.
- Colaborar nas atividades de articulação do CMEI com as famílias.
- Proporcionar às crianças, atividades onde elas possam agir, falar, experimentar e pensar de acordo com suas necessidades, interesses e potencialidades.
- Acompanhar as crianças em todas as atividades de sua competência durante o período que estiverem no CMEI.
- Garantir a higiene e a organização do espaço educativo.
- Registrar diariamente a frequência das crianças.
- Participar das reuniões solicitadas, tanto pela Secretaria Municipal de Educação quanto pela direção.
- Prever, solicitar e organizar em tempo hábil a aquisição de material necessário para a realização de atividades.
- Responsabilizar-se pela conservação do material pedagógico utilizados nas atividades de estimulação.
- Dar banho, trocar e zelar pela higiene da criança quando necessário (com carinho)
- Procurar obter da mãe/ou responsável pela criança informações sobre a saúde da criança no momento da chegada ao CMEI.
- Conferir a agenda diariamente.
- Receber e acompanhar durante seu horário a criança diariamente na sua entrada e saída do CMEI.
- Acompanhar as crianças em atividades externas do CMEI.
- Conservar as condições ambientais adequadas às atividades educacionais: limpeza, iluminação e ventilação da sala.
- Participar das atividades curriculares de caráter cívico, social e cultural.
- Colaborar para o bom desempenho das atividades gerais do CMEI.

21.3.5 – Os Agentes de Apoio são servidores selecionados em concurso/seletivo público que fazem parte do quadro de funcionários do CMEI, assim nomeados: educadores, instrutores, cozinheiras e auxiliares de serviços gerais de acordo com sua área de formação, área de atuação, formação/escolaridade/qualificação/ habilitação.

21.3.5.1 – Na Lei complementar nº 126/2015 de 10/11/2015 estão descritas as atribuições dos educadores/instrutores, as quais não fazem parte da realidade dos servidores do CMEI, no entanto específica que devem executar tarefas afins.

Compete aos educadores/instrutores do CMEI:

- Acompanhar e Auxiliar os profissionais da educação nas atividades pedagógicas, que são realizadas com as crianças.
- Auxiliar no controle e guarda do material pedagógico.
- Auxiliar os professores e responsabilizar-se, na ausência da mesma, pelos objetos individuais das crianças.
- Auxiliar a criança, prontamente, na sua higiene pessoal.
- Auxiliar, sempre que necessário, as crianças nas refeições.
- Auxiliar as crianças em todas as atividades desenvolvidas no CMEI.
- Dar banho, trocar fraldas, trocar roupa e zelar pela higiene pessoal das crianças.
- Auxiliar em passeios e idas ao parque.
- Cuidar de todas as necessidades das crianças da creche.
- Auxiliar no recreio e intervalos a orientação das crianças, objetivando sua segurança.
- Participar em todas as aulas com auxiliar de cuidados às crianças.
- Organizar o ambiente e orientar as crianças para o repouso, permanecendo com as mesmas o tempo em que estiverem dormindo.
- Responsabilizar-se pelas crianças que aguardam os pais ou o transporte escolar até a chegada dos mesmos, zelando pela segurança e bem estar de todos.
- Participar de todas as atividades realizadas pela unidade escolar.
- Comparecer às reuniões promovidas pelo CMEI, Secretaria de Educação e Prefeitura Municipal.

- Participar das atividades curriculares de caráter cívico, social e cultural.
- Colaborar para o bom desempenho das atividades gerais do CMEI.

21.3.5.2 – Cozinha

Compete a cozinha:

- Apresentar-se ao serviço devidamente uniformizado.
- Executar as atividades relativas à alimentação das crianças, de acordo com as normas estabelecidas pela nutricionista.
- Informar ao responsável sobre a necessidade de reparos e reposição de utensílios, equipamentos e instalações da cozinha.
- Informar ao responsável, possíveis falhas ou irregularidades que prejudiquem o bom andamento do serviço.
- Receber os gêneros alimentícios, observando as quantidades e a qualidade dos mesmos.
- Armazenar corretamente os gêneros alimentícios, observando os prazos de validade.
- Elaborar refeições de acordo com o cardápio, e os horários previamente definidos para o número de crianças presentes no CMEI.
- Preparar os mamas de acordo com os horários afixados, (com exceção aos bebês que alimentam-se exclusivamente de leite, estes serão definidos com o professor, de acordo com a rotina da criança) seguindo as normas estabelecidas pela nutricionista, cuidando da higienização diária dos mesmos.
- Organizar a distribuição das refeições às crianças do CMEI.
- Responder pela higiene da cozinha, dos equipamentos, utensílios utilizados e ambiente de armazenamento dos alimentos (despensa, geladeira e freezer).
- Divulgar diariamente o cardápio.
- Executar serviços de panificação com confecção de massas, bolos, bolachas englobando os doces em gerais e salgados.
- Colaborar para o bom desempenho das atividades da escola executando outras tarefas que a direção solicitar, que visam fortalecer o trabalho administrativo e pedagógico do CMEI.

21.3.5.3 – Auxiliares Serviços Gerais – cozinha

Compete aos auxiliares de cozinha:

- Apresentar-se ao serviço devidamente uniformizado.
- Executar tarefas auxiliares.
- Servir alimentos.
- Auxiliar no preparo das refeições.
- Auxiliar na preparação de panificação com confecção de massas, bolos, bolachas englobando os doces em gerais e salgados.
- Auxiliar no recebimento dos gêneros alimentícios, observando as quantidades e a qualidade dos mesmos.
- Ajudar no armazenamento correto dos gêneros alimentícios, observando os prazos de validade.
- Recolher, lavar, secar e guardar utensílios de copa e cozinha, mantendo a higiene, conservação e organização dos utensílios e equipamentos, rotineira e imediatamente após o uso.
- Manter a higiene, conservação e organização da área física da cozinha e depósito.
- Zelar pela guarda de materiais, alimentos e equipamentos de trabalho.
- Obedecer os cardápios estabelecidos.
- Colaborar para o bom desempenho das atividades gerais do CMEI.
- Executar tarefas afins.
- Zelar pelo uso adequado dos utensílios e equipamentos e utensílios utilizados.

Parágrafo único: No ambiente da cozinha é proibido a entrada de pessoas estranhas, quando se fizer necessário, somente com o uso de touca. É vetado o uso de joias, bijuterias e perfumes fortes. Estar em dia com a higiene pessoal mantendo unhas cortadas e cabelo preso.

21.3.5.3 – Auxiliar de serviço Gerais – Limpeza

Compete aos auxiliares de Limpeza:

- Zelar e executar serviços de limpeza interna e externa do CMEI.
- Observar e seguir as normas de rotina e orientação.
- Comunicar qualquer irregularidade verificada.
- Efetuar pequenos reparos e consertos.
- Ter sob a sua guarda materiais destinados às atividades de seu setor de trabalho.
- Zelar e efetuar tarefas auxiliares.
- Operar máquinas de pequeno porte.
- Zelar pelo funcionamento e a limpeza dos equipamentos utilizados ou em uso.
- Fazer mudanças.
- Varrer, escovar, lavar e remover lixos e detritos nas dependências do CMEI.
- Zelar pela conservação e manutenção de sanitários.
- Lavar pisos, tatames, tapetes, colchonetes.
- Coletar lixo; lavar vidros, espelhos, persianas; varrer pátios.
- Fazer a lavagem e desinfecção das dependências do CMEI quando se fizer necessário.
- Fechar portas, janelas e outras vias de acesso, verificando se as luminárias estão apagadas.
- Executar tarefas de limpeza e organização dos ambientes, móveis e utensílios (recolher colchões, roupas de uso coletivo do CMEI, bem como repor toalhas, lençóis e fronhas, cobertores, papel toalha, papel higiênico e demais materiais que ficam sob a responsabilidade da equipe de limpeza).
- Triagem de roupas que não estejam em condições de uso que sejam substituídas.
- Lavar e passar toda a roupa do CMEI.
- Usar a dosagem correta dos produtos de limpeza na limpeza de roupas e limpeza geral do CMEI.
- Manter as dependências da lavanderia sempre limpa e organizada.
- Limpar periodicamente ralos e sistemas de drenagem externos.
- Manter o CMEI sempre limpo em todas as suas dependências.
- Fazer o serviço de limpeza geral.
- Executar outras tarefas afins conforme solicitação da direção que contribuam para o melhor andamento dos trabalhos administrativos e pedagógicos do CMEI.

22 – Restrições/Lembretes

22.1 – É proibido retirar e utilizar documento ou material pertencente ao CMEI, sem a devida permissão do órgão competente.

22.2 – É proibido ausentar-se do CMEI em seu horário de trabalho sem a prévia autorização do setor competente.

22.2. 1- Quando autorizado, o funcionário deverá bater o ponto registrando a saída estando ciente que se tratando de assunto particular será descontado do seu salário o tempo que se ausentar. Em caso de saúde apresentar declaração, justificativa ou atestado para justificar a ausência. A serviço da escola, Secretária da Educação ou Prefeitura Municipal poderá ser feito justificativa quando solicitado a ausência do funcionário por meio destas.

22.3 – É proibido expor crianças, colegas de trabalho ou qualquer pessoa da comunidade a situações constrangedoras.

22.4 – É proibido ocupar-se, durante o período de trabalho, de atividades estranhas à sua função.

22.5 – É proibido discriminar, usar de violência simbólica, agredir fisicamente e/ou verbalmente qualquer membro da comunidade escolar.

22.6 – É proibido receber pessoas estranhas ao funcionamento do CMEI durante o período de trabalho, sem prévia autorização do órgão competente.

22.7 – É proibido transferir a outra pessoas o desempenho do encargo que lhe foi confiado.

22.8 – É proibido divulgar assuntos que envolvam direta ou indiretamente o nome do CMEI, por qualquer meio de publicidades, sem prévia autorização.

22.9 – É proibido promover excursões, jogos, coletas, lista de pedidos, vendas ou campanhas de qualquer natureza, que envolvam o nome do CMEI, sem a prévia autorização.

22.10 – É proibido comparecer ao trabalho e aos eventos do CMEI embriagado ou com sintomas de ingestão e/ou uso de substâncias químicas tóxicas.

22.11 – É proibido fumar nas dependências do CMEI, conforme legislação em vigor.

22.12 – É proibido realizar vendas nas dependências do CMEI.

22.13 – É vetado o uso de aparelho celular durante o desempenho das atividades na escola. (Fica à disposição o telefone fixo para ligações em caso de emergência).

22.13.1 - EMENTA: "RESTRIÇÃO AO USO DE TELEFONES CELULARES NO HORÁRIO DE LABOR. PODER DIRETIVO DO EMPREGADOR. A proibição do uso de aparelho celular pelo empregado, no período em que está laborando, está inserida no poder diretivo do empregador, porquanto tais equipamentos permitem que a qualquer momento o trabalhador interrompa suas atividades profissionais para dedicar-se a questões particulares, nem sempre de caráter urgente, desviando sua atenção. A interferência na concentração gera não apenas uma interrupção dos serviços, mas também pode provocar acidente de trabalho, pondo em risco a integridade física dos trabalhadores envolvidos na tarefa." (Ac. 3ª T. Proc. RO 0000852-84.2011.5.12.0032. Maioria, 20.03.12. Rel.: Juíza Maria de Lourdes Leiria. Disp. TRT-SC/DOE 30.03.12. Data de Pub. 02.04.12).

22.14 – É proibido levar alimentos para sala de aula que não foram preparados no CMEI sem prévia autorização.

22.15 – É de responsabilidade do professor e seus auxiliares manter o brinquedos plásticos fora da exposição do sol e da chuva.

22.16 – Sempre que necessário se ausentar por motivos pessoais, colocar um substituto capacitado na área e comunicar com antecedência.

22.17 – Todos os funcionários do CMEI terão direito a 15 minutos de intervalo em cada turno, de acordo com o cronograma de horários, definidos pela direção. Pedimos que respeitem o horário para que não ocorram interferências que atrapalhem no bom andamento do trabalho pedagógico.

Parágrafo único: Nos casos de conflito ou interpretação de normas, serão consultados os órgãos próprios da Secretaria da Educação. Os fatos ocorridos em desacordo com o disposto no Regimento serão apurados, ouvindo-se os envolvidos e registrados em ata. Quando do descumprimento das restrições do regimento interno os envolvidos serão advertidos verbalmente uma única vez, após será feito o registro de advertência encaminhado a Secretária de Educação, os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Educação.

Este regimento foi exposto, debatido e aprovado por unanimidade em assembleia de pais, registrado no livro de atas do Centro Municipal de Educação Infantil Doce Encanto (Ata nº 01 de 2018) que realizou-se aos treze dias do mês de março de dois mil e dezoito.

Ficam estabelecidas as normas internas para que possamos ter um bom andamento e qualidade no atendimento oferecido pelo CMEI. Todas as regras e orientações estão asseguradas e embasadas em Leis e Documentos legais. Qualquer situação adversa será analisada pelo órgão responsável.

DECRETO 147/2018

Publicação Nº 1656100

DECRETO Nº 147 /2018

GILBERTO ANGELO LAZZARI, PREFEITO MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, APROVA PROJETO DE UNIFICAÇÃO.

DECRETA:

Art. 1º - aprova o projeto de unificação de parte da Chácara n.º 66 com área de 14.249,60m² na Rua Barra Grande esquina com a Rua 20 de Janeiro, Matrícula do C.R.I. de Xanxerê n.º 16.495 e do lote n.º 09 com área de 9.709,64m², Matrícula do C.R.I. de Xanxerê n.º 28.572, na Rua Valdomiro Giordani, ambos localizados na atual quadra n.º 47, no Bairro 02, neste município de Faxinal dos Guedes/SC, de propriedade de ANGELO JOÃO ALÉSSIO E NO-ELI ALÉSSIO, Projeto elaborado pelo Engenheiro Florestal Maicon Gelhen, CREA/SC 008.853.829-00.

Art. 2º - aprova a unificação de parte da Chácara n.º 66 com área de 14.249,60m², matrícula 16.495 do C. R. I. de Xanxerê, situado no lado de numeração par da Rua Barra Grande esquina com a Rua 20 de Janeiro, distante a 49,50 metros da esquina com a Rua 21 de Abril e do lote n.º 09 com área de 9.709,64m², situado no lado de numeração ímpar da Rua Valdomiro Giordani, distante a 20,00 metros da esquina com a Rua 21 de Abril, Matrícula do C.R.I. de Xanxerê n.º 28.572, no Bairro 02, Faxinal dos Guedes/SC, formando uma área total de 23.959,24m², confrontando ao Norte com a parte do lote n.º 08 de Eliane Maria Casagrande, Matrícula n.º 21.434 em 28,00 metros, com a Rua Barra Grande em 121,32 metros; com a Rua 20 de Janeiro em 19,08 metros e com terras de Marisete Pavlak e João Celso Pavlak, Matrícula n.º 21.375 em 49,13 metros; ao Sul com a Rua Valdomiro Giordani em 166,00 metros; a Leste com a Rua 20 de Janeiro em 92,43 metros e com terras de Zelinda Pilatti e Edemar Luiz Pilatti, Matrícula n.º 8.718 em 45,21 metros; ao Oeste com o lote n.º 01 de Roque Possamai e Joreide dos Santos Possamai, Matrícula n.º 21.987 em 54,21 metros; com o lote n.º 05 de Tereza Aparecida Dalla Libera, Matrícula n.º 21.388 em 17,50 metros, com o lote n.º 06 de Bianor Paulo Giordani e Carmen Salete Fiorentin Giordani, Matrícula n.º 21.435 em 45,00 metros; com o lote n.º 07 de Nairo Giordani, Matrícula n.º 21.446 em 32,00 metros; com o lote n.º 08 de Eliane Maria Casagrande, Matrícula n.º 21.434 em 20,00 metros e com a área de posse de Armando Oldoni e Adir Oldoni em 40,00 metros.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 27 de Abril de 2018.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

DECRETO 148/2018

Publicação Nº 1656103

Faxinal dos Guedes - SC, 27 de Abril de 2018.

DECRETO Nº. 0148/2018.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento de 2018 da Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, no valor de R\$ 449.063,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil e sessenta e três reais), na seguinte programação de despesa:

06.01 – SECRET. M. DA AGRICULTURA E DESENVOLV. ECONÔMICO
20.608.2001.2.021 – Manut. das Atividades de Apoio ao Agricultor
339000000-1100 Aplicações Diretas R\$ 281.063,00

04.02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA
13.392.1301.2.013 – Manutenção das Atividades Culturais
339000000-1100 Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

11.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
28.846.2800.2.028 – Amortização da Dívida e Encargos
469000000-1100 Aplicações Diretas R\$ 12.924,48

11.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
28.846.2800.2.028 – Amortização da Dívida e Encargos
329000000-1100 Aplicações Diretas R\$ 127.075,52

TOTAL R\$ 449.063,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão anuladas as dotações e programações de despesas abaixo especificadas, do orçamento vigente, da Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, totalizando R\$ 449.063,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil e sessenta e três reais), a saber:

06.01 – SECRET. M. DA AGRICULTURA E DESENVOLV. ECONÔMICO
20.608.2001.1.069 – Ampliação da Patrulha Agrícola
449000000-1100 Aplicações Diretas R\$ 31.063,00

04.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.366.1201.2.011 – Educação de Jovens e Adultos
399000000-1101 Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

06.02 – DEPARTAMENTO DE TURISMO
04.695.0402.2.044 – Apoio ao Desenv. Do Turismo Municipal
339000000-1100 Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

06.02 – DEPARTAMENTO DE TURISMO
04.695.0402.2.044 – Apoio ao Desenv. Do Turismo Municipal
449000000-1100 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

11.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
28.846.2800.2.027 – Amortização de Precatórios
339000000-1100 Aplicações Diretas R\$ 390.000,00
TOTAL R\$ 449.063,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes - SC, 27 de Abril de 2018.
GILBETO ANGELO LAZZARI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 149/2018

Publicação Nº 1656105

Faxinal dos Guedes - SC, 27 de Abril de 2018.

DECRETO Nº. 0149/2018.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Gilberto Angelo Lazzari, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2431 de 20 de Dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 20.000,00(vinte mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

Subtrai das Dotações:

Órgão: 14 –Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 –Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 801 – Assistência Social Geral

Projeto/Atividade: 2037 – Manut. do Fundo M. Assist. Social

Modalidade de Aplicação:339000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1100 – Ordinários

Valor: R\$ 20.000,00

Adiciona para as Dotações:

Órgão: 14 –Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 –Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 801 – Assistência Social Geral

Projeto/Atividade: 2037 – Manut. do Fundo M. Assist. Social

Modalidade de Aplicação:449000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1100 – Ordinários

Valor: R\$ 20.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gilberto Angelo Lazzari
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO 150/2018

Publicação Nº 1656108

Decreto nº 150/2018

NOMEIA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARITANIA ANTONIA ROSA DA SILVA SANDI, Prefeita Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores; Considerando a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Senhor FERNANDO ROMANI, portadora do

CPF nº 072.591.369-01, para o exercício do cargo de provimento temporário de excepcional interesse público, de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com vigência no período de 07/05/2018 a 18/12/2018, podendo ser prorrogado caso tenha interesse e necessidade do município.

Parágrafo Único: O Servidor desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento previsto na referida lei.

Art.2º. O servidor vincula-se às disposições da Lei Complementar nº044/2016 e suas alterações posteriores, sendo que, em relação à Previdência Social o CONTRATADO será vinculado ao RGPS.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes, SC, em 07 de Maio de 2018.

MARITANIA A. ROSA DA SILVA SANDI

Prefeita Municipal em exercício.

Registrado e Publicado em data supra.

DECRETO 151/2018

Publicação Nº 1656109

Faxinal dos Guedes - SC, 07 de Maio de 2018.

DECRETO Nº. 151/2018.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO À SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Maritânia Antonia Rosa da Silva Sandi, Prefeita Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2431 de 20 de Dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica a chefe do poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 6.165,44 (seis mil, cento e sessenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos) no Município de Faxinal dos Guedes, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 06 – Sec. M. da Agricultura e Des. Ec.

Unidade Orçamentária: 01 – Sec. M. da Agricultura e Des. Ec.

Função: 20 – Agricultura

Subfunção: 608 – Promoção da Produção Agropecuária

Programa: 2001 – Assistência ao Produtor Rural

Projeto/Atividade: 2021 – M. das A. de Apoio ao Agricultura

Modalidade de Aplicação: 339000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1334 – Superávit Conv. Outros - União

Valor: R\$ 6.165,44

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que se trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior do contrato de Repasse nº. 832791/2016/MAPA/CAIXA, Processo nº. 26231033236-59/2016, referente a rendimentos do exercício.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gilberto Angelo Lazzari
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO 152/2018

Publicação Nº 1656110

Faxinal dos Guedes - SC, 07 de Maio de 2018.

DECRETO Nº. 152/2018.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PROVENIENTE DO CONTRATO DE REPASSE Nº. 841814/2016/FNAS/CAIXA, PROCESSO Nº. 2623.1037267-43/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Maritânia Antonia Rosa da Silva Sandi, Prefeita Municipal em Exercício do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2431 de 20 de Dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica a chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do provável excesso de arrecadação do Contrato de Repasse nº. 841814/2016/FNAS/CAIXA, Processo nº.2623.1037267-73/2016 no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), no orçamento de 2018 do Município de Faxinal dos Guedes, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 07 – Secretaria M. de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria M. de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 801 – Assistência Social Geral
Projeto/Atividade: 1071 – Obras de Infraestrutura Social
Modalidade de Aplicação:44900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1134 – Convênios Outros - União
Valor: R\$ 450.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o provável excesso de arrecadação do Contrato de Repasse nº. 841814/2016/FNAS/CAIXA, Processo nº.2623.1037267-73/2016 para construção de um CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maritânia Antonia Rosa da Silva Sandi
Prefeita Municipal em Exercício
Registrado e publicado em data supra.

DECRETO 153/2018

Publicação Nº 1656113

Faxinal dos Guedes - SC, 07 de Maio de 2018.

DECRETO Nº. 153/2018.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO A SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Maritânia Antonia Rosa da Silva Sandi, Prefeita Municipal em Exercício do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2431 de 20 de Dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica a chefe do poder Executivo Municipal autorizada a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro

no valor de R\$ 18.307,72 (dezoito mil, setecentos e sete reais e setenta e dois centavos) no Município de Faxinal dos Guedes, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 07 – Secretaria M. de Assistência Social
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria M. de Assistência Social
Função: 08 – Assistência Social
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária
Programa: 801 – Assistência Social Geral
Projeto/Atividade: 1071 – Obras de Infraestrutura Social
Modalidade de Aplicação:44900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1300 – Superávit Exe. Ant/Rec. Ordinários
Valor: R\$ 18.307,72

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que se trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maritânia Antonia Rosa da Silva Sandi
Prefeita Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO 154/2018

Publicação Nº 1656111

Faxinal dos Guedes - SC, 07 de Maio de 2018.

DECRETO Nº. 154/2018.

"DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Maritânia Antonia Rosa da Silva Sandi, Prefeita Municipal em Exercício do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2431 de 20 de Dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 4.000,00(quatro mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

Subtrai das Dotações:

Órgão: 04 –S. M. de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 02 –S. M. de Educação, Cultura e Esportes
Função: 13 – Cultura
Subfunção: 392 – Difusão Cultural
Programa: 1301 – Desenvolvimento Cultural
Projeto/Atividade: 2014 – Manut. das Atividades Culturais
Modalidade de Aplicação:339000000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1100 – Ordinários
Valor: R\$ 4.000,00

Adiciona para as Dotações:

Órgão: 04 –S. M. de Educação, Cultura e Esportes
Unidade Orçamentária: 02 –S. M. de Educação, Cultura e Esportes
Função: 13 – Cultura
Subfunção: 392 – Difusão Cultural
Programa: 1301 – Desenvolvimento Cultural
Projeto/Atividade: 2014 – Manut. das Atividades Culturais
Modalidade de Aplicação:449000000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1100 – Ordinários
Valor: R\$ 4.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maritânia Antonia Rosa da Silva Sandi
Prefeita Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO 155/2018

Publicação Nº 1656114

Faxinal dos Guedes - SC, 11 de Maio de 2018.

DECRETO Nº. 0155/2018.

“DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Maritânia Antonia Rosa da Silva Sandi, Prefeita Municipal em Exercício do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2431 de 20 de Dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 93.319,59 (noventa e três mil trezentos e dezenove reais e cinquenta e nove centavos) para as seguintes dotações orçamentárias:

Subtrai das Dotações:

Órgão: 13 – Fundo M. de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo M. de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 1001 – Saúde com Qualidade

Projeto/Atividade: 2032 – Manut. Bl. MAC Amb. E Hosp.

Modalidade de Aplicação:339300000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1138 – Transf. da Saúde - MAC

Valor: R\$ 93.319,59

Adiciona para as Dotações:

Órgão: 13 – Fundo M. de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo M. de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 1001 – Saúde com Qualidade

Projeto/Atividade: 2032 – Manut. Bl. MAC Amb. E Hosp.

Modalidade de Aplicação:339000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1138 – Transf. da Saúde - MAC

Valor: R\$ 93.319,59

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maritânia Antonia Rosa da Silva Sandi
Prefeita Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO 156/2018

Publicação Nº 1656116

DECRETO Nº 156/2018

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARITÂNIA ANTÔNIA ROSA DA SILVA SANDI, Prefeita em Exercício, no Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso

III da Lei Orgânica Municipal:

CONSIDERANDO: O disposto na Lei Municipal nº 1372 de 28 de Março de 1994, que dispõe sobre feriados civis e religiosos no Município de Faxinal dos Guedes.

CONSIDERANDO: Que no próximo dia 31 de Maio, próximo vindouro, será Feriado Nacional e Municipal decorrente de Corpus Christi.

CONSIDERANDO: Que no dia 01 de Junho, será considerado ponto facultativo em decorrência do Feriado Nacional e Municipal de Corpus Christi.

DECRETA:

Art. 1º. Será facultado o Ponto Facultativo nas repartições Públicas Municipais, no dia 01 de Junho de 2018.

Art. 2º. Os serviços de urgência e emergência funcionarão em regime de plantão, organizados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de Maio de 2018.

MARITÂNIA ANTÔNIA ROSA DA SILVA SANDI
Prefeita Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

DECRETO 157/2018

Publicação Nº 1656118

Faxinal dos Guedes - SC, 16 de Maio de 2018.

DECRETO Nº. 0157/2018.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DE RECURSOS DA UNIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Maritânia Antonia Rosa da Silva Sandi, Prefeita Municipal em Exercício de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. nº. 05 e 10 da Lei Municipal nº. 2.431 de 20 de Dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica a chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do excesso de arrecadação do repasse da Estruturação da Atenção Básica à Saúde Bucal no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), no orçamento de 2018 do Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 13 – Fundo M. de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo M. de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 1001 – Saúde com Qualidade

Projeto/Atividade: 2031 – Manut. Bloco de At. B. Variável

Modalidade de Aplicação:449000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1133 – Superávit – Trans. Conv. SUS/União

Valor: R\$ 25.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o excesso de arrecadação do repasse da Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde – Estruturação da Atenção à Saúde Bucal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maritânia Antonia Rosa da Silva Sandi
Prefeita Municipal em Exercício
Registrado e publicado em data supra.

DECRETO 158/2018

Publicação Nº 1656122

Decreto nº 158/2018

NOMEIA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLEUSA BRUSAMARELLO, Secretária Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores; Considerando a Chamada Pública para ACT's, edital Nº 018/2018.

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Senhora MARILEY DALLA VALLE portadora do CPF nº 746.199.269-49, para o exercício do cargo de provimento temporário de excepcional interesse público, de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com vigência no período de 21/05/2018 a 18/12/2018, podendo ser prorrogado caso tenha interesse e necessidade do município.

Parágrafo Único: O Servidor desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento previsto na referida lei.

Art.2º. O servidor vincula-se às disposições da Lei Complementar nº044/2016 e suas alterações posteriores, sendo que, em relação à Previdência Social o CONTRATADO será vinculado ao RGPS.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes, SC, em 21 de Maio de 2018.

CLEUSA BRUSAMARELLO

Secretária M. de Educação e Cultura

Registrado e Publicado em data supra.

DECRETO 159/2018

Publicação Nº 1656123

Faxinal dos Guedes - SC, 21 de Maio de 2018.

DECRETO Nº. 0159/2018.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PROVENIENTE DO CONTRATO DE REPASSE OGU Nº. 850526/2017 – OPERAÇÃO 1044036-47 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Maritânia Antonia Rosa da Silva Sandi, Prefeita Municipal em Exercício do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2431 de 20 de Dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica a chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do provável excesso de arrecadação do Contrato de Repasse OGU nº. 850526/2017 – Operação 1044036-47 no valor de R\$ 274.793,75 (duzentos e setenta e quatro mil setecentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos), no orçamento de 2018 do Município de Faxinal dos Guedes, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 05 – Secretaria M. de Infraestrutura

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria M. de Infraestrutura

Função: 15 – Urbanismo

Subfunção: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 1502 – Serviços de Utilidade Pública

Projeto/Atividade: 1065 – Obras de Infraestrutura Urbana

Modalidade de Aplicação:449000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1134 – Convênios Outros - União

Valor: R\$ 274.793,75

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o provável excesso de arrecadação do Contrato de Repasse OGU nº. 850526/2017 – Operação 1044036-47 – Programa Fomento ao Setor Agropecuário para construção de uma ponte na comunidade de Barra Grande.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maritânia Antonia Rosa da Silva Sandi

Prefeita Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO 160/2018

Publicação Nº 1656124

Faxinal dos Guedes - SC, 22 de Maio de 2018.

DECRETO Nº. 0160/2018.

"DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Maritânia Antonia Rosa da Silva Sandi, Prefeita Municipal em Exercício do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2431 de 20 de Dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 30.000,00(trinta mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

Subtrai das Dotações:

Órgão: 05 – Secretaria M. de Infraestrutura

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria M. de Infraestrutura

Função: 06 – Segurança Pública

Subfunção: 182 – Defesa Cível

Programa: 601 – Segurança Municipal

Projeto/Atividade: 2019 –Manut. Conv. com Corpo de Bombeiros

Modalidade de Aplicação:449000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1100 – Ordinários

Valor: R\$ 30.000,00

Adiciona para as Dotações:

Órgão: 05 – Secretaria M. de Infraestrutura

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria M. de Infraestrutura

Função: 06 – Segurança Pública

Subfunção: 182 – Defesa Cível

Programa: 601 – Segurança Municipal

Projeto/Atividade: 2019 –Manut. Conv. com Corpo de Bombeiros

Modalidade de Aplicação:339000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1100 – Ordinários

Valor: R\$ 30.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maritânia Antonia Rosa da Silva Sandi

Prefeita Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO 161/2018

Publicação Nº 1656125

Decreto nº 161/2018

NOMEIA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLEUSA BRUSAMARELLO, Secretária Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores; Considerando a Chamada Pública para ACT's, edital Nº 019/2018.

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Senhora ROMIELI CAMBRUSI DA SILVA portadora do CPF nº 041.457.469-96, para o exercício do cargo de provimento temporário de excepcional interesse público, de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com vigência no período de 24/05/2018 a 18/12/2018, podendo ser prorrogado caso tenha interesse e necessidade do município.

Parágrafo Único: O Servidor desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento previsto na referida lei.

Art.2º. O servidor vincula-se às disposições da Lei Complementar nº044/2016 e suas alterações posteriores, sendo que, em relação à Previdência Social o CONTRATADO será vinculado ao RGPS.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de Maio de 2018.

CLEUSA BRUSAMARELLO

Secretária M. de Educação e Cultura

Registrado e Publicado em data supra.

DECRETO 162/2018

Publicação Nº 1656128

Decreto nº 162/2018

NOMEIA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLEUSA BRUSAMARELLO, Secretária Municipal de Educação e Cultura, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o interesse público e a necessidade pública na contratação de servidores; Considerando a Chamada Pública para ACT's, edital Nº 020/2018.

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Senhora MARITANIA IOLE BREIER SORALUCE portadora do CPF nº 048.763.239-76, para o exercício do cargo de provimento temporário de excepcional interesse público, de PROFESSOR DE ARTES 1º AO 5º ANO com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com vigência no período de 24/05/2018 a 31/07/2018, podendo ser prorrogado caso tenha interesse e necessidade do município.

Parágrafo Único: O Servidor desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento previsto na referida lei.

Art.2º. O servidor vincula-se às disposições da Lei Complementar nº044/2016 e suas alterações posteriores, sendo que, em relação à Previdência Social o CONTRATADO será vinculado ao RGPS.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes, SC, em 24 de Maio de 2018.

CLEUSA BRUSAMARELLO

Secretária M. de Educação e Cultura

Registrado e Publicado em data supra.

DECRETO 163/2018

Publicação Nº 1656129

Faxinal dos Guedes - SC, 24 de Maio de 2018.

DECRETO Nº. 0163/2018.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS DA UNIÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Maritânia Antonia Rosa da Silva Sandi, Prefeita Municipal em Exercício do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2.431 de 20 de Dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica a chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do excesso de arrecadação do repasse do AFM – Apoio Financeiro Extraordinário Pela União aos Entes Federativos que Recebem o Fundo de Participação dos Municípios - FPM no valor de R\$ 58.407,09 (cinquenta e oito mil, quatrocentos e sete reais e nove centavos), no orçamento de 2018 do Município de Faxinal dos Guedes, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 04 –Secret. M. de Ed., Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 1201 – Desenvolvimento Educacional

Projeto/Atividade: 2006 – Manut. das Ativ. do E. Fundamental

Modalidade de Aplicação:339000000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1132 – Convênio União/Educação

Valor: R\$ 58.407,09

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o excesso de arrecadação do repasse AFM Extraordinário – Apoio Financeiro aos Municípios, destinado a Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maritânia Antonia Rosa da Silva Sandi

Prefeita Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO 164/2018

Publicação Nº 1656134

Faxinal dos Guedes - SC, 24 de Maio de 2018.

DECRETO Nº. 0164/2018.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PROVENIENTE DO CONTRATO DE REPASSE OGU Nº. 844215/2017, Nº. DA PROPOSTA 17697/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Maritânia Antonia Rosa da Silva Sandi, Prefeita Municipal em Exercício do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina,

no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2431 de 20 de Dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica a chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do provável excesso de arrecadação do Contrato de Repasse OGU nº. 844215/2017 e Proposta nº. 17697/2017 no valor de R\$ 291.500,00 (duzentos e noventa e um mil e quinhentos reais), no orçamento de 2018 do Município de Faxinal dos Guedes, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 05 – Secretaria M. de Infraestrutura
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria M. de Infraestrutura
Função: 26 – Transporte
Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 2601 – Estradas Vicinais
Projeto/Atividade: 1067 – Aquisição de Máquinas e Veículos
Modalidade de Aplicação: 44900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1134 – Convênios Outros - União
Valor: R\$ 291.500,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o provável excesso de arrecadação do Contrato de Repasse OGU nº. 844215/2017 e Proposta nº. 17697/2017 para aquisição de um caminhão caçamba.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maritânia Antonia Rosa da Silva Sandi
Prefeita Municipal em Exercício
Registrado e publicado em data supra.

DECRETO 165/2018

Publicação Nº 1656135

Faxinal dos Guedes, SC, 24 de Maio de 2018.

DECRETO nº 165/2018

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Faxinal dos Guedes, ressalta-se que os referidos membros assumirão a gestão 2018 a 2019, os seguintes cidadãos:

I – REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
EFETIVO: SILDA MARA MAZZOCO BERTUOL
SUPLENTE: ROSELI FINGER POMPERMAYER

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EFETIVO: PATRICIA BENEDET TOMAZZI
SUPLENTE: LUCIANE MAURER PIRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EFETIVO: ZULEICA SOUZA GUERRA
SUPLENTE: CAMILA MARAN

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
EFETIVO: MARCOS PASIN
SUPLENTE: ANDRÉ KILLP DE FIGUEIREDO

II – REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS:

USUARIOS
EFETIVOS: CARLA ARMENIO
MARCIA TIECHER

SUPLENTE: CLARICE MACHADO
ROSI DALEANTES

ENTIDADE

ESCOLA ESPECIAL PAULO DENIS – APAE
EFETIVO: LUCIANA SANTIN
MARIA DE LOURDES BENDER

TRABALHADORES DO SUAS
EFETIVO: MÔNICA VACCARO PADOVAN
FERNANDA DE CAMPOS
SUPLENTE: GILSE MELLO
MICHELI PERGHER

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, SC,
em 24 de Maio de 2018.
MARITÂNIA ANTÔNIA ROSA DA SILVA SANDI
Prefeita Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

DECRETO 166/2018

Publicação Nº 1656137

Faxinal dos Guedes, SC, 25 de Maio de 2018.

DECRETO Nº 166/2018

DECRETA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, EM RAZÃO DO DESABASTECIMENTO E/OU ESCASSEZ DE COMBUSTÍVEIS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARITÂNIA ANTONIA ROSA DA SILVA SANDI, Prefeita em Exercício do município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 66, Inciso XV da Lei Orgânica Municipal:

CONSIDERANDO; a ocorrência da greve nacional dos caminhoneiros contra o aumento dos combustíveis que vem afetando de igual modo os serviços públicos oferecidos pelo executivo municipal;

CONSIDERANDO; o desabastecimento de combustível dos postos de combustível do município;

CONSIDERANDO; que o município realiza o transporte escolar de toda a rede municipal e estadual e não tem reservas de combustível;

CONSIDERANDO; que as empresas não conseguem entregar os gêneros alimentícios e não há armazenamento suficiente para garantir a merenda escolar aos alunos;

CONSIDERANDO; por fim, que os recursos de combustível deverão ser preservados estritamente para os serviços essenciais de saúde, especialmente as urgências e emergências;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretada SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA em todo território do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, a partir da publicação do mesmo, visando economizar recursos para a área essencial, qual seja, saúde pública, pertinente aos serviços de Urgência e Emergência, que permanecerão enquanto houver combustível.

Parágrafo Único. Os serviços essenciais de Saúde Pública e Conselho Tutelar permanecerão com suas atividades normais, enquanto possuir condições de abastecimento.

Art. 2º Fica expressamente determinado que caberá ao Prefeito Municipal a estrita observância e cumprimento das disposições contidas no presente Decreto, ficando a seu cargo a liberação dos veículos oficiais apenas para medidas de extrema urgência e emergência, na área de saúde e Conselho Tutelar.

Parágrafo Único: Ficam, também, sob a responsabilidade de todos os Secretários Municipais as medidas para o fiel cumprimento e implementação do disposto no presente Decreto.

Art. 3º As medidas de que trata o presente Decreto terão duração até que a situação do desabastecimento seja revertida.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, 25 de maio de 2018.

MARITANIA ANTONIA ROSA DA SILVA SANDI

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO 167/2018

Publicação Nº 1656139

DECRETO Nº. 0167/2018.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARITÂNIA ANTONIA ROSA DA SILVA SANDI, Prefeita Municipal em Exercício de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a Abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento de 2018 da Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, no valor de R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), na seguinte programação de despesa:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
16.482.1601.1.072 – Apoio ao Sistema Habitacional
449000000-1100 Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

05.01 – SECRETARIA M. DE INFRAESTRUTURA
26.782.2601.2.016 – Manutenção das Atividades de Infraestrutura
339000000-1100 Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

TOTAL R\$ 340.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão anuladas as dotações e programações de despesas abaixo especificadas, do orçamento vigente, da Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, totalizando

R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), a saber:

11.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
28.846.2800.2.027 – Amortização de Precatórios
339000000-1100 Aplicações Diretas R\$ 340.000,00

TOTAL R\$ 340.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes - SC, 25 de Maio de 2018.

MARITÂNIA ANTONIA ROSA DA SILVA SANDI

PREFEITA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

DECRETO 168/2018

Publicação Nº 1656764

DECRETO N. 168/2018

“INSTITUI TURNO ÚNICO PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARITÂNIA ANTONIA ROSA DA SILVA SANDI, Prefeita Municipal em Exercício de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando, a situação análoga em decorrência da paralização dos motoristas;

Considerando finalmente, o Decreto Municipal n. 166/2018, datado de 25 de Maio de 2018, que decretou situação de emergência, em razão do desabastecimento e/ou escassez de combustíveis no âmbito do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina.

DECRETA:

Art. 1º. Fica Instituído Turno Único em todas as Secretarias Municipais pertencentes à Administração Pública Municipal, a partir do dia 30 de Maio de 2018, passando o horário de expediente, das 07 às 13 horas até que perdurem à paralização.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário

Faxinal dos Guedes/SC, 29 de Maio de 2018.

MARITÂNIA ANTONIA ROSA DA SILVA SANDI

Prefeita Municipal em Exercício

DECRETO 169/2018

Publicação Nº 1656770

DECRETO Nº 169 /2018

MARITÂNIA ANTONIA ROSA DA SILVA SANDI, Prefeita Municipal em Exercício de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, aprova projeto de desdobro.

DECRETA:

Art. 1º - aprova o projeto de Desdobro do imóvel, constante do lote n.º 02 da quadra “H” atual quadra n.º 48, com área de 4.240,00m², na Rua Dom Giacomo esquina com a Rua 20 de Janeiro e esquina com a Rua São Valentin, matrícula n.º 10.992 do C. R. I. da Comarca de Xanxerê/SC, de propriedade do(a)s Sr.(a)s. ADILVES ILIANE OSELAME, Projeto elaborado pelo Agrimensor e Especialista em Georreferenciamento Carlos Elísio Stähelin CREA/SC 25.201.

Art. 2º - Desdobro do imóvel, constante do lote n.º 02 da quadra "H" atual quadra n.º 48, com área de 4.240,00m², Loteamento de Arduino Antonio Ozelame em 10 lotes: Lote n.º 07 com área de 520,00m², situado no lado de numeração par da Rua 20 de Janeiro e distante 37,00m da esquina com a Rua Airo Oselame, com as seguintes confrontações: Norte – Com o lote n.º 08 em 27,70m e com o lote n.º 11 em 12,30m; Sul – Com parte do lote n.º 01 e 06 de propriedade de Edivania Perotto (M.21.738) em 29,73m, com parte do lote n.º 01 e 06 de propriedade de Gilmar Adão Poholski (M.21.739) em 10,27m; Leste – Com o lote n.º 16 em 13,00m; Oeste – Com a Rua 20 de Janeiro em 13,00m; Lote n.º 08 com área de 360,10m², situado no lado de numeração par da Rua 20 de Janeiro e distante 27,00m da esquina com a Rua Dom Giacomo, com as seguintes confrontações: Norte – Com o lote n.º 09 em 27,70m; Sul – Com parte do lote n.º 07 em 27,70m; Leste – Com parte do lote n.º 11 em 13,00m; Oeste – Com a Rua 20 de Janeiro em 13,00m; Lote n.º 09 com área de 360,10m², situado no lado de numeração par da Rua 20 de Janeiro e distante 14,00m da esquina com a Rua Dom Giacomo, com as seguintes confrontações: Norte – Com o lote n.º 10 em 27,70m; Sul – Com o lote n.º 08 em 27,70m; Leste – Com parte do lote n.º 11 em 13,00m; Oeste – Com a Rua 20 de Janeiro em 13,00m; Lote n.º 10 com área de 387,80m², situado no lado de numeração par da Rua 20 de Janeiro esquina com o lado de numeração par da Rua Dom Giacomo, com as seguintes confrontações: Norte – Com a Rua Dom Giacomo em 27,70m; Sul – Com o lote n.º 09 em 27,70m; Leste – Com parte do lote n.º 11 em 14,00m; Oeste – Com a Rua 20 de Janeiro em 14,00m; Lote n.º 11 com área de 492,00m², situado no lado de numeração par da Rua Dom Giacomo e distante 27,70m da esquina com a Rua 20 de Janeiro, com as seguintes confrontações: Norte – Com a Rua Dom Giacomo em 12,30m; Sul – Com parte do lote n.º 07 em 12,30m; Leste – Com o lote n.º 12 em 40,00m; Oeste – Com o lote n.º 08 em 13,00m, com o lote n.º 09 em 13,00m e com o lote n.º 10 em 14,00m; Lote n.º 12 com área de 492,00m², situado no lado de numeração par da Rua Dom Giacomo e distante 27,70m da esquina com a Rua São Valentim, com as seguintes confrontações: Norte – Com a Rua Dom Giacomo em 12,30m; Sul – Com parte do lote n.º 16 em 12,30m; Leste – Com o lote n.º 13 em 27,00m e com o lote n.º 15 em 13,00m; Oeste – Com o lote n.º 11 em 40,00m; Lote n.º 13 com área de 369,90m², situado no lado de numeração par da Rua Dom Giacomo e distante 14,00m da esquina com a Rua São Valentim, com as seguintes confrontações: Norte – Com a Rua Dom Giacomo em 13,70m; Sul – Com parte do lote n.º 15 em 13,70m; Leste – Com o lote n.º 14 em 27,00m; Oeste – Com parte do lote n.º 12 em 27,00m; Lote n.º 14 com área de 378,00m², situado no lado de numeração par da Rua Dom Giacomo esquina com o lado de numeração ímpar da Rua São Valentim, com as seguintes confrontações: Norte – Com a Rua Dom Giacomo em 14,00m; Sul – Com parte do lote n.º 15 em 14,00m; Leste – Com a Rua São Valentim em 27,00m; Oeste – Com o lote n.º 13 em 27,00m; Lote n.º 15 com área de 360,10m², situado no lado de numeração ímpar da Rua São Valentim e distante 27,00m da esquina com a Rua Dom Giacomo, com as seguintes confrontações: Norte – Com o lote n.º 13 em 13,70m e com o lote n.º 14 em 14,00m; Sul – Com parte do lote n.º 16 em 27,70m; Leste – Com a Rua São Valentim em 13,00m; Oeste – Com parte do lote n.º 12 em 13,00m; Lote n.º 16 com área de 520,00m², situado no lado de numeração ímpar da Rua São Valentim e distante 37,00m da esquina com a Rua Airo Oselame, com as seguintes confrontações: Norte – Com o lote n.º 12 em 12,30m e com o lote n.º 15 em 27,70m; Sul – Com parte do lote n.º 01 e 06 de propriedade de Gilmar Adão Poholski (M.21.739) em 10,00m e com o lote n.º 05 de propriedade de Airo Teles (M.17.825) em 30,00m; Leste – Com a Rua São Valentim em 13,00m; Oeste – Com o lote n.º 07 em 13,00m.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal em Exercício, em 30 de Maio de 2018.

MARITÂNIA ANTÔNIA ROSA DA SILVA SANDI

Prefeita Municipal em Exercício

DISPENSA DE LICITAÇÃO 0005/2018

Publicação Nº 1656832

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0045/2018.

INEXIGIBILIDADE DE LICITACAO N. 0005/2018.

OBJETO:

ITEM 01: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA CÉSAR PARANÁ.

JUSTIFICATIVA.: Considerando declaração firmada pelo artista César Henrique Pereira, narrador profissional, inscrito no CPF/MF sob n. 969.312.309-30, residente e domiciliado a Rua Santo Amaro da Imperatriz, Município de Chapecó/SC, dando conta de que a Empresa Rosangela Tomazi 04930899931, com sede jurídica na Avenida Porto Feliz, s/n, Sala 04, Centro, Município de Mondai/SC, CEP: 89.893-000, através de sua proprietária Senhora Rosangela Tomazi, brasileira, empresária, inscrita no CPF/MF sob n. 049.308.999-31, detêm Carta de Exclusividade para representá-lo em shows e eventos.

Fazendo um breve histórico, atualmente, César Paraná é um dos principais locutores de rodeio do Brasil, consagra-se cada vez mais, como um dos maiores locutor de rodeiros e cada vez mais consolida-se em todo o país no ramo de shows e eventos.

Como já demonstra o seu reconhecimento, concedido em 2012, à César Paraná em homenagem dada pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina com a Medalha de Comenda do Legislativo Catarinense, como forma do reconhecimento por seu trabalho, principalmente em nosso Estado ao longo destes mais de 20 anos de carreira consolidada.

Justifica-se a contratação dos serviços através de Inexigibilidade de Licitação, onde a escolha recai sobre a empresa ROSANGELA TOMAZI 04930899931, empresa que representa o artista com exclusividade e possui competência técnica necessária para realização do RODEIO COUNTRY, com a Equipe Técnica César Paraná, tais como: arquibancadas, camarotes, arena, curais, bretes, iluminação da arena, gerador de energia, peões, premiação, locutores da arena, locutor comercial, salva vidas, DJs de rodeio, juiz de rodeio, sonorização da arena, show de efeitos visuais, show piro-musical, produção de abertura, montagem e desmontagem da arena, segurança do evento e parte da divulgação, além dos bailes que serão realizados nesses três dias.

O espetáculo proporcionado pela Equipe César Paraná - RODEIO SHOW será uma das atrações do 60º Aniversário Político-Administrativo do Município de Faxinal dos Guedes e contará com apresentações tradicionalistas no gênero country, além de oferecer toda a infraestrutura necessária para a realização do entretenimento.

O entretenimento oferecido estará adequado perfeitamente ao evento pretendido, além de ser uma das mais completas equipes de rodeio country do sul do país.

Ademais ainda, sua equipe é conhecida por realizar eventos nas maiores Feiras e Festas dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, inclusive, já foi premiada em concurso da área e por corresponder as características desejadas para o evento e ainda, a contratação em questão deve estar condicionada ao

cumprimento das exigências de regularidade fiscal da empresa a ser CONTRATADA.

Considerando, que em nossa região estão intrínsecas à cultura e as tradições tradicionalistas, em que pese, ainda, o artigo 37, Inciso XXI da Constituição Federal, impor como regra a obrigatoriedade de licitar, que por pertinência, transcreve-se:

"...XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações..."

Ademais ainda, o artigo 3º da citada Lei, diz que a Licitação é o procedimento administrativo que visa selecionar a proposta mais vantajosa à Administração, e, nos termos do artigo 2º, licitar é a regra.

Porém, como nos ensina JESSÉ TORRES PEREIRA JUNIOR, "...licitação inexigível equivale a licitação impossível; é inexigível porque impossível; é impossível porque não há como promover-se a competição..."

Assim, com base no Inciso III, do art. 25 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, nos ensina:

"...Art. 25 ...

(...)

III – para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública..."

Considerando, ainda, os comentários de Joel de Menezes Niebuhr, em sua obra *Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública*, (2008, p. 58) 3. Ed, Belo Horizonte: Fórum, 2011, in verbis:

"...bem se vê que, a teor do dispositivo supracitado, não é qualquer serviço de natureza artística que deve ser contratado diretamente por meio de inexigibilidade de licitação pública. Tanto é assim que o legislador prescreveu três requisitos para inexigibilidade referente aos serviços artísticos, estabelecendo parâmetros a serem levados em apreço pelos agentes administrativos, Por ordem: em primeiro lugar, é vedada a contratação de artistas amadores. Em segundo lugar, o contrato deve ser realizado diretamente com o artista ou por intermédio de empresário exclusivo. Em terceiro lugar, o artista contratado pela crítica especializada ou pela opinião pública. Nota-se que não é necessário a consagração pela crítica e pelo público: um ou outro já é o suficiente. Aliás, o gosto popular para as artes não é tão apurado quanto o da crítica especializada, pelo que é usual que artistas altamente reputados sejam desconhecidos do público. Na mesma linha, só que em sentido inverso, há artistas ovacionados pelo público e alvejados por impropérios por parte da crítica..."

E ainda, o prejulgado do Tribunal de Contas de Santa Catarina sob n. 977, exarou:

"...Para se efetivar contratação de artistas por Inexigibilidade de Licitação faz-se necessário que o trabalho artístico a ser desenvolvido – pelas características e finalidade – só possa ser realizado por determinado artista, e que esse detenha consagração em face da opinião pública e/ou da crítica especializada..."

Também, imperiosa é, a observação da singularidade, pois existem vários outros artistas que poderiam prestar esses serviços, porém,

novamente reportamo-nos aos ensinamentos de Joel de Menezes Niebuhr (2008, p.,57). "...a arte não é ciência, não segue métodos, não é objetiva e revela outras condicionantes, torna inviável a competição, tomando-se em conta que o critério para comparar os possíveis licitantes é a criatividade..."

Faxinal dos Guedes/SC, em 18 de Junho de 2018.

PEDRO PAULO RAMILO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0045/2018.

INEXIGIBILIDADE DE LICITACAO N. 0005/2018.

OBJETO:

ITEM 01: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA CÉSAR PARANÁ.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente Dispensa de Licitação encontra fundamento no Inciso III, do artigo 25, da Lei n. 8.666/93, onde consta:

"...Art. 25 ...

...

III – para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública..."

Faxinal dos Guedes/SC, 18 de Junho de 2018.

PEDO PAULO RAMILO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0045/2018.

INEXIGIBILIDADE DE LICITACAO N. 0005/2018.

OBJETO:

ITEM 01: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA CÉSAR PARANÁ.

CONTRATADO:

ROSANGELA TOMAZI 04930899931

Endereço: Avenida Porto Feliz, s/n

Centro

Mondai – SC - CEP: 89.893-000

CNPJ/MF: 21.932.450/0001-92

O PREÇO CERTO E AJUSTADO ENTRE AS PARTES:

Para os serviços artísticos a ser realizado nos dias 26, 27, 28 e 29 de Julho de 2018, festividades alusivas ao 60º Aniversário Político-Administrativo do Município de Faxinal dos Guedes será repassado o importe global de R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais), pagáveis em duas parcelas, na ordem de R\$ 43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais) a primeira pagáveis até o décimo quinto dia útil do mês de julho de 2018 e, a segunda, pagáveis também no mesmo prazo após o encerramento do evento, em conta corrente indicada pela empresa contratada.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Considerando, os valores a ser repassado, está condizente com os praticados em eventos realizados no mesmo porte, conforme ampla pesquisa realizada em outros municípios, que da mesma forma, contrataram o presente artista, devendo, porém, observar, o artigo 62, § 4º da Lei da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores

alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO N.: 0045/2018.

Faxinal dos Guedes/SC, em 18 de Junho de 2018.

VIGÊNCIA: de Junho de 2018 até 31 de Dezembro de 2018, nos termos do artigo 25, Inciso III.

PEDRO PAULO RAMILO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Faxinal dos Guedes/SC, 18 de Junho de 2018.
GILBERTO ÂNGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0045/2018.
INEXIGIBILIDADE DE LICITACAO N. 0005/2018.

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

Encaminhamos a Vossa Excelência, para ratificação, o Processo de Inexigibilidade de Licitação n. 0005/2018, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo com expedição do presente Termo de Ratificação do Processo.

Faxinal dos Guedes/SC, 18 de Junho de 2018.

PEDRO PAULO RAMILO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0045/2018.
INEXIGIBILIDADE DE LICITACAO N. 0005/2018.

OBJETO:

ITEM 01: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA CÉSAR PARANÁ.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Tendo em conta a necessidade de contratação de empresa com exclusividade para representar o artista CESAR HENRIQUE PEREIRA – CÉSAR PARANÁ nas festividades alusivas ao 60ª Aniversário Político-Administrativo do Município de Faxinal dos Guedes, observados os princípios constantes em nossa Carta Magna e observados ainda, todas as legislações específicas que venham ao encontro do Interesse Público, ratifico a dispensa de licitação, nos termos e condições constantes dos autos.

Publique-se a presente decisão.

Faxinal dos Guedes/SC, 18 de Junho de 2018.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO:

ITEM 01: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA CÉSAR PARANÁ.

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes
Av. Rio Grande do Sul, n. 458
Centro
CEP: 89694-000
CNPJ sob n. 83.009.910/0001-62
CONTRATADO:

ROSANGELA TOMAZI 04930899931
Endereço: Avenida Porto Feliz, s/n
Centro
Mondai – SC - CEP: 89.893-000
CNPJ/MF: 21.932.450/0001-92

ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação n. 0005/2018.

Flor do Sertão

PREFEITURA

LEI Nº 686/2018

Publicação Nº 1657252

LEI Nº. 686/2018

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DAR BAIXA DE MATERIAIS INSERVÍVEIS E EFETUAR DOAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a Seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado nos termos desta Lei, doar para a Associação de Pais e Professores do Centro Educacional Padre Luis Muhl de Flor do Sertão (SC), os materiais inservíveis (Entulhos de Construção Civil), que possuem algum valor econômico de mercado, oriundos dos processos licitatórios números 523/2018 (reforma e ampliação do Centro de Eventos municipal de Flor do Sertão) e 205/2018 (reforma do prédio da Secretaria de Agricultura do Município de Flor do Sertão).

Parágrafo único - Os materiais constantes da presente Lei estão inservíveis aos objetivos da administração pública em vista da impossibilidade de recuperá-los e ou reutilizá-los.

Art. 2º - Fica a Associação de Pais e Professores do Centro Educacional Padre Luis Muhl responsável para selecionar os materiais que julgar conveniente junto ao entulho da construção civil, nos locais onde estão ocorrendo as referidas reformas.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão - SC, aos 19 dias do mês de Junho de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário da Administração

Forquilha

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO FUNDaf 02/2018

Publicação Nº 1656539

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 02/FUNDaf/2018

LOCATÁRIO – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

LOCADOR – ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA PASTORAL DA CRIANÇA

OBJETO – Locação de imóvel de alvenaria, da parte térrea da Casa Mãe Helena, localizada na Rua Felipe Arns, bairro Centro, nº 300, Forquilha/SC, medindo aproximadamente 150,00m², para atendimento a Fundaf durante o exercício de 2018.

VALOR – R\$ 1.125,00 (hum mil cento e vinte e cinco reais) mensais perfazendo um valor global de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

VIGÊNCIA – 02/05/2018 à 31/12/2018.

DOTAÇÃO – 2101.2090.3390 (07) – Fundaf

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 66/PMF/2018.

DATA DA ASSINATURA – 02 de maio de 2018.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 33/2018

Publicação Nº 1656537

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 33/PMF/2018

LOCATÁRIO – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

LOCADOR – ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA PASTORAL DA CRIANÇA

OBJETO – Locação de imóvel de alvenaria, da parte térrea da Casa Mãe Helena, localizada na Rua Felipe Arns, bairro Centro, nº 300, Forquilha/SC, medindo aproximadamente 250,00m², para atendimento a Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Educação durante o exercício de 2018.

VALOR – R\$ 1.875,00 (mil oitocentos e setenta e cinco reais) mensais, perfazendo um valor global de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

VIGÊNCIA – 02/05/2018 à 31/12/2018.

DOTAÇÃO – 1301.2020.3390 (214) – Assistência Social;
0501.2017.3390 (85) – Educação.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação Nº 66/PMF/2018.

DATA DA ASSINATURA – 02 de maio de 2018.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 42/2018

Publicação Nº 1656536

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 42/2018

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – BARRA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS

DO OBJETO – Aquisição de "gêneros alimentícios", merenda escolar, através de empresas do ramo pertinente, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 45.549,00 (quarenta e cinco mil quinhentos e quarenta e nove reais).

VIGÊNCIA – 31/12/2018.

DOTAÇÃO – 0501.2014.3390 (57); 0501.2014.3390 (58);
0501.2016.3390 (76); 0501.2016.3390 (77).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal nº. 8.666/93, Pregão Presencial nº. 72/PMF/2018.

DATA DA ASSINATURA – 04 de junho de 2018.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 46/2018

Publicação Nº 1656534

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 46/2018

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – EDEMILSON MICHELS PADARIA E CONFEITARIA ME

DO OBJETO – Aquisição de "gêneros alimentícios", merenda escolar, através de empresas do ramo pertinente, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais).

VIGÊNCIA – 31/12/2018.

DOTAÇÃO – 0501.2014.3390 (57); 0501.2014.3390 (58);
0501.2016.3390 (76); 0501.2016.3390 (77).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal nº. 8.666/93, Pregão Presencial nº. 72/PMF/2018.

DATA DA ASSINATURA – 04 de junho de 2018.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 49/2018

Publicação Nº 1656533

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 49/2018
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA-ME

OBJETO – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços a serem empregados na Reforma Do Centro Comunitário Do Bairro Nova York localizado na Rua São José em Forquilhinha/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

VALOR – R\$ 38.890,95 (trinta e oito mil oitocentos e noventa reais e noventa e cinco centavos).

VIGÊNCIA – 1855 (um mil oitocentos e cinquenta e cinco) dias corridos (prazo de execução + prazo de garantia de 05 anos) – 05/08/2023.

DOTAÇÃO – 0701.1017.4490 (114).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Carta Convite nº. 78/PMF/2018.

DATA DA ASSINATURA – 07 de junho de 2018.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto nº 130 - 2018

Publicação Nº 1657350

DECRETO Nº 130, DE 18 DE JUNHO DE 2018.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o disposto no artigo 18 da Lei 2392 de 06 de Dezembro de 2017;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2018, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.572.0012.1.013 – Aquisição de Veículo para Secretaria de Saúde		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.9414 (146)	R\$	170.000,00
10.00 – Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
15.451.0016.1.021 – Construção, Ampliação e Reforma de Obras de Infra-estrutura		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.9291 (323)	R\$	250.000,00
Total	R\$	420.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão à conta das propostas de transferência nº 21251, referente aquisição de odontomóvel para a Secretaria de Saúde e nº 21193, referente a revitalização de praças, celebrados o com o Estado de Santa Catarina através da Agência De Desenvolvimento Regional de Videira.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 18 DE JUNHO DE 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

Decreto nº 131 - 2018

Publicação Nº 1657356

DECRETO Nº 131, DE 18 DE JUNHO DE 2018.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com os artigos 14 e 17 da Lei 2392 de 06 de Dezembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para

o exercício de 2018 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.303.0009.2.036 – Assistência Farmacêutica		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0400 (141)	R\$	50.000,00
12.00 – Secretaria de desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura		
12.04 – Departamento de Cultura		
13.392.0031.2.071 – Manutenção das Atividades Culturais		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (301)	R\$	30.000,00
TOTAL	R\$	80.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2017, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 18 DE JUNHO DE 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PAL00290-2017 NOTIFICAÇÃO 2 ATRASO ENTREGA MERENDA - PARANÁ FOODS 01

Publicação Nº 1657057

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0290/2017 – PMF
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0144A/2017
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0100/2017
OBJETO – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL, VISANDO CUMPRIR AS DIRETRIZES DA RESOLUÇÃO Nº 26 DE 17/06/2013 DO FNDE, ASSIM COMO A LEI Nº11947/2009 E LEI Nº12982/2014 QUE TRATA DO DIREITO DOS ESTUDANTES COM DIABETES, ALERGIA ALIMENTAR, INTOLERÂNCIA À LACTOSE OU OUTRA NECESSIDADE ALIMENTAR ESPECÍFICA A CARDÁPIO ESPECIAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0013/2018 (AT18PMF13)
NOTIFICAÇÃO

A empresa PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI EPP sagrou-se vencedora do certame referente ao Pregão Presencial Nº 0144A/2017 - PMF. Para tanto, foi formalizado a Ata de Registro de Preços AT18PMF13, cujo o objeto é aquisição de gêneros alimentícios

para os Centros de Educação Municipal, visando cumprir as diretrizes da Resolução nº 26 de 17/06/2013 do FNDE, assim como a Lei nº11947/2009 e Lei nº12982/2014 que trata do direito dos estudantes com diabetes, alergia alimentar, intolerância à lactose ou outra necessidade alimentar específica a cardápio especial de alimentação escolar.

Sobreveio a este setor a Comunicação Interna nº 01180/2018, oriundo da Secretaria de Educação, com o seguinte teor (em anexo):

Informamos que os atrasos de entregas pelo fornecedor: Paraná Foods Comércio Eireli EPP representado pelo Sr Rafael de Lara (Processo Administrativo Licitatório nº 0290/2017; Pregão Presencial nº 0144A/2017 – 2017; Registro de Preços nº 0100/2017 – AT18PMF13,,) persistem. Na data de 11 de junho (segunda-feira em acordo com a nutricionista), descumpriu novamente o prazo de entrega em todos os Centros de Educação de Ensino Fundamental e Educação Integral, prejudicando o andamento do Setor de Nutrição.

Os termos de entregas foram enviados pelas nutricionistas por e-mail dia 25/05, Afs enviadas dia 30/05.

Dia 28/05, o fornecedor enviou uma resposta pedindo desculpa pelo transtorno, mas a mercadoria seria entregue logo que a situação da greve normalizasse.

Porém, no dia 08/06, a mercadoria ainda não havia sido entregue, então em contato telefônico com a empresa (dia 08/06, sexta-feira), Sr André confirmou que a entrega seria dia 11/06 no período da manhã. Contudo, a entrega na data de 12/06, até o presente momento, ainda não foi realizada, gerando transtorno ao Setor.

Solicitamos que sejam tomadas as providências necessárias.

Sobreveio também e-mail encaminhado pela Srta. Nathália Can-deia à empresa Paraná Foods, pelo e-mail licitacoes@apoeste.com.br na data de 07 de junho de 2018:

Boa tarde,

Com relação as entregas do Educação Infantil (data de entrega até dia 04/06), Ensino Fundamental e Educação Integral com data para entrega dia 30/05, em contato hoje via telefone com André, o mesmo afirmou que as entregas atrasaram

Ocorre que, conforme informa a C.I 01180, os termos de entrega foram encaminhados por e-mail dia 25/05 e as Autorizações de Fornecimento enviadas dia 30 de maio, para que fossem realizadas as entregas até o dia 04 de junho de 2018.

Consta também na C.I, que a empresa é reincidente no eventual descumprimento do prazo de entrega, uma vez que na data de 07 de março, as Nutricionistas Responsáveis realizaram via e-mail, o comunicado do descumprimento ocorrido nas entregas datadas do dia 02 de março, o que foi efetivamente entregue em 05 e 06 de março, na data de 03 de maio a empresa foi notificada também quanto ao prazo de entrega de alguns itens e entrega de itens de marca diferente da proposta da empresa apresentada no pregão. Conforme consta na Cláusula Terceira da ata em tela:

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS

3.1 Os gêneros alimentícios deverão ser entregues pelo FORNECEDOR na data e horário expressos no termo de recebimento, entregue ao FORNECEDOR pelo Setor de Nutrição por e-mail na semana anterior ao pedido, durante o período de FEVEREIRO A JULHO DE 2018, conforme Cronograma ,nas quantidades e descrições determinadas pela Secretaria de Educação, entregues DIRETAMENTE NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO.

3.1.1 A Autorização de Fornecimento “AF” deverá ser enviada por e-mail com no mínimo 24 horas de antecedência da entrega.

Considerando a ata AT18PMF13, na sua cláusula sexta, é obrigação da contratada:

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) fornecer o produto, objeto desta Ata de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto desta Ata na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) arcar com todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciárias, e outros inerentes ao cumprimento do objeto deste certame;
- d) fornecer os produtos somente na marca cotada na sua proposta, não podendo ser substituído por nenhuma outra marca, sem o devido processo administrativo;

Além disso, na Cláusula sétima, está expresso as penalidades das quais o fornecedor está sujeito, conforme o caso:

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 – Pelo inadimplemento das exigências e obrigações sejam na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração estará sujeitas às seguintes penalidades:

- a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: advertência. Se reincidente, suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de 10% sobre o valor total estimado do contrato;
- b) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): advertência e multa de 10% sobre o valor total estimado da contratação. Se reincidente, suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 anos
- c) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência.
- d) executar o contrato com irregularidades, com prejuízo no resultado: advertência e multa de 20% sobre o valor do contrato.
- e) atrasar injustificadamente as entregas até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa de 5% sobre o valor de cada autorização de fornecimento atrasada;
- f) atrasar injustificadamente as entregas por mais de duas vezes: multa de 10% sobre o valor de cada autorização de fornecimento atrasada;
- g) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de 10% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;
- h) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de 20% sobre o valor atualizado do contrato;
- i) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 anos e multa de 20 % sobre o valor atualizado do contrato.

7.2. Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas da ata de registro de preços, ainda poderá a Administração aplicar ao FORNECEDOR, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

7.3 – As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

7.4 – Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7.5 – Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Por fim, a cláusula oitava e décima trata da rescisão contratual e cancelamento do Registro do fornecedor respectivamente:

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações.

8.2 – A rescisão garante à Administração o disposto no art. 80 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 – A Ata do Registro de Preços poderá ser suspensa ou cancelada de pleno direito, facultada a defesa do interessado, no prazo de cinco dias úteis, nos seguintes casos:

I – Pela Administração, quando:

a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços;

b) o fornecedor não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não tenha retirado o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

c) o fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

f) por razões de interesse público, devidamente fundamentado;

II – Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

10.2 – A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrada, nos casos previstos no inciso I deste artigo, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao registro de preços.

10.3 – A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração, se apresentada com antecedência de 15 dias da data da convocação para firmar contrato de fornecimento ou de prestação de serviços pelos preços registrados, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

Desta forma, considerando o eventual descumprimento das cláusulas da ata, conforme explanado acima, intime-se a empresa, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, acima expressas a serem apuradas, para:

a) No prazo de 24 (vinte e quatro) horas da publicação da notificação para realizar a entrega dos produtos constantes nos termos de entregas enviados pelas nutricionistas por e-mail dia 25/05 e Autorização de Fornecimento enviadas na data de 30/05.

b) No prazo de 5 (cinco) dias úteis da publicação da notificação para apresentar defesa prévia e comprovação formal dos motivos que levaram ao eventual descumprimento.

Eventual manifestação deve ser protocolada dentro do prazo estabelecido e em horário de expediente, no Protocolo do Departamento de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município: Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, CEP 89.580-000, ou então remetida via postal com aviso de recebimento, mediante comprovação do seu envio com o código rastreador para o e-mail: contratos@fraiburgo.sc.gov.br

Fraiburgo (SC), 18 de Junho de 2018.

Dagmar Weber

Departamento de Compras e Licitações

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PAL 0290-2017 - PARANÁ FOODS

Publicação Nº 1657059

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0290/2017 – PMF
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0144A/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0100/2017

OBJETO – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL, VISANDO CUMPRIR AS DIRETRIZES DA RESOLUÇÃO Nº 26 DE 17/06/2013 DO FNDE, ASSIM COMO A LEI Nº11947/2009 E LEI Nº12982/2014 QUE TRATA DO DIREITO DOS ESTUDANTES COM DIABETES, ALERGIA ALIMENTAR, INTOLERÂNCIA À LACTOSE OU OUTRA NECESSIDADE ALIMENTAR ESPECÍFICA A CARDÁPIO ESPECIAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0013/2018 (AT18PMF13)

NOTIFICADA – PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI EPP

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.947.979/0001-74, NOTIFICA a empresa, PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua do Comércio s/nº, às margens da Rodovia SC 283, centro, na cidade de Planalto Alegre/SC (89.882-000), inscrita no CNPJ sob o nº 24.170.620/0001-37, neste ato representada pelo procurador, Sr. Rafael de Lara a tomar ciência acerca da Notificação constante dos autos do Processo Administrativo Licitatório em epígrafe. O inteiro teor da Notificação foi encaminhado via e-mail fornecido nos autos. Será assegurada ainda, caso entenda necessário, a vista dos autos. O prazo para cumprir a obrigação de fazer é de 24 (vinte e quatro) horas da publicação da notificação para realizar a entrega dos produtos constantes nos termos de entregas enviados pelas nutricionistas por e-mail dia 25/05 e Autorização de Fornecimento enviadas na data de 30/05. E prazo de 5 (cinco) dias úteis apresentar defesa prévia e comprovação formal dos motivos que levaram ao eventual descumprimento.

Eventual manifestação deve ser protocolada dentro do prazo estabelecido e em horário de expediente, no Protocolo junto ao Departamento de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município: Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, CEP 89.580-000, ou então remetida via postal com aviso de recebimento, mediante comprovação do seu envio com o código rastreador para o e-mail: contratos@fraiburgo.sc.gov.br

Não serão consideradas manifestações através de fac-símile (FAX) ou e-mail. Caso a correspondência seja enviada fora do prazo acima estipulado, ela será considerada intempestiva.

Fraiburgo (SC), 18 de junho de 2018.

DAGMAR WEBER

Departamento de Compras e Licitações

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO - MARIA MACIEL DOS SANTOS 2018

Publicação Nº 1657061

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO – ART. 17, INCISO I, ALÍNEA "F" LEI Nº 8.666/93

INTERESSADA: MARIA MACIEL DOS SANTOS
ASSUNTO: RESCISÃO CONTRATUAL

Referente à
DISPENSA DE LICITAÇÃO – ART. 17, INCISO I, ALÍNEA "F" LEI Nº 8.666/93
CONTRATO: CT11PMF48

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.947.979/0001-74, NOTIFICA a Sra. MARIA MACIEL DOS SANTOS, inscrita no RG sob nº. 5.270.383 e CPF sob nº. 068.619.489-69, a tomar ciência acerca da DECISÃO da rescisão do contrato CT11PMF48, firmado com esta Municipalidade, tendo como objeto a venda de 1 (uma) unidade habitacional de interesse social, com área construída em alvenaria de 47,20 metros quadrados, localizada no Loteamento Vila Nova – Fase 2, de acordo com o estabelecido na Lei Municipal nº 2032/2009. Será assegurada ainda, caso entenda necessário, a vista dos autos.

Fraiburgo(SC), 18 de junho de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

Portaria nº 14382018

Publicação Nº 1657358

PORTARIA Nº 1438, DE 18 DE JUNHO DE 2018.
Revoga Portaria 1891/2017.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

Considerando o contido no processo administrativo 2190/2018, que solicita retorno às atividades;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 1891 de 18 de julho de 2017, que concedeu licença para desempenho de mandato classista ao servidor SILVIO ANTONIO MATTEUCCI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 899.841.969-68, nomeado no cargo de provimento efetivo de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, a partir de 18 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 14392018

Publicação Nº 1657361

PORTARIA Nº 1439, DE 18 DE JUNHO DE 2018.
Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido a servidora PAULA BERTOLINI DE PAIVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 041.340.429-33, nomeada no cargo de provimento efetivo de FISIOTERAPEUTA, com carga horária de 30 horas semanais, a partir de 22 de junho de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 14402018

Publicação Nº 1657364

PORTARIA Nº 1440, DE 18 DE JUNHO DE 2018.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de FABIO JOMBRA CORRÊA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 097.393.549-98, contratado em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 29 de junho de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 14412018

Publicação Nº 1657367

PORTARIA Nº 1441, DE 18 DE JUNHO DE 2018.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de STEFANY ALMEIDA SCHENA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 092.185.859-08, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 29 de junho de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 14422018

Publicação Nº 1657373

PORTARIA Nº 1442, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de JENNIFER BRUNA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 119.160.339-38, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 18 de junho de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 14432018

Publicação Nº 1657378

PORTARIA Nº 1443, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido a servidora SANDRA NAVROCKI EGERS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 029.463.089-95, nomeada no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE – SAÚDE BUCAL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 18 de junho de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de junho de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério**PREFEITURA****DECRETO Nº 983/2018 ABRE CRÉDITO NO ORÇAMENTO E CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1656970

DECRETO Nº 983/2018, 18 DE JUNHO DE 2018.

ABRE CRÉDITO NO ORÇAMENTO E CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da Lei Orgânica do Município de Frei Rogério, art.5, inciso III, da Lei nº 890/2017 de 28 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito no orçamento do na Prefeitura Municipal de Frei Rogério com a seguinte classificação Orçamentária:

Órgão:	04	Secretaria M. de Educação, Cultura e Esportes.	
Unidade:	01	Departamento de Educação	
Proj./Ativ.	2.009	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	
135	4.4.90.00.00.00.00.00.01119	Aplicações Diretas	

Art. 2º - Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 103.900,00 (cento e três mil e novecentos reais), com a seguinte classificação orçamentária no orçamento vigente:

Órgão:	04	Secretaria M. de Educação, Cultura e Esportes.	
Unidade:	01	Departamento de Educação	
Proj./Ativ.	2.009	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	
135	4.4.90.00.00.00.00.00.01119	Aplicações Diretas	
Órgão:	04	Secretaria M. de Educação, Cultura e Esportes.	
	Total		R\$ 103.900,00

Art. 3º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, § 1º, inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 103.900,00 (cento e três mil e novecentos reais) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

Órgão:	04	Secretaria M. de Educação, Cultura e Esportes.	
Unidade:	01	Departamento de Educação	
Proj./Ativ.	2.009	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	
38	3.3.90.00.00.00.00.00.01119	Aplicações Diretas	R\$103.900,00
	Total		R\$103.900,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, SC, 18 de junho de 2018.

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 61-2018 - LOCAÇÃO DE IMÓVEL - ALUGUEL SOCIAL - ANTONIO PRATES

Publicação Nº 1656346

EXTRATO DO CONTRATO Nº 61/2018

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC

CNPJ: 01.616.039/0001-09

LOCADOR: ANTONIO CARLOS PRATES

Objeto: O presente contrato tem por objeto a locação de imóvel residencial localizada na Rua Adolfo Soletti,s/n, Centro, município de Frei Rogério/SC. Com a finalidade de aluguel social para a família de Daiane Westphal a qual se encontra em situação de vulnerabilidade social.

Valor mensal: R\$ 400,00 (quatrocentos reais)

Vigência: 04/06/2018 à 04/09/2018.

Jair da Silva Ribeiro

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 897/2018 DENOMINA DE "PRAÇA VIVALDINO DE PAULA", A PRAÇA LOCALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1656473

LEI MUNICIPAL Nº 897/2018 DE 18 DE JUNHO DE 2018

DENOMINA DE "PRAÇA VIVALDINO DE PAULA", A PRAÇA LOCALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominado de "PRAÇA VIVALDINO DE PAULA", a praça localizado na Câmara Municipal, na cidade de Frei Rogério.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Frei Rogério, 18 de junho de 2018.

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PE040/2018

Publicação Nº 1656819

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2018

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de gêneros alimentícios para utilização na merenda das escolas e creches da rede municipal de ensino de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 02/07/2018. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 02/07/2018, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 18 de junho de 2018.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

LEI Nº 2115, DE 18 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657369

LEI Nº 2.115, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A OFICIALIZAÇÃO DO HINO MUNICIPAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º. Fica instituído o Hino do Município de Garopaba, com letra e música do Sr. ANTÔNIO MANOEL DA SILVA, que segue anexo a esta Lei.

Parágrafo Único. A letra e música do Hino do Município de Garopaba, consta do anexo I, parte integrante desta Lei.

Art. 2º. A reprodução do Hino do Município, criado pela presente Lei obedecerá às normas a serem estabelecidas por Decreto do Executivo, no qual se determinará a forma e ocasião de seu uso, inclusive podendo ser ensinado nas escolas municipais integrando grade curricular.

Parágrafo Único. O Decreto regulamentando a aplicação desta Lei, deverá obedecer o prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de junho de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 19/06/2018, de acordo

com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

HINO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA /SC

Letra e música de Antônio Manoel da Silva

Tu nasceste num passado tão distante
Pelas mãos do nosso índio Guarani
Bem mais tarde é que chegou o imigrante
E triunfante se estabeleceu aqui
De além-mar partiu o povo açoriano
Singrando os mares com procelas e furor
E neste solo tão fecundo e litorâneo
A Garopaba construiu com seu labor

Cantemos juntos com bravura e paixão
Este refrão que o teu nome encerra
Garopabense tem orgulho do seu chão
Carrega no coração, um pedaço desta terra

És altaneira cidade a beira-mar
E o teu mar é de um celeste bem azul
Quem te visita certamente irá voltar
Pois tuas praias são as mais lindas do sul
Se o teu passado foi de luta e vitória
Somente glórias te espera o amanhã
É o teu povo quem escreve a tua história
É essa gente que será tua guardiã.

Prefeito – Paulo Sérgio de Araujo

Vice-Prefeito – Nilton Raupp

Secretária de Educação – Maria Nadir Araújo

Coordenador de Cultura – Marcus Israel

PORTARIA N.º 703/2018.

Publicação Nº 1656685

PORTARIA N.º 703, DE 185 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 15/06/2018, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do servidor WILSON VERGÍLIO REAL RABELO, Matrícula Funcional n.º 7187, concedidas através da Portaria n.º 665/2018, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 31/10/2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.
Garopaba, 18 de junho de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 19/06/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATO Nº 023/2018

Publicação Nº 1656654

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23/2018 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra. SANDRA MARA DA SILVA, brasileira, casada, professora, RG nº 44496168, CPF: 05154366905, residente e domiciliada na Estrada Urubuquarra, Sn, Garuva-SC, doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DA CARGA HORÁRIA: De acordo com a CI nº 154/2018, justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, alterar a carga horária de 220 para 110 horas mensais a partir de 04/06/2018.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 23/2018 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 04 de junho de 2018.	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Município de Garuva Rodrigo Adriany David	
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

ADITIVO CONTRATO Nº 078/2017

Publicação Nº 1656646

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 078/2017 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas

alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra. ARIANA JEGUER DA SILVA MARTINS, brasileira, solteira, técnico em enfermagem, RG nº 5.319.027-0, CPF: 065.211.089-48, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, 573, Centro, Garuva/SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com o Ofício nº 126/2018, justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 078/2017 até o dia 01/06/2018.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 078/2017 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de SAÚDE. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 02 de maio de 2018.	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	
Contratado	
Isabela Aragão Pereira Cpf: 020.647.959-01	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

ADITIVO CONTRATO Nº 094/2017

Publicação Nº 1656651

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 94/2017 PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO

HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra. ELENICE ROSA DE RAMOS, brasileira, unidaestavelmente, técnica de enfermagem, RG nº 4285592 CPF: 06514110924, residente e domiciliada na Rua Tiradentes, 1077, Garuva - SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

1. DO PRAZO: De acordo com o Ofício nº 175/2018, justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 94/2017 até o dia 31/12/2018.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 94/2017 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de SAÚDE. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 11 de junho de 2018.	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Município de Garuva Rodrigo Adrian David - Prefeito	
Contratado	
Renata Aparecida Trevisan Cpf: 733.211.259-00	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL FMS Nº 008/2018

Publicação Nº 1656164

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

Processo Licitatório FMS nº 008/2018
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por lote

Objeto: Registro de preços para aquisição de medicamentos, com entrega de forma parcelada, para suprir as necessidades das Unidades de Saúde da Família e Unidade de Pronto Atendimento do Município.

Devido à alterações no edital, o credenciamento, entrega e abertura dos envelopes ocorrerá dia 04/07/2018 às 09:00 horas. A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 18 de junho de 2018.
Rodrigo Adrian David
Prefeito Municipal

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PMG 029/2018

Publicação Nº 1656399

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo PMG nº 029/2018

Objeto: Locação de uma sala com 42m², situada na rua Rui Barbosa, nº 693, térreo, Centro, nesta Cidade, para a instalação da Sede da Mediação Familiar, conforme convênio com o tribunal de justiça.

Locador: Vilmar Campos Gabriel
CPF: 807.318.728-00
Valor: R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)

Garuva, 15 de junho de 2018.
Rodrigo Adrian David
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 009 PROCESSO PMG 029/2018

Publicação Nº 1656413

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 009 - Processo PMG nº 029/2018
Modalidade: Dispensa de Licitação
Contratado: Vilmar Campos Gabriel
Contratante: Município de Garuva/Prefeitura Municipal de Garuva
Objeto: Locação de uma sala com 42m², situada na Rua Rui Barbosa, nº 693, térreo, Centro, nesta Cidade, para a instalação da Sede da Mediação Familiar, conforme convênio com o tribunal de justiça.
Valor Mensal: R\$ 700,00(setecentos reais)
Dotação: 04.01.2007.339036-10000 – Manutenção do Departamento de Administração
Data de Assinatura: 18/06/2018.
Prazo: 12 (doze) meses.
Amparo Legal: Artigo 24, Inciso X, da Lei 8.666/93.

Rodrigo Adrian David
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO PMG 001/2018

Publicação Nº 1656456

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PMG Nº 001/2018
Processo PMG nº 025/2018 - Inexigibilidade
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Garuva
CONTRATADO: Zandoná Assessoria e Projetos Ltda
OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica capacitada para o desenvolvimento de trabalhos de regularização fundiária neste Município, de acordo com o disposto na Resolução nº 11/2014 do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, alterada pela Resolução CM nº 2 de 2015, da Corregedoria Geral de Justiça, na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017 e na Lei Complementar Municipal 110/2018 ou os instrumentos presentes na legislação pertinente ao tema.

VIGÊNCIA: O Termo vigorará enquanto necessário para desenvolvimento de seu objeto, que visa à titulação das moradias designadas pelo Município a serem atendidas

DATA DA ASSINATURA: 18/06/2018

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 093/2018

Publicação Nº 1656011

PORTARIA Nº. 093 de 15 de junho de 2018.

“NOMEIA COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO E REALIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA DE GARUVA - PMMA”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando, Ofício nº 037/2018 da Secretaria da Saneamento Ambiental,

RESOLVE:

Art. 10. – Designam-se os seguintes servidores para comporem a Comissão para Elaboração e Realização do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Garuva – PMMA:

- I. Thobias Lemke – Engenheiro Sanitarista
- II. Cesar Cassius Mocker – Engenheiro Agrônomo
- III. Joesel Bilau – Agente Administrativo
- IV. Elaine Cristina Zietz – Técnica Agrícola
- V. José Roberto Pakuszewski – Secretário de Saneamento Ambiental.

Art. 20. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 094/2018

Publicação Nº 1656642

PORTARIA Nº. 94 de 18 de junho de 2018

“DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

CONSIDERANDO, Processo n.º 2087/2018;

RESOLVE:

Art. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação da servidora SUZANA MARIA FERMINO.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Operacional I, Classe II, referência “C”.

Art. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

Art. 30. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO PMG 025/2018

Publicação Nº 1656310

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	Inexigibilidade Para Concessões 25/2018 Processo Administrativo: 25/2018
----------------------	---

Tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações.

Homologo

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Inexigibilidade nº. 25/2018, o(s) participante(s):

Produto	Unidade
1 - TRABALHOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	SERVIÇO
Fornecedor	
2422190 - ZANDONÁ ASSESSORIA E PROJETOS LTDA	
2431149 - ASSOCIAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA	

Garuva, 14 de junho de 2018. RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito
CPF: 033.007.279-01

TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO PMG 029/2018

Publicação Nº 1656438

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RATIFICO o ato do Secretário Municipal de Administração, Senhor Marcio Ricardo Herpich, que dispensou com fundamento no art. 24, inciso X, da Lei nº 8666/93, a Locação de uma sala com 42m², situada na rua Rui Barbosa, nº 693, térreo, Centro, nesta Cidade, para a instalação da Sede da Mediação Familiar, conforme convênio com o tribunal de justiça e AUTORIZO o Contrato à Vilmar Campos Gabriel, inscrito no CPF sob o nº 807.318.728-00, pelo período de 12 (doze) meses, no valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais), face ao disposto no Artigo 24 da Lei nº 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Garuva, 18 de junho de 2018.
Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2018

Publicação Nº 1657053

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 148/2018

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2018

OBJETO: Aquisição de licença de software para aplicativo de talonário eletrônico para auto de infração de trânsito com seus acessórios correspondentes e sistema web de gestão, para atender as necessidades da Superintendência de Trânsito do Município de Gaspar. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9 horas do dia 29/06/2018, no Departamento de Compras e Licitações, Rua São Pedro, nº 128, 2º Andar – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 18/06/2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.166, DE 15 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657478

DECRETO Nº 8.166, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

ESTABELECE HORÁRIO DIFERENCIADO DE EXPEDIENTE NOS DIAS DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO DA FIFA RÚSSIA 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito do Município de Gaspar, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pelos incisos IV e V do artigo 72 da Lei Orgânica do Município de Gaspar; e CONSIDERANDO que a cada quatro anos, a disputa do Campeonato Mundial de Futebol atrai a atenção de grande parcela da população brasileira;

CONSIDERANDO que o futebol é o principal esporte no nosso país, sendo, ainda, representativo maior do direito ao lazer (artigo 6º, da Constituição Federal), bem como símbolo de manifestação cultural brasileira (artigo 216, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que há uma tradição nacional para que nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol em Copas do Mundo ocorram alterações no expediente de órgãos públicos, de modo a compatibilizar a adequada prestação do serviço público, permitindo aos servidores públicos a oportunidade de assistirem as partidas da seleção brasileira;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios de funcionamento da Administração Pública Municipal durante a participação do Brasil no referido mundial,

DECRETA:

Art. 1º O expediente dos servidores públicos da Administração Direta e Indireta do Município de Gaspar, que não trabalharem em regime de plantão nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo da FIFA Rússia 2018, será realizado da seguinte forma:

I – no dia 22 de junho de 2018, expediente com início às 12h (doze horas) e término às 18h (dezoito horas);

II - no dia 27 de junho de 2018, expediente com início às 8h (oito horas) e término às 14h (quatorze horas).

Parágrafo único. As horas não trabalhadas em decorrência do disposto no caput serão objeto de compensação até o dia 16 de julho de 2018.

Art. 2º Aos setores de órgãos cujas atividades constituam serviços essenciais à comunidade, não se aplicam às disposições do presente Decreto.

Art. 3º O expediente das Unidades Escolares e Centros de Desenvolvimento Infantil do Município observará, nos dias dos jogos, as disposições do calendário escolar estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. As Unidades Escolares e Centros de Desenvolvimento Infantil do Município poderão estabelecer atividades diferenciadas e alternativas nestes dias, para que os alunos possam assistir aos jogos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de junho de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

DISPENSA Nº 18/2018

Publicação Nº 1656900

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Processo Administrativo nº 177/2018

Dispensa nº 18/2018

OBJETO: Locação de bem imóvel com área total de 260,59m² anexo ao Salão Paroquial Cristo Rei, para as instalações do EJA – Educação de Jovens e Adultos. CONTRATADO: DIOCESE DE BLUMENAU (03.925.280/0011-09). Valor total julgado de R\$ 109.027,68 (cento e nove mil vinte e sete reais e sessenta e oito reais).

BASE LEGAL: Art. 24, X, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 15 de junho de 2018.

ZILMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI

Secretária Municipal de Educação

EXTRATO SEXTO ADITIVO DO CONTRATO FMS-75/2015

Publicação Nº 1656382

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC

EXTRATO SEXTO ADITIVO DO CONTRATO FMS-75/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 18/06/2018 VENCTO.: 18/07/2018. Dispensa nº.: 216/2015. OBJETO: Sexto Aditivo do Contrato FMS-75/2015, cujo objeto é Locação de bem imóvel, localizado na Rua Sete de Setembro, 230, bairro Sete de Setembro, deste Município, destinado às instalações do SAMU – Serviço de Atendimento Móvel e Urgência no Município de Gaspar. CONTRATADO: ELOI TOMIO (CPF nº 713.207.769-49). BASE LEGAL: Art. 24, X, da Lei 8.666/93. Gaspar (SC), 15 de maio de 2018.

CARLOS ROBERTO PEREIRA – Secretário Municipal de Saúde

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 39/2018

Publicação Nº 1656052

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 172/2018

Inexigibilidade de Licitação nº 39/2018

OBJETO: A contratação da empresa MUSICAL CORPO & ALMA LTDA, para apresentação de show no evento EXPOGASPAR 2018.

CONTRATADO: MUSICAL CORPO & ALMA LTDA (03.355.893/0001-86). Valor total julgado R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). BASE LEGAL: Art. 25, III, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 14 de junho de 2018.

CELSO DE OLIVEIRA – Secretário de Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo

SAMAE - GASPAR**PORTARIA Nº 55 DE 15 DE JUNHO DE 2018**

Publicação Nº 1657602

PORTARIA Nº. 55, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO A SINDICÂNCIA Nº 02/2018 INSTAURADA PARA APURAR A AUTORIA PELO FURTO E DISPONIBILIZAÇÃO À TERCEIRO DE DOCUMENTO PÚBLICO NA SEDE DO SAMAE.

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº. 3.146, de 15 de outubro de 2009, com base no artigo 183 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo através do Ofício nº 02/2018.

Considerando o teor do Ofício nº 02/2018, através do qual explica-se e requer-se a prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo. RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 15 de junho de 2018, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo em relação à Sindicância nº 02/2018, a qual foi deflagrada para apurar a autoria pelo furto e disponibilização à terceiro de documento público na sede do SAMAE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de junho de 2018.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 56 DE 15 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657603

PORTARIA Nº. 56 DE 15 DE JUNHO DE 2018.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 01/2018 INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR T.S.

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº. 3.146, de 15 de outubro de 2009, com base no artigo 183 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo através do Ofício nº 07/2018.

Considerando o teor do Ofício nº 07/2018, através do qual explica-se e requer-se a prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo. RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 18 de

junho de 2018, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2018, o qual foi deflagrado para apurar responsabilidade do servidor T.S..

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de junho de 2018.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 57 DE 15 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657604

PORTARIA Nº. 57 DE 15 DE JUNHO DE 2018.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 03/2018 INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR E.H.F.

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº. 3.146, de 15 de outubro de 2009, com base no artigo 183 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo através do Ofício nº 02/2018.

Considerando o teor do Ofício nº 02/2018, através do qual explica-se e requer-se a prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo. RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 19 de junho de 2018, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2018, o qual foi deflagrado para apurar responsabilidade do servidor E.H.F.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de junho de 2018.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor-Presidente

PORTARIA Nº 58 DE 18 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657159

PORTARIA N. 58 DE 18 DE JUNHO DE 2018

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA NO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica designado, a partir do dia 18 de junho de 2018, conforme a Lei Complementar Municipal nº. 80, de 02 de agosto de 2017, o servidor efetivo JOSE LANA, portador do CPF nº 463.336.229-15 e da CI nº. 650.972-0 para o exercício de Função Gratificada de Encarregado de Patrimônio, nível III, no SAMAE.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 18 de junho de 2018.

JOSÉ HILÁRIO MELATO
Diretor-Presidente

Governador Celso Ramos

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO 03/2018

Publicação Nº 1657573

CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Extrato do Contrato3/2018

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS-SC

CONTRATADO: NEOREDE TELECOMUNICAÇÃO LTDA- EPP

Objeto:A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO A INTERNET, TELEFONIA VOIP, VIDEOMONITORAMENTO E CENTRAL DE ALARMES PARA USO DAS SECRETARIAS INCLUINDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ACESSO PÚBLICO À INTERNET, VIA WIRELESS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, EM REGIME DE COMODATO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS,REFERENTE AO PREGÃO N.º 4/2017, PROCESSO 6/2017.

PRAZO: 01/06/2018 à 31/05/2019.

VALOR:R\$ 60.145,50 (Sessenta mil, cento e quarenta e cinco reais e cinquenta centador)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Câmara Municipal:

Unidade	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
01.01	2.001	3.3.90.40.01.00.00.00 (2)
01.01	2.001	3.3.90.40.05.00.00.00 (2)
01.01	2.001	3.3.90.40.15.00.00.00 (2)

Governador Celso Ramos, 29 de Maiode 2018

JOSUÉ OCKER DA SILVA

Presidente da Camara

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS

AVISO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 10/2018 PROCESSO 16/2018

Publicação Nº 1657146

AVISO DE LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL RP 10/2018

PROCESSO 16/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM E BIODIESEL) PARA ABASTECER A FROTA VEICULAR DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 29/06/2018 até às 09:30min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 29/06/2018 às 10h00min.

Os interessados deverão retirar o edital no site do SAMAE de Governador Celso Ramos – www.samaegcr.com.br, presencialmente na sede do SAMAE de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitasamaegcr@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 18 de Junho de 2018.

NEDISON NILDO MARTINS

Diretor Geral

Grão Pará

PREFEITURA

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 1657506

JUSTIFICATIVA À QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa MM AUTO PEÇAS EIRELI possui valores em haver do Município de Grão-Pará, dentro dos valores de que trata este dispositivo; e que o Município está em mora nos pagamentos pelos serviços prestados e produtos fornecidos, os quais vão ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: MM AUTO PEÇAS EIRELI

Restos a Pagar: 2338, 0111, 0112, 0382, 0383, 0387, 0394, 0395, 0396, 0414, 0415, 0411, 0412, 0447, 0635, 0636, 0649, 0650, 1087 e 1089

Valor: R\$ 5.393,91

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 18 de junho de 2018.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Gravatal

PREFEITURA

1915/2018

Publicação Nº 1656434

LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 1.915
DE 19 DE JUNHO DE 2018.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DE APOIO FINANCEIRO PARA EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial no valor total de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), nas seguintes classificações orçamentárias:

Órgão:	02 – Poder Executivo	
Unidade:	03 – Secretaria Educação, Inovação, Cultura, Esporte e Lazer	
Atividade:	2.013 Manutenção do Ensino Infantil	
Despesa:	(199) 3.3.90.00.00.00.00.0727	R\$ 15.000,00 – Superávit

Art. 2º Para cobrir despesas decorrentes da abertura de crédito adicional especial de que trata o art. anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior do Apoio a Creches – Brasil Carinhoso no valor de R\$ 15.000,00.

Art. 3º Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) as seguintes classificações orçamentárias:

Órgão:	02 – PODER EXECUTIVO	
Unidade:	03 – Secretaria Educação, Inovação, Cultura, Esporte e Lazer	
Atividade:	2.012 Manutenção do Ensino Fundamental	
Despesa:	(200) 3.3.90.00.00.00.00.0728 -	R\$ 60.000,00

Art. 4º Para cobrir despesas decorrentes da abertura de crédito adicional suplementar de que trata o art. anterior, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação para apoio à superação de dificuldades financeiras emergenciais, dentre outras, na área de educação, cfe resolução n.º 11, de 18 de maio de 2018.

Art. 5º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 19 de junho de 2018.

Edvaldo Bez de Oliveira
Prefeito Municipal

Publicado do D.O.M. em 19/06/18
Nilson Ribeiro Fernandes

Guaraciaba

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 97.2018.DOCX

Publicação N° 1657116

PREGÃO PRESENCIAL N° 77/2018

PROCESSO N° 97/2018 HOMOLOGAÇÃO: 18/06/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA (ALVEJANTE, SABÃO EM PÓ, DESINFETANTE,...) DESTINADO PARA A MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DAS UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL, ENSINO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA) E CRECHE.

CONTRATADO: MERCADO GABBI LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 282,48 (duzentos e oitenta e dois reais e quarenta e oito centavos)

CONTRATADO: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.714,83 (dois mil setecentos e quatorze reais e oitenta e três centavos)

CONTRATADO: SCS COMERCIO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.532,40 (um mil quinhentos e trinta e dois reais e quarenta centavos)

CONTRATADO: R.L.M. ALIMENTOS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 286,00 (duzentos e oitenta e seis reais)

=====

Guaramirim

PREFEITURA

DECRETO Nº. 929/2018

Publicação Nº 1657308

DECRETO Nº 929/2018

Institui o programa "e-aprove Obras" e regulamenta o Processo Administrativo de Aprovação de Projetos, Alvará de Construção, Reforma, Ampliação, Demolição e Habite-se.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com a Lei Municipal nº. 1.003/1986, que institui o Código de Obras do Município de Guaramirim;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituído o programa "e-aprove Obras", o qual estabelece normas e procedimentos para o processo de aprovação de projetos, licenciamento para obra de construção, reforma, ampliação, demolição e Habite-se no Município de Guaramirim.

Parágrafo único. O programa "e-aprove Obras" é atinente ao Sistema Municipal de Protocolo Digital – SMPD, estabelecido pelo Decreto nº. 809/2017.

Art. 2º. Fazem parte desde decreto os seguintes anexos:

I - Anexo I: Modelo de prancha para projeto de edificações unifamiliares;

II – Anexo II: Modelo de prancha para projeto de edificações comerciais, de serviços, industriais, institucionais e de uso misto;

III – Anexo III: Modelo de prancha para projeto de edificações multifamiliares

IV – Anexo IV: Modelo de placa para obra licenciada;

V – Anexo V: Declaração de anuência – Página de assinaturas para peças gráficas;

VI – Anexo VI: Declaração de Responsabilidade;

VII - Anexo VII: Termo de Autorização para Obra;

VIII – Anexo VIII: Nota Técnica nº. 003/2018 – Manual e-aprove Obras para Requerentes;

IX – Anexo IX: Nota Técnica nº. 004/2018 – Manual e-aprove Obras para Servidores Municipais.

Art. 3º. Para efeitos deste Decreto ficam estabelecidas as seguintes definições:

I - Análise prévia: Resposta de análise com exigências para ajustes, correções ou complementações;

II - Complemento do protocolo: reenvio do protocolo para nova análise, após ajustes, correções ou complementações;

III - Peças gráficas: conjunto de desenhos e informações que compõe o projeto, como plantas baixas, cortes, elevações, perfis etc.

IV - Projeto Legal: Conjunto de peças gráficas destinado à aprovação, contendo representação das informações técnicas necessárias à análise e aprovação, pelos setores competentes, da concepção da edificação e de seus elementos e instalações, demonstrativas das dimensões externas, implantação, áreas e índices urbanísticos da edificação projetada, com base nas exigências legais (municipal, estadual, federal), e à obtenção do alvará ou das licenças e demais documentos indispensáveis para as atividades de construção e/ou regularização;

V - Projeto Legal Digital (e-aprove): conjunto de peças gráficas que compõem o Projeto Legal apresentados em formato digital, em extensão PDF, apresentado para aprovação de projetos e a emissão de alvarás e licenças de obras, nos termos deste Decreto;

VI - SMPD – Sistema Municipal de Protocolo Digital: sistema de protocolização, análise e aprovação em meio digital de requerimentos de licenciamentos, autorizações, declarações, certidões e demais solicitações no âmbito da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e da Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim;

VII - Obra: construção, reforma, restauro, ampliação ou demolição;

VIII - Regularização de edificações: processo administrativo de regularização de obras irregulares, conforme disposições de lei municipal específica;

IX - PNE – Pessoas com Necessidades Especiais: Pessoas com mobilidade reduzida e necessidades especiais, idosos, deficientes físicos e afins.

X - APP – Área de Preservação Permanente: área de preservação ambiental permanente definida pela Lei Federal nº. 12.651/2012.

XI - Uso multifamiliar do terreno: situação em que em um mesmo imóvel/terreno existe mais de uma edificação residencial isolada, sejam de uso unifamiliar ou multifamiliar.

Art. 4º. Qualquer projeto de edificação deve cumprir as exigências constantes no presente Decreto, bem como as demais normas contidas na legislação municipal correlata e respeitar a legislação pertinente no âmbito estadual e/ou federal.

Art. 5º. Independentemente de tratar-se de área urbana ou rural, qualquer obra somente poderá ser executada após a expedição do respectivo Alvará de Obra, de acordo com as exigências contidas neste Decreto e na legislação pertinente.

Art. 6º. Toda obra de uso ou acesso público e/ou coletivo deve ser projetada de modo a permitir o livre acesso, circulação e utilização por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, devendo seguir as orientações previstas na NBR 9050/2015, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, no Decreto Federal Nº. 5.296/2004 e na Lei Federal Nº. 13.146/2015.

Art. 7º. Para construção, reforma ou ampliação de edificações capazes de causar impactos ao meio ambiente, assim classificadas pela legislação pertinente, será exigida licença ambiental prévia do órgão municipal, estadual ou federal, de acordo com o disposto na legislação pertinente.

Parágrafo único. O licenciamento ambiental para edificações

multifamiliares na modalidade de condomínio é requisito obrigatório para a expedição do Alvará de Obra.

Art. 8º. Para construção, reforma, demolição ou ampliação de edificações capazes de causar impactos urbanísticos, assim classificados pelo Plano Diretor e pela legislação pertinente, será exigido estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV), conforme legislação em vigor.

Parágrafo único. A análise do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), quando exigido, dependerá da apresentação da respectiva Licença Ambiental Prévia emitida pelo órgão ambiental competente.

Art. 9º. A formatação do projeto legal para aprovação conforme disposições deste Decreto deve obedecer às normas de representação gráfica em vigor, ficando a responsabilidade pela adequação do projeto aos parâmetros definidos pelo programa e-aprove Obras a cargo do responsável técnico.

Art. 10. É de inteira responsabilidade do(s) proprietário(s) e/ou responsável técnico, ou quem proceder com a abertura do processo, a autenticidade dos documentos digitalizados e veracidade das informações prestadas, tanto na abertura do processo quanto nos complementos do protocolo.

Art. 11. O Município se reserva o direito de solicitar a via original ou cópia autenticada física de qualquer documento apresentado digitalmente no processo, sempre que julgar necessário e a qualquer tempo.

Parágrafo único. O(s) proprietário(s) e/ou responsável técnico, ou quem proceder com a abertura do processo, deverá manter sob sua guarda a via original dos documentos apresentados digitalmente por prazo indeterminado.

Art. 12. Os documentos anexados ao sistema pelo(s) proprietário(s) e/ou responsável técnico não poderão ser excluídos, servindo como acervo do processo.

Parágrafo único. É de inteira responsabilidade do(s) proprietário(s) e/ou responsável técnico anexar de forma correta os arquivos cujo conteúdo corresponde à documentação exigida para o processo e em conformidade com a nomenclatura padronizada disposta no Decreto nº. 809/2017.

CAPÍTULO II DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES

Seção I Do Município

Art. 13. Cabe à Prefeitura Municipal de Guaramirim, através de seus respectivos órgãos, a análise dos projetos, a concessão de Alvará de Obra e a fiscalização da execução de obras, observando as disposições contidas neste Decreto, bem como as determinações da legislação vigente, em especial a Lei Municipal nº. 3.453/2008 – Plano Diretor do Município, a Lei Municipal nº. 1.003/1986 - Código de Obras, a Lei Municipal nº. 1002/1986 e legislação correlata pertinente.

Art. 14. O Município licenciará e fiscalizará a execução e a utilização das edificações apenas no que se referir aos requisitos urbanísticos, restando todas as demais responsabilidades sobre projetos e execução da obra ao seu responsável técnico, o qual não está eximido do conhecimento e do cumprimento das demais exigências legais, passíveis de fiscalização a qualquer tempo.

§ 1º A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano não

se responsabiliza quanto à funcionalidade arquitetônica, de circulação de veículos e/ou pedestres, acessibilidade e ao desenho universal no interior dos imóveis a serem licenciados por meio deste decreto.

§ 2º O responsável técnico poderá ser indagado a respeito de questões urbanísticas não previstas neste decreto e em seus anexos, sendo de sua inteira responsabilidade a atenção na elaboração dos projetos e execução das obras de acordo com a legislação pertinente.

§ 3º A Prefeitura Municipal de Guaramirim poderá, a qualquer tempo, fiscalizar, indagar e solicitar justificativas e/ou adequações na obra referentes ao disposto no caput.

§ 4º Este Decreto e o modelo de aprovação não poderão ser usados a qualquer tempo como licença para execução de mudanças na topografia do imóvel (desmontes, terraplanagem, aterros ou cortes), sendo a aprovação condicionada a preexistência dos níveis apresentados pelo responsável técnico no Projeto Legal Digital.

Seção II Do Proprietário ou Representante Legal

Art. 15. Considera-se proprietário ou possuidor do imóvel a pessoa física ou jurídica detentora do título de propriedade, com registro em Ofício de Registro de Imóveis, ou documento hábil a comprovar a posse legítima.

§ 1º Considera-se para todos os fins de direito como responsável titular da obra, aquele ao qual foi concedido pelo proprietário do imóvel o direito de construir, sendo identificado pela autorização e/ou procuração registrada em cartório juntada ao processo.

§ 2º Considera-se o titular da obra como equivalente ao proprietário quanto às responsabilidades dispostas neste decreto, desde que apresentada a documentação disposta no § 1º deste artigo.

Art. 16. O proprietário responderá pela veracidade dos documentos apresentados, não implicando sua aceitação por parte do Município, em reconhecimento de qualquer direito real sobre a titularidade ou domínio do imóvel.

Art. 17. O proprietário é responsável pela manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade da edificação, bem como pela observância das disposições constantes neste Decreto e na legislação pertinente.

Seção III Do Responsável Técnico

Art. 18. Somente os profissionais registrados como determinam este Decreto e a Lei nº. 1003/1986, poderão ser responsáveis técnicos por projetos e documentos a estes atinentes apresentados à Prefeitura Municipal ou assumir responsabilidade por execução de obras no Município.

§ 1º O responsável técnico é o profissional habilitado junto ao órgão fiscalizador do exercício profissional, podendo atuar como pessoa física ou como responsável por pessoa jurídica, respeitadas as atribuições e limitações consignadas pelo Conselho Profissional correspondente e regularmente matriculado junto à Prefeitura Municipal.

§ 2º Para o processo de aprovação pelo programa e-aprove, considera-se o responsável técnico como procurador do proprietário e/ou do titular da obra a ser licenciada.

Art. 19. São condições para necessárias para a matrícula do

profissional junto à Prefeitura:

I - Requerimento do interessado;

II - Apresentação da prova do registro profissional junto ao Conselho profissional competente, inclusive dos responsáveis técnicos de pessoa jurídica quando for este o caso;

III - Apresentação da prova de constituição de pessoa jurídica junto ao registro público competente e do registro desta junto ao Conselho profissional competente, quando tratar-se de pessoa jurídica;

IV - Apresentação da prova de inscrição municipal para pagamento de tributos devidos ao Município.

§ 1º O responsável técnico deverá manter atualizados sua matrícula, cadastro e estar em dia com as demais obrigações junto à Prefeitura Municipal, conforme Lei nº. 1.003/1986, sob pena de ter sua matrícula suspensa.

§ 2º Será suspensa a matrícula dos profissionais que deixarem de pagar os tributos incidentes sobre a atividade profissional no respectivo exercício financeiro, ou as multas.

CAPÍTULO III DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 20. Todas as obras de construção, reforma, ampliação e demolição serão precedidas dos seguintes atos e/ou procedimentos administrativos para obtenção do Alvará de Obra:

I - Consulta de viabilidade para construção e/ou demolição (facultativa);

II - Aprovação de projeto;

III - Licenciamento da obra.

§ 1º Os atos dispostos nos incisos II e III serão constantes de requerimento único e simultâneo.

§ 2º Deverá ser requerido o habite-se imediatamente após a conclusão da obra.

Art. 21. A licença para movimentação de terra é concedida apenas através do Alvará de Obra e somente vinculada ao licenciamento de uma obra, atendidas todas as condições para aprovação do projeto, e que se apresente a dispensa de licenciamento ambiental ou a Autorização Ambiental pertinente.

§ 1º Os projetos de movimentações de terra (terraplanagem, desmontes, aterro, corte, nivelamento), nos casos de construção civil, deverão ser analisados como parte do processo de obtenção do Alvará de Obra, juntamente com os demais projetos exigidos pelo município, conforme disposto na legislação pertinente.

§ 2º Os projetos de movimentação de terra devem ser encaminhados com justificativa, cabendo a avaliação à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Art. 22. Os requerimentos abaixo indicados deverão ser protocolados através do site da Prefeitura Municipal de Guaramirim no link específico, ou, excepcionalmente, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

I - Consulta de Viabilidade para Construção (facultativo);

II - Consulta de Viabilidade Demolição (facultativo);

III - Aprovação de Projeto Legal Digital e Alvará de Construção, de Reforma, de Ampliação e/ou de Demolição;

IV - Habite-se.

Parágrafo único. Após o protocolo, os requerimentos de Alvará de Obra e de Habite-se serão encaminhados para a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, e seguirão os roteiros definidos para cada processo.

Art. 23. Ambas as formas de protocolo previstas no art. 22 deverão estar devidamente acompanhadas da documentação completa exigida no presente Decreto, a ser apresentada em formato digital, exclusivamente em extensão PDF, das seguintes formas:

I - Anexada ao processo através do link específico no site da Prefeitura Municipal quando da abertura do protocolo pelo SMPD; ou

II - Anexada ao processo quando da abertura do protocolo no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, com apresentação de todos os documentos gravados em um único CD-ROM ou pendrive;

§ 1º Caso o requerimento protocolado através do site da Prefeitura Municipal de Guaramirim não esteja acompanhado da documentação mínima completa e/ou com a nomenclatura em desacordo com o disposto no SMPD, será paralisado até que o responsável regularize a documentação do processo.

§ 2º Caso a documentação apresentada para abertura do protocolo no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal esteja incompleta e/ou com a nomenclatura em desacordo com o disposto no SMPD, o Setor de Protocolo não efetuará a abertura do processo.

Art. 24. O prazo da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano para análise do processo será de no máximo 20 (vinte) dias úteis a partir da data de pagamento da taxa correspondente à análise do processo.

§ 1º Somente após o pagamento da taxa a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano procederá com a análise do projeto.

§ 2º O processo será paralisado quando houver pendências a serem sanadas pelo requerente, deixando de correr o prazo estipulado no caput até que as exigências sejam cumpridas e o projeto reencaminhado para análise.

§ 3º No caso de projetos sujeitos ao Estudo de Impacto de Vizinhança e/ou que necessitem de análises e pareceres mais detalhados de outros órgãos do Executivo, a Prefeitura Municipal poderá prorrogar o prazo de análise.

Art. 25. Após a elaboração da análise do processo, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano emitirá Análise Prévia e o proprietário ou responsável técnico deverá apresentar as pendências sanadas no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da emissão do documento de análise.

I - Caso o proprietário e/ou responsável técnico não reapresente o processo no prazo do caput, a Prefeitura emitirá nova taxa de análise, a qual deverá ser quitada para possibilitar a continuidade do processo;

II - Caso não seja atendido o disposto no caput, o requerimento será indeferido;

III - Poderá haver prorrogação do prazo determinado no caput somente mediante justificativa, por escrito, apresentada pelo proprietário ou responsável técnico nos casos em que o processo se encontre paralisado por haver pendência em outro órgão do Poder

Público;

IV - É de inteira responsabilidade do proprietário e/ou responsável técnico o acompanhamento do andamento do processo para os fins dispostos no caput.

Art. 26. Os prazos fixados nos arts. 24 e 25 deste Decreto poderão ser prorrogados pelos órgãos de aprovação por razões de força maior.

Art. 27. Após a 3ª (terceira) análise, caso o projeto não atenda às exigências da Análise Prévia anterior e, conseqüentemente, não esteja apto à aprovação pela Municipalidade, o processo será indeferido e encerrado, sendo necessário a abertura de novo protocolo no qual será emitida nova taxa de análise.

Art. 28. A documentação exigida para cada processo consta no Anexo VIII.

Seção II

Da Consulta de Viabilidade para Construção

Art. 29. A Consulta de Viabilidade para Construção é um requerimento do interessado dirigido à Prefeitura, solicitando informações referentes ao uso e ocupação do solo e os índices urbanísticos básicos vigentes, relativos ao imóvel onde se pretende construir, reformar ou ampliar e à atividade ou uso que se pretende implantar.

§ 1º A solicitação da Consulta de Viabilidade para Construção é facultativa, exceto para empreendimentos multifamiliares.

§ 2º Para os empreendimentos multifamiliares a consulta de viabilidade é obrigatória.

§ 3º A Consulta de Viabilidade para Construção não dá o direito de construir, e as informações nela prestadas referem-se à legislação em vigor e havendo alteração desta, a consulta perde o efeito.

§ 4º A Consulta de Viabilidade para Construção terá validade de 06 (seis) meses.

§ 5º A Consulta de Viabilidade para Construção poderá ser requerida através do Sistema Municipal de Protocolo Digital, ou junto ao setor de Protocolo da Prefeitura.

Art. 30. Para requerimento de Consulta de Viabilidade para Construção o interessado apresentará à Prefeitura:

I - Título de propriedade (Matrícula ou Transcrição Imobiliária) completo e atualizado, emitido dentro do prazo máximo de 6 (seis) meses, em formato digital;

II - Certidão Negativa de Débitos do terreno atualizada, em formato digital;

III - Croqui de localização e limites do imóvel, em formato digital;

IV - Informar no formulário digital próprio o tipo de construção e uso pretendido da obra;

Parágrafo único. O requerimento de Consulta de Viabilidade para Construção, devidamente instruído será protocolado conforme o disposto no art. 22 deste Decreto.

Seção III

Da Consulta de Viabilidade para Demolição

Art. 31. A Consulta de Viabilidade para Demolição é um requerimento do interessado dirigido à Prefeitura, solicitando informações referentes às questões urbanísticas e de patrimônio cultural

referente à edificação existente que se pretende demolir.

§ 1º A solicitação da Consulta de Viabilidade para Demolição é facultativa.

§ 2º A Consulta de Viabilidade para Demolição é meramente informativa, não dá o direito de demolir, e as informações prestadas referem-se à legislação em vigor e havendo alteração desta, a consulta perde o efeito.

§ 3º A Consulta de Viabilidade para Demolição terá validade de 06 (seis) meses.

§ 4º A Consulta de Viabilidade para Demolição poderá ser requerida através do Sistema Municipal de Protocolo Digital, ou junto ao setor de Protocolo da Prefeitura.

Art. 32. Para requerimento de Consulta de Viabilidade para Demolição o interessado apresentará à Prefeitura:

I - Título de propriedade (Matrícula ou Transcrição Imobiliária) completo e atualizado, emitido dentro do prazo máximo de 6 (seis) meses, em formato digital;

II - Certidão Negativa de Débitos da unidade atualizada, em formato digital;

III - Croqui de localização da edificação que se pretende demolir e limites do imóvel, em formato digital;

IV - Fotografia atualizada da edificação que se pretende demolir, em formato digital.

Parágrafo único. O requerimento de Consulta de Viabilidade para Demolição, devidamente instruído será protocolado conforme o disposto no art. 22 deste Decreto.

Seção IV

Da Aprovação de Projeto Legal Digital

Art. 33. Para aprovação do Projeto Legal Digital de obras o interessado apresentará:

I - Título de propriedade (Matrícula ou Transcrição Imobiliária) completo e atualizado, emitido dentro do prazo máximo de 6 (seis) meses, em formato digital;

II - Certidão Negativa de Débitos atualizada do terreno, em formato digital;

III - Consulta de Viabilidade para Construção, em formato digital, conforme Seção II, Capítulo III;

IV - Documento(s) de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT) de autoria de projeto e execução da obra e de calçada, referentes às atividades pertinentes, assinadas e com comprovante de quitação, em formato digital;

V - Declaração de Responsabilidade, conforme Anexo VI, com assinaturas autenticadas do profissional e do proprietário ou titular da obra, além de rubricadas em todas as folhas, apresentada em formato digital;

VI - Pranchas do Projeto Legal Digital completo nos termos deste decreto, contendo o número do cadastro perante a Prefeitura Municipal do profissional e do proprietário e titular da obra (quando for o caso);

VII - Termo de Autorização para Obra com firma reconhecida em

cartório, conforme modelo do Anexo VII, em formato digital, quando o requerente/ titular da obra não for proprietário do imóvel;

VIII - Termo de Viabilidade para Construção válido, no caso de edificações multifamiliares.

Parágrafo único. Caso o proprietário e/ou titular da obra seja pessoa jurídica, deve ser apresentada cópia do Contrato Social ou Estatuto atualizado, em formato digital, no qual conste o representante legal.

Art. 34. O requerimento de aprovação de projeto, devidamente instruído será protocolado conforme o disposto no art. 22 deste Decreto.

Art. 35. O processo passará por análise prévia da Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim com a finalidade de informar se o projeto se refere à atividade ou uso sujeitos a licenciamento ambiental.

Art. 36. O processo passará por análise prévia da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e, havendo pendências, será emitido documento de Análise Prévia.

Parágrafo único. Serão emitidas no máximo 3 (três) análises prévias, conforme art. 27.

Art. 37. Nos casos em que for emitido o documento de Análise Prévia, o projeto apenas será aprovado após o cumprimento de todas as exigências contidas no documento.

Art. 38. As aprovações em outros órgãos devem considerar o seguinte:

I - As edificações residenciais unifamiliares estão isentas de aprovação junto ao Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária do Município;

II - Para aprovação de projetos de edificações multifamiliares, em uso multifamiliar do terreno e aquelas destinadas a atividades industriais, comerciais, de serviços e institucionais é necessário apresentar documento de comprovação de aprovação do Projeto de Prevenção Contra Incêndio fornecido pelo Corpo de Bombeiros;

III - Para aprovação de projetos de edificações destinadas a estabelecimentos de interesse da saúde, estabelecimentos de saúde, de alimentos e estabelecimentos de ensino, é necessário submeter o projeto à aprovação prévia da Vigilância Sanitária;

IV - Para aprovação de projetos de edificações ou de atividades que dependam de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) conforme disposto no Plano Diretor deverão, obrigatoriamente, apresentar o respectivo EIV conforme legislação em vigor;

V - Para aprovação de projetos de edificações localizadas próximas à linha férrea, rodovias estaduais ou federais, deverá ser apresentada Certidão de Recuo Construtivo e, no caso de necessidade de acesso, Certidão de Acesso acompanhada da planta de locação/implantação com a representação dos acessos aprovada pelo órgão competente;

VI - Para aprovação de projetos de obras localizadas em áreas de risco deverá ser apresentado parecer técnico da Defesa Civil.

VII - Para aprovação de projetos de edificações em terrenos atingidos por faixas non aedificandi, servidões de passagem e/ou administrativas, e afins, e/ou áreas de utilização ou acesso restritos, deverá ser apresentada anuência do órgão competente;

VIII - Para aprovação de projetos de edificações para atividades

sujeitas a licenciamento ambiental, deverá ser apresentada a Licença Ambiental válida correspondente.

Parágrafo único. Caso haja alteração do rol de edificações e/ou atividades sujeitas a aprovação de projetos em outros órgãos, tais como Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária ou outros, deve-se obedecer às normas e determinações do órgão competente.

Art. 39. A apresentação das peças gráficas do Projeto Legal Digital deverá estar de acordo com Nota Técnica nº. 003/2018 – Manual e-approve Obras para Requerentes.

§ 2º As peças gráficas de que trata o caput deverão conter:

I - Para construção de residências unifamiliares, deverá ser apresentado o projeto legal completo em formato digital, extensão PDF, em escala e resolução adequadas à perfeita leitura e compreensão, contendo:

a) Selo padrão, conforme modelo contido no Anexo I;

b) Quadro Estatístico conforme modelo contido no Anexo I;

c) Planta de Situação contendo os itens descritos no Anexo VIII;

d) Planta de Locação ou Implantação – projeção da edificação demonstrando os itens descritos no Anexo VIII;

e) Planta Esquemática do perímetro da edificação – com o perímetro de todos os pavimentos devidamente cotados e contendo os elementos descritos no Anexo VIII;

f) Esquema Vertical – o esquema vertical deverá ser composto por corte esquemático que demonstre a volumetria da edificação e contendo os elementos descritos no Anexo VIII;

g) Projeto de movimentação de terra, quando for o caso;

h) Projeto hidrossanitário com dimensionamento, memorial de cálculo, peças gráficas de todas as unidades de tratamento de efluentes sanitários e das lixeiras com identificação espaços separados para resíduos sólidos orgânicos e recicláveis (ambos com ralos conectados ao sistema de tratamento de efluentes da edificação), e indicação da caixa de inspeção ao fim do sistema, conforme legislação pertinente;

i) Quadro de edificações existentes com indicações do uso, material, área, ano e situação legal, quando for o caso, conforme modelo contido no Anexo I;

j) Página de assinaturas do responsável técnico e dos proprietários e/ou titular da obra, quando for o caso, conforme modelo contido no Anexo V, a qual deverá estar contida no mesmo arquivo digital (PDF) com as peças gráficas do projeto;

II - Para construção de edificações comerciais, serviços, indústria, instituições e uso misto, deverá ser apresentado o projeto legal completo em formato digital, extensão PDF, em escala e resolução adequadas à perfeita leitura e compreensão, contendo:

a) Selo padrão conforme modelo contido no Anexo II;

b) Quadro Estatístico conforme modelo contido no Anexo II;

c) Planta de Situação contendo os itens descritos no Anexo VIII;

d) Planta de Locação ou Implantação – projeção da edificação demonstrando os itens descritos no Anexo VIII;

e) Planta Esquemática do perímetro da edificação com o perímetro

de todos os pavimentos devidamente cotados e contendo os elementos descritos no Anexo VIII;

f) Esquema Vertical composto por, no mínimo, 02 (dois) cortes esquemáticos, um transversal e um longitudinal, que demonstrem a volumetria da edificação e contendo os elementos descritos no Anexo VIII;

g) Quadro de edificações existentes com indicações do uso, material, área, ano e situação legal, quando for o caso, conforme modelo contido no Anexo II;

h) Página de assinaturas do responsável técnico e dos proprietários ou titular da obra, quando for o caso, conforme modelo contido no Anexo V, a qual deverá estar contida no mesmo arquivo digital (PDF) com as peças gráficas do projeto;

i) Quadro de informações que detalhem características específicas de cada uso contendo, no mínimo:

1. A quantidade de banheiros acessíveis à PNE nas áreas comuns e descrição da localização, conforme modelo contido no Anexo II;

2. A área da edificação correspondente à cada vaga de estacionamento, conforme previsão na legislação pertinente;

III - Para construção de edificações multifamiliares, deverá ser apresentado o projeto legal completo em formato digital, extensão PDF, em escala e resolução adequadas à perfeita leitura e compreensão, contendo:

a) Selo padrão, conforme modelo contido no Anexo III;

b) Quadro Estatístico conforme modelo contido no Anexo III;

c) Planta de Situação contendo os itens descritos no Anexo VIII;

d) Planta de Locação ou Implantação – projeção da edificação demonstrando os itens descritos no Anexo VIII;

e) Planta Esquemática do perímetro da edificação com o perímetro do pavimento térreo, cobertura, tipo, caixad'água/barrilete e demais pavimentos diferenciados, devidamente cotados, e contendo os elementos descritos no Anexo VIII;

f) Esquema Vertical composto por, no mínimo, 02 (dois) cortes esquemáticos, um transversal e um longitudinal, que demonstrem a volumetria da edificação e contendo os elementos descritos no Anexo VIII;

g) Quadro de edificações existentes com indicações do uso, material, área, ano e situação legal, quando for o caso, conforme modelo contido no Anexo III;

h) Página de assinaturas do responsável técnico e dos proprietários ou titular da obra, quando for o caso, conforme modelo contido no Anexo VIII, a qual deverá estar contida no mesmo arquivo digital (PDF) com as peças gráficas do projeto;

i) Quadro de informações, conforme modelo contido no Anexo III, que detalhem características específicas de cada uso contendo, no mínimo:

1. A quantidade de banheiros acessíveis à PNE nas áreas comuns e descrição da localização, conforme modelo contido no Anexo III;
2. O número de unidades autônomas e a quantidade de vagas de estacionamento por unidade autônoma residencial e/ou a área da edificação correspondente à cada vaga de estacionamento, conforme o caso previsto na legislação pertinente;

3. A quantidade de compartimentos habitáveis por unidade autônoma;

4. As áreas de recreação coberta e descoberta.

§ 2º Todos os itens descritos neste artigo para a representação gráfica do projeto legal devem ser devidamente cotados para que haja perfeito entendimento.

§ 3º Todos os arquivos em formato digital devem ter as páginas orientadas corretamente para perfeita leitura e compreensão do seu conteúdo e aplicação correta da assinatura digital de aprovação, quando for o caso.

§ 4º As plantas esquemáticas devem conter a indicação das linhas dos planos de corte devidamente referenciadas aos planos de corte correspondentes, os quais deverão atravessar os diferentes elementos construtivos representados nas plantas.

§ 5º Nos projetos de reforma com ampliação e/ou demolição, deverão ser indicados os elementos e áreas a ser demolidos, construídos ou conservados de acordo com convenções especificadas na legenda do projeto.

Art. 40. Os projetos apresentados deverão observar ao disposto no Plano Diretor, Código de Obras e demais leis e normas vigentes relativas a edificações conforme Declaração de Responsabilidade assinada pelo proprietário e/ou titular da obra, responsável técnico e autor do projeto, com firma reconhecida de todos, conforme Anexo VI.

Art. 41. O projeto legal será analisado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

§ 1º A análise de que trata o caput será realizada através da verificação do atendimento aos parâmetros mínimos, a saber:

I - Índices urbanísticos vigentes: recuos e afastamentos, taxa de ocupação do lote, coeficiente de aproveitamento, gabarito, número de unidades autônomas;

II - Permissão do uso conforme zoneamento incidente sobre o lote;

III - Acessos, área de estacionamento e pátios de carga e descarga;

IV - Número mínimo de vagas de estacionamento, inclusive as reservadas para PNE;

V - Atingimento por alargamento e/ou prolongamento do sistema viário, por áreas non aedificandi e/ou por Área de Preservação Permanente;

VI - Elementos significativos, como: cursos d'água, nascentes, ruas projetadas, rede ferroviária, tubulação com suas respectivas faixas non aedificandi, APP, faixas de domínio de rodovias e ferrovias, entre outros;

VII - Área de recreação coberta, descoberta e total;

VIII - Local para correspondências;

IX - Áreas de depósitos de resíduos.

X - Nos casos de usos especiais (cemitérios, depósitos e postos de revenda dos derivados de petróleo, torres para antenas de transmissão de radiação eletromagnética e outros) serão analisados também as exigências da legislação específica pertinente;

XI - Nos casos de conjuntos residenciais, comerciais e industriais serão analisados também as exigências da legislação específica pertinente, sem prejuízo das exigências que não estejam contempladas neste decreto e seus anexos.

§ 2º Outros parâmetros a serem verificados na forma do caput poderão ser determinados através de Nota Técnica específica.

Art. 42. É facultado ao responsável técnico solicitar revisão de item(s) exigido(s) em Análise Prévia, mediante apresentação de justificativa técnica para o requerimento.

§ 1º O requerimento de Revisão de Análise poderá ser feito no complemento do protocolo, quando do reenvio do projeto, acompanhado de:

I - Descrição do(s) item(s) de análise prévia questionado(s);

II - Justificativa técnica para revisão, em formato digital;

III - Lista de documentos que embasam a justificativa técnica, em formato digital;

IV - Documentos comprobatórios pertinentes, em formato digital.

§ 2º Somente poderá ser feito 1 (um) pedido de Revisão de Análise para cada Análise Prévia emitida, podendo este pedido conter quantos itens forem pertinentes, limitado ao número de itens da Análise Prévia em questão.

§ 3º Os pedidos de revisão a que se refere o caput serão analisados por Comissão de Revisão de Análise, composta por, no mínimo, 3 (três) servidores da área técnica pertinente ao projeto, sendo que 1 (um) deles deve ser o responsável pela análise questionada.

§ 4º Ao fim da avaliação do pedido a que se refere o caput, a Comissão de Revisão de Análise emitirá parecer técnico favorável ou desfavorável, com a definição das medidas a serem tomadas para a continuidade do processo.

§ 5º Após a emissão do parecer técnico da Comissão de Revisão de Análise, o(s) item(s) de análise prévia não poderá(ão) ser objeto de novo questionamento.

Art. 43. A aprovação do Projeto Legal Digital não exige seu autor da obediência a legislação vigente, devendo o autor do Projeto, com o proprietário e/ou titular da obra, assinarem as declarações conforme modelo contido no Declaração de Responsabilidade deste Decreto, assumindo o proprietário, autor do projeto e responsável técnico a responsabilidade civil, administrativa e criminal, decorrente de eventuais prejuízos a terceiros.

Art. 44. O Projeto Legal Digital aprovado terá validade de 1 (um) ano, ou conforme legislação pertinente.

Parágrafo único. A requerimento do interessado será concedido revalidação do projeto aprovado por período igual ao do caput e por uma única vez.

Seção V

Do Alvará de Obra

Art. 45. A licença para execução de obras de construção, reforma, restauro, modificação, ampliação e demolição é concedida ao proprietário ou titular da obra através da emissão do Alvará de Obra:

I - Alvará de Construção;

II - Alvará de Reforma;

III - Alvará de Reforma e Ampliação;

IV - Alvará de Reforma e Demolição;

V - Alvará de Ampliação;

VI - Alvará de Demolição;

VII - Alvará de Demolição e Construção.

Parágrafo único. Somente será emitido Alvará de Reforma, Reforma e Ampliação ou Reforma e Demolição para edificações previamente licenciadas.

Art. 46. Dependerão obrigatoriamente de Alvará de Obra todas as obras de construção, acréscimos, modificações ou reformas a serem executadas no município de Guarimirim.

Parágrafo único. Estão isentas da obrigatoriamente de Alvará de Obra:

I - os pequenos consertos ou reparos em prédios em que não se alterem ou modifiquem os elementos geométricos e sistema estrutural, tais como os serviços de pintura, consertos em assoalhos, esquadrias, paredes, construções de rebaixamento de meio fio e conserto de pavimentação;

II - a construção de dependências não destinadas à habitação humana, tais como telheiros, com área máxima de 12 m² (doze metros quadrados), desde que não fiquem situadas no alinhamento do logradouro;

III - as pequenas construções para habitação e outros misteres de lavradores, nas proximidades da zona rural, respeitando afastamento mínimo de 30m (trinta metros) da testada dos respectivos lotes.

Art. 47. Para obter o Alvará de Obra o interessado apresentará à Prefeitura Municipal:

I - Título de propriedade (Matrícula ou Transcrição Imobiliária) completo e atualizado, emitido dentro do prazo máximo de 6 (seis) meses, em formato digital;

II - Pranchas do projeto legal aprovado, em formato digital, com assinatura digital de aprovação pela Prefeitura Municipal de Guarimirim, quando a aprovação se der em separado;

III - Documento(s) de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT) de autoria de projeto e execução da obra e de calçada, referentes às atividades pertinentes, assinadas e com comprovante de quitação, em formato digital;

IV - Declaração de Responsabilidade, conforme Anexo VI, com assinaturas autenticadas do profissional e do proprietário ou titular da obra, além de rubricadas em todas as folhas, apresentada em formato digital;

V - Aprovação do projeto pelos órgãos competentes, quando for o caso de imóveis situados às margens de rodovias e ferrovias estaduais ou federais, e/ou atingidos por faixas non aedificandi, servidões de passagem e/ou administrativas e afins, e/ou áreas de utilização ou acesso restritos.

VI - Aprovação do Corpo e Bombeiros, quando a tipologia ou uso assim o exigir;

VII - Aprovação da Vigilância Sanitária, quando a atividade/uso assim o exigir;

VIII - Licenciamento ambiental da obra, quando a atividade/uso assim o exigir.

Art. 48. O Alvará de Obra será emitido após a aprovação do Projeto Legal Digital, mediante o pagamento das taxas correspondentes.

§ 1º Quando houver solicitação formal do proprietário ou titular da obra, o Alvará de Obra poderá deixar de ser emitido imediatamente após a aprovação do projeto.

§ 2º Somente poderá ser emitido Alvará de Obra após o licenciamento ambiental da obra, quando a atividade estiver sujeita a este procedimento.

Art. 49. O licenciamento para início da construção concedido através do Alvará de Obra será válido pelo prazo de 6 (seis) meses a partir da data da emissão com assinatura digital, ou conforme legislação pertinente.

Parágrafo único. O Alvará previsto no caput poderá ser renovado, desde que solicitado pelo interessado dentro prazo de até 15 dias após o vencimento do referido Alvará e apenas dentro do prazo de validade da aprovação do projeto legal correspondente.

Art. 50. O prazo para a conclusão da obra licenciada será de no máximo 30 (trinta) meses da data de emissão do Alvará de Obra correspondente.

Parágrafo único. Para obras com prazo previsto de conclusão maior do que o estabelecido no caput, poderá ser concedido Alvará de Obra pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos a contar da data de sua emissão, desde que apresentados:

I - Requerimento formal realizado no trâmite de aprovação do projeto, conforme Seção V, Capítulo III, deste Decreto;

II - Cronograma físico da obra, tecnicamente compatível com a execução do empreendimento a ser licenciado.

Art. 51. Nos casos de interrupção da obra licenciada, será considerado válido o Alvará de Obra correspondente, até completar o prazo máximo de 5 (cinco) anos, desde que requerida a paralisação da obra, dentro do prazo de execução previsto no alvará.

Art. 52. É vedada qualquer alteração no projeto de arquitetura quanto aos seus parâmetros físicos de locação, área construída ou ainda aqueles elementos essenciais da obra sem a prévia autorização da Prefeitura, sob pena de perda automática de validade e cancelamento de seu Alvará de Obra.

Art. 53. Antes do início das obras licenciadas, deverá ser fixada no local da obra, placa padronizada conforme informações e características determinadas no modelo do Anexo IV.

Parágrafo único. A placa prevista no caput deverá ser perfeitamente legível e deverá permanecer exposta por todo o período da obra, fixada em local visível a partir do alinhamento predial.

Seção VI Do Habite-se

Art. 54. Concluída a obra, deverá ser solicitada a expedição do Habite-se, através de requerimento à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, instruído com:

I - Alvará de Obra, em formato digital;

II - Projeto aprovado, em formato digital, caso a aprovação tenha se dado antes da vigência do SMPD e se necessário for para o processo;

III - Termo de Vistoria aprovada pelo Corpo de Bombeiros, em formato digital, quando for o caso;

IV - É facultado à Prefeitura a solicitação de 01 (uma) cópia física do projeto arquitetônico aprovado, para efeito de arquivo e/ou vistoria.

§ 1º O Habite-se autoriza a ocupação da edificação, não representando qualquer garantia de sua segurança quanto à execução, cuja responsabilidade se deve única e exclusivamente ao responsável técnico pela respectiva obra.

§ 2º O Habite-se somente será concedido após a comprovação da execução das obras de acordo com os projetos aprovados.

Art. 55. Poderá ser concedido o Habite-se parcial, desde que as áreas comuns estejam concluídas e nos seguintes casos:

I - Quando se tratar de prédio composto de parte comercial e parte residencial e houver utilização independente destas partes;

II - Quando se tratar de prédio comercial constituído de unidades autônomas, podendo o Habite-se ser por unidade;

III - Quando se tratar de prédios independentes construídos no interior de um mesmo lote.

Art. 56. A obra será considerada apta ao Habite-se pela fiscalização, quando estiver de acordo com a legislação municipal, em conformidade com o projeto legal aprovado, o que será atestado em formulário padronizado, com relatório emitido pelo sistema.

Parágrafo único. A garantia de segurança quanto à execução da obra é de responsabilidade do proprietário, do empreendedor, do construtor e do respectivo responsável técnico, conforme legislação pertinente. A Prefeitura Municipal de Guaramirim não tem qualquer responsabilidade sobre garantia de segurança quanto à execução da obra.

Art. 57. É vedada qualquer alteração da obra após a concessão do Habite-se, sem a prévia autorização da Prefeitura, quer seja de ampliações, reformas ou demolições, salvo nos casos previstos no art. 46, § 1.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 58. Os processos poderão ser protocolados na forma do programa "e-aprove Obras" a partir da publicação do presente Decreto, sendo que o prazo para a análise da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (SPDU), disposto no art. 24, será contado após 60 (sessenta) dias da publicação deste Decreto.

Art. 59. A partir de 08 de agosto de 2018 não mais serão aceitos processos que não atendam ao disposto deste Decreto.

Art. 60. Os processos em trâmite terão o prazo máximo até 08 de agosto de 2018 para conclusão ou deverão se adequar as normas estabelecidas pelo presente Decreto, através de novo requerimento com o recolhimento das devidas taxas.

Art. 61. Situações omissas ou divergentes entre este decreto e seus anexos e a regulamentação do Sistema Municipal de Protocolo Digital serão sanadas prioritariamente pelo SMPD.

Art. 62. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de junho de 2018.
Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 58/2018 PMG

Publicação Nº 1656214

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 58/2018- PMG

PREGÃO PRESENCIAL N.º 88/2018- PMG

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE CARIMBOS NOVOS COM FORNECIMENTO DE MÁQUINA E BORRACHA, AQUISIÇÃO DE REFIS, E TROCA DE BORRACHAS, NECESSÁRIOS AS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 88/2018 PMG.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Fornecedor: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI, com sede na Rua Amsterdam, n.º 891, bairro Itoupavazinha, em Blumenau, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 14.534.916/0001-36.

Vigência: Início: 07/06/2018 Término: 06/06/2019

Fornecedor: 419435 - BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME

LOTE 1

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	40	UN	TROCA DE BORRACHA COMPATÍVEL COM CARIMBO AUTO-ENTINTADO NA COR PRETA, DIMENSÕES 37X13MM, REF 4911	TRODAT	11,9500	478,00
2	45	UN	TROCA DE BORRACHA COMPATÍVEL COM CARIMBO AUTO-ENTINTADO NA COR PRETA, DIMENSÕES 46X21MM, REF 4912	TRODAT	13,4500	605,25
3	40	UN	TROCA DE BORRACHA COMPATÍVEL COM CARIMBO AUTO-ENTINTADO NA COR VERMELHA, DIMENSÕES 46X21MM, REF 4912	TRODAT	13,4500	538,00
4	55	UN	TROCA DE BORRACHA COMPATÍVEL COM CARIMBO AUTO-ENTINTADO NA COR PRETA, DIMENSÕES 57X21MM, REF 4913	TRODAT	14,9400	821,70
5	40	UN	TROCA DE BORRACHA COMPATÍVEL COM CARIMBO AUTO-ENTINTADO NA COR VERMELHA, DIMENSÕES 57X21MM, REF 4913	TRODAT	14,9500	598,00
6	20	UN	TROCA DE BORRACHA COMPATÍVEL COM CARIMBO AUTO-ENTINTADO NA COR PRETA, DIMENSÕES 74X37MM, REF 4926	TRODAT	17,5000	350,00
7	20	UN	TROCA DE BORRACHA COMPATÍVEL COM CARIMBO DATADOR AUTO-ENTINTADO NA COR PRETA, DIMENSÕES 39X39MM, REF 4724	TRODAT	13,4900	269,80
8	80	UN	CONFECÇÃO DE CARIMBO (MÁQUINA E BORRACHA) AUTO-ENTINTADO NA COR PRETA, DIMENSÕES APROXIMADAS 37X13MM	TRODAT	25,9500	2.076,00
9	40	UN	CONFECÇÃO DE CARIMBO (MÁQUINA E BORRACHA) AUTO-ENTINTADO NA COR PRETA, DIMENSÕES APROXIMADAS 46X21MM	TRODAT	35,4500	1.418,00
10	40	UN	CONFECÇÃO DE CARIMBO (MÁQUINA E BORRACHA) AUTO-ENTINTADO NA COR VERMELHA, DIMENSÕES APROXIMADAS 46X21MM	TRODAT	40,4500	1.618,00
11	40	UN	CONFECÇÃO DE CARIMBO (MÁQUINA E BORRACHA) AUTO-ENTINTADO NA COR PRETA, DIMENSÕES APROXIMADAS 57X21MM	TRODAT	35,4500	1.418,00
12	20	UN	CONFECÇÃO DE CARIMBO (MÁQUINA E BORRACHA) AUTO-ENTINTADO NA COR VERMELHA, DIMENSÕES APROXIMADAS 57X21MM	TRODAT	40,4500	809,00
13	20	UN	CONFECÇÃO DE CARIMBO (MÁQUINA E BORRACHA) AUTO-ENTINTADO NA COR PRETA, DIMENSÕES APROXIMADAS 74X37MM	TRODAT	61,4500	1.229,00
14	20	UN	CONFECÇÃO DE CARIMBO DATADOR (MÁQUINA E BORRACHA) AUTO-ENTINTADO NA COR PRETA, DIMENSÕES APROXIMADAS 39X39MM	TRODAT	49,9500	999,00
15	20	UN	CONFECÇÃO DE CARIMBO AUTO-ENTINTADO REDONDO, NA COR PRETA, DIMENSÕES APROXIMADAS 1,7CMx1,7CM	TRODAT	26,5000	530,00
16	65	UN	REFIL COMPATÍVEL COM CARIMBO AUTO-ENTINTADO NA COR PRETA, DIMENSÕES 37X13MM, REF 4911	TRODAT	10,9500	711,75
17	70	UN	REFIL COMPATÍVEL COM CARIMBO AUTO-ENTINTADO NA COR PRETA, DIMENSÕES 46X21MM, REF 4912	TRODAT	11,9500	836,50
18	40	UN	REFIL COMPATÍVEL COM CARIMBO AUTO-ENTINTADO NA COR VERMELHA, DIMENSÕES 46X21MM, REF 4912	TRODAT	14,9000	596,00
19	60	UN	REFIL COMPATÍVEL COM CARIMBO AUTO-ENTINTADO NA COR PRETA, DIMENSÕES 57X21MM, REF 4913	TRODAT	14,9000	894,00
20	40	UN	REFIL COMPATÍVEL COM CARIMBO AUTO-ENTINTADO NA COR VERMELHA, DIMENSÕES 57X21MM, REF 4913	TRODAT	14,9000	596,00
21	40	UN	REFIL COMPATÍVEL COM CARIMBO AUTO-ENTINTADO NA COR PRETA, DIMENSÕES 74X37MM, REF 4926	TRODAT	17,4000	696,00

22	40	UN	REFIL COMPATÍVEL COM CARIMBO DATADOR AUTO-ENTINTADO NA COR PRETA, DIMENSÕES 39X39MM, REF 4724	TRODAT	14,9000	596,00
23	20	UN	TROCA DE BORRACHA COMPATÍVEL COM CARIMBO AUTO-ENTINTADO REDONDO, NA COR PRETA, DIMENSÕES 1,7CMx1,7CM, REF R17	TRODAT	12,4000	248,00
24	20	UN	REFIL COMPATÍVEL COM CARIMBO AUTO-ENTINTADO REDONDO NA COR PRETA, DIMENSÕES 1,7CM x 1,7CM	TRODAT	10,9000	218,00
Total					R\$19.150,00	

Guaramirim (SC), 18 de junho de 2018.
LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 121/2018 – PMG.

Publicação Nº 1656191

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 121/2018 – PMG.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE CONSULTA MÉDICA PARA EMISSÃO DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL.
Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.
Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II e IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC.
Contratado: CONSULTÓRIO MÉDICO R J GUINDANI LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.555.607/0001-99, estabelecida na Rua Henrique Piazero, nº 137, bairro Centro, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, CEP 89.252 -060.
Valor: R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).

Guaramirim (SC), 18 de junho de 2018.
LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 122/2018 – PMG.

Publicação Nº 1656211

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 122/2018 – PMG.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS PARA EMISSÃO DE ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL.
Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.
Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II e IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC.
Contratado: LABORSAD LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 81.372.641/0001-79, estabelecida na Rua João Butschard, nº 414, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000.
Valor: R\$ 1.449,00 (mil quatrocentos e quarenta e nove reais).

Guaramirim (SC), 18 de junho de 2018.
LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 39/2018 – FMS.

Publicação Nº 1656461

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 39/2018 – FMS.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OITO SESSÕES DE HIDROTERAPIA, PARA O CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO JUDICIAL Nº 0900065-19.2018.8.24.0026.

Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Contratados: FISIOMED FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO MÉDICA SS LTDA, sob o CNPJ nº 76.843.085/0001-31, estabelecida na Rua Coronel Bernardo Grubba, nº 62, Bairro Centro, em Jaraguá do Sul - SC.

Valor: R\$ 672,00 (seiscentos e setenta e dois reais).

Guaramirim (SC), 18 de junho de 2018.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 51/2018 – FMS

Publicação Nº 1656439

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 51/2018 – FMS

Processo Licitatório nº 16/2018 – FMS

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento.

Base Legal: art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Objeto da Licitação: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Contratado: UROCLÍNICA JARAGUÁ - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.721.341/0001-26 estabelecida na Rua João Planincheck, nº 1990, Sala 510, bairro Jaraguá Esquerdo, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, CEP 89253-105.

Data da Assinatura: 15/06/2018 Vigência: 31/12/2018

Guaramirim (SC), 18 de junho de 2018.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 243/2018

Publicação Nº 1656064

PORTARIA Nº. 243/2018

Nomeia Romeu Butschardt Junior.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Romeu Butschardt Junior, na função de Secretário de Esporte e Lazer, a partir de 18 de junho de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de junho de 2018.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

80/2018

Publicação Nº 1657154

DECRETO Nº 080/2018

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.564/17 de 17 de novembro de 2017.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, no exercício de 2018, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

04- Coordenação de Programas:

Atividade: 1104.10.301.0010.2.089

4.4.90.00-00.00.0382- Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Soma R\$ 4.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

04- Coordenação de Programas:

Atividade: 1104.10.301.0010.2.089

4.4.90.00-00.00.0382- Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Soma R\$ 4.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, 18 de junho de 2018.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora

Secretário Administração e Fazenda

Guatambú

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 73-2018

Publicação Nº 1657593

Estado de Santa Catarina
Município de Guatambu
Aviso de Licitação

O Município de Guatambu, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo nº.73/2018.

Pregão Presencial nº. 33/2018.

Tipo: Menor preço unitário Por Item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR, BRINQUEDOS, APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 29/06/2018.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 29/06/2018.

O Edital poderá ser obtido no site www.guatambu.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua Manuel Rolim de Moura, n. 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33360102. Guatambu, SC, 18 de junho de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA - Prefeito Municipal

DECRETO 91/2018

Publicação Nº 1656060

DECRETO N. 91/2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Olivo Dallastra, Prefeito Municipal de Guatambu em exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 5º, parágrafo 1º, inciso II da Lei Municipal 1.065 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de crédito suplementar, no orçamento do Município, no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte cinco mil reais), na conta abaixo relacionada:

Órgão: 04.00 – Secretaria de educação, cultura e esporte

Unidade Orçamentária: 04.03 – Departamento de esportes

Função: 27 – Desporto e lazer

Sub Função: 812 – Desporto comunitário

Programa: 0004 – Educação de qualidade para todos

Projeto/Atividade: 2.110 – Manutenção das atividades esportivas

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Exercício anterior – Receita de impostos e transferências DR 3000, com o valor de R\$ 25.000,00 (Vinte cinco mil reais).

Art. 2º - Para suplementação das contas de que trata o artigo 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro, com saldo em contas.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu/SC, 12 de junho de 2018.

OLIVO DALLASTRA

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO 92/2018

Publicação Nº 1656061

DECRETO N. 92/2018

DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 5º, parágrafo 1º, inciso II da Lei Municipal 1.065 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar remanejamento de dotação orçamentária por anulação de dotação orçamentária no orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 133.000,00 (Cento e trinta e três mil reais) conforme a seguir especificado:

Órgão: 05.00 – Secretaria de Saúde

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo de saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 – Atenção básica

Programa: 0007 – Saúde para todos

Projeto/Atividade: 2.127 – Manut. do Bloco de atenção básica

Modalidade de Aplicação: 3.1.9.0.00.00 – Aplicação direta – DR 1338 NASF Núcleo de apoio a saúde da família, com o valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais).

Órgão: 05.00 – Secretaria de Saúde

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo de saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 – Atenção básica

Programa: 0007 – Saúde para todos

Projeto/Atividade: 2.127 – Manut. do Bloco de atenção básica

Modalidade de Aplicação: 3.1.9.0.00.00 – Aplicação direta – DR 1938 Saúde da família, com o valor de R\$ 93.000,00 (Noventa e três mil reais).

Art. 2º - Os recursos para a cobertura do crédito de que tratam o artigo 1º, serão provenientes de anulação de dotação orçamentária, do Orçamento Vigente do Município, conforme a seguir especificado no valor R\$ 133.000,00 (Cento e trinta e três mil reais).

Órgão: 05.00 – Secretaria de Saúde

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo de saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 – Atenção básica

Programa: 0007 – Saúde para todos

Projeto/Atividade: 2.127 – Manut. do Bloco de atenção básica

Modalidade de Aplicação: 3.3.9.0.00.00 – Aplicação direta – DR 1338 NASF Núcleo de apoio a saúde da família, com o valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais).

Órgão: 05.00 – Secretaria de Saúde

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo de saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 – Atenção básica

Programa: 0007 – Saúde para todos

Projeto/Atividade: 2.127 – Manut. do Bloco de atenção básica

Modalidade de Aplicação: 3.3.9.0.00.00 – Aplicação direta – DR 1938 Saúde da família, com o valor de R\$ 93.000,00 (Noventa e três mil reais).

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu/SC, 15 de junho de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

DECRETO 93/2018

Publicação Nº 1656062

DECRETO N. 93/2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Luiz Clóvis Dal Piva, Prefeito Municipal de Guatambu, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 5º, parágrafo 1º, inciso II da Lei Municipal 1.065 de 21 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de crédito suplementar, no orçamento do Município, no valor de R\$ 32.659,69 (Trinta e dois mil seiscientos e cinquenta e nove reais e sessenta e nove centavos), na conta abaixo relacionada:

Órgão: 06.00 – Secretaria de transporte, obras e serviços urbanos

Unidade Orçamentária: 06.02 – Obras e serviços urbanos

Função: 06 – Segurança pública

Sub Função: 451 – Infraestrutura Urbana

Programa: 0009 – Obras e serviços de utilidade pública

Projeto/Atividade: 2.230 – Manutenção da iluminação pública

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Exercício anterior – COSIP – contribuição p/custeio dos serviços de iluminação pública, DR 3008, com o valor de R\$ 32.659,69 (Trinta e dois mil seiscientos e cinquenta e nove reais e sessenta e nove centavos).

Art. 2º - Para suplementação das contas de que trata o artigo 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro, com saldo em contas.

Art. 3.º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guatambu/SC, 15 de junho de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

RETIFICAÇÃO EDITAL 73/2018

Publicação Nº 1657594

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO Nº 73/2018- PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preço nº 33/2018.

1. No edital de licitação Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 33/2018.

ONDE SE LÊ:

1.1. Anexo I - Termo de Referência.

"DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES"

LOTE	ITEM	UN	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO DO ITEM
1	7	CJ	Conjunto mesa e cadeiras infantil (3 a 6 anos) com seis (06) cadeiras empilháveis e três (03) carteiras formando um círculo colorido, que permite variadas formações. Estrutura metálica em tubo ¾ chapa 18 (1.2 mm) com reforço nos pés das mesas, todas unidas através de solda mig, cadeiras empilháveis acabamento em ponteiras plásticas, metal com tratamento contra ferrugem, pintura epóxi (a pó) na cor prata. Tampo das mesas em MDF formato gota com cantos arredondados, acabamento das bordas em perfil PVC prata, assento e encosto das cadeiras em compensado multilaminado 10 mm semi-anatômico, revestidos em fórmica colorida texturizada na parte superior do assento e nas duas faces do encosto, cores a escolher, diâmetro do conjunto montado aprox.: 1.20 m medidas da cadeira: 32 cm (altura a partir do assento), medidas do encosto: 32 X 18 cm, medidas do assento: 32 X 28 cm, fabricado de acordo com as normas vigentes.	10,00	1.400,00

1	8	CJ	Conjunto mesa/cadeiras infantil (3 a 6 anos) 4x1, composta por 01 (uma) mesa retangular com 04 (quatro) cadeiras empilháveis, estrutura metálica confeccionada da mesa em tubo 2 " chapa 18 (1.2 mm) e cadeira confeccionada em tubo 7/8 chapa 14 (1.9 mm) com pé traseiro em formato cônico que une-se aos pés dianteiros horizontalmente num ângulo de 51° com a finalidade de proporcionar um perfeito empilhamento, acabamento com quatro ponteiros plásticos. Metal com tratamento contra ferrugem, pintura epóxi prata (a pó) partes metálicas unidas através de solda mig. Tampo da mesa em MDF 15 mm, acabamento nas laterais com perfil PVC. Assento e encosto semi-anatômico em compensado 10 mm revestido com fórmica texturizada na parte superior do assento e nas duas faces do encosto, cores a escolher, medidas aprox. da mesa: 60 x 120 cm, 53cm altura, medidas aprox. da cadeira: 31 cm (a partir do assento) medidas aprox. do encosto: 36 X 18 cm, medidas aprox. do assento: 36 X 27 cm, fabricado de acordo com as normas vigentes.	10,00	905,00
1	9	CJ	Conjunto cadeira/carteira infantil (3 a 6 anos), composto de uma cadeira empilhável e uma carteira, estrutura metálica da carteira confeccionada em tubo 29 x 58 chapa 18 (1.2 mm) gradil porta-livro abaixo do tampo em ferro maciço seção quadrada. Tampo em MDF usinado 180° sem cantos vivos, revestido em fórmica texturizada 0,8 mm cor a escolher, acabamento nas laterais em verniz, (borda com verniz à prova de vandalismo). Cadeira em tubo 7/8 chapa 18 (1.2 mm) metal tratado contra ferrugem, pintura epóxi (a pó) de cor a escolher, solda mig, acabamento em ponteiros resistentes. Assento e encosto da cadeira confeccionado em compensado semi-anatômico 10 mm, revestidos em fórmica texturizada 0.8 mm na parte superior do assento e nas duas faces do encosto, fixados a estrutura metálica através de rebites de alumínio, cores da fórmica a escolher, medidas aprox. da carteira: 55 cm (altura a partir do tampo) tampo 60 X 45 cm, medidas aprox. da cadeira: 32 cm (altura a partir do assento), medidas aprox. do encosto: 40 X 18 cm, medidas aprox. do assento: 40 X 31 cm, fabricado de acordo com as normas vigentes.	60,00	251,00

LEIA-SE:

1.2. Anexo I - Termo de Referência.

"DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES"

LOTE	ITEM	UN	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO DO ITEM
1	7	CJ	Conjunto mesa e cadeiras infantil (3 a 6 anos) com seis (06) cadeiras empilháveis e três (03) carteiras formando um círculo colorido, que permite variadas formações. Estrutura metálica em tubo 3/4 chapa 18 (1.2 mm) com reforço nos pés das mesas, todas unidas através de solda mig, cadeiras empilháveis acabamento em ponteiros plásticos, metal com tratamento contra ferrugem, pintura epóxi (a pó) na cor prata. Tampo das mesas em MDF formato gota com cantos arredondados, acabamento das bordas em perfil PVC prata, assento e encosto das cadeiras em compensado multilaminado 10 mm semi-anatômico, revestidos em fórmica colorida texturizada na parte superior do assento e nas duas faces do encosto, cores a escolher, diâmetro do conjunto montado aprox.: 1.20 m medidas da cadeira: 32 cm (altura a partir do assento), medidas do encosto: 32 X 18 cm, medidas do assento: 32 X 28 cm, fabricado de acordo com as normas vigentes. Apresentar na proposta certificado do INMETRO de acordo com a ABNT 14006 (item cadeira) e portaria INMETRO 105/2012 e 184/2015 para móveis escolares.	10,00	1.400,00
1	8	CJ	Conjunto mesa/cadeiras infantil (3 a 6 anos) 4x1, composta por 01 (uma) mesa retangular com 04 (quatro) cadeiras empilháveis, estrutura metálica confeccionada da mesa em tubo 2 " chapa 18 (1.2 mm) e cadeira confeccionada em tubo 7/8 chapa 14 (1.9 mm) com pé traseiro em formato cônico que une-se aos pés dianteiros horizontalmente num ângulo de 51° com a finalidade de proporcionar um perfeito empilhamento, acabamento com quatro ponteiros plásticos. Metal com tratamento contra ferrugem, pintura epóxi prata (a pó) partes metálicas unidas através de solda mig. Tampo da mesa em MDF 15 mm, acabamento nas laterais com perfil PVC. Assento e encosto semi-anatômico em compensado 10 mm revestido com fórmica texturizada na parte superior do assento e nas duas faces do encosto, cores a escolher, medidas aprox. da mesa: 60 x 120 cm, 53cm altura, medidas aprox. da cadeira: 31 cm (a partir do assento) medidas aprox. do encosto: 36 X 18 cm, medidas aprox. do assento: 36 X 27 cm, fabricado de acordo com as normas vigentes. Apresentar na proposta certificado do INMETRO de acordo com a ABNT 14006 (item cadeira) e portaria INMETRO 105/2012 e 184/2015 para móveis escolares.	10,00	905,00

1	9	CJ	Conjunto cadeira/carteira infantil (3 a 6 anos), composto de uma cadeira empilhável e uma carteira, estrutura metálica da carteira confeccionada em tubo 29 x 58 chapa 18 (1.2 mm) gradil porta-livro abaixo do tampo em ferro maciço seção quadrada. Tampo em MDF usinado 180° sem cantos vivos, revestido em fórmica texturizada 0,8 mm cor a escolher, acabamento nas laterais em verniz, (borda com verniz à prova de vandalismo). Cadeira em tubo 7/8 chapa 18 (1.2 mm) metal tratado contra ferrugem, pintura epóxi (a pó) de cor a escolher, solda mig, acabamento em ponteiros resistentes. Assento e encosto da cadeira confeccionado em compensado semi-anatômico 10 mm, revestidos em fórmica texturizada 0.8 mm na parte superior do assento e nas duas faces do encosto, fixados a estrutura metálica através de rebites de alumínio, cores da fórmica a escolher, medidas aprox. da carteira: 55 cm (altura a partir do tampo) tampo 60 X 45 cm, medidas aprox. da cadeira: 32 cm (altura a partir do assento), medidas aprox. do encosto: 40 X 18 cm, medidas aprox. do assento: 40 X 31 cm, fabricado de acordo com as normas vigentes. Apresentar na proposta certificado do INMETRO de acordo com a ABNT 14006 (item cadeira) e portaria INMETRO 105/2012 e 184/2015 para móveis escolares.	60,00	251,00
---	---	----	---	-------	--------

2 – Nova data e horário de realização do Pregão Presencial:

- a) Data e hora para entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 29/06/2018.
b) Data e hora para abertura da sessão presencial: dia 29/06/2018 às 08:30 horas.

3 - Todas as demais cláusulas e condições permanecem como estão.

Guatambu, SC, 18 de Junho de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CRENCIAMENTO Nº 001/2018

Publicação Nº 1656170

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CRENCIAMENTO Nº 001/2018

OBJETO

Credenciamento de Pessoa Jurídica destinada a prestação de serviços na área de saúde de acordo nas seguintes especificações: Fornecimento de consultas médicas; Procedimentos com a finalidade de Diagnóstico; Medicamentos para distribuição gratuita.

ENTREGA DOS ENVELOPES

A partir às 07:45 horas do dia 18/06/2018

LOCAL DA ENTREGA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra e seus anexos estão disponíveis no site: www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Para aqueles que tiverem interesse o Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 20,75 (vinte reais e setenta e cinco centavos). Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 15 de junho de 2018
AMÉRICO LORINI
Prefeito

ORDEM DE SERVIÇO Nº 006/2018

Publicação Nº 1657211

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018

CONTRATO Nº 033/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADA: ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 006/2018 DE 19 DE JUNHO DE 2018
AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, autoriza a empresa ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA. Inscrita no CNPJ sob o nº 07.624.275/0001-45 em conformidade com o contrato nº 033/2018 de 04/06/2018 iniciar os serviços de reforma da Escola Estadual Básica Professor Odilon Fernandes no município de Herval d'Oeste com fornecimento de material e mão de obra.

Características:
Reforma da Escola Estadual Básica Professor Odilon Fernandes no

município de Herval d'Oeste com fornecimento de material e mão de obra com a adaptação de duas salas de aula, construção de cozinhas e sanitários totalizando 199,29m².

Prazo de Conclusão:

90 dias após publicação da presente ordem de serviço

Valor Total:

R\$ 67.203,08 (sessenta e sete mil duzentos e três reais e oito centavos)

Herval d'Oeste (SC) 19 de junho de 2018.

AMÉRICO LORINI ANDRÉ LEMOS VIEIRA

Prefeito Sócio Administrador

CPF: 162.730.799-00 CPF: 026.240.709-40

Contratante Contratada

ORDEM DE SERVIÇO Nº 007/2018

Publicação Nº 1657212

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2018

CONTRATO Nº 032/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADA: CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 007/2018 DE 19 DE JUNHO DE 2018
AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, autoriza a empresa CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA. Inscrita no CNPJ sob o nº 09.234.560/0001-85 em conformidade com o contrato nº 032/2018 de 04/06/2018 iniciar os serviços de reforma do CMEI Tio Zezinho e PSF Santo Antônio no município de Herval d'Oeste com fornecimento de material e mão de obra.

Características:

Reforma CMEI Tio Zezinho e PSF Santo Antônio com ligação de rede coletora de esgoto sanitário, Revisão de cobertura e instalações elétricas com área total de 805,28m²

Prazo de Conclusão:

60 dias após publicação da presente ordem de serviço

Valor Total:

R\$ 7.002,56 (sete mil e dois reais e cinquenta e seis centavos)

Herval d'Oeste (SC) 19 de junho de 2018.

AMÉRICO LORINI JUNIOR DE MATTOS

Prefeito Sócio Administrador

CPF: 162.730.799-00 CPF: 040.927.649-30

Contratante Contratada

ORDEM DE SERVIÇO Nº 008/2018

Publicação Nº 1657215

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2018

CONTRATO Nº 031/2018

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADA: CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 008/2018 DE 19 DE JUNHO DE 2018
AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, autoriza a empresa CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA. Inscrita no

CNPJ sob o nº 09.234.560/0001-85 em conformidade com o contrato nº 031/2018 de 04/06/2018 iniciar os serviços de conclusão do Preventivo de incêndio do Consórcio de Saúde e da Unidade Central de Saúde no município de Herval d'Oeste com fornecimento de material e mão de obra.

Características:

Conclusão do Preventivo contra incêndio do Consórcio de Saúde e da Unidade Central de Saúde com a complementação de hidrante, e Gás Combustível Canalizado GLP

Prazo de Conclusão:

60 dias após publicação da presente ordem de serviço

Valor Total:

R\$ 13.352,38 (treze mil, trezentos e cinquenta e dois reais e trinta e oito centavos)

Herval d'Oeste (SC) 19 de junho de 2018.

AMÉRICO LORINI JUNIOR DE MATTOS

Prefeito Sócio Administrador

CPF: 162.730.799-00 CPF040.927.649-30

Contratante Contratada

ORDEM DE SERVIÇO Nº 009/2018

Publicação Nº 1657217

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2018

CONTRATO Nº 030/2018

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADA: AZ CONSTRUÇÕES LTDA. EPP

ORDEM DE SERVIÇO Nº 009/2018 DE 19 DE JUNHO DE 2018

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, autoriza a empresa AZ CONSTRUÇÕES LTDA. EPP. Inscrita no CNPJ sob o nº 73.461.170/0001-47 em conformidade com o contrato nº 030/2018 de 04/06/2018 iniciar os serviços de reforma da Unidade Central de Saúde no município de Herval d'Oeste com fornecimento de material e mão de obra.

Características:

Reforma Unidade de Saúde Central consistindo na reforma da pavimentação, e execução de cobertura área externa/interna com área total de 112,65M²

Prazo de Conclusão:

60 dias após publicação da presente ordem de serviço

Valor Total:

R\$ 73.001,33 (setenta e três mil e um real e trinta e três centavos)

Herval d'Oeste (SC) 19 de junho de 2018.

AMÉRICO LORINI MARVIN BETT

Prefeito Engenheiro Civil

CPF: 162.730.799-00 CPF 063.518.989-51

Contratante Contratada

PORTARIA Nº 804/2018

Publicação Nº 1657290

PORTARIA Nº 804/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

PRORROGAR, por 30 (trinta) dias, o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada

pela Portaria nº 625/2018, de 06 de abril de 2018, referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 010/2018, ante as razões apresentadas na solicitação de 04 de junho de 2018.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 15 de junho de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 805/2018

Publicação Nº 1657397

PORTARIA Nº 805/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora VANESSA FERNANDA DAVID ROSSAROLLA (MATRÍCULA 4850), para exercer a função de ENFERMEIRO, Nível - 12/1, Referência - A, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, a partir de 18 de junho de 2018, em substituição a servidora Alice Vanazzi, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado a vigência do Processo Seletivo nº 002/2018 em que fora classificada em 9º (nono) lugar, o qual foi homologado através do Decreto nº 3.839/2018 de 16 de abril de 2018, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de junho de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 806/2018

Publicação Nº 1657399

PORTARIA Nº 806/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, a servidora JOCELI ANTUNES DA SILVA PALAVECHINI (MATRÍCULA 2780), ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, Nível - 8, Referência - D, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 20 de junho de 2016 e 24 de junho de 2017, para serem usufruídas a partir de 18 de junho de 2018 a 17 de julho de 2018, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de junho de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 807/2018

Publicação Nº 1657400

PORTARIA Nº 807/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, a servidora FRANCIELE ZAGO (MATRÍCULA 2793), ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, Nível - 8, Referência - D, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 09 de dezembro de 2016 e 08 de dezembro de 2017, para serem usufruídas a partir de 18 de junho de 2018 a 17 de julho de 2018, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de junho de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 808/2018

Publicação Nº 1657404

PORTARIA Nº 808/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, a servidora LOVANE OSTROWSKI SIMON (MATRÍCULA 2793), ocupante do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, Nível - 12/1, Referência - B, 30 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de julho de 2016 e 24 de julho de 2017, para serem usufruídas a partir de 18 de junho de 2018 a 17 de julho de 2018, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de junho de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 809/2018

Publicação Nº 1657405

PORTARIA Nº 809/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, nos termos do art. 103 da Lei Complementar nº 281/2011, à servidora JAMIR RIBEIRO DA CRUZ (MATRÍCULA 2671), ocupante do cargo em provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE, Nível - 8,

Referência - D, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2015 e 18 de agosto de 2016, para serem gozadas a partir de 18 de junho de 2018 a 29 de junho de 2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de junho de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 810/2018

Publicação Nº 1657406

PORTARIA Nº 810/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, nos termos do art. 103 da Lei Complementar nº 281/2011, à servidora JANAINA DAVID PALOSCHI (MATRÍCULA 1042), ocupante do cargo em provimento efetivo de PROFESSOR, Nível - 8, Referência - B, 40 horas semanais, anexo X da Lei Complementar nº 316/2013, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2015 e 18 de agosto de 2016, para serem gozadas a partir de 18 de junho de 2018 a 29 de junho de 2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de junho de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 811/2018

Publicação Nº 1657407

PORTARIA Nº 811/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS, conforme Portaria nº 181/2018, a servidora SARAY TEREZINHA DIMBARRE (MATRÍCULA 4389), a qual exerce a função de DIRETOR DE CONVÊNIO E PROJETOS INSTITUCIONAIS, Nível - DAS-1, 40 horas semanais, constante do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de janeiro de 2017 e 01 de janeiro de 2018, para serem gozadas a partir de 18 de junho de 2018 a 02 de julho de 2018.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de junho de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 812/2018

Publicação Nº 1657408

PORTARIA Nº 812/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, nos termos do art. 103 da Lei Complementar nº 281/2011, à servidora MARILENE ZANINI MILANI (MATRÍCULA 1042), ocupante do cargo em provimento efetivo de PROFESSOR, Nível - 5.1, Referência - E, 40 horas semanais, anexo X da Lei Complementar nº 316/2013, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2015 e 18 de agosto de 2017, para serem gozadas a partir de 18 de junho de 2018 a 11 de julho de 2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de junho de 2018.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 813/2018

Publicação Nº 1657410

PORTARIA Nº 813/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal, considerando a Comunicação Interna nº 007, de 07/06/2018, da Procuradoria Municipal e Relatório da Unidade de Pronto Atendimento 24 horas (UPA) de 04/06/2018,

RESOLVE:

INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apurar os fatos relacionados a inassiduidade, faltas e atrasos ao trabalho, em desfavor da servidora MANUELA BUHL MARTINS (MATRÍCULA 4822), e garantir-lhe o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa. Fica designada a Comissão Permanente de Processos Administrativos, nomeada pela Portaria nº 611/2015 para conduzir o referido processo, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de junho de 2018.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 814/2018

Publicação Nº 1657411

PORTARIA Nº 814/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando possível descumprimento contratual; considerando a Comunicação Interna nº 078/2018 da Procuradoria do Município, com fundamento nos princípios da administração pública da moralidade administrativa, economicidade, legalidade e eficiência, bem como na Constituição Federal, a qual estabelece o direito ao contraditório e ampla defesa,

RESOLVE:

INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO a fim de apurar os fatos citados, em desfavor da empresa SETEP CONSTRUÇÕES LTDA., assegurando-lhe o direito ao contraditório e a ampla defesa, uma vez que a mesma não vem respeitando as cláusulas contratuais no que tange à espessura da camada asfáltica da referida obra, prevista no edital do processo licitatório nº 024/2014, modalidade de Concorrência Pública nº 001/2014, cujo objeto é a "contratação em regime de empreitada por preço unitário, de empresa especializada para a pavimentação e recapeamento em CBUQ de vias públicas no município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra." Fica designada a Comissão Permanente de Processos Administrativos, nomeada pela Portaria nº 611/2015 de 06 de maio de 2015, publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM em 08 de maio de 2015, para conduzir o referido processo, no prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de junho de 2018.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

TERMO DE AJUSTE Nº 007/2018

Publicação Nº 1657463

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
GEMELLI, GEMELLI & CIA LTDA.
CNPJ/MF Nº 03.556.616/0001-31
Rua Nereu Ramos, nº 352, Centro.
CONTRATADA

TERMO de ajuste Nº 007/2018 DE 18 DE JUNHO DE 2018

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Américo Lorini, brasileiro, casado, portador do CPF nº 162.730.799-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa GEMELLI, GEMELLI & CIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 352, – Bairro Centro – Município de Herval d'Oeste - Estado de Santa Catarina inscrita no CNPJ sob nº 03.556.616/0001-31, neste ato representado por sua sócia administradora, Senhora Idilema Gemeli Danieli, brasileira, casada, portadora do CPF nº 710.974.069/20, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de ajuste a ata de Registro de Preços nº 006A/2018, que tem por objeto o eventual fornecimento de combustíveis para uso nos veículos, máquinas e equipamentos da Frota do município e do Corpo de Bombeiros de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, em decorrência do Processo Licitatório nº 025/2018, na Modalidade de Pregão Presencial nº 014/2018 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O Presente termo tem por objeto a repactuação dos valores contratados para o fornecimento de Combustíveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

Considerando o acordo entre as partes, são repactuados os valores para o fornecimento de combustíveis, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	VALOR REGIS-TRADO	%	VALOR REAJUS-TADO
01	ÓLEO DIESEL COMUM	Litro	Petrobrás	3,24	- 4,32 %	3,10

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo é celebrado com base no artigo 65, inciso II, alíneas d da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar, e Portaria do Ministério da Justiça nº 735 de 01/06/2018.

CLÁUSULA QUARTA - Das Disposições Finais

A publicação deste Termo de ajuste não supre a necessidade de emissão de autorização escrita, para o fornecimento dos itens previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas da ARP Nº 006A/2018, que não foram modificados por força deste Termo de Ajuste, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 18 de junho de 2018.

AMÉRICO LORINI
Prefeito Municipal
CPF: 162.730.799-00

IDILEMA GEMELI DANIELI
Sócia Administradora
CPF: 710.974.069-20

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia
CPF: 687.857.399-87

Luciane Dondoni Gazoni
CPF: 049.770.469-27

Ibiam

PREFEITURA

AVISO DE LICITACAO PP 042 - BOLO

Publicação Nº 1657580

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE IBIAM
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 042/2018
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE IBIAM, através de seu Prefeito Municipal, faz saber a todos, que realizará na data de 02/07/2018, licitação modalidade Pregão Presencial, visando a aquisição de bolo para as festividades de aniversário do Município de Ibiam. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇO: 02/07/2018 até as 14:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa, pelo fone (49) 3534 - 0044, ou pelo site www.ibiam.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC 18 DE JUNHO DE 2018.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITACAO PP 043 - PLACAS DE HOMENAGEM

Publicação Nº 1657583

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE IBIAM
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 043/2018
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE IBIAM, através de seu Prefeito Municipal, faz saber a todos, que realizará na data de 29/06/2018, licitação modalidade Pregão Presencial, visando a aquisição de Placas de Homenagem com estojo, para serem entregues aos idosos nas festividades de aniversário do Município. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇO: 29/06/2018 até as 14:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa, pelo fone (49) 3534 - 0044, ou pelo site www.ibiam.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC 18 DE JUNHO DE 2018.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITACAO PP 044 - PMI - GRAMA ESMERALDA E MUDAS DE FLORES

Publicação Nº 1657584

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE IBIAM
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 044/2018
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE IBIAM, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 29 de junho de 2018, licitação modalidade Pregão Presencial n. 044/2018, SRP 028/2018, visando a aquisição de Grama Esmeralda e Muda de Flores para o Município de Ibiam. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇO: 29/06/2018 até as 10:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Ibiam, pelo fone (49) 3534 - 0044, ou pelo site www.ibiam.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC 18 DE JUNHO DE 2018.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO 043 - PORTALMAQ

Publicação Nº 1657481

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2018
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 064/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2018

Que entre si fazem o Município de Ibiã-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiã - SC, neste ato representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. IVANIR ZANIN, denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, PORTALMAQ COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 20.414.079/0001-04 com sede na Rua Vigário Frei João, nº 689 – sala 04 – Luzerna SC, neste ato representado pelo Sr. Ciro Walmor Schmitz, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 064/2018 e Pregão Presencial nº 035/2018, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão nº 035/2018, homologado em 18 de junho de 2018, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Presente contrato, tem por objeto a aquisição de um subsolador para a Secretaria de Agricultura, atendendo o Contrato de Repasse OGU nº 835647/2016 – Operação 1034215-29 – Programa Fomento ao Setor Agropecuário – Máquinas e Equipamentos Agrícolas.

Item	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário
1	01	Subsolador com 05 hastes com pinos fusíveis, reforçado, largura de 1,70m, Potência 65 CV.	Folmaq – modelo ASF 5 Hastes	R\$ 4.590,00

§ 1º O prazo máximo para entrega do objeto licitado será de 20 (vinte) dias.

§ 3º O produto terá que ser de ótima qualidade e com garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.

§ 4º Deverá constar obrigatoriamente da proposta de preços, e de forma expressa, a marca e modelo do equipamento cotado, sob pena de desclassificação.

§ 5º O recebimento provisório será efetuado pelo servidor responsável que verificará a conformidade do objeto, observado o disposto nas alíneas "a" dos incisos I e II do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

§ 6º O recebimento definitivo será efetuado pelo servidor responsável após a confirmação da verificação supracitada, observando o disposto nas alíneas "b" dos incisos I e II do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A (o) CONTRATADA (A) obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço UNITÁRIO de R\$ 4.590,00 (quatro mil, quinhentos e noventa reais), devendo a despesa correr à Conta das seguintes dotações orçamentárias:

Atividade: Ampliação da Patrulha Agrícola

Reduzido: 150

Detalhamento: 44905240000000 – Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários;

Atividade: Ampliação da Patrulha Agrícola

Reduzido: 149

Detalhamento: 44905240000000 – Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários;

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRAZOS E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) serão efetuados após o recebimento do objeto, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e do arquivo XML o qual deve ser encaminhado no seguinte e-mail: e compras@ibiam.sc.gov.br. O Pagamento ocorrerá conforme Decreto Municipal 3081/2018. A nota deve ser liquidada pelo secretário responsável, sendo que, após a vistoria da Caixa Econômica Federal, atestando a conformidade do objeto licitado).

10.2 - Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico /financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular a Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II – Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, poderá proceder a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

CLÁUSULA QUINTA: VIGÊNCIA

Este contrato de garantia entra em vigor na data de sua assinatura, com vigência até o final da garantia.

Início: 18/06/2018.

Término: 18/06/2019.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

III - O objeto constante do ato constitutivo da empresa deve ser compatível com o objeto licitado.

CLÁUSULA SETIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 035/2018, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

CLÁUSULA NONA: DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

II Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade no equipamento/maquina Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

I – advertência escrita;

II – Multa de 10% sobre o valor total adjudicado;

III – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada c/c Portaria Municipal 185/2011 do Orçamento do exercício financeiro de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por

via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

O atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

Entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

A dissolução da empresa;

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 035/2018, Processo Licitatório nº 064/2018, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, LC 123/06 e demais legislação vigente e pertinente. A Administração Municipal, providenciará a publicação do extrato do presente contrato até o dia 5(cinco), do mês subsequente, contados da data de assinatura do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

O contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM 18 DE JUNHO DE 2018.

IVANIR ZANIN	PORTALMAQ IND. COM. IMP. E EXP. LTDA EPP.
Prefeito Municipal	CNPJ: 20.414.079/0001-04
CONTRATANTE	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Rosinei Ceron	Carmelita Chiesa Tragancin
CPF – 004.918.899-25	CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi
Advogado – OAB/SC 32.184

CONTRATO ADMINISTRATIVO 044 - BIO SOL

Publicação Nº 1657503

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 044/2018

Termo de Contrato, REFERENTE AQUISIÇÃO DE PRODUTO PROBIÓTICO PARA USO NO TRATAMENTO DE ESGOTO DO MUNICÍPIO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa BIO SOL PRODUTOS PROBIOTICOS E ORG. LTDA, autorizado através do Processo nº 74/2018, Dispensa de Licitação nº. 27/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74

Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20

Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: BIO SOL PRODUTOS PROBIOTICOS E ORG. LTDA

CNPJ: 05.336.385/0001-86

Endereço: Rua Antonio Marafon, 410 – Bairro Marafon – Videira – SC

CEP 89560-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente REFERENTE AQUISIÇÃO DE PRODUTO PROBIÓTICO PARA USO NO TRATAMENTO DE ESGOTO DO MUNICÍPIO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, MODALIDADE DISPENSA que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 7.800,00 (Sete mil e oitocentos reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Reduzido 156

Unidade Orçamentária: Sec. M. De Infraestrutura, Obras e Transp. – Manut. Das Ativ. De Infraestrutura, Obras e Transportes.

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, conforme o Decreto Municipal 3031/2018, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS MATERIAIS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) a dissolução da empresa;
- f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Ibiam - SC, 18 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE IBIAM

IVANIR ZANIN

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

BIO SOL PRODUTOS PROBIOTICOS E ORG. LTDA

Testemunhas:

Luciane R. Baseggio
CPF – 049.256.219-98

Carmelita Chiesa Tragancin
CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi
Advogado – OAB/SC 32.184

CONTRATO ADMINISTRATIVO 046 - TOTAL SPORTS LTDA ME

Publicação Nº 1657504

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 025/2018

Termo de Contrato, REFERENTE AQUISIÇÃO REFERENTE AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÃO DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL, NAS CATEGORIAS LIVRE MASCULINO, LIVRE FEMININO, VETERANO, SUB 12, SUB 14, E SUB 16, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa TOTAL SPORTS LTDA ME, autorizado através do Processo nº 072/2018, Dispensa de Licitação nº. 025/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74

Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20

Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: TOTAL SPORTS LTDA ME

CNPJ: 13.248.252/000186

Endereço: Rua XV de Novembro, 576, Videira, Santa Catarina

CEP 89560 - 000

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente REFERENTE AQUISIÇÃO REFERENTE AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÃO DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL, NAS CATEGORIAS LIVRE MASCULINO, LIVRE FEMININO, VETERANO, SUB 12, SUB 14, E SUB 16, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, MODALIDADE DISPENSA que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 3.435,55 (três mil quatrocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Reduzido 118

Unidade Orçamentária: Sec. Mun. De Desev. Comunit. Cultura E Esportes - Manut. Das Atividades Esportivas.

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, conforme o Decreto Municipal 3081/2018, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL dos produtos.

INÍCIO: 06/2018.

TÉRMINO: 12/2018.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) a dissolução da empresa;
- f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou

apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3 O presente contrato, tem data retroativa a 06 de junho de 2018.

5.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Ibiam - SC, 18 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE IBIAM
IVANIR ZANIN
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
TOTAL SPORTS LTDA ME
Testemunhas:

Luciane R. Baseggio Carmelita Chiesa Tragancin
CPF – 049.256.219-98 CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi
Advogado – OAB/SC 32.184

CONTRATO DE ADMINISTRATIVO 045 - VM TREINAMENTO CAPACITACAO E EVENTOS LTDA

Publicação Nº 1657508

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 045/2018

Termo de Contrato, REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS EM CONSULTORIA EDUCACIONAL, CONSULTORIA DA DIRETRIZ PEDAGOGIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL/ ENSINO FUNDAMENTAL DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES A REGIÃO DA AMARP. SERÃO QUINZE ENCONTROS, AO TODO, DE FORMA MENSAL, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa VM TREINAMENTO CAPACITACAO E EVENTOS LTDA, autorizado através do Processo nº 073/2018, Dispensa de Licitação nº.026/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM
CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74

Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20
Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: VM TREINAMENTO CAPACITACAO E EVENTOS LTDA
CNPJ: 10.616.945/0001-96
Endereço: Rua Arnoldo Frey, 386, andar 2, sala 2, Fraiburgo, Santa Catarina
CEP 89580 - 000

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS EM CONSULTORIA EDUCACIONAL, CONSULTORIA DA DIRETRIZ PEDAGOGIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL/ ENSINO FUNDAMENTAL DOS MUNICÍPIOS PERTENCENTES A REGIÃO DA AMARP. SERÃO QUINZE ENCONTROS, AO TODO, DE FORMA MENSAL, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, MODALIDADE DISPENSA que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto deste contrato no valor TOTAL de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Reduzido 118

Unidade Orçamentária: Sec. Mun. De Educação - Manut. Das Atividades do Ensino Fundamental.

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, conforme o Decreto Municipal 3081/2018, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL dos produtos.

INICIO: 07/2018.

TÉRMINO: 12/2018.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- b) o descumprimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) a dissolução da empresa;
- f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura

da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Ibiam - SC, 18 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE IBIAM

IVANIR ZANIN

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

VM TREINAMENTO CAPACITACAO E EVENTOS LTDA

Testemunhas:

Luciane R. Baseggio Carmelita Chiesa Tragancin
CPF – 049.256.219-98 CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi
Advogado – OAB/SC 32.184

PORTARIA 167 - DECLARA FRUSTRADA TP ACADEMIA DE SAUDE

Publicação Nº 1657479

PORTARIA Nº 167, DE 06 DE JUNHO DE 2018.

DECLARA FRACASSADA CERTAME LICITATÓRIO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica e,

Considerando que referida licitação restou deserta, RESOLVE:

Art. 1º Declara deserta licitação 001/2018 Modalidade Tomada de Preços.

Art. 2º Determina ao setor competente o lançamento de novo credenciamento, se assim for necessário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 06 DE JUNHO DE 2018.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA 179 - SUBSOLADOR

Publicação Nº 1657476

PORTARIA Nº 179, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 035/2018 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 035/2018 modalidade PREGÃO PRESENCIAL, cujo objeto visa a aquisição de um Subsolador, e, adjudica o objeto licitado à empresa PORTALMAQ INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP, inscrita no CNPJ 20.414.079/0001-04 para o item 01 - subsolador – R\$ 4.590,00 (quatro mil, quinhentos e noventa reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 18 DE JUNHO DE 2018.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

Ibicaré

PREFEITURA

EXTRATO 1 T.A. CONTRATO Nº 054/2017

Publicação Nº 1657431

MUNICÍPIO DE IBICARÉ
ESTADO DE SANTA CATARINA
Extrato Primeiro Termo Aditivo Contrato nº 054/2017
FUNDAMENTO LEGAL - Artigo 65, § 8º da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993.
DA ALTERAÇÃO
CLÁUSULA PRIMEIRA DOS OBJETOS DE ALTERAÇÃO
DO REAJUSTE
Os valores serão reajustados conforme variação do INPC acumulado de junho/2017 a maio/2018.
DO PRAZO
O prazo de vigência passará a vigorar até o dia 19 de junho de 2019
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ
CONTRATADA: INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA
Ibicaré, SC, aos 18 de junho de 2018.
Evandro Volpato
Gestor

PORTARIA 146-2018

Publicação Nº 1657098

PORTARIA Nº 146 de 11 de junho de 2018.
EXONERA SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO.

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições, de conformidade com o Inciso I do artigo 30 da Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000 e artigo 96, Inciso V e IX da Lei Orgânica do Município de Ibicaré,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR o servidor EDINA SIMONE DA ROSA LUDVIG, ocupante do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE PROGRAMAS DE SAÚDE, nível DAÍ-02, Anexo I – Quadro de Pessoal Comissionado, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 11 de junho de 2018.
GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito

PORTARIA 147-2018

Publicação Nº 1657101

PORTARIA Nº 147 de 11 de junho de 2018.
"DESIGNA SERVIDOR PARA FUNÇÃO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com o artigo 96, Inciso V e IX da Lei Orgânica do Município de Ibicaré,

,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o servidor SILVANE JOCINEI MARTINS, ocupante do emprego público de provimento temporário de Técnico em Enfermagem, na execução do Programa Saúde da Família – PSF, contratada através das Portarias nº 100/03 e 218/17, para responder pela função de Vigilante Sanitarista enquanto durar o afastamento do titular Fernanda Bettoni Del Ré.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário especialmente a Portaria nº 180, de 03 de julho de 2017.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 11 de junho de 2018.
GIANFRANCO VOLPATO
Prefeito

Ibirama

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.228, DE 06 DE JUNHO DE 2018 - CONVOCA A II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1656588

DECRETO nº 4.228, de 06 de junho de 2018.

“CONVOCA A II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Ibirama,

DECRETA:

Art.1º Fica convocada a II Conferência Municipal de Cultura de Ibirama, a realizar-se no dia 09 de agosto de 2018, no salão da Comunidade Evangélica de Ibirama, das 19h00min as 22h00min, sob a coordenação do Departamento Municipal de Cultura de Ibirama e Conselho Municipal de Cultura de Ibirama.

Art.2º A II Conferência Municipal de Cultura desenvolverá seus trabalhos a partir do material produzido pela I Conferência Municipal de Cultura e das diretrizes emanadas do Conselho Municipal de Cultura.

Art.3º A II Conferência Municipal de Cultura será presidida pelo Diretor Municipal de Cultura e, na sua ausência ou impedimento, pelo Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art.4º A plenária da II Conferência Municipal de Cultura aprovará seu Regimento Interno, elaborado previamente pelo Departamento Municipal de Cultura e Conselho Municipal de Cultura.

Art.5º Fica prorrogado o mandato dos membros do Conselho Municipal de Cultura de Ibirama, nomeados pelo Decreto nº 3.987/2016 e suas alterações, até a II Conferência Municipal de Cultura de Ibirama.

Art.6º As despesas com a realização da II Conferência Municipal de Cultura correrão por conta dos recursos orçamentários da manutenção de serviços culturais.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 06 de junho de 2018.

ADRIANO POFFO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO
Secretário de Administração e Finanças

PREGAO PRESENCIAL Nº 64/2018. AVISO DE RETIFICAÇÃO - ERRATA DA PUBLICAÇÃO

Publicação Nº 1656587

MUNICIPIO DE IBIRAMA

PREGAO PRESENCIAL Nº 64/2018.

AVISO DE RETIFICAÇÃO - Errata da publicação

Objeto: Aquisição de móveis planejados, compreendendo os serviços de confecção e instalação de móveis em marcenaria, para atender o Fundo Municipal de Assistência Social, e Secretaria Municipal da Educação. A Secretaria de Administração, no uso da atribuição que lhe confere, resolve: 1 – Alterar o item 5, subitem 5.1 do Edital. - onde se Le: Até o dia 22 de junho de 2018 às 09h00min, os proponentes deverão protocolar os Envelopes (PROPOSTA e HABILITAÇÃO), no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Ibirama,..., - passa a vigorar com a seguinte redação: Até o dia 29 de junho de 2018 às 09h00min, os proponentes deverão protocolar os Envelopes (PROPOSTA e HABILITAÇÃO), no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Ibirama,... 2 - Esta errata entra em vigor na data de sua publicação. Informações: Departamento de Compras e Licitações pelo fone (47) 3357 8523, na página do município na Internet www.ibirama.sc.gov.br ou ainda pelo e-mail compras@ibirama.sc.gov.br - Ibirama, 18 de junho de 2018. Adriano Poffo - Prefeito Municipal.

Ilhota

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PRG 046 - 2018 FMS - REGISTRO DE PREÇO - MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR

Publicação Nº 1656667

PROCESSO Nº. 228/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 046/2018 – FMS REGISTRO DE PREÇO Fundo Municipal de Saúde	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
OBJETO	REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, conforme Anexo I do Edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 06/07/2018 às 08:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 06/07/2018 às 09:00 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 7.892/2013 e subsidiariamente as Leis Complementares Nº. 123/2006 e Nº. 147/2014 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 826. Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08h às 12h e das 13:00h às 17:00h.	

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 15 de junho de 2018.

AVISO DE LICITAÇÃO DO PRG 048 - 2018 MUL - REGISTRO DE PREÇO - PERCIANAS

Publicação Nº 1656293

PROCESSO Nº. 233/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2018 - MUL REGISTRO DE PREÇO	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
OBJETO	DO OBJETO – REGISTRO DE PREÇO PARA EVETUAL AQUISIÇÃO DE PERCIANAS PARA AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, conforme anexo I do edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 05/07/2018 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 05/07/2018 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 15 de Junho de 2018.

ERRATA DO EDITAL PRG 042- 2018 MUL - MONITORAMENTO 2

Publicação Nº 1656979

Errata 2 do Edital Pregão 042 - MUL

O Município de Ilhota, comunica aos interessados no Pregão Presencial nº 042/2018 - MUL, que o Edital será retificado da seguinte forma:

Onde se lê:

7 - DECLARADA VENCEDORA

7.1 – Apresentar documentação de central instalada no município no raio de 4km, a mesma deverá estar devidamente equipada para identificar, em tempo real, os sinais de alarme (eventos), em caso /ou violação. Deverá ainda, diante de alarmes disparados, enviar imediatamente, inspetores especializados para verificação dos motivos dos disparos, antes da comunicação aos responsáveis e polícia.

Leia-se:

7 - DECLARADA VENCEDORA

7.1 – Apresentar documentação da base de atendimento no município no raio de 4km, a mesma deverá estar devidamente equipada para identificar, em tempo real, os sinais de alarme (eventos), em caso /ou violação. Deverá ainda, diante de alarmes disparados, enviar imediatamente, inspetores especializados para verificação dos motivos dos disparos, antes da comunicação aos responsáveis e polícia.

A respeito das impugnações recebidas, acatamos os pareceres jurídicos. Considerando que a alteração no edital afeta a formulação das propostas e a quantidade dos interessados, altera-se a data de abertura da sessão para o dia 05 de Julho de 2018 às 14:30 horas. A entrega dos envelopes e credenciamento deverá ser feita até as 14:00 horas.

Ilhota, 18 de Junho de 2018.

Francineide Pereira
Pregoeiro Oficial

PORTARIA 124/2018

Publicação N° 1656487

PORTARIA N° 124/2018

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

ADMITIR, os servidores abaixo em seus respectivos cargos:

NOME	CARGO	DATA DE ADMISSÃO
Marcus Luna Freire	Médico Clínico Geral	01/03/2018
Matheus Edilson de Miranda	Dentista do PSF	19/03/2018

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 18 de junho de 2018.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

RESULTADO PROCESSO SELETIVO INTERNO

Publicação N° 1656277

RESULTADO PROCESSO SELETIVO INTERNO 005/2018 PARA AUMENTO DA JORNADA SEMANAL DE TRABALHO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 25 e seguintes da Lei Complementar 39/2013, alterada pela lei complementar 112/2017, faz saber o resultado:

MATRÍCULA	CANDIDATO	CARGO	RESULTADO
5164-0	Franciane Cristina Teixeira	Psicólogo	Deferido

Ilhota, 15 de junho de 2018.

DIOGO WERNER

Secretário Municipal de Administração

Imbituba

PREFEITURA

ATA Nº 117/2018 PP Nº 03/2018

Publicação Nº 1657571

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº117/2018
DO PP Nº 03/2018.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SINALIZAÇÃO VIARIA PARA USO DA DIRETORIA DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, CONFORME DETERMINA O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO E DEMAIS NORMAS
EMPRESA: SINASC – SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 336.140,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses.
Imbituba, 25 de maio de 2018.
ALEX SANDRO CARPES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO

ATA Nº 118/2018 PP Nº 03/2018

Publicação Nº 1657570

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº118/2018
DO PP Nº 03/2018.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SINALIZAÇÃO VIARIA PARA USO DA DIRETORIA DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, CONFORME DETERMINA O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO E DEMAIS NORMAS
EMPRESA: RP COMERCIAL LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 17.400,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses.
Imbituba, 25 de maio de 2018.
ALEX SANDRO CARPES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO

ATA Nº 119/2018 PP Nº 03/2018

Publicação Nº 1657579

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº119/2018
DO PP Nº 03/2018.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SINALIZAÇÃO VIARIA PARA USO DA DIRETORIA DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, CONFORME DETERMINA O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO E DEMAIS NORMAS
EMPRESA: SAVE ENGENHARIA E SOLUÇÕES EM OBRAS TERRAPLANAGEM LTDA ME
VALOR TOTAL: R\$ 3.500,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses.
Imbituba, 25 de maio de 2018.
ALEX SANDRO CARPES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO

ATA Nº 21/2018 PP Nº 31/2018

Publicação Nº 1657094

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 21/2018
DO PP Nº31/2018
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC

EMPRESA: COOPERATIVA DOS PRODUTORES FAMILIARES E PESCADORES	VALOR TOTAL: R\$ 14.830,00
EMPRESA: ELO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME	VALOR TOTAL: R\$ 14.575,00
EMPRESA: SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS	VALOR TOTAL: R\$ 25.346,50

VIGÊNCIA: Será de 12 meses
Imbituba, 27 de abril de 2018.
FILIPE DIAS ANTÔNIO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

ATA Nº 93/2018 PP Nº 22/2018

Publicação Nº 1657551

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 93/2018
DO PP Nº 22/2018
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS GRAFICOS PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, COMPREENDENDO AS SECRETARIAS: SEDETUR, SEGAB, SEINFRA, SEDAP, ADMINISTRAÇÃO, SOCIAL, FAZENDA, SEMA, SEDURB. PROCESSO 3062/2018
EMPRESA: DANIEL ROGÉRIO DA ROCHA ME
VALOR TOTAL: R\$ 74.354,50
VIGÊNCIA: será de 12 meses
Imbituba, 12 de abril de 2018.
AMILTON GONÇALVES DE SOUZA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 94/2018 PP Nº 22/2018

Publicação Nº 1657550

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 94/2018
DO PP Nº 22/2018
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS GRAFICOS PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, COMPREENDENDO AS SECRETARIAS: SEDETUR, SEGAB, SEINFRA, SEDAP, ADMINISTRAÇÃO, SOCIAL, FAZENDA, SEMA, SEDURB. PROCESSO 3062/2018
EMPRESA: GRAFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 19.781,30

VIGÊNCIA: será de 12 meses
Imbituba, 12 de abril de 2018.
AMILTON GONÇALVES DE SOUZA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 98/2018 PP Nº 22/2018

Publicação Nº 1657555

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº98/2018
DO PP Nº 22/2018
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS GRAFICOS PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, COMPREENDENDO AS SECRETARIAS: SEDETUR, SEGAB, SEINFRA, SEDAP, ADMINISTRAÇÃO, SOCIAL, FAZENDA, SEMA, SEDURB. PROCESSO 3062/2018.
EMPRESA: DANIEL ROGÉRIO DA ROCHA ME
VALOR TOTAL: R\$ 6.845,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses
Imbituba, 12 de abril de 2018.
CAMILA PIRES FERMINO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

ATA Nº 99/2018 PP Nº 22/2018

Publicação Nº 1657557

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº99/2018
DO PP Nº 22/2018
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS GRAFICOS PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, COMPREENDENDO AS SECRETARIAS: SEDETUR, SEGAB, SEINFRA, SEDAP, ADMINISTRAÇÃO, SOCIAL, FAZENDA, SEMA, SEDURB. PROCESSO 3062/2018.
EMPRESA: GRAFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 10.410,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses
Imbituba, 12 de abril de 2018.
CAMILA PIRES FERMINO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

CONTRATO 2014/33 -A/04 PROC 40/2014 SEMUSA

Publicação Nº 1657064

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: Contrato SEMUSA 2014/33 – A/04
Contratada: LABORATÓRIO CENTRAL DE IMBITUBA LTDA
CPF: 75.483.495/0001-56
Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação de prazo por mais 12 (doze) meses, a contar a vigência a até 31/12/2018, referente ao contrato 2014/31 – A/03, cujo objeto é a “Credenciamento de entidades privadas, filantrópicas e sem fins lucrativos, prestadores de serviços de assistência à saúde, na área ambulatorial, para o conjunto total de procedimentos de fisioterapia, grupo 02 e subgrupo 02, da tabela de procedimentos, medicamentos, órteses, próteses e materiais especiais do SUS”.

Prazo: 12 meses
Fundamento: Processo nº 40/2014 Inexigibilidade nº 05/2014
Imbituba, 01 de novembro de 2017

Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

LABORATÓRIO CENTRAL DE IMBITUBA LTDA

Representante legal
Contratada

CONTRATO 2016/70 - A/04 PROC 71/2016 SEAPI PMI

Publicação Nº 1657416

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: Contrato PMI SEAPI 2016/70 - A/04

Contratada: J.L CONSTRUTORA LTDA ME
CNPJ: 12.587.530/0001-67

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência por mais 06 (seis) meses.

O Termo Aditivo refere-se ao Contrato PMI SEAPI 2016/70 – A/00, cujo objeto é a “PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA PARANÁ, BAIRRO – CAMPESTRE – IMBITUBA/SC”.
Fundamento: Processo nº 71/2016 Carta Convite nº 09/2016
Imbituba, 29 de março de 2018

Alex Sandro Carpes
Secretário de Infraestrutura e Saneamento
Contratante

J.L CONSTRUTORA LTDA ME
Representante legal
Contratada

CONTRATO 2017/09 -A/00 PROC 20/2017 SEASTH

Publicação Nº 1657434

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAST 2017/09 – A/01
Contratada: STAGE MUSIC COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
CPF: 10.661.909/0001-44

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência até a data 31/12/2018. O termo Aditivo refere-se ao Contrato SEAST 2017/09 – A/01, cujo objeto é a “aquisição de instrumentos musicais com a finalidade de formar músicos nas comunidades, dando oportunidade para crianças carentes.”

Prazo: até 31/12/2018 Valor Total: R\$ 51.874,00
Fundamento: Processo nº 20/2017 Pregão nº15/2017
Imbituba, 15 de maio de 2018.

Camila Pires Fermino
Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação
Locatária

STAGE MUSIC COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
Representante legal
Locador

DECRETO PMI Nº 067, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657454

DECRETO PMI Nº 067, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Regulamenta os Projetos Especiais e Operações Concertadas previstos no Plano de Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba – PDDSI e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 93, VII, e;
CONSIDERANDO o que dispõem os incisos VIII e IX do art. 13 da LC nº 2.623, de 19 de março de 2005;

DECRETA:

CAPÍTULO I

Dos Projetos Especiais

Art. 1º Projeto Especial é aquele que exige uma análise diferenciada, devendo observar acordos e condicionantes específicos, em razão de interesse social.

Parágrafo único. Os Projetos Especiais, conforme a iniciativa, classificam-se em:

I - Projeto Especial de Realização Necessária (PERN): aquele que o Município compromete-se a implementar para o desenvolvimento de áreas de interesse prioritário, podendo, para a sua realização, concorrer a iniciativa privada;

II - Projeto Especial Privado de Interesse Municipal (PRIM): aquele originado a partir de uma iniciativa privada, mas que apresenta relevante interesse público, podendo o Poder Público Municipal concorrer para a sua concretização, facilitando o seu desenvolvimento;

Art. 2º Os Projetos Especiais serão objetos de Estudo de Viabilidade Urbanística, com vistas à análise de suas características diferenciadas e à verificação da necessidade de realização de Estudos de Impacto Ambiental, conforme avaliação a ser estabelecida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Parágrafo único. Os Projetos Especiais, em função da sua complexidade e abrangência, caracterizam-se por:

I - Empreendimentos Pontuais;

II - Empreendimento de Impacto Urbano.

Art. 3º Caracteriza Empreendimento Pontual o Projeto Especial que necessita de avaliação quanto à edificação ou parcelamento do solo, considerando o cumprimento das normas vigentes com atendimento de condicionantes, face às características especiais do sítio de implantação.

§ 1º São Empreendimentos Pontuais:

I - as atividades relacionadas no Anexo I deste Decreto;

II - projetos não-residenciais de porte médio;

III - desmembramentos, loteamentos e empreendimentos urbanos em terrenos e glebas com área entre 2 ha (dois hectares) e 10ha (dez hectares), não localizados em Áreas de Proteção do Ambiente Natural e loteamentos sem a intervenção do urbanizador social.

§ 2º São também Empreendimentos Pontuais, por solicitação dos interessados, com vistas ao ajuste das normas vigentes:

I - os projetos em imóveis que apresentem patrimônio ambiental - natural ou cultural - a preservar, condições topográficas excepcionais ou forma irregular, entorno constituído por conjunto de prédios de volumetria diferenciada e homogênea, destinados a atividades específicas que requerem volumetrias especiais;

II - os projetos de habitação unifamiliar, nos lotes com tal destinação, vedados os condomínios por unidades autônomas nas zonas onde o uso residencial é proibido;

III - os projetos que alterem o recuo para ajardinamento, nos casos que apresentem patrimônio ambiental - natural ou cultural - a preservar, em sítios que tenham condições topográficas excepcionais ou de entorno, tais como frente a verdes públicos vinculados ao passeio, falta de continuidade nas áreas adjacentes, configuração especial do quarteirão ou via pública;

IV - as modificações e ampliações de prédios existentes que visem à qualificação do prédio e da paisagem urbana, em especial nas áreas de renovação e revitalização urbana.

§ 3º Consideram-se de porte médio as edificações:

I - com área computável entre 1.500m² (mil e quinhentos metros quadrados) e 5.000m² (cinco mil metros quadrados);

II - com guarda de veículos com capacidade de 50 (cinquenta) a 100 (cem) vagas;

III - destinadas a garagens comerciais com capacidade de 50 (cinquenta) a 100 (cem) vagas.

Art. 4º O Estudo de Viabilidade Urbanística de Empreendimento Pontual será analisado, em especial, quanto à:

I - adequação do uso na zona de implantação do empreendimento;

II - melhor adequação da edificação ao sítio de implantação que tenha características excepcionais relativas à forma e à estrutura geológica do solo;

III - manutenção e valorização do patrimônio ambiental - natural e cultural;

IV - adequação à estrutura urbana, em especial quanto ao sistema viário, fluxos, segurança, sossego e saúde dos habitantes e equipamentos públicos comunitários;

V - adequação ao ambiente, em especial quanto à poluição;

VI - adequação à infraestrutura urbana.

§ 1º Diante de eventual possibilidade da proposta em análise gerar impacto urbano, o Estudo de Viabilidade será remetido a exame, observado o procedimento previsto para Empreendimentos de Impacto Urbano.

§ 2º Os Projetos Especiais de Empreendimento Pontual serão aprovados pelo Poder Executivo Municipal, mediante prévia apreciação do Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba e ouvidas as instâncias de planejamento regional do município.

Art. 5º Caracteriza Empreendimento de Impacto Urbano, o Projeto Especial que envolve a proposição de normas próprias ou que requer acordos programáticos prévios à sua urbanização, mediante Operações Concertadas.

§1º São Empreendimentos de Impacto Urbano:

I - loteamentos com urbanizador social;

II - loteamentos e empreendimentos em Áreas, Lugares e Unidades de Interesse Cultural;

III - loteamentos e empreendimentos em Área Urbana de Proteção Ambiental - AUPAM;

IV - loteamentos e empreendimentos em Área Urbana de Produção Primária - AUPP;

V - projetos urbanísticos em glebas com área superior a 10ha (dez hectares);

VI - empreendimentos de grande porte.

VII - empreendimentos que requeiram movimento de terra com volume igual ou superior a 20.000 m³ (vinte mil metros cúbicos);

VIII - projetos de renovação ou revitalização urbana;

IX - projetos de reestruturação urbana ambiental;

X - projetos de preservação de identidades culturais locais;

XI - projetos de áreas destinadas a usos específicos;

XII - atividades de extração mineral.

§2º Consideram-se de grande porte as edificações:

I - com área computável superior a 5.000m² (cinco mil metros quadrados);

II - com guarda de veículos com capacidade superior a 100 (cem) vagas;

III - destinadas a garagens comerciais com capacidade superior a 100 (cem) vagas.

§3º Os Projetos Especiais que envolvam Empreendimento de Impacto Urbano serão aprovados pelo Poder Executivo Municipal, mediante prévia apreciação dos Conselhos Municipais competentes, que deliberarão sobre a consulta à comunidade nas instâncias de planejamento regional.

Art. 6º Os Empreendimentos de Impacto Urbano serão analisados através de Estudos de Viabilidade Urbanística, em especial quanto a:

- I - impactos sobre a infra estrutura urbana;
- II - impactos sobre a estrutura urbana;
- III - impactos sobre a paisagem e o ambiente;
- IV - impactos sobre a estrutura socioeconômica nas atividades não-residenciais.

§ 1º Consideram-se infra estrutura urbana o conjunto de redes e equipamentos necessários para sustentar a vida urbana, como o sistema viário e as redes de água, esgoto, drenagem, energia e telefone.

§ 2º Consideram-se estrutura urbana a disponibilidade de terra urbanizada ou não, os estoques edificados sobre o espaço e as atividades no interior destes espaços e a circulação e o transporte.

§ 3º Consideram-se ambiente as condições locais urbanas que representam, na maior parte dos casos, a qualidade de vida do cidadão, como as questões relativas à poluição, à ventilação e à insolação urbana, à qualidade e à quantidade de equipamento e serviços e à preservação do patrimônio ambiental.

§ 4º Considera-se estrutura socioeconômica o conjunto de atividades de caráter comercial existentes na cidade ou num determinado espaço urbano.

Art. 7º Os Empreendimentos de Impacto Urbano deverão observar:

- I - as diretrizes do PDDSI e dos Planos de Ação Regional;
- II - o Índice de Aproveitamento previsto pelo regime urbanístico vigorante na respectiva zona;

§ 1º Os custos de redimensionamento ou urbanização de equipamentos que se tornarem necessários em função do projeto serão de responsabilidade do empreendedor.

§ 2º Nos casos de comprovado interesse público e nos Projetos Especiais de Realização Necessária, poderão ser estabelecidas parcerias público-privadas na execução de equipamentos públicos urbanos, mediante autorização legislativa, salvo nos casos de projetos de interesse social, analisados e aprovados pelos Conselhos competentes.

Seção Única

Dos Estudos de Viabilidade Urbanística

Art. 8º O Estudo de Viabilidade Urbanística é a avaliação prévia de impacto de vizinhança para a concessão de licença para empreendimentos, mediante Projeto Especial.

Art. 9º Todos os Projetos Especiais públicos ou privados que causem impactos no meio urbano ou rural, ficam obrigados a apresentar ao Poder Público Municipal, o Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU) para obter as licenças ou autorizações de construção ou funcionamento.

Art. 10 O Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU) e seu respectivo Relatório deverão analisar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade, privados ou públicos, sobre a qualidade de vida da população residente ou usuária na área de influência do projeto a ser executado, com base nos seguintes aspectos:

- I - alteração no adensamento populacional ou habitacional;
- II - alteração que exceda os justos limites da capacidade de atendimento da infra-estrutura, equipamentos e serviços públicos existentes;
- III - alteração nas características da zona de uso e ocupação do solo em decorrência da implantação da atividade;
- IV - alteração do valor dos imóveis em decorrência da implantação da atividade;
- V - interferência abrupta na paisagem urbana e rural;
- VI - alteração na geração de tráfego;
- VII - alteração na demanda por transportes públicos;
- VIII - redução na segurança do trânsito;
- IX - geração de resíduos poluidores.

Art. 11 O Estudo de Viabilidade Urbanística fica subdividido em Estudo Simplificado de Viabilidade Urbanística e Estudo Pleno de Viabilidade Urbanística.

§ 1º O Estudo Simplificado de Viabilidade Urbanística contempla as atividades que, pelas suas características e dimensões, apenas impactam de forma mais direta nos itens VI, VII, VIII e IX do art. 10, supra, sendo elas;

- I - centros culturais;
- II - clubes e associações esportivas;
- III - funerárias;
- IV - construtoras de obras civis;
- V - creches, escolas maternas, centros de cuidados e estabelecimento de ensino pré-escolar;
- VI - equipamentos administrativos e equipamentos de segurança pública;
- VII - garagens comerciais para mais de 50 (cinquenta) veículos;
- VIII - horto-mercados e supermercados, acima de 1.000 m² (mil metros quadrados);
- IX - instituições científicas ou tecnológicas;
- X - jogos eletrônicos;
- XI - postos de abastecimento de combustível, depósitos ou postos de revenda de gás;
- XII - templos e locais de culto em geral;
- XIII - equipamentos de radiodifusão, telefonia e televisão.

§ 2º O Estudo Pleno de Viabilidade contempla as demais atividades listadas no Anexo I deste Decreto, sendo elas;

- I - Atividades especiais;
- II - Centros comerciais e "shopping centers";
- III - comércio varejistas, comércio atacadistas, serviços e depósitos maiores ou iguais a 2.000 m² (dois mil metros quadrados) de área computável;
- IV - estabelecimentos de ensino formal;
- V - hospitais;
- VI - indústrias com interferência ambiental;
- VII - equipamentos de segurança pública, quando se tratar de presídios ou penitenciárias.

Art. 12 O Estudo Simplificado ou Pleno de Viabilidade Urbanística será apresentado junto com o projeto simplificado do empreendimento, por ocasião do requerimento de licenciamento da edificação ou parcelamento do solo.

Art. 13 Os Estudos de Viabilidade Urbanística (EVU) deverão ser assinados pelos proprietários dos empreendimentos e pelos responsáveis técnicos dos mesmos, assumindo integralmente a veracidade das informações fornecidas.

Art. 14 O Estudo Simplificado de Viabilidade Urbanística deverá conter, obrigatoriamente:

- I - a caracterização da atividade, do local e seu entorno, considerando no mínimo:
 - a) a sua localização geográfica;
 - b) os objetivos e justificativas do empreendimento;
 - c) a infra-estrutura, os equipamentos urbanos e comunitários existentes no entorno;
 - d) o uso e ocupação do solo do local e seu entorno.
- II - a avaliação do impacto da atividade, considerando no mínimo as condições de acessibilidade, mobilidade, demanda por sistema viário e transportes coletivos, e, no caso das atividades I, II, III, XI e XIII, do § 1º do Art. 10, será, ainda, exigida a avaliação relativa à qualidade do ambiente urbano, considerando as questões urbanísticas e ambientais, atual e futura do entorno da atividade.
- III - a definição do projeto indicando medidas preventivas, compensatórias, corretivas e mitigadoras, a serem adotadas e os prazos de execução.

Art. 15 O Estudo Pleno de Viabilidade Urbanística deverá conter, obrigatoriamente:

- I - a caracterização da atividade, do local e seu entorno,

considerando no mínimo:

- a) a sua localização geográfica;
 - b) o histórico da situação local onde será implantada a atividade;
 - c) os objetivos e justificativas do empreendimento;
 - d) as características demográficas com dados de crescimento e distribuição da população;
 - e) as características socioeconômicas, históricas e culturais;
 - f) a infraestrutura, os equipamentos urbanos e comunitários existentes;
 - g) a comunidade local e os fatores de agregação social e as atividades econômicas exercidas;
 - h) o uso e ocupação do solo e as condições de habitabilidade.
- II - a avaliação do impacto da atividade, considerando no mínimo:
- a) a compatibilização da atividade com planos e programas governamentais propostos e em implantação na sua área de influência;
 - b) a comparação dos impactos da atividade confrontando com a hipótese da não implantação;
 - c) a infraestrutura e os equipamentos urbanos previstos durante e após a realização da atividade;
 - d) a qualidade de vida atual e futura dos moradores;
 - e) a qualidade urbanística e ambiental e suas alterações;
 - f) as condições de acessibilidade, mobilidade, demanda por sistema viário e transportes coletivos;
 - g) a geração e intensificação de pólos geradores de tráfego;
 - h) a valorização ou desvalorização imobiliária decorrente da atividade;
 - i) a sobrecarga da infraestrutura urbana e dos meios de equipamentos de consumo coletivo.

III - a definição do Programa de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos indicando medidas preventivas, compensatórias, corretivas, mitigadoras, a metodologia e parâmetros a serem adotados e os prazos de execução.

Art. 16 O Estudo de Viabilidade Urbanística será analisado, por uma comissão permanente constituída por 3 (três) técnicos do poder público legalmente habilitados indicados pelo Poder Executivo e referendados pelo Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba, que após o referendo, serão designados pelo Prefeito Municipal.

Art. 17 A Comissão Permanente de Estudo Simplificado de Viabilidade Urbanística deverá apresentar o Relatório final dos Estudos de Impacto de Vizinhança, no qual constará sua conclusão, baseada nos autos do Estudo de Viabilidade Urbanística, bem como no constante das Atas da Audiência Pública, quando solicitada, optando, pela execução condicional ou pela não execução do empreendimento.

§ 1º A comissão poderá solicitar complementação das informações apresentadas, quando necessário.

§ 2º O Relatório final do Estudo de Impacto de Vizinhança terá caráter deliberativo no processo de concessão de quaisquer licenças, autorizações e alvarás pelo Executivo Municipal.

Art. 18 O Relatório Final deverá ser afixado em local público pelo prazo não inferior a 10 (dez) dias que antecederem o licenciamento da atividade.

§ 1º O Estudo Simplificado ou Pleno de Viabilidade Urbanística deverá ficar disponibilizado para consulta junto ao órgão competente pelo licenciamento por igual período ao do Relatório Final citado no caput deste artigo, contados a partir da publicação de edital específico.

§ 2º Caberá à Comissão de Estudo de Viabilidade Urbanística, dependendo das características e dimensões do empreendimento, a solicitação ao Prefeito Municipal de convocação de Audiência Pública.

Art. 19 Todos os custos das publicações do relatório final e das convocações das audiências serão pagos pelo empreendedor.

Parágrafo único. Será instituída taxa referente a análise e avaliação do Estudo de Viabilidade Urbanística, a ser recolhida pelo

proponente.

Art. 20 A elaboração do Estudo de Viabilidade Urbanística não substitui a elaboração e aprovação do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), ou quaisquer outras licenças, requeridas nos termos da legislação ambiental.

Art. 21 O Estudo de Viabilidade Urbanística não será exigido para aprovação de projeto de modificação ou ampliação das atividades que enquadrem das disposições dos artigos 3º e 5º, e não altere o uso compatível.

Art. 22 A aprovação do Estudo de Viabilidade Urbanística (EUV) implicará unicamente na concessão de Licença Prévia para o empreendimento solicitado.

CAPÍTULO II

Das Operações Concertadas

Art. 23 Operação Concertada é o processo pelo qual se estabelecem as condições e compromissos necessários, firmados em Termo de Ajustamento, para a implementação de empreendimentos compreendendo edificações e parcelamentos do solo com características especiais, ou para o desenvolvimento de áreas da cidade que necessitem acordos programáticos, adequados às diretrizes e estratégias definidas na Parte I na Lei Complementar n.º 2.623/2005.

Art. 24 As Operações Concertadas serão adotadas, para eliminar ou minimizar impactos negativos a serem gerados pelos projetos especiais exigindo as seguintes medidas compensatórias:

I - execução de melhorias na infraestrutura urbana em relação à rede física, através da qual o Poder Público ou a concessionária alcança ao cidadão o serviço e/ou o abastecimento, tais como:

a) ampliação de redes, tais como: água, gás, esgoto pluvial, esgoto sanitário, eletricidade e iluminação pública;

b) área de terreno ou área edificada para instalação de equipamentos comunitários em proporção compatível com as demandas geradas pelo empreendimento, tais como: educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer;

c) ampliação e adequação da estrutura viária, sinalização e mobiliário tais como: faixas de desaceleração, faixas de pedestres, paradas de transporte público, semaforização e placas de trânsito;

II - proteção acústica mediante o uso de filtros e outros procedimentos que minimizem incômodos gerados pelas atividades a serem desenvolvidas;

III - recuperação ambiental da área e preservação dos elementos naturais considerados de interesse paisagístico;

IV - manutenção de imóveis, fachadas ou outros elementos arquitetônicos considerados de interesse histórico, artístico ou cultural;

V - criação de cotas de emprego e cursos de capacitação profissional;

VI - criação de habitações de interesse social;

VII - construção de equipamentos sociais; e

VIII - capacitação e reequipação dos órgãos fiscalizadores municipais.

Art. 25 A aprovação do empreendimento ficará condicionada à assinatura de Termo de Ajustamento pelo interessado, em que este se compromete a arcar integralmente com as despesas decorrentes das obras e serviços necessários à minimização dos impactos decorrentes da implantação do empreendimento e demais exigências apontadas pelo Executivo Municipal, antes da finalização do mesmo.

Art. 26. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 18 de junho de 2018.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Luciano Alves Zanini
Assessor de Gabinete

Anexo I
(DECRETO PMI Nº 067, DE 18 DE JUNHO DE 2018)

PDDSI	ATIVIDADES SUJEITAS A ESTUDO DE VIABILIDADE URBANÍSTICA	ANEXO 1
<p>As atividades a seguir relacionadas, por suas especificidades, deverão merecer por parte do Sistema Municipal de Gestão e Planejamento, estudo de viabilidade urbanística, quando submetidas a projetos especiais.</p> <ul style="list-style-type: none"> - centro comercial e shopping center; - centro cultural; - clube e associações esportivas; - comércio atacadista e depósitos maiores ou iguais à 2000 m2 de área computável; - comércio varejista e serviços, maiores ou iguais à 2000m2 de área computável; - creche, escola maternal, centro de cuidados e estabelecimento de ensino pré-escolar; - depósitos ou postos de revenda de gás; - equipamentos administrativos; - equipamentos de segurança pública; - estabelecimentos de ensino formal; - estação de radiodifusão; - estação de telefonia; - estação de televisão; - funerárias; - garagem comercial para mais de 50 veículos; - hortomercado e supermercado, acima de 1.000 m²; - hospital; - indústria com interferência ambiental; - instituição científica e tecnológica; - jogos eletrônicos; - posto de abastecimento; - templo e local de culto em geral; - cemitérios e crematórios; - casas mortuárias; - equipamentos especiais esportivos e de lazer, autódromos, hipódromos, estádios, parques, quadras de escola de samba, parques temáticos, circos, feiras, etc.; - Aeroportos, Heliportos, Portos, Marinhas, Rodoviária, Terminais de passageiros e carga, Garagem geral etc.; - Armazéns de cargas portuárias. 		

EDITAL SEAD Nº 043/2018

Publicação Nº 1656727

EDITAL SEAD Nº 043/2018
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 08/2016.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº08/2016, divulgado através do Edital nº 008/2016, de 17 de outubro de 2016, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 08/2016, de 03 de Janeiro de 2017, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 008/2016, para comparecer a Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração– DGP/SEAD, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 19 de Junho a 18 de Julho de 2018, no horário das 13:30h às 19:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do Processo Seletivo Simplificado, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo Simplificado.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAD a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 18 de Junho de 2018.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

EDITAL SEAD Nº 043/2017
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Técnico em Enfermagem
Tamara Martins Custodio
Josiani Nascimento

EDITAL SEAD Nº 044/2018

Publicação Nº 1657331

EDITAL SEAD Nº 044/2018
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 14/2015.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 14/2015, divulgado através do Edital nº 14/2015, de 30 de outubro de 2015, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 14/2015, de 15 de Janeiro de 2016, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 14/2015, para comparecer a Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração– DGP/SEAD, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 20 de Junho a 19 de Julho de 2018, no horário das 13:30h às 19:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAD a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 18 de junho de 2018.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

EDITAL SEAD Nº 044/2018
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Cuidador/Educador Residente
Emanuela Cordeiro

EDITAL SEAD Nº 045/2018

Publicação Nº 1657338

EDITAL SEAD Nº 045/2018
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 01/2017, divulgado através do Edital nº 01/2017, de 20 de outubro de 2017, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017, de 26 de Janeiro de 2018, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 01/2017, para comparecer a Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração– DGP/SEAD, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 19 de Junho a 18 de Julho de 2018, no horário das 13:30 às 19:00, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAD a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 18 de junho de 2018.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

EDITAL SEAD Nº 045/2018
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Administrador
Adão Borges

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018 - SEMUSA

Publicação Nº 1657467

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018 - SEMUSA

O presente documento trata da INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO para celebração de Termo de Colaboração com a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Imbituba - RFCC.

O Inciso II do artigo 31 da Lei Federal nº 13.019/2014 de 31/07/2014, alterado pela Lei Federal nº 13.204/2015, regulamenta a questão da inexigibilidade do Chamamento Público: ☐ Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

(...) II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando a exposição do dispositivo legal acima descrito, defiro a formalização do Termo de Colaboração junto à entidade abaixo relacionada:

Entidade: REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE IMBITUBA - RFCC

CNPJ: 82.909.227.0001/19

Endereço: Rua Nicolau Bartolomeu da Rosa Matos, 866 - Centro

Modalidade: Termo de Colaboração

Objeto: Execução de exames preventivos e periódicos de combate ao câncer de colo de útero e de mama para as mulheres de Imbituba.

Período: 01/07/2018 a 31/12/2018

Valor: até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Justificativa:

O município de Imbituba torna pública a inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 31, inciso II, da Lei nº 13.019/2014, visando firmar parceria com a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Imbituba - RFCC, para a execução de exames preventivos e periódicos de combate ao câncer de colo de útero e de mama para as mulheres de Imbituba, em razão da inviabilidade de competição pela natureza singular do objeto, pelo fato desse tipo de ser a entidade que vem a anos desenvolvendo esta parceria com o poder público municipal de maneira satisfatória, que a atividade proposta no plano de trabalho é de maneira singular, de grande importância e de interesse do Município. Imbituba-SC, 14 de junho de 2018.

Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA PMI/SEAD Nº 384/2018

Publicação Nº 1657437

PORTARIA PMI/SEAD Nº 384, de 18 de junho de 2018.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de

agosto de 2006, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. HEMERSON MAFRA, Biólogo, inscrito no CPF sob o nº 018.942.299-83, admitido em 01 de outubro de 2012, contrato nº 7785, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2012 a 2017	06.07.2018 a 04.08.2018
	03.09.2019 a 02.10.2019
	05.10.2020 a 03.11.2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de junho de 2018.

Rosivaldo da Silva Júnior Amilton Gonçalves de Souza
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 385/2018

Publicação Nº 1657465

PORTARIA PMI/SEAD Nº 385, de 18 de junho de 2018.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. DANIEL HENRIQUE DE SÁ, Assistente Administrativo, inscrito no CPF sob o nº 578.341.649-53, admitido em 08 de junho de 1998, matrícula nº 107, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição	Conversão
1998 a 2003	01.10.2020 a 30.11.2020	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de junho de 2018.

Rosivaldo da Silva Júnior Amilton Gonçalves de Souza
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEDURB Nº 02, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657096

PORTARIA PMI/SEDURB Nº 02, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Estabelece o Plano de Urbanização da Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, para a área delimitada no art. 1º do Decreto PMI nº 052, de 18 de maio de 2018, para fins de regularização da área de interesse social na forma da Lei complementar nº 2.623, de 19 de março de 2005 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Lei Complementar nº 2.623/2005, de 19 de março de 2005,

CONSIDERANDO, o Programa de Promoção de Urbanificação de Interesse Social;

CONSIDERANDO, também, as diretrizes do Plano de Habitação de Interesse Social;

CONSIDERANDO, o estabelecido no Decreto PMI nº 052, de 18 de maio de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido o Plano de Urbanização da Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, para a área delimitada no art. 1º do Decreto PMI nº 052, de 18 de maio de 2018, para fins de regularização da área de interesse social na forma da Lei complementar nº 2.623, de 19 de março de 2005, conforme segue:

ZONAS DE USO	CONDICIONANTES URBA- NÍSTICOS			PADRÕES DE EDIFICAÇÕES							USOS COMPATÍVEIS	SNA
	Área mínima de Lote/ PGORUE (m2)	Testada mínima Lote/PGORUE (m)		COT	CAT	Altura máxima (m)	Recuos (m)					
		Meio de quadra	Esqui- na				Frete	Fundo	La- teral	Bilate- ral		
ZEIS	150,00	10,00	12,00	0,50	1,00	9,00	2,00	20% laterais Até no máximo 5,00 m	-	-	Habitação individual; Comércio abastecimento; Comércio varejo, escritório e consul- tório; Centro comercial e supermercados; Assistência geral e de urgência.	0,20
SIGLAS DOS COEFI- CIENTES		COT - Coeficiente de Ocupação do Terreno CAT - Coeficiente de Aproveitamento Total SNA – Solo Natural Absorvente										

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de junho de 2018.

Anderson Cristiano Maximiano
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Mayara Cardoso de Oliveira
Chefe de Departamento de Protocolo e Despachos

Indaial

PREFEITURA

ATO DE POSSE Nº 270/18

Publicação Nº 1656304

ATO DE POSSE Nº 270/18

De 14 de junho de 2018

Termo de Posse e Compromisso

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA, nesta data, Gustavo de Paula Leite, nomeado através da Portaria nº 759/18 para o cargo de Médico Clínico Geral II, 40 horas semanais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, habilitado pelo Concurso Público nº 001/2017.

O servidor apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O servidor apresentou Declaração de Bens, atestando não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial em 14 de junho de 2018.

Zelir Nezi

Prefeito em Exercício

Gustavo de Paula Leite

Empossado

ATO DE POSSE Nº 271/18

Publicação Nº 1656305

ATO DE POSSE Nº 271/18

De 14 de junho de 2018

Termo de Posse e Compromisso

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA, nesta data, Mara Salvador Petris, nomeada através da Portaria nº 885/18 para o cargo de Psicóloga, 20 horas semanais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, habilitada pelo Concurso Público nº 001/2017.

A servidora apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

A servidora apresentou Declaração de Bens, atestando não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pela empossada.

Prefeitura Municipal de Indaial em 14 de junho de 2018.

Zelir Nezi

Prefeito em Exercício

Mara Salvador Petris

Empossada

ATO DE POSSE Nº 272/18

Publicação Nº 1656307

ATO DE POSSE Nº 272/18

De 15 de junho de 2018

Termo de Posse e Compromisso

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA, nesta data, Talles Felipe Dolberth, nomeado através da Portaria nº 804/18 para o cargo de Eletricista de Manutenção, 40 horas semanais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, habilitado pelo Concurso Público nº 001/2017.

O servidor apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O servidor apresentou Declaração de Bens, atestando não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial em 15 de junho de 2018.

Zelir Nezi

Prefeito em Exercício

Talles Felipe Dolberth

Empossado

DECRETO Nº 316/18

Publicação Nº 1656059

. DECRETO Nº 316/18

. De 18 de junho de 2018

Autoriza Anulação e Suplementação no Orçamento Anual do MUNICIPIO DE INDAIAL.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.552/18.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS) da dotação orçamentária abaixo discriminada:

Dotação	Valor
03.001 - Procuradoria Geral	
0002.0062.0003.2101 - Pagamento de Sentenças Judiciais	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	500.000,00

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICIPIO DE INDAIAL a seguinte dotação

Dotação	Valor
02.004 - Gabinete do Prefeito	
0004.0131.0002.2065 - Manutenção da Comunicação e Ouvidoria	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	500.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 18 de junho de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 317/18

Publicação Nº 1656202

. DECRETO Nº 317/18

. De 18 de junho de 2018

Autoriza anulação e Suplementação no Orçamento Anual do Município de Indaial.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.553/18.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 3.200.000,00 (TRÊS MILHÕES E DUZENTOS MIL REAIS) das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Dotação	Valor
08.001 - Secretaria de Obras	
0015.0451.0008.2302 - Manutenção e Melhoria do Sistema Viário	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	1.000.000,00
08.002 - Secretaria de Obras	
0015.0451.0008.1311 - Pavimentação e Drenagem - Sistema Mutirão	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	500.000,00
09.001 - Secretaria de Planejamento	
0015.0125.0009.2352 - Manutenção da Divisão de Cadastro / Geoprocessamento	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	500.000,00
09.001 - Secretaria de Planejamento	
0015.0451.0009.1350 - Aquisição de Equipamentos e Mobiliário em Geral	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	600.000,00
10.001 - Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente	
0017.0512.0010.1400 - Aquisição de Veículo, Equipamentos e Mobiliário em Geral	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	400.000,00
10.001 - Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente	
0017.0512.0010.1401 - Construção de Galpão	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	200.000,00

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICÍPIO DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotação	Valor
08.002 - Secretaria de Obras / FUMPAV	
0015.0451.0008.1310 - Pavimentação e Drenagem - Vias Públicas	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	3.200.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de junho de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 318/18

Publicação Nº 1657264

. DECRETO Nº 318/18

. De 18 de junho de 2018

ESTABELECE HORÁRIO DE EXPEDIENTE DO SERVIÇO PÚBLICO DURANTE A COPA DO MUNDO 2018.

André Luiz Moser, Prefeito Municipal de Indaial, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 92, VIII da Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo de 2018, na Rússia,

DECRETA:

Art. 1º Nos dias de jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo 2018 o expediente das repartições públicas do Município de Indaial será:

I – Das 08h00 às 14h00min nos dias úteis em que houver jogo da seleção brasileira com início agendado as 15h00;

II - Das 08h00 às 10h00 e das 13h30min às 17h30min nos dias úteis em que houver jogo da seleção brasileira com início agendado as 11h00; e

III - Das 13h00 às 19h00 nos dias úteis em que houver jogo da seleção brasileira com início agendado as 9h00;

Art. 2º Os servidores que, por qualquer motivo, e ou estejam impedidos de cumprir os horários excepcionais fixados nos incisos do caput deste artigo deverão observar o expediente normal.

§ 1º Todos os servidores dispensados durante o horário dos jogos, terão que compensar as horas paradas até 31 de agosto de 2018.

§ 2º Para a compensação de horas é obrigatório o preenchimento antecipado do ANEXO I deste Decreto, sendo vedado a compensação em intervalo de almoço.

§ 3º As horas não compensadas até a data prevista do parágrafo 1º serão descontadas em folha.

Art. 3º Aos setores e órgãos cujas atividades constituam serviços essenciais à comunidade, como Educação, Saúde e Desenvolvimento Social, bem como os que desenvolvem serviços externos e de vigilância, de forma a não prejudicar os serviços prestados, cumprem o expediente normal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de junho de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

ANEXO I

NOTIFICAÇÃO DE FOLGA E RECUPERAÇÃO JOGOS DA COPA.

DA SECRETARIA _____

AO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Informamos que o(a) servidor(a) _____, ira folgar para assistir ao jogo da Seleção _____ hora(s) no dia _____ e as referidas horas serão compensadas:

No dia _____ (_____) hora(s) _____ (_____).

No dia _____ (_____) hora(s) _____ (_____).

No dia _____ (_____) hora(s) _____ (_____).

No dia _____ (_____) hora(s) _____ (_____).

No dia _____ (_____) hora(s) _____ (_____).

No dia ____ (____) hora(s) ____ (____).

Indaial, em ____/____/____.

Chefe Imediato
Secretário
Servidor

Ciente:
Departamento de RH

DECRETO Nº 319/18

Publicação Nº 1656421

. DECRETO Nº 319/18

. De 18 de junho de 2018

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 021/2018 – CMDCA REVOGA RESOLUÇÃO Nº 16/2018 E DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE CAPACITAÇÃO PARA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE INDAIAL.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Decreto nº 228/18 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologa a resolução nº 021/2018 – CMDCA - Aprova a contratação de capacitação com Luciano Betiate, para o CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Indaial, no valor de R\$ 6.500,00 com recursos financeiros do FIA Indaial, a resolução nº 021/2018, faz parte deste Decreto para efeitos legais.

DECRETO Nº 320/18

Publicação Nº 1656423

. DECRETO Nº 320/18

. De 18 de junho de 2018

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 022/2018 – CMDCA DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO DA RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS PARA PARTICIPAREM DO PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR DOS MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO TUTELAR DE INDAIAL.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Decreto nº 228/18 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologa a resolução nº 022/2018 – CMDCA - Aprovar a publicação da relação dos candidatos inscritos para participarem do processo de escolha suplementar dos membros suplentes do CT - Conselho Tutelar de Indaial, conforme segue abaixo, a resolução nº 022/2018, faz parte deste Decreto para efeitos legais.

Ins N	Nome	Apelido escolhido	E mail
1	ANA PAULA KNOTH	-	hardt.ana@yahoo.com.br;
2	ANILSE MARIA DE FREITAS JACOBSEN	NICINHA	anilsejacobsen@gmail.com;
3	DAIANE PAULINE ESPINDOLA	-	daiane.espindola@hotmail.com;
4	SABRINA TRIDAPALLI	-	tridapallis@gmail.com;
5	VILMA SCHMITZ	PROFESSORA VILMA	vilmaprofgeo@gmail.com;
6	ELISANGELA DOS SANTOS	-	eliz2408@hotmail.com;
7	DAIANE CAROLINE NEUBERGER RIO BRANCO	DAIANE	daianeuberger@gmail.com;
8	KARINE LAVANDOSKI MOMM	-	karine.momm@uniasselvi.cm.br;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de junho de 2018.

André Luiz Moser
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RESOLUÇÃO Nº 21/2018

REVOGA RESOLUÇÃO Nº 16/2018 E DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE CAPACITAÇÃO PARA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE INDAIAL.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 228/2018 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações a Plenária ocorrida em 24 de Abril de 2018.

CONSIDERANDO:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8.069/90;
- A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;
- O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;
- A previsão orçamentária do Fundo para o exercício de 2018.

Resolve:

Art. 1º – Aprovar a contratação de capacitação com Luciano Betiate, para o CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Indaial, no valor de R\$ 6.500,00 com recursos financeiros do FIA Indaial.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 08 de Junho de 2018.

Fabio Eduardo Nagel
Coordenador do CMDCA

Município de Indaial, em 18 de junho de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RESOLUÇÃO Nº 22/2018

DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO DA RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS PARA PARTICIPAREM DO PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR DOS MEMBROS SUPLENTE DO CONSELHO TUTELAR DE INDAIAL/S.C.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Decreto nº 228/18 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações e, da Plenária ocorrida em 14 de Junho de 2018. CONSIDERANDO:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90);
- A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;
- O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;
- A previsão orçamentária do FIA para o exercício de 2018;
- A Instrução Normativa N.TC-14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina que estabelece critérios para a organização da prestação de contas de recursos concedido a qualquer título e dispõe sobre o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento.
- Resolução nº 137/2010 do CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a publicação da relação dos candidatos inscritos para participarem do processo de escolha suplementar dos membros suplentes do CT - Conselho Tutelar de Indaial/S.C., conforme segue abaixo:

Ins N	Nome	Apelido escolhido	E mail
1	ANA PAULA KNOTH	-	hardt.ana@yahoo.com.br;
2	ANILSE MARIA DE FREITAS JACOBSEN	NICINHA	anilsejacobsen@gmail.com;
3	DAIANE PAULINE ESPINDOLA	-	daian.espindola@hotmail.com;
4	SABRINA TRIDAPALLI	-	tridapallis@gmail.com;
5	VILMA SCHMITZ	PROFESSORA VILMA	vilmaprofgeo@gmail.com;
6	ELISANGELA DOS SANTOS	-	eliz2408@hotmail.com;
7	DAIANE CAROLINE NEUBERGER RIO BRANCO	DAIANE	daianeuberger@gmail.com;
8	KARINE LAVANDOSKI MOMM	-	karine.momm@uniasselvi.cm.br;

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 15 de Junho de 2018.

Fabio Eduardo Nagel

Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Indaial

DECRETO Nº 321/18

Publicação Nº 1656426

. DECRETO Nº 321/18

. De 18 de junho de 2018

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 023/2018 – CMDCA

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO PARA 2018

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Decreto nº 228/18 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologa a resolução nº 023/2018 – CMCDCA - Aprovar o Plano de Ação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA, de Indaial, para o ano de 2018, conforme segue anexo, a resolução nº 023/2018, faz parte deste Decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de junho de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RESOLUÇÃO Nº 23/2018
DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO
PLANO DE AÇÃO PARA O ANO DE 2018.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto Nº 228/18 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações, e deliberações da Plenária do dia 14 de Junho de 2018.

CONSIDERANDO:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8.069/90;
- Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e alterações;
- O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado ☐Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;

- A Resolução nº 137 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o Plano de Ação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA, de Indaial, para o ano de 2018, conforme segue anexo:

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 15 de Junho de 2018.

Fabio Eduardo Nagel
Coordenador do CMDCA

PLANO DE AÇÃO 2018

Em relação as faixas de idade temos que dos 54.854 moradores em 2010,
havia 14.957 pessoas com idade entre 0 a 17 anos (crianças e adolescentes),
7.226 com idade entre 18 a 24 anos (jovens),
27.657 com idade entre 25 a 59 anos (adultos) e
5.014 pessoas idosas

AÇÃO	PRAZO	QUEM	PARCERIA	FINANCEIRO
RECESSO	JANEIRO	x	x	x
Plenária CMDCA	FEVEREIRO	CMDCA	Secretaria Executiva	Sem custos
Reeditar o ECA redigir e imprimir	FEVEREIRO	CMDCA	Secretaria de Desenvolvimento Social	R\$? 3.000mil copias
Campanha de Divulgação do ECA	FEVEREIRO	Conselho Tutelar	Escolas	Sem custos
Plenária CMDCA	MARÇO	CMDCA	Secretaria Executiva	Sem custos
Impressão de Folders FIA	MARÇO	CMDCA	Secretaria de Desenvolvimento Social	R\$?
Campanha de divulgação FIA	MARÇO	CMDCA	Grupos de Whatsapp	Sem custos
Criação da pagina no Face- book	MARÇO	CMDCA	CMDCA	Sem custos
Comissão Especial do Edital do FIA	MARÇO	CMDCA	Secretaria de Desenvolvimento Social e Licitação	Sem custos
Mudança na Lei Municipal	MARÇO	CMDCA	Conselho Tutelar e Procuradoria	Sem custos
II Seminário do PPAC	ABRIL	Articuladora do PPAC e CMDCA	Secretaria de Desenvolvimento Social, Educação, Saude, FME, FIC, Gabinete	Evento para 159 pessoas R\$?
Início do Monitoramento Plano Decenal	ABRIL	Grupos Eixos	Intersetorial	Sem custos
Plenária CMDCA	ABRIL	CMDCA	Secretaria Executiva	Sem custos
Processo Seletivo Suplemen- tar do CT	MAIO	CMDCA	Secretaria Executiva	R\$ contratacao empresa provas, confeccção de cédulas
Semana de Combate a Violencia Sexual	MAIO 14/18	Articuladora PPAC e CMDCA	Secretaria de Desenvolvimento Social, Educação, Saude, FME, FIC, Gabinete, CT, Poder Judiciário	R\$ 750,00 R\$ 390,00 R\$ 250,00 R\$ café, bolachas

Dia Nacional da Adoção e Plenária CMDCA	MAIO 25	CMDCA	Poder Judiciário/Alta Complexidade	100 cartazes 1.500 folders evento para 60 pessoas
Lançamento Edital do FIA para Empresas	JUNHO	CMDCA	Licitação	R\$ 50.000,00 projetos pontuais
Lançamento Edital do FIA para OSC	JUNHO	CMDCA	Licitação	R\$ 50.000,00 projetos pontuais
Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil	JUNHO 12	CMDCA	Divulgação nas mídias sociais	Sem custos
Plenária CMDCA	JUNHO 14	CMDCA	Secretaria Executiva	Sem custos
Registro das Entidades Indaial	JUNHO	CMDCA	CMDCA	Sem custos
Capacitação	JULHO 03/04	Luciano Betiatte contratação	CMDCA Indaial	R\$ 560,00 CT R\$ 6.500,00CMDCA
Dia Internacional do Combate às Drogas	JULHO 17	CMDCA	Secretaria Executiva/ PROERD impactar os adolescentes	Adolescentes de 13 até 18 anos Sem custos
Video institucional Aniversário do ECA e Dia de Combate à Tortura	AGOSTO 21	CMDCA	Secretaria Executiva	R\$
Conferência Municipal	AGOSTO	CMDCA	Secretaria de Desenvolvimento Social	Palestrante, eixos café, convites, certificados impressos local
Mudança na Lei Municipal	SETEMBRO	CMDCA	Conselho Tutelar e Procuradoria	Sem custos
Ato de Posse CT Membros Suplentes	SETEMBRO 14	CMDCA	Gabinete Prefeito	Sem custos
Dia Internacional contra a Exploração Sexual e ao Tráfico de Mulheres e Crianças	SETEMBRO 23	CMDCA	CMDCA	Sem custos
Monitoramento do Plano SINASE	SETEMBRO	CMDCA	CREAS	Sem custos
Outdoor campanha FIA 2019	OUTUBRO 2	CMDCA	CMDCA	R\$
Dia Mundial da Saúde Mental	OUTUBRO 10	CAPS	CMDCA	Sem custos
Plenária CMDCA	OUTUBRO 16	CMDCA	Secretaria Executiva	Sem custos
Café com os contadores/coletiva de imprensa	OUTUBRO 16	CMDCA	Gabinete coletiva de imprensa	R\$
Distribuição dos Selos	OUTUBRO 16	CMDCA	Gabinete coletiva de imprensa	R\$
Plenária CMDCA	NOVEMBRO 20	CMDCA	Secretaria Executiva	Sem custos
Atividades alusivas ao Dia do Conselheiro Tutelar	NOVEMBRO 23	CMDCA	CMDCA	Sem custos
Dia Internacional da Luta contra a Aids	DEZEMBRO 01	CMDCA	Secretaria de Saúde	Sem custos
Plenária CMDCA	DEZEMBRO 11	CMDCA	Secretaria Executiva	Sem custos

DISTRATO Nº 30/2018

Publicação Nº 1656298

DISTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS POR PRAZO DETERMINADO 30/2018

Pelo presente instrumento, o Município de Indaial, representado por seu Prefeito em Exercício, Sr. Zelir Nezi, a seguir denominado CONTRATANTE, e o Sr. Gustavo de Paula Leite, brasileiro, inscrito no CPF nº 212.835.108-12, residente e domiciliado na Rua Adolfo Molinari, nº 3825, Bairro Polaquia, em Indaial/SC, a seguir denominado CONTRATADO, acordam:

1. O CONTRATANTE e o CONTRATADO, em 21 de agosto de 2017, firmaram “Contrato Administrativo de Serviço Temporário”, pelo qual o

primeiro confiou ao segundo serviços de Médico ESF (ESF 1), como previsto na cláusula primeira do pacto sob distrato.

2. O CONTRATADO, por força do instrumento ora distratado, vem executando seus serviços até 13/06/2018.

3. O CONTRATADO, por documento confeccionado a próprio punho, solicita ao CONTRATANTE sua demissão a partir de 13 de junho de 2018, restando acertado que, em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a quantia prometida no contrato original, proporcional aos dias efetivamente trabalhados.

4. As partes mutuamente outorgam plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratada, bem como aos serviços profissionais prestados.

5. O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus herdeiros e sucessores.

6. As partes elegem o Foro da Comarca em Indaial/SC para dirimir eventuais litígios decorrentes do ora acordado.

Assim, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, com as duas testemunhas abaixo.

Indaial/SC, 13 de junho de 2018.

ZELIR NEZI

CONTRATANTE

Gustavo de Paula Leite

CONTRATADO

Testemunhas: _____

LEI Nº 5548/2018

Publicação Nº 1656206

. LEI Nº 5548

. de 18 de junho de 2018

Concede Isenção de IPTU à Associação dos Funcionários da Albany - AFA.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica isenta do pagamento do IPTU, à Associação dos Funcionários da Albany - AFA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.794.792/0001-40, estabelecida a Rua Albany, nº 115, Bairro Encano do Norte, pelo período de 02 (dois) anos, a partir de 2019.

Art. 2º - Em contrapartida da isenção prevista na presente Lei, a Associação irá disponibilizar suas dependências para a realização de reuniões e eventos esportivos, mediante prévio agendamento e disponibilidade.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de junho de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França

Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura

Chefe de Gabinete

LEI Nº 5549/2018

Publicação Nº 1656208

. LEI Nº 5549

. de 18 de junho de 2018

Dispõe sobre as medidas e dimensões e corrige grafia do nome da Rua Vereador Paulo Cardozo.

(Autoria: vereadores: Osvaldo Metzner e Antonio Carlos Fink)

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Corrige a grafia do nome da Rua "Paulo Cardozo" (denominada pela Lei 1774/1988), sendo o correto "Rua Paulo Cardozo".

Art. 2º - A Rua Paulo Cardozo, localizada no bairro Encano Baixo, apresenta as seguintes medidas e dimensões:

- Extensão : 339,60 metros;

- Gabarito Total : 12,00 metros;

- Pista : 8,00 metros
- Passeio : 2,00 metros cada lado.
- Início : lado par da Rua Dr. Blumenau.
- Término : em terras de Vanessa Cardoso e Hilário Guse.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de junho de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Chefe de Gabinete

LEI Nº 5550/2018

Publicação Nº 1656209

- . LEI Nº 5550
- . de 18 de junho de 2018
- . ALTERA A LEI Nº 5.526/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os dispositivos adiantes indicados da Lei 5.526, de 03 de abril de 2018, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Executivo autorizado a receber por doação, sem ônus, de Elo Participações Ltda., Um terreno urbano, Matrícula nº 31119 CRI/Indaial, situado no lado ímpar da Rua Adolfo Molinari, Bairro Estrada das Areias, nesta cidade, contendo a área de 1.045,00 m² (hum mil e quarenta e cinco metros quadrados), edificado com um conjunto de unidades sanitárias, em alvenaria, com área de 38,00 m², o qual tomou o nº 205, confrontando pela frente em 29,84 metros com o lado ímpar da Rua Adolfo Molinari, fundos em 24,01 metros confrontando com a Área Remanescente (M-31118), de propriedade de Elo Participações Imobiliárias Ltda, lado direito em 43,27 metros confrontando com terras de Arno da Silva (M-10104) e lado esquerdo em 34,01 metros composto por 02 linhas, partindo da frente em direção aos fundos, sendo a primeira linha em 28,65 metros e a segunda linha, defletida à esquerda, em 5,36 metros, ambas confrontando com a Área Remanescente (M-31118), de propriedade de Elo Participações Ltda, distando pelo lado direito 203,20 metros do lado ímpar da Rua Marechal Floriano Peixoto. Todas as medidas de quem olha de dentro do imóvel para a rua, para fins de implantação de uma praça pública com equipamentos de ginástica.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 18 de junho de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Chefe de Gabinete

LEI Nº 5551/2018

Publicação Nº 1656210

- . LEI Nº 5551
- . de 18 de junho de 2018
- . AUTORIZA AUMENTAR O VALOR DO AUXILIO ALIMENTAÇÃO

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica autorizado ao Executivo Municipal a aumentar o valor do Auxilio Alimentação, previsto na Lei 3.891/2009, para R\$ 20,00 (vinte reais) por dia útil efetivamente trabalhado, observando o limite de 22 (vinte e dois) dias, para o servidor que tiver frequência integral durante o mês de competência.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de maio de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 18 de junho de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Chefe de Gabinete

LEI Nº 5552/2018

Publicação Nº 1656058

. LEI Nº 5552

. de 18 de junho de 2018

Autoriza Anulação e Suplementação no Orçamento Anual do MUNICIPIO DE INDIAIAL.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS) da dotação orçamentária abaixo discriminada:

Dotação	Valor
03.001 - Procuradoria Geral	
0002.0062.0003.2101 - Pagamento de Sentenças Judiciais	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	500.000,00

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICIPIO DE INDIAIAL a seguinte dotação

Dotação	Valor
02.004 - Gabinete do Prefeito	
0004.0131.0002.2065 - Manutenção da Comunicação e Ouvidoria	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	500.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 18 de junho de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Chefe de Gabinete

LEI Nº 5553/2018

Publicação Nº 1656204

. LEI Nº 5553

. de 18 de junho de 2018

Autoriza Anulação e Suplementação no Orçamento Anual do Município de Indaial.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 3.200.000,00 (TRÊS MILHÕES E DUZENTOS MIL REAIS) das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Dotação	Valor
08.001 - Secretaria de Obras	
0015.0451.0008.2302 - Manutenção e Melhoria do Sistema Viário	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	1.000.000,00
08.002 - Secretaria de Obras	
0015.0451.0008.1311 - Pavimentação e Drenagem - Sistema Mutirão	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	500.000,00
09.001 - Secretaria de Planejamento	
0015.0125.0009.2352 - Manutenção da Divisão de Cadastro / Geoprocessamento	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	500.000,00
09.001 - Secretaria de Planejamento	
0015.0451.0009.1350 - Aquisição de Equipamentos e Mobiliário em Geral	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	600.000,00
10.001 - Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente	

0017.0512.0010.1400 - Aquisição de Veículo, Equipamentos e Mobiliário em Geral	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	400.000,00
10.001 - Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente	
0017.0512.0010.1401 - Construção de Galpão	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	200.000,00

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICÍPIO DE INDIAIAL a seguinte dotação:

Dotação	Valor
08.002 - Secretaria de Obras / FUMPAV	
0015.0451.0008.1310 - Pavimentação e Drenagem - Vias Públicas	
3449000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	3.200.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 18 de junho de 2018.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura
Chefe de Gabinete

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 039/2018

Publicação Nº 1655994

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 039/2018

Pelo presente instrumento que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDIAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – SECRETARIA DE OBRAS – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE – GABINETE DO PREFEITO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede à Avenida Getúlio Vargas, nº 126, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Zelir Nezi, Vice – Prefeito no exercício do cargo de Prefeito, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 194.747.689/00 e Cédula de Identidade nº 583.114, residente e domiciliado na rua Itajaí, nº 400, Bairro Rio Morto – nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE INDIAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, com sede à Rua Leoberto Leal, nº 191, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, representado neste ato pela Sra. Katiúscia Simone Harbs, brasileira, Secretária de Desenvolvimento Social, inscrita no CPF sob nº 796.531.979-91 e Cédula de Identidade nº 2.967.699, residente e domiciliada à Rua Vitória, nº 99, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDIAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, com sede à Rua Leoberto Leal, nº 155, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, brasileira, Secretária de Saúde, inscrita no CPF sob nº CPF 710.570.649-04, e Cédula de Identidade nº 2286115 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Fritz Muller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, FUNDAÇÃO INDIAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS – FIC, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.940/0001-86, com sede na Rua Dr. Blumenau, nº 05, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Fernando Pasold, Diretor Executivo, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 015.106.689/26 e Cédula de Identidade nº 3.061.356, residente e domiciliado na Rua Arthur Haertel, nº 122, bairro do Sol, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 07.789.410/0001-02, com sede à Rua Leoberto Leal, nº 137 – Bairro Centro - CEP 89080-166, município de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Márcio Moisés Selhorst, Diretor Executivo, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 811.016.789-68 e Cédula de Identidade nº 2.962.561, residente e domiciliado à Rua Dr. Blumenau, nº 4.180, bairro Encano, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa GENTE SEGURADORA S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 90.180.605/0001-02, com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, 450, Bairro Centro Histórico, na cidade de Porto Alegre – Estado do Rio Grande do Sul, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Eozemar de Souza, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 057.851.429-02 e Cédula de Identidade nº 4.382.104, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação anexa a cláusula quinta, item 5.1, do contrato original que tem como objeto a contratação de seguros, nas modalidades: compreensiva, RCF-V – responsabilidade civil facultativa de veículos e RCO – responsabilidade civil ônibus, micro-ônibus e vans (deter), para os veículos de transporte de passageiros, frota de veículos, motocicletas, utilitários,

caminhões, tratores para construção e tratores agrícolas.

CLÁUSULA QUINTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas provenientes da contratação do objeto deste contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias, e recursos financeiros do exercício de 2018:

ORÇAMENTÁRIO									FINANCEIRO
ORG	UNID	FUNCIONAL			AÇÃO	ELEMENTO	CUSTO	VÍNCULO	RECURSO
31	01	0008	0244	0031	2512	339039	69	1350024	União - PBF
31	01	0008	0244	0031	2511	339039	69	3350022	União – PFMC - EA
31	01	0008	0244	0031	2511	339039	69	1350022	União – PFMC
31	01	0008	0244	0031	2510	339039	69	3350014	União – IGDSUAS - EA
31	01	0008	0244	0031	2510	339039	69	1350014	União – IGDSUAS
31	01	0008	0244	0031	2509	339039	69	1350010	União - IGD
31	01	0008	0243	0031	2503	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
30	02	0010	0241	0030	2455	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
30	03	0010	0301	0030	2461	339039	69	1380900	PAB – Fixo
30	04	0010	0302	0030	2473	339039	69	1382001	SAMU – União
30	04	0010	0302	0030	2476	339039	69	1385700	CAPS
30	06	0010	0304	0030	2491	339039	69	1001500	Vigilância Sanitária
30	07	0010	0305	0030	2496	339039	69	1381600	VSE
30	03	0010	0301	0030	2461	339039	69	1020000	Saúde
30	04	0010	0302	0030	2473	339039	69	1020000	Saúde
30	04	0010	0302	0030	2476	339039	69	1020000	Saúde
30	06	0010	0304	0030	2491	339039	69	1020000	Saúde
30	07	0010	0305	0030	2496	339039	69	1020000	Saúde
05	01	0012	0361	0005	2205	339039	69	1010000	Educação
09	01	0015	0122	0009	2350	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
04	01	0004	0126	0004	2160	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
04	02	0004	0129	0004	2181	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
02	01	0004	0122	0002	2050	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
02	06	0022	0122	0002	2080	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
02	08	0006	0181	0002	2094	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
02	08	0006	0182	0002	2095	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
02	08	0006	0181	0002	2093	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
10	01	0017	0512	0010	2400	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
10	02	0017	0452	0010	2411	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
10	02	0017	0452	0010	2412	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
10	03	0018	0541	0010	2420	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
10	05	0006	0181	0010	2440	339039	69	1120000	Convênio de Trânsito
02	07	0006	0182	0002	2090	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
08	01	0015	0451	0008	2303	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
06	01	0020	0122	0006	2250	339039	69	1000000	Recursos Ordinários
41	01	0013	0391	0041	2703	339039	69	1000000	Recursos Ordinários

•31.001.0008.0244.0031.2512.3393969-03350024 – União - EA

•31.001.0008.0244.0031.2509.3393969-03350010 – União -IGD - EA

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 015 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Zelir Nezi Contratante	GENTE SEGURADORA S/A Eozemar de Souza Contratada

SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS Sívio César da Silva Secretário Municipal	SECRETARIO DE EDUCAÇÃO Ozinil Martins de Souza Secretário Municipal
SECRETARIA DE AGRIC. ABASTECIMENTO Zelir Nezi Secretário Interino	SECRETARIA DE OBRAS Lindomar Lindner Secretário Municipal
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO Fabiano dos Santos Secretário Municipal	SECRETARIA DE URB. E MEIO AMBIENTE Jonas Luiz de Lima Secretário Municipal
GABINETE DO PREFEITO Manoel Felipe Boaventura Chefe de Gabinete	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Katuscia Simone Harbs Secretária Municipal
FUNDO MUN. DE SAÚDE DE INDAIAL Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal	FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Fernando Pasold Diretor Executivo
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Márcio Moisés Selhorst Diretor Executivo	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Tânia Lúcia Petters Assessora Jurídica OAB/SC 5.824

Testemunhas:

Assinatura: _____
 Nome Legível: _____
 CPF.: _____

Assinatura: _____
 Nome Legível: _____
 CPF.: _____

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 046/2018

Publicação Nº 1656514

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 046/2018

Pelo presente instrumento que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL –SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede à Avenida Getúlio Vargas, nº 126 – Bairro Centro - CEP 89080-024 - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4.365.137-SSP/SC, residente e domiciliado na rua Dos Atiradores, nº 141, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.620.927/0001-12, com sede à Rua Anelio Nicoletti, nº 1.720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Maurício Vogelsanger, brasileiro, sócio/proprietário, residente na Rua 25 de Julho, nº 1.240, Bairro Vila Nova, na cidade de Jaraguá do Sul – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93, a celebração do presente Termo Aditivo contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação anexa, o presente Termo Aditivo visa a supressão de R\$0,36 (trinta e seis centavos), do item 7.4, da planilha de orçamento. Diante disso a Cláusula sétima, item 7.1, do contrato original, que tem como objeto a execução de pavimentação asfáltica da Rua Santiago – trecho 01, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR DO CONTRATO

7.1. O valor total do presente contrato é de R\$240.411,63 (duzentos e quarenta mil quatrocentos e onze reais e sessenta e três centavos), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais da proposta de preços apresentada, anexo ao presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito,

com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 18 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE INDAIAL André Luiz Moser Contratante	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA Maurício Vogelsanger Contratada
SECRETARIA DE OBRAS Lindomar Lindner Secretário Municipal	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Tânia Lúcia Petters Assessora Jurídica OAB/SC 5.824

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 047/2018

Publicação Nº 1656516

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 047/2018

Pelo presente instrumento que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL –SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede à Avenida Getúlio Vargas, nº 126 – Bairro Centro - CEP 89080-024 - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4.365.137-SSP/SC, residente e domiciliado na rua Dos Atiradores, nº 141, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.620.927/0001-12, com sede à Rua Anelio Nicoletti, nº 1.720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Maurício Vogelsanger, brasileiro, sócio/proprietário, residente na Rua 25 de Julho, nº 1.240, Bairro Vila Nova, na cidade de Jaraguá do Sul – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA :

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação anexa, a cláusula segunda, item 2.1, do contrato original, que tem como objeto a execução de pavimentação asfáltica da Rua Santiago – trecho 02, conforme anexos III, IV e V, respectivamente, do edital mencionado na Cláusula Primeira, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preço global, conforme Portaria nº 424 de 30 de dezembro de 2016, de acordo com o art. 6º da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 18 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE INDAIAL André Luiz Moser Contratante	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA Maurício Vogelsanger Contratada
SECRETARIA DE OBRAS Lindomar Lindner Secretário Municipal	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Tânia Lúcia Petters Assessora Jurídica OAB/SC 5.824

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 039/2018

Publicação Nº 1657048

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 039/2018

Pelo presente instrumento que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – SECRETARIA DE OBRAS – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO – SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE – GABINETE DO PREFEITO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede à Avenida Getúlio Vargas, nº 126, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4.365.137-SSP/SC, residente e domiciliado na rua Dos Atiradores, nº 141, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, com sede à Rua Leoberto Leal, nº 191, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, representado neste ato pela Sra. Katiuscia Simone Harbs, brasileira, Secretária de Desenvolvimento Social, inscrita no CPF sob nº 796.531.979-91 e Cédula de Identidade nº 2.967.699, residente e domiciliada à Rua Vitória, nº 99, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, com sede à Rua Leoberto Leal, nº 155, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, brasileira, Secretária de Saúde, inscrita no CPF sob nº CPF 710.570.649-04, e Cédula de Identidade nº 2286115 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Fritz Muller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS – FIC, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.940/0001-86, com sede na Rua Dr. Blumenau, nº 05, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Fernando Pasold, Diretor Executivo, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 015.106.689/26 e Cédula de Identidade nº 3.061.356, residente e domiciliado na Rua Arthur Haertel, nº 122, bairro do Sol, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 07.789.410/0001-02, com sede à Rua Leoberto Leal, nº 137 – Bairro Centro - CEP 89080-166, município de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Márcio Moisés Selhorst, Diretor Executivo, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 811.016.789-68 e Cédula de Identidade nº 2.962.561, residente e domiciliado à Rua Dr. Blumenau, nº 4.180, bairro Encano, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa GENTE SEGURADORA S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 90.180.605/0001-02, com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, 450, Bairro Centro Histórico, na cidade de Porto Alegre – Estado do Rio Grande do Sul, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Eozemar de Souza, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 057.851.429-02 e Cédula de Identidade nº 4.382.104, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, o presente Termo Aditivo visa a retificação da cláusula oitava, item 8.1, do contrato original, que tem como objeto a contratação de seguros, nas modalidades: compreensiva, RCF-V – responsabilidade civil facultativa de veículos e RCO – responsabilidade civil ônibus, micro-ônibus e vans (deter), para os veículos de transporte de passageiros, frota de veículos, motocicletas, utilitários, caminhões, tratores para construção e tratores agrícolas.

CLÁUSULA OITAVA – VALIDADE DO CONTRATO

8.1. O prazo de validade do presente é de 07 de maio de 2018 até 07 de maio de 2019, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 18 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE INDAIAL André Luiz Moser Contratante	GENTE SEGURADORA S/A Eozemar de Souza Contratada
SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS Sílvio César da Silva Secretário Municipal	SECRETARIO DE EDUCAÇÃO Jairo Gebien Secretário Municipal

SECRETARIA DE AGRIC. ABASTECIMENTO Zelir Nezi Secretário Interino	SECRETARIA DE OBRAS Lindomar Lindner Secretário Municipal
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO Fabiano dos Santos Secretário Municipal	SECRETARIA DE URB. E MEIO AMBIENTE Jonas Luiz de Lima Secretário Municipal
GABINETE DO PREFEITO Manoel Felipe Boaventura Chefe de Gabinete	FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Katuscia Simone Harbs Secretária Municipal
FUNDO MUN. DE SAÚDE DE INDAIAL Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal	FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Fernando Pasold Diretor Executivo
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLI-CH Márcio Moisés Selhorst Diretor Executivo	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Tânia Lúcia Petters Assessora Jurídica OAB/SC 5.824

Testemunhas:

Assinatura: _____
 Nome Legível: _____
 CPF.: _____

Assinatura: _____
 Nome Legível: _____
 CPF.: _____

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 084/2016

Publicação Nº 1656712

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 084/2016

Pelo presente Termo Aditivo ao contrato de locação que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, advogado, casado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e, TIBÉRIO BUSARELLO FILHO, brasileiro, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 692.372.639-53 e Cédula de Identidade nº 437.977, residente à Rua Santos Dumont, nº 88, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente Locador, firmam o presente Termo Aditivo de contrato de locação, e as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação anexa, as cláusulas segunda, item 2.1. e terceira, item 3.1., do contrato original, que tem como objeto, a locação de imóvel, destinado ao atendimento da UEI Espaço de Crescer, com as seguintes características: imóvel com área construída de 600,00 m² (seiscentos metros quadrados), em alvenaria, sendo a edificação principal 02 (dois) pavimentos e demais anexos, com telhas cerâmicas, em terreno com aproximadamente 2.000,00 m² (dois mil metros quadrados), situado à Rua Maceió, esquina com a Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 41 – Bairro Tapajós, no município de Indaial/SC. Imóvel registrado sob matrícula no 21.192, livro 02, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Indaial, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1. O prazo do presente contrato locação é de 10 de junho de 2018 até 10 de junho de 2019, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, de acordo com o artigo 57, IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O valor mensal contratado é de R\$ 7.988,93 (sete mil, novecentos e oitenta e oito reais e noventa e três centavos), perfazendo o valor anual de R\$ 95.867,16 (noventa e cinco mil, oitocentos e sessenta e sete reais e dezesseis e centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados as partes assinam o presente Termo Aditivo ao contrato de locação em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Indaial (SC), 06 de junho de 2018.

MUNICÍPIO DE INDAIAL André Luiz Moser Locatário	TIBÉRIO BUSARELLO FILHO Locador
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Jairo Gebien Secretário Municipal	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Tânia Lúcia Petters Assessora Jurídica OAB/SC nº 5.824

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO TRANSMISSÃO DE CARGO

Publicação Nº 1657139

TERMO TRANSMISSÃO DE CARGO

01		
02	Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e dezoito, às oito horas, nas dependências do	
03	Centro Cívico Municipal, Gabinete do Prefeito, presentes o senhor Zelir Nezi, Vice-Prefeito no	
04	exercício do cargo de Prefeito do Município de Indaial, André Luiz Moser, Prefeito Municipal,	
05	Secretários, Autoridades, Servidores e demais presentes que a este Termo assinam, foi pelo	
06	senhor Zelir Nezi transmitido o cargo de Prefeito ao senhor André Luiz Moser, que retornou	
07	de sua viagem da 4ª edição EGME, de acordo com o artigo 102, inciso I da Lei Orgânica do Município. E para constar foi lavrado o presente	
08	Termo, que a fim de produzir os efeitos legais, será assinado por ambos e pelos demais presentes.	
09	Indaial SC., 18 de Junho de 2018.	
10		
11	ANDRÉ LUIZ MOSER	
12	ZELIR NEZI	
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		

Iomerê

PREFEITURA

DECRETO 1789/2018

Publicação Nº 1655976

DECRETO Nº. 1789 DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 869/2017 de 17 de novembro de 2017, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 869/2017 de 17 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 117.000,00 (cento e dezessete mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

05.00 Secretaria de Agricultura, Urbanismo e Meio Ambiente
05.01 Secretaria de Agricultura, Urbanismo e Meio Ambiente
1056 Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas
44900000 Aplicações Diretas
1134.00 Transferências de Convênios União - Outros
R\$ 117.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do provável excesso de arrecadação do exercício corrente, pela receita do Contrato de Repasse nº 859712/2017/MAPA/CAIXA firmado por este município com a União Federal por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado pela Caixa Econômica Federal, para a aquisição de Máquinas ou Equipamentos Agrícolas.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 15 de junho de 2018.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DECRETO 1790/2018

Publicação Nº 1655978

DECRETO Nº. 1790 DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 869/2017 de 17 de novembro de 2017, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 869/2017 de 17 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Iomerê, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

11.00 Fundo Municipal de Saúde
11.01 Fundo Municipal de Saúde
2025 Manutenção das Atividades da Saúde
44900000 Aplicações Diretas
1133.00 Transferência de Convênios União/Saúde
R\$ 25.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 15 de junho de 2018.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

PORTARIA 3216/2018

Publicação Nº 1656066

PORTARIA Nº 3216 DE 18 DE JUNHO DE 2018

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora municipal CLEIDE COLOMBO NAVA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 08/01/2017 a 07/01/2018 a contar de 18/06/2018 a 17/07/2018 esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 18 de junho de 2018

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Iporã do Oeste

PREFEITURA

Decreto nº 101/2018

Publicação Nº 1656350

DECRETO MUNICIPAL Nº 101 DE 04 DE JUNHO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e o art. 10 da Lei nº 1.800/2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 399.572,19 (trezentos e noventa e nove mil quinhentos e setenta e dois reais com dezenove centavos), em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	06.00	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	
Unidade:	06.01	Departamento de Transportes e Obras	
Proj./Ativ.	26.782.0018.2043	Manut. das Ações Dpto de Transportes e Obras	
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
01.64.13.06		Convênio de Recuperação e Modernização de Estradas Municipais	399.572,19
Conta Receita		4.172.810.911.00000	
		Total	399.572,19

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 399.572,19 (trezentos e noventa e nove mil quinhentos e setenta e dois reais com dezenove centavos), oriundos do provável excesso de arrecadação – Fonte de Recursos 01.64.13.06 – Convênio de Recuperação e Modernização de Estradas Municipais, Proposta nº 0000021034, Processo nº ADR 2122/2018 firmado com o Estado de Santa Catarina por intermédio da Agência de Desenvolvimento Regional de São Miguel do Oeste e o Município de Iporã do Oeste, com fulcro no inciso 1º do § 1º e § 2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1.789/2017, da LDO 2018 - Lei Municipal nº 1.795/2017 e da LOA 2018 – Lei Municipal nº 1.800/2017, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de até R\$ 399.572,19 (trezentos e noventa e nove mil quinhentos e setenta e dois reais com dezenove centavos).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 04 de junho de 2018.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN

Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER

Secretário de Administração e Finanças

Decreto nº 102/2018

Publicação Nº 1656348

DECRETO MUNICIPAL Nº 102 DE 07 DE JUNHO DE 2018.

"HOMOLOGA CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 006/2018".

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, na forma da competência do Município que estão conferidas no art.109, inciso XXXI da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a Classificação dos candidatos inscritos no Processo Seletivo Simplificado nº 006/2018, conforme abaixo relacionado:

PROFESSOR HABILITADO INGLÊS				
Insc.	Candidato	Data Nasc.	Títulos	Class.
01	MÁRCIA MELZ	22/04/1982	2,00 pontos	1º

PROFESSORES NÃO HABILITADOS/ Áreas de Conhecimento afins – Conforme Parecer do Conselho Nacional de Educação				
Insc.	Candidato	Data Nasc.	Curso	Class.
02	JULIANE A. DE OLIVEIRA RUSCHEL	12/02/1984	Educação Física	1º

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 07 de junho de 2018.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN

Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER

Secretário de Administração e Finanças

Decreto nº 103/2018

Publicação Nº 1656338

DECRETO MUNICIPAL Nº 103 DE 07 DE JUNHO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DE IPORÃ DO OESTE - CDI”.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a competência privativa prevista no art. 109, incisos XXXI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o art. 13 da Lei Municipal nº 1.669, de 23 de setembro de 2014;

CONSIDERANDO a Ata de 14/04/2015 do Conselho de Desenvolvimento de Iporã do Oeste – CDI;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento de Iporã do Oeste – CDI, elaborado e aprovado pelos Conselheiros nomeados pelo Decreto nº 040 de 16 de março de 2015, em Reunião Ordinária realizada na data de 14 de abril de 2015, o qual constitui Anexo deste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 07 de junho de 2018.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER

Secretário de Administração e Finanças

Decreto nº 106/2018

Publicação Nº 1656353

DECRETO MUNICIPAL Nº 106 DE 11 DE JUNHO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE POR CONTA DO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA VIGENTE E DO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e o art. 10 da Lei nº 1.800/2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 56.995,97 (cinquenta e seis mil novecentos e noventa e cinco reais com noventa e sete centavos), em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	05.00	SEC. EDUCAÇÃO, DESP., CULTURA E TURISMO
Unidade:	05.01	Departamento de Educação
Proj./Ativ.	12.361.0011.2029	Manutenção das Ações Gerais do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas

01.37.14.05	AFM Educação	43.805,32
Conta Receita	4.171.805.9102.0000	
Proj./Ativ	12.365.0012.2063	Manut. das Ações do Fundeb – Educ. Infantil - Creche
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
01.36.00.21	Salario Educação	3.000,00
Unidade:	05.02	Departamento de Desporto
Proj./Ativ.	27.813.0019.2044	Manutenções Ações Departamento de Desporto
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
01.00.00.00	Recursos Ordinários	3.000,00
Órgão:	11.00	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E URBANO
Unidade:	11.01	Dpto de Desenvolvimento Econômico e Urbano
Proj./Ativ.	006.181.0015.2045	Manutenção de Ações de Segurança Pública
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
01.12.13.00	Convênio de Trânsito - Prefeitura	2.057,21
Conta Receita	4. 172.810.9104.0000	
01.11.13.00	Convênio de Trânsito - Civil	2.566,72
Conta Receita	4.172.810.9102.0000	
01.10.13.00	Convênio de Trânsito - Militar	2.566,72
Conta Receita	4. 172.810.9103.0000	
	Total	56.995,97

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, redução parcial ou total das dotações orçamentárias abaixo especificadas, com fulcro no inciso IIIº do § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes:

Órgão:	05.00	SEC. EDUCAÇÃO, DESP., CULTURA E TURISMO
Unidade:	05.01	Departamento de Educação
Proj./Ativ	12.365.0012.2063	Manut. das Ações do Fundeb – Educ. Infantil - Creche
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
01.36.00.21	Salario Educação	3.000,00
Unidade:	05.02	Departamento de Desporto
Proj./Ativ.	27.813.0019.2044	Manutenções Ações Departamento de Desporto
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	
01.00.00.00	Recursos Ordinários	3.000,00
	Total	6.000,00

Art. 3º Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 43.805,32 (quarenta e três mil oitocentos e cinco reais com trinta e dois centavos), oriundos do provável excesso de arrecadação – Fonte de Recursos 01.37.14.05 – AFM Educação, Conta Banco do Brasil 13.158-X, o valor de R\$ 2.057,21 (dois mil e cinquenta e sete reais com vinte e um centavos) oriundos do excesso de arrecadação – Fonte de Recursos 01.12.13.00 - Convênio de Trânsito - Prefeitura, o valor de R\$ 2.566,72 (dois mil quinhentos e sessenta e seis reais com setenta e dois centavos) oriundos do excesso de arrecadação – Fonte de Recursos 01.11.13.00 - Convênio de Trânsito – Civil, o valor de R\$ 2.566,72 (dois mil quinhentos e sessenta e seis reais com setenta e dois centavos) oriundos do excesso de arrecadação – Fonte de Recursos 01.10.13.00 - Convênio de Trânsito – Militar, com fulcro no inciso 1º do § 1º e § 2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 4º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1.789/2017, da LDO 2018 - Lei Municipal nº 1.795/2017 e da LOA 2018 – Lei Municipal nº 1.800/2017, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de até R\$ 56.995,97 (cinquenta e seis mil novecentos e noventa e cinco reais com noventa e sete centavos).

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 11 de junho de 2018.
 Registre-se e publique-se
 ALEXANDRE ENGEL RUSCHEINSKY
 Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER
 Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO TERMO ADESAO 031/2018

Publicação Nº 1656079

TERMO DE ADESAO Nº 031/2018

O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de Direito Público, com sede à Rua Santo Antônio, 100, inscrito no CNPJ nº. 78.485.554/0001-13, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor LÚCIO MALLMANN, inscrito no CPF nº 831.980.599-68, adiante nomeado CREDENCIANTE, e a Empresa JULIANA DAUERNEIMER – 055323229-02, Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida à Linha São Lourenço, s/n, Interior, Município de Iporã do Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 30.436.302/0001-78, neste ato representado pela Senhora Juliana Dauernheimer, portadora do CPF nº 05532322902, adiante nomeada CREDENCIADA, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Contrato de Credenciamento que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e pelas normas do Processo Administrativo nº 015/2018, Inexigibilidade nº 003/2018 e pelas condições que estipulam a seguir:

DO OBJETO

SELEÇÃO E POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS E OUTROS SERVIÇOS PARA A EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES NAS PROPRIEDADES, NA FORMA DE SUBSÍDIO

O credenciamento será executado em conformidade com o que dispõe a Constituição da República, as normas gerais da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores e nos termos das LEIS MUNICIPAIS Nº 1775 DE 06 DE JUNHO DE 2017 E Nº 1809 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017, REGULAMENTADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 006 DE 02 DE JANEIRO DE 2018 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie

DOS SERVIÇOS CREDENCIADOS

Item	Código	Produto - Descrição	Unidade	Cotação Máxima Unit.	DAS MÁQUINAS
2	54537	SERVIÇOS DE HORAS DE CAMINHÃO PARA TRANSPORTES DE DEJETOS LÍQUIDOS CO CAPACIDADE DE 6000 A 9000 LITROS PARA ATUAR NAS PROPRIEDADES DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE, COTAR PREÇO POR HORA TRABALHADA.	HORAS	140,0000	MB 1317, Placa LWR6393, tanque 8000LT, ano 1989
7	54533	SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA DE RETRO ESCAVADEIRA DE PNEUS COM PESO OPERACIONAL ACIMA DE 6000 KG TRAÇADA, PARA ATUAR NAS PROPRIEDADES DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE PARA ATUAR NAS PROPRIEDADES DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE, COTAR PREÇO POR HORA TRABALHADA.	HORAS	165,0000	Retroescavadeira , ano 2010, marca JCB 3C plus
16	55703	SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA DE PLANTIO E SEMEADURA DE GRÃOS, POR RENDIMENTO HECTARE/HORA APRESENTADO NO MANUAL DA MÁQUINA, PARA ATUAR NAS PROPRIEDADES DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE, COTAR PREÇO POR HECTARE/HORA TRABALHADA.	HECTARE/HORA	54,0000	Plantadeira ano 2013, marca Kuhn, PG 700 Plantadeira ano 2016, marca Semeato SHM1113 Semeadeira ano 2014, marca Kuhn SM1517
17	55704	SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA DE COLHEITA DE SILAGEM POR TONELADA CONFORME RENDIMENTO APRESENTADO NO MANUAL DA MÁQUINA, PARA ATUAR NAS PROPRIEDADES DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE, COTAR PREÇO POR HORA TRABALHADA.	TONELADA	1,6000	Colhedora forragem ano 2005, marca Case CHI420 Colhedora forragem ano 2017, marca JUMIL JM4200SH

DA VIGÊNCIA

A vigência do termo será do dia da sua assinatura até 31.12.2018.

MOTIVOS DE RESCISÃO

O termo de adesão poderá ser rescindido a qualquer tempo, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações, e, ainda, pelos seguintes motivos:

- a) a reiteração de impugnação dos serviços, evidenciando a incapacidade da credenciada, no cumprimento satisfatório o edital;
- b) recusa injustificada da prestação dos serviços, atraso injustificado na prestação dos serviços, entrega em desacordo com o contratado, reincidência em imperfeição já notificada pelo Município, bem como quaisquer das situações previstas neste edital;
- c) quando ocorrerem razões de interesse público justificado;
- d) a cobrança de taxas de usuários, pela realização dos serviços contratados.

Elegem as partes contratantes o Foro da cidade de Mondai - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas ao final subscritas, para que o mesmo produza todos os jurídicos e legais efeitos.

Iporã do Oeste – SC, 18 de junho de 2018.

Lucio Mallmann Juliana Dauernheimer
Prefeito Municipal Credenciada

Ipuacú

CÂMARA MUNICIPAL

ANEXO DO EDITAL 03-2018 DIVULGA AS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1657420



CÂMARA MUNICIPAL DE IPUACÚ
PROCESSO SELETIVO - 001/2018
ORGANIZAÇÃO: EPBAZI ORGANIZAÇÃO & MÉTODOS



ANEXO I AO EDITAL Nº 003/2018 - DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

001 - SERVENTE - CÂMARA MUNICIPAL DE IPUACÚ				
INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	VAGA	DEFERIMENTO
0000011	ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA ZEMBRZUSKI	RG 6179437 SSP SC	001 - SERVENTE - CÂMARA MUNICIPAL DE IPUACÚ	Deferido
0000006	CAMILA PEDROSO	RG 6333308 DOADOR SC	001 - SERVENTE - CÂMARA MUNICIPAL DE IPUACÚ	Deferido
0000016	CLEISSON ROGERIO KOSLOSKI	RG 5249791 SSP SC	001 - SERVENTE - CÂMARA MUNICIPAL DE IPUACÚ	Indeferido
0000009	DEBORA FATIMA ZONATTO DE CARVALHO	RG 47580453 SSP SC	001 - SERVENTE - CÂMARA MUNICIPAL DE IPUACÚ	Deferido
0000001	DJALMA SILVA DOS SANTOS	RG 436013332 SSP SP	001 - SERVENTE - CÂMARA MUNICIPAL DE IPUACÚ	Deferido
0000015	ELENICE MATEUS MISSEL	RG 5710652 SSP SC	001 - SERVENTE - CÂMARA MUNICIPAL DE IPUACÚ	Deferido
0000014	IRINÉIA DA SILVA	RG 6621658 SSP SC	001 - SERVENTE - CÂMARA MUNICIPAL DE IPUACÚ	Deferido
0000013	JAQUELINE RAMOS	RG 5710610 SSP SC	001 - SERVENTE - CÂMARA MUNICIPAL DE IPUACÚ	Deferido
0000007	JULIANA LORASCHI PAZ	RG 5.976.412 SSP-SC TO	001 - SERVENTE - CÂMARA MUNICIPAL DE IPUACÚ	Deferido
0000003	LUCIVANI ZORZI	RG 3209150 SSP SC	001 - SERVENTE - CÂMARA MUNICIPAL DE IPUACÚ	Indeferido
0000005	NILVA ELAINE KRUGER	CNH 402505517230120074 29/01/2014 AB	001 - SERVENTE - CÂMARA MUNICIPAL DE IPUACÚ	Deferido
0000004	PAULA EDUARDA RITA	RG 6.419.405 SECRETÁRIA DE ESTADO SC	001 - SERVENTE - CÂMARA MUNICIPAL DE IPUACÚ	Indeferido
0000010	ROSENILCE MIQUILINI	RG 4.454.984 SSP SC	001 - SERVENTE - CÂMARA MUNICIPAL DE IPUACÚ	Deferido
0000008	SALETE AUGUSTA FONTANA	RG 36987743 SSP SC	001 - SERVENTE - CÂMARA MUNICIPAL DE IPUACÚ	Deferido
0000002	THALIA SCHAITEI	RG 6419269 SSP SC	001 - SERVENTE - CÂMARA MUNICIPAL DE IPUACÚ	Deferido
0000012	VERONI GONÇALVES	RG 5696509 SSP SC	001 - SERVENTE - CÂMARA MUNICIPAL DE IPUACÚ	Deferido

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 338/2018 DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1656931

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando que a titular Mariana da Silveira esta em Licença Maternidade.

CONTRATA

DEBORA FRACASSO, sob a Matrícula 2779-0, com domicílio na Cidade e Município de Lindóia do Sul, Carteira de Identidade nº. 3910333 e do CPF 052.837.739-65, para ocupar o cargo em caráter temporário de FARMACÊUTICO, constante no Anexo II, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002., nível salarial NÍVEL CE 130, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Secretaria de Saúde, para o período de 18/06/2018 até o retorno da titular Mariana da Silveira que esta em Licença Maternidade.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 18/06/2018.

Ipumirim - SC, 18 de Junho de 2018.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

Moira Comboski Schneider

Auxiliar Administrativo

PORTARIA Nº. 339/2018 DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1656972

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ROSANI SCHMIDT, matrícula 1691, férias de 15 dias, relativas ao período aquisitivo de 08/2016 a 08/2018 e gozo de 19/06/2018 a 04/07/2018.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos retroativos a partir de 19/06/2018.

Ipumirim - SC, 18 de Junho de 2018.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito Municipal

Moira Comboski Schneider

Auxiliar Administrativo

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 62/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2018/PM

Publicação Nº 1656184

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2018

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 62/2018

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:30:00 horas do dia 02/07/2018, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 02/07/2018. Objeto da licitação: aquisição de material esportivo destinado as atividades da CME, e demais órgãos da administração publica. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 18/06/2018

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 2473/2018 PARECER Nº 51/2018/CMV

Publicação Nº 1657289

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 2473/2018

PARECER Nº 51/2018

VETO DO EXECUTIVO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 4/2018 – Altera a Lei Complementar nº 3/2002 de 27 de setembro de 2002 que Dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos Profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim-SC e dá outras providências

EMENTA: Voto do Relator ao Veto do Executivo ao Projeto de Lei Complementar nº 4/2018

RELATOR: Osmar Boelter

ORIENTAÇÃO DO VOTO: Favorável a tramitação

RELATÓRIO

Recebi para análise e emissão de Parecer o Veto do Prefeito ao Projeto de Lei Complementar nº 4/2018 - Altera a Lei Complementar nº 3/2002 de 27 de setembro de 2002 que Dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos Profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim-SC e dá outras providências.

Por Meio da Mensagem nº 15/2018 - de 18 de maio de 2018, o Prefeito Municipal comunica à Câmara de Vereadores Veto Total ao Projeto de Lei Complementar supra mencionado, o qual foi transformado na Lei Complementar 174/2018, de 17 de maio de 2018.

Justificado como razões do veto, contrariedade ao interesse público por entender que as alterações feitas pela Câmara através de Emenda Modificativa, vem em desconformidade com o índices propostos pela Secretaria Municipal de Educação, autora do Projeto original, pois é esta que vivencia o dia a dia dos diretores escolares.

O veto foi objeto de análise pela Assessoria Jurídica da Câmara, com parecer favorável a sequência do trâmite nesta Casa, conforme Parecer Jurídico nº 17/2018. É o Relatório.

ANÁLISE

O VETO é a discordância do Prefeito Municipal para com o projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, por entendê-lo inconstitucional e/ou contrário ao interesse público.

Fonte: <https://www.jurisway.org.br/v2/pergunta.asp?idmodelo=8409>. Acesso em 18 de junho de 2018, às 09hs05.

A Lei Orgânica Municipal no § 1º, do Art. 55, dispõe que se o prefeito considerar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 dias úteis.

No caso ora em análise o Veto do Prefeito é Total.

Quando dá alise do projeto de Lei Complementar Nº 4/2018, esta Comissão apresentou Emenda Modificativa ao Anexo V, unificando os valores pagos a título de gratificação aos Diretores.

A Comissão entendeu que alguns dos valores pagos a título de gratificação poderiam ser reduzidos, fazendo uma equiparação mais justa, unificando assim os valores da gratificação aos diretores, em função de que o critério definido para definição dos valores foi pelo Turno e não mais pelo número de alunos.

A Emenda foi aprovada pelo Plenário da Câmara e incorporada ao texto encaminhado para sanção do Prefeito Municipal, sendo então o Projeto objeto de veto total do prefeito.

A matéria do Veto é bastante polêmica controversa, prova disso foram as inúmeras reuniões, inclusive com a Secretaria de Educação, na busca para entender o Projeto e a forma da concessão das gratificações.

Assim, com a finalidade de evitar distorções, sugere-se que seja revisto o modo de concessão de gratificação para diretores, retornando a antiga forma da concessão da gratificação pelo número de alunos e não por turno, fazendo uma equiparação mais justa.

CONCLUSÃO DO VOTO

Diante do exposto, este Relator disponibiliza voto favorável a tramitação do veto

Sala das Comissões, aos 18 dias do mês de junho de 2018

Osmar Boelter

Relator

PELAS CONCLUSÕES:

Ezequiel Canton Gilson Conte
Presidente Vice

Osmar Boelter
Presidente Relator

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO N° 54, PP N° 25-2018-PM

Publicação N° 1656674

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 25/2018 - PR**Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 54/2018
Data do Processo: 04/06/2018

Objeto: contratação de empresa especializada em fornecimento e gerenciamento de Auxílio-Alimentação, através de Cartão Eletrônico/Magnético com senha, conforme o especificado no Termo de Referência e Formulário Proposta, ambos anexo deste Edital.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 1 / 2018

Motivo: Tendo em vista a necessidade de avaliação dos critérios de julgamento das propostas fica cancelado o Edital referente o PL N° 54, PP N° 25/2018. Comunique-se ao Prefeito Municipal a respeito do cancelamento do referido processo acima transcrito e da necessidade de se fazer um novo processo.

Ipumirim, 18 de Junho de 2018

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

Iraceminha

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 1 ADT 028/2017 - SAÚDE

Publicação Nº 1656722

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº : 1 ADT 028/2017 - Contrato Nº: 028/2017 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA Contratada...: SOCIEDADE BENEFICENTE HOSPITALAR MARAVILHA Valor : 285.978,20 (Duzentos e oitenta e cinco mil novecentos e setenta e oito reais e vinte centavos) Vigência : Início: 01/07/2018 Término: 01/07/2019 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 06/2017 Recursos : Dotação: Objeto : Contratação de dependências físicas, equipamentos ambulatoriais, plantonistas, funcionários, exames de Raio-X, exames básicos de laboratório, medicação básica para a realização de plantões de urgência e emergência durante 24 horas por dia, abrangendo todos os dias da semana, finais de semana e feriados com plantonista em Clínica Geral para atender a população do município de Iraceminha.	
Iraceminha, 18 de Junho de 2018	

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 078/2017

Publicação Nº 1657615

Lei Complementar Municipal 078/2017 de 26 de Setembro de 2017. Dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal, Estabelece Diretrizes para a Modernização Administrativa e dá Outras Providências.

JEAN CARLOS NYLAND, PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 99, I da Lei Orgânica Municipal, faço SABER a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei Municipal:

CAPÍTULO I

Da Organização Política e Administrativa

Art. 1º O Município de Iraceminha, unidade inseparável da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina, rege-se por Lei Orgânica e dispõe de autonomia política, administrativa e financeira, nos termos da Constituição Federal, da Constituição do Estado de Santa Catarina e da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º O Município de Iraceminha, em sua organização político e administrativa, compreende a sede do Município e os Distritos criados na forma da lei.

Art. 3º As competências do Município constam da Constituição Federal, da Constituição do Estado de Santa Catarina, da Lei Orgânica Municipal e das demais disposições legais vigentes.

Art. 4º A Administração Pública Municipal compreende:

I - a Administração Direta, constituída pelos órgãos integrantes da estrutura organizacional administrativa do Gabinete do Prefeito Municipal e das Secretarias Municipais;

II - a Administração Indireta, constituída pelas seguintes espécies de entidades dotadas de personalidade jurídica própria:

- a) autarquias;
- b) fundações públicas de direito público e de direito privado;
- c) empresas públicas;
- d) sociedades de economia mista.

§ 1º O Chefe do Poder Executivo disporá sobre a organização e o funcionamento dos órgãos da Administração Direta e, no que couber, das entidades da Administração Indireta de que trata esta Lei.

CAPÍTULO II

Dos Princípios da Administração Municipal

Art. 5º A administração pública municipal obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

CAPÍTULO III

Do Funcionamento da Administração Municipal

Art. 6º O funcionamento da Administração Pública Municipal, observado o que determina a Lei Orgânica, obedecerá ao disposto nesta Lei e na legislação aplicável, relativamente ao planejamento, à coordenação, à desconcentração, à descentralização, à execução, à delegação de competência e ao controle governamental.

§ 1º O Poder Executivo deverá implementar modelo gerencial sintonizado com as modernas técnicas de planejamento público, primando pela flexibilidade da gestão, qualidade dos serviços públicos e prioridade às demandas do cidadão.

§ 2º A Administração Pública Municipal deverá atuar estrategicamente com relação ao processo de gestão, priorizando a ação preventiva, aliada à descentralização e desconcentração dos programas e ações e à capacitação dos recursos humanos, com amparo na tecnologia da informação como suporte aos processos operacionais.

§ 3º O Município estimulará a profissionalização do servidor público, incentivando-o a participar de programas de capacitação internos e externos que o habilitem a desenvolver as várias competências inerentes ao seu cargo e às novas demandas exigidas pela sociedade.

§ 4º A Administração Pública Municipal primará por maior eficiência, eficácia, efetividade e relevância administrativas, pela participação da sociedade nas decisões governamentais e pela transparência administrativa.

§ 5º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe uma ação

planejada e transparente para a prevenção de riscos e correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Seção I Do Planejamento

Art. 7º O Governo Municipal adotará o planejamento como instrumento de ação para o desenvolvimento físico-territorial, econômico, social e cultural da comunidade, bem como para a aplicação dos recursos humanos, materiais e financeiros da Prefeitura Municipal.

§1º. O planejamento compreenderá a elaboração e manutenção atualizada dos seguintes instrumentos básicos:

I - Plano Plurianual;

II - Diretrizes Orçamentárias;

III - Orçamentos Anuais;

IV - Plano Diretor de Desenvolvimento;

V - Programa Anual de Trabalho.

§2º. A elaboração e execução do planejamento municipal deverá guardar inteira consonância com os planos e programas da União e do Estado.

§3º. O Governo Municipal estabelecerá, na elaboração e execução de seus programas o critério de prioridade, segundo a essencialidade da obra ou serviço e do atendimento do interesse coletivo.

Seção II

Da Coordenação

Art. 8 A coordenação é o instrumento de consonância entre os níveis hierárquicos para que, de forma harmônica, os propósitos e objetivos da administração pública municipal sejam alcançados.

§ 1º A coordenação será exercida em todos os níveis da administração, mediante atuação das chefias individuais, realização sistemática de reuniões com a participação das chefias subordinadas e a instituição e funcionamento de comissões em cada nível administrativo.

Seção III

Da Desconcentração

Art. 9º A desconcentração é a transferência ou delegação de competências ou exercício de funções dos órgãos diretivos para os de execução, dentro da própria estrutura administrativa municipal.

Seção IV

Da Descentralização

Art. 10 A descentralização é a transferência da titularidade de serviços públicos do âmbito da administração direta para as entidades da administração indireta, legalmente instituídas, nas modalidades de autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista.

Seção V

Execução

Art. 11 Os atos de execução, singulares ou coletivos, obedecerão aos preceitos legais e às normas regulamentares, observados os critérios de eficiência, eficácia, efetividade, relevância e, ainda, a intersetorialidade.

Parágrafo único. Os responsáveis pela execução dos programas e ações de governo respeitarão os princípios da Administração Pública, os métodos participativos, as normas e critérios técnicos, o planejamento estabelecido pelos órgãos setoriais e regionais a que estiverem subordinados, vinculados ou supervisionados, as prioridades e deliberações dos Conselhos Municipais e das Audiências Públicas do Orçamento Municipal.

Seção VI

Da Delegação

Art. 12 A delegação consiste na transferência da execução de serviços ou obras públicas para pessoas físicas ou jurídicas, regidos pelo Direito Privado, sob a forma de concessão, permissão ou autorização.

Art. 13 Fica o Prefeito autorizado a delegar competências ao Vice-Prefeito e aos Secretários Municipais, nos limites estabelecidos na Lei Orgânica do Município e nas demais legislações.

§ 1º É facultado ao Prefeito e aos Secretários Municipais delegar competência aos dirigentes de órgãos a eles subordinados, vinculados ou supervisionados, para a prática de atos administrativos, conforme se dispuser em regulamento, atendendo a legislação maior.

§ 2º O ato de delegação indicará a autoridade delegante, a autoridade delegada e as competências da delegação.

Seção VII

Da Supervisão

Art. 14 A supervisão é exercida a nível geral pelo Prefeito Municipal, e específico, pelos Secretários, respectivamente em cada unidade administrativa, como forma de:

I - zelar pela observância da Constituição Federal, Constituição do Estado de Santa Catarina, Lei Orgânica do Município, leis, regulamentos e demais normas aplicáveis vigentes;

II - observar os princípios que norteiam a administração pública;

III - garantir a adequada implantação e execução de planos, programas e projetos da administração municipal, inclusive no tocante à execução orçamentária;

IV - avaliar a execução financeira da administração municipal, buscando a correta aplicação dos dinheiros públicos e prestando contas na forma da lei;

V - acompanhar a execução patrimonial e a prestação de serviços públicos, visando administrar adequadamente os bens públicos e os serviços prestados à população;

VI - manter instrumentos constantes de avaliação da administração pública municipal.

Seção VII

Do Controle

Art. 15 O controle constitui ação executiva que envolve todas as atividades da administração pública, desde o planejamento até a consecução dos seus objetivos.

Art. 16 As tarefas de controle, com o objetivo de melhorar a qualidade e a produtividade, serão racionalizadas mediante revisão de processos e supressão de meios que se evidenciarem puramente formais ou cujo custo seja evidentemente superior ao risco.

CAPÍTULO IV

Da Estrutura Administrativa Municipal

Art. 17 A estrutura organizacional básica da administração municipal compreende:

I – ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA E ASSESSORAMENTO DIRETO DO PREFEITO MUNICIPAL:

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

- a) Vice-prefeito;
- b) Assessoria Jurídica Geral do Município;
- c) Controle Interno/Ouvidoria.
- d) Assessoria de Imprensa

II – ÓRGÃOS DE ATIVIDADES AUXILIARES

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

- a) Departamento de Pessoal;
- b) Departamento de Patrimônio e Frotas;
- c) Departamento de Compras, Licitações e Contratos;
- d) Departamento de Identificação;
- e) Departamento de Contabilidade;
- f) Departamento de Finanças;
- g) Departamento de Tributação.
- h) Departamento de Administração Geral;
- i) Departamento de Almoxarifado.

ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

- a) Encargos Gerais do Município.

III – ÓRGÃOS DE ATIVIDADES FINALÍSTICAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

- a) Departamento de Educação Infantil;
- b) Departamento de Educação Fundamental;
- c) Departamento de Educação Especial;
- d) Departamento de Cultura;
- e) Departamento de Turismo;
- f) Departamento de Esportes;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

- a) Departamento de Agricultura;
- b) Departamento de Meio Ambiente;

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, TRANSPORTES E PLANEJAMENTO E URBANISMO.

- a) Departamento de Infra-Estrutura e Transportes;
- b) Departamento de Urbanismo;
- c) Departamento de Planejamento;

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- a) Fundo Municipal de Saúde;
- b) Departamento de Vigilância Sanitária;

c) Departamento de Vigilância Epidemiológica

SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMERCIO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

- a) Departamento de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

- a) Fundo Municipal de Assistência Social;
- b) Fundo Municipal da Criança e do Adolescente;
- c) Fundo Municipal de Habitação.
- d) Departamento do Crass

Seção I

Do Gabinete do Prefeito

Subseção I

Das atribuições do Vice Prefeito

Art. 18 O vice prefeito Municipal, na forma da Lei Orgânica Municipal, será responsável por substituir o prefeito em sua falta, auxiliar na agenda e demais compromissos do Prefeito, dos atos administrativos do Município, bem como de outros assuntos ligados e de responsabilidade do Gabinete, competindo-lhe ainda, auxiliar o Prefeito Municipal na esfera de sua competência.

Subseção II

Das atribuições da Assessoria Jurídica

Art. 19 A Assessoria Jurídica do município, composta por advogado devidamente inscrito na ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB, estando submetida à sua direta, pessoal e imediata supervisão.

Art. 20 São atribuições da Assessoria Jurídica do município:

I - representar, assistir e defender os interesses do Município em juízo e fora dele;

II - elaborar minutas de projetos de leis, decretos, portarias, regulamentos, instruções normativas e outros atos administrativos oficiais;

III - emitir pareceres sobre matérias de interesse da administração municipal;

IV - proceder à cobrança da dívida ativa do Município, por via judicial ou extrajudicial;

V - assessorar o Prefeito Municipal e os demais órgãos da Administração Municipal;

VI – organizar coletâneas de leis e decretos e outros documentos normativos do Governo Municipal;

VII – participar dos inquéritos administrativos, orientando-os devidamente;

VIII - desincumbir-se de outras tarefas que lhe forem cometidas pelo Prefeito Municipal, relativas à sua condição de advogado.

Subseção III

Das atribuições do Controle Interno/ Ouvidoria

Art. 21 O Controle Interno tem como objetivo básico assegurar a

boa gestão dos recursos públicos e apoiar o controle externo na sua missão institucional de fiscalizar os atos da administração, relacionados à execução contábil, financeira, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

Art. 22 O Controle dos atos da administração serão exercidos de forma prévia, com a verificação da sua legalidade, concomitante com a elaboração e divulgação de relatórios e subsequente com a apresentação e divulgação das prestações de contas.

Art. 23 Prestará contas todos quantos de alguma forma utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem dinheiros, bens e valores do Município ou pelos quais este responda.

Art. 24 O Sistema de Controle Interno tem como objetivos específicos:

I – Acompanhar e avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na execução dos Programas de Governo e dos Orçamentos do Município, bem como fiscalizar as licitações e contratos administrativos do Município;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III – exercer o controle das operações de créditos, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

V – orientar e expandir atos normativos concernentes à ação do Sistema de Controle Interno;

VI – promover o cumprimento das normas legais e técnicas.

VII – a verificação da regularidade e contabilização dos atos que resultem da arrecadação de receitas e realização de despesas;

VIII – a verificação da regularidade e contabilização dos atos que resultem no nascimento ou extinção de direitos e obrigações;

IX – a verificação e registro da fidelidade funcional dos agentes da administração e responsáveis por bens e valores públicos;

X – avaliar a execução dos programas e dos orçamentos quanto ao cumprimento das metas fiscais e financeiras;

XI – avaliar o custo das obras e serviços realizados pela administração e apurado em controles regulamentados na Lei de Diretrizes Orçamentária;

XII – fiscalizar o cumprimento das medidas adotadas para retorno das despesas de pessoal e montante da dívida aos limites estabelecidos no regramento jurídico;

XIII – acompanhar o cumprimento da destinação vinculada de recursos da alienação de ativos;

XIV – acompanhar os limites de gastos com o Poder Legislativo Municipal;

XV – acompanhar o cumprimento dos gastos mínimos em ensino e saúde;

XVI – acompanhar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos;

XVII – acompanhar, averiguar e tomar as providências necessárias sobre a Ouvidoria Municipal;

Subseção IV

Das atribuições da Assessoria de Imprensa

Art. 25 São atribuições da Assessoria de Imprensa do município:

I- prestar assessoria e suporte ao Prefeito e a toda administração

II- zelar pela imagem da administração regional

III - informar os veículos de grande circulação bem como à imprensa local sobre as obras e atividades desenvolvidas

IV - oferecer pautas às redações

V - responder aos órgãos de divulgação reclamações, sugestões e pedidos dos leitores, ouvintes e expectadores

VI - subsidiar o administrador em entrevistas

VII - realizar arquivos de dados e imagens/jornais

VIII – Executar outras tarefas afins;

Seção II

Das Atribuições Da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Departamento de Administração Geral

Art. 26 A Secretaria Municipal da Administração e Fazenda tem por seu titular o Secretário Municipal de Administração e Fazenda, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, na forma da Lei Orgânica Municipal, é responsável pela definição, execução e avaliação da Política Municipal da Administração Pública, em consonância com o Plano de Governo, e, como órgão central da administração municipal compete dirigir todas as atividades administrativas relacionadas com os sistemas de administração de pessoal, material, patrimônio, previdência, compras, licitações, contratos e do sistema de serviços gerais; definição, execução e avaliação da Política Municipal Fazendária em consonância com o Plano de Governo e como órgão Fazendário, compete dirigir todas as atividades relacionadas com o controle dos recursos públicos, orçamentos municipais, receitas e despesas, fisco municipal, auxiliando o Prefeito Municipal na esfera de sua competência.

Subseção I

Departamento de Pessoal

Art. 27 Ao Departamento de Pessoal compete:

I – propor, estudar, regulamentar e gerir toda a legislação e administração de pessoal da administração pública;

II – administrar, controlar a previdência social dos servidores públicos quando necessário;

III - suprir as unidades administrativas de recursos humanos observando a legislação em vigor;

IV - recrutar, selecionar, admitir e treinar os recursos humanos do Poder Executivo Municipal;

V - registrar a movimentação de pessoal, com as devidas anotações funcionais;

VI - providenciar o cumprimento da legislação previdenciária dos servidores públicos;

VII - elaborar e supervisionar a realização de concurso público e processo seletivo, na forma da lei;

VIII - realizar enquadramento, reenquadramento, transposição, remanejamento, progressões, concessão de licenças, transferências e demais atos pertinentes à vida funcional dos servidores, anotando-se adequadamente;

IX - controlar o ponto, a carga horária e as horas extras realizadas pelos servidores;

X - elaborar e processar as folhas de pagamento dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo;

XI - solicitar a abertura de sindicâncias ou a instauração de inquéritos administrativos para apurar irregularidades cometidas por servidores públicos;

XII - conceder férias, elaborando a escala por unidade administrativa;

XIII - aplicar as penalidades previstas na legislação específica em vigor;

XIV - realizar atividades voltadas para a capacitação e o desenvolvimento de recursos humanos;

XV - administrar e controlar a concessão de aposentadorias e pensões, nas condições previstas na legislação em vigor;

XVI - prestar informações aos servidores ativos e inativos, inclusive promovendo reuniões nos locais de trabalho ou por meio da edição de boletim informativo interno;

XVII – desincumbir-se de outras atividades delegadas pela autoridade competente.

Subseção II

Departamento de Patrimônio e Frotas

Art. 28 Ao Departamento de Patrimônio compete:

I – administrar o patrimônio e a frota de veículos, máquinas e equipamentos do Município, inclusive à cessão e a concessão de direito real de uso, na forma da lei;

II – administrar o patrimônio e a frota de veículos, máquinas e equipamentos municipal, através do recebimento, tombamento, identificação, cadastro, avaliação, reavaliação, incorporação, realização de inventários, carga e descarga dos bens públicos;

III – registrar o tombamento de objetos móveis e imóveis considerado de interesse artístico, histórico, cultural ou científico para o Município;

IV – encaminhar os bens móveis e imóveis, inclusive os inservíveis, para a alienação, de acordo com a lei em vigor;

V – suprir as unidades administrativas de recursos materiais, observando a legislação em vigor;

VI – desincumbir-se de outras atividades delegadas pela autoridade competente.

Subseção III

Do Departamento de Compras, Licitações e Contratos

Art. 29 Ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos compete:

I - realizar os processos licitatórios de acordo com a legislação em vigor;

II - realizar as dispensas ou declaração de inexigibilidade de licitação, na forma da lei;

III - redigir os contratos, convênios, acordos, ajustes e similares, inclusive aditivos, nos termos das leis em vigor;

IV - registrar os processos licitatórios e contratos administrativos, convênios e similares, ordenando-os e arquivando-os adequadamente;

V - emitir ordens de compra ou de serviços aos fornecedores de bens e materiais e prestadores de serviços;

VI - cadastrar os fornecedores e prestadores de serviços, na forma da legislação em vigor, atualizando anualmente o Cadastro;

VII - preparar os contratos administrativos, convênios e similares para serem remetidos a Câmara Municipal, conforme a lei determinar;

VIII - receber os comprovantes de despesa, anexando-as aos respectivos empenhos, para o adequado processamento e pagamento das mesmas;

IX - coletar, estocar, controlar, movimentar e distribuir materiais, conforme os procedimentos adequados;

X - programar as compras e os estoques;

XI - desincumbir-se de outras atividades que lhe forem cometidas pelo Chefe do Poder Executivo.

Subseção II

Departamento de Identificação

Art. 30 Ao Departamento de Identificação compete:

I – Efetuar o alistamento militar dos brasileiros residentes no Município, e, excepcionalmente em outros, se as circunstâncias justificarem e se apresentarem para tal fim.

II - Regularizar a situação militar do Município diretamente, ou pelo encaminhamento aos órgãos competentes.

III – Organizar e executar as cerimônias relativas à entrega de certificados.

IV – Executar os trabalhos de relações públicas e publicidade do serviço militar do seu território, de acordo com os recursos do Município.

V – Executar os trabalhos necessários a emissão dos documentos de identidade dos cidadãos residentes no Município junto a Secretaria de Segurança Pública.

VI – Executar os trabalhos necessários a emissão da Carteira de Trabalho junto ao Ministério do Trabalho e emprego.

VII - incumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias, para o cumprimento de suas atribuições.

Seção III

Subseção I**Departamento de Contabilidade**

Art. 31 Ao Departamento de Contabilidade compete:

II - elaborar o fluxo de caixa da administração, com esquema de recebimentos e pagamentos;

II - tomar contas, na forma da lei;

III - realizar perícias contábeis e financeiras, na forma da lei;

IV – coordenar a elaboração do PPA, LDO e orçamento anual juntamente com a Secretaria da Administração e Planejamento;

V - executar a política econômica e financeira da administração;

VI - articular-se com a Contadoria Geral do Município, para a boa e necessária interligação entre ambas;

VII - escriturar a movimentação dos recursos financeiros, de acordo com as normas legais vigentes;

VIII – elaborar as prestações de conta junto ao Tribunal de Contas e demais órgãos públicos;

IX – coordenar a contabilização de todas as receitas e despesas do Município, inclusive de seus fundos especiais;

X - articular-se com os órgãos públicos federais e estaduais para a adequada observância das normas constitucionais, legais e regulamentares no que se refere a transferências da União e do Estado ao Município;

Subseção II**Departamento de Finanças e tesouraria**

Art. 32 Ao Departamento de Finanças:

I - movimentar os recursos financeiros, na forma autorizada, em obediência à legislação em vigor;

II - pagar as despesas autorizadas e devidamente processadas;

III - movimentar os recursos financeiros por via bancária;

IV - arrecadar as receitas municipais, de acordo com a lei;

V - manter a guarda dos valores e numerários do Município;

VI - desincumbir-se de outras atividades que lhe forem cometidas pelo Chefe do Poder Executivo.

Subseção III**Departamento de Tributação**

Art. 33 Ao Departamento de Tributação compete:

I - dirigir, orientar e executar o processo de arrecadação dos tributos municipais, na forma da lei específica;

II - promover o cadastramento dos contribuintes, ordenando-o adequadamente e atualizando-o constantemente;

III - lançar os tributos municipais, na forma da lei;

IV - fornecer certidões;

V - expedir os boletins de arrecadação;

VI - avaliar propriedades, bens móveis e imóveis para fins tributários, na forma da lei;

VII - notificar os contribuintes dos lançamentos tributários realizados;

VIII - receber reclamações ou impugnações de lançamentos de tributos, de acordo com a legislação específica em vigor;

IX - realizar a inscrição dos débitos para com a Fazenda Pública Municipal em dívida ativa e promover a sua cobrança, na forma da lei;

X - cooperar com os demais órgãos da administração na aplicação do Código de Posturas, Código de Edificações, Lei de Parcelamento do Solo, Plano Diretor e dos serviços públicos delegados;

XI - localizar e identificar os contribuintes;

XII - fornecer subsídios e dados para o processamento de desapropriações e lançamento da contribuição de melhoria;

XIII - fiscalizar o cumprimento da legislação tributária, fiscal e de posturas do Município;

XIV - notificar e aplicar as penalidades previstas em lei e regulamentos municipais;

XV - reprimir a evasão e a sonegação fiscal;

XVI - executar inspeções de livros, documentos, registros, imóveis e outros documentos para constatar a satisfação plena do crédito tributário municipal;

XVII - exercer a fiscalização do comércio ambulante, na forma da lei;

XVIII - desincumbir-se de outras tarefas que lhe forem cometidas pelo Chefe do Executivo.

Subseção IV**Departamento de Almoxarifado**

Art. 34 Ao Departamento de Almoxarifado compete:

I – receber, estocar, controlar, movimentar e distribuir materiais, conforme os procedimentos adequados;

II- programar as compras e os estoques;

III - desincumbir-se de outras atividades que lhe forem cometidas pelo Chefe do Poder Executivo.

**Seção IV
Subseção I****Encargos Gerais do Município**

Art. 35 É o órgão responsável pelos compromissos financeiros assumidos e ou determinados para o município.

Seção V

Das atribuições da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo

Art. 36 A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo tem por seu titular o Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esportes e turismo, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, na forma da Lei Orgânica Municipal, e é o órgão gestor do Sistema Municipal de Ensino, compete desenvolver as atividades relacionadas com:

I – educação, instrução e ensino especial, pré-escolar, fundamental e complementar;

II - assistência e apoio ao educando;

III - magistério público municipal;

IV - produção e guarda de material didático e educacional;

V - seleção, adoção e produção de tecnologias educacionais;

VI - atividades culturais

VII – letras, artes, folclore e outras formas de expressão cultura;

VIII- atividades esportivas;

IX- atividades turísticas;

I - oferecer o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade própria, com padrão mínimo de qualidade;

II - oferecer atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

III - oferecer ensino noturno regular adequado às condições do educando;

IV - oferecer educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso, permanência na escola e conclusão do ensino fundamental;

V - atender ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

VI - recensear os educandos, fazendo-lhes a chamada e zelando pela frequência dos mesmos à escola;

VII - cooperar pedagógica e financeiramente com instituições públicas ou privadas enquadradas em comunitárias, filantrópicas ou confessionais que oferecem ensino fundamental, nas condições do orçamento do Município, através de convênios, aprovados pelo Conselho Municipal de Educação;

VIII - coordenar o projeto político e pedagógico da rede municipal, em nível do ensino fundamental;

IX - oferecer a educação infantil em creches para crianças de até três anos e em pré-escolar para crianças de quatro a seis anos de idade;

X - prover os recursos materiais e humanos para o adequado atendimento da Educação infantil e ensino fundamental;

XI - cooperar, pedagógica e financeiramente com instituições públicas ou privadas enquadradas como comunitárias, confessionais ou filantrópicas que oferecem educação infantil de zero a seis anos

de idade, nas condições do orçamento do Município, através de Convênios, aprovados pelo Conselho Municipal de Educação;

XII - coordenar o projeto político e pedagógico de educação infantil e ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino;

XIII - planejar, coordenar e supervisionar os programas educacionais desenvolvidos pelo Município, em vista das disposições contidas no plano plurianual e nas ações das esferas estadual e federal voltadas ao desenvolvimento da educação;

XIV - coordenar e controlar a elaboração dos cardápios de merenda escolar, aquisição de gêneros alimentícios, o recebimento e o estoque dos produtos adquiridos, o preparo e o fornecimento da merenda nas unidades escolares municipais e a prestação de contas dos recursos recebidos;

XV - coordenar e controlar o serviço de transporte escolar para o atendimento dos alunos da rede pública estadual, mediante convênio, garantindo continuidade e eficiência no funcionamento do serviço, supervisionando a atuação dos motoristas e a manutenção e conservação dos veículos lotados no setor;

XVI - coordenar e controlar as ações, atividades e programas desenvolvidos pelos governos do Estado e da União no Município de Iraceminha, voltados para o desenvolvimento da educação local, tais como o Bolsa Escola, Salário Educação, FUNDEB, entre outros;

XVII - Representar e prestar assistência ao Prefeito Municipal nas funções político-educacionais e esportivas;

XVIII - Superintender a educação municipal e o esporte e fazer cumprir as disposições da Lei Orgânica do Município;

XIX - Atender o interesse dos municípios nos assuntos da educação e esportes;

XX - Manter relações públicas e de contato com os demais poderes;

XXI - Acompanhar e colaborar na elaboração do orçamento-programa e do orçamento plurianual de investimentos;

XXII - Exercer a coordenação e supervisão dos sistemas de departamento, na esfera de suas atribuições;

XXIII - Promover e controlar todas as atividades de planejamento, execução e avaliação do ensino e esportes desenvolvidos pelo Município;

XXIV - Propor a criação, reunião e extinção de escolas municipais, de acordo a racionalizar a oferta de oportunidades escolares a clientela da rede municipal de ensino.

XXV - Superintender a administração do pessoal lotado no órgão e do material utilizado pela rede municipal de ensino;

XXVI - Promover a integração do sistema municipal de ensino e esportes com a comunidade;

XXVII - Estimular o desenvolvimento do ensino esportes voltado para a vocação regional;

XXVIII - Articular-se com diferentes órgãos, instituições e poderes tendo por finalidade desenvolver a educação e esporte municipal;

XXIX - Incumbir-se de outras atividades ou tarefas necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

Subseção I

Do Departamento de Esportes

Art. 37 O Departamento Esportes, por seu titular, compete:

I - estimular a organização do esporte amador e profissional do Município;

II - estimular a organização comunitária, objetivando a instituição de associações com finalidade desportiva;

III - estimular as competições desportivas entre as entidades organizadas do Município;

IV - estimular a prática de educação física formal e não formal;

V - apoiar e promover competições esportivas, em todas as modalidades, entre os bairros e demais localidades, visando a descoberta de novos valores na área esportiva;

VI - incentivar a comunidade para a prática de esportes, propiciando condições, locais e eventos adequados;

VII - incentivar a instituição de escolinhas de esporte, nas suas diversas modalidades, como forma de desenvolver o esporte no Município, incentivando o surgimento de novos valores;

VIII - promover e garantir o acesso dos idosos e das pessoas portadoras de deficiência ao esporte;

IX - propiciar condições aos atletas e equipes locais às condições necessárias para bem representar o Município nas competições a nível estadual, nacional e internacional, de acordo com as previsões orçamentárias;

X - articular-se com os clubes, ligas, associações, federações e confederações nas diversas modalidades esportivas;

XI - criar e desenvolver ações municipais visando atingir objetivos próprios da juventude no Município;

XII - criar e desenvolver atividades voltadas para o lazer comunitário, envolvendo os bairros e demais localidades do Município e as suas respectivas associações e entidades;

XIII - organizar os eventos de lazer, envolvendo os mais diversos segmentos do Município;

XIV - incentivar a integração das ações desenvolvidas pelos diversos grupos, clubes de serviço, entidades, lideranças e associações representativas da sociedade, voltadas para o lazer comunitário e para o desenvolvimento da população jovem;

XV - administrar ou cooperar na emissão de carteiras e documentos que facilitem o acesso dos jovens, especialmente os estudantes, aos eventos, espetáculos e promoções diversas;

XVI - atuar, de forma integrada, com a comunidade universitária local, visando o envolvimento e a participação dos acadêmicos no desenvolvimento municipal;

XVII- estimular a organização comunitária, com vistas ao lazer e a integração;

XVIII - desincumbir-se de outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário de Cultura, Esportes e Turismo.

Subseção I I

Do Departamento de cultura

Art. 38 O Departamento de Cultura, por seu titular, compete:

I - incentivar, estimular e promover a cultura no Município;

II - incentivar os eventos e as manifestações folclóricas, típicas, tradicionais, artísticas e culturais do Município;

III - programar o calendário de eventos culturais e as datas comemorativas do Município;

IV - apoiar e valorizar os artistas locais, promovendo eventos culturais;

V - promover a impressão e distribuição de materiais voltados para o registro e divulgação de nossa cultura e patrimônio histórico;

VI - promover e proteger o patrimônio histórico e cultural do Município, por meio de inventário, tombamento, desapropriação, registro e preservação, articuladamente com a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento;

VII - desincumbir-se de outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário de Educação, Cultura, Esportes e Turismo.

Subseção III

Departamento de Turismo

Art. 39 Ao Departamento de Turismo Compete:

I - promover ações voltadas para o desenvolvimento do turismo local como forma de geração de emprego e renda, afirmando o Município como pólo turístico da região;

II - promover a divulgação dos potenciais turísticos do Município, articuladamente com as demais unidades administrativas;

III - organizar e executar o desenvolvimento do turismo do Município;

IV - incentivar a instalação, ampliação e modernização de empreendimentos voltados para o desenvolvimento turístico do Município;

V - promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento econômico e social;

VI - divulgar as potencialidades turísticas e culturais do Município, articuladamente com a Imprensa local e regional;

VII - incluir o Município de Iraceminha no roteiro turístico do Estado, promovendo ou incentivando a realização de eventos turísticos e culturais;

VIII - desincumbir-se de outras atividades que lhe forem cometidas pelo Chefe do Poder Executivo.

Seção VI

Das atribuições da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Art. 40 A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente tem por seu titular o Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, na forma da Lei Orgânica Municipal. É responsável pela definição, execução e avaliação da Política Municipal de Agricultura e Meio Ambiente em consonância com o Plano de Governo, lhe sendo atribuído desenvolver todas as atividades que nesta área é de competência, bem como outras determinadas pelo Chefe do poder Executivo Municipal.

Subseção I

Departamento de Agricultura

Art. 41 Ao Departamento de Agricultura compete:

I - desenvolver ações voltadas a implantação da agricultura familiar no Município;

II - articular-se com os organismos federais e estaduais para o desenvolvimento e viabilização da pequena propriedade rural, desenvolvimento de alternativas de produção e renda para o agricultor e melhoria da qualidade de vida dos habitantes do meio rural, inclusive com a defesa do meio ambiente;

III - incentivar a implantação de hortas comunitárias, oferecendo orientação e acompanhamento técnico, preconizando a qualidade, produtividade, variedades de cultivares, comercialização e consumo;

IV - incentivar a industrialização de produtos agropecuários pelos próprios agricultores, especialmente através de associações ou grupos comunitários;

V - promover e incentivar a comercialização de produtos agropecuários diretamente do produtor ao consumidor, através de feiras;

VI - organizar feiras e exposições de produtos agropecuários, a nível municipal e regional;

VII - promover ações de apoio à eletrificação e telefonia rurais e irrigação;

VIII - incentivar a implantação de equipamentos sociais e obras de infra-estrutura básica, como forma de garantir a permanência do agricultor na zona rural;

IX - desenvolver e apoiar as ações voltadas ao desenvolvimento da agropecuária no Município;

X - promover medidas, visando a orientação para a correta aplicação de defensivos agrícolas, incentivando a proteção do solo e a preservação do meio ambiente;

XI - incentivar o ensino agrícola formal e não formal, articuladamente com a Secretaria de Educação;

XII - incentivar a inseminação artificial e outras técnicas voltadas para o desenvolvimento genético dos rebanhos;

XIII - promover medidas visando a educação e a defesa sanitária animal e vegetal;

XIV - incentivar a implantação de alternativas de renda para as pequenas e médias propriedades rurais, através do reflorestamento, piscicultura, apicultura, horticultura, fruticultura, entre outras;

XV - coordenar os trabalhos referentes ao Programa de Micro-Bacias hidrográficas no Município;

XVI - incentivar a organização dos agricultores em associações ou grupos, o cooperativismo, a pesquisa e a extensão rural;

XVII - incentivar a industrialização a agro industrialização, inclusive em nível de pequenos e médios agricultores;

XVIII - promover e incentivar o desenvolvimento e a implantação de indústrias artesanais no meio rural;

Subseção II

Departamento de Meio Ambiente

Art. 42 Ao Departamento de Meio Ambiente compete:

I - promover a implantação de viveiros para a produção de mudas de essência florestais, para o desenvolvimento do florestamento e reflorestamento;

II - implementar medidas voltadas para a proteção do meio ambiente;

III - promover, articuladamente, com a Secretaria de Educação a educação ambiental envolvendo as escolas das redes pública e particular e a comunidade em geral;

IV - apoiar e desenvolver campanhas visando a conscientização da comunidade para a preservação do meio ambiente;

V - articular-se com as demais unidades administrativas visando implementar ações que garantam o saneamento básico, a salubridade pública, a coleta e destinação do lixo, entre outras;

VI - coordenar, fiscalizar e controlar as ações da política agrícola do Município, integrando os meios de produção e comercialização, buscando, inclusive, garantir o adequado abastecimento local e regional;

VII - desincumbir-se de outras atribuições que lhe forem cometidas pela autoridade competente.

Seção VII

Das atribuições da Secretaria de Infra-Estrutura, Transportes, Planejamento e Urbanismo

Art. 43 A Secretaria Municipal de Infra-estrutura, transportes, Planejamento e Urbanismo tem por seu titular o Secretário Municipal de Infra-estrutura, transportes, Planejamento e Urbanismo, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, na forma da Lei Orgânica Municipal, é responsável pela definição, execução e avaliação da Política Municipal de Infra-estrutura, Transporte, Desenvolvimento Urbano e planejamento em consonância com o Plano de Governo, lhe sendo atribuído desenvolver todas as atividades que nesta área é de competência, bem como outras determinadas pelo Chefe do poder Executivo Municipal.

Art. 44 A Secretaria de Infra-estrutura, transportes, Planejamento e Urbanismo, incumbe o planejamento, coordenação, supervisão e controle para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e do interior e a garantia do bem estar da população, de acordo com as normas constitucionais, orgânicas e legais em vigor, especialmente o Plano Diretor.

Subseção I

Departamento de Desenvolvimento Urbano

Art. 45 Ao Departamento de desenvolvimento urbano, por seu titular, compete:

I - organizar, executar e controlar as obras públicas e serviços urbanos;

II - coordenar, executar e controlar as obras de infra-estrutura e transportes do sistema viário urbano inclusive a sinalização rodoviária e informativa;

III - realizar obras de infra-estrutura e transportes no meio urbano;

IV - construir, conservar e melhorar obras públicas municipais, incluindo a pavimentação de rodovias e vias urbanas;

V - executar e conservar obras de saneamento básico, drenagem, inclusive apoiando na implantação e melhoramento do sistema de abastecimento de água;

VI - executar, controlar e conservar outras obras de interesse do Município, direta ou indiretamente, de acordo com a legislação em vigor;

VII - promover a execução dos serviços de limpeza pública, promovendo a fiscalização, a remoção de entulhos em vias e logradouros públicos;

VIII - fiscalizar os serviços delegados de abastecimento de água, coleta, destinação e depósito de lixo;

IX - promover a execução dos serviços de iluminação pública nas vias e logradouros públicos;

X - manter equipe itinerante para atendimento de urgências, execução de pequenos reparos, visando a adequada conservação das obras públicas;

XI - desincumbir-se de outras tarefas que lhe forem cometidas pelo Secretário.

Subseção II

Do Departamento de Infra-Estrutura e Transportes

Art. 46 O Departamento de infra-estrutura e transportes, por seu titular, compete:

I - coordenar, executar e controlar as obras de infra-estrutura do sistema viário municipal, inclusive a sinalização rodoviária e informativa;

II - realizar obras de infra-estrutura no sistema viário municipal, construção e conservação de bueiros e pontes no interior;

III - manter equipe itinerante para atendimento de urgências, execução de pequenos reparos, visando a adequada conservação das estradas municipais;

IV - garantir o escoamento da produção agrícola e pecuária, através da manutenção e conservação das estradas municipais;

V - construir pontes, pontilhões, bueiros e sistemas de drenagem, para garantir a conservação das estradas municipais;

VI - orientar os agricultores a respeito da conservação das estradas municipais e sobre a necessidade de roçada das margens das rodovias;

VII - administrar, de forma centralizada e articulada, o Parque Rodoviário Municipal, incluindo os caminhões, equipamentos rodoviários, industriais e agrícolas e os veículos automotores;

VIII - executar os serviços de manutenção, conservação, consertos e recuperação, abastecimento, lavagem e lubrificação da frota municipal;

IX - manter registro da entrada e saída de máquinas e veículos;

X - proporcionar condições para o cumprimento dos prazos e cronogramas;

XI - orientar os operadores e motoristas sobre a capacidade de cada equipamento ou veículo, apurando as irregularidades cometidas;

XII - estabelecer formas de controle da frota municipal, especialmente no que se referir a quilometragem, consumo de combustível e lubrificantes e reposição de peças;

XIII - responder pela guarda, segurança e manutenção das máquinas e veículos que compõem a frota municipal;

XIV - sugerir medidas quanto a ampliação, recuperação ou alienação de máquinas e veículos;

XV - observar as questões referentes ao licenciamento dos veículos;

XVI - racionalizar o uso das máquinas e veículos oficiais, centralizando o controle dos mesmos;

XVII - desincumbir-se de outras tarefas que lhe forem cometidas pela autoridade competente.

Subseção III

Departamento de Planejamento

Art. 47 O Departamento de Planejamento, compete:

I - Planejar, programar, organizar, coordenar a execução das atividades relacionadas com a construção, reforma, manutenção e locação de obras públicas;

II - Executar serviços de urbanismo, obras de arquitetura paisagística e obras de decoração arquitetônica;

III - Orientar o mapeamento e a cartografia de levantamento feitos para áreas operacionais;

IV - Realizar exame técnico de processos relativos à execução de obras compreendendo a verificação de projetos e das especificações quanto às normas e padronizações;

V - Participar de elaboração e execução de convênios que incluam projetos de construção, ampliação ou remoção de obras e instalações;

VI - Fazer avaliação, perícias e arbitramentos relativos à especialidade;

VII - Acompanhar e analisar o cumprimento dos contratos celebrados para a execução de obras e serviços;

VIII - Efetuar constante fiscalização dos prédios próprios ou locados pelo órgão, com a finalidade de controlar as condições de uso e habitação;

IX - Embargar construções que não atendam as especificações do projeto original e as normas de responsabilidade técnica;

X - Executar estudos, projeto, fiscalização e construção de núcleos habitacionais e obras;

XI - Fiscalizar imóveis financiados pelo órgão;

XII - Participar de comissões técnicas;

XIII - Propor baixa e alienação dos veículos e equipamentos considerados inservíveis;

XIV - Participar e propor a elaboração de projetos de mobilidade urbana, plano diretor e outras peças de planejamento administrativo e contábil;

XV - Coordenar e supervisionar a manutenção de equipamentos;

XVI - Estudar e desenvolver métodos operacionais, bem como, baixar normas e instruções disciplinadoras para o uso e manutenção dos veículos, equipamentos e obras municipais; (p)

XVII - Elaborar projetos, analisar, fiscalizar e executar instalações elétricas, telefônicas, sinalização, sonorização e relógio sincronizado;

XVIII - Projetar subestação de energia elétrica, quadros de comando, calculando todos os dispositivos de projeção e comando, adaptando-os às necessidades do sistema elétrico;

XIX - Executar a locação de obras, junto à topografia e batimetria;

XX - Apresentar relatórios de suas atividades;

XXI - Desempenhar outras tarefas semelhantes designadas pela

secretaria de Infraestrutura e planejamento.

Seção IV

Das atribuições da Secretaria Municipal de Saúde

Art. 48 A Secretaria Municipal da Saúde tem por seu titular o Secretário Municipal da Saúde, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, na forma da Lei Orgânica Municipal, é responsável pela definição, execução e avaliação da Política Municipal de Saúde em consonância com o Plano de Governo, lhe sendo atribuído desenvolver todas as atividades que nesta área é de competência, especialmente desenvolver as atividades relacionadas com o Sistema Único de Saúde, bem como outras determinadas pelo Chefe do poder Executivo Municipal.

Art. 49 A Secretaria Municipal de Saúde coordenará a gestão do Sistema Único de Saúde ao nível municipal, de forma integrada e articulada com as demais esferas.

Subseção I

Do Fundo Municipal de Saúde

Art. 50 Ao Fundo Municipal de Saúde Compete:

I - planejar, supervisionar, avaliar e controlar as ações de saúde pública no Município, de forma articulada;

II - organizar a rede municipal de saúde pública, de acordo com os princípios do SUS;

III - auxiliar no gerenciamento do SUS a nível municipal;

IV - coordenar elaboração do Plano Municipal de Saúde

V - organizar, executar e controlar a política de saúde do Município, desenvolvendo ações preventivas, assistenciais e de promoção à saúde, de acordo com o preconizado no SUS;

VI - executar os programas constantes do Plano Municipal de Saúde;

VII - desincumbir-se de outras tarefas que lhe forem cometidas pelo Chefe do Executivo.

Subseção II

Do Departamento de Vigilância Sanitária

Art. 51 Ao Departamento de Vigilância Sanitária compete:

I - desenvolver as atividades de orientação e fiscalização das condições sanitárias e de resguardo da saúde pública;

II - desenvolver as atividades de vigilância sanitárias, mantendo estreita articulação com os organismos estaduais e federais de saúde;

III - desenvolver as atividades de vigilância à saúde do trabalhador;

IV - realizar a inspeção, vistoria e emissão de alvarás sanitários, registrando as ocorrências, emitindo notificações e multa, de acordo com as disposições legais;

VII - desincumbir-se de outras tarefas que lhe forem cometidas pelo Chefe do Executivo.

Subseção III

Do Departamento de Vigilância Epidemiológica

Art. 52 Ao Departamento de Vigilância Epidemiológica compete:

I - desenvolver as atividades de orientação e fiscalização das condições sanitárias e de resguardo da saúde pública;

II - desenvolver as atividades de vigilância epidemiológica, mantendo estreita articulação com os organismos estaduais e federais de saúde;

VI - produzir informações sobre a situação epidemiológica do município que possam subsidiar o planejamento;

VII - desincumbir-se de outras tarefas que lhe forem cometidas pelo Chefe do Executivo.

Seção IX

Das atribuições da Secretaria de Indústria e Comércio

Art. 53 A Secretaria Municipal de Indústria e Comércio tem por seu titular o Secretário Municipal de Indústria e Comércio, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, na forma da Lei Orgânica Municipal. É responsável pela definição, execução e avaliação da Política Municipal de Indústria e Comércio em consonância com o Plano de Governo, lhe sendo atribuído desenvolver todas as atividades que nesta área é de competência, bem como outras determinadas pelo Chefe do poder Executivo Municipal.

Subseção IV

Departamento de Indústria e Comércio

Art. 54 Ao Departamento de Indústria, Comércio e Serviços compete:

I – definir, executar e avaliar a política municipal de planejamento, em consonância com o Plano de Governo, lhe sendo atribuído desenvolver as atividades relacionadas com o sistema de planejamento da administração municipal e de outras determinadas pelo Chefe do Executivo municipal;

II - promover ações voltadas para o desenvolvimento industrial, comercial dos serviços e de geração de emprego e renda, afirmando o Município como pólo econômico da região;

III - promover a divulgação dos potenciais econômicos do Município, articuladamente com as demais unidades administrativas;

IV - organizar e executar o desenvolvimento industrial, comercial e de serviços do Município;

V - incentivar a instalação, ampliação e modernização de empreendimentos voltados para o desenvolvimento econômico do Município;

VI - estimular e apoiar a pequena e média empresa, as que utilizem matéria-prima local e a instalação de distritos industriais;

VII - apoiar e organizar feiras, exposições e outros eventos similares, para a divulgação do Município e de suas potencialidades;

VIII - promover campanhas de incentivo, envolvendo os estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços do Município;

IX - incentivar e apoiar os empreendimentos voltados para a geração de novos empregos e renda para o Município;

X - articular-se com os organismos federais e estaduais, organizações não governamentais e entidades privadas com o objetivo de

aumentar a oferta de empregos no Município;

XI - promover ações voltadas para a reinserção de trabalhadores desempregados ao mercado de trabalho, mediante cursos, treinamento, aperfeiçoamento e reciclagem;

XII - desincumbir-se de outras atividades que lhe forem cometidas pelo Chefe do Poder Executivo.

Seção IV

Das atribuições da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Art. 55 A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação tem por seu titular o Secretário Municipal da Assistência Social e Habitação, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, na forma da Lei Orgânica Municipal, é responsável por planejar, organizar, coordenar, executar a política habitacional, executar a política municipal de desenvolvimento na área de assistência social, visando amparar e proteger a família, a criança, o adolescente, o idoso e os deficientes físicos, atuar como serviço social em programas de organização da comunidade, manter convênio com organizações governamentais e não governamentais para execução de programas e ações de natureza social, bem como outras determinadas pelo Chefe do poder Executivo Municipal.

Subseção IV

Do Fundo Municipal de Assistência Social

Art. 56 Ao Fundo Municipal de Assistência Social compete:

I – planejar, organizar, executar e controlar a política municipal do desenvolvimento comunitário e sua adequada administração;

II – executar os programas de ação governamental na área do desenvolvimento comunitário e assistência social, de forma a garantir a universalidade do atendimento;

III – desenvolver e implantar um programa efetivo de habitação para atender prioritariamente às famílias de baixa renda;

IV – desenvolver programas de atendimento à família, à terceira idade, clube de mães, jovens, portadores de deficiência, dependentes químicos e demais segmentos necessitados;

V - promover o mapeamento e o cadastramento técnico das áreas utilizadas pela população carente;

VI - manter cadastro atualizado das pessoas carentes residentes no Município;

VII - atender, de acordo com as previsões orçamentárias e financeiras, a população carente, através dos programas de assistência social e de habitação;

VIII - promover soluções destinadas ao socorro emergencial das populações carentes, articulando-se com as demais unidades administrativas;

IX - selecionar os atendimentos prioritários em termos de habitação popular, de acordo com os critérios e requisitos estabelecidos;

X - articular-se com os organismos públicos federais ou estaduais, instituições não governamentais e entidades privadas, para o desenvolvimento de programas sociais;

XI - prestar assessoramento junto às organizações não

governamentais e comunitárias quanto às questões sociais;

XII - promover a mobilização e a organização da comunidade para o próprio equacionamento das questões sociais, mediante a formulação de políticas sociais e controle das ações em todos os níveis;

XIII - estimular a integração das instituições que atuam na busca de soluções para os problemas comunitários e sociais, objetivando a unificação de esforços para resultados mais expressivos;

XIV - cooperar com os organismos federais e estaduais, não governamentais e privados que atuam na execução de ações sociais, como forma de obter recursos financeiros, materiais e humanos ou mesmo trocar experiências e conhecimentos, tudo de forma articulada e descentralizada;

XV - desincumbir-se de outras atividades que lhe forem delegadas pela autoridade competente.

XVI – articular os vários segmentos da comunidade com vistas à observância dos princípios e normas previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Orgânica da Assistência Social e no Estatuto do Idoso;

XVII – executar serviços de orientação, acompanhamento e avaliação das famílias beneficiadas por programas de transferência de renda instituídos por leis específicas da União, do Estado e do Município e/ou resoluções emanadas dos respectivos Conselhos;

XVIII – promover a implantação, implementação e articulação de ações que visem à execução de programas voltados a reinserção profissional, inclusão produtiva e geração de renda para as pessoas e/ou famílias em situação de vulnerabilidade social;

XIX – manter convênios com a União, Estado e Municípios, bem como com entidades governamentais e não governamentais, para execução de programas de assistência social;

XX – prestar assessoria técnico-administrativa aos Conselhos e Comissões de Controle Social ligados à área;

Subseção IV

Do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Art. 57 Ao Fundo Municipal da criança e do Adolescente compete:

I - criar programas destinados à proteção da Criança e do adolescente;

II – executar os programas de ação governamental na área da infância a adolescência de forma a garantir a universalidade do atendimento;

III – desenvolver e implantar programa efetivo de proteção à criança e adolescente priorizando as que se encontram em situação de vulnerabilidade;

IV – desenvolver programas de prevenção, proteção e sócio-educativos para atendimento às famílias de crianças e adolescentes;

V – coordenar a política municipal de atendimento à criança e adolescente;

VI – fortalecer as ações voltadas aos movimentos associativos da juventude;

VII - acompanhar os trabalhos do Conselho Tutelar .

VIII – atrair recursos financeiros junto às instituições governamentais e não-governamentais para custeio e investimento nos projetos de apoio à infância e juventude;

IX – promover a implantação, implementação e articulação de ações que visem à execução de programas sócio-educativos destinados a adolescentes autores de atos infracionais e seus responsáveis;

X – prestar assessoria técnico-administrativa aos Conselhos e Comissões ligados à área;

Subseção IV

Do Fundo Municipal da Habitação

Art. 58 Ao Fundo Municipal Habitação compete:

I - o planejamento habitacional destinado à população carente e sem meios econômicos e financeiros, do Município;

II - o mapeamento e o cadastramento técnico das áreas utilizadas pela população carente, transformadas em favelas, recenseando seus moradores e detalhando individualmente casos e situações específicas;

III - executar a política habitacional, urbana e rural, adequando-se às necessidades da população e peculiaridades do Município;

IV - instituir e coordenar um sistema de dados e informações relativo à habitação;

V - oferecer subsídios para a elaboração de normas, rotinas e procedimentos necessários à implantação dos projetos habitacionais;

VI - ampliar o acesso a lotes mínimos, dotados de infra-estrutura básica e servidos por transporte coletivo;

VII - estimular e assistir, técnica e materialmente, projetos comunitários e associativos de construção de habitação e serviços;

VIII - regularizar e titular áreas ocupadas por população de baixa renda, passíveis de urbanização;

IX - articular-se com órgãos regional, estadual e federal na promoção de programas de habitação popular e, quando couber, estimular a iniciativa privada a contribuir para aumentar a oferta de moradias adequadas e compatíveis com a capacidade econômica da população;

X - fiscalizar e controlar, com o auxílio das demais secretarias, invasões em áreas de propriedade do Município ou de preservação permanente;

XI - estudos sobre problemas fundiários no Município para fundamentar a ação do Governo Municipal;

XII - Exercer outras atividades relacionadas ao departamento e que lhe forem atribuídas pelo secretário da assistência social e habitação.

Subseção IV

Do Departamento do Crass

Art. 59 Ao Departamento do Crass compete:

I – planejar, organizar, executar as atividades do setor;

II – executar os programas de ação governamental na área do

desenvolvimento comunitário e assistência social, de forma a garantir a universalidade do atendimento;

III –desenvolver programas de atendimento à família e demais segmentos necessitados;

IV - articular-se com os organismos públicos federais ou estaduais, instituições não governamentais e entidades privadas, para o desenvolvimento de programas sociais;

V - prestar assessoramento junto às organizações não governamentais e comunitárias quanto às questões sociais;

VI - promover a mobilização e a organização da comunidade para o próprio equacionamento das questões sociais, mediante a formulação de políticas sociais e controle das ações em todos os níveis;

VII - estimular a integração das instituições que atuam na busca de soluções para os problemas comunitários e sociais, objetivando a unificação de esforços para resultados mais expressivos;

VIII - cooperar com os organismos federais e estaduais, não governamentais e privados que atuam na execução de ações sociais, como forma de obter recursos financeiros, materiais e humanos ou mesmo trocar experiências e conhecimentos, tudo de forma articulada e descentralizada;

IX – desempenhar outras atividades que lhe forem delegadas pela autoridade competente em especial pela secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

X – executar serviços de orientação, acompanhamento e avaliação das famílias beneficiadas por programas de transferência de renda instituídos por leis específicas da União, do Estado e do Município e/ou resoluções emanadas dos respectivos Conselhos;

XI – manter convênios com a União, Estado e Municípios, bem como com entidades governamentais e não governamentais, para execução de programas de assistência social;

CAPÍTULO V

Da Vinculação dos Órgãos Colegiados e Fundos Especiais

Seção I

Dos Órgãos Colegiados

ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO COLETIVA

Art. 60 Vinculam-se às Secretarias, os órgãos colegiados municipais legalmente instituídos, conforme segue:

I – ao Gabinete do Prefeito:

a) Comissão Municipal de Defesa Civil.

II – à Secretaria de Administração e fazenda:

a) Comissão Permanente de Licitações;

III - à Secretaria de Educação, cultura, esporte e turismo.

a) Conselho Municipal de Educação;

b) Conselho Municipal de Alimentação Escolar;

c) Conselho Municipal de Acompanhamento de Controle Social do FUNDEB.

d) o Conselho do Transporte Escolar.

a) Conselho Municipal do Turismo.

IV - à Secretaria de Saúde

a) Conselho Municipal de Saúde.

V- à Secretaria de Assistência Social e habitação:

- a. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ;
- b. Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- c. Conselho Municipal de Assistência Social;
- d. Conselho Municipal do Idoso;
- e. Conselho Municipal do Programa Bolsa Família;
- f. Conselho Municipal de Segurança Alimentar;
- g. Comissão Municipal de Habitação;

V I- à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente:

- a) Conselho Municipal da Agricultura;
- b) Conselho do Meio Ambiente.

VII – à Secretaria de Indústria e Comércio:

- a) Conselho Municipal do Trabalho e Emprego.

Art. 61 O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, nos termos da legislação que o instituiu e respectivos regulamentos e em especial ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90).

Art. 62 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir, por decreto, comissões e grupos de trabalho, no interesse da administração pública municipal.

Seção II

Dos Fundos Especiais

Art. 63 Os Fundos especiais, legalmente instituídos e regulamentados por decreto, não são dotados de personalidade jurídica própria e vinculam-se às Secretarias, conforme segue:

I - à Secretaria de Saúde:

- a) o Fundo Municipal de Saúde;

CAPÍTULO VI

DAS NORMAS ADMINISTRATIVAS

Da Elaboração e da Eficácia dos Atos Administrativos

Art. 64 Os atos administrativos unilaterais e bilaterais deverão ser elaborados com a indicação do dispositivo legal ou regulamentar autorizador da sua expedição.

§ 1º A validade e eficácia dos atos administrativos unilaterais de efeitos externos e os bilaterais dependem de sua publicação no átrio do paço municipal e na imprensa local, regional, ou em órgão de divulgação oficial da microrregião.

§ 2º Os contratos, convênios e acordos administrativos e suas respectivas alterações mediante aditivos, poderão ser publicados em extratos, com a indicação resumida dos seguintes elementos indispensáveis à sua validade:

I – número do contrato;

II – nome das partes;

III – objeto;

IV – item orçamentário;

V – vigência;

VI – data da assinatura.

CAPITULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Seção I

Do Prefeito

Art. 65 Ao Prefeito Municipal é facultado, através de Decreto:

I - deslocar, temporariamente, a sede da administração municipal, para os distritos, bairros e outras localidades do Município, com a finalidade de realizar atividades do Poder Executivo;

II - facultar o ponto nas repartições públicas municipais, exceto naquelas que prestem serviços de natureza essencial;

III - declarar luto oficial no Município;

IV - oficializar datas e calendários, no interesse de órgãos ou entidades de direito público ou privado, a requerimento dos interessados;

V – instituir eventos municipais.

Seção II

Dos Cargos e Funções de Confiança

Art. 66 Os cargos de provimento em comissão somente serão criados por lei específica.

Art. 67 Os servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão e os Secretários Municipais têm direito a férias anuais remuneradas, acrescidas do adicional correspondente a um terço da remuneração e à Gratificação Natalina, na forma e condições previstas para os demais servidores públicos municipais.

Art. 68 O Secretário Municipal, quando exonerado, perceberá indenização relativa ao período de férias a que tiver direito e ao incompleto, acrescido do terço constitucional, na proporção de um doze avos por mês de efetivo exercício ou fração superior a quatorze dias.

Parágrafo único. A indenização será calculada com base na média da remuneração do período aquisitivo, completo ou fracionado.

Art. 69 O Secretário Municipal, quando exonerado, perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercício, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.

Art. 70 Os Secretários e Diretores são solidariamente responsáveis com o Prefeito pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

Seção III

Da Execução Orçamentária

Art. 71 As despesas decorrente da execução desta lei correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias.

Seção IV

Das Disposições Gerais

Art. 72 A presente reforma poderá ser implantada gradativamente, na medida das efetivas necessidades da administração municipal, segundo a sua conveniência e as disponibilidades de recursos

financeiros.

Art. 73 Fica o Prefeito autorizado a regulamentar a presente lei complementar visando à conveniência pública, especialmente, as competências e atribuições de suas Secretarias e Departamentos Administrativos, expedir Decretos e atos necessários à execução da mesma.

Art. 74 A cooperação técnica e financeira com os órgãos e entidades públicas federais ou estaduais, organizações não governamentais, entidades ou associações sem finalidade lucrativa e declaradas de utilidade pública, será ajustada em convênio, acordo, ajuste ou similar, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 75 Fica aprovado para todos os efeitos o Anexo I desta Lei sendo que os quadros e organogramas da estrutura administrativa direta do Poder Executivo e das respectivas unidades administrativas que a compõem, serão estabelecidos no Plano de Cargos e Salários.

Art. 76 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 75 Ficam revogadas quaisquer Leis Municipais que se refiram ao disposto nesta Lei e as demais disposições em contrario em especial Lei Complementar 040/2009, Lei Complementar 045/2009, e Lei Complementar 058/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Iraceminha,
aos 26 dias do mês de Setembro de 2017.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra:

Secretário de Administração e Fazenda

Irani

PREFEITURA

ADENDO 001/2018 AO EDITAL PREGÃO 46/2018

Publicação Nº 1657475

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2018

OBJETO: Contratação de Banda ou Grupo Musical, empresa especializada na prestação de serviços para a realização do XXVIII FIMUSI (Festival de Interpretação de Música) de Irani- SC, que será realizado nos dias 06, 07 e 08 de setembro de 2018.

ADENDO: Face ao acima exposto, e em observância ao disposto no §4º do artigo 21 da Lei nº 8.666/93, tendo em vista que a alteração não modifica a proposta. Fica alterada a hora do Pregão Presencial, passando a ter a seguinte redação:

Recebimento de Envelopes: até às 13h30min do dia 28/06/2018.

Abertura: às 14h00min do dia 28/06/2018.

Informações complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos no site www.irani.sc.gov.br, ou pelo telefone: (049) 3432-3214.

Irani, SC, 18 de junho de 2018.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES – PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2018 - FMS

Publicação Nº 1656177

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2018 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2018 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Irani torna público, que fará Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL que tem por objeto a Aquisição de 01 (um) veículo tipo furgão, 0 KM, ano 2018 modelo 2019, transformado em ambulância Tipo "A", para uso do Fundo Municipal de Saúde do Município de Irani. Conforme especificações miniminas contidas no Termo de Referencia, Anexo I do Edital.

Recebimento de Envelopes: até às 08h30min do dia 02/07/2018.

Abertura: às 09h00min do dia 02/07/2018.

Informações complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Irani – Rua Eilírio de Gregori, 207, Centro - no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, no site www.irani.sc.gov.br, ou pelo telefone: (049) 3432-3214.

Irani, SC, 18 de junho de 2018.

DILCE SALETE ZENARO – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE 007/2018 - FMS

Publicação Nº 1657620

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CREDENCIAMENTO Nº 003/2018/FMS

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 023/2018/FMS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2018/FMS

OBJETO: Credenciamento de Instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, prestadoras de serviços de atenção à saúde para a realização de procedimentos cirúrgicos diversos, em regime de internação hospitalar, para o exercício de 2018, conforme necessidade, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

CONTRATADO: HOSPITAL SÃO JORGE LTDA – ME, CNPJ: 80.104.284/0004-03

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Caput do artigo 25, da Lei Federal nº 8666/93.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2018.

Irani, SC, 18 de junho de 2018.

DILCE SALETE ZENARO – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2018

Publicação Nº 1657617

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 063/2018

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2018

OBJETO: Contratação da Banda Musical "Sabor do Som" para realização do evento Show de Natal em "Comemoração ao Natal de Luzes 2018", no dia 09 de dezembro de 2018 na praça em frente à Igreja Matriz São João Batista.

JUSTIFICATIVA: A contratação da empresa se faz necessária, pensando em manter acesa a chama do Natal, para que não se percam essas tradições onde celebram o amor, a paz, a magia, o encantamento e acima de tudo a fé. Visando isso, o município de Irani juntamente com a Diretoria de Cultura estará promovendo o "Natal de Luzes" com apresentações culturais de dança, encenação e músicas natalina.

Neste mesmo contesto, pensando na inovação e qualidade do evento, que buscamos a contratação de uma banda especializada em promover um show de natal e acrescentar esta opção neste ano. Tudo isso com o objetivo de tornar o Natal mais significativo para as famílias Iranienses, deixando vivo o verdadeiro sentido do Natal promovendo assim um momento de confraternização e lazer a toda população.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

CONTRATADO: BANDA SABOR DO SOM SONORIZAÇÃO LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Caput do artigo 25, da Lei Federal nº 8666/93.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2018.

Irani, SC, 18 de junho de 2018.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES – PREFEITO MUNICIPAL

Irati

PREFEITURA

PREGÃO Nº 023/2018-PMI - AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DE MÁQUINAS (ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E PÁ CARREGADEIRA)

Publicação Nº 1655982

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

Processo Administrativo Nº 047/2018

Processo Licitatório Nº 047/2018

Edital: Pregão Presencial Nº 023/2018

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DE MÁQUINAS (ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E PÁ CARREGADEIRA)

Entrega dos Envelopes: 07:45 horas do dia 29.06.2018

Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 29.06.2018

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, pelo site: www.irati.sc.gov.br, ou através de do e-mail: irati@irati.sc.gov.br.

Irati – SC, 15 de junho de 2018.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

PORTARIA N° 198/2018

Publicação N° 1656048

PORTARIA N °. 198/2018.

EXONERA A PEDIDO, SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n °. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE :

Art. 1º - Exonerar a pedido a servidora BRUNA FERNANDA GONCHORK, do cargo de Monitora de Creche (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Irineópolis, para o qual foi nomeada em 25/08/2014, através da Portaria nº 411/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 14 de Junho de 2018.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

AVISO DE ADENDO 01 AO PL 039/2018

Publicação Nº 1657353

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2018
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2018
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ADENDO 001

O Prefeito Municipal em Exercício de Itá, Estado de Santa Catarina, razões da necessidade houve alteração na descrição dos itens 38 e 100 do anexo "D", do Edital do Processo Licitatório nº 039/2018, Pregão Presencial nº 029/2018, Sistema de Registro de Preço, para possível aquisição de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar para o segundo semestre de 2018. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9510.

Itá-SC, 18 de junho de 2018.
DOMINGOS RODRIGUES DOS SANTOS
Prefeito Municipal em Exercício

Itaiópolis

PREFEITURA

EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 100/2016

Publicação Nº 1657299

Nº ADITIVO: 7º

Nº CONTRATO: 100/2016

CONTRATANTE: Município de Itaiópolis

CONTRATADA: Cetarb Comércio de Minérios Ltda. ME

OBJETO: fica prorrogado o Contrato até 28/09/2018, a contar de 31/05/2018.

Itaiópolis, 29/05/2018 Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2018

Publicação Nº 1657195

Pregão Presencial nº 29/2018 – Objeto: aquisição parcelada de combustíveis para os veículos utilizados pelo Corpo de Bombeiros Militar de Mafra, os quais fazem atendimento na cidade de Itaiópolis - SC – Convênio nº 008/2015. Proponente: Auto Posto Irmãos Linzmeier Ltda. Item 1: 10.000 LTS – Óleo Diesel S-10 – R\$ 3,532; Item 2: 3.000 LTS – Gasolina Comum – R\$ 4,199) Totalizando: R\$ 47.917,00. PRAZO: 12 meses. Itaiópolis, 06 de junho de 2018. REGINALDO JOSÉ FERNANDES LUIZ Prefeito

EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 95/2016

Publicação Nº 1657291

Nº ADITIVO: 7º

Nº CONTRATO: 95/2016

CONTRATANTE: Município de Itaiópolis

CONTRATADA: Construtora G.J.J Ltda. EPP

OBJETO: fica prorrogado o Contrato até 28/09/2018, a contar de 31/05/2018.

Itaiópolis, 29/05/2018 Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2018

Publicação Nº 1657193

Pregão Presencial nº 30/2018 – Objeto: contratação de empresa para fornecimento de alimentação, tipo refeição livre (almoço), para os integrantes do Corpo de Bombeiros Militar de Mafra – Convênio nº 008/2015. Proponente: Julia Nair Humeniuk ME. Item: 300 UN – almoço Buffet livre, com refrigerante de lata de 350ml ou KS 290ml – R\$ 20,62) Totalizando: R\$ 6.186,00. PRAZO: 12 meses. Itaiópolis, 06 de junho de 2018. REGINALDO JOSÉ FERNANDES LUIZ Prefeito

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2018

Publicação Nº 1657196

Pregão Presencial nº 23/2018 – Objeto: aquisição parcelada de peças para manutenção das máquinas das Secretarias de Viação e Obras Públicas e Agricultura e Meio Ambiente. Proponentes: Alpeças Com. de Peças para Tratores Ltda. Totalizando: R\$ 332.663,98; Auto Elétrica Sarmento Ltda. ME. Totalizando: R\$ 5.610,50; Bataguacú Curitiba Peças para Tratores Ltda. Totalizando: R\$ 241.056,91; Tratorbig Peças para Tratores Ltda. Totalizando: R\$ 248.473,36. PRAZO: 12 meses. Itaiópolis, 07 de maio de 2018. REGINALDO JOSÉ FERNANDES LUIZ Prefeito

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2018

Publicação Nº 1657201

Pregão Presencial nº 32/2018 – Objeto: aquisição parcelada de peças para os veículos leves, das Secretarias Municipais, Polícia Militar e Civil. Proponentes: JRC Comércio de Auto Peças Ltda. Totalizando: R\$ 592.811,40; MK Pneus Ltda. Totalizando: R\$ 1.091.911,48. PRAZO: 12 meses. Itaiópolis, 07 de junho de 2018. REGINALDO JOSÉ FERNANDES LUIZ Prefeito

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2018

Publicação Nº 1657357

Pregão Presencial nº 24/2018 – Objeto: aquisição parcelada de peças para os caminhões das Secretarias de Viação e Obras Públicas e Agricultura e Meio Ambiente. Proponentes: Auto Elétrica Sarmento Ltda. ME. Totalizando: R\$ 4.644,00; Auto Peças Bauer Ltda. EPP, totalizando: R\$ 268.830,00; Auto Peças Margoti Ltda., totalizando R\$ 376.645,00; Molasul Posto de Molas e Mecânica Diesel Eireli, totalizando R\$ 479.347,96; Retífica Motocar Ltda. totalizando: R\$ 63.279,50. PRAZO: 12 meses. Itaiópolis, 10 de maio de 2018. REGINALDO JOSÉ FERNANDES LUIZ Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 32/2018

Publicação Nº 1657189

Pregão Presencial nº 28/2018 - Objeto: aquisição de veículo novo, tipo passeio, para ser utilizado pelos integrantes do Corpo de Bombeiros Militar de Mafra – Convênio nº 008/2015. Contrato nº 32/2018. Contratada: Autoplus SC Distribuidora Ltda. Valor Total: R\$ 42.500,00. Garantia: 01 (um) ano, a contar da entrega do veículo. Itaiópolis, 05 de junho de 2018. REGINALDO JOSÉ FERNANDES LUIZ Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS**RESULTADO DA TP 01/2018 - LAVANDERIA DO HOSPITAL**

Publicação Nº 1656154

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE ITAIÓPOLIS/SC. Tomada de Preços nº 01/2018. Contratação de empresa do ramo para Recuperação estrutural da Lavanderia do Hospital Santo Antônio de Itaiópolis, situado na Rua Aloys Tyszka, 250, centro. Itaiópolis/SC. A sala a ser recuperada possui 41,94m², o reforço será em estrutura de concreto armado. A estrutura possui 2,35m³ de concreto. A supra-estrutura será em perfil metálico e possui 1.058,11 kilos de perfil "U" 4' x 2' x 4mm e 127,21m de cantoneira em "L" 3/4 x 3/4 que deverão ser montados "in loco", conforme projeto Arquitetônico, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e Memorial Descritivo. Com fornecimento de materiais e serviços de mão-de-obra, conforme anexos do Edital. Empresa vencedora: Construtora San Remo Eireli. Valor R\$ 33.900,00. Vigência: 02 meses. Itaiópolis, 18 de junho de 2018. Benedito Bento Marques – Administrador Hospitalar.

Itapema

PREFEITURA

EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA - ESTACIONAMENTO ROTATIVO

Publicação Nº 1656606

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA, através da Prefeita Municipal NILZA NILDA SIMAS, observando a Lei (Municipal) nº 3.672, de 22 de setembro de 2017 e o art. 39 da Lei (Nacional) nº 8.666, de 21 de junho de 1993, torna público:

A realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO PAGO – ZONA AZUL, a ser realizado às 19:00 horas nos seguintes locais e datas:

Etapa Meia Praia

Data: 04/07/2018

Local: Centro de Convivência do Idoso – CCI

Rua 290, nº 547 - Meia Praia

Etapa Centro

Data: 12/07/2018

Local: Câmara Municipal de Vereadores

Rua 120, nº 423 - Centro

Itapema/SC, 18 de junho de 2018.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

EXTRATO 04.053.2018

Publicação Nº 1657535

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Pregão Presencial nº. 04.053.2018

Objeto: Registro de Preços para aquisição de Pneus conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.053.2018.

Entrega dos envelopes: Até às 13:00(treze) horas do dia 02(dois) de julho de 2018.

Abertura do Pregão: 02(dois) de julho de 2018, às 13:01(treze) horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "serviços – fornecedores – modalidades – pregão – pasta 04.053.2018" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 18 de junho de 2018.

Ronaldo Paulino

Secretário de Administração

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003.2018.

Publicação Nº 1657497

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002.2018

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPEMA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003.2018.

A Prefeita Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando as informações constantes no Termo de Homologação do Processo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 002.2018, que tem por objeto a Contratação de Organização de Sociedade Civil para desenvolver ações que visem a promoção da saúde e do bem estar das pessoas – mulheres – portadoras de câncer combinado com o trabalho do combate ao câncer, RESOLVE: HOMOLOGAR o resultado da presente licitação em favor da REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE ITAPEMA - SC inscrita no CNPJ nº 04.687.114/0001-02, com sede na Rua 240 nº 412 – Meia Praia – Itapema - SC, no valor mensal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por 12 (doze) meses. PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE JUNHO DE 2018. NILZA NILDA SIMAS. Prefeita Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001.2018.

Publicação Nº 1657498

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001.2018

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPEMA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001.2018.

A Prefeita Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando as informações constantes no Termo de Homologação do Processo de Inexigibilidade de Chamamento Público Nº 001.2018, que tem por objeto firmar parceria com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE ITAPEMA, para promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços e apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência. RESOLVE: HOMOLOGAR o resultado da presente parceria em favor da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE ITAPEMA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.600.508/0001-93, com sede na Rua 452 nº 492 -Jd. Praia Mar - Itapema – SC, no valor mensal de R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais), pelo período de 12 (doze) meses. PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE MAIO DE 2018. NILZA NILDA SIMAS. Prefeita Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

1º TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 046/2018

Publicação Nº 1656040

1º TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 046/2018

O MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.821.208/0001-36, com sede na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, na cidade de Itapiranga - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JORGE WELTER, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Itapiranga - SC, portador do CPF nº 423.045.559-34, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, resolve celebrar o 1º Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços nº 046/2018, celebrado com a empresa ADS COMÉRCIO DE GAS E BEBIDAS LTDA ME, CNPJ nº 08.662.888/0001-30, com sede na Avenida Uruguai, nº 1030, município de Itapiranga - SC, CEP nº 89.896-000, neste ato representado pelo Sócio Administrador, Sr. ARIEL JEFERSON SCHNEIDER, brasileiro, empresário, portador do CPF nº 047.643.059-33 e RG nº 4.500.248 SSP/SC, residente e domiciliado na cidade de Itapiranga/SC, vencedor do Processo Licitatório nº 016/2018, de conformidade com o que preceitua o art. 65, § 8º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

1 - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1.1 - Com fundamento na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada e de acordo com Parecer Jurídico nº 071/2018, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços, a partir desta data, altera-se o valor do item 2, da Ata de Registro de Preços nº 046/2018 que passa a ser pago conforme descrito a seguir:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit. Anterior	Preço Unit. Atual	Preço Total Acrescido
2	85,00	UND	CARGA DE GÁS "GLP" P-45	LIQUIGAS	270,00	286,17	1.374,45
Total							1.374,45

2 - DA RATIFICAÇÃO

2.1 - As demais cláusulas constantes na Ata de Registro de Preços nº 046/2018 permanecem inalteradas. O disposto no presente termo de Apostilamento passa a ser parte integrante do contrato.

Itapiranga - SC, 18 de junho de 2018.

JORGE WELTER
Prefeito Municipal

Nodivar Carati
Adv. Assessor Geral do Município de Itapiranga
OAB/SC Nº 31642

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/2018

Publicação Nº 1657610

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 128/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DO MUNICIPIO DE ITAPIRANGA.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das Propostas: até as 08h30min do dia 29/06/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 18 de junho de 2018.

Paulo José Theobald
Secretaria de Transportes e Obras

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2018

Publicação Nº 1655981

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE RETIFICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 113/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA NOVA, PARA O DEPARTAMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA.

O Município de Itapiranga, TORNA PÚBLICO, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame que, buscando ampliar a concorrência, altera os termos do edital no item 11 "Da Garantia". Considerando que não há alteração nos itens ou no objeto, será mantido o prazo de abertura inicialmente estabelecido, consoante o disposto no Artigo 21, § 4º da Lei 8.666/93.

Informações complementares: o Edital Retificado em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 18 de junho de 2018.

Lauro Schlickmann

Secretaria de Administração, Obras e Serviços Urbanos

DECRETO Nº 102, DE 15 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657590

DECRETO Nº 102, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA-SC, POR CONTA DA PREVISÃO DO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.115, de 28 de novembro de 2017: Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2018, por conta da previsão do "excesso de arrecadação" na seguinte fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinários, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais):

06.09 – Fundo Municipal de Incentivo ao Esporte - Fundesporte
27.812.0033.2036 - Manutenção das Atividades do Fundo de Esportes - Fundesporte
33.90.00.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 15 de junho de 2018.

Itapiranga, SC, 15 de junho de 2018.

Jorge Welter

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann

Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 103, DE 18 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657592

DECRETO Nº 103, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

DESIGNA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE MOTORES ELÉTRICOS, CONFORME LEI MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos incisos V do artigo 59, combinado com a alínea p do inciso I do art. 75 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei Municipal nº 3.122, de 21 de dezembro de 2017;

Decreta:

Art. 1º. Ficam designados os senhores OSMAR PAULO MUELLER, MACIEL WELTER e JADIR LUCIANO WILDNER para, sob a presidência do primeiro designado, compor a comissão para avaliação dos bens descritos no anexo I da Lei Municipal nº 3.122 de 21 de dezembro de 2018;

§ 1º A Comissão designada no caput do artigo deverá, no prazo de até cinco dias úteis, através de laudo, posicionar-se quanto à verificação e avaliação dos referidos bens.

§ 2º Esta designação não conta ônus para os cofres municipais, por se tratar de serviço público relevante prestado ao Município.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, SC, 18 de junho de 2018.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 119/2018

Publicação Nº 1656715

Portaria nº 119 de 12 de junho de 2018

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 39/2011 e Lei Complementar nº 111 de 15/05/2018;

RESOLVE:

Art. 1º - O horário de trabalho da servidora Andréia Fátima Wathier matrícula nº 14636/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta com 30 horas semanais, será conforme segue:

Dia da Semana	Período Matutino	Período Vespertino
Terça feira	7h30min às 11h30min	13 horas às 16 horas
Quarta feira	7h30min às 11h30min	13 horas às 17 horas
Quinta feira	7h30min às 11h30min	13 horas às 17 horas
Sexta feira	7h30min às 11h30min	13 horas às 16 horas

Art. 2º - Fica revogada a Portaria nº 109 de 1º de junho de 2018.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 12 de junho de 2018.

Jorge Welter

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 120/2018

Publicação Nº 1656571

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 120/2018			Licitação: 120/2018 - PR			Data da Homologação: 18/06/2018			
Fornecedor: 144250 - LF PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA									
1	01-14-01549	SERVIÇOS DE TROCA DE BORRACHA DE PARA-BRISA DOS ÔNIBUS DO MUNICÍPIO	LF PEÇAS	UND	10,000	0,0000	930,0000	9.300,00	Venceu
Total do Fornecedor →					10,000			9.300,00	

Itapiranga, 18 de Junho de 2018.

QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 121/2018

Publicação Nº 1656576

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 121/2018 Fornecedor: 64700 - INDUSTRIA DE MOVEIS VIER LTDA Licitação: 121/2018 - PR Data da Homologação:									
1	01-01-78338	TÁBUA DE PINOS DE 30CM DE LARGURA X 2,5CM ESPESSURA X 3M DE COMPRIMENTO	MAD. THOMÉ	M3	20,000	0,0000	805,0000	16.100,00	Vencou
2	01-01-78339	TÁBUA DE PINOS DE 25CM DE LARGURA X 2,5CM ESPESSURA X 3M DE COMPRIMENTO	MAD. THOMÉ	M3	20,000	0,0000	835,0000	16.700,00	Vencou
4	01-14-01550	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA DESENHOSADEIRA E PLAINA DE MADEIRAS DE DIVERSAS BITOLAS	MAD. THOMÉ	HRS	200,000	0,0000	80,0000	16.000,00	Vencou
Total do Fornecedor →					240,000			48.800,00	
Nr. do Processo: 121/2018 Fornecedor: 144367 - GILVANO GABRIEL 03841657966 Licitação: 121/2018 - PR Data da Homologação:									
3	01-01-78340	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA SERRAGEM DE MADEIRA ESPÉCIE EUCALIPTO E OUTRAS TÁBUAS PRANCHAS EM DIVERSAS BITOLAS		M3	400,000	0,0000	135,0000	54.000,00	Vencou
Total do Fornecedor →					400,000			54.000,00	

Itapiranga, 18 de Junho de 2018.

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 3645, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657414

DECRETO MUNICIPAL Nº 3645, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior – vínculo 03390000 FED.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com os artigos 41 inciso I e 43 inciso I da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964 e inciso III da Lei Orçamentária nº 754/2017 – LOA/2018, DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior, perfazendo o montante de R\$57.747,99 (cinquenta e sete mil, setecentos e quarenta e sete reais e noventa e nove centavos), conforme segue:

Suplementação:

05 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

001 Departamento de Administração

0004.0122.0003.2017 Convênio da Legislação do Trânsito

33390 Aplicações Diretas (543) FR 0339000 R\$57.747,99

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:
R\$57.747,99

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 14 de junho de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

CHEFE DE GABINETE

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA

DECRETO MUNICIPAL Nº 3640, DE 06 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657368

DECRETO MUNICIPAL Nº 3640, DE 06 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotação.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 43, inciso III da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964 e artigo 5º da Lei Municipal nº 754, de 11 de dezembro de 2017 – LOA/2018 e Lei Municipal nº 782, de 04 de junho de 2018, DECRETA:

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por anulação parcial de dotação, perfazendo o montante de R\$80.000,00 (oitenta mil reais) conforme segue:

Anulação:

10 SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

003 Departamento de Cultura

0013.0392.0008.1050 Biblioteca Pública Municipal

34490 Aplicações Diretas (232) FR 1000000
R\$80.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$80.000,00

Suplementações:

10 SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

0001 Departamento de Turismo

0023.0695.0006.2051 Manutenção do Departamento de Turismo

34490 Aplicações Diretas (186) FR 1000000
R\$65.000,0034490 Aplicações Diretas (114) FR 1000000
R\$15.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$80.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 06 de junho de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

CHEFE DE GABINETE

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR

SECRETÁRIO DA FAZENDA

DECRETO MUNICIPAL Nº 3643, DE 12 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657392

DECRETO MUNICIPAL Nº 3643, DE 12 DE JUNHO DE 2018.

Revoga o Decreto Municipal nº 2822, de 24 de junho de 2016, que concede gratificação especial a profissional de saúde do Programa Saúde da Família – PSF.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto Municipal nº 2822/2016, que concede gratificação especial por vínculo ao Programa Saúde da Família – PSF, no percentual de 60% (sessenta por cento) à servidora Luciana Pianta da Cruz.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de junho de 2018.

Itapoá (SC), 12 de junho de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 3644, DE 12 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657401

DECRETO MUNICIPAL Nº 3644, DE 12 DE JUNHO DE 2018.

Concede gratificação especial a profissional de saúde do Programa Saúde da Família - PSF.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 116, de 11 de outubro de 2002 e Lei Municipal nº 235, de 03 de março de 2004,

DECRETA:

Art.1º Fica concedida gratificação especial por vínculo ao Programa Saúde da Família – PSF, no percentual de 60,00% (sessenta por cento), à servidora Silvana Aparecida Bialeski Rujanowski, por atuação como enfermeira na Estratégia de Saúde da Família Samambaia.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de junho de 2018.

Itapoá (SC), 12 de junho de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 3646, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657421

DECRETO MUNICIPAL Nº 3646, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Altera o Decreto Municipal nº 3419, de 27 de novembro de 2017, que cria e nomeia Comissão para análise do Processo Licitatório nº 99/2013 – Concorrência Pública nº 03/2013, Processo Licitatório nº 19/2016 – Pregão nº 16/2016 e Processo Licitatório nº 42/2016 – Concorrência Pública nº 02/2016.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º Fica alterada a ementa do Decreto Municipal nº 3419/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cria e Nomeia Comissão Especial para análise e emissão de parecer técnico relativo aos procedimentos de contratações de empresas especializadas para prestação de serviços terceirizados. (NR)

Art. 2º Fica alterado o artigo 1º do Decreto Municipal nº 3419/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica criada e nomeada Comissão Especial para análise e emissão de parecer técnico indicando alternativas e sugestões relativas aos procedimentos de contratações de empresas especializadas para prestação de serviços terceirizados realizados pelo município de Itapoá, através de licitação pública, em todas as fases dos processos, com os seguintes membros: (NR)

...

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Itapoá (SC), 15 de junho de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

DECRETO MUNICIPAL Nº 3647, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657428

DECRETO MUNICIPAL Nº 3647, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Altera o Decreto Municipal nº 2898, de 06 de outubro de 2016 e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a composição da Comissão especial para Julgamento do Edital de Concessão do Serviço de Transporte Público Coletivo da Cidade de Itapoá, instituída e nomeada pelo Decreto Municipal nº 2898/ 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

I - Rodrigo Fernandes de Souza (Presidente);

II - Rafael Vida Almeida (Vice-Presidente);

III – Elasio Frisanco (Secretário);

IV - Fernanda Cristina Rosa (Membro);

V - Isabela Raicik Dutra Pohl (Membro);

VI - Ezequiel Emerson Viera (Membro);

VII - Adalberto Geraldo Lupatelli (Membro); e,

VIII - Carlito Joaquim Custódio Júnior (Membro).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga o Decreto Municipal nº 3504, de 24 de janeiro de 2018.

Itapoá (SC), 18 de junho de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

CHEFE DE GABINETE

DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO-PREGÃO Nº32/2018

Publicação Nº 1657587

DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO DE ADJUDICAÇÃO PARA HOMOLOGAÇÃO

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº32/2018 - PROCESSO Nº 44/2018 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação, copa e cozinha, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

Exmo.

Sra. Angela Maria Puerari

Diretora de Administração

Estamos encaminhando à V. Exa. o presente processo licitatório para que seja emitida a competente deliberação, enaltecendo-se que o procedimento, no juízo da Pregoeira e Equipe de Apoio, desenvolveu-se dentro dos estritos termos da legislação vigente, pelo que a sua homologação é recomendada PREGÃO PRESENCIAL Nº32/2018 - PROCESSO Nº 44/2018 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação, copa e cozinha, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, conforme constantes anexos partes integrantes do edital, e sua adjudicação é recomendada em favor da Empresa: WELLINGTON WILSON DA SILVA XAVIER & CIA LTDA -ME, com sede à Rua Nossa Senhora Aparecida, nº1123, Bairro: Brasília, nesta cidade de Itapoá/ SC, CEP:89249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 17.930.614/0001-75 e Inscrição Estadual nº ISENTA, representada neste ato pelo sócio administrador Sr. WELLINGTON WILSON DA SILVA XAVIER, portador do CNPJ/MF nº 092.413.249-52 e do CI.RG nº617.6058 SSP/SC, e pela procuradora conforme Procuração Pública da Comarca de Itapoá do Tabelionato de Notas, Protestos e títulos, tabelião Mauro Cesar Loureiro, livro nº057, fls. nº078, Sra. JÉSSICA MACHADO, portador do CNPJ/MF nº090.921.419-09 e do CI.RG nº129.027.274 SESP/PR, vencedora do objeto da licitação com preço total de R\$ 2.313.590,40 (Dois milhões trezentos e treze mil quinhentos e noventa reais e quarenta centavos), conforme especificações abaixo descritas:

LOTE	Tipo de Serviço	Rotina	Qtde Posto	Secretaria	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Período (12 meses)
1	Limpeza e conservação interna					R\$ 173.325,49	R\$ 2.079.905,88
1.1	Auxiliar de Serviços Gerais	6h 2ª a 6ª	9	2	Administração	R\$ 5.151,70	R\$ 61.820,40
				1	Agric./Cons Tutelar	R\$ 2.575,85	R\$ 30.910,20
				1	Esporte e Lazer	R\$ 2.575,85	R\$ 30.910,20
				1	Fazenda	R\$ 2.575,85	R\$ 30.910,20
				1	Gab./Meio Ambiente	R\$ 2.575,85	R\$ 30.910,20
				1	Obras/Planejamento	R\$ 2.575,85	R\$ 30.910,20
				1	Saúde Secretaria	R\$ 2.575,85	R\$ 30.910,20
				1	Turismo e Cultura	R\$ 2.575,85	R\$ 30.910,20
1.2	Auxiliar de Serviços Gerais	8h 2ª a 6ª	46	38	Educação	R\$ 117.306,38	R\$ 1.407.676,56
				3	Assistência Social	R\$ 9.261,03	R\$ 111.132,36
				5	Saúde	R\$ 15.435,05	R\$ 185.220,60
1.3	Auxiliar de Serviços Gerais	12x36 noturno TDS*	1	1	Saúde	R\$ 8.140,38	R\$ 97.684,56
2	Copa e cozinha					R\$ 13.131,16	R\$ 157.573,92
2.1	Cozinheiro	6h 2ª a 6ª	4	4	Educação	R\$ 2.334,78	R\$ 9.339,12
2.2	Cozinheiro	8h TDS*	1	1	Assistência Social	R\$ 3.792,04	R\$ 45.504,48
3	Tratamento de animais					R\$ 6.342,55	R\$ 76.110,60
3.1	Tratador de Animais (pequeno, médio e grande porte)	12x36 diurno TDS*	1	1	Saúde	R\$ 6.342,55	R\$ 76.110,60
Total geral						R\$ 192.799,20	R\$ 2.313.590,40

*TDS - Todos os dias da semana

Atenciosamente,
Itapoá, 14 de junho de 2018.

Fernanda Cristina Rosa
Pregoeira Oficial

EXTRATO CONTRATO ADM Nº64/2018-WELLINGTON DA SILVA XAVIER

Publicação Nº 1657589

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº64/2018

Contratante: Município de Itapoá/SC

Contratada: WELLINGTON WILSON DA SILVA XAVIER & CIA LTDA -ME, com sede á Rua Nossa Senhora Aparecida, nº1123, Bairro: Brasília, nesta cidade de Itapoá/SC, CEP:89249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 17.930.614/0001-75 e Inscrição Estadual nº ISENTA, representada neste ato pelo sócio administrador Sr. WELLINGTON WILSON DA SILVA XAVIER, portador do CNPF/MF nº 092.413.249-52 e do CI.RG nº617.6058 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº32/2018 - PROCESSO Nº 44/2018.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação, copa e cozinha, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: R\$ 2.313.590,40 (Dois milhões trezentos e treze mil quinhentos e noventa reais e quarenta centavos).

DATA DA ASSINATURA:14/06/2018.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 14/06/2019

BASE LEGAL: Lei 10.520/2002.

Itapoá, 14 de junho de 2018.
ANGELA MARIA PUERARI
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº32-18

Publicação Nº 1657588

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº32/2018 - PROCESSO Nº 44/2018 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação, copa e cozinha, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

Afigurando-me que a licitação encontra-se regularmente desenvolvida e estando ainda presente o interesse na contratação que deu ensejo à instauração do processo, HOMOLOGO o procedimento licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº32/2018 - PROCESSO Nº 44/2018 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação, copa e cozinha, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, e ADJUDICO o objeto licitado em favor da Empresa WELLINGTON WILSON DA SILVA XAVIER & CIA LTDA -ME, com sede à Rua Nossa Senhora Aparecida, nº1123, Bairro: Brasília, nesta cidade de Itapoá/SC, CEP:89249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 17.930.614/0001-75 e Inscrição Estadual nº ISENTA, representada neste ato pelo sócio administrador Sr. WELLINGTON WILSON DA SILVA XAVIER, portador do CNPF/MF nº 092.413.249-52 e do CI.RG nº617.6058 SSP/SC, e pela procuradora conforme Procuração Pública da Comarca de Itapoá do Tabelionato de Notas, Protestos e títulos, tabelião Mauro Cesar Loureiro, livro nº057, fls. nº078, Sra. JÉSSICA MACHADO, portador do CNPF/MF nº090.921.419-09 e do CI.RG nº129.027.274 SESP/PR, vencedora do objeto da licitação com preço total de R\$ 2.313.590,40 (Dois milhões trezentos e treze mil quinhentos e noventa reais e quarenta centavos), conforme especificações abaixo descritas:

LOTE	Tipo de Serviço	Rotina	Qtde Posto	Secretaria	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Período (12 meses)
1	Limpeza e conservação interna					R\$ 173.325,49	R\$ 2.079.905,88
1.1	Auxiliar de Serviços Gerais	6h 2ª a 6ª	9	2 Administração	R\$ 2.575,85	R\$ 5.151,70	R\$ 61.820,40
				1 Agric./Cons Tutelar		R\$ 2.575,85	R\$ 30.910,20
				1 Esporte e Lazer		R\$ 2.575,85	R\$ 30.910,20
				1 Fazenda		R\$ 2.575,85	R\$ 30.910,20
				1 Gab./Meio Ambiente		R\$ 2.575,85	R\$ 30.910,20
				1 Obras/Planejamento		R\$ 2.575,85	R\$ 30.910,20
				1 Saúde Secretaria		R\$ 2.575,85	R\$ 30.910,20
				1 Turismo e Cultura		R\$ 2.575,85	R\$ 30.910,20
1.2	Auxiliar de Serviços Gerais	8h 2ª a 6ª	46	38 Educação	R\$ 3.087,01	R\$ 117.306,38	R\$ 1.407.676,56
				3 Assistência Social		R\$ 9.261,03	R\$ 111.132,36
				5 Saúde		R\$ 15.435,05	R\$ 185.220,60
1.3	Auxiliar de Serviços Gerais	12x36 noturno TDS*	1	1 Saúde	R\$ 8.140,38	R\$ 8.140,38	R\$ 97.684,56
2	Copa e cozinha					R\$ 13.131,16	R\$ 157.573,92
2.1	Cozinheiro	6h 2ª a 6ª	4	4 Educação	R\$ 2.334,78	R\$ 9.339,12	R\$ 112.069,44
2.2	Cozinheiro	8h TDS*	1	1 Assistência Social	R\$ 3.792,04	R\$ 3.792,04	R\$ 45.504,48
3	Tratamento de animais					R\$ 6.342,55	R\$ 76.110,60
3.1	Tratador de Animais (pequeno, médio e grande porte)	12x36 diurno TDS*	1	1 Saúde	R\$ 6.342,55	R\$ 6.342,55	R\$ 76.110,60
Total geral						R\$ 192.799,20	R\$ 2.313.590,40

*TDS - Todos os dias da semana

Sigam-se os ulteriores termos. Itapoá, 14 de junho de 2018.

ANGELA MARIA PUERARI
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 130/2018- EDITAL Nº 030/2017.

Publicação Nº 1656515

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 130/2018

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 30/2017 – Luiza Montalvão de Oliveira Bongalhardo, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo o candidato convocado a comparecer na Secretaria de Educação no dia 19/06/2018, para distribuição para professor que atuara nas escolas de Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Itapoá.

09H00MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
07	40	Ciências	Alejandra Villalobos Escalante	22/06/2018	13/08/2018

De acordo com o item 8.1 do edital 030/2017:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 18 de junho de 2018.

Luiza Montalvão de Oliveira Bongalhardo
Secretária de Educação

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2018 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 046/2017 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM.

Publicação Nº 1657560

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2018
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 046/2017
AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata MICAELLA MAYARA DE SOUZA MORAES para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

- Cédula de Identidade (RG) ;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente ;
- Comprovante de residência;
- Certificado do Curso de Auxiliar de Enfermagem;
- Registro no COREN/SC;
- Certidão de nascimento dos filhos;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Antecedentes Criminais (Poder Judiciário);
- Certidão de Regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (consultacadastral.inss.gov.br);
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;
- Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá.

Itapoá, 18 de junho de 2018.

Sandra Regina Medeiros da Silva
Secretária Municipal de Saúde

Jaborá

PREFEITURA

AVISO DE MUDANÇA DE HORARIO PROCESSO Nº 30/2018

Publicação Nº 1656915

AVISO DE MUDANÇA DO HORÁRIO DA LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2018

O PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC, torna público para conhecimento das empresas interessadas a mudança do horário da seguinte Licitação:

Pregão Presencial nº 21/2018 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MAQUINAS E OU EQUIPAMENTOS PARA ADEQUAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PRODUTIVA MUNICIPAL – UM CAMINHÃO BASCULANTE E DOIS DISTRIBUIDORES DE ADUBO ORGÂNICO LÍQUIDO CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I – SIGEF - CONVÊNIO Nº 2018TR000622, ATRAVÉS DA UNIDADE GESTORA 410043: AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE JOAÇABA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC.

DATA DA ABERTURA: 22/06/2018.

CREDENCIAMENTO: 14:00 horas HORA DA ABERTURA: 14:30 horas

Jaborá, 18 de junho de 2018.

Aldo Guarese

Pregoeiro

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL CONCURSO PÚBLICO 001/2018

Publicação Nº 1657162

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS ORIGINADO PELO EDITAL Nº 01, DE 18 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a homologação do resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos do Município de Jaborá/SC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o relatório geral da classificação final do Concurso Público originado pelo Edital nº 01, de 18 de abril de 2018;

Resolve:

Art. 1º Fica homologado o resultado final do Concurso Público originado pelo Edital nº 01, de 18 de abril de 2018, que estabelece normas para realização de Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de cargos efetivos do quadro permanente de pessoal do Município de Jaborá/SC, na forma do relatório nominal constante no Anexo Único, parte integrante deste Edital.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Jaborá/SC, em 15 de junho de 2018.

KLEBER MÉRCIO NORA

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS JABORÁ/SC

EDITAL Nº 01/2018

RELATÓRIO GERAL DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

EDUCADOR FÍSICO (NASF)										
Inscrição	Candidatos	CE	LP	MT	CG	NPE	NPT	Nota Final	SITUAÇÃO	CLASS
0048	RAFAEL CHIOMENTO	5,40	0,60	0,40	0,80	7,20	0,00	7,20	APROVADO	1º
0051	CLAUDIA TEREZINHA ZAMPIERI	3,60	0,80	0,40	0,60	5,40	1,00	6,40	APROVADO	2º
0045	ELIÃ MATHEUS CHIOCHETTA	4,80	0,40	0,20	1,00	6,40	0,00	6,40	APROVADO	3º
0028	FERNANDA GROTTTO	3,00	1,20	0,40	0,40	5,00	0,00	5,00	APROVADO	4º
0042	LEIDIANE MIOTTO	3,60	0,60	0,20	0,20	4,60	0,00	4,60	REPROVADO	--
0014	MARISETE SILVANA BERTINATTI CALEGARI	2,40	0,40	0,20	1,00	4,00	0,00	4,00	REPROVADO	--
0017	ISABELA APARECIDA GONCALVES	1,20	1,20	0,40	0,60	3,40	0,00	3,40	REPROVADO	--
0052	MARCIANE GAVAZZONI	2,40	0,20	0,00	0,20	2,80	0,00	2,80	REPROVADO	--
0031	DENISE BOLSN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

ENGENHEIRO CIVIL



Inscrição	Candidatos	CE	LP	MT	CG	NPE	NPT	Nota Final	SITUAÇÃO	CLASS
0015	JULIANA POYER	5,40	1,40	1,00	0,60	8,40	1,00	9,40	APROVADO	1º
0026	PATRÍCIA DALLA LANA MICHEL	4,80	1,00	0,80	0,60	7,20	1,50	8,70	APROVADO	2º
0050	EDUARDO MIOTTO	5,40	1,00	0,40	0,20	7,00	1,00	8,00	APROVADO	3º
0035	LUCAS MAZZOLENI PINTO	4,80	1,20	1,00	0,80	7,80	0,00	7,80	APROVADO	4º
0027	VINICIUS MENDES DE SOUZA	4,80	1,20	0,80	0,80	7,60	0,00	7,60	APROVADO	5º
0016	FERNANDA CORDEIRO	5,40	1,20	0,80	0,00	7,40	0,00	7,40	APROVADO	6º
0005	ELSON WILLIAM DE MATOS	4,80	1,40	0,60	0,60	7,40	0,00	7,40	APROVADO	7º
0036	ALEXANDRE FERNANDO PICOLOTO	4,80	1,00	0,80	0,60	7,20	0,00	7,20	APROVADO	8º
0001	GABRIELI TORTELI	4,80	1,20	0,60	0,40	7,00	0,00	7,00	APROVADO	9º
0043	WESLEY BERNARDI	4,20	1,20	0,20	0,80	6,40	0,00	6,40	APROVADO	10º
0033	DIONATAN SEGANFREDO	4,20	0,60	0,60	0,40	5,80	0,00	5,80	APROVADO	11º
0025	JESSICA CAMILA SUZIN	3,60	0,80	0,40	0,40	5,20	0,00	5,20	APROVADO	12º
0019	JOÃO EVERTON RUBY	3,60	0,20	0,60	0,80	5,20	0,00	5,20	APROVADO	13º
0021	JOSÉ THEMOCLES DE AZEVEDO FARIAS NETO	3,00	0,80	0,40	1,00	5,20	0,00	5,20	APROVADO	14º
0022	JAÍNE DE QUADROS	3,00	0,80	0,80	0,20	4,80	0,00	4,80	REPROVADO	--
0047	JULIO CESAR VENCATO	3,00	0,60	0,60	0,40	4,60	0,00	4,60	REPROVADO	--
0012	VINÍCIUS MEYER SCHULDZ	3,00	0,60	0,20	0,60	4,40	0,00	4,40	REPROVADO	--
0044	VEREDIANE FATIMA BUSSOLARO	3,00	0,40	0,60	0,20	4,20	0,00	4,20	REPROVADO	--
0046	INDIANARA APARECIDA MENEGAZZI	2,40	0,60	0,80	0,40	4,20	0,00	4,20	REPROVADO	--
0011	MURILO BRUNETTO FAVERO	3,00	0,20	0,20	0,60	4,00	0,00	4,00	REPROVADO	--
0024	MATHEUS GREZEL	2,40	0,60	0,40	0,60	4,00	0,00	4,00	REPROVADO	--
0006	TAÍS DURANTE	1,80	0,80	0,40	0,80	3,80	0,00	3,80	REPROVADO	--
0040	TAINAN ROMANI CHRISTOFF	1,80	0,60	0,60	0,80	3,80	0,00	3,80	REPROVADO	--
0007	ANDREY MARCOS HUBERT	1,20	1,00	0,40	0,60	3,20	0,00	3,20	REPROVADO	--
0002	ISAAC SOUZA DIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
0038	EDUARDO MIGUEL NARDI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
0049	GUSTAVO SPERANDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
0018	HELEN ALINE JACINTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
0023	JOSIAS RODRIGO SCHEIFLER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO 001/2018

Publicação Nº 1657161

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ORIGINADO PELO EDITAL Nº 01, DE 18 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado do Município de Jaborá/SC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e;
Considerando o relatório geral da classificação final do Processo Seletivo originado pelo Edital nº 01, de 18 de abril de 2018;

Resolve:
Art. 1º Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo originado pelo Edital nº 01, de 18 de abril de 2018, que estabelece normas para realização de Processo Seletivo Simplificado de Provas para formação de cadastro de reserva e para contratação temporária de pessoal no âmbito da administração direta do Município de Jaborá/SC, na forma do relatório nominal constante no Anexo Único, parte integrante deste Edital.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Jaborá/SC, em 15 de junho de 2018.

KLEBER MÉRCIO NORA

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS JABORÁ/SC

EDITAL Nº 01/2018

RELATÓRIO GERAL DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (MICROÁREA 03 / CIDADE)

INSCRIÇÃO	CANDIDATOS	CE	LP	MT	CG	NPE	Nota Final	SITUAÇÃO	CLASS
0060	DANIELE BARCARO	4,80	1,00	0,60	0,00	6,40	6,40	APROVADO	1º
0034	LUANA TOIGO	4,20	1,00	0,20	0,60	6,00	6,00	APROVADO	2º
0057	THAMARA DIELEN SCHROER PIVETTA	4,20	0,80	0,20	0,80	6,00	6,00	APROVADO	3º
0076	GISLAINE IRMA DEBARBA BOIANI	4,80	0,40	0,40	0,20	5,80	5,80	APROVADO	4º
0021	INGRID MINATI	4,20	1,00	0,60	0,00	5,80	5,80	APROVADO	5º
0052	ANDREIA LOPES SUTIL	4,80	0,40	0,20	0,20	5,60	5,60	APROVADO	6º
0072	TÁBATA SLAVEIRO	4,20	0,40	0,60	0,00	5,20	5,20	APROVADO	7º
0004	CARLA TEIXEIRA DA ROSA	4,20	0,20	0,20	0,60	5,20	5,20	APROVADO	8º
0059	ANA PAULA TROJAN	4,20	0,40	0,20	0,20	5,00	5,00	APROVADO	9º
0024	ISALIA SALETE BUSNELLO	3,60	0,80	0,20	0,40	5,00	5,00	APROVADO	10º
0061	VANESSA CRISTINA TONIELO	3,60	0,80	0,20	0,20	4,80	4,80	APROVADO	11º
0003	BETANIA ROZA	3,60	0,20	0,20	0,60	4,60	4,60	APROVADO	12º
0051	PALOMA CATARINA ALVES	3,00	0,80	0,20	0,20	4,20	4,20	APROVADO	13º
0077	ELIZANGELA DE OLIVEIRA TOSCAN	3,00	0,60	0,00	0,20	3,80	3,80	APROVADO	14º
0068	LAIRCE DE ALMEIDA TONIELLO	3,00	0,40	0,20	0,20	3,80	3,80	APROVADO	15º
0046	ELISA MASCARELLO	3,00	0,20	0,20	0,40	3,80	3,80	APROVADO	16º
0028	ELIANE SOARES	2,40	0,40	0,00	0,20	3,00	3,00	APROVADO	17º

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (MICROÁREA 06 / INTERIOR)

INSCRIÇÃO	CANDIDATOS	CE	LP	MT	CG	NPE	Nota Final	SITUAÇÃO	CLASS
0042	IDINÉIA SALVADEGO	3,60	0,40	0,40	0,20	4,60	4,60	APROVADO	1º
0002	JULIANA VEIGA SCHMIDT	3,00	0,80	0,40	0,40	4,60	4,60	APROVADO	2º
0085	ADRIANA FERREIRA TERRES	3,00	0,60	0,20	0,40	4,20	4,20	APROVADO	3º

AGENTE DE MANUTENÇÃO

INSCRIÇÃO	CANDIDATOS	CE	LP	MT	CG	NPE	Nota Final	SITUAÇÃO	CLASS
0017	AMANDA SERIACO CAMPAGNOLO	4,00	0,80	1,20	0,20	6,20	6,20	APROVADO	1º
0081	ALEX SANDRO DA SILVA	3,00	0,80	1,60	0,60	6,00	6,00	APROVADO	2º
0025	FRANCALAS CORREA	4,00	1,20	0,40	0,20	5,80	5,80	APROVADO	3º
0029	ADRIANA RODRIGUES DA SILVEIRA	4,00	0,40	0,40	0,20	5,00	5,00	APROVADO	4º
0008	PAULO SERIACO	2,00	1,20	1,20	0,00	4,40	4,40	APROVADO	5º
0038	ALDACY FATIMA GRISA	3,00	0,40	0,80	0,00	4,20	4,20	APROVADO	6º
0020	ADEMIR CORREIA	2,00	0,40	1,20	0,20	3,80	3,80	APROVADO	7º
0070	JOSÉ DE OLIVEIRA PRESTES	2,00	0,40	0,40	0,60	3,40	3,40	APROVADO	8º
0033	ANTONIO CORREIA	2,00	0,40	0,40	0,40	3,20	3,20	APROVADO	9º
0026	TAÍS CASSEMIRO	1,00	0,40	1,60	0,00	3,00	3,00	APROVADO	10º
0041	VANILDE TEREZINHA ZANDONA	2,00	0,80	0,00	0,00	2,80	2,80	APROVADO	11º
0049	VOLMAR CASSEMIRO	2,00	0,00	0,40	0,40	2,80	2,80	APROVADO	12º
0071	ARI FERNANDES	2,00	0,00	0,00	0,60	2,60	2,60	APROVADO	13º
0056	FELIPE XAVIER LEITE	0,00	0,80	1,60	0,20	2,60	2,60	APROVADO	14º
0015	VALMIR DA ROSA	1,00	0,40	0,40	0,40	2,20	2,20	APROVADO	15º
0027	SIDINÉIA CASSEMIRO	1,00	0,40	0,00	0,00	1,40	1,40	APROVADO	16º
0014	REGINALDO DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	REPROVADO	--
0010	FLAVIO LUIZ PICINATTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
0079	LUAN TEDESCO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
0087	RENATO BRASIL DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
0007	LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA DE MORAES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

MÉDICO (CLÍNICO GERAL)

INSCRIÇÃO	CANDIDATOS	CE	LP	MT	CG	NPE	Nota Final	SITUAÇÃO	CLASS
-----------	------------	----	----	----	----	-----	------------	----------	-------

0043	GUILHERME AFONSO FABIANI CAMPOS SOARES	4,20	1,40	0,60	0,80	7,00	7,00	APROVADO	1º
0011	FERNANDA DALLA LANA	4,20	1,00	0,80	0,20	6,20	6,20	APROVADO	2º
0063	SARAH MICHELON ALVES	3,60	1,40	0,60	0,60	6,20	6,20	APROVADO	3º
0012	ISABEL RUARO COLOMBO	3,60	0,80	0,40	0,40	5,20	5,20	APROVADO	4º
0058	JÉSSICA HELENA DA SILVA	1,80	1,80	0,40	0,20	4,20	4,20	APROVADO	5º
0047	BARBARA ANDREIS	1,80	1,40	0,60	0,20	4,00	4,00	APROVADO	6º
0074	ANNA MARIA MARESCH	1,80	1,20	0,20	0,60	3,80	3,80	APROVADO	7º
0089	RENAN CARLOS CORADI	1,20	0,80	0,80	0,40	3,20	3,20	APROVADO	8º
0067	ANTONIO SOBERANO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

MOTORISTA

INSCRIÇÃO	CANDIDATOS	CE	LP	MT	CG	NPE	NPP	Nota Final	SITUAÇÃO	CLASS
0054	JEFERSON CARLOS TONIELLO	2,00	0,40	1,60	0,40	4,40	10,00	7,76	APROVADO	1º
0032	ALDINHO DE MARTINI	2,00	0,40	1,60	0,60	4,60	6,00	5,44	APROVADO	2º
0065	SÉRGIO BALZZAN	3,00	1,20	1,60	0,20	6,00	5,00	5,40	APROVADO	3º
0083	LEONIR MASSON	4,00	1,20	1,60	0,20	7,00	0,00	2,80	REPROVADO	--
0062	MAURI ANTÔNIO SANTIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
0019	LUIZ CARLOS CORREIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

NUTRICIONISTA

INSCRIÇÃO	CANDIDATOS	CE	LP	MT	CG	NPE	Nota Final	SITUAÇÃO	CLASS
0053	JOSIANE CRISTINA MENEGAZZI	3,00	1,20	0,60	0,80	5,60	5,60	APROVADO	1º
0050	JULIANE TREVISAN BAZZEI	2,40	0,60	0,60	0,60	4,20	4,20	APROVADO	2º

VIGIA

INSCRIÇÃO	CANDIDATOS	CE	LP	MT	CG	NPE	Nota Final	SITUAÇÃO	CLASS
0080	WAGNER SCHARDONG	5,00	1,20	2,00	0,60	8,80	8,80	APROVADO	1º
0084	MARCELO AUGUSTO SANDI	4,00	1,20	2,00	0,40	7,60	7,60	APROVADO	2º
0055	GIOVANI MARCELO TOIGO	3,00	1,60	2,00	0,20	6,80	6,80	APROVADO	3º
0009	AVELINO RIBEIRO DA ROSA	4,00	0,80	1,60	0,20	6,60	6,60	APROVADO	4º
0013	EDERSON BRUNO MORESCO	3,00	0,80	0,80	0,60	5,20	5,20	APROVADO	5º
0039	NEOLIR BAZEI	3,00	0,40	1,60	0,00	5,00	5,00	APROVADO	6º
0075	ALENCAR DECOL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
0088	SAMUEL GALIOTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--

EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 113/2017

Publicação Nº 1656073

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO ADITIVO DE CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 16/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94

Processo de Licitação Nº: 26/2017

Contrato Administrativo nº: 113/2017

Objeto: LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA.

Valor: Fica acrescido ao objeto originário do contrato o licenciamento de uso sistema de Gestão do E-Social não customizável, no valor mensal de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)

Vigência: 01/01/2018 à 31/12/2018.

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67.

Jaborá, SC, 18 de junho de 2018.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

Jacinto Machado

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO Nº 52/2018 PP

Publicação Nº 1656705

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 52/2018 – Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Aquisição parcelada de 65 (sessenta e cinco) toneladas de Massa Asfáltica Usinada Quente (CAUQ) e Emulsão asfáltica RR-1C, para manutenção de vias públicas do município de Jacinto/SC.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 08h15min do dia 29/06/2018.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 08h30min do dia 29/06/2018.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, no município de Jacinto Machado/SC, no horário das 07h30min as 11h30min e das 13h as 17h, em dias úteis, ou através do e-mail licita@jacintomachado.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3535-1133. João Batista Mezzari

Prefeito Municipal

AVISO DA LICITAÇÃO Nº 53/2018 PP

Publicação Nº 1657419

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 53/2018 – Pregão Presencial - menor preço por lote.

Objeto: aquisição parcelada de peças para manutenção preventiva e corretiva das máquinas pesadas do município de Jacinto Machado/SC, para o exercício de 2018.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 13h15min do dia 29/06/2018.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 13h30min do dia 29/06/2018.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, no município de Jacinto Machado/SC, no horário das 07h30min as 11h30min e das 13h as 17h, em dias úteis, ou através do e-mail licita@jacintomachado.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3535-1133. João Batista Mezzari

Prefeito Municipal

RESULTADO JULGAMENTO PROPOSTA E HABILITAÇÃO LIC 48/2018 PP

Publicação Nº 1656265

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

RESULTADO DO JULGAMENTO DE PROPOSTAS E HABILITAÇÃO

Licitação nº 48/2018 – Pregão Presencial

Objeto: Aquisição parcelada de 30 (trinta) toneladas de Massa Asfáltica Usinada Quente (CAUQ) e Emulsão asfáltica RR-1C, para manutenção de vias públicas do município de Jacinto/SC.

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado torna público o resultado do julgamento da Licitação 48/2018 – Pregão Presencial, que resultou DESERTA.

Jacinto Machado, 14 de Junho de 2018.

Jaison Pinheiro da Silva

Pregoeiro

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RESULTADO DE JULGAMENTO - CONCORRÊNCIA 34/2018

Publicação Nº 1657168

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA 34/2018

Tendo analisado a Ata de Abertura e Julgamento da CONCORRÊNCIA nº 34/2018, bem como a decisão da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 11.918/2018, constatei total regularidade no procedimento da Comissão Especial, tanto no que se refere ao julgamento como na decisão apresentada.

ISTO POSTO, H O M O L O G O, por oportuno e conveniência, o procedimento licitatório realizado, adjudicando o objeto "Prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização da Estrada Geral Rio Molha (JGS 030) no Bairro Rio Molha, em Jaraguá do Sul SC, com extensão total de 2.040 m (dois mil e quarenta metros), com fornecimento de materiais e mão de obra" da TOMADA DE PREÇOS nº 65/2018, tipo Menor Preço Global à empresa: INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, com o valor Global de R\$ 998.132,81 (novecentos e noventa e oito mil cento e trinta e dois reais e oitenta e um centavos), autorizando a despesa e determinando ainda que seja dada ciência ao participante.

Jaraguá do Sul (SC), 15 de junho de 2018.

ANTIDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO CONCORRÊNCIA 34/2018

A Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 11.918/2018, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 34/2018, na modalidade de CONCORRÊNCIA, que teve como objeto a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização da Estrada Geral Rio Molha (JGS 030) no Bairro Rio Molha, em Jaraguá do Sul SC, com extensão total de 2.040 m (dois mil e quarenta metros), teve o seguinte resultado:

Empresa vencedora: INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, com o valor Global de R\$ 998.132,81 (novecentos e noventa e oito mil cento e trinta e dois reais e oitenta e um centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 15 de junho de 2018.

Ivan Andréias Wolter
Presidente da Comissão Especial de Licitações
Decreto nº 11.918/2018

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 001/2018.

Publicação Nº 1656880

Convocação de Processo Seletivo 001/2018.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria, VANESSA BEATRIZ DE ALMEIDA, convocados(a) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Processo Seletivo 001/2018 Cargo de Médica Pediatra – 20H.

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 001/2018.

Publicação Nº 1656898

Convocação de Processo Seletivo 001/2018.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria, CRISTIANE CROTTI DA COSTA, convocados(a) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Processo Seletivo 001/2018 Cargo de Enfermeiro – 40H.

CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 001/2018.

Publicação Nº 1656888

Convocação de Processo Seletivo 001/2018.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria, CATIELE BARBIZAN FERREIRA, convocados(a) para comparecer junto a Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, a partir da ciência desta, a fim de tratar da vossa admissão no serviço público conforme Processo Seletivo 001/2018 Cargo de Assistente Social – 30H.

DECISÃO ADMINISTRATIVA - RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA AC SOLUÇÃO AMBIENTAL LTDA., PROTOCOLADO SOB O Nº 13517/2018 E CONTRARRAZÕES OFERTADAS PELA EMPRESA AGROSIG ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE EIRELI – EPP, PROTOCOLADA SOB O Nº 14851/2018

Publicação Nº 1657279

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Recurso interposto pela empresa AC Solução Ambiental Ltda., protocolado sob o Nº 13517/2018 e Contrarráções ofertadas pela empresa Agrosig Engenharia e Meio Ambiente Eireli – EPP, protocolada sob o Nº 14851/2018

DECISÃO ADMINISTRATIVA

I RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa AC Solução Ambiental Ltda., ante a habilitação da empresa Agrosig Engenharia e Meio Ambiente Eireli – EPP no certame Tomada de Preços nº 32/2018, qual tem como objeto a prestação de serviços técnicos de engenharia e consultoria especializada, destinada para revisar e atualizar o Plano Municipal de Redução de Riscos – PMRR de Jaraguá do Sul.

Preliminarmente verifica-se que o recurso interposto pela empresa AC Solução Ambiental Ltda. foi tempestivamente protocolado em 14/05/2018, vez que a sessão de abertura e julgamento das habilitações e propostas se deu em 07/05/2018.

Pleiteia em síntese a ora recorrente, a reforma da decisão proferida pela Comissão Especial de Licitação a fim de inabilitar a empresa Agrosig Engenharia e Meio Ambiente Eireli EPP, vez que segundo a ora recorrente, a habilitação foi equivocada, pois o Atestado apresentado na sessão do certame não comprova que já executou

serviço anterior similar ou compatível ao ora licitado, descumprindo a exigência editalícia, bem como a disposição legal contida no § 3º do art. 30 da Lei de licitações. Aduz ainda que os atestados apresentados foram expedidos a mais de 60 (sessenta) dias, e que a empresa Agrosig também desatendeu a alínea "k" do item 6.1 do Edital, vez que teria que demonstrar a experiência dos profissionais mencionados.

Em contrarrazões, a empresa Agrosig Engenharia e Meio Ambiente Eirelli EPP sustenta que sua habilitação foi corretamente efetuada pela Comissão Especial, vez que está devidamente cadastrada nesta municipalidade (cadastro nº 789) para prestar serviços de engenharia e geologia; que os atestados apresentados são compatíveis com o objeto a ser contratado, consoante ao que consta no item 6.1 "j" do Edital e 9 do Termo de Referência, pois estes apresentam aspectos técnicos e metodológicos relacionado à áreas de risco geotécnico, risco hidrológico e interpretação integrada desses processos. Informa ainda que a recorrente desconhece as disposições da Lei Federal 8.666/93 em especial o art.30, §5º que não cabe estipulação de prazo para atestados de capacidade técnica. A alegação de que houve descumprimento do item 6.1 "k", está equivocada vez que o edital pede declaração e que a comprovação da equipe técnica deverá ser demonstrada apenas pela vencedora do certame.

Ressalta-se que a Comissão Permanente de Licitações do Fundo Rotativo Habitacional - FROHAB, designada pelo Decreto Municipal nº 11.882/2018, se manifestou acerca do presente recurso, e emitiu manifestação técnica asseverando que à luz dos princípios basilares da licitação pública, ponderadas as Razões da Recorrente AC SOLUÇÃO AMBIENTAL LTDA e as Contrarrazões apresentadas pela empresa AGROSIG ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE EIRELLI – EPP, com especial atenção à reanálise técnica realizada pelo Engenheiro Civil Fausto Luiz Domingues acerca dos documentos apresentados pela proponente AGROSIG ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE EIRELLI – EPP, propõe que seja NEGADO PROVIMENTO ao recurso interposto, mantendo-se a decisão da Comissão Permanente de Licitações do FROHAB que HABILITOU a empresa AGROSIG ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE EIRELLI – EPP no certame do processo licitatório TP 032/2018.

O parecer jurídico anexo fala da constatação de erro formal da Comissão ao abrir as propostas das empresas declaradas habilitadas, nesta etapa do processo licitatório em comento, sem antes transcorrer o prazo para recurso referente a análise das habilitações, e que cabe a administração pública rever seus atos a qualquer tempo, sempre que coloque em prejuízo os interessados no processo, ou os envolvidos no processo, também o tem quanto ao saneamento quando tratar-se de vício material ou vício de forma. Realizada a manifestação jurídica, os autos foram remetidos ao Secretário da Administração para decisão em grau definitivo.

É o relatório.

II FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente cabe destacar que a competência para julgamento do recurso está disposta na Lei 8.666/93, art. 109, § 4º, dispondo que o recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio de quem praticou o ato recorrido, cabendo assim, ao Secretário da Administração proferir decisão administrativa.

Conforme o parecer da Procuradoria Geral do Município, constata-se que a Comissão Permanente de Licitações do FROHAB ao efetuar o julgamento das habilitações, o fez em consonância ao estabelecido no edital, em respeito aos princípios da isonomia, julgamento objetivo, legalidade e vinculação ao instrumento convocatório.

Considerando também que o ato diante do erro formal não o torna ato jurídico perfeito e acabado, o parecer jurídico esclarece que se faz imprescindível a sua reformulação para que possa produzir seus efeitos desejados sem prejuízos a administração e a terceiros,

recomendando a declaração de nulidade do ato da Comissão que declarou vencedora a empresa Agrosig Engenharia e Meio Ambiente Eirelli EPP, antes da apreciação de eventuais recursos relacionados a análise das habilitações, para que somente após a decisão sobre os recursos, se dê sequência ao procedimento da análise das propostas.

Ressaltando que não se vislumbra prejuízo em relação ao conhecimento das mesmas, visto que na modalidade do presente certame, qual seja Tomada de Preços, não há disputa de preços e que após a entrega dos envelopes não cabe mais desistência dos valores das propostas.

III DISPOSITIVO

Diante do exposto, por tudo mais que dos autos consta e do direito aplicável à espécie, conhecendo do recurso, tendo em vista o Parecer da Procuradoria Geral do Município e também a decisão apresentada no Relatório da Comissão Permanente de Licitações do FROHAB, a Secretaria da Administração decide pela IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO, porém se faz imprescindível a reformulação do ato para que possa produzir seus efeitos desejados sem prejuízos a administração e a terceiros, DETERMINANDO a declaração de nulidade do ato da Comissão que declarou vencedora a empresa Agrosig Engenharia e Meio Ambiente Eirelli EPP, antes da apreciação de eventuais recursos relacionados a análise das habilitações, para que somente após a decisão sobre os recursos, se dê sequência ao procedimento da análise das propostas e encaminha o mesmo à Diretoria de Compras, Licitações e Suprimentos para as devidas providências.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2018.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal da Administração

DECRETO Nº 12.149/2018

Publicação Nº 1657082

D E C R E T O Nº 12.149/2018

Designa Coordenador do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) do Município de Jaraguá do Sul.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.682/2018, de 12/06/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 090/2018/Semash-DH, de 13/06/2018, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

DECRETA :

Art.1º Fica designado, a partir de 13/06/2018, o Diretor de Habitação, LUÍS FERNANDO ALMEIDA, para exercer a função de COORDENADOR do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) do Município de Jaraguá do Sul.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/06/2018, revogado o Decreto Municipal Nº 11.194/2017, de 25/01/2017.

Jaraguá do Sul, 18 de junho de 2018.

UDO WAGNER

Prefeito

em Exercício

DECRETO Nº 12.150/2018

Publicação Nº 1657083

D E C R E T O Nº 12.150/2018

Designa Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) do Município de Jaraguá do Sul.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, da Lei Municipal Nº 7.682/2018, de 12/06/2018; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 090/2018/Semash-DH, de 13/06/2018, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

DECRETA :

Art.1º Fica designado, a partir de 13/06/2018, o Diretor de Habitação, LUÍS FERNANDO ALMEIDA, ORDENADOR do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) do Município de Jaraguá do Sul, para movimentar e aplicar os recursos do mesmo, em conjunto com a Gerente de Habitação, TACIANA TECILLA GESSNER.

Art.2º As contas do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) serão movimentadas sempre em conjunto de duas assinaturas.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/06/2018.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de junho de 2018.

UDO WAGNER

Prefeito

em Exercício

DECRETO Nº 12.151/2018

Publicação Nº 1657085

D E C R E T O Nº 12.151/2018

Designa Fiscal e Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 128/2017, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, drenagem e calçadas do acesso e do estacionamento da Arena Jaraguá, localizada na Rua Gustavo Hagedorn, Nº 636, no bairro Nova Brasília, no Município de Jaraguá do Sul/SC, num total de 6.941,16m² (Seis mil, novecentos e quarenta e um vírgula dezesseis metros quadrados);

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 102/2018/Gapref-EP, de 08/06/2018;

DECRETA :

Art.1º Fica designado, a partir de 1º/06/2018, o servidor público municipal HUMBERTO JOSÉ TRAVI, matrícula 80049, Engenheiro, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 128/2017, com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, em substituição a Felipe Emmendorfer Scheuer.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2018, revogado o artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 11.599/2017, de 16/10/2017.

Jaraguá do Sul, 18 de junho de 2018.

UDO WAGNER

Prefeito

em Exercício

DECRETO Nº 12.152/2018

Publicação Nº 1657086

D E C R E T O Nº 12.152/2018

Regulamenta O PROGRAMA BOLSA CULTURAL - INCENTIVANDO TALENTOS, Instituído pela Lei Municipal Nº 7.616/2018, de 17 de Abril de 2018.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso da competência e atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal; c/c o artigo 27, da Lei Municipal Nº 7.616/2018, de 17 de abril de 2018,

DECRETA :

Art.1º Fica regulamentado, nos termos deste Decreto, o PROGRAMA BOLSA CULTURAL - INCENTIVANDO TALENTOS, instituído pela Lei Municipal Nº 7.616/2018, de 17/04/2018.

Art.2º O PROGRAMA BOLSA CULTURAL - INCENTIVANDO TALENTOS tem por finalidade o apoio financeiro concedido por meio de Bolsas Culturais a crianças, jovens, adultos e idosos residentes no Município, interessados na aprendizagem, qualificação, aperfeiçoamento, formação e desenvolvimento de modalidades artísticas, selecionados por Edital de Chamamento Público, para serem atendidos em entidades culturais do Município, também credenciadas por meio de Edital de Chamamento Público específico.

Art.3º O PROGRAMA BOLSA CULTURAL tem como objetivos:

I - fomentar ensino, formação, qualificação, aperfeiçoamento, difusão, preservação e expressão de manifestações artísticas e culturais, em consonância com as metas, diretrizes e objetivos do Plano Municipal de Cultura;

II - desenvolver a prática de atividades culturais e artísticas como meio de promoção educacional, social e cultural, mediante a concessão de bolsas remuneradas e incentivos técnicos e materiais;

III - incentivar talentos artísticos e culturais, beneficiando indivíduos residentes no Município;

IV - valorizar e apoiar artistas, agentes e entidades culturais, incentivando e aperfeiçoando habilidades e projetos artístico culturais em ações de formação, multiplicação do conhecimento e experiências à comunidade.

Parágrafo único. São objetivos específicos do PROGRAMA BOLSA CULTURAL - INCENTIVANDO TALENTOS:

a) fomentar ações de incentivo e manutenção no desenvolvimento da economia da cultura, firmando parceria com entidades afins, no intuito de oferecer bolsas culturais que proporcionem acesso ao desenvolvimento das potencialidades artísticas aos interessados e selecionados;

b) contemplar crianças, jovens, adultos e idosos com bolsas culturais em forma de auxílio financeiro, para pagamento, total ou parcial, de mensalidades e/ou cursos na área das artes e da cultura;

a) oportunizar apresentações artísticas de novos talentos em

eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, ou outro órgão ou unidade que a substituir, ou por entidades parceiras;

b) estimular a formação de plateia e público para as diferentes linguagens artísticas, ampliando as vivências e a compreensão da cultura em suas dimensões simbólica, econômica e cidadã.

Art.4º A Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, ou outra que a suceder, constituirá Comissão Especial de caráter permanente, denominada Comissão de Monitoramento e Avaliação do Programa Bolsa Cultural, com atribuição de proceder aos trâmites de credenciamento, concessão das bolsas, acompanhamento e avaliação, entre outros assuntos relacionados ao PROGRAMA BOLSA CULTURAL, de acordo com os objetivos específicos, critérios e normas estabelecidos.

§1º A Comissão de Monitoramento e Avaliação do PROGRAMA BOLSA CULTURAL será integrada por 05 (cinco) membros da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, ou outro órgão ou unidade que a substituir, conforme segue:

I - Secretário(a) Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;
II - Diretor(a) de Esporte;
III - Gerente de Esporte; e

IV - 02 (dois) profissionais do quadro efetivo da Prefeitura de Jaraguá do Sul, com formação em Arte ou áreas afins.

§2º Caberá à Comissão de Monitoramento e Avaliação do PROGRAMA BOLSA CULTURAL a análise documental e demais trâmites de avaliação e classificação para seleção das entidades e dos alunos, conforme Editais de Chamamento Público.

Art.5º O processo de acesso e seleção para o PROGRAMA BOLSA CULTURAL - INCENTIVANDO TALENTOS será por meio de Edital de Chamamento Público, para os quais serão realizados dois procedimentos, conforme segue:

I - credenciamento de entidades culturais no Município (Edital de Chamamento Público), disponibilizando vagas em áreas e modalidades nas quais dispõem de profissionais credenciados e habilitados;

II - seleção e credenciamento de crianças, jovens, adultos e idosos residentes no Município para acesso a vagas disponíveis para cursos nas mais diversas modalidades ou linguagens artísticas e culturais nas entidades credenciadas.

§1º As condições para credenciamento das entidades, definição das áreas, modalidades e demais informações necessárias ao processo para disponibilizar vagas aos candidatos à BOLSA CULTURAL - INCENTIVANDO TALENTOS serão descritas e divulgadas em edital próprio a ser disponibilizado.

§2º As condições para credenciamento, o número de vagas por área e modalidade disponíveis, critérios técnicos de pontuação e outras informações pertinentes para acesso dos candidatos às vagas disponibilizadas pelas entidades credenciadas serão divulgadas em edital próprio a ser disponibilizado.

Art.6º O número total de bolsas culturais no PROGRAMA BOLSA CULTURAL - INCENTIVANDO TALENTOS e o valor unitário anual calculado para as bolsas serão definidos de acordo com os recursos financeiros específicos e pesquisa de mercado.

Art.7º Os Editais de Chamamento Público deverão ser publicados no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), Diário Oficial do Estado, Jornal de Circulação Local ou Regional e Estadual, bem como divulgado no Portal Eletrônico da Prefeitura de Jaraguá do Sul, preferencialmente, no início ou no final de cada ano.

Art.8º A concessão de BOLSA CULTURAL - INCENTIVANDO TALENTOS, tanto para entidades credenciadas, quanto para alunos beneficiados, não gera vínculo laboral ou de qualquer natureza com a Administração Pública Municipal, sendo que o valor pago possui caráter indenizatório.

Art.9º A concessão da BOLSA CULTURAL - INCENTIVANDO TALENTOS fica limitada a 01 (uma) bolsa por aluno.

Parágrafo único. Qualquer interessado poderá impugnar a concessão da BOLSA CULTURAL - INCENTIVANDO TALENTOS por meio de recurso devidamente fundamentado, encaminhado à Comissão de Monitoramento e Avaliação do PROGRAMA BOLSA CULTURAL, que analisará, em primeira e única instância administrativa, as razões apresentadas.

Art.10. Com o deferimento da concessão da BOLSA CULTURAL - INCENTIVANDO TALENTOS, o aluno requerente, obrigatoriamente, representará o Município de Jaraguá do Sul em todas as atividades relacionadas com o Programa, realizadas pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, ou outra que a suceder, sob pena de, obrigatoriamente, ter que devolver integralmente os recursos recebidos até 30 (trinta) dias após a efetiva recusa por parte do requerente.

Art.11. O candidato beneficiado com a BOLSA CULTURAL - INCENTIVANDO TALENTOS deverá assinar autorização para o uso de imagem, voz, nome e/ou apelido cultural em imagens e anúncios oficiais do Município, bem como usará a marca oficial do Município de Jaraguá do Sul e da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, ou outra que a suceder, e de seus patrocinadores oficiais em seus uniformes e nas demais matérias de divulgação e marketing.

Art.12. A BOLSA CULTURAL - INCENTIVANDO TALENTOS será concedida dentro do exercício fiscal, com pagamentos mensais, e, ainda, se houver previsão de dotação orçamentária.

Art.13. A concessão do benefício ficará condicionada à assinatura do respectivo Termo de Compromisso do aluno, segundo modelo anexado ao Edital de Chamamento, no qual constará, expressamente, as obrigações do beneficiário e que o apoio financeiro deixará de ser concedido caso não sejam cumpridos os requisitos estabelecidos.

Art.14. As entidades credenciadas e contratadas farão jus à remuneração mensal de acordo com a demanda de alunos matriculados, devidamente comprovado através de documento específico, de relatório de atividades e ficha de presença, anexados ao Edital de Chamamento, em conformidade com o valor da Bolsa Cultural por aluno.

Art.15. Será automaticamente desligado do PROGRAMA BOLSA CULTURAL - INCENTIVANDO TALENTOS a entidade ou o aluno que deixar de cumprir rigorosamente as normas do Edital.

Art.16. As despesas decorrentes da concessão do PROGRAMA BOLSA CULTURAL - INCENTIVANDO TALENTOS correrão à conta dos recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, ou outra que a suceder, suplementadas, se necessário.

Art.17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de junho de 2018.

UDO WAGNER
Prefeito
em Exercício

DECRETO Nº 12.153/2018

Publicação Nº 1657087

D E C R E T O Nº 12.153/2018

Declara de Utilidade Pública Imóvel de INAURIA DE LOURDES MEES, ISOLETE TEREZINHA MEES HIRSCHEN E GABRIEL HIRSCHEN, IVONE MARIA MEES, e ADRIANA MEES LOOSE E JOSEANO MARIO LOOSE.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, em Exercício, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo 6º, do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 143/2018/Semplu-GDU, de 13/06/2018, da Gerência de Desenvolvimento Urbano;

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de rotatória na intersecção das Ruas 43 - Padre Alberto Romuald Jakobs e 37 - João Planincheck, no bairro Nova Brasília, neste Município;

DECRETA :

Art.1º Fica declarado de Utilidade Pública, nos termos do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, para fins de desapropriação amigável ou judicial, o imóvel com 458,00m2, edificado com uma casa de madeira, com os demais dados identificativos na MI Nº 74.357, do CRI desta Comarca, cadastrado na Prefeitura de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 5.780, situado à Rua 43 - Padre Alberto Romuald Jakobs, esquina com a Rua 37 - João Planincheck, bairro Nova Brasília, perímetro urbano, neste Município, de propriedade de INAURIA DE LOURDES MEES, ISOLETE TEREZINHA MEES HIRSCHEN E GABRIEL HIRSCHEN, IVONE MARIA MEES, e ADRIANA MEES LOOSE E JOSEANO MARIO LOOSE.

Art.2º O imóvel a que se refere o artigo precedente, representado na planta topográfica anexa, passará a integrar o patrimônio público municipal na categoria de bem de uso comum do povo, e destinar-se-á à implantação de rotatória na intersecção das Ruas 43 - Padre Alberto Romuald Jakobs e 37 - João Planincheck, no bairro Nova Brasília, neste Município.

Art.3º Fica isento da incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), o imóvel objeto deste Decreto.

Art.4º As despesas decorrentes do presente ato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de junho de 2018.

UDO WAGNER

Prefeito

em Exercício

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 040/2018 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

Publicação Nº 1656866

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 040/2018 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

O Chefe de Fiscalização de Posturas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista a situação emergencial e o amparo legal, com fundamento nos termos do artigo 10-a da Lei Municipal 1182/88 e Artigo 4º, III da Lei 5427/2009, CIENTIFICA o contribuinte abaixo identificado acerca da notificação emitida:

Notificado (a)	CPF/CNPJ	Notificação	Medida Determinada	Prazo para Cumprimento
André Cleber de Melo	970.112.909 -15	24144/2018	Realizar roçada e limpeza do terreno baldio e da calçada do imóvel cadastro na PMJS nº 38794.	15 dias

Considera-se notificado o contribuinte acima listado no prazo de 15 dias a contar da publicação deste, período ao qual após, acarretará na aplicação de multa contra o notificado, nos termos do Art. 7º da Lei 5427/2009, sem o prejuízo da obrigação de fazer ou desfazer e da ação das demais autoridades competentes.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 005/2018

Publicação Nº 1650800

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 005/2018

O Município de Jaraguá do Sul, por intermédio do Sr. Prefeito Municipal Antídio Aleixo Lunelli e do Sr. Secretário Municipal da Fazenda Márcio Erdmann, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal, c/c art. 81 e 82 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24 de fevereiro de 1967, da Lei Complementar 179, de 02 de dezembro de 2016, que alterou os artigos 244 a 256, da Lei Complementar nº 001/93, de 18 de novembro de 1993 - Código Tributário Municipal, da Lei Municipal 7.622 de 26 de abril de 2018 e da Lei 7.673 de 08 de junho de 2018; TORNA PÚBLICO a quem interessar possa, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis com frente (ou testada) para os trechos de ruas do perímetro urbano identificadas neste Edital, que serão executadas pelo Município as obras de melhorias

de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custos, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras para fins de possível cobrança de Contribuição de Melhoria decorrente de obras de pavimentação na via pública da cidade, identificadas no item 2, conforme segue:

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

2. DO LOCAL DA OBRA:

TRECHO 1: Extensão de 219,88 (duzentos e dezenove vírgula oitenta e oito) metros lineares da Rua 59 – Irmão Leandro, no Bairro Tifa Martins;

TRECHO 2: Extensão de 644,64 (seiscentos e quarenta e quatro vírgula sessenta e quatro) metros lineares da Rua 462 – Pedro Arcino Dias, no Bairro Tifa Martins;

TRECHO 3: Extensão de 459,40 (quatrocentos e cinquenta e nove vírgula quarenta) metros lineares da Rua 1128 – Bertholdo Juncks, no Bairro Tifa Martins;

TRECHO 4: Extensão de 252,36 (duzentos e cinquenta e dois vírgula trinta e seis) metros lineares da Rua 933 – Ewald Zellmer, no Bairro Rau.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com o trecho das ruas mencionadas no item 2 que sofrerem valorização, conforme planta de localização constante do projeto do anexo I.

4. MEMORIAL DESCRITIVO:

O Memorial Descritivo integra o presente edital na forma de Anexo II e se presta a traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras de pavimentação que, exemplificando, podem ser: serviço de topografia, alinhamento, nivelamento com caixas coletoras de águas pluviais (boca de lobo), escavação, compactação, drenagem, abertura mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de terraplenagem como cortes e aterros, meios fio, sinalização, pintura e inclusive compactação destes.

5. ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA:

O custo total da obra descrita no presente Edital (Anexo III), está orçado em R\$ 1.915.535,40 (um milhão, novecentos e quinze mil, quinhentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos), tendo como fonte de recursos o programa BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.

6. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será de 60% (sessenta por cento), com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados, limitando-se o pagamento máximo a R\$ 300,00 (trezentos reais) o metro linear para cada unidade, cabendo ao Município arcar com o custo restante de 40% (quarenta por cento), bem como aquele que extrapolar o limite aqui referido.

A base de cálculo será estabelecida pelo quantum de valorização experimentado por cada imóvel, cujo valor será obtido pelo comparativo dos seus laudos de avaliação, o primeiro elaborado antes do início dos trabalhos (Anexo IV), e se encontra a disposição dos interessados junto à municipalidade e o segundo ao seu término.

A Comissão Especial de Avaliação de Imóveis, constituída pelos Decretos Municipais nº 11.529, de 18/12/2017 e 11.989, de 20/04/2018, fixará o valor imobiliário dos imóveis que se encontram dentro da zona de influência da obra pública.

Os laudos de avaliação gozam de presunção de veracidade e legitimidade, admitida prova em contrário, e não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

Correrão por conta do Município de Jaraguá do Sul: a) as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município, Estado e União ou isentos de contribuição de melhorias; b) as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

7. FORMA DE PAGAMENTO:

O contribuinte poderá a seu critério, optar pela forma de pagamento que melhor lhe convier, conforme previsto no art. 255, da LC 001/93, alterado pela LC 179/2016 - Código Tributário Municipal.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

Integra o presente Edital o primeiro laudo de avaliação, anterior à avaliação da obra.

Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital e seus anexos (inclusive do laudo de avaliação prévio), dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de sua publicação.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria da Fazenda, por meio de petição, que servirá para início do processo administrativo, no local o interessado deverá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra dentre outros elementos.

A impugnação não obstruirá o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o recorrente.

9. DA RECLAMAÇÃO QUANTO AO LANÇAMENTO:

Após a elaboração do segundo laudo de avaliação, o lançamento do tributo e a notificação do contribuinte, este poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, apresentar reclamação que suspenderá os efeitos do lançamento e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o valor do lançamento, retoma-se do movimento em que havia sido suspenso o prazo fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

10. DOS ANEXOS:

Integram o presente Edital, sendo parte integrante do mesmo, os seguintes anexos:

ANEXO I – PROJETO GEOMÉTRICO, DE DRENAGEM PLUVIAL E DE ÁREAS DA PAVIMENTAÇÃO;

ANEXO II - MEMORIAL DESCRITIVO;

ANEXO III - ORÇAMENTO DE CUSTOS DAS OBRAS;

ANEXO IV- RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS E LAUDOS DE AVALIAÇÃO PRÉVIA.

Os anexos podem ser obtidos na Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no horário das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no horário das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2018.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

Márcio Erdmann

Secretário Municipal da Fazenda

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2018 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO - RESULTADO DA ANÁLISE DAS AMOSTRAS

Publicação Nº 1657177

EDITAL**PREGÃO PRESENCIAL**

PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

TIPO: Menor Preço Por Item

RESULTADO DA ANÁLISE DAS AMOSTRAS

O Município de Jaraguá do Sul, através da Pregoeira e sua Equipe de Apoio, comunicam aos interessados no Pregão Presencial acima, que pelos motivos transcritos no Parecer Técnico da Comissão Especial designada pelo Decreto nº 12.003/2018 (anexo), restam CLASSIFICADAS as AMOSTRAS apresentadas, em atendimento ao Edital.

Desta forma, o processo licitatório será encaminhado a Autoridade competente para a devida Adjudicação e Homologação dos objetos as empresas vencedoras do certame:

REPUME REPUXAÇÃO E METALÚRGICA LTDA nos itens 01, 05, 07 e 09;

LS SOLUÇÕES EM ILUMINAÇÃO LTDA EPP nos itens 02 e 04;

TRÓPICO EQUIP. ELÉTRICOS ILUM. IND. E COM. LTDA no item 03;

LATINA ILUMINAÇÃO LTDA ME no item 06 e 08;

Os demais itens restaram Frustrados.

Jaraguá do Sul (SC), 18 de maio de 2018.

Rosinei A.G.Dias	
Elían Gustavo Hermes Vareiro	
Sidnei Correa de Almeida	
De acordo:	
Ronis Roberto Bosse	
Marcelo Elias da Silveira	
Eduardo Bertoldi	

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 32/2018 FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL - FROHAB - CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO PÚBLICA

Publicação Nº 1657271

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
E D I T A L
TOMADA DE PREÇOS Nº 32/2018
FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL - FROHAB
TIPO: Menor Preço Global

CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO PÚBLICA

O Município de Jaraguá do Sul, através da Presidente da Comissão Permanente de Licitações designado pelo Decreto nº 11.882/2018, após a decisão administrativa do Recurso Administrativo interposto, CONVOCA os proponentes participantes da TP 032/2018 para Sessão Pública que se dará no dia 25/06/2018, às 13h30min na Sala de Reuniões da Diretoria de Habitação, visando o Julgamento das Propostas e subsequente declaração da vencedora do certame, considerando as PROPOSTAS COMERCIAIS E SEUS ANEXOS já protocoladas.

Jaraguá do Sul (SC), 11 de junho de 2018.
Adrieli Bubinski Linhares
Presidente da Comissão Especial de Licitações
Decreto 11.882/2018

PORTARIA Nº 010/2018/SEMASH

Publicação Nº 1656142

PORTARIANº 010/2018/Semash

MARIA SANTIN CAMELLO, Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a nomeação de servidores para comporem Comissão, com a incumbência de apurar fatos tipificados no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que tramita pela Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelos servidores públicos municipais Sérgio Antônio de Tofel, matrícula 8448-4; Sônia Maria Roweder, matrícula 9057; e Cleonis Rosalia Tomaselli, matrícula 80161-5; Sindicância Administrativa nº 010/2018, Portaria inicial nº 007/2018/Semash, datada de 16 de maio de 2018, a fim de apurar suposta situação ocorrida no Abrigo Baependi;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 017/2018, datado de 12 de junho de 2018, subscrito pelo Presidente da Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, solicitando prorrogação do prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos da Sindicância por mais 30 (trinta) dias;

RESOLVE :

Art.1º Fica prorrogado, a partir de 16/06/2018, por mais 30 (trinta) dias, o prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos, afetos à Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, instaurados pela Portaria nº 007/2018/Semash, de 16/05/2018.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/06/2018.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2018.
MARIA SANTIN CAMELLO
Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação

PORTARIA SAMAESJU Nº 276/2018

Publicação Nº 1656912

PORTARIA SAMAESJU Nº 276/2018
Abertura de Sindicância

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 154/2014 de 03/11/2014;

CONSIDERANDO o memorando 0559/2018/Samae de 14 de junho de 2018;

CONSIDERANDO o memorando 0553/2018/Samae de 13 de junho de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Sindicância Administrativa a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade de servidores envolvidos no relato do Memorando 548/2018/SAMAE/CPD-DO de 12 de junho de 2018, sobre interligação da rede coletora de esgoto;

Art. 2º A Comissão responsável para apuração dos fatos é aquela designada pela Portaria nº 273/2017 de 29/06/2017, Comissão Permanente de Sindicância Administrativa que, deverá apresentar relatório conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da Comissão, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2018.
ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJU Nº 277/2018

Publicação Nº 1656918

PORTARIA SAMAESJU Nº 277/2018
Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o memorando 0562/2018 de 14 de junho de 2018, da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa.

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 001/2018;

CONSIDERANDO a Portaria SAMAESJU Nº 015/2018 de 17 de janeiro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia 17 de junho de 2018, os trabalhos da Portaria SAMAESJU Nº 015/2018 de 17 de janeiro de 2018.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 17 de junho de 2018.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.
Jaraguá do Sul, 15 de junho de 2018.
ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PREGÃO PRESENCIAL 72/2018 - ANÁLISE TÉCNICA DE AMOSTRAS DE LUMINÁRIAS

Publicação Nº 1657183

Ref. Pregão Presencial 72/2018

Análise técnica de amostras de luminárias

Entre os dias 05 a 07 de junho de 2018 foram disponibilizadas amostras de luminárias de LED pelas proponentes do Pregão Presencial 72/2018 que se habilitaram durante a fase documental e registraram os menores preços durante a sessão, conforme segue:

Item	Pot. máxima (W)	Empresa	Marca / Modelo	Pot. ofertada (W)
01	90	Repume	Repume DI-2900	79
02	90	LS Soluções	Philips BRP 371 A LED 87-3S/NW86W	86
03	120	Trópico	Trópico Scorpius V1 TP-8110	100
04	120	LS Soluções	Philips BRP 371 A LED 122-3S/NW120W	120
05	150	Repume	Repume DI-3000	147
06	150	Latina	HBP 150W	150
07	180	Repume	Repume DI-3100	153
08	180	Latina	WBP 180W	180
09	200	Repume	Repume DI-3100	153

As empresas LS Soluções em Iluminação LTDA ME e Luminati Comércio de Materiais Elétricos Eireli EPP solicitaram vistas às luminárias apresentadas e encaminharam suas observações à comissão designada sendo a primeira através de e-mail e a segunda por documento protocolado diretamente na Prefeitura.

Conforme a LS Soluções, as luminárias da marca ECP (150 e 165W) e Trópico não possuem fácil acesso aos seus drivers e placas. Ilustra que as luminárias ECP são fechadas por 6 parafusos na parte inferior da luminária o que, segundo ela, dificultaria o acesso aos componentes. Ainda em relação à ECP verifica que o acessório articulador foi entregue desmontado junto à luminária. Já em relação às luminárias da Trópico aponta que o acesso é somente após a retirada de parafusos, e também cita a existência de frestas no compartimento do módulo de LED, o que poderia comprometer o grau de proteção IP. Quanto às luminárias da marca Repume a empresa afirma que não foi apresentado acessório para regulagem de ângulo. Afirma ainda que a empresa retirou parafusos substituindo por travas o que comprometeria os ensaios de proteção mecânica.

Conforme a empresa Luminati, as luminárias da marca ECP, LS Soluções e Repume deveriam ter apresentados os ensaios de vibração com a utilização de articulador, pois trata-se de item de segurança e é exigido pela norma IEC 60598-1:2010. Questiona o fato da Repume apresentar luminárias com vidro refrator se o mesmo já possuía nos ensaios fotométricos, pois haveria perda significativa com a utilização do mesmo.

A respeito dos apontamentos da LS Soluções verificamos que os orifícios encontrados nas luminárias da Repume já se encontravam presentes nos ensaios encaminhados bem como pode-se observar também as travas de fecho rápido, conforme a imagem a seguir:

Outro ponto questionado sobre as luminárias da Repume seria a ausência de articulador, o que a mesma já havia descrito em contrarrazão protocolada nº15134/2018 em 24/05/2018 que suas luminárias não utilizam articulador e sim os próprios parafusos de fixação do braço, conforme figura abaixo:

Este fato a comissão resolveu comprovar durante a análise:

--	--	--

Nota-se que, embora o ajuste possua mais limitação que outros articuladores que foram apresentados pelos demais fabricantes, para qualquer espessura de braço seria possível realizar uma correção no ângulo de inclinação. Desta forma não há possibilidade em afirmar que o fabricante não atendeu o edital, já que a única exigência neste sentido é que a luminária possua regulagem permitindo ajuste no ângulo de inclinação:

> Sistema de encaixe adaptável a braços existentes com diâmetros de 48 a 60 mm, e deve possuir regulagem permitindo ajuste no ângulo de inclinação;

Ainda em relação as luminárias da Repume, a empresa Luminati afirmou que não era possível afirmar se o vidro difusor apresentado nas luminárias já estava presente nos ensaios de fotometria, o que comprometeria seus resultados. Verificamos nos ensaios e encontramos a seguinte imagem:

Observa-se que a existência do vidro no ensaio pode ser comprovada pelo reflexo do mesmo durante o registro fotográfico e ainda pela gravação da marca Repume no canto inferior direito, idêntica à luminária fornecida na amostra. Desta forma tal alegação é improcedente. Também foi apontado pela empresa Luminati, a respeito das luminárias que utilizam articuladores externos, que as mesmas deveriam possuir o ensaio de vibração mecânica equipadas com o dispositivo articulador. Neste ponto o Município entende, sobre o termo "luminária completamente montada", que a luminária deveria possuir no ensaio todos os componentes intrínsecos a ela. Já o articulador seria considerado como um elemento acessório cuja utilização seria esporádica para atender às necessidades específicas que venham a ser encontradas. Sua exigência neste momento seria onerar desnecessariamente o licitante sem o mesmo ter a garantia do contrato com o Município. Por fim, para as luminárias da Trópico e Latina (ECP) a empresa LS Soluções afirma não atender o edital quanto à facilidade de acesso às suas placas e drivers. De fato esta era uma exigência do edital conforme abaixo:

> Fácil montagem para instalação e atualização (up-grade) de placas e drivers de energia;

Ocorre que não foi exigido neste edital que os compartimentos viessem instalados com travas de acesso rápido substituindo parafusos.

Nem ainda que esse acesso fosse possível sem o uso de ferramentas. Também não se imputou que tal acesso seria necessariamente com a luminária montada na estrutura. Desta forma, não se vê argumentos suficientes para a desclassificação das luminárias em análise. Acrescenta-se ainda o fato que o único serviço do Município no caso do não funcionamento das luminárias é sua retirada da rede e envio direto ao fabricante. E mesmo se tratando fora do período da garantia, é inviável qualquer manutenção na estrutura, como a troca do dispositivo de surto ou placas por exemplo, para qualquer luminária.

Já em relação às possíveis frestas possíveis de entrada de água na luminária Trópico, apontado pela empresa LS Soluções, não é possível comprovar por esta comissão pois a Trópico apresentou os ensaios IP-66 conforme exigido em edital, e não é atribuição da comissão julgar metodologias de ensaios.

Além dos pontos apontados já mencionados, a comissão avaliou as amostras quanto à conformidade dos ensaios apresentados, encaixe a braços de 48 a 60mm, tomada padrão 7 pinos, protetor de surto, driver com dimerização analógica, estrutura externa, pintura, cabo para ligação e o funcionamento com luminosidade total após o retorno da energia.

Todas as amostras foram consideradas aprovadas e em conformidade ao referido Edital.

Jaraguá do Sul, 14 de junho de 2018.

Comissão técnica designada:

Marcelo Elias da Silveira
Engenheiro Eletricista

Ronis Roberto Bosse
Diretor de Urbanismo

De acordo:

Eduardo Bertoldi
Secretário de Planejamento e Urbanismo

SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO - LICITAÇÃO Nº 072/2018

Publicação Nº 1656856

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 072/2018

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE AMOSTRADOR AUTOMÁTICO PORTÁTIL PARA COLETA DE ESGOTO.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 19/06/2018, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas

DATA DA ABERTURA: 29/06/2018 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: compras@samaejs.com.br.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RESULTADO DE JULGAMENTO - CONCORRÊNCIA 26/2018

Publicação Nº 1657167

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA 26/2018

Tendo analisado a Ata de Abertura e Julgamento da CONCORRÊNCIA nº 26/2018, bem como a decisão da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 11.899/2018, constatei total regularidade no procedimento da Comissão Especial, tanto no que se refere ao julgamento como na decisão apresentada.

ISTO POSTO, H O M O L O G O, por oportuno e conveniência, o procedimento licitatório realizado, adjudicando o objeto “Prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização das Ruas Pedro Arcino Dias, Irmão Leandro, Bertholdo Junckes no Bairro Tifa Martins e Rua Ewald Zellmer no Bairro Rau, em Jaraguá do Sul SC, com extensão total de 1.576,28m (hum mil quinhentos e setenta e seis vírgula vinte e oito metros), com fornecimento de materiais e mão de obra” da TOMADA DE PREÇOS nº 65/2018, tipo Menor Preço Global à empresa: INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, com o valor Global de R\$ 1.283.269,14 (hum milhão duzentos e oitenta e três mil duzentos e sessenta e nove reais e quatorze centavos), autorizando a despesa e determinando ainda que seja dada ciência ao participante.

Jaraguá do Sul (SC), 15 de junho de 2018.

ANTIDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO

CONCORRÊNCIA 26/2018

A Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 11.899/2018, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 26/2018, na modalidade de CONCORRÊNCIA, que tem como objeto a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização das Ruas Pedro Arcino Dias, Irmão Leandro, Bertholdo Junckes no Bairro Tifa Martins e Rua Ewald Zellmer no Bairro Rau, em Jaraguá do Sul SC, com extensão total de 1.576,28m (hum mil quinhentos e setenta e seis vírgula vinte e oito metros), teve o seguinte resultado:

Empresa vencedora: INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, com o valor Global de R\$ 1.283.269,14 (hum milhão duzentos e oitenta e três mil duzentos e sessenta e nove reais e quatorze centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 15 de junho de 2018.

Ivan Andréias Wolter

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto nº 11.899/2018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RESULTADO DE JULGAMENTO - CONCORRÊNCIA 55/2018

Publicação Nº 1657172

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA 55/2018**

Tendo analisado a Ata de Abertura e Julgamento da CONCORRÊNCIA nº 55/2018, bem como a decisão da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 12.023/2018, constatei total regularidade no procedimento da Comissão Especial, tanto no que se refere ao julgamento como na decisão apresentada.

ISTO POSTO, H O M O L O G O, por oportuno e conveniência, o procedimento licitatório realizado, adjudicando o objeto "Prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para recapeamento asfáltico, drenagem e sinalização da Rua Feliciano Bortolini (Barra do Rio Cerro) e Rua Rinaldo Bogo (Ilha da Figueira) em Jaraguá do Sul SC, com extensão total de 3.740m (três mil setecentos e quarenta metros), com fornecimento de materiais e mão de obra" da TOMADA DE PREÇOS nº 65/2018, tipo Menor Preço Global à empresa: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, com o valor Global de R\$ 1.770.742,02 (hum milhão setecentos e setenta mil setecentos e quarenta e dois reais e dois centavos), autorizando a despesa e determinando ainda que seja dada ciência ao participante.

Jaraguá do Sul (SC), 15 de junho de 2018.

ANTIDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito Municipal

**RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA 55/2018**

A Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 12.023/2018, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 55/2018, na modalidade de CONCORRÊNCIA, que tem como objeto a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para recapeamento asfáltico, drenagem e sinalização da Rua Feliciano Bortolini (Barra do Rio Cerro) e Rua Rinaldo Bogo (Ilha da Figueira) em Jaraguá do Sul SC, com extensão total de 3.740m (três mil setecentos e quarenta metros), teve o seguinte resultado: Empresa vencedora: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, com o valor Global de R\$ 1.770.742,02 (hum milhão setecentos e setenta mil setecentos e quarenta e dois reais e dois centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 15 de junho de 2018.

Ivan Andréias Wolter

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto nº 12.023/2018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RESULTADO DE JULGAMENTO - CONCORRÊNCIA 59/2018

Publicação Nº 1657173

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA 59/2018**

Tendo analisado a Ata de Abertura e Julgamento da CONCORRÊNCIA nº 59/2018, bem como a decisão da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 12.027/2018, constatei total regularidade no procedimento da Comissão Especial, tanto no que se refere ao julgamento como na decisão apresentada.

ISTO POSTO, H O M O L O G O, por oportuno e conveniência, o procedimento licitatório realizado, adjudicando o objeto "Prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização das Ruas 831 – Paulo Voltolini e 832 – Francisco Gretter, no Bairro Ribeirão Cavalo, em Jaraguá do Sul SC, com extensão total de 1.350 m (hum mil trezentos e cinquenta metros), com fornecimento de materiais e mão de obra" da TOMADA DE PREÇOS nº 65/2018, tipo Menor Preço Global à empresa: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, com o valor Global de R\$ 1.264.252,12 (hum milhão duzentos e sessenta e quatro mil duzentos e cinquenta e dois reais e doze centavos), autorizando a despesa e determinando ainda que seja dada ciência ao participante.

Jaraguá do Sul (SC), 15 de junho de 2018.

ANTIDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito Municipal

**RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA 59/2018**

A Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 12.027/2018, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 59/2018, na modalidade de CONCORRÊNCIA, que tem como objeto a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização das Ruas 831 – Paulo Voltolini e 832 – Francisco Gretter, no Bairro Ribeirão Cavalo, em Jaraguá do Sul SC, com extensão total de 1.350 m (hum mil trezentos e cinquenta metros), teve o seguinte resultado: Empresa vencedora: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, com o valor Global de R\$ 1.264.252,12 (hum milhão duzentos e sessenta e quatro mil duzentos e cinquenta e dois reais e doze centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 15 de junho de 2018.
Ivan Andréias Wolter
Presidente da Comissão Especial de Licitações
Decreto nº 12.027/2018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RESULTADO DE JULGAMENTO - CONCORRÊNCIA 60/2018

Publicação Nº 1657175

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA 60/2018**

Tendo analisado a Ata de Abertura e Julgamento da CONCORRÊNCIA nº 60/2018, bem como a decisão da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 12.029/2018, constatei total regularidade no procedimento da Comissão Especial, tanto no que se refere ao julgamento como na decisão apresentada.

ISTO POSTO, H O M O L O G O, por oportuno e conveniência, o procedimento licitatório realizado, adjudicando o objeto "Prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização das Ruas 705 – Albino Zanguelini, 730 – Otaviano Tissi, 920 – Gennaro Sarti e 728 – Luiz Schiochet, no Bairro Nereu Ramos, em Jaraguá do Sul SC, com extensão total de 1.181,07 m (hum mil cento e oitenta e um vírgula sete metros), com fornecimento de materiais e mão de obra" da TOMADA DE PREÇOS nº 65/2018, tipo Menor Preço Global à empresa: CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, com o valor Global de R\$ 921.598,90 (novecentos e vinte e um mil quinhentos e noventa e oito reais e noventa centavos), autorizando a despesa e determinando ainda que seja dada ciência ao participante.

Jaraguá do Sul (SC), 15 de junho de 2018.
ANTIDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito Municipal

**RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA 60/2018**

A Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 12.029/2018, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 60/2018, na modalidade de CONCORRÊNCIA, que tem como objeto a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização das Ruas 705 – Albino Zanguelini, 730 – Otaviano Tissi, 920 – Gennaro Sarti e 728 – Luiz Schiochet, no Bairro Nereu Ramos, em Jaraguá do Sul SC, com extensão total de 1.181,07 m (hum mil cento e oitenta e um vírgula sete metros), teve o seguinte resultado:

Empresa vencedora: CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, com o valor Global de R\$ 921.598,90 (novecentos e vinte e um mil quinhentos e noventa e oito reais e noventa centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 15 de junho de 2018.
Ivan Andréias Wolter
Presidente da Comissão Especial de Licitações
Decreto nº 12.029/2018

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 005/2018 - ANEXO IV

Publicação Nº 1650801

ANEXO IV DO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 005/2018 – RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS E LAUDOS DE AVALIAÇÃO PRÉVIA									
Cadastro PMJS	Proprietário	Área (m²)	Complemento	Testada para a Rua 59	Bairro	Quadra	Lote	Valor/m²	Valor Total R\$
21297	LINDOMAR C BORGES ZANAQUI/OUTR	784,49	Lote 04 - Luiz Manfrini	25,60	10 TIFA MARTINS	37	909	300,00	235.347,00
21298	ADEMAR ANGST	350,00	Lote 03 - Luiz Manfrini	14,00	10 TIFA MARTINS	37	923	300,00	105.000,00
17763	IONEIDE ARAUJO DA COSTA	650,00	Ana Paula II - Lote 234	26,00	10 TIFA MARTINS	38	628	300,00	195.000,00
20943	INCORP E ADMINISTRADORA DE BENS SME LTDA	642,27	Ana Paula III - Lote 09	28,43	10 TIFA MARTINS	38	603	300,00	192.681,00
20891	ERNESTO HENING	468,00	Ana Paula III - Lote 63 Esq. c/Rua 770	18,00	10 TIFA MARTINS	52	593	300,00	140.400,00
20890	LUIZ CARLOS BARABAS	364,00	Ana Paula III - Lote 64	14,00	10 TIFA MARTINS	52	575	300,00	109.200,00
20889	JOSIAS EVANGELISTA DIAS	468,00	Ana Paula III - Lote 65 Esq. c/Rua 771	18,00	10 TIFA MARTINS	52	561	300,00	140.400,00
19016	ADOLFO ENGELMANN E OUTRA	650,00	Ana Paula II - Lote 233 Esq. c/Rua 59	26,00	10 TIFA MARTINS	54	422	300,00	195.000,00
20944	IGREJA EVANGELICA CONGREGACIONAL DO BRASIL	650,00	Ana Paula III - Lote 08 Esq. c/Rua 59	25,00	10 TIFA MARTINS	54	473	300,00	195.000,00
20892	EDISON CESAR MORSCH	662,00	Ana Paula III - Lote 62	22,10	10 TIFA MARTINS	54	724	300,00	198.600,00
19433	ALCIDES MANFRINI	37965,35	Remanescente Tbm R:59	111,20	10 TIFA MARTINS	75	6100	300,00	11.389.605,00
20951	HELIO ANTONIO LINS	303,18	Lote 01 - Luiz Manfrini Esq. c/Rua 771	17,25	10 TIFA MARTINS	37	955	300,00	90.954,00
21299	JOSIANE G SCHIOCHET/DIONEI	473,20	Lote 02 - Luiz Manfrini	14,00	10 TIFA MARTINS	37	937	300,00	141.960,00
20893	ALTAIR LEMOS DA CRUZ	350,00	Ana Paula III - Lote 61 Esq. c/Rua 770	25,00	10 TIFA MARTINS	54	702	300,00	105.000,00

ANEXO IV DO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 005/2018 – RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS E LAUDOS DE AVALIAÇÃO PRÉVIA									
Cadastro PMJS	Proprietário	Área (m²)	Complemento	Testada para a Rua 462	Bairro	Quadra	Lote	Valor/m²	Valor Total R\$
15987	DOMINGOS ADEMAR DE TOFFEL	454,84	Esq. c/ Rua 462	34,30	14 CHICO DE PAULO	50	1091	250,00	113.710,00
11357	DOMINGOS ADEMAR DE TOFFEL	459,00		17,00	14 CHICO DE PAULO	50	1043	250,00	114.750,00
13731	DOMINGOS ADEMAR DE TOFFEL	405,00	Lote 04	15,00	14 CHICO DE PAULO	50	1026	250,00	101.250,00
21419	LUCELIA PACHECO MEDEIROS	510,12	Lote 01 - Lot. Corupa	26,00	14 CHICO DE PAULO	50	947	250,00	127.530,00
21420	DAIANE REGINA ZIMMERMANN	630,00	Lote 02 - Lot. Corupa	30,00	14 CHICO DE PAULO	50	921	250,00	157.500,00
21421	OZIEL DA ROSA E OUTA	658,12	Lote 03 - Lot. Corupa	41,00	14 CHICO DE PAULO	50	891	250,00	164.530,00
21425	BELONI LUIZ STEMPCKOSKI	360,00	Lote 07 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	94	110	250,00	90.000,00
21426	ADELINO BELARMINO	360,00	Lote 08 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	94	100	250,00	90.000,00
21427	JOAO MARIA DE JESUS	360,00	Lote 09 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	94	90	250,00	90.000,00
21428	ADELITA A G HENKEMAIER OUTRO	360,00	Lote 10 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	94	80	250,00	90.000,00
21429	JOSE ARILDO T DE CAMARGO	360,00	Lote 11 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	94	70	250,00	90.000,00
21430	MARCOS ANTONIO BAUNGROTZ	360,00	Lote 12 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	94	60	250,00	90.000,00
21431	RICARDO LUIS VOZNIK	360,00	Lote 13 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	94	50	250,00	90.000,00
21432	LAURI ALVARO ERDMANN	360,00	Lote 14 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	94	40	250,00	90.000,00
21433	SONIA V. BECKAUSER	360,00	Lote 15 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	94	30	250,00	90.000,00
21435	MARIA SALTE BARVIERA/ROMILDO	360,00	Lote 17 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	94	10	250,00	90.000,00
21434	ODETE FERNANDES FABIANO	360,00	Lote 16 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	94	20	250,00	90.000,00
21436	FABIO ULLER	480,00	Lote 18 - Lot. Corupa	20,00	10 TIFA MARTINS	94	260	250,00	120.000,00
21459	HAMILTON RABELLO	480,00	Lote 41 - Lot. Corupa	20,00	10 TIFA MARTINS	93	482	250,00	120.000,00
20346	JOSE LEIER NETO	360,00	Lote 38 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	93	408	250,00	90.000,00
21455	JOSE ZAVAGLIA	360,00	Lote 37 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	93	393	250,00	90.000,00
21454	ANTONIO DE ARAUJO SIMAO	360,00	Lote 36 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	93	378	250,00	90.000,00
21453	IVANIR BUZZI	360,00	Lote 35 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	93	363	250,00	90.000,00
21452	GARCIA INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA,	360,00	Lote 34 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	93	348	250,00	90.000,00
21450	SERGIO PETRY	360,00	Lote 32 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	93	318	250,00	90.000,00
21449	PEDRO ARCINO DIAS	360,00	Lote 31 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	93	303	250,00	90.000,00
21448	JOSE DIEGO DA SILVA	360,00	Lote 30 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	93	288	250,00	90.000,00
21447	JUANER TOMAZ	480,00	Lote 29 - Lot. Corupa	20,00	10 TIFA MARTINS	93	273	250,00	120.000,00
20351	CARMELA ROSALIA RONGHI	360,00	Lote 40 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	93	438	250,00	90.000,00
20347	VANESSA PETRY	360,00	Lote 39 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	93	423	250,00	90.000,00
21438	EZIO AMADO DE SOUZA E OUTRO	480,00	Lote 19 - Lot. Corupa	20,00	10 TIFA MARTINS	22	560	250,00	120.000,00
21440	EVERTON KRAMER	360,00	Lote 21 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	22	520	250,00	90.000,00
21439	RICARDO REGERT	360,00	Lote 20 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	22	540	250,00	90.000,00
21441	OSMAR ROQUE VERZA	360,00	Lote 22 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	22	500	250,00	90.000,00
11261	ADILSON BORBA	420,00		15,00	14 CHICO DE PAULO	60	2378	250,00	105.000,00
25630	ILETE BUDENDORF VIEIRA	378,00	Lote 07	13,50	14 CHICO DE PAULO	60	2363	250,00	94.500,00
21417	WALDECIR LEMKE	4957,82	Remanescente	15,72	14 CHICO DE PAULO	60	2838	250,00	1.239.455,00
21446	DIREI CORREIA	480,00	Lote 28 - Lot. Corupa	20,00	14 CHICO DE PAULO	60	2690	250,00	120.000,00
21445	NILTON ZANELLA	349,50	Lote 27 - Lot. Corupa	16,00	14 CHICO DE PAULO	60	2646	250,00	87.375,00
21444	SALETE TERESINHA ENGEL	438,00	Lote 26 - Lot. Corupa	16,00	14 CHICO DE PAULO	60	2630	250,00	109.500,00
21442	GARCIA INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA,	662,50	Lote 23 - Lot. Corupa	15,50	14 CHICO DE PAULO	60	2583	250,00	165.625,00
11262	AIRTON PEREIRA DA COSTA/GISELE	420,00	Lote 09	15,00	14 CHICO DE PAULO	60	2393	250,00	105.000,00
21463	HERCILIO DA SILVA MAFRA	360,00	Lote 45 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	92	178	250,00	90.000,00
21462	ACACIO VARGAS	360,00	Lote 44 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	92	163	250,00	90.000,00
21461	JOAO MARINO TIBURSKI	360,00	Lote 43 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	92	148	250,00	90.000,00
21460	ELIETE MARIA JANSTCH DE CAMARGO	472,23	Lote 42 - Lot. Corupa	23,42	10 TIFA MARTINS	92	133	250,00	118.057,50
49050	JURANDIR MARCELO GRIMES	335,33	D-02	13,06	14 CHICO DE PAULO	60	2473	250,00	83.832,50
49051	ADILSON M VIEIRA	325,08	D-03	13,01	14 CHICO DE PAULO	60	2460	250,00	81.270,00
11356	DOMINGOS ADEMAR DE TOFFEL	942,85	Lote 05	31,70	14 CHICO DE PAULO	50	1009	250,00	235.712,50
21423	JAMES MARCELO NIEMANN	1118,50	Lote 05 - Lot. Corupa	52,50	14 CHICO DE PAULO	50	805	250,00	279.625,00
21451	SERGIO PETRY	360,00	Lote 33 - Lot. Corupa	15,00	10 TIFA MARTINS	93	333	250,00	90.000,00
37826	ANTONIO BELARMINO DA SILVEIRA	3725,32	D-01	14,00	14 CHICO DE PAULO	60	2420	250,00	931.330,00

27533	MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL	3135,00	A.U.P.E.	56,50	14	CHICO DE PAULO	60	2824	250,00	783.750,00
25632	MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL	915,00	Lote 10 - A.U.P.E.	27,00	14	CHICO DE PAULO	60	2434	250,00	228.750,00
21418	CARLOS EDUARDO GOETZ	22950,00	Remanescente II - Lot. Corupa	14,00	10	TIFA MARTINS	92	740	250,00	5.737.500,00
49052	NAYARA CRISTINA GARCIA	325,00	D-04	13,01	14	CHICO DE PAULO	60	2447	250,00	81.250,00
49049	IGREJA EVANGÉLICA PENTECOSTAL O BRASIL P CRISTO	702,23	D-01	17,08	14	CHICO DE PAULO	60	2490	250,00	175.557,50
25631	GILBERTO LEISMANN	474,07	Lote 06 Esq. c/Rua 60	20,82	14	CHICO DE PAULO	60	2350	250,00	118.517,50
21422	JAMES MARCELO NIEMANN	411,40	Lote 04 - Lot. Corupa	45,30	14	CHICO DE PAULO	50	850	250,00	102.850,00
21424	EVANDRO GUSTZAKY	480,00	Lote 06 - Lot. Corupa Esq c/R:810	20,00	10	TIFA MARTINS	94	120	250,00	120.000,00
21443	ADILSON LEWIN	528,00	Lote 25 - Lot. Corupa	16,00	14	CHICO DE PAULO	60	2614	250,00	132.000,00
21437	VENICIUS KOBUS	592,50	Lote 24 - Lot. Corupa	15,50	14	CHICO DE PAULO	60	2598	250,00	148.125,00

ANEXO IV DO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 005/2018 – RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS E LAUDOS DE AVALIAÇÃO PRÉVIA									
Cadastro PMJS	Proprietário	Complemento	Testada para a Rua 1128	Área	Bairro	Quadra	Lote	Valor/m2	Valor Total R\$
37971	JEFFERSON NICOLUZZI	lote 01 Firenze II	22,63	564,75	14 CHICO DE PAULO	35	3970	340,00	192.015,00
37975	WILSON DE SOUZA	lote 05 Firenze II	14,00	350,00	14 CHICO DE PAULO	35	4026	340,00	119.000,00
37977	EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS MARCATTO LTDA	Lote 07 - Res Firenze II	14,00	350,00	14 CHICO DE PAULO	35	4054	340,00	119.000,00
37972	DIRCEU SCHONS	lote 02 Firenze II	14,00	350,00	14 CHICO DE PAULO	35	3984	340,00	119.000,00
37989	CLEMALDA VIEIRA ROSELEI BORGES	lote 29 Firenze II	22,72	649,71	14 CHICO DE PAULO	35	3940	340,00	220.907,40
38003	CAMILLO MARQUES DA SILVA	lote 33 Firenze II	14,00	350,00	14 CHICO DE PAULO	35	3882	340,00	119.000,00
38002	ILTO P DE AZEVEDO VALDECIR	Lote 32 - Res Firenze II	14,00	350,00	14 CHICO DE PAULO	35	3896	340,00	119.000,00
38001	GENIVAL FURMAN DA SILVA	lote 31 Firenze II	14,00	350,00	14 CHICO DE PAULO	35	3910	340,00	119.000,00
38000	ROSELEI SCHAPPO	lote 30 Firenze II	14,00	350,00	14 CHICO DE PAULO	35	3924	340,00	119.000,00
37979	EDUARDO C CASTALDO/LEILA C S	Lote 09 - Res Firenze II Esq. c/Rua 1024 N 496	25,71	565,21	10 TIFA MARTINS	63	173	340,00	192.171,40
37980	IRENO JONER	Lote 10 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	63	163	340,00	119.000,00
37981	EDSON SERGIO MAGGIONI	Lote 11 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	63	153	340,00	119.000,00
37982	GILDETE MISFELD AVANZO MILNITZ	Lote 12 Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	63	143	340,00	119.000,00
37983	EDVALDO MARTINS ALMEIDA		14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	63	133	340,00	119.000,00
37984	IRIA PEREIRA E SILVIO LUIZ PEREIRA	Lote 14 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	63	123	340,00	119.000,00
37985	MARILENE LIDIA HEIMANN	Lote 15 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	63	113	340,00	119.000,00
38013	ORLANDO LUIZ VAZ	lote 43 Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	446	340,00	119.000,00
38012	SEBASTIAO ANTUNES	lote 42 Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	432	340,00	119.000,00
38011	ADEMIR DE LIMA MARTINS	Lote 41 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	418	340,00	119.000,00
38010	FABIO LUIS HAERTEL VALDERENE APARECIDA CASAS	lote 40 Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	404	340,00	119.000,00
38008	JOSIANE BIANDARO MANOEL	lote 38 Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	376	340,00	119.000,00
38007	JOSE BARBOSA KRANSKI	lote 37 Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	362	340,00	119.000,00
38006	EDILSON AMARO DE MELO	lote 36 Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	348	340,00	119.000,00
38005	EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS MARCATTO LTDA	lote 35 Esq. c/Rua 1024 Firenze II	12,68	505,67	10 TIFA MARTINS	23	320	340,00	171.927,60
37986	MARCELO TEIXEIRA DA COSTA		14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	63	103	340,00	119.000,00
37987	VALDEMIR PEREIRA DE LIMA	Lote 17 Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	63	93	340,00	119.000,00
37988	JAIR DE CARVALHO	Lote 18 Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	63	83	340,00	119.000,00
37989	ELIANE TEIXEIRA	Lote 19 Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	63	73	340,00	119.000,00
37990	EDSON GARCIA	Lote 20 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	63	63	340,00	119.000,00
37991	EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS MARCATTO LTDA	Lote 21 Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	63	53	340,00	119.000,00
38019	JOSE CARDOSO DE OLIVEIRA	Lote 49 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	530	340,00	119.000,00
38018	MARIA APARECIDA MORAES DA SILVA	lote 48 Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	516	340,00	119.000,00
38017	VALMOR PALUDO	Lote 47 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	502	340,00	119.000,00
38016	ALVINA POFFO	Lote 46 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	488	340,00	119.000,00
38015	EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS MARCATTO LTDA	Lote 45 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	474	340,00	119.000,00
38014	EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS MARCATTO LTDA	Lote 44 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	460	340,00	119.000,00
37995	MAICON TECILLA	Lote 25 - Res Firenze II Esq. c/Rua 1125	14,92	393,52	10 TIFA MARTINS	63	343	340,00	133.796,80
37992	MARCOS DE OLIVEIRA	Lote 22 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	63	43	340,00	119.000,00
37994	ANTONIO KOLASSA FRANCISCO KVET	Lote 24 Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	63	23	340,00	119.000,00
37997	EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS MARCATTO LTDA	Lote 27 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	2	830	340,00	119.000,00
37996	ADIL ALVES DE LIMA E OUTROS	lote 26 Esq. c/Rua 1025 Firenze II	14,82	393,52	10 TIFA MARTINS	2	860	340,00	133.796,80
37998	VAGNER GONZAGA LIMA	lote 28 Firenze II	18,25	446,38	10 TIFA MARTINS	2	815	340,00	157.769,20
38024	OSMAR ALVES PAES	Lote 54 - Res Firenze II Esq. c/Rua 1025	14,82	393,52	10 TIFA MARTINS	2	702	340,00	133.796,80
38025	EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS MARCATTO LTDA	Lote 55 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	2	716	340,00	119.000,00
58389	CRISTIANO ALVES	D-02	7,00	175,00	10 TIFA MARTINS	2	720	340,00	59.500,00
38027	EBERSON A DE PAULA E OUTROS	Lote 57 - Res Firenze II	19,41	921,09	10 TIFA MARTINS	2	750	340,00	313.170,60
38023	SALEZIO BORGES DA SILVA	Lote 53 - Res Firenze II Esq. c/R: 1025 (N,291)	14,82	393,52	10 TIFA MARTINS	23	586	340,00	133.796,80
38022	MARCOS IRINEU TOPOROSKY	Lote 52 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	572	340,00	119.000,00
38021	SIDINEI ALVES DE LIMA	Lote 51 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	558	340,00	119.000,00
38020	JOSE ARILTON FERNANDES	Lote 50 - Res Firenze II	14,00	350,00	10 TIFA MARTINS	23	544	340,00	119.000,00
37973	VIVIANE PETRY SCHAPPO	Lote 03 - Res Firenze II	14,00	350,00	14 CHICO DE PAULO	35	3898	340,00	119.000,00
37978	ALEXANDRE PAHOSKI	lote 08 Esq. c/R: 1024 n.319 Firenze II	11,95	487,45	14 CHICO DE PAULO	35	4070	340,00	166.733,00
37974	EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS MARCATTO LTDA	lote 04 Firenze II	14,00	350,00	14 CHICO DE PAULO	35	4012	340,00	119.000,00

19955	MARIA MAIOCHI ULLER E FILHOS	Lote R-02 Servidao S-112	10,00	8446,17	14	CHICO DE PAULO	35	2198	340,00	2.871.897,80
58390	LUCIANE LEICH GROBE E JONAS GROBE	D-01	7,00	175,00	10	TIFA MARTINS	2	740	340,00	59.500,00
37976	RAIMUNDO DO AMARAL SOARES	Lote 06 - Res Firenze II	14,00	350,00	14	CHICO DE PAULO	35	4040	340,00	119.000,00
38004	EMPREENHIMENTOS IMOBILIARIOS MARCATTO LTDA	lote 34 Esq.c/Rua 1024 Firenze II	24,99	546,99	14	CHICO DE PAULO	35	3868	340,00	185.976,60
37993	EDILSON AMARO DE MELO	Lote 23 Firenze II	14,00	350,00	10	TIFA MARTINS	63	33	340,00	119.000,00
38063	MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL	A.U.P.E. Firenze II e Areas Verdes 1 e 2 Firenze	14,60	11648,15	10	TIFA MARTINS	2	800	340,00	3.960.371,00
38009	ADILSON DUCHOWNYJ	lote 39 Firenze II	14,00	350,00	10	TIFA MARTINS	23	390	340,00	119.000,00

ANEXO IV DO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 005/2018 – RELAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS E LAUDOS DE AVALIAÇÃO PRÉVIA									
Cadastro PMJS	Proprietário	Área (m²)	Complemento	Testada para a Rua 933	Bairro	Quadra	Lote	Valor/m2	Valor Total R\$
26882	DALMORA ADM DE BENS E PART LTDA	375,00	Lote 27 - Fidelis C. Hruscka	15,00	16/RAU	71	124	400,00	150.000,00
RES. Bruna Mariana edificado em terreno com testada de 47,17m. TESTADA/número de unidades do residencial = Testada parcial									
46423	CONSTRUCOND ADMINISTRACAO E CONSTRUCAO LTDA - EPP	1232,52	Ed Bruna Mariana - sala 01 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46424	LUCIANO PICCOLI	1232,52	Ed Bruna Mariana - sala 02 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46425	CLAUDIO ADÃO DA CRUZ	1232,52	Ed Bruna Mariana - sala 03 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46426	MARCELO FERREIRA DE CORDOVA	1232,52	Ed Bruna Mariana - sala 04 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46427	ELITE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 101 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46428	MARCO AURELIO SCIEPIET	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 102 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46429	ALDROVANDI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 103 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46430	CARLA REGINA OSS-EMER	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 104 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46431	WALDIR RIEDTMANN	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 201 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46432	ALDROVANDI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 202 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46433	NILTO DE ARAUJO	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 203 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46434	ALDROVANDI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 204 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46435	ELITE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 301 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46436	FABIO ROSA RODRIGUES	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 302 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46437	JONAS MELINTZ/CLAUDIA CARVALHO	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 303 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46438	CONSTRUCOND ADMINISTRACAO E CONSTRUCAO LTDA - EPP	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 304 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46439	BERTILLO GIRELLI	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 401 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46440	ALDROVANDI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 402 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46441	CONSTRUCOND ADMINISTRACAO E CONSTRUCAO LTDA - EPP	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 403 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46442	ANDERSON JOSE TECILLA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 404 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46443	JADER PAULO MARIN	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 501 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46444	JOSE MAES FILHO E ZENAIDE MUEHLBAUER MAES 311,378,309,72	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 502 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46445	ALDROVANDI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 503 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46446	ALZENI DOS SANTOS	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 504 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46447	SANDRA DE SOUZA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 601 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46448	ALDROVANDI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 602 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46449	HUMBERTO BENNEMANN GONCALVES	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 603 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46450	HUMBERTO BENNEMANN GONCALVES	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 604 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46451	ALDROVANDI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 701 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46452	MARLI KRAUSE DE CAMARGO	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 702 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46453	ALDROVANDI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 703 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46454	NORLI MARTINI	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 704 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46455	CONSTRUCOND ADMINISTRACAO E CONSTRUCAO LTDA - EPP	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 801 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46456	ALDROVANDI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 802 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46457	CASSIO EUGENIO TRAPP	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 803 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46458	PAULA ROBERTA MELLO	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 804 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46459	ALDROVANDI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 901 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46460	LEONARDO EMANUEL GONCALVES	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 902 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46461	JONATHAN MARTINS	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 903 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46462	NEUSA MARIA MABA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 904 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46463	CONSTRUCOND ADMINISTRACAO E CONSTRUCAO LTDA - EPP	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 1001 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46464	LEONÉSIO VOLPI	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 1002 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46465	KLAIRUS ADRIEL DA SILVA SIQUEIRA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 1003 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46466	ALDROVANDI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 1004 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46467	THIERRY CARLOS CAMBRUZZI	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 1101 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46468	AIRTON DE ALMEIDA RODRIGUES	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 1102 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46469	ALDROVANDI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 1103 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
46470	CONSTRUCOND ADMINISTRACAO E CONSTRUCAO LTDA - EPP	1232,52	Ed Bruna Mariana - Ap 1104 Esq. c/Rua 933	0,98	16/RAU	72	470	400,00	10.271,00
RES. Veneto edificado em terreno com testada de 42,00m. TESTADA/número de unidades do residencial = Testada parcial									
58038	MOTETTO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	1549,10	Apto 101/ Bloco A Res Veneto	1,31	16/RAU	72	368	400,00	19.363,75

58039	ERICO MULLER PSCHIEDT E LIDIANE COLOMBY PIEPER PSCHIEDT	1549, 10/Apto 102/ Bloco A Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58040	FATIANE GONCALVES BAPTISTA	1549, 10/Apto 103/ Bloco A Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58041	ELISEU SILVA DA SILVEIRA	1549, 10/Apto 104/ Bloco A Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58042	JOAO SILVERIO GIRARDI	1549, 10/Apto 201/ Bloco A Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58043	ROBSON JAGELSKY	1549, 10/Apto 202/ Bloco A Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58044	ALISON CERON KEMER FAGUNDES E BRUNA BETTE FAGUNDES	1549, 10/Apto 203/ Bloco A Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58045	FRANIN GARCIA DA SILVA	1549, 10/Apto 204/ Bloco A Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58046	ADEMIR DA SILVA ROBADEL	1549, 10/Apto 301/ Bloco A Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58047	EDILSON TONON	1549, 10/Apto 302/ Bloco A Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58048	VALDIR BERTOLDI	1549, 10/Apto 303/ Bloco A Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58049	ERNANDA FRANZNER	1549, 10/Apto 304/ Bloco A Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58050	PAMELA CRISTINA PRESTES	1549, 10/Apto 401/ Bloco A Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58051	FRANCINE ROBERTA EBERHARDT	1549, 10/Apto 402/ Bloco A Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58052	GISELE DAGNONI NOTARI	1549, 10/Apto 403/ Bloco A Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58053	PEDRO ANIR GUIMARAES	1549, 10/Apto 404/ Bloco A Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58054	MIO TETTO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	1549, 10/Apto 101/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58055	MIO TETTO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	1549, 10/Apto 102/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58056	MIO TETTO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	1549, 10/Apto 103/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58057	MIO TETTO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	1549, 10/Apto 104/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58058	INACIO PERROUT ZANAQUI	1549, 10/Apto 201/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58059	VANESSA OLINGER	1549, 10/Apto 202/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58060	ADEMIR NOVASKI	1549, 10/Apto 203/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58061	NATALIA FRANCISCA EWALD	1549, 10/Apto 204/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58062	DANIEL MENDONÇA	1549, 10/Apto 301/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58063	NORMA GADOTTI	1549, 10/Apto 302/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58064	JURANDI JOSE CRISTOFOLINI	1549, 10/Apto 303/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58065	THYAGO XAVIER	1549, 10/Apto 304/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58066	VIANEI BOURSCHIED	1549, 10/Apto 401/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58067	MARCOS CAMILO POPOLEK	1549, 10/Apto 402/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58068	ANDRE LUIS OESHLER	1549, 10/Apto 403/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
58069	DAINE RABOCH BUTZKE	1549, 10/Apto 404/ Bloco B Res Veneto	1,31	16RAU	72	368	400,00	19.363,75
27005	CLARA REGINA GRIM	531,09/Lote 50 - Fidelis C, Hruscka	14,00	16RAU	72	233	400,00	212.436,00
26983	CRISTIANE UMETSU PEREIRA	375,00/Lote 28 - Fidelis C, Hruscka	15,00	16RAU	71	139	400,00	150.000,00
26984	ZILIO DALMORA	375,00/Lote 29 - Fidelis C, Hruscka	15,00	16RAU	71	154	400,00	150.000,00
26985	JOAO DALMORA	375,00/Lote 30 - Fidelis C, Hruscka	15,00	16RAU	71	169	400,00	150.000,00
26987	CLAUDIA MARIA DALMORA	375,00/Lote 32 - Fidelis C, Hruscka	15,00	16RAU	71	199	400,00	150.000,00
26986	DALMORA ADM DE BENS E PART LTDA	375,00/Lote 31 - Fidelis C, Hruscka	15,00	16RAU	71	184	400,00	150.000,00
26988	DAGMAR ROSANGELA JANSSEN	375,00/Lote 33 - Fidelis C, Hruscka	15,00	16RAU	71	214	400,00	150.000,00
26991	INGERUTH KLITZKE HRUSCHKA	375,00/Lote 36 - Fidelis C, Hruscka	15,00	16RAU	71	259	400,00	150.000,00
26990	INGERUTH KLITZKE HRUSCHKA	375,00/Lote 35 - Fidelis C, Hruscka	15,00	16RAU	71	244	400,00	150.000,00
26993	INGERUTH KLITZKE HRUSCHKA	375,00/Lote 38 - Fidelis C, Hruscka	15,00	16RAU	71	289	400,00	150.000,00
27000	JOANES BOSCO RICARDO	521,85/Lote 45 - Fidelis C, Hruscka	14,00	16RAU	72	308	400,00	208.740,00
27001	JOANES BOSCO RICARDO	523,67/Lote 46 - Fidelis C, Hruscka	14,00	16RAU	72	293	400,00	209.468,00
27002	PAULO JOSE TORRI	525,49/Lote 47 - Fidelis C, Hruscka	14,00	16RAU	72	278	400,00	210.196,00
27006	MUNICIPIO DE JARAGUA DO SUL	933,70/Lote 51 - Fidelis C, Hruscka AFETADO PARA USO DO S	35,00	16RAU	72	218	400,00	373.480,00
26980	DALMORA ADM DE BENS E PART LTDA	889,50/Lote 25 - Fidelis C, Hruscka Esq.c/Rua 933	37,50	16RAU	71	94	400,00	355.800,00
26981	PATRICIA NASCIMENTO DA SILVA	375,00/Lote 26 - Fidelis C, Hruscka	15,00	16RAU	71	109	400,00	150.000,00
26989	DAGMAR ROSANGELA JANSSEN	375,00/Lote 34 - Fidelis C, Hruscka	15,00	16RAU	71	229	400,00	150.000,00
26992	INGERUTH KLITZKE HRUSCHKA	375,00/Lote 37 - Fidelis C, Hruscka	15,00	16RAU	71	274	400,00	150.000,00
26994	INGERUTH KLITZKE HRUSCHKA	578,75/Lote 39 - Fidelis C, Hruscka	16,00	16RAU	71	332	400,00	231.500,00
26995	OSNI DE SOUZA	695,21/Lote 40 - Fidelis C, Hruscka	19,00	16RAU	72	386	400,00	278.084,00
26999	ROBERTO DE SOUZA CRAES	520,03/Lote 44 - Fidelis C, Hruscka	14,00	16RAU	72	323	400,00	208.012,00
27004	STEFFENS CONSULTORIA DE MODA E TEXTIL LTDA	529,27/Lote 49 - Fidelis C, Hruscka	14,00	16RAU	72	248	400,00	211.708,00
27003	STEFFENS CONSULTORIA DE MODA E TEXTIL LTDA	527,38/Lote 48 - Fidelis C, Hruscka	14,00	16RAU	72	263	400,00	210.952,00

PROCON - PESQUISAS

Publicação Nº 1656452



CESTA BÁSICA - JUNHO DE 2018 - Pesquisa realizada entre os dias 13/06/18 e 14/06/18

Estabelecimento													
PRODUTOS	Açúcar Refinado	Arroz	Banana Branca	Batata Suja	Café	Arroz(Coxão Mol)	Farinha Trigo	Feijão Preto	Leite Tipo C	Manteiga	Óleo Soja	Pão Francês	Tomate
	1 KG	1 KG	1 KG	1 KG	500 Gr	1 KG	1 KG	1 KG	1 Lt	200 Gr	900 MI	1 KG	1 KG
Estabelecimento													
Angeloni * ***	R\$ 1,87	R\$ 1,97	R\$ 3,85	R\$ 3,45	R\$ 9,99	R\$ 19,99	R\$ 2,17	R\$ 3,49	R\$ 2,89	R\$ 9,99	R\$ 2,99	R\$ 7,97	R\$ 6,49
Bertoli	R\$ 1,99	R\$ 1,85	R\$ 2,20	R\$ 2,59	R\$ 6,53	R\$ 23,80	R\$ 2,37	R\$ 3,10	R\$ 2,75	R\$ 6,80	R\$ 3,35	R\$ 7,59	R\$ 4,30
Brasão *	R\$ 2,25	R\$ 2,59	R\$ 1,29	R\$ 2,49	R\$ 7,99	R\$ 22,98	R\$ 2,59	R\$ 3,99	R\$ 2,59	R\$ 7,99	R\$ 3,99	R\$ 7,99	R\$ 5,99
Cooper *	R\$ 1,87	R\$ 1,87	R\$ 3,98	R\$ 3,68	R\$ 7,59	R\$ 22,90	R\$ 1,79	R\$ 3,69	R\$ 2,69	R\$ 5,48	R\$ 3,35	R\$ 6,98	R\$ 6,98
Fort **	R\$ 1,65	R\$ 1,75	R\$ 3,48	R\$ 0,98	R\$ 5,99	R\$ 17,95	R\$ 1,69	R\$ 2,69	R\$ 2,69	R\$ 5,59	R\$ 2,87	-	R\$ 4,79
Giassi	R\$ 1,88	R\$ 1,68	R\$ 2,78	R\$ 1,98	R\$ 7,98	R\$ 22,60	R\$ 2,18	R\$ 2,80	R\$ 3,18	R\$ 6,48	R\$ 2,99	R\$ 7,97	R\$ 6,98
Gumz	R\$ 1,98	R\$ 2,79	R\$ 2,98	R\$ 1,98	R\$ 8,90	R\$ 17,38	R\$ 2,31	R\$ 3,18	R\$ 2,82	R\$ 6,18	R\$ 2,69	R\$ 4,99	R\$ 2,89
Rancho Bom *	R\$ 2,39	R\$ 2,99	R\$ 3,49	R\$ 3,75	R\$ 7,99	R\$ 19,98	R\$ 2,29	R\$ 4,45	R\$ 2,85	R\$ 2,65	R\$ 3,39	R\$ 3,99	R\$ 5,99
Santa Luzia ****	R\$ 1,99	R\$ 2,29	R\$ 2,59	R\$ 2,89	R\$ 7,98	R\$ 21,99	R\$ 2,79	R\$ 4,19	R\$ 2,99	-	R\$ 2,99	R\$ 8,29	R\$ 4,89
Menor Preço	R\$ 1,65	R\$ 1,68	R\$ 1,29	R\$ 0,98	R\$ 5,99	R\$ 17,38	R\$ 1,69	R\$ 2,69	R\$ 2,59	R\$ 2,65	R\$ 2,69	R\$ 3,99	R\$ 2,89

Os preços informados referem-se ao produto mais barato encontrado no estabelecimento no dia da pesquisa, sem considerar a marca, correspondendo ao preço praticado à vista.

* As redes Angeloni, Brasão, Cooper e Rancho Bom, praticam os mesmos preços em todas as suas lojas na cidade de Jaraguá do Sul.

** O Fort não comercializa Pão Francês.

*** O Angeloni comercializa apenas a batata lavada.

**** O Santa Luzia comercializa apenas o leite "longa vida"

E-MAIL: procon@jaraguadosul.com.br - Rua Angelo Schiochet, nº100 - Centro - Jaraguá do Sul/SC - 89251-170 (47) 3275-1425 ou 151 - Horário de Atendimento: Agendado.



PESQUISA DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS – JUNHO 2018

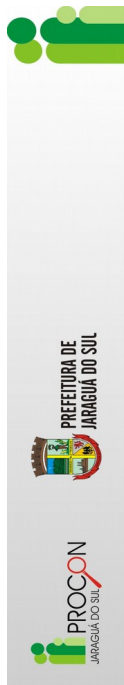
Nome	Bandeira	Bairro	Gasolina comum	Gasolina aditivada	Álcool comum	Diesel S10	GNV	Gás GLP 13kg
AMIZADE	BRANCA	Jaraguá Esquerdo	4,088	4,238	3,389	3,698	-	-
CIDADE	BR	Barra do Rio Cerro	4,178	4,368	3,498	3,288	-	63,90
CIDADE	BR	Barra do Rio Molha	4,178	4,368	3,498	3,288	-	63,90
CIDADE	BR	Centro	4,178	4,368	3,498	3,288	-	63,90
CIDADE	BR	Rau	4,178	4,368	3,498	3,288	-	63,90
CIDADE	BR	Vila Lenzi	4,178	4,368	3,498	3,288	-	63,90
DELTA	BRANCA	Vila Baependi	4,129	4,129	-	3,099	-	-
Emmendorfer	SHELL	CENTRO	4,199	4,399	-	3,395	-	-
IDAZA	IDAZA	Centenário	4,129	4,129	3,299	3,099	-	-
FLEX	BRANCA	Baependi	4,129	4,129	3,479	3,099	-	-
FLEX	BRANCA	Barra do Rio Cerro	4,144	4,144	-	-	-	-
GRID	BRANCA	Centro	4,149	4,249	3,289	3,239	-	-
JJ POSTO	BRANCA	Chico de Paula	4,178	4,259	-	3,339	-	-
KM 7	SHELL	Barra do Rio Cerro	4,179	4,279	3,499	3,229	-	-
MAIOCHI	IPIRANGA	CENTRO	4,179	4,299	3,499	3,399	-	-
MARECHAL	IPIRANGA	CENTRO	4,175	4,275	3,375	3,335	-	-
MIME	SHELL	Barra do Rio Cerro	4,179	4,379	-	3,339	-	-
MIME	SHELL	Centro Behling	4,179	4,379	-	3,339	-	-
MIME	SHELL	Centro Reinoldo	4,179	4,379	-	3,339	-	-
MIME	SHELL	Chico de Paula	4,179	4,379	3,399	3,339	-	63,50
MIME	SHELL	Ilha da Figueira	4,159	4,359	3,399	3,339	-	-
MIME	SHELL	Nereu	4,179	4,379	-	3,339	-	-
MIME	SHELL	Rio Cerro II	4,179	4,379	-	3,339	-	-
MIME	SHELL	Vieira	4,159	4,359	-	3,339	-	63,50
MIME	SHELL	Vila Lalau	4,159	4,359	3,399	3,339	-	63,50
MIME	SHELL	Vila Nova	4,179	4,379	3,399	3,339	2,2	63,50
M7	DIBRAPE	Santa Luzia	4,159	4,169	-	3,169	-	63,00
NETO	BR	Vila Baependi	4,129	4,299	-	3,199	2,2	-
PEZZINI	IPIRANGA	Vila Baependi	4,158	4,498	4,158	3,238	-	-
PRIME	BR	Czerniewicz	4,167	4,267	3,297	3,147	-	63,90
RIO DA LUZ	BRANCA	Rio da Luz	4,169	4,279	3,379	3,229	-	65,90
RUDNICK	DIBRAPE	Amizade	4,179	4,189	3,299	3,169	-	-
VICENZI	BRANCA	Santo Antônio	4,159	4,249	3,499	3,219	-	63,90
ZANDONÁ	IPIRANGA	Centenário	4,158	4,198	3,498	3,538	2,18	-
ZELUCAS	SHELL	Ilha da Figueira	4,159	4,299	-	3,349	-	-
Menor preço			4,088	4,129	3,289	3,099	2,180	63,00

Obs:

- 1) Os preços acima refletem os praticados para vendas à vista, entre os dias 13/06/18 e 14/06/18, nos 35 postos de Jaraguá do Sul;
- 2) Nos postos de bandeira branca, consultar a distribuidora de origem junto aos postos, que são obrigados a identificar nas bombas qual a distribuidora de origem do combustível, conforme a Portaria 116/00 da ANP.

E-MAIL: procon@jaraguadosul.com.br

Rua Angelo Schiochet, nº 100, sala 01 – Centro – Jaraguá do Sul/SC – 89251-170 – Tel: (47) 3275-1425 / 3275-3237
Horário de Atendimento: 08:00hs às 12:00hs / 13:00hs às 17:00 – Agora com horário agendado.



LIMPEZA – JUNHO DE 2018

Pesquisa de preços realizada entre os dias 11/06/18 e 12/06/18									
PRODUTO	Água Sanitária	Alcool	Amaciante	Desinfetante	Detergente	Esponha Aço	Esponha Louça	Limpa Vidros	Lustra Móveis
	1lt	1lt	2lt	500ml	500ml	pcte 60g	unidade	500ml	200ml
SUPERMERCADO									
ANGELONI*	R\$ 1,97	R\$ 6,55	R\$ 4,45	R\$ 1,99	R\$ 1,75	R\$ 3,39	R\$ 2,57	R\$ 7,00	R\$ 5,79
BERTOLI	R\$ 2,10	R\$ 4,69	R\$ 3,92	R\$ 1,89	R\$ 1,45	R\$ 0,99	R\$ 0,79	R\$ 3,99	R\$ 2,59
BRASÃO*	R\$ 2,75	R\$ 4,99	R\$ 3,75	R\$ 2,39	R\$ 1,29	R\$ 2,45	R\$ 1,48	R\$ 11,99	R\$ 5,69
COOPER*	R\$ 2,19	R\$ 5,65	R\$ 4,45	R\$ 2,35	R\$ 1,09	R\$ 1,55	R\$ 0,99	R\$ 2,95	R\$ 4,98
FORT	R\$ 1,99	R\$ 5,39	R\$ 3,99	R\$ 2,59	R\$ 0,99	R\$ 1,35	R\$ 0,45	R\$ 5,49	R\$ 4,55
GIASSI	R\$ 2,08	R\$ 5,48	R\$ 4,98	R\$ 1,85	R\$ 1,68	R\$ 1,78	R\$ 1,08	R\$ 2,88	R\$ 3,38
GUMZ	R\$ 3,50	R\$ 5,98	R\$ 5,47	R\$ 3,04	R\$ 1,75	R\$ 1,91	R\$ 2,03	R\$ 5,36	R\$ 7,09
RANCHO BOM	R\$ 2,79	R\$ 5,99	R\$ 4,99	R\$ 2,49	R\$ 1,49	R\$ 1,95	R\$ 1,39	R\$ 8,49	R\$ 4,35
SANTA LUZIA	R\$ 1,99	R\$ 6,99	R\$ 4,69	R\$ 1,99	R\$ 1,49	R\$ 1,19	R\$ 0,99	R\$ 3,99	R\$ 3,39
Menor Preço	R\$ 1,97	R\$ 4,69	R\$ 3,92	R\$ 1,85	R\$ 0,99	R\$ 0,99	R\$ 0,45	R\$ 2,88	R\$ 2,59
									R\$ 1,18
									R\$ 1,18

HIGIENE PESSOAL – JUNHO DE 2018

PRODUTO	Absorvente	Ap. Barbear	Condicionador	Cotonetes	Crema Dental	Desodorante	Escova Dente	Fio Dental	Papel Higiénico	Sabonete	Shampoo
	Pcte 8-10 un.	2 Unidades	350ml	Cx 75 Unidades	90g	Roll'on 50ml	Adulto Média	25-50m	4X30m	90g	350ml
SUPERMERCADO											
ANGELONI*	R\$ 2,95	R\$ 10,95	R\$ 4,79	R\$ 2,15	R\$ 3,27	R\$ 8,65	R\$ 3,49	R\$ 12,19	R\$ 4,95	R\$ 1,17	R\$ 3,99
BERTOLI	R\$ 2,55	R\$ 2,69	R\$ 8,69	R\$ 1,33	R\$ 2,90	R\$ 6,98	R\$ 1,99	R\$ 5,40	R\$ 1,75	R\$ 0,87	R\$ 4,93
BRASÃO*	R\$ 3,75	R\$ 3,75	R\$ 8,49	R\$ 2,25	R\$ 2,49	R\$ 7,99	R\$ 3,25	R\$ 13,99	R\$ 2,49	R\$ 1,29	R\$ 5,99
COOPER*	R\$ 1,95	R\$ 2,95	R\$ 6,95	R\$ 1,55	R\$ 1,79	R\$ 4,99	R\$ 2,15	R\$ 6,35	R\$ 3,99	R\$ 1,15	R\$ 5,99
FORT	R\$ 1,69	R\$ 3,99	R\$ 4,99	R\$ 1,49	R\$ 1,49	R\$ 7,99	R\$ 6,99	R\$ 5,79	R\$ 1,89	R\$ 0,89	R\$ 3,99
GIASSI	R\$ 3,98	R\$ 5,28	R\$ 4,38	R\$ 1,38	R\$ 1,58	R\$ 5,98	R\$ 3,38	R\$ 6,98	R\$ 4,38	R\$ 1,48	R\$ 5,98
GUMZ	R\$ 3,68	R\$ 5,05	R\$ 7,70	R\$ 1,49	R\$ 3,19	R\$ 8,00	R\$ 1,98	R\$ 8,60	R\$ 2,31	R\$ 1,39	R\$ 6,48
RANCHO BOM	R\$ 3,89	R\$ 2,89	R\$ 6,49	R\$ 1,59	R\$ 2,29	R\$ 5,99	R\$ 2,99	R\$ 6,89	R\$ 4,99	R\$ 1,79	R\$ 4,99
SANTA LUZIA	R\$ 2,49	R\$ 1,99	R\$ 4,99	R\$ 1,59	R\$ 2,89	R\$ 5,99	R\$ 4,69	R\$ 4,99	R\$ 2,59	R\$ 1,19	R\$ 4,99
Menor Preço	R\$ 1,69	R\$ 1,99	R\$ 4,38	R\$ 1,33	R\$ 1,49	R\$ 4,99	R\$ 1,98	R\$ 4,99	R\$ 1,75	R\$ 0,87	R\$ 3,99

Tel: Angeloni – 3275-7900; Bertoli – 3276-0143; Brasão – 3371-9229; Cooper – 3274-7500; Fort – 3501-3200; Giassi – 3275-5800; Gumz – 3376-1031; Rede Top – 3371-0700; Santa Luzia – 3274-8051.

Obs: Os preços informados referem-se ao produto mais barato encontrado no dia da pesquisa, sem considerar a marca, correspondendo ao preço praticado à vista.

* As redes Angeloni, Brasão, Cooper e Rancho Bom, praticam os mesmos preços em todas as suas lojas na cidade de Jaraguá do Sul.

E-mail: procon@jaraguadosul.com.br - Rua Angelo Schiochet, nº 100 – Centro – Jaraguá do Sul/SC – 89251-470 – Fone: 47-3275-3237 ou 3275-1425 – Horário de atendimento: Agendado.

PREFEITURA DE
JARAGUÁ DO SULPROCON
JARAGUÁ DO SUL

TAXAS DE JUROS DE SERVIÇOS BANCÁRIOS – JUNHO DE 2018

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	BANCO DO BRASIL		BRADESCO		C.E.F.		ITAÚ		SANTANDER	
	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)	TAXA MÍNIMA (% ao mês)	TAXA MÁXIMA (% ao mês)
Serviço										
Cartão de Crédito	1,92	11,98%	5,90%	15,10%	9,48%	12,99%	1,90%	9,90%	7,90%	17,89%
Cheque Especial	1,99%	12,49%	8,76%	13,33%	2,09%	13,55%	7,91%	10,92%	12,99%	14,93%
CDC	-%	-	1,69%	6,00%	4,80%	5,70%	1,40%	2,90%	1,20%	2,27%
Empréstimo Consignado	1,56%	5,19%	1,26%	5,30%	1,52%	10,00%	1,12%	3,23%	1,50%	3,05%
Empréstimo Pessoal	1,89%	7,35%	6,15%	9,06%	1,50%	4,70%	1,37%	7,57%	5,99%	7,99%
Financiamento de Veículos	-%	-	1,40%	2,99%	1,24%	2,19%	1,40%	2,90%	0,97%	2,27%
LEASING	-%	-	-%	-	-%	-	-%	-	3,50%	6,00%

Serviço	Menor Taxa	Maior Taxa
Cartão de Crédito	1,92%	17,89%
Cheque Especial	1,99%	14,93%
CDC	1,20%	5,70%
Empréstimo Consignado	1,12%	10,00%
Empréstimo Pessoal	1,37%	9,06%
Financiamento de Veículos	0,97%	2,99%
LEASING	3,50%	6,00%

Pesquisa realizada entre os dias 07/06/18 e 08/06/18

Joaçaba

PREFEITURA

ERRATA EXTRATO CONTRATO 69/2018/PMJ

Publicação Nº 1656740

PREFEITURA DE JOAÇABA – SC

Errata ao contrato nº 56/2018, publicado no DOM em 18/06/2018 - edição 2553 – PÁG.; 556;

1) Onde se lê:

1	OBJETO: contrato tem por objeto a execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação em asfalto C.A.U.Q sobre paralelepípedos, de parte da Rua Pedro Kunz, bairro Santa Tereza, neste Município
---	---

Leia-se:

1	OBJETO: é a execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação asfáltica com C.A.U.Q e drenagem pluvial, de parte da Rua Étori Pedrini, bairro Nossa Senhora de Lourdes, neste Município.
---	---

As demais disposições permanecem inalteradas.
Joaçaba, SC, 18.06.2018

HOMOLOG PL 03/2018 FUNREBOM

Publicação Nº 1657548

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros – FUNREBOM

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2018/FUNREBOM – PP 02/2018

O Prefeito, DIOCLÉSIO RAGNINI, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 03/2018 – PP 02/2018/FUNREBOM, nos seguintes termos:

MODALIDADE: PL 03/2018 – PP 02/2018/FUNREBOM

OBJETO: a aquisição de bote inflável com destinado à manutenção das atividades de busca e resgate aquático do 11º Batalhão de Bombeiros Militar de Joaçaba, SC.

FISCAL: WYLLYAN FAZZIONI – MAJOR BM

EMPRESA VENCEDORA:

SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

VALOR TOTAL R\$ 16.950,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 14 de junho de 2018.

Dioclésio Ragnini

Prefeito

PL 06/2018 FMAS

Publicação Nº 1657500

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 06/2018/FMAS – PP 04/2018/FMAS

O Secretário, Jucelino Jorge Ferraz no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 06/2018/FMAS, nos seguintes termos:

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 04/2018/FMAS.

Objeto: o Registro de Preços visando eventuais contratações futuras de serviços de assistência técnica (manutenção preventiva e corretiva) em equipamentos de informática e câmeras de segurança.

Empresas Vencedoras:

ATENA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EIRELI

VALOR R\$ 16.225,00

FISCAL: NATHALIA COSTENARO MASCARELLO E LUIZ FERNANDO VACCARI.

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 18 de junho de 2018.

Jucelino Jorge Ferraz

SECRETARIO - FMAS

PL 25/2018 FMS

Publicação Nº 1657324

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 25/2018/FMS – PP 13/2018/FMS

O Secretário de Saúde Celso Vilmar Brancher, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR : o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de material de expediente e suprimentos de informática, destinados a manutenção de programas e serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

Empresa Vencedora:

ANTONIO BOLDRINI - ME

VALOR R\$ 14.595,00

JEFERSON LUIZ BALAN-ME

VALOR: R\$ 2.052,00

LA CN INFORMATICA LTDA

VALOR: R\$ 165,00

MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA-ME

VALOR : R\$ 2.694,00

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

VALOR: R\$ 7.509,00

FISCAL: MARCOS ANTONIO MARTINAZZO

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 12 de junho de 2018.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CELSON VILMAR BRANCHER

PORTARIA N.º 2.858

Publicação Nº 1656570

PORTARIA Nº 2.858 DE 12 DE JUNHO DE 2018

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição

Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) TIA-GO CESAR PRETTO durante o período de 11 de junho de 2018 a 10 de junho de 2019, para exercer as funções de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, Lei n.º 343/2017 e em virtude de sua aprovação em 05º lugar no edital de Teste Seletivo nº 003/2018 da Prefeitura Municipal de Joaçaba, para atuar no transporte escolar, conforme memorando 192/2018 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 11 de junho de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 12 de junho de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.859

Publicação Nº 1656580

PORTARIA Nº 2.859 DE 12 DE JUNHO DE 2018

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) MAURO JOSE CAMPIONI durante o período de 12 de junho de 2018 a 11 de junho de 2019, para exercer as funções de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, Lei n.º 343/2017 e em virtude de sua aprovação em 07º lugar no edital de Teste Seletivo nº 003/2018 da Prefeitura Municipal de Joaçaba, em substituição ao servidor Adenir de Jesus Benites, afastado para tratamento de saúde, conforme memorando 150/2018 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 12 de junho de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.860

Publicação Nº 1656581

PORTARIA Nº 2.860 DE 12 DE JUNHO DE 2018.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições

que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr(a) LUCIA REGINA THOMAZ, Técnico em Enfermagem, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 348/2018 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 09 de fevereiro de 2017 a 08 de fevereiro de 2018 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 12 de junho de 2018 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 12 de junho de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.861

Publicação Nº 1656583

PORTARIA Nº 2.861 DE 12 DE JUNHO DE 2018

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. – NOMEAR, o(a) Sr(a) SALETE NERES, para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. – Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação em 14º lugar no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2015, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 12 de junho de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.862

Publicação Nº 1656584

PORTARIA Nº 2.862 DE 12 DE JUNHO DE 2018

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. – NOMEAR, o(a) Sr.(a) ADRIANA DE SOUZA ALMEIDA, para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. – Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação em 13º lugar no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2015, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 12 de junho de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.863

Publicação Nº 1656585

PORTARIA Nº 2.863 DE 14 DE JUNHO DE 2018

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) MARCIO PAIVA durante o período de 14 de junho de 2018 a 13 de junho de 2019, para exercer as funções de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, Lei n.º 343/2017 e em virtude de sua aprovação em 08º lugar no edital de Teste Seletivo nº 003/2018 da Prefeitura Municipal de Joaçaba, para atuar no transporte escolar, conforme memorando 192/2018 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 14 de junho de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 2.864

Publicação Nº 1656586

PORTARIA Nº 2.864 DE 14 DE JUNHO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ANDRESSA SIMADON, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 490/2018 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, referente ao período de 01 de abril de 2016 a 31 de março de 2017 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 18 de junho de 2018 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 18 de junho de 2018, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 14 de junho de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2018

Número do Registro de Preços: 3/2018		Data do Registro: 18/06/2018		Válido até: 18/06/2019			
Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais contratações futuras de serviços de assistência técnica (manutenção preventiva e corretiva) em equipamentos de informática e câmeras de segurança.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviços de assistência técnica (manutenção preventiva / corretiva), em equipamentos de informática e câmeras de monitoramento. (01-01-02823)	UN	ATENA TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI (2708)		0	29,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2018

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 3/2018		Data do Registro: 18/06/2018		Válido até: 18/06/2019			
Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais contratações futuras de serviços de assistência técnica (manutenção preventiva e corretiva) em equipamentos de informática e câmeras de segurança.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			YURI A RIGGHI PICCININ & CIA LTDA - ME (7553)		0	30,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2018

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 3/2018		Data do Registro: 18/06/2018		Válido até: 18/06/2019			
Objeto da Compra: O Registro de Preços visando eventuais contratações futuras de serviços de assistência técnica (manutenção preventiva e corretiva) em equipamentos de informática e câmeras de segurança.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2018
PROCESSO Nº 6/2018

(2708) - ATENA TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI
(7553) - YURI A RIGGHI PICCININ & CIA LTDA - ME

Joaçaba, 18 de Junho de 2018.

08/2018 FMS

Publicação Nº 1657328

Página: 1/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2018

Número do Registro de Preços: 8/2018 **Data do Registro: 12/06/2018** **Válido até: 12/06/2019**

Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de material de informática, destinados a manutenção de programas e serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Agenda permanentes (02-01-00835)	UN	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (5110)	FORONI	0	13,0000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6328)	FORONI	0	18,2000	2
			L.A.CN INFORMATICA LTDA (4320)	FORONI	0	19,1000	3
2	Aparelho telefônico convencional (02-01-00836)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6328)	INTELBRAS	0	31,8000	1
			L.A.CN INFORMATICA LTDA (4320)	INTELBRAS	0	32,0000	2
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (5110)	INTELBRAS	0	33,0000	3
3	Aparelho telefônico sem fio (02-01-00837)	UN	JEFFERSON LUIZ BALAN 06773304997 (8037)	INTELBRAS	0	68,4000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6328)	INTELBRAS	0	68,5000	2
			L.A.CN INFORMATICA LTDA (4320)	INTELBRAS	0	79,9000	3
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (5110)	INTELBRAS	0	80,0000	4
			ANTONIO BOLDRINI - ME (546)	INTELBRAS	0	85,0000	5
4	Bateria alcalina 1.5v LR41 para termômetro - com 10 unidades (02-01-00838)	PCTE	L.A.CN INFORMATICA LTDA (4320)	ELGIN	0	3,9500	1
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (5110)	ELGIN	0	4,9000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6328)	ELGIN	0	10,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2018

Página: 2/6

Número do Registro de Preços: 8/2018 Data do Registro: 12/06/2018 Válido até: 12/06/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de material de expediente e suprimentos de informática, destinados a manutenção de programas e serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Bateria moeda CR2032 3v lítium - cartela com 05 unidades (02-01-00839)	UN	L.A.CN INFORMATICA LTDA (4320)	FLEX	0	4,3000	1
			MAXI MOVES E PAPELARIA LTDA - ME (5110)	ELGIN	0	7,5000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6328)	ELGIM	0	9,0000	3
6	Cartucho de tinta HP 122 - preto - 2,0 ml - original (02-01-00840)	UN	ANTONIO BOLDRINI - ME (546)	HP	0	37,5000	1
			MAXI MOVES E PAPELARIA LTDA - ME (5110)	HP	0	37,9000	2
			L.A.CN INFORMATICA LTDA (4320)	HP	0	42,9000	3
7	Cartucho de tinta HP 122 - colorido - 1,5 ml - original (02-01-00841)	UN	ANTONIO BOLDRINI - ME (546)	HP	0	42,0000	1
			MAXI MOVES E PAPELARIA LTDA - ME (5110)	HP	0	42,4000	2
			L.A.CN INFORMATICA LTDA (4320)	HP	0	55,0000	3
8	Cartucho de tinta HP 662 - preto - 2,0 ml - original (02-01-00842)	UN	ANTONIO BOLDRINI - ME (546)	HP	0	35,0000	1
			MAXI MOVES E PAPELARIA LTDA - ME (5110)	HP	0	35,4000	2
			L.A.CN INFORMATICA LTDA (4320)	HP	0	44,0000	3
9	Cartucho de tinta HP 662 - colorido - 2,0 ml - original (02-01-00843)	UN	ANTONIO BOLDRINI - ME (546)	HP	0	35,5000	1
			MAXI MOVES E PAPELARIA LTDA - ME (5110)	HP	0	36,0000	2

Página: 3/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2018

Número do Registro de Preços: 8/2018 Data do Registro: 12/06/2018 Válido até: 12/06/2019

Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de material de expediente e suprimentos de informática, destinados a manutenção de programas e serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			L.A.CN INFORMATICA LTDA (4320)	HP	0	44,0000	3
10	Fichário de mesa em base metálica - 4 x 6 (02-01-00844)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6328)	ACRIMET	0	28,5000	1
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (5110)	ACRIMET	0	29,0000	2
			ANTONIO BOLDRINI - ME (546)	ACRIMET	0	34,0000	3
11	Fichário de mesa em base metálica - 7 x 10 (02-01-00845)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6328)	ACRIMET	0	87,0000	1
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (5110)	ACRIMET	0	87,5000	2
12	Papel cartolina 50 x 66 cm - 150 g/m² - diversas cores - com 100 unidades (02-01-00846)	PCTE	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (5110)	ALOFORM	0	37,8000	1
			L.A.CN INFORMATICA LTDA (4320)	ALOFORM	0	37,9000	2
			ANTONIO BOLDRINI - ME (546)	JANDAIA	0	42,0000	3
13	Pasta catálogo A4 - capa dura (cor preta) - com 100 plásticos (02-01-00847)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6328)	ACP	0	10,9000	1
			ANTONIO BOLDRINI - ME (546)	ACP	0	11,0000	2
			L.A.CN INFORMATICA LTDA (4320)	DAC	0	15,6000	3
14	Saco de papel para pipoca - 14 x 24 cm - com 500 unidades (02-01-00848)	PCTE	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6328)	SAO JOAO	0	15,0000	1

Página: 4/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2018

Número do Registro de Preços: 8/2018		Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de material de expediente e suprimentos de informática, destinados a manutenção de programas e serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	Toner Samsung MLT - D105L - original (02-01-00849)	UN	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (5110)	CN EMBALAG	0	36,0000	2
16	Filme de PVC transparente - 28 cm x 300 metros (02-01-00850)	RL	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA (6328)	BOMPACK	0	22,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2018

Página: 5/6

Número do Registro de Preços: 8/2018		Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de material de expediente e suprimentos de informática, destinados a manutenção de programas e serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (5110)	BANPACK	0	22.5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 8/2018

Página: 6/6

Número do Registro de Preços: 8/2018		Data do Registro: 12/06/2018		Válido até: 12/06/2019			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de material de expediente e suprimentos de informática, destinados a manutenção de programas e serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2018

PROCESSO Nº 25/2018

- (546) - ANTONIO BOLDRINI - ME
- (4320) - L.A.CN INFORMATICA LTDA
- (5110) - MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME
- (6328) - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA
- (8037) - JEFERSON LUIZ BALAN 06773304997

Joaçaba, 12 de Junho de 2018.

ATA PROPOSTA PL 53

Publicação Nº 1657502

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 10/2018 - TP
	Processo Administrativo: 49/2018 Processo de Licitação: 53/2018 Data do Processo: 20/04/2018

Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para recapeamento asfáltico em CAUQ de parte da Rua Minas Gerais, no Município de Joaçaba, SC.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 69/2018 (Sequência: 3)

Ao(s) 18 de Junho de 2018, às 17:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 2591, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 53/2018, Licitação nº 10/2018 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos dezoito dias do mês de junho de 2018 às 17h, reuniram-se nas dependências do prédio da Prefeitura de Joaçaba, os membros da Comissão de Licitações para proceder à continuação do Processo de Licitação nº 53/2018/PMJ - Edital TP nº 10/2018/PMJ. Constatou-se que não estiveram presentes os representantes das empresas. Foi aberto o envelope contendo a nova proposta, conforme constante na ata anterior. Essa foi rubricada e analisada pelos presentes, sendo constatado que a proponente atendeu às exigências do edital, sendo, desta forma, CLASSIFICADA, nesta fase. Na análise de preço verificou-se que a proponente a proponente KAENG INFRAESTRUTURA EIRELI (296) ofertou valor de R\$ 158.005,45 (cento e cinquenta e oito mil cinco reais e quarenta e cinco centavos) sendo, desta forma, considerada VENCEDORA deste certame, por apresentar proposta inferior ao vencedor inicial. Assim, considerando que não estiveram presentes os representantes das proponentes, fica aberto o prazo para apresentação de possíveis recursos na forma e no prazo previsto no artigo 109, inciso I, da Lei 8.666/93, a contar da intimação pelo Diário Oficial dos Municípios. O processo ficará aguardando o transcurso do prazo ou a renúncia do mesmo. Sendo que as científicas dos atos futuros se darão exclusivamente pelo site do Município (www.joacaba.sc.gov.br) e pelo DOM - Diário Oficial dos Municípios, quando necessário. As informações referentes ao processo serão disponibilizadas no site do Município (www.joacaba.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, cuja ata segue assinada pelos presentes.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Joaçaba, 18 de Junho de 2018

COMISSÃO:

Roberto Minati	- - Presidente da Comissão de Licitação
Clio Santos	- - MEMBRO
Camila Salardi Futina	- - MEMBRO
Daniela Aparecida de Mattos	- - MEMBRO
Diego Dalagnoli	- - MEMBRO

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE DISPENSA - PL 012/2018 - DISPENSA 004/2018 - VINHETAS**

Publicação Nº 1657470

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
PROVENIENTE DO PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 012/2018
DISPENSA N. 004/2018

CONTRATANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA.

CONTRATADA: PROEZA AUDIOVISUAIS LTDA.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para produção de 35 vinhetas, com duração aproximada de 05 (cinco) segundos cada, destinadas ao programa semanal de rádio da Câmara de Vereadores de Joaçaba – SC.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 1.100,00 (hum mil e cem reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, V da Lei n. 8.666/1993.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA 01.01.2.001.3.3.90.00.00.00.00.00–MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO COMPLEM.: 3.3.90.39.59.00.00.00 FONTE DE RECURSOS: 1001 – RECURSOS ORDINÁRIOS.

Joaçaba (SC), 18 de junho de 2018.

ALMIR PASTORI

Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor Jurídico

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 012/2018 - DISPENSA N. 004/2018

Publicação Nº 1657468

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 012/2018 DISPENSA N. 004/2018

1 – DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para produção de 35 vinhetas, com duração aproximada de 05 (cinco) segundos cada, destinadas ao programa semanal de rádio da Câmara de Vereadores de Joaçaba – SC.

2 – DA JUSTIFICATIVA

Justifica-se a necessidade de contratação de serviços de produção de novas vinhetas para o programa de rádio da Câmara de Vereadores de Joaçaba – SC, tendo em vista que as vinhetas utilizadas até o momento se demonstram antiquadas aos padrões atuais. Considerando-se que não acudiram interessados em participar dos pregões presenciais lançados por três vezes consecutivas, sendo duas delas no corrente ano, a dispensa de licitação é medida que se impõe.

3 – DA CONTRATADA

PROEZA AUDIOVISUAIS LTDA, Microempresa inscrita no CNPJ sob o n. 16.584.266/0001-69, localizada na Rua Cel Pedrini Primo Beggin, n. 46, Bairro Cruzeiro do Sul, do Município de Joaçaba - SC.

4 – DO VALOR CONTRATADO

R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais).

5 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/1993, em especial o disposto no art. 24, inciso V.

6 – DA VIGÊNCIA

O contrato oriundo da presente dispensa de licitação terá vigência de 30 (trinta) dias contados da data da assinatura.

7 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA 01.01.2.001.3.3.90.00.00.00.00.00–MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO COMPLEM.: 3.3.90.39.59.00.00.00 FONTE DE RECURSOS: 1001 – RECURSOS ORDINÁRIOS.

Joaçaba (SC), em 15 de junho de 2018.

ALMIR PASTORI

Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS JHL 0015/2018 - SIMAE**

Publicação Nº 1657014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0015/2018

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS PARA UTILIZAÇÃO PELOS SETORES TÉCNICOS DO SIMAE PARA EXECUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES DE ROTINA, DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL JHL Nº 0037/2018, PROCESSO JHL Nº 0042/2018, PROTOCOLO JHL Nº 1381/2018.

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, o Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna/SC, sito na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba/SC, inscrito no CNPJ sob nº 84.591.890/0001-43, neste ato representado por seu Diretor Presidente Paulo Cesar Lamin, doravante denominado "SIMAE" e a empresa José Thiago de Souza 04935291958 - ME, primeira classificada, abaixo relacionada, doravante denominada "DETENTORA", nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.879/2006, Decreto Municipal nº 3.252/2008, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes, celebram a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, originada do Processo de Licitação JHL nº 0042/2018, Pregão Presencial JHL nº 0037/2018, homologado em 18/06/2018, mediante termos e condições que seguem:

DETENTORAS:

1ª	RAZÃO SOCIAL:	José Thiago de Souza 04935291958 - ME
	ENDEREÇO:	Rua Nereu Ramos, nº 332, Centro, em Campos Novos/SC
	CNPJ/MF:	12.532.054/0001-87
	REPRESENTANTE LEGAL:	José Thiago de Souza
	CPF:	049.352.919-58
	RG:	3.802.811

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços visando futura e eventual aquisição de ferramentas para utilização pelos setores técnicos do Simae para execução de suas atividades de rotina, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus Anexos.

1.2 As peças e os serviços registrados são os seguintes:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	MARCA	Preço Unit.	Preço Total
1	100,00	PÇ	PA DE JUNTAR COM CABO DE MADEIRA	VONDER	R\$ 34,00	R\$ 3.400,00
2	20,00	UN	CHAVE DE FENDA TAMANHO 1/4X6", FABRICADA EM AÇO LIGA CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO DA HASTE NIQUELADA E CROMADA E PONTA FOSFATIZADA, COM CABO EM POLIPROPILENO.	VONDER	R\$ 10,50	R\$ 210,00
3	20,00	UN	CHAVE DE FENDA TAMANHO 1/8X5", FABRICADA EM AÇO LIGA CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO DA HASTE NIQUELADA E CROMADA E PONTA FOSFATIZADA, COM CABO EM POLIPROPILENO.	VONDER	R\$ 5,00	R\$ 100,00
4	20,00	UN	CHAVE PHILIPS TAMANHO 3/16", FABRICADA EM AÇO LIGA CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO DA HASTE NIQUELADA E CROMADA E PONTA FOSFATIZADA, COM CABO EM POLIPROPILENO.	VONDER	R\$ 9,50	R\$ 190,00
5	500,00	UN	SERRA AÇO RÁPIDO RÍGIDA 12" X 1/2" X 0,25, 24 DENTES POR POLEGADA, COMPRIMENTO 305 MM, ALTA RESISTÊNCIA E ALTA TENACIDADE.	NICHOLSOM	R\$ 4,50	R\$ 2.250,00
6	20,00	PÇ	TRENA 05 METROS, FITA DE AÇO COM PINTURA FOSCA ANTI-REFLEXO, LARGURA 19 MM, COM TRAVA E PRESILHA PARA CINTO.	VONDER	R\$ 18,00	R\$ 360,00
9	50,00	UN	CABO DE MADEIRA PARA PÁ	MONFORT	R\$ 12,00	R\$ 600,00
10	30,00	PÇ	PICARETA COM CABO	NOVE54	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00
11	50,00	PÇ	CABO DE MADEIRA PARA PICARETA	MONFORT	R\$ 16,00	R\$ 800,00
12	50,00	UN	CHAVE DE CANO 9" EM AÇO	VONDER	R\$ 40,00	R\$ 2.000,00
14	100,00	PÇ	ESCOVA DE AÇO MANUAL, COM CABO DE MADEIRA, 3 FILEIRAS DE CERDAS EM AÇO CARBONO. MEDIDAS: - COMPRIMENTO TOTAL: 290 MM - LARGURA: 3CM - COMPRIMENTO COM CERDAS: 130 MM - ALTURA COM CERDAS: 20 MM	VONDER	R\$ 4,90	R\$ 490,00
15	10,00	UN	DISCO SERRA CIRCULAR 4.3/8 20 DENTES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	VONDER	R\$ 20,00	R\$ 200,00

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital do Pregão Presencial nº 0037/2018 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s);



c) Planilha de lances do Pregão.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, contados do dia 19 de junho de 2018.

4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O sistema de registro de preços do SIMAE tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações dos licitantes vencedores do Pregão.

4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurada à DETENTORA do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

4.3 O SIMAE monitorará, periodicamente os preços dos itens desta Ata, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos serviços registrados.

4.3.1 O SIMAE convocará a DETENTORA para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, a DETENTORA será liberada do compromisso assumido.

4.3.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta da DETENTORA e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, a DETENTORA poderá ser liberada do compromisso assumido.

4.3.3 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela DETENTORA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.2.4 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

4.3 A contratação com a DETENTORA será formalizada por instrumento contratual, autorização de compra ou nota de empenho de despesa, observando-se o disposto no art. 62, da Lei nº 8.666/93.

4.3.1 A DETENTORA poderá ser convocada para assinar Contrato (se esse for o caso), devendo firmá-lo em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da notificação (via e-mail ou correio).

4.3.2 A autorização de fornecimento ou o instrumento similar conterá: as especificações e quantidade do bem pretendido; os preços registrados, os quais deverão ser respeitados pela DETENTORA; os prazos para entrega dos bens; o número do processo licitatório; a indicação da dotação orçamentária que dará cobertura à despesa.

5. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

5.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela DETENTORA enseja a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

5.2 A DETENTORA será responsável por eventuais danos havidos no objeto, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5.3 A DETENTORA deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao SIMAE qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

6. DO ACOMPANHAMENTO

6.1 O gestor dos Contratos e/ou Autorizações de Fornecimento oriundos desta Ata de Registro de Preços é Graciela Pratto Bordin da Rosa, lotada no Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio do Simae, e-mail: compras@simae.sc.gov.br, telefone: (49) 3551-8200.

6.2 O fiscal dos Contratos e/ou Autorizações de Fornecimento oriundos desta Ata de Registro de Preços é Rafael Giongo Burlin, lotado no Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio do Simae, e-mail: compras@simae.sc.gov.br, telefone: (49) 3551-8200.

7. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

7.1 Os produtos deverão ser, respectivamente, entregues conforme a necessidade do SIMAE, que procederá à solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

7.2 O PRAZO PARA ENTREGA dos produtos, depois de enviada Autorização de Fornecimento/Empenho por e-mail, deverá ser de no máximo 15 (quinze) dias corridos.

7.2.1 Os produtos deverão ser entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto e com as exigências estabelecidas pelo SIMAE, constantes no Anexo I deste Edital.

7.2.2 Os produtos deverão ser entregues: na Sede Administrativa do SIMAE, localizada na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba/SC, no horário das 08:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas;

7.2.3 A DESCARGA DOS PRODUTOS É DE RESPONSABILIDADE DA DETENTORA.

7.3 Por ocasião do recebimento dos produtos, o SIMAE, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade do mesmo e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiver em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando a DETENTORA a promover a devida substituição, observando-se os prazos estipulados.

7.4 Caso os produtos sejam rejeitados, a DETENTORA deverá, preferencialmente em até 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação expedida pelo Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio com anuência da Diretoria, retirá-los no local indicado no item 7.2.2 desta Ata de Registro

de Preços e entregar novo produto no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a contar da citada notificação, livres das causas da rejeição. A retirada dos produtos rejeitados poderá ser feita quando da entrega dos novos produtos.

7.5 A rejeição total ou parcial dos produtos pelo SIMAE sujeitará a DETENTORA às sanções previstas no item 13 desta Ata de Registro de Preços e a devolução da nota fiscal/fatura.

7.6 Caso os produtos sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

7.7 O aceite dos produtos não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou de qualidade dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

7.8 Caso a nova remessa, entregue em substituição à rejeitada, seja também objeto de rejeição, ficará demonstrada a incapacidade técnica da DETENTORA de entregar o produto nas condições e especificações pactuadas e poderá sujeitá-la à multa de 10% (dez por cento) aplicada sobre o valor total dos itens recusados e a suspensão de licitar e contratar com o SIMAE, conforme previsto no item 13 desta Ata de Registro de Preços, bem como a sua rescisão unilateral pelo SIMAE para os itens recusados.

7.9 Se no prazo de garantia, os produtos apresentarem vício oculto ou defeito a DETENTORA deverá substituí-los no prazo de 15 (quinze) dias corridos a contar da notificação do SIMAE sem qualquer ônus para esta autarquia.

7.10 A DETENTORA deverá responsabilizar-se pelo envio e frete dos produtos, incluindo as situações onde houver a necessidade de troca ou devolução dos produtos recusados por não atendimento ao Edital.

8. DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetivado de acordo com a proposta de preços apresentada pela DETENTORA, observado o que consta nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

8.2 O pagamento será:

8.2.1 Efetivado de acordo com os produtos entregues, mediante apresentação das notas fiscais/faturas de produtos que deverão ser emitidas em nome do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, ao e-mail compras@simae.sc.gov.br da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado do número do Empenho emitido pelo SIMAE.

8.2.2 Realizado através do SIMAE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após o atesto do Fiscal, contados do efetivo recebimento dos produtos, observado o que consta no item 7 desta Ata de Registro de Preços.

8.2.3 Caso o produto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do produto ou do documento fiscal, a depender do evento.

8.3 É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A.

8.4 Nenhum pagamento será efetuado à DETENTORA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8.6 O Simae exigirá da DETENTORA, que mantenha atualizadas as Certidões Negativas de Débito com o INSS E FGTS.

8.7 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela DETENTORA.

8.8 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da DETENTORA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para prestação dos serviços, constituindo-se na única remuneração devida.

8.9 No eventual atraso de pagamento por parte do SIMAE, a compensação financeira será a atualização ocorrida entre o último dia para pagamento estabelecido e a data do pagamento efetivamente ocorrido, baseado no INPC-IBGE.

9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1 As despesas resultantes desta Ata de Registro de Preços ocorrerão à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2018, consignadas no:

ÓRGÃO/UNIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 17.512.0028

PROJETO/ATIVIDADE: 2.061/2062

ELEMENTO: 3.3.90.30.42.00.00.02

10. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

10.1 Fornecer os produtos nos prazos máximos estabelecidos no item 7 desta Ata de Registro de Preços, obedecendo rigorosamente às especificações técnicas dos Anexos I e II (Termo de Referência) do Edital.

10.2 Atender às especificações do Anexo I e II do Edital e executar de acordo com a demanda apresentada pelo SIMAE, durante a validade da Ata de Registro de Preços.

10.3 Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Processo Licitatório.

10.4 Responsabilizar-se por qualquer dano pessoal ou material causados ao SIMAE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto. O SIMAE ficará alheio à relação jurídica que se estabelecer entre a DETENTORA e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

10.5 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto.

11. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO SIMAE

11.1 Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório.

11.2 Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Diretor Presidente do SIMAE, visando à fiscalização da execução do Contrato e desta Ata de Registro de Preços.

11.3 Efetuar o pagamento à DETENTORA, de acordo com o item 8 desta Ata de Registro de Preços.

11.4 Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela DETENTORA, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos.

11.5 Emitir, através do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, Autorização de Fornecimento/Empenho para a execução dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços.

11.6 Providenciar a publicação desta Ata de Registro de Preços, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

12. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

12.1 O registro da DETENTORA poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I – Pelo SIMAE:

a) quando a empresa descumprir as exigências do Edital ou da respectiva Ata;

b) quando a empresa, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de Contrato decorrente de registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93;

d) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

II – Pelo fornecedor ou prestador de serviços, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

12.2 O cancelamento será precedido de processo administrativo e a sua decisão final deverá ser fundamentada.

12.3 A solicitação da DETENTORA para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultado ao SIMAE a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, caso não aceite as razões do pedido.

12.3.1 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Diretor Presidente do SIMAE.

12.3.2 A DETENTORA poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

12.4 A solicitação da DETENTORA para cancelamento do registro de preços não desobriga do fornecimento dos produtos até a decisão final do SIMAE, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultado ao SIMAE à aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

12.5 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

13. DAS SANÇÕES

13.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à DETENTORA, garantida a prévia defesa, são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, no Pregão e nesta Ata de Registro de Preços.

13.2 Penalidades que poderão ser cominadas, individual ou cumulativamente, à DETENTORA:

I – Advertência, que será aplicada:

a) no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da DETENTORA;

b) nas ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do SIMAE, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação, pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis;

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia útil de atraso na entrega, cuja aplicação será sobre o valor total do Empenho em que ocorreu o atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do Empenho;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Empenho, no caso da Contratada não entregar os produtos, desatender às condições estipuladas ou pedir a rescisão da Ata de Registro de Preços, calculada sobre o total ou a parte inadimplente;

III – Impedimento, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002: a Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com o Simae, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

a) recusar-se a assinar o Contrato ou a receber o Empenho, quando enviado por e-mail, dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;

e) não manter a proposta após a adjudicação;

f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;

g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

h) fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

i) falhar ou fraudar a execução do Contrato;

j) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato;

k) ser considerada tecnicamente incapaz de fornecer o objeto do Contrato.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (nas mesmas hipóteses previstas para o impedimento, sempre que julgar a necessidade de aplicação de penalidade mais grave).

13.3 As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à DETENTORA juntamente com a de multa.

13.4 Na aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços, o SIMAE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da DETENTORA, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da DETENTORA, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

13.5 O SIMAE observará a boa-fé da DETENTORA e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao SIMAE ou a terceiros.

13.6 A reincidência da sanção de advertência, ensejará a aplicação de penalidade de suspensão.

13.7 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à DETENTORA.

13.7.1 Se o valor a ser pago à DETENTORA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica essa obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

13.7.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela DETENTORA ao SIMAE, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

13.7.3 O não pagamento da multa implicará na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com o SIMAE.

13.8 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da DETENTORA e, quando a empresa for declarada inidônea, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

13.9 Nenhum pagamento será realizado à DETENTORA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Elegem as partes contratantes o foro da cidade de Joaçaba/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba/SC, 18 de junho de 2018.

Paulo Cesar Lamin José Thiago de Souza
Diretor Presidente do Simae Proprietário

Testemunhas:

Graciela Pratto Bordin da Rosa Rafael Giongo Burlin
Gerente SMTP Agente Administrativo

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0007/2018 - SIMAE

Publicação Nº 1655980

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA SEGUNDA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0007/2018

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0010/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0011/2018

PROTOCOLO Nº 0235/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO E LUBRIFICAÇÃO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS RETROESCAVADEIRAS DA FROTA DO SIMAE, DE ACORDO COM O SOLICITADO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE E ÓRGÃOS FISCALIZADORES.

PREÇOS E EMPRESA REGISTRADA:

LUBRIVAL LTDA ME:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	300,00	SV	SERVIÇO DE LAVAÇÃO GERAL DE VEÍCULOS LEVES, COMPREENDENDO: INTERNA: ASPIRAÇÃO DE BANCOS, CARPETES, PORTA MALAS, LIMPEZA DO PAINEL. EXTERNA: PINTURA, BAIXOS E CAIXA DE RODAS.	LUBRIVAL	22,00	6.600,00
2	50,00	SV	SERVIÇO DE LAVAÇÃO GERAL DE VEÍCULOS MÉDIOS, COMPREENDENDO: INTERNA: ASPIRAÇÃO DE BANCOS, CARPETES, PORTA MALAS, LIMPEZA DO PAINEL. EXTERNA: PINTURA, BAIXOS E CAIXA DE RODAS.	LUBRIVAL	44,00	2.200,00
3	50,00	SV	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE VEÍCULOS MÉDIOS	LUBRIVAL	17,00	850,00
4	170,00	SV	SERVIÇO DE LAVAÇÃO GERAL DE VEÍCULOS PESADOS, COMPREENDENDO: INTERNA: ASPIRAÇÃO DE BANCOS, CARPETES, LIMPEZA DO PAINEL. EXTERNA: PINTURAS, BAIXOS E CAIXAS DE RODAS.	LUBRIVAL	79,00	13.430,00
6	100,00	SV	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS	LUBRIVAL	44,00	4.400,00
7	50,00	SV	SERVIÇO DE LAVAÇÃO GERAL DE RETROESCAVADEIRAS, COMPREENDENDO: INTERNA: ASPIRAÇÃO DE BANCOS, CARPETES, LIMPEZA DO PAINEL. EXTERNA: PINTURAS, BAIXOS E CAIXAS DE RODAS.	LUBRIVAL	129,00	6.450,00

8	40,00	SV	SERVIÇO DE LAVAÇÃO GERAL COM MOTOR DE RETROESCAVADEIRAS, COMPREENDENDO: INTERNA: ASPIRAÇÃO DE BANCOS, CARPETES, LIMPEZA DO PAINEL. EXTERNA: PINTURAS, BAIXOS E CAIXAS DE RODAS.	LUBRIVAL	179,00	7.160,00
9	50,00	SV	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE RETROESCAVADEIRAS	LUBRIVAL	39,00	1.950,00
10	200,00	SV	SERVIÇO DE LAVAÇÃO GERAL DE MOTOS, COMPREENDENDO: PINTURA, BAIXOS E CAIXA DE RODAS.	LUBRIVAL	11,90	2.380,00
11	100,00	SV	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE MOTOS	LUBRIVAL	14,80	1.480,00

VIGÊNCIA: 15/03/2018 a 14/03/2019.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 18 de junho de 2018.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

HOMOLOGAÇÃO PR 0037/2018 - SIMAE

Publicação Nº 1656436

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 37/2018 - PR
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 42/2018 Processo de Licitação: 42/2018 Data do Processo: 14/05/2018
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Paulo Cesar Lamin, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 42/2018
b) Licitação Nr.: 37/2018-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 18/06/2018
e) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS PARA UTILIZAÇÃO PELOS SETORES TÉCNICOS DO SIMAE PARA EXECUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES DE ROTINA.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME (8525)

1	PA DE JUNTAR COM CABO DE MADEIRA - Marca: vonder	PÇ	100,00	0,0000	34,00	3.400,00
2	CHAVE DE FENDA TAMANHO 1/4X6", FABRICADA EM AÇO LIGA CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO DA HASTE NIQUELADA E CROMADA E PONTA FOSFATIZADA, COM CABO EM POLIPROPILENO. - Marca: vonder	UN	20,00	0,0000	10,50	210,00
3	CHAVE DE FENDA TAMANHO 1/8X5", FABRICADA EM AÇO LIGA CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO DA HASTE NIQUELADA E CROMADA E PONTA FOSFATIZADA, COM CABO EM POLIPROPILENO. - Marca: vonder	UN	20,00	0,0000	5,00	100,00
4	CHAVE PHILIPS TAMANHO 3/16", FABRICADA EM AÇO LIGA CROMO VANÁDIO, ACABAMENTO DA HASTE NIQUELADA E CROMADA E PONTA FOSFATIZADA, COM CABO EM POLIPROPILENO. - Marca: vonder	UN	20,00	0,0000	9,50	190,00
5	SERRA AÇO RÁPIDO RÍGIDA 12" X 1/2" X 0,25, 24 DENTES POR PLEGADA, COMPRIMENTO 305 MM, ALTA RESISTÊNCIA E ALTA TENACIDADE. - Marca: nicholsom	UN	500,00	0,0000	4,50	2.250,00
6	TRENA 05 METROS, FITA DE AÇO COM PINTURA FOSCA ANTI-REFLEXO, LARGURA 19 MM, COM TRAVA E PRESILHA PARA CINTO. - Marca: vonder	PÇ	20,00	0,0000	18,00	360,00
9	CABO DE MADEIRA PARA PÁ - Marca: monfort	UN	50,00	0,0000	12,00	600,00
10	PICARETA COM CABO - Marca: nove54	PÇ	30,00	0,0000	50,00	1.500,00

Joaçaba, 18 de Junho de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTOCNPJ: 84.591.890/0001-43
Rua Tiradentes, 123
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL**

Nr.: 37/2018 - PR

Processo Administrativo: 42/2018
Processo de Licitação: 42/2018
Data do Processo: 14/05/2018

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME (8525)**

11	CABO DE MADEIRA PARA PICARETA - Marca: monfort	PÇ	50,00	0,0000	16,00	800,00
12	CHAVE DE CANO 9" EM AÇO - Marca: vonder	UN	50,00	0,0000	40,00	2.000,00
14	ESCOVA DE AÇO MANUAL, COM CABO DE MADEIRA, 3 FILEIRAS DE CERDAS EM AÇO CARBONO. MEDIDAS: - COMPRIMENTO TOTAL: 290 MM - LARGURA: 3CM - COMPRIMENTO COM CERDAS: 130 MM - ALTURA COM CERDAS: 20 MM - Marca: vonder	PÇ	100,00	0,0000	4,90	490,00
15	DISCO SERRA CIRCULAR 4.3/8 20 DENTES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: vonder	UN	10,00	0,0000	20,00	200,00

Total do Fornecedor: 12.100,00**Total Geral: 12.100,00**

Joaçaba, 18 de Junho de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

Lacerdópolis

PREFEITURA

CONTRATO 32-2018

Publicação Nº 1657487

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE PARQUE E MOVEIS INFANTIL

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 32/2018

Processo de Licitação n. 21/2018

Pregão Presencial n. 14/2018

CONTRATANTE: Município de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 31 de Março, 1050, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo prefeito Sérgio Luiz Calegari.

CONTRATADA: DIDATICA LIVRARIA E BRINQUEDOS EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.985.825/0001-14, com sede à rua Santa Terezinha nº 87, centro, no município de Jaborá-SC, representada por seu procurador Sr. Vivaldino Pasqualotto, doravante simplesmente designada contratada.

Nos termos do Processo Licitatório n. 21/2018, na modalidade de Pregão Presencial n. 14/2018, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e Lei n. 10.520/02, firmam o presente contrato conforme as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 – Aquisição de móveis e brinquedos para a Secretaria Municipal de Educação a serem destinados ao Centro de Educação Infantil de Lacerdópolis (CIEL), conforme descrito abaixo:

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	01	<p>PARQUE INFANTIL COLORIDO</p> <p>Com estrutura principal (colunas) de Madeira Plástica medindo 11x11cm e parede de 20mm Revestida com acabamento de Polipropileno e Polietileno pigmentado cor itaúba contendo:</p> <p>01 - Plataforma de 1,00x1,00mt confeccionada em tábuas tipo assoalho de madeira plástica e cobertura em plástico rotomoldado estilo pirâmide quadrada de 1,26x1,26m com altura do patamar de 1,20mt;</p> <p>01 - Plataforma de 1,00x1,00mt confeccionada em tábuas tipo assoalho de madeira plástica e cobertura em plástico rotomoldado estilo pirâmide quadrada de 1,26x1,26m com altura do patamar de 0,80 mm;</p> <p>01 - Plataforma de 1,00x1,00m confeccionada em tábuas tipo assoalho de madeira plástica e sem cobertura com altura do patamar de 1,20m;</p> <p>01 - Deck auxiliar ligando duas torres.com fechamento lateral em rotomoldado;</p> <p>03 - Fechamentos em plástico rotomoldado;</p> <p>01 - Tobogã em plástico rotomoldado, 3 curvas com 45º x 80mm de diâmetro, fixado a torre com painel de plástico rotomoldado e ao piso com seção de saída dupla em plástico rotomoldado;</p> <p>01 - Tubo curvado em plástico rotomoldado 90 graus medindo 1,82m de comprimento x 75cm de diâmetro de abertura;</p> <p>01 - Escorregador curvo em fibra de vidro com seção de deslizamento com 2000mm X 490mm de largura;</p> <p>01 - Rampa de escalada curva em plástico rotomoldado dupla de 6 de graus, com portal de segurança em plástico rotomoldado;</p> <p>01 - Jogo da velha composto pó 9 cilindros em plástico rotomoldado colorido, com de letras "X" e "O" na cor preta;</p> <p>01 - Rampa de madeira com 07 tacos medindo 2000mm de comprimento X 920mm de largura, com estrutura, assoalho e tacos em itaúba;</p> <p>01 - Coqueiro decorativo em plástico rotomoldado com 08 folhas e suporte de fixação em alumínio;</p> <p>01 - Escorregador reto em rotomoldado, seção de deslizamento com 1,6m x 430mm de largura;</p> <p>01 - Escada em plástico rotomoldado duplo com 03 degraus, medindo 1000 mm de comprimento x 600mm de largura, corrimãos em aço tubular retangular de 30mm X 70mm com parede de 1,25mm. Produto Certificado em conformidade com as normas técnicas da ABNT (NBR 16071/2012). MARCA KRENKE MODELO KMP 306</p>	R\$ 27.450,00	R\$ 27.450,00

02	04	BANCO JARDIM COM ENCOSTO Descrição: banco com as tiras do assento e do encosto em formato de toras de madeira, com rebaixo no meio do assento e do encosto para maior conforto. As extremidades mantêm o formato circular de uma tora de madeira para melhor estética. Os pés são em formato de "X", em plástico rotomoldado, fazendo com que possa ser instalado em pátios sem o risco de marcar o piso com marcas de ferrugem. Em cada pé há locais próprios para fixação no chão, caso seja necessário. A montagem é totalmente por encaixe, sem necessidade de utilização de parafusos, o que elimina totalmente o risco de oxidação. Matéria-prima empregada: polietileno de média densidade (material não tóxico e reciclável), polietileno pigmentado (colorido), com aditivo UV que garante a coloração original mesmo que exposto ao tempo, dimensões: altura: 82cm; largura: 56cm; comprimento: 1,05m Com certificação do INMETRO. MARCA FRESO, MODELO- REFERENCIA 28196	R\$ 940,00	R\$ 3.760,00
03	02	BANCO JARDIM SEM ENCOSTO: Descrição: altura: 50cm; largura: 54cm; comprimento: 1,05m; banco com as tiras do assento e do encosto em formato de toras de madeira, com rebaixo no meio do assento e do encosto para maior conforto. As extremidades mantêm o formato circular de uma tora de madeira para melhor estética. Os pés são em formato de "X", em plástico rotomoldado, fazendo com que possa ser instalado em pátios sem o risco de marcar o piso com marcas de ferrugem. Em cada pé há locais próprios para fixação no chão, caso seja necessário. A montagem é totalmente por encaixe, sem necessidade de utilização de parafusos, o que elimina totalmente o risco de oxidação. Matéria-prima empregada: polietileno de média densidade (material não tóxico e reciclável), polietileno pigmentado (colorido), com aditivo UV que garante a coloração original mesmo que exposto ao tempo. Com certificação do INMETRO. MARCA FRESO MODELO - REFERENCIA 28797	R\$ 589,00	R\$ 1.178,00
04	40	CAMINHA PORTÁTIL: caminha portátil Empilhável, Desmontável e "Pendurável", composta por 05 elementos, sendo 2 peças plásticas iguais de polipropileno (PP) injetadas, 2 barras de alumínio retangulares com cantos arredondados, 1 tela de tecido poliéster com recobrimento de PVC, 2 abas centralizadas nas extremidades e velcro que envolve a cabeceira/pezeira e faz a fixação da tela. Para total segurança, a tela recobre totalmente a parte central da cabeceira/pezeira para evitar acidentes em caso de impacto com as peças plásticas. 02 pezinhos em PVC em cada cavidade, num total de 8 pezinhos que evitam que a caminha deslize em pisos lisos. Dreno em cada cavidade para permitir total higienização. As cavidades servem para o empilhamento e contém ressalto que permitem acomodar copos ou mamadeiras. Peso máximo suportado de 250Kg. O produto não deve apresentar parafusos, presilhas ou qualquer outro elemento que se possa soltar ocasionando partes pequenas que podem ser engolidas pela criança. Laudo de ensaios realizados segundo a norma NM300 do INMETRO e com Relatório de Ensaio de Carga atestando a resistência ao peso de 250Kg. Peso aproximado: 2,30kg Medidas aproximadas: altura 13 cm, largura 61cm, comprimento 1,20m. Produto ensaiado e certificado segundo a norma de segurança INMETRO NM300. MARCA FRESO, MODELO 33340	R\$ 256,00	R\$ 10.240,00
			TOTAL: R\$ 42.628,00	

1.2 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: à vista, após a entrega do objeto.

1.3 - PRAZO DE ENTREGA: 60 (sessenta) dias, após o recebimento da Autorização de Fornecimento.

1.4 – LOCAL DE ENTREGA: CIEL (Rua 31 de Março, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000).

1.5 - GARANTIA: aquela fornecida pelo fabricante, contados a partir da entrega à Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, contra quaisquer problemas de fabricação, podendo ser aplicadas, subsidiariamente, as normas do Código de Defesa do Consumidor.

1.6 - VALIDADE DA PROPOSTA: 60 dias.

1.7 - O licitante deverá indicar, juntamente com a proposta, o modelo e a marca do(s) objeto(s), bem como apresentar ficha técnica para provar o cumprimento das especificações exigidas neste Edital, sob pena de desclassificação.

CLÁUSULA SEGUNDA – – PREÇO E REAJUSTE

2.1 - O preço a ser pago é aquele consignado na proposta declarada vencedora.

2.2 - O valor proposto não será reajustado.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ constante da nota fiscal deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.2 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.3 - Não serão pagos valores antecipadamente.

3.4 – Os dados bancários para pagamento são aqueles indicados junto com a proposta, conforme tópico “8.5” deste edital.

3.5 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis (CNPJ 82.939.471/0001-24).

3.6 - A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis (CNPJ 82.939.471/0001-24) do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

3.7 - As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos tópicos anteriores serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA

O contrato terá vigência até 31/12/2018, a iniciar-se com a publicação do mesmo na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis (art. 61, § único da Lei 8.666/93).

CLÁUSULA QUINTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente da aquisição objeto do presente certame correrá a conta de dotação específica do orçamento do exercício e terá a seguinte classificação orçamentária:

Dotação das caminhas da Creche
ORGAO 06-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
UNIDADE 01-SERVIÇOS DO ENSINO PRE-ESCOLAR
Proj/At. 12.365.1007.1.015-AQU. MÓVEIS, APARELHOS, ACERVOS BIBLIOGR. EQUIP.
Modalidade 4.4.90.00.00.00.0087- Aplicações, Direta R\$. 12.000,00
Recurso 0087-Alienação de Bens Destinados a Programas da Educação Básica

Dotação do Parque Infantil
ORGAO 06-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
UNIDADE 01-SERVIÇOS DO ENSINO PRE-ESCOLAR
Proj/At. 12.365.1007.1.018-CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO PREDIO ENSINO INFANTIL
Modalidade 4.4.90.00.00.00.0087- Aplicações Diretas R\$ 35.000,00
Recurso 0087-Alienação de Bens Destinados a Programas da Educação Básica

CLÁUSULA SEXTA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato, encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei n. 8.666/93 e a Lei n. 10.520/02.

CLÁUSULA SÉTIMA – ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução deste contrato será administrada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO

8.1 - O contratante poderá declarar rescindido o presente contrato independentemente de interpelação ou de procedimento judicial sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

8.2 - O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela contratada, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente instrumento.

8.3 - O contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA – RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

As penalidades serão aplicadas por inadimplência total ou parcial, conforme Lei n. 8.666/93 e a Lei n. 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 - Empenhar os valores relativos às notas fiscais emitidas e efetuar o pagamento da CONTRATADA.

10.2 - Fiscalizar a execução do objeto, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

10.3 - Observar/fiscalizar durante a execução do objeto que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 – O proponente vencedor deverá arcar com todas as despesas necessárias para o regular fornecimento do objeto.

11.2 - Será de responsabilidade da(s) licitante(s) vencedora(s) o fornecimento do objeto deste Edital, no preço estipulado na sua proposta e de acordo com as condições descritas no tópico 02 deste Edital (OBJETO).

11.3 - Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório, durante toda a execução do contrato.

11.4 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

11.5 - Não caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

11.6 - Atender, através de seus responsáveis técnicos e/ou administrativos, eventuais convocações da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Capinzal/SC, Estado de Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Lacerdópolis/SC, 15 junho de 2018.

Município de Lacerdópolis/SC Sérgio Luiz Calegari Prefeito	Didática Livraria e Brinquedos Eireli-EPP Vivaldino Pasqualotto Procurador
CONTRATANTE	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPF/MF: _____

Nome: _____ CPF/MF: _____

PROCESSO LICITATÓRIO 05-2018-FMS

Publicação Nº 1656683

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 05/2018
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 01/2018
DATA DE EMISSÃO: 18/06/2018

O Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 07 de setembro, n. 1.600, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 11.417.744/0001-22, neste ato representado pelo Secretário de Municipal de Saúde e Bem Estar Social, Edgar Brandini, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes, torna público, para conhecimento de todos os interessados em apresentar proposta para a obra objeto deste edital, especificada no (s) ato convocatório e seus anexo(s), que fazem parte e integra(m), a presente TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, sob o regime de empreitada POR PREÇO GLOBAL, observadas as condições a seguir:

O recebimento do Envelope 01 – DOCUMENTAÇÃO, contendo a documentação de habilitação dos interessados CADASTRADOS junto ao Município de Lacerdópolis, dar-se-á até às 14h00min do dia 04 de julho de 2018, junto a Comissão de Licitações, na Prefeitura Municipal de Lacerdópolis, sito à Rua 31 de Março, n. 1050, na cidade de Lacerdópolis/SC.

O recebimento do Envelope 01 – DOCUMENTAÇÃO dos interessados NÃO CADASTRADOS dar-se-á até às 14h00min do dia 04 de julho de 2018, no Setor de Protocolo Geral deste município.

O recebimento do Envelope 02, contendo respectivamente a Proposta de Preços, dos proponentes CADASTRADOS, bem como dos NÃO CADASTRADOS, dar-se-á até às 14h00min do dia 04 de julho de 2018, no Setor de Protocolo Geral deste município.

O início da abertura dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO, dar-se-á às 14h00min do dia 04 de julho de 2018, na Sala de Licitações do Município de Lacerdópolis, situado no endereço supracitado. Havendo a concordância de todos os proponentes com o resultado da fase de habilitação, bem como a desistência expressa de interposição de recursos, de acordo com o disposto no inciso III, art. 43 da Lei 8.666/93, formalizada na respectiva Ata ou Termo de Renúncia, proceder-se-á, nesta mesma data, à abertura dos Envelopes 02 – PROPOSTA, contendo as propostas dos proponentes habilitados.

Os interessados poderão retirar este edital, com seus anexos, junto a Prefeitura Municipal, sala de Licitações, Rua 31 de Março, n. 1050, Centro, Lacerdópolis, SC.

Na hipótese de ocorrer feriado ou outro fato que impeça a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido e amplamente divulgado.

SUBORDINAÇÃO

A presente Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, subordina-se, em seu total teor, à Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com a redação dada pela Lei 8.883, de 8 de junho de 1994 e Lei 9.648, de 27 de maio de 1998 e demais inerentes.

01 - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - A presente licitação tem como a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de obras e engenharia, por empreitada e preço global, regime de execução imediata, incluindo o fornecimento de mão de obra e materiais, consistente na realização de reforma, a ser feita na UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA COMUNIDADE DE LINHA SÃO ROQUE, interior do Município de Lacerdópolis, conforme memorial descritivo e demais documentos constantes nos anexos ao edital.

1.2 - VALOR MÁXIMO: R\$ 89.551,82 (oitenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e um reais e oitenta e dois centavos).

02 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação:

- a) empresa atingida pela decretação de falência ou que teve instaurado processo de insolvência civil;
- b) empresas que, por qualquer motivo, tenham sido suspensas de licitar pelo Município de Lacerdópolis ou que tenham sido declaradas inidôneas pelo Município de Lacerdópolis ou por qualquer outro Órgão da Administração Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- c) Vedada a participação direta ou indireta das pessoas arroladas nos incisos I, II e III do art. 09 da Lei n. 8.666/93, conforme decisão n. 603/97 TCU, bem como as impedidas pela Lei Orgânica do Município de Lacerdópolis.

03 - DOCUMENTOS QUE DEVEM COMPOR O ENVELOPE Nº 1 - HABILITAÇÃO

3.1 - Habilitação Jurídica:

3.1.1. Ato constitutivo, estatuto social ou contrato social em vigor da empresa, devidamente registrado (havendo a obrigação legal em relação ao registro), em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores atuais;

3.1.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de composição da diretoria em exercício;

3.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

3.1.4. Declaração do representante legal da empresa de que a empresa não foi declarada inidônea e nem está suspensa do direito de licitar com nenhum órgão Federal, Estadual ou Municipal;

3.1.5. Declaração do representante legal da empresa de que não há superveniência de fato impeditivo da habilitação, sob as penas cabíveis, nos termos do art. 32 da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes;

3.1.6. Declaração referente ao art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, conforme modelo contido no ANEXO IV, deste edital;

3.1.7. Declaração do representante legal da empresa afirmando a veracidade de todos os documentos apresentados;

3.1.8. Declaração de sujeição aos termos deste edital.

3.1.9. Exclusivamente para as empresas que desejarem fazer uso dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/06, com as alterações feitas pela Lei Complementar n. 147/2014, a comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte ou microempresa dar-se-á pela apresentação da Certidão da Junta Comercial e, quando for o caso a Certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou outro na forma da lei.

3.1.9.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, inclusive quanto à comprovação da qualidade de empresa de pequeno porte ou microempresa. A eventual restrição poderá ser sanada após o julgamento das propostas de preços, como condição para a assinatura do contrato, na forma da Lei Complementar nº 123/06, com as alterações feitas pela Lei Complementar n. 147/2014.

3.1.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.1.10. Certificado de Registro Cadastral – CRC, válido na data de abertura dos envelopes nº 01 da presente licitação, expedido pela Comissão de Registro Cadastral do Município de Lacerdópolis, com data igual ou anterior à prevista para protocolo do envelope de documentação dos proponentes não cadastrados disposto no preâmbulo deste edital.

3.2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista:

3.2.1 - Prova de inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ);

3.2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa e pertinente ao objeto desta licitação, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.2.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, dentro de seus prazos de

validade, de acordo com o art. 29, inciso III da Lei nº 8.666/93 com alterações subsequentes, mediante apresentação de:

3.2.3.1 - Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

3.2.3.2. Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais emitida pela respectiva Secretaria de Estado da Fazenda do Estado da sede da empresa;

3.2.3.3. Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Tributos Municipais, expedida pela respectiva Secretaria Municipal da Fazenda da sede da empresa; e

3.2.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS).

3.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

3.3 - Qualificação Técnica:

3.3.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica expedida pela Entidade Profissional Competente;

3.3.2. Declaração formal, passada pelo representante legal da empresa, indicando um profissional habilitado, possuidor de aptidão para a atividade principal (execução da obra objeto deste edital) e para responder tecnicamente pelos serviços previstos no edital (indicando, inclusive, o nome e número de inscrição junto entidade profissional competente), cujo nome virá a constar no Termo de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) relativa a obra em questão;

3.3.3. Comprovação de que o profissional habilitado indicado no item 3.3.2 pertence ao quadro de empregados da empresa na data fixada para recebimento dos envelopes desta licitação, através de apresentação cópia autenticada da Carteira de Trabalho acompanhada da Ficha Registro de Empregado da Empresa ou através de cópia autenticada de contrato Particular de Prestação de Serviços firmado entre o profissional e a empresa licitante; caso o profissional em questão seja proprietário da empresa, deverá fazer prova mediante apresentação de atos constitutivos (estatuto social ou contrato social, ou ainda documento equivalente e hábil);

3.3.4. Comprovação de que o profissional habilitado, indicado conforme item 3.3.2 supra, executou serviços em obra de característica semelhante à constante no objeto desta licitação, demonstrando sua qualificação e experiência prévia em relação à execução dos seguintes serviços: comprovação, através de atestados ou certidões fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pelo CREA/CAU e acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico, que comprove a experiência prévia em execução de obra com características semelhantes à obra ora licitada;

3.3.5. Declaração da empresa licitante, assinada pelo seu responsável técnico, atestando que vistoriou o local de execução da obra, objeto desta licitação, e que tomou conhecimento de todas as informações necessárias à execução da mesma.

3.3.5.1. As vistorias referentes ao local da obra objeto desta licitação, caso necessário, poderão ser agendadas junto a Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

3.3.6. Declaração da empresa de que, se vencedora;

- a) Manterá, na gerência das obras, objeto desta licitação, o Profissional Habilitado indicado de conformidade com o item 3.3.2, supra.
- b) Disporá de pessoal e equipamentos necessários à perfeita e completa execução do objeto desta licitação; e
- c) Assumirá inteira responsabilidade pela perfeita e completa execução dos serviços;

3.4 - Qualificação Econômico-financeira

3.4.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrada há mais de três meses da data de apresentação da proposta (art. 31, inciso I, da Lei nº 8.666/93);

Observação: O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. O Balanço das demais empresas deverá vir acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados por profissional responsável.

3.4.2 - Certidão Negativa de Pedidos de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo(s) Distribuidor(es) da sede da empresa, observando-se a consulta a todos eles, em caso de mais de um, e, emitida com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de abertura dos envelopes de habilitação.

3.4.3. A empresa proponente deverá possuir capital social integralizado igual ou superior a 10% do valor máximo previsto para a execução da obra, comprovado mediante apresentação do Contrato Social ou Alteração do Contrato Social ou Ata da Assembleia Geral onde consta o último capital social, devidamente registrado na Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil, ou outro órgão porventura competente.

3.5. A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

3.6. O Licitante que entender estar desobrigado de apresentar qualquer documento de habilitação deverá demonstrar esta situação,

juntando o respectivo comprovante.

3.7. Os documentos de habilitação deverão estar válidos e em vigor na data limite para entrega dos envelopes, com todas as folhas devidamente numeradas e rubricadas, apresentados em original ou cópia autenticada em cartório competente ou publicação em órgão de Imprensa Oficial, ou, ainda, cópias com apresentação do original, que venham a ser autenticadas até a abertura dos envelopes contendo a documentação ou durante a sessão de abertura dos mesmos, pelos membros da Comissão de Licitações (os originais poderão estar dentro ou fora do envelope) ou, também, cópias obtidas na internet, desde que possam ter a sua autenticidade e veracidade confirmadas pelo mesmo meio.

3.3.7 - Atestado de visita técnica emitido pelo Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis com data de 03 (três) dias úteis anteriores a entrega dos envelopes de documentação, sendo que a Visita deveser realizada pelo Responsável Técnico indicado no tópico 3.3.2;

04 - APRESENTAÇÃO, RECEBIMENTO E ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS

4.1. No dia, hora e local previstos no preâmbulo deste edital, reunir-se-á a Comissão Permanente de Licitação com a finalidade de realizar a Sessão Pública do recebimento e abertura dos envelopes contendo a Documentação e Propostas. A Comissão declarará instalada a Sessão na data e horário designado.

4.2. As empresas Licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, apresentar no ato da abertura desta Licitação, ENVELOPES SEPARADOS DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA, acondicionadas em invólucros não-transparentes e fechados, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

De:...(nome do concorrente)...

(endereço do concorrente)...

Ao Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis

Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 01/2018.

Envelope nº 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

De: ...(nome do concorrente)...

(endereço do concorrente)...

Ao Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis

Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 01/2018

Envelope nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS

4.2.1. No caso de a empresa enviar representante por meio de credenciamento, este deverá ser entregue de forma separada aos envelopes, previamente ao início dos trabalhos.

4.3. Não será admitido o encaminhamento de documentação e/ou propostas via FAX ou Internet, muito menos a substituição de documentos.

4.4. Após o recebimento dos envelopes não serão aceitas juntadas e/ou substituições de quaisquer documentos, retificação de preços ou condições.

4.5. Qualquer manifestação em relação a presente Licitação fica condicionada a apresentação, pelo preposto da empresa, de documentos de identificação e instrumento Público ou Particular de Procuração ou cópia do Contrato Social, no caso de ser sócio da empresa.

4.6. A inabilitação da Licitante importa preclusão do direito de participar das fases subsequentes.

4.7. A seu exclusivo juízo, a Comissão Licitante poderá suspender a Sessão para melhor examinar e avaliar os documentos e/ou propostas apresentadas, a fim de verificar suas conformidades com as exigências editalícias, sendo-lhe facultado designar nova data para divulgação do julgamento.

4.8. A designação da nova data deverá ser consignada em ATA, que deverá ser assinada por todos os presentes que desejarem assiná-la.

05 - PROPOSTA

A proposta deverá corresponder com precisão ao objeto da licitação, devendo ser apresentada em envelope fechado e não-transparente, indicando em sua parte externa o nome da empresa licitante, bem como o número desta Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, preenchendo os seguintes requisitos:

5.1. Estar datilografada/digitada em língua portuguesa, em papel timbrado ou impresso próprio, sem rasuras, emenda, entrelinhas ou ressalva, contendo o CNPJ, endereço e telefone/fax da licitante, devendo a última folha ser assinada e as demais, apenas rubricadas pelo representante legal da empresa.

5.2. Será considerada vencedora a empresa que cotar o menor preço ao objeto respectivo a este edital, preço esse que incluirá o fornecimento de todos os materiais e a mão-de-obra necessária para sua execução, e que deverá ser expresso em moeda nacional corrente, em algarismos arábicos e por extenso, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e nele deverão estar computadas todas as despesas de frete, seguro, embalagem, serviços, taxas, impostos e demais encargos incidentes. Bem como todas as despesas diretas e indiretas relacionadas com a execução do objeto. Obrigatoriamente a empresa deverá citar na proposta qual o BDI (Benefício/Bonificação e Despesas Indiretas)

será praticado para a obra.

5.3. O valor total da proposta, deverá ser expresso em moeda nacional, em algarismos arábicos e por extenso, tanto na folha de rosto da proposta como na planilha, se admitindo apenas duas casas após a vírgula.

5.4. Deverá apresentar planilha com o preço unitário e global, seguindo rigorosamente os itens relacionados da planilha orçamentária do projeto, anexo deste edital, identificando na proposta o valor separado de mão de obra e de materiais que compõe o valor total da proposta.

5.4.1. Os itens unitários cotados NÃO poderão ser superiores aos valores existentes nas planilhas.

5.4.2. Os produtos cotados deverão ser identificados com a marca do fabricante.

5.5. O prazo de validade da proposta deverá ser, de no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos. Em caso de omissão, este prazo será considerado como se fosse proposto pela licitante.

5.6. Para esta Tomada de Preços, a obra deverá ser executada Conforme Cronograma, a contar da data da Ordem de Serviço. O prazo entre a data da Ordem de Serviço e o início da execução da obra, não deverá ser superior a 10 (dez) dias.

5.7. O (s) preço(s) deverá(ão) ser cotado(s) fixo(s) e irrevogável(eis) para o pagamento, até o último dia fixado, conforme art. 28, parágrafo 1º da Lei 9.069/95.

5.8. A proposta deverá especificar prazo mínimo de garantia de cinco anos, conforme art. 618 do Código Civil e art. 56 da Lei 8.666/93.

5.9. Apresentar Cronograma Físico-Financeiro, com fixação do prazo para execução do objeto, EM CONSONÂNCIA COM O CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO DA REFERIDA OBRA, contados da data da Ordem de Serviço, liberada pela Prefeitura de Lacerdópolis, o qual deverá fixar o valor para cada uma das etapas, observando-se que a última parcela não poderá ser inferior a 20% do valor total da obra.

5.10. Observar a ordem estabelecida no edital e seu (s) anexos.

5.11. Indicar o nome do banco, agência e o número da conta bancária OBRIGATORIAMENTE em nome da empresa licitante para que sejam efetuados os pagamentos.

06 - ENTREGA

A obra objeto desta Tomada de Preços deverá ser entregue pela CONTRATADA, concluída e em condições plenas de habitabilidade e/ou utilização, conforme estabelecido neste edital e seu (s) anexos(s), no prazo de 05 (cinco) dias após a data de sua conclusão.

07 – RECEBIMENTO

7.1. O objeto desta licitação será:

7.1.1. RECEBIDO provisoriamente, por responsável designado pelo Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações do edital através de "Termo de Recebimento Provisório" (que será fornecido em 03 dias úteis), e definitivamente através de "Termo de Recebimento Definitivo" após comprovação da qualidade, vistoria e consequentemente aceitação, se for o caso, irreversivelmente no prazo de até 30 (trinta) dias.

7.1.2. REJEITADO, quando for fornecido em desacordo com o estabelecido neste edital, proposta e Nota de Empenho.

7.2. Ainda que recebido em caráter definitivo, subsistirá na forma da lei a responsabilidade do contratado pela solidez, qualidade e segurança do material fornecido.

08 - PAGAMENTO

8.1. Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade da empresa com relação aos documentos relacionados abaixo, os mesmos serão anexados ao processo de pagamento:

8.1.1. Certidão Federal;

8.1.2. Certidão Estadual;

8.1.3. Certidão Municipal;

8.1.4. Certificado de Regularidade do FGTS

8.1.5. Certidão Trabalhista

8.1.6. Laudo de Medição da Etapa;

8.1.7. ART de Fiscalização;

8.1.8. ART de Execução;

8.1.9. Guia quitada do INSS;

8.1.10. Guia quitada do FGTS;

8.1.11. Guia SEFIP;

8.1.12. CEI dos Funcionários;

8.1.13. Folha dos Funcionários do mês quitada (cópia);

8.1.14. Laudo de Conclusão Provisório (quando for a última medição);

8.1.15. Livro de registro "Diário de Obra"(cópia).

8.2. O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor solicitante do serviço correspondente.

8.3. A contratante deverá reter 11% (onze por cento) do valor dos serviços contidos na Nota Fiscal, Fatura ou Recibo, conforme Ordem de Serviço INSS/DAF nº 209 de 20/05/99, bem como efetuar a retenção do percentual de ISS.

09 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

9.1. As despesas decorrentes de aquisições por intermédio desta licitação, correrão à conta dos recursos específicos do Orçamento Geral, existentes nas dotações dos órgãos e entidades usuários, na data dos respectivos empenhos.

9.2. As despesas decorrentes da presente Aquisição correrão à conta da Dotação Orçamentária do ano 2018, constantes do Orçamento Geral abaixo relacionadas:

ORGÃO:10-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE:01-SERVIÇOS DE SAÚDE

Projeto Atividade:10.301.1012.1.031-Construção e/ou Ampliação e Reforma Unidade Sanitária

Compl. Elem. : 4.4.90.51.07.00.00.00 – Reforma (1)

Recurso: 0002-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde 10 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

10.1. As propostas serão julgadas e classificadas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL que incluirá o fornecimento de todos os materiais e a mão de obra necessária para execução da obra considerando-se as demais especificações contidas no (s) ANEXO(s) da Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, após parecer técnico da área requisitante.

10.2. No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, conforme determina art. 45 § 2º da Lei 8.666/93.

10.3. A presente licitação poderá ser revogada, na sua totalidade ou em parte, sem que caiba, aos seus participantes, indenização de qualquer natureza, nas situações que a lei determina, e, os quantitativos poderão ainda ser aumentados ou diminuídos, observando-se os limites previstos no Parágrafo 1º, do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993.

10.4. As Propostas consideradas adequadas aos termos do edital serão verificadas pela Comissão Permanente de Licitação, quanto a erros aritméticos na computação ou em seu somatório, sendo que os erros serão corrigidos da seguinte forma:

a) se existir discrepância entre o preço unitário e o valor total do item, prevalecerá o preço total do item;

b) no caso de discrepância entre o valor da soma das parcelas constante na proposta e o valor da soma das mesmas parcelas, quando da verificação acima citada, prevalecerá este último valor;

c) se existir discrepância entre o valor total global expresso na folha de rosto da proposta e o valor total global constante na planilha, prevalecerá este último; e

d) verificado qualquer outro tipo de discrepância entre o valor total global constante em qualquer parte da proposta e o valor total global constante na planilha, prevalecerá o valor total global da planilha obtido através da verificação efetuada pela Comissão Permanente de Licitação.

11 - CONTRATO

11.1. O contrato, ANEXO II, parte integrante deste edital independentemente de transcrição, especificará o prazo e as condições de execução dos serviços, bem como a forma de pagamento e de reajuste do preço pactuado, quando previsto, e na forma da lei.

11.2. O Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis convocará por escrito o adjudicatário para assinatura do contrato.

11.3. O contrato será assinado no prazo de até 03 (três) dias, contados do recebimento da convocação do adjudicatário para esse fim.

11.4. Na hipótese do licitante vencedor não comparecer para assinar o contrato no prazo estipulado, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, será imediatamente convocado na forma do art. 64, parágrafo 2º da Lei nº 8666/93, o segundo classificado e sucessivamente os demais licitantes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado.

11.5. O contrato, nos termos do art. 57, caput da Lei nº 8.666/93, terá sua vigência vinculada aos créditos orçamentários referidos neste edital.

12 - GARANTIAS

A CONTRATADA prestará garantia no valor correspondente a 05% (cinco por cento) do valor do contrato, devendo o proponente optar pela modalidade de garantia, conforme dispõe o § 1º do artigo 56 da Lei 8.666/93 e alterações.

12.1. Em se tratando de garantia prestada por intermédio de caução em dinheiro, a mesma deverá ser recolhida junto ao Banco do Brasil, em conta específica, sendo que esta será devolvida atualizada monetariamente (pelo INPC), nos termos do § 4º, do Art. 56, da Lei n.º 8.666/93.

12.2. A garantia prestada pela licitante adjudicatária contratada somente será liberada depois de certificado, pelo Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, que o objeto do contrato foi totalmente realizado a contento.

12.3. A liberação da garantia será feita no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento do pedido formulado, por escrito, pela licitante adjudicatária contratada.

12.4. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital, a não prestação da garantia será considerada recusa injustificada à assinatura do contrato, implicando na anulação da Nota de Empenho emitida.

13 - PENALIDADES

13.1. A empresa que deixar de cumprir as condições estabelecidas na Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia e na proposta apresentada ou proceder de modo defeituoso e prejudicial aos interesses do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, sem prejuízo das penalidades previstas no Capítulo IV, Seção II, do Art. 87, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficará sujeita à aplicação da MULTA, a saber:

Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

§ 3º O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5. (Cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

§ 5º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no parágrafo único do art. 2º e observado o princípio da proporcionalidade.

§ 6º Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do caput deste artigo.

§ 7º A sanção pecuniária prevista no inciso IV do caput deste artigo não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

14 - RECURSOS

14.1. Dos atos do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, decorrentes da aplicação deste edital, caberão os recursos previstos no art. 109 da Lei nº 8.666/93, devendo ser dirigida ao Setor de Licitações.

14.2. O prazo para o recurso previsto na letra "a" do inciso I do art. 109 da Lei nº 8.666/93, correrá a partir do primeiro dia útil subsequente à divulgação do resultado do julgamento da habilitação.

15 - DESCLASSIFICAÇÃO

15.1. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, conforme previsto no art. 48 da Lei 8.666/93.

15.2. As empresas deverão observar e cumprir as CONDIÇÕES ESPECIFICADAS, se for o caso, constante (s) do(s) ANEXO(s) que faz(em) parte e integra(m) a presente Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, sob pena de desclassificação da proposta apresentada.

15.3. Serão desclassificadas as propostas que contiverem valor unitário e global superior ao valor máximo orçado nas planilhas para execução total da obra.

16 - CONDIÇÕES GERAIS

16.1. Caberá a Contratada todas as despesas de instalação da obra, remoção de entulhos e limpeza final.

16.2. Os pagamentos serão efetuados em função da medição "in loco" dos serviços efetivamente realizados, devidamente acompanhado pela fiscalização designada.

16.3. As faturas dos serviços realizados deverão ser apresentadas de acordo com o modelo do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, tendo como anexos, as folhas de medição, não podendo os valores das parcelas serem inferiores a 5% (cinco por cento) e a fatura final não inferior a 20% (vinte por cento) do valor do contrato. As faturas serão pagas após confirmação pelo fiscal do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis de que os serviços foram executados.

16.4. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço para execução total da obra.

16.5. Os preços apresentados na proposta serão em reais, FIXOS e IRREAJUSTÁVEIS

16.6. As propostas deverão conter planilha com o preço de cada item em separado, e o preço global em algarismos arábicos e por extenso, pelo qual se propõe a executar a obra.

16.7. Os quantitativos referidos são para efeito orçamentário e seleção da melhor proposta entendendo-se a execução dos serviços na sua integralidade.

16.8. Os serviços necessários à perfeita execução da obra licitada são considerados como tendo seus preços já inclusos nas propostas, não cabendo, por isso, nenhum direito de reivindicação de qualquer pagamento dos serviços reconhecidos como necessários, se comuns em qualquer obra do gênero e não constante especificamente na relação dos preços unitários ou totais propostos.

16.9. O Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, quando julgar conveniente, mediante necessidade e termo aditivo poderá alterar os projetos e/ou especificações já aprovados, dar instruções adicionais ou suprimir trabalhos anteriormente ordenados.

16.9.1. Estas disposições gerais são aplicáveis a todas as alterações, modificações ou adições supra mencionadas.

16.10. À Contratada caberá todas as providências relativas a execução das obras tais como fornecimento dos equipamentos, dos materiais e da mão-de-obra, satisfação de todas as exigências legais relativas a qualquer aspecto da execução das obras, adoção de medidas de segurança e proteção, manutenção de ordem e disciplina no canteiro e pagamento de tributos e quaisquer outras contribuições.

16.11. A Contratada deverá designar o responsável técnico pela obra e recolher a respectiva ART/RRT junto ao CREA/CAU, entregando cópia da mesma ao Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis e mantendo outra cópia na obra.

16.12. Não existirá qualquer vínculo jurídico entre o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis e os empregados, subcontratados ou fornecedores da contratada que, como tal, tenham relação com a obra.

16.13. A Contratada assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes de trabalho e qualquer outra relativa ao pessoal admitido para a execução desta obra.

16.14. Não sendo os trabalhos conduzidos em inteira conformidade com os desenhos, detalhes, especificações e instruções fornecidos e aprovados pelo Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, este, além das sanções previstas na legislação, poderá determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos.

16.15. A impontualidade injustificada na conclusão de qualquer das etapas da obra sujeitará a Contratada ao pagamento de multa moratória não compensatória de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) do valor da obra por dia de atraso, exceto se motivado comprovadamente por caso fortuito ou força maior.

16.16. Por inexecução das obrigações estipuladas a contratada indenizará o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis - dos prejuízos que resultarem da paralisação da obra ou pagará multa compensatória equivalente ao valor integral da obra não executadas, limitada a 25% (vinte e cinco por cento), sobre o valor total do contrato.

16.17. O termo inicial para a incidência da taxa de multa compensatória será a data correspondente ao adimplemento, e o termo final, da data da efetivação do pagamento da multa.

16.18. Fica convencionado que a execução da obra será regida pelo presente edital e seus anexos (Disposições Gerais, Especificações Técnicas para a Execução de Obras Cíveis), pelo projeto técnico, pela proposta da firma vencedora e toda a documentação da licitação que são complementares entre si, de modo que, qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

16.19. A Contratada, obrigatoriamente, deverá manter no local da obra entre outros, e após sua conclusão, entregar para a fiscalização os seguintes documentos:

1. Livro de registro "Diário de Obra".
2. ART's – Anotação de Responsabilidade Técnica – CREA/CAU
3. Cópia do Registro dos funcionários contratados para a obra.

16.20. A Contratada encaminhará ao Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, acompanhado de fotos e assinado pelo Engenheiro Responsável, um relatório quinzenal de acompanhamento de obra.

16.21. A substituição de profissional na equipe não justificará atraso e/ou o comprometimento na qualidade dos serviços, ficando a empresa sujeita às penalidades descritas neste edital.

16.22. A empresa deverá manter na obra uma pessoa que responderá por ela na ausência do Engenheiro; essa pessoa deverá ser um mestre de obras com experiência comprovada em carteira de, no mínimo, 02 (dois) anos, em obras de construção civil.

16.23. A critério do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, quando e se necessário, será desenvolvido projeto executivo concomitantemente com a execução das obras, sem que isto importe em custos adicionais de espécie alguma ao presente contrato.

16.24. A proponente que vier a causar impedimentos ao normal e legal andamento da presente licitação, além das sanções legais previstas, será responsabilizada civilmente pelos danos e prejuízos causados à entidade licitante, derivado da não conclusão do processo licitatório, bem como do objeto pretendido.

16.25. A participação nesta Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia importa à empresa proponente na restrita aceitação das condições estabelecidas no presente edital e seus Anexos, bem como às estabelecidas nas "CONDIÇÕES DE CONTRATO" e na "MINUTA DO TERMO DE CONTRATO", que fazem parte integrante deste edital, como se nele estivessem integralmente reproduzidos.

16.26. A empresa contratada deverá manter no decorrer dos serviços, 01 (um) Engenheiro Civil, que atuará como responsável na gerência e execução do objeto; o Profissional em questão deverá ter vínculo empregatício com a empresa contratada de no mínimo 6 (seis) meses anterior a data da Licitação, por CTPS assinada ou por contrato particular de prestação de serviços.

16.27. A empresa contratada deverá fazer obrigatoriamente SEGURO da obra onde estejam contemplados Danos Materiais no valor correspondente a 20% do valor máximo fixado para a execução da obra, e Danos Pessoais no valor correspondente a 20% do valor máximo fixado para a execução da obra.

16.28. Maiores esclarecimentos sobre os projetos, poderão ser obtidos no setor de licitações.

16.29. Fica eleito o foro da Comarca de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir questões fundadas neste Processo.

16.30. Qualquer cidadão, devidamente fundamentado, é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/1993, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do Artigo 113 da Lei nº 8.666/1993.

16.31. Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimentos ou impugnações, vencidos os respectivos prazos legais.

16.32. Os pedidos de impugnações e a apresentação escrita dos recursos deverão ser apresentados no protocolo geral, na Prefeitura Municipal, situado na Rua 31 de Março, n. 1050, centro, Lacerdópolis/SC, no horário de funcionamento normal da repartição, não sendo aceitas, em nenhuma hipótese, aquelas encaminhadas via fax ou e-mail.

16.33. Todas as atas e demais documentos emitidos e assinados pela comissão permanente de licitações, será enviado via e-mail para os participantes que não estiverem presentes na seção, mesmo assim estarão publicados no site do município (www.lacerdopolis.sc.gov.br).

16.34. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta (art. 43 da Lei 8.666/93 § 3º).

16.35. Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes e abertas as propostas, não cabe desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento, art. 43 da Lei 8.666/93 § 5º.

16.36. A Comissão Permanente de Licitação, no interesse público, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

16.37. Os casos omissos serão submetidos à Comissão Permanente de Licitação do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

16.38. Integram o presente edital:

- Anexo I: Especificação sintética e característica do objeto desta licitação;
- Anexo II: Contrato;
- Anexo III: Declaração de Fatos Supervenientes;
- Anexo IV: Declaração art. 27 Lei 8.666/93;
- Anexo V: Termo de Recebimento Provisório;
- Anexo VI: Termo de Recebimento Definitivo;

Lacerdópolis, 18 de junho de 2018.

Edgar Brandini
Secretário de Municipal de Saúde e Bem Estar Social

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DO OBJETO

A presente licitação tem como a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de obras e engenharia, por empreitada e preço global, regime de execução imediata, incluindo o fornecimento de mão de obra e materiais, consistente na realização de reforma, a ser feita na UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA COMUNIDADE DE LINHA SÃO ROQUE, interior do Município de Lacerdópolis, conforme memorial descritivo e demais documentos constantes nos anexos ao edital.

Valor: R\$ 89.551,82 (oitenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e um reais e oitenta e dois centavos).

Prazo de execução: Até 31/12/2018, após a Ordem de Serviço.

Prazo de vigência: O contrato terá vigência até 31/12/2018, a iniciar-se com a publicação do mesmo na imprensa oficial do Município de Lacerdópolis (art. 61, § único da Lei 8.666/93).

Local de prestação dos serviços: conforme descrito no tópico 01 (OBJETO).

Condições de pagamento: Mensal, conforme medição e cronograma.

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

ANEXO II

(MINUTA DO CONTRATO)

CONTRATANTE: O Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 07 de setembro, n. 1.600, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 11.417.744/0001-22, neste ato representado pelo Secretário de Municipal de Saúde e Bem Estar Social, Edgar Brandini.

CONTRATADA: empresa _____ inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede à rua _____, na cidade de _____, representada neste ato pelo seu _____, doravante simplesmente designada contratada.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 - A presente licitação tem como a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de obras e engenharia, por empreitada e preço global, regime de execução imediata, incluindo o fornecimento de mão de obra e materiais, consistente na realização de reforma, a ser feita na UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA COMUNIDADE DE LINHA SÃO ROQUE, interior do Município de Lacerdópolis, conforme memorial descritivo e demais documentos constantes nos anexos ao edital.

1.2 - VALOR MÁXIMO: R\$...

CLÁUSULA SEGUNDA - RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

2.1 - Caberá à contratada todas as providências relativas à execução dos serviços, quais sejam:

- a) Fornecimento de materiais e da mão-de-obra;
- b) satisfação de todas as exigências legais relativas a quaisquer aspectos de execução do objeto deste contrato;
- c) adoção das medidas de segurança e proteção que se fizerem necessárias;
- d) manutenção da ordem e da disciplina no canteiro de obra; e,
- e) pagamento de todos os encargos, tributos e quaisquer outras contribuições que sejam exigidas em razão da execução deste contrato.

2.2 - A execução deste contrato será administrada e fiscalizada Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social ou a quem esta designar.

2.3 - A CONTRATADA manterá preposto, aceito pelo Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, no local da obra, para representa-la na execução do contrato.

2.4 - A CONTRATADA manterá durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.

2.5 - Não existirá qualquer vínculo jurídico entre o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis e os empregados da contratada que, como tal, tenham ou venham a ter relação com os serviços de que trata este contrato.

2.6 - A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes do trabalho e quaisquer outras relativas ao pessoal admitido para a execução deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - FISCALIZAÇÃO

3.1 - A contratada deverá facilitar, por todos os modos, o trabalho de fiscalização do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, mantendo inclusive, no local de execução da obra, em lugar adequado e em perfeita ordem, um espaço físico contendo o Livro Diário da Obra para anotações do fiscal municipal, uma coleção de todos os desenhos, detalhes, especificações e ordens de serviços.

3.2 - Na hipótese dos trabalhos não estarem sendo executados de acordo com as especificações, normas e instruções fornecidas ou aprovadas pelo Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, ou, de um modo geral com a técnica vigente, poderá esta, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento, ou na legislação aplicável, determinar a paralisação total ou parcial do serviço, determinando, ainda, a execução dentro dos padrões exigíveis, o que será feito à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - PREÇO

4.1 - Pela execução do objeto deste contrato, o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis pagará à CONTRATADA a importância total de R\$. (...) Sendo R\$. pela mão de obra e R\$. pelo material.

4.2 - No preço estipulado nesta cláusula, já se encontram computados todos os impostos, taxas fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente, tenham relação com o objeto deste contrato.

4.3 - O preço estipulado nesta cláusula será fixo e irrevogável.

CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA

A obra objeto deste contrato, será entregue pela CONTRATADA, concluída e em condições plenas de habitabilidade, conforme estabelecido no edital, no prazo de até 05 (cinco) dias após a data de sua conclusão.

CLÁUSULA SEXTA - RECEBIMENTO

6.1 - A obra objeto desta Licitação será recebida:

a) PROVISORIAMENTE: por responsável pelo recebimento do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis a ser designado oportunamente pela mesma, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações.

b) DEFINITIVAMENTE: no prazo não superior a 30 (trinta) dias, por servidor ou comissão, de no mínimo, 03 (três) membros a ser designada oportunamente pelo Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, após a verificação da qualidade do objeto da Licitação e consequentemente aceitação.

6.2 - O recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos na Lei, cabendo à Contratada refazer as obras que venham a apresentar problemas.

6.3 - Ainda que recebidos em caráter definitivo, subsistirá, na forma da lei, a responsabilidade da Contratada pela solidez, qualidade e segurança das obras realizadas, nos termos do Art. 618 do Novo Código Civil Brasileiro e § 2º Art. 73 da Lei 8.666/93.

6.4 - Serão rejeitados os serviços que tiverem sido executados em desacordo com o estabelecido no edital e no contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIAS

7.1 - A contratada deverá apresentar garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

7.2 - Em se tratando de garantia prestada por intermédio de caução em dinheiro, a mesma deverá ser recolhida junto ao Banco do Brasil, em conta específica, sendo que esta será devolvida atualizada monetariamente (pelo INPC), nos termos do § 4º, do art. 56, da Lei n.º 8.666/93.

7.3 - A garantia prestada pela licitante adjudicatária contratada somente será liberada depois de certificado, pelo Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, que o objeto do contrato foi totalmente realizado a contento.

7.4 - A liberação da garantia será feita no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento do pedido formulado, por escrito, pela licitante adjudicatária contratada.

7.5 - Sem prejuízo das sanções previstas neste edital, a não prestação da garantia será considerada recusa injustificada à assinatura do contrato, implicando na anulação da Nota de Empenho emitida.

7.6 - Fica estabelecido como prazo mínimo de garantia o de 05 (cinco) anos; conforme Art. 618 do Novo Código Civil e Artigo 56 da Lei 8.666/93.

7.7 - A empresa contratada deverá fazer obrigatoriamente SEGURO da obra onde estejam contemplados Danos Materiais no valor de correspondente a 20% do valor máximo fixado para a execução da obra, e Danos Pessoais no valor de correspondente a 20% do valor máximo fixado para a execução da obra.

CLÁUSULA OITAVA - PAGAMENTO

8.1 - Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade da empresa com relação aos documentos relacionados abaixo, os mesmos serão anexados ao processo de pagamento:

- Certidão Federal;
- Certidão Estadual;
- Certidão Municipal;
- Certificado de Regularidade do FGTS
- Certidão Trabalhista
- Laudo de Medição da Etapa;
- ART de Fiscalização;
- ART de Execução;
- Guia quitada do INSS;
- Guia quitada do FGTS;
- Guia SEFIP;
- CEI dos Funcionários;
- Folha dos Funcionários do mês quitada (cópia);
- Laudo de Conclusão Provisório (quando for à última medição); e,
- Livro de registro "Diário de Obra"(cópia).

8.2 - A Contratada poderá apresentar Notas Fiscais/Faturas parciais mensais correspondentes às etapas dos serviços executados, medidas e aceitas pela fiscalização do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, sendo que a fatura final será não inferior a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, correspondentes ao serviço completado, medida e aceita pela fiscalização do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

8.3 - O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor solicitante do serviço correspondente.

8.4 - A Contratante deverá reter 11% (onze por cento) do valor dos serviços contidos na Nota Fiscal, Fatura ou Recibo, conforme Ordem de Serviço INSS/DAF nº 209 de 20/05/99, bem como efetuar a retenção do percentual de ISS.

8.5 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da Dotação Orçamentária, constantes do Orçamento Geral abaixo relacionadas:

ORGÃO:10-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE:01-SERVIÇOS DE SAÚDE

Projeto Atividade:10.301.1012.1.031-Construção e/ou Ampliação e Reforma Unidade Sanitária

Compl. Elem. : 4.4.90.51.07.00.00.00 – Reforma (1)

Recurso: 0002-Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Saúde CLÁUSULA NONA - VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

9.1 - O presente contrato terá prazo de execução de..., vigorando a partir da data de sua assinatura até o término do pagamento do valor contratado, estando vinculado aos valores a serem pagos à contratada decorrentes dos créditos orçamentários constantes no item 9.2 da tomada de preços. A empresa deverá iniciar a execução dentro de um período máximo de 10 (dez) dias úteis da data de entrega da ordem de serviço, cumprindo o prazo de execução do serviço conforme proposta.

9.2 - O presente Contrato terá vigência de ____ a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, de acordo com o disposto no art. 57, da Lei nº 8.666/93.

9.3 - O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93, sempre através de termos aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO

10.1 - O presente contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por qualquer dos motivos previstos no Inciso I do Artigo 79 da Lei nº8. 666/93.

10.2 - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, em caso de rescisão administrativa, por qualquer um dos motivos previstos no Inciso I do Artigo 79 da Lei Nº 8.666/93.

10.3 - Poderá ainda este contrato ser rescindido na forma da lei, pela ocorrência das demais situações previstas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

10.4 - Em quaisquer dos casos previstos nesta Cláusula será dado a Contratada o direito ao contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MULTAS

11.1 - A empresa que deixar de cumprir as condições estabelecidas na Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia e na proposta apresentada ou fizer de modo defeituoso e prejudicial aos interesses do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, sem prejuízo das penalidades previstas no Capítulo IV, Seção II, do Art. 87, da Lei nº8. 666, de 21 de junho de 1993, ficará sujeito a aplicação da Multa,

conforme segue:

11.2 - Multa moratória, não compensatória de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da Nota de Empenho, pela impontualidade no cumprimento das obrigações pactuadas;

11.3 - Multa de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato, pela recusa injusta a assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho;

11.4 - Multa compensatória equivalente ao valor integral da obra não realizada, limitada a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato por inexecução parcial ou total de quaisquer das obrigações estipuladas;

11.5 - Multa de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho/contrato, pelo descumprimento de qualquer outra condição do edital não previstas nas alíneas anteriores;

11.6 - O termo inicial para a incidência de qualquer das multas estipuladas nesta cláusula, será a data correspondente a do inadimplemento, e o termo final será a data do efetivo pagamento desta; e,

11.7 - A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis. Caso seja superior, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1 - Compete a Contratante:

a) permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA para executarem os serviços;

b) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA, pertinente aos serviços a serem executados;

c) não permitir que outrem execute as obras Contratadas; e,

d) efetuar o pagamento dentro do prazo estipulado, salvo por fatos supervenientes de fatos fortuitos ou força maior, devidamente justificada pelo setor competente.

Parágrafo único - Não existirá qualquer vínculo jurídico entre o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis e os empregados, subcontratados ou fornecedores da empresa que, como tal, tenham relação com o serviço.

12.2 - Compete a CONTRATADA efetuar os serviços de obras de acordo com as especificações constantes na proposta apresentada, bem como o disposto no edital e seus anexos e no contrato;

§1º - Caberá a Contratada todas as despesas de instalação da obra, remoção de entulhos e limpeza final.

§2º - Os pagamentos serão efetuados em função da medição "in loco" dos serviços efetivamente realizados.

§3º - As faturas dos serviços realizados deverão ser apresentadas de acordo com o modelo do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, tendo como anexos, as folhas de medição, sendo que a fatura final não será inferior a 20% (vinte por cento) do valor do contrato. As faturas serão pagas após confirmação pelo fiscal da Prefeitura de que os serviços foram executados.

§4º - Os serviços necessários à perfeita execução da obra licitada, são considerados como tendo seus preços já inclusos nas propostas, não cabendo por isso, nenhum direito de reivindicação de qualquer pagamento dos serviços reconhecidos como necessários, se comuns em qualquer obra do gênero e não constante especificamente na relação dos preços unitários ou totais propostos.

§5º - O Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, quando julgar conveniente e mediante termo aditivo poderá introduzir modificações nos desenhos e especificações já aprovados, dar instruções adicionais ou suprimir trabalhos anteriormente ordenados.

§6 - Estas disposições gerais são aplicáveis a todas as alterações, modificações ou adições supra mencionadas.

§7 - À Contratada caberá todas as providências relativas a execução das obras tais como fornecimento dos equipamentos, dos materiais e da mão-de-obra, satisfação de todas as exigências legais relativas a qualquer aspecto da execução das obras, adoção de medidas de segurança e proteção, manutenção de ordem e disciplina no canteiro e pagamento de tributos e quaisquer outras contribuições.

§8 - A Contratada deverá designar o responsável técnico pela obra e recolher a respectiva ART/RRT junto ao CREA/CAU.

§9 - Não existirá qualquer vínculo jurídico entre o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis e os empregados, subcontratados ou fornecedores da empreiteira que, como tal, tenham relação com a obra.

§10 - A Contratada assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes de trabalho e qualquer outra relativa ao pessoal admitido para a execução desta obra.

§11 - Não sendo os trabalhos conduzidos em inteira conformidade com os desenhos, detalhes, especificações e instruções fornecidos e aprovados pelo Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, este, além das sanções previstas na legislação, poderá determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos.

§12 - A impontualidade na conclusão de qualquer das etapas da obra sujeitará a Contratada ao pagamento de multa moratória não compensatória de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento), do valor da obra por dia de atraso, exceto se motivado comprovadamente por caso fortuito ou força maior.

§13 - Por inexecução das obrigações estipuladas a Contratada indenizará o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis - dos prejuízos que resultarem da paralisação da obra ou pagará multa compensatória equivalente ao valor integral da obra não executadas, limitada a 25% (vinte e cinco por cento), sobre o valor total do contrato.

§14 - O termo inicial para a incidência de qualquer das multas estipuladas será a data correspondente ao inadimplemento, e o termo final, da data da efetivação do pagamento.

§15 - Fica convencionado que a execução da obra será regida pelo presente edital e seus anexos (Disposições Gerais, Especificações Técnicas para a Execução de Obras Civas), pelo projeto técnico, pela proposta da firma vencedora e toda a documentação da licitação que são complementares entre si, de modo que, qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

§16 - A Contratada, obrigatoriamente, deverá manter no local da obra, e após sua conclusão, entregar para a fiscalização os seguintes

documentos:

1. Livro de registro "Diário de Obra".
2. ART's – Anotação de Responsabilidade Técnica – CREA/CAU.
3. Cópia do Registro dos funcionários contratados para a obra.

§17 - A Contratada encaminhará o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, acompanhado de fotos e assinado pelo Engenheiro Responsável, um relatório quinzenal de acompanhamento de obra.

§18 - A substituição de profissional na equipe não justificará atraso e/ou o comprometimento na qualidade dos serviços, ficando a empresa sujeita às penalidades descritas prevista neste contrato e no edital.

§19 - A Contratada deverá manter na obra uma pessoa que responderá por ela na ausência do Engenheiro, sendo que essa pessoa deverá ser um mestre de obras com experiência comprovada em carteira de, no mínimo, dois anos em obras de construção civil.

§20 - A critério da Contratante, quando e se necessário, será desenvolvido projeto executivo concomitantemente com a execução das obras, sem que isto importe em custos adicionais de espécie alguma ao presente contrato.

§21 - A contratada não poderá subcontratar parcial ou integralmente o objeto deste contrato.

§22 - A contratada deverá respeitar o prazo para a entrega do objeto.

§23 - A contratada deverá cumprir todas as orientações do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis - para o fiel cumprimento do objeto especificado.

§24 - A contratada deverá recrutar em seu nome e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução das obras objeto deste contrato, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos de salários (com base no salário e noutros direitos fixados para cada categoria, através de acordo ou convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou outra forma prevista em lei), bem como o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, inclusive aquelas decorrentes de acidentes, indenizações, seguros e quaisquer outras em decorrência da sua condição de empregados, sem qualquer solidariedade do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, inclusive em matéria trabalhista.

§25 - A contratada deverá fornecer toda a mão-de-obra, materiais, transporte, refeição, equipamento de proteção individual uniformes, calçados e todo o equipamento necessário à perfeita execução dos serviços.

§26 - A contratada deverá prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

§27 - A contratada deverá providenciar a imediata correção das deficiências e falhas apontadas pelo Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, quanto à execução dos serviços objeto deste contrato.

§28 - A contratada deverá arcar com eventuais prejuízos causados ao Município de Lacerdópolis e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados, na execução dos serviços.

§29 - A contratada deverá exibir, quando solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, a competente comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, dentre outros, decorrentes de sua condição de empregados.

§30 - A contratada não deve permitir que seja cumprida por seus empregados jornada de trabalho em desacordo com a legislação trabalhista, respondendo pelo prejuízo e arcando com os ônus que eventualmente tal fato possa acarretar.

§31 - A contratada deverá comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

§32 - A contratada deverá manter no local do serviço cópia completa dos projetos, detalhes e especificações, como também uma cópia de todos os anexos referente aos serviços, a serem executados exclusivamente para consulta e fiscalização que será fornecido pelo Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

§33 - A substituição de profissional na equipe não justificará atraso e/ou comprometimento da qualidade dos serviços, ficando a empresa sujeita às penalidades da Clausula décima.

§34 - A Contratada deverá manter no serviço em período integral um Mestre de Obras com experiência comprovada por carteira de trabalho de no mínimo 02 (dois) anos.

§35 - A CONTRATADA manterá durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO

13.1 - A contratada, deverá assumir integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que se refere às obrigações fiscais, comerciais e trabalhistas e previdenciária, bem como às que dizem respeito as normas de segurança do trabalho, prevista na legislação específica, bem como os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto do contrato, nos termos do § 1º, do Art. 71, da Lei nº 8.666/93, com alterações subseqüentes.

13.2 - A contratada deverá providenciar, sob as penas cabíveis, o uso de equipamentos de segurança obrigatório, de acordo com as normas legais pertinentes, para que seja obedecido de forma rigorosa na execução de obra/serviços objeto do contrato.

13.3 - Antes de iniciar os trabalhos, objeto desta licitação, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente, apresentar à Fiscalização do Departamento competente do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, cópia dos seguintes documentos:

- a) Fornecer por escrito, em papel timbrado da empresa, os procedimentos a serem adotados em caso de acidente de trabalho, grave ou fatal;
- b) PPRA - NR 9 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) ou PCMAT – NR 18 (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção);
- c) PCMSO – NR 7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional);
- d) ASO (Atestado de Saúde Ocupacional);
- e) Ordens de Serviço Sobre Segurança e Medicina do Trabalho específicas para o Objeto desta Licitação (uma para cada trabalhador envolvido na execução das obras/serviços assinada pelo mesmo), conforme item 1.7 da NR 1;
- f) Comprovante de participação dos trabalhadores no treinamento de segurança admissional, com carga horária mínima de 06 (seis) horas,

conforme previsto no item 18.28 da NR 18;

g) Ficha de controle de recebimento de EPI's e termo de responsabilidade assinada pelo trabalhador; e

h) Fornecer em documento próprio da empresa o nome do Responsável Técnico da Obra, Engenheiro de Segurança, Técnico de Segurança do Trabalho, Cipeiros (onde couber, conforme Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho – NR 4 e NR 5), com telefone, endereço, etc.

13.4 - Durante a execução dos Trabalhos, a CONTRATADA deverá, quando for o caso, apresentar à Fiscalização do Departamento competente do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, os seguintes documentos:

a) Em caso de acidente de trabalho, a CONTRATADA deverá apresentar ao Departamento competente, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência, cópia da CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho, providências tomadas, relatório do acidente efetuado pelo SESMET, investigação do acidente pela CIPA; e

b) No caso de acidente grave ou fatal a CONTRATADA deverá informar imediatamente a ocorrência à fiscalização do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

13.5 - Mensalmente a CONTRATADA deverá apresentar até o segundo dia útil o Relatório de Segurança e Medicina do Trabalho do mês anterior, no mínimo com as seguintes informações:

a) Número de funcionários na obra;

b) Número de acidentes pessoais e materiais;

c) Número de homens/horas trabalhadas;

d) Números de dias perdidos e dias debitados referente aos acidentes;

e) Número de inspeções de segurança realizadas;

f) Número de cursos/treinamentos realizados; e

g) Composição do SESMT e da CIPA.

13.6 - Diariamente a CONTRATADA deverá manter no local da Obra o Diário de Obra, que deverá ser disponibilizado para a fiscalização da contratante bem como do responsável pela obra da parte contratada, para anotações e registros diários quando houverem, findo a obra deverá ser anexado ao devido processo de licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente será efetuada através da Imprensa Oficial do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, conforme parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato se sujeita às normas da Lei 8.666/93 de 21/06/93 combinada com a Lei 8.883/94 de 08/06/94 e pelo estabelecido no edital, que o CONTRATADO declara conhecer e se obriga a respeitar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis e a contratada, será feita por meio de protocolo; nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Capinzal, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir questões fundadas neste Processo.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, cujo instrumento ficará arquivado no Município de Lacerdópolis, empresa e processo licitatório referente a Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia, nos termos do art. 60, da Lei nº 8666/93.

E, por estarem justos e contratados, firmam a presente perante duas testemunhas.

Lacerdópolis/SC,... de... de... 2018.

Edgar Brandini Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social CONTRATANTE	CONTRATADA
---	------------

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPF/MF: _____

Nome: _____ CPF/MF: _____

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES

Empresa, _____, CNPJ _____,
sediada (endereço completo) _____, declara sob penas da lei, que até a presente data inexistem fatos
impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Lacerdópolis - SC,de de

.....
nome completo do declarante

.....
nº do R.G: do declarante

.....
Assinatura do declarante

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE MENOR

_____, inscrito no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
_____, portador(a) da carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA, para fins do
disposto no inciso V do artigo. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que
não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Lacerdópolis - SC,de de

.....
nome
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO V

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

O Município de Lacerdópolis, neste ato representado pelo seu Prefeito _____ (nome completo),
declara receber em caráter provisório as obras e serviços de engenharia, abaixo discriminados, no valor total de R\$ _____
conforme Nota de Empenho _____ contrato n.º _____ e seus anexos, que objetivou a empresa _____, vence-
dora do certame licitatório realizado em ____/____/____, na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.

“O RECEBIMENTO PROVISÓRIO OU DEFINITIVO não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem
a ético profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo “contrato”. (Lei 8.666/93-Art 73-
parágrafo 2º)

(relacionar todos os elementos que comprovem a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da lei
8.666/93).

Lacerdópolis - SC,de de

Pela Prefeitura: _____
(carimbo e assinatura)

Pela Contratada: _____
(carimbo e assinatura)

ANEXO VI

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

O Município de Lacerdópolis, neste ato representado pelo seu Prefeito _____(nome completo), _____, declara receber em caráter definitivo as obras e serviços de engenharia, abaixo discriminados, no valor total de R\$ _____ conforme Nota de Empenho _____ Contrato n.º _____ e demais especificações contidas no edital e seus anexos, que objetivou a empresa _____, vencedora do certame licitatório realizado em ____/____/____, na Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.

“O RECEBIMENTO PROVISÓRIO OU DEFINITIVO não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem a ético profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo “contrato”. (Lei 8.666/93-Art 73-parágrafo 2º)

(relacionar todos os elementos que comprovem a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no art. 69 da lei 8.666/93).

Lacerdópolis - SC,de de

Pela Prefeitura: _____
(carimbo e assinatura)

Pela Contratada: _____
(carimbo e assinatura)

Lages

PREFEITURA

TERMO DE COLABORAÇÃO 08/2018; 09;10; 11; 12; 13; 14; 15; 16; 17; 18/2018

Publicação Nº 1656723

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

Termo de Colaboração nº 08/2018

Contratante: Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.777.301/0001-90, sito na Praça João Costa, nº 37, Centro, cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

Contratado: Associação de Pais e Amigos do Basquete de Lages, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 20.067.759/0001-07, situada na Rua Frei Rogério, nº 809, cidade de Lages/SC.

Chamamento Público nº 03/2018, homologado em 24 de maio de 2018.

Objeto: Prestação de serviços de escolinha de base, na modalidade Basquetebol – 125 (cento e vinte e cinco) vagas.

Valor: R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

Prazo de vigência: 31/12/2018.

ANTONIO CERON

PREFEITO MUNICIPAL

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

Termo de Colaboração nº 09/2018

Contratante: Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.777.301/0001-90, sito na Praça João Costa, nº 37, Centro, cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

Contratado: Instituto Inter de Lages, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Benedito Marcondes do Amaral, nº 528, Lages/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.784.347/0001-26.

Chamamento Público nº 03/2018, homologado em 24 de maio de 2018.

Objeto: Prestação de serviços de escolinha de base, na modalidade Futebol masculino – 58 (cinquenta e oito) vagas.

Valor: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Prazo de vigência: 31/12/2018.

ANTONIO CERON

PREFEITO MUNICIPAL

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

Termo de Colaboração nº 10/2018

Contratante: Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.777.301/0001-90, sito na Praça João Costa, nº 37, Centro, cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

Contratado: Associação Leas da Serra, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Coronel Córdova, nº 989, Lages/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 22.059.655/0001-78

Chamamento Público nº 03/2018, homologado em 24 de maio de 2018.

Objeto: Prestação de serviços de escolinha de base, na modalidade Futsal Feminino – 230 (duzentos e trinta) vagas.

Valor: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Prazo de vigência: 31/12/2018.

ANTONIO CERON

PREFEITO MUNICIPAL

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

Termo de Colaboração nº 11/2018

Contratante: Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.777.301/0001-90, sito na Praça João Costa, nº 37, Centro, cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

Contratado: Associação Lageana de Futsal, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Juca Antunes Lucena, nº 28, Lages/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.663.109/0001-69.

Chamamento Público nº 03/2018, homologado em 24 de maio de 2018.

Objeto: Prestação de serviços de escolinha de base, na modalidade futsal masculino – 116 (cento e dezesseis) vagas.

Valor: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Prazo de vigência: 31/12/2018.

ANTONIO CERON

PREFEITO MUNICIPAL

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

Termo de Colaboração nº 12/2018

Contratante: Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.777.301/0001-90, sito na Praça João Costa, nº 37, Centro, cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

Contratado: Clube Caça e Tiro 1º de Julho, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Cirilo Vieira Ramos, nº 1700, Lages/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.790.593/0001-00.

Chamamento Público nº 03/2018, homologado em 24 de maio de 2018.

Objeto: Prestação de serviços de escolinha de base, na modalidade futsal masculino – 34 (trinta e quatro) vagas.

Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Prazo de vigência: 31/12/2018.

ANTONIO CERON

PREFEITO MUNICIPAL

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

Termo de Colaboração nº 13/2018

Contratante: Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.777.301/0001-90, sito na Praça João Costa, nº 37, Centro, cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

Contratado: Associação de Handebol Lages, pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Marechal Floriano, nº 82, Centro, Lages/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.939.297/0001-09.

Chamamento Público nº 03/2018, homologado em 24 de maio de 2018.

Objeto: Prestação de serviços de escolinha de base, na modalidade

Handebol – 162 (cento e sessenta e duas) vagas.

Valor: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

Prazo de vigência: 31/12/2018.

ANTONIO CERON

PREFEITO MUNICIPAL

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

Termo de Colaboração nº 14/2018

Contratante: Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.777.301/0001-90, sito na Praça João Costa, nº 37, Centro, cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

Contratado: Associação Lageana dos Mesatenistas de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Maximiliano Batalha, nº 085, Lages/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.684.781/0001-92.

Chamamento Público nº 03/2018, homologado em 24 de maio de 2018.

Objeto: Prestação de serviços de escolinha de base, na modalidade Tênis de mesa – 57 (cinquenta e sete) vagas.

Valor: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Prazo de vigência: 31/12/2018.

ANTONIO CERON

PREFEITO MUNICIPAL

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

Termo de Colaboração nº 15/2018

Contratante: Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.777.301/0001-90, sito na Praça João Costa, nº 37, Centro, cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

Contratado: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Joaçaba, nº 280, Lages/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.793.044/0001-28.

Chamamento Público nº 03/2018, homologado em 24 de maio de 2018.

Objeto: Prestação de serviços de Treinamento desportivo para deficientes intelectuais – 69 (sessenta e nove) vagas.

Valor: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Prazo de vigência: 31/12/2018.

ANTONIO CERON

PREFEITO MUNICIPAL

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

Termo de Colaboração nº 16/2018

Contratante: Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.777.301/0001-90, sito na Praça João Costa, nº 37, Centro, cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

Contratado: Associação dos Deficientes Visuais do Planalto Serrano, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Frei Gabriel, nº 173, nesta cidade de Lages/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.515.579/0001-98.

Chamamento Público nº 03/2018, homologado em 24 de maio de 2018.

Objeto: Prestação de serviços de Treinamento desportivo para deficientes visuais – 46 (quarenta e seis) vagas.

Valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Prazo de vigência: 31/12/2018.

ANTONIO CERON

PREFEITO MUNICIPAL

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

Termo de Colaboração nº 17/2018

Contratante: Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.777.301/0001-90, sito na Praça João Costa, nº 37, Centro, cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

Contratado: Associação Lageana de Voleibol, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Sebastião Ramos Schmidt, nº 311, Lages/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.726.486/0001-51.

Chamamento Público nº 03/2018, homologado em 24 de maio de 2018.

Objeto: Prestação de serviços de escolinha de base, na modalidade voleibol – 140 (cento e quarenta) vagas.

Valor: R\$ 61.000,00 (sessenta e um mil reais).

Prazo de vigência: 31/12/2018.

ANTONIO CERON

PREFEITO MUNICIPAL

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

Termo de Colaboração nº 18/2018

Contratante: Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.777.301/0001-90, sito na Praça João Costa, nº 37, Centro, cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

Contratado: Lages Xadrez Clube, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua São Joaquim, nº 744, nesta cidade de Lages/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 78.497.690/0001-23.

Chamamento Público nº 03/2018, homologado em 24 de maio de 2018.

Objeto: Prestação de serviços de escolinha de base, na modalidade Xadrez – 115 (cento e quinze) vagas.

Valor: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Prazo de vigência: 31/12/2018.

ANTONIO CERON

PREFEITO MUNICIPAL

Laguna

PREFEITURA

PORTARIA Nº 661/2018

Publicação Nº 1657505

PORTARIA RH Nº 661/2018

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 04.06.18 a 03.07.2018.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Andreza da Silva Oliveira	2016/2017
Cristiane Querino dos Reis	2017/2018
Giane Bruno Lourega	2016/2017

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 04 de Junho de 2018.

VALÉRIA OLIVIER ALVES

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 669/2018

Publicação Nº 1657507

PORTARIA RH Nº 669/2018

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0000140/2018;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 01 de Junho de 2018 a 30 de Junho de 2018, a Servidora INÊS JOÃO SOARES HENRIQUE, Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período 2012/2017, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Junho de 2018.

VALÉRIA OLIVIER ALVES

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 683/2018

Publicação Nº 1657510

PORTARIA RH Nº 683/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO ZENAIR QUIRINO PINHO DOS SANTOS do Cargo de Agente Comunitário na Estratégia Saúde da Família, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Junho de 2018.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 684/2018

Publicação Nº 1657511

PORTARIA RH Nº 684/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, TAMYRIS DOS SANTOS CARNEIRO do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, admitido em caráter temporário, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 04/06/2018.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 06 de Junho de 2018.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 685/2018

Publicação Nº 1657512

PORTARIA RH Nº 685/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, ELISÂNGELA CORRÊA para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 07/06/2018, em conformidade com a Lei nº 217/2010 e Edital 01/2018.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 07 de Junho de 2018.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 686/2018

Publicação Nº 1657514

PORTARIA RH Nº 686/2018

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0001054/2018;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 11 de Junho de 2018 a 08 de Setembro de 2018, a Servidora SANDRA REGINA MODESTO DA SILVA, Professor, referente ao período 2008/2013, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Junho de 2018.

KARMENSITA ALMEIDA DA ROCHA CARDOSO

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 687/2018

Publicação Nº 1657515

PORTARIA RH Nº 687/2018

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0003112/2018;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 11 de Junho de 2018 a 08 de Setembro de 2018, ao Servidor AGEU DE BARROS MACHADO, Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período 2012/2017, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Junho de 2018.
KARMENSITA ALMEIDA DA ROCHA CARDOSO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 688/2018

Publicação Nº 1657516

PORTARIA RH Nº 688/2018

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0003129/2018;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 11 de Junho de 2018 a 08 de Setembro de 2018, a Servidora EDGLEIDE LIMA DE OLIVEIRA, Professor, referente ao período 2013/2018, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Junho de 2018.
KARMENSITA ALMEIDA DA ROCHA CARDOSO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 689/2018

Publicação Nº 1657517

PORTARIA RH Nº 689/2018

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, FERNANDO FERNANDES PEREIRA Fiscal de Serviços Públicos, do dia 11.06.2018 a 10.07.2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Junho de 2018.
LUCIANA FERNANDES PEREIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 690/2018

Publicação Nº 1657518

PORTARIA RH Nº 690/2018

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 11.06.18 a 10.07.2018.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Ademir de Aguiar	2017/2018
Giseli de Oliveira Fernandes	2017/2018

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Junho de 2018.
VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 691/2018

Publicação Nº 1657519

PORTARIA RH Nº 691/2018

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0003299/2018;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 11 de Junho de 2018 a 10 de Julho de 2018, a Servidora HELAINE CRISTINA SILVEIRA BORG, Técnico em Enfermagem referente ao período 2009/2014, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Junho de 2018.
VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 692/2018

Publicação Nº 1657521

PORTARIA RH Nº 692/2018

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0003690/2018;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 11 de Junho de 2018 a 10 de Julho de 2018, a Servidora GÉRIA SILVEIRA BITENCOURT DELFINO, Técnico em Enfermagem referente ao período 2012/2017, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Junho de 2018.
VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 693/2018

Publicação Nº 1657523

PORTARIA RH Nº 693/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, ELAINE ANDRÉ BRUNO para exercer o Cargo em comissão de Coordenador de Movimentação Financeira, DS 4, com lotação na Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Junho de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 694/2018

Publicação Nº 1657524

PORTARIA RH Nº 694/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria RH nº 676/2018, na parte que se refere ao cargo, sendo que o correto é Coordenador de Execução Orçamentária, DS 4, a partir de 05/06/2018.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 11 de Junho de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 695/2018

Publicação Nº 1657525

PORTARIA RH Nº 695/2018

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, JAKSON GUEDES CARVALHO Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 12.06.2018 a 11.07.2018, referente ao período aquisitivo 2007/2008.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 12 de Junho de 2018.

LUCIANA FERNANDES PEREIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 696/2018

Publicação Nº 1657526

PORTARIA RH Nº 696/2018

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0001721/2018;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 14 de Junho de 2018 a 17 de Agosto de 2018, a Servidora ADRIANA SOUZA DA SILVA, Especialista em Assuntos Educacionais, referente ao período 2005/2010, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 14 de Junho de 2018.

KARMENSITA ALMEIDA DA ROCHA CARDOSO
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 697/2018

Publicação Nº 1657527

PORTARIA RH Nº 697/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO GERSON DE OLIVEIRA MARQUES do Cargo de Professor de Artes, 20 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 08/06/2018.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 14 de Junho de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 698/2018

Publicação Nº 1657528

PORTARIA RH Nº 698/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO GERSON DE OLIVEIRA MARQUES do Cargo de Professor de Artes, 20 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 11/06/2018.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 14 de Junho de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 699/2018

Publicação Nº 1657529

PORTARIA RH Nº 699/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário DIANA SILVEIRA DE CÓRDOVA para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, HAB 300, 20 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 06/06/2018, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 14 de Junho de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 700/2018

Publicação Nº 1657530

PORTARIA RH Nº 700/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário LUCILENE NASCIMENTO para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, HAB 300, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 08/06/2018, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 14 de Junho de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 701/2018

Publicação Nº 1657531

PORTARIA RH Nº 701/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário ALICIANY SERAFIM para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, HAB 300, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 11/06/2018, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 14 de Junho de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 702/2018

Publicação Nº 1657533

PORTARIA RH Nº 702/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário FERNANDA MACHADO ARAÚJO para exercer o Cargo de Professor de Geografia, HAB 010, 20 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 08/06/2018, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 14 de Junho de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 703/2018

Publicação Nº 1657534

PORTARIA RH Nº 703/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, ANGELA NOVI ANTUNES para exercer o Cargo de Conselheira do Conselho Tutelar, gestão 2016/2020, de acordo com a Lei Complementar nº 164/2007 alterada pela Lei Complementar nº 319/2015, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Junho de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 704/2018

Publicação Nº 1657536

PORTARIA RH Nº 704/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, NAZARÉ DOS SANTOS FERNANDES para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 15/06/2018, em conformidade com a Lei nº 217/2010 e Edital 01/2018.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Junho de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 709/2018

Publicação Nº 1657537

PORTARIA RH Nº 709/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, FRANCINE DOS SANTOS SERAFIM do Cargo de Nutricionista, ANS 02, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Junho de 2018.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 710/2018

Publicação Nº 1657538

PORTARIA RH Nº 710/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, GABRIELA HENRIQUE DOS REIS para exercer o Cargo em comissão de Coordenador de Controle de Arrecadação de Tributos e Gestão da Dívida Ativa, DS 4, com lotação na Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Junho de 2018.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 711/2018

Publicação Nº 1657539

PORTARIA RH Nº 711/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário LAÍS GAZZANA BRAGAGNOLO para exercer o Cargo de Nutricionista, ANS 02, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 18/06/2018, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 02/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 18 de Junho de 2018.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

Lajeado Grande

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO N. 012/2018 DE 11.06.2018 "DISPÕE SOBRE O ENVIO EM ARQUIVO DE FORMATO DIGITAL DOS DOCUMENTOS CONTÁBEIS REFERENTE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA DE VEREADORES AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 1656037

Decreto Legislativo n. 012/2018
De 11.06.2018

"DISPÕE SOBRE O ENVIO EM ARQUIVO DE FORMATO DIGITAL DOS DOCUMENTOS CONTÁBEIS REFERENTE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA DE VEREADORES AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOCER ZMIJEVSKI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica e Regimento Interno da Câmara de Vereadores; e
Considerando a aplicação analógica das disposições da Lei Complementar Municipal n. 048, de 28 de junho de 2017, que trata do envio dos documentos contábeis do Poder Executivo em formato digital ao Poder Legislativo;
Considerando que toda entidade recebedora de recursos públicos, deve prestar conta de sua aplicação e tal providência atende aos Princípios da Transparência e do Acesso à Informação preconizados pela Lei Federal n. 12.527/2011;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado ao Setor Contábil da Câmara de Vereadores que os Balancetes Mensais de prestação de contas do Poder Legislativo sejam encaminhados mensalmente ao Poder Executivo Municipal por meio de arquivo em formato digital aberto.

Art. 2º - O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidente da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande-SC, em 11 de junho de 2018.

LEOCER ZMIJEVSKI

Presidente da Câmara de Vereadores

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

MARGARETE DA SILVA COSTA FLORES

Primeira Secretária

Lauro Muller**PREFEITURA****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 108/PMLM/2018**

Publicação Nº 1656861

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 108/PMLM/2018

OBJETIVO: O Município de Lauro Muller torna público que procedeu, na forma do artigo 25, inciso II c/c art.13, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Inexigibilidade de Licitação a contratação de empresa para emissão de parecer técnico abalizado em jurisprudências catarinenses, tribunal superior e fundamento constitucional.

CONTRATADA: MENEZES NIEBUHR ADVOGADOS E ASSOCIADOS.

CONTRATANTE: Município de Lauro Muller - SC, através da Secretaria de Educação.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso II c/c art.13 inciso II da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 18/06/2018, por Ana Rúbia Prestes dos Santos Cesconeto - Secretaria de Administração e Finanças.

Lauro Muller, 18 de Junho de 2018.

GENIVALDO DA SILVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Lebon Régis

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 04/2018 CREDENCIAMENTO Nº. CR01/2018

Publicação Nº 1657058

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 04/2018

CREDENCIAMENTO Nº. CR01/2018

OBJETO: Trata-se de impugnação apresentada pela Empresa Marques & Burghardt Fisioterapia e Psicologia Ltda contra a Empresa SPB Assistência Médica Ltda, contratadas através deste Procedimento Licitatório para prestação de serviços de plantão médico junto ao Hospital.

DECISÃO

I – Acolho na íntegra o parecer jurídico retro, cujos fundamentos passam a fazer parte da presente decisão, dispensando a sua transcrição em respeito economia e celeridade processual, para conhecer a impugnação apresentada e no mérito negar provimento.

II – Publique-se.

Lebon Régis, 18 de junho de 2018.

LEONIRO DA SILVA PAHL

Presidente do Conselho Superior do HMMSA

Leoberto Leal

PREFEITURA

EXTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2018 - FMS

Publicação Nº 1657443

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Divisão de Licitações e Contratos
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2018

TIPO: "Menor Preço por Item". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de marmitas e almoços para os funcionários do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as especificações no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 009/2018. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada a Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 16h00min (dezesesseis horas), do dia 02 de julho de 2018. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 18/06/2018. SAMUEL JOSÉ ABREU – Secretário Municipal da Saúde.

EXTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2018 - PMLL

Publicação Nº 1657433

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Contratos
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 027/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2018

TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de marmitas e almoços para os funcionários da Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente e Secretaria da Educação, Cultura e Desporto do Município de Leoberto Leal, em trabalhos de campo, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 022/2018. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 02 de julho de 2018. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 18/06/2018. VITOR NORBERTO ALVES - Prefeito Municipal.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.048, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657372

DECRETO Nº 3.048, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Remaneja recursos do exercício vigente e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64, autorizado a proceder à abertura, através de Crédito Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade 02 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade 2.030 – Apoio Administrativo - FUNDERURAL

4.4.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para a suplementação da dotação constante no art. 1º, correrão por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES

Unidade 02 – Diretoria de Infra Estrutura

Projeto/Atividade 1.004 – Reestruturação da Diretoria de Infra Estrutura

4.4.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 18 de junho de 2018.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.049, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657376

DECRETO Nº 3.049, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Dispõe sobre horário especial de expediente nas repartições públicas municipais nos dias 22/06/2018 e 27/06/2018 em virtude dos jogos da seleção brasileira de futebol na copa do mundo da Rússia 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e, Considerando a realização dos jogos da seleção brasileira de futebol masculino na copa do mundo da Rússia de 2018 no dia 22/06/2018 – sexta-feira, às 9h00min e no dia 27/06/2018 – quarta-feira, às 15h00min,

DECRETA

Art. 1º. O horário de expediente e atendimento nas repartições públicas municipais em virtude da realização dos jogos da seleção brasileira de futebol masculino na copa do mundo da Rússia de 2018 se dará da seguinte forma:

I – no dia 22/06/2018 – sexta-feira – das 12h00min às 18h00min;

II – no dia 27/06/2018 – quarta-feira – das 07h00min às 13h00min.

Parágrafo único. O horário especial definido neste Decreto não se aplica às unidades escolares, que possuem calendário próprio, aprovado pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Lindóia do Sul, 18 de junho de 2018.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.391, DE 18 DE JUNHO DE 2018. LEI Nº 1.391, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1657362

LEI Nº 1.391, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Remaneja recursos do exercício vigente e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Lindóia do Sul decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64, autorizado a proceder à abertura, através de Crédito Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade 02 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade 2.030 – Apoio Administrativo - FUNDERURAL

4.4.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para a suplementação da dotação constante no art. 1º, correrão por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES

Unidade 02 – Diretoria de Infra Estrutura

Projeto/Atividade 1.004 – Reestruturação da Diretoria de Infra Estrutura

4.4.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lindóia do Sul, 18 de junho de 2018.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

DECRETO Nº 77/2018

Publicação Nº 1657156

DECRETO Nº 77 DE 15 JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE HORÁRIO EXCEPCIONAL DE EXPEDIENTE NO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL NOS DIAS DOS JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO DE 2018

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, baixa o seguinte

DECRETO:

Art. 1º - O horário de expediente para os órgãos e entidades da administração do Poder Executivo Municipal, com exceção das Unidades Educativas e Unidades de Saúde e sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais, durante a Copa do Mundo de 2018, excepcionalmente, será:

I – Das 13h00 às 18h00, no dia 22/06/2018 havendo jogo da seleção brasileira com início agendado para as 09 horas.

II – Das 08h00 às 13h00 no dia 27/06/2018 havendo jogo da seleção brasileira com início agendado para as 15 horas;

§ 1º - Os servidores e auxiliares que, por qualquer motivo, estejam impedidos de cumprir os horários excepcionais fixados nos incisos do caput deste artigo deverão observar o expediente normal.

Art. 2º - As horas não trabalhadas em decorrência do disposto nos Incisos I e II deste Decreto serão objeto de compensação até o dia 31 de dezembro de 2018.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras/SC, 18 de junho de 2018.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

Luiz Alves**PREFEITURA****2ª (SEGUNDA) NOTA DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO -
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2018 (PREFEITURA)**

Publicação Nº 1656008

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

2ª (SEGUNDA) NOTA DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2018

Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO VISANDO CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS, PARA A OFERTA DE COTAS DE PATROCÍNIO PARA A REALIZAÇÃO DA "29ª FESTA NACIONAL DA CACHAÇA", NOS TERMOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS EM EDITAL.

A Prefeitura Municipal de Luiz Alves torna público que, fica estabelecida a prorrogação de prazo para a entrega do (s) envelope (s) até às 10h:15min do dia 21 de junho, com a abertura deste (s) para às 10h:30min.

Encontram-se à disposição dos interessados o Edital de Credenciamento e Anexos.

Informações: Rua Erich Gielow, nº 35, Centro ou através dos telefones: (47) 3377-8614/ 3377-8600.

Luiz Alves, 18 de junho de 2018.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO N.º 22/2018 – FUNDO
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 1656000

EXTRATO DE CONTRATO N.º 22/2018 – FUNDO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 03/2017

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 19.578.710/0001-21.

Contratado: COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DE ITAJAÍ - COOPERAR. – CNPJ: 09.333.052/0001-54.

DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para atendimento ao Programa Nacional De Alimentação Escolar – PNAE, destinados à alimentação dos alunos da Rede Municipal de Ensino de Luiz Alves, adquiridos com recursos FNDE/ PNAE, conforme descritos no quadro previstos no Edital e no Termo de Referência da Chamada Pública n.º 01/2018.

Luiz Alves, 11 de junho de 2018.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA Nº 04/2018 (FME)

Publicação Nº 1656930

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2018
PROCESSO DE COMPRAS Nº 11/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA OU INSTITUIÇÃO QUE ATENDA AS ESPECIALIDADES DE FONOAUDIOLOGIA, PSICOPEDAGOGIA E TERAPIA OCUPACIONAL PARA A MENOR B. E. D., DIAGNOSTICADA COM AUTISMO, ATENDENDO AO MANDADO Nº 135.2018/004701-6, CONFORME OS AUTOS DO PROCESSO Nº 0900137-04.2017.8.24.0135.

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso IV, da Lei 8.666/93.

Contratado(s): VICTOR RUAN CARVALHO SOARES – ME (R\$ 4.800,00 – quatro mil e oitocentos reais).

Declaração de Dispensa: 18 de junho de 2018.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 061/2018 - PP 047/2018 - CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL - PML

Publicação Nº 1656680

MUNICIPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo Licitatório 061/2018 - PML
Pregão Presencial nº 047/2018 - PML

O Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 061/2018, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço
- Objeto: A presente licitação objetiva a contratação de leiloeiro oficial para preparação, organização e condução de leilão público destinado à alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município de Luzerna/SC e do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário do Meio Oeste Contestado - CPIMMOC, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.
- Proponente(s) Vencedora(s):
 - * DIEGO WOLF DE OLIVEIRA;
- Valor total: 2,5 % de Repasse a Administração do valor de 5% da comissão a ser paga pelo arrematante.

Luzerna (SC), 18 de junho de 2018.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 068/2018 - PP 052/2018 - EPIS E EPCS - PML

Publicação Nº 1657224

MUNICIPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo Licitatório 068/2018 - PML
Pregão Presencial nº 052/2018 - PML

O Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 068/2018, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço
- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço destinado à aquisição, de forma parcelada, de equipamentos de proteção individual - EPIs, e equipamentos de proteção coletiva - EPCS, para proteção e segurança dos servidores da Prefeitura Municipal e dos Fundos Especiais de Luzerna/SC, conforme especificações constantes neste Edital e em seus Anexos.
- Proponente(s) Vencedora(s):
 - * FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANÇA LTDA – EPP;
 - * PINGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA – EPP;
 - * SAMOURA CONFECÇÕES LTDA – ME.
- Valor total: R\$ 14.328,19

Luzerna (SC), 18 de junho de 2018.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA 093/2018

Publicação Nº 1656014

PORTARIA Nº 093/18 de 18 de junho de 2018.

“DESIGNAR A COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 01 PARA CONSTITUIR PROCESSO DE SINDICÂNCIA.”

ALCIR JOÃO DENARDI, Secretário de Serviços Integrados de Infraestrutura e Agropecuária, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 2505 de 19 de dezembro de 2017, e tendo em vista o disposto nos artigos 124 e 125 da Lei Complementar nº 164 de 25 de abril de 2017,

RESOLVE:

Art.1º - Designar a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar nº 01, nomeada pela Portaria nº 147/17 de 19 de dezembro de 2017, para constituir Processo de Sindicância composta pelos membros abaixo relacionados, destinada a apurar, no prazo de 30 (trinta), os fatos de que trata o Processo nº 004/2018, apurar eventuais responsabilidades administrativas bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos:

Comissão Permanente nº 01:

- a) Kátia Iolanda Deuerling
- b) Paula Büttner
- c) Ana Cláudia Miotto

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de junho de 2018.

ALCIR JOÃO DENARDI

Secretário de Serviços Integrados de Infraestrutura e Agropecuária

PORTARIA 094/2018

Publicação Nº 1656016

PORTARIA Nº 094/18 de 18 de junho de 2018.

“DESIGNAR A COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 02 PARA CONSTITUIR PROCESSO DE SINDICÂNCIA.”

ALCIR JOÃO DENARDI, Secretário de Serviços Integrados de Infraestrutura e Agropecuária, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 2505 de 19 de dezembro de 2017, e tendo em vista o disposto nos artigos 124 e 125 da Lei Complementar nº 164 de 25 de abril de 2017,

RESOLVE:

Art.1º - Designar a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar nº 02, nomeada pela Portaria nº 147/17 de 19 de dezembro de 2017, para constituir o Processo de Sindicância composta pelos membros abaixo relacionados, destinada a apurar, no prazo de 30 (trinta), os fatos de que trata o Processo nº 005/2018, apurar eventuais responsabilidades administrativas bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos:

Comissão Permanente nº 02:

- a) Mariana Azevedo Ramos

b) Dreone Mendes
c) Emelli Tiepo

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de junho de 2018.

ALCIR JOÃO DENARDI
Secretário de Serviços Integrados de Infraestrutura e Agropecuária

PORTARIA 095/2018

Publicação Nº 1656018

PORTARIA Nº 095/18 de 18 de junho de 2018.

“DESIGNAR A COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 01 PARA CONSTITUIR PROCESSO DE SINDICÂNCIA.”

ALCIR JOÃO DENARDI, Secretário de Serviços Integrados de Infraestrutura e Agropecuária, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 2505 de 19 de dezembro de 2017, e tendo em vista o disposto nos artigos 124 e 125 da Lei Complementar nº 164 de 25 de abril de 2017,

RESOLVE:

Art.1º - Designar a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar nº 01, nomeada pela Portaria nº 147/17 de 19 de dezembro de 2017, para constituir Processo de Sindicância composta pelos membros abaixo relacionados, destinada a apurar, no prazo de 30 (trinta), os fatos de que trata o Processo nº 006/2018, apurar eventuais responsabilidades administrativas bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos:

Comissão Permanente nº 01:

- a) Kátia Iolanda Deuerling
- b) Paula Büttner
- c) Ana Cláudia Miotto

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de junho de 2018.

ALCIR JOÃO DENARDI
Secretário de Serviços Integrados de Infraestrutura e Agropecuária

PORTARIA 096/2018

Publicação Nº 1656907

PORTARIA Nº 096/18 de 18 de junho de 2018.

“DESIGNA A COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 02 PARA CONSTITUIR PROCESSO DE SINDICÂNCIA.”

REGINA CARIN JACOB CUREAU, Secretária de Educação, Cultura e Esportes, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 2505 de 19 de dezembro de 2017, e tendo em vista o disposto nos artigos 124 e 125 da Lei Complementar nº 164 de 25 de abril de 2017,

RESOLVE:

Art.1º - Designar a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar nº 02, nomeada pela Portaria nº 147/17 de 19 de dezembro de 2017, para constituir o Processo Administrativo Disciplinar composta pelos membros abaixo relacionados, destinada a apurar, no prazo de 60 (sessenta) dias, os fatos de que trata o Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2018, proveniente da Sindicância Investigativa nº 002/2018, apurar eventuais responsabilidades administrativas bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos:

Comissão Permanente nº 02:

- a) Mariana Azevedo Ramos
- b) Dreone Mendes
- c) Emelli Tiepo

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de junho de 2018.

REGINA CARIN JACOB CUREAU
Secretária de Educação, Cultura e Esportes

Macieira

PREFEITURA

portaria 3905

Publicação Nº 1656398

PORTARIA N.º 3905/2018

"Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 108 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Carla Mariane Cerry, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, lotada na Secretaria de Saúde, até 15/07/2018, conforme perícia médica em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 06 de junho de 2018.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

portaria 3906

Publicação Nº 1656411

PORTARIA N.º 3906/2018

"Exonera, os Servidores que Especifica"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 75, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, os servidores efetivos abaixo relacionados:

NOME	CARGO	DATA DA EXONERAÇÃO
Andrezza Zimmer	Professora 20 horas semanais	24/05/2018
Renata Pereira da Rocha	Serviços Gerais II	01/06/2018

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 06 de junho de 2018.

Zelir Ciatdin

Prefeito Municipal

portaria 3907

Publicação Nº 1656419

PORTARIA N.º 3907/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art nº91. da Lei Complementar nº 068/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores Públicos abaixo relacionados,

NOME	CARGO	PERÍODO DE GOZO
Adelir Bertotto	Motorista II	04/06/18 a 03/06/18
Cassiane Farinon	Dir Assistência Social	05/06/18 a 14/06/18

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 06 de junho de 2018.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

portaria 3908

Publicação Nº 1656424

PORTARIA N.º 3908/2018

"Concede Licença Premio ao Servidor que Especifica".

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, e da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014, art 121; (Estatuto dos Servidores Públicos);

RESOLVE:

CONCEDER, a Servidora Pública Municipal, Lucila Carmen Serighelli, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 15(quinze) dias de Conversão de Licença Premio, para pagamento no mês de junho/2018.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 06 de junho de 2018.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

Publicação Nº 1657230

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 10.976.220/0001-09

ITAVOL COMERCIAL LTDA

Nota Fiscal nº. 3319 R\$ 3.077,10

Nota Fiscal nº. 3299 R\$ 2.445,30

VALOR TOTAL: R\$ 5.522,40

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo. A empresa em epígrafe está realizando o interrompimento do serviço em virtude da falta de pagamento, conforme Of. 555/18 – SME/ALE, todavia o mesmo não pode ser descontinuado devido a sua grande necessidade e demanda, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de gêneros alimentícios para a alimentação escolar, da Secretaria Municipal de Educação, não podendo sofrer descontinuidade.

Mafra (SC), 19 de junho de 2018.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO

Secretária Municipal de Educação

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

Publicação Nº 1657225

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 20.985.030/0001-01

GONDRO SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA

Nota Fiscal nº. 073/A1 R\$ 6.646,53

Valor Total: R\$ 6.646,53

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a contratada é a responsável pela prestação de serviços especializados na área de saúde para realização de exames especializados – ultrassonografia, conforme Credenciamento nº 005/2015 e 2º Termo Aditivo do Contrato 86/2016, não podendo sofrer descontinuidade ou interrompimento por falta de pagamento. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 19 de junho de 2018.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

JAQUELINE DE FÁTIMA PREVIATTI VEIGA

Secretária Municipal de Saúde

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

Publicação Nº 1657222

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 05.076.619/0001-01

ALTA COMERCIAL EIRELI ME

Nota Fiscal nº. 3580 R\$ 479,31

Nota Fiscal nº. 3631 R\$ 3.560,12

Nota Fiscal nº. 3642 R\$ 1.730,55

Nota Fiscal nº. 3703 R\$ 7.051,45

Nota Fiscal nº. 3746 R\$ 1.074,77

Nota Fiscal nº. 3774 R\$ 1.295,00

Nota Fiscal nº. 3581 R\$ 3.303,81

Nota Fiscal nº. 3584 R\$ 2.492,58

Nota Fiscal nº. 3704 R\$ 1.009,90

Nota Fiscal nº. 3773 R\$ 435,55

Nota Fiscal nº. 3772 R\$ 436,02

VALOR TOTAL: R\$ 22.869,06

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo. A empresa em epígrafe está realizando o interrompimento do serviço em virtude da falta de pagamento, conforme Of. 539/18 – SME/ALE, todavia o mesmo não pode ser descontinuado devido a sua grande necessidade e demanda, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de gêneros alimentícios para a alimentação escolar, da Secretaria Municipal de Educação, não podendo sofrer descontinuidade.

Mafra (SC), 19 de junho de 2018.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO

Secretária Municipal de Educação

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

Publicação Nº 1657233

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 26.982.741/0001-09

JUARPO COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI EPP

Nota Fiscal nº. 149 R\$ 9.097,92

Nota Fiscal nº. 156 R\$ 5.312,60

Nota Fiscal nº. 174 R\$ 4.658,92

Nota Fiscal nº. 184 R\$ 1.690,50

VALOR TOTAL: R\$ 20.759,94

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo. A empresa em epígrafe está realizando o interrompimento do serviço em virtude da falta de pagamento, conforme Of. 530/18 – SME/ALE, todavia o mesmo não pode ser descontinuado devido a sua grande necessidade e demanda, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de gêneros alimentícios para a alimentação escolar, da Secretaria Municipal de Educação, não podendo sofrer descontinuidade.

Mafra (SC), 19 de junho de 2018.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO

Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 012/2018

Publicação Nº 1657532

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 012/2018

Contrato nº: 012/2018

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Contratada: SOETUR TURISMO EIRELI

CNPJ: 01.111.753/0001-37

Modalidade Processo Licitatório 016/2018 Pregão Presencial n.º 004/2018.

Data Assinatura do termo aditivo: 24 de abril de 2018.

O Termo Aditivo visa aditar o item inicialmente contratado conforme tabela abaixo:

Lote	Linha	Descrição	Total/KM Atual	Total KM c/ Aditivo
06	18	PEDRA FINA AUGUSTA VITÓRIA PERÍODO: MATUTINO VEÍCULO MÍNIMO: 18 LUGARES SENTADOS	64 KM	76 Km

Foro: Comarca de Mafra.

Maracajá

PREFEITURA

3º TA AO CONTRATO N° 062/2016

Publicação N° 1656747

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 062/2016.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato n° 062/2016, celebrando entre o MUNICÍPIO DE MARACAJÁ e a Empresa GENTE SEGURADORA S.A.

O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 530, Centro, Maracajá-SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.915.026/0001-24, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARLINDO ROCHA, denominado CONTRATANTE e a empresa GENTE SEGURADORA S.A, com sede na Rua Marechal Floriano, nº 450, Centro Histórico, no município de Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.180.605/0001-02, neste ato representada pelo Diretor, Sr. MARCELO WAIS, portador do CPF nº 632.005.380-15, vencedora do Processo de Licitação nº 28/2016 – Pregão Presencial, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 62/2016, firmado em 04/05/2016, destinado a contratação de Companhia Seguradora para cobertura total dos veículos da Administração Municipal (colisão, incêndio, roubo, furto, danos causados a terceiros, acidentes pessoais de passageiros e despesas médicas e hospitalares), obrigando-se a respeitar e cumprir as condições constantes nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

Constitui objeto do presente instrumento a PRORROGAÇÃO do período de vigência do Contrato N° 062/2016, que prevê o término em 04/05/2018, por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 04/05/2019, com base no artigo 57 da Lei N° 8.666/93, e alterações subsequentes.

PLACA	RENAVAM	MODELO	ANO/MODELO	VALOR DA APOLICE
MJE-4722	324192703	GM CLASSIC LIFE/LS 1.0	2011/2012	R\$ 1.026,79
MLO-9524	554551683	FT UNO MILLE CELEB. WAY ECON. 1.0	2013/2013	R\$ 1.026,73
MLV-0556	593017242	GM CLASSIC LIFE/LS 1.0	2013/2014	R\$ 1.026,73
MJE-3372	324194102	GM CLASSIC LIFE/LS 1.0	2011/2012	R\$ 1.026,73
KPC-7036	684815133	ONIBUS	1997/1997	R\$ 2.568,77
MHO-6921	194045285	ONIBUS	2009/2010	R\$ 2.568,77
MHO-7001	194046460	ONIBUS	2009/2010	R\$ 2.568,77
MHV-4997	229361676	ONIBUS	2010/2010	R\$ 2.568,77
MJH-1297	367504383	ONIBUS	2011/2012	R\$ 2.568,77
MKW-6466	492511896	ONIBUS IVECO	2012/2013	R\$ 2.568,77
MLJ-9065	569411254	ONIBUS ESCOLAR	2013/2013	R\$ 2.568,77
MLJ-8935	569408865	ONIBUS ESCOLAR	2013/2013	R\$ 2.568,77
MKB-5444	475492412	MB ATEGO 1719 2P	2012/2012	R\$ 2.568,77
MKB-5504	475493982	MB ATEGO 2425 3-EIXOS 2P	2011/2012	R\$ 2.568,77
MJE-4882	324196326	GM CORSA HAT. MAXX 1.4 8V	2011/2011	R\$ 1.026,73
MIG-8303	326816763	FD COURIER VAN 1.6 /1.6 FLEX 8V	2011/2012	R\$ 1.026,73
MJB-0091	323108113	MB 1718 2P	2010/2011	R\$ 2.568,77
AAA-9999		ESCAVADEIRA HID, DOOSAN DX140LC	2012/2012	R\$ 5.137,54
MLW-9924	1004384626	FD FUSION TITANIUM 2.0 GTDI ECO. FWD. AUT.	2014/2014	R\$ 1.712,51
MKU-0882	996764500	MB ATRON 2729 K 6X4 2P	2014/2014	R\$ 2.568,77
QID-1033	1085992230	AIRCROSS FEEL 1.6 16V	2016/2017	R\$ 2.867,54

TAXA DETER – RCO (Responsabilidade Civil Obrigatória)

Placa	Renavan	Veiculo	Ano/Modelo	Valor R\$
MHO 6921	194045285	ONIBUS E MICRO-ONIBUS S/ COBR. DE FRETE	2009/2010	R\$ 2.206,48
MHO 7001	194046460	ONIBUS E MICRO- ONIBUS S/COBR. DE FRETE	2009/2010	R\$ 2.206,48
MHV 4997	229361676	ONIBUS E MICRO-ONIBUS S/COBR. DE FRETE	2010/2010	R\$ 2.206,48
MJH 1297	367504383	ONIBUS E MICRO-ONIBUS S/COBR. DE FRETE	2011/2012	R\$ 2.206,48
MLJ 8935	569408865	ONIBUS E MICRO-ONIBUS S/ OBR. DE FRETE	2013/2013	R\$ 2.206,48
MLJ 9065	569411254	ONIBUS E MICRO ONIBUS S/COBR. DE FRETE	2013/2013	R\$ 2.206,48

Dotação Orçamentária:

3.3.90.00.00.00.00.00.01 0080 (3)
3.3.90.00.00.00.00.00.01 0080 (11)
3.3.90.00.00.00.00.00.01 0080 (26)
3.3.90.00.00.00.00.00.01 0080 (37)
3.3.90.00.00.00.00.00.01 0104 (58)
3.3.90.00.00.00.00.00.01 0104 (61)
3.3.90.00.00.00.00.00.01 0080 (143)
3.3.90.00.00.00.00.00.01 0080 (166)

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Cumprimento

Se a CONTRATADA descumprir o presente termo de compromisso poderá ser rescindido unilateralmente o CONTRATO original, sem quaisquer direitos da CONTRATADA ao recebimento de valores, face ao compromisso irretável e irrevogável ora assumido.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Documento Anexo

Constitui documento anexo a este Termo Aditivo, Solicitação referendada pela Secretária de Administração, Parecer Jurídico favorável da Procuradoria do Município, em suas íntegras, dele fazendo parte independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUARTA - Da Ratificação

Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Contrato nº 062/2016 não expressamente alteradas por este instrumento que aqueles se integra formando um todo único e indivisível para todos os fins de direito. E, por estarem juntos e acordados, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Maracajá – SC, 04 de maio de 2018.

ARLINDO ROCHA	MARCELO WAIS
Prefeito Municipal	Diretor
Contratante	Contratado

TESTEMUNHAS:

Marluci Freitas Bitencourt CPF: 009.788.959-83	Helder Francisco Loch CPF: 288.787.289-34
---	--

3º TA AO CONTRATO Nº 019/FMS/2016

Publicação Nº 1656306

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2016.

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato FMS nº 19/2016, celebrando entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa GENTE SEGURADORA S.A.

O MUNICÍPIO DE MARACAJA, através do seu FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 10.425.206/0001-17, com sede na Rua João Carradore, 450, no centro do município de Maracajá, neste ato representada pelo Gestor, Sr. DIOGO COPETTI SILVEIRA, a seguir denominada CONTRATANTE e a empresa GENTE SEGURADORA S.A, com sede na Rua Marechal Floriano, nº 450, Centro Histórico, no município de Porto Alegre - RS, inscrita no CNPJ sob nº 90.180.605/0001-02, neste ato representada pelo Diretor, Sr. MARCELO WAIS, portador

do CPF nº 632.005.380-15, vencedora do Processo de Licitação nº 28/2016 – Pregão Presencial, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato n.º 19/FMS/2016, firmado em 04/05/2016, destinado a contratação de Companhia Seguradora para cobertura total dos veículos da Administração Municipal (colisão, incêndio, roubo, furto, danos causados a terceiros, acidentes pessoais de passageiros e despesas médicas e hospitalares), obrigando-se a respeitar e cumprir as condições constantes nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

Constitui objeto do presente instrumento a PRORROGAÇÃO do período de vigência do Contrato FMS Nº 019/2016, que prevê o término em 04/05/2018, por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 04/05/2019, com base no artigo 57 da Lei Nº 8.666/93, e alterações subsequentes.

PLACA	RENAVAM	MODELO	ANO/MODELO	VALOR DA APOLICE
MKJ-9123	470064668	RT MASTER 2.5 DCI VITRE	2012/2013	R\$ 2.222,22
MKS-0483	532156510	FIESTA SEDAN FLEX 1.6	2013/2013	R\$ 888,89
QIZ-3198	1136781118	RT MASTER 2.3 DCI EXTRA FURGAO 16V	2017/2018	R\$ 1.437,15
QIZ-1819	1138692848	RT LOGAN AUTHENTIQUE FLEX 1.0	2017/2018	R\$ 534,30
QIB-5915	1091514779	SPIN LTZ 1.8 ECONO. FLEX	2016/2016	R\$ 2.134,28

TAXA DETER – RCO (Responsabilidade Civil Obrigatória)

PLACA	RENAVAM	VEICULO	ANO/MODELO	VALOR
MKJ 9123	470064668	RENAULT/RT MASTER 2.5 DCI VITRE 115 CV	2012/2013	R\$ 1.261,10

Dotação Orçamentária:

3.3.90.00.00.00.00.00 1210 (38)

3.3.90.00.00.00.00.00 0210 (25)

3.3.90.00.00.00.00.00 0103 (24)

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Cumprimento

Se a CONTRATADA descumprir o presente termo de compromisso poderá ser rescindido unilateralmente o CONTRATO original, sem quaisquer direitos da CONTRATADA ao recebimento de valores, face ao compromisso irretável e irrevogável ora assumido.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Documento Anexo

Constitui documento anexo a este Termo Aditivo, Solicitação referendada pelo Diretor Departamento de Saúde, Parecer Jurídico favorável da Procuradoria do Município, em suas íntegras, dele fazendo parte independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUARTA - Da Ratificação

Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Contrato FMS nº 019/2016 não expressamente alteradas por este instrumento que aqueles se integra formando um todo único e indivisível para todos os fins de direito. E, por estarem juntos e acordados, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Maracá – SC, 04 de maio de 2018.

MARCELO WAIS

Diretor Diretor

Contratado

DIOGO COPETTI SILVEIRA

Departamento de Saúde

Contratante

TESTEMUNHAS:

Marluci Freitas Bitencourt CPF: 009.788.959-83	Helder Francisco Loch CPF: 288.787.289-34
---	--

AVISO REMARCAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2018

Publicação Nº 1656444

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE REMARCAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2018

O Município de Maracajá, torna público que o Pregão Presencial acima epigrafado que tem como por objeto a contratação de empresas prestadoras de serviços especializados para as oficinas do CRAS junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, para Crianças e adolescentes, nas áreas: MUSICA, ESPORTE, ARTESANATO/TEATRO E DANÇA do Município de Maracajá – SC, que em virtude da Copa do Mundo, especificamente devido ao jogo do Brasil, a ser realizado em 22/06/2018 (sexta-feira), às 09h00, fica REMARCADA a data de entrega dos envelopes até o dia 28/06/2018 às 09hs15min, e a data de abertura para o dia 28/06/2018 às 09hs30min.

Mantém-se inalteradas as demais especificações demais especificações do edital e anexos. Feita a remarcação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito, na forma da Lei.

Maracajá, 18 de junho de 2018.
ARLINDO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 053/2018

Publicação Nº 1657122

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
Extrato de Contrato

Espécie: Contrato nº 053/2018.

Contratante: Município de Maracajá/SC.

Contratada: CONCRETUBOS OBRAS DE URBANIZACAO LTDA

Objeto: Execução dos serviços necessários a pavimentação com lajotas de concreto, drenagem pluvial, calçadas e sinalização nas Ruas 103 e Antônio Machado, no município de Maracajá/SC, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias. Valor: R\$ 183.474,34 (cento e oitenta e três mil quatrocentos e setenta e quatro reais e trinta e quatro centavos)

Vigência: Até 08/06/2019

Data de Assinatura: 14/06/2018

Maracajá/SC, 18 de junho de 2018

Arlindo Rocha
Prefeito Municipal
Contratante

CONCRETUBOS OBRAS DE URBANIZACAO LTDA

Marcel Pereira André
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO Nº 054/2018

Publicação Nº 1657133

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
Extrato de Contrato

Espécie: Contrato nº 054/2018.

Contratante: Município de Maracajá/SC.

Contratada: PRE MOLDADOS PAGANI LTDA

Objeto: A execução dos serviços necessários a pavimentação com lajotas de concreto, drenagem pluvial, calçadas e sinalização nas Ruas 117 e 119, no município de Maracajá/SC, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

Valor: R\$ 300.633,99 (trezentos mil seiscentos e trinta e três centavos e noventa e nove centavos).

Vigência: Até 08/06/2019

Data de Assinatura: 14/06/2018

Maracajá/SC, 18 de junho de 2018

Arlindo Rocha
Prefeito Municipal
Contratante

PRE MOLDADOS PAGANI LTDA

Rogerio Jeremias

Contratada

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 053/2018

Publicação Nº 1656479

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MARACAJÁEXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 053/2018

OBJETO: Contratação de Show Artístico Musical com o Grupo Gaitaço para apresentação durante da XXVII Festa no Colono, a ser realizado no dia 20/07/2018, no Centro Esportivo Antônio da Rocha, localizado na Avenida Nossa Senhora da Conceição, Centro, no Município de Maracajá/SC.

CONTRATADO: RENATO DE MACEDO SILVEIRA (MUSICAL GAITAÇO) – CNPJ Nº 29.625.533/0001-40

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE MARACAJÁ

VALOR GLOBAL: R\$ 500,00 (quinhentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Incisos III, do Art. 25 da Lei Federal nº. 8.666/93.

RECONHECIMENTO: 18/06/2018, Marluci Freitas Bitencourt Vitali – Secretária de Administração.

RATIFICAÇÃO: 18/06/2018, por Arlindo Rocha – Prefeito Municipal.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 054/2018

Publicação Nº 1657430

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MARACAJÁEXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 054/2018

OBJETO: Contratação de Show Artístico Humorístico com Paulinho Mixaria para apresentação durante da XXVII Festa no Colono, a ser realizado no dia 20/07/2018, no Centro Esportivo Antônio da Rocha, localizado na Avenida Nossa Senhora da Conceição, Centro, no Município de Maracajá/SC.

CONTRATADO: PAULO R. A. DA SILVA PROMOÇÕES – ME – CNPJ Nº 05.946.963/0001-04

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE MARACAJÁ

VALOR GLOBAL: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Incisos III, do Art. 25 da Lei Federal nº. 8.666/93.

RECONHECIMENTO: 18/06/2018, Marluci Freitas Bitencourt Vitali – Secretária de Administração.

RATIFICAÇÃO: 18/06/2018, por Arlindo Rocha – Prefeito Municipal.

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 489/2018

Publicação Nº 1656130

DECRETO Nº 489, DE 18 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Simplificado Edital nº 003/2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 18 de junho a 16 de agosto de 2018, ANDREIA LUIZA FINGER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 056.610.749-05, para ocupar o cargo de Enfermeira Saúde da Família, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 18 de junho de 2018.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Marema

PREFEITURA

CONTRATO FMS N 015/2018

Publicação Nº 1656490

MINUTA

Contrato nº: 015/2018

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: CLINICA MEDICA CB MED CARE LTDA

Objeto: Prestação de serviços médicos, no atendimento médico clínico ambulatorial para atendimento clínico a população do Município de Marema.

Vinculação: Processo de Licitação/FMS n. 011/2018 – Pregão Presencial/FMS n. 008/2018.

Valor Total: 238.800,00 (reais)

Prazo: 12 Meses

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 28 de maio de 2018

Adilson Barella

Prefeito Municipal

CONTRATO FMS Nº: 014/2018

Publicação Nº 1656486

MINUTA

Contrato FMS nº: 014/2018

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: INOVADORA SISTEMA DE GESTÃO LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento de licença de uso de software para gestão da saúde..

Vinculação: Processo de Licitação/FMS n. 09/2018 – Pregão Presencial/FMS n. 06/2018.

Valor Total: R\$ 29.760,00 (reais)

Prazo: 22 de maio de 2019

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema – SC 23 de Maio de 2018

Adilson Barella

Prefeito Municipal

I TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 080-2017

Publicação Nº 1656378

MINUTA

I Termo Aditivo – Prorrogação de Prazo

Contrato nº: 080/2017

Contratante: Município de Marema – SC.

Contratado: SOCIEDADE RADIO CONTINENTAL LTDA

Objeto: Divulgação de Boletim informativo de atos oficiais, administrativos, legais e Institucionais da Prefeitura Municipal e respectivos departamentos.

Vinculação: Processo Licitatório nº. 027/2017, Pregão Presencial Compras e Serviços nº. 022/2017

Prazo: 03 de junho de 2019

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 04 de junho de 2018

Adilson Barella

Contratante /Prefeito

II TERMO ADITIVO CONTRATO Nº: 065/2016

Publicação Nº 1656371

MINUTA

Contrato nº: 065/2016

II Termo Aditivo – Prorrogação de Prazo

Contratante: Município de Marema

Contratado: MARISA A. DE SOUZA BRANCO DOMINGOS ME

Objeto: Aquisição de Mão-de-Obra de manutenção de equipamento de informática.

Vinculação: Processo de Licitação n. 026/2016 – Pregão Presencial n. 019/2016

Prazo: 29 de maio de 2019

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 30 de maio de 2018

Adilson Barella

Prefeito Municipal

IV TERMO ADITIVO CONTRATO 010-2017

Publicação Nº 1656408

MINUTA

IV TERMO ADITIVO – Alteração das QUANTIDADES EM 25%]

Contrato n. 010-2017

Contratante: MUNICPIO DE MAREMA

Contratado: LEANDRO ZANETIN - ME

Objeto: Aquisição de combustível tipo óleo diesel e gasolina, com entrega parcelada mediante requisição, em bomba de abastecer de propriedade da proponente vencedora, instalado no Município de Marema.

Vinculação: Processo Licitatório nº. 002/2017 Pregão Presencial Compras e Serviços nº. 002/2017

Prazo: 31 de dezembro de 2018

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 22 de março de 2018

Adilson Barella

Contratante /Prefeito

Massaranduba

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 41.2018 - MÓVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESTRUTURAS ADMINISTRATIVAS

Publicação Nº 1656864



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2018

VALIDADE: DE 15/06/2018 A 15/06/2019

PUBLICADO EM:

____/____/____

LOCAL: _____

ASS: _____

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. ARMINDO SESAR TASSI**, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os valores oferecidos referentes à **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA**, tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
FLORIANI EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP, neste ato representado por PAULO ADEMIR FLORIANI	80.666.159/0001-89
SUPRIMOVEIS LTDA, neste ato representado por MARCIO RODRIGUES XAVIER	04.563.256/0001-68
MMOBILE EIRELI, neste ato representado por CARLOS AUGUSTO RAUEN	15.764.033/0001-85
COMERCIAL VITÓRIA LTDA – ME, neste ato representado por VERONICA SOLANGE RIGO SCHEER	18.138.763/0001-69
EKOMOB COMÉRCIO LTDA - EPP, neste ato representado por JONATHAS LIMA DOS SANTOS	15.825.521/0001-55
RICHESSA MOVEIS LTDA EPP, neste ato representado por JEDIELSON PETRY TASSO	20.265.303/0001-43
OSMAR ORLANDI JUNIOR - ME, neste ato representado por EVERTON VARGAS DICK	22.417.394/0001-10
VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI ME, neste ato representado por RODRIGO ALVES DE CAMPOS	27.286.283/0001-36
PEDRO LEANDRO DOS PASSOS 02373865939	28.778.705/0001-53

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2018

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, de acordo com as especificações e quantitativa abaixo:

FORNECEDOR: 263737 - OSMAR ORLANDI JUNIOR - ME						
LOTE: 1 - LOTE: MÓVEIS PARA A SALA DO PROCON						
SUB ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1.1	ARMARIO DE 2 PORTAS BAIXAS E ESTANTE COM 1 PRATELEIRA NA PARTE ABERTO SUPERIOR MEDIDA 1600X800X420MM – MADEIRADO - ROMA/PRETO - TAMPO 25MM - FUNDO, LATERAIS E PRATELEIRAS EM 15MM	UNID	MSI INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS	3	R\$ 304,23	R\$ 912,69
1.2	ARQUIVO DE 4 GAVETAS PARA PASTAS SUSPENSAS MEDIDA 1280X465X420MM – MADEIRADO ROMA/PRETO - TAMPO 25MM - FUNDO, LATERAIS E PRATELEIRAS EM 15MM	UNID	MSI INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS	3	R\$ 322,18	R\$ 966,54
1.3	NICHO COMPLEMENTO PARA INSTALAR EM CIMA DO ARQUIVO (ITEM 2) - PRETO MEDIDA 320X465X420MM	UNID	MSI INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS	3	R\$ 17,05	R\$ 51,15
1.4	MESA DE TRABALHO SEM GAVETAS MEDIDA 1200X600X740MM - MADEIRADO ROMA/PRETO - TAMPO E PÉS 25MM - SAIA 15MM	UNID	MSI INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS	3	R\$ 196,54	R\$ 589,62
LOTE: 2 - LOTE: MÓVEIS PARA O SETOR ADMISTRATIVO						
SUB ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
2.1	MESA DE TRABALHO MEDIDA 1700X700X750MM (LXPXA) COR NOGAL COM PÉS E SAIA PRETA - PRODUZIDA EM MDP 15MM COM ENGROSSAMENTO DE MAIS 25MM NAS BORDAS, ACABAMENTO DO TAMPO EM FITA DE BORDA 1MM. PÉS DA MESA PRODUZIDOS EM MDP 25MM COM SAPATAS NIVELADORAS - MONTAGE DA MESA TODA POR SISTEMA MINIFIX	UNID	MSI INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS	2	R\$ 211,38	R\$ 422,76
2.2	MESA AUXILIAR MEDIDA 900X500X750MM (LXPXA) COR NOGAL COM PÉS E SAIA PRETA - PRODUZIDA EM MDP 15MM COM ENGROSSAMENTO DE MAIS 25MMMM NAS BORDAS, ACABAMENTO DO TAMPO EM FITA DE BORDA 1MM. PÉS DA MESA PRODUZIDOS EM MDP 25MM COM SAPATAS NIVELADORAS - MONTAGE DA MESA TODA POR SISTEMA MINIFIX	UNID	MSI INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS	2	R\$ 162,41	R\$ 324,82
2.3	GAVETEIRO FIXO DE 2 GAVETAS - MEDIDA	UNID	MSI	2	R\$ 48,15	R\$ 96,30

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2018

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	370X280X385MM (LXAXP) - NOGAL/NOGAL COM 1 CHAVE - CORREDIÇA METÁLICA E PUXADOR PRATA. - GAVETA EM T-HDF 3MM ACABAMENTO EM FITA DE BORDA 0,45MM - PUXADORES EM PVC PRATA DE 96MM, FECHADURA COM TRATAMENTO NA PRIMEIRA GAVETA		INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS				
2.4	GAVETEIRO VOLANTE DE 4 GAVETAS - MEDIDA 46,5X45X70 CM(LXPXA) PRODUZIDO EM MDP 15MM COM ENGROSSAMENTO DE MAIS 25MM NAS BORDAS DO TAMPO. ACABAMENTO DO TAMPO EM FITA DE BORDA EM 1MM E 0.45MM NAS DEMAIS PEÇAS. FUNDO DE GAVETA EM T-HDF 3MM. MONTAGEM ATRAVES DE SISTEMA MINIFIX. PUXADORES EM PVC DE 96MM, FECHADURA DE TRAVAMENTO NA PRIMEIRA GAVETA. RODIZIOS DE NYLON 38MM PARA LIVRE MOVIMENTAÇÃO. CORREDIÇA METÁLICA. COR NOGAL.	UNID	MSI INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS	2	R\$ 211,38	R\$ 422,76	
2.5	ARMÁRIO DE 4 PORTAS DE ABRIR. PUXADORES EM ALUMINIO, DOBRADIÇAS DE METAL. CONFECCIONADO EM MADEIRA MDP COR NOGAL COM DETALHES COMO LATERAIS E PRATELEIRAS NA COR PRETA - TAMPO 25MM - RESTANTE DE 15MM - 6 PRATELEIRAS REFORÇADAS PARA PESO (30MM) - MEDIDA MÍNIMA 2400MM DE ALTURA X 2400MM DE COMPRIMENTO X 500MM PROFUNDIDADE. O ARMÁRIO DEVE TER UMA DIVISÓRIA NO MEIO NA VERTICAL PARA DAR MAIS SUSTENTAÇÃO AO MESMO. OBS: A ALTURA DA PRATELEIRA DEVERÁ ESTAR ENTRE 27 A 30 CM.	UNID	MSI INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS	1	R\$ 1.794,72	R\$ 1.794,72	
2.6	BALCÃO BAIXO COM 2 PORTAS DE ABRIR E UM NICHÃO ABERTO NO MEIO DELAS - MEDIDA 1200X750X420MM (LXAXP) - PRODUZIDO EM MDP 15MM COM ENGROSSAMENTO DE MAIS 25MM NAS BORDAS DO TAMPO. ACABAMENTO DO TAMPO EM FITA DE BORDA EM 1MM E 0.45MM NAS DEMAIS PEÇAS. FUNDO (COSTAS EM T-HDF 3MM. MONTAGEM PRINCIPAL TODA ATRAVES DE SISTEMA MINIFIX, FECHADURA PARA TRAVAMENTO DAS PORTAS, DOBRADIÇAS METÁLICAS 110ª, UMA PRATELEIRA INTERNA FIXA PARA MAIOR SUSTENTAÇÃO EM CADA VÃO, PUXADORES EM PVC PRATA E SAPATAS NIVELADORAS NA BASE. COR NOGAL.	UNID	MSI INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS	2	R\$ 309,32	R\$ 618,64	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2018

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	MARCA	QTDE	RS UNIT.	RS TOTAL
1	CADEIRA GIRATÓRIA PRESIDENTE - CONFECCIONADA COM ESPUMA INJETADA 6,5 CM, MADEIRA 15 MM, ACABAMENTO COM PERFIL PRETO, REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO A GÁS E SISTEMA RELAX, ARANHA DE METAL COM CAPA E RODÍZIOS PU, COM BRAÇO MODELO CORSA, TECIDO 100% POLIPROPILENO, SISTEMA RELAX PERMITE QUE O USUÁRIO FAÇA UM BALANÇO NA CADEIRA PARA RELAXAR AS COSTAS.	UNID	MSI INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS	10	R\$ 245,00	R\$ 2.450,00
2	LONGARINA SECRETÁRIA 3 LUGARES - CONFECCIONADA 3 ASSENTOS/ENCOSTO COM ESPUMA INJETADA, MADEIRA, ACABAMENTO COM PERFIL PRETO, SEM BRAÇOS, ESTRUTURA LONGARINA 3 LUGARES COM L DO ENCOSTO SANFONADO COR PRETO, TECIDO 100% POLIPROPILENO.	UNID	MSI INDÚSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS	5	R\$ 257,00	R\$ 1.285,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 9.935,00						
FORNECEDOR: 176400 - MMOBILE EIRELI						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	MARCA	QTDE	RS UNIT.	RS TOTAL
3	POLTRONA GIRATÓRIA PRESIDENTE - ENCOSTO FABRICADO EM COMPENSADO MULTILAMINADO RESINADO, MOLDADO ANATOMICAMENTE A QUENTE COM 14 MM DE ESPESSURA. POSSUI CURVATURA ANATÔMICA NO ENCOSTO 606,00 606,00 ILUSTRATIVO DE FORMA À PERMITIR A ACOMODAÇÃO DAS REGIÕES DORSAL E LOMBAR, ADAPTANDO-SE MELHOR À COLUNA VERTEBRAL. - ESPUMA INJETADA ANATOMICAMENTE EM POLIURETANO FLEXÍVEL MICROCELULAR DE ALTA RESISTÊNCIA, ISENTO DE CFC, COM DENSIDADE CONTROLADA DE 45 A 55 KG/M³ COM 60 MM DE ESPESSURA MÉDIA. - REVESTIMENTO DO ENCOSTO EM POLIPROPILENO PRETO FIXADO POR GRAMPOS COM ACABAMENTO ZINCADO. - CONTRA CAPA DO ENCOSTO INJETADA EM POLIPROPILENO. COPOLÍMEROTEXTURIZADO NA COR PRETA, MONTADA POR PARAFUSOS, AUXILIANDO EM FUTURAS MANUTENÇÕES. - SUPORTE DO ENCOSTO FABRICADO EM MOLA DE AÇO SAE 1050 CURVADA A QUENTE COM POSTERIOR TRATAMENTO TÉRMICO, COM 76,20MM LARGURA E 6,35 MM DE ESPESSURA, QUE PERMITE 7 POSIÇÕES DE REGULAGEM DE 700,30	UNID	MELANINOS	3	R\$ 305,00	R\$ 915,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2018

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
 CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

8.403,60 ALTURA AUTOMÁTICA POR MEIO DE CATRACA, TOTALIZANDO 70 MM DE CURSO. - A FIXAÇÃO DO ENCOSTO NA MOLA É FEITA COM PARAFUSOS MÁQUINA PHILIPS, NA BITOLA 1/4"X 20 FPP E PORCAS DE GARRA ENCRAVADAS E REBITADAS NA MADEIRA DO ENCOSTO. - A FIXAÇÃO DO CONJUNTO ENCOSTO E MOLA NO ASSENTO É FEITA COM PARAFUSOS SEXTAVADOS GRAU 5 SAE J429 DO TIPO FLANGEADO COM TRAVA MECÂNICA NO FLANGE, NA BITOLA 1/4"X 20 FPP E PORCAS DE GARRA ENCRAVADAS E REBITADAS NA MADEIRA DO ASSENTO. ASSENTO - ASSENTO FABRICADO EM COMPENSADO MULTILAMINADO RESINADO, MOLDADO ANATOMICAMENTE A QUENTE COM 14 MM DE ESPESSURA. POSSUI CURVATURA NA PARTE FRONTAL DO ASSENTO PARA EVITAR O ESTRANGULAMENTO NA CORRENTE SANGUÍNEA. - ESPUMA INJETADA ANATOMICAMENTE EM POLIURETANO FLEXÍVEL MICROCELULAR DE ALTA RESISTÊNCIA, ISENTO DE CFC, COM DENSIDADE CONTROLADA DE 50 A 60 KG/M³ COM 60 MM DE ESPESSURA MÉDIA. - REVESTIMENTO DO ASSENTO EM POLIPROPILENO BEGE/PRETO FIXADO POR GRAMPOS COM ACABAMENTO ZINCADO. CONTRA CAPA DO ASSENTO INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO TEXTURIZADO NA COR PRETA, MONTADA POR GRAMPOS COM ACABAMENTO ZINCADO, AUXILIANDO EM FUTURAS MANUTENÇÕES. - A FIXAÇÃO DO ASSENTO NO MECANISMO É FEITA COM PARAFUSOS SEXTAVADOS GRAU 5 SAE J429 TIPO FLANGEADO COM TRAVA MECÂNICA NO FLANGE, NA BITOLA 1/4"X 20 FPP E PORCAS DE GARRA ENCRAVADAS E REBITADAS NA MADEIRA. BRAÇOS - APÓIA BRAÇOS E CORPO DO BRAÇO EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO INJETADO TEXTURIZADO NA COR PRETA, COM ALMA FABRICADA EM CHAPA DE AÇO SAE 1020 COM 50,50 MM DE LARGURA E 6,35 MM DE ESPESSURA, PINTADA, COM 7 POSIÇÕES DE REGULAGEM DE ALTURA FEITA POR BOTÃO INJETADO EM POLIAMIDA 6, TOTALIZANDO 85 MM DE CURSO. CHAPA PARA FIXAÇÃO NO ASSENTO COM 2 FUROS OBLONGOS, PERMITINDO AJUSTE HORIZONTAL POR					
---	--	--	--	--	--

5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2018

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
 CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	<p>PARAFUSO COM UTILIZAÇÃO DE CHAVE COM CURSO DE 25 MM EM CADA BRAÇO DURANTE A MONTAGEM. A FIXAÇÃO DO BRAÇO NO ASSENTO É FEITA COM PARAFUSOS SEXTAVADOS GRAU 5 SAE J429 DO TIPO FLANGEADO COM TRAVA MECÂNICA NO FLANGE, NA BITOLA ¼"X 20 FPP E PORCAS DE GARRA ENCRAVADAS E REBITADAS NA MADEIRA. MECANISMO - MECANISMO DO TIPO RELAX, COM SISTEMA DE TRAVAMENTO NA POSIÇÃO DE TRABALHO OU EM LIVRE FLUTUAÇÃO, COM AJUSTE DE TENSÃO DA MOLA ATRAVÉS DE MANÍPULO FRONTAL. A REGULAGEM DE ALTURA DA CADEIRA E O AÇIONAMENTO DA TRAVA DO RELAX SÃO FEITOS POR ALAVANCAS INDEPENDENTES. SISTEMA DE REGULAGEM DE ALTURA DA CADEIRA POR COLUNA DE MOLA À GÁS. FLANGE SUPERIOR FABRICADO EM CHAPA DE AÇO COM 3,00 MM DE ESPESSURA ESTAMPADO A FRIO. FLANGE E CONE INFERIOR FABRICADO EM CHAPA DE AÇO COM 3,00 MM DE ESPESSURA ESTAMPADO A FRIO E TUBO DE GIRO FABRICADO EM AÇO SAE 1010/1020 REDONDO COM 19,05 MM DE DIÂMETRO E 1,90 MM DE ESPESSURA DA PAREDE. OS COMPONENTES SÃO UNIDOS POR SOLDA DO TIPO MIG FORMANDO UM CONJUNTO PARA POSTERIOR MONTAGEM NO FLANGE SUPERIOR COM PINO DE GIRO FABRICADO EM AÇO TREFILADO MACIÇO SAE 1213 REDONDO COM 10 MM DE DIÂMETRO, MANCALIZADO EM BUCHAS INJETADAS EM POLIACETAL FORMANDO UM CONJUNTO ÚNICO PARA POSTERIOR MONTAGEM POR PARAFUSOS. ASSENTO COM INCLINAÇÃO FIXA ENTRE -2° E -5° E FUROS COM DISTÂNCIA ENTRE CENTRO DE 160X200MM. COLUNA - COLUNA CENTRAL DESMONTÁVEL FIXADA POR ENCAIXE CÔNICO FABRICADA EM TUBO DE AÇO SAE 1010/1020 REDONDO COM 50,80 MM DE DIÂMETRO E 1,50 MM DE ESPESSURA DE PAREDE, COM ROLAMENTO AXIAL DE GIRO COM ESFERAS TRATADAS TERMICAMENTE, ARRUELAS DE AÇO TEMPERADO DE ALTA RESISTÊNCIA, BUCHA MANCAL DE GIRO INJETADA EM POLIACETAL E RECALIBRADA NA MONTAGEM, SISTEMA DE REGULAGEM DE ALTURA DA CADEIRA POR COLUNA DE MOLA À GÁS DIN 4550</p>					
--	---	--	--	--	--	--

6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2018

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

<p>CLASSE 4 COM 115 MM DE CURSO NOMINAL COM TOLERÂNCIA DE 5 MM PARA MAIS OU PARA MENOS, QUANDO MEDIDA MONTADA, DEVIDO À COMPRESSÃO DOS COMPONENTES. - POSSUI SISTEMA DE MONTAGEM NA BASE E NO MECANISMO POR ENCAIXE CONE MORSE. - SISTEMA DE REGULAGEM DE ALTURA DA CADEIRA POR COLUNA DE MOLA À GÁS. CAPA TELESCÓPICA INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO TEXTURIZADO NA COR PRETA, DIVIDIDO EM 3 PARTES ENCAIXADAS, USADO PARA PROTEGER A COLUNA. BASE - BASE GIRATÓRIA DESMONTÁVEL COM ARANHA DE 5 HASTES FABRICADA COM TUBOS DE AÇO SAE 1010/1020 RETANGULAR 20X30 MM E 1,50 MM DE ESPESSURA DE PAREDE, SOLDADAS COM CONE CENTRAL FABRICADO EM TUBO AÇO SAE 1012 REDONDO COM 57,15 MM DE DIÂMETRO E 2,25 MM DE ESPESSURA DE PAREDE. PINO DO RODÍZIO FABRICADO COM AÇO TREFILADO SAE 1213 REDONDO COM 10 MM DE DIÂMETRO SOLDADO NA EXTREMIDADE DA HASTE EM FUROS DO TIPO FLANGEADO, EVITANDO QUE SE SOLTEM, COBERTA POR POLAINA INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO NA COR PRETA COM SISTEMA DE ENCAIXE PLÁSTICO ENTRE CONE DA ARANHA E A COLUNA, APOIADA SOBRE 5 RODÍZIOS DE GIRO DUPLO COM 50 MM DE DIÂMETRO EM NYLON COM CAPA, ESFERA METÁLICA INSERIDA NA ESTRUTURA, QUE FACILITA O GIRO, BANDA DE ROLAGEM EM POLIURETANO PARA USO EM PISO DURO, AMADEIRADOS E COM REVESTIMENTOS VINÍLICOS. - MONTAGEM DO RODÍZIO NA BASE É FEITO DIRETAMENTE SOBRE O PINO SOLDADO NA ARANHA SEM UTILIZAÇÃO DE BUCHAS DE ADAPTAÇÃO. ACABAMENTO - OS COMPONENTES METÁLICOS PINTADOS POSSUEM TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE ANTIFERRUGINOSO COM FOSFATO DE ZINCO POR IMERSÃO, EXECUTADO EM LINHA AUTOMÁTICA DE OITO TANQUES, SEM USO DE PRODUTOS CLORADOS PARA DESENGRAXE, E COM POSTERIOR TRATAMENTO DE EFLUENTES, DE ACORDO COM AS NORMAS AMBIENTAIS VIGENTES, PROPORCIONANDO MELHOR PROTEÇÃO</p>						
--	--	--	--	--	--	--

7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2018

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

	<p>CONTRA CORROSÃO E EXCELENTE ANCORAGEM DA TINTA, EVITANDO ASSIM O DESCOLAMENTO DA MESMA. - A TINTA UTILIZADA PARA A PINTURA É EM PÓ, DO TIPO HÍBRIDA (POLIÉSTER - EPÓXI), WECO, ATENDENDO NORMA EUROPÉIA ROHS, ISENTA DE METAIS PESADOS, NA COR PRETO LISO SEMI-BRILHO, COM CAMADA DE 60 MÍCRONS EM MÉDIA. TODAS AS PEÇAS SÃO CURADAS EM ESTUFA COM ESTEIRA DE MOVIMENTAÇÃO CONTÍNUA À TEMPERATURA DE 200° C. DIMENSÕES APROXIMADAS ALTURA DO ENCOSTO: 615 MM LARGURA DO ENCOSTO: 460 MM LARGURA DO ASSENTO: 480 MM PROFUNDIDADE DA SUPERFÍCIE DO ASSENTO: 460 MM PROFUNDIDADE TOTAL DA CADEIRA: 690 MM ALTURA TOTAL DA CADEIRA: 1065-1250 MM ALTURA DO ASSENTO: 465 - 580 MM LARGURA TOTAL DA CADEIRA: 690 MM</p>					
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 915,00						
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 10.850,00						

8

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de **R\$ 10.850,00 (DEZ MIL E OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS)**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à licitante detentora, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata de registro de preços será utilizada pela Prefeitura de Massaranduba (SC). O valor ofertado pela licitante signatária desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no **PROCESSO LICITATÓRIO N° 100/2018**.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do processo supracitado, que integram o presente instrumento de compromisso.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 41/2018

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

3.3. Fica ressalvada a Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total desta ata de registro de preços.

9

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DE EMPENHO

4.1. O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pela a Prefeitura de Massaranduba (SC), que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES E DO PRAZO DE ENTREGA

5.1. O objeto deste procedimento licitatório deverá ser entregue na Prefeitura Municipal, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, em no **MÁXIMO 20 (VINTE) CONSECUTIVOS** após a solicitação/emissão de ordem de compra.

5.1.1. O mobiliário que necessitar de montagem ficará de responsabilidade da licitante vencedora.

5.1.2. As entregas serão parceladas, conforme a necessidade de suprimento, em datas e quantidades estabelecidas nas requisições a serem fornecidas.

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra e enviadas eletronicamente para contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

5.3. A não entrega do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata.

5.4. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

5.5. Caso o objeto recebido não atenda às especificações constantes desta ata, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de **24 (VINTE E QUATRO) HORAS**, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.6. Decorrido o prazo da notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as constantes na Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: **NOTA FISCAL EMITIDA NA 1ª (PRIMEIRA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 10 (DEZ) DO MÊS SUBSEQUENTE; NOTA FISCAL EMITIDA NA 2ª (SEGUNDA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 25 (VINTE E CINCO) DO MÊS SUBSEQUENTE.** Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal.

6.1.1. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2018

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

6.1.2. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

10

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93, efetuando a compra direta por valor não superior ao constante na ata. Tal comprovação será feita através de cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

8.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre o pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

8.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização da Prefeitura de Massaranduba (SC) em seu acompanhamento.

8.3. Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

8.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

8.5. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

8.6. Manter vigente durante a ata de registro de preços, os documentos que comprovem a regularidade fiscal, **sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.**

8.7. Entregar o objeto desta licitação na Prefeitura Municipal, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, em no máximo **20 (VINTE) DIAS CONSECUTIVOS** após a solicitação/emissão de ordem de compra.

8.7.1. O mobiliário que necessitar de montagem ficará de responsabilidade da licitante vencedora.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2018

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

8.8. Serão **RECUSADOS** os produtos que sejam imprestáveis, defeituosos, ou que não atendam as especificações constantes na ata e/ou que não estejam adequados para o uso.

11

8.8.1. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante **deverá** reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de **24 (VINTE E QUATRO) HORAS**, sem que isso acarrete ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

8.9. Aceitar as condições de pagamento previstas nesta ata, sendo que o valor constante na mesma será a qualquer título a única remuneração devida à licitante vencedora.

8.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste processo licitatório, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

9.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte esta licitação.

9.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado nesta ata.

9.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que esta possa desempenhar normalmente seu serviço.

9.4. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

9.5. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração Municipal.

10.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo dos danos causados à Administração Municipal:

10.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

10.2.2. Cancelamento do registro na ata.

10.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2018

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

12

10.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

10.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 a contar da intimação do ato.

10.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

10.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante no momento da execução da ata de registro de preços, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

10.5.1. Advertência.

10.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1º (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

10.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

10.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

10.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

10.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

10.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

10.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2018

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

13

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração Municipal, quando:

11.1.2. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

11.1.3. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

11.1.4. A detentora der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de registro de preços.

11.1.5. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial dos itens da ata de registro de preços.

11.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

11.1.7. Por razões de interesse público devidamente justificados pela Administração.

11.1.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

11.2. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

11.3. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta ata, o edital do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2018** e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC) para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

12.4. A execução da presente ata de registro de preços será acompanhada e fiscalizada pela Sra. VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI, gerente de gabinete, que exercerá rigoroso controle em

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2018

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

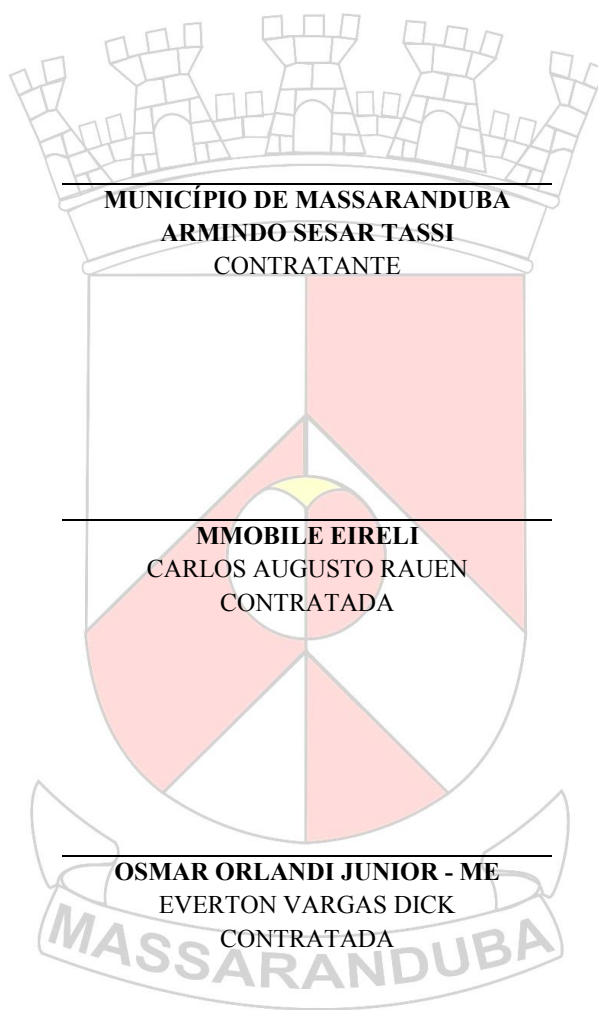


ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

relação ao presente certame, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

14

Massaranduba – SC, 15 de junho de 2018



MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI
CONTRATANTE

MMOBILE EIRELI
CARLOS AUGUSTO RAUEN
CONTRATADA

OSMAR ORLANDI JUNIOR - ME
EVERTON VARGAS DICK
CONTRATADA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2018

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

CONTRATO 03.2018 - CONTRATAÇÃO DE CURSOS NO SENAI

Publicação Nº 1656922

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 03/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA E SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 01.743.462/0001-61, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, a empresa SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 03.774.688/0047-38, com sede na Rua Jose Dequech, 0, Bairro Centro Município de Guaramirim, neste ato representada pelo Sr. OSVAIR ALMEIDA MATOS, inscrito no CPF sob o nº 783.459.019-72 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2018 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2018, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO E VIGÊNCIA

1.1. Constitui objeto deste edital de CONTRATAÇÃO DO SENAI PARA MINISTRAR CURSOS DE CAPACITAÇÃO, conforme item discriminado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	CURSO DE MECÂNICA DE MOTOCICLETA	UNID	1	R\$ 19.800,00	R\$ 19.800,00
2	CURSO DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA	UNID	1	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
VALOR TOTAL R\$ 39.800,00 (TRINTA E NOVE MIL E OITOCENTOS REAIS).					

1.2. A vigência deste instrumento contratual é: ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente.

2.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

2.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade, o pagamento poderá ser retido, até a normalização, sem que isso acarrete ônus adicionais para a Prefeitura de Massaranduba (SC), conforme art. 55, inciso XIII da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. Pelos serviços prestados, a Prefeitura de Massaranduba (SC) pagará o valor proposto mediante apresentação de documentação fiscal do serviço, nos dias definidos em contrato.

3.2. Notificar a contratada de qualquer irregularidade porventura encontrada na prestação dos serviços ou descumprimento de obrigações e responsabilidades.

3.3. Fiscalizar a execução dos serviços do objeto deste edital.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A CONTRATADA se responsabiliza pela prestação do serviço conforme determinado pelo objeto desta inexigibilidade, na data, local e horário a ser definido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sob pena de multa compensatória prevista neste contrato.

4.2. A CONTRATADA se responsabiliza pelo pagamento de taxas, impostos, deslocamento, alimentação e qualquer despesa que a proposta demandar em sua execução.

CLÁUSULA QUINTA - DA IRRETRATABILIDADE E IRREVOGABILIDADE

5.1. As partes dispõem que o presente contrato possui caráter irrevogável e irretratável, para ambas, obrigando ainda herdeiros e possíveis sucessores das pessoas jurídicas responsáveis e representantes das partes.

CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA CONTRATUAL

6.1. O não cumprimento pela CONTRATADA das cláusulas acertadas neste contrato acarretará em multa de 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, bem como devolução dos valores pagos, devidamente corrigidos à CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PERDAS E DANOS

7.1. Caso não haja cumprimento de qualquer das cláusulas do presente instrumento, a parte que der causa se responsabilizará por perdas e danos que causar à outra.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 Integra este edital o seguinte anexo:

ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO

9.2 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente edital deverão ser feitos pelos telefones (47) 3379-4628 ou (47) 3379-4624; e através dos e-mails licita@massaranduba.sc.gov.br e licitacao@massaranduba.sc.gov.br.

9.3 Ao receberem cópia deste edital, os interessados deverão deixar registrado na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

9.4 Fica a licitante ciente que a simples apresentação da documentação e proposta implicará na aceitação das condições estabelecidas neste edital.

9.5 As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, Santa Catarina, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas que se originarem da execução do presente Contrato.

9.6 E para que ninguém alegue desconhecimento, é o presente edital afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Massaranduba e no site: <https://massaranduba.atende.net/#/>

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste instrumento contratual, as partes em comum acordo elegem o foro da comarca de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

10.2. A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Sra. Cleunice Conzatti, servidora pública municipal, que exercerá rigoroso controle em relação ao presente certame, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 15 de Junho de 2018

ARMINDO SESAR TASSI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

OSVAIR ALMEIDA MATOS

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

MARCELA PRAWUTZKI	CLEUNICE CONZATTI
CPF: 198.512.038-07	CPF: 988.652.269-00

Matos Costa**PREFEITURA****HOMOLOGAÇÃO INSCRIÇÕES TESTE SELETIVO 001/2018**

Publicação N° 1656028

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

TESTE SELETIVO 001/2018, DE 16/05/2018

Cargo: Professor de Educação Física

Nº Inscrição	Nome	RG nº	Port. neces. especiais
05	ANA CAROLINE SERAFINI MIRANDA	4.980.878-8	Não

Cargo: Operador de Máquina Rodoviária– Trator

Nº Inscrição	Nome	RG nº	Port. neces. especiais
06	DANIEL ANTONIO GRABOVSKI	5.996.706	Não
01	WILLIAN HOEPFNER	6.864.854	Não
03	JORGE CASTILHO BATISTA GREGÓRIO	1.795.753	Não

Cargo: Operador de Máquina Rodoviária – Retroescavadeira

Nº Inscrição	Nome	RG nº	Port. neces. especiais
02	ROBERVAL ROGÉRIO INVERNIZZI	4008481402	Não

Cargo: Operador de Máquina Rodoviária – Motoniveladora

Nº Inscrição	Nome	RG nº	Port. neces. especiais
04	OCIMAR LERNER	4.198.787	Não

Matos Costa, 18 de junho de 2018.

PORTARIA 381/2018

Publicação N° 1657028

PORTARIA N° 381/2018 – De 18 de Junho de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a senhora TACIANE MARIELE KRAUCHUK, para ocupar o cargo de provimento em Comissão de COORDENADOR ADMINISTRATIVO DA EDUCAÇÃO.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 18 de Junho de 2018.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
AMELIA APARECIDA DA SILVA Auxiliar Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 382/2018

Publicação N° 1657035

PORTARIA N° 382/2018 – De 18 de Junho de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR por prazo determinado a Senhora JULIANA KESSIN, para ocupar o cargo de provimento em Carreira do Grupo Ocupacional do TECNICO para a categoria funcional de AUXILIAR EDUCACIONAL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de

conformidade com o Processo Seletivo nº001/2017, ficando a mesma designada para desempenhar suas funções junto as Escolas Municipais da sede do Município.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 18 de Junho de 2018.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
AMELIA APARECIDA DA SILVA Auxiliar Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 383/2018

Publicação Nº 1657040

PORTARIA Nº 383/2018 – De 18 de Junho de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ALESSANDRA DOS SANTOS, investida no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SEÇÃO, 20 (vin-
te) dias de Férias Regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a serem gozados em 40 (quarenta) dias de meio dia no
período vespertino, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 18 de Junho de 2018.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
AMELIA APARECIDA DA SILVA Auxiliar Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 384/2018

Publicação Nº 1657044

PORTARIA Nº 384/2018 – De 18 de Junho de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora GICELI CARNEIRO, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS
GERAIS na categoria funcional de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, relativas ao período aqui-
sitivo de 2017/2018, a serem gozadas entre os dias 18.06.18 a 17.07.18, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal
Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 18 de Junho de 2018.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
AMELIA APARECIDA DA SILVA Auxiliar Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 385/2018

Publicação Nº 1657046

PORTARIA Nº 385/2018 – De 18 de Junho de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora GISLAINE LEVANDOSKI, investida no cargo de provimento em Carreira, do grupo ocupacional TECNICO, na categoria funcional de TECNICO DE ENFERMAGEM SOCORRISTA, Designada para exercer a função de Agente de Endemias e do Programa de Controle da Dengue, 14 (quatorze) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 18 de Junho de 2018.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
AMELIA APARECIDA DA SILVA Auxiliar Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 386/2018

Publicação Nº 1657049

PORTARIA Nº 386/2018 – De 18 de Junho de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora TANIA APARECIDA ROSA, investida no cargo de provimento em carreira do MAGISTERIO grupo ocupacional PROFISSIONAL na categoria funcional de NUTRICIONISTA, 05 (cinco) dias de Férias Regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozados em 10 (dez) dias de meio dia no período vespertino, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 18 de Junho de 2018.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
AMELIA APARECIDA DA SILVA Auxiliar Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

PORTARIA 387/2018

Publicação Nº 1657365

PORTARIA Nº 387/2018 – De 18 de Junho de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor MARCIO DE PAULA FLEIT, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de CARPINTEIRO, 27 (vinte e sete) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 25.09.2012 a 24.09.2017 a serem gozados entre os dias 18.06.18 á 14.07.18, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 18 de Junho de 2018.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
AMELIA APARECIDA DA SILVA Auxiliar Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

Meleiro

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO DESERTA PR 007-2018

Publicação Nº 1657336

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2018

O SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DO MUNICIPIO DE MELEIRO – SAMAE, torna público para conhecimento dos interessados, conforme consta em ata, que no referido processo Pregão Presencial n.º. 007/2018, não houve comparecimento de licitantes interessados, sendo então o processo encerrado e considerado deserto.

Meleiro/SC, 18 de junho de 2018.
ELOIR CÔRNEO
Diretor do SAMAE

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N° 063-2018

Publicação Nº 1657259

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 063/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 03/07/2018 às 14:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 063/2018, objetivando a Aquisição de materiais/insumos para serem utilizados na pavimentação asfáltica da Rodovia MEL 465, conforme Proposta de Transferência n. 21191, e Programa de Transferência n. 2018007524, Projeto de Engenharia, e Termo de Referência deste Edital. A integra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371, Centro – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone (048) 3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através da disponibilização no site do município www.meleiro.sc.gov.br.

Meleiro/SC, 18 de junho de 2018.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 155-2018

Publicação Nº 1657255

PORTARIA n.º 155/2018
TRATA DA PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, a Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, a Lei nº 1443/2010 de 08 de setembro de 2010, e a Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011 e suas alterações resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º A licença maternidade da servidora CAMILA PERUCH BORTOLOTTO ARNS, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por mais 60 (sessenta) dias, conforme Lei nº 1443/2010.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Junho de 2018.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO 151/2018

Publicação Nº 1656844

Decreto nº 151/2018 de 18/06/18

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 849/2018, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 849/2018, Modalidade Pregão nº 038/2018, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto Contratação de empresa especializada para locação, manutenção, treinamento, consultoria e suporte técnico de softwares de gestão pública, para atender aos setores da administração municipal., adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
DUETO TECNOLOGIA LTDA	89.500,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Segunda-Feira, 18 de junho de 2018.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ALEXANDRO SPEROTTO

Depto. de Licitações

DECRETO 152/2018

Publicação Nº 1656846

Decreto nº 152/2018 de 18/06/18

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 948/2018, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 948/2018, Modalidade Pregão nº 042/2018, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FRACIONADA AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E HIDRÁULICOS PARA VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
IDROMOL INDUSTRIA MECÂNICA LTDA	72.375,20
GB VEÍCULOS LTDA - ME	3.944,50

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Segunda-Feira, 18 de junho de 2018.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ALEXANDRO SPEROTTO

Depto. de Licitações

DECRETO Nº 0150/2018

Publicação Nº 1656026

DECRETO Nº 150/2018 DE 15 DE JUNHO DE 2018

DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS EM DIAS DE JOGOS DO BRASIL NA COPA DO MUNDO FIFA 2018, PARA O MUNICÍPIO DE MODELO SC, CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito do Município de Modelo SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas da Lei Orgânica;

Considerando que nos horários de jogo da Seleção Brasileira de Futebol nas Copas do Mundo realizadas anteriormente, movimentam e concentram a população para assistir e prestigiar os jogos;

Considerando que os jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA de 2018 marcados para os dias 22 de junho de 2018, sexta-feira, e 27 de junho de 2018, quarta-feira, serão realizados, às 9h e às 15h no horário de Brasília;

Considerando que na hipótese de classificação para as etapas subsequentes, a Seleção Brasileira de Futebol poderá jogar em dias úteis;

Considerando a necessidade de estabelecer critérios de funcionamento das repartições públicas municipais durante a participação do Brasil no referido mundial,

DECRETA:

Art. 1º. Nos dias úteis em que estão previstos os jogos da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo FIFA 2018, excetuando-se no Departamento Municipal da Educação, o expediente das repartições públicas municipais, do Município de Modelo SC, será estabelecida a jornada em turno único e observará o disposto a seguir:

I - no dia 22 de junho de 2018, será das 12h00min às 18h00 min;

II - no dia 27 de junho de 2018, será das 7h00min às 13h00min.

§ 1º. Em caso de classificação para as etapas subsequentes, o expediente será igualmente das 07h00min às 13h00min, nos dias

que os jogos aconteceram a tarde e das 12h00min às 18h00min, no horário de Brasília, nos dias em que os jogos forem realizados de manhã, podendo ser ajustada conforme calendário de horário estabelecido para os jogos da Seleção Brasileira de Futebol.

§ 2º. Na hipótese de ocorrerem os jogos a que se refere o parágrafo 1º deste artigo, o horário de expediente será confirmado mediante aviso a ser publicado no Diário Oficial do Município.

§ 3º. Será mantido o horário normal de atendimento da rede Municipal da Educação, ensino fundamental, educação infantil e creche, podendo ser realizadas atividades especiais com os alunos, professores e servidores, para acompanhamento e assistir aos jogos da Seleção Brasileira de Futebol, Copa 2018.

Art. 3º - Poderá o Poder Executivo Municipal, os Secretários e Diretores do Município, no atendimento na necessidade, conveniência e interesse público, designar servidores para a execução dos serviços de apoio técnico, administrativo e ou operacional, e /ou de caráter emergencial, além do horário estabelecido nos dias de que trata este Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 15 de junho de 2018.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL DE MODELO

Registrado e Publicado na data supra:

Janice Martini Muller
Sec. Administração

EXTRATO DE CONTRATO Nº 158-2018 - ARBITRAGEM FUTEBOL SUÍÇO - NEUZA INES BACK

Publicação Nº 1656239

Extrato de Contrato nº 158/2018

Processo Licitatório nº 1296/2017

Pregão Presencial RP nº 052/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO, CNPJ nº 83.021.832/0001-11.

Contratada: NEUZA INES BACK - ME, CNPJ nº 28.079.063/0001-02.

Valor: R\$ 5.670,00

Assinado em: 15/06/2018

Vigente até: 31/12/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, EXECUTADO NOS CAMPEONATOS E TORNEIOS MUNICIPAIS E REGIONAIS, COMPREENDENDO FUTEBOL SUÍÇO, ATUANDO JUNTAMENTE COM O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Modelo/SC, 15 de junho de 2018.

Ricardo Luis Maldaner
Prefeito Municipal

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL PREGÃO Nº 005.2018 - FMAS

Publicação Nº 1657464

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 008/2018

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2018

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, através do F.M.A.S., torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 005/2018 - FMAS. TIPO: Menor Preço Por Lote.

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza, destinados para manutenção do Programa Frentes de Trabalho, nos termos da Lei Municipal nº 3.096 de 14 de março de 2005, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Mondaí, recursos do Município/FMAS, conforme disposições constantes no presente edital de licitação e seus anexos, com entrega parcelada, conforme solicitação, de acordo com especificações e quantidades descritas no Anexo I deste Edital, para período de 06 (seis) meses após a data da homologação. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 14h00min do dia 02 de Julho de 2018. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 14h15min do dia 02 de Julho de 2018. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. Mondaí-SC, 18 de Junho de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL PREGÃO Nº 47.2018

Publicação Nº 1657462

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2018

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 047/2018. TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: Contratação de seguro parcial de parte da frota de veículos oficiais do Município de Mondaí/SC, com cobertura contra terceiros, conforme especificações constantes no Anexo I – Especificações Técnicas, e quantitativos descritos no Anexo I-A, do edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 14h00min do dia 28 de Junho de 2018. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 14h15min do dia 28 de Junho de 2018. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br.

Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. MONDAI (SC), 18 de Junho de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

Monte Carlo

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2018

Publicação Nº 1656787

DECRETO LEGISLATIVO Nº04 DE 14 DE JUNHO DE 2018
"APROVA O PARECER DA COMISSÃO PROCESSANTE EXPEDIDO ENTORNO DO PROCESSO DE CASSAÇÃO DE MANDATO ELETIVO Nº03/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ela promulga o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO :

Art.1º. Fica aprovado integralmente e para todas as finalidades de diretito, o Parecer expedido pela Comissão Processante na data de 11 de Junho de 2018, entorno do Processo de Cassação de mandato Eletivo N 03/2018, através do qual a Comissão opinou pela continuidade da Instrução Processual.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo SC, 14 de Junho de 2018.
MARIA CRISTINA DICK RIGO
Presidente da Câmara

LUIZINHO CORDEIRO
1º Secretário

VALCEMIR ANTONIO CORDEIRO
Vice-Presidente

JOEL DE OLIVEIRA
2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/2018

Publicação Nº 1656814

DECRETO LEGISLATIVO Nº05 DE 14 DE JUNHO DE 2018
"SUSPENDE TEMPORARIAMENTE A TRAMITAÇÃO DO PROCESSO DE CASSAÇÃO DE MANDATO ELETIVO Nº 01/2018, INSTAURADO CONTRA A PREFEITA MUNICIPAL DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ela promulga o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO :

Art.1º. Fica temporariamente suspensa a tramitação do Processo de Cassação de Mandato Eletivo Nº 01/2018, instaurado contra a Prefeita Municipal de Monte Carlo Sonia Salette Vedovatto, em razão de obediência a decisão judicial proferida liminarmente nos Autos da Ação de Mandado de Segurança Nº 0301627-21.2018.8.24.0024, que tramita perante a 2º Vara da Comarca de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina.

Art.2º.A suspensão temporária de que trata o presente Decreto Legislativo, será mantida até decisão judicial em contrário e definitiva no Processo Judicial especificado no Artigo 1º deste Decreto Legislativo.

Art.3º. A suspensão temporária, não retira o direito do denunciante ou qualquer outro cidadão, de apresentar nova denúncia, ainda que sobre os mesmos fatos denunciados no processo temporariamente suspenso, consoante previsão legal contida na legislação pertinente e aplicável.

Art.4º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Art.5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo SC, 14 de Junho de 2018.
MARIA CRISTINA DICK RIGO
Presidente da Câmara

LUIZINHO CORDEIRO
1º Secretário

VALCEMIR ANTONIO CORDEIRO
Vice-Presidente

JOEL DE OLIVEIRA
2º Secretário

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 101/2018

Publicação Nº 1656620

DECRETO Nº 101/2018, em 18 de Junho de 2018.

"REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 1.835, DE 04 DE ABRIL DE 2018."

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica regulamentada a Lei Municipal nº 1.835, de 04 de Abril de 2018, nos termos que seguem por este Decreto.

Art. 2º - Este Decreto, sem prejuízo do que fora estabelecido na lei municipal, estabelece regras para a realização de "Pedágio Beneficente", sendo que todos os pedidos para reserva de datas deverão ser encaminhados à Coordenadoria do Desenvolvimento Social, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data pretendida para o evento.

Art. 3º - A realização de pedágio fica restrita à uma (01) entidade por final de semana.

Art. 4º - Nos termos do parágrafo único do artigo 5º, a organização do pedágio ficará por conta da entidade interessada, devidamente identificados seus membros participantes - através do uso de uniforme atinente -, e deverá ser amplamente divulgada, tanto na mídia geral, como através de apresentação de folders e cartazes no local que sediará o referido evento, sob pena de não autorização.

Parágrafo único- A identificação poderá ser realizada através do uso de colete, camiseta, material adesivo ou crachás, de fácil visualização e ou sinalização nas vestimentas.

Art. 5º - Serão autorizados os pedágios nos seguintes locais:

- a) Rótula próxima ao Supermercado Salvan;
- b) Rótula de acesso ao Cemitério do Município;
- c) Rótula em frente ao Posto Guglielmi;
- d) Em frente à Caixa Econômica
- e) Rua João De Rochi- Estação Cocal.

Art. 6º - A realização irregular de pedágio beneficente ou qualquer outra forma de arrecadação de valores de qualquer natureza nas vias públicas do Município de Morro da Fumaça, em prol de entidades, sem observância dos requisitos previstos nesta lei, acarretará, cumulativamente, as seguintes sanções administrativas à entidade infratora:

I - proibição de realizar pedágios beneficentes ou arrecadações de valores de qualquer natureza nas vias públicas do Município de Morro da Fumaça, pelo prazo de 01 (um) ano;

II - multa administrativa no valor de 5 UFRM;

III - suspensão do convênio celebrado com o Município pelo prazo de 01 (um) ano, sem prejuízo das sanções previstas no próprio instrumento;

IV - suspensão, pelo prazo de 01 (um) ano, dos benefícios e incentivos financeiros eventualmente concedidos pelo Município de Morro da Fumaça.

§ 1º A aplicação das sanções administrativas previstas no caput deste artigo serão precedidas de processo administrativo realizado pela Coordenadoria do Desenvolvimento Social, garantido o contraditório e a ampla defesa à entidade infratora.

§ 2º Independentemente do processo administrativo previsto no parágrafo anterior, ficam autorizados os agentes de fiscalização de Morro da Fumaça, a procederem a imediata retirada de pessoas, objetos e estruturas existentes na via pública, derivadas e vinculadas à irregular realização do pedágio descrita no caput deste artigo.

§ 3º Sem prejuízo das sanções previstas no caput deste artigo, a entidade infratora, bem como os demais envolvidos na irregularidade, estarão sujeitos à multa prevista no § 3º do art. 95, do Código de Trânsito Brasileiro, a ser processada e aplicada pelo órgão responsável.

§ 4º Os pedestres que estiverem realizando pedágio beneficente, ou qualquer outra forma de arrecadação de valores de qualquer natureza, nas vias públicas do Município de Criciúma, em prol de entidades, sem observância dos requisitos previstos nesta Lei, deverão observar as regras previstas no art. 254 do Código de Trânsito Brasileiro, sob pena de multa.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições com contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 18 de Junho de 2018.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

EDUARDO SARTOR GUOLLO

Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no site do município www.morrodafumaca.sc.gov.br

DECRETO Nº 102/2018

Publicação Nº 1656624

DECRETO Nº 102/2018, em 18 de Junho de 2018.

"REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 1.840, DE 11 DE MAIO DE 2018."

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica regulamentada a Lei Municipal nº 1.840, de 11 de Maio de 2018, nos termos que seguem por este Decreto.

Art. 2º - Este Decreto, sem prejuízo do que fora estabelecido na lei municipal, estabelece regras para a realização da Política Educacional com a temática "Educação no Trânsito", que deverá ser realizada rotineiramente nas escolas, independente da forma praticada.

Parágrafo único- Se a temática for abordada através de explanação, estas deverão ter duração de, no mínimo, 20 (vinte) minutos, sendo facultada a Direção da escola municipal a escolha da modalidade e o responsável pela abordagem do tema "educação no

trânsito", sendo admitida a substituição dos educadores por profissionais ou pessoas estranhas a escola, mas que estão diretamente ligadas ao objetivo desta lei.

Art. 3º - Fica facultado à escola municipal a realização da abordagem do tema, individualmente ou não, por turma ou séries do ensino fundamental e médio.

Art. 4º - Nas dependências das escolas municipais deverão ser afixados, permanentemente, cartazes e informativos de material referente ao comportamento seguro no trânsito.

Art. 5º - A implementação do "PROGRAMA EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO" nas escolas da rede pública do Município não retira qualquer autonomia pertinente a sua respectiva grade curricular e ao seu projeto político-pedagógico.

Parágrafo único - O projeto político-pedagógico das escolas municipais não se desviará de refletir a identidade da comunidade escolar, bem como deverá contar com a participação de todos que a integram, como diretores, professores, alunos, pais e a população interessada em geral.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições com contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 18 de Junho de 2018.
AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:
EDUARDO SARTOR GUOLLO
Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no site do município www.morrodafumaca.sc.gov.br

EDITAL DE PRORROGAÇÃO

Publicação Nº 1656741

EDITAL DE PRORROGAÇÃO

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, IX, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art.1º - PRORROGAR por mais 02 (dois) anos, o prazo de validade do Concurso Público nº 01/2016, de acordo com o disposto no artigo 37, inciso III, da Constituição Federal e artigo 104 da Lei Orgânica, para todos os cargos homologados em 29 de junho de 2016.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 18 de junho de 2018.
AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

ERRATA DO REGISTRO DE PREÇO Nº 030/2018

Publicação Nº 1656589

Morro da Fumaça. Errata do Registro de Preço Nº 030/2018. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA USO DA SECRETARIA DE SAÚDE EM SUAS ATIVIDADES/ATENDIMENTOS INDIVIDUAIS NAS UBS E EXTENSÕES E EXPOSIÇÕES QUANDO REALIZADAS EM EVENTOS PROMOVIDO PELO MUNICIPIO Altera-se o anexo 1. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzílio

Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. EDUARDO SARTOR – Secretário do Sistema Econômico.

LEI Nº. 1.847/2018

Publicação Nº 1656615

LEI Nº. 1.847/2018, de 18 de junho de 2018.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER O REPASSE DO PERCENTUAL DE 4,64% AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO OCUPANTES DO CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO E OFICIAL DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS ESCOLARES PARA ALCANCE DO PERCENTUAL DE ATUALIZAÇÃO DO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a repassar o percentual de 4,64% (quatro vírgula sessenta e quatro por cento), aos profissionais do magistério, ocupantes do cargo de Auxiliar de Ensino e Oficial Administrativo, a título de atualização salarial estabelecida pelo piso nacional.

Parágrafo Único - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o percentual referente à atualização salarial, que trata o caput, do artigo 1º, da presente Lei, retroativo ao dia 1º de abril de 2018. (Incluído pela Emenda Aditiva nº 01/2018)

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotação orçamentária municipal vigente, ficando o Poder Executivo autorizado a suplementar, se necessário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, 18 de junho de 2018.
AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
EDUARDO SARTOR GUOLLO
Secretário do Sistema Econômico

REGISTRO DE PREÇO 026/2018

Publicação Nº 1656187

Fundo Municipal de Saúde de Morro da Fumaça. Edital Pregão Presencial para Registro de Preço 026/2018. Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA USO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE SAÚDE, INCLUINDO SUAS UNIDADES DE ATENDIMENTO. Data: 29/06/2018 às 08:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. EDUARDO SARTOR – Secretário do Sistema Econômico.

REGISTRO DE PREÇO 097/2018

Publicação Nº 1656240

Município de Morro da Fumaça. Edital Pregão Presencial para Registro de Preço 097/2018. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE BANDEIRA CONICA, conforme anexo. Data: 29/06/2018 às 10:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. EDUARDO SARTOR – Secretário do Sistema Econômico.

Morro Grande

PREFEITURA

AVISO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2018 - PMMG

Publicação Nº 1657063

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA DE MORRO GRANDE, localizada a Rua Irmãos Biff, nº 50, CEP 88.925-000, Centro, Morro Grande/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que está sendo publicado o Edital de Pregão Presencial nº 11/2018, cujo objetivo é o registro de preços para a possível e futura CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE BENEFICIAMENTO DE SEIXO BRUTO "IN NATURA", VISANDO A MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E DEMAIS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE. Os envelopes contendo a proposta de preços e documentação de habilitação serão recebidos até às 08h30min do dia 03/07/2018, com abertura no mesmo dia às 09h00min, junto ao Setor de Licitações desta prefeitura. Informamos que a íntegra do Edital e seus anexos poderão ser lidos ou obtidos no endereço supracitado, no horário das 07h45min às 11h45min e das 13h00min e das 17h00min ou no site www.morro-grande.sc.gov.br. Maiores informações estarão disponíveis os telefones (48) 3544-0016 ou pelo e-mail licita@morrogrande.sc.gov.br. Valdionir Rocha - Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 22-2018 - PMMG

Publicação Nº 1656063

Contrato nº:	22/2018
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE
Contratada:	SETEP CONSTRUÇÕES S.A.
Valor:	R\$ 194.834,26
Data da Assinatura:	14/06/2018
Vigência Inicial:	14/06/2018
Vigência Final:	31/12/2018
Dotações:	(72).0602.2018.44905198; (162).0602.2018.44905198
Modalidade:	Tomada de Preços nº 4/2018
Objeto Resumido:	Contratação de obra de pavimentação asfáltica na Rodovia municipal Marlene Piazza Zuchinali do município de Morro Grande
Espécie:	Execução de Obra

EXTRATO DE CONTRATO Nº 23-2018 - PMMG

Publicação Nº 1656065

Contrato nº:	23/2018
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE
Contratada:	PRÉ-MOLDADOS PAGANI LTDA - EPP
Valor:	R\$ 208.016,24
Data da Assinatura:	15/06/2018
Vigência Inicial:	15/06/2018
Vigência Final:	31/12/2018
Dotações:	(69).0602.2018.44905198; (162).0602.2018.44905198
Modalidade:	Tomada de Preços nº 3/2018

Objeto Resumido:	Contratação de obras de pavimentação na Rodovia municipal Marlene Piazza Zuchinali e na Rua Olávio Brovedan do município de Morro Grande.
Espécie:	Execução de Obra

EXTRATO DE CONTRATO Nº 24-2018 - PMMG

Publicação Nº 1656067

Contrato nº:	24/2018
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE
Contratada:	SETEP CONSTRUÇÕES S.A.
Valor:	R\$ 365.833,99
Data da Assinatura:	15/06/2018
Vigência Inicial:	15/06/2018
Vigência Final:	31/12/2018
Dotações:	(69).0602.2018.44905198; (162).0602.2018.44905198
Modalidade:	Tomada de Preços nº 2/2018
Objeto Resumido:	Contratação de obras de pavimentação na ruas Pedro Dal Toé e Artidoro Rosso e na Rodovia municipal Marlene Piazza Zuchinali do município de Morro Grande.
Espécie:	Execução de Obra

EXTRATO DE CONTRATO Nº 25-2018 - PMMG

Publicação Nº 1656068

Contrato nº:	25/2018
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE
Contratada:	VERGINA SANTA PADILHA
Valor:	R\$ 18.783,78
Data da Assinatura:	18/06/2018
Vigência Inicial:	18/06/2018
Vigência Final:	15/12/2018
Dotações:	(44).0403.2006.33903007; (59).0403.2010.33903007
Modalidade:	Edital de Chamada Pública nº 2/2018
Objeto Resumido:	Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para atender a rede municipal de ensino infantil e fundamental do município de Morro Grande.
Espécie:	Fornecimento de bens de consumo

PORTARIA 113/2018

Publicação Nº 1657153

PORTARIA Nº 113/2018

TRATA DA CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o art. 52, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei 781/2013,

Considerando requerimento;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido férias pelo período de 30 (trinta) dias para o servidor GERMANO MILANEZ, matrícula 789, referente ao período aquisitivo 20/09/2016 a 19/09/2017;

Parágrafo único. Fica parcelado o período de férias em três etapas de 10 dias, sendo a primeira no início do gozo de férias nos dias 13/06/2018 a 22/06/2018, a segunda nos dias 11/07/2018 a 20/07/2018 e a última etapa nos dias 06/08/2018 a 15/08/2018.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Morro Grande/SC, 01 de junho de 2018.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO 16/2018 FMS

Publicação Nº 1657491

ATA 16/2018 FMS

ABERTO O CERTAME AS 9H DO DIA QUINZE DE JUNHO DE 2018, COM A PRESENÇA DA COMISSÃO PERMANENTE NOMEADA PELA PORTARIA 566/2018 PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DA CONCORRÊNCIA 16/2018 FMS COM A PARTICIPAÇÃO DA EMPRESA REDGÁS INSTALAÇÕES DE GASES INDUSTRIAIS LTDA, SE ENQUADRA COMO EPP/ME, REPRESENTADA POR EDUARDO GARCIA GUIDOTTI. APRESENTADO OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA CUMPRIU COM O EXIGIDO NO EDITAL. DANDO CONTINUIDADE FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO, ONDE VERIFICOU-SE QUE O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADO SÓ CONTEMPLA O LOTE 4 - GASES MEDICINAIS, ONDE DEVERIA APRESENTAR UM ATESTADO PARA CADA LOTE OU UM ÚNICO ATESTADO ENGLOBANDO TODOS OS LOTES. NÃO APRESENTOU O ITEM 5.4.4.1 (5.4.4.1 PARA O LOTE 3: IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE CLIMATIZAÇÃO, A CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO DEVERÁ SER DE PROFISSIONAL EM ENGENHARIA MECÂNICA, PARA ATENDIMENTO DO DISPOSTO NO ART.12 DA RESOLUÇÃO Nº 218/1973 DO CONFEA). NO APRESENTOU O CAPITAL SOCIAL MÍNIMO EQUIVALENTE A 10%\$ DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO CONFORME ITEM DO EDITAL 5.3.10 (COMPROVAÇÃO DE POSSUIR CAPITAL SOCIAL MÍNIMO EQUIVALENTE A 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, ADMITIDA A SUA ATUALIZAÇÃO PARA A DATA DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ATRAVÉS DE ÍNDICES OFICIAIS E DEMONSTRADO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE MEMÓRIA DE CÁLCULO. A COMPROVAÇÃO SERÁ OBRIGATORIAMENTE REALIZADA ATRAVÉS DA APRESENTAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL EM VIGOR E DEVIDAMENTE REGISTRADO, EM CONSONÂNCIA COM O ARTIGO 31 § 3º DA LEI 8.666/93). A FORMA DE JULGAMENTO DESTA LICITAÇÃO É GLOBAL OU SEJA INCLUI TODOS OS LOTES. SENDO ASSIM A EMPRESA FICOU INABILITADA. NÃO HÁ OUTROS LICITANTES PORTANTO ESSA LICITAÇÃO DECLARA - SE FRACASSADA. MOMENTO EM QUE SE ENCERRA A SESSÃO.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 01/2018 FUMREBOM

Publicação Nº 1657482

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 01/2018 FUMREBOM

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de refeições prontas do tipo buffet servidos nas suas dependências ou excepcionalmente entregues em marmiteix individual, para atender aos agentes que se encontram em serviço na sede da 2ª Companhia de Bombeiros Militar, através do FUMREBOM - Fundo Municipal de Reequip. Corpo de Bombeiros Militar de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 29/06/2018 até às 13h50. Abertura/envelopes: 29/06/2018 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO -- TOMADA DE PREÇO Nº 87/2018 PMN

Publicação Nº 1657469

PREFEITURA DE NAVEGANTES – TOMADA DE PREÇO 87/2018 PMN Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Tomada de preços visando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços para execução da obra de construção da 2ª etapa da creche localizada no bairro Porto Escalvados (com fornecimento de materiais), através da Secretaria de Educação do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 09/07/2018 até às 8h50. Abertura/envelopes: 09/07/2018 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

EDITAL 020-2018 - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 136/2017

Publicação Nº 1656309

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E RECEITA
DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS MOBILIÁRIOS E FISCALIZAÇÃO
Processo Administrativo nº 136/2017
Contribuinte: RICHARD JAMES TIMMERMANS

I- Baixa de atividades

O Contribuinte apresentou pedido de Baixa da Atividade (fls.2), requerendo o cancelamento da inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuintes em 24.05.2017 e, Para tanto, junta-se com o pedido de Baixa de Atividade (fl.2), comprovante de residência (fls.3), contrato de locação residencial (fls. 4-9), requerimento para Certidão Negativa de Débitos (fl.10), Certidão Negativa de Obras/Serviços (fl.11-12), contrato de prestação de serviços (fls. 13-14), cópia de contrato de locação residencial (fls.15-19), contrato de locação, cópia de identificação, cópia de Alvará de Licença e Localização 2016, comprovante de pagamentos diversos (fl.20), Relatório de Extrato do Contribuinte (fl. 21).

É essencial relatório.

Do mérito

Conforme art. 227 da LC/06 de 2002 do Município de Navegantes – Código Tributário Municipal de Navegantes – o requerimento de baixa será fiscalizado e liberado pelo fiscal competente. Mediante pagamento de todos os Tributos e multas.

Ocorre que, durante o exercício de 2016 e 2017 foi lançado o ISS fixo e, 2015, 2016 e 2017 a Taxa de Licença e Localização. Urge saber que, apesar da petição da contribuinte solicitando “baixa retroativa” (fl.2) e da documentação juntada ao processo (fls. 4-20), a relação jurídico-tributária entre o fisco de Navegantes e a Contribuinte somente se encerra com o cancelamento da inscrição municipal.

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL. INÉPCIA PARCIAL. É parcialmente inepta a apelação em que não há impugnação ou demonstração fundamentada de inconformidade sobre todos os pontos da sentença. DIREITO TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ISS. PROFISSIONAL AUTÔNOMO. ENGENHEIRO CIVIL. FATO GERADOR. FALTA DE BAIXA NA INSCRIÇÃO JUNTO AO

CADASTRO DO ISS DO MUNICÍPIO. PRESUNÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO NO PERÍODO OBJETO DA COBRANÇA. Nos termos do artigo 156, III, da CF, dispõem os Municípios de competência para instituição de imposto sobre os serviços de qualquer natureza, a serem definidos em Lei Complementar, desde que não compreendidos no artigo 155, II, do mesmo diploma legal. Tratando-se de engenheiro civil inscrito como pessoa física junto ao cadastro do ISS do Município de Tapes, por longo tempo, presume-se a prestação dos serviços e a incidência do ISS no período objeto da cobrança, tendo em vista que, enquanto não for cancelada a inscrição, permanece o vínculo jurídico entre o contribuinte e o fisco, autorizando a incidência do imposto. Ônus da prova descumprido pela parte embargante-executada, que não logrou ilidir a presunção de liquidez e certeza da dívida ativa regularmente lançada. Precedentes do TJRS. ISS. LC 118/05. (Apelação Cível Nº 70066576075, Vigésima Segunda Câmara Cível, Julgado em 23/09/2015)

O Código Tributário Municipal determina que a Taxa de Licença de e Localização independe do efetivo funcionamento e o Fato Gerador do Tributo, em caso de renovação, ocorre em 1º de janeiro:

Art. 299 - A incidência e o pagamento da taxa independem:

V - do efetivo funcionamento da atividade ou da efetiva utilização dos locais;

Art. 304 - Sendo anual o período de incidência, o fato gerador da taxa considera-se ocorrido:

II - em 1º de janeiro de cada exercício, nos anos subsequentes.

De modo análogo, o Código Tributário Municipal reza sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

Art. 275 - O imposto devido pelos prestadores de serviços sob a forma de trabalho pessoal e pelas sociedades de profissionais será lançado anualmente, considerados, para tanto, os dados declarados pelos contribuintes ao ensejo da sua inscrição no cadastro próprio.

§ 1º - Para fins deste artigo, considera-se ocorrido o fato gerador do imposto:

I - A 1º de janeiro de cada exercício, no tocante aos contribuintes já inscritos no exercício anterior;

CONCLUSÃO

Ante exposto, INDEFIRO pedido de baixa retroativa, visto que não há previsão legal no ordenamento jurídico de Navegantes. A baixa de atividades fica condicionada ao pagamento de todos os Tributos por verificar a materialização da hipótese de incidência nos termos dos artigos 275, 299 e 304 da LC 06/2002 de Navegantes. Procede-se a suspensão do cadastro do Contribuinte, RICHARD JAMES TIMMERMANS, visto a alteração de endereço.

É o parecer, s.m.j.

Navegantes, 18 de junho de 2018.

MARLLON VIEIRA DE OLIVEIRA
AUDITOR FISCAL

Nova Erechim

PREFEITURA

DECRETO 113/2018 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 1656363

DECRETO Nº 113, de 12 de Junho de 2018.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1851, de 28 de Novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no valor de R\$10.000,00 (Dez mil reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	07	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	
Unidade	01	Fundo Municipal Agropecuário	
Função	20	Agricultura	
Subfunção	606	Extensão Rural	
Programa	0017	Produtor Rural Assistido	
Atividade	2037	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$10.000,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	07	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	
Unidade	01	Fundo Municipal Agropecuário	
Função	20	Agricultura	
Subfunção	606	Extensão Rural	
Programa	0017	Produtor Rural Assistido	
Atividade	2037	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$10.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 12 de Junho de 2018.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

LEANDRO DA SILVA

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 114/2018 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 1656365

	Estado de Santa Catarina Município de Nova Erechim Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68 Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº de 114 de 12 de Junho de 2018.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1851, de 28 de Novembro 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no valor de R\$29.203,54 (Vinte e nove mil, duzentos e três reais e cinquenta e quatro centavos) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	08	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	08	Assistência Social	
Sub-função	244	Assistência Comunitária	
Programa	0018	ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	
Atividade	2043	MANUT. DO BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.1935	R\$29.203,54

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrem do provável excesso de arrecadação da fonte 1935 AFM Assistência Social

Conforme art. 5º § 1º inciso I da Lei Orçamentária nº1851/2017 e art. 7º da Lei Federal nº4.320/64.

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 12 de Junho de 2018.

NÉDIO ANTONIO CASSOL
Prefeito Municipal

LEANDRO DA SILVA
Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 115/2018 CONTRATAÇÃO RENAN CORREA KOLLING

Publicação Nº 1656203

DECRETO nº 115, de 18 de junho de 2018.

Dispõe sobre a nomeação de Professor, por tempo determinado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei nº 885/97, de 19 de dezembro de 1997, combinada com a Lei Complementar 109/15, de 23 de junho de 2015, e alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º Fica contratado o Sr. RENAN CORREA KOLLING, para ocupar o cargo de PROFESSOR MAG 1, admitido em Caráter Temporário, para atuar no Escola Reunida Professora "Lydia Franzon Dondini", em vaga vinculada, em face da licença prêmio do professor titular Wanderlei José Schuh, no período de 18.06.2018 a 17.07.2018, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, percebendo a remuneração fixada em R\$ 1.841,51, da Lei Complementar nº 109/15, de 23 de junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 18 de junho de 2018.

NÉDIO ANTONIO CASSOL
Prefeito Municipal

PORTARIA 045/2018 FÉRIAS VILSON SOLIVO

Publicação Nº 1656205

PORTARIA nº 045, de 18 de junho de 2018.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 61 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO:

Que conforme prevê o artigo 59 da Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 15 (quinze) dias de Férias para o Servidor Municipal VILSON SOLIVO, Matrícula 3603/01, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a ser usufruída no período de 18.06.2018 a 02.07.2018, referente ao período 14.06.2017 a 13.06.2018.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 18 de junho de 2018.
NÉDIO ANTONIO CASSOL
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018 EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CURATIVOS ESPECIAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 1656942

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018

Nélio Antônio Cassol, Prefeito Municipal de Nova Erechim/SC, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CURATIVOS ESPECIAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC. A abertura dos envelopes acontecerá às 14h15min do dia 28 de junho de 2018, junto a Secretaria Municipal da Administração, sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3100, no Município de Nova Erechim/SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou e-mail licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 18 de junho de 2018.
NÉDIO ANTÔNIO CASSOL
Prefeito Municipal

Município de Nova Erechim
Publicado no Mural Público
em __/__/__ a __/__/__

Nova Itaberaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 102-2018 PREGÃO 41-2018

Publicação Nº 1657348

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO de Nova Itaberaba

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão

Processo Adm. Nº.: 102/2018

Edital: Pregão Nº.: 41/2018

Tipo: Menor preço / Unitário

Objeto: Aquisição de Trator Agrícola Novo de Pneus com tração 4x4, ano 2018 ou posterior, com comando hidráulico duplo com 4 tomadas na traseira, com motor diesel de 4 cilindros, com potência mínima de 84 CV, sistema de levante hidráulico original de no mínimo 2.650 Kg, Transmissão sincronizada, sistema de bloqueio de diferencial, Marchas a frente de no mínimo 10, marchas a ré de no mínimo 4 velocidades (originais), peso da máquina de no mínimo 4500 kg, refrigeração a água, freio de estacionamento, direção hidráulica ou hidrostática, Painel de instrumentos com conta-giros, com horímetro, luzes indicadoras de direção, indicador de pressão de óleo, indicador do nível de combustível, indicador de temperatura, Tomada de força de 2 velocidades, contrapesos frontal e traseiros, Capota protetora, Arco de segurança, Faróis dianteiros e lanternas traseiras, alarme de marcha ré. Garantia mínima de 1 ano. Recursos do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, convênio Siconv 871.172/2018, Contrato de Repasse Processo nº 1055015-46/2018.

Entrega dos Envelopes: 13:30 horas do dia 28 de junho de 2018.

Local de Entrega dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.

Abertura dos Envelopes: 13:30 horas do dia 28 de junho de 2018.

Local de Abertura dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua José Marocco nº 2226, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3327 0066.

A licitação será regida pela Lei Nº 10.520/2002 e supletivamente pela Lei Nº 8.666/93.

NOVA ITABERABA, 18 de junho de 2018

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 123-2018

Publicação Nº 1657349

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 123/2018, de 18/06/18

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba

CONTRATADO: ZANCHI COMÉRCIO VARJ. DE MAT. DE CONSTR. LTDA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ADEQUAÇÃO DE ACESSIBILIDADE, COM CONSTRUÇÃO DE RAMPA E BANHEIRO PNE, NAS DEPENDÊNCIAS DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 6.890,00 (seis mil oitocentos e noventa reais)

AMPARO LEGAL Convite nº 95/2018, Lei nº 10.520/02 e

Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 107/2018 - CONVOCA APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2018

Publicação Nº 1655977

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 107/2018

convoca aprovado no PROCESSO SELETIVO Nº 002/2018, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências. O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, LUIZ CARLOS ORSI, uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA: Art. 1º – Fica convocado o candidato classificado nominado no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, nos dias 20, 21 e 22 de junho de 2018, no período compreendido entre 07horas e 13horas, munidos da documentação abaixo relacionada (original e cópia):

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação – Categoria "D" ou Superior.

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Comprovante de Residência atualizado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral, custeado pelo convocado;

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);

XIV – Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);

XV – Comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 18 de junho de 2018.

LUIZ CARLOS ORSI
Secretário Municipal de EducaçãoJUCELINO MARINO CHINI
Secretário Municipal Administração e FinançasPREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITOANEXO I
(Decreto nº 106/2018)

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Classificação	Nome completo
6º	IVONE GANDIN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

(Decreto nº 107/2018)

Exmo. Senhor
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação
Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,
....., portador (a) do
RG nº e CPF nº
....., Candidato(a) naª posição do Processo Seletivo
- Edital nº , inscrição nº , para o cargo
de , pela Prefeitura Municipal de
Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA
à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto
nº , publicado no Diário Oficial dos Municípios de
...../...../..... .

Nova Trento, de de 2018.

Assinatura

DECRETO Nº 108/2018 - CONVOCA APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017

Publicação Nº 1655985

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 108/2018

convoca aprovados no PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências. O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, LUIZ CARLOS ORSI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA: Art. 1º – Fica convocado o candidato classificado nominado no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, nos dias 20, 21 e 22 de junho de 2018, no período compreendido entre 07horas e 13horas, munido da documentação abaixo relacionada (ORIGINAL E CÓPIA):

I – 01 (uma) foto 3/4;
II – Carteira de Identidade;
III – CPF;
IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida (se for o caso);
V – Título Eleitoral;
VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;
VII – Inscrição no PIS/PASEP;
VIII – Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);
IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);
X – Comprovante de Residência atualizado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral, custeado pelo convocado;
XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;
XIII – Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);
XIV – Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);
XV – Comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);
XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;
XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);
Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 18 de junho de 2018.

LUIZ CARLOS ORSI
Secretário Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I
(Decreto nº 108/2018)

CARGO: ATENDENTE DE CRECHE

Classificação	Nome completo
14º	MARIA HELENA PEREIRA DA SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

(Decreto nº 108/2018)

Ilmo. Senhor
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,, portador (a) do
RG nº e CPF nº
....., Candidato(a) naª posição do Processo Seletivo
- Edital nº, inscrição nº, para o cargo

de, pela Prefeitura Municipal de Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº, publicado no Diário Oficial dos Municípios de/...../......

Nova Trento, de de 2018.

Assinatura

DECRETO Nº 109/2018 - CONVOCA APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

Publicação Nº 1656019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 109/2018

convoca aprovadoS no concurso público 002/2015 DE 09/06/2015 para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos classificados nominado no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, dos dias 20 de junho de 2018 a 02 de julho de 2018 (exceto no dia 26 de junho), no horário compreendido entre 07h às 13h, munido da documentação (cópia e original) abaixo relacionada, observado o grau de instrução do respectivo cargo:

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida, se for o caso;

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão atualizada de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Comprovante de Residência atual;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, homologado pela junta médica oficial do município, após a apreciação dos exames e demais documentos, custeado pelo convocado (Anexo II);

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Quitação do Serviço Militar Obrigatório, se for o caso;

XIV – Cópia autenticada do Diploma (Ensino Fundamental/ Ensino Médio/ Curso Técnico/ Graduação/ Pós-Graduação/ Mestrado) em conformidade com área que irá atuar;

XV – Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou distrital do domicílio do candidato, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência

de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 18 de junho de 2018.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

JUCELINO MARINO CHINI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I
(Decreto nº 109/2018)

CARGO: ATENDENTE DE CRECHE

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
61º	754	CAROLINA CASAGRANDE
62º	219	SANDRA REGINA CIM CADORA
63º	29	RAQUEL JORDANA DOS SANTOS DORNELLES
64º	70	ELER FRANZOI
65º	171	MARIA APARECIDA LOPES DE SOUZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO II – EXAMES MÉDICOS
(Decreto nº 109/2018)

CARGO	EXAMES
ATENDENTE DE CRECHE	RAIO-X DE COLUNA LOMBO SACRA AP/PE COM LAUDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
GABINETE

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA
(Decreto nº 109/2018)

Exmo. Senhor
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,, portador (a) do
RG nº e CPF nº
....., Candidato(a) naª posição do Concurso Público
- Edital nº, inscrição nº, para o cargo
de, pela Prefeitura Municipal de
Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA
à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto
nº, publicado no Diário Oficial dos Municípios de
...../...../.....
Nova Trento, de de 2018.

Assinatura

PROCESSO Nº 068/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2018

Publicação Nº 1656308

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 068/2018 – Pregão Presencial nº 045/2018
Objeto: Aquisição de 02 (dois) Veículos novos (Zero Quilômetro), ano/modelo 2018/2018, para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social e Habitação, com as características técnicas constantes no anexo I deste edital. Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: até as 8:40 do dia 29/06/2018 e Abertura das Propostas: as 09:00 horas do dia 29/06/2018. Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267-3211/3213 – compras@novatrento.sc.gov.br
Gian Francesco Voltolini
Prefeito

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2018

Publicação Nº 1656329

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 40/2018 - PR
CNPJ: 08.858.200/0001-91 RUA NEREU RAMOS, 164 C.E.P.: 88270-000 - Nova Trento - SC	Processo Administrativo: 62/2018 Processo de Licitação: 62/2018 Data do Processo: 16/05/2018
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

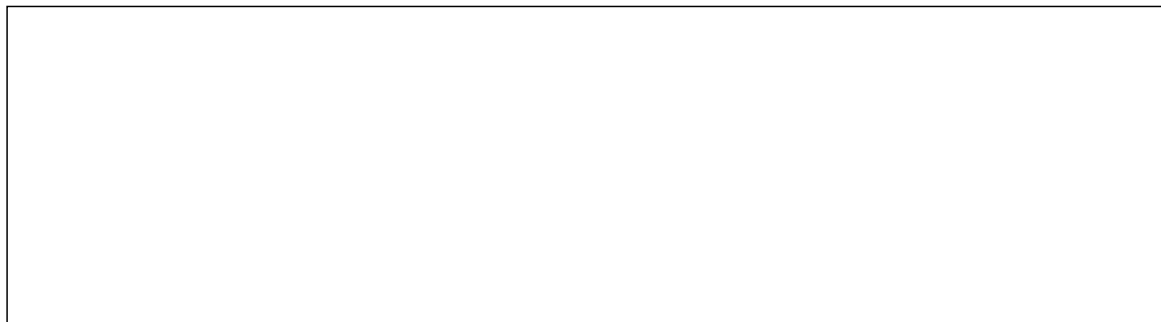
O(a) Prefeito, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 62/2018
b) Licitação Nr.: 40/2018-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 18/06/2018
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação COMPRA DE MATERIAIS DE REABILITAÇÃO PARA USO DOS PROFISSIONAIS DO NÚCLEO DE APOIO A FAMÍLIA – NASF DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME CARACTERÍSTICAS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO ANEXO I.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>(em Reais R\$)</u> <u>Total dos Itens</u>
- 010931 - D & MZ COMERCIO DE LIVROS E FORMULARIOS LTDA	8	0,0000	4.713,00
- 010932 - REGIS COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA	47	0,0000	15.649,00
- 010930 - TECNOLAR LTDA	2	0,0000	455,00
	57		20.817,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).



Nova Veneza

PREFEITURA

DECRETO 208 DE 03 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1657164

DECRETO N.º 208, DE 03 DE MAIO DE 2018.

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, da Lei Municipal n.º 2.308, de 29 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução n.º 010/CMDCA/2018, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, datada de 03 de maio de 2018, que dispõe sobre a aprovação da utilização de recursos do FIA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 03 de maio de 2018.

ROGERIO JOSE FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 03 de maio de 2018.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO 219 DE 22 DE MAIO DE 2018

Publicação Nº 1657165

DECRETO N.º 219, DE 22 DE MAIO DE 2018.

"ABRE AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 15.000,00, POR CONTA DA ANULAÇÃO DE SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 8º, inciso III, da Lei Municipal n.º 2.593, de 27 de outubro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.593, de 27 de outubro de 2017), em favor da Secretaria Municipal de Assistência Social, crédito suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), por conta da anulação de saldos de dotações orçamentárias (transposição), para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 14: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade 01: Secretaria de Assistência Social

Proj./Ativ. 2.034 Manutenção dos Programas de Atenção Social Básica

Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0728 (12) – Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 14: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade 01: Secretaria de Assistência Social

Proj./Ativ. 2.034 Manutenção dos Programas de Atenção Social Básica

Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 0728 (14) – Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

TOTAL:
..... R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 22 de maio de 2018.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 22 de maio de 2018.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO 2.440

Publicação Nº 1656158

DECRETO Nº 2.440 de 18 de junho de 2018.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE PARA PROCESSAR E JULGAR AS LICITAÇÕES DO EXERCÍCIO DE 2018

LUIZ DARCI ZAFFARI, Prefeito Municipal em Exercício de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo art. 51 Lei Federal 8.666/93, com suas atualizações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Especial para processar e julgar as licitações do exercício de 2018, assim definida

IDINARA CRISTINA MASSUCO – Presidente

AIMAR FRANCISCO PAVELECINI – Membro

SILVANI ZILIO MOSCHEN - Membro

DIANA DE ALMEIDA SANAGIOTTO - Suplente

Art. 2º - Aos trabalhos realizados pelos pregoeiros agora nomeados, não caberão nenhum adicional financeiro, por se tratar de relevantes serviços públicos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 2.389 de 02 de janeiro de 2018

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC,

em 18 de junho de 2018.

LUIZ DARCI ZAFFARI

Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e

Publique-se

DECRETO 2.441

Publicação Nº 1656160

DECRETO Nº 2.441 de 18 de junho de 2018.

NOMEIA PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO PARA PROCESSAR E JULGAR AS LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO NO PERÍODO DE 02 DE JULHO Á 31 DE JULHO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ DARCI ZAFFARI, Prefeito Municipal em Exercício de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado pela Lei Federal 10.520/2002, com suas atualizações,

CONSIDERANDO: Que a Pregoeira Oficial do Município Sra. IDINARA CRISTINA MASSUCO, estará gozando de férias no período de 02 de Julho a 31 de Julho de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada como Pregoeira Oficial do Município a Sra. SILVANI ZILIO MOSCHEN, para coordenar, processar e julgar as licitações na modalidade de pregão para no período de 02 de Julho a 31 de Julho de 2018.

Art. 2º - Aos trabalhos realizados pelo pregoeiro agora nomeado, não caberão nenhum adicional financeiro, por se tratar de relevantes serviços públicos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Julho de 2018

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC,

em 18 de julho de 2018.

LUIZ DARCI ZAFFARI

Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e

Publique-se

PORTARIA 051

Publicação Nº 1656045

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.
Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000
Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

PORTARIA Nº 051, de 18 de Junho de 2018.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE AULAS EXCEDENTES PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ DARCI ZAFFARI, Prefeito Municipal em Exercício de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal 026/2003 e Lei Complementar 042/2012,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas horas aula excedente para os servidor público municipal abaixo mencionado:

Nome	Cargo	Matrícula	Nº de aulas excedentes	Vigência
Ritali Fillipini Santian	Professor de Ensino religioso	857/01	01	11/06/2018 até o término do ano letivo

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de junho de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC,

Em 18 de junho de 2018.

LUIZ DARCI ZAFFARI

Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se

Publique-se

PORTARIA 052

Publicação Nº 1656360

PORTARIA nº 052 de 18 de Junho de 2018.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ DARCI ZAFFARI, Prefeito Municipal em Exercício de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 55, inciso IX da Lei Orgânica Municipal e amparado pelos artigos 71, inciso IV e 75 da Lei Complementar Municipal nº 024/2003,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio à servidora pública municipal PERLA B. BRUM, Matrícula 59/01, ocupante do cargo de Auxiliar de florestais, lotado na Secretária de Agricultura e Meio Ambiente, pelo período aquisitivo de 05/01/2009 à 04/01/2014, que usufruirá de 02 a 31 de Julho de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC,

Em 18 de Junho de 2018.

LUIZ DARCI ZAFFARI

Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e

Publique-se

Aimar Francisco Pavelecini

Secretario SAF

PORTÁRIA 050

Publicação Nº 1655984

PORTARIA nº 050 de 18 de Junho de 2018

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ DARCI ZAFFARI, prefeito municipal em Exercício de Novo Horizonte do estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Capítulo III - Art. 64, 66, 68 e artigo 70 e parágrafo único da lei Complementar 024/2003;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias aos Servidores Municipais abaixo nominados:

Servidor	Matrícula	P. aquisitivo	P. cessão
Idinara Cristina Massuco	368/01	23/04/2017 a 22/04/2018	01/07/2018 a 31/07/2018
Paulo Muraro	299/01	02/01/2017 a 01/01/2018	01/07/2018 a 31/07/2018
Melânia Fábila Sandrini Henrique	805/01	01/03/2017 a 28/02/2018	01/07/2018 a 31/07/2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do dia 02/07/2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC,

Em 18 de Junho de 2018

LUIZ DARCI ZAFFARI

Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e

Publique-se.

Orleans

PREFEITURA

CONTRATO Nº 67/2018 PREFEITURA

Publicação Nº 1656617

Contrato Nº.: 67/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada....: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA

Valor : 879.713,61 (oitocentos e setenta e nove mil setecentos e treze reais e sessenta e um centavos)

Vigência : Início: 18/06/2018 Término: 18/11/2018

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2018

Recursos : Dotação: 1.011.4.4.90.00.00.00.00 (111), 1.011.4.4.90.00.00.00.00 (113)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO E REURBANIZAÇÃO DA RUA EDGAR CUNHA - ACESSO A SC 390, CONFORME CONVÊNIO Nº 2017TR001607 QUE CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E O MUNICÍPIO DE ORLEANS.

Orleans, 18 de Junho de 2018

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

Ouro

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO ADITIVO DE PRAZO E VALOR Nº 02/2018

Publicação Nº 1656757

EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO E VALOR Nº 02 / 2018

ADITIVO Nº 02 / 2018 AO CONTRATO Nº 01 / 2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01 / 2016

DISPENSA Nº 01 / 2016

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE OURO

CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA.

ADITIVO DE PRAZO: Prorrogação por 01 (um) ano, com início em 01 de janeiro de 2018 e término em 31 de dezembro de 2018.

ADITIVO DE VALOR: R\$ 3.024,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: artigo 57, inciso II, da Lei nº 8666.

DATA DE ASSINATURA: 01/12/2017

Claudir Duarte

PRESIDENTE

Paial

PREFEITURA

PROCESSO 26-2018 - PP 16 RETROESCAVADEIRA

Publicação N° 1656593

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 026/2018
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 016/2018

O Prefeito Municipal de Paial - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 02 de Julho de 2018, para AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA NOVA PARA AUXILIO NAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE AGRICULTURA, com quantitativos e especificações técnicas estabelecidos nos termos do presente Edital e no Termo de Referência - deste Edital. As propostas serão recebidas até às 08h30min do dia 02 de Junho de 2018 e abertas às 08h35min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.paial.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente no Setor de Compras e Licitações e pelo telefone (49) 3451-0045. Paial - SC, 18 de Junho de 2018.

NEVIO ANTONIO MORTARI
Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 2210/2018.

Publicação Nº 1656636

PORTARIA Nº. 2210/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora PAULO FERNANDO MAGNI, matrícula nº. 800736-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 11/05/2018, de acordo com às folhas 05.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2211/2018.

Publicação Nº 1656637

PORTARIA Nº. 2211/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora LENIR HILTA DA SILVA matrícula nº. 800363-1, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 01 (um) ano a contar de 11/05/2018, de acordo com às folhas 52.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2212/2018.

Publicação Nº 1656638

PORTARIA Nº. 2212/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR SABRINA VIANA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ciências, no (a) EB Professora Antonieta Silveira de Souza, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 13/04/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Anabelle Barroso, que se encontra exercendo suas funções junto a SME.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2213/2018.

Publicação Nº 1656639

PORTARIA Nº. 2213/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR MARCIO MURILO DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Chamada Pública nº. 001/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Matemática, no (a) EB Nossa Senhora de Fátima, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da

Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/04/2018 a 14/12/2018. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2214/2018.

Publicação Nº 1656641

PORTARIA Nº. 2214/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR ANA PAULA PEIXOTO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Chamada Pública nº. 003/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Língua Portuguesa, no (a) E.B. Abílio Manoel de Abreu, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 11/04/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Juliana Toazza Grossi, que pediu exoneração.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2215/2018.

Publicação Nº 1656644

PORTARIA Nº. 2215/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR MANOEL DOS SANTOS JUNIOR, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) EB Guilherme W. Filho, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais,

com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 05/04/2018 a 13/05/2018, face ao impedimento da titular Cristina Brust, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2216/2018.

Publicação Nº 1656647

PORTARIA Nº. 2216/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR GILIARD LEHMKUHL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) EB Guilherme W. Filho, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 12/04/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Paulo de Lima Nedel, que se encontra em PAD.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2217/2018.

Publicação Nº 1656649

PORTARIA Nº. 2217/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JOSE CARLOS DO NASCIMENTO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/SME/2017, para ocupar o cargo de Artífice com 40 (quarenta) horas/semanais,

do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 05/04/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2218/2018.

Publicação Nº 1656650

PORTARIA Nº. 2218/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JAIR RODRIGUEZ, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/SME/2017, para ocupar o cargo de Artífice com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Frei Damião da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 03/04/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2219/2018.

Publicação Nº 1656652

PORTARIA Nº. 2219/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR JOECI DE OLIVEIRA JUNIOR, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina História, no (a) G.E. Francisca Farias da Costa, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 23/04/2018 a 14/12/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2220/2018.

Publicação Nº 1656655

PORTARIA Nº. 2220/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JOSIANE DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/SME/2017, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Criança Esperança, da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 25/04/2018 a 18/05/2018, face ao impedimento da titular Rosilda Alves, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 066-2018

Publicação Nº 1657220

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2018

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 29 de junho de 2018, às 14h00min, na Sala da Secretaria de Administração, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0066/2018, que tem como objeto a aquisição de Retroescavadeira, Minicarregadeira, Motoniveladora e Escavadeira Hidráulica para atender os serviços operacionais da Secretaria de Planejamento e Infraestrutura e Saneamento do município de Palhoça - SC, conforme discriminado no anexo I e II (Termo de Referência). O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 19h00min, de segunda à sexta, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 18 de junho de 2018. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2018

Publicação Nº 1657484

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2018

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 29 de junho de 2018, às 09h00min, na Sala da Secretaria de Administração, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 67/2018, que tem como objeto a aquisição de roçadeira, trator agrícola, tratores cortador de grama para utilização na limpeza urbana em locais de extrema dificuldade em diversas áreas do município de Palhoça - SC, conforme especificação contida nos anexos. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 19h00min, de segunda à sexta, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br. Palhoça, 18 de junho de 2018. PREGOEIRO.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2018

Publicação Nº 1657466

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2018

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 29 de junho de 2018, às 14h00min, na Sala da Secretaria de Administração, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 68/2018, que tem como objeto a aquisição de veículo motor tipo utilitário, caçamba, carretinha para mini escavadeira e caminhões tipo cargo, para atender as necessidades no transporte de funcionários e no transporte de materiais pesados retirados após execução de limpeza de vias públicas em diversas áreas do município de Palhoça - SC, conforme especificação contida nos anexos. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 19h00min, de segunda à sexta, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br. Palhoça, 18 de junho de 2018. PREGOEIRO.

AVISO DE REVOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 59/2018

Publicação Nº 1657396

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE REVOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 59/2018 - CONTRATO Nº 107/2018

O Município de Palhoça torna público que fica REVOGADO o Processo de Dispensa de Licitação nº 59/2018 e seu Contrato nº 107/2018, conforme Justificativa da Secretária de Administração de fls. 71, bem como Parecer Jurídico nº 1272/2018. O objeto da respectiva contratação trata-se de prestação de serviços de assistência à saúde aos servidores ativos, inativos, pensionistas, assim como seus dependentes da administração direta, autarquias e fundações de quaisquer dos poderes do município, conforme adesão feita através do Convênio nº 02/2018/SEA/PMP, parte integrante deste contrato. A revogação se dá devido ao fato de que Convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por

órgãos e entidades da Administração são aplicados através do art. 116 da Lei 8.666/93, ou seja, não necessitam de nenhum outro instrumento de regularização. Portanto, ao se criar a dispensa de licitação, obteve-se duas formas distintas de controle formal do objeto, o que causaria insegurança de interpretação contratual. Palhoça, 18 de Junho de 2018.
Camilo Nazareno Pagani Martins
Prefeito Municipal

PORTARIA 43

Publicação Nº 1657558

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: www.palhoca.scv.gov.br

PORTARIA Nº 43/2018

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar nº. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

Considerando o memorando nº 31.272/2018 da Secretaria Municipal de Saúde

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como argüido o servidor público A.F.C nos termos do art. 231, 233 e 235 da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010, haja vista que o servidor supostamente, demonstra Inassiduidade, inassiduidade habitual e ineficiência desidiosa no exercício de suas funções.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que vão a seguir individuados:

A) ROSI MARIA VARELLA – mat. 800786- Presidente
B) RENATA ANSELMO MAFRA COELHO - mat. 129290 – Secretária
C) JOZIANI FARIAS PEREIRA - mat. 801457 – Membro

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça - SC, em 14 de junho de 2018.

Cristina Schwinden Schmidt
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 2200/2018.

Publicação Nº 1656618

PORTARIA Nº. 2200/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para OSNI SCHVAMBACH, matrícula nº. 500409-1, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 15/03/2009 a 15/03/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 07/05/2018 à 07/06/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2201/2018.

Publicação Nº 1656622

PORTARIA Nº. 2201/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA DO CARMO MIRANDA, matrícula nº. 800068-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 15/06/2012 a 15/06/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 02/05/2018 à 02/06/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2202/2018.

Publicação Nº 1656623

PORTARIA Nº. 2202/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANGELA MARIA COELHO, matrícula nº. 400012-1, titular do cargo de Agente de Saúde Pública, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2003 a 01/06/2008, por 01 (um) mês e referente ao quinquênio de 01/06/2008 a 01/06/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 25/05/2018 à 25/07/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2203/2018.

Publicação Nº 1656625

PORTARIA Nº. 2203/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DELMO JACI SOTERO, matrícula nº. 500448-1, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 23/05/2000 a 23/05/2005, por 01 (um) mês e referente ao quinquênio de 23/05/2005 a 23/05/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 03/05/2018 à 03/07/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2204/2018.

Publicação Nº 1656626

PORTARIA Nº. 2204/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar Produtividade de Diretor Escolar do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, de acordo com a Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de maio de 2018.

ANEXO I

Matricula	Coordenador	DE	PARA	Unidade
210465-14	Márcia Maria Schlemper de Espindola	R\$ 1.450,00	R\$ 2.000,00	Coordenador CEI Maricota

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2205/2018.

Publicação Nº 1656628

PORTARIA Nº. 2205/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO FERNANDA HELENA PEREIRA, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/05/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.
ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2206/2018.

Publicação Nº 1656629

PORTARIA Nº. 2206/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1784 de 02 abril de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora CLEUSA MEURER, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 16/05/2018 a 17/07/2018, face ao impedimento da titular Dilma Catarina Dal Bosco, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.
SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2207/2018.

Publicação Nº 1656630

PORTARIA Nº. 2207/2018.

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Lucia Correia Marques de Miranda Moreira	16	24	02/05/2018 a 14/12/2018

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

FÁBIO HENRIQUE PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2208/2018.

Publicação Nº 1656632

PORTARIA Nº. 2208/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para MARCOS PAULO COSTA, titular do cargo de Socorrista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de julho de 2015.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2209/2018.

Publicação Nº 1656633

PORTARIA Nº. 2209/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de maio de 2018.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
800568-1	Walmira Poluceno Miranda	R\$ 300,00

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2221/2018.

Publicação Nº 1656656

PORTARIA Nº. 2221/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO THAIS CAROLINE DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/SME/2017, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Voo Livre, da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 12/04/2018 a 12/07/2018, face ao impedimento da titular Eli Regina Fernandes, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2222/2018.

Publicação Nº 1656657

PORTARIA Nº. 2222/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LUCIANI DE MORAES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/SME/2017, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Dona Maricota, da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 04/04/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Adriana da Silva Nascimento, que se encontra em LM.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2223/2018.

Publicação Nº 1656659

PORTARIA Nº. 2223/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO PAULA REGINA DE ESPINDOLA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/SME/2017, para ocupar o cargo de ASO com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da CEI Professora Inês Marta da Silva, da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 09/04/2018 a 14/12/2018. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2224/2018.

Publicação Nº 1656660

PORTARIA Nº. 2224/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, LUCI JANICE ROSA, Matrícula nº. 3761946-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 15/05/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2225/2018.

Publicação Nº 1656661

PORTARIA Nº. 2225/2018.

EDSON GHIZONI, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADRIANA MARTINS RECKZIEGEL, matrícula nº. 200002-1, titular do cargo de Auditor Fiscal de Obras e Postura, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 04/04/2006 a 04/04/2011, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 17/05/2018 à 17/06/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

EDSON GHIZONI
Secretário de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2226/2018.

Publicação Nº 1656662

PORTARIA Nº. 2226/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR ARIANE MARTINS VIEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Projeto Gestão da Alfabetização, no (a) GE Professora Terezinha Maria Espindola Martins, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/05/2018 a 07/07/2018, face ao impedimento da titular Roseli Lourdes Macario, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2227/2018.

Publicação Nº 1656665

PORTARIA Nº. 2227/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIA PAULA FAUSTINO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Guilherme W. Filho, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/05/2018 a 30/06/2018, face ao impedimento da titular Andreia Terezinha Schmitt Assunção, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2228/2018.

Publicação Nº 1656666

PORTARIA Nº. 2228/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JOEL DA SILVA RODRIGUES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 010/2017, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA – Unidade de Pronto Atendimento da Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/05/2018 a 01/05/2019.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2229/2018.

Publicação Nº 1656669

PORTARIA Nº. 2229/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LEONARDO BESERRA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/2017, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde Enseada do Brito da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 21/05/2018 a 21/05/2019.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2230/2018.

Publicação Nº 1656670

PORTARIA Nº. 2230/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o Artigo 90, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Pelo período de
Maria Jaqueline Biff Kloch	40	20	15/05/2018 a 14/12/2018
Priscila Gevaerd Lucas	20	40	16/05/2018 a 14/12/2018
Queide Carina Tridapalli Lopes	20	40	16/05/2018 a 14/12/2018

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2231/2018.

Publicação Nº 1656671

PORTARIA Nº. 2231/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2045 de 13 abril de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ELIANE AMANCIO MARANHÃO, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 11/05/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Iraci da Luz Fernandes, que se encontra em LM.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2232/2018.

Publicação Nº 1656672

PORTARIA Nº. 2232/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO RAQUEL FERREIRA JOSE, de acordo com a Lei nº. 221, de 15 de junho de 2016, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2017, para ocupar o cargo de Médico Plantonista, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/05/2018 a 02/05/2019.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2233/2018.

Publicação Nº 1656673

PORTARIA Nº. 2233/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO PAMELLA PRISCILLA DA SILVA RANGEL,

titular do cargo de Enfermeiro, Matrícula nº. 3745150-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/05/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2234/2018.

Publicação Nº 1656675

PORTARIA Nº. 2234/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, NAPOLEÃO DO CARMO PORTELA, Matrícula nº. 210624-9, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 16/05/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2235/2018.

Publicação Nº 1656676

PORTARIA Nº. 2235/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JOANA VANGESLITA MONGELO, Matrícula nº. 3762044-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 15/05/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2236/2018.

Publicação Nº 1656677

PORTARIA Nº. 2236/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JANETE DE ALMEIDA E SILVA SCHEIDT, Matrícula nº. 3761695-2, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 16/05/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal de Palhoça

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2237/2018.

Publicação Nº 1656679

PORTARIA Nº. 2237/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de maio de 2018.

ANEXO I

Matricula	Servidor	DE
3761920-2	Bruna Valeria Dall Acqua	R\$ 223,00
3762414-1	Deborah Crsitina da Silva Menezes	R\$ 144,00
3762196-1	Enelice Terezinha de Souza e Silva	R\$ 223,00
3760977-3	Lucia Helena Victorino Vila Nova	R\$ 223,00
3762408-1	Marcelo Marques	R\$ 150,00
3762343-1	Mayara de Oliveira Bastos	R\$ 223,00
401973-6	Michele Ariana da Silva	R\$ 223,00
402311-8	Patrícia de Medeiros Ferreira	R\$ 223,00
402344-4	Tatiana de Borba	R\$ 223,00

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2238/2018.

Publicação Nº 1656681

PORTARIA Nº. 2238/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para BARBARA RAMONA SILVA SCHMIDT, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de agosto de 2016.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2239/2018.

Publicação Nº 1656682

PORTARIA Nº. 2239/2018.

JOSE VIRGILIO DA SILVA JUNIOR, Presidente da Fundação Municipal de Esporte e Cultura designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SERGIO VIDAL JUNIOR, matrícula nº. 300074-1, titular do cargo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, da Administração Indireta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 06/05/2012 a 06/05/2017, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 16/05/2018 à 16/07/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

JOSE VIRGILIO DA SILVA JUNIOR
Presidente Designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2240/2018.

Publicação Nº 1656692

PORTARIA Nº. 2240/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de maio de 2018.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
3761126-2	Aleksandra Becker	30%
3761679-2	Felipe Thiago Ferrari	90%
3762373-1	Mayke Isabel Rosa	30%

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2241/2018.

Publicação Nº 1656696

PORTARIA Nº. 2241/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JOCINEIA ADRIANA MASSING, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2017/SMAS, para ocupar o cargo de Assistente Administrativo com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/05/2018 a 15/05/2019.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2242/2018.

Publicação Nº 1656698

PORTARIA Nº. 2242/2018.

ISNARDO LUIS BRANT, Secretário de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANGELA MARIA WAGNER, matrícula nº. 100295-2, titular do cargo de Técnico em Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/08/2010 a 02/08/2015, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 21/05/2018 à 21/06/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ISNARDO LUIS BRANT
Secretário de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2243/2018.

Publicação Nº 1656699

PORTARIA Nº. 2243/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JESSICA VICENTE ROSA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 010/2017, para ocupar o cargo de Psicólogo, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UBS Barra do Aririú da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 21/05/2018 a 21/05/2019.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2244/2018.

Publicação Nº 1656703

PORTARIA Nº. 2244/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO FERNANDA KARINE WALBER, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 010/2017, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UBS Pacheco da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 14/05/2018 a 14/05/2019.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2245/2018.

Publicação Nº 1656704

PORTARIA Nº. 2245/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JULIA DEITOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 010/2017, para ocupar o cargo de Fisioterapeuta, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UBS Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 28/05/2018 a 28/05/2019.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2246/2018.

Publicação Nº 1656706

PORTARIA Nº. 2246/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LARISSA GRACIELE DE OLIVEIRA DE CARVALHO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 011/2016, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAPS II da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/05/2018 a 15/05/2019.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2247/2018.

Publicação Nº 1656708

PORTARIA Nº. 2247/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JOSILENE ROSELI BERNARDO, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2017, para ocupar o cargo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Atenção Básica da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 14/05/2018 a 14/05/2019.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2248/2018.

Publicação Nº 1656709

PORTARIA Nº. 2248/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO VANESSA DIAS COLMAN, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 006/2017, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde Pinheira da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/05/2018 a 15/05/2019.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2249/2018.

Publicação Nº 1656711

PORTARIA Nº. 2249/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ISMAEL SOARES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008, Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 010/2017, para ocupar o cargo de Motorista, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 17/05/2018 a 17/05/2019.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2250/2018.

Publicação Nº 1656713

PORTARIA Nº. 2250/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CAROLINE DE MENEZES KREBS, de acordo com a Lei nº. 080, de 14 de dezembro de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 010/2017, para ocupar o cargo de Médico Psiquiatra, com 10 (dez) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAPSi da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 22/05/2018 a 22/05/2019.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2251/2018.

Publicação Nº 1656716

PORTARIA Nº. 2251/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO BARBARA SAVIATO, de acordo com a Lei nº. 080, de 14 de dezembro de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 010/2017, para ocupar o cargo de Médico Psiquiatra, com 10 (dez) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAPSi da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 21/05/2018 a 21/05/2019.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2252/2018.

Publicação Nº 1656717

PORTARIA Nº. 2252/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO DIOGO VIEIRA, titular do cargo de Médico, Matrícula nº. 3745344-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 17/05/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2253/2018.

Publicação Nº 1656719

PORTARIA Nº. 2253/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARILENE DA SILVA E SILVA, matrícula nº. 300523-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/08/2012 a 01/08/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 04/06/2018 à 04/07/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2254/2018.

Publicação Nº 1656720

PORTARIA Nº. 2254/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 1889 de 10 abril de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ELAINE REGINA VAN DAL, no cargo de ASG (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 26/04/2018 a 25/05/2018, face ao impedimento da titular Angela Maria Hamann, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2255/2018.

Publicação Nº 1656734

PORTARIA Nº. 2255/2018.

ANTONIO VIDAL PAGANI, Secretário de Habitação e Regularização Fundiária, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Suzy Conceição Marques	1013147062

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANTONIO VIDAL PAGANI
Secretário de Habitação e Regularização Fundiária

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2256/2018.

Publicação Nº 1656735

PORTARIA Nº. 2256/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº. 1231 de 01 de março de 2018, que

Contratou por Tempo Determinado a servidora MARCIA APARECIDA DA SILVA MARCELINO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao nome que deveria ser MARCIA APARECIDA DA SILVA MARCELINO, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2257/2018.

Publicação Nº 1656738

PORTARIA Nº. 2257/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora ANA CRISTINA DE SOUZA, Matrícula nº. 300442-1, ocupante da categoria funcional de Assistente Social, removido para Secretaria de Assistência Social do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2258/2018.

Publicação Nº 1656743

PORTARIA Nº. 2258/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO o servidor JHONI INACIO DA SILVA, Matrícula nº. 3761099-1, ocupante da categoria funcional de Assistente Administrativo, removido para Secretaria de Assistência Social do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2259/2018.

Publicação Nº 1656751

PORTARIA Nº. 2259/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora MARIA APARECIDA DA SILVA MARTINS, Matrícula nº. 100412-1, ocupante da categoria funcional de Assistente Administrativo, removido para Secretaria de Assistência Social do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2260/2018.

Publicação Nº 1656745

PORTARIA Nº. 2260/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora MARLETE VARGAS PORTELA, Matrícula nº. 100419-1, ocupante da categoria funcional de ASO, removido para Secretaria de Assistência Social do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2261/2018.

Publicação Nº 1656753

PORTARIA Nº. 2261/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora VERA

LUCIA SCHNEIDER DA SILVA, Matrícula nº. 190059-1, ocupante da categoria funcional de Merendeira, removido para Secretaria de Assistência Social do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2262/2018.

Publicação Nº 1656756

PORTARIA Nº. 2262/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) RAQUEL NUNES CORDEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, para UBS São Sebastião, a contar de 14/05/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2263/2018.

Publicação Nº 1656759

PORTARIA Nº. 2263/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

ALTERAR LOCAL DE TRABALHO do (a) servidor (a) MARIANA ZANINELLI CORDEIRO TIEPO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, para a EB Nossa Senhora de Fátima, a contar de 11/05/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2264/2018.

Publicação Nº 1656763

PORTARIA Nº. 2264/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GIRLANE DA SILVA LIMA, matrícula nº. 123968-1, titular do cargo de Técnico em Educação Especial, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 24/02/2013 a 24/02/2018, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 05/03/2018 à 05/04/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2265/2018.

Publicação Nº 1656766

PORTARIA Nº. 2265/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARGARETE JOAQUINA DA ROSA, matrícula nº. 129244-4, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 25/06/2006 a 25/06/2011, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 12/06/2018 à 12/07/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2266/2018.

Publicação Nº 1656768

PORTARIA Nº. 2266/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único,

da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSELI MARIA DOS SANTOS PEDRO, matrícula nº. 120164-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 23/08/2012 a 09/02/2018, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 17/05/2018 à 17/07/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2267/2018.

Publicação Nº 1656772

PORTARIA Nº. 2267/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUIZ ANDRE DE ANDRADE, matrícula nº. 802116-1, titular do cargo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 16/11/2011 a 16/01/2017, por 01 (um) mês, a contar de 14/05/2018 à 14/06/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2268/2018.

Publicação Nº 1656775

PORTARIA Nº. 2268/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de maio de 2018.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
3761782-2	Darida Marques Carvalho Angulski	60%
3762393-1	Patrícia Biava	60%

ANEXO II

MATRICULA	NOME	DE
100695-5	Cleudeni de Moraes	20%

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2269/2018.

Publicação Nº 1656777

PORTARIA Nº. 2269/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CESSAR REGÊNCIA DE CLASSE para GRASIELLE DE SOUZA, matrícula nº. 3761649-7, titular do cargo de Professor, o percentual de 20% (vinte por cento), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, a contar de 14/05/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2270/2018.

Publicação Nº 1656779

PORTARIA Nº. 2270/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, LIDIA MARIA VIEIRA, Matrícula nº. 3762177-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 08/05/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2271/2018.

Publicação Nº 1656785

PORTARIA Nº. 2271/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR ADEMILDE BENTA RAMOS FERREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 09/05/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Sabrina Fortkamp, que se encontra em Direção Escolar do Rincão.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2272/2018.

Publicação Nº 1656786

PORTARIA Nº. 2272/2018.

CLAUDIO MONTEIRO, Secretário de Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de maio de 2018.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
500917-1	João Otavio Cardoso Amante	R\$ 250,00	R\$ 500,00

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

CLAUDIO MONTEIRO
Secretário de Segurança Pública

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2273/2018.

Publicação Nº 1656789

PORTARIA Nº. 2273/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de maio de 2018.

ANEXO I

Matricula	Servidor	DE
402263-6	Daniel Jeferson Zimmermann	R\$ 300,00
401770-1	Rafael Cesar Calazans	R\$ 500,00

ANEXO II

Matricula	Servidor	DE	PARA
402227-3	Francielli Carolini Machado	R\$ 300,00	R\$ 400,00
300124-1	Maria Gorete Machado	R\$ 200,00	R\$ 300,00

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2274/2018.

Publicação Nº 1656791

PORTARIA Nº. 2274/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de maio de 2018.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
800285-1	Marcos Antonio Wessler	R\$ 150,00
802085-2	Marcos Moser	R\$ 1.000,00

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2275/2018.

Publicação Nº 1656793

PORTARIA Nº. 2275/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CESSAR GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIAL DO MAGISTERIO de MARCOS MOSER, matrícula nº 802085-2, titular do cargo de Orientador Educacional, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, com efeitos a contar de 01/05/2018.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2276/2018.

Publicação Nº 1656797

PORTARIA Nº. 2276/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de maio de 2018.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
100444-3	Ana Paula da Silva	R\$ 500,00

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2278/2018.

Publicação Nº 1656799

PORTARIA Nº. 2278/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de maio de 2018.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
300484-6	Alan Schweitzer	R\$ 500,00	R\$ 700,00
3761137-1	Jorge Luis dos Santos	R\$ 100,00	R\$ 200,00

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2279/2018.

Publicação Nº 1656801

PORTARIA Nº. 2279/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR JULIANO BARCELOS DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Chamada Pública nº. 003/SME/2018, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, no (a) E.B. Abílio Manoel de Abreu, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 26/04/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Rafael Merenda Puero, que se encontra em Direção Escolar.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2280/2018.

Publicação Nº 1656805

PORTARIA Nº. 2280/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR JANICE OLIVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EMI Rincão, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 07/05/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Ionara Olívia Alves, que se encontra exercendo suas funções a ER Bento José.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2281/2018.

Publicação Nº 1656807

PORTARIA Nº. 2281/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de
Alexandra Oliveira Pacheco Mandira	Enfermeiro	01	03/05/18
Alexandra Oliveira Pacheco Mandira	Enfermeiro	03	07/05/18
Alexandre Vieira	Técnico em Enfermagem	01	17/05/18
Ana Paula Rangel	Orientador Educacional	60	07/05/18
Andreza da Silva Araldi	ASO	10	05/05/18
Ângela Mara Costa da Silva	ASO	10	15/05/18
Ângela Mara Costa da Silva	ASO	12	07/05/18
Assunta Barros	Supervisor Escolar	08	04/05/18
Atanil de Medeiros Wagner Filho	Professor	30	09/05/18
Bruna Schweitzer Delduque Melo	Assistente Social	03	25/04/18
Bruna Schweitzer Delduque Melo	Assistente Social	02	16/04/18
Camila Leidens Correa Silvello	Enfermeiro	180	03/05/18
Camila Leidens Correa Silvello	Enfermeiro	07	17/04/18
Camila Leidens Correa Silvello	Enfermeiro	01	11/05/18
Camila Leidens Correa Silvello	Enfermeiro	01	03/04/18
Carolina Cano da Costa Stelle	Enfermeiro	05	07/05/18
Carolina Cano da Costa Stelle	Enfermeiro	07	11/05/18
Caroline Andreia Caetano Lemos	ACS	15	07/05/18
Cleusa Cristina Romanski	ASO	01	18/05/18
Cleusa Cristina Romanski	ASO	01	22/05/18
Cleusa Cristina Romanski	ASO	02	02/05/18
Cleusa Cristina Romanski	ASO	02	11/05/18

Cleusa Cristina Romanski	ASO	02	14/05/18
Cristina Brust	Professor	60	11/05/18
Cristina Cipriano	ACS	15	25/04/18
Cristina Cipriano	ACS	01	18/05/18
Daiane Malua Putti	Técnico em Enfermagem	02	16/04/18
Daiane Malua Putti	Técnico em Enfermagem	01	04/05/18
Daiane Malua Putti	Técnico em Enfermagem	02	07/05/18
Daiane Malua Putti	Técnico em Enfermagem	03	09/05/18
Deise de Lima	Agente Administrativo Auxiliar	20	02/05/18
Denise Duarte	Técnico em Enfermagem	01	07/05/18
Denise Duarte	Técnico em Enfermagem	01	11/05/18
Denise Duarte	Técnico em Enfermagem	02	08/05/18
Dioneia Mafra Silvano Araujo	ACS	30	03/05/18
Eliane de Melo Marcos	ACS	04	08/05/18
Elisabete Campos	ASO	10	07/05/18
Elizete Lemes do Nascimento	ACS	05	06/05/18
Fátima Regina de Souza Ramos	Professor	16	08/05/18
Fernanda Nascimento Gonçalves	Assistente Administrativo	15	07/05/18
Fernanda Rosa da Silva	Técnico em Enfermagem	180	09/05/18
Gabriela Roussenq Stopazzolli	Médico	02	08/05/18
Gabriela Roussenq Stopazzolli	Médico	02	15/05/18
Glaysse Minelli Martins Gomes	ASO	01	15/05/18
Glaysse Minelli Martins Gomes	ASO	07	04/05/18
Grasielli Peres da Silva Schmitz	Professor	120	08/05/18
Ildgardt Bock da Silva	Merendeira	07	03/05/18
Irinesia Adélia da Silva Vieira	Professor	30	15/05/18
Iris Izabel de melo	Professor	60	07/05/18
Jamilla Araujo Jeske Heinig	ASO	15	04/05/18
Janaina Sarmento dos Sarmento	Medico	01	10/05/18
Janaina Sarmento dos Sarmento	Medico	08	18/05/18
Jane Chiquetti da Silveira	Assistente Social	60	07/05/18
Jane Lourdes Aparecida dos Santos	ASO	17	09/05/18
Jane Maria de Souza Santos	ACS	60	16/05/18
Jane Maria de Souza Santos	ACS	07	09/05/18
João Carlos dos Santos	Técnico em Enfermagem	07	13/05/18
João Carlos dos Santos	Técnico em Enfermagem	01	05/05/18
Joice Menezes	ASO	04	13/05/18
Josieli Aparecida Couto	Professor	180	08/05/18
Judite de Fátima de Oliveira	ASG	05	07/05/18
Judite de Fátima de Oliveira	ASG	02	03/05/18
Juliane Gonçalves de Holanda	ACS	30	02/05/18
Karini Z. Pereira Abromovicz	ACS	05	14/05/18
Karini Z. Pereira Abromovicz	ACS	01	04/05/18
Karla da Silva Albino	Assistente de Educação	02	03/05/18
Karla da Silva Albino	Assistente de Educação	60	07/05/18
Katia Cristina da Silva V. da Rosa	ACS	90	04/05/18
Laura Cristina Antonio Pedro	ASO	60	10/05/18
Liliane Olivia Morgam de Oliveira	ACS	30	09/05/18
Luciana Ballmann	Orientador Educacional	20	08/05/18
Marcela Pereira	Assessor	10	04/05/18
Márcia Bruggmann Spricigo	Professor	60	07/05/18
Márcia de Lima Fobrich	ASO	08	04/05/18
Maria de Fátima Cardoso	ASO	30	09/05/18
Maria de Fátima Dias	Professor	15	07/05/18
Maria Julia Scotti	Assistente Administrativo	10	07/05/18

Maristela Ivete da Silveira Elias	Merendeira	30	16/05/18
Marlice Chaves de Miranda	ASO	05	11/05/18
Mayara Catarina de Oliveira	Auditor Fiscal de Tributos	10	09/05/18
Nelza Maria Geni da Silva	Professor	90	07/05/18
Nirlene Martins Ângelo	Monitor	30	07/05/18
Osmar Antonio Vieira	Professor	30	15/05/18
Patrícia Kammers Lhemann	ACS	05	06/05/18
Priscilla Pierri	Pedagogo	02	25/04/18
Priscilla Pierri	Pedagogo	01	30/04/18
Priscilla Pierri	Pedagogo	01	09/04/18
Priscilla Pierri	Pedagogo	01	27/04/18
Rozeneide Ferreira	Merendeira	30	10/05/18
Rubia Cristiane Debiasi	Professor	90	04/05/18
Sadi d Luz	Vigia	30	10/05/18
Sadi d Luz	Vigia	05	05/05/18
Samir Manoel Medeiros	Professor	30	08/05/18
Silvana da Rosa	Técnico em Enfermagem	03	16/05/18
Simone Terezinha Chini Espindola	Merendeira	15	07/05/18
Sonia Maria Reinert	Professor	04	08/05/18
Sueli Correa Freitas da Silva	ATP	17	04/05/18
Suzana Mirihan Vieira	Professor	03	07/05/18
Suzana Mirihan Vieira	Professor	03	02/05/18
Vilma de Jesus Pereira Climaco	Professor	30	04/05/18

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2281/2018.

Publicação Nº 1656812

PORTARIA Nº. 2281/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de
Alexandra Oliveira Pacheco Mandira	Enfermeiro	01	03/05/18
Alexandra Oliveira Pacheco Mandira	Enfermeiro	03	07/05/18
Alexandre Vieira	Técnico em Enfermagem	01	17/05/18
Ana Paula Rangel	Orientador Educacional	60	07/05/18
Andreza da Silva Araldi	ASO	10	05/05/18
Ângela Mara Costa da Silva	ASO	10	15/05/18
Ângela Mara Costa da Silva	ASO	12	07/05/18
Assunta Barros	Supervisor Escolar	08	04/05/18
Atanil de Medeiros Wagner Filho	Professor	30	09/05/18
Bruna Schweitzer Delduque Melo	Assistente Social	03	25/04/18
Bruna Schweitzer Delduque Melo	Assistente Social	02	16/04/18

Camila Leidens Correa Silvello	Enfermeiro	180	03/05/18
Camila Leidens Correa Silvello	Enfermeiro	07	17/04/18
Camila Leidens Correa Silvello	Enfermeiro	01	11/05/18
Camila Leidens Correa Silvello	Enfermeiro	01	03/04/18
Carolina Cano da Costa Stelle	Enfermeiro	05	07/05/18
Carolina Cano da Costa Stelle	Enfermeiro	07	11/05/18
Caroline Andreia Caetano Lemos	ACS	15	07/05/18
Cleusa Cristina Romanski	ASO	01	18/05/18
Cleusa Cristina Romanski	ASO	01	22/05/18
Cleusa Cristina Romanski	ASO	02	02/05/18
Cleusa Cristina Romanski	ASO	02	11/05/18
Cleusa Cristina Romanski	ASO	02	14/05/18
Cristina Brust	Professor	60	11/05/18
Cristina Cipriano	ACS	15	25/04/18
Cristina Cipriano	ACS	01	18/05/18
Daiane Malua Putti	Técnico em Enfermagem	02	16/04/18
Daiane Malua Putti	Técnico em Enfermagem	01	04/05/18
Daiane Malua Putti	Técnico em Enfermagem	02	07/05/18
Daiane Malua Putti	Técnico em Enfermagem	03	09/05/18
Deise de Lima	Agente Administrativo Auxiliar	20	02/05/18
Denise Duarte	Técnico em Enfermagem	01	07/05/18
Denise Duarte	Técnico em Enfermagem	01	11/05/18
Denise Duarte	Técnico em Enfermagem	02	08/05/18
Dioneia Mafra Silvano Araujo	ACS	30	03/05/18
Eliane de Melo Marcos	ACS	04	08/05/18
Elisabete Campos	ASO	10	07/05/18
Elizete Lemes do Nascimento	ACS	05	06/05/18
Fátima Regina de Souza Ramos	Professor	16	08/05/18
Fernanda Nascimento Gonçalves	Assistente Administrativo	15	07/05/18
Fernanda Rosa da Silva	Técnico em Enfermagem	180	09/05/18
Gabriela Roussenq Stopazzolli	Médico	02	08/05/18
Gabriela Roussenq Stopazzolli	Médico	02	15/05/18
Glaysse Minelli Martins Gomes	ASO	01	15/05/18
Glaysse Minelli Martins Gomes	ASO	07	04/05/18
Grasielli Peres da Silva Schmitz	Professor	120	08/05/18
Ildgardt Bock da Silva	Merendeira	07	03/05/18
Irinesia Adélia da Silva Vieira	Professor	30	15/05/18
Iris Izabel de melo	Professor	60	07/05/18
Jamilla Araujo Jeske Heinig	ASO	15	04/05/18
Janaina Sarmento dos Sarmento	Medico	01	10/05/18
Janaina Sarmento dos Sarmento	Medico	08	18/05/18
Jane Chiquetti da Silveira	Assistente Social	60	07/05/18
Jane Lourdes Aparecida dos Santos	ASO	17	09/05/18
Jane Maria de Souza Santos	ACS	60	16/05/18
Jane Maria de Souza Santos	ACS	07	09/05/18
João Carlos dos Santos	Técnico em Enfermagem	07	13/05/18
João Carlos dos Santos	Técnico em Enfermagem	01	05/05/18
Joice Menezes	ASO	04	13/05/18
Josieli Aparecida Couto	Professor	180	08/05/18
Judite de Fátima de Oliveira	ASG	05	07/05/18
Judite de Fátima de Oliveira	ASG	02	03/05/18
Juliane Gonçalves de Holanda	ACS	30	02/05/18
Karini Z. Pereira Abromovicz	ACS	05	14/05/18
Karini Z. Pereira Abromovicz	ACS	01	04/05/18
Karla da Silva Albino	Assistente de Educação	02	03/05/18

Karla da Silva Albino	Assistente de Educação	60	07/05/18
Katia Cristina da Silva V. da Rosa	ACS	90	04/05/18
Laura Cristina Antonio Pedro	ASO	60	10/05/18
Liliane Olivia Morgam de Oliveira	ACS	30	09/05/18
Luciana Ballmann	Orientador Educacional	20	08/05/18
Marcela Pereira	Assessor	10	04/05/18
Márcia Bruggmann Spricigo	Professor	60	07/05/18
Márcia de Lima Fobrich	ASO	08	04/05/18
Maria de Fátima Cardoso	ASO	30	09/05/18
Maria de Fátima Dias	Professor	15	07/05/18
Maria Julia Scotti	Assistente Administrativo	10	07/05/18
Maristela Ivete da Silveira Elias	Merendeira	30	16/05/18
Marlice Chaves de Miranda	ASO	05	11/05/18
Mayara Catarina de Oliveira	Auditor Fiscal de Tributos	10	09/05/18
Nelza Maria Geni da Silva	Professor	90	07/05/18
Nirlene Martins Ângelo	Monitor	30	07/05/18
Osmar Antonio Vieira	Professor	30	15/05/18
Patrícia Kammers Lhemann	ACS	05	06/05/18
Priscilla Pierri	Pedagogo	02	25/04/18
Priscilla Pierri	Pedagogo	01	30/04/18
Priscilla Pierri	Pedagogo	01	09/04/18
Priscilla Pierri	Pedagogo	01	27/04/18
Rozeneide Ferreira	Merendeira	30	10/05/18
Rubia Cristiane Debiasi	Professor	90	04/05/18
Sadi d Luz	Vigia	30	10/05/18
Sadi d Luz	Vigia	05	05/05/18
Samir Manoel Medeiros	Professor	30	08/05/18
Silvana da Rosa	Técnico em Enfermagem	03	16/05/18
Simone Terezinha Chini Espindola	Merendeira	15	07/05/18
Sonia Maria Reinert	Professor	04	08/05/18
Sueli Correa Freitas da Silva	ATP	17	04/05/18
Suzana Mirihan Vieira	Professor	03	07/05/18
Suzana Mirihan Vieira	Professor	03	02/05/18
Vilma de Jesus Pereira Climaco	Professor	30	04/05/18

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2282/2018.

Publicação Nº 1656818

PORTARIA Nº. 2282/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR MARCIO CARLOS MORAES RODRIGUES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) GE Professora Mara Luiza de Souza, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, na Educação de Jovens e Adultos – EJA Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração

Direta desta Prefeitura, no período de 26/04/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Cleberson Roberto de Oliveira, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2283/2018.

Publicação Nº 1656815

PORTARIA Nº. 2283/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR HEVELIN DE FÁTIMA APARECIDO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Português, na Educação de Jovens e Adultos – EJA no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente – Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento) de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 18/04/2018 a 16/05/2018, face ao impedimento da titular Arnaldo Goes, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2284/2018.

Publicação Nº 1656820

PORTARIA Nº. 2284/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR ANA CLAUDIA CAMPOS DE OLIVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 006/SME/2017, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Maria Jose de Medeiros, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 26/04/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Arzeli Aparecida Velho, que pediu exoneração.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2286/2018.

Publicação Nº 1656825

PORTARIA Nº. 2286/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Produtividade do funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, de acordo com o Artigo 40, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 15 de maio de 2018.

ANEXO I

Matricula	Servidor	Valor (R\$)	Unidade
3761649-1	Grasielle de Souza	R\$ 540,00	Auxiliar de Direção CEI Primeiros Passos

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2287/2018.

Publicação Nº 1656842

PORTARIA Nº. 2287/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para SOLANE MARCIA DE JESUS ELI, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, com efeito a contar de maio de 2018.

Palhoça, SC, em 10 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2288/2018.

Publicação Nº 1656847

PORTARIA Nº. 2288/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para SIMONI GHIZI JUSKOW, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de maio de 2018.

Palhoça, SC, em 10 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2289/2018.

Publicação Nº 1656849

PORTARIA Nº. 2289/2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO FERNANDA MACHADO, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, Matrícula nº. 3745642-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 24/05/2018.

Palhoça, SC, em 10 de maio de 2018.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2290/2018.

Publicação Nº 1656858

PORTARIA Nº. 2290/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2182 de 02 maio de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora RITA DE CASSIA SILVA CORREA, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 08/05/2018 a 14/12/2018, face ao impedimento da titular Lenir Hilt da Silva, que se encontra em LM.

Palhoça, SC, em 10 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2291/2018.

Publicação Nº 1656859

PORTARIA Nº. 2291/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2180 de 02 maio de 2018, que Contratou por Tempo Determinado a servidora DENIZE PIUCCO, no cargo de Merendeira (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 06/05/2018 a 02/11/2018, face ao impedimento da titular Juliana

Menegaro de Vargas, que se encontra em LM.

Palhoça, SC, em 10 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2292/2018.

Publicação Nº 1656863

PORTARIA Nº. 2292/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) JOSELINO AGOSTINHO FARIAS, matrícula nº. 300035-1, ocupante da categoria funcional de Assistente Administrativo, lotado (a) na Secretaria de Administração, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 23/03/2018.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 07 (sete) anos e 03 (três) meses.

Palhoça, SC, em 10 de maio de 2018.
CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2293/2018.

Publicação Nº 1656865

PORTARIA Nº. 2293/2018.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) JUCELIA EVA DA SILVA, matrícula nº. 800045-1, ocupante da categoria funcional de Assistente Administrativo, lotado (a) na Secretaria de Administração, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 05/03/2018.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 02 (dois) anos, 05 (cinco) meses e 27 (vinte e sete) dias.

Palhoça, SC, em 10 de maio de 2018.
CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2294/2018.

Publicação Nº 1656867

PORTARIA Nº. 2294/2018.

ISNARDO LUIS BRANT, Secretário da Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ODILON PEDRO DE FARIAS, matrícula nº. 500024-1, ocupante da categoria funcional de Auditor Fiscal de Tributos, lotado (a) na Secretaria da Fazenda, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 27/03/2018.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 10 (dez) anos, 10 (dez) meses e 01 (um) dia.

Palhoça, SC, em 10 de maio de 2018.

ISNARDO LUIS BRANT
Secretária da Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2295/2018.

Publicação Nº 1656868

PORTARIA Nº. 2295/2018.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) SABRINA FRANCISCO, matrícula nº. 100568-1, ocupante da categoria funcional de Assistente Social, lotado (a) na Secretaria de Assistência Social, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 09/02/2018.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 08 (oito) anos, 05 (cinco) meses e 25 (vinte e cinco) dias.

Palhoça, SC, em 10 de maio de 2018.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2296/2018.

Publicação Nº 1656870

PORTARIA Nº. 2296/2018.

ADELINO SEVERIANO MACHADO, Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) LUIZ CARLOS MOREIRA, matrícula nº. 500910-1, ocupante da categoria funcional de ASO, lotado (a) na Secretaria de Administração, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 26/01/2018.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 24 (vinte e quatro) anos, 06 (seis) meses e 25 (vinte e cinco) dias.

Palhoça, SC, em 10 de maio de 2018.

ADELINO SEVERIANO MACHADO
Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2297/2018.

Publicação Nº 1656871

PORTARIA Nº. 2297/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) CLEIDE LIMA, matrícula nº. 121675-2, ocupante da categoria funcional de Assistente de Educação, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a contar de 06/03/2018.

Averbar tempo que contribuiu com o INSS, totalizando 06 (seis) anos, 10 (dez) meses e 18 (dezoito) dias.

Palhoça, SC, em 10 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2298/2018.

Publicação Nº 1656872

PORTARIA Nº. 2298/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ELZA VIEIRA BARBOSA CABRAL, matrícula nº. 121675-2, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos

a contar de 20/02/2018.

Averbar tempo que contribuiu com o INSS, totalizando 22 (vinte e dois) anos, 04 (quatro) meses e 10 (dez) dias.

Palhoça, SC, em 10 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2299/2018.

Publicação Nº 1656873

PORTARIA Nº. 2299/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) ANA CRISTINA TRAPP INACIO, matrícula nº. 800944-1, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010, com efeitos a contar de 30/01/2018.

Averbar tempo que contribuiu com o INSS, totalizando 03 (três) anos, 09 (nove) meses e 25 (vinte e cinco) dias.

Averbar tempo que contribuiu para Prefeitura Municipal de Florianópolis, totalizando 31 (trinta e um) dias.

Palhoça, SC, em 10 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 2300/2018.

Publicação Nº 1656875

PORTARIA Nº. 2300/2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) LENI HILTA DA SILVA, matrícula nº. 800363-1, ocupante da categoria funcional de ASG, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 09/02/2018.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 11 (onze) anos, 04 (quatro) meses e 22 (vinte e dois) dias.

Palhoça, SC, em 10 de maio de 2018.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

REABERTURA DO PREGÃO RP 52/2018

Publicação Nº 1656547

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

REABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL RP Nº. 52/2018

O Município de Palhoça torna público a reabertura do Pregão Presencial RP 52/2018 que houve alteração no Edital convocatório, nas especificações do Termo de Referência Anexo 01, que tem como objeto aquisição de microcomputadores DESKTOP e Material de Informática para atender as necessidades do Centro Administrativo Municipal, demais Secretarias, Fundos e Autarquias do Município de Palhoça. Desta forma o mesmo será reaberto no dia 05/07/2018 às 14:00 hs para entrega dos envelopes e sessão de lances. Os interessados poderão obter as alterações, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou site palhoça.atende.net.

Palhoça, 18 de junho de 2018.

Sandra Pereira de Abreu Oliveira

Pregoeira

RESULTADO DA PROPOSTA CC 047-2018

Publicação Nº 1656572

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO FINAL PARA O PROCESSO LICITATÓRIO CC Nº 047-2018

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado para a CC Nº 047-2018, cujo objeto consiste na contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de drenagem, pavimentação a paver, sinalização e execução de passeio público com acessibilidade das ruas: Palmira Rosa e Silva no bairro Pontal (LOTE 01) e José Pedro Correia Filho no bairro Pontal (LOTE 02) neste Município, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

SÓLIDA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS EIRELI ME ficou em 1º lugar no lote 01 e 02 com o valor de R\$ 321.651,75 (trezentos e vinte e um mil seiscentos e cinquenta e um reais e setenta e cinco centavos) e no lote 02 com o valor de R\$ 353.664,08 (trezentos e cinquenta e três mil seiscentos e sessenta e quatro reais e oito centavos)

Palhoça, 18 de junho de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

RESUMO DE JULGAMENTO CC Nº 039/2018

Publicação Nº 1657017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESUMO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 039/2018

O Município de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento dos Documentos de Habilitação apresentados para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2018, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, que consiste na contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra a fim de execução serviços de Drenagem, Pavimentação com Blocos de Concreto Intertravado e Sinalização Viária da Rua Ortência Maria Machado, localizada no bairro Barra do Aririú neste Município, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

EMPRESAS HABILITADAS:
SATÉLITE CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA EIRELI – EPP.

Palhoça, 18 de junho de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017

Publicação Nº 1657273

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO

EDITAL CONCURSO PÚBLICO ESCOLHA DO HINO OFICIAL DA CMP

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017
Escolha do Hino oficial
Assunto: DESERTO.

A Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina, através da Pregoeira Oficial, torna público, para o conhecimento dos interessados que o Concurso Público nº 01/2017 que tem em seu objeto Concurso Público para escolha do hino oficial desta Câmara Municipal, foi declarada DESERTO, pois o único inscrito não cumpriu as exigências Editalícias Item 6.1, I, referente ao tempo de execução do hino, conforme ata apresentada pela Comissão Julgadora.

Palhoça/SC, 18 de junho de 2018.

Cristiane Aparecida da Silva
Pregoeira

Palma Sola

PREFEITURA

AVISO DE LIC. LEILÃO Nº. 001/2018

Publicação Nº 1657310

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 58/2018
EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2018
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA

O município de PALMA SOLA, SC, com sede na Rua Francisco Zanotto, nº 600, Centro, cidade de Palma Sola, CEP 89.613/000, inscrito no CNPJ sob nº 83.028.639/0001-02, Telefone (49) 3652 3200, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 10 horas do dia 05 de julho de 2018, tendo como local A GARAGEM DA PREFEITURA MUNICIPAL, sito a Rua Vicente Mário Dal Ponte, s/nº, Centro, Palma Sola, SC, bem como no site oficial SUPERBID. O leilão será conduzido pela servidora SUÉLEM PATRÍCIA SOLIGO BIANQUETO, nomeada pelo decreto nº 030/2018, para venda à vista de bens móveis inservíveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.SUPERBID.NET ou WWW.PALMASOLA.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones (49) 3652 3200 na Prefeitura. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Palma Sola (SC), em 18 de junho de 2018.
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal de Palma Sola

AVISO DE LIC. LEILÃO Nº. 001/2018

Publicação Nº 1657312

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 58/2018
EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2018
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA

O município de PALMA SOLA, SC, com sede na Rua Francisco Zanotto, nº 600, Centro, cidade de Palma Sola, CEP 89.613/000, inscrito no CNPJ sob nº 83.028.639/0001-02, Telefone (49) 3652 3200, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 10 horas do dia 05 de julho de 2018, tendo como local A GARAGEM DA PREFEITURA MUNICIPAL, sito a Rua Vicente Mário Dal Ponte, s/nº, Centro, Palma Sola, SC, bem como no site oficial SUPERBID. O leilão será conduzido pela servidora SUÉLEM PATRÍCIA SOLIGO BIANQUETO, nomeada pelo decreto nº 030/2018, para venda à vista de bens móveis inservíveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.SUPERBID.NET ou WWW.PALMASOLA.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones (49) 3652 3200 na Prefeitura. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Palma Sola (SC), em 18 de junho de 2018.
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal de Palma Sola

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 142/2018 - TECPAR

Publicação Nº 1656272

CONTRATO Nº. 142/2018

Que fazem entre si de um lado o MUNICÍPIO DE PALMA SOLA, Estado de Santa Catarina, com sua sede na Rua Francisco Zanotto, 600 na cidade de Palma Sola - SC registrado no CNPJ sob o nº. 83.028.639/0001-02 pessoa jurídica de Direito Público, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Senhor Cleomar José Mantelli, de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e o outro lado a Empresa Tecpar Comercio e Manutenções Ltda, estabelecida na Rua João Martins, nº. 640, Bairro: São Cristovão, CEP: 89.803-000, na cidade de Chapecó - SC, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº. 10.783.485/0001-90, adiante denominada de CONTRATADA, resolvem contratar o objeto do presente instrumento, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:
O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO o descrito abaixo:

ADJUDICADOS A contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

A contratada fornecerá os materiais acima descritos pelo preço total, certo e ajustado de R\$: 26.392,00(vinte e seis mil, trezentos e noventa e dois reais).

PARÁGRAFO ÚNICO - O pagamento de quaisquer taxas, emolumentos e demais encargos inerentes ao objeto, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA durante a vigência do Contrato.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros destinados às despesas para a execução do presente contrato serão oriundos da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, através de dotações desta secretaria solicitante.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta do ORÇAMENTO municipal vigente de 2018 nas seguintes rubricas.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS DE ENTREGA

O prazo para execução do objeto relativo ao presente contrato será de até 15 dias, após a homologação da Licitação que deu origem a este Contrato, sendo o mesmo após efetuado.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PAGAMENTOS

O pagamento à vencedora será efetuado através de crédito em conta corrente em aproximadamente trinta (30) dias, conforme data de programação de pagamento e após a entrega/execução do objeto deste. O pagamento somente será efetuado após a entrega do objeto licitado e da apresentação da respectiva nota fiscal junto a Tesouraria dessa Municipalidade, devidamente assinada pelo responsável por receber/conferir e autorizar o mesmo

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO

Em hipótese alguma haverá reajustamento de preços.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

O presente contrato terá seu prazo a contar da data de homologação do processo licitatório até 30 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

Advertência;

Multa administrativa, graduável conforme a gravidade de infração não excedendo, em seu total, o equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, cumulável com as demais sanções;

Suspensão temporária de participação em Licitações e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATADA assume exclusivamente a responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste instrumento, assim da natureza trabalhista, providenciárias, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos a terceiros.

A CONTRATADA submete-se integralmente aos termos do presente instrumento e da legislação pertinente a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução do presente instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Dionísio Cerqueira - SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem juntos e contratados, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, para que produza seus Jurídicos e Legais efeitos.

Palma Sola – SC, 18 de junho de 2018

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal
Contratante

Tecpar Comercio e Manutenções Ltda
CNPJ: 10.783.485/0001-90
Isabela de Oliveira Parizotto
CPF: 944.967.499-04
Contratada

Testemunhas:

NOME: Fernanda Sganderla
CPF: 034.191.239-57

NOME: Elaine Staudt
CPF: 053.954.509-04

**TERNO ADITIVO Nº. 0001 AO CONTRATO Nº.
052/2018**

Publicação Nº 1657460

PRIMEIRO (1º) TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 052/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Palma Sola.

Contratado: NILOSUL IND. E COM. LTDA – EPP.

As partes supracitadas, com fundamento na além da alínea “d” do inciso II, do artigo 65, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidadas, com base ainda, nas notas fiscais do Contratado, cujas cópias passam a integrar este instrumento para todos os fins e efeitos, resolvem aditar o Contrato identificado acima conforme neste consta.

Cláusula Primeira: Os preços constantes na Cláusula Quarta do Contrato nº. 052/2018, firmado em 23/02/2018, item de nº. 81 do Termo de Homologação do Processo de Licitação nº 12/2018, na modalidade Pregão Presencial de nº. 08/2018 passa ser o seguinte e a partir de 18/06/2018:

- Item nº. 81– Gás – GLP – Industrial com 45k - R\$: 262,45 (Duzentos e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), por carga.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, para que produza os legais e desejados efeitos.

Palma Sola, em 18 de junho de 2018.

Prefeito Municipal
Cleomar José Mantelli
Contratante

NILOSUL IND. E COM. LTDA – EPP
CNPJ/: 03.422.646/0001-55
Gilberto Francisco Hass
CPF: 927.661.969-00
Contratada

Testemunhas:

NOME: Fernanda Sganderla
CPF: 034.191.239-57

NOME: Elaine Staudt
CPF: 053.954.509-04

Palmeira

PREFEITURA

PORTARIA Nº 0122 INTERRUÇÃO DE FÉRIAS FRANCINE MANFROI DE BARROS

Publicação Nº 1656862

PORTARIA Nº 0122/2018

“DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA.”

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Interromper férias a partir de 18/06/2018 da servidora, FRANCINE MANFROI DE BARROS, brasileira nº 055.986.199-03, ocupante do cargo efetivo de PSICOLOGA, lotada na Secretaria de Assistência Social, esta concedida no período de 04/06/2018 a 03/07/2018, face interesse público, diante do acúmulo de serviços.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 18 de Junho de 2018.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA

Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 18 de Junho de 2018.

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 70/2018

Publicação Nº 1656090

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 70/2018. Modalidade: Pregão Presencial 47/2018. Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE ÔNIBUS PARA VIAGENS NACIONAIS (ESTADUALEINTERESTADUAL). Data da entrega dos envelopes: 29/06/2018 até as 08:30 horas. Data da abertura: 29/06/2018 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 18 de Junho de 2018. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

PROCESSO 71/2018

Publicação Nº 1656093

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 71/2018. Modalidade: Pregão Presencial 48/2018. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA E SEGURANÇA NO TRABALHO. Data da entrega dos envelopes: 29/06/2018 até as 14:00 horas. Data da abertura: 29/06/2018 às 14:30 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 18 de Junho de 2018. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

PROCESSO 72/2018

Publicação Nº 1656095

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 72/2018. Modalidade: Tomada de Preço 05/2018. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE MUROS, AJARDINAMENTO, PAVIMENTAÇÃO, PASSEIO, IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL, FORRO DAS ABAS DE COBERTURA E PREVENTIVO DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO NA ESCOLA DE 6 SALAS, NA RUA PARANÁ, BAIRRO BAGATINI, NO MUNICÍPIO DE PALMITOS-SC. Data da entrega dos envelopes: 05/07/2018 até as 08:30 horas. Data da abertura: 05/07/2018 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 18 de Junho de 2018. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

Passos Maia

PREFEITURA

008-2018 RECURSO ESTADUAL DE 15-06-2018

Publicação Nº 1657242

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Estadual

Valor: R\$ 2.000,00

Destinação: Cofinanciamento de Atenção Básica

Data de liberação: 15/06/2018

Passos Maia – SC, 15 de junho de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

009-2018 RECURSO ESTADUAL DE 15-06-2018

Publicação Nº 1657246

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Estadual

Valor: R\$ 5.100,00

Destinação: Procis

Data de liberação: 15/06/2018

Passos Maia – SC, 15 de junho de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

010-2018 RECURSO ESTADUAL DE 15-06-2018

Publicação Nº 1657249

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Estadual

Valor: R\$ 6.900,00

Destinação: NASF Estadual

Data de liberação: 15/06/2018

Passos Maia – SC, 15 de junho de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

011-2018 RECURSO ESTADUAL DE 15-06-2018

Publicação Nº 1657250

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Estadual

Valor: R\$ 2.000,00

Destinação: Custeio Saúde Bucal/Prótese Dentária

Data de liberação: 15/06/2018

Passos Maia – SC, 15 de junho de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

049-2018 RECURSO FEDERAL DE 15-06-2018

Publicação Nº 1657198

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal

Valor: R\$ 2.467,29 (Dois mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e vinte e nove centavos)

Destinação: Farmácia Básica

Data de liberação: 15/06/2018

Passos Maia – SC, 15 de junho de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

050-2018 RECURSO FEDERAL DE 18-06-2018

Publicação Nº 1657200

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal

Valor: R\$ 15.210,00

Destinação: Programa dos Agentes Comunitários de Saúde

Data de liberação: 18/06/2018

Passos Maia – SC, 18 de junho de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

051-2018 RECURSO FEDERAL DE 18-06-2018

Publicação Nº 1657202

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal

Valor: R\$ 8.000,00

Destinação: NASF

Data de liberação: 18/06/2018

Passos Maia – SC, 18 de junho de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

052-2018 RECURSO FEDERAL DE 18-06-2018

Publicação Nº 1657203

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal

Valor: R\$ 5.575,00

Destinação: Programa de Saúde Bucal

Data de liberação: 18/06/2018

Passos Maia – SC, 18 de junho de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

053-2018 RECURSO FEDERAL DE 18-06-2018

Publicação Nº 1657204

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal

Valor: R\$ 17.825,00

Destinação: Programa de Saúde da Família

Data de liberação: 18/06/2018

Passos Maia – SC, 18 de junho de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

054-2018 RECURSO FEDERAL DE 18-06-2018

Publicação Nº 1657205

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal

Valor: R\$ 10.200,00

Destinação: PMAQ

Data de liberação: 18/06/2018

Passos Maia – SC, 18 de junho de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

055-2018 RECURSO FEDERAL DE 18-06-2018

Publicação Nº 1657207

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal

Valor: R\$ 4.680,00

Destinação: Recurso Unidade Odontomóvel

Data de liberação: 18/06/2018

Passos Maia – SC, 18 de junho de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

056-2018 RECURSO FEDERAL DE 18-06-2018

Publicação Nº 1657208

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal

Valor: R\$ 5.075,00

Destinação: Custeio da Saúde Bucal

Data de liberação: 18/06/2018

Passos Maia – SC, 18 de junho de 2018

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO 0030/2018

Publicação Nº 1656046

CONTRATO n. 0030/2018

PROCESSO LICITATORIO n. 0050/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 0018/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: CRISTIANO BAGGIO

Objeto: O presente instrumento contratual tem como objeto Contratação de banda para animação e acompanhamento do festival estudantil, logo após baile, a ser realizado no dia 04 de agosto de 2018. Com a completa sonorização, iluminação, estrutura de palco. Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagará a R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 05 de agosto de 2018

Passos Maia, SC, 18 de junho de 2018.

Leomar Roberto Listoni

Prefeito Municipal

LEI N. 807/2018

Publicação Nº 1656050

LEI Nº 807/2018, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

“DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 5º DA LEI MUNICIPAL N.º 555/2007, DE 27/12/2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR RORBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal, sanciona a presente Lei:

Art. 1º. O artigo 5º da Lei Municipal n. 555/2007, de 27 de dezembro de 2007, que cria o Conselho Gestor do Fundo Habitacional de Interesse Social – FHIS, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 5º. O Conselho-Gestor é órgão de caráter consultivo e deliberativo, e será composto por representantes dos seguintes órgãos públicos e entidades sociais:

- I – Um representante da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento;
- II – Um representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura;
- III – Um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- IV – Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- V – Um representante dos Servidores Públicos Municipais;
- VI – Um representante da ACIP/CDL;
- VII – Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passos Maia;
- VIII – Um representante do Conselho Municipal de Assistência Social;”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal n. 562, de 30 de abril de 2008.

Passos Maia – SC, 18 de junho de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal.

Certifico que a presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Secretário Executivo.

LEI N. 808/2018

Publicação Nº 1656051

LEI Nº 808/2018, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA PARA A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

LEOMAR RORBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal, sanciona a presente Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o município de Passos Maia – SC, a efetuar transferência financeira no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) a Associação dos Municípios do Alto Irani – AMAI, inscrita no CNPJ sob o nº 83.678.086/0001-33, até o mês de julho do ano do ano de 2018.

Art. 2º. O valor acima nominado servirá como auxílio para que a

AMAI adquira um veículo zero quilometro.

Parágrafo único. A AMAI deverá lançar procedimento licitatório para a aquisição do veículo.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Passos Maia – SC, 18 de junho de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal.

Certifico que a presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Secretário Executivo.

PROCESSO ADMINISTRATIVO 0051/2018

Publicação Nº 1656454

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0051/2018

PREGÃO PRESENCIAL N. 0032/2018

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberto o Processo Licitatório n. 0051/2018, Modalidade de Pregão Presencial n. 0031/2018 – Objeto: Prestação de 180 (cento e oitenta) horas, durante todo o período da contratação, de serviço com máquina tipo escavadeira hidráulica para o Município de Passos Maia – SC. Os envelopes contendo a documentação e propostas serão recebidas até às 08:45 horas do dia 29 de junho de 2018, iniciando-se a Sessão Pública às 09:00 horas, do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto ao Departamento Municipal de Compras e Licitações das 08:00hs às 17:00hs, e pelo site WWW.passosmaia.sc.gov.br. Maiores informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 18 de junho de 2018.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal.

Paulo Lopes

PREFEITURA

164/2018

Publicação Nº 1656279

PORTARIA Nº 164/2018

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Complementar Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011 e suas alterações e no Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - RESCINDIR O CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a partir de 08/06/2018, da servidora Patricia Flor Soares, nomeada pela Portaria nº 136/2018, Matrícula nº 11492, ocupante do Cargo de Provimento Temporário de Professora.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 017 de 06 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 14 de junho de 2018.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 19 de junho de 2018.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

165/2018

Publicação Nº 1656280

PORTARIA Nº 165/2018

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Complementar Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011 e suas alterações e no Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - RESCINDIR O CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a partir de 08/06/2018, da servidora Adna Aparecida Cardoso, nomeada pela Portaria nº 138/2018, Matrícula nº 11493, ocupante do Cargo de Provimento Temporário de Professora.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 017 de 06 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 14 de junho de 2018.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina em 19 de junho de 2018.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

166/2018

Publicação Nº 1656282

PORTARIA Nº 166/2018

VANESSA PEREIRA, Secretária de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 497 de 18 de fevereiro de 1991 e no Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017, e

Considerando o Comunicado de Decisão do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS de 11 de junho de 2018 que prorroga o Benefício nº 6221519644,

RESOLVE:

Art. 1º - AMPLIAR A LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE concedida pela Portaria 087/2018, a servidora Vania Maria Zucchi dos Santos, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professora, Matrícula nº 153, até 11/06/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 06 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 14 de junho de 2018.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 19 de junho de 2018.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

167/2018

Publicação Nº 1656285

PORTARIA Nº 167/2018

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUZA, Secretária de Administração do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 497 de 18 de fevereiro de 1991 e suas alterações e no Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a Servidora Angela de Bitencourt Machado, nomeada pela Portaria nº 110/1993, matrícula nº 68, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo II, lotado na Secretaria Municipal de Administração, referente ao quinquênio de 12/06/2013 a 11/06/2018, com gozo no período de 12/06/2018 a 11/09/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 017 de 06 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 14 de junho de 2018.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 19 de junho de 2018.

168/2018

Publicação Nº 1656287

PORTARIA Nº 168/2018

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Complementar Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011 e suas alterações e no Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - RESCINDIR O CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, a partir de 13/05/2018, da servidora Chirley Coutinho Domingos, nomeada pela Portaria nº 091/2018, Matrícula nº 11484, ocupante do Cargo de Provimento Temporário de Professora.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 017 de 06 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 14 de junho de 2018.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 19 de junho de 2018.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

169/2018

Publicação Nº 1656295

PORTARIA Nº 169/2018

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 497 de 18 de fevereiro de 1991, e no Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS ao Servidor Público Municipal Aloncio Pereira, Matrícula nº 1008, contratado pela Portaria nº 018/2007, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista a disposição da Secretaria Municipal de Educação a partir de 15/06/2018 pelo prazo de 30 dias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 017 de 06 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 14 de junho de 2018.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 19 de junho de 2018.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

170/2018

Publicação Nº 1656296

PORTARIA Nº170/2018

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA, Secretária de Administração do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 497 de 18 de fevereiro de 1991, e no Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. INTERROMPER LICENÇA PRÊMIO, em 15/06/2018, da servidora Ângela de Bittencourt Machado, Matrícula n.º 68, concedidas através da Portaria n.º 167/2018, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 06 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 15 de junho de 2018.

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 19 de junho de 2018.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

171/2018

Publicação Nº 1656521

PORTARIA Nº171 /2018

FERNANDA RODRIGUES LEITE, Secretária de Saúde do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto no, artigo 77, I, da Lei Complementar nº. 497/91 e no Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017,

Considerando ofício 0257/18/GP e Convênio020/2018 com Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

RESOLVE:

Art. 1º - COLOCAR A DISPOSIÇÃO da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina o Servidor João dos Passos Custódio, matrícula 10929, nomeado pela portaria 023/1991, a partir do dia 18/06/2018 até 31/12/2018.

Art. 2º - O servidor contratado nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 017 de 06 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 18 de junho de 2018.

Fernanda Rodrigues Leite
Secretária Municipal de Saúde

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 19 de junho de 2018.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

172/2018

Publicação N° 1656524

PORTARIA N° 172/2018

CÉLIO MACHADO, Secretário de Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 497 de 18 de fevereiro de 1991 e no Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017, e

Considerando o Comunicado de Decisão do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS de 04 de junho de 2018 que prorroga o Benefício nº 6232112940,

RESOLVE:

Art. 1º - AMPLIAR A LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE concedida pela Portaria 147/2018, ao servidor Vilmar José Demétrio, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, matrícula nº 11408, nomeado pela Portaria nº 262/2017 até 05/09/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 06 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 18 de junho de 2018.

Célio Machado
Secretário de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 19 de junho de 2018.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 082/2018 - PMP

Publicação Nº 1656132

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2018 - PMP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2018 - PMP
Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 082/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE GRELHAS DE CONCRETO E CIMENTO CP II.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA, com estabelecimento na Rodovia Antônio Heil, KM 18, nº 10.900, Bairro Arraial dos Cunha, CEP: 88.306-002, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, Telefone: 47 3346-5005, endereço eletrônico: licitacao@raimondi.com.br, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.738.016/0001-35, Dados Bancários: Banco do Brasil, Ag. 0305-0, C/C:22772-2, representada, neste ato pelo Sr. Vendelino Raimondi, CPF sob o nº 294.494.139-91, Sócio Proprietário, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 31/2018-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de grelhas de concreto e cimento CP II, para atender necessidades da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, conforme solicitações nº 1296 e 1297/2018, anexas ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 059/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos itens encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QNTD.	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL DO ITEM
2	CIMENTO 50KG CP II	UN	3.000	VOTORAN	R\$27,25	R\$81.750,00
VALOR TOTAL						R\$81.750,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3 O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO.

4. O fornecimento do objeto deverá ser realizado pela CONTRATADA, de forma parcelada, de acordo com a necessidade e nos locais indicados pela Secretaria de Serviços Urbanos, mediante o recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, no prazo de até 2 (dois) dias. No caso do fornecedor oficial contratar um prestador de serviços para a entrega será imprescindível que este tenha em seu poder cópia dos procedimentos normativos constantes neste Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos materiais/produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega, não sendo aceitos materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/produtos;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - Fiscalizar o fornecimento do objeto que ficará sob responsabilidade de responsável designado pela Secretaria de Serviços Urbanos. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 15 de junho de 2018.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Contratante

ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA

Vendelino Raimondi

Fornecedor

TESTEMUNHAS

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2018 - PMP

Publicação Nº 1656141

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2018 - PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2018 - PMP

Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE GRELHAS DE CONCRETO E CIMENTO CP II.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa J.A ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME, com estabelecimento na Estrada Geral, snº, Bairro Braço Elza, CEP: 89115-000, na cidade de Luiz Alves, Estado de Santa Catarina, Telefone: 47 3377-1260, endereço eletrônico: j.a_art@hotmail.com.br, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.110.127/0001-63, Dados Bancários: Banco ViaCredi, Ag. 0101, C/C:824644-0, representada, neste ato pelo Sr. Alcídio Eugênio Müller, CPF sob o nº 532.272.639-04, Sócio Administrador, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 31/2018-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº

56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de grelhas de concreto e cimento CP II, para atender necessidades da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, conforme solicitações nº 1296 e 1297/2018, anexas ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 059/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos itens encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QNTD.	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL DO ITEM
1	Grelha de concreto 75x45x10	UN	3.000	J.A	R\$34,30	R\$102.900,00
VALOR TOTAL						R\$102.900,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3 O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO.

4. O fornecimento do objeto deverá ser realizado pela CONTRATADA, de forma parcelada, de acordo com a necessidade e nos locais indicados pela Secretaria de Serviços Urbanos, mediante o recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, no prazo de até 2 (dois) dias. No caso do fornecedor oficial contratar um prestador de serviços para a entrega será imprescindível que este tenha em seu poder cópia dos procedimentos normativos constantes neste Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos materiais/produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega, não sendo aceitos materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização

dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/produtos;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - Fiscalizar o fornecimento do objeto que ficará sob responsabilidade de responsável designado pela Secretaria de Serviços Urbanos. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial,

considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadiplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 15 de junho de 2018.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal
Contratante

J.A ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME
Alcídio Eugênio Müller
Fornecedor

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

CPF: CPF:

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723
Portaria nº 01/2017

CONTRATO Nº 006/2018-FMAS

Publicação Nº 1656291

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA ASSOCIAÇÃO LAR DE IDOSOS AGAPE PARA SERVIÇOS SÓCIO ASSISTENCIAIS DE ACOLHIMENTO.

CONTRATO Nº 006/2018-FMAS de 18/06/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2018-FMAS
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018
HOMOLOGADO EM 18/06/2018

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado por seu Gestor, Sr. SÉRGIO DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lídia, nº. 175, Santa Lídia, Penha/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa ASSOCIAÇÃO LAR DE IDOSOS AGAPE com sede em Penha, na Rua Anastácio Alves, nº 230, Bairro Nossa Senhora de Fátima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.270.350/0001-04, neste ato representada por seu bastante procurador Sr Rogerio José Pereira, CPF sob o nº 323.668.428-30 Representante Legal, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de serviços sócio assistenciais de acolhimento/atendimento de longa permanência de pessoas idosas (de 60 anos ou mais), que possam ou não portar deficiência de ordem psicológica ou física, para cumprimento da Ação Civil Pública nº 0900201-81.2017.8.24.0048, conforme solicitação nº 76/2018 da Secretaria de Assistência Social, documentos anexos ao Processo, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência/Proposta de Preços, parte integrante do Processo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE UNIDADE	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR GLOBAL
1	VAGA PARA ACOLHIMENTO NA INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANENCIA QUE ATENDE AS NECESSIDADES FISICAS E PSICOLOGICAS DO FAVORECIDO.	Mês	12	R\$ 2.345,00	R\$ 28.140,00
TOTAL GERAL				R\$ 28.140,00	

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 28.140,00(Vinte e oito mil, cento e quarenta reais)

2.1 - O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias ao mês subsequente ao fornecimento do objeto juntamente com apresentação de Nota Fiscal Eletrônica devidamente aceita e certificado seu recebimento por meio de relatório emitido pelo responsável, de acordo com as condições do edital e as constantes da proposta vencedora e as demais exigências administrativas em vigor.

2.2 - A nota fiscal deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista.

2.3 - Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

2.4 - Os pagamentos serão realizados através de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica).

CLÁUSULA TERCEIRA 3 - Os preços poderão ser reajustados anualmente, no que couber, de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor) ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, observada a Legislação Federal que regulamenta o reajustamento dos contratos ou ainda quando comprovadas situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei nº

3.1 - A variação de preço, quando ocorrente e necessária, deverá sempre ser indicada e justificada pela CONTRATADA, e procedida na forma

do § 8º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3.2 - O MUNICÍPIO responsabilizar-se-á pelo pagamento do fornecimento resultante de modificações sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA

3 - As despesas pertinentes ao objeto do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária pertencente ao Fundo Municipal de Assistência Social do Município:

Órgão: 40 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional: 08.244.0008 – Assistência Comunitária

Projeto/Atividade: 2.072 – Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Elemento: (17) 3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA

5 – A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - Da Prestação dos Serviços:

7.1 – A Contratada deverá fornecer os serviços conforme a NOB-SUAS, compreendendo equipe mínima para os serviços de alta complexidade do Sistema Único da Assistência Social – SUAS abaixo especificados:

a) 01 (um) profissional de nível superior ou médio para até 20 usuários acolhidos;

b) 01 (um) profissional de nível médio cuidador para cada 10 (dez) usuários por turno;

c) 01 (um) cuidador para cada 8 (oito) usuários com demanda específica;

d) 01 (um) cuidador para cada 06 (seis) usuários quando houver dois ou mais usuários com demanda específica;

e) 01 (um) profissional Assistente Social para o atendimento a no máximo 20 (vinte) usuários acolhidos em até dois equipamentos de alta complexidade para pequenos grupos;

f) 01 (um) profissional Psicólogo para o atendimento a no máximo 20 (vinte) acolhidos em até dois equipamentos de alta complexidade para pequenos grupos.

7.2 - A Contratada deverá adotar ainda os seguintes critérios:

a) Trabalhar a questão social de fortalecimento de vínculo familiar, considerando que a família possui vínculos fragilizados;

b) Estar em conformidade com as leis de garantia de direito a pessoa humana – RDC/ANVISA nº 283 de 26 de setembro de 2005, que dispõe sobretudo o serviço e sobre o equipamento de acolhimento como um todo no amparo.

7.3 – Serão de responsabilidade da Contratada:

a) Propiciar o exercício dos direitos humanos (civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e individuais) de seus residentes;

b) Observar os direitos e garantias dos idosos, inclusive o respeito à liberdade de credo e a liberdade de ir e vir, desde que não exista restrição determinada;

c) Preservar a identidade e a privacidade do idoso, assegurando um ambiente de respeito e dignidade;

d) Promover ambiente acolhedor;

e) Promover a convivência mista entre os residentes de diversos graus de dependência;

f) Promover integração dos idosos, nas atividades desenvolvidas pela comunidade local;

g) Favorecer o desenvolvimento de atividades conjuntas com pessoas de outras gerações;

h) Incentivar e promover a participação da família e da comunidade na atenção ao idoso residente;

i) Desenvolver atividades que estimulem a autonomia dos idosos;

j) Promover condições de lazer para os idosos tais como: atividades físicas, recreativas e culturais;

k) Desenvolver atividades e rotinas para prevenir e coibir qualquer tipo de violência e discriminação contra pessoas nela residentes;

7.4 - A categorização da instituição deve obedecer à normalização do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Coordenador da Política Nacional do Idoso;

7.5 – A Contratada deverá possuir um Responsável Técnico - RT pelo serviço, que possua nível superior, que responderá pela instituição junto à autoridade sanitária local, de acordo com o Regulamento Técnico da RDC Nº 283/2005 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

7.6 - A Contratada deverá organizar e manter atualizados e com fácil acesso, os documentos necessários à fiscalização, avaliação e controle social.

7.7 – O atendimento/acolhimento deverá realizar todos os serviços/atos/procedimentos necessários ao atendimento das pessoas acolhidas disponibilizando uma assistência integral, em observância a totalidade das considerações e deliberações presentes do Regulamento Técnico da RDC Nº 283/2005 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

7.8 - A Contratada que possuir profissional de saúde vinculado à sua equipe de trabalho, deve exigir registro desse profissional no seu respectivo Conselho de Classe;

7.9 – A Contratada deverá atender aos requisitos de infraestrutura física previstos neste Regulamento Técnico, além das exigências estabelecidas em códigos, leis ou normas pertinentes, quer na esfera federal, estadual ou municipal e, normas específicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas referenciadas no Regulamento Técnico da RDC Nº 283/2005 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

7.10 - Em caso de internação hospitalar, a CONTRATADA deverá notificar com brevidade a Secretaria de Saúde de Penha, bem como os

familiares;

7.11 - Em caso de necessidade de medicamentos especializados, alimentação especial pertinente à doença, fraldas provenientes de enfermidade clínica, estas serão custeadas pelos familiares ou deverão ser requeridas junto à Secretaria de Assistência Social e Saúde do Município de Penha;

7.12 - Outras necessidades dos pacientes, ditas rotineiras e pertinentes à internação, que vierem a surgir no período do acolhimento, deverão ser supridas e custeadas pela CONTRATADA;

7.13 - Caso o paciente necessite realizar atividades externas de saúde, deverá ser realizado pelos familiares ou serem requeridos junto à Secretaria de Assistência Social ou Saúde do Município de Penha.

7.14 - A CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

7.15 - O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA

8 - São obrigações da CONTRATADA:

a) Fornecer o objeto mencionado na Cláusula Primeira segundo as especificações e normas técnicas adequadas, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

b) Cumprir as condições especificadas na Cláusula Sétima, não sendo aceitos os serviços que estiverem em desacordo com este instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

c) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;

d) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;

e) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

f) A falta de profissionais, materiais ou outros que sejam necessários à prestação dos serviços não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

g) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

h) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

i) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

j) Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

k) Responsabilizar-se pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO;

CLÁUSULA NONA

9 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.

c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.

d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02(dois) anos.

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 - O fornecimento contratado será acompanhado e fiscalizado por funcionário designado pela Secretaria de Assistência Social, a quem caberá fiscalizar os materiais utilizados, com poder de veto.

11.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes:

- a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

17.1 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

17.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 18 de junho de 2018.

SÉRGIO DE MELLO

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social
Contratante

Rogério José Pereira

Contratado

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE MATEMÁTICA - ANOS FINAIS (NÃO HABILITADO) 8º

Publicação Nº 1656950

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 20/06/2018 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 21/06/2018, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE MATEMÁTICA – ANOS FINAIS (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

08º. 108546 SANDRA CRISTINA DA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 18 de junho de 2018.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2018.

Assinatura

ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)



1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____

Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: _____ *Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2018.

Assinatura

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2018.

CONVOCAÇÃO SERVENTE MERENDEIRA 175º JESSICA DE SOUZA

Publicação Nº 1657274

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida

Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 21/06/2018, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2017.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
175º. 129 JESSICA DE SOUZA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br e Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 18 de junho de 2018.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário da Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro

- b) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
 c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
 d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
 e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
 f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
 g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
 h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
 i) Fotocópia Título de Eleitor;
 j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
 k) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
 l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
 m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
 n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br e Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
 o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo I;
 p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
 q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
 r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 18 de junho de 2018.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
 Secretário da Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
 () SIM () NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2018.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____

_____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) () OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____

Rua= _____, nº. _____

_____, Bairro: _____, Cidade: _____

de _____ de _____/SC, telefone: _____

_____/_____/_____ e-mail _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
 () SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
 () SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC



() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2018.

CONVOCAÇÃO SERVENTE MERENDEIRA 177º JEFFERSON SOUZA DE JESUS

Publicação Nº 1657281

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 21/06/2018, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2017.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
177º. 115 JEFFERSON SOUZA DE JESUS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;

- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br e Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 18 de junho de 2018.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário da Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
- () SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
- () SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2018.

ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO (Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
 n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br e Atestado de antecedentes Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br, do local de residência ou domicílio do candidato;
 o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo I;
 p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
 q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
 r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 18 de junho de 2018.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
 Secretário da Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
 (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,
 residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
 () SIM () NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
 () SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2018.

ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),
 () SOLTEIRO (A) () CASADO (A) () OUTROS _____
 CPF nº. _____, RG nº. _____
 Rua= _____, nº. _____

_____, Bairro: _____, Cidade: _____
 de _____ de _____/SC, telefone: _____
 _____/_____, e-mail _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

“Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de

assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Posse: _____ *Penha (SC), ____, de
_____, de _____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº.
_____, residente e domiciliado na Rua _____
_____, nº. _____, Cidade de
_____/SC, declaro a quem possa inte-
ressar que não sofri demissão do serviço público municipal, esta-
dual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2018.

Pescaria Brava

PREFEITURA

AVISO PR Nº 17-2018

Publicação Nº 1656557

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA – S.C.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2018 – PMPB
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2018 – PMPB

O MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA, informa que será realizada licitação na modalidade Pregão Presencial, para registro de preços, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de argila/barro para aterro, com espalhamento e compactação em diversas ruas e estradas do Município de Pescaria Brava, conforme descrito no Termo de Referência. Quantidades e especificações nos anexos do Edital. Tipo de licitação: Menor Preço Por Lote. Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações, Lei Complementar 123/06. Data de Abertura: 29/06/2018 às 09:00 horas. Informações poderão ser obtidas através do Telefone: (048) 3647-6312 no Setor de Licitações, e-mail: licitacao@pescariabrava.sc.gov.br, esta licitação encontra-se publicada no site: www.pescariabrava.sc.gov.br, Endereço: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, Rod. SC 437, Km 8, s/n – Centro, Pescaria Brava/SC.
Pescaria Brava, 18 de junho de 2018.
Deyvisonn da Silva de Souza
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO 372 /2018

Publicação Nº 1656478

DECRETO Nº 372, de 13 de junho de 2018.
DISPÕE SOBRE O DESLIGAMENTO DOS MEMBROS DO CONSELHO DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO – FUNDEB.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 70, IX, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido na comunicação interna da Secretaria Municipal de Educação nº 065/2018:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam desligados os Conselheiros e Suplentes abaixo relacionados do Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB com vigência até 29/11/2018, conforme regulamentado pela Lei nº. 013 de 24 de janeiro de 2013 e pela Portaria nº 481 de 11 de outubro de 2013:

I – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

Titular: Carine Borges Cardoso;
Suplente: Bianca de Souza Aguiar.

II – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Murilo Martins Eliseu;
Suplente: Gianna Cesca.

III – REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Titular: Nataly Barreto;
Suplente: Sonia Regina Neves de Andrade.

IV – REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS:

Titular: Rose Maria Espíndula Machado Costa;

V – REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Titular: Talita Santos Cornélio;
Suplente: Antônia A. J. Américo;
Titular: Pedro de Medeiros Acordi;
Suplente: Maria Conceição F. Oliveira.

VI – REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Titular: João Batista Neves Medeiros Júlio;
Suplente: Lucinda Fernandes Maria Barreto;

VII – REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA – INDICADO PELA ENTIDADE DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS:

Titular: Rosangela Fernandes da Rosa;
Suplente: Simone das Graças Gonçalves.

VIII – REPRESENTANTES DO COMED – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Cleonice Menegalli Nandi da Rocha;
Suplente: Sanira Figueredo Machado.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº. 363 de 22 de maio de 2018.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 13 de junho de 2018.
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Pinhalzinho

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL 026-2018 - PMP - CENTRAL ELETRÔNICA DO TRATOR DE ESTEIRA CAT D6K2

Publicação Nº 1657543

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2018 - PMP

Objeto: A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa Especializada para a substituição e instalação da CENTRAL ELETRÔNICA DO TRATOR DE ESTEIRA CAT D6K2, conforme especificações constantes do Anexo "A" deste Edital. (Exclusiva para ME e EPP)

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das Propostas: até as 14:30 do dia 29/06/2018

Abertura: dia 29/06/2018, às 14:45

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.pinhalzinho.atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: compras01@pinhalzinho.sc.gov.br ou compras@pinhalzinho.sc.gov.br.

Pinhalzinho, SC, 18 de junho de 2018.

Algacir Dall Agnol

Secretário Municipal de Transportes e Obras

AVISO PREGÃO PRESENCIAL 027-2018 - PMP

Publicação Nº 1657563

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2018 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE PARQUES INFANTIS EM MADEIRA PLÁSTICA e BRINQUEDOS a serem instalados nas praças e parques do Município de Pinhalzinho para atender as necessidades das Secretarias do Município de Pinhalzinho, de acordo com as especificações constantes no ANEXO "A" deste Edital.

Modalidade: Pregão Presencial (REGISTRO DE PREÇOS)

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das Propostas: até as 08:30 do dia 29/06/2018

Abertura: dia 29/06/2018, às 08:45

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.pinhalzinho.sc.gov.br ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: compras02@pinhalzinho.sc.gov.br ou compras01@pinhalzinho.sc.gov.br.

Pinhalzinho, SC, 18 de Junho de 2018.

Algacir Dall Agnol

Departamento de Obras e Serviços Urbanos

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO 199/2018

Publicação Nº 1656155

PREGÃO PRESENCIAL 073/2018
CONTRATO DE FORNECIMENTO 199/2018

Termo de Contrato de "FORNECIMENTO DE MÓVEIS" celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa SINOIR ANA PARAVIZI CERON – ME, autorizado através do Processo n. 127/2018, Licitação n. 073/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:
Empresa: SINOIR ANA PARAVIZI CERON – ME
CNPJ-MF n.º. 15.706.316/0001-70
Endereço: Rua Francisco Nardi, nº 822, Centro, Tangara/SC
CEP: 89.642-00
Representada por: SINOIR ANA PARAVIZI CERON – ME

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 073/2018, datado de 15 de junho de 2018, e homologado em data de 18 de junho de 2018, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.785/2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 073/2018, modalidade Pregão Presencial.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 Aquisição dos seguintes bens na forma que segue: .

ITEM	QTADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO
01	01	Cama box casal de 67 cm de altura, 1,88 de comprimento e largura 1,38	R\$ 730,00
02	01	Mesa redonda com 4 cadeiras cromadas	R\$ 710,00
VALOR TOTAL:			R\$ 1.440,00

1.2 O prazo de entrega dos móveis deverá ser de no máximo 10 dias contados da assinatura do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia útil após o recebimento definitivo dos móveis, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo sexto: Os recursos para pagamento do objeto do presente Edital estarão garantidos através das classificações orçamentárias,

exercício 2018:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 9 - Saude Com Qualidade
Ação: 2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE
Despesa 35 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1 A forma de execução do presente Contrato será indireta, menor preço por item.

3.2 O contrato terá início da sua assinatura e término com a fluência do prazo de garantia.

PARÁGRAFO ÚNICO: A GARANTIA É DE 02 (DOIS) ANOS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.3. Fornecer à CONTRATADA todos os esclarecimentos necessários para a execução do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas no Edital e, ainda, em especial:

5.1.1 Executar o contrato em conformidade com o Edital;

5.1.2. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

5.1.3 Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

5.1.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

5.2 O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

6.1 Este Contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA SÉTIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

7.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 073/2018 – modalidade pregão presencial, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

7.3 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

7.4 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

8.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

8.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.3 A rescisão do contrato poderá ser:

8.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93

8.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

8.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

9.1.1 Advertência;

9.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

9.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

9.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

9.2 As sanções previstas nos itens 9.1.3 e 9.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

9.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.2.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.2.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA OITAVA – GESTOR E FISCAL DO CONTRATO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

10.2 Atuará como gestor dos contratos, o Secretário de Saúde e Bem Estar Social. Como fiscal do contrato, atuará a servidora Zildete Maria Denardi.

10.3 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 18 de junho de 2018.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

SINOIR ANA PARAVIZI CERON – ME

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF:

DECRETO 4830 - ATO DELEGATÓRIO - DEFESA CIVIL

Publicação Nº 1657097

DECRETO Nº 4.830, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

“DECRETA ATO DELEGATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DAS CONTAS BANCÁRIAS DE TITULARIDADE DA DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO”

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor público municipal, Srº Mauricio Chelest, inscrito no CPF 005.372.439-92, portador do RG/SC 4.182.602, para abrir conta de depósitos; encerrar conta de depósitos; solicitar saldos, extratos e comprovantes; requisitar cartão eletrônico, movimentar conta corrente com cartão eletrônico, efetuar pagamentos por meio eletrônico, assinar instrumentos de convênio e contrato de prestação de serviços das contas bancárias de titularidade da Defesa Civil do Município de Pinheiro Preto.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto Municipal nº 4.573, de 24 de março de 2017.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 18 de junho de 2018.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA APROVA PROJETO BÁSICO 296/2018

Publicação Nº 1655979

PORTARIA Nº 296, DE 14 DE JUNHO DE 2018

APROVA PROJETO BÁSICO PARA EXECUÇÃO DE PROJETO PARA CALÇAMENTO NA LINHA TÚNEL E LINHA FRIGERI.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando disposto no inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam aprovados projeto básico para execução de projeto para calçamento na Linha Túnel e Linha Frigeri, na forma dos seguintes anexos:

- I – ANEXO I: Projeto básico de engenharia- pavimentação de rua com pedras Linha Tunel- prancha 01;
- II- ANEXO II: Projeto básico de engenharia- pavimentação de rua com pedras Linha Tunel- prancha 02;
- III- ANEXO III: Projeto básico de engenharia- pavimentação de rua com pedras linha Tunel- prancha 03;
- IV- ANEXO IV: Projeto básico de engenharia- pavimentação de rua com pedras Linha Tunel- prancha 04;
- V- ANEXO V: Projeto básico de engenharia- pavimentação de rua com pedras Linha Tunel- prancha 05;
- VI- ANEXO VI: Pavimentação pedra irregular- projeto geométrico área geométrico de intervenção localização- prancha 01;
- VII- ANEXO VII: Pavimentação pedra irregular- estrada geral linha Frigeri estaqueamento/ perfil longitudinal- prancha 02;
- VIII- ANEXO VIII: Pavimentação pedra irregular projeto geométrico drenagem- prancha 03;
- IX- ANEXO IX: Memorial Descritivo
- X- ANEXO X: Cronograma físico financeiro;
- XI- ANEXO XI: Planilha Orçamentária- Linha Tunel
- XII- ANEXO XII: Planilha Orçamentaria- Linha Frigeri

Art. 2º Determinar à comissão de licitação o lançamento do edital competente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC,

Pedro Rabuske
Prefeito Municipal

PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO 301/2018

Publicação Nº 1656153

PORTARIA Nº 301, DE 18 DE JUNHO DE 2018

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 073/2018 E ADJUDICA O OBJETO ÀS EMPRESAS VENCEDORAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 073/2018, modalidade pregão presencial, e adjudica o objeto licitado às seguintes empresas:

I – Empresa SINOIR ANA PARAVIZI CERON – ME , inscrita no CNPJ /MF sob nº. 15.706.316/0001-70, para os seguintes itens e respectivos preços

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
01	Cama box casal de 67 cm de altura, 1,88 de comprimento e largura 1,38	R\$ 730,00
02	Mesa redonda com 4 cadeiras cromadas	R\$ 710,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 18de junho de 2018.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

Piratuba

PREFEITURA

PORTARIA Nº 216/2018

Publicação Nº 1656150

PORTARIA Nº216/2.018

NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO COMISSIONADO DE AUXILIAR DE SECRETARIA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

EVANDO ANTÔNIO DE AZEREDO, Prefeito Municipal em Exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

NOMEIA

DAIANA CRISTINA POTRICH DE AZEVEDO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Governador Jorge Lacerda, s/nº, cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº5.212.033 e CPF sob o nº080.329.999-06, para exercer o cargo de provimento em comissão de AUXILIAR DE SECRETARIA da Secretaria Municipal de Transportes e Infraestrutura Rural, constante do Anexo I-F da Lei Complementar nº 027/2007 de 02 de maio de 2.007, alterada pela Lei Complementar nº 77/2016 de 18 de agosto de 2016, alterada pela Lei Complementar nº 080/2017 de 22 de março de 2017, com vencimentos previstos no Anexo II, Nível CC-010, da Lei supra mencionada. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 22 de maio de 2.018.

Evando Antônio de Azeredo

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 22 de maio de 2.018

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.436/2018

Publicação Nº 1657293

DECRETO Nº 3436/2018
DE 06/06/2018

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE GESTORA MUNICÍPIO DE POMERODE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 9º, II da Lei nº 2.959/2017 de 08/12/2017:

DECRETA

Art. 1º - Fica anulado no orçamento vigente do Município de Pomerode, o valor de R\$ 60.097,00 (Sessenta mil e noventa e sete reais) da seguinte classificação orçamentária:

12	Secretaria de Turismo e Cultura	
002	Diretoria de Políticas de Turismo	
023.0695.0110.2053	Atividades de Promoção e Desenvolvimento Turístico	
33000000000000	Despesas de Pessoal	
33300000000000	Pessoal e Encargos	
33390000000000	Aplicações Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	50.000,00
34000000000000	Despesas de Capital	
34400000000000	Investimentos	
34490000000000	Aplicações Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	10.097,00
	TOTAL	60.097,00

Art. 2º - Por conta das anulações discriminadas no Art. 1º, fica suplementado o valor de R\$ 60.097,00 (Sessenta mil e noventa e sete reais) as seguintes classificações orçamentárias:

12	Secretaria de Turismo e Cultura	
002	Diretoria de Políticas de Turismo	
023.0695.0110.2053	Atividades de Promoção e Desenvolvimento Turístico	
33000000000000	Despesas Correntes	
33300000000000	Outras Despesas Correntes	
33390000000000	Aplicações Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	60.097,00
	TOTAL	60.097,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06 de Junho de 2018.

Prefeitura Municipal de Pomerode, em 06 de Junho de 2018.

ÉRCIO KRIEK

Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 009 / 2018 - SAÚDE

Publicação Nº 1656354

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 009 / 2018 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 008 / 2018 - SAÚDE.

Pregão Presencial n.º 005 / 2018 – Registro de Preços - SAÚDE.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.

Contratada: JN BOLSAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PASTAS EXECUTIVAS PERSONALIZADAS PARA USO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Valor total registrado: R\$6.750,00 (seis mil e setecentos e cinquenta reais) – Item 01.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 10/06/2019.

Pomerode / SC, 11 de Junho de 2018.

MARCOS BÖNMANN

Secretário Municipal de Saúde de Pomerode

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 001 / 2018 - SAÚDE - INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE CONTRARRAZÕES RECURSAIS

Publicação Nº 1656044

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 007 / 2018 - SAÚDE

TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 001 / 2018 - SAÚDE

DESPACHO

No ato de Sessão Pública da abertura dos envelopes dos “Documentos de Habilitação” da Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n.º 001 / 2018 - SAÚDE foi inabilitada a Empresa PGO ENGENHARIA LTDA, conforme justificativa constante em ata lavrada no dia 06/06/2018.

Em conformidade com o disposto no item 15.7 do edital, foi concedida a Empresa inabilitada o prazo legal de 05 (cinco) dias úteis para interposição de Recurso. Assim, em 06/06/2018, sob Protocolo n.º 3875/2018 a Empresa PGO ENGENHARIA LTDA apresentou tempestivamente suas razões recursais contra a sua inabilitação.

Desta forma, em conformidade com o § 3º do Artigo 109 da Lei Federal n.º 8.666/93 e item 15.7 do edital de licitação, ficam INTIMADAS as Empresas GD CONSTRUÇÕES LTDA e J.J.R. CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI, para querendo, no prazo legal de 05 (cinco) dias úteis, iniciando a contagem em 20/06/2018 e com término em 26/06/2018, apresentar suas CONTRARRAZÕES ao Recurso apresentado pela Empresa PGO ENGENHARIA LTDA.

Pomerode / SC, 18 de Junho de 2018.

Comissão Permanente de Licitações

SÉRGIO RIEMER

Presidente da Comissão de Licitações

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE**1ª RETIFICAÇÃO EDITAL PREGÃO 009-2018**

Publicação Nº 1656303

I RETIFICAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO 009/2018
PREGÃO PRESENCIAL 009/2018

O presente Edital tem por objetivo receber propostas para AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA O DEPARTAMENTO TÉCNICO DO SAMAE.

Em atenção a questionamentos por parte de várias empresas licitantes, em virtude de confrontação da data com a participação do Brasil na Copa do Mundo de Futebol, a fim de ampliar a competitividade do certame, prorroga-se para dia 25/06/2018 a Sessão Pública e prazo de entrega das propostas. Ficam mantidas as demais exigências.

Permanecem inalteradas as demais condições

POMERODE/SC, 18 de Junho de 2018
CHARLES HENRIQUE SCHUSTER
Pregoeiro

Ponte Alta do Norte

PREFEITURA

EXTRATO PP 39/2018

Publicação Nº 1656024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2018
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE-SC, através da sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio nomeados pela Portaria Nº 096/2017 de 11 de Maio de 2017, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 8.666/93 em conformidade com a Lei Municipal Nº 633/2005, conforme decreto 860/2006, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, no dia 02/07/2018, às 10:00 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte, situada a Rua João da Silva Calomeno, Nº 243, se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante às condições estatuídas neste Edital e seus anexos.

Objeto: ADQUIRIR UM TANQUE DISTRIBUIDOR PARA TRANSPORTE ÁGUA OU ESTERCO LIQUIDO CAPACIDADE MÍNIMA DE 5.200 L, BOMBA A VÁCUO COMPRESSOR, COM KIT MANGUEIRAS SAÍDA 4" COM COMPRIMENTO 6 A 10MT PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO.

Local obtenção do instrumento convocatório: Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua João da Silva Calomeno, 243, das 07h30min às 12h30mm - site www.pmpn.sc.gov.br ou através do e-mail: licitacoes@pmpn.sc.gov.br

Ponte Alta do Norte - SC, 15/06/2018.
ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 012/2018 - MULTIENTIDADE

Publicação Nº 1656693

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 144/2018 - Multientidade.

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 012/2018 – Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo eletrônico, para aquisição de equipamentos e lavadoras de Alta Pressão. Somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 08h00min do dia 05 de julho de 2018, com início da mesma às 08h15min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 18 de junho de 2018.

Eliseu Mibach.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 010/2018 - FAS

Publicação Nº 1656658

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 013/2018 - FAS

Extrato de Edital de Pregão Presencial 010/2018 – Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para contratação de empresa para prestação de serviços de auxílio funeral. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 09 de julho de 2018 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 18 de junho de 2018.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 014/2018 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1656668

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 020/2018 - Educação.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 014/2018 – Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com

adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de instrumentos musicais. O recebimento dos envelopes se dará até às 09h00min do dia 09 de julho de 2018 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 18 de junho de 2018.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 015/2018 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1656686

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 021/2018 - Educação.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 015/2018 – Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por lote, do tipo presencial, para aquisição de sistema de monitoramento por câmeras com gravação de imagens. O recebimento dos envelopes se dará até às 09h00min do dia 10 de julho de 2018 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 18 de junho de 2018.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 090/2018

Publicação Nº 1656700

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 145/2018

Extrato de Edital de Pregão Presencial 090/2018. Exclusivo – ME – EPP – MEI.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para a aquisição de baracas personalizadas. O recebimento dos envelopes se dará até às 09h00min do dia 05 de julho de 2018 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 18 de junho de 2018.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 091/2018

Publicação Nº 1656710

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 146/2018

Extrato de Edital de Pregão Presencial 091/2018. Exclusivo – ME – EPP – MEI.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para a aquisição de salgados fritos e assados e massa doce. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 05 de julho de 2018 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitateportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 18 de junho de 2018.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

TERMO DE FOMENTO Nº 001/2018

Publicação Nº 1656373

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO – SC
ASSOCIAÇÃO DE REABILITAÇÃO DE LESÕES LÁBIO-PALATAIS – ARLEP.

TERMO DE FOMENTO nº 001/2018.

Processo Administrativo nº 003/2018.

Termo de Fomento que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação de Reabilitação de Lesões Lábio-Palatais – ARLEP, com sede no Município de Porto União.

O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ. sob nº 83.102.541/0001-58, com sede à Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro – Porto União - SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Eliseu Mibach, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n.º 1.331.349/SSP/SC e inscrito no CPF sob n.º 501.086.709-53, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO DE REABILITAÇÃO DE LESÕES LÁBIO-PALATAIS - ARLEP, pessoa jurídica sob a forma de Associação, de fins não econômicos e sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 78.592.748/0001-18, sediada na Rua Joaquim Távora nº 176 – Centro – União da Vitória – PR, neste ato representada pelo sua Presidente Sra. Sueli Celli Martins, portadora do RG nº 1.643.629-1/SSP/PR e CPF nº 881.954.659-00, doravante denominada simplesmente ENTIDADE, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, dispensando-se a realização de Chamamento Público, consoante previsão contida no Artigo 30, Inciso VI da Lei nº 13.019/2014, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação e Decretos Municipais nºs 209, de 25 de maio de 2017 e 214, de 29 de maio 2017, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente Termo de Fomento tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios e hospedagem na cidade de Bauru – SP.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

2. Promover a assistência social, prestação de serviço em saúde a fissurados lábio-palatais, sem distinção de raça, idade, credo religioso ou político, ou condição socioeconômica, buscando facilitar-lhes o acesso e/ou continuidade de tratamento em hospital

especializado, conforme previsão contida na Cláusula Primeira, desempenhando as ações conforme especificado no Plano de Trabalho;

2.1. Desenvolver programas de apoio a hospital especializado em todos os seus aspectos, prevenindo e/ou removendo dentro de suas possibilidades, problemas que possam interferir na concretização de seus tratamentos;

2.2. Atender as necessidades socioeconômicas dos fissurados de União da Vitória e região do Vale do Iguaçu, durante o período de tratamento hospitalar, prestando serviços assistenciais e de orientação para fins de locomoção, estadia, auxílios e demais apoios, para que os pacientes tenham possibilidades de realizarem este tratamento;

2.3. Desenvolver um trabalho multidisciplinar, a partir do fissurado estendendo-se até seus respectivos familiares, visando sempre a valorização do ser humano

2.4. Permitir o livre acesso dos servidores do MUNICÍPIO, facilitando a obtenção de informações junto à ENTIDADE;

2.5. Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do serviço, sem nenhuma responsabilidade do MUNICÍPIO;

2.6. Não transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do fornecimento, ressalvada, se necessária e plenamente justificável a intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo MUNICÍPIO, sob pena de rescisão deste Termo;

2.7. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo MUNICÍPIO, bem como pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por escrito, garantindo-se o livre acesso dos mesmos nas dependências da instituição;

2.8. Manter registros contábeis atualizados e em boa ordem, à disposição dos servidores do MUNICÍPIO;

2.9. Guardar, zelar e responsabilizar-se pela conservação e manutenção do patrimônio público municipal (bens móveis, equipamentos), cedidos para execução do serviço e recebidos pela ENTIDADE;

2.10. Prestar contas, perante a administração municipal de Porto União – SC, nos termos do Artigo 54 do Decreto nº 209, de 25 de maio de 2017;

2.11. Obedecer, para fins de prestações de contas, as normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

2.12. Utilizar a verba a ser repassada pelo MUNICÍPIO exclusivamente para cobertura de despesas relativas ao objeto deste Termo de Fomento, sendo:

a) despesas diretamente vinculadas a realização das atribuições e obrigações pela ENTIDADE na realização da presente parceria;

b) aquisição de gêneros alimentícios; e

c) pagamento de hospedagem de pacientes e acompanhantes nas viagens realizadas à Bauru – SP.

2.13. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública;

2.14. Responder pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da ENTIDADE e ao adimplemento deste termo, não caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

3. Transferir até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês de julho e novembro de 2018, os recursos à ENTIDADE, no valor equivalente a R\$ 1.614,00 (um mil seiscentos e quatorze reais) em cada mês;

3.1. Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, incluindo:

- a) apreciar a prestação de contas apresentada pela ENTIDADE;
- b) fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da ENTIDADE pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- c) comunicar formalmente à ENTIDADE qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;
- d) dar publicidade ao presente Termo de Fomento através da publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC;
- e) bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à ENTIDADE quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:
 - I- atrasos e irregularidades na prestação de contas;
 - II- aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho;
 - III- não cumprimento do Plano de Trabalho;
 - IV- falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.

3.2. Para fins de interpretação do item 3.1, alínea “e” entende-se por:

- a) bloqueio: a determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior;
- b) suspensão: a determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo, a ENTIDADE, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão;
- c) cancelamento: a determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4. O MUNICÍPIO repassará à ENTIDADE, recursos financeiros no valor total de R\$ 3.228,00 (três mil, duzentos e vinte e oito reais), desembolsáveis em 02 (duas) parcelas mensais no valor de R\$ 1.614,00 (um mil seiscentos e quatorze reais), sendo a primeira no mês de julho/2018 e a segunda no mês de novembro/2018, conforme cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

4.1. A ENTIDADE movimentará os recursos em conta bancária de instituição financeira oficial do Município, em nome da Associação de Reabilitação de Lesões Lábio-Palatais – ARLEP, de União da Vitória – PR, em c/c específica sob o nº 2312-3 Agência 0422, Operação 03, da Caixa Econômica Federal.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO DO TERMO DE FOMENTO

5. O acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pelo MUNICÍPIO, a quem também incumbirá à análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela ENTIDADE.

5.1. O responsável pela gestão da parceria poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar informações adicionais, examinar documentos e praticar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente termo.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6. O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 02 de julho de 2018 a 31 de dezembro de 2018, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7. O presente instrumento poderá ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de

responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8- A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada composta com os documentos abaixo elencados:

8.1. De responsabilidade da ENTIDADE:

I) Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados a partir do cronograma físico, com respectivo material comprobatório, tais como lista de presença, fotografias, vídeos ou outros suportes, devendo o eventual cumprimento parcial ser devidamente justificado, composto dos seguintes documentos:

- a) capa;
- b) ofício de encaminhamento da Prestação de Contas, dirigido ao responsável da Unidade Gestora, assinado pelo presidente da organização da sociedade civil. (Anexo IV do Decreto nº 209, de 25 de maio de 2017);
- c) plano de trabalho e aplicação dos recursos recebidos. (Anexo V do Decreto nº 209, de 25 de maio de 2017); e
- d) declaração firmada por dirigente da entidade beneficiada acerca do cumprimento dos objetivos previstos, quanto à aplicação dos recursos repassados. (Anexo VI do Decreto nº 209, de 25 de maio de 2017);

II) Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal e o contador responsável, com a relação das despesas e receitas efetivamente realizadas e vinculadas com a execução do objeto composto dos seguintes documentos:

- a) original do extrato bancário da conta específica mantida pela organização da sociedade civil beneficiada, evidenciando o ingresso e a saída dos recursos;
- b) cópia das transferências eletrônicas ou ordens bancárias vinculadas às despesas comprovadas;
- c) comprovante da devolução do saldo remanescente, por ventura existente, à Unidade Gestora;
- d) original dos comprovantes da despesa, emitidos em nome da organização da sociedade civil beneficiada (nota fiscal e cupom fiscal) com os devidos termos de aceite; e
- e) comprovante do recolhimento do DAM – Documento de Arrecadação Municipal, quando da utilização da Nota Fiscal Avulsa.

8.2. De responsabilidade do MUNICÍPIO

- I- relatório emitido pela Comissão de Monitoramento e Avaliação;
- II- parecer técnico emitido pelo gestor do Termo de Fomento.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

9. O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos participantes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

9.1. Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ENTIDADE as sanções do Art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10. Os recursos destinados à execução da presente parceria correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária, consignada no Orçamento Geral do município na rubrica:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	209	SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
ATIVIDADE	2026	Manutenção Secretaria de Desenvolvimento Social

MODALIDADE	3350 – 100	Transf. a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos
------------	------------	---

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

11. Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente Termo de Fomento e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal nº 13.019/14 e Decreto Municipal nº 209/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12. Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Porto União – SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Porto União (SC), 08 de junho de 2018.

ELISEU MIBACH SUELY CELLI MARTINS
Prefeito Municipal Presidente da ARLEP

TESTEMUNHAS:

1. Nome: Ruan Guilherme Wolf 2. Nome: Vanderlei Werle
CPF nº 088.388.169-13 CPF nº 501.090.659-72

TERMO DE FOMENTO Nº 003/2018

Publicação Nº 1656299

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO – SC
FUNDAÇÃO HERMON – CENTRO AMBIENTAL HERMON

TERMO DE FOMENTO nº 003/2018.

Processo Administrativo nº 007/2018.

Termo de Fomento que entre si celebram o Município de Porto União e a Fundação Hermon – Centro Ambiental Hermon, com sede no Município de Porto União.

O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ. sob nº 83.102.541/0001-58, com sede à Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro – Porto União - SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Eliseu Mibach, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 1.331.349/SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 501.086.709-53, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e a FUNDAÇÃO HERMON – CENTRO AMBIENTAL HERMON, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob nº 04.532.963/0005-10 sediada na Rodovia BR 280 – Km 05 – Pintado – Porto União – SC, neste ato representada pelo seu Presidente Sr. João Sérgio Rucinski, portador do RG nº 1.454.402/SSP/SC e CPF nº 339.565.619-53, doravante denominada simplesmente ENTIDADE, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, em cumprimento ao Artigo 96-A da Lei Orgânica Municipal nº 23/2017, de 28 de junho de 2017, que dispõe sobre Emendas Individuais do Legislativo Municipal em Lei Orçamentária Anual, com base no Artigo 29 da Lei Federal nº 13.019/2014 e em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, consoante com o Artigo 3º Item 2, subitem 2.17 da Lei Municipal nº 4.506, de 14 de dezembro de 2017, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente Termo de Fomento tem por objeto a manutenção da

comunidade terapêutica Fundação Hermon através do pagamento de funcionários, compra de material de expediente, alimentação, produtos de limpeza, gasolina e material de construção.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

2. Desenvolver serviços de saúde e assistência social, destinados à reabilitação física, psicológica e reinserção social de homens maiores, de 18 anos, portadores de transtornos decorrentes do uso e abuso de substâncias psicoativas;

2.1. Oferecer ao acolhido ambiente que lhe proporcione ferramentas e o suporte necessários para mudanças de hábitos e resignificação de vida;

2.2. Manter, assistir e prestar assistência nas áreas da prevenção, pesquisa, tratamento, recuperação e apoio de dependentes químicos de qualquer natureza;

2.3. Executar e manter o Projeto Terapêutico elaborado pela equipe técnica da Comunidade Terapêutica Fundação Hermon, visando motivar os acolhidos à mudança de estilo de vida, seguindo políticas, diretrizes e leis que sustentem seus direitos como cidadãos;

2.4. Proporcionar ao acolhido o início ou a continuidade do processo de recuperação de suas condições físicas e psíquicas;

2.5. Permitir o livre acesso dos servidores do MUNICÍPIO, facilitando a obtenção de informações junto à ENTIDADE;

2.6. Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do serviço, sem nenhuma responsabilidade do MUNICÍPIO;

2.7. Não transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do fornecimento, ressalvada, se necessária e plenamente justificável a intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo MUNICÍPIO, sob pena de rescisão deste Termo;

2.8. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo MUNICÍPIO, bem como pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por escrito, garantindo-se o livre acesso dos mesmos nas dependências da instituição;

2.9. Manter registros contábeis atualizados e em boa ordem, à disposição dos servidores do MUNICÍPIO;

2.10. Guardar, zelar e responsabilizar-se pela conservação e manutenção do patrimônio público municipal (bens móveis, equipamentos), cedidos para execução do serviço e recebidos pela ENTIDADE;

2.11. Prestar contas, perante a administração municipal de Porto União – SC, nos termos do Artigo 54 do Decreto nº 209, de 25 de maio de 2017;

2.12. Obedecer, para fins de prestações de contas, as normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

2.13. Utilizar a verba a ser repassada pelo MUNICÍPIO exclusivamente para cobertura de despesas relativas ao objeto deste Termo de Fomento, sendo:

a) despesas diretamente vinculadas a realização das atribuições e obrigações pela ENTIDADE na realização da presente parceria;

b) remuneração da equipe dimensionada no Plano de Trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, podendo contemplar as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, férias, décimo-terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, desde que tais valores:

I- correspondam às atividades previstas para a consecução do objeto e à qualificação técnica necessária para a execução da função a ser desempenhada;

II- sejam compatíveis com o valor de mercado da região onde atua e não superior ao teto do Poder Executivo; e

III- sejam proporcionais ao tempo de trabalho efetiva e exclusivamente dedicado à parceria celebrada.

c) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação, nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

d) custos indiretos necessários à execução do objeto seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria; e
e) aquisição de equipamentos, gêneros alimentícios, produtos de limpeza, material de construção, combustível e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

2.14. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública;

2.15. Responder pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da ENTIDADE e ao adimplemento deste termo, não caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

3. Transferir mensalmente, até o 15º (décimo quinto) dia útil de cada mês, os recursos à ENTIDADE, no valor equivalente a R\$ 3.761,40 (três mil, setecentos e sessenta e um reais, quarenta centavos);

3.1. Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, incluindo:

a) apreciar a prestação de contas apresentada pela ENTIDADE;
b) fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da ENTIDADE pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

c) comunicar formalmente à ENTIDADE qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;

d) dar publicidade ao presente Termo de Fomento através da publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC;

e) bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à ENTIDADE quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:

I- atrasos e irregularidades na prestação de contas;

II- aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho;

III- não cumprimento do Plano de Trabalho;

IV- falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.

3.2. Para fins de interpretação do item 3.1, alínea “e” entende-se por:

a) bloqueio: a determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior;

b) suspensão: a determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo, a ENTIDADE, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão;

c) cancelamento: a determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4. O MUNICÍPIO repassará à ENTIDADE, recursos financeiros no valor total de R\$ 30.091,20 (trinta mil e noventa e um reais, vinte centavos), desembolsáveis em 08 (oito) parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 3.761,40 (três mil e setecentos e sessenta e um reais, quarenta centavos), conforme cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

4.1. A ENTIDADE movimentará os recursos em conta bancária de instituição financeira oficial do Município, em nome da Fundação Hermon – Centro Ambiental Hermon, em c/c específica sob o nº 29.580-9 Ag. 2490-2 Banco do Brasil.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

5. O acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pelo MUNICÍPIO, a quem também incumbirá à análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela ENTIDADE.

5.1. O responsável pela gestão da parceria poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar informações adicionais, examinar documentos e praticar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente termo.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6. O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 08 (oito) meses, contados de 02 de julho de 2018 até 28 de fevereiro de 2019, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7. O presente instrumento poderá ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8- A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada composta com os documentos abaixo elencados:

8.1. De responsabilidade da ENTIDADE:

I) Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados a partir do cronograma físico, com respectivo material comprobatório, tais como lista de presença, fotografias, vídeos ou outros suportes, devendo o eventual cumprimento parcial ser devidamente justificado, composto dos seguintes documentos:

a) capa;

b) ofício de encaminhamento da Prestação de Contas, dirigido ao responsável da Unidade Gestora, assinado pelo presidente da organização da sociedade civil. (Anexo IV do Decreto nº 209, de 25 de maio de 2017);

c) plano de trabalho e aplicação dos recursos recebidos. (Anexo V do Decreto nº 209, de 25 de maio de 2017); e

d) declaração firmada por dirigente da entidade beneficiada acerca do cumprimento dos objetivos previstos, quanto à aplicação dos recursos repassados. (Anexo VI do Decreto nº 209, de 25 de maio de 2017);

II) Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal e o contador responsável, com a relação das despesas e receitas efetivamente realizadas e vinculadas com a execução do objeto composto dos seguintes documentos:

a) original do extrato bancário da conta específica mantida pela organização da sociedade civil beneficiada, evidenciando o ingresso e a saída dos recursos;

b) cópia das transferências eletrônicas ou ordens bancárias vinculadas às despesas comprovadas;

c) comprovante da devolução do saldo remanescente, por ventura existente, à Unidade Gestora;

d) original dos comprovantes da despesa, emitidos em nome da organização da sociedade civil beneficiada (nota fiscal e cupom fiscal) com os devidos termos de aceite; e

e) comprovante do recolhimento do DAM – Documento de

Arrecadação Municipal, quando da utilização da Nota Fiscal Avulsa.

8.2. De responsabilidade do MUNICÍPIO

I- relatório emitido pela Comissão de Monitoramento e Avaliação;

II- parecer técnico emitido pelo gestor do Termo de Fomento.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

9. O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

9.1. Pela execução da parceria em desacordo com o projeto, o Município poderá garantir a prévia defesa, aplicar à ENTIDADE as sanções do Art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10. Os recursos destinados à execução da presente parceria correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária, consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0210	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
ATIVIDADE	2033	Encargos Gerais da Administração
MODALIDADE	3350 – 100	Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

11. Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente Termo de Fomento e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal nº 13.019/14 e Decreto Municipal nº 209/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12. Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Porto União – SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Porto União (SC), 14 de junho de 2018.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

JOÃO SÉRGIO RUCINSKI
Presidente da Fundação Hermon
Centro Ambiental Hermon

TESTEMUNHAS:

1. Nome: Ruan Guilherme Wolf CPF nº 088.388.169-13
2. Nome: Deivid Dionatan Rucinski CPF nº 071.247.779-92

TERMO DE FOMENTO Nº 004/2018

Publicação Nº 1656370

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO – SC
ASSOCIAÇÃO FAMÍLIA ZALEWSKI – CASA DE APOIO AMOR FRATERNAL

TERMO DE FOMENTO nº 004/2018.
Processo Administrativo nº 004/2018.

Termo de Fomento que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação Família Zalewski – Casa de Apoio Amor Fraternal, com sede no Município de Porto União.

O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ. sob nº 83.102.541/0001-58, com sede à Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro – Porto União - SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Eliseu Mibach, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n.º 1.331.349/SSP/SC e inscrito no CPF sob n.º 501.086.709-53, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO FAMÍLIA ZALEWSKI – CASA DE APOIO, entidade beneficente de assistência social, inscrita no CNPJ sob nº 10.201.460/0001-31, sediada na Rua D. Pedro II, nº 140 – Centro – Porto União – SC, neste ato representada pela sua Presidente Sra. Laurete Dub Pinto Conte, portadora do RG nº 5.026.607-9/SSP/PR e CPF nº 752.337.979-68, doravante denominada simplesmente ENTIDADE, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, em cumprimento ao Artigo 96-A da Lei Orgânica Municipal nº 23/2017, de 28 de junho de 2017, que dispõe sobre Emendas Individuais do Legislativo Municipal em Lei Orçamentária Anual, com base no Artigo 29 da Lei Federal nº 13.019/2014 e em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, consoante com o Artigo 3º Item 2, subitem 2.17 da Lei Municipal nº 4.506, de 14 de dezembro de 2017, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente Termo de Fomento tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios, material de limpeza e material permanente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

2. Promover o apoio e a assistência social a pessoas de qualquer idade em tratamento de saúde, especialmente as de câncer, através do serviço de hospedagem e alimentação ao paciente e um acompanhante de forma gratuita;

2.1. Auxiliar na orientação acerca dos direitos socioassistenciais dos pacientes hospedados na Associação Família Zalewski – Casa de Apoio Amor Fraternal;

2.2. Criar espaço de participação e integração entre os usuários hospedados na Associação Família Zalewski – Casa de Apoio Amor Fraternal;

2.3. Garantir a execução dos objetivos da Associação, assegurando o pleno atendimento aos pacientes em vulnerabilidade pessoal, social e material;

2.4. Articular, promover e estimular políticas públicas voltadas ao apoio e assistência aos pacientes com câncer e demais doenças;

2.5. Desenvolver em conjunto com outras Instituições campanhas de prevenção e orientação sobre saúde pública;

2.6. Permitir o livre acesso dos servidores do MUNICÍPIO, facilitando a obtenção de informações junto à ENTIDADE;

2.7. Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do serviço, sem nenhuma responsabilidade do MUNICÍPIO;

2.8. Não transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do fornecimento, ressalvada, se necessária e plenamente justificável a intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo MUNICÍPIO, sob pena de rescisão deste Termo;

2.9. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo MUNICÍPIO, bem como pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por escrito, garantindo-se o livre acesso dos mesmos nas dependências da instituição;

2.10. Manter registros contábeis atualizados e em boa ordem, à disposição dos servidores do MUNICÍPIO;

2.11. Prestar contas, perante a administração municipal de Porto União – SC, nos termos do Artigo 54 do Decreto nº 209, de 25 de maio de 2017;

2.12. Obedecer, para fins de prestações de contas, as normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

2.13. Utilizar a verba a ser repassada pelo MUNICÍPIO exclusivamente para cobertura de despesas relativas ao objeto deste Termo de Fomento, sendo:

- a) despesas diretamente vinculadas a realização das atribuições e obrigações pela ENTIDADE na realização da presente parceria;
- b) aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto do presente Termo;

2.14. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública;

2.15. Responder pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da ENTIDADE e ao adimplemento deste termo, não caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

3. Transferir mensalmente, até o 15º (décimo quinto) dia útil de cada mês, os recursos à ENTIDADE, no valor equivalente a R\$ 625,00 (seiscentos e vinte e cinco reais);

3.1. Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, incluindo:

- a) apreciar a prestação de contas apresentada pela ENTIDADE;
- b) fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da ENTIDADE pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

c) comunicar formalmente à ENTIDADE qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;

d) dar publicidade ao presente Termo de Fomento através da publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC;

e) bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à ENTIDADE quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:

- I- atrasos e irregularidades na prestação de contas;
- II- aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho;
- III- não cumprimento do Plano de Trabalho;
- IV- falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.

3.2. Para fins de interpretação do item 3.1, alínea “e” entende-se por:

- a) bloqueio: a determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior;
- b) suspensão: a determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo a ENTIDADE, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão;
- c) cancelamento: a determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4. O MUNICÍPIO repassará à ENTIDADE, recursos financeiros no valor total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), desembolsáveis em 08 (oito) parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 625,00 (seiscentos e vinte e cinco reais), conforme cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

4.1. A ENTIDADE movimentará os recursos em conta bancária de

instituição financeira oficial do Município, em nome da Associação Família Zalewski – Casa de Apoio, em c/c específica sob o nº 3567-9, Ag. 0422, Caixa Econômica Federal.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

5. O acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pelo MUNICÍPIO, a quem também incumbirá à análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela ENTIDADE.

5.1. O responsável pela gestão da parceria poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar informações adicionais, examinar documentos e praticar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente termo.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6. O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 08 (oito) meses, contados de 02 de julho de 2018 até 28 de fevereiro de 2019, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7. O presente instrumento poderá ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8- A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada composta com os documentos abaixo elencados:

8.1. De responsabilidade da ENTIDADE:

I) Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados a partir do cronograma físico, com respectivo material comprobatório, tais como lista de presença, fotografias, vídeos ou outros suportes, devendo o eventual cumprimento parcial ser devidamente justificado, composto dos seguintes documentos:

- a) capa;
- b) ofício de encaminhamento da Prestação de Contas, dirigido ao responsável da Unidade Gestora, assinado pelo presidente da organização da sociedade civil. (Anexo IV do Decreto nº 209, de 25 de maio de 2017);
- c) plano de trabalho e aplicação dos recursos recebidos. (Anexo V do Decreto nº 209, de 25 de maio de 2017); e
- d) declaração firmada por dirigente da entidade beneficiada acerca do cumprimento dos objetivos previstos, quanto à aplicação dos recursos repassados. (Anexo VI do Decreto nº 209, de 25 de maio de 2017);

II) Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal e o contador responsável, com a relação das despesas e receitas efetivamente realizadas e vinculadas com a execução do objeto composto dos seguintes documentos:

- a) original do extrato bancário da conta específica mantida pela organização da sociedade civil beneficiada, evidenciando o ingresso e a saída dos recursos;
- b) cópia das transferências eletrônicas ou ordens bancárias vinculadas às despesas comprovadas;
- c) comprovante da devolução do saldo remanescente, por ventura existente, à Unidade Gestora;
- d) original dos comprovantes da despesa, emitidos em nome da organização da sociedade civil beneficiada (nota fiscal e cupom fiscal) com os devidos termos de aceite; e
- e) comprovante do recolhimento do DAM – Documento de Arrecadação Municipal, quando da utilização da Nota Fiscal Avulsa.

8.2. De responsabilidade do MUNICÍPIO

- I- relatório emitido pela Comissão de Monitoramento e Avaliação;
II- parecer técnico emitido pelo gestor do Termo de Fomento.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

9. O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

9.1. Pela execução da parceria em desacordo com o projeto, o Município poderá garantir a prévia defesa, aplicar à ENTIDADE as sanções do Art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10. Os recursos destinados à execução da presente parceria correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária, consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0210	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
ATIVIDADE	2033	Encargos Gerais da Administração
MODALIDADE	3350 – 100	Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

11. Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente Termo de Fomento e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal nº 13.019/14 e Decreto Municipal nº 209/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12. Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Porto União – SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Porto União (SC), 14 de junho de 2018.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

LAURETE DUB PINTO CONTE

Presidente da Associação Família Zalewski

TESTEMUNHAS:

1. Nome: Ruan Guilherme Wolf
CPF nº 088.388.169-13

2. Nome: Adélio Zbigniew Rzewuski
CPF nº 004.687.039-34

Pouso Redondo

PREFEITURA

DECRETO Nº 047/2018 de 13/06/2018 Cancela lançamento de débito e dá outras providências.

Publicação Nº 1656611

DECRETO Nº 047/2018 de 13/06/2018

Cancela lançamento de débito e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO requerimento emitido pelo setor de tributos, em anexo;

CONSIDERANDO que referido requerimento consta a informação de que o lançamento de débito em nome do contribuinte Helmuth Becker, referente a serviços de horas de máquina ocorreu de forma equivocada, haja vista que o serviço realizado não se tratava de um serviço particular, mas sim de interesse da coletividade;

CONSIDERANDO que o contribuinte não pode arcar com erro da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º - Fica cancelado o débito correspondente a serviços de horas máquina no valor de R\$ 1.229,08 (hum mil duzentos e vinte e oito reais e oito centavos) em nome de Helmuth Becker, portador do CPF 292.970.959-68, residente e domiciliado na Rua Rafael Marchese, Bairro Planalto, município de Pouso Redondo – SC, devendo o setor competente cancelar o débito equivalente aos serviços realizados.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 13 de junho de 2018.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

PROCESSO 077 2018 - CONCESSÃO SERVIÇOS DE GUINCHO

Publicação Nº 1657346

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 77/2018

CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO/PERMISSÃO Nº. 05/2018

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 09:00 Horas do dia 24.07.2018, está aberto edital para Concessão e permissão de serviços de remoção e guarda de veículos sinistrados, retidos ou de veículos e objetos apreendidos em decorrência de infração à legislação de trânsito, nos termos do inciso XI e XII, do Art.º 24, da Lei 9.503, ou criminalmente, nos termos da Lei n.º 6.575/78, é serviço público municipal, e somente serão realizados por pessoas jurídicas, mediante permissão nos termos da Lei Federal n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e Lei Ordinária n. 2.703/2018, de 15 de Maio de 2018. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 18 de Junho de 2018.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

PROCESSO 084 2018 - TRANSPORTE ESCOLAR

Publicação Nº 1657345

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 84/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2018

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 09:00 Horas do dia 29.06.2018, está aberto edital para Contratação de serviços de transporte escolar de alunos da rede municipal e estadual de ensino, Secretaria de Educação do Município de Pouso Redondo. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 18 de Junho de 2018.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

PROCESSO 13 2018 - FMS MEDICAMENTO JUDICIAL

Publicação Nº 1656687

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO REDONDO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2018 – MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de Pouso Redondo, SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, torna público para conhecimento dos interessados, que fica aberto até às 14:00 horas do dia 03/07/2018 o edital para a realização de licitação para registro de preços para FORNECIMENTO DO MEDICAMENTO TRASTUZUMABE ENTASINA 20MG/ML, VISANDO ATENDER AOS PACIENTES CONTEMPLADOS COM DEMANDAS JUDICIAIS. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, pelo fone (47) 3545-8700, pelo e-mail: licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 18 de junho de 2018.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

PROCESSO 78 2018 - TECIDOS

Publicação Nº 1657188

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº078/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto, a partir das 09:00 Horas do dia 28.06.2018, Pregão Presencial para Registro de Preço para aquisição de material destinado à decoração de eventos culturais da Secretaria de Educação e Cultura e suas respectivas unidades de Ensino e para confecção de roupas de cama para utilização nos Centros de Educação Infantis da Rede Municipal de Ensino. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou e-mail: licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 18 de junho de 2018.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

PROCESSO 79 2018 - PEÇAS TRATORES

Publicação Nº 1657288

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº079/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto, a partir das 14:00 Horas do dia 29.06.2018, Pregão Eletrônico para Registro de preço para futura e eventual aquisição de peças para tratores New Holland TT75 4030 e TL95E, John Deere 6415 e Valtra/Valmet A750L ano 2013. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou e-mail: licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 18 de junho de 2018.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

Praia Grande

PREFEITURA

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 08/2018 - SAMAE

Publicação Nº 1656550

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE-AGUA DOS CANYONS DE PRAIA GRANDE/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 12/2018

PREGÃO PRESENCIAL N.º 08/2018 – REGISTRO DE PREÇO

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETIVO O REGISTRO DE PREÇOS PARA UMA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, PARA BOMBAS, MOTORES E EQUIPAMENTOS DIVERSOS DO SAMAE – ÁGUA DOS CANYONS PRAIA GRANDE, DURANTE O ANO DE 2018.

ENTREGA DOS ENVELOPES: ATÉ ÀS 09:00 HORAS DO DIA 04/07/2018.

ABERTURA DOS ENVELOPES: ÀS 09:15 HORAS DO DIA 04/07/2018.

O EDITAL E ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER OBTIDOS NO SEGUINTE ENDEREÇO E HORÁRIO: RUA IRINEU BORNHAUSEN, 320, CENTRO, NOS DIAS ÚTEIS, DE SEGUNDA À SEXTA, DAS 07:00H ÀS 13:00H OU PELO TELEFONE 048 3532-0132.

PRAIA GRANDE-SC, 18 DE JUNHO DE 2018.

JOÃO LUIZ CUSTODIO

DIRETOR-PRESIDENTE DO SAMAE

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 118/2018

Publicação Nº 1656194

EXTRATO DE CONTRATO Nº 118/2018

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADO:	BELLA VITTA ESTÉTICA E COMÉRCIO LTDA - ME
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de elaboração de cardápio da merenda escolar, inspeção técnica dos produtos fornecidos para elaboração da merenda escolar e orientação técnica às merendeiras, junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do Município, no período de 04 (quatro) horas semanais.
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos serviços é de 1.200,00 (um mil e duzentos reais mensais), totalizando R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais)..
VIGÊNCIA:	11/06/2018 à 28/10/2018.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 119/2018

Publicação Nº 1656196

EXTRATO DE CONTRATO Nº 119/2018

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADO:	LUICIANE FRIGO - ME
OBJETO:	Tem por objeto a aquisição de materiais de higiene e limpeza para a manutenção das atividades das Secretarias Municipais, do Fundo Municipal de Saúde, e do Fundo Municipal de Assistência Social, durante o ano de 2018
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos materiais é de R\$ 307,87 (trezentos e sete reais e oitenta e sete centavos), sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento é o descrito na tabela acima, cláusula segunda, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA.
VIGÊNCIA:	11/06/2018 à 31/12/2018.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 120/2018

Publicação Nº 1656197

EXTRATO DE CONTRATO Nº 120/2018

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADO:	ROBERTO TESSARO & CIA

OBJETO:	Tem por objeto a aquisição de materiais de higiene e limpeza para a manutenção das atividades das Secretarias Municipais, do Fundo Municipal de Saúde, e do Fundo Municipal de Assistência Social, durante o ano de 2018
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos materiais é de R\$ 5.298,24 (Cinco mil, duzentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos), sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento é o descrito na tabela acima, cláusula segunda, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA.
VIGÊNCIA:	11/06/2018 à 31/12/2018.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 121/2018

Publicação Nº 1656198

EXTRATO DE CONTRATO Nº 121/2018

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADO:	SUPERMERCADO E AÇOUGUE COMPRE MAIS LTDA - EPP
OBJETO:	Tem por objeto a aquisição de materiais de higiene e limpeza para a manutenção das atividades das Secretarias Municipais, do Fundo Municipal de Saúde, e do Fundo Municipal de Assistência Social, durante o ano de 2018
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos materiais é de R\$ 10.192,60 (Dez mil, cento e noventa e dois reais e sessenta centavos), sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento é o descrito na tabela acima, cláusula segunda, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA.
VIGÊNCIA:	11/06/2018 à 31/12/2018.

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2017

Publicação Nº 1657474

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2018 CARTA CONVITE Nº 01/2018

EXTRATO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08h45min (oito horas e quarenta e cinco minutos), do dia 27 (vinte e sete) de junho de 2018, no Setor de Licitações, as propostas para CARTA CONVITE, que tem como objeto a escolha mais vantajosa para a contratação de serviço especializado de mão-de-obra e fornecimento de material para reforma parcial e fechamento do espaço multiuso localizado na academia de saúde, situada na Rua Ervino Wille, no Município de Presidente Castello Branco/SC. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou

esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 19 DE JUNHO DE 2018.

Luciana Da Silva
Secr. Municipal de Saúde e Bem Estar Social

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 42/2018

Publicação Nº 1656035

Número da Lei:	1545
Ano da Lei:	2017
Data da Lei:	24/11/2017

DECRETO Nº 42, de 8 de junho de 2018

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 2.000,00(dois mil reais)

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Depto Municipal de Transp, Obras e Serv. Urbanos	08.001.0015.0451.1701.2029.33390 0000000000.01000000	2.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Depto Municipal de Transp, Obras e Serv. Urbanos	08.001.0015.0451.1701.2029.34490 0000000000.01000000	2.000,00

Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu - Santa Catarina, 8 de junho de 2018

ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal
CPF: 767.132.029-34ALINE LESKE TILLMANN
CONTADOR
CRC: 24474 /SC

DECRETO 43/2018

Publicação Nº 1656255

DECRETO N.º 043, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

"Estabelece Horário de Expediente para Servidores e Empregadores nas repartições Públicas Municipais nos jogos do Brasil da copa do mundo 2018 e da outras providencias."

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, baixa o seguinte,

DECRETA:

Art. 1º - Nos dias dos jogos da Seleção Brasileira de futebol, realizados durante a Copa do Mundo 2018, ficam estabelecidos os seguintes horários de expediente dos servidores e empregados nas repartições públicas municipais:

I – No dia 22/06/2018, o expediente será das 13h00min às 17h00min

II - No dia 27/06/2018, expediente normal para todas as secretárias, exceto para Secretaria de Saúde que será das 08h00min às 12h00min.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 15 de Junho de 2018.

ISAMAR DE MELO

Prefeito Municipal

SERVIÇOS PARTICULARES EFETUADOS 05/2018

Publicação Nº 1656213

Pag 1 / 7

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Situação do Lote: Todos Tipo Baixa: Todos Data Pagamento Inicial: 01/05/2018 Data Pagamento Final: 31/05/2018 Imprimir Observação: Não Imprimir Contribuinte: Não
 Totalizar Tributo: Não Código Sub-Receita: 8,14,16 Cliente do Lote: Todos Tipo de Débito: Exercício: Todos Ordem: Data de Pagamento Imprimir Observação do
 Lançamento: Não judicial: Todos cartório: Todos



Lote	Data Baixa	Banco	Lancsto	Forma Pgtto	P. Sub-Receita	Vencimento	Agência/Convênio		N. Parcelas	Valor Pago		Situação	
							Data Pagto	Valor a Pagar		Desconto	Valor Pago	Diferença	
4782	04/05/2018	104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL					423 / 103502		7		1.870,52	Fechado	
	3834/2018	8/0 - 1	0 14 - TRATOR PEQUENO			02/05/2018	02/05/2018	102,06	0,00		102,06	0,00	
	Contribuinte: LUCINEI DA SILVA - 076.887.949-35												
	Observação Lançamento: 2:00 HORAS.												
	3835/2018	8/0 - 1	0 16 - BASCUL GRANDE			02/05/2018	02/05/2018	408,23	0,00		408,23	0,00	
	Contribuinte: VALDEMIRO MULLER - 383.817.969-20												
	Observação Lançamento: 8:00 horas												
	3837/2018	8/0 - 1	0 16 - BASCUL GRANDE			02/05/2018	02/05/2018	816,46	0,00		816,46	0,00	
	Contribuinte: JOSE MAURINO ELEOTERIO - 005.689.999-83, RUA JOHN KENNEDY, 1621												
	Observação Lançamento: 16:00 horas.												
3838/2018	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE			02/05/2018	02/05/2018	101,93	0,00		101,93	0,00		
	Contribuinte: OSVALDO KEMPER - 104.092.039-04, RUA EXPEDICIONARIO VITORIO, 400												
	Observação Lançamento: 1:30 HORAS.												
	3839/2018	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE			02/05/2018	02/05/2018	67,96	0,00		67,96	0,00	
	Contribuinte: JAIME HEINZ - 477.894.259-00												
	Observação Lançamento: 1:00 HORA												
	3840/2018	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE			02/05/2018	02/05/2018	271,82	0,00		271,82	0,00	
	Contribuinte: ALESSANDRO BERKEMBROCK - 038.851.529-59, ESTRADA THIEMEM, S/N												
	Observação Lançamento: QUATRO HORAS												
	3841/2018	8/0 - 1	0 14 - TRATOR PEQUENO			02/05/2018	02/05/2018	102,06	0,00		102,06	0,00	
Contribuinte: EVELAZIO VANDERLINDE - 018.778.999-17, RUA DONA PERPETUA, 168													
Observação Lançamento: 2:00 HORAS.													
4786	07/05/2018	1 - BB					Total do Lote	1.870,52	0,00		1.870,52	0,00	
	3805/2018	8/0 - 1	0 14 - TRATOR PEQUENO			06/05/2018	03/05/2018	153,09	0,00		153,09	0,00	
	Contribuinte: ADELAR DE SOUZA - 518.332.809-97, LOCALIDADE TIRIVAS, S/N												
	Observação Lançamento: 3:00 horas.												
	3843/2018	8/0 - 1	0 16 - BASCUL GRANDE			03/05/2018	03/05/2018	408,23	0,00		408,23	0,00	
	Contribuinte: JOSE ANTONIO INACIO - 497.220.939-91												
	Observação Lançamento: 8:00 horas.												
	3845/2018	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE			03/05/2018	03/05/2018	33,98	0,00		33,98	0,00	
	Contribuinte: ERENITA TARNOWSKI - 563.651.289-91, ESTRADA GERAL, SN												
	Observação Lançamento: MEIA HORA												

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WGT031202-003-JYBCV-267016397 - Emitido por: JEAN TILLMANN

18/06/2018 10:13

Pág 2 / 7

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Arrecadação - Valores Pagos - Analítico

Situação do Lote: Todos Tipo Baixa: Todos Data Pagamento Inicial: 01/05/2018 Data Pagamento Final: 31/05/2018 Imprimir Observação: Não Imprimir Contribuinte: Não
 Totalizar Tributo: Não Código Sub-Receta: 8,14,16 Cliente do Lote: Todos Tipo de Débito: Exercício: Todos Ordem: Data de Pagamento Imprimir Observação do Lançamento: Não judicial: Todos cartório: Todos



Lote	Lanc	Data Baixa	Banco	P. Sub-Receta	Vencimento	Agência/Convênio		N. Parcelas	Valor Pago		Situação	
						Data Pagto	Valor a Pagar		Desconto	Valor Pago	Diferença	Fechado
4786	07/05/2018	1 - BB				5351 / 116084		5		1.139,44		
3846/2018	8/0 - 1	0 16 - BASCUL GRANDE			03/05/2018	03/05/2018	408,23	0,00		408,23		0,00
Contribuinte: JOSE NICANOR VIEIRA - 518.334.849-91												
Observação Lançamento: 08 HORAS												
3847/2018	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE			03/05/2018	03/05/2018	135,91	0,00		135,91		0,00
Contribuinte: FABIO MAICHAIN - 087.662.249-00												
Observação Lançamento: 2.00 horas.												
4788	08/05/2018	1 - BB				5351 / 116084		3		646,20		
3851/2018	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE			04/05/2018	04/05/2018	135,91	0,00		135,91		0,00
Contribuinte: JOSE SCHERER - 377.629.669-00												
Observação Lançamento: 2.00 horas.												
3853/2018	8/0 - 1	0 14 - TRATOR PEQUENO			04/05/2018	04/05/2018	102,06	0,00		102,06		0,00
Contribuinte: CARLOS EDUARDO MULLER - 000.161.699-48, ESTRADA Tucano, S/N												
Observação Lançamento: 2.00 HORAS.												
3854/2018	8/0 - 1	0 16 - BASCUL GRANDE			04/05/2018	04/05/2018	408,23	0,00		408,23		0,00
Contribuinte: LUIS DAROCESKI - 824.208.159-04												
Observação Lançamento: 8.00 HORAS.												
4791	09/05/2018	104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL				423 / 103502		2		271,83		
3806/2018	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE			02/05/2018	07/05/2018	206,93	0,00		203,87		-3,06
Contribuinte: ELOI ARNO PEREIRA - 446.391.809-00, RUA JOSE COSTA MIRANDA, SN												
Observação Lançamento: 3.00 horas.												
3856/2018	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE			07/05/2018	07/05/2018	67,96	0,00		67,96		0,00
Contribuinte: VALDIR RODRIGUES - 560.261.109-68, LOCALIDADE TIRIVAS, S/N												
Observação Lançamento: UMA HORA												
4794	10/05/2018	1 - BB				5351 / 116084		1		408,23		
3861/2018	8/0 - 1	0 16 - BASCUL GRANDE			08/05/2018	08/05/2018	408,23	0,00		408,23		0,00
Contribuinte: AL TENIR GILI - 868.695.589-49, LOCALIDADE ITAQUA, S/N												
Observação Lançamento: 8.00 horas.												
Total do Lote							408,23	0,00		408,23		0,00

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WGT031202-003-JYBCV-267016397 - Emitido por: JEAN TILLMANN

18/06/2018 10:13

Pág 3 / 7

MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU**Arrecadação - Valores Pagos - Analítico**

Situação do Lote: Todos Tipo Baixa: Todos Data Pagamento Inicial: 01/05/2018 Data Pagamento Final: 31/05/2018 Imprimir Observação: Não Imprimir Contribuinte: Não
 Totalizar Tributo: Não Código Sub-Receta: 8, 14, 16 Cliente do Lote: Todos Tipo de Débito: Exercício: Todos Ordem: Data de Pagamento Imprimir Observação do Lançamento: Não judicial: Todos cartório: Todos



Lote	Lanc	Forma	Data Baixa	P. Sub-Receta	Banco	Vencimento	Agência/Convênio		N. Parcelas	Valor Pago		Situação	
							Data Pagto	Valor a Pagar		Desconto	Valor Pago	Diferença	
4797			11/05/2018	1 - BB			5351 / 116084		3			645,71	Fechado
3863/2018			8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE		09/05/2018	09/05/2018	475,69	0,00		475,69	0,00	
Contribuinte: VALDECIR DA SILVA - 715.627.709-00, RUA BARRINHA, SN													
Observação Lançamento: SETE HORAS													
3864/2018			8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE		09/05/2018	09/05/2018	67,96	0,00		67,96	0,00	
Contribuinte: GENESIO JACOMELI - 246.967.819-68													
Observação Lançamento: 1:00 hora.													
3865/2018			8/0 - 1	0 14 - TRATOR PEQUENO		09/05/2018	09/05/2018	102,06	0,00		102,06	0,00	
Contribuinte: ZENITA SCHUG - 037.962.469-90													
Observação Lançamento: 2:00 HORAS.													
4800			14/05/2018	1 - BB			5351 / 116084		0,00		645,71	0,00	
3867/2018			8/0 - 1	0 14 - TRATOR PEQUENO		10/05/2018	10/05/2018	102,06	0,00		102,06	0,00	
Contribuinte: CLELIO CABRAL - 035.665.739-65, ESTRADA GERAL, SN													
Observação Lançamento: 02 horas													
3868/2018			8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE		10/05/2018	10/05/2018	407,73	0,00		407,73	0,00	
Contribuinte: VANDERLEI DA SILVA - 021.347.799-85, RUA ESTRADA GERAL, SN													
Observação Lançamento: 06 HORAS													
4805			15/05/2018	104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL			423 / 103502		0,00		509,79	0,00	
3869/2018			8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE		11/05/2018	11/05/2018	203,87	0,00		203,87	0,00	
Contribuinte: VALDECIR ELEUTERIO - 898.454.719-00, ESTRADA GERAL SALTO NAUFRAGIO, SN													
Observação Lançamento: 3:00 horas.													
4807			16/05/2018	1 - BB			5351 / 116084		0,00		203,87	0,00	
3872/2018			8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE		14/05/2018	14/05/2018	67,96	0,00		67,96	0,00	
Contribuinte: MARCOS MARTIM DAROGESKI - 092.490.579-46, ESTRADA GERAL, SN													
Observação Lançamento: 1:00 hora													
3873/2018			8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE		14/05/2018	14/05/2018	679,55	0,00		679,55	0,00	
Contribuinte: LEANDRO CONHAQUE - 108.900.079-00													
Observação Lançamento: 10:00 HORAS.													
3874/2018			8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE		14/05/2018	14/05/2018	271,82	0,00		271,82	0,00	
Contribuinte: ROGERIO PETRI - 897.805.749-72													
Observação Lançamento: 4:00 horas.													

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WGT031202-003-JYQBCV-267016397 - Emitido por: JEAN TILLMANN

18/06/2018 10:13

Pág 4 / 7

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**Arrecadação - Valores Pagos - Analítico**

Situação do Lote: Todos Tipo Baixa: Todos Data Pagamento Inicial: 01/05/2018 Data Pagamento Final: 31/05/2018 Imprimir Observação: Não Imprimir Contribuinte: Não
 Totalizar Tributo: Não Código Sub-Receta: 8, 14, 16 Cliente do Lote: Todos Tipo de Débito: Exercício: Todos Ordem: Data de Pagamento Imprimir Observação do Lançamento: Não judicial: Todos cartório: Todos



Lote	Lanc	Data Baixa	Forma Pgt	P.	Banco	Sub-Receta	Vencimento	Agência/Convênio		N. Parcelas	Valor Pago		Situação	
								Data Pagto	Valor a Pagar		Desconto	Valor Pago	Diferença	Fechado
4807		16/05/2018			1 - BB			5351 / 116084		3		1.019,33		
								Total do Lote	1.019,33	0,00		1.019,33		0,00
4812		17/05/2018			104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL			423 / 103502		3		424,91		Fechado
3875/2018		8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE				15/05/2018		135,91	0,00		135,91		0,00
Contribuinte: DANILO KNISS - 560.263.409-63, LOCALIDADE ITAQUA, S/N														
Observação Lançamento: 2:00 horas														
3877/2018		8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE				16/05/2018		135,91	0,00		135,91		0,00
Contribuinte: SALESIO PEREIRA - 543.374.969-04, ESTRADA GERAL, SN														
Observação Lançamento: 2:00 horas														
3878/2018		8/0 - 1	0 14 - TRATOR PEQUENO				15/05/2018		153,09	0,00		153,09		0,00
Contribuinte: ADELICIO DE SOUZA - 048.670.599-43, LOCALIDADE TIRIVAS, S/N														
Observação Lançamento: 3:00 horas														
4820		21/05/2018			1 - BB			5351 / 116084		2		237,97		
3879/2018		8/0 - 1	0 14 - TRATOR PEQUENO				17/05/2018		102,06	0,00		102,06		0,00
Contribuinte: JAIME SCHMIDT - 437.820.949-72														
Observação Lançamento: DUAS HORAS														
3880/2018		8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE				17/05/2018		135,91	0,00		135,91		0,00
Contribuinte: EUDEGAR JOSE BACK - 468.408.699-20														
Observação Lançamento: 2:00 horas														
4823		22/05/2018			1 - BB			5351 / 116084		2		186,94		
3883/2018		8/0 - 1	0 14 - TRATOR PEQUENO				18/05/2018		51,03	0,00		51,03		0,00
Contribuinte: LUIS DAROCESKI - 824.208.159-04														
Observação Lançamento: 1:00 HORA														
3884/2018		8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE				18/05/2018		135,91	0,00		135,91		0,00
Contribuinte: ALTENIR GILI - 868.695.589-49, LOCALIDADE ITAQUA, S/N														
Observação Lançamento: 2:00 HORAS.														
4829		23/05/2018			1 - BB			5351 / 116084		4		1.938,72		
3887/2018		8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE				21/05/2018		203,87	0,00		203,87		0,00
Contribuinte: JOÃO DAROCESKI - 559.901.189-53, RUA BARRINHA, S/N														
Observação Lançamento: 3:00 HORAS.														

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WGT031202-003-JYQBCV-267016397 - Emitido por: JEAN TILLMANN

18/06/2018 10:13

Pág 5 / 7

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU**Arrecadação - Valores Pagos - Analítico**

Situação do Lote: Todos Tipo Baixa: Todos Data Pagamento Inicial: 01/05/2018 Data Pagamento Final: 31/05/2018 Imprimir Observação: Não Imprimir Contribuinte: Não
 Totalizar Tributo: Não Código Sub-Receta: 8,14,16 Cliente do Lote: Todos Tipo de Débito: Exercício: Todos Ordem: Data de Pagamento Imprimir Observação do Lançamento: Não judicial: Todos cartório: Todos



Lote	Lanc	Forma Pto	Data Baixa	Banco	P. Sub-Receta	Vencimento	Agência/Convênio		N. Parcelas	Valor Pago		Situação	
							Data Pagto	Valor a Pagar		Desconto	Valor Pago	Diferença	
4829		23/05/2018	1	BB			5351 / 116084		4		1.938,72	Fechado	
3899/2018	8/0 - 1	0 16 - BASCUL GRANDE	21/05/2018			816,46			0,00		816,46	0,00	
Contribuinte: CLEONIR DE SOUZA - 047.934.149-40, ESTRADA Tucano, S/N													
Observação Lançamento: 16:00 - Referente ao frete de duas cargas de calcário.													
3891/2018	8/0 - 1	0 16 - BASCUL GRANDE	21/05/2018			816,46			0,00		816,46	0,00	
Contribuinte: VALDELIRIO DE SOUZA - 097.272.319-69, ESTRADA GERAL, SN													
Observação Lançamento: 16:00 horas, referente ao frete de duas cargas de calcário.													
3892/2018	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE	21/05/2018			101,93			0,00		101,93	0,00	
Contribuinte: INACIO DAROCESKI - 522.016.009-53, ESTRADA GERAL S/N, S/N													
Observação Lançamento: 1:30 horas.													
4834		25/05/2018	1	BB			5351 / 116084		0,00		1.938,72	0,00	
3855/2018	8/0 - 1	0 16 - BASCUL GRANDE	28/05/2018			408,23			0,00		408,23	0,00	
Contribuinte: JOSE ANTONIO INACIO - 497.220.939-91													
Observação Lançamento: 8:00 horas.													
3893/2018	8/0 - 1	0 16 - BASCUL GRANDE	23/05/2018			408,23			0,00		408,23	0,00	
Contribuinte: ATANIR FRANCISCO FERREIRA - 675.252.889-68													
Observação Lançamento: OITO HORAS													
3895/2018	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE	23/05/2018			135,91			0,00		135,91	0,00	
Contribuinte: MAURICIO KRAUS - 048.670.589-71, LOCALIDADE TIRIVAS, S/N													
Observação Lançamento: 2:00 horas													
4839		29/05/2018	104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL				423 / 103502		0,00		952,37	0,00	
3897/2018	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE	25/05/2018			135,91			0,00		135,91	0,00	
Contribuinte: LINDOMAR COMANDOLI - 021.269.509-64, RUA JOSE COSTA MIRANDA, S/N													
Observação Lançamento: 2:00 horas.													
3898/2018	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE	25/05/2018			135,91			0,00		135,91	0,00	
Contribuinte: VALMOR LIMA - 854.251.259-68, ESTRADA THIEMEM, S/N													
Observação Lançamento: 2:00 horas.													
3899/2018	8/0 - 1	0 8 - TRATOR GRANDE	25/05/2018			203,87			0,00		203,87	0,00	
Contribuinte: VALDIR PEDRONI - 824.211.619-91													
Observação Lançamento: 3:00 HORAS.													
Total do Lote							423 / 103502		0,00		475,69	0,00	

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WGT031202-003-JYQBCV-267016397 - Emitido por: JEAN TILLMANN

18/06/2018 10:13



MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU

Situação do Lote: Todos Tipo Baixa: Todos Data Pagamento Inicial: 01/05/2018 Data Pagamento Final: 31/05/2018 Imprimir Observação: Não Imprimir Contribuinte: Não
Totalizar Tributo: Não Código Sub-Recetta: 8,14,16 Cliente do Lote: Todos Tipo de Débito: Exercício: Todos Ordem: Data de Pagamento Imprimir Observação do Lançamento: Não judicial: Todos cartório: Todos

Lote	Lanc	Forma Pcto	Data Baixa	Banco	P. Sub-Recetta	Vencimento		Agência/Convênio		N. Parcelas		Valor Pago		Situação	
								Data Pagto	Valor a Pagar	Desconto		Valor Pago		Diferença	
4843			01/06/2018	1 - BB				5351 / 116084			4			1.751,66	Fechado
3901/2018		8/0 - 1	0 14 -	TRATOR PEQUENO		29/05/2018		29/05/2018		255,15	0,00			255,15	0,00
Contribuinte: LUCINEIA DA SILVA SCHWARTZ - 063.833.599-08															
Observação Lançamento: 5:00 horas.															
3902/2018		8/0 - 1	0 16 -	BASCUL GRANDE		29/05/2018		29/05/2018		408,23	0,00			408,23	0,00
Contribuinte: EVALDINO VENTURA - 767.130.599-53, LOCALIDADE TIRIVAS, S/N															
Observação Lançamento: 8:00 HORAS															
3903/2018		8/0 - 1	0 8 -	TRATOR GRANDE		30/05/2018		29/05/2018		271,82	0,00			271,82	0,00
Contribuinte: FERNANDO PEREIRA - 057.061.409-01															
Observação Lançamento: 4:00 HORAS.															
3904/2018		8/0 - 1	0 16 -	BASCUL GRANDE		29/05/2018		29/05/2018		816,46	0,00			816,46	0,00
Contribuinte: VARLEI REZINI - 868.694.779-49															
Observação Lançamento: 16:00 HORAS, referente ao frete de duas cargas de calcário.															
4848			04/06/2018	104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL				Total do Lote		1.751,66	0,00			1.751,66	0,00
3906/2018		8/0 - 1	0 14 -	TRATOR PEQUENO		30/05/2018		423 / 103502		255,15	0,00	2		663,38	Fechado
Contribuinte: ANTONIO GONZAGA JORGE - 432.526.649-68															
Observação Lançamento: 5:00 HORAS.															
3907/2018		8/0 - 1	0 16 -	BASCUL GRANDE		30/05/2018		30/05/2018		408,23	0,00			408,23	0,00
Contribuinte: JANILSON CADILHAC - 026.055.529-00, LOCALIDADE TIRIVAS, S/N															
Observação Lançamento: 8:00 HORAS.															
Total a Pagar						13.349,62	Desconto 0,00	Total do Lote		663,38	0,00			663,38	0,00
Total Pago														Diferença	-3,06



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Situação do Lote: Todos Tipo Baixa: Todos Data Pagamento Inicial: 01/05/2018 Data Pagamento Final: 31/05/2018 Imprimir Observação: Não Imprimir Contribuinte: Não
Totalizar Tributo: Não Código Sub-Receita: 8, 14, 16 Cliente do Lote: Todos Tipo de Débito: Exercício : Todos Ordem: Data de Pagamento Imprimir Observação do Lançamento: Não judicial: Todos cartório: Todos

Pág 7 / 7

Descrição das Receitas		Valores Pagos						
		Tributo	Correção	Multa	Juros	Juros Parc.	Desconto	Total
Receita	5 - Receitas Diversas	13.343,50	0,00	1,02	2,04	0,00	0,00	13.346,56
Sub-Receita	14 - TRATOR PEQUENO	1.479,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.479,87
Sub-Receita	16 - BASCUL GRANDE	6.939,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.939,91
Sub-Receita	8 - TRATOR GRANDE	4.923,72	0,00	1,02	2,04	0,00	0,00	4.926,78
Total Geral		13.343,50	0,00	1,02	2,04	0,00	0,00	13.346,56
								50

Princesa

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO DESERTA - PL 12.2018-FMS, PR 10.2018- FMS

Publicação Nº 1656260

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

Processo Licitatório: 12/2018-FMS

Pregão Presencial: 10/2018 -FMS

Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS na área de OFTALMOLOGIA para pacientes da Unidade Básica de Saúde de Princesa/SC."

O Município de Princesa/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para conhecimento, que o processo licitatório supra citado, com sessão pública realizada na data de 18 de junho de 2018, às 08h30min, foi declarado DESERTO, devido ao não comparecimento de proponentes ou interessados, bem como a inexistência de qualquer demonstração de interesse no objeto deste certame.

Princesa, 18 de junho de 2018.

Michele Cristiane Kunzler

Pregoeira – Port 49/2018.

DECRETO Nº 182, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1656965

DECRETO Nº. 182, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10º, 11º e 12º, da Lei Orçamentária Anual nº. 909, de 17 de Novembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), destinado a acrescentar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ./ATIV.: 17.512.0013.2.081 – Manutenção do Sistema de Água e Esgoto

MODALIDADE:	(173) 3.3.90.00.0.3.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	50.000,00

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES

UNIDADE: 07.01 DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E URBANISMO

PROJ./ATIV.: 15.452.0044.2.044 – Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública

MODALIDADE:	(195) 3.3.90.00.0.3.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	25.000,00
TOTAL GERAL			R\$	75.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2017 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 18 de junho de 2018.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23.2018-PM

Publicação Nº 1657143

Extrato de Publicação de Ata de Registro de Preços

Detentor(es) da Ata: GENTE SEGURADORA S.A

Ata de Registro de Preços: 23.2018-PM

Processo Licitatório: 49.2018-PM

Pregão Presencial: 28.2018-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Lei 10.520 e demais legislação.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de apólices de SEGURO para a FROTA DE VEÍCULOS das Secretarias de Administração, Educação e Cultura, Assistência Social, Agricultura e Meio Ambiente, Infraestrutura, Transporte e Obras, Gabinete do Prefeito e Fundo Municipal de Saúde, bem como SEGURO DO IMÓVEL (Centro Administrativo), com vigência de um ano.

Data da Assinatura: 15.06.2018

Data da Publicação: 18.06.2018

Vigência: 12 (doze) meses, contados da assinatura da Ata.

Valor TOTAL: R\$ 88.701,00 (Oitenta e oito mil, setecentos e um reais)

Forma de Pagamento: até o 10º dia do mês subsequente à entrega do produto.

EXTRATO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 51/2018-PM, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2018-PM - RETIFICADO

Publicação Nº 1656345

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 51/2018-PM

Pregão Presencial 30/2018-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que está retificando e prorrogando a licitação PÚBLICA, destinada à "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de PNEUS NOVOS, RECAPES e CÂMARAS DE AR para uso nos veículos e equipamentos que compõem a Frota Municipal." A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 04 de julho de 2018, às 08h30min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 18 de junho de 2018. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº. 66 DE 18.06.2018

Publicação Nº 1656468

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2018

PORTARIA COMISSÃO ORGANIZADORA MUNICÍPIO DE PRINCESA

PORTARIA Nº. 66, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

CRIA COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: Daiane Pagno, Simone M. Nielsson, Neila Hammes, Simone Maria L. Pinheiro, Mateus Boff, Sabrina Bonfante e Elisângela G. Graf, brasileiros, servidores públicos municipais, sob a presidência da primeira, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DO PROCESSO SELETIVO, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos

do Processo Seletivo, instaurado através do Edital nº. 002/2018.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas objetivas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa em 18 de Junho de 2018.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 67 DE 18.06.2018

Publicação Nº 1656499

PORTARIA Nº. 67, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

TRANSFERE LOTAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE,

Art. 1º. TRANSFERIR, lotação do funcionário Público Municipal Sr. EDEMAR ELÁCIO LAMBERTY, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Pesados, lotado na Secretaria de Infraestrutura, de obras, urbanismo e dos transportes, para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 19 de Junho de 2018 por tempo indeterminado.

Art. 2º. TRANSFERIR, lotação do funcionário Público Municipal Sr. RICARDO S. MENEGASSI, ocupante do cargo de Agente de Apoio Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para a Secretaria de Infraestrutura, de Obras, Urbanismo e dos Transportes, a partir de 19 de Junho de 2018 por tempo indeterminado.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal, especificamente de cada secretaria onde o servidor será lotado.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC), em 18 de Junho de 2018.

Edilson M. Volkweis

Prefeito Municipal

Quilombo

PREFEITURA

DECRETO Nº 168/2018 – DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1656401

DECRETO Nº 168/2018 – DE 15 DE JUNHO DE 2018.

DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, EDIANE MADELA PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IV e IX do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º Fica designada a Servidora Pública Municipal Ediane Madela, para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

§1º A Servidora ora designada responderá pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes concomitantemente com o exercício da função de confiança de Chefe de Secretaria, com delegação de todos os poderes atribuídos ao Secretário.

§2º Durante a interinidade, a servidora continuará com a remuneração do cargo de origem, com o acréscimo da função de confiança.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 15 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em 19/06/2018.

Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

DECRETO Nº 169/2018 – DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1656404

DECRETO Nº 169/2018 – DE 15 DE JUNHO DE 2018.

REVOGA DECRETOS MUNICIPAIS Nºs 165 E 166/2018, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogados os Decretos Municipais nºs 165 e 166/2018, datados de 14 de junho de 2018, que dispõe sobre a abertura de créditos suplementares no orçamento do município no ano de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 15 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em 19/06/2018

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

DECRETO Nº 170/2018 - DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1656406

DECRETO Nº 170/2018 - DE 15 DE JUNHO DE 2018.

INSTITUI, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, HORÁRIO DE EXPEDIENTE PARA OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL NOS DIAS DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL NA COPA DO MUNDO FIFA 2018.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, em caráter excepcional, horário de expediente para os órgãos e as entidades da administração pública municipal, nos dias de jogos da seleção brasileira de futebol na copa do mundo da FIFA 2018, conforme o seguinte:

I – nos jogos a serem realizados às 15hs, o expediente será das 07hs00min às 13hs00min para todos os órgãos da Administração Pública Municipal;

II – nos jogos a serem realizados às 09hs, o expediente será das 13hs00min às 19hs00min para todos os órgãos da Administração Pública Municipal, e;

III – nos jogos a serem realizados às 11hs, o expediente será das 14hs00min às 20hs00min para todos os órgãos da Administração Pública Municipal.

Parágrafo único. O servidor público municipal que, por qualquer motivo, estiver impedido de executar suas atividades nos horários de que tratam os incisos I, II e III do caput deste artigo, deverá cumprir o seu horário normal de expediente, apresentando justificativa prévia e formalizada à sua chefia imediata, contendo a anuência do titular do órgão no qual está lotado.

Art. 2º Cabe aos titulares dos órgãos, nas respectivas áreas de competência, a integral preservação e o pleno funcionamento dos serviços considerados essenciais nos dias em que houver jogo da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 2018.

Art. 3º Pela natureza e complexidade dos serviços, as Secretarias de Educação e de Saúde organizarão os serviços vinculados às mesmas visando a manutenção das atividades e dos serviços públicos por elas realizadas, observando o Calendário Escolar e as escalas de trabalho previamente elaboradas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 15 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em 19/06/2018.

Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado

DECRETO Nº 171/2018 – 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1656409

DECRETO Nº 171/2018 – 18 DE JUNHO DE 2018.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS RESPONSÁVEIS PELAS DESPESAS REALIZADAS PELO REGIME DE ADIANTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com a Lei Municipal nº.1.693 de 16 de maio de 2003, combinado com art. 4º e 5º da Instrução Normativa Nº. TC-14/2012.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados como responsáveis para recebimento e para prestação de contas dos recursos para realização de despesas sob o regime de adiantamento, os seguintes servidores públicos municipais, nos termos da Lei Municipal Nº. 1.693 de 16 de maio de 2003, destinado a custear as despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Servidor: Cátia Regina Backes Dezordi
Cargo/emprego/função: Coordenadora do Fundo Municipal de Saúde
Servidor: Cristiane Breansini Berlanda
Cargo/emprego/função: Técnico de Controle em Patrimônio

Art. 2º O responsável pelo adiantamento deverá apresentar prestação de contas à administração, em até dez dias após o encerramento do período de aplicação dos recursos.

Art. 3º O responsável pela prestação de contas fica sujeito a atender todas as exigências da Instrução Normativa TC-14/2012.

Art. 4º A prestação de contas dos recursos concedidos, será organizada nas fases de concessão, aplicação, exame da legalidade do uso do recurso público pelo concedente e o seu encaminhamento ao Controle Interno para análise.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 18 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em 19/06/2018.

Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

DECRETO Nº 172/2018 – DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1656416

DECRETO Nº 172/2018 – DE 18 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, INSTITUÍDA PELO DECRETO MUNICIPAL N. 121/2018, DE 19 DE ABRIL DE 2018.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com Artigo 124 da Lei Complementar Municipal nº. 032 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município, de 05 de dezembro de 2001,

Considerando o Ofício n. 003/2018, da Presidente da comissão de processo administrativo disciplinar, instaurada pelo Decreto Municipal n. 121/2018, de 19 de abril de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para conclusão dos trabalhos da presente comissão de processo administrativo disciplinar, para mais 60 (sessenta) dias.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 18 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em 19/06/2018.

Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

DECRETO Nº. 167/2018 - DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1655986

DECRETO Nº. 167/2018 - DE 15 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ADICIONAL DE TITULAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no Artigo 13 da Lei Complementar nº.30 – Plano de Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Quilombo, de 05 de dezembro de 2001,

CONSIDERANDO

O requerimento do servidor protocolado sob nº 2920, de 21 de maio de 2018; o Ofício nº 071/2018 de 22 de maio de 2018, do Setor de Recursos Humanos; o Parecer Jurídico, datado de 12 de junho de 2018; o Parecer nº 14/2018, do Técnico em Controle Interno e despacho nº 058/2018 do Chefe do Poder Executivo, datado de 14 de junho de 2018;

DECRETA:

Art.1º Fica concedido Adicional de Titulação: Pós-Graduação, equivalente a 20% (vinte por cento) calculado sobre o vencimento base, ao Servidor Público Municipal, Elizandro Marcos Marmentini, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, nomeado através do Decreto nº.211/2014 de 09 de junho de 2014, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, em virtude da apresentação do Certificado de conclusão do Curso de Pós-Graduação em Treinamento Esportivo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 15 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado
Em __/__/2018.
Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 745/2018 - DE 07 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1656563

PORTARIA Nº. 745/2018 - DE 07 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Daniela Gubert, ocupante do cargo de Enfermeira, por determinação médica e conforme atestados, nos dias 07 e 08 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 07 de junho de 2018.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em __/__/____
Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 746/2018 - DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1656564

PORTARIA Nº. 746/2018 - DE 15 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Debora da Silva Gonçalves da Rocha, ocupante do cargo de Agente de Endemias, por determinação médica e conforme atestados, por 05 (cinco) dias, de 14 a 18 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 15 de junho de 2018.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em __/__/____
Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 747/2018 - DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1656565

PORTARIA Nº. 747/2018 - DE 15 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Marli da Rosa de Almeida, ocupante do cargo Auxiliar de Serviços Gerais, por determinação médica e conforme atestados, por 05 (cinco) dias, de 14 a 18 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 15 de junho de 2018.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em __/__/____
Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 748/2018 - DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1656566

PORTARIA Nº. 748/2018 - DE 15 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º 032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Suelen Bigolin Barboza, ocupante do cargo de Técnica em Atividades Administrativas, nos dias 14 e 15 de junho de 2018, para acompanhar membro da família em tratamento médico, conforme Atestado Médico, datado de 14 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 14 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 749/2018 - DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1656568

PORTARIA Nº. 749/2018 - DE 15 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º32 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Dahiane Novello Boff, ocupante do cargo de Enfermeira, do dia 15 a 17 de junho de 2018, para acompanhar membro da família em tratamento médico, conforme Atestado Médico, datado de 15 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 15 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 750/2018 - DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1656573

PORTARIA Nº. 750/2018 - DE 15 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º32 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Suelen Bigolin Barboza, ocupante do cargo de Técnica em Atividades Administrativas, nos dias 14 e 15 de junho de 2018, para acompanhar membro da família em tratamento médico, conforme Atestado Médico, datado de 14 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 15 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 751/2018 - DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1656574

PORTARIA Nº. 751/2018 - DE 15 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º32 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Juliana Regina de Lima, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no dia 15 de junho de 2018, para acompanhar membro da família em tratamento médico, conforme Atestado Médico, datado de 15 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 15 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 752/2018 - DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1656575

PORTARIA Nº. 752/2018 - DE 15 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no

uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, ao Servidor Público Municipal, João Carlos Dalla Costa, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no dia 18 de junho de 2018, no período vespertino, para realizar procedimento odontológico, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3030, de 14 de junho de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 20 de junho de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que o Servidor tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 15 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/___/_____
Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 753/2018 - DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1656577

PORTARIA Nº. 753/2018 - DE 15 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, ao Servidor Público Municipal, Jamal Abdel Jabbar Amer, ocupante do cargo de Bioquímico e Farmacêutico, no dia 19 de junho de 2018, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3031, de 14 de junho de 2018.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 21 de junho de 2018, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua

presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que o Servidor tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 15 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/___/_____
Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 754/2018 - DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1656578

PORTARIA Nº. 754/2018 - DE 15 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Iraci Lemes de Moraes, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no dia 18 de junho de 2018, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 3031, 15 de junho de 2018.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 02h00min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 15 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/___/_____
Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon
Funcionário Designado

PORTARIA Nº.755/2018 - DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1656579

PORTARIA Nº.755/2018 - DE 15 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Artigo 83 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS a servidora pública municipal abaixo relacionada, para gozo no período de 18 de junho a 17 de julho de 2018, conforme segue:

Período Aquisitivo:

Chaiane Kuhl 02/04/2016 a 01/04/2017

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 15 de junho de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

Rancho Queimado

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 37/2018

Publicação Nº 1656874

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2018 – TOMADA DE PREÇOS 03/2018 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO. O Município de Rancho Queimado, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. Cleci Aparecida Veronezi, torna pública a homologação e adjudicação do Processo de Licitação cujo objeto destina-se contratação de serviços com fornecimento de material para realização de obras de prevenção em dois pontos neste Município, em conformidade com os projetos de engenharia, bem como os prazos e custos previstos. Empresa vencedora: ETEC CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI ME. Valor total: R\$ 495.915,49 (quatrocentos e noventa e cinco mil, novecentos e quinze reais e quarenta e nove centavos). Fonte de recurso: vinculado ao Processo 59204.008470/2017-24. Homologo e adjudico o objeto dessa licitação. Rancho Queimado, 18 de junho de 2018. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal de Rancho Queimado, SC.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 37/2018. Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO. Contratado: ETEC CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI ME, CNPJ 26.042.248/0001-09. Objeto: contratação de serviços com fornecimento de material para realização de obras de prevenção em dois pontos neste Município, em conformidade com os projetos de engenharia, bem como os prazos e custos previstos. Empresa vencedora: ETEC CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI ME. Valor total: R\$ 495.915,49 (quatrocentos e noventa e cinco mil, novecentos e quinze reais e quarenta e nove centavos). Fonte de recurso: vinculado ao Processo 59204.008470/2017-24. Rancho Queimado, 18 de junho de 2018. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal de Rancho Queimado, SC.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 38/2018

Publicação Nº 1656876

EXTRATO DE CONTRATO Nº 38/2018. Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO. Contratado: JANETE MIRANDA PAIANO ME – PAIANOS RECICLADOS, CNPJ 04.768.604/0001-33. Objeto: contratação de serviços de coleta e triagem de resíduos sólidos em toda extensão territorial do Município de Rancho Queimado. Valor total: R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais) a serem pagos em parcelas mensais de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) durante 12 (doze) meses. Vigência do contrato: 12 (doze) meses. Fonte de recurso: própria.

EXTRATOS DE CONTRATOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 1656701

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2018
Contratado: ANITÁPOLIS INFORMÁTICA COM. COMPUTADORES
Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO
Objeto: Aquisição de equipamentos para dar andamento aos trabalhos dos Serviços de Proteção Social Básica e de Média Complexidade da Assistência Social do município, de acordo com a Programação nº 421430020170002.
Valor: R\$ 5.650,10 (cinco mil, seiscentos e cinquenta reais e dez centavos).
Vigência: da data da assinatura até a entrega do objeto.

Rancho Queimado, 13/06/2018.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2018

Contratado: OSMAR ORLANDI JUNIOR ME
Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO
Objeto: Aquisição de equipamentos para dar andamento aos trabalhos dos Serviços de Proteção Social Básica e de Média Complexidade da Assistência Social do município, de acordo com a Programação nº 421430020170002.
Valor: R\$ 13.430,00 (treze mil e quatrocentos e trinta reais).
Vigência: da data da assinatura até a entrega do objeto.
Rancho Queimado, 13/06/2018.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2018

Contratado: RCM AR CONDICIONADO EIRELI ME
Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO
Objeto: Aquisição de equipamentos para dar andamento aos trabalhos dos Serviços de Proteção Social Básica e de Média Complexidade da Assistência Social do município, de acordo com a Programação nº 421430020170002.
Valor: R\$ 8.390,00 (oito mil trezentos e noventa reais).
Vigência: da data da assinatura até a entrega do objeto.
Rancho Queimado, 13/06/2018.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2018

Contratado: RD NEGÓCIOS DE INFORMÁTICA LTDA EPP
Objeto: Aquisição de equipamentos para dar andamento aos trabalhos dos Serviços de Proteção Social Básica e de Média Complexidade da Assistência Social do município, de acordo com a Programação nº 421430020170002.
Valor: R\$ 13.388,00 (treze mil trezentos e oitenta e oito reais).
Vigência: da data da assinatura até a entrega do objeto.
Rancho Queimado, 13/06/2018.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2018

Contratado: SUPRIMÓVEIS LTDA EPP
Objeto: Aquisição de equipamentos para dar andamento aos trabalhos dos Serviços de Proteção Social Básica e de Média Complexidade da Assistência Social do município, de acordo com a Programação nº 421430020170002.
Valor: R\$ 10.545,00 (dez mil e quinhentos e quarenta e cinco reais).
Vigência: da data da assinatura até a entrega do objeto.
Rancho Queimado, 13/06/2018.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 06/2018

Contratado: VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI
Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO
Objeto: Aquisição de equipamentos para dar andamento aos trabalhos dos Serviços de Proteção Social Básica e de Média Complexidade da Assistência Social do município, de acordo com a Programação nº 421430020170002.
Valor: R\$ 11.972,80 (onze mil, novecentos e setenta e dois reais e oitenta centavos).
Vigência: da data da assinatura até a entrega do objeto.
Rancho Queimado, 13/06/2018.

Rio das Antas

PREFEITURA

DECRETO Nº 54/2018

Publicação Nº 1656230

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS
--	---

DECRETO Nº 54/2018, DE 05 DE JUNHO DE 2018
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA UG-PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS - POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO NAS FONTES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com a autorização contida na Lei nº 1.990, de 16/11/2017 (LOA); estando atendido o disposto no Art.42, bem como que existe recurso citado no § 1º do Art.43 e que justificamos como necessário este crédito para bem atender as necessidades públicas da coletividade na forma do caput do Art.43 da Lei nº 4.320, de 17/03/1964;

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 178.000,00 (CENTO E SETENTA E OITO MIL REAIS), a(s) dotação(ões) do orçamento vigente da UG- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, conforme abaixo:

02 - PODER EXECUTIVO – UG – PREFEITURA

02.004 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SMAF

02.004.0004.0122.0020.2004.33390000000000.03000000 –
APLIC. DIRETAS ref. (274) R\$ 158.000,00

02.005 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - SMECE

02.005.0027.0813.0430.2105.33390000000000.03000000 –
APLIC. DIRETAS ref. (281) R\$ 20.000,00

Art.2º - O crédito a que se refere o artigo 1º corre no valor de R\$ 178.000,00 (CENTO E SETENTA E OITO MIL REAIS), por conta do SUPERAVIT FINANCEIRO do exercício anterior, na UG-PREFEITURA MUN. DE RIO DAS ANTAS, na fonte 0300 (Recursos Ordinários).

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 05 DE JUNHO DE 2018.

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO

Secret. Munic. de Administração e Finanças

DESPACHO – URGENTE

Publicação Nº 1656222

GABINETE DO PREFEITO

DESPACHO – URGENTE

Trata-se de análise de AUTORIZAÇÃO proferida única, isolada e exclusivamente pelo Secretário de Administração e Finanças, Sr.º Israel Monteiro, sem observar sequer, a ciência ou mesmo comunicação deste Prefeito Municipal, outrora constituído, Chefe do Poder Executivo, ainda na data de 11 de maio de 2018, para que a empresa PARANAPLAC Comércio e placas e lixeiras - CNPJ n.º 29.061.501/0001-60, com sede na Rua dos Genânios – 190 A, Portal das Primaveras – Colorado – PR executasse a “Colocação de placas e lixeiras educativas. Trabalho este feito pela empresa”, ainda que sem ônus para a Prefeitura Municipal de Rio das Antas-SC;

Considerando ainda que, determinado preceito, inclusive, sequer foi alvo de análise pela Assessoria Jurídica deste Município, principalmente no que tange a “oferta/ negociação de utilização de espaços públicos”, e ainda pela “completa ausência, sequer de exame, quanto a observância de necessária e previa autorização legislativa e/ou mesmo realização de procedimento licitatório”, bem como, pelo conhecimento desta temática, por este Prefeito Municipal, somente na data de 13/06/2018, por intermédio de notícia originária da Rádio Videira, dando conta de que “Indivíduos teriam oferecido espaços em placas públicas e lixeiras e que policiais militares acionaram a equipe da Agência de Inteligência que constatou que em outros municípios da região também estavam sendo feitas estas visitas, como em Fraiburgo, Rio das Antas, Papanduva, localidades do estado de São Paulo, entre outros”;

Considerando a Sumula 473 do STF prescrever que “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”, este Prefeito Municipal, neste momento PROMOVE a ANULAÇÃO IMEDIATA da mensurada AUTORIZAÇÃO, devendo se dar ciência do ora decidido a empresa PARANAPLAC Comércio e placas e lixeiras - CNPJ n.º 29.061.501/0001-60, com sede na Rua dos Genânios – 190 A, Portal das Primaveras – Colorado – PR, bem como a Autoridade Policial da Comarca de Videira-SC, aludida na correspondente notícia.

Ao final, ADVIRTA-SE à Secretaria Municipal de Administração e Finanças que se atenham aos procedimentos administrativos cotidianos especialmente voltados “ao procedimento licitatório e autorização legislativa para cessão de espaços públicos”, visto que a constituição de procedimento administrativo visando corrigir procedimentos irregulares, muito embora sejam amplamente admitidos por Súmula do STF (473) acabam determinando embaraço ao Princípio da Eficiência.

Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 15 de junho de 2018.

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 119/2018

Publicação Nº 1656248

PORTARIA Nº 119/2018, DE 25 DE MAIO DE 2018.
SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CMAS

Prefeito Municipal de Rio das Antas, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Rio das Antas, bem como o disposto na Lei Complementar nº 01, de 03/05/1991, da Lei nº 975, de 18/04/1996 e da Lei nº 1.876, de 09/09/2015;

RESOLVE:

1 – FICA substituído o membro suplente da representação GOVERNAMENTAIS: DO GOVERNO MUNICIPAL - Representantes do Centro de Referência da Assistência Social do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, conforme abaixo:

SUPLENTE: FERNANDA BLOOMER substitui ANDREY LUCAS SCHWARTZ, nomeado pela Portaria n.º 255/2017, de 15 de setembro de 2017.

RIO DAS ANTAS-SC, 25 DE MAIO DE 2018.

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO

Secret.Munic. de Administr. e Finanças

PORTARIA Nº 120/2018

Publicação Nº 1656250

PORTARIA Nº 120/2018, DE 07 DE JUNHO DE 2018.
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER O ACOMPANHAMENTO E A FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS .

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições, com fulcro na LEI ORGANICA DO MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS e demais normas em vigor aplicáveis;

Considerando o Art.67 da Lei nº 8.666/93 que dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitindo a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição;

Considerando o ICP nº 06.2017.00003068-2 do MPSC – Promotoria de Justiça da Comarca de Caçador – Curadoria da Moralidade Administrativa, no sentido de orientação administrativa;

RESOLVE:

Art.1º - NOMEAR a servidora CENI CRISTINA TURKE para acompanhar e fiscalizar os CONTRATOS NºS 05/2017, 07/2017, 14/2017, 18/2017, 20/2017, 21/2017, 22/2017, 23/2017, 48/2017, 19/2018 e aditivos dos mesmos, da UG-PMRA.

Art.2º - Fica a sob a responsabilidade específica de cada Secretaria a comunicação antecipada de quaisquer substituição que tiver

que ser realizada com relação aos membros nomeados por esta portaria.

Art.3º - Qualquer situação de desconformidade relacionada a execução dos contratos, deverá de imediato ser comunicada por escrito com os esclarecimentos devidos sob protocolo (podendo ser via e-mail com solicitação de recebimento) ao Departamentos de Licitações e ao Departamento de Compras, que tomarão as medidas que se fizerem necessárias.

Art 4º - Considera-se inserida na atribuição da servidora citada a atribuição dada por esta portaria até a data de finalização por completo de cada contrato, não gerando em função disso qualquer espécie de remuneração adicional ao desempenho do cargo.

Art.5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RIO DAS ANTAS, 07 DE JUNHO 2018

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO

Secret.Municipal de Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 121/2018

Publicação Nº 1656252

PORTARIA Nº 121/2018 DE 11 DE JUNHO DE 2018.
HOMOLOGA O RESULTADO DO TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES EM CARATER TEMPORARIO EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2018 DE 30/05/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Complementar nº 04, de 02/12/1993 e tendo em vista o Edital de Chamada Pública nº 005/2018 de 30/05/2018, HOMOLOGA o resultado final do Teste Seletivo para Contratação de Servidores em Caráter Temporário, conforme abaixo:

ADVOGADO 40H

1º KAROLINE KRAMER – Média Final: 7,00 Pontos

RIO DAS ANTAS, 11 de junho de 2018.

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO

Secret.Munic. de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2018**

Publicação Nº 1656936

NÚMERO DO PROCESSO: 006/2018
MODALIDADE: DISPENSA
NÚMERO DA MODALIDADE: 004/2018

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2018

A Câmara de Vereadores de Rio das Antas, em cumprimento a ratificação procedida pelo Presidente, pela emissão da DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, faz publicar o presente extrato. Contratante: Câmara de Vereadores de Rio das Antas. Empresa Fornecedora: Empresa Gráfica Cruzeiro LTDA- Objeto: confecção Pastas de papel para trabalhos burocráticos da Câmara de Vereadores
Valor da compra: R\$ 1.798,00. Fundamentação Legal: Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93. Rio das Antas, 03 de Maio de 2018. VALMIR INÁCIO RIGO, Presidente da Câmara de Vereadores de Rio das Antas.

Rio do Campo

PREFEITURA

DECRETO 3.941

Publicação Nº 1656811

DECRETO Nº 3.941, DE 24 DE MAIO DE 2018

"Concede aposentadoria por invalidez à servidora Rainildes Voltolini".

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente as estabelecidas na Lei Municipal nº 1.646, de 28 de outubro de 2008,

Considerando o disposto no artigo 25, que prevê que "a aposentadoria por invalidez será devida ao segurado que for considerado incapaz de readaptação ou limitação de função e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nessa condição, observado quanto ao seu cálculo, o disposto no art. 58";

Considerando o disposto no artigo 58, que prevê que "no cálculo dos proventos das aposentadorias referidas nos artigos 31, 32, 33, 34 e 52 desta Lei, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações utilizadas como base para as contribuições do segurado aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

[...]

§ 5º Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da média, após a atualização dos valores, nos termos deste artigo, não poderão ser:

I - inferiores ao valor do salário mínimo nacional; ou,

[...];

DECRETA:

Art. 1º. Concede-se aposentadoria, à servidora Rainildes Voltolini, Agente de Serviços Gerais, matrícula 33360, com proventos no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), a partir de 02 de junho de 2014.

Art. 2º. Anulam-se os efeitos do decreto nº 3.056, de 09 de junho de 2014, conforme determinação do TCE/SC, no processo @APE 14/00535490.

Art. 3º. Declara-se a vacância do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 4º. Determina-se ao Instituto de Previdência dos Servidores de Rio do Campo – IPRC, para que:

I. Informe ao TCE/SC as providências tomadas, conforme determinação do processo @APE 14/00535490;

II. Encaminhe o procedimento legal, com as devidas instaurações dos procedimentos administrativos, os quais garantam a servidora o direito a ampla e irrestrita defesa, para a restituição dos valores pagos a maior à servidora durante o período em que teve vigência o decreto 3.056/2014;

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 24 de maio de 2018.

Rodrigo Preis

Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 3.948

Publicação Nº 1657109

**MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO**

Estado de Santa Catarina

CNPJ: 83.102.707/0001-36

Endereço: Rua 29 de Dezembro - 70

Telefone: (47) 3564-8100

CEP: 89.198-000

Cidade: Rio do Campo

Pág 1 / 2

DECRETO Nº 3.948, de 18 de junho de 2018

"Dispõe sobre a abertura de Crédito adicional Suplementar, por excesso de arrecadação, por anulação de dotações e dá providências"

ALEXANDRO LOSI, Prefeito em exercício do Município de Rio do Campo, no exercício das atribuições e autorização contida na lei 2.179 de 30 de Novembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 19.317,00 (dezenove mil e trezentos e dezessete reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Aquisição de Móveis e Equipamentos para o Ensino Fundamental	06.002.0012.0361.0006.2033.34490000000000.01320882	19.317,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Excesso		01320882	19.317,00

Art. 3 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Assistência Farmacêutica Básica	11.001.0010.0301.0014.2094.33390000000000.02380530	25.000,00
Suplementar	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.33390000000000.02380530	110.000,00
Suplementar	Campanhas Educativas para Gestantes, Hipertensos e Diabéticos.	11.001.0010.0301.0014.2084.33390000000000.02380530	15.000,00

Art. 4 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Excesso		02380530-Transf. Recursos SUS-Incremento PAB FIXO/Emenda Individual/28560005.	150.000,00

Art. 5 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 132.271,00 (cento e trinta e dois mil e duzentos e setenta e um reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.33390000000000.02380532	132.271,00

Art. 6 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 5 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Excesso		02380532-Transf. Recursos SUS-Incremento PAB FIXO/Emenda Individual/25700010	132.271,00

Art. 7 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fiscalização, Acompanhamento e Controle Sanitário.	11.001.0010.0304.0014.2088.33190000000000.03060489	3.200,00

Art. 8 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 7 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

ESTE É UM DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atende.net/p527848e1268>
 POR JEN CARLOS KULIAM 077586696 - (07.386.466-46)





MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO

Estado de Santa Catarina

CNPJ: 83.102.707/0001-36

Endereço: Rua 29 de Dezembro - 70

Telefone: (47) 3564-8100

Pág 2 / 2

CEP: 89.198-000

Cidade: Rio do Campo

Fonte de Recurso		
Tipo Fonte	Descrição Ação	Valor
Anulação Dotação	Fiscalização, Acompanhamento e Controle Sanitário	11.001.0010.0304.0014.2088.3339000000000000.03060489
		3.200,00

Art. 9 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, em 18 de junho de 2018.

Alexandro Losi
Prefeito em Exercício

Jean Carlos Külkamp
Secretário de Administração e Finanças
[Assinatura Digital]

ESTE É UM DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE.
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE HTTPS://C.ATENDE.NET/P6827F849E1268.
POR JEAN CARLOS KULKAMP-07756846840 - (077.568.468-40)

Rio do Sul

PREFEITURA

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: 15/05/2018

Publicação Nº 1656171

Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, na Sala da Controladoria Interna da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sede provisória da Comissão Processante, designada pelo Decreto nº 7027, de 26 de março de 2018, publicada em 16 de abril de 2018, se fizeram presentes os membros da COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: I - Membro do Controle Interno do Município: Ronaldo da Rocha; II - Membro do Departamento de Fiscalização Tributária da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda: José Luiz do Nascimento; III - Membro do Departamento de Arrecadação da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda: Jonny Schmidt; bem como, a servidora Patricia Soares Vansuita, Secretária ad hoc. Primeiramente o membro Ronaldo declarou aberta a audiência e destacou os membros: Sandro Renato Sofka, Sandra Regina de Oliveira Vieira e Jaison Fernando de Souza, por não terem comparecido ou justificado sua ausência. Em ato contínuo, a Secretária prosseguiu com a leitura da ata da Reunião anterior – 25/04/2018 – a qual foi aprovada em unanimidade pelos membros presentes. Por conseguinte, os Relatores iniciaram a leitura dos Processos de Isenção, apresentando seus votos e, para os quais, os demais membros deveriam analisar e votar. Assim, os demais membros acompanharam os votos do Relator, vejamos:

REQUERENTE	ISENÇÃO	ANO	RELATOR	VOTO
Abraao dos Santos	298	2018	Jonny Schmidt	DEFERIDO
Adalberto Cesar Moser	3528	2018	Jonny Schmidt	DEFERIDO
Catia Semiano Wagner	3709	2018	Jonny Schmidt	DEFERIDO
Eli Teresinha Soeira Demarch	12964	2018	Jonny Schmidt	DEFERIDO
Francisco Esser	4045	2018	Jonny Schmidt	DEFERIDO
Francisco Momm	842	2018	Jonny Schmidt	DEFERIDO
Geni Machado	623	2018	Jonny Schmidt	DEFERIDO
Isolde Tillmann Pessoa	1622	2018	Jonny Schmidt	DEFERIDO
Luiz Gonzaga Macaneiro	3819	2018	Jonny Schmidt	DEFERIDO
Maria Dinora Lucini	1550	2018	Jonny Schmidt	DEFERIDO
Mario Luiz Cruz	1105	2018	Jonny Schmidt	DEFERIDO
Norma Alcantara Claudino	1630	2018	Jonny Schmidt	DEFERIDO
Arnoldo Ebsen	2305	2018	José Luiz do Nascimento	DEFERIDO
Eranilza Marques Maiochi	2191	2018	José Luiz do Nascimento	DEFERIDO
Erico Cunha	2347	2018	José Luiz do Nascimento	DEFERIDO
Ivone Pocrivieski	9558	2018	José Luiz do Nascimento	DEFERIDO
Lindolfo dos Santos	3147	2018	José Luiz do Nascimento	DEFERIDO
Olga Pereira	2803	2018	José Luiz do Nascimento	DEFERIDO
Onelio Reis de Souza	9561	2018	José Luiz do Nascimento	DEFERIDO
Terezinha da Silva Matos	2436	2018	José Luiz do Nascimento	DEFERIDO
Andreia Dacol	5047	2018	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
Antonio Fernando Wessilging	4196	2018	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
Eli Eger	978	2018	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
Geni Pinheiro Steinbach	969	2018	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
Ires Terezinha Gonzatto de Quadra	838	2018	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
Ivone Maria Venite	2546	2018	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
Joao Maria Cardoso	3056	2018	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
Jose Alcides Fermino	2836	2018	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
Leonor Ferreira de Andrade Luiz	2661	2018	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
Maria Martinowicz	4976	2018	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
Maria Phillippus	2773	2018	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
Marlene Teresa Stadnick	2815	2018	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
Nilda Alves	1126	2018	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
Osvaldo Mundel	1371	2018	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
Valburga Bekhauser Martins	4811	2018	Ronaldo da Rocha	DEFERIDO
Dirceu Marlon Pacheco	264	2018	Ronaldo da Rocha	INDEFERIDO
Doralino Bento	1284	2018	Ronaldo da Rocha	INDEFERIDO
Lidia Busnardo	3156	2018	Ronaldo da Rocha	INDEFERIDO
Liverio Martins	3342	2018	Ronaldo da Rocha	INDEFERIDO
Longino Beckhauser	2687	2018	Ronaldo da Rocha	INDEFERIDO
Maria Tereza Rebelo	2694	2018	Ronaldo da Rocha	INDEFERIDO
Marilene da Rosa	1731	2018	Ronaldo da Rocha	INDEFERIDO

Maria de Lourdes Castellain	1471	2018	Sandro Renato Sofka	(Não analisado)
Maria Vilma da Silva	1428	2018	Sandro Renato Sofka	(Não analisado)
Maristela Telles	779	2018	Sandro Renato Sofka	(Não analisado)
Mirian Carvalho Lopes	1508	2018	Sandro Renato Sofka	(Não analisado)
Nara Lúcia Rosa de Lima	843	2018	Sandro Renato Sofka	(Não analisado)
Odília Fortunato	729	2018	Sandro Renato Sofka	(Não analisado)
Olga de Oliveira	480	2018	Sandro Renato Sofka	(Não analisado)
Paulina de Abreu	1113	2018	Sandro Renato Sofka	(Não analisado)
Salvelina Maria das Neves	14	2018	Sandro Renato Sofka	(Não analisado)
Solania Kohl	2783	2018	Sandro Renato Sofka	(Não analisado)
Sueli Alves	1008	2018	Sandro Renato Sofka	(Não analisado)
Tânia Maria Ribas Silvério	1984	2018	Sandro Renato Sofka	(Não analisado)
Terezinha Salete Lopes	812	2018	Sandro Renato Sofka	(Não analisado)
Vilma da Silva	636	2018	Sandro Renato Sofka	(Não analisado)
Zenir Ferreira	1738	2018	Sandro Renato Sofka	(Não analisado)

Informa-se que os processos do Relator Sandro Renato Sofka, não foram analisados/votados e serão encaminhados para análise/votação na próxima Reunião na Comissão. Por fim, o membro Luiz trouxe para análise da Comissão, os Protocolos de Números: 162227/2016, 159769/2016 e 160642/2016, para os quais, após a análise dos documentos apensos aos autos, tiveram parecer DEFERIDO. Nesta senda, os demais membros analisaram e votaram acompanhando o voto do Relator. Na continuidade, o membro Ronaldo solicitou à Secretária que providencie os devidos encaminhamentos, bem como, destacou que encaminhará ao Departamento de Gestão de Pessoas, um Memorando solicitando a suspensão de pagamento da gratificação da Comissão, para o membro Sandra Regina de Oliveira Vieira, considerando que desde o momento de sua nomeação até a presente data, a mesma vem recebendo a gratificação, porém não está desempenhando suas funções de membro de acordo com o que determina o Artigo 7º do Regimento Interno da Comissão: Art. 7º- Compete aos membros da Comissão: I - participar das reuniões, debatendo e votando as matérias em exame; II - encaminhar quaisquer matérias que tenham interesse de submeter à Comissão; III - cumprir as tarefas determinadas pelo Presidente, cujas deliberações foram tomadas em plenário, cumprindo este Regimento. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Patricia Soares Vansuita, secretária ad hoc que a redigiu e lavrou, e pelos Membros presentes na Reunião.

Ronaldo da Rocha Depto. Controle Interno Secretaria de Gestão de Governo	José Luiz do Nascimento Depto. Fiscalização Tributária Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
Patricia Soares Vansuita Agente Administrativo do Controle Interno Secretária ad hoc	Jonny Schmidt Depto. de Arrecadação Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: 30/05/2018

Publicação Nº 1656176

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, na Sala da Controladoria Interna da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sede provisória da Comissão Processante, designada pelo Decreto nº 7027, de 26 de março de 2018, publicada em 16 de abril de 2018, se fizeram presentes os membros da COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: I - Membro do Controle Interno do Município: Ronaldo da Rocha; II - Membro do Departamento de Fiscalização Tributária da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda: José Luiz do Nascimento; III - Membro do Cadastro Multifinalitário da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda: Sandro Renato Sofka; VI – Membro do Departamento de Arrecadação da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda: Jonny Schmidt; bem como, a servidora Patricia Soares Vansuita, Secretária ad hoc. Primeiramente o membro Ronaldo declarou aberta a audiência e destacou os membros: Sandra Regina de Oliveira Vieira e Jaison Fernando de Souza, por não terem comparecido ou justificado sua ausência. Em ato contínuo, a Secretária prosseguiu com a leitura da ata da Reunião anterior – 15/05/2018 – a qual foi aprovada em unanimidade pelos membros presentes. Por conseguinte, os Relatores iniciaram a leitura dos Processos de Isenção, apresentando seus votos e, para os quais, os demais membros deveriam analisar e votar. Assim, os demais membros acompanharam os votos do Relator, vejamos: * Processos pendentes de análise na Reunião do dia 15/05/2018:

REQUERENTE	ISENÇÃO	ANO	RELATOR	VOTO
MARIA DE LOURDES CASTELLAIN	1471	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
MARIA VILMA DA SILVA	1428	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
MARISTELA TELLES	779	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
MIRIAN CARVALHO LOPES	1508	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
NARA LÚCIA ROSA DE LIMA	843	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
ODÍLIA FORTUNATO	729	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
OLGA DE OLIVEIRA	480	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
PAULINA DE ABREU	1113	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
SALVELINA MARIA DAS NEVES	14	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
SOLANIA KOHL	2783	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
SUELI ALVES	1008	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
TÂNIA MARIA RIBAS SILVÉRIO	1984	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO

TEREZINHA SALETE LOPES	812	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
VILMA DA SILVA	636	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
ZENIR FERREIRA	1738	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO

* Processos novos em Pauta:

CONTRIBUINTE	ISENÇÃO	ANO	RELATOR	VOTO
BERTINO ANTONIO DE SOUZA	2713	2018	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
ILSA JURASEK	820	2018	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
SIDONIA BECKER MARZZANI	330	2018	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
INES PALHANO DE OLIVEIRA	3745	2018	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
RENI BECKER	3224	2018	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
NEIDE APARECIDA AGOSTINHO	2553	2018	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
HANELOURA HOLDORF	2893	2018	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
DILVA TEREZINHA VIEIRA	3750	2018	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
ANA SERAFIM	3753	2018	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
FABIO JACOBMOSSI MACIEL	3420	2018	JONNY SCHMIDT	DEFERIDO
VITALINA LAURINDO	2333	2018	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
ANELI PASSOLD JACINTO	3390	2018	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
CIRILO CLEMENTE JURASZEK	2662	2018	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
NILO PISETTA	1040	2018	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
DIONISIO BRIGNOLI	2784	2018	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
SUELI MARIA ANTUNES	1477	2018	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
NILBERTO DA SILVA	1981	2018	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
GENTIL SCUSSEL	3659	2018	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
MELITA BENETTI GRINKE	490	2018	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
SELIO SCHOENINGER	1312	2018	RONALDO DA ROCHA	DEFERIDO
ENEDI PETTERS PEREIRA	3385	2018	RONALDO DA ROCHA	INDEFERIDO
ALDERINO SCHLICHTING	1710	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
ANGELITA NUNES	1385	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
ARCANGELO ISAIAS	876	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
CELI MARIA HASSE	2765	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
FRANCISCO DE ASSIS MORAES DE SOUZA	17	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
IVANIR LOURENÇO	1267	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
JACI MARIA NUNES	892	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
LENI DE SOUZA	468	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
LOURDES APARECIDA RAMOS DE MORAIS	1260	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
LUCIANA MARTINS	546	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
LUCIMARA BALBINOTTI	874	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
LUIZ CARLOS HEINCKE	310	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
MARIA ROSA DA CRUZ	2314	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
MIGUELINA RIBEIRO	746	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
SALETE BRANDALIZE SCUR	1570	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
TEREZINHA DA SILVA	637	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
VALCINEIA MATTOS	376	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
ADERCIDES AMERICO DA SILVA	68	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO
MOACIR PEREIRA	442	2018	SANDRO RENATO SOFKA	DEFERIDO

Na continuidade, o membro Ronaldo solicitou à Secretária que providencie os devidos encaminhamentos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Patricia Soares Vansuita, secretária ad hoc que a redigiu e lavrou, e pelos Membros presentes na Reunião.

Ronaldo da Rocha
 Depto. Controle Interno
 Secretaria de Gestão de Governo

Patricia Soares Vansuita
 Agente Administrativo do Controle Interno
 Secretária ad hoc

Jonny Schmidt
 Depto. de Arrecadação
 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Sandro Renato Sofka
 Depto. Cadastro Multifinalitário
 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

José Luiz do Nascimento
 Depto. Fiscalização Tributária
 Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 014/2018/FMD

Publicação Nº 1656200



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

PRAÇA 25 DE JULHO - | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-164
 Fone: (47) 3522-7410 | CNPJ: 79.369.757/0001-07
 e-mail:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.014/2018**Pregão Presencial Nº 8/2018****Validade: 12 meses**

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito o **MUNICÍPIO DE RIO DO SUL** por meio do(a) FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 01, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 79.369.757/0001-07, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 8/2018, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E PARCELADA DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÃO DAS COMPETIÇÕES REALIZADAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE RIO DO SUL., pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
QGX - SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA ME, neste ato representado por FABIO LUIZ EGERT	17.670.164/0001-29

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E PARCELADA DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÃO DAS COMPETIÇÕES REALIZADAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE RIO DO SUL., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 316260991 - QGX - SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	MEDALHA FUNDADA PERSONALIZADA. Características, personalizada, formato redonda com dois espaços vazados nas laterais, confeccionada através de processo de fundição, material liga metálica zamac, tamanho 7cm de diâmetro, espessura 4mm. Frente, parte central reprodução da Catedral de Rio do Sul, e logomarca da Fundação Municipal de Desportos de Rio do Sul, com detalhes e alto e baixo relevos. Parte inferior, borda, escrito em baixo relevo FMD Rio do Sul e na parte superior alça para passagem da fita. Verso, parte superior Brasão do Município, abaixo espaço em baixo relevo para fixação de adesivo vinil com dados do evento, modalidade e classificação. Acompanha a medalha		REMA	1.550,00000	R\$5,7000	R\$8.835,0000



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

PRAÇA 25 DE JULHO - | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-164

Fone: (47) 3522-7410 | CNPJ: 79.369.757/0001-07

e-mail:

	fita de cetim colorida personalizada por processo de sublimação, cumprimento 80cm, largura 2cm unidade, unida com adesivo dupla face. Banhos das medalhas, similares a Ouro, Prata e Bronze.					
2	<p>MEDALHA FUNDIDA " " COM ADESIVO RESINADO PERSONALIZADO. Características, formato redonda, com dez espaços vazados nas laterais, confeccionada através de processo de fundição, material liga metálica zamac, tamanho 4 X 4,9cm de diâmetro, espaço para fixação de adesivo personalizado resinado com 5,4cm, espessura 3mm. Parte central adesivo resinado colorido contendo o nome do evento, classificação e logomarcas do município. Acompanha a medalha fita de cetim personalizada por processo de sublimação, colorida. Cumprimento 80cm, largura 2cm unidade, unida com adesivo dupla face. Medalhas pintadas com banhos semelhantes a Ouro, Prata e Bronze.</p>		REMA	500,00000	R\$3,8000	R\$1.900,0000
3	<p>MEDALHA ESTAMPADA " " COM ADESIVO RESINADO. Características: Personalizada, formato redonda, confeccionada por processo de estamperia do metal, tamanho 50mm, espessura 1,4mm. Bordas frontais em alto relevo formato de ramos, contornando toda a medalha. Na parte da frente espaço de 40mm em baixo relevo, devendo ser preenchido com adesivo personalizado colorido e resinado, podendo constar o nome do evento, logomarcas, modalidade e classificação. Acompanha a medalha fita de tafetá, 01 cor, cumprimento 80cm,</p>		REMA	400,00000	R\$3,0000	R\$1.200,0000



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

PRAÇA 25 DE JULHO - | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-164

Fone: (47) 3522-7410 | CNPJ: 79.369.757/0001-07

e-mail:

	largura 2cm unidade, unida com adesivo dupla face. Banhos das medalhas, similares a Ouro, Prata e Bronze, sendo 40 de cada banho.					
1	<p>TROFÉU ARTILHEIRO e DESTAQUE, CHUTEIRA, 20CM. Características: Composição mista, madeira MDF e peça de metal fundido. Base com formato retangular, composta de 02 chapas de MDF sobrepostas uma a outra com 18cm de altura, 21cm de largura e 7cm de profundidade, com espaço para personalização com adesivo constando dados como a classificação e modalidade do evento. Corpo do troféu, confeccionado em metal fundido Zamac, retratando um jogador chutando uma bola e espaço circular com 6,5cm de diâmetro para fixação de adesivo vinil colorido com o nome do evento e logomarcas. Tamanho da peça de metal 15,5cm de altura e 1mm de espessura. A peça poderá ser banhada com pintura semelhante a Ouro, Prata e Bronze.</p>	" "	REMA	6,00000	R\$48,0000	R\$288,0000
2	<p>TROFÉU PARA GOLEIRO DESTAQUE, LUVA, 20CM. Características: Composição mista, madeira MDF e peça de metal fundido. Base com formato retangular, composta de 02 chapas de MDF sobrepostas uma a outra com 20cm de altura, 21cm de largura e 7cm de profundidade, com espaço para personalização com adesivo constando dados como a classificação e modalidade do evento. Corpo do troféu, confeccionado em metal fundido Zamac, retratando um goleiro agarrando uma bola e espaço circular com</p>	U	REMA	6,00000	R\$48,0000	R\$288,0000



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

PRAÇA 25 DE JULHO - | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-164

Fone: (47) 3522-7410 | CNPJ: 79.369.757/0001-07

e-mail:

	6,5cm de diâmetro para fixação de adesivo vinil colorido com o nome do evento e logomarcas. Tamanho da peça de metal 21cm de altura e 1mm de espessura. A peça poderá ser banhada com pintura semelhante a Ouro, Prata e Bronze. /					
3	TROFÉU FUNDIDOU (20CM) - Características: Composição mista, madeira MDF e peça de metal fundido. Base composta por 02 peças de MDF sobrepostas, formato de meia lua, a 1ª base com 1cm de altura x 15,5cm comprimento x 6,5cm de profundidade a 2ª base com 2cm de altura x 14cm comprimento x 5cm de profundidade, com espaço para personalização em adesivo constando dados como a classificação e modalidade do evento. Pintura automotiva da base. Corpo do troféu, círculo externo em fundição confeccionado em metal fundido Zamac. Tamanho da peça de metal 17cm de altura e 0,5mm de espessura . Na parte central peça em MDF, giratória, com 11,5cm de circunferência e 1CM de espessura, adesivo vinil colorido com o nome do evento e logomarcas. A peça poderá ser banhada com pintura semelhante a ouro, prata e bronze.	REMA	10,00000	R\$45,0000	R\$450,0000	
4	TROFÉU FUNDIDOU (25CM) - Características: Composição mista, madeira MDF e peça de metal fundido. Base composta por 02 peças de MDF sobrepostas, formato de meia lua, a 1ª base com 1,5cm de altura x 20cm comprimento x 9 de profundidade a 2ª base com 2cm de altura x 9cm comprimento x 8Cm de profundidade, com espaço para personalização em adesivo constando dados como a	REMA	10,00000	R\$60,0000	R\$600,0000	



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

PRAÇA 25 DE JULHO - | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-164

Fone: (47) 3522-7410 | CNPJ: 79.369.757/0001-07

e-mail:

	classificação e modalidade do evento. Pintura automotiva da base. Corpo do troféu, círculo externo em fundição confeccionado em metal fundido Zamac. Tamanho da peça de metal 21,5cm de altura e 0,5mm de espessura. Na parte central uma peça em MDF, giratória, com 11,5cm de circunferência e 1Cm de espessura, adesivo vinil colorido com o nome do evento e logomarcas. A peça poderá ser banhada com pintura				
5	TROFÉU FUNDIDOU (29CM) - Características: Composição mista, madeira MDF e peça de metal fundido. Base composta de MDF, formato oval, 4,5cm de altura, 13,5cm de largura e 15,5cm de profundidade, com espaço para personalização com adesivo constando dados como a classificação e modalidade do evento. Corpo do troféu, confeccionado em metal fundido Zamac, retratando "retratando uma taça, com duas alças", com detalhes em 3D sobressalentes ao centro do troféu. Tamanho da peça de metal 24cm de altura e 1,5mm de espessura. Na parte central peça de Acrílico, acompanhando as linhas do troféu com 13cm altura, 9,5cm de largura e 2 mm de espessura, para fixação de adesivo vinil colorido resinado com o nome do evento e logomarcas. A peça poderá ser banhada com pintura semelhante a ouro, prata e bronze.	REMA	15,00000	R\$62,0000	R\$930,0000
6	TROFÉU FUNDIDOU (34CM) - Características: Composição mista, madeira MDF e peça de metal fundido. Base composta de MDF, formato oval, 10cm de altura, 21cm de largura e 20cm de profundidade,	REMA	15,00000	R\$72,0000	R\$1.080,0000



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

PRAÇA 25 DE JULHO - | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-164

Fone: (47) 3522-7410 | CNPJ: 79.369.757/0001-07

e-mail:

	com espaço para personalização com adesivo constando dados como a classificação e modalidade do evento. Corpo do troféu, confeccionado em metal fundido Zamac, retratando "retratando uma taça, com duas alças", com detalhes em 3D sobressalentes ao centro do troféu. Tamanho da peça de metal 24cm de altura e 1,5mm de espessura . Na parte central peça de Acrílico, acompanhando as linhas do troféu com 13cm altura, 9,5cm de largura e 2 mm de espessura, para fixação de adesivo vinil colorido resinado com o nome do evento e logomarcas. A peça poderá ser banhada com pintura semelhante a ouro, prata e bronze.					
7	TROFÉU FUNDIDOU (42CM) - Características: Composição mista, madeira MDF e peça de metal fundido. Base composta de MDF, formato oval, 10cm de altura, 22cm de largura e 21cm de profundidade, com espaço para personalização com adesivo constando dados como a classificação e modalidade do evento. Corpo do troféu, confeccionado em metal fundido Zamac, retratando "retratando uma taça, com duas alças", com detalhes em 3D sobressalentes ao centro do troféu. Tamanho da peça de metal 32cm de altura e 2mm de espessura . Na parte central peça de Acrílico, acompanhando as linhas do troféu com 15cm altura, 10cm de largura e 2 mm de espessura, para fixação de adesivo vinil colorido resinado com o nome do evento e logomarcas. A peça poderá ser banhada com pintura semelhante a ouro, prata e bronze.	REMA	15,00000	R\$87,0000	R\$1.305,0000	



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

PRAÇA 25 DE JULHO - | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-164

Fone: (47) 3522-7410 | CNPJ: 79.369.757/0001-07

e-mail:

8	Troféu 20 cm, formatos variados, personalizados, confeccionados com chapas de MDF recortadas, espessuras 20,25 e 30mm, alusivos aos eventos e modalidades a serem realizados e ou apoiados pela Prefeitura, Fundação de Desportos de Rio do Sul. Pintados com tinta automotiva, 02 cores, personalização do troféu, incluindo criação de arte/layout prévio, com adesivo vinil colorido, constando o nome do evento, modalidade, naípe, classificação, logomarcas dos patrocinadores e organizadores.	U	REMA	130,00000	R\$23,5000	R\$3.055,0000
9	Troféu 25 cm, formatos variados, personalizados, confeccionados com chapas de MDF recortadas, espessuras 20,25 e 30mm, alusivos aos eventos e modalidades a serem realizados e ou apoiados pela Prefeitura, Fundação de Desportos de Rio do Sul. Pintados com tinta automotiva, 02 cores, personalização do troféu, incluindo criação de arte/layout prévio, com adesivo vinil colorido, constando o nome do evento, modalidade, naípe, classificação, logomarcas dos patrocinadores e organizadores.	U	REMA	130,00000	R\$27,0000	R\$3.510,0000
10	TROFÉU MDF (25CM) - Troféu com base em MDF, a 1ª base com 1,5cm de altura x 18cm de comprimento x 9cm de profundidade, a 2ª base com 2,5cm de altura x 17cm de comprimento x 7,5cm de profundidade abas com espaços para colocação de adesivo vinil para identificação de classificação. Corpo do troféu com 2 peças em MDF com formatos irregulares vazados, a 1ª peça com 15cm de altura x 14,5cm de largura x	U	REMA	25,00000	R\$33,3000	R\$832,5000



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

PRAÇA 25 DE JULHO - | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-164

Fone: (47) 3522-7410 | CNPJ: 79.369.757/0001-07

e-mail:

	1,5cm de espessura a 2ª peça sobreposta com 21cm de altura 17,5cm de comprimento x 2mm de espessura. Na parte frontal da 1ª peça espaço para adesivo vinil colorido com a logo do evento, ao cetro na parte superior um MDF circular com 8mm de circunferência para colocação de adesivo vinil colorido com especificações gerias.					
11	TROFÉU MDF (30CM) - U Troféu com base em MDF, a 1ª base com 1,5cm de altura x 18cm de comprimento x 9cm de profundidade, a 2ª base com 2,5cm de altura x 17cm de comprimento x 7,5cm de profundidade abas com espaços para colocação de adesivo vinil para identificação de classificação. Corpo do troféu com 2 peças em MDF com formatos irregulares vazados, a 1ª peça com 15cm de altura x 14,5cm de largura x 1,5cm de espessura a 2ª peça sobreposta com 26cm de altura 17,5cm de comprimento x 2mm de espessura. Na parte frontal da 1ª peça espaço para adesivo vinil colorido com a logo do evento, ao cetro na parte superior um MDF circular com 10mm de circunferência para colocação de adesivo vinil colorido com especificações gerias.		REMA	25,00000	R\$40,0000	R\$1.000,0000
12	CONJUNTO DE 03 U TROFÉUS, (TAMANHOS 38, 33 e 30cm) TROFÉU COM 30CM - Troféu com base retangular chanfrada com 24mm de altura x 148mm de largura, sobreposta a ela uma peça de MDF com recorte irregular com 25,2mm de altura x 118mm de largura, com recorte de duas peças em madeira 3mm 1ª com 10mm de altura x 1,9mm de largura, 2ª com 11mm de altura c 3,0mm de largura, podem ser		REMA	3,00000	R\$220,0000	R\$660,0000



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

PRAÇA 25 DE JULHO - | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-164

Fone: (47) 3522-7410 | CNPJ: 79.369.757/0001-07

e-mail:

	<p>pintada nas cores do Município, atrás da peça fundida uma haste de inox com 15,5mm de altura x 1,6mm de diâmetro, que sustenta uma bola com 16cm de diâmetro, nas modalidades de (futebol, vôlei, basquete, ou substituição por uma peça em MDF). TROFÉU COM 33CM - Troféu com base retangular chanfrada com 24mm de altura x 142mm de largura, sobreposta a ela uma peça de MDF com recorte irregular com 29,9mm de altura x 132mm de largura, com recorte de duas peças em madeira 3mm 1ª com 12mm de altura x 2,2mm de largura, 2ª com 12mm de altura c 3,5mm de largura, podem ser pintada nas cores do Município, atrás da peça fundida uma haste de inox com 18,1mm de altura x 1,8mm de diâmetro, que sustenta uma bola com 16cm de diâmetro, nas modalidades de (futebol, vôlei, basquete, ou substituição por uma peça em MDF). TROFÉU COM 38CM - Troféu com base retangular chanfrada com 24mm de altura x 183mm de largura, sobreposta a ela uma peça de MDF com recorte irregular com 31,2mm de altura x 141mm de largura, com recorte de duas peças em madeira 3mm 1ª com 13mm de altura x 2,4mm de largura, 2ª com 14mm de altura c 3,9mm de largura, podem ser pintada nas cores do Município, atrás da peça fundida uma haste de inox com 19,8mm de altura x 2,0mm de diâmetro, que sustenta uma bola com 16cm de diâmetro, nas modalidades de (futebol, vôlei, basquete, ou substituição por uma peça em MDF).</p>					
13	TROFÉU para aU modalidade de FUTEBOL/FUTSAL/VOL		REMA	5,00000	R\$131,0000	R\$655,0000



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

PRAÇA 25 DE JULHO - | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-164

Fone: (47) 3522-7410 | CNPJ: 79.369.757/0001-07

e-mail:

	<p>El. Características Troféu com 60cm de altura, base de MDF, 1ª primeira base com 15mm de espessura, a 2ª base com 25mm de espessura, corpo do troféu confeccionado com chapas/hastes de MDF e metal. Haste posterior confeccionada com chapa de MDF, vazada de formato irregular com 35,5cm de altura. No meio chapa de metal de formato côncavo com 29cm de altura, 1mm de espessura e 14cm de largura, banho dourado. Na parte frontal outra peça de MDF com formato triangular, tamanho 13,5cm de altura x 11cm de largura, permitindo a fixação de adesivo colorido com logomarcas e dados do evento. Acima da peça de metal, fazendo a junção da peça de metal e haste posterior do corpo do troféu outra peça de MDF de formato circular com 8cm de diâmetro e 15mm de espessura, para fixação de adesivo colorido com os dados do evento. Na extremidade superior do troféu uma bola de ABS ou resinada da modalidade Futebol, futsal ou voleibol com 14cm de diâmetro fixada na haste posterior.</p>					
14	<p>TROFÉU para a modalidade de FUTEBOL/FUTSAL/VOL. El. Características, Troféu com 50cm de altura, base de MDF, 1ª primeira base com 15mm de espessura, a 2ª base com 25mm de espessura, corpo do troféu confeccionado com chapas/hastes de MDF e metal. Haste posterior confeccionada com chapa de MDF, vazada de formato irregular com 30cm de altura. No meio chapa de metal de formato côncavo com 24,5cm de altura, 1mm de espessura e 13cm de largura, banho dourado.</p>	REMA	5,00000	R\$109,0000	R\$545,0000	



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

PRAÇA 25 DE JULHO - | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-164

Fone: (47) 3522-7410 | CNPJ: 79.369.757/0001-07

e-mail:

	Na parte frontal outra peça de MDF com formato triangular, tamanho 12cm de altura e 11cm de largura, permitindo a fixação de adesivo colorido com logomarcas e dados do evento. Acima da peça de metal, fazendo a junção da peça de metal e haste posterior do corpo do troféu outra peça de MDF de formato circular com 8cm de diâmetro e 15mm de espessura, para fixação de adesivo colorido com os dados do evento. Na extremidade superior do troféu uma bola de ABS ou resinada da modalidade Futebol, futsal ou voleibol com 14cm de diâmetro fixada na haste posterior.				
15	TROFÉU para a modalidade de VOLEIBOL. Troféu com 40cm de altura, base de MDF, 1ª primeira base com 15mm de espessura, a 2ª base com 25mm de espessura, corpo do troféu confeccionado com chapas/hastes de MDF e metal. Haste posterior confeccionada com chapa de MDF, vazada de formato irregular com 26cm de altura. No meio chapa de metal de formato côncavo com 21cm de altura, 1mm de espessura e 11cm de largura, banho dourado. Na parte frontal outra peça de MDF com formato triangular, tamanho 10cm de altura e 7cm de largura, permitindo a fixação de adesivo colorido com logomarcas e dados do evento. Acima da peça de metal, fazendo a junção da peça de metal e haste posterior do corpo do troféu outra peça de MDF de formato circular com 8cm de diâmetro e 15mm de espessura, para fixação de adesivo colorido com os dados do evento. Na extremidade superior do troféu uma bola de ABS	REMA	5,00000	R\$87,1000	R\$435,5000



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

PRAÇA 25 DE JULHO - | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-164

Fone: (47) 3522-7410 | CNPJ: 79.369.757/0001-07

e-mail:

	ou resinada da modalidade Futebol, futsal ou voleibol com 14cm de diâmetro fixada na haste posterior.					
16	TROFÉU PARA A MODALIDADE DE FUTSAL. TROFÉU DE 60CM de altura, com base de MDF de forma cônica, parte superior com peças (hastes) com 38cm de altura x 8mm de espessura, em material zamac, banho ouro, prata ou bronze, sobre esta uma bola de futebol, na base espaço amplo para colocação de adesivos alusivos ao evento e logomarcas do município.		REMA	6,00000	R\$186,9000	R\$1.121,4000
17	TROFÉU PARA A MODALIDADE DE FUTSAL. TROFÉU DE 50CM de altura, com base de MDF de forma cônica, parte superior com peças (hastes) com 30cm de altura x 8mm de espessura, em material zamac, banho ouro, prata ou bronze, sobre esta uma bola de futebol, na base espaço amplo para colocação de adesivos alusivos ao evento e logomarcas do município.		REMA	6,00000	R\$155,1000	R\$930,6000
18	TROFÉU PARA A MODALIDADE DE FUTSAL. TROFÉU DE 40CM de altura, com base de MDF de forma cônica, parte superior com peças (hastes) com 20cm de altura x 8mm de espessura, em material zamac, banho ouro, prata ou bronze, sobre esta uma bola de futebol, na base espaço amplo para colocação de adesivos alusivos ao evento e logomarcas do município.		REMA	6,00000	R\$113,0000	R\$678,0000
19	TROFÉU PARA A MODALIDADE DE FUTSAL. TROFÉU DE 30CM de altura, com base de MDF de forma cônica, parte superior com peças (hastes) com 18cm de altura x 8mm de espessura, em material zamac, banho ouro, prata ou bronze, sobre esta uma bola de futebol, na base espaço amplo		REMA	6,00000	R\$91,5000	R\$549,0000



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

PRAÇA 25 DE JULHO - | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-164

Fone: (47) 3522-7410 | CNPJ: 79.369.757/0001-07

e-mail:

	para colocação de adesivos alusivos ao evento e logomarcas do município					
20	TROFÉU PARA A MODALIDADE FUTEBOL. Troféu com 100cm de altura, base confeccionada com chapas de MDF, formato redonda, 1ª base com 9mm de espessura, a 2ª base com 12mm de espessura, a 2ª base com diâmetro de 26cm, sobrepostas a ela 4 canos de inox com 27cm de altura, que sustentam outra base de MDF com 7cm de altura e 26cm de diâmetro, sobre esta base fixadas quatro hastes de metal fundido no tamanho de 49cm de altura, com detalhes em alto e baixo relevo. No centro do troféu, entre as hastes de metal fundido um cano de inox com 21cm de altura. Na extremidade superior do cano uma peça de MDF recortado, formato redonda, com 15cm de diâmetro para fixação de adesivo colorido com dados do evento. Na parte superior das hastes de metal fundido outra peça de MDF, formato redonda com 8mm de altura, para junção destas hastes e sustentação de bola vazada confeccionada em metal fundido vazada com de 21cm de diâmetro.		REMA	3,00000	R\$264,0500	R\$792,1500
21	TROFÉU PARA A MODALIDADE FUTEBOL. Troféu com 80cm de altura, base confeccionada com chapas de MDF, formato redonda, 1ª base com 3mm de espessura, a 2ª base com 5mm de espessura, a 2ª base com diâmetro de 26cm, sobrepostas a ela 4 canos de inox com 27cm de altura, que sustentam outra base de MDF com 7cm de altura e 26cm de diâmetro, sobre esta base fixadas quatro hastes de metal fundido no tamanho de 49cm de altura, com detalhes em		REMA	3,00000	R\$230,1000	R\$690,3000



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

PRAÇA 25 DE JULHO - | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-164

Fone: (47) 3522-7410 | CNPJ: 79.369.757/0001-07

e-mail:

	alto e baixo relevo. No centro do troféu, entre as hastes de metal fundido um cano de inox com 12cm de altura. Na extremidade superior do cano uma peça de MDF recortado, formato redonda, com 15cm de diâmetro para fixação de adesivo colorido com dados do evento. Na parte superior das hastes de metal fundido outra peça de MDF, formato redonda com 2mm de altura para junção destas hastes e sustentação de bola vazada confeccionada em metal fundido vazada com de 21cm de diâmetro.					
22	TROFÉU PARA AU MODALIDADE FUTEBOL. Troféu com 70cm de altura, base confeccionada com chapas de MDF, formato redonda, 1ª base com 3mm de espessura, a 2ª base com 4mm de espessura, a 2ª base com diâmetro de 26cm, sobrepostas a ela 4 canos de inox com 27cm de altura, que sustentam outra base de MDF com 7cm de altura e 26cm de diâmetro, sobre esta base fixadas quatro hastes de metal fundido no tamanho de 42cm de altura, com detalhes em alto e baixo relevo. No centro do troféu, entre as hastes de metal fundido um cano de inox com 12cm de altura. Na extremidade superior do cano uma peça de MDF recortado, formato redonda, com 15cm de diâmetro para fixação de adesivo colorido com dados do evento. Na parte superior das hastes de metal fundido outra peça de MDF, formato redonda com 3mm de altura para junção destas hastes e sustentação de bola vazada confeccionada em metal fundido vazada com de 18cm de diâmetro.		REMA	3,00000	R\$199,0000	R\$597,0000
23	CONJUNTO DE 03U TROFÉUS, (TAMANHOS 65, 50 e 40cm), MODALIDADE		REMA	2,00000	R\$555,0000	R\$1.110,0000



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

PRAÇA 25 DE JULHO - | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-164

Fone: (47) 3522-7410 | CNPJ: 79.369.757/0001-07

e-mail:

<p>VOLEIBOL. Características dos Troféus: Troféu com 65cm de altura, base confeccionada com 2 peças de MDF em formato triangular sendo a primeira com 26cm de profundidade e 20cm de largura 1,8cm de espessura, na segunda base 23cm de profundidade, 18cm de largura e 2,5cm de espessura, na parte frontal em formato de meia lua com espaço para adesivo vinil com classificação, nelas fixadas três peças de metal com 40cm de altura, 3,5cm de largura e 1mm de espessura, ao centro uma peça em MDF em formato triangular com 12cm de altura e 20cm de largura, com adesivo vinil colorido para personalização do nome do evento e a logo, a cima duas peças em MDF com 10cm de largura e 1,8cm de altura, sobreposto a este um círculo vazado para encaixe do suporte que segura uma bola de voleibol. Troféu com 50cm de altura, base confeccionada com 2 peças de MDF em formato triangular sendo a primeira com 21,5cm de profundidade e 16,5cm de largura 1,8cm de espessura, na segunda base 19cm de profundidade, 15cm de largura e 2,5cm de espessura, na parte frontal em formato de meia lua com espaço para adesivo vinil com classificação, nelas fixadas três peças de metal com 32cm de altura, 3,5cm de largura e 1mm de espessura, ao centro uma peça em MDF em formato triangular com 9,5cm de altura e 16,5cm de largura, com adesivo vinil colorido para personalização do nome do evento e a logo, a cima duas peças em MDF com 7cm de largura</p>					
---	--	--	--	--	--



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

PRAÇA 25 DE JULHO - | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-164

Fone: (47) 3522-7410 | CNPJ: 79.369.757/0001-07

e-mail:

	<p>e 1,8cm de altura, sobreposto a este um círculo vazado para encaixe do suporte que segura uma bola de voleibol. Troféu com 40cm de altura, base confeccionada com 2 peças de MDF em formato triangular sendo a primeira com 17,5cm de profundidade e 14cm de largura 1,8cm de espessura, na segunda base 15cm de profundidade, 12cm de largura e 2,5cm de espessura, na parte frontal em formato de meia lua com espaço para adesivo vinil com classificação, nelas fixadas três peças de metal com 24cm de altura, 3,5cm de largura e 1mm de espessura, ao centro uma peça em MDF em formato triangular com 7,5cm de altura e 12,5cm de largura, com adesivo vinil colorido para personalização do nome do evento e a logo, a cima duas peças em MDF com 6cm de largura e 1,5cm de altura, sobreposto a este um círculo vazado para encaixe do suporte que segura uma bola de voleibol.</p>					
24	<p>CONJUNTO DE 03U TROFÉUS, (TAMANHOS 65, 50 e 40cm), MODALIDADE BOCHA. Características dos Troféus: Troféu com 65cm de altura, base confeccionada com 2 peças de MDF em formato triangular sendo a primeira com 26cm de profundidade e 20cm de largura 1,8cm de espessura, na segunda base 23cm de profundidade, 18cm de largura e 2,5cm de espessura, na parte frontal em formato de meia lua com espaço para adesivo vinil com classificação, nelas fixadas três peças de metal com 40cm de altura, 3,5cm de largura e 1mm de espessura, ao centro uma peça em</p>		REMA	2,00000	R\$555,0000	R\$1.110,0000



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

PRAÇA 25 DE JULHO - | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-164

Fone: (47) 3522-7410 | CNPJ: 79.369.757/0001-07

e-mail:

<p>MDF em formato triangular com 12cm de altura e 20cm de largura, com adesivo vinil colorido para personalização do nome do evento e a logo, a cima duas peças em MDF com 10cm de largura e 1,8cm de altura, sobreposto a este um círculo vazado para encaixe do suporte que segura uma bola de bocha. Troféu com 50cm de altura, base confeccionada com 2 peças de MDF em formato triangular sendo a primeira com 21,5cm de profundidade e 16,5cm de largura 1,8cm de espessura, na segunda base 19cm de profundidade, 15cm de largura e 2,5cm de espessura, na parte frontal em formato de meia lua com espaço para adesivo vinil com classificação, nelas fixadas três peças de metal com 32cm de altura, 3,5cm de largura e 1mm de espessura, ao centro uma peça em MDF em formato triangular com 9,5cm de altura e 16,5cm de largura, com adesivo vinil colorido para personalização do nome do evento e a logo, a cima duas peças em MDF com 7cm de largura e 1,8cm de altura, sobreposto a este um círculo vazado para encaixe do suporte que segura uma bola de bocha. Troféu com 40cm de altura, base confeccionada com 2 peças de MDF em formato triangular sendo a primeira com 17,5cm de profundidade e 14cm de largura 1,8cm de espessura, na segunda base 15cm de profundidade, 12cm de largura e 2,5cm de espessura, na parte frontal em formato de meia lua com espaço para adesivo vinil com classificação, nelas fixadas três peças de metal com 24cm de</p>					
---	--	--	--	--	--



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

PRAÇA 25 DE JULHO - | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-164

Fone: (47) 3522-7410 | CNPJ: 79.369.757/0001-07

e-mail:

	altura, 3,5cm de largura e 1mm de espessura, ao centro uma peça em MDF em formato triangular com 7,5cm de altura e 12,5cm de largura, com adesivo vinil colorido para personalização do nome do evento e a logo, a cima duas peças em MDF com 6cm de largura e 1,5cm de altura, sobreposto a este um círculo vazado para encaixe do suporte que segura uma bola de bocha.					
25	TROFÉU PARA ASU MODALIDADES FUTEBOL E FUTSAL. Características: Composição mista, madeira MDF, peças de aço inox e bola de metal fundido aramado. TROFÉU COM 100CM - Troféu com três bases em MDF uma sobreposta a outra em formato redondo, a 1ª base com 3,0cm de altura x 280mm de diâmetro, a 2ª base com 4,0cm de altura x 260mm de diâmetro, a 3ª base com 6,0cm de altura x 240mm de diâmetro, com espaço para adesivo personalizado, acima duas hastes de metal de inox em formato inclinado com 53,0cm de altura x 93,2mm de diâmetro, ao centro do troféu uma peça em MDF redonda com 18cm de diâmetro e colocação de adesivo personalizado, na parte superior fixada as hastes de inox, uma peça de MDF revestida de inox com 10cm de altura x 260mm de diâmetro, sobre ela uma peça em MDF 3,0cm de altura x 250mm de diâmetro fixado uma bola vazada de metal fundido com 21cm de diâmetro nos banhos dourado, prata e bronze.		REMA	4,00000	R\$295,0000	R\$1.180,0000
26	TROFÉU PARA ASU MODALIDADES FUTEBOL E FUTSAL. Características: Composição mista, madeira MDF, peças de		REMA	4,00000	R\$200,0000	R\$800,0000



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

PRAÇA 25 DE JULHO - | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-164

Fone: (47) 3522-7410 | CNPJ: 79.369.757/0001-07

e-mail:

	ação inox e bola de metal fundido aramado. TROFÉU COM 80CM - Troféu com três bases em MDF uma sobreposta a outra em formato redondo, a 1ª base com 2,0cm de altura x 260mm de diâmetro, a 2ª base com 25cm de altura x 20mm de diâmetro a 3ª base com 3,6cm de altura x 240mm de diâmetro, com espaço para adesivo personalizado, acima duas hastes de metal de inox em formato inclinado com 49,0cm de altura x 93,2mm de largura, ao centro do troféu uma peça em MDF redonda com 16,5cm de diâmetro e colocação de adesivo personalizado, na parte superior fixada as hastes de inox, uma peça de MDF revestida de inox com 7,5cm de altura x 260mm de diâmetro, sobre ela uma peça em MDF 3,0cm de altura x 250mm de diâmetro fixado uma bola vazada de metal fundido com 21cm de diâmetro nos banhos dourado, prata e bronze.					
27	TROFÉU PARA ASU MODALIDADES FUTEBOL E FUTSAL. Características: Composição mista, madeira MDF, peças de aço inox e bola de metal fundido aramado. TROFÉU COM 60CM - Troféu com três bases em MDF uma sobreposta a outra em formato redondo, a 1ª base com 1,2cm de altura x 20cm de diâmetro, a 2ª base com 18cm de altura x 190mm de diâmetro, a 3ª base com 3,6cm de altura x 180mm de diâmetro, com espaço para adesivo personalizado, acima duas hastes de metal de inox em formato inclinado com 37,5cm de altura x 6,6cm de largura, ao centro do troféu uma peça em MDF redonda com 11,5cm de diâmetro e		REMA	4,00000	R\$118,0000	R\$472,0000



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

PRAÇA 25 DE JULHO - | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-164

Fone: (47) 3522-7410 | CNPJ: 79.369.757/0001-07

e-mail:

colocação de adesivo personalizado, na parte superior fixada as hastes de inox, uma peça de MDF revestida de inox com 5cm de altura x 20cm de diâmetro, sobre ela uma peça em MDF 19cm de altura x 11,4cm de diâmetro a qual sustenta a bola de futebol vazada de metal fundido com 16cm de diâmetro nos banhos dourado, prata e bronze.					
Total do Fornecedor:					R\$37.599,4500
Total Geral dos Itens:					R\$37.599,4500

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$37.599,45 (trinta e sete mil, quinhentos e noventa e nove e quarenta e cinco)

Rio do Sul (SC), 16 de Maio de 2018

 JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
 Contratante

 QGX - SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA ME
 FABIO LUIZ EGERT
 Contratada

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2018

Publicação Nº 1657371

PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº 019/2018

Aos oito (08) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezoito (2018), o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, por meio do (a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Tuiuti Nº. 154, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 10.469.199/0001.55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 013/2018, RESOLVE registrar os valores oferecidos para contratação, SOB DEMANDA de empresa (s) especializada (s) para prestação de serviços de locação de micro-ônibus e vans PELO MENOR PREÇO POR QUILOMETRO RODADO, com motorista, fornecimento de combustível, incluindo seguros e demais despesas necessárias para prestação do transporte de pessoas, pacientes para realização de exames e consultas e servidores para realização de capacitação, seminários, CONFORME DESCRIMINADO NO Termo de Referência, por solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I – Termo de Referência do Edital do (a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
VANDY TUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA - EPP, neste ato representado por VANDERLEI BRANDES	03.617.943/0001-56
VLD TURISMO E LOCACAO LTDA ME, neste ato representado por VALDAIR EIROF	10.821.255/0001-79

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: eventual SOB DEMANDA de empresa (s) especializada (s) para prestação de serviços de locação de micro-ônibus e vans PELO MENOR PREÇO POR QUILOMETRO RODADO, com motorista, fornecimento de combustível, incluindo seguros e demais despesas necessárias para prestação do transporte de pessoas, pacientes para realização de exames e consultas e servidores para realização de capacitação, seminários, CONFORME DESCRIMINADO NO Termo de Referência, visando atender aos Diversos Setores da Policlínica, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do FUNDO MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Item	Descrição	Unidade	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	TRANSPORTE DE PESSOAS - VAN: Serviço executado por quilometro rodado.	Km	30.000	R\$1,4900	R\$44.700,0000
2	TRANSPORTE DE PESSOAS - MICRO-ÔNIBUS: Serviço executado por quilometro rodado.	Km	30.000	R\$2,5400	R\$76.200,0000
R\$120.900,0000					

1.1. CONSUMO MÉDIO ESTIMADO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de doze (12) é de R\$120.900,00 (cento e vinte mil e novecentos).

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 meses, a partir da sua assinatura, não sendo permitido prorrogação.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no PREGÃO PRESENCIAL.

3.2. Em cada fornecimento dos itens decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão Presencial Nº. 013/2018 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO

4.1. Do Recurso Financeiro as despesas decorrentes do presente Ata serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

4.1. Do Recurso Financeiro - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro e demais dotações conforme orçamento vigente.

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
161	87	2	2064	333903927000000	1382100
184	87	2	2069	333903927000000	1381600
207	87	2	2059	333903927000000	1380100
220	87	2	2063	333903927000000	1381200
224	87	2	2070	333903927000000	1381700
229	87	2	2052	333903927000000	1020000
249	87	2	2059	333903927000000	1380600
250	87	2	2059	333903927000000	1670400
254	87	2	2062	333903927000000	1020000

4.2. Providenciar o pagamento devido a CONTRATADA, dentro do prazo de até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal da data da entrega e instalação do objeto, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos neste edital, com o devido número da licitação, devidamente aprovado pelo.

4.3. A nota fiscal/fatura que apresentar incorreções será devolvida à Contratada e seu vencimento será prorrogado por mais 10 (dez) dias após a data de sua apresentação válida.

4.4. Os preços propostos serão irrevogáveis.

CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.1. O serviço fornecido deve corresponder às especificações e quantitativos e local constante na ORDEM DE COMPRA/ ODERM DE SERVIÇO.

5.1.1. Os itens licitados deverão ser entregues CONFORME especificações do Edital e dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar o material assim que for assinado a ata de registro de preço, independentemente da quantidade solicitada

5.2. O objeto deste edital deverá atender às solicitações da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, ao Setor de Almoxarifado, fax e telefone (47) 3531-1400, no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul/ Policlínicas, Rua Tuiuti nº154, - Centro, de segunda à sexta-feira, no horário das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h, em dia úteis, sempre precedida da Autorização de Fornecimento e

Nota de Empenho e Nota Fiscal, com o número da licitação sem nenhum custo adicional ao Município.

5.3. Entregar os produtos no prazo máximo de até 15(quinze) dias após o recebimento e assinatura da Autorização de Fornecimento (AF) - a contar do recebimento da Nota de Empenho.

5.5. Entregar produtos com garantia mínima de 01 (um) ano, com exceção aqueles que devidamente comprovados possuem garantia diferenciada.

5.2.Providenciar a imediata troca dos materiais defeituosos e correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela CONTRANTE referente à forma de fornecimento do objeto licitado e ao cumprimento das demais obrigações assumidas

12 . OBRIGAÇÕES DA EMPRESA DETENTORA DA ATA

A empresa, detentora da Ata, obriga-se a:

DA EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ:

- a) Submeter-se à fiscalização da Secretaria de Saúde, Operacional e de Suprimentos da do Setor de Almoxarifado, quando solicitado;
- b) Comunicar à Secretaria de Saúde, Setor de Almoxarifado, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- c) Contratada se obriga a executar a entrega e montagem de acordo com os prazos e quantidades estipuladas;
- d) Contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre o serviços e produtos contratados;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo fixado na ata, os produtos e serviços de troca efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;
- f) Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, Estado ou a terceiros;
- g) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- h) Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da entrega dos itens licitados assim como suas trocas na prestação dos serviços;
- i) Não permitir a utilização do trabalho do menor;
- j) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- l) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no contrato ou na minuta de contrato;

CLÁUSULA VI – DAS PENALIDADES

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações.

6.1 Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, sofrer as seguintes sanções, a critério da administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores; Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.4 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA VII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, artigo 28, da Lei Federal nº. 9.069, de 29 de junho de 1.995 e demais legislações aplicáveis, é vedado qualquer reajustamento de preços.

7.1 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

7.5 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.-A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1- Pela Administração Municipal, quando:

8.2- A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.3- A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.4- A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.5 -Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.6 -Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.7-Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.8 -No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.9- Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.10 -A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. Compete à Contratante:

10.1. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.2. Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos medicamentos.

10.3. O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA XI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1- À CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas em cláusulas próprias deste instrumento e seus anexos, bem como daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe:

11.2- Obriga-se a manter durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a contratação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer sua manutenção.

11.3- Não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem a prévia e expressa concordância do CONTRATANTE.

11.4- Responsabiliza-se por todos os danos e prejuízos causados a terceiros, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer responsabilidade civil ou ressarcimento de eventuais despesas.

11.5- A CONTRATADA se responsabiliza por todas as dívidas porventura advindas da presente compra junto ao comércio ou indústria, ficando o CONTRATANTE isento de quaisquer responsabilidades perante as mesmas.

E ainda:

a) Deverá prestar os serviços conforme cronograma estabelecido pela contratante.

b) É a responsável pela limpeza do veículo, mantendo-o em boas condições de higiene durante o período de sua locação.

c) Deverá disponibilizar do veículo com motorista pelo período de sua locação, inclusive para utilização de transporte no interior.

d) Para as viagens acima de 600 km, a contratada deverá dispor de 02 (dois) funcionários na função de motorista, quando assim exigir as NORMAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS.

e) É a única responsável pelas despesas realizadas pelos seus funcionários motoristas, tais como alimentação e hospedagem.

f) É a única responsável pelas despesas com o abastecimento dos veículos utilizados nos serviços, bem como pelo pagamento de quaisquer taxas e pedágios provenientes da viagem.

g) Deverá substituir, no prazo máximo de 12 horas, o veículo que por qualquer circunstância não puder circular, substituindo por outro veículo nas mesmas especificações do edital.

h) É a única responsável pelos danos materiais que porventura ocorram ou sejam causados por terceiros.

i) Deverá oferecer seguro de vida aos passageiros, conforme determinado em Leis Estaduais e Federais.

j) Deverá observar rigorosamente as normas e especificações técnicas estipuladas pelos órgãos competentes.

l) Deverá disponibilizar o transporte com veículos de no máximo 10 (dez) anos de fabricação, calculados conforme o ano de vigência do contrato.

m) Responsabilidade Civil da Contratada: arcar com as responsabilidades por danos causados a si ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços, inclusive acidentes, mortes, invalidez, perdas ou destruição parcial ou total, isentando o Município de todas as reclamações e/ou indenizações que possam surgir em relação ao presente contrato.

Obs: Quando da formalização do instrumento de contrato poderão ser previstos outros direitos e obrigações a critério da administração, nos termos da lei e do Edital.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram esta Ata de contratação, SOB DEMANDA de empresa (s) especializada (s) para prestação de serviços de locação de micro-ônibus e vans PELO MENOR PREÇO POR QUILOMETRO RODADO, visando atender a Secretaria Municipal de Saúde, do Edital Nº013/2018 e seus Anexos, como se aqui estivessem transcritos e de acordo com a proposta apresentada, atendendo sempre aos critérios de qualidade exigidos.

12. Fica eleito o foro de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

13. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Rio do Sul, 05 de junho de 2018.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA
Secretária
CPF: 619.127.609-59

VLD TURISMO E LOCACAO LTDA ME
VALDAIR EIROF
Contratada

DECRETO Nº 7241 DE 12 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657423

DECRETO Nº 7241, de 12 de junho de 2018.

“DESIGNA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO E O GESTOR DA PARCERIA DA TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 006/2018”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com as alíneas “g” e “h”, do inciso V, do artigo 35, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

DECRETA:

Art. 1º. Em cumprimento do disposto na alínea “h”, do inciso V, do artigo 35, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, ficam nomeados para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria prevista no Termo de Colaboração nº 006/2018, de 12 de junho de 2018, os seguintes membros:

- I – Luiz Felipe Rahn;
- II – Bárbara C. Ponticelli;
- III – Sandra de Oliveira;
- IV – Fernanda Odebracht; e
- V – Jane Sardá.

Art. 2º. Atendendo ao dispositivo legal previsto na alínea “g”, do inciso V, do artigo 35, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, fica nomeado como gestor da parceria firmada no Termo de Colaboração nº 006/2018, de 12 de junho de 2018, a Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Sra. Danielle Cristina Zanella Radke.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

12 de junho de 2018

JAMES RIDES DA SILVA

Prefeito em exercício do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 7254, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1656271

DECRETO Nº 7254, de 15 de junho de 2018.

“REGULARIZA O CANCELAMENTO DE DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR DOS EXERCÍCIOS DE 2016 E 2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina,

no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica regularizado o cancelamento, na Dívida Flutuante da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, o saldo de restos a pagar processados e não processados dos exercícios de 2016 e 2017, que totalizam R\$ 26.909,67 (vinte e seis mil, novecentos e nove reais e sessenta e sete centavos).

Parágrafo Único – O valor constante do caput deste artigo se encontra discriminado por ano, credor, número de empenho e valor, em relação que passa a fazer parte inseparável deste Decreto.

Art. 2º- O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência do cancelamento efetuado na forma deste Decreto, poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual ou de Créditos Adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida, de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o artigo 37 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

15 de junho de 2018.

JAMES RIDES DA SILVA

Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/18

Publicação Nº 1657090

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 028/18.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Diez Industry Jeans Ltda Me	xx.053.799/ 0001-xx	161588

Neuzi Aparecida de Andrade Oliveira	Xxx.631.469-xx	145045
-------------------------------------	----------------	--------

Rio do Sul, 18 de Junho de 2018

LEONICE WITTE

Div de Gestão Documental

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006.2018

Publicação Nº 1656645

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

"DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COOPERAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL EM FAVOR DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE RIO DO SUL, PARA MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA, ATRASOS NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR E TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 32, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, torna público o extrato da justificativa de dispensa de realização de chamamento público, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 30, inciso VI, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que prevê dispensa de realização do chamamento público no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 2º, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que prevê que se considera organização da sociedade civil, entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus diretores eventuais resultados auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social;

CONSIDERANDO que a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE RIO DO SUL, atende ao previsto no artigo 2º, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, ou seja é entidade privada sem fins lucrativos, que aplica integralmente o resultado de suas atividades na consecução do objeto social e que presta atividade voltada a serviços de assistência social;

DECLARA:

Pelos motivos anteriormente narrados e, tendo em vista a necessidade de cooperação financeira entre o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL em favor da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE RIO DO SUL, para execução do projeto de manutenção de serviços de assistência social, saúde e educação para pessoas com deficiência intelectual e múltipla, atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor e transtornos do espectro autista, se mostra recomendável a dispensa da realização do processo de chamamento público, sendo formalizado Termo de Colaboração diretamente com a entidade privada sem fins lucrativos, ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE RIO DO SUL, que realizará a execução do presente projeto, em conformidade com o Plano

de Trabalho firmado, bem como prestará contas e será submetida à aplicação dos demais dispositivos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Desta feita, atendendo a dispositivo legal previsto no § 2º, do artigo 32, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, concede-se prazo de cinco dias, a contar da data da publicação da presente justificativa, com a minuta do Termo de Colaboração, para impugnação que será analisada em até cinco dias da data do respectivo protocolo.

Havendo fundamento na impugnação, será revogado o ato que declarou a dispensa do chamamento público, e será imediatamente iniciado o procedimento para a realização do chamamento público, conforme o caso.

A dispensa de chamamento público não afasta a aplicação dos demais dispositivos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, principalmente no tocante ao atendimento do Plano de Trabalho e a prestação de contas da entidade sem fins lucrativos.

GABINETE DO PREFEITO

12 de junho de 2018.

JAMES RIDES DA SILVA

Prefeito em exercício do Município de Rio do Sul

DANIELLE CRISTINA ZANELLA RADKE

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Portaria n. 0639/DGP de 15 de junho de 2018.

Publicação Nº 1657102

PORTARIA N. 0639/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 04/06/2018 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 013/2018, designada pela Portaria n. 0154/DGP de 28 de fevereiro de 2018 (publicada em 05/03/2018), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 013/2018.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SEDAF n. 010/P.A.D. 013/2018, de 04 de junho de 2018, em razão da instrução do presente processo administrativo estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Rio do Sul, 15 de junho de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

Lso

Portaria n. 0640/DGP de 15 de junho de 2018.

Publicação Nº 1657099

PORTARIA N. 0640/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 01/06/2018 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 003/2018, designada pela Portaria n. 0137/DGP de 26 de fevereiro de 2018 (publicada em 01/03/2018), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 003/2018.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 005/P.A.D. 003/2018, de 05 de maio de 2018, devido a defesa final do presente processo administrativo estar em andamento.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Rio do Sul, 15 de junho de 2018.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
Lso

PORTARIA Nº. 0398/DGP

Publicação Nº 1656341

PORTARIA Nº.0398/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, MARCIO JOSÉ FURTADO PEREIRA para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista Socorrista, 40 horas, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de abril de 2018.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Cfr

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 006.2018, APAE

Publicação Nº 1656653

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 006/2018

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE RIO DO SUL, OBJETIVANDO A COOPERAÇÃO FINANCEIRA PARA EXECUÇÃO DO OBJETO DA PARCERIA.

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01 – Centro, em Rio do Sul – SC, neste ato representado pelo Prefeito em exercício, Exmo. Sr. JAMES RIDES DA SILVA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, com sede na Rua Verde Vale, nº 77 – Bairro Santa Galo, em Rio do Sul – SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Sra. DANIELLE CRISTINA ZANELLA RADKE, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 85.787.604/0001-82, com sede na Avenida Sete de Setembro, nº 467 – Centro, em Rio do Sul – SC, neste ato representado pelo seu presidente, Sr. IVAN CASAGRANDE CONGER, doravante denominada simplesmente OSC, celebram o presente Termo de Colaboração de acordo com as normas previstas na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Colaboração objetiva a cooperação financeira do MUNICÍPIO em favor da OSC, para manutenção de serviços de assistência social, saúde e educação para pessoas com deficiência intelectual e múltipla, atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor e transtornos do espectro autista.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES**I – Compete ao MUNICÍPIO:**

- a) Contribuir financeiramente para manutenção de serviços de assistência social, saúde e educação para pessoas com deficiência intelectual e múltipla, atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor e transtornos do espectro autista;
- b) Acompanhar, supervisionar e avaliar o objeto do presente Termo de Colaboração;
- c) Providenciar a publicação do Termo de Colaboração, no Diário Oficial dos Municípios como condição de validade e eficácia;
- d) Analisar as prestações de contas da OSC;
- e) Realizar visitas in loco para verificar se o objeto do Termo de Colaboração está sendo atendido regularmente;
- f) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, o qual será submetido à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela OSC, de acordo com o estabelecido no artigo 59, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;
- g) Comunicar a OSC quando constatada irregularidades de ordem técnica ou legal e suspender a transferência de recursos até sua regularização;
- h) Prestar orientação técnica à OSC;
- i) Assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto no caso de paralisação, de modo a evitar a sua descontinuidade;
- j) Outras obrigações decorrentes da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

II – Compete à OSC:

- a) Cumprir efetivamente os ditames do Termo de Colaboração e da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;
- b) Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Termo de Colaboração, para efeito de prestação de contas;
- c) Abrir conta específica vinculada ao Termo de Colaboração;
- d) Prestar contas dos recebidos no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento de cada parcela, como fator de liberação de

parcela subsequente;

- e) Na execução do objeto do Termo de Colaboração, cumprir e fazer cumprir as determinações emanadas pelo MUNICÍPIO;
- f) Declarar não ter como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o Termo de Colaboração estabelecendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou afinidade até o 2º grau;
- g) Comprovar a ausência das vedações previstas no artigo 39, incisos IV, V e VI, todos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2017;
- h) Não utilizar os recursos recebidos do MUNICÍPIO, inclusive os rendimentos de aplicação no mercado financeiro, em finalidade diversa da estabelecida neste Termo de Colaboração, ainda que em caráter de emergência;
- i) Promover as aquisições constantes do Plano de Trabalho, observado os princípios inerentes à utilização dos valores e bens públicos, entre os quais o da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, de acordo com o artigo 5º, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;
- j) O atendimento do princípio da economicidade deverá ser comprovado mediante prévia pesquisa de preços junto a, no mínimo, 3 (três) fornecedores do ramo do bem ou do serviço a ser adquirido, sob pena de responsabilidade pelos atos de gestão antieconômica;
- k) Os orçamentos deverão ser datados e discriminados de maneira que permitam comprovar que foi assegurada a isonomia aos interessados para fornecer o bem ou o serviço cotado;
- l) A comprovação das despesas efetuadas se dará por notas fiscais e demais documentos comprobatórios, revestidos das formalidades legais, os quais deverão conter, além da descrição do bem ou do serviço adquirido, expressa menção ao número do Termo de Colaboração, seguido do ano;
- m) O documento emitido deve ser legível, sem rasuras, e constar certificação do responsável pelo recebimento das mercadorias ou serviços prestados;
- n) Apresentar relatórios em instrumentos indicados pelo MUNICÍPIO, de execução físico-financeira deste Termo de Colaboração, compatível com a liberação dos recursos transferidos, assim como relatórios técnicos, quantitativos e qualificativos sobre a execução do objeto sempre que solicitado e na forma exigida;
- o) Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- p) Divulgar na internet e em locais visíveis de sua sede social e do estabelecimento em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o MUNICÍPIO, de acordo com o artigo 11, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;
- q) Responsabilizar-se exclusivamente, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pela inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- r) Dar livre acesso aos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas aos documentos e às informações relacionadas a esta parceria, bem como aos locais de execução do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Os recursos para execução do objeto deste Termo de Colaboração, no montante de R\$ 54.258,00 (cinquenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e oito reais), serão alocados conforme o Plano de Trabalho aprovado, obedecendo a seguinte distribuição:

O valor do repasse, é oriundo de programas federal.

Doze parcelas no valor de R\$ 4.521,50 (quatro mil, quinhentos e vinte e um reais e cinquenta centavos), cada a ser repassada mensal e sucessivamente.

As despesas correrão à conta das dotações orçamentárias específicas, conforme descrito a seguir:

Ação 1009

Modalidade de Aplicação 3335000000000000 – Transferência a instituições privadas sem fins lucrativos
Vínculo 1350000 e 3355450

Os recursos transferidos deverão ser obrigatoriamente depositados em instituição bancária oficial, nos termos do artigo 51, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Os recursos depositados e mantidos na conta bancária específica deste Termo de Colaboração, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança.

A movimentação dos recursos será realizada mediante transferência eletrônica, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade do depósito em sua conta bancária.

Quando demonstrado a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, no âmbito desta parceria, poderá ser realizado o pagamento em espécie.

Os rendimentos dos ativos financeiros serão aplicados no objeto desta parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos nesta parceria.

A liberação dos recursos financeiros ficará condicionada a apresentação das certidões exigidas na legislação em vigor.

As liberações dos recursos serão efetuadas, à medida que estes forem liberados pelo Fundo Nacional de Assistência Social.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo de Colaboração é de 12 (doze) meses, contados a partir da sua publicação.

A vigência da parceria poderá ser rescindida, solicitada pela OSC, devidamente formalizada e justificada, e apresentada ao MUNICÍPIO em, no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência do termo inicialmente previsto.

A prorrogação de prazo de vigência será de ofício, no atraso de liberação de recursos financeiros, por parte do MUNICÍPIO, limitado ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas é um procedimento de acompanhamento sistemático da parceria com a OSC para demonstração de resultados, que conterá elementos que permitam verificar, sob os aspectos técnicos e financeiros, a execução integral do objeto e o alcance com os resultados previstos.

As fases de apresentação das contas pela OSC e de análise e manifestação conclusiva das contas, iniciam-se concomitantemente com a liberação da parcela dos recursos financeiros e terminam com a avaliação final das contas e demonstração de resultados.

A OSC deverá apresentar prestação de contas ao fim de cada

exercício, para fins de monitoramento do cumprimento de metas.

O prazo final para o envio da prestação de contas será de 90 (noventa) dias para a OSC e de 150 (cento e cinquenta) dias para o MUNICÍPIO, contados do encerramento da parceria, ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder a um ano, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014. No caso de o encerramento do prazo recair em feriado ou final de semana, o mesmo ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

Para a apresentação das contas, a OSC deverá trazer as informações nos relatórios e documentos a seguir descritos:

- a) Relatório de execução do objeto do Termo de Colaboração, elaborado pela OSC, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com o resultados alcançados;
- b) Relatório de execução financeira do Termo de Colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados.

O MUNICÍPIO, ao final da transferência encaminhará a prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEXTA – DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na alínea “h”, do artigo 35, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, a Comissão de Monitoramento de Avaliação, será designada por Decreto e realizará o monitoramento e avaliação da presente parceria.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO GESTOR DA PARCERIA

Em cumprimento ao disposto na alínea “g”, do artigo 35, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, o Gestor da presente parceria será designado por Decreto.

O gestor da parceria utilizará para o monitoramento e avaliação, os relatórios emitidos pela OSC e de visitas técnicas realizadas in loco.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao MUNICÍPIO no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade superior.

O OSC deverá, ainda, restituir ao MUNICÍPIO, o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido dos juros legais, na forma da legislação aplicável, nas seguintes hipóteses:

- a) Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida;
- b) Quando não for executado o objeto do Termo de Colaboração;
- c) Quando ocorrer qualquer fato do qual resulte prejuízo ao Erário.

A OSC, ficará obrigado a recolher à conta do MUNICÍPIO o valor corrigido dos recursos recebidos, quando não comprovar a sua aplicação na consecução do objeto da parceria

CLÁUSULA NONA – DA DESTINAÇÃO DOS BENS ADQUIRIDOS

Os bens adquiridos com recursos financeiros transferidos pelo presente instrumento, passarão a incorporar ao patrimônio da OSC e após aprovação de contas final do presente Termo de Colaboração, desde que a OSC assegure a continuidade das ações do projeto

sem ônus para o MUNICÍPIO, conforme Plano de Trabalho previamente aprovado e, assegure a continuidade do Projeto de atendimento proposto inicialmente, e ainda serão gravados com cláusula de inalienabilidade, sendo que deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção, nos termos da Lei Federal nº 13.019/14.

Não havendo interesse por parte da OSC em assegurar a continuidade das ações do projeto, os bens remanescentes adquiridos com recursos desta parceria, após a consecução do objeto, retornarão ao patrimônio do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Termo de Colaboração poderá ser rescindido por denúncia precedida de notificação no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, por desinteresse unilateral ou consensual, bem como no caso de inadimplemento de quaisquer de suas Cláusulas, especialmente quando constatadas as seguintes situações:

- a) Má execução ou inexecução da parceria;
- b) A verificação das circunstâncias que ensejam a instauração de tomada de contas especial.

Ocorrendo a denúncia ou qualquer das hipóteses que implique em rescisão ficam os partícipes responsáveis pelas obrigações decorrentes no prazo em que tenha vigido este instrumento, creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

Na ocorrência de rescisão, a OSC deverá quitar os débitos assumidos em razão da parceria, relativos ao período em que ela estava vigente.

Nos casos de má execução ou não execução do objeto da parceria pela OSC, o MUNICÍPIO, para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, poderá:

- a) Retomar os bens públicos eventualmente cedidos para a execução do objeto desta parceria;
- b) Assumir diretamente ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS VEDAÇÕES

São vedadas despesas à conta dos recursos do presente Termo de Colaboração:

- a) Utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;
- b) Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

É vedada a realização de pagamentos antecipados com recursos da parceria, sendo possível pagamentos em parcelas aos fornecedores de bens e prestadores de serviços contratados pela OSC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014 garantia a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do MUNICÍPIO, pelo período de 02 (dois) anos;
- c) Declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a

administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item "b" desta Cláusula.

As sanções estabelecidas nos itens "b" e "c" desta cláusula são de competência exclusiva do MUNICÍPIO, conforme o caso, facultado a defesa do interessado no respectivo processo, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de sua aplicação da penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS COMUNICAÇÕES

As solicitações, comunicações e registro de ocorrência referentes ao presente instrumento deverão ser feitas via ofício e deverão ser entregues à Comissão de Monitoramento e Avaliação nomeada por Decreto, contendo o número do Termo de Colaboração e o ano.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Os partícipes, neste ato, elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução

administrativa.

E, para firmeza do que foi pactuado, assinam este instrumento perante as testemunhas abaixo assinadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Rio do Sul (SC), 12 de junho de 2018.

JAMES RIDES DA SILVA

Prefeito em exercício do Município de Rio do Sul

DANIELLE CRISTINA ZANELLA RADKE

Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

IVAN CASAGRANDE CON CER

Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio do Sul

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

CÂMARA MUNICIPAL

RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 6/2018

Publicação Nº 1657565

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2018

REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2018

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, a Câmara Municipal de Rio do Sul, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. James Rides da Silva, resolve Registrar os preços da Empresa HB Comércio de Brindes Ltda ME, neste ato representada pelo Sr. Carlos Célio Pitta, para fornecimento de Placas de Homenagens para honrarias, oferecidas pela Câmara Municipal. A presente Ata de Registro de Preços (ARP) tem por objeto o registro dos preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, nas quantidades cotadas, em razão do Processo Licitatório nº 16/2018 – Dispensa de Licitação nº 5/2018, com base no art. 24, inciso V da Lei nº 8.666/93, vez que o Pregão para contratação dos aludidos serviços restaram desertos por duas vezes, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e suas alterações e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, das demais normas legais aplicáveis e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECIMENTO DE PLACA DE HOMENAGEM				
FORNECEDOR BENEFICIÁRIO: HB Comércio de Brindes Ltda - ME inscrita no CNPJ sob o nº 09.483.154/0001-56, estabelecida no Município de Joinville/SC, à Rua Valdomiro José Borges, nº 88, Bairro Santa Catarina				
DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QTDE. REGISTRADA	VALOR (UNIDADE) REGISTRADO	VALOR (TOTAL ITEM) REGISTRADO
Fornecimento de Placas de Homenagem Placa em Aço Escovado Placa em aço escovado, gravação em baixo relevo em cores, 20x13cm, colada em placa de acrílico cristal 6mm de espessura, 22x15cm, com base em acrílico cristal 6mm de espessura, 25x4cm.	unidade	15	R\$ 289,00	R\$ 4.335,00
Placas em Latão Placa em latão, gravação em baixo relevo em cores, 20x13cm, colada em placa de acrílico cristal 6mm de espessura, 22x15cm, com base em acrílico cristal 6mm de espessura, 25x4cm.	unidade	7	R\$ 289,00	R\$ 2.023,00

VALOR TOTAL REGISTRADO

R\$ 6.358,00

O prazo de validade desta ARP será de 12 meses, contados a partir da sua assinatura, já incluindo possíveis prorrogações.

JAMES RIDES DA SILVA
Presidente da Câmara

CARLOS CÉLIO PITTA
HB Comércio de Brindes Ltda ME

Rio Fortuna

PREFEITURA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO FORTUNA/SC PROCESSO DE LICITAÇÃO 009/2018 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 008/2018

Publicação Nº 1656552

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO FORTUNA/SC
Processo de Licitação 009/2018
Edital de Pregão Presencial 008/2018

A Comissão Permanente de Licitações de Rio Fortuna torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 08 h, do dia 03 de julho de 2018, nas dependências da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna – Setor de Licitação, situado na Avenida Sete de Setembro, 1.175, Centro, PREGÃO PRESENCIAL visando à AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAIS PERMANENTES PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE RIO FORTUNA. Os interessados em participar poderão retirar o Edital Completo e demais informações complementares no Setor de Licitações da Prefeitura de Rio Fortuna, no endereço acima, de segunda à sexta-feira, das 07 (sete) às 13 (treze) horas, no site: prefeitura@riofortuna.sc.gov. ou pelo telefone: (48) 3653-1122.

Rio Fortuna/ SC, 18 de junho de 2018.

LINDOMAR BALLMANN
Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

ERRATA AO PROCESSO LICITATÓRIO 998/2018 – PREGÃO 31/2018

Publicação Nº 1657374

ERRATA AO PROCESSO LICITATÓRIO 998/2018 – PREGÃO 31/2018

Fica alterado o Edital Publicado no Diário Oficial dos Municípios na Edição 2551 do dia 15/06/2018, conforme abaixo:

No Item 6.1 do edital,

Onde se lê:

6.1. A proposta deverá estar comprovadamente subscrita pelo representante legal da empresa, e deverá ser apresentada sob o critério de MENOR PREÇO POR ITEM, cotar a MARCA, sendo emitida em formato digital através de "disco rígido", "CDs" e/ou pendrive de todos os itens cotados compatível com o programa utilizado pelo setor de compras, (Kit Proposta), sendo acompanhada por uma via impressa, assinada e carimbada em seu final pelo representante legal, e rubricada nas demais folhas, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e acondicionadas em envelope opaco e lacrado de forma a não permitir sua violação. O arquivo Kit Proposta e o arquivo proposta estará disponível no site: www.romelandia.sc.gov.br na Aba Licitações.

Leia-se:

6.1. A proposta deverá estar comprovadamente subscrita pelo representante legal da empresa, e deverá ser apresentada sob o critério de MENOR PREÇO POR ITEM, cotar a MARCA, sendo emitida em formato digital através de "disco rígido", "CDs" e/ou pendrive de todos os itens cotados compatível com o programa utilizado pelo setor de compras, (Kit Proposta), sendo acompanhada por uma via impressa, assinada e carimbada em seu final pelo representante legal, e rubricada nas demais folhas, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e acondicionadas em envelope opaco e lacrado de forma a não permitir sua violação. O arquivo Kit Proposta e o arquivo proposta estará disponível no site: www.romelandia.sc.gov.br na Aba Licitações. Junto com a proposta deverá ser apresentado a ficha técnica do touro obtida junto ao DAIRY BULLS.

Romelândia 18/06/2018.

VALQUIRIA GIOTTO GENZ
Pregoeiro Substituto

DARIZ GENZ
Equipe de Apoio

Salto Veloso

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2018

Publicação Nº 1656631

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2018

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra ABERTO o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 17/2018, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 29/06/2018 até as 09h00min.

Abertura: 29/06/2018, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 04 DE JUNHO DE 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2018

Publicação Nº 1657319

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2018

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra ABERTO o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 18/2018, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS E FORMULÁRIOS IMPRESSOS.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 29/06/2018 até as 10h00min.

Abertura: 29/06/2018, às 10h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 15 DE JUNHO DE 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 005/2018 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 063/2018

Publicação Nº 1656567

TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO nº. 005/2018

Processo Administrativo nº. 063/2018

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.827.353/0001-24, com sede na Travessa das Flores, 58, Centro, no município de Salto Veloso/SC, CEP 89595-000, neste ato representada pela Prefeita Municipal,

Ana Rosa Zanela, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº. 423.309.639-04, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e ASSOCIAÇÃO CORAL DE SALTO VELOSO, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.578.203-0001-71, com sede na Rua Padre Rombaldi, 185, Centro, no município de Salto Veloso/SC, CEP 89.595-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu Presidente, Nilson Vicente Trento, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº. 386.088.639-87, residente e domiciliado no município de Salto Veloso/SC, resolvem celebrar parceria, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Colaboração tem por objeto regular a concessão de apoio financeiro da administração pública municipal para a execução de projetos que abrangem programas e serviços complementares ou inovadores, visando atender ao interesse público do município de Salto Veloso, conforme Edital de Chamamento Público nº. 001/2018, cuja entidade selecionada foi a ASSOCIAÇÃO CORAL DE SALTO VELOSO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São compromissos da CONTRATADA, desenvolver atividades relacionadas a atividade de canto coral no município, conforme as ações especificadas no Plano de Trabalho, parte integrante do presente termo;

I. Dispor de profissional experiente para realizar as ações previstas no Plano de Trabalho;

II. Realizar ensaios semanais, com duração de duas horas, do Coral de Salto Veloso;

III. Participar em eventos do município e representar Salto Veloso na região, no estado e fora dele, divulgando através do canto, em suas mais diversas formas, a cultura e a arte;

IV. Promover o crescimento do grupo através do ingresso de novos cantores;

V. Permitir o livre acesso dos servidores da CONTRATANTE, facilitando a obtenção de informações junto à CONTRATADA;

VI. Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do serviço prestado, sem nenhuma responsabilidade do CONTRATANTE;

VII. Não transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do fornecimento, ressalvada, se necessária e plenamente justificável a intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo CONTRATANTE, sob pena de rescisão deste Termo de Colaboração;

VIII. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE, bem como pela Comissão de Seleção e Julgamento e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por escrito, garantindo-se o livre acesso dos mesmos nas dependências da instituição;

IX. Manter registros contábeis, atualizados e em boa ordem a disposição dos servidores da CONTRATANTE;

X. Guardar, zelar, responsabilizar-se pela conservação e manutenção do patrimônio público municipal (bens móveis, equipamentos), cedidos para execução do Serviço e recebidos pela CONTRATADA;

XI. Prestar contas, perante a administração do Município de Salto Veloso/SC, mensalmente e anualmente, até o dia 31 de janeiro, em relação aos recursos recebidos e aplicados no ano imediatamente anterior;

XII. Obedecer, para fins de prestações de contas, as normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

XIII. Utilizar a verba a ser repassada pela CONTRATANTE

exclusivamente para cobertura de despesas relativas ao objeto deste Termo de Colaboração;

XIV. Restituir o Município, por ocasião da apresentação do relatório e da prestação de contas anual consolidada, os valores repassados para consecução da parceria, quando os mesmos não forem utilizados;

XV. Responder pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da CONTRATADA e ao adimplemento deste termo, não caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São compromissos do Município:

I. Transferir os recursos à CONTRATADA, em 8 (oito) parcelas mensais, no valor de R\$ 1.500,00 (um mil quinhentos reais), que totalizam o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais);

II. Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização;

III. Apreçar a prestação de contas apresentada pela CONTRATADA;

IV. Fiscalizar a execução do Termo de Colaboração, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

V. Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;

VI. Dar publicidade ao presente Termo de Colaboração através da publicação em jornal Oficial de publicação municipal;

VII. Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à CONTRATADA quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:

a) Atrasos e irregularidades na prestação de contas.

b) Aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho.

c) Não cumprimento do Plano de Trabalho.

d) Falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.

VIII. Para fins de interpretação do item VII acima entende-se por:

a) Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior.

b) Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo, a CONTRATADA, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão.

c) Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O CONTRATANTE repassará à CONTRATADA, o montante de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), sendo mensalmente o valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

A CONTRATADA movimentará os recursos em conta bancária específica, de sua titularidade mantida junto ao banco nº. 001, Banco do Brasil, Agência: 5313-9, Conta Corrente: 8002-0.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

O acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pelo CONTRATANTE, por intermédio da Comissão de Seleção e Julgamento do Edital de Chamamento Público nº. 001/2018, a quem também incumbirá à análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela CONTRATADA.

A Comissão de Seleção e Julgamento do Edital de Chamamento Público nº. 001/2018 poderá, de acordo com a necessidade e para

fins de análise do relatório, solicitar informações adicionais, examinar documentos e praticar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente termo.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo de Colaboração será de 8 (oito) meses, de maio/2018 a dezembro/2018.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente instrumento pode ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A CONTRATADA deverá realizar a prestação de contas dos recursos de cada exercício financeiro, conforme previsto na Cláusula Segunda, item XI, devendo a mesma ser apresentada com os seguintes documentos:

I – Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II – Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;

III – Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da entidade;

IV – Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 30 (trinta) dias após o término da vigência deste Termo.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Pela execução da parceria em desacordo com o projeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução da presente parceria correrão por conta da rubrica de dotação Orçamentária nº 3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos,

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal nº 13.019/14 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Os partícipes elegem o Foro da comarca de Videira/SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Colaboração.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Salto Veloso/SC, 07 de maio de 2018.

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

Ana Rosa Zanela – Prefeita

ASSOCIAÇÃO CORAL DE SALTO VELOSO
Nilson Vicente Trento – Presidente

TESTEMUNHAS:

FERNANDA A. C. RAMOS DE SOUZA
CPF nº. 010.221.919-26

ZURIEL MARCO AZZOLINI
CPF: 056.263.039-28

Santa Cecília

PREFEITURA

EXTRATO TOMADA DE PREÇOS 003/2018

Publicação Nº 1656728

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

EXTRATO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2018

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Tomada de Preços para contratação de empresa especializada para execução de serviços com fornecimento de matérias e equipamentos necessários para reforma e readequação das quadras de esporte das Escolas Municipais José Ribeiro Thomaz e Adaíra Costa Silveira, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032.

E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br , site: www.santacecilia.sc.gov.br.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Santa Cecília-SC, à Rua João Goetten Sobrinho, 555, centro, Santa Cecília, SC, até o horário limite de 09h00min do dia 05/07/2018.

O início da sessão pública de processamento da tomada de preços será às 09h30min do dia 05/07/2018

Santa Cecília, 18 de Junho de 2018.

Alessandra Aparecida Garcia

Prefeita Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N. 87/2018

Publicação Nº 1655974

DECRETO Nº 087/2018

NOMEIA COMISSÕES DE AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Derli Furtado, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso VII, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto na Lei Municipal 1375/2018, de 30 de maio de 2018, que declarou inservibilidade de bens móveis e equipamentos em desuso e autorizou a alienação destes bens de forma individual ou em lotes, por meio de leilão público;

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para compor as Comissões de Avaliação de Bens Inservíveis, sendo:

Lucimara Manteufel;
Adelmir Krause;
Ademir Pedro Costa;
Margarete Rosa Alves;
Arno Adelir Arnt;
Eliseu Spiscker;
Ireneu José Secchi.

Art. 2º Esta comissão têm como finalidade desenvolver todos os trabalhos necessários para proceder à avaliação dos Bens, declarados inservíveis pela Lei Municipal 1375/2018, de 30 de maio de 2018, e emitir relatório que será anexado ao Processo Licitatório.

Art. 3º Os trabalhos desenvolvidos pelas comissões não serão remunerados, não gerando nenhuma vantagem salarial ou de qualquer natureza aos nomeados, pois serão prestados em forma de colaboração.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 15 de Junho de 2018.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N. 88/2018

Publicação Nº 1655975

DECRETO Nº 088/2018

ALTERA O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DO ATENDIMENTO AO PÚBLICO PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Derli Furtado, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso VII, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que o futebol é o principal esporte no nosso país, sendo, ainda, representativo maior do direito ao lazer (art. 6º, da CF), bem como símbolo de manifestação cultural brasileira (art. 216, da CF);

CONSIDERANDO que há uma tradição nacional para que nos dias de jogos do Brasil em Copas do Mundo ocorram alterações no expediente de órgãos públicos, de modo a compatibilizar a adequada prestação do serviço público, permitindo a todos os servidores públicos a oportunidade de assistirem as partidas da seleção brasileira;

DECRETA

Art. 1º Nos dias úteis em que ocorrer a participação da seleção brasileira na Copa do Mundo - Rússia 2018, o expediente da Administração Direta e Indireta do Município de Santa Terezinha do Progresso, SC, excepcionalmente, será:

I - das 13h00 às 17h00 nos dias em que os jogos ocorrerem às 9h00 (horário de Brasília);

II - das 7h30min às 11h30min, nos dias em que os jogos ocorrerem às 15h00min (horário de Brasília);

Art. 2º No período em que perdurar o horário especial de atendimento ao público, será disponibilizado aos usuários da Secretaria Municipal de Saúde Pública, plantão, onde os pacientes com necessidades médicas serão encaminhados a hospitais da região.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 15 de Junho de 2018.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

PROCESSO LICITATÓRIO - 64/2018 PREGÃO PRESENCIAL 47/2018

Publicação Nº 1657355

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 64/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2018

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que as 13:30 horas do dia 03 de Julho de 2018, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade Pregão Presencial – tendo como objeto AQUISIÇÃO DE 1 (UM) BOLO PARA COMEMORAÇÃO ALUSIVA AO 23º (VIGÉSIMO TERCEIRO) ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLITICO E ADMINISTRATIVO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO. O processo será regido pelas Leis Federais, nº. 8666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto a comissão de Licitações do Município, sito a Av. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Telefone (49) 36570001, e-mail:compras@staterezinhaprogresso.sc.gov.br ou pelo site www.staterezinhaprogresso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC – 18 de junho de 2018
Derli Furtado
Prefeito Municipal

TERMO ADJUDICAÇÃO PL 53/2018 PP 39/2018

Publicação Nº 1656034

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	PREGÃO PRE-SENCIAL
	Nr.: 39/2018 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 53/2018 Data do Processo: 25/05/2018
	Folha: 1/1

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: b) Licitação Nr.: c) Modalidade:
d) Data Homologação: e) Data da Adjudicação: f) Objeto da Licitação
53/2018
39/2018-PR
PREGÃO PRESENCIAL 15/06/2018
Sequência: 0
AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE MOTONIVELADORAS, RETROESCAVADEIRA, E TRATOR DE ESTEIRA DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

Qtde de Itens

Média Descto (%)

(em Reais R\$)

Total dos Itens

Lote: 2	- 000925 - CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA	4	0,0000	665,00
Lote: 3	- 000925 - CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA	3	0,0000	1.650,00
Lote: 4	- 000925 - CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA	3	0,0000	1.030,00
	Total por Fornecedor:	10		3.345,00
Lote: 1	- 000970 - CHAPECO COMERCIO DE PECAS E MAQUINAS	19	0,0000	6.090,00
	Total por Fornecedor:	19		6.090,00
	Total:	29		9.435,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

TERMO HOMOLOGAÇÃO PL 53/2018 PP 39/2018

Publicação Nº 1656033

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	PREGÃO PRESENCIAL
	Nr.: 39/2018 - PR
	Processo Administrativo:
	Processo de Licitação: 53/2018 Data do Processo: 25/05/2018
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: b) Licitação Nr.: c) Modalidade:

d) Data Homologação: e) Objeto da Licitação

53/2018

39/2018-PR

PREGÃO PRESENCIAL 15/06/2018

AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE MOTONIVELADORAS, RETROESCAVADEIRA, E TRATOR DE ESTEIRA DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens
Lote: 2 - 000925 - CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA	4	0,0000	665,00
Lote: 3 - 000925 - CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA	3	0,0000	1.650,00
Lote: 4 - 000925 - CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA	3	0,0000	1.030,00
Total por Fornecedor:	10		3.345,00
Lote: 1 - 000970 - CHAPECO COMERCIO DE PECAS E MAQUINAS	19	0,0000	6.090,00
Total por Fornecedor:	19		6.090,00
Total:	29		9.435,00

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2018 - FMS

Publicação Nº 1656057

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2018 - FMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA CUMPRIMENTO DE ORDENS JUDICIAIS, ASSISTÊNCIA SOCIAL E FARMÁCIA BÁSICA, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Forma do Pregão: ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 29/06/2018

Início da sessão: dia 29/06/2018, às 09h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e saobentodosul.atende.net. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min, ou através do telefone (47)3631-6163.

São Bento do Sul, 14 de junho de 2018.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

DÉBORAH CINTIA DE QUADROS PEREIRA

Pregoeira Municipal

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 18 de junho de 2018, GUILHERME WES-TPHAL, do cargo de Chefe de Divisão de Transporte e Trânsito, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 18 de junho de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

ERRATA - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2018

Publicação Nº 1656056

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

ERRATA DO EXTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2018

Na publicação do Resumido do Edital acima referenciado, no DOM/SC - Edição nº 2551, de 15 de junho de 2018, pág. 613, no local que se lê: do dia 03 de junho de 2018, leia-se "DO DIA 03 DE JULHO DE 2018", entenda-se, portanto, retificado o acima exposto no edital e, para que esta produza os seus efeitos conforme lei.

São Bento do Sul, 18 de junho de 2018.

FABIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO

Secretária de Assistência Social

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeira Municipal

PORTARIA Nº 4747/2018

Publicação Nº 1657597

PORTARIA Nº 4747, DE 18 DE JUNHO DE 2018.

Exonera chefe de divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

São Bernardino

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCES. 47.2018 PREF

Publicação Nº 1656635

ESTADO DE SANTA CATARINA,
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2018
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2018.

O Município de São Bernardino-SC, torna público aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo menor preço, Global, para conserto do Trator TL 95 n.02 com fornecimento de peças. Estará recebendo as propostas até as 09:00 hs, do dia 02/07/2018. A íntegra deste Edital estará disponível no site www.saobernardino.sc.gov.br, no menu Licitações/Pregão, no DOM/SC e junto ao setor de licitações do município, maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 36540054/0014. São Bernardino-SC, aos 18/06/2018 – ADELI JOSÉ RIFFEL - Prefeito Municipal.

EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO N. 47/2018 PP N. 31/2018

Publicação Nº 1656640

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 47/2018
PREGÃO No 31/2018

01. PREÂMBULO

1.1 O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela portaria n. 026/2018, e 224/2017 comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de n.º 31/2018, na Modalidade Pregão, do tipo menor preço global e Presencial, cujo setor interessado é a Secretaria Municipal de Agricultura e meio Ambiente, conforme dispõe a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 17/2006 de 02 de Janeiro de 2006, Decreto n.19/2009, decreto n. 132/2009, Decreto n. 254/2012 e Decreto n. 09/2018, Lei Complementar n. 123/2006 alterada pela Lei Complementar n. 147/2014 e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

1.1 - JUSTIFICATIVA, em atendimento ao Decreto 5.504 de 05/08/2005 Art. 1º parágrafo 2º, tendo em vista a ineficiência da estrutura do município de São Bernardino fica inviável a utilização do pregão na forma eletrônica, adotando-se assim o pregão na forma presencial.

1.2 JUSTIFICATIVA DA NÃO APLICAÇÃO DO ARTIGO 48 INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006, Tal medida se justifica devido ao fato que após pesquisa de mercado, foi verificado que não houveram fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

1.3 Os documentos referente o Credenciamento e envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação deverão ser entregues ao Pregoeiro(a) do Município no ato do CREDENCIAMENTO que emitirá o respectivo Protocolo de Entrega, no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Verônica Scheid, S/Nº Centro, São Bernardino -SC, CEP 89982-000, até às 09:00 horas do dia 02/07/2018 iniciando-se a Sessão Pública às 09:15 horas do mesmo dia e local.

1.4 – Os documentos referente o Credenciamento e envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação que forem entregues após o horário estabelecido neste Edital, identificados pelo protocolo de entrega não serão abertos pelo Pregoeiro(a), e se não houver requerimento solicitando a devolução, os mesmos permanecerão lacrados e arquivados no processo.

1.5- Não havendo descrição nos envelopes que possibilite identificar com clareza o Processo Licitatório, a licitante, e se for referente à documentação ou proposta, a proponente estará automaticamente inabilitada e desclassificada.

02. OBJETO

2.1 - O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MECÂNICA PESADA PARA CONserto DO TRATOR TL 95 N. 02 COM FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS. ESTA AQUISIÇÃO TORNA-SE NECESSÁRIO PARA CONserto DO VIRABREQUIM E BRONZINA DO SISTEMA DO MOTOR.

ITENS E SEUS RESPECTIVOS VALORES MÁXIMOS

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	MASSA CENTRÍFUGA 73403200	Und	1,00	3.800,00	3800,00

2	ARRUELA DE ALUMÍNIO 75205691	Und	6,00	1,00	6,00
3	BRONZINA DE BIELA 75202831	Und	4,00	49,00	196,00
4	BUCHA DE BIELA 75202831	Und	4,00	20,00	80,00
5	ANEL DENTADO 73403068	Und	1,00	707,00	707,00
6	BRONZINA DE MANCAL 75202821	Und	4,00	73,00	292,00
7	ANEL DE ENCOSTO 75202826	Und	1,00	111,00	111,00
8	RETENTOR FRONTAL 73403792	Und	1,00	85,00	85,00
9	RETENTOR TRASEIRO 75285246	Und	1,00	57,00	57,00
10	JOGO DE JUNTAS 84994693	Und	1,00	550,00	550,00
11	JOGO DE ANEIS 75286104	Und	4,00	154,00	616,00
12	OLEO DO MOTOR 15W40 4LT	Und	3,00	69,65	208,95
13	FILTRO DO MOTOR 84465123	Und	1,00	44,00	44,00
14	ADITIVO PARA RADIADOR 4LT 26021	Und	1,00	115,00	115,00
15	LIXA FERRO 80F	Und	1,00	5,00	5,00
16	SERVIÇOS MECÂNICOS ESPECIALIZADOS PARA CONserto NO VIRA-BREQUIM, BRONZINA NO SISTEMA MOTOR DO TRATOR TL 95 Nº02	SER	1,00	4.450,00	4450,00
			Total		11.322,95

A PROPOSTA QUE APRESENTAR ITENS QUE ULTRAPASSAR O VALOR MÁXIMO UNITÁRIO ESTABELECIDO NO EDITAL E OU NÃO APRESENTAR A MARCA SERÁ DESCLASSIFICADA, INDEPENDENTE DE SER OU NÃO A MENOR PROPOSTA.

03. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

3.1-2 Estão proibidos de contratar com o município todos os agentes impedidos na forma do Artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e no art. 9º da Lei n. 8666/93 e suas alterações posteriores.

3.2 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- a) Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- c) Que estejam reunidas em consórcio, ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição.
- d) Estrangeiras que não funcionem no País.

04. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o pregoeiro receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo, na parte externa, além do nome da empresa, a seguinte identificação:

A) PREGÃO PRESENCIAL N.º 31/2018
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
ENVELOPE N.º 01 – Proposta Comercial
Empresa:

B) PREGÃO PRESENCIAL Nº
31/2018
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
ENVELOPE N.º 02 – Documentação
Empresa:

4.2 - Em seguida, realizar-se-á o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

DO CREDENCIAMENTO

1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

2 – O documento de credenciamento nos termos da alínea "b", do item 1, poderá ser conforme modelo constante no Anexo I- Carta de Credenciamento, o qual deverá ser entregue juntamente com o respectivo documento oficial de identificação.

2.1. – Fica dispensado da apresentação do Anexo II, o representante legal com poderes para exercer direitos e assumir obrigações, nos termos do item 1."a".

3 - O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4 - Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma

credenciada.

5 - A ausência do Credenciado , impedirá a licitante de ofertar lances verbais, porém não é motivo para exclusão do certame, desde que atenda as exigências do Credenciamento 1 – a e 7.1).

Tal comprovação deverá ser feita através de procuração ou carta de credenciamento (modelo sugestivo no Anexo I do Edital), com firma reconhecida em Cartório, e deverá ser entregue ao Pregoeiro juntamente com os envelopes, ficando arquivada no Processo Licitatório. A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o ocorrido. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital. O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

- Se for Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), para que possa se beneficiar das disposições Lei Complementar n.123/2006 de 14/12/2006 atualizada, deverá comprovar esta condição mediante documento hábil no ato do Credenciamento, apresentando obrigatoriamente: Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado de domicílio da licitante, com data de emissão não superior a 90 (Noventa) dias. Não feita esta comprovação no momento oportuno, a proposta será analisada segundo o regramento padrão.

05. DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1 - A Proposta Comercial contida no Envelope n.º 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos sub-itens a seguir:

a) emitida, de preferência por computador, ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa, em todas as páginas e anexos.

b) conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

c) descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações do Edital, constando a marca que está sendo cotada, bem como o valor unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismos. Em caso de divergência entre os preços unitário e total prevalecerá o unitário. No preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação. Na cotação dos preços para a presente licitação, os participantes deverão observar o uso de até três casas após a vírgula, nos valores unitários e totais propostos, caso contrário o item será automaticamente desclassificado;

d) apresentar declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas no Edital; e

e) conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a entrega dos envelopes. Se o prazo for omitido, a proposta será considerada por 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação.

Parágrafo único — Preferencialmente, para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo sugestivo constante do Anexo III do Edital.

06. HABILITAÇÃO

No envelope n.º 02 – Documentação, deverão constar os seguintes documentos:

6.1. Habilitação Jurídica:

6.2. Regularidade Fiscal:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão conjunta de tributos e contribuições federais, quanto à dívida ativa da união e contribuições sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal.

c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

d) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS),

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT

6.3. Qualificação Econômico-financeira:

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

6.4 - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, mediante declaração da proponente, sob as penas da Lei (conforme modelo constante do Anexo IV do Edital).

6.5 - Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a licitante (conforme modelo constante do Anexo V do Edital).

6.6 - Os documentos de habilitação preliminar poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor do Município de São Bernardino -SC, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. O Pregoeiro e a equipe de apoio farão consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões originais emitidas pela INTERNET, ficando a

licitante dispensada de autenticá-las. Todas as certidões e/ou documentos em que não conste expressamente seu prazo de validade, serão consideradas como válidas por 60 (sessenta) dias, exceto àquelas previstas em lei e os atestados referentes à qualificação técnica;

6.7 – Somente serão desclassificados os participantes que apresentarem vícios insanáveis. Os participantes que apresentarem vícios sanáveis, como erros formais ou apresentação de documentos vencidos, porém passíveis de consulta imediata via internet e havendo a comprovação de estar regular poderá então ser anexado ao processo e validado.

07. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 - Aberta a Sessão Pública, os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (modelo sugestivo no Anexo II do Edital), e entregarão os envelopes conforme item 04 do Edital.

7.2 - Para fins de julgamento, o critério adotado para a adjudicação do objeto deste PREGÃO será o MENOR PREÇO GLOBAL. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, e que forem superiores aos valores máximos admitidos por item.

7.3 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço. Quando não forem verificados, no mínimo, 03(três) propostas comerciais nas condições mencionadas, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 03 (três), neste número já incluído a de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.4 - No curso da Sessão Pública, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.5 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo vedada à oferta de lance com vista ao empate, bem como a substituição da marca do produto que consta na proposta comercial, ou o uso de mais de três casas após a vírgula. Dos lances ofertados não caberá retratação. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas. Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.6 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.7 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores máximos consignados no Anexo I a este edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

- Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, ocorrendo empate proceder -se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 45, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 2o do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no § 2o do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.7.1 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no inciso I, II e III do Art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.7.2 - O disposto no item anterior somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.7.3 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.8 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 deste Edital. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

7.9 - Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

7.9.1 Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, respeitando o art. 43 § 1º, da Lei Complementar 123/2006 de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, as ME e EPP, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, ficando a Sessão Pública em suspenso, quando será assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis, cujo término inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa. De acordo com o § 2º da mesma Lei, a não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado a Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.10 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão Pública a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria, o recurso se interposto, deverá ser protocolado fisicamente em documento original, datado e assinado pelo proponente e/ou representante legal, no Setor de Administração e dirigidos ao pregoeiro. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

7.11 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos as licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

08. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1 - Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Publica do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Publica acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

8.2 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

8.3 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

8.5 – O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6 – O (s) recurso (s) será (ão) dirigido(s) à Prefeitura Municipal – Departamento de Compras e Licitações, e, por intermédio do Pregoeiro, será (ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

09. CONDIÇÕES DE ENTREGA

9.1 – O Trator a ser consertado será transportado até a empresa vencedora que realizará o conserto, sob responsabilidade da secretaria solicitante e após o conserto será retirado pela mesma. Ao receber o trator, a empresa deverá iniciar os trabalhos e repor as peças imediatamente e deverá concluir até no máximo 08(oito) dias úteis, de acordo com as peças constantes no referido Edital, o conserto com fornecimento de peças deverá ter garantia de no mínimo 06(seis) meses.

9.2 – A Municipalidade, se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2018, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

10.1 O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) vencedores](s) serão efetuados em até 10(dez) dias após a entrega e ou prestação de serviços e efetiva apresentação da nota fiscal. Deverá constar no documento fiscal o numero da licitação, numero do contrato, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agencia bancária, da empresa, sem os quais o pagamento poderá ficar retido por falta de informações. Os pagamentos serão realizados via transferência bancária online, se por ventura gerar tarifa bancária a mesma será descontada do credor.

10.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

11. RECURSOS FINANCEIROS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 - Os recursos financeiros serão a cargo do orçamento vigente.

11.2 - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro

de 2018:

2.037.3390.00 - 3000 - 160/2018 - Manutenção da Agricultura

12. ADJUDICAÇÃO

12.1 - Adjudicado o objeto da presente licitação, o Município de São Bernardino - SC, convocará o adjudicatário para assinar o Termo de Contrato em até 3 (três) dias úteis. Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar, no prazo e condições estabelecidas o Termo de Contrato, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela proposta, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

12.2- O(s) Contrato(s) decorrente(s) deste processo Licitatório poderá(ao) ser aditado(s) conforme regulamentação prevista na Seção III, Art 65, da Lei nº 8.666/93 (Brasil).

13. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

13.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

13.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

14. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

14.1 - O Município ficará obrigado a:

a) promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

b) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

15. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

15.1 - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto no item 17, deste Edital.

15.2 - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada:

15.2.1 - Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

b) entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

c) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

d) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

e) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada;

f) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

g) a dissolução da empresa;

h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

l) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

15.2.2 - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

15.2.3 - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

15.3 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

16. PENALIDADES

16.1 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

16.2 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

17 – DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

17.1 – Além das atribuições já evidenciadas neste Edital de Licitação e as previstas em Lei, o Pregoeiro poderá ainda:

17.1.1 – Advertir os representantes das empresas proponentes, bem como qualquer pessoa presente a sessão pública, em virtude de comportamento ou expressões inadequadas para o momento.

17.1.2 – Estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.

18.1.3 – Interromper o processo, para qualquer situação adversa que possa ocorrer durante a sessão pública.

17.1.4 – Baixar diligências para dirimir qualquer dúvida em relação ao processo e/ou documentação, inclusive para que havendo algum valor de lance ofertado sendo considerado inexecutável, para que o autor comprove que a mesma pode ser executada.

17.1.5 – Permitir aos credenciados, contato com terceiros para formular lances.

17.1.6 – Tomar de forma oral do licitante credenciado presente a declaração de que cumpre todos os requisitos de habilitação.(se for o caso).

17.1.7- Tomar de forma oral do licitante credenciado presente a declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas no Edital (se for o caso)

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

18.2 - As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento de sua abertura, respectivamente, no final de cada Sessão Pública, quando serão registradas em ata, sendo vedada a qualquer licitante observações ou reclamações posteriores, a este respeito.

18.3 - A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.4 - Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 17/2006, Decreto n.19/2009, decreto n. 132/2009, decreto n. 254/2012 e decreto n. 09/2018.

18.5 - No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

18.6 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

§ ANEXO I – Modelo de Carta de Credenciamento;

§ ANEXO II – Modelo de Declaração firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação;

§ ANEXO III – Modelo de Proposta

§ ANEXO IV – Modelo de Declaração firmando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

§ ANEXO V - Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a licitante

§ ANEXO VI – Minuta de Contrato.

18.7 - Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrado na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

18.8 – Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Administração Municipal não serão consideradas como motivos para impugnações.

18.9 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro (24) horas. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame. A impugnação deverá ser protocolada fisicamente em documento original, datado e assinado pelo proponente e/ou representante legal, no Setor de Administração e dirigido ao chefe do poder executivo.

18.10 - Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

18.11 - É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

18.12 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

18.13 - Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital, deverão ser dirigidas à Administração Municipal no endereço anteriormente citado, ou pelo telefone (49) 36540054/0014 até 72 (setenta e duas) horas antes da data de abertura da LICITAÇÃO.

São Bernardino – SC 18/06/2018

Prefeito Municipal
Adeli José Riffel

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica
Rudimar Borcioni
OAB-SC 15411
ASSESSOR(A) JURÍDICO

ANEXO I MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 47/2018
PREGÃO No 31/2018

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____ e CPF sob n.º _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de -SC, na modalidade Pregão n.º, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de _____ 2018

Carimbo Nome e Assinatura do Credenciante

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 47/2018
PREGÃO No 31/2018

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO n.º do município de-SC, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 06 do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 2018

Carimbo Nome e Assinatura do Representante Legal

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 47/2018
PREGÃO No 31/2018

A Empresa ,com sede na , inscrita no CNPJ nº ,vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) , portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº , DECLARA,sob as penas da Lei, que é MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, que atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 06 do edital convocatório, e que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

..... , em ____ de ____ 2018

Carimbo Nome e Assinatura do Representante Legal

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 47/2018
PREGÃO No 31/2018

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:

Apresentamos nossa proposta para fornecimento, objeto da presente licitação, modalidade Pregão Presencial n.º 31/2018, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Objeto:O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE MECÂNICA PESADA PARA CONserto DO TRATOR TL 95 N. 02 COM FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS. ESTA AQUISIÇÃO TORNA-SE NECESSÁRIO PARA CONserto DO VIRABREQUIM E BRONZINA DO SISTEMA DO MOTOR.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Marca	Prego Unit.	Prego Total
1	MASSA CENTRÍFUGA 73403200	Und	1,00			
2	ARRUELA DE ALUMÍNIO 75205691	Und	6,00			
3	BRONZINA DE BIELA 75202831	Und	4,00			
4	BUCHA DE BIELA 75202831	Und	4,00			
5	ANEL DENTADO 73403068	Und	1,00			
6	BRONZINA DE MANCAL 75202821	Und	4,00			
7	ANEL DE ENCOSTO 75202826	Und	1,00			
8	RETENTOR FRONTAL 73403792	Und	1,00			
9	RETENTOR TRASEIRO 75285246	Und	1,00			
10	JOGO DE JUNTAS 84994693	Und	1,00			
11	JOGO DE ANÉIS 75286104	Und	4,00			
12	OLEO DO MOTOR 15W40 4LT	Und	3,00			
13	FILTRO DO MOTOR 84465123	Und	1,00			
14	ADITIVO PARA RADIADOR 4LT 26021	Und	1,00			
15	LIXA FERRO 80F	Und	1,00			
16	SERVIÇOS MECÂNICOS ESPECIALIZADOS PARA CONserto NO VIRABREQUIM, BRONZINA NO SISTEMA MOTOR DO TRATOR TL 95 Nº02	SER	1,00			
Total						

Valor total da proposta (por extenso): R\$ _____ (_____).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (no mínimo, 60 - sessenta - dias da data-limite para a entrega dos envelopes).

PRAZO DE ENTREGA: _____

(conforme item 9 do edital).

DATA:

NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO EM Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 47/2018
PREGÃO No 31/2018

..... inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal, Sr. (a)
..... portador (a) da Carteira de Identidade n.º CPF n.º DECLARA, para fins do disposto
no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em
trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz().

data

Nome e assinatura do Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO V

DECLARAÇÃO ASSEGURANDO A INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A LICITANTE

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 47/2018
PREGÃO No 31/2018

DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO – SC

REFERÊNCIA: DECLARAÇÃO DE INESISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da Empresa _____

Declara(m) que:

- a).- A entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Município e do Distrito Federal;
- b).- Nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública.

_____, _____
(local e data)

nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF

CONTRATO N° NumContrato

O Município de SÃO BERNARDINO-SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa, NomeContratado inscrita no CNPJ nº CNPJContratado, localizada na Rua EnderecoContratado, na Cidade de CidadeContratado, empresa devidamente credenciada, neste ato representada pelo seu proprietário o Sr. NomeRespContratado, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua EnderecoContratado, na Cidade de CidadeContratado, inscrito no CPF sob nº CPFContratado, neste ato contratual simplesmente denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

ObjetoContrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O Município adquire, ObjetoContrato do aqui denominado Fornecedor, o qual foi vencedor dos itens abaixo relacionados, do Processo Licitatório 47/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, por ter apresentado a menor proposta de preços.

I – Fundamento Legal Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99, e Processo Licitatório nº 47/2018, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL .

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

O valor total do contrato é de R\$, ValorContrato ValorContratoExtenso, conforme constam no Processo Licitatório nº 47/2018 , modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, sendo que as datas de pagamentos e reajustes, são os mesmos constantes no Processo Licitatório nº, 47/2018 modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

IV - Da vigência:

A vigência do presente contrato é de DataAssinatura até DataVencimento , podendo o mesmo ser prorrogado através da realização de termo aditivo, sendo que toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente solicitada pela autoridade competente. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

V - Do Reajustamento e atualização:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

VI - Das compensações financeiras:

a) O Município descontará do Fornecedor o percentual de 1,0 % (um, três por cento) do valor do produto a cada dia de atraso, depois de solicitada a entrega dos materiais e/ou serviços pelo Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

I - Efetuar a execução dos serviços bem como fornecer os materiais, após solicitação por parte do Município.

II - Fornecedor ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre os produtos e serviços contratados enquanto estiverem na garantia e/ou prazo de validade.

III - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários que incidirem sobre os materiais e serviços contratados.

IV - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os materiais e serviços contratados em qualquer esfera.

V - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 47/2018 Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

VI - Fornecedor materiais e serviços de primeira qualidade e garantia de fábrica.

VII – Realizar os serviços em seu estabelecimento utilizando os equipamentos necessários para execução dos mesmos.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e controlar os materiais e serviços contratados.

II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.

III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 47/2018 Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL .

CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, serão utilizados as seguintes previsões orçamentárias constantes no Orçamento de 2018 da Prefeitura Municipal:

2.037.3390.00 - 3000 - 160/2018 - Manutenção da Agricultura

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 47/2018, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - As comunicações entre as partes, em relação a assuntos deste contrato, poderão ser formalizadas por escrito, e-mail, ou por qualquer meio de comunicação, porém quando efetuadas por escrito, será efetuado em duas vias, sendo uma destinada ao Fornecedor, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

III - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883 de 08 de Junho de 1994.

IV - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

V – Poderá o MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

VI – Fica por desde já, designado o Sr. xxxxxxxxxxxx, Secretário da xxxxxxxxxxxx, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato, a qualquer momento, poderá ser rescindido por mútuo consenso, ou conveniência administrativo, não lhe sendo devido qualquer valor, a título de indenização, ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento. Em caso de rescisão contratual prevista no Art. 78 da Lei 8.666/93, por culpa do Fornecedor, ficam estabelecidas a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices oficiais. Presume-se culpa do Fornecedor a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do referido artigo supramencionado.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado, ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal. E por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas. São Bernardino SC, DataExtensoAssinatura.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal
Município

NomeRespContratado
Fornecedor

RUDIMAR BORCIONI
Assessor Jurídico
OAB-SC 15.411

Testemunhas: _____

São Bonifácio

PREFEITURA

DECRETO Nº 38/2018

Publicação Nº 1657499

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BONIFÁCIO	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BONIFÁCIO
--	---	---

Decreto nº 36/2018

Regulamenta a Lei 1014/2000 e dá outras providências.

Ricardo de Souza Carvalho, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no atendimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 1014/2000 e no uso de suas atribuições, RESOLVE,

REGULAMENTAR

Art. 1º O Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, de caráter deliberativo, como órgão colegiado permanente, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, tem como objetivo principal formular a política de turismo, visando criar condições para o desenvolvimento da atividade turística no município de São Bonifácio.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Turismo de São Bonifácio – COMTUR:

I – Promover o entrosamento entre as atividades desenvolvidas pelo executivo municipal, órgãos, entidades públicas e privadas voltadas para o desenvolvimento do turismo no município;

II – Formular as diretrizes básicas a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento da atividade turística do município;

III – Aprovar, acompanhar e avaliar a execução do plano municipal de desenvolvimento da atividade turística do município;

IV – Auxiliar na elaboração da proposta orçamentária para o setor de turismo da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

V – Assegurar a participação efetiva dos segmentos promotores e beneficiários da atividade turística desenvolvida no município;

VI – Promover articulações e compatibilizações entre as políticas municipais, estaduais e federais voltadas ao desenvolvimento da atividade turística;

VII – Colaborar na elaboração do calendário turístico do município;

VIII – Elaborar e reger o seu regimento interno.

§ 1º O COMTUR deverá discutir e aprovar, pela maioria absoluta de seus membros, o seu regimento interno, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do presente decreto, o qual deverá ser homologado por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º O COMTUR definirá em seu regimento interno, comissões setoriais para dinamizar estudos e propostas setoriais.

Art. 3º O Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, será composto pelos membros das entidades abaixo relacionadas, sendo um titular e um suplente:

I – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

II – Secretaria Municipal de Indústria e Comércio;

III – Secretaria Municipal de Educação;

IV – EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina);

V – Entidades Religiosas;

VI – Dos Hotéis, Pousadas e similares;

VII – Dos Restaurantes, Bares e similares;

VIII – Da Casa Colonial.

§ 1º Os representantes das secretarias municipais serão indicados e homologados pelo chefe do Poder Executivo.

§ 2º Os representantes dos demais órgãos ou estabelecimentos terão autonomia para indicar seus representantes, mediante consenso ou eleição entre os interessados.

Art. 4º O mandato dos membros do COMTUR será de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período e seu exercício será sem ônus aos cofres públicos, sendo considerado serviço relevante prestado ao município.

Art. 5º O COMTUR terá uma Diretoria composta pelos seguintes cargos:

I – Presidente;

II – Vice-Presidente;

III – Primeiro Secretário;

IV – Segundo Secretário.

§ Único – A competência de cada cargo e forma de eleição será definido em seu regimento interno.

Art. 6º Os membros do COMTUR serão empossados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogado o Decreto nº 008/2005.

São Bonifácio, 18 de junho de 2018.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter
Chefe de Gabinete

EDITAL DE BOLSA DE TRABALHO Nº 02/2018

Publicação Nº 1656857

2º EDITAL DE SELEÇÃO DE BOLSISTAS

Este edital tem por objetivo estabelecer regras, critérios e informar prazos do processo de seleção de bolsistas para atuar junto as diversas secretarias que compõem a Prefeitura Municipal de São Bonifácio para o ano de 2018.

A - VAGAS/BOLSISTAS

Serão selecionados bolsistas conforme a necessidade do Município;
Vagas: 01 (uma) + Cadastro Reserva;
Valor da bolsa: R\$ 572,40 (quinhentos e setenta e dois reais e quarenta centavos);
As bolsas terão vigência de até 12 meses, dentro do ano letivo.

B - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Para ser contemplado com a Bolsa de Trabalho, o candidato deverá preencher os seguintes pré-requisitos:

- I – estar matriculado e frequentando regularmente as aulas do Segundo Ano do Ensino Médio, em estabelecimento de ensino da rede estadual com sede no município, desde que o candidato tenha residência fixa no município;
- II – possuir idade mínima de 14 anos;
- III – ter disponibilidade de tempo em horário pré-determinado, não superior a 20 horas semanais;
- IV – ter bom aproveitamento escolar nos semestres anteriores;
- V – conhecimento de informática;
- VI – o critério de classificação e desempate será a melhor média geral, de acordo com as notas escolares de 2017, a serem analisadas pela Comissão de Avaliação de Bolsas de Trabalho, nomeada pelo Decreto Municipal nº 34 de 07 de maio de 2018.

C – INSCRIÇÕES

Os pedidos de inscrição poderão ser feitos através dos e-mails: controleinterno@saobonifacio.sc.gov.br ou gabineteprefeito.pmsb@gmail.com ou pessoalmente na Prefeitura Municipal, com Marisa ou Júlia, de segunda a sexta-feira, das 12hs às 18hs (exceto feriados);

Deverão ser apresentados ou encaminhados por e-mail (em arquivo formato PDF), os seguintes documentos:

- Dados de identificação do candidato segundo Modelo de Ficha de Inscrição (Anexo 1)
- Histórico Escolar;
- Cópia do RG;
- Cópia do CPF;

D – LOCAL, DATAS E HORÁRIOS

Prazo para realização das inscrições: 18/06/2018 à 22/06/2018 até as 17:00hs.

Resultado da Seleção: 22 de junho de 2018.

Início dos Trabalhos: 25 de junho de 2018.

São Bonifácio, 15 de junho de 2018.

Ricardo de Souza Carvalho
Prefeito Municipal

ANEXO 1 FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome: _____

CPF: _____ RG: _____

Endereço: _____

Telefone: _____ e-mail: _____

Escolaridade: _____

Assinatura

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO Nº 67/2017 - Nº 01/2018

Publicação Nº 1657492

EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO nº 067/2017

Contratante: Município de São Bonifácio.

Contratado: Açores – Empreiteira de Mão de Obra Ltda., sito a Rua Major Joaquim A. de Campos, 5940, Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC, inscrito no CNPJ sob nº 85.337.152/0001-37.

Objeto: É objeto do presente termo aditivo a prorrogação da vigência do contrato nº 067/2017, até o dia 31/12/2018.

Processo de Licitação nº 51/2017 – Tomada de Preços nº 02/2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2018

Publicação Nº 1657493

EXTRATO DO CONTRATO nº 25/2018

Contratante: Município de São Bonifácio.

Contratado: ECOSFERA BIODIVERSIDADE ME LTDA, sediada na Avenida Atílio Pedro Pagani, 1106 – sala 101 – Pagani, Município de Palhoça, Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.903.488/0001-46, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu sócio ALDEN LIUTI NASCIMENTO.

Valor total do contrato: R\$ 7.995,00 (sete mil, novecentos e noventa e cinco reais).

Objeto: Prestação de serviço de apoio à agricultura, com foco no fomento do Agroturismo no Município de São Bonifácio, por meio da metodologia da ASSOCIAÇÃO DE AGROTURISMO ACOLHIDA NA COLÔNIA, visando à cooperação em atividades voltadas para o intercâmbio de experiências na área do Agroturismo, bem como nas atividades de formação de pessoal, tudo com o fim de organização dos circuitos municipais de Agroturismo.

Atividades	Valor Unitário	Valor Total
13 visitas no município	R\$ 615,00	R\$ 7.995,00

Vigência: 04/05/2018 a 31/12/2018.

Processo Licitatório nº 28/2018 – Edital de Dispensa de Licitação nº 02/2018-DL.

São Carlos

PREFEITURA

LEI 1825/2018

Publicação Nº 1656297

LEI MUNICIPAL Nº 1825/2018 DE 15 DE JUNHO DE 2018.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER, ATRAVÉS DE CONCESSÃO DE USO OU DE DIREITO REAL DE USO, COM OU SEM OPÇÃO DE COMPRA, POR PRAZO DETERMINADO, NO TODO OU EM PARTES, OS IMÓVEIS MATRICULADOS SOB OS N. 669 E N. 5.728 DO CRI DE SÃO CARLOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO CARLOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, através de concessão de uso ou de direito real de uso, com ou sem opção de compra, por prazo determinado, no todo ou em partes, para fins de incentivos previstos na Lei Municipal n. 1.316/2005, os imóveis abaixo discriminados:

I - imóvel matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de São Carlos sob o n. 669, com a seguinte descrição: Parte da Chácara n. (55), com a área de "trinta e dois mil duzentos e vinte e cinco metros quadrados" (32.225m²), sem benfeitorias, situado na sede deste Primeiro Distrito do Município e Comarca de São Carlos, Estado de Santa Catarina, confrontando: ao norte, com a Rua Duque de Caxias; ao sul, com as chácaras números. 56 e 58; ao leste, com a chácara n. 57; ao oeste, com a chácara n. 53.

II – imóvel matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de São Carlos sob o n. 5.718, com a seguinte descrição: Parte da Chácara Rural n. (57), com a área de "trinta e dois mil quatrocentos e trinta e sete vírgula cinquenta metros quadrados" (32.437,50m²), sem benfeitorias, situado na sede deste Primeiro Distrito do Município e Comarca de São Carlos, Estado de Santa Catarina, confrontando: ao NORTE, com a Rua Duque de Caxias; ao SUL, com parte das chácaras números 58 e 62, de propriedade de Tranquilo Quinto Giongo; ao LESTE, com parte da chácara n. 59, de propriedade de Celso Rigotti; ao OESTE, com parte da Chácara n. 55, de propriedade de Prefeitura Municipal de São Carlos. Imóvel cadastrado no INCRA sob o n. 815 268 013 412.

§ 1º As concessões de uso ou de direito real de uso ou alienações, de que trata o caput do presente artigo, serão efetivadas com a observância dos preceitos contidos na Lei Municipal 1.316/2005 (Lei de Incentivos), dentre eles, a sua destinação para empreendimentos geradores de emprego, renda e divisas para o Município, identificação do beneficiário, prazo de vigência da concessão, avaliação do imóvel pelo valor de mercado, entre outros.

§ 2º As concessões de uso ou de direito real de uso, inclusive aquelas em que houver a opção de compra, serão formalizadas através de Termo de Concessão de Direito Real de Uso, precedido de processo licitatório.

§ 3º Nas concessões ou alienações promovidas com base na presente Lei haverá, obrigatoriamente, cláusula de reversão do bem imóvel ao patrimônio público, nas hipóteses previstas no artigo 15 da Lei Municipal nº 1.316/2005.

§ 4º Aplicam-se às concessões e/ou alienações promovidas com base na presente Lei as limitações relativas à faculdade de dispor do imóvel, previstas nos artigos 12 e 16 da Lei Municipal nº

1.316/2005.

§ 5º Os contratos de concessão uso ou de direito real de uso dos imóveis, deverão ser registrados no Cartório do Registro de Imóveis de São Carlos.

Art. 2º De acordo com as peculiaridades de cada imóvel e observada a conveniência e oportunidade para a Administração, fica autorizada a divisão dos imóveis descritos nos incisos acima, em tantas glebas quantas forem adequadas às demandas.

Parágrafo único. O desmembramento de que trata o presente artigo será promovido pelo Poder Público Municipal, observando as regras de parcelamento do solo, o Plano Diretor Municipal e a Lei dos Registros Públicos.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos, em 15 de junho de 2018.

RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO MUNICIPAL

São Francisco do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.886/2018

Publicação Nº 1656450

DECRETO Nº 2.886, DE 13 DE JUNHO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 24.679,37 (vinte e quatro mil, seiscentos e setenta e nove Reais e trinta e sete centavos) ao orçamento do corrente exercício de conformidade com o inciso IV do art. 9º da Lei Municipal nº 1.936, de 20 de dezembro de 2017, que aprovou o orçamento para o exercício de 2018, combinado com o inciso I, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações:

10 - Secretaria Municipal de Educação

10.002 - Ensino Fundamental

2057 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

3390 - Aplicações Diretas R\$ 12.503,18

Vínculo de Recursos: 33701 – Programa Dinheiro Direto na Escola PDDE

10.001- Educação Infantil

2054 - Manutenção das Atividades do Educação Infantil

3390 - Aplicações Diretas R\$ 12.176,19

Vínculo de Recursos: 33701 – Programa Dinheiro Direto na Escola PDDE

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 24.679,37

Art. 2º Os recursos necessários à execução do artigo anterior, ocorrerão por conta do Superávit Financeiro das receitas provenientes das Transferências do FNDE para PDDE do Ensino Fundamental e da PDDE da Educação Infantil.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 13 de junho de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS
Secretário Municipal de Administração,
Finanças e Gestão de Pessoas

ALDAIR NASCIMENTO CARVALHO
Secretário Municipal de Educação

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 2.886, DE 13 DE JUNHO DE 2018.

O presente Decreto por superávit financeiro é decorrente do saldo financeiro do exercício de 2017, de recursos provenientes do FNDE, destinado ao atendimento do Programa Dinheiro Direto na Escola do Ensino Fundamental e da Educação Infantil do Município para atender as necessidades dessas unidades nesse exercício previstas nesse Programa.

São Francisco do Sul – SC, 13 de junho de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS
Secretário Municipal de Administração,
Finanças e Gestão de Pessoas

ALDAIR NASCIMENTO CARVALHO
Secretário Municipal de Educação

ERRATA PP 103-2018

Publicação Nº 1656190

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2018****MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL****OBJETO:** Aquisição de material de construção para a construção de sanitários padrão popular e pequenas reformas a serem realizadas para as famílias em situação de vulnerabilidade social dentro do município de São Francisco do Sul.**ERRATA**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, leva ao conhecimento dos interessados que, em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 3.555/2000 e Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamentam a licitação na modalidade Pregão, bem como, a Lei 8.666/93, e suas modificações, que o Termo de Referência, Anexo I do edital em epígrafe, sofreu alterações. O novo Termo de Referência está disponível no site da Prefeitura: www.saofranciscodosul.sc.gov.br.

Devido as alterações acima citadas, a realização do certame, que estava suspensa, fica agendada para a seguinte data e horário: 02.07.2018 às 09h.

Os demais itens permanecem inalterados.

São Francisco do Sul, 18 de junho de 2018.

Wilson Felício dos Reis

Secretário Municipal de Administração

NOVO TERMO DE REFERÊNCIA**1. OBJETO**

Aquisição de material de construção.

2. FINALIDADE

Utilização dos materiais para construção dos projeto Sanitário Padrão Popular e pequenas reformas a serem realizadas para famílias em situação de vulnerabilidade social, dentro do município.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Projeto de construção de Sanitário Padrão Popular em escala 1/50 A: 3,88 m² com Corte AA Escala 1/50, de responsabilidade do Engª Dayane Luiza D'Aroz CREA/SC 120685-4 Coord. de Urbanismo da Secretaria de Infraestrutura do Município de São Francisco do Sul.

Lote Único

Itens	Especificações	Qtd	Unidade medida	Média unit.	Média dos orçamentos
1	SAPATA DE CONCRETO	96	PÇ	R\$ 14,60	R\$ 1.401,60
2	FORRO PVC BRANCO 20CMX8MM	600	M2	R\$ 13,56	R\$ 8.138,00
3	TELHA 2,44 X 0,50 X 4MM SEM AMIANTO	300	PÇ	R\$ 12,83	R\$ 3.849,00
4	TELHA 2,44 X 0,50 X 6MM SEM AMIANTO	300	PÇ	R\$ 50,14	R\$ 15.043,00
5	PISO	240	M2	R\$ 11,86	R\$ 2.847,20
6	BACIO COM CAIXA ACOPLADA	50	PÇ	R\$ 348,87	R\$ 17.443,33
7	LAVATÓRIO COM COLUNA MÉDIO (BRANCO)	50	PÇ	R\$ 120,37	R\$ 6.018,50
8	ASSENTO SANITÁRIO	50	PÇ	R\$ 55,35	R\$ 2.767,50
9	CHUVEIRO DUCHA	50	PÇ	R\$ 49,34	R\$ 2.467,00
10	FECHADURA COM TAMBOR INOX EXTERNA	50	PÇ	R\$ 41,06	R\$ 2.053,00
11	FECHADURA COM TAMBOR INOX INTERNA	16	PÇ	R\$ 36,79	R\$ 588,69
12	MEIA CANA PVC	800	M	R\$ 4,02	R\$ 3.216,00
13	PORTA INTERNA 0,80X2,10	40	PÇ	R\$ 110,04	R\$ 4.401,47
14	PORTA INTERNA 0,90X2,10	3	PÇ	R\$ 135,04	R\$ 405,11
15	PORTA EXTERNA 0,90X2,10	2	PÇ	R\$ 168,87	R\$ 337,74
16	TUBO 20MM	160	PÇ	R\$ 11,03	R\$ 1.765,33
17	TUBO ESGOTO 6M 50MM	130	PÇ	R\$ 30,11	R\$ 3.913,87
18	TUBO ESGOTO 6M 100MM	100	PÇ	R\$ 43,17	R\$ 4.316,67
19	JOELHO ESGOTO 90G 50MM	184	PÇ	R\$ 2,12	R\$ 389,47
20	JOELHO ESGOTO 90G 100MM	310	PÇ	R\$ 3,73	R\$ 1.156,30
21	JOELHO 20MM	280	PÇ	R\$ 0,42	R\$ 117,60
22	JOELHO 1/2	110	PÇ	R\$ 3,29	R\$ 361,90
23	FLANGE 1/2	15	PÇ	R\$ 7,04	R\$ 105,55

24	TE 20X20MM	67	PÇ	R\$ 0,62	R\$ 41,32
25	TE ESGOTO 90G 50X50MM	50	PÇ	R\$ 4,40	R\$ 220,17
26	TE ESGOTO 90G 100X100MM	20	PÇ	R\$ 8,47	R\$ 169,33
27	LUVA 20MM	120	PÇ	R\$ 0,41	R\$ 48,80
28	CIMENTO 50KG	600	SC	R\$ 25,57	R\$ 15.340,00
29	CAL HIDRATADO 20KG	250	SC	R\$ 7,80	R\$ 1.949,17
30	PREGO 16X24	140	PC	R\$ 9,51	R\$ 1.331,40
31	PREGO 18X30	24	PC	R\$ 9,69	R\$ 232,48
32	PREGO 12X12	15	PC	R\$ 12,29	R\$ 184,35
33	PREGO TELHEIRO 18X30	40	PC	R\$ 12,61	R\$ 504,53
34	PARAFUSO PARA ETERNIT	1.200	PÇ	R\$ 0,60	R\$ 716,00
35	CAIBRO 4,5X5X10	416	PÇ	R\$ 19,24	R\$ 8.002,45
36	CAIBRO 3,5X5X10	320	PÇ	R\$ 16,50	R\$ 5.281,07
37	CAIBRO 3X5X10	256	PÇ	R\$ 7,03	R\$ 1.800,53
38	MATA JUNTA	3120	PÇ	R\$ 2,11	R\$ 6.583,20
39	TÁBUA DE PINUS 20CM	2300	M2	R\$ 10,73	R\$ 24.686,67
40	SARRAFO MADEIRA PINUS METRO LINEAR	3400	M	R\$ 4,16	R\$ 14.155,33
41	TIJOLO 8 FUIROS 09X19X19	15000	PÇ	R\$ 0,48	R\$ 7.250,00
42	AREIA M3 MÉDIA COMUM	30	M3	R\$ 68,46	R\$ 2.053,80
43	SAIBRO BRITADO Nº01	40	M3	R\$ 81,49	R\$ 3.259,47
44	SAIBRO BRITADO Nº02	4	M3	R\$ 82,15	R\$ 328,61
45	FOSSA ABERTA CONCRETO	50	PÇ	R\$ 115,13	R\$ 5.756,50
46	FILTRO ANAEROBIO COM TAMPA 80X65CM	50	PÇ	R\$ 150,74	R\$ 7.537,00
47	SUMIDOURO COM TAMPA	50	PÇ	R\$ 120,10	R\$ 6.005,00
48	CLORADOR	50	PÇ	R\$ 164,48	R\$ 8.224,17
49	JOGO DE DOBRADIÇA	82	PÇ	R\$ 10,02	R\$ 821,64
50	REGISTRO ESFERA 20	8	PÇ	R\$ 5,87	R\$ 46,96
51	REGISTRO PRESSÃO BASE PVC	48	PÇ	R\$ 19,74	R\$ 947,68
52	CAXILHO PORTA CASA ALVENARIA 12CM	48	PÇ	R\$ 71,91	R\$ 3.451,68
53	CAXILHO PORTA CASA MADEIRA 0,90X2,10	3	PÇ	R\$ 54,37	R\$ 163,10
54	CAXILHO PORTA CASA MADEIRA 0,80X2,10	12	PÇ	R\$ 54,37	R\$ 652,40
55	JOGO DE VISTA CEDRO 2,20M	60	PÇ	R\$ 8,13	R\$ 487,60
56	PACOTES ESPAÇADOR CRUZETA 5MM	20	PC	R\$ 5,53	R\$ 110,60
57	RODAPÉ METRO LINEAR	320	M	R\$ 6,85	R\$ 2.193,07
58	CAIXA SIF. QUAD. 100X100X50	50	PÇ	R\$ 6,98	R\$ 349,17
59	SIFÃO TUBO EXTENSIVO	50	PÇ	R\$ 6,89	R\$ 344,67
60	TORNEIRA LAVATÓRIO/PIA PVC	60	PÇ	R\$ 15,82	R\$ 949,00
61	COLA CANO COM PINCEL 175G	35	PÇ	R\$ 12,25	R\$ 428,63
62	JANELA	32	PÇ	R\$ 215,21	R\$ 6.886,83
63	JANELA PARA BANHEIRO	48	PÇ	R\$ 52,33	R\$ 2.512,00
64	ARGAMASSA 20 KG ADITIVADA	40	SC	R\$ 8,07	R\$ 322,93
65	REJUNTE	100	SC	R\$ 7,42	R\$ 741,67
66	ROLO FIO 2,5 MM 100M AZUL	300	M	R\$ 1,81	R\$ 542,00
67	ROLO FIO 2,5 MM 100M PRETO	300	M	R\$ 1,21	R\$ 362,00
68	ROLO FIO 6 MM 100M AZUL	300	M	R\$ 2,76	R\$ 827,00
69	ROLO FIO 6 MM 100M PRETO	300	M	R\$ 2,93	R\$ 878,00
70	ROLO FIO 2,5MM VERDE	300	M	R\$ 1,18	R\$ 355,00
71	ROLO FIO 10MM AZUL	100	M	R\$ 5,31	R\$ 530,67
72	ROLO FIO 10MM PRETO	100	M	R\$ 5,31	R\$ 530,67
73	CANALETAS	40	PÇ	R\$ 6,62	R\$ 264,80
74	ROLO DE FITA ISOLANTE	12	PÇ	R\$ 7,64	R\$ 91,68
75	ANEL DE VEDAÇÃO	50	PÇ	R\$ 8,33	R\$ 416,50
76	PAFLON	80	PÇ	R\$ 5,35	R\$ 428,27
77	LÂMPADAS	80	PÇ	R\$ 11,13	R\$ 890,40
78	TOMADAS DE SOBREPOR C/INTER E TECLA	80	PÇ	R\$ 9,12	R\$ 729,60
79	QUADRO PARA 4 DISJUNTORES	8	PÇ	R\$ 28,80	R\$ 230,43
80	DISJUNTOR 20 AMPERES	32	PÇ	R\$ 11,05	R\$ 353,49
81	PARAFUSOS COM BUCHA LATÃO TAM 10	200	PÇ	R\$ 1,85	R\$ 370,00

82	TOMADAS C/INTER E TECLA ALVENARIA	48	PÇ	R\$ 11,73	R\$ 562,88
83	CORRUGADO AZUL 5/8	120	M	R\$ 0,84	R\$ 100,40
84	CAIXA DE ÁGUA 300L	5	PÇ	R\$ 141,25	R\$ 706,25
85	BÓIA PARA CIAXA DE ÁGUA 1/2	5	PÇ	R\$ 7,39	R\$ 36,97
86	ARAME RECOZIDO	80	KG	R\$ 10,91	R\$ 872,80
87	FERRO 4,2	120	PÇ	R\$ 7,00	R\$ 840,00
88	FERRO 5/16	200	BR	R\$ 22,23	R\$ 4.446,67
					R\$ 241.541,26

4. FORMA DE PAGAMENTO

Em até 28 DIAS após EMISSÃO DA NOTA FISCAL.

5. PRAZO/FORMA DE ENTREGA

Entrega parcial conforme solicitação do Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, no prazo máximo de até 02(duas) horas após o recebimento do pedido com aprovação do coordenador do projeto (Gerência de Habitação), pois esse processo de construção requer agilidade na entrega dos materiais.

6. LOCAL DA ENTREGA

Nas localidades (bairros ou comunidades) do município apontadas pela Gerência de Habitação.

7. PERÍODO DE EXECUÇÃO

Julho, Agosto e Setembro de 2018.

Luiz Arnaldo Martins

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania

Gestor do Fundo Municipal de Habitação

PORTARIA Nº 14.941/2018

Publicação Nº 1656517

PORTARIA nº 14.941, de 18 de junho de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.862, de 31 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR CLAUDIO PEREIRA DOS SANTOS, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 638.538.689-91, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Projetos, nível CG, do Núcleo Avançado de Gestão, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 18 de junho de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 18 de junho de 2018.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

RESULTADO PRELIMINAR SELETIVO

Publicação Nº 1656952

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL

SAMAE SÃO FRANCISCO DO SUL

(Edital 001/2018)

"LISTA FINAL DE CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR"

Nº da Inscrição	Nome do Candidato	Data Nasc.	Pontuação	Classificação
001	Paola Krüger Battisti	21/02/1987	0,00	23
016	Juliana Amorim	20/01/1995	0,00	22
010	Ester Adlinez Ribeiro da Silva	09/02/1995	1,00	21
002	Diana Pegoraro Remígio do Vale	12/10/1986	4,34	20
020	Ellen de Menezes Bolduan Fernandes	24/06/1985	6,09	19
007	Carla Sarubbi	29/08/1974	6,78	18

012	Sergio Odilon Javorski Filho	03/02/1983	7,24	17
015	Marcelo Vrenna	12/07/1976	12,37	16
023	Érica Goulart	27/09/1977	13,58	15
019	Valdecir Nilson Vieira	23/07/1974	13,87	14
005	Douglas Machado Ribeiro Sanches Musse	17/01/1992	15,33	13
003	Orival Schumacher Batista Neto	18/04/1985	15,60	12
017	Inayara Cabral de Souza	10/10/1991	19,08	11
011	Leandro Souza Goter	20/08/1979	24,87	10
009	Rodrigo Olher Fernandes Garcia	22/01/1980	26,71	09
006	Cristiane Schewinski	26/01/1982	29,63	08
021	Danuse Aline Alves	14/07/1986	30,83	07
004	Thiago Alexandre	26/09/1985	33,04	06
013	Indianara Hugem	04/01/1991	34,52	05
022	Iverson Pavanello	06/02/1985	34,75	04
008	Ivan Seccon Parolin Filho	17/06/1963	40,69	03
018	Norma Bassols Rodrigues Holz	11/02/1978	41,36	02
014	Odair Linhares	17/09/1979	43,13	01

São Francisco do Sul, 18 de junho de 2018.

Comissão Organizadora
Processo Seletivo SAMAE São Francisco do Sul

São João Batista

PREFEITURA

1ª ERRATA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 090/PMSJB/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 074/PMSJB/2018

Publicação Nº 1656470

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

1ª ERRATA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 090/PMSJB/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 074/PMSJB/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 090/PMSJB/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 074/PMSJB/2018, para a AQUISIÇÃO DE INGREDIENTES PARA CONFECCÃO DO BOLO, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, EMBALAGENS, MATÉRIAS DE LIMPEZA E HIGIENE E MATERIAIS DIVERSOS DESTINADOS AS FESTIVIDADE DE 60 ANOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Houve alteração nos itens 42, 43, 50, 59, 60, 64, 70 e 77 do Anexo I do edital. Todas as demais informações permanecem inalteradas. O novo anexo I encontra-se disponível no site www.sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 18 de junho de 2018. Augusto Correia Junior - Pregoeiro Municipal.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 142/PMSJB/2017

Publicação Nº 1656041

Extrato do segundo termo aditivo ao Contrato nº 142/PMSJB/2017
Contratante: Município de São João Batista, SC – CNPJ nº. 82.925.652/0001-00; Contratada: Múltiplos Serviços e Obras LTDA ME – CNPJ nº. 10.788.391/0001-04; Processo Licitatório 152/PMSJB/2017 - Tomada de Preços nº 012/PMSJB/2017; Objeto: "6.1 O prazo de execução do contrato fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, contados a partir de 16/06/2018 a 15/08/2018"; Data da assinatura: 15/06/2018

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 039/PMSJB/2016

Publicação Nº 1656244

Extrato do sexto termo aditivo ao Contrato nº 039/PMSJB/2016
Contratante: Município de São João Batista; Contratada: Betha Sistemas LTDA – CNPJ nº 04.456.865/0001-67; Processo Licitatório 122/PMSJB/2015 – Pregão Presencial 122/PMSJB/2015; Objeto: Fica suprimido do objeto originário do contrato os itens 16, 17 e 19, acrescendo-se em seu lugar o Educação Cloud, com 18 usuários ativos, no valor mensal de R\$ 1.140,00 (mil cento e quarenta reais), Professores com acessos ilimitados no valor mensal de R\$ 790,00 (setecentos e noventa reais) e Pais e Alunos com acessos ilimitados no valor mensal de R\$ 790,00 (setecentos e noventa reais), restringindo-se assim o seu licenciamento à vigência do contrato; Data da assinatura: 11/06/2018.

PORTARIA Nº 419/2017

Publicação Nº 1656075

PORTARIA Nº 419/2018

Concede Licença Especial por Assiduidade

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração, e nos termos do Processo nº 975/2017 resolve:

Art. 1º Fica concedido 01 mês de LICENÇA ESPECIAL POR ASSIDUIDADE ao servidor PEDRO ESPEDITO DELAGNELO, referente ao período aquisitivo de 17/02/2012 à 17/02/2017, a contar de 03 de maio de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 18 de junho de 2018.

Rosane Sartori Rosa

Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 420/2018

Publicação Nº 1656078

PORTARIA Nº 420/2018

Concede Licença Gestação

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração e nos termos do Processo nº 1472/2018 resolve:

Art. 1º Fica concedido 120 (cento e vinte) dias de LICENÇA GESTAÇÃO à servidora VANESSA DE OLIVEIRA, a contar de 26 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 18 de junho de 2018.

Rosane Sartori Rosa

Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 421/2018

Publicação Nº 1656080

PORTARIA Nº 421/2018

Concede Licença Gestação

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração e nos termos do Processo nº 1567/2018 resolve:

Art. 1º Fica concedido 120 (cento e vinte) dias de LICENÇA GESTAÇÃO à servidora ALEXIA MARTINS REINERT, a contar de 03 de maio de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 18 de junho de 2018.

Rosane Sartori Rosa
Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 422/2018

Publicação Nº 1656082

PORTARIA Nº 422/2018
Concede Licença Gestação

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração e nos termos do Processo nº 1473/2018 resolve:

Art. 1º Fica concedido 120 (cento e vinte) dias de LICENÇA GESTAÇÃO à servidora ROSANGELA APARECIDA GOMES SOARES, a contar de 23 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 18 de junho de 2018.

Rosane Sartori Rosa
Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 423/2018

Publicação Nº 1656083

PORTARIA Nº 423/2018

REINTEGRAÇÃO

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica reintegrada nos termos do Processo nº 764/2018 KARINA INÊS VOYTENA PUEL para prestar serviços de excepcional interesse público na função de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL – ED FÍSICA, 20h semanais, por prazo indeterminado, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da reintegração.

São João Batista, 18 de junho de 2018.

Rosane Sartori Rosa
Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 424/2018

Publicação Nº 1656085

PORTARIA Nº 424/2018

REINTEGRAÇÃO

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica reintegrada nos termos do Processo nº 764/2018 KARINA INÊS VOYTENA PUEL para prestar serviços de excepcional interesse público na função de PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL

I – ED FÍSICA, 20h semanais, por prazo indeterminado, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da reintegração.

São João Batista, 18 de junho de 2018.

Rosane Sartori Rosa
Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 425/2018

Publicação Nº 1656087

PORTARIA Nº 425/2018

Exoneração a pedido

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017 e processo Administrativo 1595/2018, considerando o interesse da Administração:

Art. 1º Fica exonerado DAIANE ROCHA, ocupante do cargo efetivo de MONITOR ESCOLAR, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, a contar de 25 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da exoneração.

São João Batista, 18 de junho de 2018.

Rosane Sartori Rosa
Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 426/2018

Publicação Nº 1656088

PORTARIA Nº 426/2018

Exoneração a pedido

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017 e processo Administrativo 1662/2018, considerando o interesse da Administração:

Art. 1º Fica exonerado LUIZ FERNANDO CADORI VALLE, ocupante do cargo efetivo de MÉDICO, lotado junto ao Hospital Municipal Monsenhor José Locks, a contar de 31 de maio de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da exoneração.

São João Batista, 18 de junho de 2018.

Rosane Sartori Rosa
Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 427/2018

Publicação Nº 1656089

PORTARIA Nº 427/2018

Exoneração do cargo em comissão

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada

pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica exonerado GIUVANO DE SOUZA ocupante do cargo em comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA, a contar de 09 de maio de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da exoneração.

São João Batista, 18 de março de 2018.

Rosane Sartori Rosa
Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 428/2018

Publicação Nº 1656092

PORTARIA Nº 428/2018

Nomeação para Cargo em Comissão

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica nomeado GIUVANO DE SOUZA, para o cargo em comissão de SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA, lotado junto a Secretaria de Infra estrutura, a contar de 11 de maio de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da nomeação.

São João Batista, 18 de junho de 2018.

Rosane Sartori Rosa
Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 429/2018

Publicação Nº 1656096

PORTARIA Nº 429/2018

Prorrogação de Contrato.

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 01/04/2018 à 30/06/2018, o contrato do (a) servidor (a) FRANCELINA CRISTINA GONÇALVES FREIRE admitido (a) para a função de ODONTÓLOGO - PSF, nos termos do Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da prorrogação.

São João Batista, 18 de junho de 2018.

Rosane Sartori Rosa
Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 430/2018

Publicação Nº 1656098

PORTARIA Nº 430/2018

Resilição de Contrato.

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica resilido o contrato da servidora FRANCELINA CRISTINA GONÇALVES FREIRE – PSF ocupante da função de ODONTOLOGO - PSF, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 02 de maio de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da resilição.

São João Batista, 18 de junho de 2018.

Rosane Sartori Rosa
Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 430/2018

Publicação Nº 1656101

PORTARIA Nº 430/2018

Resilição de Contrato.

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica resilido o contrato da servidora FRANCELINA CRISTINA GONÇALVES FREIRE – PSF ocupante da função de ODONTOLOGO - PSF, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 02 de maio de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da resilição.

São João Batista, 18 de junho de 2018.

Rosane Sartori Rosa
Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 431/2018

Publicação Nº 1656102

PORTARIA Nº 431/2018

Resilição de Contrato.

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica resilido o contrato da servidora CELIA SILVA ocupante da função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, a contar de 21 de maio de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da resilição.

São João Batista, 18 de junho de 2018.

Rosane Sartori Rosa
Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 432/2018

Publicação Nº 1656104

PORTARIA Nº 432/2018

Prorrogação de Contrato.

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 01/04/2018 à 30/06/2018, o contrato do (a) servidor (a) VAGNER LA BELLA MARCHI admitido (a) para a função de MÉDICO , nos termos do Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da prorrogação.

São João Batista, 18 de junho de 2018.

Rosane Sartori Rosa
Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 433/2018

Publicação Nº 1656106

PORTARIA Nº 433/2018

Resilição de Contrato.

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica resiliado o contrato da servidora VAGNER LA BELLA MARCHI ocupante da função de MÉDICO lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 22 de maio de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da resilição.

São João Batista, 18 de junho de 2018.

Rosane Sartori Rosa
Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 434/2018

Publicação Nº 1656107

PORTARIA Nº 434/2018

ACT

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário ANA JÚLIA GAMBETA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITOR ESCOLAR, pelo período de 08/05/2018 à 30/11/2018, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da admissão.

São João Batista, 18 de junho de 2018.

Rosane Sartori Rosa
Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 435/2018

Publicação Nº 1656112

PORTARIA Nº 435/2018

Prorrogação de Contrato.

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 01/02/2018 à 03/04/2018, o contrato do (a) servidor (a) ODAIR HAMES admitido (a) para a função de AUXILIAR GERAL , nos termos do Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da prorrogação.

São João Batista, 18 de junho de 2018.

Rosane Sartori Rosa
Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 436/2018

Publicação Nº 1656115

PORTARIA Nº 436/2018

Prorrogação de Contrato.

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 01/02/2018 à 03/04/2018, o contrato do (a) servidor (a) LUCIANO RAULINO admitido (a) para a função de AUXILIAR GERAL , nos termos do Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da prorrogação.

São João Batista, 18 de junho de 2018.

Rosane Sartori Rosa
Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 437/2018

Publicação Nº 1656117

PORTARIA Nº 437/2018

Prorrogação de Contrato.

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 26/03/2018 à 03/04/2018, o contrato do (a) servidor (a) VALDECIR JOSÉ CAPELLO admitido (a) para a função de AUXILIAR GERAL , nos termos do Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da prorrogação.

São João Batista, 18 de junho de 2018.

Rosane Sartori Rosa
Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 438/2018

Publicação Nº 1656119

PORTARIA Nº 438/2018

Prorrogação de Contrato.

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 01/02/2018 à 03/04/2018, o contrato do (a) servidor (a) JOCIRLEI LUIS SANTOS DA SILVA admitido (a) para a função de AUXILIAR GERAL, nos termos do Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da prorrogação.

São João Batista, 18 de junho de 2018.

Rosane Sartori Rosa

Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 439/2018

Publicação Nº 1656121

PORTARIA Nº 439/2018

Prorrogação de Contrato.

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 01/02/2018 à 02/04/2018, o contrato do (a) servidor (a) WILLIAN CAVANHA admitido (a) para a função de AUXILIAR GERAL, nos termos do Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da prorrogação.

São João Batista, 18 de junho de 2018.

Rosane Sartori Rosa

Assessora de Gabinete

PORTARIA Nº 440/2018

Publicação Nº 1656724

PORTARIA Nº 440/2018

Exoneração

A Assessora de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica exonerada BRUNA FONTANELLI ocupante do cargo de COORDENADOR DE REGULAÇÃO E CONTROLE, a contar de 14 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da exoneração.

São João Batista, 19 de junho de 2018.

Rosane Sartori Rosa

Assessora de Gabinete

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 127/PMSJB/2017

Publicação Nº 1656822

Extrato do primeiro termo aditivo ao Contrato nº 127/PMSJB/2017 Contratante: Município de São João Batista - SC; Contratada: Eletro Comercial Energiluz LTDA – CNPJ nº 09.008.659/0001-69; Processo Licitatório 118/PMSJB/2017 – Pregão Presencial nº 086/PMSJB/2017; Objeto: O presente instrumento tem por objetivo alterar a cláusula quinta, item 5.1, do Contrato nº 127/PMSJB/2017, diante da alteração dos valores pela ocorrência de acréscimo de materiais e serviços no valor R\$ 200.419,31 (duzentos mil quatrocentos e dezenove reais e trinta e um centavos), que passa a ter a seguinte redação: “5.1 O valor deste contrato é de R\$ 1.288.419,31 (um milhão duzentos e oitenta e oito reais quatrocentos e dezenove reais e trinta e um centavos)”; Dotação orçamentária: (84) 3.3.90.30.26.00.00.00.00.00; (84) 3.3.90.39.99.00.00.00.00.00; Data da assinatura: 12/06/2018

PROCESSO LICITATÓRIO 016/FMS/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/FMS/2018 - FRACASSADA

Publicação Nº 1656042

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA
PROCESSO LICITATÓRIO 016/FMS/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/FMS/2018 - FRACASSADA

O Departamento de Licitações, obedecendo ao que preconiza a legislação em vigor, comunica que o Processo Licitatório 016/FMS/2018 – Pregão Presencial 013/FMS/2018 foi considerada FRACASSADA. São João Batista, 18 de junho de 2018. Juliano Grime – Diretor de Licitações e Contratos.

PROCESSO LICITATÓRIO 017/FMS/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/FMS/2018 - DESERTO

Publicação Nº 1656183

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA
PROCESSO LICITATÓRIO 015/FMS/2018 – PREGÃO PRESENCIAL 012/FMS/2018

O Departamento de Licitações, obedecendo ao que preconiza a legislação em vigor, comunica que o Processo Licitatório 015/FMS/2018 - Pregão Presencial 012/FMS/2018 foi considerado DESERTO. São João Batista, 28 de maio de 2018. Juliano Grime – Diretor de Licitações e Contratos.

PROCESSO LICITATÓRIO 022/FMS/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/FMS/2018

Publicação Nº 1656690

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA
PROCESSO LICITATÓRIO 022/FMS/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/FMS/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de São João Batista (SC), inscrito sob o CNPJ 08.361.788/0001-73, com sede à Rua Gilson Geraldo Sartori, 411, Centro, São João Batista, de conformidade com Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, por intermédio de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/FMS/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/FMS/2018, para o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TELECOMUNICAÇÕES PARA O FORNECIMENTO DE LINKS DE

INTERNET, INTERCONEXÕES DE PONTOS DE ACESSO E SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE VOZ POR MEIO DE PROTOCOLO (IP), NA FORMA PÓS PAGA, VIA FIBRA ÓPTICA, PARA CADA LOCAL, EM FORMA DE PACOTE DE DADOS, MODALIDADE TELEFONIA FIXA, CONFORME A NECESSIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: 14h45min do dia 03/07/2018. Abertura dos envelopes: 15h do dia 03/07/2018. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195, ramal: 206 ou através dos e-mails licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 18 de junho de 2018. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal.

São João do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 001-2018 - SUPERÁVIT

Publicação Nº 1656126

ATOS DO PODER EXECUTIVO

=====

DECRETO Nº. 001 DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE”

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica do Município.
--

CONSIDERANDO, o cumprimento dos dispositivos do artigo 42 e artigo 43, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO, a autorização Legislativa contida no Artigo 11 da Lei Municipal nº. 1.743, de 28 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica ABERTO o Crédito Suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 1.265.045,62 (um milhão, duzentos e sessenta e cinco mil, quarenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), segundo classificações abaixo discriminadas:

Unid. Orçam.: 03.00 – SEC. DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unid. Orçam.: 03.01 – Depto de Administração Finanças e Planejamento

Proj./Ativ.: 2.008 – Contribuições a Entidades Municipalistas

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0301 – Aplicações Diretas (176)R\$ 7.000,00

Unid. Orçam.: 04.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA

Unid. Orçam.: 04.01 – Departamento da Agricultura

Proj./Ativ.: 1.003 – Implantação de Patrulha Mecanizada

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0301 – Aplicações Diretas (172)R\$ 223.000,00

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0400 – Aplicações Diretas (171)R\$ 322.175,77

Unid. Orçam.: 05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Unid. Orçam.: 05.01 – Setor do Ensino Fundamental

Proj./Ativ.: 1.006 – Aquisição de Mobiliários e Equipamentos de Informática

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0319 – Aplicações Diretas (170)R\$ 16.239,36

Unid. Orçam.: 05.03 – Setor de Merenda Escolar

Proj./Ativ.: 2.028 – Alimentação Escolar para o Ensino Fundamental

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0308 – Aplicações Diretas (174)R\$ 8,70

Proj./Ativ.: 2.030 – Alimentação Escolar para Creche

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0308 – Aplicações Diretas (175)R\$ 1.634,65

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DE URBANISMO, ÁGUA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unid. Orçam.: 08.02 – Departamento de Serviços Públicos

Proj./Ativ.: 2.047 – Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0345 – Aplicações Diretas (174)R\$ 1.054,33

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unid. Orçam.: 11.01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Ativ.: 1.024 – Aquisição de Veículos para o Fundo Municipal de Saúde

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0303 – Aplicações Diretas (057)R\$ 121.670,80

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0388 – Aplicações Diretas (054)R\$ 42.829,20

Proj./Ativ.: 2.051 – Atividades dos Programas SF - ACS e SB

Elemento: 3.1.90.00.00.00.0364 – Aplicações Diretas (056)R\$ 8.136,17

Elemento: 3.1.90.00.00.00.0371 – Aplicações Diretas (046)R\$ 90.000,00

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0364 – Aplicações Diretas (062)R\$ 3.006,64

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0371 – Aplicações Diretas (055)R\$ 12.525,04

Proj./Ativ.: 2.052 – Atividades Núcleo de Atenção à Saúde da Família

Elemento: 3.1.90.00.00.00.0379 – Aplicações Diretas (049)R\$ 185,47

Proj./Ativ.: 2.053 – Serviços de Atenção Básica em Saúde

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0371 – Aplicações Diretas (045)R\$ 142.282,52

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0371 – Aplicações Diretas (045)R\$ 50.000,00

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0375 – Aplicações Diretas (047)R\$ 3.143,56

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0374 – Aplicações Diretas (048)R\$ 19.527,04

Proj./Ativ.: 2.054 – Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0365 – Aplicações Diretas (052)R\$ 3.931,70

Unid. Orçam.: 11.02 – Atividades da Assistência Farmacêutica Básica

Proj./Ativ.: 2.055 – Assistência Farmacêutica Básica

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0372 – Aplicações Diretas (058)R\$ 50.000,00

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0367 – Aplicações Diretas (050)R\$ 5.407,61

Unid. Orçam.: 11.03 – Atividades da Vigilância em Saúde

Proj./Ativ.: 2.057 – Atividades de Vigilância Sanitária

Elemento: 3.1.90.00.00.00.0303 – Aplicações Diretas (065)R\$ 5.000,00

Elemento: 3.1.90.00.00.00.0359 – Aplicações Diretas (053)R\$ 2.389,34

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0366 – Aplicações Diretas (059)R\$ 3.988,22

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0366 – Aplicações Diretas (061)R\$ 1.188,00

Proj./Ativ.: 2.054 – Atividades de Vigilância Epidemiológica

Elemento: 3.1.90.00.00.00.0366 – Aplicações Diretas (051)R\$ 1.014,00

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0366 – Aplicações Diretas (060)R\$ 3.000,00

Órgão: 12.00 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unid. Orçam.: 12.01 – Financiamento da Gestão do SUAS

Proj./Ativ.: 2.059 – Atenção Integral a Família – PAIF – CRAS

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0347 – Aplicações Diretas (021)R\$ 61.537,71

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0348 – Aplicações Diretas (022)R\$ 47.070,41

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0352 – Aplicações Diretas (024)R\$ 9.054,93

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0353 – Aplicações Diretas (023)R\$ 5.646,46

Unid. Orçam.: 12.03 – Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade

Proj./Ativ.: 2.063 – Proteção Social Especial - Ação Continuada DEF

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0349 – Aplicações Diretas (025)R\$ 1.583,43

Art. 2º. Os recursos no valor de R\$ 1.265.045,62 (um milhão, duzentos e sessenta e cinco mil, quarenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), para atender o Crédito Suplementar acima especificado decorrerão da redução do superávit financeiro apurado no exercício anterior segundo a fonte de recurso abaixo indicada:

I	301 – Recursos Ordinários	R\$	230.000,00
II	303 – Receita de Impostos/Transferências de Impostos – Saúde	R\$	126.670,80
III	308 – Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	R\$	1.643,35
IV	319 – Transferências do FUNDEB – Outras Despesas	R\$	16.239,36
V	345 – Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública – COSIP	R\$	1.054,33
VI	347 – SCFV – Serviços de Conv. e Fortalecimento de Vínculos	R\$	61.537,71
VII	348 – PAIF – Programa de Atenção Integral a Família	R\$	47.070,41
VIII	349 – PPD – Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física	R\$	1.583,43
IX	352 – Outras Transf. de Rec. do Fundo de Assistência Social	R\$	9.054,96
X	353 – Transferências Assistência Social – SUAS/Estado	R\$	5.646,46
XI	359 – Recursos SUS - Município – Alvará Sanitário	R\$	2.389,34
XII	364 – Atenção Básica – Superávit	R\$	11.142,81
XIII	365 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	R\$	3.931,70
XIV	366 – Vigilância em Saúde	R\$	9.190,22
XV	367 – Assistência Farmacêutica Básica Federal	R\$	5.407,61
XVI	371 – PAB – Piso de Atenção Básica Fixo	R\$	294.807,56
XVII	372 – SUS – Estado – Atenção Básica	R\$	50.000,00
XVIII	374 – Programa de Próteses Dentárias	R\$	19.527,04
XVII	375 – MAC – Contratualização	R\$	3.143,56
XIX	388 – Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	R\$	42.829,20
XX	400 – Convênios sem vínculos específicos – União	R\$	322.175,77

Art. 3º. O valor do presente Crédito Suplementar destina-se para complementação orçamentária para fazer frente às despesas com manutenção das atividades do Município.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 02 de janeiro de 2018.

Fernando Bisigo
- Prefeito Municipal -

DECRETO 002-2018 - PREFEITURA - ALTERAÇÃO POR DENTRO

Publicação Nº 1656131

ATOS DO PODER EXECUTIVO

=====

DECRETO nº. 002 DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE”

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica do Município.
--

CONSIDERANDO, o cumprimento dos dispositivos do artigo 42 e artigo 43, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO, a autorização Legislativa contida no Artigo 11 da Lei Municipal nº. 1.743, de 28 de novembro de 2017.
DECRETA:

Art. 1º. Fica ABERTO Crédito Suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 136.055,76 (cento e trinta e seis mil, cinquenta e cinco reais e setenta e seis centavos) segundo classificações abaixo discriminadas:

Órgão: 02.00 – GABINETE DO PREFEITO

Unid. Orçam.: 02.01 – Gabinete do Prefeito

Proj./Ativ.: 2.002 – Procuradoria Geral do Município

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas (003)R\$ 3.500,00

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Unid. Orçam.: 05.05 – Fundo Municipal de Cultura

Proj./Ativ.: 2.035 – Manutenção Atividades Culturais

Elemento: 3.3.50.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas (100)R\$ 10.000,00

Órgão: 06.00 – SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

Unid. Orçam.: 06.02 – Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

Proj./Ativ.: 2.039 – Proteção Social Básica ao Idoso

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas (116)R\$ 5.000,00

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DE URBANISMO, ÁGUA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unid. Orçam.: 08.03 – Departamento de Abastecimento de Água

Proj./Ativ.: 2.048 – Manutenção Sistemas de Abastecimento de Água

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas (158)R\$ 10.000,00

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Unid. Orçam.: 11.01 – Atividades de Atenção Básica em Saúde

Proj./Ativ.: 2.051 – Atividades dos Programas SF - ACS e SB

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas (007)R\$ 5.000,00

Proj./Ativ.: 2.053 – Serviços de Atenção Básica em Saúde

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas (017)R\$ 59.000,00

Elemento: 3.3.93.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas (023)R\$ 33.555,76

Proj./Ativ.: 2.054 – Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas (026)R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os Créditos Suplementares acima especificados, decorrerão da redução, segundo classificações abaixo discriminadas:

Órgão: 02.00 – GABINETE DO PREFEITO

Unid. Orçam.: 02.01 – Gabinete do Prefeito

Proj./Ativ.: 2.002 – Procuradoria Geral do Município

Elemento: 3.3.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas (002)R\$ 3.500,00

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Unid. Orçam.: 05.05 – Fundo Municipal de Cultura

Proj./Ativ.: 2.035 – Manutenção Atividades Culturais

Elemento: 4.4.50.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas (102)R\$ 10.000,00

Órgão: 06.00 – SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

Unid. Orçam.: 06.02 – Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

Proj./Ativ.: 2.039 – Proteção Social Básica ao Idoso

Elemento: 3.1.90.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas (114)R\$ 5.000,00

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DE URBANISMO, ÁGUA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unid. Orçam.: 08.03 – Departamento de Abastecimento de Água

Proj./Ativ.: 2.048 – Manutenção Sistemas de Abastecimento de Água

Elemento: 4.4.93.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas (157)R\$ 10.000,00

Órgão: 11.00 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Unid. Orçam.: 11.01 – Atividades de Atenção Básica em Saúde

Proj./Ativ.: 2.051 – Atividades dos Programas SF - ACS e SB

Elemento: 3.1.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas (004)R\$ 5.000,00

Proj./Ativ.: 2.053 – Serviços de Atenção Básica em Saúde

Elemento: 3.1.71.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas (013)R\$ 5.277,88

Elemento: 3.1.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas (014)R\$ 75.000,00

Elemento: 3.3.50.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas (015)R\$ 2.000,00

Elemento: 3.3.71.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas (016)R\$ 277,88

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas (024)R\$ 10.000,00

Proj./Ativ.: 2.054 – Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0003 – Aplicações Diretas (029)R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 02 de janeiro de 2018.

Fernando Bisigo
- Prefeito Municipal -

DECRETO 003-2018 - PREFEITURA - EXCESSO

Publicação Nº 1656133

ATOS DO PODER EXECUTIVO

=====

DECRETO nº 003 DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE”

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o cumprimento dos dispositivos do artigo 42 e artigo 43, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO, a autorização Legislativa contida no Artigo 11 da Lei Municipal nº. 1.743, de 28 de novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica ABERTO Crédito SUPLEMENTAR no orçamento vigente, no valor de R\$ 243.683,92 (duzentos e quarenta e três mil, seiscentos e oitenta e três reais e noventa e dois centavos), segundo classificações abaixo discriminadas:

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DE URBANISMO, ÁGUA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unid. Orçam.: 08.01 – Departamento de Urbanismo

Proj./Ativ.: 1.015 – Obras de Pavimentação Asfáltica e Calçamento de Vias Públicas

Elemento: 4.4.90.00.00.00.0200 – Aplicações Diretas (173)R\$ 243.683,92

Art. 2º. Os recursos no valor de R\$ 243.683,92 (duzentos e quarenta e três mil, seiscentos e oitenta e três reais e noventa e dois centavos),

tem como origem no excesso de arrecadação apurado na seguinte fonte de recursos:

I.	200 – Convênios sem vínculos específicos – União	R\$	243.683,92
----	--	-----	------------

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 02 de janeiro de 2018.

Fernando Bisigo
- Prefeito Municipal -

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 114/2018

Publicação Nº 1657187

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 114/2018

Partes: Município de São João do Oeste e Jaime Luiz Fontana-ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 70/2018

OBJETO: "Aquisição de diversos itens de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, para as diversas secretarias do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 3.592,00

PRAZO: 19.06.2018 até 18.06.2019

São João do Oeste – 18 de junho de 2018

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 114/2018

Partes: Município de São João do Oeste e Pingo Equipamentos de Segurança Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 70/2018

OBJETO: "Aquisição de diversos itens de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, para as diversas secretarias do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 3.641,75

PRAZO: 19.06.2018 até 18.06.2019

São João do Oeste – 18 de junho de 2018

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

TP 08.18 RECOLHA DE LIXO INTERIOR

Publicação Nº 1657113

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0123/2018

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 008/2018

OBJETO: O Município de São João do Oeste, torna público para o conhecimento dos interessados, que está aberta a licitação na modalidade de Tomada de Preços: Contratação de empresa especializada para recolhimento, transporte e deposição final de lixo (ferragens, alumínio, embalagens e resíduos da produção agrícola, papéis e papelão, sacos plásticos e outros materiais têxteis, exceto embalagens de agrotóxicos e medicamentos), a serem coletados/recolhidos no interior do Município de São João do Oeste, mediante utilização de caminhão Compactador, conforme cronograma disponibilizado pelo município para o exercício de 2018 e subsequentes.

Tipo de Licitação: Menor Preço.

Regendo-se os procedimentos licitatórios pelo que dispõe a lei nº 8.666/93 consolidada. Recebimento dos envelopes da documentação e da proposta até as 08:30 horas do dia 09 de julho de 2018, e abertura e julgamento no dia 09 de julho de 2018 as 08:30 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de São João do Oeste. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 19 de junho de 2018. FERNANDO BISIGO – PREFEITO

São João do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO TERMO ADITIVO 001/2018

Publicação Nº 1656621

ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N. 001/2018
REFERÊNCIA: CONTRATO N. 004/2018
OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES SÃO JOÃO DO SUL
CONTRATADA: SÃO JOÃO AUTO POSTO LTDA
VIGÊNCIA: 08/06/2018 A 31/12/2018
VALOR TOTAL: R\$414,12 (Quatrocentos e quatorze reais e doze centavos).
FUNDAMENTO LEGAL: ART.24, INCISO II E ARTIGO 54, 65, II, d DA LEI 8666/93.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
0101 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
01.031.0121.2001 – MANUT. DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicação Direta
3.3.90.30.01.00.00.00 Combustíveis e lubrificantes automotivos

São João do Sul, em 08 de junho de 2018.
SERGIO LUIZ DOS SANTOS
Presidente da Câmara

São Joaquim

PREFEITURA

ATUALIZAÇÃO DA FROTA MUNICIPAL NO PROCESSO 67/2017

Publicação Nº 1657488

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

ATUALIZAÇÃO DA FROTA MUNICIPAL NO PROCESSO 67/2017

Processo Nº 67/2017 - Multientidade

Pregão Presencial Nº: 48/2017 - Registro de preços

Objeto: Contratação de empresa(s) para manutenção preventiva e corretiva de veículos, incluindo mão de obra, peças e assessorios genuínos ou originais para atendimento da frota municipal e órgãos conveniados.

Conforme prevê o item 6.11 do termo de referência deste processo "(...)A frota municipal poderá ser reduzida ou ampliada, hipótese em que será modificada a listagem de veículos vinculados a este Edital e comunicada a alteração às empresas contratadas. A manutenção dos veículos que forem integrados à frota será feita pela contratada que atenda a veículos da mesma montadora e cujo lote tenha o menor valor global.(...)"

NO ANEXO III

LOTE 10

ACRESCENTA-SE AO LOTE 10 O VEÍCULO HYUNDAI HR; PLACA QHJ-7781 (SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO)

As peças necessárias à manutenção deste veículo serão adquiridas pelo contratado e fornecidas à contratante pelo valor unitário médio cotado por, no mínimo três fornecedores.

São Joaquim, 18 de junho de 2018
Raquel Moreira Henrique Fernandes
Diretora de compras

DECRETO Nº 230/2018

Publicação Nº 1657072

DECRET O Nº 230/2018

"QUE EXONERA A FUNCIONÁRIA
MARIA TEREZA MENDES"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida EXONERAÇÃO a pedido a senhora: - MARIA TEREZA MENDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professora, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 146/2013, de 28/03/2013, a referida exoneração dá-se por aposentadoria por Invalidez.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 14 de Junho de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 310/2018

Publicação Nº 1657067

PORTARIANº 310/2018

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – EDSON DOS SANTOS OLIVEIRA, ocupante da Função de Professo- 40 horas, por 01 (um) dia, no dia 12/06/2018. – SANDRA SCHLISCHTING NUNES GIL, ocupante do Cargo de Professora – 30 horas, por ½ (meio) dia, no período vespertino do dia 12/06/2018. – MICHELE ROSANE DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora – 40 horas, por 01 (um) dia, no dia 12/06/2018. – CHARLENE VIEIRA SPOLTI, ocupante da Função de Odontóloga (ESF), por 01 (um) dia, no dia 12/06/2018. – TEREZINHA RIBEIRO DE JESUS, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 12/06/2018, para tratamento de pessoa da família. – LAIZE TORTELLI PEREIRA, ocupante do Cargo de Telefonista, por ½ (meio) dia, no período vespertino do dia 12/06/2018. – OSMARINA DE FATIMA DIAS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 13/06/2018. – LECENI MARIA DE MELO MUNI, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 13/06/2018. – CLEBER D. PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Auxiliar, por 01 (um) dia, no dia 13/06/2018. – ANA MARIA MATOS DO AMARAL, ocupante do Cargo de Professora – 20 Horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 13/06/2018. – RINARA SILVA TEODORO, ocupante da Função de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 13/06/2018, para tratamento de saúde de seu filho. – MARCELE MIKA SATO, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, por 01 (um) dia, no dia 13/06/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 14 de Junho de 2018.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL**RETIFICAÇÃO – CONTRATO Nº 9912322357 - CMSJ**

Publicação Nº 1657244

RETIFICAÇÃO – CONTRATO Nº 9912322357 - CMSJ

A Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim - CNPJ: 78.493.731/0001-03 torna público, para os interessados, que o Contrato nº 12/2018, referente ao Processo de Inexigibilidade de Licitação sob n.º 08/2017, é equivalente ao Contrato Padrão Nº 9912322357, celebrado entre a Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim e a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

São Joaquim, 30 de maio de 2018.

Sérgio Oliveira de Souza

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim

São José

PREFEITURA

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES PARCEIRAS (ATUALIZADO EM 11/06/2018) NOME DA INSTITUIÇÃO: AÇÃO SOCIAL SALTO DO MAROÍM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL FREI ANTÔNIO

Publicação Nº 1657561

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES PARCEIRAS (atualizado em 11/06/2018)

Nome da Instituição: Ação Social Salto do Maroím
Centro de Educação Infantil Frei Antônio
Endereço: Rua Ivo José de Souza
Telefone: (48) 32780249
Diretora: Gisiele da Silva Couto

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
Berçário I	1- 2 anos	15	15			15
Berçário II	1- 2 anos	15	14	02	02	18
Maternal I	2- 3 anos	25	25	-	-	25
Maternal II	2 - 3 anos	25	22	-	-	22
I Período I	3 – 4 anos	25	26	01	02	29
I Período II	3- 4 anos	25	27	01	02	30
II Período	4 – 5 anos	30	26	-	-	26
Pré	5 – 6 anos	25	-	14	-	14
Pré	5 – 6 anos	25	-	-	16	16
TOTAL			156	21	21	195

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
Berçário I	Não há vagas
Berçário II	Não há vagas
Maternal I	Não há vagas
Maternal II	3 vagas
I período I	Não há Vagas
I período II	Não Há vagas
II período	Não há vagas
Pré Vespertino	09 vagas
Pré-matutino	10 vagas

BERÇARIO I

	Criança	Período
01	ALICE BRUNA KNAUL	INTEGRAL
02	ALICE COELHO LOPES	INTEGRAL
03	ANA SOPHYA ALVES MUNIZ	MATUTINO
04	ANNA CECILIA AMORIM R. CORREIA.	INTEGRAL
05	CRISTOF HENRIQUE NICOLAU DA SILVA	INTEGRAL
06	DIOGO PACHECO AMORIM	INTEGRAL
07	ISABELY TENFEN DE MENEZES	INTEGRAL
08	ISIS CRISTINA DOS SANTOS	INTEGRAL
09	KAUA BARBOSA KUHN	INTEGRAL
10	LAURA DOS SANTOS SIVA	VESPERTINO
11	OTAVIO FONTELLA DE SOUZA	INTEGRAL
12	MIGUEL ANDRADE	INTEGRAL
13	SOPHIA LAURA CONSTANTE	INTEGRAL
14	SOPHIE AUGOSTINHO	INTEGRAL
15	THEO MARQUES COELHO	INTEGRAL

16	VALENTINA CORTINA CANDIDO	INTEGRAL

BERÇARIO II

	Criança	Período
01	ANTÔNIO DOS SANTOS FUELBER	INTEGRAL
02	BERNARDO ASSUNÇÃO DOS SANTOS	INTEGRAL
03	GABRIEL LEÃO DE MELO	INTEGRAL
04	GABRIEL PEDROSO DE JESUS	MATUTINO
05	IAN PRIN	VESPERTINO
06	RAFAELA SILVA BATISTA	INTEGRAL
07	HERYCK DA SILVA DOS SANTOS	MATUTINO
08	THIAGO HENRIQUE LUIZ	INTEGRAL
09	KATARINA AUGUSTO	INTEGRAL
10	KELLY VITORIA RODRIGUES	INTEGRAL
11	LAURA DA SILVA MACHADO	INTEGRAL
12	LIVIA COELHO SCHUTZ	INTEGRAL
13	MANOELA DE MELO FLORIANO	INTEGRAL
14	MIGUEL DA SILVA FRAGA	INTEGRAL
15	SARA HERLAYNE DA SILVA	INTEGRAL
16	SOFIA LUTZ SCHWAMBACH	INTEGRAL
17	VALENTINA DA SILVA	INTEGRAL

MATERNAL I

	Criança	Período
01	ALICE VALENTINA SOTIL GONÇALVES	INTEGRAL
02	ANDREY FERRAZ	INTEGRAL
03	BRYAN FERREIRA DOS SANTOS	INTEGRAL
04	DAVI MARTINS DE SOUZA	INTEGRAL
05	DAVI PFLEGER KREMER	INTEGRAL
06	ENRICO SCHUTZ DA SILVA	INTEGRAL
07	ENZO SANTOS DA SILVA	INTEGRAL
08	GABRIEL ANTÔNIO FRAGA	INTEGRAL
09	HENRIQUE VALENTIN SOARES DA SILVA	INTEGRAL
10	INÁCIO FRANÇA DE SENA	INTEGRAL
11	ISADORA PEDROSO DE JESUS	INTEGRAL
12	ISMAEL FRANÇA DE SENA	INTEGRAL
13	JOÃO GABRIEL DA SILVA FRAGA	INTEGRAL
14	JOÃO VICTOR KELLNER	INTEGRAL
15	KAIKY PEREIRA HELLMANN	INTEGRAL
16	KAMILLY DE MOURA MATIAS	INTEGRAL
17	LAURA DE MOURA	INTEGRAL
18	MANUELA MAIOLI VICENTE	INTEGRAL
19	MANUELLA RODRIGUES DE MOURA	INTEGRAL
20	MIGUEL ANTÔNIO SENA PARDIM	INTEGRAL
21	MIGUEL DOS SANTOS DE SOUZA	INTEGRAL
22	NATAN LOPES OLIVEIRA MATOS	INTEGRAL
23	PEDRO HENRIQUE ARENT CABRAL	INTEGRAL
24	RAFAEL ARTHUR SOTIL GOLÇALVES	INTEGRAL
25	VALENTINA VENTURA	INTEGRAL

MATERNAL II

	Criança	Período
01	ALICE BOAVENTURA (desistente)	INTEGRAL
02	BEATRIZ MARIA DOS PASSOS	INTEGRAL
03	BERNARDO BAUNGARTEN	INTEGRAL
04	BERNARDO DOS SANTOS PEREIRA (desistente)	INTEGRAL
05	PIETRA PETRY RAZZINI (desistente)	INTEGRAL
06	DAVI LUIZ FERREIRA DA SILVA	INTEGRAL
07	HENRIQUE XAVIER (desistente)	INTEGRAL
08	DIEGO GOLÇAVES	MATUTINO

09	EMILLI ELYANE WEBER DA SILVA (desistente)	INTEGRAL
10	HEITOR ALCELMO SACKER SOUZA	VESPERTINO
11	HEITOR JOSÉ DOS SANTOS	INTEGRAL
12	HENRIQUE GONÇALVES DIAS	INTEGRAL
13	JOÃO EDUARDO PROCÓPIO DA LUZ	INTEGRAL
14	JOÃO GABRIEL CARVALHO DA SILVA	INTEGRAL
15	JOAQUIM LUIZ THISEN (desistente)	INTEGRAL
16	JOAO LUCAS DE OLIVEIRA SILVA	INTEGRAL
17	KEMILLY DOS SANTOS CORREIA	INTEGRAL
18	LAURA FERNANDES DA AVILA	INTEGRAL
19	LEANDRA ANDRADE DOS SANTOS	INTEGRAL
20	LUCAS DE OLIVEIRA VIEIRA	INTEGRAL
21	MIGUEL AMORIM RODRIGUES CORREIA	INTEGRAL
22	MIGUEL LOIS NUNES	INTEGRAL
23	MIGUEL SILVEIRA MERENCIA	INTEGRAL
24	NICOLAS BERNARDO EGERT	INTEGRAL
25	RAFAELA FERREIRA DE MEDEIROS	INTEGRAL
26	SAMUEL BERNARDO DA SILVA	INTEGRAL
27	SOPHIA DA SILVA PEREIRA	INTEGRAL
28	JOÃO LUCAS DE OLIVEIRA SILVA	MATUTINO

1º PERIODO I

	Criança	Período
01	ALISSON FELIPE GOMES	INTEGRAL
02	ANA JULIA LUTZ SCHWAMBACH	INTEGRAL
03	BENJAMIN RIBEIRO DOS SANTOS	INTEGRAL
04	DAVI DE SOUZA DOS SANTOS (DESISTENTE)	INTEGRAL
05	EMILLY GAGRILLY SOUZA DO NASCIMENTO	INTEGRAL
06	IGOR GORGES MARTINS	INTEGRAL
07	ISABELLY PACHECO	INTEGRAL
08	JOSÉ RODOLFO SANTOS AZEVEDO	INTEGRAL
09	KAROLINY RODRIGUES CHAVES	INTEGRAL
10	KELE VITORIA SOUZA DE OLIVEIRA	INTEGRAL
11	LAURA CONTANTE BARBOSA (DESISTENTE)	INTEGRAL
12	LAURA DE SOUZA KELSS	INTEGRAL
13	LAVINIA FACHINI SCHIMIDT	INTEGRAL
14	LAVINIA HONORATO DA ROCHA SILVEIRA	INTEGRAL
15	LORENA DA SILVA RODRIGUES	INTEGRAL
16	LUCAS FAGUNDES CARVALHO	INTEGRAL
17	MARIA VITÓRIA DA SILVA	INTEGRAL
18	MARINA GOMES COELHO KLEIN	INTEGRAL
19	MIGUEL ROBERTO FERGUTZ DOS SANTOS	INTEGRAL
20	NICOLAS JOSÉ DE SOUZA	INTEGRAL
21	OTAVIO HENRIQUE SMITH FARIA	INTEGRAL
22	PEDRO ANTÔNIO DA SILVA COUTO	INTEGRAL
23	PRICILA NUNES DE SOUZA	INTEGRAL
24	VALENTINA DA SILVA ESPINDOLA	INTEGRAL
25	VALENTINA GONÇALVES	INTEGRAL
26	VITOR GABRIEL BECKER	INTEGRAL
27	JONNATAN VIEIRA	VESPERTINO

1º PERIODO II

	Criança	Período
01	BERNARDO ELYAS NARDIR	INTEGRAL
02	BERNARDO SILVA DE OLIVEIRA	INTEGRAL
03	BRYAN SILVA SILVEIRA	INTEGRAL
04	CARLOS DA SILVEIRA JUNIOR	INTEGRAL
05	DAVID DOS SANTOS FUEBER	INTEGRAL
06	EMANUELLA RODRIGUES	INTEGRAL
07	GABRIELLE HAUS INACIO	INTEGRAL
08	GUSTAVO DOS SANTOS	VESPERTINO
09	ISADORA FERREIRA FRIZON	INTEGRAL
10	JULIA DE OLIVEIRA RIEG	INTEGRAL

11	ALICE NOVAIS DOS SANTOS	INTEGRAL
12	KAIO MIKAEL DA SILVA (DESISTENTE)	INTEGRAL
13	LARISSA DOS SANTOS CARVALHO	INTEGRAL
14	ELOAH DE OLIVEIRA PARDIM	INTEGRAL
15	MARCOS PYETRO DE JESUS SANTOS	INTEGRAL
16	MARIA VALENTINA AMORIM	INTEGRAL
17	MARIA VITORIA DA CUNHA MACHADO	INTEGRAL
18	PAULO RUAN RODRIGUES DOS SANTOS RIBEIRO	INTEGRAL
19	SOPHIA LOANA DA SILVA	INTEGRAL
20	VALENTINA DA ROSA	INTEGRAL
21	VITOR HUGO DA SILVA	INTEGRAL
22	VITÓRIA DOS SANTOS EGER	INTEGRAL
23	EDUARDA MACHADO	INTEGRAL
24	JOANA DIVA DE OLIVEIRA VIEIRA	INTEGRAL
25	LUCAS ANDREW DE OLIVEIRA	MATUTINO
26	NICOLAS DUTRA BERNARDO	INTEGRAL
27	RAFAEL MEDEIROS DE OLIVEIRA	INTEGRAL
28	CECILIA MARIA JUSTINO	INTEGRAL

2º PERÍODO

	Criança	Período
01	AMABLY VITORIA DOS SANTOS	INTEGRAL
02	ARTHUR FERNANDES SOARES	INTEGRAL
03	BERNARDO DE ASSIS FERREIRA	INTEGRAL
04	DAVI DE OLIVEIRA JUTTEL	INTEGRAL
05	DAVI FELIPE SALVADOR	INTEGRAL
06	DAVI ZENCK DA SILVA	INTEGRAL
07	DJENNIFER LUCIANA GUITO RIBEIRO (DESISTENTE)	INTEGRAL
08	ENZO GABRIEL SOARES KEMPNER	INTEGRAL
09	HEITOR DO NASCIMENTO HONORATO	INTEGRAL
10	HENZO RYCKELME DA SILVA	INTEGRAL
11	KAMILLY STEPHANIE CONTANTE	INTEGRAL
12	LAYS PRUENS FLORES	INTEGRAL
13	LIA BEATRIZ DA SILVA	INTEGRAL
14	MARYA MUNIZ BOAVENTURA	INTEGRAL
15	MICKAEL ALEXANDRE FARACHE HOUAT	INTEGRAL
16	MYLLENA RODRIGUES DE MOURA	INTEGRAL
17	PATRICK JOSÉ MARTINS	INTEGRAL
18	PEDRO HENRIQUE VIEIRA	INTEGRAL
19	SAMUEL HENRIQUE DOS SANTOS PACHECO	INTEGRAL
20	SIDNEY MIGUEL GOMES DOS SANTOS	INTEGRAL
21	SOFYA DA SILVA CORREA	INTEGRAL
22	SOPHIA DE LIMA FERREIRA	INTEGRAL
23	SOPHIA GABRIELI SOUZA DE MELO	INTEGRAL
24	SULAMITA VITORIA MARTINS DA SILVA	INTEGRAL
25	VALENTINA DE FATIMA SACKSER SOUZA	INTEGRAL
26	DAVY LUCAS	INTEGRAL

PRÉ-MATUTINO

01	AGATHA BOAVENTURA MUNIZ	MATUTINO
02	AMANDA DA SILVA FELIPE	MATUTINO
03	ANA BEATRIZ NUNES DE LIMA	MATUTINO
04	ANA MIKELE SCHOLS COELHO	MATUTINO
05	ARTHUR THOMAS DE SOUZA	MATUTINO
06	BRENDA DOS SANTOS ALMEIDA	MATUTINO
07	BRENDHA RIBEIRO DOS SANTOS	MATUTINO
08	CECILIA DE SOUZA VILELA COSTA (MUDOU DE PERÍODO)	MATUTINO
09	EMILY MARIANA	MATUTINO
10	ISADORA BERNARDO DA MOTTA	MATUTINO
11	JOSÉ PETRY NETO	MATUTINO
12	KEILANE DIAS NASCIMENTO	MATUTINO
13	KEROLYN GONÇALVES SCHMITT	MATUTINO
14	MIGUEL DUTRA	MATUTINO

15	NICOLAS DE OLIVEIRA JUTTEL	MATUTINO
16	AGTHA VITÓRIA CARVALHO STRUSBERG	MATUTINO

PRÉ-VESPERTINO

01	DAVI LUIZ KUHMEN COSTA	VESPERTINO
02	ERICK NICOLAS ZANDONAY	VESPERTINO
03	ERICK RAFAEL ANDREONI DE SA	VESPERTINO
04	GABRIELLA MAGNUS	VESPERTINO
05	HENRIQUE HAMES DOS SANTOS	VESPERTINO
06	ISADORA VIERA DE SOUZA	VESPERTINO
07	JOÃO GABRIEL DOS SANTOS SILVA	VESPERTINO
08	JOÃO PEDRO SILVA ALMEIDA	VESPERTINO
09	LAYANE ALVES DA SILVA	VESPERTINO
10	LUAN GABRIEL ZANDONAY	VESPERTINO
11	MARIA FERNANDA AUGUSTO PARDIM	VESPERTINO
12	MARIA VITÓRIA DOS SANTOS	VESPERTINO
13	MIGUEL MARTINS ELIAS	VESPERTINO
14	CECILIA DE SOUZA VILELA COSTA	VESPERTINO

LISTA DE ESPERA
BERÇÁRIO

Criança	Nascimento	Situação
YAN WEBER DA SIVA	10/06/2016	(não tem contato)
YGOR COELHO DA SILVA	10/06/2016	(não tem contato)
THIAGO HENRIQUE LUIZ	29/08/2016	(esta matriculada)
MIGUEL ANDRADE	17/11/2016	(esta matriculada)
RAFAELA SILVA	11/10/2016	(MATRICULADO)
LIVIA VALENTINA VIEIRA	08/04/2017	(MATRICULADO)
IAN PRIM	17/07/2016	(MATRICULADO)
LUIZ ANTÔNIO DE MELO FILHO	14/11/2016	Aguardando vaga
LAURA DUTRA DOS SANTOS	25/91/2017	Aguardando vaga
ANA GABRIELI DA CRUZ BENVINDO	18/10/2017	Aguardando vaga
DAVI LUCCA DE SOUSA	03/07/2017	Aguardando Vaga
VALENTINA SILVA CRUZ	14/07/2016	Aguardando vaga
LARISSA MEURER ALVES	02/07/2017	Aguardando Vaga

MATERNAL

Criança	Nascimento	Situação
PEDRO DEOCLIDES RODRIGUES DA SILVA	18/10/2015	Aguardando Vaga (contato não existente)

1º PERIODO I

	Criança	Nascimento	Situação
01	LAURA CONSTANTE BARBOSA	04/04/2014	ESTA MATRICULADA
02	VALENTINA GONÇALVES	09/03/2015	ESTA MATRICULADA
03	ALICE NOVAIS DOS SANTOS	01/01/2015	ESTA MATRICULADA
04	LUIZA LUIZ	16/02/2015	AGUARDANDO VAGA (CONTATO NAO EXISTENTE)
05	FELIPE DA SILVA DOMINGOS		AGUARDANDO VAGA (CONTATO NAO EXISTENTE)
06	NATHALLY OLIVEIRA ALEXANDRINO	02/07/2014	AGUARDANDO VAGA (CONTATO NAO EXISTENTE)
07	CECILIA MARIA JUSTINO	02/07/2014	MATRICULADA

2º PERIODO

01	HELENA RAFAEL ANDREONI DE SÁ	06/06/2013	Aguardando vaga
02	KAYAN GABRIEL FAGUNDES DUARTE	05/05/2013	Aguardando vaga
03	KAUAN NUNES DA CUNHA	05/11/2013	Aguardando vaga
04	ANTONIO GONÇALVES LEMOS		Aguardando vaga
05	DAVI LUCA NUNES DE LIMA		Aguardando vaga
06	TIAGO JOSE LOPES	03/09/2013	Aguardando vaga
07	ALERRANDRO DOS SANTOS	28/08/2013	Aguardando vaga

DECRETO Nº 10309/2018

Publicação Nº 1657585

DECRETO Nº 10309/2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 30 da Lei Municipal nº 5.649 de 21 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.531 – Ações de Atenção Básica

53578 – 3.3.90.14.00.00.0138 – Diárias – Civil,

Recursos do SUS - União R\$ 4.000,00

Total desta Atividade R\$ 4.000,00

25.01.10.305.0102.2.543 – Ações da Vigilância Epidemiológica

53626 – 4.4.90.52.00.00.0138 – Equipamentos e Material Permanente,

Recursos do SUS - União R\$ 10.000,00

Total desta Atividade R\$ 10.000,00

Total do Órgão R\$ 14.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 14.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta do Superávit Financeiro dos Recursos do SUS – UNIÃO, apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2017, consignado no Orçamento vigente com o código 138.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de junho de 2018.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2018

Publicação Nº 1657513

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 015/2018

PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, JUNIOR SPIES, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, será ADIADA para o dia 21/06/2018, às 10h, a sessão ordinária, que seria realizada no dia 19/06/2018, às 11h na sala de reuniões da Procuradoria-Geral, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, o seguinte processo administrativo:

Processo Administrativo nº	16.986/2017
Recorrente	ADJ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
Procurador habilitado nos autos	GERALDO GREGÓRIO JERONIMO ADVOGADOS ASSOCIADOS
Relator	SÉRGIO MURILO DA SILVA

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderão realizar sustentação oral por 15 (quinze) minutos, e mais 5 (cinco) minutos em réplica mediante requerimento e resumo escrito prévio em até 24h antes da referida sessão pelo e-mail: conselhodecontribuintes@gmail.com, através dos formulários anexos. De acordo com Art. 9º. § 3º e Art. 32º "VI" Do Decreto 5098/2015:

Art. 9º. A intervenção do sujeito passivo far-se-á pessoalmente ou por intermédio de procurador.

É facultada a sustentação oral por parte do sujeito passivo ou do seu procurador mediante requerimento próprio com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão.

Art. 32. Declarada aberta a sessão, será observada a seguinte ordem:

VI - durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo ou seu Representante, observado o requerimento prévio de que trata o §3º do art. 9º deste Regimento Interno, e o Representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, concedendo-se-lhes réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos;

São José, 18 de junho de 2018.

JUNIOR SPIES
Presidente do CMC
Decreto Municipal n.º 7446/2017

GRAZIELA BESEN PETRY MARIOT
Secretária Geral do CMC
Decreto Municipal n.º 7446/2017

REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

PROCESSO nº _____
Interessado: _____

Eu, _____, CPF/OAB _____, venho por meio deste requerer a realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia _____, conforme Edital de Convocação nº _____.

São José, ____/____/____

Nome:
CPF/OAB

RESUMO DO TEOR DA SUSTENTAÇÃO ORAL

Assinatura CPF/ OAB

PREGÃO PRESENCIAL 032/2018

Publicação Nº 1657377

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 032/2018 – Processo nº 355/2018 – Proc. Adm. 2636/2018. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS E MATERIAS PERMANENTES DESTINADOS A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE DIVERSOS ÓRGÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 04/07/2018 às 14h00min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 04/07/2018 às 14h30min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002 ou (48) 3381-0445.

PREGÃO PRESENCIAL 047/2018

Publicação Nº 1657389

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 047/2018 – Processo nº 380/2018 – Proc. Adm. 3267/2018. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSULINA NPH + REGULAR 70% + 30% INJETÁVEL PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLÍNICAS, VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 03/07/2018 às 14h00min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 03/07/2018 às 14h30min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002 ou (48) 3381-0445.

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES PARCEIRAS (ATUALIZADO EM 08 / 06 /2018) NOME DA INSTITUIÇÃO: CENTRO DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO ESPERANÇA

Publicação Nº 1657566

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES PARCEIRAS
(atualizado em 08 / 06 /2018)

Nome da Instituição: CENTRO DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO ESPERANÇA
Endereço: Rua São Pedro, 1847, Areias, São José
Telefone: (48) 32463937
Diretora: Antônio Edison da Silva.

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
G3	3 Anos à 3 Anos e 7 Meses	24	24			24
G4-A	3 Anos e 8 Meses à 4 Anos e 3 Meses	24	24			24
G4-B	4 Anos e 4 Meses à 5 Anos	24	24			24
TOTAL						72

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
G3	X / Integral
G4-A	X/ Integral
G4-B	X /Integral

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo G3

	Criança	Período
01	Alice Messias Gama	Integral
02	Ana Clara Sambo de Mello	Integral
03	Ana Paula de Jesus da Silva	Integral
04	Davi Jacques Giacomelli	Integral
05	Davi Wagner Muzell Fagundes	Integral
06	Gabriel Henrique Alves de Alemida	Integral
07	Helena Gerlach Pereira	Integral
08	Helena Martins Florêncio	Integral
09	Heloisa Susin	Integral
10	Isabelly Cardoso da Cruz	Integral
11	José Vitor da Silva	Integral
12	Júlia de Souza Machado	Integral
13	Lara Haubert	Integral
14	LohanyMichelySchappo	Integral
15	Lucas Andrade da Silva	Integral
16	Luiz Estéfano dos Santos	Integral
17	Maria Clara Fernandes	Integral
18	Maria Eduarda Ferreira dos Santos	Integral
19	Mariele Antunes Estevam da Silva	Integral
20	Marcos Mateus Ferreira de França Farias	Integral
21	Nicolly Thibes da Silva	Integral
22	Pedro Henrique de Andrade Maria	Integral
23	Valentina Thomas Amaral	Integral
24	Yasmin Kemellyn dos Santos	Integral

Grupo G4-A

	Criança	Período
01	Agatha da Cunha da Silva Goulart	Integral
02	Aghata Luiza Gonçalves dos Santos	Integral
03	Agatha Souza Oliveira	Integral
04	Ana Rita dos Santos	Integral
05	Arthur Nascimento de Souza	Integral
06	Benício de Souza	Integral
07	Bernardo Machado Souza	Integral
08	Breno Cardoso Antônio	Integral
09	Bryan Moreira	Integral
10	Davi Lucas da Silva Melo	Integral
11	Emanuely Pereira Skierzinski da Costa	Integral
12	FrancynePatricia da Mora	Integral
13	Gabrieli Rodrigues Barbosa	Integral
14	Geovanna da Conceição Xavier	Integral

15	João Francisco Raulino de Souza	Integral
16	João Pedro Farias	Integral
17	Julia Fernandes Gorges	Integral
18	Letícia Dias da Rosa	Integral
19	Lívia Rocha Daltoe Lucio	Integral
20	Lucca Eduardo Nunes	Integral
21	Maria Luiza de Medeiros	Integral
22	Pedro Henrique Matos CallaiAntunes	Integral
23	Samuel Souza Silva	Integral
24	Valentina da Rosa Cardoso	Integral

Grupo G4-B

	Criança	Período
01	Ana Júlia da Rosa Cardoso	Integral
02	Aisha da costa Silva	Integral
03	Ana Carolina Golembiewski	Integral
04	André Luiz de Melo Vieira	Integral
05	Brayan Peres	Integral
06	Beatriz Santana Carlos	Integral
07	Emanuel Levi Nascimento Freitas	Integral
08	Gustavo Batista Griss	Integral
09	Heloisa Rafaeli da Silva Lomba	Integral
10	Heloise Stefani Bittencourt	Integral
11	Kaiquy Americano da Silva	Integral
12	Laura Alves dos Santos	Integral
13	Letycia Barreto Ribeiro	Integral
14	Maria Eduarda Callegari de Moraes	Integral
15	Maria Sofia Lima Silva	Integral
16	Marcos Amaral Gonçalves	Integral
17	Matheus Ouriques	Integral
18	Matheus Sant'Ana Fernandes	Integral
19	ManuellaPironiKawalkiewicz	Integral
20	Rafaella Borges Gonçalves	Integral
21	Rennê Gabriel Nogueira de Lima	Integral
22	Sophia dos Santos Vieira	Integral
23	Victor de Oliveira Bolzan Griss	Integral
24	Victor Miguel Cardoso Souza	Integral

LISTA DE ESPERA

Grupo G3

	Criança	Nascimento	Situação
01	Manuella Souza Werch	28/09/2016	3 anos incompletos.
02	Eliza Gonzales Antunes	20/08/2014	Aguardando vaga
03	Isabele Vitória S. Melo	05/11/2015	Aguardando vaga
04	Gabriel F.Dias	21/08/2014	Aguardando vaga
05	Ana Carolina de Jesus	30/08/2014	Aguardando vaga
06	Laura Mendes Odaquiri	04/03/2014	Aguardando vaga
07	Beatriz da Silva Schussler	08/03/2015	Aguardando vaga
08	Stefany Francisco dos Santos	07/03/2015	Aguardando vaga

09	Davi Lucas	27/01/2015	Aguardando vaga
10	Davi Barreto Pereira	07/12/2015	Aguardando vaga
11	Nicolas M. Pereira	10/10/2014	Aguardando vaga
12	Miguel J. Silva	08/04/2015	Aguardando vaga
13	Elisa D. da Rosa	02/04/2015	Aguardando vaga
14	MeeylieFeedjnie	02/01/2015	Aguardando vaga
15	Bernardo Gonçalves	01/11/2014	Aguardando vaga
16	Hadassavalentina A. Oliveira	08/04/2015	Aguardando vaga
17	Vicente de Quadros Machado	20/02/2015	Aguardando vaga
18	Matheus S. Albuquerque	02/12/2015	Aguardando vaga
19	Yasmin Portela de Jesusu	28/04/2015	Aguardando vaga
20	Cecília matos Mendes	14/06/2015	Aguardando vaga
21	Ana Luiza Pereira	26/11/2014	Aguardando vaga

Grupo G4-A

	Criança	Nascimento	Situação
01	Victor Gabriel Lucas	10/03/2014	Aguardando vaga
02	Davi Correia	05/02/2014	Aguardando vaga
03	Emanuely Silva de Oliveira	30/12/2013	Aguardando vaga
04	Ana Clara de Melo	28/09/2014	Aguardando vaga
05	Letícia Vitória de Souza	07/04/2014	Aguardando vaga
06	Rodrigo Augusto de Lima	28/06/2014	Aguardando vaga
07	Pedro Heitor Gregório Amaral	04/12/2013	Aguardando vaga
08	Geovana Cristina de Quadras	11/11/2016	Aguardando vaga
09	Ana Clara de Oliveira Fernandes	09/09/2014	Aguardando vaga
10	Isis Gariela da Silva Cardoso	09/12/2013	Aguardando vaga
11	Jeniffer P. T. Silveira	15/08/2014	Aguardando vaga
12	Miguel S. Albuquerque	13/01/2014	Aguardando vaga

Grupo G4-B

	Criança	Nascimento	Situação*
01	Isabelle Leona	13/06/2013	Aguardando vaga
02	Gabriela Rodrigues	19/08/2013	Aguardando vaga
03	Maria Eduarda Matias de Lima	14/05/2013	Aguardando vaga
04	Alex Vinicius	19/09/2013	Aguardando vaga
05	Cecília de Espindola Pereira de Araujo	13/06/2013	Aguardando vaga
06	Thalita Vitória S. Correia	08/12/2013	Aguardando vaga
07			

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES PARCEIRAS (ATUALIZADO EM 11/06/2018) NOME DA INSTITUIÇÃO: AÇÃO SOCIAL DE BARREIROS

Publicação Nº 1657559

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES PARCEIRAS (atualizado em 11/06/2018)

Nome da Instituição: Ação Social de Barreiros
 Endereço: Rua Cândido Amaro Damásio, nº 700
 Telefone: (48) 3246-8600
 Diretora: Anizilda Marques Filippi

CRIANÇAS MATRICULADAS CEI ANJO DA GUARDA

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
Berçário I	6 meses a 2 anos	17	17			17
Bercario II	1 a 2 anos	15	15			15
Maternal	2 a 3 anos	17	18			18
1º Período	3 a 4 anos	20	23			23
2º Período	4 a 5 anos	20	22			22
3º Período	5 a 6 anos	20	25			25
TOTAL						120

CRIANÇAS MATRICULADAS CEI NOSSA SENHORA DE LOURDES

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
Maternal	2 a 3 anos	15	17			18
1º Período	3 a 4 anos	20	23			23
2º Período	4 a 5 anos	20	20			20
3º Período	5 a 6 anos	20	20			20
TOTAL						81

QUADRO DE VAGAS CEI ANJO DA GUARDA

Grupo	Vagas/Período
Berçário I	17 / integral
Berçário II	15/ integral
Maternal	18 / integral
1º Período	23 / integral
2º Período	22 / integral
3º Período	25 / integral

QUADRO DE VAGAS CEI NOSSA SENHORA DE LOURDES

Grupo	Vagas/Período
Maternal	18 / integral
1º Período	23 / integral
2º Período	20 / integral
3º Período	20 / integral

ALUNOS MATRICULADOS CEI ANJO DA GUARDA

Berçário I

	Criança	Período
01	Ana Lucia dos Santos de Oliveira	Integral
02	Anna Flor Borges	Integral
03	Emanuela Cardoso Matias de Lima	Integral
04	Gabriel da Silva Costa	Integral
05	Helena Antunes Ribeiro	Integral
06	Helena Faustino do Nascimento	Integral
07	Heloysa Nascimento Prestes	Integral
08	João Henrique Paust de Oliveira	Integral
09	James Ricardo Batista Fernandes	Integral
10	João Luiz Freitas Almeida	Integral

11	Lívia Gonçalves dos Santos	Integral
12	Maria Cecília Siqueira Rodrigues	Integral
13	Maria Fernanda Jacobi Brazil	Integral
14	Maria Heloysa da Silva Pereira	Integral
15	Maria Laura Nunes Fernandes	Integral
16	Miguel Madruga Salvador	Integral
17	Samuel Henrique Oliveira da Silva	Integral

Berçário II

	Criança	Período
01	Alice Gabrielly dos Santos	Integral
02	Arthur Guilherme Klein	Integral
03	Davi Linhares de Oliveira	Integral
04	Everton Santana	Integral
05	Geovani Rodrigues Oliveira de Camargo	Integral
06	Hellen Eliza Gomes de Capistrano	Integral
07	Isadora Bohrer Candido	Integral
08	Kauã Allan Martins Machado	Integral
09	Kauan Moreira Rodrigues	Integral
10	Laryssa Ferreiro Raulino	Integral
11	Lavinia Madruga	Integral
12	Layza Vitória Ferreira Raulino	Integral
13	Marcos Eduarda Moraes de Souza	Integral
14	Pyetro Chistionfer Machado da Silva	Integral
15	Thomas Augusto Texeira	Integral

Maternal

	Criança	Período
01	Adrian Pereira Vaz	Integral
02	Alexia Nicoly Paust Bloemer	Integral
03	Arthur Miguel Fernandes Camilo	Integral
04	Brenda Carolina Alves	Integral
05	Carlos Eduardo de Lara Duarte	Integral
06	Christofer Manoel Techeira de Lima	Integral
07	Enzo Fuck Gomes	Integral
08	Helena Kempner Xaviel	Integral
09	Herny Miguel Candeia	Integral
10	Hyago Bernardo Moraes Puli	Integral
11	Joaquim de Oliveira D Angelis	Integral
12	Livia Fernandes Costa	Integral
13	Laura Kamily Soares Rosa	Integral
14	Laura Vitória dos Passos da Silva	Integral
15	Sophia Barrankievicz de Brito	Integral
16	Valentina Patrício Torres Rosa	Integral
17	Valentina Ribeiro Albino	Integral
18	Yasmin Candido de Sando	Integral

1º Período

	Criança	Período
01	Amabily Zimmermann	Integral
02	Aline Martins de Souza	Integral
03	Ana Cecília Costa Zuchi	Integral
04	Betina de Oliveira D Angelis	Integral
05	Davi Luis Damas Chaves	Integral
06	Eloá Rorigues de Carvalho	Integral
07	Emanuela da Silva Vicente	Integral
08	Geovana Vidal Moraes	Integral
10	João Lorenzo Silva dos Passos	Integral
11	Lavínia Fernandes do Nascimento	Integral
12	Maisa Nogueira de Oliveira	Integral
13	Maria Julia de Oliveira Mariano	Integral

14	Maryellen Santos Pereira	Integral
15	Matheus Henrique Stahnke Pereira	Integral
16	Michael Moreira Maia	Integral
17	Miguel da Silva Ribeiro	Integral
18	Mikaela Moreira da Silva	Integral
19	Nathan Felipe Bloemer	Integral
20	Pedro Luiz Freitas Almeida	Integral
21	Tainá Rocha Klunk	Integral
22	Vitor Gabriel de Vargas	Integral
23	Yan Lucca Pires Vieira	Integral

2º Período

	Criança	Período
01	Analyce da Silva Anacleto	Integral
02	Ana Vitória da Silva Pereira	Integral
03	Aruanny Vitória Pereira de Araujo Rodrigues	Integral
04	Daniel Quirino de Camargo	Integral
05	Davi Luiz Borman Fernandes	Integral
06	Eduardo Corrêa Pereira	Integral
07	Ester Cardoso Matias de Lima	Integral
09	Isadora Batista	Integral
09	João Augusto dos Santos Rodrigues	Integral
10	José Otávio Trindade César de Araujo	Integral
11	Joana Oliveira Mariano	Integral
12	Júlia Lopes Corrêa	Integral
13	Kamyla Trombetta de Matos	Integral
14	Larissa Yasmin Vanini Siebre	Integral
15	Maria Lara Bitencourt Bloemer	Integral
16	Natalli Catarina Antunes	Integral
17	Nathally Tahemme Rosa da Silva	Integral
18	Samira Costa	Integral
19	Sophia Nathali de Souza Velho	Integral
20	Sofia Moreira dos Passos	Integral
21	Suyanne Victória Alves Moreira	Integral
22	Vitória Mariah Garcia Zander	Integral

3º Período

	Criança	Período
01	Adryan da Silva	Integral
02	Alicya Isabelli Morais Puli	Integral
03	Alice Alcântara de Medeiros da Silva	Integral
04	Annelize Fernandes Jarcem	Integral
05	Bernardo Adenir Fernandes	Integral
06	Brayan Manoel Anastácio dos Santos	Integral
07	Catarina de Alcantara Pedrini	Integral
08	Emili Vitoria Mello de Jesus	Integral
09	Giovana dos Santos da Cruz	Integral
10	Guilherme Odilon do Nascimento	Integral
11	Henri Lucas Correa dos Santos	Integral
12	Isaac Arthur de Lara Duarte	Integral
13	Izadora de Varg	Integral
14	Júlia Fernandes Costa	Integral
15	João Vitor Klein	Integral
16	Kerolin Moreira Falcão Fortunato	Integral
17	Luis Augusto dos Santos	Integral
18	Maria Clara Silva	Integral
19	Maria Laura de Bittencourt Blomer	Integral
20	Maria Luiza Bloemer Ferreira	Integral
21	Maria Vitoria Soares Rosa	Integral
22	Pedro Gonçalves Franco	Integral
23	Rebeca Marã Amorim	Integral
24	Roberta dos Santos Oliveira	Integral

25	Vitória Alana Nogueira de Lima	Integral
----	--------------------------------	----------

ALUNOS MATRICULADOS CEI NOSSA SENHORA DE LOURDES

Maternal

	Criança	Período
01	Augusto Ritter Theisen	Integral
02	Christian Rangel Costa Teles	Integral
03	Enzo Francisco Gonçalves	Integral
04	Gustavo Borges de Souza	Integral
05	Helena Chaves dos Santos	Integral
06	Isadora Pereira de Oliveira	Integral
07	João Gonçalves Ritter	Integral
08	Jorge Luiz Zamboni dos Santos	Integral
09	Lara Izabelli Salum Antunes	Integral
10	Luiz Augusto Rodrigues de Souza	Integral
11	Luiza Lautert dos Santos	Integral
12	Miguel Levidson Beauciquot	Integral
13	Miguel Nascimento de Silveira	Integral
14	Nicolly Raissa Campos	Integral
15	Pedro Rosa Atarão	Integral
16	Rubens Leal Nogueira da Cunha	Integral
17	Yuri Garcia Cristovão	Integral
18	Ana Clara Gama D'êça De Col	Integral

1º Período

	Criança	Período
01	Ágatha Regina Reboatto Vieira	Integral
02	Andrey Oliveira Neyssinger	Integral
03	Arthur de Oliveira Mello	Integral
04	Arthur Gabriel Alves de Souza	Integral
05	Arthur Hauptli	Integral
06	Arthur Pinto Lucidorio	Integral
07	Benjamin Ladvig Godoy	Integral
08	Bernardo Augusto da Silva	Integral
09	Brayan Ribeiro	Integral
10	Diogo Pinto Ribeiro	Integral
11	Gabriel Rodrigues Back	Integral
12	Guilherme Borges de Souza	Integral
13	George Henrique Ferreira	Integral
14	Isadora Santos Nocetti	Integral
15	João Victor Bueno	Integral
16	Maria Júlia de Andrade Borges	Integral
17	Paulo Henrique Rosa da Silva	Integral
18	Rafaela Sumaia Ferreira Rodrigues	Integral
19	Sâmella Araújo de Almeida	Integral
20	Sofia Pereira Peppler	Integral
21	Valentina Fernandes dos Santos	Integral
22	Valentina da Silva Tavares	Integral
23	Vitória Maria Resende da Silva	Integral

2º Período

	Criança	Período
01	Bernardo Henrique Silva Camargo	Integral
02	Daniel Pereira de Medeiros	Integral
03	Davi Luiz Teixeira	Integral
04	David Eduardo Machado Salum	Integral
05	Enzo de Oliveira Torres	Integral
06	Emily de Oliveira Torres	Integral
07	Gabriel Victor Mourão Lucio da Silva	Integral
08	Gabrielly Kaminski Fraga	Integral

09	Júlia Buzzi Vieira	Integral
10	Maria Eduarda Pedrosa Miranda	Integral
11	Mateus Cruz Ferreira	Integral
12	Milena da Rocha Oliveira	Integral
13	Moisés Henrique Crescêncio Bittencourt	Integral
14	Pedro Henrique Oliveira Rodrigues	Integral
15	Reynold Alberto de Freitas	Integral
16	Teófilo Janes José Sesa	Integral
17	Víctor Enzo Fernandes Aguiar	Integral
18	Víctor Hugo Rocha	Integral
19	Vivian Elias de Souza	Integral
20	Wesley de Jesus Santos Oliveira	Integral

3º Período

	Criança	Período
01	Alice Dias da Silva	Integral
02	Arthur Muniz da Silva	Integral
03	Beatriz de Melo	Integral
04	Davi Leite Ghilardi	Integral
05	Emanuella de Sant'Ana dos Santos	Integral
06	Gustavo Pereira Peppler	Integral
07	Harthur Andretti Wagner	Integral
08	João Gabriel Fontanella	Integral
09	João Pedro Demetrio da Silva	Integral
10	Julia Gonçalves Ritter	Integral
11	Karoline de Souza Silva	Integral
12	Laura Ágatha de Souza	Integral
13	Laysla Eva Pereira da Palma	Integral
14	Lucas Luiz Sarmento Júnior	Integral
15	Matheus Sarda Pereira	Integral
16	Misael Albino José Sesa	Integral
17	Pedro Henrique Kaminski Medeiros	Integral
18	Samuel Lopes da Costa Gois	Integral
19	Victor Muniz da Silva	Integral
20	Vinícius Costa Coelho	Integral

LISTA DE ESPERA CEI NOSSA SENHORA DE LOURDES
ATUALIZADO EM 11/06/2018

Maternal

	Criança	Nascimento	Situação
01	Stephany Cardoso de Souza Luiz	05/02/2015	Não tem interesse
02	Yuri Garcia Cristovão	16/12/2015	Matriculado
03	Pietra dos Santos Costa	07/09/2015	Não tem interesse
04	Augusto Ritter Theisen	07/06/2015	Matriculado
05	Maria Fernanda da Silva Lopes	28/10/2015	Não tem interesse
06	Gabriel Silveira de Souza	20/07/2015	Não tem interesse
07	Sophia Thomaz Ojeda	20/02/2016	Não tem interesse
08	Kaan de Souza Bonfim	18/12/2015	Não tem interesse
09	Pedro da Rosa Atarão	07/01/2016	Matriculado
10	Isadora Pereira de Oliveira	08/11/2016	Matriculado
11	Ana Clara Gama D'êça de Col	12/01/2016	Matriculado
12	Betina de Souza Meirelles	11/05/2016	Aguardando vaga
13	Yasmin Fernandes Ferreira dos Santos	25/04/2016	Aguardando vaga
14	Alice Gabrielly dos Santos	07/05/2016	Aguardando vaga
15	Gustavo Texeira do Nascimento	21/09/2015	Aguardando vaga
16	Pedro Felipe Baldiseri	12/01/2016	Aguardando vaga
17	Enzo Gabriel	09/08/2015	Aguardando vaga
18	Vinycius Souza de Oliveira	21/01/2016	Aguardando vaga
19	Maria Clara G. Zimmermann	23/07/2015	Aguardando vaga
20	Aline Rodrigues de Bernardo	02/08/2016	Aguardando vaga

1º Período

	Criança	Nascimento	Situação
01	Maria Clara Correa Pedro	09/11/2014	Não tem interesse
02	Vitória Maria Resende da Silva	18/09/2014	Matriculado
03	Richard Freitas Martins	16/12/2014	Não tem interesse
04	Ana Júlia Vianna	13/05/2015	Não tem interesse
05	José Rodrigo Godinho	04/11/2014	Não tem interesse
06	Nataly Ferreira Pires	04/08/2014	Não tem interesse
07	Maria Júlia de Andrade Borges	21/04/2014	Matriculado
08	Arthur Hauptli	12/07/2014	Matriculado
09	Valentina da Silva Tavares	14/10/2014	Matriculado
10	Gabriel Rodrigues Back	02/08/2014	Matriculado
11	Lorenzo Garcia	11/10/2014	Matriculado
12	Davi de Souza Santos	11/11/2014	Não tem interesse
13	Mateus da Cruz Freitas	28/09/2014	Matriculado
14	George Henrique Ferreira	05/05/2015	Matriculado
15	Lucas Anderson dos Santos	22/09/2014	Aguardando vaga
16	Artur S. dos Santos	09/04/2015	Aguardando vaga
17	Perola V. Stamiski	06/07/2014	Aguardando vaga
18	Alice Andrade Palamar	26/05/2015	Aguardando vaga
19	Victoria Sousa Oliveira	30/01/2015	Aguardando vaga

2º Período

	Criança	Nascimento	Situação
01	Enzo de Oliveira Torres	29/08/2013	Matriculado
02	Emily de Oliveira Torres	29/08/2013	Matriculado
03	Vivian Elias de Souza	11/01/2014	Matriculado
04	Alice Silva Ramalho	23/05/2013	Não tem interesse
05	Gabriel Victor Mourão Lucio da Silva	05/12/2013	Matriculado
06	Daniel Pereira de Medeiros	12/11/2013	Matriculado
07	Livia Calil Dutra	05/07/2013	Não tem interesse
08	Wesley J. S. Oliveira	08/08/2013	Matriculado
09	Bianca Rosa Calixto	11/09/2013	Aguardando vaga

3º Período

	Criança	Nascimento	Situação
01	Lorenzo da Cruz	31/12/2012	Não tem interesse
02	Marcos Paulo Lizandro de Oliveira	29/10/2012	Não tem interesse
03	Nicolly Ferreira Pires	11/01/2013	Não tem interesse
04	Laysla Eva Pereira da Palma	06/10/2012	Matriculado
05	Maria Laura Rabelo Mateus	01/09/2012	Não tem interesse
06	Beatriz de Melo	16/01/2013	Matriculado

LISTA DE ESPERA CEI ANJO DA GUARDA
ATUALIZADO EM 11/06/2018

Berçário

	Criança	Nascimento	Situação
01	Gabriel da Silva Costa	15/02/2017	Matriculado
02	Alyce Griguc Gonçalves	25/08/2016	Matriculado
03	Emanuela Cardoso Matias de Lima	21/01/2017	Aguardando vaga
04	Kemily dos Santos	05/02/2017	Aguardando vaga
05	Kaíque dos Santos Romeiro	05/02/2017	Aguardando vaga
06	Maria Cecília Siqueira Rodrigues	21/11/2016	Aguardando vaga
07	Laura Crispim Kempner	17/06/2014	Não tem interesse
08	Helena Antunes Ribeiro	05/07/2017	Matriculado
09	Vitor Gabriel de Brito	22/06/16	Não tem interesse
10	Heloysa Nascimento Prestes	25/09/16	Matriculado
11	Helena Faustino do Nascimento	22/03/17	Matriculado
12	Kauan Moreira Rodrigues	11/07/16	Matriculado

13	Pyetro Christionfer	22/06/16	Matriculado
14	Isadora Boherer Candido	03/04/17	Matriculado
15	Laryssa Ferreira Raulino	21/01/17	Matriculado
16	Alice Gabriele dos Santos	07/05/2016	Matriculado
17	Raphael de Oliveira Assunção	21/12/2017	Aguardando vaga

Maternal

	Criança	Nascimento	Situação
01	Helena Kempner Xaviel	22/04/2016	Matriculado
02	Kenzo Borges dos Santos	11/09/2015	Matriculado
03	Manoel Lucas Mello de Brito	14/06/2015	Não tem interesse
04	Lavinia Madruga	10/08/2015	Matriculado
05	Davi Linhares de Oliveira	18/01/2016	Matriculado
06	Everton Santana	27/01/2016	Matriculado
07	Hellen Eliza Gomes de Capistrano	25/06/2015	Matriculado
08	Layza Vitória Ferreira Raulino	01/01/2016	Matriculado

1º Período

	Criança	Nascimento	Situação
01	Guilherme de Souza Felisbino	14/08/2015	Aguardando vaga
02	Maria Cecília Gurjão Barros	02/03/2015	Aguardando vaga

2º Período

	Criança	Nascimento	Situação
01	Glória Cavalheiro Galli	27/08/2013	Não tem interesse
02	Nathally Thaemme Rosa da Silva	29/10/2013	Matriculado
03	Maria Valentina Silva Bispo	02/04/2015	Aguardando vaga
04	Adriel Oliveira de Camargo	16/10/2013	Aguardando vaga

3º Período

	Criança	Nascimento	Situação
01	Guilherme Odilon do Nascimento	09/01/13	Matriculado
02	Maria Vitória Soares Rosa	27/11/12	Matriculado
03	Adryan da Silva	05/01/13	Matriculado
04	Vitor Rafael Riella dos Santos	22/06/12	Não tem interesse
05	Emilli Vitória Mello de Jesus	21/10/12	Matriculado

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES PARCEIRAS (ATUALIZADO EM 11/06/2018) NOME DA INSTITUIÇÃO: SOCIEDADE EUNICE WEAVER DE FLORIANÓPOLIS – EDUCANDÁRIO SC

Publicação Nº 1657569

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES PARCEIRAS
 (atualizado em 11/06/2018)

Nome da Instituição: Sociedade Eunice Weaver de Florianópolis – Educandário SC
 Endereço: Rua João Grumiche, 755 – Roçado – São José - SC
 Telefone: 48-32470877
 Diretora: Cléa Duarte Raitz

CRIANÇAS MATRICULADAS
 2018

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
Maternal IIA	Nascidos após 31 de março 2016	22	X			22
Maternal IIB	Nascidos após 31 de março 2016	22	X			22
Maternal IIIA	Nascidos após 31 de março 2015	22	X			22

Maternal IIIB	Nascidos após 31 de março 2015	22	X			22
Maternal IIIC	Nascidos após 31 de março 2015	20	X			20
I Período A	Nascidos de janeiro à 31 de março 2015 Nascidos após 31 de março de 2014	23	X			23
I Período B	Nascidos de janeiro à 31 de março 2015 Nascidos após 31 de março de 2014	23	X			23
I Período C	Nascidos de janeiro à 31 de março 2015 Nascidos após 31 de março de 2014	23	X			23
II Período A	Nascidos de janeiro a março 2014 Nascidos depois de 31 de março 2013	21	X			21
II Período B	Nascidos de janeiro a março 2014 Nascidos depois de 31 de março 2013	25	X			25
II Período C	Nascidos de janeiro a março 2014 Nascidos depois de 31 de março 2013	25	X			25
II Período D	Nascidos de janeiro a março 2014 Nascidos depois de 31 de março 2013	24	X			24
III Período A	Nascidos de janeiro a 31 de março 2013 Nascidos depois de março 2012	25	X			25
III Período B	Nascidos de janeiro a 31 de março 2013 Nascidos depois de março 2012	25	X			25
III Período C	Nascidos de janeiro a 31 de março 2013 Nascidos depois de março 2012	20	X			20
III Período D	Nascidos de janeiro a 31 de março 2013 Nascidos depois de março 2012	25	X			25
TOTAL		367				367

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período Integral
Maternal IIA	0
Maternal IIB	0
Maternal IIIA	0
Maternal IIIB	0
Maternal IIIC	0
I Período A	0
I Período B	0
I Período C	0
II Período A	1
II Período B	0
II Período C	1
II Período D	1
III Período A	0
III Período B	0
III Período C	0
III Período D	0

ATENDIMENTO ATUAL

MATERNAL II A

	Criança	Período
1	Arthur Ferreira Braz	INTEGRAL
2	Arthur Laudelino Elias	INTEGRAL
3	Asafe Michel Nascimento Santos	INTEGRAL
4	Benjamin Souza Lemos Bonifácio	INTEGRAL
5	Brenda Luza Minetto	INTEGRAL
6	Gabriel Vargas Rodrigues	INTEGRAL
7	Helena Flores Fraga	INTEGRAL
8	Isaac Dillius Ribas	INTEGRAL
9	João Henrique Silva	INTEGRAL
10	Joaquim Oliveira da Silva	INTEGRAL
11	Kamilly Mariano Vieira	INTEGRAL
12	Livia Gomes dos Santos	INTEGRAL
13	Luna Costa Soares	INTEGRAL
14	Marcela Oliveira Chimendes	INTEGRAL
15	Marcella Sanches Trilha	INTEGRAL
16	Maria Vitória Costa	INTEGRAL
17	Matheus Farias da Costa	INTEGRAL
18	Michel Henrique Rosa Sousa	INTEGRAL
19	Miriã Araujo das Virgens	INTEGRAL
20	Nicolly Ramos Amaral	INTEGRAL
21	Pedro Henrique Vieira Schimidt	INTEGRAL
22	Sophia de Sena Bitencourt	INTEGRAL
23	Theo Bento Vieira Miranda da Silva	INTEGRAL

MATERNAL II B

	Criança	Período
1	Alice Jummes Juttel	INTEGRAL
2	Ana Luiza Boemer Martins	INTEGRAL
3	Cecília Araujo Santos	INTEGRAL
4	Christopher Castelhana Felizardo	INTEGRAL
5	Dandara Alice Sousa da Silva	INTEGRAL
6	Davi Binhote Contini	INTEGRAL
7	Eloisa dos Santos Knaul	INTEGRAL
8	Emilly Momoli Duarte	INTEGRAL
9	Estevão Rodrigues da Silva	INTEGRAL
10	Helena Muruzzi Machado	INTEGRAL
11	João Gabriel Ferri de Matos	INTEGRAL
12	Larissa Rodrigues	INTEGRAL
13	Manuely Isadora da Silva Schmitt	INTEGRAL
14	Maria Lívia Fernandes de Jesus	INTEGRAL
15	Mariah Soares Rodrigues	INTEGRAL
16	Matheus dos Anjos Floriano	INTEGRAL
17	Miguel da Silva Péres	INTEGRAL
18	Mirela Paim de Moraes	INTEGRAL
19	Pedro Henrique Vieira Kucyk	INTEGRAL
20	Pedro Lucca Bertazzon Florentino	INTEGRAL
21	Sophia de Melo Fernandes da Costa	INTEGRAL
22	Theo de Alencar de Freyn	INTEGRAL

MATERNAL III A

	Criança	Período
01	Alice de Moura Pereira	INTEGRAL
02	Clarice Xavier Martins	INTEGRAL
03	Davi dos Santos Furtado	INTEGRAL
04	Eduardo Rodrigo Schvambach	INTEGRAL
05	Gabrielly dos Santos Freitas	INTEGRAL
06	Heitor Rodrigues do Nascimento	INTEGRAL
07	Isadora Raultemberg Ferreira	INTEGRAL
08	José Vitor Souza da Silveira	INTEGRAL
09	João Vitor Ziegler Maia	INTEGRAL
10	Kauã de Moraes Lopes	INTEGRAL

11	Leonardo Simões Castro	INTEGRAL
12	Leticia de Mello	INTEGRAL
13	Livia Batisti Schreiber	INTEGRAL
14	Livia da Cunha Crispim	INTEGRAL
15	Luiza Fernandes Machado	INTEGRAL
16	Nathan Laurindo Meneghel Innocente	INTEGRAL
17	Noah Corrêa	INTEGRAL
18	Olson Sauveur Romain	INTEGRAL
19	Sophia Zorzetto Assis dos Reis	INTEGRAL
20	Vitor Gabriel de Melo Oliveira	INTEGRAL
21	Yago Pereira de Andrade	INTEGRAL
22	Yasmim Leal	INTEGRAL

MATERNAL III B

	Criança	Período
01	Ana Luisa Farina Lamarque	INTEGRAL
02	Antônia Moreira Goulart	INTEGRAL
03	Arthur Adriano da Silva	INTEGRAL
04	Aylla Furtado Beppler	INTEGRAL
05	Benjamim Antônio Raulino	INTEGRAL
06	Bernardo Corrêa Raimundo	INTEGRAL
07	Bernardo Maçaneiro Vieira	INTEGRAL
08	Davi Ribeiro de Castro de Jesus	INTEGRAL
09	Henrique Ribeiro Duarte	INTEGRAL
10	Henry Bonetti Silveira	INTEGRAL
11	Isabela Rocha de Melo	INTEGRAL
12	João Pedro Souza da Silveira	INTEGRAL
13	Lara da Cunha Crispim	INTEGRAL
14	Luís Bernardo Simão Bandoni	INTEGRAL
15	Luiza Valentina Dias Lessa	INTEGRAL
16	Maria Eduarda Anhaia Nascimento	INTEGRAL
17	Raiana da Rosa dos Santos	INTEGRAL
18	Rita de Cássia da Silva de Lima	INTEGRAL
19	Sara Aparecida Vieira	INTEGRAL
20	Théo Henrique Garcia Cardoso	INTEGRAL
21	Théo Vieira Fouchy	INTEGRAL
22	Valentina Vitória Miranda da Silva	INTEGRAL

MATERNAL III C

	Criança	Período
01	Benício Pissolatto Sartorato	INTEGRAL
02	Bruno Hernesto Ayala Bitencourt	INTEGRAL
03	Henrique Erhardt Kreusch	INTEGRAL
04	Henrique Wilvert Souto	INTEGRAL
05	Isabela Lohn Schlosser	INTEGRAL
06	Izis Cardoso Guimarães	INTEGRAL
07	José Augusto Montenegro	INTEGRAL
08	Livia Folster Melcher	INTEGRAL
09	Lorrana Conceição da Silva	INTEGRAL
10	Luan Duarte Cipriano	INTEGRAL
11	Luiz Fernando Sanches Candido	INTEGRAL
12	Marco Antônio Pinto	INTEGRAL
13	Maria Julia de Souza Menechelli	INTEGRAL
14	Matheus dos Santos Nazario	INTEGRAL
15	Miguel Cordeiro de Oliveira Luiz	INTEGRAL
16	Miguel Leite Rocker	INTEGRAL
17	Mirelly Fidel dos Santos	INTEGRAL
18	Thaysa Helena Silva	INTEGRAL
19	Valentina Sanches Trilha	INTEGRAL
20	Victor Fernando Daniel Fernandes	INTEGRAL

I PERÍODO A

	Criança	Período
01	Anthony Santana Lopes dos Santos	INTEGRAL
02	Beatriz Xavier Barbosa	INTEGRAL
03	Benjamim Duarte Leal	INTEGRAL
04	Bryan Probst da Silva	INTEGRAL
05	Christopher Bryan Batista de Souza	INTEGRAL
06	Dérick Henrique Favero Cordero	INTEGRAL
07	Everton Teixeira de Moraes	INTEGRAL
08	Helena Salvador Ribeiro	INTEGRAL
09	Heloísa Vieira Romão	INTEGRAL
10	Iasmin de Oliveira Mohr de Carvalho	INTEGRAL
11	João Pedro dos Santos Bahia Fonseca	INTEGRAL
12	Leonardo Majeski Bertossi Mamel	INTEGRAL
13	Luís Gustavo Mariano Costa	INTEGRAL
14	Luiz Gustavo Mendes Alvare	INTEGRAL
15	Manuela Espezim Martins	INTEGRAL
16	Maria Eduarda de Resendes Assunção	INTEGRAL
17	Matheus Henrique França	INTEGRAL
18	Melissa Oliveira Chimendes	INTEGRAL
19	Misael Varela	INTEGRAL
20	Sofia Lemos da Silva	INTEGRAL
21	Théo Souza Botega Magagnin	INTEGRAL
22	Thiago Viana	INTEGRAL
23	Tiffany Regina Lima	INTEGRAL

I PERÍODO B

	Criança	Período
01	Anny Caroline Alexandre da Silva	INTEGRAL
02	Arthur Gonçalves Coelho	INTEGRAL
03	Arthur Henrique Schmitt da Silva	INTEGRAL
04	Arthur Silva Matos	INTEGRAL
05	Bernardo Surdi de Melo	INTEGRAL
06	Felipe Gabriel Pessoa	INTEGRAL
07	Gabriel Vieira Debona	INTEGRAL
08	Heloísa de Jesus Ferreira	INTEGRAL
09	Isadora Chaves Mota	INTEGRAL
10	João Luiz de Souza	INTEGRAL
11	Larissa Nunes dos Santos	INTEGRAL
12	Letícia da Costa Reginaldo	INTEGRAL
13	Maria Clara P. Siqueira	INTEGRAL
14	Mateus Luiz da Silva	INTEGRAL
15	Mélody Cavalheiro Teixeira	INTEGRAL
16	Mighel Lehon Rodrigues	INTEGRAL
17	Miguel Borges Meurer	INTEGRAL
18	Paola Bernardini	INTEGRAL
19	Patrícia Medeiros Wagenfuhr Ramos Matos	INTEGRAL
20	Rhuan Corrêa Raimundo	INTEGRAL
21	Ruan Antonello da Costa	INTEGRAL
22	Valentina da Silva Alflen	INTEGRAL
23	Yasmin Antunes Silva	INTEGRAL

I PERÍODO C

	Criança	Período
01	André Beppler	INTEGRAL
02	Antonella Magrini Szumanski	INTEGRAL
03	Antonella Pereira Thiesen	INTEGRAL
04	Antônia da Rosa da Cunha	INTEGRAL
05	Ari Pera Neto	INTEGRAL
06	Ashley Barbosa Silveira	INTEGRAL
07	Davi Lucas Becker Heiderscheidt	INTEGRAL

08	Geovani Lopes Cardoso	INTEGRAL
09	Isabela da Silva Neckel	INTEGRAL
10	Jadson Rosa de Oliveira	INTEGRAL
11	Júlia Kamilly Vieira Kucyk	INTEGRAL
12	Kauê Enrico Lopes Costa	INTEGRAL
13	Laura de Souza	INTEGRAL
14	Luisa Azevedo Nascimento	INTEGRAL
15	Luiz Felipe Amorim	INTEGRAL
16	Maria Júlia Queiroz Ferreira	INTEGRAL
17	Nathan Farinetti da Silva	INTEGRAL
18	Pedro Henrique de Oliveira	INTEGRAL
19	Rebeca de Sousa Lima	INTEGRAL
20	Samuel Ribeiro de Moraes	INTEGRAL
21	Théo de Souza Raulino	INTEGRAL
22	Vitória do Nascimento Caciano Barcellos	INTEGRAL
23	Ygor Vinícius Baptista França	INTEGRAL

II PERÍODO A

	Criança	Período
01	André Mateus Carvalho da Silva	INTEGRAL
02	Arthur Cardoso Batista	INTEGRAL
03	Arthur Rocha Santos	INTEGRAL
04	Breno da Silva Celestino	INTEGRAL
05	Camila Vieira de Carvalho dos Santos	INTEGRAL
06	Daniela Amorim da Silva	INTEGRAL
07	Davi Corrêa	INTEGRAL
08	Gabriel dos Santos Ferreira	INTEGRAL
09	Gabriel Vieira de Sousa	INTEGRAL
10	Isac Jaques Marafigo	INTEGRAL
11	Jayandra Adão Masson	INTEGRAL
12	Kayke de Bairros dos Santos	INTEGRAL
13	Letícia Silva	INTEGRAL
14	Luan da Cruz Gonçalves	INTEGRAL
15	Maria Eduarda Schwarz	INTEGRAL
16	Maria Helenna dos Santos Nunes	INTEGRAL
17	Maria Raphaella Gregório Alves	INTEGRAL
18	Pedro Lohn da Silva	INTEGRAL
19	Valentina Rosa Perin	INTEGRAL
20	Vitor Zen Wagner	INTEGRAL
21		

II PERÍODO B

	Criança	Período
01	Antônio Gabriel de Alencar Borges	INTEGRAL
02	Beatriz Régis Eleoterio	INTEGRAL
03	Cristian Eduardo Ignacio Paz	INTEGRAL
04	Daniel Ferreira Machado	INTEGRAL
05	Davi Gabriel Adalmo de Souza Lopes	INTEGRAL
06	Enzo Vinícius Silva da Fontoura	INTEGRAL
07	Gabriela Anhaia Schmitz	INTEGRAL
08	Giovana dos Santos Kuhn	INTEGRAL
09	João Vithor Marques	INTEGRAL
10	Joicy Rosa da Silva	INTEGRAL
11	Kaíque Vitoria de Jesus	INTEGRAL
12	Larissa Alves Nogueira	INTEGRAL
13	Lucas Cardoso	INTEGRAL
14	Lucas Ferreira	INTEGRAL
15	Luís Felipe da Silva Valentim de Melo	INTEGRAL
16	Maria Julia Lopes de Jesus	INTEGRAL
17	Miguel Filipe Nunes de Souza	INTEGRAL
18	Miguel Raimundo Mallmann	INTEGRAL
19	Nicolas Eduardo Dias da Cunha	INTEGRAL

20	Nicollas de Souza	INTEGRAL
21	Pablo Ryan de Alencar Lima	INTEGRAL
22	Renato Conrado Pereira de Araújo Dias	INTEGRAL
23	Stevan Dellius Ribas	INTEGRAL
24	Thiago Fernando Pinheiro da Silva	INTEGRAL
25	Victor Duarte da Rosa	INTEGRAL

II PERÍODO C

	Criança	Período
01	Ágatha Martins Munzfeld	INTEGRAL
02	Alice Cardoso Faccio Albano	INTEGRAL
03	Alice de Mello Duarte	INTEGRAL
04	Ana Carolina Calliari de Sousa	INTEGRAL
05	Antony Júlio Felizardo	INTEGRAL
06	Arthur Coimbra Peixoto	INTEGRAL
07	Arthur Prado Santos	INTEGRAL
08	Beatriz Dias dos Santos	INTEGRAL
09	Bernardo Carvalho da Silva	INTEGRAL
10	Enzo Freitas de Souza	INTEGRAL
11	Fabício Vieira Martins Junior	INTEGRAL
12	Fernando do Nascimento Caciano Barcellos	INTEGRAL
13	João Miguel Bourdot Francio	INTEGRAL
14	José Otávio de Souza Amaral	INTEGRAL
15	Kaíque Bryan Antunes	INTEGRAL
16	Livia Angillo Bonet	INTEGRAL
17	Lucca Duarte da Rosa	INTEGRAL
18	Luiz Miguel Rosa Batista da Silva	INTEGRAL
19	Maria Luiza Brandão Kusma	INTEGRAL
20	Muriel Portela Bach	INTEGRAL
21	Nicolas Gonzaga Moldenhauer	INTEGRAL
22	Nícolás Teixeira Zimmermann	INTEGRAL
23	Sophia de Souza Müller	INTEGRAL
24	Yohanna Lemos dos Santos	INTEGRAL
25		

II PERÍODO D

	Criança	Período
01	Aghata Cristina Martins Freitas	INTEGRAL
02	Ana Laura Silva Gomes	INTEGRAL
03	Aquiles Emanuel Nascimento Santos	INTEGRAL
04	Arthur Drescher Pereira	INTEGRAL
05	Arthur Rodrigues Cambuzzi	INTEGRAL
06	Benjamin Siqueira Machado	INTEGRAL
07	Bianca de Moura Borges	INTEGRAL
08	Davi Rodrigues Seidler	INTEGRAL
09	Emille Pereira da Silva	INTEGRAL
10	Enzo Thauan A Silva	INTEGRAL
11	Erick de Souza	INTEGRAL
12	Gustavo Scherer da Silva	INTEGRAL
13	Isabella Moreira Duarte	INTEGRAL
14	José Marcos Alves	INTEGRAL
15	Ketura Yousemarlie	INTEGRAL
16	Laura Llorente	INTEGRAL
17	Leonardo dos Santos Olípiã	INTEGRAL
18	Maria Valentina Simão Bandoni	INTEGRAL
19	Michel Cordeiro de Oliveira Luiz	INTEGRAL
20	Nicolas de Abreu Feleti	INTEGRAL
21	Pedro Henrique da Silva Kopsel	INTEGRAL
22	Valentina Vitória Evaristo Teixeira	INTEGRAL
23	Vinicius Cardoso Nunes	INTEGRAL
24		

III PERÍODO A

	Criança	Período
01	Ana Clara de Lima Taborda	INTEGRAL
02	Ana Karolinny de Assis de Freyn	INTEGRAL
03	Bernardo Antonio de Oliveira de Souza	INTEGRAL
04	Bianca Pereira Fogaça	INTEGRAL
05	Caio Ferreira Viana	INTEGRAL
06	Gabriela Costa Barcelos	INTEGRAL
07	Gustavo de Lacerda de Andrade	INTEGRAL
08	Haymeê Cordeiro Teixeira	INTEGRAL
09	Helen Pereira Schweitzer	INTEGRAL
10	Henrique Freitas da Rosa	INTEGRAL
11	Henrique Prietoni de Andrade	INTEGRAL
12	Isabele de Oliveira	INTEGRAL
13	Isaque Félles Wawcziniak	INTEGRAL
14	Kauã Diomar Machado	INTEGRAL
15	Maria Fernanda do Nascimento Caciano Barrellos	INTEGRAL
16	Maria Júlia Dias Ramos	INTEGRAL
17	Milleny Moraes Lima	INTEGRAL
18	Murilo dos Santos Cipriano	INTEGRAL
19	Nathália Koerich	INTEGRAL
20	Rafael Januário da Silva do Nascimento	INTEGRAL
21	Sophia Dias de Oliveira	INTEGRAL
22	Vitória Daniel de Souza	INTEGRAL
23	Vitória Farinetti da Silva	INTEGRAL
24	Yasmim da Silva do Nascimento	INTEGRAL
25	Yuri Fraga Viola	INTEGRAL

III PERÍODO B

	Criança	Período
01	Ana Francisca Vieira da Silva	INTEGRAL
02	Ana Paula Alves Fermiano	INTEGRAL
03	Beatriz de Souza Oliveira	INTEGRAL
04	Brenda Marcos Canfild	INTEGRAL
05	Davi Barbosa da Silveira	INTEGRAL
06	David Lucca de Andrade Pereira	INTEGRAL
07	Edlaine Ribeiro de Lima	INTEGRAL
08	Emanuele Bahiense de Oliveira Ferreira	INTEGRAL
09	Emily Amélia Peruzo	INTEGRAL
10	Evellyn Teixeira de Moraes	INTEGRAL
11	Isabelli de Souza Fontella	INTEGRAL
12	Isabely Fidelis Costa	INTEGRAL
13	João Wesley Damazio Matilde	INTEGRAL
14	Kauany Braz Muraro	INTEGRAL
15	Kawany Emanuelle Raupp	INTEGRAL
16	Letícia Helena da Silva	INTEGRAL
17	Marcielly de Abreu Silva	INTEGRAL
18	Matheus Steffens Rossa	INTEGRAL
19	Miguel Rodrigues Goulart de Melo	INTEGRAL
20	Paolla dos Santos Silveira	INTEGRAL
21	Rafael Lopes Cardoso	INTEGRAL
22	Renan de Campos Bernardo	INTEGRAL
23	Stefany Matias Péres Prudêncio	INTEGRAL
24	Vitória Gomes Mendes	INTEGRAL
25	Vitor Lorenzo Luiz	INTEGRAL

III PERÍODO C

	Criança	Período
01	Alice Beppler Honorio	INTEGRAL
02	Alice Camargo Bautista Orellano	INTEGRAL

03	Andrey Fernandes Simas	INTEGRAL
04	Asafe Costa Barcelos	INTEGRAL
05	Bernardo Bourdot Dias	INTEGRAL
06	Davi Berns Medeiros	INTEGRAL
07	Eduardo Antonio Marian	INTEGRAL
08	Heverton Barros da Silva Gomes	INTEGRAL
09	João Victor Rosa Carvalho	INTEGRAL
10	Keven Leandro da Silva Tasca	INTEGRAL
11	Livia Zen Wagner	INTEGRAL
12	Lucas Henrique de Ramos Souza	INTEGRAL
13	Maicon Guedes Alves	INTEGRAL
14	Maria Eliza Monteiro Gomes	INTEGRAL
15	Michely Cordeiro de Oliveira Luiz	INTEGRAL
16	Nicolas Ferreira Vargas	INTEGRAL
17	Pietro Luiz Pazine	INTEGRAL
18	Vinícius Vrubliescki	INTEGRAL
19	Yan Borowski de Souza	INTEGRAL
20	Ysabelli Bueno de Oliveira	INTEGRAL

III PERÍODO D

	Criança	Período
01	Ahmed Oumar Diouf	INTEGRAL
02	Alice de Melo Nascimento	INTEGRAL
03	Arthur Rosenbrock Rosa	INTEGRAL
04	Arthur Zilli Nunes	INTEGRAL
05	Beatriz da Silva Paim	INTEGRAL
06	Beatriz Di Bernardi Sastre	INTEGRAL
07	Benício Medeiros Wagenfuhr Ramos Matos	INTEGRAL
08	Eduardo Henrique Borges Soares	INTEGRAL
09	Isabely Vitória Santos Thomassen	INTEGRAL
10	Emanuel Martins Vasconcellos	INTEGRAL
11	Giovanna Nazario Silvano	INTEGRAL
12	Giovanna Pinheiro Blois Cunto	INTEGRAL
13	Isadora de Azevedo Valadão	INTEGRAL
14	Isadora Gonçalves Schmidt	INTEGRAL
15	João Pedro Pinto	INTEGRAL
16	Lucas Adilson Pacheco Starosky	INTEGRAL
17	Luís Henrique do Nascimento	INTEGRAL
18	Mel Souza Canarins	INTEGRAL
19	Náthalli Rosa Gonçalves	INTEGRAL
20	Nicolas Barbosa	INTEGRAL
21	Pedro Henrique Sell Gomes	INTEGRAL
22	Rafaella Matos de Andrade	INTEGRAL
23	Sallys Francisco Queiroz do Nascimento	INTEGRAL
24	Sara Ribeiro de Moraes	INTEGRAL
25	Yasmin Nikolle Ayala Bitencourt	INTEGRAL

LISTA DE ESPERA

Maternal II			
	Criança	Nascimento	Situação*
1	Yasmin Pacheco Martins	27/09/16	Aguardando vaga
2	Amabile Scarpini Cordeiro	14/12/16	Aguardando vaga
3	Isis de Souza Muller	13/09/16	Aguardando vaga
4	Ryan Luiz de Souza	07/09/16	Aguardando vaga
5	Rebeca Veiga de Rocco	19/01/17	Aguardando vaga
6	Miguel Vicente Acácio de Oliveira	06/03/17	Aguardando vaga
7	Pedro Angillo Bonett	11/03/17	Aguardando vaga
8	Annie Souza de Negreiros	13/01/17	Aguardando vaga
9	Arthur de Castro Bunn	29/03/17	Aguardando vaga
10	Maria Alice Machado Dolberth	24/02/17	Aguardando vaga

11	Geovana Sofia Machado	09/04/16	Aguardando vaga
12	Maria Alice de Assis	01/08/16	Aguardando vaga
13	Dandara dos Santos	17/11/16	Aguardando vaga
14	Nicolas Silva N S	30/04/16	Aguardando vaga
15	Lohan S N Serafm	30/04/16	Aguardando vaga
16	Kailane Maria N Martins	10/06/16	Aguardando vaga
17	Joaquim Kriquer Hoffmam	28/06/16	Aguardando vaga
18	Matheus A Z Santos	25/11/16	Aguardando vaga
19	Emily G Bispo	05/07/16	Aguardando vaga
20	Theo Lorenzo B Minas	11/09/16	Aguardando vaga
21	Maria Eduarda	06/05/16	Aguardando vaga
22	Livia Abreu	05/08/16	Aguardando vaga
23	Allycia E da Silva	07/08/16	Aguardando vaga
24	Ana Carla B Oliveira	??/07/16	Aguardando vaga
25	Lucas G Almeida	22/08/16	Aguardando vaga
26	Luiz Henrique	26/06/16	Aguardando vaga
27	Bernardo F Melo	04/04/16	Aguardando vaga
28	Daniele S Alves	03/06/16	Aguardando vaga
29	Miguel J Cherem	09/05/16	Aguardando vaga
30	Richardley Fabre	29/11/16	Aguardando vaga
31	Isadora O. Gabriel	17/08/16	Aguardando vaga
32	Valentina Wess M	20/09/16	Aguardando vaga
33	José Arthur S da Silva	09/12/16	Aguardando vaga
34	Eliabe M Souza	16/10/16	Aguardando vaga
35	Vitor Hugo C Teixeira	26/07/16	Aguardando vaga
36	Eloisa Nascimento	10/06/16	Aguardando vaga
37	Alice P M Silva	15/04/16	Aguardando vaga
38	Raul Gomes Melgarejo	04/05/16	Aguardando vaga
39	Henrique O. Cunha	19/11/16	Aguardando vaga
40	Maria Alice Schneider -	21/11/16	Aguardando vaga
41	Marina de Campos Domingues	03/05/16	Aguardando vaga
42	Samuel da Cunha	31/12/16	Aguardando vaga
43	Rafael Santana Fernandes	18/01/17	Aguardando vaga
44	Maria Antonia Rosa de Souza G.	08/05/16	Aguardando vaga
45	João Marcos Pereira Justino	09/06/16	Aguardando vaga
46	Mariana Machado de Souza	17/12/16	Aguardando vaga
47	Antonella Belucci Didonenico	16/01/17	Aguardando vaga
48	Yasmin Dimas Batista	04/05/16	Aguardando vaga
49	Bryan da Silva Borges	02/10/16	Aguardando vaga
50	João Vitor Raupp	19/04/16	Aguardando vaga
51	Maria Eduarda Fernandes da Silva	03/11/16	Aguardando vaga
52	Ivy Duarte	23/11/16	Aguardando vaga
53	Felipe R. de Oliveira	16/03/17	Aguardando vaga
54	Rebeca Kubiach da Silva	28/06/16	Aguardando vaga
55	Meliza Lauane S. Monteiro	27/05/16	Aguardando vaga
56	Isadora Soares Silva	04/05/16	Aguardando vaga
57	Melissa Ferreira Padilha	23/01/16	Aguardando vaga
58	Ysadora de Oliveira Gabriel	17/08/16	Fora das regras do Edital analisado em fevereiro
59	Derick Kaynan de Souza da Silva	02/02/17	Fora das regras do Edital analisado em fevereiro

Maternal III

Nome da criança	Data de nascimento	Situação
Henrique Wilvert Souto	08/12/15	Matriculado
Victor Fernando Daniel Fernandes	15/09/15	Matriculado
Gustavo Marques de Souza	31/05/15	Matriculado
Henrique Erhardt Kreusch	15/07/15	Matriculado
Lorrana Conceição da Silva	11/05/15	Matriculada
Miguel Leite Rocker	20/10/15	Matriculado
Benício Pissolatto Sartorato	25/09/15	Matriculado
José Augusto Montenegro	26/05/15	Matriculado
Valentina Sanches Trilha	07/07/15	Matriculada

Mirelly Fidel dos Santos	11/06/15	Matriculada
Luiz Fernando Sanches Candido	04/10/15	Matriculado
Miguel Cordeiro de Oliveira Luiz	15/09/15	Matriculada
Thaysa Helena Silva	31/10/15	Matriculado
Isabela Lohn Schlosser	08/03/16	Matriculada
Izis Cardoso Guimarães	29/03/16	Matriculada
Matheus dos Santos Nazario	15/03/16	Matriculado
Bruno Hernesto Ayala Bitencourt	19/02/16	Matriculado
Marco Antônio Pinto	01/02/16	Matriculado
Livia Folster Melcher	26/10/15	Matriculado
Maria Julia de Souza Meneghelli	13/11/15	Matriculado
Heloísa Laurindo Pacheco	24/02/16	Aguardando vaga
Gustavo Corrêa de Souza	08/12/15	Aguardando vaga
Livia Martins Adriano	15/02/16	Aguardando vaga
Alice Moraes Fernandes	31/01/16	Aguardando vaga
Jorge Luiz Schmidt	06/12/15	Aguardando vaga
Laisa Simão Brum	16/06/15	Aguardando vaga
Manuella Matias Vargas	02/01/16	Aguardando vaga
Maria Clara	29/06/15	Aguardando vaga
João Pedro Anuncio	10/10/15	Aguardando vaga
Blenda Luana	16/07/15	Aguardando vaga
Benjamin M Santiago	02/12/15	Aguardando vaga
Pietra Petry Rozzini	11/11/15	Aguardando vaga
Lorenzo dos Santos	21/01/16	Aguardando vaga
Levi Barros	08/03/16	Aguardando vaga
Ruan Souza	14/01/16	Aguardando vaga
Hiago G Botoli	02/03/16	Aguardando vaga
Maria Julia Napoleão	14/06/15	Aguardando vaga
Lorena Gomes Tindade	29/08/15	Aguardando vaga
Davi Leandro Ferreira	31/08/15	Aguardando vaga
Sophia de Miranda	10/02/16	Aguardando vaga
Isabela Rampelotto	17/01/16	Aguardando vaga
Isabella de Medeiros	27/09/15	Aguardando vaga
Jean Carlos Alencar	16/09/15	Aguardando vaga
Israel de Lins Beneti do Rosario	03/04/15	Aguardando vaga
Enzo Gabriel Pereira da Silva	03/04/15	Aguardando vaga
João Lucas Ferreira Alexandre	04/06/15	Aguardando vaga
Issac Wieszorkoski dos Reis	30/03/16	Aguardando vaga
Isadora Carvalho Mesquita	08/09/15	Aguardando vaga
Alice Silva Scherer	03/06/15	Aguardando vaga
Vicente Amado dos Anjos	17/10/15	Aguardando vaga
Luiz Miguel Duarte	26/03/16	Aguardando vaga
Luisa Adami Ern	09/03/16	Aguardando vaga
Livia Oliveira L Araujo	23/10/16	Aguardando vaga
Isabella Rogério de Oliveira	?/05/16	Aguardando vaga
Guilherme Fernandes	23/04/15	Aguardando vaga
Vinycius Souza de Oliveira	21/01/16	Aguardando vaga
Pedro Borges	06/06/16	Aguardando vaga
Liah Roberta V. Cardoso	17/09/15	Aguardando vaga
Rodrigo Morgan Júnior	27/08/15	Matriculado em outra instituição
Henzo Gabriel Pereira da Silva	26/12/15	Contato telefônico inexistente
Luiza Lehon Rodrigues	06/02/16	Contato telefônico inexistente
Betina Coelho Alves	22/06/15	Fora das regras do Edital analisado em fevereiro
Pedro Henrique Martins	22/09/15	Fora das regras do Edital analisado em fevereiro
Eduarda Jaques Rodrigues	08/11/15	Fora das regras do Edital analisado em fevereiro
Davi Saul Molme	02/04/15	Fora das regras do Edital analisado em fevereiro
Stephany Cardoso de Souza Luiz	05/05/15	Fora das regras do Edital analisado em fevereiro
Lucas Ariel da Silva Nunes	14/07/15	Fora das regras do Edital analisado em fevereiro

Valentina Dias Schlemper	05/01/16	Fora das regras do Edital analisado em fevereiro
Miguel Raupp Zeferino	12/01/16	Fora das regras do Edital analisado em fevereiro

I Período

Nome da criança	Data de nascimento	Situação
Alice Rodrigues Neves Fernandes	26/11/14	Aguardando Vaga
Helena Salvador Ribeiro	12/08/14	Matriculada
Julia Kamilly Viera Kucyk	06/12/14	Matriculada
Isac Davi Marques Antunes	04/10/14	Contato telefônico inexistente/desligado
Mauryne Silva do Carmo	27/10/14	Não compareceu no sorteio
Nathalia Martins de Farias	11/07/14	Aguardando Vaga
Renan Steklain Fell	14/08/14	Contato telefônico inexistente/desligado
William Calliari Leal de Sousa	17/09/14	Contato telefônico inexistente/desligado
Matheus Henrique França	12/02/15	Contato telefônico inexistente/desligado
Leonardo Majeski Bertossi Mamel	06/01/15	Contato telefônico inexistente/desligado
Maísa Portaluppi	15/01/15	Contato telefônico inexistente/desligado
Misael Varela	25/03/15	Matriculado
Ítalo de Assis	11/06/14	Aguardando Vaga
Ana Flavia C Albuquerque	31/07/14	Aguardando Vaga
Valentina Silva	14/10/14	Aguardando Vaga
Gianluca M Larroza	26/07/14	Aguardando Vaga
Miguel Antunes S.	05/06/14	Aguardando Vaga
Ana Luiza Lopes	02/10/14	Aguardando Vaga
Micaely S dos Santos	26/07/14	Aguardando Vaga
Dylan Luiz Vieira	18/08/14	Aguardando Vaga
Wilson M Silveira	31/10/14	Aguardando Vaga
Bernardo A. Vieira	29/10/14	Aguardando Vaga
Maria Cecília X. Porto	16/12/14	Aguardando Vaga
Davi Munhoz Dutra	06/07/14	Aguardando Vaga
Maria Luisa Pereira	12/11/14	Aguardando Vaga
Alice R Silva	13/01/15	Aguardando Vaga
Luiza C. Silva	05/01/15	Aguardando Vaga
Ronaldo França Filho	17/06/14	Aguardando Vaga
Heloisa Veloso Santana	07/05/14	Aguardando Vaga
Beatriz Martins Freitas	01/09/14	Aguardando Vaga
Eduarda Cristina Goçalves	13/06/14	Aguardando Vaga
Miguel Henrique da Silva	22/04/14	Aguardando Vaga
Luiza Dias Bario	13/02/15	Aguardando Vaga
Gabriel Ibraim dos Passos	10/02/15	Aguardando Vaga
Laura Vergil Ribeiro	06/09/14	Aguardando Vaga
Alan Guilherme Darturo	03/03/14	Aguardando Vaga
Davi Lucas Gimenez	01/01/15	Aguardando Vaga
Soraya de Souza Silva	02/08/14	Aguardando Vaga
Isis dos Santos	14/02/15	Aguardando Vaga
Maria Flor Costa Santos	03/11/14	Aguardando Vaga
Isis Santa Alvarenga	22/01/15	Aguardando Vaga

II Período

Nome da criança	Data de nascimento	Situação
Luiz Felipe S V Melo	12/06/13	Matriculado
Emanuelly Rosa	20/04/13	Contato telefônico inexistente/desligado
Alisson R. Nascimento	12/07/13	Matriculado em outra instituição
Enzo Gabriel	26/07/13	Contato telefônico inexistente
Miguel Raimundo	23/01/14	Matriculado
Vinícios H. M. Escobar	22/03/14	Matriculado
Jayandra Adão Masson	23/08/13	Matriculada
Benjamin Siqueira	22/11/13	Matriculado
Yohanna Lemos dos Santos	25/03/14	Matriculada

Yuri Picoles Z Rosa	04/05/13	Família não compareceu para matrícula
Aghata Martins	01/07/13	Matriculada
Cristian Eduardo	30/01/14	Matriculado
Alice Ribeiro Batista	28/11/13	Aguardando Vaga
Isadora Lima da Silva	29/11/13	Aguardando Vaga
Eden Kaleu N Souza	21/05/13	Contato telefônico inexistente
Arthur Felipe Santos	08/04/13	Matriculado em outra instituição
Alice Duarte A	23/04/13	Contato telefônico inexistente
Maria Eduarda Cardoso	08/06/13	Contato telefônico inexistente

III Período

Nome da criança	Data de nascimento	Situação
Ana Koroliny	29/12/12	Matriculada
Bianca Pereira	08/11/12	Matriculada
Maria Eliza M Gomes	11/08/12	Matriculada
Nicolas B da Silva	09/02/13	Matriculado
Evilyn	30/03/13	Matriculada
Henrique F. Rosa	04/01/13	Matriculado
Alexia Viana dos Santos	13/02/13	Não atende telefone
Maria Isabeli A. França	25/10/12	Programado para não receber chamadas
Julia Mind G	10/03/13	Programado para não receber chamadas/ não completa ligação
Ryan B C Souza	10/07/12	Contato telefônico inexistente
Rodrigo Reis	07/05/12	Matriculado em outra instituição
Edilaine Ribeiro de Lima	18/06/12	Matriculada
Geovana Nazario	17/12/12	Matriculada
Kauany Vitória P. Silva	06/07/12	Não atende telefone
Ana Clara Costa Portella	07/11/12	Desistiu da vaga
Giovana Pinheiro	13/05/12	Matriculada
Vitor Lorenzo Luiz	20/08/12	Matriculado
João Vitor Pereira Vieira	28/11/12	Aguardando Vaga

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES PARCEIRAS (ATUALIZADO EM 11/JUNHO /2018) NOME DA INSTITUIÇÃO: CONSELHO COMUNITÁRIO SANTOS DUMONT

Publicação Nº 1657567

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES PARCEIRAS
 (atualizado em 11/junho /2018)

Nome da Instituição: CONSELHO COMUNITÁRIO SANTOS DUMONT
 Endereço: RUA: JOÃO JOSÉ DE SOUZA, 15.
 Telefone: (48)- 3240-8202
 Diretora: ANDERSON MORAIS DA COSTA

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade Por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
GRUPO I	2 Anos	16	16	-	-	16
GRUPO II	3 Anos	25	25	-	-	25
GRUPO III	4 Anos	22	22	-	-	22
PRÉ	5 Anos	24	24	-	-	24
TOTAL						87

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
-------	---------------



Grupo I	10/ Integral
Grupo II	08/ Integral
Grupo III	03/Integral
Pré	03/ Vespertino

ATENDIMENTO ATUAL

Grupo I

	Criança	Período
01	ARLAN DE OLIVEIRA MOREIRA	INTEGRAL
02	ANGELINA JOSEPH	INTEGRAL
03	BENJAMIM OLIVEIRA DE ANDRADE	INTEGRAL
04	EDUARDO DE SOUZA DOS SANTOS	INTEGRAL
05	EMANOEL MARTINS DE BARROS	INTEGRAL
06	GABRIEL PEDRO	INTEGRAL
07	HELENA DE JESUS FARIA	INTEGRAL
08	JOHN KERRY BARJON	INTEGRAL
09	JOÃO GABRIEL GOMES DA SILVA	INTEGRAL
10	JOÃO MARCOS EZIDIO DO REINO	INTEGRAL
11	LUIZ EDUARDO JEAN PIERRE	INTEGRAL
12	LORENZO DA LUZ BECKER	INTEGRAL
13	MURILO VIANA BOTELHO	INTEGRAL
14	MATHEUS DALCENTER PRÍSCO	INTEGRAL
15	PABLO VINÍCIOS LOPES DA SILVA	INTEGRAL
16	RUANY ROMÃO	INTEGRAL

Grupo II

	Criança	Período
01	ANA LAURA FARIA DOS SANTOS	INTEGRAL
02	ALICE VENTURA DOS SANTOS	INTEGRAL
03	ANA BEATRIZ DOS SANTOS	INTEGRAL
04	BERNADO HEITOR MARCELINO BOTELHO	INTEGRAL
05	EMANOEL CUNHA RODRIQUES	INTEGRAL
06	GUSTAVO CORRÊA DE SOUZA	INTEGRAL
07	HERIVALDO BOSQUET	INTEGRAL
08	JONATHAS DOS SANTOS ALMEIDA	INTEGRAL
09	JOSIAS JOSIANO APARECIDO LINO	INTEGRAL
10	JEAN CARLOS ALENCAR FONSECA	INTEGRAL
11	LUIZ MIGUEL DE OLIVEIRA JUSTINO	INTEGRAL
12	LEANDRA MIRELLA DE OLIVEIRA DE LIMA	INTEGRAL
13	LARA CATARINA HILLESHEIM MENDONÇA	INTEGRAL
14	LAURA TORRES EZIDIO	INTEGRAL
15	LUDMILLA BEATRIZ PALHANO	INTEGRAL
16	MARIA JULIA NAPOLEÃO SENÁBIO	INTEGRAL
17	NICOLAS DOS SANTOS RIBEIRO	INTEGRAL
18	RUAN DOS SANTOS NEVES ROCHA	INTEGRAL
19	SOPHIA VIEIRA MADALENA	INTEGRAL
20	VITOR DAMACENA XAVIER	INTEGRAL
21	VITOR HUGO DOS SAQNTOS ALBINO	INTEGRAL
22	VICENTE LEANDRO DOS SANTOS VIEIRA	INTEGRAL
23	ISLOVE ST LOUIS PIERRE	INTEGRAL

Grupo III

	Criança	Período
01	ALEXIA VITÓRIA DE BARROS ALVES	INTEGRAL
02	ARTHUR GALEANO BATISTA DOS SANTOS	INTEGRAL
03	ABIGAIL LIZ DA SILVA	INTEGRAL
04	AMEGANVI AFI FIDÉLIA	INTEGRAL
05	BRENO DA SILVA BISPO	INTEGRAL
06	CLEITON ANDRIEL MELO DOS SANTOSW	INTEGRAL

07	DARLAN SANTANA DOS SANTOS	INTEGRAL
08	DAVID DO NASCIMENTO	INTEGRAL
09	DAVI DO NASCIMENTO	INTEGRAL
10	DENIZ RICHARDLEY PIERRE PAUL	INTEGRAL
11	DHOMINI YURI DOOS SANTOS BARROZO	INTEGRAL
12	GABRIELLY ZANELLA CIMAROSTI	INTEGRAL
13	GUILHERME SILVA DE OLIVEIRA	INTEGRAL
14	JANDIR GOMES DE ANDRADE JÚNIOR	INTEGRAL
15	JOÃO GABRIEL JESUS DE LIMA	INTEGRAL
16	LUCAS MARQUES DE SOUZA	INTEGRAL
17	LETÍCIA SANTANA DOS SANTOS	INTEGRAL
18	MARIA LUISA CARDOSO00 CHIAPPETTA	INTEGRAL
19	NICOLLY DAMACENA XAVIER	INTEGRAL
20	SAMOEL DE LIZ DAVID	INTEGRAL
21	VALENTINA MARIANH DUTRA PAULINO	INTEGRAL
22	TALIA OLIVEIRA DE SOUZA	INTEGRAL

Pré

	Criança	Período
01	ALLAN ALMIR DA SILVA	VESPERTINO
02	BRUNO HENRIQUE MATTOS	VESPERTINO
03	BENJAMIN COSTA SILVA SANTOS	VESPERTINO
04	CECÍLIA DOS SANTOS ANJOS	VESPERTINO
05	ELSA DOS SANTOS SERENA	VESPERTINO
06	GUILHERME FERNANDE VIEIRA	VESPERTINO
07	HENRIQUE GABRIEL CHAVES DA SILVA	VESPERTINO
08	YAN DE SOUZA DOS SANTOS	VESPERTINO
09	ISABELLA PERES FORMIGA	VESPERTINO
10	ISABELLY FARIAS MANOEL	VESPERTINO
11	LUIS FELIPE MEIRINHO FILHO	VESPERTINO
12	LUIS HENRIQUE SANTOS DE JESUS	VESPERTINO
13	LUDMILLA SOPHIA DE SOUZA	VESPERTINO
14	MIRELLE OLIVEIRA DA SILVA BATISTA	VESPERTINO
15	MATHEUS LUCAS CONCEIÇÃO OLIVEIRA	VESPERTINO
16	RAFAELLA DE JESUS SANTOS	VESPERTINO
17	RAFAELY DE SOUZA LIMA	VESPERTINO
18	RAYANI DA SILVA KAISER	VESPERTINO

19	WENDY CHISTOPHERE CHARLES	VESPERINO
20	KETILLIM EMANOELE DA SILVA	VESPERTINO
21	KAUÊ JANELLI DE AMORIM	VESPERTINO
22	VIVIAN RAFAELLI DOS SANTOS	VESPERTINO
23	VITÓRIA DE SOUZA DE ANDRADE	VESPERTINO
24 25	VICENTE DIAS OLIVEIRA JOSÉ DAVI TORQUATO DEPINÉ	VESPERTINO VESPERTINO

LISTA DE ESPERA

Grupo I

	Criança	Nascimento	Situação
01	JUAN ANDRADE DOS SANTOS	08/10/2015	Aguardando vaga
02	LAURA ANDRADE DA SILVA	22/10/2015	Aguardando vaga
03	ANA JULIA DA SILVA SOUZA	27/11/2015	Aguardando vaga
04	GABRIEL PEDRO	21/03/2016	Aguardando vaga
05	GUSTAVO FAGUNDES SILVA	03/02/2016	Aguardando vaga
06	ANGELINA JOSEFA	30/10/2015	Aguardando vaga
07	HRUAN DAS NEVES ROCHA	12/06/2015	Aguardando vaga
08	SAMUEL SI9LVA FREITAS	22/04/2015	Aguardando vaga
09	LUDIMILLA CRUZ REGIS	27/03/2016	Aguardando vaga
10	DAVI J. BEZERRA	10/06/2015	Aguardando vaga

Grupo II

	Criança	Nascimento	Situação*
01	IZABEL VIEIRA DUTRA	14/01/2015	Aguardando vaga
02	GABRIEL HENRIQUE DA SILVA SOUZA	20/02/2015	Aguardando vaga
03	DAVI DE SOUSA DOS SANTOS	11/11/2014	Aguardando vaga
04	ALICE VENTURA DOS SANTOS	27/12/2015	Aguardando vaga
05	LUCAS G.. DE ALMEIDA DA SILVA	22/08/2014	Aguardando vaga
06	KAUIANI LURDES DA SILVA	10/05/2014	Aguardando vaga
07	LEANDRO FERREIRA JUNIOR	14/06/2014	Aguardando vaga
08	LORENZO JOSÉ ANDRADE BARBOSA	08/018/2016	Aguardando vaga
09			
10			

Grupo III

	Criança	Nascimento	Situação
01	SARA DE JESUS CORREA	31/12/2013	Aguardando vaga
02	BÁRBARA DA SILVA GOULARTE	12/06/2014	Aguardando vaga
03	LUCAS ALVES FERNANDES	17/11/2013	Aguardando vaga
04			

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES PARCEIRAS -2018
NOME DA INSTITUIÇÃO : CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL RENASCER
(ATUALIZADO EM 08/06/2018)

Publicação Nº 1657564

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES PARCEIRAS -2018
 (atualizado em 08/06/2018)

Nome da Instituição : Centro de Educação Infantil Renascer
 Endereço : Rua Gaivota 335, Jardim Zanellato
 Telefone: (48) 32581003
 Coordenadora Pedagógica: Rosane de Souza

CRIANÇAS MATRICULADAS

GRUPO	IDADE	CAPACIDADE POR SALA	VAGA INTEGRAL	VAGA MATUTINO	VAGA VESPERTINO	TOTAL
GIII	03 anos	21	Todos			21
GIV	04 anos	23	Todos			23
GVA	05 anos	24	Todos			23
GVB	05 anos	21	Todos			21
					Total	88

QUADRO DE VAGAS

GRUPO	VAGAS/PERÍODO
GIII	Não há vaga
GIV	Não há vaga
GVA	Há 1 vaga
GVB	Não há vaga

ATENDIMENTO ATUAL**GIII**

	CRIANÇA	PERÍODO
01	Alice Matos de Oliveira	Integral
02	Allyson da Rosa Corrêa	Integral
03	Caíque Davi Nunes	Integral
04	Cláudio Moraes da Silva Alfa	Integral
05	Eloá Lara da Silva	Integral
06	Emilly Toledo Siqueira	Integral
07	Flávia Alexsandra Ferreira	Integral
08	Gabriel Baptista Ignacio	Integral
09	Gabrielly de Campos Rodrigues	Integral
10	Isadora Misneroviski Silverio	Integral
11	Juan Cristovão Alves Garvino	Integral
12	Kauanny Victoria Damasio Teixeira	Integral
13	Laura Misneroviski Silverio	Integral
14	Lucas Gabriel dos Santos Portela	Integral
15	Lucas Thaylan Santos do Nascimento	Integral
16	Nicollas Martins Dávila	Integral
17	Paloma da Silva dos Santos	Integral
18	Pablo Henrique Cordova Moraes	Integral
19	Pedro Henrique Moraes Rocha	Integral
20	Renan Felipe Alves Rodrigues	Integral
21	Samuel Leone Santana Santos	Integral

GIV

	CRIANÇA	PERÍODO
01	Amabili Grachiki Fagundes	Integral
02	Antônio Tiapas Neto	Integral
03	Davi de Oliveira Madeira	Integral
04	Emanuelly Alves Santos	Integral
05	Éricka Alice da Cruz Generoso	Integral
06	Evelyn da Silva Furtado	Integral
07	Gabriel Gomes Imbuzeiro	Integral
08	Gabrielly Vitória de Oliveira	Integral

09	Jhonatan Daniel rodrigues de Oliveira	Integral
10	Joab Souza de Oliveira	Integral
11	Kainã Wagner Pereira	Integral
12	Levi Matos dos Santos	Integral
13	Luis Guilherme Silva Pereira	Integral
14	Luisa Sosa Ribas	Integral
15	Luiz Felipe Fagundes Feitosa	Integral
16	Maria Alice Chimendes	Integral
17	Maria Vitória dos Santos	Integral
18	Miguel Valentim do Carmo Kochen	Integral
19	Milena Faria da Silva	Integral
20	Murilo do Prado Jarcem	Integral
21	Rosângela dos Santos	Integral
22	Ruan Gabriel Padilha	Integral
23	Yasmin Jéssica Katchor Rodrigues	

GVA

	CRIANÇAS	
01	Arthur Vieira Guaita	Integral
02	Cleyton Gomes dos Santos Junior	Integral
03	Dafinny Sophia Soares da Cunha	Integral
04	Dyemerson Kauã Menezes de Souza	Integral
05	Emilly da Silva Scapin Teixeira	Integral
06	Enzo Gabriel Rodrigues Amorim	Integral
07	Gabriel Alves dos Santos	Integral
08	Gabriel da Cunha Silva	Integral
09	Isabelle Schappo Ribeiro	Integral
10	Ismael Kennedy dos Santos Paula	Integral
11	Kauan Manoel dos Santos	Integral
12	Kauê Vitor Damásio Oliveira da Silva	Integral
13	Laisy Borges Elias	Integral
14	Maikelly da Cruz Fernandes	Integral
15	Manuella Nunes Silva	Integral
16	Maria Eduarda Paraíso Santana da Silva	Integral
17	Miguel Nunes de Almeida	Integral
18	Otávio Rodrigues dos Santos	Integral
19	Otávio Vieira Machado	Integral
20	Roger Borges Mendes da Silva Junior	Integral
21	Sophia Gabrielly da Cruz Ribeiro	Integral
22	Yasmin Beatriz Pereira Alves	Integral
23	Yuri Eduardo Mussi Leonardo	Integral

GVB

	CRIANÇAS	PERÍODO
01	Ana Clara Tomaz Pereira	Integral
02	Ana Kely Araújo de Souza	Integral
03	Andessa Victória Alves Conceição	Integral
04	Arthur Guilherme Cristovão Garvino	Integral
05	Beatriz Martins de Souza Simões	Integral
06	Cristhopher Novaes de Oliveira	Integral
07	Deivid Teixeira Ferreira Lima	Integral
08	Estefany Sofia Oliveira Maciel	Integral
09	Gabriel Souza Ferreira	Integral
10	Gabrielly dos Santos Maximiano	Integral
11	Igor Caetano da Silva Santos	Integral
12	Inaiá de Aquino Antunes da Silva	Integral
13	Jhonathan Cristopher dos Santos da Silva	Integral
14	Laura Cabral Machado	Integral
15	Maria Isabel da Silva dos Santos	Integral
16	Nycolas William de Souza Farias	Integral
17	Pedro Henrique Alves Piccoli	Integral
18	Sandro Luis Jaques dos Santos Junior	Integral
19	Sarah Oliveira dos Santos	Integral
20	Sthefany Fernanda Dias Rodrigues	Integral

21	Victória dos Santos Casaril	Integral
----	-----------------------------	----------

LISTA de ESPERA
GRUPO III

	CRIANÇA	NASCIMENTO	SITUAÇÃO
01	Ketlin Cardoso Naue	22/05/2014	Não quis
02	Marcelly de Souza	17/02/2014	Já está matriculada em outra instituição
03	Manuela Eduarda Ribeiro	28/06/2014	Quer somente meio período
04	Pablo Henrique Cordova Moraes	15/08/2014	Foi chamado e já está matriculado frequentando o CEI
05	Aghata Vitória Barbosa Babuíno	05/01/2015	Seus contatos não atendem . Foram realizadas várias ligações sem sucesso.
06	Kauanny Victória Damásio Teixeira	23/05/2014	Foi chamada e já está matriculada , frequentando o CEI
07	Davi Miguel dos Santos	06/07/2014	Será o próximo qdo abrir outra vaga Aguardando vaga
08	Sofhia Vitória Gomes	22/12/2014	Aguardando vaga
09	Vitor Gabriel Paraíso	08/06/2014	Aguardando vaga
10	Erick do Prado de Oliveira	30/03/2015	Aguardando vaga
11	Isadora Neves dos Santos	21/09/2014	Aguardando vaga
12	Nathaly Araújo Oliveira	30/10/2014	Aguardando vaga
13	Singler de Souza	10/04/2015	Aguardando vaga
14	Henrique Alves de Almeida	07/07/2014	Aguardando vaga
15	Bruna Evelyn Machado Soares	20/08/2014	Aguardando vaga

**QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES PARCEIRAS ATUALIZADA EM 07/06/2018 NOME DA INSTITUIÇÃO:
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO SERTÃO DO MARUIM CRECHE TIA MARIAZINHA**

Publicação Nº 1657562

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES PARCEIRAS

Atualizada em 07/06/2018

Nome da Instituição: Associação dos Moradores do Bairro Sertão do Maruim
Creche Tia Mariazinha

Endereço: Rua Francisco Antônio da Silva, 19.552.

Sertão do Maruim São José

CEP 88122-010

Telefone: (48) 3257-4078 (48) 996563334

Diretora: Tatiane Ventura

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
GIII A	2 anos	20	9	5	6	20
GIII B	2 anos	30	15	7	9	31
GIV A	3 anos	30	18	7	5	30
GIV B	3 anos	20	14	5	6	25
GV A	4 anos	30	19	5	6	30
GV B	4 anos	30	16	7	9	32
GVI MAT	5 anos	25	-----	25	-----	25
GVI VESP	5 anos	25	-----	-----	25	25
TOTAL						218

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
GIII A	Não tem vaga
GIII B	Não tem vaga
GIV A	Não tem vaga
GIV B	Não tem vaga
GV A	Não tem vaga
GV B	Não tem vaga
GVI MAT	Não tem vaga
GVI VESP	Não tem vaga

ATENDIMENTO ATUAL



Grupo GIII A

Nº	ALUNO	PERIODO
01	Arthur Nunes de Moraes	Integral
02	Arthur Santos Peynaud	Integral
03	Bernardo Opuska Pereira	Matutino
04	Eloa Vieira Wudaski	Matutino
05	Emanuel Nascimento dos Anjos	Vespertino
06	Enzo Gabriel Triaca	Integral
07	Fabricio Roussenq Rodrigues	Vespertino
08	Guilherme Pereira Dondeti	Matutino
09	Helena Botelho da Cruz	Integral
10	Henrique Martins	Integral
11	Higor Mathias Schell	Vespertino
12	Jeanne Marie da Rocha Stroomer	Integral
13	João Pedro Constante	Integral
14	Josue Fidelis de Souza	Integral
15	Julia Martins Fraga	Integral
16	Laura Becker	Vespertino
17	Laura de Assis Borba	Vespertino
18	Leizielly Alves dos Santos	Matutino
19	Luiz Antônio dos Santos	Vespertino
20	Vinicius Alexandre Rodrigues Freitas	Matutino

Grupo GIII B

Nº	ALUNO	PERIODO
01	Alice Dias Terroso	Vespertino
02	Anna Laura Ferreira da Silva	Integral
03	Anthony Miguel Pinto	Integral
04	Bernardo Hoffmann Pereira	Integral
05	Bernardo Steinheuser Soares	Matutino
06	Cláudio Saturnino Leite Neto	Vespertino
07	Diego do Nascimento	Matutino
08	Dimitri Koerich	Integral
09	Enzo da Cunha Vieira	Integral
10	Enzo Miguel Fernando de Moraes	Vespertino
11	Felipe da Silva Nobre Domingos	Vespertino
12	Heitor Waltrick Kempner	Vespertino
13	Isadora Sutil de Assis	Integral
14	Izabela Lopes de Souza	Vespertino
15	João Rudá Stein Corrêa	Integral
16	Lara Martins Schmitt	Vespertino
17	Larissa Vitoria Tancini	Integral
18	Leticia de Aninhaia dos Santos	Integral
19	Lorenzo Damazio da Silva	Matutino
20	Lucas Davi Martins Rocha	Matutino
21	Maria Eduarda da Rocha Mattia	Integral
22	Maria Valentina Justen Vieira	Integral
23	Miguel Martins Fraga	Integral
24	Nicolas Pauli Figueiredo	Integral

25	Otto Zanella	Vespertino
26	Pedro Antônio da Fonseca	Matutino
27	Pedro Canofer da Silva	Matutino
28	Rafaella Schell Vasques	Vespertino
29	Ricardo dos Santos Melo	Integral
30	Sophia Martins Veroneze	Vespertino
31	Theodora dos Santos Zandarim	Integral

Grupo GIV A

Nº	ALUNOS	PERIODO
01	Amanda Fernandes da Silva	INTEGRAL
02	Ana Clara Rodrigues Passo	MATUTINO
03	Annie Rosa Franz	VESPERTINO
04	Brayan Kauã Muller dos Santos	INTEGRAL
05	Bruno Henrique Busch	INTEGRAL
06	Caio Miguel de Oliveira da Silva	INTEGRAL
07	Cássio Matoso da Silva	INTEGRAL
08	Davi de Souza Schmitz	INTEGRAL
09	Davi Gabriel Kull da Silva	VESPERTINO
10	Emilly Noemi Tomaz de Moura	INTEGRAL
11	Enzo Gabriel Pitz	MATUTINO
12	Gabriel Bernardo de Sousa Hames	INTEGRAL
13	Gustavo Henrique Kaufmann	MATUTINO
14	João Lucas Oliveira Alflen	MATUTINO
15	Juan Rafael Santos de Matos	VESPERTINO
16	Kesiah Lucrécio Jutel Pereira	INTEGRAL
17	Larisse Lorenson Saraiva	VESPERTINO
18	Laura Cristina de Goes	INTEGRAL
19	Leticia Alves Nunes	INTEGRAL
20	Maria Clara Amorim de Oliveira	MATUTINO
21	Maria Clara Araujo Santos	INTEGRAL
22	Maria Luiza de Souza Texeira	INTEGRAL
23	Maria Vitória Silva Pessôa	MATUTINO
24	Marina Cabral dos Santos	INTEGRAL
25	Mathias Martins Cambraia	MATUTINO
26	Micael Soares da Rosa	INTEGRAL
27	Sophia de Souza Rodrigues	INTEGRAL
28	Thaylor Cruz Gouterres	VESPERTINO
29	Vinícius de Melo	INTEGRAL
30	Yuri Wanderert Amaral	INTEGRAL

Grupo GIV B

Nº	ALUNO	PERIODO
01	Cleiton Gabriel de Souza dos Reis	Vespertino
02	Danielly Goedert Farias	Integral
03	Emanuelly Maria Gonzaga	Vespertino
04	Enzo Cardone Ernest	Integral
05	Enzo Gabriel da Silva	Integral
06	Ezequiel Rosa Bento	Matutino

07	Igor da Cunha Rodrigues	Integral
08	Isabelle dos Santos Koester	Integral
09	Kévin Renan de Moura Matias	Integral
10	Larissa de Oliveira Freiburger	Integral
11	Leandro Filippus	Integral
12	Leticia Martins Lisboa	Integral
13	Lorenzo Vitorio Pereira	Matutino
14	Lucas Lima	Integral
15	Luiz Ricardo Gomes Nazário	Integral
16	Maria Eduarda Momm Siqueira	Integral
17	Maria Luiza Zimmer Cardoso	Matutino
18	Marina Melo Christino	Matutino
19	Maryana da Silva	Integral
20	Matheus de Lima França	Integral
21	Miguel Luiz de Souza	Vespertino
22	Pedro Yan dos Santos	Vespertino
23	Theo Koester Beppler	Vespertino
24	Vitor Manoel da Fonseca	Vespertino
25	Willyan Roberto de Oliveira	Integral

Grupo GV A

Nº	ALUNO	PERIODO
01	Alyce Amaral Nobre	Matutino
02	Arthur de Souza	Integral
03	Arthur Silveira Varela Linhares	Integral
04	Bernardo Bignótti da Gama	Integral
05	Ezequiel da Silva Vanelli	Integral
06	Gabrielly Arent Lira	Integral
07	Gabrielly Piccinin Urbano	Matutino
08	Isabella Presoto Fernandes	Integral
09	Isabelly Victória Müller dos Santos	Integral
10	Izabela Leal da Cunha	Integral
11	Joana Flores de Souza	Matutino
12	João Luiz Pereira Rosa	Vespertino
13	João Vicente Souza Bez	Vespertino
14	João Vitor Fernandes Queiroz	Integral
15	John Albino	Vespertino
16	Kauã Vieira Bunn	Integral
17	Leandro Henrique da Silva	Integral
18	Letícia Marcelino Vilvert	Integral
19	Maria Eduarda de Oliveira Pereira	Integral
20	Maria Eduarda Freiburger	Integral
21	Miguel Hoffmann Antunes	Matutino
22	Miguel Martins Muller	Matutino
23	Nicolas Prates Farinelli Lins	Integral
24	Pietra Helena Sipriano Schuster	Integral
25	Pietro de Souza Duarte	Integral
26	Rhayanne Crystinna de Moraes Guimarães	Integral

27	Saphira Hellen da Silva	Integral
28	Théo da Silva Junckes	Vespertino
29	Vitor da Rocha dos Santos	Vespertino
30	Yasmim Shneider Barth	Integral

Grupo GV B

Nº	ALUNO	PERIODO
1	Agatha Larissa de Souza	Vespertino
2	Anna Beatriz Lohn	Vespertino
3	Brenda Bauer Jacinto	Vespertino
4	Davi da Silva Mendes	Integral
5	Davi Medeiros da Silveira	Matutino
6	Emilly Procopio	Matutino
7	Emilly Zimmermann Morche	Integral
8	Ester Oliveira dos Santos Costa	Matutino
9	Giovanna Muller dos Santos	Integral
10	Guilherme dos Santos Lopes Cereghin	Matutino
11	Gustavo Knaul Ducles	Integral
12	Heloiza Aparecida Dutra	Vespertino
13	Hudson Fernandes Lima	Integral
14	João Rafael Dalsolio Rocha	Integral
15	Júlia Nascimento Nazario	Integral
16	Karolyne Natalia Martins Reis	Matutino
17	Leonor Valentina de Oliveira	Integral
18	Luan Victor Kielbauskas Barros	Vespertino
19	Lucas Juan de Oliveira Machuca	Integral
20	Lucas Signor de Oliveira	Integral
21	Lucas Varela Pickler	Integral
22	Luis Antônio Ledaux Tomé	Integral
23	Maria Carolina Matos da Costa	Vespertino
24	Melissa Roberta Nobre	Vespertino
25	Miguel Molinari dos Santos	Integral
26	Milena Guilhermina Sotil Topolski	Integral
27	Ryan Bernardo Silva Maucuello	Integral
28	Rychard Pinheiro Valtrin	Vespertino
29	Sophia Yasmim da Silva	Vespertino
30	Théo Vieira de Sousa	Matutino
31	Valentina Porto Sché	Matutino
32	Yasmin dos Santos Pinheiro	Integral

Grupo GVI MATUTINO

Nº	ALUNO	PERIODO
1	Aghata Sofia Alves Almeida	Matutino
2	Alecsandro Luis Rodrigues Freitas	Matutino
3	Alessandro Rosa Correa	Matutino
4	Alice Jacintho Rosalin	Matutino
5	Arthur Norberto de Souza	Matutino
6	Bruno Antunes de Almeida	Matutino
7	Davi Cardone Ernest	Matutino

8	Eduardo Antunes de Almeida	Matutino
9	Emanuelly Lopes da Silva	Matutino
10	Emanuelly Custódio Agostinho	Matutino
11	Emily Cristine Jezuir Gonçalves	Matutino
12	Guilherme de Oliveira de Souza Soares	Matutino
13	Isabella Barth Tancini	Matutino
14	João Victor de Oliveira Passos	Matutino
15	Juan Pablo Ribeiro	Matutino
16	Lucas de Matos	Matutino
17	Maria Julia Kuhn	Matutino
18	Maria Valentina de Oliveira	Matutino
19	Mayana Schell da Silva	Matutino
20	Nicolas Gabriel Ferreira Silva	Matutino
21	Rayan Silvio Dutra	Matutino
22	Samuel Coelho	Matutino
23	Sofia Fagundes Redmann	Matutino
24	Victor de Melo	Matutino
25	Yasmin Rodrigues Lima	Matutino

Grupo GVI VESPERTINO

Nº	ALUNO	PERIODO	
01	Ângela Vitória de Souza	Vespertino	
02	Cayke Camargo Carneiro	Vespertino	
03	Davi Lucca Cardoso Menezes	Vespertino	
04	Davi Schmitt da Silva	Vespertino	
05	Diego Gabriel Martins dos Santos	Vespertino	
06	Emanuel da Silva Andrade Buy	Vespertino	
07	Evillyn Branco de Matos	Vespertino	
08	Gabriel Ventura Miranda	Vespertino	
09	Geovanna Aparecida Ventura	Vespertino	
10	Hemilly Aparecida Taborda	Vespertino	
11	Iara Inês de Jesus Breier	Vespertino	
12	Isabelli Oliveira Machado	Vespertino	
13	Joabe de Jesus Santos	Vespertino	
14	João Vicente da Cunha	Vespertino	
15	Julia Isabelly Ostroski da Silva	Vespertino	
16	Kayque Sotil	Vespertino	
17	Luiz Gustavo Coelho Cândido	Vespertino	
18	Manoela Hoffmann Koester	Vespertino	
19	Maria Alice Andrion Machado	Vespertino	
20	Pedro Henrique Bernardes de Toledo	Vespertino	
21	Rafael Araujo de Barros Silva	Vespertino	
22	Victoria Dutra Sarmento	Vespertino	
23	Vinicius de Abreu Martins Ribas	Vespertino	
24	Vinícius Rosa Bento	Vespertino	
25	Yuri Gabriel Lopes Gouterres	Vespertino	

LISTA DE ESPERA

Turma GIII A

Nº	CRIANÇA	PERÍODO
01	Rayane Gonçalves de Souza do Prado	Aguardando vaga
02	Bernardo Gonçalves Vieira	Aguardando vaga
03	Laura Assis Borba	Matriculada
04	Enzo Aryel Letes dos Santos	Aguardando vaga
05	José Joaquim de Jesus Feitosa	Aguardando vaga
06	Kauan Nunes Ventura	Aguardando vaga Vespertino
07	Murilo Souza Silva	Aguardando vaga
08	João Rodrigo dos Santos	Aguardando vaga
09	Monique da Silva de Lima	Aguardando vaga Integral
10	Valentina Ribeiro Cardoso	Aguardando vaga Integral
11	Kaique de Bairros	Aguardando vaga Integral

Turma GIII B

Nº	CRIANÇA	PERÍODO
01	Alice Dias Terroso	Matriculada
02	Isadora Sotil de Assis	Matriculada
03	Ana Clara Rodrigues Passos	Matriculada
04	Gustavo Henrique Kaufmann	Matriculado
05	Lucas Davi Martins da Silva Rocha	Matriculado
06	Leandro Murilo Costa dos Santos	Aguardando Vaga
07	Maria Maria	Aguardando vaga

Turma GIV

Nº	CRIANÇA	PERÍODO/ SITUAÇÃO
01	Mathias Martins Cambraia	Matriculado
02	Jhenifer Carvalho dos Santos	Aguardando Vaga Integral – Não conseguimos contato com a família
03	João Pedro Martins	Desistiu da vaga – Aguardado vaga próxima a residência.
04	Larissa Lorenson Saraiva	Matriculada em outra Instituição
05	Daiane Caroline Dias	Aguardando vaga
06	Maria Vitoria Cezar Martins Gonçalves	Aguardando vaga Integral

Turma GV

Nº	CRIANÇA	PERÍODO
01	Maria Vitoria de Souza	Aguardando vaga Integral
02	Julia Ribeiro Elias	Aguardando vaga Vespertino
03	Leonardo Pitz Alves	Aguardando vaga Vespertino
04	Wesley Borges de Macedo	Aguardando vaga Integral
05	Sheron V. Ferreira Pereira	Aguardando vaga
06	Adryan Francisco de Jesus da Conceição	Aguardando vaga Vespertino
07	Jhonny de Oliveira	Aguardando vaga

QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES PARCEIRAS TERMO DE COLABORAÇÃO 2018 (ATUALIZADO EM 30 / 05 / 2018) NOME DA INSTITUIÇÃO: CVM CRECHE E ORFANATO VINDE A MIM AS CRIANCINHAS

Publicação Nº 1657568

**QUADRO DE VAGAS DAS UNIDADES PARCEIRAS
TERMO DE COLABORAÇÃO 2018
(Atualizado em 30 / 05 / 2018)**

Nome da Instituição: CVM Creche e Orfanato Vinde a Mim as Criancinhas
Endereço: Rua Otto Júlio Malina, 1306 – Bairro Ipiranga – São José SC
Telefone: 48 3357-9400
Diretor: Artur Feijó Netto

CRIANÇAS MATRICULADAS

Grupo	Idade	Capacidade por sala	Vaga Integral	Vaga Matutino	Vaga Vespertino	Total
Maternal A	02 Anos	22	22			

Maternal B	02 Anos	21	21			
Maternal C	02 Anos	22	23			
Maternal D	02 Anos	22	23			
I Período A	03 Anos	27	29			
I Período B	03 Anos	26	27			
I Período C	03 Anos	26	28			
I Período D	03 Anos	26	28			
II Período A	03 Anos	26	26			
II Período B	04 Anos	25	25			
II Período C	04 Anos	25	25			
II Período D	04 Anos	25	25			
II Período E	04 Anos	25	25			
III Período A	05 Anos	26	26			
III Período B	05 Anos	26	26			
III Período C	05 Anos	26	27			
III Período D	05 Anos	26	26			
III Período E	05 Anos	26	26			
TOTAL		448	458			

QUADRO DE VAGAS

Grupo	Vagas/Período
Maternal A	0
Maternal B	0
Maternal C	0
Maternal D	0
I Período A	0
I Período B	0
I Período C	0
I Período D	0
II Período A	0
II Período B	0
II Período C	0
II Período D	0
II Período E	0
III Período A	0
III Período B	0
III Período C	0
III Período D	0
III Período E	0
TOTAL	0

ATENDIMENTO ATUAL

MATERNAL A

Nº	Criança	Período
01	ALESSANDRO DE SOUZA VIEIRA JÚNIOR	Integral
02	ALICE SOFIA STEIN	Integral
03	ARTHUR FELIPP FERREIRA	Integral
04	ETHAN DUARTE DUTRA	Integral
05	FELIPE SCHMENGLER CAMARGO	Integral
06	GABRIELY TOMAZETTO	Integral
07	ISABELLY VITÓRIA SAMPAIO DE MELO	Integral
08	JADY SILVESTRE ROMERO GOMES	Integral
09	JOÃO VITOR FERREIRA MANGONI	Integral
10	KAAN DE SOUZA BONFIM	Integral

11	KAMILLI GEOVANA BORGES PAMPLONA	Integral
12	LARA RODRIGUES BONIFÁCIO	Integral
13	LAVINIA SANTANA PEIXOTO COSTA	Integral
14	LETÍCIA VIEIRA DE FARIAS	Integral
15	LUIZ FERNANDO DA SILVA FARIAS	Integral
16	MANUELLA BEATRIZ CUNHA GARCIA	Integral
17	MIGUEL AGUIAR FERREIRA	Integral
18	PIETRA VALENTINA DUARTE DE ABREU	Integral
19	PIETRO VAGUETTE BAPTISTA	Integral
20	RAFAEL VICTOR MELO MATOS	Integral
21	VINÍCIUS DE AVILA INÁCIO	Integral
22	YASMIN SILVEIRA CANDIDO	Integral

MATERNAL B

Nº	Criança	Período
01	ALICE DESTRI COELHO	Integral
02	ARTHUR ALVES DE ALMEIDA	Integral
03	DAVI DA LUZ DE CHAVES PEREIRA	Integral
04	EDUARDA TRICIANY DAVEZAC	Integral
05	EMMANUELA JORDÃO ZIDOR	Integral
06	GABRIEL SILVEIRA DE SOUZA	Integral
07	GABRIELA EUSTACHE	Integral
08	JADSON DIAS	Integral
09	JOÃO PEDRO PEREIRA	Integral
10	JONATHAN MORAIS DOS SANTOS	Integral
11	LAURA ALEXYA DOS SANTOS	Integral
12	LORENZO NASCIMENTO SANTANA PINTO	Integral
13	LUCAS MANUEL SANTOS CRUZ	Integral
14	MIGUEL PÉRES WERLANG	Integral
15	NICOLAS PINTO ZENA	Integral
16	PEDRO HENRIQUE DE AQUINO ZUCCO	Integral
17	PIETRA DOS SANTOS COSTA	Integral
18	RAPHAELA OLIVIERI BERTOLINI	Integral
19	SOPHIA SENS	Integral
20	VALENTINA DIAS SCHLEMPER	Integral
21	WISBELLY WILLEMANN ALCIN	Integral

MATERNAL C

Nº	Criança	Período
----	---------	---------

01	ALICE MARQUES OLIVEIRA	Integral
02	BERNARDO LUCINDA DA SILVA	Integral
03	BRAYAN MARTINS ALVES	Integral
04	DAVI NEVES DA SILVA	Integral
05	FERNANDO SEREGATI MIRANDA JÚNIOR	Integral
06	GABRIEL GRAH DE MATTOS	Integral
07	IGOR BATILIERI GAMBAROTTO	Integral
08	ISABELLE JESUS DA CONCEIÇÃO	Integral
09	ISADORA SILVA CAMARGO DOS SANTOS BARBOSA	Integral
10	JÚLIA SOUZA DE OLIVEIRA	Integral
11	KEZIA OLIVEIRA SANTIAGO	Integral
12	LÍVIA OLIVEIRA DA SILVA	Integral
13	LUIZA LUZ	Integral
14	MANUELA PINTO ZENA	Integral
15	MARIA FERNANDA DA SILVA LOPES	Integral
16	MATHEUS TELES DE OLIVEIRA MANOEL	Integral
17	NICOLAS YURI CHAGAS CARVALHO	Integral
18	PIETRA TONDELLO DALL OGLIO	Integral
19	RAFAEL MATIOLA KLINGELFUS	Integral
20	RYAN DA SILVA COSTA	Integral
21	SOPHIA VIESE AMARAL	Integral
22	VALENTINA PAULA AMARANTE	Integral
23	YURI DE ALCÂNTARA BARBOSA	Integral

MATERNAL D

Nº	Criança	Período
01	ANDRIELLY LIMA DA SILVA	Integral
02	BERNARDO DO NASCIMENTO	Integral
03	DAVI LUCAS FRAGOSO NUNES	Integral
04	DAVI URIEL D'AVILA MONTE	Integral
05	ELOÍSA CARVALHO PADRE	Integral
06	GABRIEL CORRÊA CASCAES	Integral
07	HELENA DE MORAES REQUES	Integral
08	HENRIQUE DE JESUS	Integral
09	ISABEL CRISTINA DA SILVA SOARES	Integral
10	ISABELLY GONÇALVES DA ROSA	Integral
11	ÍISIS LOPES DE SOUZA	Integral
12	JÚLIA GONÇALVES RODRIGUES	Integral

13	LARISSA MANUELLA DE SOUZA FERREIRA	Integral
14	LUCAS AUGUSTO DA SILVA PORTO	Integral
15	MARIA ALICE PINSEGUE CIMIANO	Integral
16	MARIA EDUARDA DE AGUIAR	Integral
17	MIGUEL ROSALES COSTA	Integral
18	MONIQUE DE ALMEIDA BATISTA	Integral
19	NICOLAS VIANA MOURÃO	Integral
20	PEDRO MANOEL BELEM DE CASTRO	Integral
21	PIETRA MOTA OLM	Integral
22	STEPHANY CARDOSO DE SOUZA LUIZ	Integral
23	YASMIN MEDEIROS DA ROSA	Integral

I PERÍODO A

Nº	Criança	Período
01	ALICE DE SOUZA DA SILVA	Integral
02	ANA CECILIA OLIVEIRA STOCKER BORK	Integral
03	ANA CLARA LEMES CARDOSO	Integral
04	ARTHUR ALEXANDRE AVILA	Integral
05	BERNARDO PEREIRA JOSÉ	Integral
06	CARLOS EDUARDO LEAL PEREIRA	Integral
07	DAVI LUCCA RODRIGUES CANABARRO	Integral
08	DAVID WILLIAM OLIVEIRA DA SILVA	Integral
09	GABRIEL DE SOUZA ROSA	Integral
10	GABRIEL TELMO SILVA FERES	Integral
11	GABRIELA HERDT WIEMES	Integral
12	ISABELA RITTER REIS	Integral
13	ISADORA RODRIGUES FERREIRA	Integral
14	JOÃO ANTÔNIO DA LUZ	Integral
15	JOSÉ HENRIQUE MACHADO SCHUTZ	Integral
16	KAUÊ ANDRÉ VIEIRA MAYA DA LUZ	Integral
17	LARA JÚLIA CORREIA ALVES	Integral
18	LAVINIA PINHEIRO FLORES	Integral
19	LORRANY DIAS DE SOUZA	Integral
20	NYCOLAS RAFAEL JUSTIMIANO SARMENTO	Integral
21	PALOMA RODRIGUES DA ROSA	Integral
22	PIETRO OLIVEIRA DE AMORIM	Integral
23	RAFAEL DIAS ESPINDOLA	Integral
24	RAFAELLA LIMA DOS SANTOS	Integral

25	SAMUEL DOS SANTOS	Integral
26	SOPHIA LAIZ BRUDER PIRES DE LIMA	Integral
27	VALENTINA CASSEMIRO RACHADEL	Integral
28	VÍTOR EDUARDO DE MATTOS VIEIRA	Integral
29	YASMIN DA SILVA CUNHA	Integral

I PERÍODO B

Nº	Criança	Período
01	ALICE DA MOTA GABRIEL	Integral
02	ANA JULIA RAMOS DO AMARAL	Integral
03	ARTHUR BATISTA DOS SANTOS	Integral
04	BERNARDO RIBEIRO DA SILVA	Integral
05	BRYAN MOREIRA	Integral
06	DANIELLY CERQUEIRA OLIVEIRA DOS SANTOS	Integral
07	DAVI GABRIEL MACHADO	Integral
08	ERICK FORTKAMP DUTRA MARTINS	Integral
09	ESTHEFFANY BORBA DA SILVA	Integral
10	ESTHER PAGNO	Integral
11	ETHAN FRAZÃO PRAZERES	Integral
12	GABRIELLI IRIA LORETO DA SILVA	Integral
13	HELOÍSA MARTINS ANDRADE	Integral
14	HENRY CALEBI DOS SANTOS SOUZA	Integral
15	ISAAC ALEXANDRE DAS VIRGENS MARTINS	Integral
16	ISABELLA DE OLIVEIRA KADES	Integral
17	JÚLIA BORGES ESPINDOLA	Integral
18	LAURA CRISPIM KEMPNER	Integral
19	LUCAS GABRIEL LIBORIO FRANCISCO	Integral
20	LUCAS MORALES CUNHA DE JESUS	Integral
21	MAILLY ANTONYELLI WILWERT BOLL	Integral
22	MARIAH WESSLER DA SILVA	Integral
23	MIGUEL DOS SANTOS DE OLIVEIRA	Integral
24	MIRELLA ALVES DE SOUZA	Integral
25	OTÁVIO BAIARD CERQUEIRA	Integral
26	OTAVIO TRINDADE BOING SARDA	Integral
27	VALENTINA APARECIDA CASTILHO	Integral

I PERÍODO C

Nº	Criança	Período
----	---------	---------

01	ÁGATA DA CRUZ LAUXEN	Integral
02	ANNA BEATRIZ DE SOUZA DA CRUZ	Integral
03	BERNARDO CARLOS ESMACHADO	Integral
04	CARLOS EDUARDO LEAL PEREIRA	Integral
05	DAVI BLANK FERREIRA	Integral
06	ENZO PERES LARA DIAS	Integral
07	ESTHER BORBA DA SILVA	Integral
08	GABRIEL APARECIDO KAMMER	Integral
09	GABRIELLY TORQUATO GRAMS	Integral
10	HELENNAS VASCONCELLOS BELO	Integral
11	ISABELLY JASMIN MARQUES DA SILVA	Integral
12	JOÃO GABRIEL SANTOS DE OLIVEIRA	Integral
13	LARISSA FERREIRA MICHELS PRIMAZ	Integral
14	LAYANA DA ROSA ALEXANDRE	Integral
15	LUIS FELIPE ASSAD SCANDURA	Integral
16	MANUELA PORTELLA CRISTOVÃO	Integral
17	MARIA CLARA MATIAS ROCH	Integral
18	MARINA RODRIGUES DE JESUS	Integral
19	MAURYNE SILVA DO CARMO	Integral
20	OLIVIA ROSA AMARO PENEDO	Integral
21	PEDRO HENRIQUE DE LIMA RODRIGUES	Integral
22	RAEL MATHIAS FROZZA DA SILVA	Integral
23	RAFAELLY MAGDIEL DA SILVA	Integral
24	RAPHAEL VIEIRA MARCHETTI DIAS	Integral
25	ROBSON JOSÉ BORGES DE LIMA	Integral
26	SOPHIA LAGUNA PEREIRA	Integral
27	VALENTINA RAMOS DA ROSA	Integral
28	YAGO STEIN	Integral

I PERÍODO D

Nº	Criança	Período
01	ALICE MARIA DA COSTA VIEIRA	Integral
02	ANALU ARCENIO LAURENTINO	Integral
03	ANTHONY STEVE FERREIRA DE SOUZA	Integral
04	ARTHUR DE OLIVEIRA LIMA	Integral
05	BRUNO GONZAGA MARQUES	Integral
06	BRYAN DA SILVA SCARIOT	Integral
07	DAFNY EMANUELLE ROSA DE SOUSA	Integral

08	GABRIEL ROCHA IVO	Integral
09	GABRIELLY NUNES DA SILVA	Integral
10	GEOVANE GABRIEL MARTINS TEODOSIO	Integral
11	ISABELLE OLIVEIRA DA SILVA	Integral
12	ISABELLY SANTOS DO ROSÁRIO	Integral
13	ISADORA FOLSTER DE CAMPOS	Integral
14	JOÃO VÍTOR MATIAS ROCH	Integral
15	JULIA MALICHESKI DE SOUSA	Integral
16	LUIZ FELIPPE DE SOUSA	Integral
17	LUIZ OTÁVIO ROSA DE OLIVEIRA	Integral
18	MARIA ALICE MEDEIROS ALBANO	Integral
19	MARIA ELOISA DAS GRAÇAS DA SILVA	Integral
20	MARIA LUÍSA PEREIRA	Integral
21	MARLON ANDRADE VIEIRA PINTO	Integral
22	PEDRO BRUNO SILVEIRA CANDIDO	Integral
23	RAFAELA LEDUR KERN SLENGMANN	Integral
24	RAYSSA DALBERTO	Integral
25	SARA FARIAS	Integral
26	SOPHIE DE SOUZA RODRIGUES	Integral
27	VITÓRIA FIDÊNCIO SAMPAIO	Integral
28	WALLACE CRISTIAN GONÇALVES BORGES DIAS	Integral

II PERÍODO A

Nº	Criança	Período
01	ÁGATHA ROGOFSKI	Integral
02	ALICIA DE OLIVEIRA ANDRADE	Integral
03	ARTHUR MARTINS DA SILVA	Integral
04	CATARINA FERRETTI SAVI	Integral
05	DIOGO VIEIRA DA CRUZ	Integral
06	EDUARDO MARTINS	Integral
07	GUILHERME OLIVEIRA RAQUEL	Integral
08	HEMANUELLY VERÍSSIMO SOMBRA	Integral
09	HENRIQUE CARDOSO KAGENSKI	Integral
10	IANE VILLA RODRIGUES	Integral
11	ISABELLA SAMPAIO RIBEIRO	Integral
12	ISABELY CORRÊA FORTUNATO	Integral
13	KAYKY WESLEY PEREIRA DE JESUS	Integral
14	LEONARDO HENRIQUE DE QUEIROS BARBOSA	Integral

15	LUCAS LEONARDO PEIXOTO DA SILVA	Integral
16	LUÍS FERNANDO DE OLIVEIRA	Integral
17	MARCELLY DE SOUZA	Integral
18	MARIA ANTONIELLY DE PAULA ALVES	Integral
19	MARIANE VIANA MOURÃO	Integral
20	NATHALIA LUISA DA SILVA	Integral
21	PEDRO HENRIQUE GARCIA STRUNCK	Integral
22	RAFAEL FERNANDO RODRIGUES DE SOUZA	Integral
23	REBECA VALÉRIO RAMOS	Integral
24	SAMUEL HENRIQUE DE MATOS KONS	Integral
25	WILLYAN JOSE FURTKIM NASCIMENTO	Integral
26	YURI MARTINS	Integral

II PERÍODO B

Nº	Criança	Período
01	ALICE DA ROSA MORAES	Integral
02	ARTHUR DE SOUZA DA SILVA	Integral
03	ARTHUR JOSÉ DE AQUINO	Integral
04	CHRISTOFER EDUARDO DA SILVA	Integral
05	DAVI BARBOSA LIBÓRIO BRITO	Integral
06	EMANUELLY VITÓRIA JOSÉ FERREIRA	Integral
07	GABRIEL DE OLIVEIRA	Integral
08	IARA ALEXANDRE STEIN	Integral
09	ISAQUE DE OLIVEIRA FELICIANO	Integral
10	IVAN RAFAEL CIMIANO MELO	Integral
11	KAÍKE DE ANDRADE DOS SANTOS	Integral
12	KALITUANY GABRIELI BORGES PAMPLONA	Integral
13	KAROLINY SOUZA VASCO	Integral
14	LARA JÚLIA TORRES SANTOS	Integral
15	LAUANY FERNANDA LINHARES DA SILVA	Integral
16	LUCAS PRESTES	Integral
17	LUIZ ARTHUR PEIXOTO CERQUEIRA	Integral
18	MIGUEL DE BASTOS ESPELOCIN	Integral
19	MILENA FRAGOSO NUNES	Integral
20	PAULA CRISTINA PINHEIRO TOMAZ	Integral
21	PYETRO HENRIQUE SILVA DE OLIVIERA	Integral
22	VALENTINA MARIANO CIDRÃO	Integral
23	VITÓRIA MARIA TEIXEIRA DE SOUZA	Integral

24	YAN GOULART AMARAL	Integral
25	YASMIN DIAS DA SILVA	Integral

II PERÍODO C

Nº	Criança	Período
01	CARLOS HENRIQUE DA SILVA	Integral
02	CARLOS EDUARDO MACHADO DELFINO	Integral
03	DAVI LUCCA MARTINS	Integral
04	DÉBORA INÁCIO FELISBERTO	Integral
05	EMILLY CAROLINA FERREIRA RIBEIRO	Integral
06	GABRIEL DA SILVA DUARTE	Integral
07	GABRIELLY HABYEUTTER DE MELO	Integral
08	GIOVANNA FERRETTI SAVI	Integral
09	HELOÍSA FERREIRA COELHO	Integral
10	ISABELA DE ARAUJO SOUZA ALMEIDA	Integral
11	ISADORA REIS KOESTER	Integral
12	KAMILLY VITÓRIA VITORINO DE SOUZA	Integral
13	LARA FERREIRA SOUZA	Integral
14	LUIZ MIGUEL LIMA MOTA	Integral
15	MALU FRANCO DOS SANTOS	Integral
16	MARIA LUYZA ROEDEL SOARES	Integral
17	MELISSA DE SOUZA MATOS	Integral
18	MIGUEL COSTA SOARES	Integral
19	PEDRO DE SOUZA DE CASTRO	Integral
20	PEDRO HENRIQUE DE AQUINO	Integral
21	TALITA FERREIRA MARIANO	Integral
22	THIAGO DE ANDRADE	Integral
23	VINICIUS LIMA LINS	Integral
24	YASMIN TORRES MARTINS	Integral
25	YURI DE FREITAS	Integral

II PERÍODO D

Nº	Criança	Período
01	ALICE GONÇALVES PEREIRA	Integral
02	ANA LAURA FARIAS	Integral
03	ANNA JÚLIA JACQUES DE FREITAS	Integral
04	ARTHUR GABRIEL BITTENCOURT	Integral
05	CIBELE VITÓRIA CEZÁRIO DIAS	Integral
06	DAVI LUCAS SCHIMIDT DE OLIVEIRA	Integral

07	ENZO DOS SANTOS PEDROSO	Integral
08	GUSTAVO CRISTOVÃO DE MELO	Integral
09	INDYANARA GOMES DA SILVA	Integral
10	ISABELLY TIMÓTEO RIBEIRO	Integral
11	JENYFFER ISABELLY MACHADO BRANCO	Integral
12	JOÃO GABRIEL DE AQUINO	Integral
13	JONAS ARCÊNIO DE CAMPOS	Integral
14	LAÉRCYO HEMAM DE BONA	Integral
15	LAURA VIEIRA MACHADO	Integral
16	LÍVIA JOSÉ LONGEN	Integral
17	MAITÊ TOMAS VIEIRA	Integral
18	MARIA ELOISA DA SILVA	Integral
19	MARIANA ALVES DE MELO SILVA	Integral
20	MAYKON ÉBANO DA SILVA JÚNIOR	Integral
21	NATHÁLIA VITÓRIA BORGES	Integral
22	PYETRO FONSECA DE LIMA	Integral
23	SABRINA PINHO LOPES	Integral
24	SOPHIA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	Integral
25	VINICIUS COSTA	Integral

II PERÍODO E

Nº	Criança	Período
01	ÁGATHA VITÓRIA DE CERQUEIRA	Integral
02	ANA BEATRIS SILVA PIMENTA	Integral
03	ARTHUR HENRIQUE LIMA DE SOUZA	Integral
04	CYANDRA DE OLIVEIRA MORAES	Integral
05	ENDYO VITÓRIA RIBOLI DA SILVA	Integral
06	ENZO LENZ	Integral
07	FRANCISCO SOUZA FUERBACK	Integral
08	GEOVANNA SILVA DOS SANTOS	Integral
09	GUILHERME DE SOUZA RODRIGUES	Integral
10	GUSTAVO LIMA DE SOUZA	Integral
11	ISABELA MORAIS DOS SANTOS	Integral
12	ISACK VALLENTYN GUESSER ANDRADE	Integral
13	KAUÃ ANTONIO DOS SANTOS CASASOLA	Integral
14	LAURA DA SILVA FONSECA	Integral
15	LAURA JOSÉ LONGEN	Integral
16	LAYLA LUIZA DUARTE	Integral
17	LUCAS STEINER FERNANDES	Integral

18	MANUELA GREGÓRIO DUTRA	Integral
19	MARIA CLARA RAMOS DA SILVA	Integral
20	MARIA JULLYA SANTOS DE SOUSA	Integral
21	PABLO VASSEUR BELSARENA	Integral
22	PEDRO PINHEIRO MACHADO	Integral
23	SOPHIA OLIVEIRA DA SILVA	Integral
24	YASMIN GABRIELLY DOS REIS RAUDZIUS	Integral
25	YUMI ROCHA DA RESSURREIÇÃO	Integral

III PERÍODO A

Nº	Criança	Período
01	ANA BEATRIZ PEREIRA DA SILVA	Integral
02	ASAFE GABRIEL GOMES	Integral COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA
03	BEATRIZ MARTINS DOS SANTOS	Integral
04	BERNARDO VIANA FLÔRES	Integral
05	DAVI LUKA BRUDER PIRES DE LIMA	Integral
06	DAVID LOPES DE SOUZA	Integral
07	DJONATHAN KAGENSKI SANTANA	Integral
08	DJULIA DUARTE PEIXOTO MACHADO	Integral
09	EZEQUIEL SOTÉRO GUIMARÃES FILHO	Integral
10	GABRIEL ANDRADE GRANGEIA DA SILVA	Integral
11	GABRIEL HENRIQUE LIMA DOS SANTOS	Integral
12	GUILHERME MUNIZ TRINDADE	Integral
13	HELENA CASTILHO REIS	Integral
14	JOAQUIM GABRIEL DE SOUZA VENTURA	Integral
15	KAUÃ DOS SANTOS SOUZA COIMBRA	Integral
16	LORENZO DA CRUZ CUNHA	Integral
17	MAIK DA SILVA CUNHA	Integral COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA
18	MARCELO LUCAS DA SILVA VELOSO	Integral
19	MARIA GABRIELA DOS SANTOS PONTES	Integral
20	NATHALIA DOS SANTOS DA SILVA	Integral
21	NAYARA DE OLIVEIRA	Integral
22	RAFAEL BRAZ COSTA	Integral
23	SOFIA DE OLIVEIRA MANNES	Integral
24	SUELEN SOARES DA SILVEIRA	Integral
25	VICTOR EDUARDO SANTOS DE BRITO	Integral
26	YASMIN MACEDO GUIMARÃES XAVIER	Integral

III PERÍODO B

Nº	Criança	Período
01	AMÁBILLY MARTINS DA SILVA	Integral
02	ALÍCIA OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO	Integral
03	ANA LUIZA DA SILVA	Integral
04	CLARA MARQUES	Integral
05	DAVI DE OLIVEIRA LIMA	Integral
06	GABRIEL LUCAS DAMÁSIO	Integral
07	GUSTAVO MARINHO	Integral
08	HUDSON CARLOS DA SILVA JÚNIOR	Integral
09	ISABELLI FORTUNATO DOS SANTOS	Integral
10	JÚLIA MARQUES VERISSIMO	Integral
11	KAUAN CARLOS DA MOTA	Integral
12	LAURA CASTILHO REIS	Integral
13	LAVÍNIA FERNANDES MARIANO	Integral
14	LEONARDO COSTA ARAÚJO DA SILVA	Integral
15	LÍVIA FRAGA ALEXANDRE	Integral
16	MARIA JULYA DE SOUZA	Integral
17	MATHEUS EDSON PAIM DE OLIVEIRA	Integral
18	MONIKE NATALIA CORREA DA SILVA	Integral
19	RAYNNA JULIA MATANA DE OLIVEIRA	Integral
20	REINALDO DA COSTA SABINO	Integral
21	RIHANNA VITÓRIA DA SILVA RIBEIRO	Integral
22	RODRIGO REIS	Integral
23	SAMUEL VIEIRA TORQUATO	Integral
24	SARA HADASSA SANTOS DE OLIVEIRA	Integral
25	VINICIUS GABRIEL DA SILVA	Integral
26	VITOR BEITEL RAMOS	Integral

III PERÍODO C

Nº	Criança	Período
01	ANA BEATRIZ FOGUESATTO	Integral
02	ANA BEATRIZ GONÇALVES	Integral
03	ARTHUR DE CERQUEIRA	Integral
04	CAROLINE DO ROSARIO VIEIRA	Integral
05	EMANUELLY ZIEGLER PINHEIRO	Integral
06	EMANUELY BUSSAQUERA GEBAUER	Integral
07	EMILLI ROCHA DOS SANTOS	Integral
08	ENDILY CRISTINI MACHADO DOS SANTOS	Integral COMPENSAÇÃO TRI-BUTARIA

09	ÉRIK LUAN SILVA MELO	Integral
10	GABRIEL MARQUES MENDES	Integral
11	JOÃO ARTHUR DE ARAUJO ALVARENGA	Integral
12	JOAO PEDRO REIS KOESTER	Integral
13	KAICK RICARDO SILVA COUTINHO	Integral
14	KAUAN MARQUES OLIVEIRA	Integral
15	LÍVIA DE ARAÚJO DOMINGOS	Integral
16	LOHANA GARCIA	Integral
17	LUCAS GABRIEL AMARAL REWAY	Integral
18	LUIZA CORRÊA CASCAES	Integral
19	MARIA ALICE DA SILVA RODRIGUES	Integral
20	MARJORY ANGELINA DE OLIVEIRA FERNANDES	Integral
21	MATHEUS DOMINGOS PEREIRA	Integral
22	NATHIELI SILVA DE MORAES	Integral
23	NICOLLY MATOS VAZ	Integral
24	PEDRO HENRIQUE FARIAS BORGES	Integral
25	RHAYANE MILKE ARCE	Integral
26	SOFYA BILK ANSELMO	Integral
27	VINÍCIUS DE ARAUJO FRANCISCO	Integral

III PERÍODO D

Nº	Criança	Período
01	ALEXANDRE BLASCOWSKI FERREIRA	Integral
02	ANNE ISABELLY SILVA LEITE	Integral
03	BARBARA JACINTO OURIQUES	Integral
04	BERNARDO GOMES CRISTOVÃO	Integral
05	CAIO ALEX FIDELES DA SILVA	Integral
06	DANIEL CERQUEIRA OLIVEIRA DOS SANTOS	Integral
07	EMANUEL FRANCISCO BEZERRA SANTOS	Integral
08	GABRIEL VIEIRA DAZIO	Integral
09	GABRIELA DE SOUZA MELO	Integral
10	HUDSON JOSÉ DOS SANTOS DA SILVA	Integral
11	ISABELLE AVI GALDINO	Integral
12	KAUÃ FÁBIO MACHADO	Integral
13	KAUÃ SENEM FONTOURA	Integral
14	MARCO ANTONIO GONÇALVES NETO	Integral
15	MARIA CLARA RABELO	Integral
16	MARIA EDUARDA DA SILVA	Integral

17	MATHEUS TORRES BORGES DA SILVA	Integral
18	MIGUEL PEREIRA	Integral
19	MIKAELLY SOARES DE OLIVEIRA	Integral
20	NATHALIA MATOS VAZ	Integral
21	NATHAN EDUARDO GONZALEZ OLIVEIRA	Integral
22	PAULO HENRIQUE DIEGUEZ CANABARRO	Integral
23	PEDRO HENRIQUE PRODIGIOS DA SILVA	Integral
24	RAFAELI VITÓRIA SANTOS DE SOUSA	Integral
25	RENAN DA SILVA DA SILVA	Integral
26	THAYNE CORRÊA MENDES	Integral

III PERÍODO E

Nº	Criança	Período
01	ALEKSANDER ROEDEL SOARES	Integral
02	ANA CLARA DE OLIVEIRA AMORIM	Integral
03	ANA JULIA PEREIRA DA SILVA	Integral
04	ARTHUR LIBORIO FRANCISCO	Integral
05	BERNARDO GONÇALVES LUZ	Integral
06	DAVI GATNER WOLLINGER	Integral
07	EMILY CRISTOVÃO DE MELO	Integral
08	GABRIEL FEIJÓ DA COSTA	Integral
09	GUILHERME MARINHO	Integral
10	GUILHERME ORTIZ KRETZER	Integral
11	GUSTAVO DE MATTOS	Integral
12	ISABELLY VITÓRIA DOS SANTOS	Integral
13	ISADORA PORTELLA ALVES	Integral
14	JOÃO PEDRO TEOFILO ALEIXO	Integral
15	JOÃO VICTOR VITORINO MATOS DOS SANTOS	Integral
16	JÚLIA SOUZA DA SILVA	Integral
17	LARISSA DE QUEIROZ MACHADO	Integral
18	MARIA EDUARDA ALVES BARBOSA	Integral
19	MARIA JÚLIA DA SILVA GOULART	Integral
20	MARIA SOPHIA DE OLIVEIRA	Integral
21	MARIHANY CUSTÓDIO DOS SANTOS	Integral
22	MATEUS PÉRES WERLANG	Integral
23	NICOLLY TEREZA DOS SANTOS CASASOLA	Integral
24	RAÍSSA DE SOUZA MACHADO	Integral
25	THALLES DESANTI PEREIRA	Integral

26	VINÍCIUS RODRIGUES HERMINIO	Integral
----	-----------------------------	----------

LISTA DE ESPERA
MATERNAL

	Criança	Nascimento	Situação
01	RAFAEL VICTOR MELO MATOS	03/03/16	MATRICULADO.
02	PEDRO HENRIQUE MARTINS	22/09/15	LIGADO NO DIA 13/03 AGENDADO PARA O DIA 16/03, MAS NÃO COMPARECEU, A MÃE LIGOU E AVISOU QUE NÃO QUER MAIS A VAGA.
03	LIVIA PEREIRA RAMLOW	01/02/15	MATRICULADA.
04	LIVIA STEFF RODRIGUES	22/01/16	LIGADO NO DIA 13/03 ÀS 16h48min, 16h53min PARA OS NUMEROS DEIXADOS, MAS NÃO RECEBE CHAMADA OU NÃO EXISTE.
05	PEDRO MANOEL B. CASTRO	20/04/15	MATRICULADO
06	KAIK DOS SANTOS PERES	29/07/15	LIGADO NO DIA 14/03 AGENDADO PARA O DIA 20/03 AS 14:30 MAS NÃO PEGOU DOCUMENTAÇÃO E NÃO COMPARECEU NA DATA AGENDADA.
07	GUSTAVO MONTE BRANCO JORGES	15/01/16	LIGADO NO DIA 21/03 AGENDADO PARA O DIA 02/04 AS 9:30, MAS NÃO COMPARECEU NA DATA AGENDADA.
08	NICOLAS VIANA MOURÃO	10/06/15	MATRICULADO.
09	KENZO BORGES DOS SANTOS	11/09/15	Ligado no dia 23/04 foi falado com o pai e agendado a matrícula para o dia 03/05 as 10h. Mas a mãe ligou as 16:52 para a instituição recusando a vaga.
10	ISADORA S. C. S. BARBOSA	10/03/16	MATRICULADA.
11	ANA SOFIA NASCIMENTO	29/05/15	FOI LIGADO DIA 02/05 PARA OS DOIS NUMEROS INFORMADOS NA LISTA DE ESPERA, MAS UM DOS CONTATOS NÃO ATENDEU PELA MANHA E A TARDE ESTAVA DESLIGADO O OUTRO ESTAVA DESLIGADO.
12	YASMIN MEDEIROS DA ROSA	06/08/15	MATRICULADA.
13	EVERTON SANTANA	27/01/16	Aguardando vaga
14	ISABELA RIOS	29/09/15	Aguardando vaga
15	LUKAS DA SILVA	08/01/16	Aguardando vaga
16	IOHANNA MARIA KREUSCH	12/01/16	Aguardando vaga
17	ANA LUIZA DOS SANTOS	25/11/15	Aguardando vaga
18	JOÃO GABRIEL	23/12/15	Aguardando vaga
19	KAYLA DE LIMA BOENO	18/10/15	Aguardando vaga
20	ENZO DANIEL F. SERAFIM	19/06/15	Aguardando vaga
21	JOANA H. ANTUNES	29/05/15	Aguardando vaga
22	GABRIEL HENRIQUE	20/01/16	Aguardando vaga,
23	HEITOR SOUZA FERREIRA	16/02/16	Aguardando vaga
24	JOAQUIM PAULINO CENTINI	16/02/16	Aguardando vaga
25	NICOLE SCHENFELD	13/07/15	Aguardando vaga
26	DAVI RODRIGUES	24/03/16	Aguardando vaga
27	MIGUEL H DOS SANTOS FELOU	07/08/15	Aguardando vaga
28	LAURA PYETRA B. SOUZA	12/09/15	Aguardando vaga
29	MARIA LAIZA SOUZA CRUZ	26/01/16	Aguardando vaga
30	VITÓRIA RAFAELA S. BECKEST	17/09/15	Aguardando vaga
31	STEVEN MIKE DE AVILA ROSA	28/07/15	Aguardando vaga
32	ISABELY DA COSTA	20/05/15	Aguardando vaga
33	DAVI ANTUANY M. DA SILVA	20/07/15	Aguardando vaga
34	DAVI LUIZ DE ABREU	28/08/15	Aguardando vaga
35	ALICE ANDRADE PALAMAR	26/05/15	Aguardando vaga
36	DAVI GONÇALVES FLOR	01/08/15	Aguardando vaga
37	ISRAEL DA SILVA K. LOPES	09/03/15	Aguardando vaga
38	KAUÊ B. COELHO BENHOTE	08/10/15	Aguardando vaga
39	BERNARDO CARDOSO	28/02/16	Aguardando vaga
40	LUIZ MIGUEL OLIVEIRA JUSTINO	30/03/15	Aguardando vaga
41	SOPHIA ISABELLY ARAUJO DIAS	16/12/15	Aguardando vaga
42	LETICIA SOFIA BAIA OLIVEIRA	02/06/15	Aguardando vaga
43	GUILHERME EMANUEL	19/08/15	Aguardando vaga
44	JOAQUIM CARDOSO NOBRE	23/06/16	Aguardando vaga
45	MARIA JULIA ALMEIDA ZAMARA	16/01/16	Aguardando vaga
46	ITALO PEREIRA COUTINHO	25/08/15	Aguardando vaga
47	EVERTON SANTANA	27/01/16	Aguardando vaga
48	CHISTOPHER A. S. FARIAS	19/09/15	Aguardando vaga

49	AMANDA F. V. OLEGÁRIO	26/11/15	Aguardando vaga
50	ANSELMO MURILO DE S. A.	15/10/15	Aguardando vaga
51	HELENA VASCONCELLOS	24/05/14	Aguardando vaga
52	RAPHAELGOMES LIMA	25/02/2016	Aguardando vaga
53	ARTHUR SPINELLO DOS SANTOS	09/04/2015	Aguardando vaga
54	MARIA EDUARDA LUCAS DEJESUS	28/10/2015	Aguardando vaga
55	NICOLAS FERNANDO RUSSI	09/04/2018	Aguardando vaga
56	LAVINYA CRISTINA CAMPOS BUZEID	16/05/2015	Aguardando vaga
57	MARIA VITORIA M. DE QUADROS	09/05/2016	Aguardando vaga
58	WILLYAN J. F. NASCIMENTO	29/09/2013	Aguardando vaga
59	NATAN LIMA CARVALHO	05/11/2015	Aguardando vaga
60	PIETRA PETRY RAZZINI	11/11/2015	Aguardando vaga
61	JOAQUIM DOS SANTOS ROSA	09/12/2015	Aguardando vaga
62	MARIA LUIZA SOUZA DE JESUS	25/11/2015	Aguardando vaga
63	ISADORA VALENTINA DA SILVA DOS SANTOS	07/09/2015	Aguardando vaga

I PERÍODO

	Criança	Nascimento	Situação
01	RAFAELLA LIMA DOS SANTOS	31/07/14	MATRICULADO
02	HENRY DOS SANTOS	17/06/14	MATRICULADO
03	LEONARDO DE LIMA R.	20/03/15	NO DIA 09/02/18 AS 09:17 FOI LIGADO PARA OS NUMEROS INFORMADOS MAS NÃO RECEBEM CHAMADA.
04	AMABILY Z. GONÇALVES	05/04/15	NO DIA 09/02/18 FOI LIGADO DUAS VEZES PARAS OS NUMEROS INFORMADOS POREM NINGUEM ATENDEU.
05	MAX ARTHUR MACHADO CAVALLI	30/03/15	NO DIA 09/02/18 A MÃE ATENDEU E FOI AGENDADO PARA 16/02/18. MAS NÃO PEGOU DOCUMENTAÇÃO E NÃO COMPARECEU NA DATA AGENDADA.
06	MARIA EDUARDA N. BARBOSA	24/03/15	NO DIA 26/02/2018 FOI LIGADO DUAS VEZES PARA O NUMERO INFORMADO E O MESMO SE ENCONTRAVA DESLIGADO.
07	EMANUELLY EGER FERREIRA	12/10/14	NO DIA 26/02/2018 FOI LIGADO ÀS 10h51min PARA MÃE E A MESMA NÃO QUIS A VAGA.
08	PIETRO OLIVEIRA	02/02/15	FOI AGENDADO MAS A FAMILIA NÃO COMPARECEU.
09	MIKAEL JOSÉ ANGELO	03/12/14	NO DIA 06/03/2018 FOI LIGADO PARA A MÃE. MAS NÃO PEGOU A DOCUMENTAÇÃO E NÃO COMPARECEU NA DATA AGENDADA.
10	VITOR PEREIRA DE OLIVEIRA	15/03/15	NO DIA 12/03/2018 FOI LIGADO E A MÃE NÃO VEIO BUSCAR A DOCUMENTAÇÃO.
11	ALICE DA SILVEIRA ALEXANDRE	16/03/15	NO DIA 12/03/2018 FOI LIGADO E A MÃE NÃO VEIO BUSCAR A DOCUMENTAÇÃO.
12	VALENTINA DA SILVA TAVARES	14/10/14	NO DIA 12/03/18 FOI LIGADO PARA O O PAI ATENDEU E FICOU AGENDADO PARA DIA 14/03/18 AS 14h30min. MAS NÃO COMPARECEU.
13	OLIVIA ROSA AMARO P.	24/10/14	MATRICULADA.
14	ISABELY CARDOSO	16/11/14	FOI LIGADO DIA 14/03 E AGENDADO PARA O DIA 21/03 AS 14:30,MAS NÃO COMPARECEU.
15	ANDRÉ ANDRADE GUIMARÃES	28/11/14	LIGADO NO DIA 21/03 AGENDADO PARA O DIA 02/04 AS 14:30 MAS NÃO PEGOU A LISTA DE DOCUMENTAÇÃO E NÃO COMPARECEU NA DATA AGENDADA.
16	DAVI LUIS ANGELO FRANCO	25/01/15	LIGADO NO DIA 21/03 11h07min/11h09min – MSG DE CAIXA POSTAL OUTRO NUMERO NÃO RECEBE CHAMADA OU NÃO EXISTE. LIGADO ÀS 11h11min TODOS NA CAIXA POSTAL 10h33min/ 11H
17	SAMUEL PORFIRIO JOSÉ	23/10/14	LIGADO NO DIA 21/03 AS 11h10min/11h12min NINGUEM ATENDEU
18	AMABILY Z. GONÇALVES	05/04/15	LIGADO NO DIA 21/03 AGENDADO PARA O DIA 03/04 AS 09h30min. MAS NÃO PEGOU A LISTA DE DOCUMENTAÇÃO E NÃO COMPARECEU NA DATA AGENDADA.
19	BIANCA MENDES FRANCISCO	31/01/15	LIGADO NO DIA 21/03 AS 11H MAS NÃO COMPARECEU PARA PEGAR A DOCUMENTAÇÃO.
20	SARAH VITÓRIA LILIAN B.	29/06/14	FOI LIGADO NO DIA 21/03 E FICOU DE PEGAR OS DOCUMENTOS NO DIA 22/03 MAS NÃO COMPARECEU.
21	LUIZA LUZ	17/08/15	MATRICULADA.
22	KETLYN X. CARVALHO	24/02/14	LIGADO NO DIA 21/03 O NUMERO INFORMADO SÓ DAVA REDE OCUPADA, FOI FEITO 2 TENTATIVAS 13:12/13:15
23	OTÁVIO TRINDADE BOING	30/06/14	MATRICULADO.
24	JULIA MALICHESKIDE SOUZA	13/05/14	MATRICULADA.

25	LAVINIA PINHEIRO FLORES	02/04/2014	MATRICULADA.
25	LAURA TORES IZIDIO	07/08/14	MATRICULADA.
26	ANA CLARA LEMES	19/04/2014	MATRICULADA.
27	MARLON ANDRADE VIEIRA	28/08/2014	MATRICULADO.
28	YASMIN DA SILVA CUNHA	20/07/2014	MATRICULADA.
29	LUCAS GABRIEL LIBORIO FRANCISCO	17/12/2014	MATRICULADO.
30	VALENTINA APARECIDA CASTILHO	29/07/2017	MATRICULADA.
31	RAFAEL DIAS ESPINDOLA	19/05/2014	MATRICULADO
32	CARLOS EDUARDO LEAL PEREIRA	21/05/2014	MATRICULADO.
33	HELENA VASCONCELLAS	24/05/2014	MATRICULADA.
34	PIETRO OLIVEIRA DE AMORIM	02/02/2015	MATRICULADO.
35	RAYSSA DALBERTO	07/12/2014	MATRICULADA.
36	ENZO PERES LARA DIAS	28/01/2015	MATRICULADO.
37	PEDRO HENRIQUE BERNARDO	25/02/2015	MATRICULA AGENDADA PARA O DIA 22/05 MAS VEIO SEM DOCUMENTAÇÃO.RAGENDADO PARA O DIA 29/05 14H30,MAS NÃO COMPARECEU.

II PERÍODO

	Criança	Nascimento	Situação*
01	JÉSSICA LOPES P.	24/06/13	NO DIA 31/01/18 FOI LIGADO E DISSERAM QUE NÃO TINHA MAIS INTERESSE NA VAGA, POIS VÃO MORAR EM BIGUAÇU.
02	JENYFFER ISABELY	19/07/13	MATRICULADO.
03	SABRINA PINHO LOPES	05/03/14	FOI LIGADO PARA OS TRÊS NÚMEROS INFORMADOS NO ATO DA SOLICITAÇÃO DE VAGA, PORÉM SEM EXITO.UM ESTAVA NA CAIXA DE MENSAGEM, E OS OUTROS DOIS NINGUÉM ATENDE.
04	MARIANE VIANA MOURÃO	02/09/13	MATRICULADO.
05	GABRIEL ALVES VITORIO	05/06/13	NO DIA 31/01/2018 FOI AGENDADO PARA O DIA 14/02 ÀS 15h30min, MAS O MESMO NÃO COMPARECEU.
06	EZEQUIEL SOTERO	05/03/13	MATRICULADO
07	YASMIN GABRIELY R. RAUDZUS	11/07/13	MATRICULADO
08	MARINA LEITE MARTINS	09/04/13	MATRICULADO
09	ANNA JÚLIA JOOQUES FREITAS	09/12/13	MATRICULADO
10	ERIC CAMARGO	01/03/14	FOI LIGADO DIA 26/02/2018 AS 11h05min PARA OS DOIS NUMEROS INFORMADOS NO DIA DA SOLICITAÇÃO DE VAGA UM NUMERO NÃO RECEBE CHAMADA E OUTRO ESTA SEMPRE OCUPADO.
11	YURI MARTINS	03/09/14	MATRICULADO
12	HEVILY ROCHA NASCIMENTO	16/05/13	MATRICULADO
13	YURI RAFAEL NICOLAU S.	11/10/13	FOI AGENDADO PARA DIA 12/03/2018 ÀS 15h00min, MAS NÃO COMPARECEU.
14	BERNARDO ARIEL	04/07/13	FOI AGENDADO PARA DIA 13/03/2018 ÀS 14h30min E NINGUEM COMPARECEU.
15	ARTHUR DANIEL	18/11/13	FOI LIGADO DIA 14/03 E AGENDADO PARA O DIA 22/03 AS 14:30. PEGOU DOCUMENTAÇÃO, MAS NÃO COMPARECEU NA DATA AGENDADA.
16	ALICE SILVA	23/05/13	LIGADO NO DIA 21/03 FOI FALADO QUE NÃO QUERIA MAIS A VAGA.
17	ISADORA REIS	22/05/13	MATRICULADA.
18	ANNA BEATRIZ SOUZA CRUZ	29/07/14	MATRICULADA.
19	PEDRO HEITOR G. SILVA	03/12/13	LIGADO NO DIA 22/03 AS 13:41 A MESMA FALOU QUE NÃO TINHA MAIS INTERESSE NA VAGA.
20	MARIA JÚLIA RIBEIRO	21/10/13	LIGADO NO DIA 22/03 AS 13:46 A MÃE ATENDEU E DISSE QUE NÃO TINHA INTERESSE NA VAGA.
21	MATHEUS OURIQUES	01/11/13	LIGADO NO DIA 22/03 AS 13:50 AGENDADO PARA O DIA 06/04 AS 14:30.MAS NÃO COMPARECEU PARA REALIZAR MATRICULA.
22	RUBENS MARQUES GARCIA	12/11/13	LIGADO NO DIA 22/03 AS 14:25 E DISSERAM QUE NÃO TINHA INTERESSE NA VAGA POIS JÁ ESTA EM OUTRO CEI.
23	THAUÃ RODRIGUES SANTOS	14/02/14	LIGADO NO DIA 22/03 AS 14:27 FICARAM DE PASSAR A RESPOSTA. LIGARAM E FOI AGENDADO AS 10/04 AS 09:30.MAS NÃO COMPARECEU.
24	GUSTAVO LIMA	01/06/13	MATRICULADO.
25	MAITE TOMAS VIEIRA	31/10/2013	MATRICULADA.

26	CECILIA ESPINDOLA PEREIRA ARAUJO	13/06/2014	LIGADO E AGENDADO PARA O DIA 25/04 AS 14H30 HORAS. VEIO NA DATA AGENDADA MAS NÃO TROUXE A DOCUMENTAÇÃO COMPLETA, FOI REAGENDADA PARA O DIA 08/05 AS 10h. MAS NÃO COMPARECEU.
27	WILLYAN JOSÉ FURKIM NASCIMENTO	29.09.2013	MATRICULADO.
28	LAURA DA SILVA FONSECA	20/11/2013	MATRICULADA.
29	CARLOS EDUARDO MACHADO DELFINO	17/01/2014	MATRICULADO.

III PERÍODO

	Criança	Nascimento	Situação*
01	GABRIEL LIMA DOS SANTOS	02/09/12	FOI LIGADO NO DIA 22/01/2018 ÀS 11h32min E O CELULAR ESTÁ DANDO DESLIGADO
02	ANA BEATRIZ FOGUESOTTO	22/03/13	MATRICULADO
03	LORENZO DA CRUZ CUNHA	31/12/12	MATRICULADO
04	NATHIELI SILVA DE MORAES	30/09/12	FOI LIGADO NO DIA 22/01/2018 E MARCADO PARA O DIA 23/01/2018 A PARTIR DE 13h30min E A MESMA NÃO COMPARECEU.
05	VITORIA DO NASCIMENTO TAVARES	10/03/13	FOI LIGADO NO DIA 19/01 E NO DIA 23/01 E O NÚMERO INFORMARDO ESTAVA DESLIGADO
06	MARIA LUIZA DE OLIVEIRA	18/11/12	FOI LIGADO PARA OS NÚMEROS INFORMADOS NO DIA 19/01 E NO DIA 24/01 E NINGUEM ATENDEU.
07	ANA CLARA OLIVEIRA	04/10/12	MATRICULADO
08	SOFIA VIEIRA ESLABÃO	30/06/13	MATRICULADO
09	NICOLAS BARBOSA DA SILVA	09/02/13	MATRICULADO
10	HUDSON JOSÉ SANTOS DA SILVA	27/06/12	MATRICULADO
11	NICOLY ROCHA NASCIMENTO	07/05/12	MATRICULADO
12	ANA BEATRIZ	20/08/12	MATRICULADO
13	GUILHERME ORTIZ	27/02/13	MATRICULADO
14	NATHALIA DOS SANTOS	21/06/12	MATRICULADO
15	EMANUEL FRANCISCO B. SANTOS	18/11/12	MATRICULADO
16	JOÃO PEDRO REIS	07/04/12	MATRICULADO
17	BARBARA JACINTO OURIQUES	09/04/12	MATRICULADA.
18	GEOVANNA C. VIEIRA QUINT	11/06/12	MATRICULADO EM 31/01/2018 E DESLIGOU NO DIA 21/02/18
19	ENDILY CRISTINI M. DOS SANTOS.	29/01/13	MATRICULADO
20	DAVID LOPES DE SOUZA	01/06/12	MATRICULADO
21	DIEGO PEREIRA X. FILHO	11/06/13	FOI LIGADO E MARCADO PARA O DIA 01/02/18 AS 09h30min E NINGUEM COMPARECEU.
22	LAY EVA PEREIRA DA P.	06/10/12	LIGADO NO DIA 21/02 E AGENDADO PARA O DIA 27/02 ÀS 14 HORAS, MAS NÃO VEIO FAZER A MATRICULA.
23	VICTOR GABRIEL SÁ PENHA	11/11/12	FOI LIGADO DIA 09/03/18 ÀS 16h24min E DISSE QUE NÃO TINHA MAIS INTERESSE NA VAGA.
24	GIOVANA CRISTINA DE QUADRO	11/11/13	FOI LIGADO 09/03/18 ÀS 16h39min E NINGUEM ATENDEU.
25	DIEGO ANDRADE GUIMARAES	03/09/12	FOI LIGADO DIA 09/03 ÀS 16h46min E AGENDADO PARA DIA 13/03 ÀS 15h30min E NINGUEM COMPARECEU.
26	MARIA GABRIELA SANTOS PONTES	23/11/12	MATRICULADA
27	BENJAMIN D.BOLA OLIVEIRA	16/03/13	NO DIA 12/03/18 FOI LIGADO E INFORMOU QUE NÃO TINHA INTERESSE NA VAGA E QUEM O MESMO JÁ ESTÁ MATRICULADO EM OUTRA INSTITUIÇÃO.
28	VITOR RAFAEL R. SANTOS	22/06/18	FOI LIGADO NO DIA 12/03/18 PARA OS DOIS NÚMEROS INFORMADOS NO ATO DA SOLICITAÇÃO, AS 09h08min FOI LIGADO DUAS VEZES E O MESMO SE ENCONTRAVA NA CAIXA DE MENSAGEM E NO OUTRO NÚMERO FOI LIGADO QUATRO VEZES E NINGUEM ATENDEU.
29	ASAFE GABRIEL GOMES	01/03/13	MATRICULADO
30	BARBARA JACINTO	09/04/12	MATRICULADA
31	YURI FREITAS	23/06/13	MATRICULADO.
32	RODRIGO REIS	07/05/12	MATRICULADO.
33	VITORIA DO NASCIMENTO TAVARES	10/03/13	LIGADO NO DIA 16/03 AS 15:05 AGENDADO PARA O DIA 21/03 AS 9:30 NÃO VEIO MAS ENTROU EM CONTATO AS 16HORAS E REMARCAMOS PARA O DIA 05/04 AS 10:30. A MÃE NÃO COMPARECEU NA DATA AGENDADA PARA REALIZAR A MATRICULA.
34	EVVELLYN XAVIER CARVALHO	29/09/12	LIGADO NO DIA 22/03 AGENDADO NO DIA 10/04 ÀS 14h30min. MAS NÃO COMPARECEU.

35	VITORIA DO NASCIMENTO TAVARES	10/03/13	LIGADO NO DIA 22/03 AGENDADO NO DIA 10/04 ÀS 14h30min. MAS NÃO COMPARECEU NA DATA AGENDADA.
36	JOSUÉ EZEQUIEL DE JESUS	15/05/12	LIGADO NO DIA 22/03 ÀS 16h36min E FALOU QUE JÁ ESTA EM OUTRO CEI.
37	BERNARDO GOMES CRISTOVÃO	16/01/2013	MATRICULADO.
38	MAIK DA SILVA CUNHA	25/08/2012	MATRICULADO.
39	ARTHUR LIBORIO FRANCESCO	03/04/2012	MATRICULADO.
40	RAYNNA JULIA MATANA DE OLIVEIRA	01/12/2012	MATRICULADA.
41	YASMIN MACEDO GUIMARÃES XAVIER	08/03/2013	MATRICULADA.
42	GABRIEL DA SILVA DUARTE	23/07/2013	MATRICULADO.
43	ALICIA OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO	08/12/2012	MATRICULADA.
44	HELLEN CAROLINE DA MOTA	13/11/2012	AGENDADO PARA O DIA 23/05 AS 10H.MAS NÃO COMPARECEU.
45	JOAQUIM GABRIEL DESOUSA VENTURA	19/12/2012	MATRICULADO.
46	SOFYA BILK ANSELMO	24/03/2013	MATRICULADA.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 001/2018

Publicação Nº 1656591

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 001/2018 – Processo nº 001/2018 – Proc. Adm. 435/2018. Fornecedor: ME INFORMÁTICA LTDA ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA CENTRAL DE ATENDIMENTO, COM FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE SERVICEDESK COM 0800 INTEGRADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MENSIS DE ADMINISTRAÇÃO, MANUTENÇÃO E GERENCIAMENTO DE REDE, SERVIDORES, ESTAÇÕES DE TRABALHO E DE-MAIS ATIVOS DE REDE COM BASE NAS MELHORES PRÁTICAS DO ITIL. SUPORTE TÉCNICO MENSAL PARA CERCA DE 2500 USUÁRIOS (HELP-DESK) DE NÍVEL 1 MEDIANTE CENTRAL DE ATENDIMENTO DE SERVIÇOS, BEM COMO PARA OS NÍVEIS 2 E 3, COM ALOCAÇÃO DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, ATENDIMENTO 24 X 7, COM EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO DA REDE LOCAL BASEADO EM AMBIENTE MICROSOFT WINDOWS SERVER, SERVIÇO DE DIRETÓRIOS ACTIVE DIRECTORY E LINUX, GERENCIAMENTO E MONITORAMENTO DE SERVIÇOS DE REDE, SUPORTE TÉCNICO (HELP-DESK) REMOTO, MANUTENÇÃO NOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, RECUPERAÇÃO DE IMAGEM DE SOFTWARE, DESINSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO DE COMPONENTES, TROCA DE PEÇAS ACESSÓRIOS E DISPOSITIVOS, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO FÍSICA DE REDE LÓGICA E ELÉTRICA, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC E EM TODAS AS SUAS UNIDADES DISTRIBUÍDAS NO MUNICÍPIO, IMPLANTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE SOLUÇÃO CORPORATIVA DE GERENCIAMENTO, MONITORAMENTO E AUDITORIA PERMANENTE DE ATIVOS DE TI E GERENCIAMENTO DE PROCESSOS (SERVICE-DESK) BASEADO NAS PRÁTICAS PRECONIZADAS PELO PADRÃO ITIL® (INFORMATION TECHNOLOGY INFRASTRUCTURE LIBRARY), CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES, REQUISITOS, CONDIÇÕES E DESCRIÇÕES DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS CONSTANTES NESTE EDITAL, INSTALAÇÃO DE ATÉ 500 (QUINHENTOS) PONTOS DE REDE LÓGICA E 500 (QUINHENTOS) PONTOS DE REDE ELÉTRICA PARA USO DOS COMPUTADORES.. Valor Total: R\$ 519.999,52 – quinhentos e dezenove mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DA SESSÃO DE REABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PP 02/2018**

Publicação Nº 1657471

Ata da Sessão de Reabertura do Pregão Presencial nº PP 02/2018

Reuniram-se no dia 14/06/2018, às 14:01, na SEDE DA CMSJ, a PREGOEIRA e sua equipe de apoio, designados pelo(a) Portaria n.º 197/2017 e n.º 207/2017 para realização de processo licitatório na modalidade Pregão, para tratar do Edital de Pregão PP 02/2018 destinado à seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE CARIMBOS E CHAVES, E FORNECIMENTO DE PRODUTOS CORRESPONDENTES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E NO TERMO DE REFERÊNCIA, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL (ANEXOS I E II), MEDIANTE A CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR N.º 123/2006.

Abaixo segue a licitante classificada e que participou da licitação:

1484 - MEIRIELLEN PATRICIA MARQUES DA SILVA 26.074.944/0001-05, credenciada Senhora Meiriellen Patricia Marques da Silva CPF n.º 048.597.754-06 e Registo Geral sob o n.º 6694960 SDS PE
Participou deste item a licitante abaixo selecionada mediante os critérios de classificação no artigo 4º da Lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Grupo de itens: 1 - LOTE I – CARIMBOS

Proposta apresentada

Classificada	Licitante	Valor (R\$)	Situação	Data
Sim	1484 - MEIRIELLEN PATRICIA MARQUES DA SILVA	6.749,00	Menor preço	14/06/2018

Lances efetuados

Rodada	Licitante	Valor do lance (R\$)	Situação
1	1484 - MEIRIELLEN PATRICIA MARQUES DA SILVA	6.550,00	0,15% maior
Negociação	1484 - MEIRIELLEN PATRICIA MARQUES DA SILVA	6.540,00	Menor preço

Foi vencedor do lote a empresa MEIRIELLEN PATRICIA MARQUES DA SILVA, com o valor de R\$ 6.540,00 (seis mil e quinhentos e quarenta reais).

Grupo de itens: 2 - LOTE II - CHAVES

Proposta apresentada

Classificada	Licitante	Valor (R\$)	Situação	Data
Sim	1484 - MEIRIELLEN PATRICIA MARQUES DA SILVA	4.695,00	Menor preço	14/06/2018

Lances efetuados

Rodada	Licitante	Valor do lance (R\$)	Situação
1	1484 - MEIRIELLEN PATRICIA MARQUES DA SILVA	4.550,00	2,02% maior
Negociação	1484 - MEIRIELLEN PATRICIA MARQUES DA SILVA	4.460,00	Menor preço

Foi vencedor do lote a empresa MEIRIELLEN PATRICIA MARQUES DA SILVA, com o valor de R\$ 4.460,00 (quatro mil e quatrocentos e sessenta reais).

Na verificação da documentação da licitante, constante do envelope de n.º 02- Habilitação, constatou-se a ausência de 03 (três) documentos ordenados no edital, o ato constitutivo da empresária individual (exigido no subitem 10.3.1, apresentado na fase de credenciamento), a declaração referida no Anexo – IV (exigido no subitem 10.3.2) e o atestado de capacidade técnica (exigido no subitem 10.4.1), incorrendo a proponente na inabilitação da licitação em andamento.

Todavia, considerando que a licitação está em fase de reabertura, tendo a licitante atendido regularmente aos quesitos de classificação, e que a designação de uma terceira abertura poderá ensejar prejuízos à Administração, e sobretudo ponderando a aplicação das diretrizes da legislação pertinente e dos princípios administrativos, aplicando o entendimento que arrimam a manifestação da área técnica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (REP 13/00225359 – DLC 233/2013), do Tribunal de Contas da União (Acórdão 429/2013) e decisões judiciais (TJ-RS AI 70057369860 – TJ-RS AI 70057315012) a Pregoeira observando o art. 9º da Lei do Pregão n.º 10.520/2002, aplica o permissivo constante no art. 48, §3º da Lei de Licitações e Contratos n.º 8.666/1993, e DECIDE conceder prazo de 08 (oito) dias úteis para que a proponente inabilitada proceda a entrega dos documentos complementares indicados supra.

Designa-se a sessão de julgamento da licitação para o dia 26 de junho próximo, às 14 horas.

Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão, cuja ata foi lavrada e assinada pela Pregoeira Oficial e equipe de Apoio.

Publique-se no Diário Oficial Eletrônico do Município de São José.

Assinaturas

REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S)	PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO
MEIRIELLEN PATRICIA MARQUES DA SILVA Meiriellen Patricia Marques Da Silva	KAREN EDLEIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA Pregoeira
	ELENIR MARIA DE AGUIAR DE MELO Equipe de Apoio
	CRISTIANE PEREIRA Equipe de Apoio
	Acompanhou a Licitação:
	Bruno Gabriel de Melo Machado Presidente da CPL

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - PREGÃO PRESENCIAL N.º: 006/2018

Publicação Nº 1657149

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

PREGÃO PRESENCIAL N.º: 006/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 034/2018

A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, INCLUINDO ESTAÇÕES DE TRABALHO, NOTEBOOKS, PERIFÉRICOS E LICENÇA DE SOFTWARE, CONFORME DISPOSTO NO QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXOS I E II).

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A empresa DATEN TECNOLOGIA LTDA. inscrita no CNPJ n.º 04.602.789/0001-01, sediada na Rodovia Ilhéus – Uruçuca, Km 3.5, s/n, Galpão, Distrito Industrial de Ilhéus, Bahia, CEP n.º 45.658-335, por intermédio do representante Senhor Rubens Oliveira Junior, brasileiro, inscrito no CPF n.º 204.912.125-34 e Registro Geral sob o n.º 1410.435-04 SSP-BA, em dia 11 de junho último, apresentou Pedidos de Esclarecimentos ao edital da licitação em epígrafe, protocolizado sob o n.º 691, especificamente quanto ao que segue colacionado:

Pergunta 01 – A respeito das mídias de instalação dos sistemas operacionais:

Em consonância com a preocupação global de redução de resíduos, temos por padrão o envio de 10% das mídias repetidas para cada lote de fornecimento. Tal medida tem como objetivo a redução de resíduos após o uso eventual das mídias, já que todos os programas saem pré-instalados e pré-configurados de fábrica. Dentre estas mídias incluem-se as de reinstalação/recuperação do sistema operacional, aplicativos e drivers de dispositivos. Entendemos que esta instituição está de acordo com o fornecimento desta forma, assegurando que, caso seja necessário o envio de mídias complementares, o faremos sem custo adicional. Nosso entendimento está correto?

Pergunta 02 – No quesito PRAZO DE ENTREGA, o Termo de Referência do Edital determina o seguinte:

“REQUISITOS GERAIS SOBRE O PEDIDO, PRAZO DE ENTREGA E RECEBIMENTO:

7. O RECEBIMENTO OCORRERÁ EM 03 (TRÊS) ETAPAS:

- Recebimento provisório: a fornecedora contratada deverá entregar os equipamentos solicitados em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da autorização de fornecimento.”

Neste sentido, ressaltamos que os equipamentos licitados não são produtos “padrão de mercado” que seriam encontrados previamente disponíveis nos estoques dos fabricantes; pelo contrário, trata-se de equipamentos específicos, fabricados conforme demanda e especificação do cliente. O processo de fabricação compreende as etapas de aquisição de matéria prima, planejamento da produção, a produção propriamente dita, testes de produção e controle de qualidade, faturamento e transporte, cujos prazos somados resultam, em média, em 45 (quarenta e cinco) dias desde o recebimento do pedido até a entrega ao cliente, prazo este incompatível com o prazo máximo de entrega estabelecido em Edital. Se o fornecedor possuir todos os insumos em fábrica no momento do recebimento do pedido seria possível realizar a entrega dos equipamentos em 10 (dez) dias úteis, contudo, diante disto, se torna totalmente inviável e arriscado para o fornecedor manter insumos em estoque. Por todo o exposto, e para garantir a economicidade do certame, permitindo a participação de um maior número de fornecedores, solicitamos que o prazo máximo de entrega seja confirmado e estabelecido em 45 (quarenta e cinco) dias.

Pergunta 03 – No quesito ENDEREÇO PARA ENTREGA:

O edital não deixa claro o endereço para a entrega dos equipamentos. Podem por gentileza nos informar?

A apresentação dos questionamentos é tempestiva, porquanto atende ao item 2.1 do edital

ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE DO PEDIDO

Instada, a Pregoeira encaminhou os questionamentos ao Analista de Tecnologia da Informação, responsável técnico pelo Termo de Referência – Anexo II do Edital, o qual procedeu as seguintes respostas:

Resposta da pergunta 01: Não há óbice quanto ao envio de 10% (dez) das mídias para cada lote de fornecimento, conforme disposto pela empresa requerente desde que seja atendida a necessidade de que as licenças do sistema operacional estejam conforme o subitem que diz: “Sistema operacional Windows 10 Professional 64 bits em Português (Brasil)”. (destaca-se)

Resposta da pergunta 02: O item 4 da seção “Requisitos Gerais sobre o Pedido, Prazo de Entrega e Recebimento” do PP 06/2018, consta o seguinte: “4. Os prazos estabelecidos poderão ser prorrogados mediante justificativa apresentada pela fornecedora contratada, devidamente aceita pela Diretoria de Administração, e/ou no interesse da Câmara Municipal de São José, mediante certificação antecipada à contratada.” Assim sendo, o próprio Edital abre a possibilidade de prorrogação justificada dos prazos estabelecidos. (destaca-se)

Resposta da pergunta 03: Em seu “Anexo II - Termo de Referência”, do PP 06/2018 é citado o seguinte: “Local de Entrega: Diretoria Administrativa da Câmara Municipal de São José.” Deve-se, portanto, considerar, este departamento como referência para entrega dos equipamentos. (destaca-se)

Oportunamente, entende-se que os esclarecimentos trazidos pelo Analista de Tecnologia da Informação são aptos a sanar os questionamentos da Requisitante.

Entretanto, quanto ao prazo previsto para entrega dos equipamentos (10 dias úteis), por se tratar de um pleito da empresa que objetiva modificar a previsão do edital, merece deixar assente que o pedido não está acompanhado de comprovação que ateste ser 45 (quarenta e cinco) dias o prazo padrão de mercado, o que pode ser entendido como interesse de ingerência de prazo da empresa solicitante.

Neste sentido, atender ao pleito em questão, fere a impessoalidade e o tratamento isonômico que deve ser conferido nas licitações públicas,

no caso, o edital também deveria ser modificado se outras interessadas pleiteassem a alteração do prazo por entenderem ser necessários 30, 40, ou até mesmo 50 dias, e não os 45 (quarenta e cinco) dias solicitados pela Requisitante.

Conduto, o edital possibilita que, mediante justificativa devidamente consubstanciada, o prazo de entrega venha a ser dilatado, certamente considerando que possíveis atrasos possam sobrevir pois a Administração não tem controle sobre a logística de fabricação e de distribuição dos equipamentos pelos fornecedores, especialmente quando se tratam de equipamentos de natureza tecnológica.

DECISÃO

Por todo exposto, com escopo nas manifestações do Analista de Tecnologia da Informação, responsável pelo Termo de Referência, conheço os questionamentos, pois tempestivos, entendendo que os questionamentos 01 e 03 estão esclarecidos, e relativamente ao mérito do questionamento 02, decido pela IMPROCEDÊNCIA, mantendo-se inalteradas as previsões do Edital do Pregão Presencial n.º 06/2018.

São José, Santa Catarina, 13 de junho de 2018.

KAREN EDLEIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA
PREGOEIRA

RESPOSTAS AOS QUESTIONAMENTOS - PREGÃO PRESENCIAL N.º: 006/2018

Publicação Nº 1657129

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES

RESPOSTAS AOS QUESTIONAMENTOS

PREGÃO PRESENCIAL N.º: 006/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 034/2018

A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, INCLUINDO ESTAÇÕES DE TRABALHO, NOTEBOOKS, PERIFÉRICOS E LICENÇA DE SOFTWARE, CONFORME DISPOSTO NO QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXOS I E II).

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O empresário individual Harley de Aguiar Junior EIRELI, inscrito no CNPJ sob o nº 6.635.187/0001-86, com sede comercial na Rua Dom Pedro II, n.º 440, Campinas, São José, Santa Catarina, inscrito no CPF n.º 747.902.779-68 e Registro Geral sob o n.º 1370.263 SSP/SC, em dia 14 de junho último, apresentou Questionamentos ao edital da licitação em epígrafe, protocolizado sob o n.º 714, especificamente quanto ao que segue colacionado:

Questionamento 1:

No edital, para os itens 1 (ESTAÇÃO DE TRABALHO BÁSICA) e 2 (ESTAÇÃO DE TRABALHO AVANÇADA) do termo de referência, estão sendo solicitados os seguintes textos:

O equipamento deverá atender às normas NBR 10.152 – Apresentar ensaio atualizado, emitido por laboratório credenciado, referente ao equipamento proposto (marca/modelo) no que se refere a: gabinete, fonte de alimentação, processador (família), disco rígido e de leitor/gravador de DVD;”

A DELL homologa seus equipamentos de forma mundial, utilizando de certificações internacionais.

A ISO 9296 é a ISO que mede emissão de ruído em conformidade com a NBR 10.152.

Entendemos que se apresentarmos a ISO 9296 em substituição a NBR 10.152, estaremos atendendo ao edital, está correto nosso entendimento?

Questionamento 2:

No edital, para os itens 1 (ESTAÇÃO DE TRABALHO BÁSICA) e 2 (ESTAÇÃO DE TRABALHO AVANÇADA) do termo de referência, estão sendo solicitados os seguintes textos:

“Interface de áudio estéreo, saída frontal conector P2 e entrada frontal para microfone conector P2;”

A DELL em seus equipamentos utiliza a conexão P2 Combo onde em uma única conexão é possível plugar um equipamento de áudio e o microfone, este conector é a evolução natural das portas solicitadas no edital.

Entendemos que se ofertarmos equipamento com porta P2 Combo estaremos atendendo ao edital, está correto nosso entendimento?

Questionamento 3:

No edital, para os itens 1 (ESTAÇÃO DE TRABALHO BÁSICA) e 2 (ESTAÇÃO DE TRABALHO AVANÇADA) do termo de referência, estão sendo solicitados os seguintes textos:

“Atender a norma IEC 60950-1, IEC 61000 e CISPR 22/24 conforme portaria 170/2012 do INMETRO”;

Entendemos que a comprovação destas normas deverá ser feita através de certificado emitido por um laboratório de testes e análises credenciado ao INMETRO ou algum instituto internacional, não sendo aceito para isso declaração do licitante/fabricante informando o

atendimento a norma sem a comprovação formal para tal.

Está correto nosso entendimento? Será cobrada a certificação em comprovação ao atendimento solicitado neste campo.

Questionamento 4:

Para o item 4 (NOTEBOOK BÁSICO), do termo de referência, está sendo solicitado a seguinte característica:

"1. Baseado em processador com tecnologia móvel operando a pelo menos 2.7 GHz (nominal, sem turbo), 2 núcleos, 4 threads e cache de 4 MB;"

Esta especificação baseia-se no processador Intel Core i7-7500U, da sétima geração de processadores Intel Core I.

A DELL integra em seu equipamento o processador Intel Core i7-8550U, que é pertencente a oitava geração de processadores da Intel que possui as seguintes especificações: i7-8550U / 1.8 GHz / Cache 8MB / Litografia de 14 nm

Em um teste benchmark é fácil ver a evolução deste processador comparado ao processador Intel Core I7 de 7º geração:

I7-7500U – 5194 pontos no teste CPU Benchmarks - <https://www.cpubenchmark.net/cpu.php?cpu=Intel+Core+i7-7500U+%40+2.70GH-z&id=2863>

I7-8550U – 8337 pontos no teste CPU Benchmarks - <https://www.cpubenchmark.net/cpu.php?cpu=Intel+Core+i7-8550U+%40+1.80GH-z&id=3064>

Ou seja, é possível por estes testes ver a superioridade do processador que pretendemos ofertar.

Entendemos desta forma que se ofertarmos o processador I7-8550U com as especificações acima estaremos atendendo ao edital, uma vez que ele é superior ao que se solicita.

Está correto nosso entendimento?

Questionamento 5:

Para o item 4 (NOTEBOOK BÁSICO), do termo de referência, está sendo solicitado a seguinte característica:

"6. Unidade de DVD r/w SATA acoplado ao gabinete;"

A maioria dos fabricantes de notebooks do mercado já estão retirando tal componente da parte interna do equipamento, justificando o desuso dos DVDs e CDs, sendo substituídos pelos Pen Drives. Entendemos que se ofertamos a unidade óptica externa, através de uma porta USB, do mesmo fabricante do equipamento, estaríamos atendendo o edital. Está correto nosso entendimento?

A apresentação dos questionamentos é tempestiva, porquanto atende ao item 2.1 do edital

ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE DO PEDIDO

Instada, a Pregoeira encaminhou os questionamentos ao Analista de Tecnologia da Informação, responsável técnico pelo Termo de Referência – Anexo II do Edital, o qual procedeu as seguintes resposta:

Resposta ao Questionamento 1: Serão aceitos equipamentos que observem a norma ISO 9296, mencionada pela empresa, desde que a mesma garanta o atendimento à norma NBR 10152, fato que deverá ser comprovado pela licitante.

Resposta ao Questionamento 2: Não há restrições ao fornecimento da conexão P2 Combo ou outras conexões similares, no formato P2, contanto que atendam às exigências previstas no edital de possibilidade de conexão de dispositivo de áudio estéreo e microfone.

Resposta ao Questionamento 3: O atendimento aos requisitos das normas IEC 60950-1, IEC 61000 e CISPR 22/24 é responsabilidade do licitante, cabendo ao mesmo a comprovação de adequação às exigências das normas citadas.

Resposta ao Questionamento 4: Resposta ao Questionamento 4: A especificação técnica do item 4 "Notebook Básico", em seu subitem 1.1 menciona o seguinte: "Baseado em processador com tecnologia móvel operando a pelo menos 2.7 GHz (nominal, sem turbo), 2 núcleos, 4 threads e cache de 4 MB;". A análise apresentada no questionamento baseou-se na comparação entre o modelo de processador "Intel I7-7500U", que atende à especificação do edital, e o modelo proposto pela empresa ("Intel I7-8550U"), que, de fato, possui maior pontuação no teste CPU Benchmarks. É necessário mencionar, no entanto, que as especificações mencionadas no edital referem-se a requisitos mínimos de capacidade e performance, sendo possível aos licitantes oferecerem produtos com qualificações superiores, desde que atendam por completo os requisitos do edital.

Resposta ao Questionamento 5: A exigência de "Unidade de DVD r/w SATA acoplado ao gabinete", constante nas especificações técnicas do edital, além de atender à necessidade dos usuários quanto ao uso de dispositivo de leitura e gravação de mídias, visa também atender à política de "Mesa Limpa", conforme versa o item 11.2.9 da ISO 27001, e à praticidade de manuseio do recurso sem a necessidade de conexões extras de dispositivos. (destaca-se)

Verifica-se restam respondidos os questionamentos formulados pelo Requisitante, os quais se relacionam estritamente com a tecnicidade dos equipamentos que contemplam o objeto da licitação.

DECISÃO

Por todo exposto, com escopo nas manifestações do Analista de Tecnologia da Informação, responsável pelo Termo de Referência, conheço os questionamentos, pois tempestivos, e no mérito concluo que as indagações restam esclarecidas, mantendo-se inalteradas as previsões do Edital do Pregão Presencial n.º 06/2018.

São José, Santa Catarina, 15 de junho de 2018.

KAREN EDLEIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA
PREGOEIRA

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 602, DE 15 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1656356

PORTARIA Nº 602, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal EVANDRO CARLOS DEON, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE CONSTR. E MANUT. DE OBRAS PÚBLICAS, matrícula nº 3366/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 18 de junho a 02 de julho de 2018, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito MunicipalPublicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 603, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1656362

PORTARIA Nº 603, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Altera a Portaria nº 464, de 23 de abril de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos V e IX, da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 58 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com o artigo 119 da Lei Complementar nº 154, de 09 de Setembro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria nº 464, de 23 de abril de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º Designar, a Senhora KELLI CRISTINA CALVI GIACOMIN, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Trânsito, matrícula nº3435/01, para responder cumulativamente ao cargo de CHEFE DE GABINETE, no período de 02 de maio à 02 de setembro de 2018, sendo-lhe assegurada a remuneração prevista no art.45, § 4 da Lei Complementar nº118 de 23 de junho de 2010.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito MunicipalPublicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 604, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Publicação Nº 1656366

PORTARIA Nº 604, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ROSANGELA DE MORAIS, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, matrícula nº 1835/02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 16 à 30 de julho de 2018, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de junho de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito MunicipalPublicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

RETIFICAÇÃO DA ATA Nº 001/2018 DA COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA DO VI SÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL

Publicação Nº 1656181

COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA DO VI SÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL

RETIFICAÇÃO DA ATA Nº 001/2018

A Comissão Central Organizadora do VI São Lourenço Rock Festival, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 030, de 09 de abril de 2018;

CONSIDERANDO a ocorrência de equívoco técnico quanto a divulgação das bandas suplentes para apresentação no VI São Lourenço Rock Festival, resolve TORNAR PÚBLICA a retificação da Ata nº 001/2018, de 13 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, em data de 15 de junho de 2018, edição nº 2.551, páginas 717/722, a fim de que a tabela 3 "Bandas Suplentes", passe a constar com a seguinte redação:

3. BANDAS SUPLENTES		
Banda	Cidade	Pontuação
Sentapúa!	São Lourenço do Oeste/SC	08
Bife de Fígado	Chapecó/SC	26
Sagrav	Chapecó/SC	24
Uivantes	Chapecó/SC	22
Dezert Sons	Passo Fundo/RS	15
Calibre	Videira/SC	12
Bluegio's	Vitorino/PR	10

Demais disposições da Ata nº 001/2018, da Comissão Central Organizadora do VI São Lourenço Rock Festival, permanecem inalteradas.

São Lourenço do Oeste/SC, 18 de junho de 2018.

TERMO DE FOMENTO Nº 004/2018.

Publicação Nº 1656099

TERMO DE FOMENTO Nº 004/2018

TERMO DE FOMENTO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE E A ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 789, centro, em São Lourenço do Oeste/SC, representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Rafael Caleffi, CPF sob o nº 026.437.969-18, residente e domiciliado em São Lourenço do Oeste/SC, doravante denominado partícipe e a ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, inscrita no CNPJ sob o n.75.433.946/0001-40, com sede em SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, representada por seu Presidente MARCIO NIEROTKA, CPF: 030.932.579-05, doravante denominado partícipe, em observância às disposições da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e das Leis Orçamentárias vigentes, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Este Termo de Fomento, decorrente do Edital de Chamamento Público nº 002/2018, tem por objeto a celebração, em regime de mútua cooperação, cujo objetivo é a seleção de 1 (uma) proposta para a consecução de atividade de feira de negócios que promova o desenvolvimento dos setores: comercial, prestação de serviços e industrial, buscando a geração de negócios, detalhados no Plano de Trabalho anexo.

1.2 – O objeto deste Termo de Fomento não consiste, envolve ou inclui, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, fiscalização, de exercício do poder de polícia ou outras atividades exclusivas do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

2.1 – São obrigações da administração pública:

2.1.1 – Designar Gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e de fiscalização;

2.1.2 – Registrar os atos de celebração, acompanhamento e

fiscalização da execução e a prestação de contas do presente Termo de Fomento;

2.1.3 – Orientar a organização da sociedade civil quanto à correta apresentação da prestação de contas, tendo como premissas a simplificação e a racionalização dos procedimentos;

2.1.4 – Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, independentemente de apresentação de prestação de contas devida pela organização da sociedade civil, o qual, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

c) máquinas e equipamentos cedidos pela administração pública, quando for o caso;

d) relatórios apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Fomento;

e) análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomarem em decorrência dessas auditorias.

2.1.5 – Liberar os recursos em obediência ao cronograma de desembolso;

2.1.6 – Viabilizar o acompanhamento pela Internet do processo de cessão dos equipamentos da parceria celebrada;

2.1.7 – Manter, em seu sítio oficial na Internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;

2.1.8 – Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos equipamentos/máquinas envolvidos na parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

3.1 – São obrigações da organização da sociedade civil:

3.1.1 – informar ao Município de São Lourenço do Oeste todas e quaisquer alterações estatutárias, incluindo a de composição de sua Diretoria, por ocasião de sua eventual ocorrência;

3.1.2 – divulgar, na internet ou em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com a administração pública, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

b) nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no CNPJ;

c) descrição do objeto da parceria;

d) valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

e) situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para sua apresentação e/ou a data em que foi apresentada, o prazo para sua análise e o resultado conclusivo;

f) quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;

3.1.3 – responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

3.1.4 – responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto ou restrição à sua execução;

3.1.5 – prestar contas da boa e regular utilização dos recursos ou dos bens no prazo de até 30 (trinta) dias do fim de cada exercício até o final de sua vigência;

3.1.6 – manter, durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas, em seu arquivo, os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

4.1 – O Gestor deste Termo de Fomento é o agente público responsável pela gestão da parceria celebrada, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização.

4.2 – Na hipótese de o Gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo Gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do Gestor.

4.3 – São obrigações do Gestor:

4.3.1 – acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

4.3.2 – informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

4.3.3 – emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pela administração pública e homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada;

4.3.4 – disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação

4.3.5 – comunicar ao administrador público as situações de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil.

4.3.6 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das atividades e metas pactuadas:

4.3.7 – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceria, qualquer que tenha sido a modalidade ou o título que lhes concedeu o direito de uso de tais bens, quando for o caso;

4.3.8 – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

5.1 – Este Termo de Fomento terá vigência até 31 de dezembro de 2018, conforme Plano de Trabalho, contados a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, por solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término inicialmente previsto.

5.2 – A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR TOTAL E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

6.1 – Os recursos financeiros para execução do objeto deste Termo de Fomento estão fixados em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) (conforme plano de trabalho da OSC), relativos ao presente exercício, à conta da dotação alocada no orçamento com a seguinte dotação orçamentaria:

Unidade	01 Secretaria de Administração e Fazenda
Funcional	04.122.4503.2.006 Manutenção das Atividades Da Secretaria de Administração e Fazenda e Planejamento
Modalidade de Aplicação	33.50.00.00.00.00.00 Transferências à instituições privadas sem fins lucrativos
Recurso	1000

6.2 - Os recursos financeiros serão transferidos em 01(uma) parcela, sendo :

1ª Parcela: até 30 de agosto de 2018, Valor R\$ 30.000,00;

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 – O presente Termo de Fomento deve ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada um pelas consequências da inexecução total ou parcial.

7.2 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

7.2.1 – datas e locais das atividades, incluindo o registro dos resultados em fotos e/ou vídeos, quantidade de público, listas de presença, locais de apresentação, material de divulgação (em que constem os créditos exigidos), clipagens e outros documentos comprobatórios das atividades realizadas e da execução do objeto pactuado.

7.3 – O não cumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho, resultando na não execução do objeto pactuado, implicará na obrigatoriedade de apresentação de relatório de utilização, sua vinculação com a execução do objeto e, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

a) material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos e outros suportes;

b) relatório de execução de serviços do equipamento ora cedido.

7.4 – A administração pública deverá considerar ainda, em sua análise, os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

7.4.1 – relatório de visita técnica in loco eventualmente realizada durante a execução da parceria;

7.4.2 – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

7.5 – Para fins de avaliação quanto a eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, o parecer do Gestor acerca da prestação de contas da parceria celebrada deverá, obrigatoriamente, mencionar:

a) os resultados já alcançados e seus benefícios;

b) os impactos econômicos ou sociais;

c) o grau de satisfação do público alvo;

d) a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

7.6 – A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do término do exercício, ou, se a duração da parceria exceder um ano, no final de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.

7.6.1 – O prazo referido no item 7.6 poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado e aprovado pelo Gestor.

7.6.2 – O disposto no item 7.6.1 não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.

Órgão	06 Secretaria de Administração e Fazenda
-------	--

7.7 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública se dará no prazo máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período, devendo concluir, alternativamente, pela:

7.7.1 – aprovação da prestação de contas;

7.7.2 – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração da tomada de contas especial.

7.8 – As prestações de contas serão avaliadas:

7.8.1 – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

7.8.2 – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

7.8.3 – irregulares, quando comprovada quaisquer das seguintes circunstâncias:

7.8.4 – omissão no dever de prestar contas;

7.8.5 – descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;

7.8.6 – dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

7.8.7 – desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

7.9 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade.

7.9.1 – O prazo referido no item 7.9 é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, desde que dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação dos resultados.

7.9.2 – Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

7.10 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO DOS BENS

8.1 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os bens cedidos ou produzidos, quando for o caso, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 – O presente Termo de Fomento poderá ser rescindido a qualquer tempo e por qualquer dos partícipes, os quais somente responderão pelas obrigações e auferirão as vantagens do tempo em participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade da intenção rescisória.

9.2 – Ocorrendo a rescisão, não caberá aos partícipes qualquer direito à reclamação de indenização pecuniária, obrigando-os, entretanto, a apresentarem os relatórios das atividades desenvolvidas e a prestação de contas, até a data do encerramento do Termo de Fomento, bem como a restituição dos valores recebidos, se houver.

9.3 – A inexecução total ou parcial deste Termo de Fomento por qualquer dos partícipes ensejará sua denúncia e rescisão pela parte prejudicada, com as consequências previstas em Lei e neste instrumento.

9.4 – É atribuída à administração a prerrogativa para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de

paralisação, de modo a evitar a descontinuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

10.1.1 – advertência;

10.1.2 – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

10.1.3 – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1 – Deverá ser garantido o livre acesso dos servidores do Município de São Lourenço do Oeste, do controle interno e externo correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes ao presente Termo de Fomento, bem como aos locais de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 – Os partícipes elegem o Foro da Comarca de São Lourenço do Oeste - SC como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo de Fomento ou de sua participação, que não possam ser solucionados administrativamente, bem como para solucionar os litígios que possivelmente decorrerem deste instrumento.

12.2 – Tanto quanto possível, as partes se esforçarão para resolver amistosamente todos os casos omissos a este Termo de Fomento.

São Lourenço do Oeste (SC), 18 de junho de 2018.

Município de São Lourenço do Oeste

Rafael Caleffi

Prefeito Municipal

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Visto e aprovado pela Procuradoria Geral do Município, em 18 de junho de 2018.

ELISABETH REDIVO

OAB/SC 21.317

Procuradora Geral do Município

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

24/2018 TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 13/2018

Publicação Nº 1657311

24/2018 TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 13/2018.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. VILMAR SCHMAEDECKE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Anta Gorda, s/nº, interior, neste Município, inscrito no CPF nº. 938.411.089-20, RG nº. 3.299.783, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa VIGA CONSTRUTORA E INCORPORADORA, estabelecida na Rua Santa Catarina, nº 326, Apart. 203, Edifício Portal do Sol, CEP: 89874-000, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ Nº. 21.775.054/0001-07, inscrita na Junta comercial NIRE Nº 42600126590, neste ato representado pelo Sr. MOUSER DE MARCO, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº. 326, APTO 203, Centro, CEP: 89874-000, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF 045.865.349-74 e RG 3.667.776, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem aditar o contrato 13/2018, de acordo com o Edital do Processo Licitatório n.º 09/2018, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como finalidade o aditamento do prazo do contrato administrativo 13/2018 por mais 30(trinta) dias, a partir do dia 20/06/2018.

CLAUSULA SEGUNDA

Ficam as demais cláusulas e condições firmadas no contrato, inalteradas.

JUSTIFICATIVA: Este termo aditivo se justifica, devido à solicitação de aditivo de valores solicitado pela empresa, o qual esta em análise pelo setor de engenharia do município, demandando de mais tempo para conclusão da análise, e finalização burocrática do contrato.

E por ser esta a expressão de vontade dos contratantes, assinam o presente termo, em duas vias de igual teor.

São Miguel da Boa Vista, SC, 18 de junho de 2018.

VILMAR SCHMAEDECKE Prefeito Municipal	VIGA CONSTRUTORA E INCORPORADORA CNPJ nº. 21.775.054/0001-07 Representante Legal
--	---

EXTRATO FINAL DE PROCESSO LICITATÓRIO 28/2018

Publicação Nº 1656207

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 28/2018

Modalidade: Pregão Presencial

Registro de Preço

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório,

foram considerados vencedores para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO, DE CONSTRUÇÃO, TELEFONIA E SERVIÇOS AFINS, para as secretarias municipais, nas quantidades estimadas, para o período de 12 meses, as empresas QUIMICASOL EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº. 06.943.501/0001-98, no valor total de R\$ 9.450,00, e a empresa ROQUE IGNACIO MARSCHBACHER, inscrita no CNPJ sob nº 11.784.415/0001-10, no valor total de R\$ 166.310,00. São Miguel da Boa Vista/SC, em 18 de junho de 2018.

VILMAR SCHMAEDECKE

Prefeito Municipal

TERMO DE CREDENCIAMENTO 12/2018 FMS - CREDENCIAMENTO 04/2018 PROTESES

Publicação Nº 1656610

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 12/2018 FMS

TERMO DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E OU JURÍDICAS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS ODONTOLÓGICOS, DE MOLDAGEM E CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS SOB MEDIDA, PARA ATENDER A DEMANDA DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE.

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua São Luiz, 210, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.912.124/0001-82 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. VILMAR SCHMAEDECKE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Anta Gorda, s/nº, interior, neste Município, inscrito no CPF nº 938.411.089-20, RG nº. 3.299.783, doravante denominado CREDENCIANTE, e TAUANA PETRY, pessoa física, estabelecida na Rua Jose Bonifácio- 87, Centro, na Cidade de Maravilha - SC, inscrita no CPF sob nº 046.972.819-18, neste ato representada por sua proprietária, Sra. TAUANA PETRY brasileira, inscrita no CPF nº 046.972.819-18, portador da Cédula de Identidade nº 4.956.901, doravante denominado CREDENCIADA, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e processo de credenciamento 04/2018, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Edital tem por objeto o Credenciamento de Pessoas Físicas e ou jurídicas para serviços de PROFISSIONAIS ODONTOLÓGICOS DE MOLDAGEM E CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS SOB MEDIDA para munícipes Miguel Boa-Vistenses, conforme descrição e valores máximos descritos abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)
1	Prótese dentária total maxilar removível, confeccionada pelo cirurgião dentista credenciado, serviços de moldagem, próteses feitas de resina acrílica termo ativada e dentes de acrílico de estoque. Ajustes necessários.	625,00
2	Prótese dentária total mandibular removível, confeccionada pelo cirurgião dentista credenciado, serviços de moldagem, próteses feitas de resina acrílica termo ativada e dentes de acrílico de estoque. Ajustes necessários.	625,00

3	Prótese dentária parcial maxilar removível, pelo cirurgião dentista credenciado, serviços de moldagem, próteses feitas de resina acrílica termo ativada e dentes de acrílico de estoque. Ajustes necessários.	775,00
4	Prótese dentária parcial mandibular removível, pelo cirurgião dentista credenciado, serviços de moldagem, próteses feitas de resina acrílica termo ativada e dentes de acrílico de estoque. Ajustes necessários.	775,00
5	Reembasamento de próteses dentárias totais ou parciais, realizadas a partir de substituição da pasta zinco enólica que está sobre a parte interna da prótese colocada pelo cirurgião-dentista por resina acrílica termo ativada.	232,50
6	Conserto de próteses dentárias totais ou parciais (quebradas). Feitas de estrutura metálica fundida, resina acrílica termo ativada e dentes de acrílico de estoque.	127,50

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Os valores máximos que serão pagos pelo Município ao Credenciado(a) por serviço realizado, conforme informado no Anexo I do edital de credenciamento 04/2018, conforme disponibilidade dos recursos financeiros, sendo que este deverão serem consultados pelo secretário da Saúde antes do encaminhamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO

Os Serviços serão prestados em sede própria da Credenciada, conforme necessidade do município, e mediante Autorização da Secretaria Municipal de Saúde, sendo que para isso a empresa deverá disponibilizar de um ambiente estruturado, além de profissionais, equipamentos e materiais adequados para o fim que se destina. A credenciada deverá mensalmente emitir nota fiscal e relatório com o nome, CPF, indicação do exame realizado, data e assinatura do paciente.

Além da documentação exigida, os credenciados poderão serem vistoriados a qualquer tempo, pela equipe designada pela administração municipal, a qual analisará e avaliará a documentação e realizará vistoria.

Fica reservada, ao município a faculdade de cancelar, no todo ou em parte, adiar, revogar, prorrogar ou anular o presente Credenciamento, de acordo com seus interesses sem direito, às entidades, a qualquer reclamação, indenização, reembolso ou compensação, recebendo tão somente o valor dos serviços já prestados.

CLAUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA:

O presente objetivo é a celebração de termo de credenciamento de natureza continuada, para realização dos serviços citados no anexo I do edital de credenciamento 04/2018, tendo como vigência, da assinatura do termo de credenciamento podendo ser renovado por até 60 meses quando do comum acordo entre as partes, podendo ser corrigido ao final de 12 meses conforme correção da tabela SUS.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

Os valores máximos que serão pagos pelo Município ao Credenciado(a) por Prótese, será aquele informado no Anexo I do edital de credenciamento 04/2018, proveniente da tabela SUS, conforme disponibilidade dos recursos financeiros, sendo que este deverão serem consultados pelo secretário da pasta antes da utilização dos serviços.

As autorizações para os serviços e seus respectivos pagamentos somente serão realizados conforme disponibilidade dos recursos financeiros, sob responsabilidade do Secretário(a) Municipal de Saúde do Município de São Miguel da Boa Vista mediante:

a) Para que seja realizado o pagamento dos serviços, a Credenciada deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, o relatório com documento de identificação do usuário, nome, assinatura e descritivo dos serviços executados.

b) Emissão de Nota Fiscal de Prestação de Serviço.

c) - Os valores serão pagos a CREDENCIADA mensalmente até o décimo segundo dia do mês subsequente a emissão da nota fiscal acompanhada das planilhas de controle, em conta corrente em nome do Credenciado, conforme a realização dos serviços, sendo que a emissão da nota fiscal deve ser efetuada até o ultimo dia útil do mês em curso;

d) - O preço dos serviços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 meses após o credenciamento, portanto durante a vigência do termo de credenciamento não haverá nenhum tipo de reajuste ou reequilíbrio, podendo ser prorrogado por até 60 meses quando do comum acordo entre as partes e ser corrigido ao final de 12 meses quando do comum acordo conforme correção da tabela SUS.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA E CREDENCIANTE

I - O credenciamento caracteriza uma relação de credenciamento com expectativa/possibilidade de aquisição/contratação de Serviço;

II - O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo às condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço serão de exclusiva responsabilidade da Credenciada.

IV - É vedado:

a) O credenciamento de pessoa ou empresa que possua em seu quadro social ou de empregados, prestador de serviços ou servidor público contratado sob qualquer título no município CREDENCIANTE, além de pessoa(s) ocupante(s) de cargo eletivo ou com registro oficial de candidatura a cargos políticos no município CREDENCIANTE sob pena de rescisão do termo de credenciamento;

b) A transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

Incumbe a administração municipal por intermédio do Secretário(a) Municipal de Saúde, ora nominado fiscal do contrato:

I - Fiscalizar o fornecimento do objeto contratado e o estabelecimento comercial, bem como atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste contrato.

II - efetuar os pagamentos à Contratada.

III - aplicar à Contratada as penalidades regulamentares em caso de necessidade.

Incumbe à Contratada, além de outras incluídas neste contrato:

I - realizar a prestação dos serviços, objeto do presente contrato, nos prazos e condições previstos conforme edital de credenciamento 04/2018;

II - pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais fornecidos;

III - franquear a entrada de servidores do Município para verificação/fiscalização do estabelecimento e, principalmente, a fiscalização da parte higiênica e de regularização junto aos órgãos competentes do estabelecimento;

IV - atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto do credenciamento;

V - manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

VI - assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o fornecimento do objeto licitado.

VII - fornecer materiais confiáveis, sob sua responsabilidade, conforme padrões usuais de mercado.

VIII - Responsabilizar-se civil e criminalmente por qualquer tipo de vazamento de informações e incompatibilidade dos resultados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS

A fiscalização e controle de termos de credenciamento ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, ora nominado fiscal do credenciamento, a qual deve aferir as quantidades executadas, qualidade dos serviços prestados e a existência de recurso antes do encaminhamento dos usuários.

CLÁUSULA OITAVA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos

correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias.

10.301.0009.2.035 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública.

CLAUSULA NONA – DAS SANÇÕES

A credenciada que deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na entrega do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar/credenciar com a Administração Pública, pelo prazo de até dois anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento infração a qualquer cláusula deste termo de credenciamento, ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - descredenciamento:

No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

As sanções previstas no inciso I da cláusula nona poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

CLÁUSULA DECIMA – DO DESCREDENCIAMENTO

O descredenciamento poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

- a) pela ocorrência de seu termo final;
- b) por solicitação do CREDENCIADO;
- c) por acordo entre as partes;
- d) unilateral, pelo CREDENCIANTE, por conveniência administrativa, ou após o devido processo legal, no caso de descumprimento de condição estabelecida no edital ou no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Maravilha - SC, para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solvidas administrativamente.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo, em três vias de igual teor e forma.

São Miguel da Boa Vista (SC) 06 de junho de 2018.

VILMAR SCHMAEDECKE	TAUANA PETRY
Prefeito Municipal	Cirurgiã Dentista

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 82/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1657329

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 1º ADT 82/2018 - Contrato Nº: 82/2018
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OES-
TE
Contratada...: A.S. JÚNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA
Valor :
Vigência : Início: 16/06/2018 Término: 16/07/2018
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2018
TOMADA DE PREÇO Nº 13/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE
MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXE-
CUÇÃO DE EXTENSÃO DE REDE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL
DO OESTE – SC, CONFORME PROJETO E ORÇAMENTO EM ANEXO.

São Miguel do Oeste, 15 de junho de 2018

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 87/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1657326

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 1º ADT 87/2018 - Contrato Nº: 87/2018
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OES-
TE
Contratada...: P & F PAVIMENTAÇÕES E SANEAMENTO EIRELI
Valor :
Vigência : Início: 04/07/2018 Término: 03/01/2019
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2018
TOMADA DE PREÇO Nº 16/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE
MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA OBRA
DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES EM PONTOS ISO-
LADOS, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO,
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTE-
GRANTES DESTES PROCESSOS LICITATÓRIOS.

São Miguel do Oeste, 18 de junho de 2018

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 89/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1657320

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 1º ADT 89/2018 - Contrato Nº: 89/2018
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OES-
TE
Contratada...: ALEX CONSTRUTORA LTDA - EPP
Valor : aditado R\$ 2.990,49 (dois mil e novecentos e no-
venta reais e quarenta e nove centavos)
suprimido o valor de R\$ 1.450,28 (um mil e quatrocentos e cin-
quenta reais e vinte e oito centavos)
Vigência : Início: 16/06/2018 Término: 16/07/2018
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2018
TOMADA DE PREÇO Nº 17/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE
MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS
PARA A REFORMA DO EDIFÍCIO DO CORPO DE BOMBEIROS, DE
ACORDO COM O MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO, CRONO-
GRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES
DESTES PROCESSOS LICITATÓRIOS

São Miguel do Oeste, 15 de junho de 2018

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 112/2017 - PREFEITURA

Publicação Nº 1657322

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 3º ADT 112/2017 - Contrato Nº: 112/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OES-
TE
Contratada...: E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA
Valor :
Vigência : Início: 04/07/2018 Término: 03/01/2019
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2017
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE
MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS
PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO AS-
FÁLTICA DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE
SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO
EDITAL.

São Miguel do Oeste, 15 de junho de 2018

CONTRATO 94/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1657318

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 94/2018
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OES-
TE

Contratada....: FLORESTAL JP LTDA
Valor : R\$ 72.300,00 (setenta e dois mil e trezentos reais).
Vigência : Início: 18/06/2018 Término: 17/11/2018
Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE COM FORNECIMENTO DE MUDAS PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO AJARDINAMENTO DA RUA WALDEMAR RANGRAB, TRECHO DA RUA CARLOS DALMAGRO ATÉ O TREVO; E, TAMBÉM GRAMA EM LEIVA PARA PLANTIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

São Miguel do Oeste, 18 de junho de 2018

DECRETO 8.997 APROVA DESDOBRAMENTO DE PARTE OS LOTES URBANOS N. 02 E 03, LOCALIZADOS NO BAIRRO SÃO SEBASTIÃO, DE PROPRIEDADE DE NATALINA RODRIGUES DA SILVA

Publicação Nº 1657275

DECRETO N. 8.997/2018

APROVA O DESDOBRAMENTO DE PARTE DOS LOTES URBANOS N. 02 E 03, LOCALIZADOS NO BAIRRO SÃO SEBASTIÃO, DE PROPRIEDADE NATALINA RODRIGUES DA SILVA E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e com base no artigo 3º, inciso III e artigo 82, § 2º da Lei Complementar n. 006/2011 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano).

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desdobramento de Parte dos Lotes Urbanos n. 02 e 03, com áreas respectivas de 212,28m² e 191,74m², totalizando 404,02m², matriculado no CRISMO sob nº 35.211, localizado na esquina das Ruas Professora Jurema Schacker e José Frederico Martinotto, bairro São Sebastião, perímetro urbano do Município de São Miguel do Oeste, de propriedade de Natalina Rodrigues da Silva, passando a ter as seguintes características e confrontações:

I – DESDOBRAMENTO

a) Parte do Lote Urbano nº 02 - A, com área de 204,02m², sito na esquina das Ruas Professora Jurema Schacker e José Frederico Martinotto, bairro São Sebastião, confrontando: ao NORTE, com a Rua Professora Jurema Schacker, medindo 11,00 m; ao NORDESTE, com a Rua Professora Jurema Schacker, medindo 7,07 m; ao LESTE, com a Rua José Frederico Martinotto, medindo 9,65 m; ao SUL, com parte do mesmo lote urbano nº 02, por linha seca de 14,00 m; ao OESTE, com parte do mesmo lote urbano nº 02, por linha seca de 14,41 m.

II – REMANESCENTE

a) Parte dos Lotes Urbanos nºs 02 e 03, com as áreas de 8,26m² e 191,74m², totalizando 200,00m², sito na Rua José Frederico Martinotto, bairro São Sebastião, confrontando: ao NORTE, com parte do mesmo lote urbano nº 02-A, por linha seca de 14,00 m; ao LESTE, com a Rua José Frederico Martinotto, medindo 15,35 m; ao SUL, com parte da chácara letra "G", por linha seca de 12,00 m; ao OESTE, com parte dos mesmos lotes urbanos nº 02 e 03, por linha seca de 15,42 m.

Art. 2º Fica a cargo dos proprietários a execução de eventuais

obras e registro no Cartório de Registro de Imóveis, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 18 de junho de 2018.

ALFREDO SPIER

Prefeito Municipal em exercício

MARLI DA ROSA

Secretária Municipal de Urbanismo

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial

dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

DECRETO 8.998 APROVA DESDOBRAMENTO DO LOTE URBANO N. 11-B, LOCALIZADO NO BAIRRO AGOSTINI, DE PROPRIEDADE DE RUI ROQUE ECHER, JOACIR ANTONIO DALVIT E JUAREZ PAULO DAL VITT

Publicação Nº 1657287

DECRETO N. 8.998/2018

APROVA O DESDOBRAMENTO DO LOTE URBANO N. 11-B, LOCALIZADO NO BAIRRO AGOSTINI, DE PROPRIEDADE DE RUI ROQUE ECHER, JOACIR ANTÔNIO DALVIT E JUAREZ PAULO DAL VITT E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e com base no artigo 3º, inciso III e artigo 82, § 2º da Lei Complementar n. 006/2011 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano).

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desdobramento do Lote Urbano nº 11-B, com área de 625,00m², matriculado no CRISMO sob nº 46.344, situado na Rua Ulisses Longhi, no Loteamento Araucária, bairro Agostini, perímetro urbano do Município de São Miguel do Oeste, de propriedade de Rui Roque Echer, Joacir Antônio Dalvit e Juarez Paulo Dal Vitt, passando a ter as seguintes características e confrontações:

I – DESDOBRAMENTO

a) Parte do lote urbano nº 11-B, da subdivisão do lote urbano nº 11, com área de 312,50m², confrontando: Ao norte, com a Rua Ulisses Longhi, medindo 12,50metros; Ao leste, com parte do mesmo lote urbano nº 11-B, por linha seca medindo 25,00metros; Ao sul, com o lote urbano nº 7-C, por linha seca medindo 12,50metros; Ao oeste, com o lote urbano nº 11-A, por linha seca medindo 25,00metros.

b) Parte do lote urbano nº 11-B, da subdivisão do lote urbano nº 11, com área de 312,50m², confrontando: Ao norte, com a Rua Ulisses Longhi, medindo 12,50metros; Ao leste, com o lote urbano nº 12-A, por linha seca medindo 25,00metros; Ao sul, com o lote

urbano nº 7-D, por linha seca medindo 12,50metros; Ao oeste, com parte do mesmo lote urbano nº 11-B, por linha seca medindo 25,00metros.

Art. 2º Fica a cargo dos proprietários a execução de eventuais obras e registro no Cartório de Registro de Imóveis, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 18 de junho de 2018.

ALFREDO SPIER

Prefeito Municipal em exercício

MARLI DA ROSA

Secretária Municipal de Urbanismo

Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Técnico Administrativo

DECRETO 8.999 APROVA REMEMBRAMENTO DOS LOTES URBANOS N. 27, 28, 29 E 30, LOCALIZADOS NO BAIRRO SÃO SEBASTIÃO, DE PROPRIEDADE DE CAMARA S/A CONSTRUÇÕES, INCORPORAÇÕES E EMPREENDIMENTOS

Publicação Nº 1657295

DECRETO N. 8.999/2018

APROVA O REMEMBRAMENTO DOS LOTES URBANOS N. 27, 28, 29 E 30, LOCALIZADOS NO BAIRRO JARDIM PEPERI, DE PROPRIEDADE DE CAMARA S/A CONSTRUÇÕES INCORPORAÇÕES E EMPREENDIMENTOS E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e com base no artigo 3º, inciso IV e artigo 82, § 2º da Lei Complementar n. 006/2011 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano).

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o remembramento dos lotes urbanos nº 27, com área de 236,50m2, matrícula nº 46.737; nº 28, com área de 236,50m2, matrícula nº 46.738; nº 29, com área de 236,50m2, matrícula nº 46.739 e nº 30, com área de 276,705m2, matrícula nº 46.740, situados na Rua Projeta "B", Loteamento Domeneghini II, bairro Jardim Peperi, perímetro urbano do Município de São Miguel do Oeste, de propriedade de Camara S/A Construções Incorporações e Empreendimentos, formando um único imóvel, com uma área total de 986,205m2, passando de ora em diante a terem as seguintes confrontações em conjunto:

I – REMEMBRAMENTO:

a) Lote urbano nº 27, com área de 236,50m2, lote urbano nº 28, com área de 236,50m2, lote urbano nº 29, com área de 236,50m2

e lote urbano nº 30, com área de 276,705m2, perfazendo um total de 986,205m2, confrontando-se em conjunto: Ao Norte, com os lotes urbanos nº 18, 17, 16 e 15, por linha seca medindo 41,70metros; Ao Leste, com o lote urbano nº 26, por linha seca medindo 23,65metros; Ao Sul, com a Rua Projetada "B", medindo 41,70metros; Ao Oeste, com o lote urbano nº 31, por linha seca medindo 23,65metros.

Art. 2º Fica a cargo dos proprietários a execução de eventuais obras e registro no Cartório de Registro de Imóveis, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 18 de junho de 2018.

ALFREDO SPIER

Prefeito Municipal em exercício

MARLI DA ROSA

Secretária Municipal de Urbanismo

Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Técnico Administrativo

DECRETO 9.000 APROVA REMEMBRAMENTO DE PARTE DOS LOTES URBANOS N. 658 E 659, LOCALIZADOS NO CENTRO, DE PROPRIEDADE DE JOANA LOCAÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA

Publicação Nº 1657307

DECRETO N. 9.000/2018

APROVA O REMEMBRAMENTO DE PARTE DOS LOTES URBANOS N. 658 E 659, LOCALIZADOS NO CENTRO, DE PROPRIEDADE DE JOANA LOCAÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e com base no artigo 3º, inciso IV e artigo 82, § 2º da Lei Complementar n. 006/2011 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano).

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o remembramento de parte dos lotes urbanos nº 658 e 659, com área de 296,00m2, matrícula nº 19.757 e da área de 800,00m2, matrícula nº 34.774, situados na Rua Almirante Tamandaré, centro, perímetro urbano do Município de São Miguel do Oeste, de propriedade de Joana Locação e Incorporação LTDA, formando um único imóvel, com uma área total de 1.096,00m2, passando de ora em diante a terem as seguintes confrontações em conjunto:

I – REMEMBRAMENTO

a) Parte dos lotes urbanos nº 658 e 659, com área de 296,00m2, matrícula nº 19.757 e da área de 800,00m2, matrícula nº 34.774,

perfazendo um total de 1.096,00m2, confrontando-se em conjunto: Ao Norte, com a Rua Almirante Tamandaré, medindo 27,40metros; Ao Leste, com o lote urbano nº 203-A, por linha seca medindo 40,00metros; Ao Sul, com parte do lote urbano nº 657, por linha seca medindo 27,40metros; Ao Oeste, com parte dos mesmos lotes urbanos nº 658 e 659, por linha seca medindo 40,00metros.

Art. 2º Fica a cargo dos proprietários a execução de eventuais obras e registro no Cartório de Registro de Imóveis, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 18 de junho de 2018.

ALFREDO SPIER

Prefeito Municipal em exercício

MARLI DA ROSA

Secretária Municipal de Urbanismo

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

PROC 148/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1656268

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2018

A Prefeitura Municipal, a partir do Prefeito Municipal em Exercício, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Material de Proteção Individual – EPI e Uniformes para utilização pelos servidores municipais, de acordo com o anexo I do Edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 04 de julho de 2018.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 18 de junho de 2018

ALFREDO SPIER

Prefeito Municipal em Exercício.

PROC 15/2018 - AGRICOLA

Publicação Nº 1656721

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2018

O Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrícola, a partir de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para elaboração e encaminhamento de projeto de licenciamento ambiental para perfuração de poços tubular profundo, conforme Lei Municipal nº 7.440/2017, de acordo com o anexo I do Edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 04 de julho de 2018.

Abertura: às 14hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 18 de junho de 2018.

RENATO ROMANCINI

Gestor do Fundo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO Nº71 /2018

Publicação Nº 1656850

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SE GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº71 /2018

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA .

ERNEI JOSÉ STAHELIN , Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara , Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei nº 1.169/2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) na dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.451.0010.1.071 – Construção de Passeios, Calçadas E Ciclovia R\$ 200.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0298– Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) na dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.0010.1.104 – Pavimentação e Recuperação De Ruas a Lajota R\$ 100.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0298– Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.0010.1.105 – Pavimentação e Recuperação De Ruas a Asfalto R\$ 100.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0298– Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 18 de junho de 2018.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº73/2018

Publicação Nº 1657304

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº73/2018

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art.7º da Lei 1.138/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009.2.058 – Func. e Manut. da Farmácia Básica R\$ 22.677,76

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0791 – Aplicações Diretas R\$ 22.677,76

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0793 – Aplicações Diretas R\$ 22.677,76

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 18 de junho de 2018.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

DECRETO Nº72/18

Publicação Nº 1656853

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº72/18

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DO INSPA.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei nº 1.166/2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Especial no total de R\$ 3.000,00 (Três mil reais) na dotação abaixo identificada:

12 - INSPA

12.01.4.272.0013.2.088 –Func. e Manutenção do Instituto
De Previdência -INSPA R\$ 3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.0003.0000 – Aplicação Direta R\$
3.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 3.000,00 (Três mil reais) na dotação abaixo identificada:

12.01.4.272.0013.2.088 –Func. e Manutenção do Instituto
De Previdência -INSPA R\$ 3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.0003.0000 – Aplicação Direta R\$
3.000,00

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 18 de junho de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Publicação Nº 1657186

Município de São Pedro de Alcântara - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2018
		RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	16.235.534,00	5.973.363,83
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.527.301,00	494.558,14
I.P.T.U.	373.301,00	71.560,64
I.S.S.	453.415,00	144.834,26
I.T.B.I.	182.925,00	82.504,43
I.R.R.F.	224.629,00	95.692,37
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	293.031,00	99.966,44
Contribuições	975.973,00	324.174,94
Receita Patrimonial	1.495.319,00	290.921,78
Aplicações Financeiras (II)	1.495.319,00	290.921,78
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	12.102.998,00	4.805.388,22
Cota-Parte do FPM	5.853.579,20	1.939.788,57
Cota-Parte do ICMS	2.602.364,00	1.008.207,67
Cota-Parte do IPVA	365.751,20	149.488,26
Cota-Parte do ITR	16.268,80	648,57
Transferências da LC 87/1996	10.369,60	3.259,26
Transferências da LC 61/1989	37.147,20	15.769,05
Transferências do FUNDEB	1.784.543,00	690.152,18
Outras Transferências Correntes	1.432.975,00	998.074,66
Demais Receitas Correntes	133.943,00	58.320,75
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	133.943,00	58.320,75
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	14.740.215,00	5.682.442,05
RECEITAS DE CAPITAL (V)	550.000,00	0,00
Operação de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de São Pedro de Alcântara - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre/2018			
RECEITAS PRIMÁRIAS		PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS(a)		
Outras Alienações de Bens		0,00		0,00	
Transferências de Capital		550.000,00		0,00	
Convênios		550.000,00		0,00	
Outras Transferências de Capital		0,00		0,00	
Outras Receitas de Capital		0,00		0,00	
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)		0,00		0,00	
Outras Receitas de Capital Primárias		0,00		0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)		0,00		0,00	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)		15.290.215,00		5.682.442,05	

DESPESAS PRIMÁRIAS		Até o Bimestre/2018				
DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
				PAGOS (b)	LIQUIDADOS	
DESPESAS CORRENTES (XIII)						
Pessoal e Encargos Sociais	15.072.393,63	5.395.011,77	4.189.044,74	4.141.384,59	0,00	168.547,36
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	8.584.874,64	2.687.521,04	2.643.253,76	2.597.244,15	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	89.772,00	24.762,40	24.762,40	24.762,40	0,00	0,00
Transferências Constitucionais e Legais	6.397.746,99	2.682.728,33	1.521.028,58	1.519.378,04	0,00	168.547,36
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	6.397.746,99	2.682.728,33	1.521.028,58	1.519.378,04	0,00	168.547,36
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	14.982.621,63	5.370.249,37	4.164.282,34	4.116.622,19	0,00	168.547,36
Investimentos	1.532.915,00	68.213,08	63.213,08	63.213,08	0,00	196.344,00
Inversões Financeiras	1.479.477,00	25.212,50	20.212,50	20.212,50	0,00	196.344,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	53.438,00	43.000,58	43.000,58	43.000,58	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de São Pedro de Alcântara - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2018				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	1.479.477,00	25.212,50	20.212,50	20.212,50	0,00	196.344,00	196.344,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	1.711.773,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	18.173.871,63	5.395.461,87	4.184.494,84	4.136.834,69	0,00	364.891,36	364.891,36
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		1.180.716,00					
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		-1.352.109,00					
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2018					
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)		VALOR INCORRIDO					
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)		290.921,78					
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		1.446.875,38					
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		-58.098,33					
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		ABAIXO DA LINHA					
		SALDO					
		Em 31 Dez 2017(a)	Até o Bimestre/2018(b)				
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		672.909,36	629.908,78				
DEDUÇÕES (XXIX)		3.669.090,60	4.635.747,86				
Disponibilidade de Caixa		3.669.090,60	4.635.747,86				
Disponibilidade de Caixa Bruta		3.690.872,37	4.683.511,99				
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		21.781,77	47.764,13				
Demais Haveres Financeiros		0,00	0,00				
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-2.996.181,24	-4.005.839,08				
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		1.009.657,84					

Continua 3/4

Município de São Pedro de Alcântara - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2018/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2018
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	-25.982,36
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXV)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)	1.035.640,20
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)	769.480,82
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.308.853,87
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	1.308.853,87
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 16/2018-FMS

Publicação Nº 1656433

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
- SCHROEDER – SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO
Nº. 16/2018-FMS

PROCESSO Nº. 35/2018-FMS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em aferição de balanças pra suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 20 de julho de 2018 às 08h45min.
Abertura do Processo: 20 de julho de 2018 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 19 de junho de 2018.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 45/2018-PMS

Publicação Nº 1656518

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
- SCHROEDER – SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 45/2018-PMS
PROCESSO Nº. 89/2018-PMS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para dedetização e limpeza e desinfecção de caixa d'água para suprir as necessidades Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12

meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 05 de julho de 2018 às 14h.

Abertura do Processo: 05 de julho de 2018 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 19 de junho de 2018.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 46/2018-PMS

Publicação Nº 1656375

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
- SCHROEDER – SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 46/2018-PMS
PROCESSO Nº. 93/2018-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de pessoa física ou jurídica, para realização de inseminações artificiais em bovinos no Município de Schroeder em horários tecnicamente adequados, finais de semana e feriados para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 19 de julho de 2018 às 08h45min.
Abertura do Processo: 19 de julho de 2018 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 19 de junho de 2018.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 47/2018-PMS

Publicação Nº 1656324

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 47/2018-PMS

PROCESSO Nº. 94/2018-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em serviço de terraplanagem e fornecimento de brita e pó de brita para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 18 de julho de 2018 às 08h45min.

Abertura do Processo: 18 de julho de 2018 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 19 de junho de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.507/2018, DE 7 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657605

DECRETO Nº 4.507/2018, DE 7 DE JUNHO DE 2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2018.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.325/2017 de 4 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 89.897,07 (oitenta e nove mil oitocentos e noventa e sete reais e sete centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.06.181.0014.2.056 - Manutenção Convênio Polícia Civil

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0011 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 600,00

02.01.06.181.0014.2.057 - Manutenção Convênio Polícia Militar

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0010 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 285,00

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.03.0010 - Obras e Instalações R\$ 14.937,36

02.05 - DIRETORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

02.05.04.182.0002.2.014 - Manutenção da Defesa Civil

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Patronais R\$ 1.000,00

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 2.000,00

03 - SECRETARIA MUN DE PLANEJAMENTO GESTÃO E FINANÇAS

03.01 - SETOR DE CONTABILIDADE E FINANCEIRO

03.01.04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0089 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 4.689,50

05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTE E LAZER

05.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

05.02.12.122.0003.2.009 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0087 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.273,50

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.361.0003.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 15.000,00

06 - SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.03 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO

06.03.15.451.0004.1.013 - Pavimentação Urbana

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.03.0034 - Obras e Instalações R\$ 45.111,71

07 - SECRETARIA MUN DE AGRIC IND COMÉRCIO E TURISMO

07.01 - DIRETORIA DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO

07.01.27.695.0008.2.042 - Manutenção das Ações do Turismo

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 5.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.06.181.0014.2.056 - Manutenção Convênio Polícia Civil

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0011 - Obras e Instalações R\$ 600,00

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.06.181.0014.2.057 - Manutenção Convênio Polícia Militar

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0010 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 285,00

02.05 - DIRETORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

02.05.04.182.0002.2.014 - Manutenção da Defesa Civil

3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.000,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 2.000,00

05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTE E LAZER

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.361.0003.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 15.000,00

07 - SECRETARIA MUN DE AGRIC IND COMÉRCIO E TURISMO

07.01 - DIRETORIA DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO

07.01.27.695.0008.2.042 - Manutenção das Ações do Turismo

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 5.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 7 de Junho de 2018.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

NOTIFICAÇÃO Nº 01/2018 – SMAS

Publicação Nº 1657595

NOTIFICAÇÃO nº 01/2018 – SMAS

Ata de Registro de Preços nº 60/2017-PMS

Processo de licitação nº. 140/2017 - PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 66/2017 – PMS

Fica a empresa BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.534.916/0001-36, estabelecida na Rua Amsterdam, 891, fundos, bairro Itoupavazinha, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89070-490, NOTIFICADA do inadimplemento da Ata de Registro de Preços nº 60/2017-PMS, firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra, cujo empenho nº 151/18 não efetuou a entrega de todos os produtos do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado, os demais itens deste empenho foram entregues dentro do prazo estabelecido.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
151/18	Item 10 – Blinder cliques com 5 cm de largura – grande, caixa com 12 unidades, preto	23/03/2018	5 dias consecutivos
	Item 113 – Plástico para pasta 4 furos, tamanho 24cmx32cm, espessura grossa, tamanho A4		
	Item 132 – Organizador de pasta suspensa com capacidade de armazenamento de no mínimo 06 pastas. Medidas mínimas 425x145x270mm, em acrílico com tampa e identificação.		

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 18 de junho de 2018.

Daiane Regina Azevedo Wolf

Diretora de Assistência Social

A

BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI

CNPJ sob o nº. 14.534.916/0001-36

(47) 3237-7167

NOTIFICAÇÃO Nº 013/2018 SMS

Publicação Nº 1657600

NOTIFICAÇÃO Nº 013/2018 SMS

Processo Licitatório nº. 33/2017

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 23/2017

Fica a empresa NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº. 11.034.934/0001-60, estabelecida na Avenida Egydio Geronimo Munareto, s/n – na cidade de Toledo, Estado do Paraná, CEP: 85915-175, NOTIFICADA do inadimplemento da Ata de Registro de Preços nº 20/2017 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido as Ordens de Compra, cujo empenho nº 1101/2018 não efetuou a entrega dos produtos no prazo estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações.

Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
1101/2018	Item 26 – AZITROMICINA 40MG/ML suspensão oral + DILUENTE FRASCO 60MG (100 frascos)	29/05/2018	06/06/2018
1101/2018	Item 10 – ALBENDAZOL 400MG blister com 1 comprimido	29/05/2018	06/06/2018
1101/2018	Item 103 – IBUPROFENO 600MG blister com 10 comprimidos	29/05/2018	06/06/2018
1101/2018	Item 10 – ALBENDAZOL 40MG/ML suspensão oral 10ml (400 frascos)	29/05/2018	06/06/2018

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 18 de junho de 2018.

Orlando Tecilla

Secretário de Saúde.

A

NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ nº. 11.034.934/0001-60

NOTIFICAÇÃO Nº 014/2018 SMS

Publicação Nº 1657601

NOTIFICAÇÃO Nº 014/2018 SMS

Processo Licitatório nº. 33/2017

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 23/2017

Fica a empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº. 81.706.251.0001-98, estabelecida na Rua Prof. Leonidas Ferreira da Costa, 830, na cidade de Curitiba, Estado Parana CEP: 80220-410, NOTIFICADA do inadimplemento da Ata de Registro de Preços nº 20/2017 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra, cujo empenho nº 1099 AF234/2018 não efetuou a entrega dos produtos no prazo estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações.

Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobede- cido
1099 AF 234/2018	Item 19 – Amoxicilina + Clavulanato de potássio 50mg/ml+12,5mg/ml (100 frascos)	29/05/2018	06/06/2018
1099 AF 234/2018	Item 129 – Metformina 850mg blister com 10 comprimidos	29/05/2018	06/06/2018
1099 AF 234/2018	Item 154 – Paracetamol 200mg/ml solução oral gotas (300 frascos)	29/05/2018	06/06/2018
1099 AF 234/2018	Item 168 – Sais para reidratação oral 27,9g (200 envelopes)	29/05/2018	06/06/2018

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 18 de junho de 2018.

Orlando Tecilla
Secretário de Saúde.

A
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
CNPJ nº. 81.706.251.0001-98
(41) 3332-9188.

NOTIFICAÇÃO Nº 02/2018 – SMAS

Publicação Nº 1657596

NOTIFICAÇÃO nº 02/2018 – SMAS

Ata de Registro de Preços nº 60/2017-PMS

Processo de licitação nº. 140/2017 - PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 66/2017 – PMS

Fica a empresa BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.534.916/0001-36, estabelecida na Rua Amsterdam, 891, fundos, bairro Itoupavazinha, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89070-490, NOTIFICADA do inadimplemento da Ata de Registro de Preços nº 60/2017-PMS, firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra, cujo empenho nº 299/18 não a entrega de todos os produtos do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações

Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite deso- bedecido
299/18	Itens 5, 7, 24, 30, 31, 44, 65, 66, 67, 69, 87, 91, 92, 97, 109, 110, 123, 132, 133 conforme especi- ficados no empenho.	29/05/2018	5 dias consecutivos

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 18 de junho de 2018.
Daiane Regina Azevedo Wolf
Diretora de Assistência Social

A
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI
CNPJ sob o nº. 14.534.916/0001-36
(47) 3237-7167

RETIFICAÇÃO 01 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018 SECEL/PMS

Publicação Nº 1656889

RETIFICAÇÃO 01 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018 SECEL/PMS

A Comissão do Processo Seletivo instituída pela Portaria n.º 7.484/2018, no uso das suas atribuições que lhe confere, considerando a necessidade de alterar o edital 001/2018-SECEL/PMS, torna público, que nesta data, foram retificadas as informações do Edital nº 001/2018-SECEL/PMS, passando a constar as seguintes informações:

1. No Edital 001/2018, item 6, onde se lê:

6.DAS INSCRIÇÕES:

6.1 As inscrições serão efetuadas exclusivamente nas formas descritas neste Edital.

6.2 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e em seus Anexos e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. Estas informações encontram-se disponíveis na página da Prefeitura Municipal de Schroeder na Internet, no endereço (www.schroeder.sc.gov.br).

6.3 As inscrições serão realizadas exclusivamente na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, situada a Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, no período compreendido entre as 8h30min às 11h e das 14h às 16h30min (horário de Brasília) de 18 de junho de 2018 a 29 de junho de 2018.

6.3.1 Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto ao cargo escolhido.

6.3.2 As orientações e procedimentos a serem seguidos para realização da inscrição estarão disponíveis na página do processo seletivo no endereço eletrônico (www.schroeder.sc.gov.br).

6.4 Todos os cargos deverão apresentar os documentos a seguir (originais e cópias):

a) Carteira de Identidade e CPF;

b) Comprovante de endereço (conta de água ou de luz);

c) Certificado de Conclusão conforme solicitado no cargo.

6.5 Não serão aceitas inscrições condicionais, via fax, via correio eletrônico, sms ou fora do prazo.

6.6 Ao preencher o Requerimento de Inscrição, o candidato deverá, obrigatoriamente, indicar nos campos apropriados, sendo vedadas alterações posteriores, sob pena de não ter a sua inscrição aceita no Processo Seletivo, o cargo ou cargo/área para o qual deseja concorrer à vaga com base no item 2 deste Edital.

6.7 Não serão admitidas, em nenhuma hipótese, duas ou mais inscrições do mesmo candidato às vagas/cargos ofertados neste Processo Seletivo.

6.7.1 Caso a documentação não esteja plenamente de acordo com as disposições editalícias, o candidato terá sua inscrição não homologada.

6.7.2 Na data máxima de 04 de julho de 2018 será publicada no site (www.schroeder.sc.gov.br) a relação nominal dos candidatos deferidos e indeferidos.

6.8 Quando do preenchimento do Requerimento de Inscrição, o candidato portador de deficiência que desejar concorrer às vagas reservadas para os candidatos portadores de deficiência deverá indicar sua opção no campo apropriado a este fim.

6.8.1 O candidato portador de deficiência deverá enviar, obrigatoriamente, via SEDEX postado até o dia 22 de junho de 2018, para a Comissão Responsável pelo Processo Seletivo de Schroeder, sito na Rua Marechal Castelo Branco, 3201 – Centro – Schroeder – Santa Catarina – CEP: 89.275-000, laudo médico ou atestado (original ou cópia autenticada) indicando a espécie, o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da classificação internacional de doenças (CID) vigente, bem como a provável causa da deficiência, bem como ao enquadramento previsto no artigo 4º do decreto federal nº. 3.298 de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo decreto federal nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004. Não serão considerados resultados de exames e/ou documentos diferentes do descrito e/ou que tenham sido emitidos a mais de 90 (noventa) dias.

6.8.2 O laudo médico ou atestado não será devolvido e não serão fornecidas cópias do mesmo.

6.8.3 A comprovação da tempestividade do envio do laudo médico ou atestado será feita pela data de postagem do SEDEX.

6.8.4 Se o candidato não cumprir o disposto nos subitens 6.7 e 6.7.1 deste Edital, este perderá o direito de concorrer às vagas reservadas para os candidatos portadores de deficiência.

6.9 O candidato, com deficiência, que necessitar de condição (ões) especial (ais) para realização da prova, no ato da inscrição, deverá informar a(s) condição (ões) especial (ais) de que necessita, sendo vedadas alterações posteriores. Caso não o faça, sejam quais forem os motivos alegados, fica sob sua exclusiva responsabilidade a opção de realizar ou não a prova.

6.9.1 O candidato amblíope deverá indicar sua condição, informando, no Requerimento de Inscrição, se deseja que sua prova seja confeccionada de forma ampliada. Neste caso, será oferecida prova com tamanho de letra correspondente a corpo 24.

6.9.2 O candidato com dificuldade de locomoção deverá indicar sua condição, informando, no Requerimento de Inscrição, se utiliza cadeira de rodas ou se necessita de local de fácil acesso.

6.9.3 O candidato que necessitar de condições especiais para escrever deverá indicar sua condição, informando, no Formulário de Inscrição, que necessita de auxílio para transcrição das respostas. Neste caso, o candidato terá o auxílio de um fiscal, não podendo a Prefeitura Municipal de Schroeder ser responsabilizado por parte do candidato, sob qualquer alegação, por eventuais erros de transcrição cometidos pelo fiscal.

6.9.4 O candidato deficiente auditivo que se utilize de equipamentos eletrônicos para ampliação da capacidade auditiva deverá informar essa situação no momento da inscrição, sob pena de não poder utilizar-se desse equipamento durante a realização das provas.

6.9.5 O candidato deverá informar a(s) condição (ões) especial (ais) de que necessita, caso não seja qualquer uma das mencionadas nos

subitens 6.8.1 ao 6.8.4 deste Edital.

6.9.6 A candidata que tiver a necessidade de amamentar no dia da prova deverá levar um acompanhante, que ficará com a criança em local reservado e diferente do local de prova da candidata.

A amamentação dar-se-á nos momentos em que se fizerem necessários, não tendo a candidata, nesse momento, a companhia do acompanhante; além de não ser dado qualquer tipo de compensação em relação ao tempo de prova dispensado com a amamentação. A não presença de um acompanhante impossibilitará a candidata de realizar a prova.

6.9.7 As condições especiais solicitadas pelo candidato para o dia da prova serão analisadas e atendidas, segundo critérios de viabilidade, proporcionalidade e razoabilidade, sendo comunicado do atendimento ou não de sua solicitação quando da Confirmação da Inscrição.

6.10 O candidato, ao efetivar sua inscrição, assume inteira responsabilidade pelas informações constantes no Requerimento de Inscrição, sob as penas da lei, bem como assume que está ciente e de acordo com as exigências e condições previstas neste Edital, do qual o candidato não poderá alegar desconhecimento.

6.11 A declaração falsa ou inexata dos dados constantes do Requerimento de Inscrição determinará o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos decorrentes dela, em qualquer época, assumindo o candidato as possíveis consequências legais.

6.12 O candidato somente será considerado inscrito no Processo Seletivo após ter cumprido todas as instruções descritas no item 6 deste Edital e todos os seus subitens.

Leia-se:

6.DAS INSCRIÇÕES:

6.1 As inscrições serão efetuadas exclusivamente nas formas descritas neste Edital.

6.2 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e em seus Anexos e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. Estas informações encontram-se disponíveis na página da Prefeitura Municipal de Schroeder na Internet, no endereço (www.schroeder.sc.gov.br).

6.3 As inscrições serão realizadas exclusivamente na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, situada a Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, no período compreendido entre as 8h30min às 11h e das 14h às 16h30min (horário de Brasília) de 20 de junho de 2018 a 05 de julho de 2018.

6.3.1 Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto ao cargo escolhido.

6.3.2 As orientações e procedimentos a serem seguidos para realização da inscrição estarão disponíveis na página do processo seletivo no endereço eletrônico (www.schroeder.sc.gov.br).

6.4 Todos os cargos deverão apresentar os documentos a seguir (originais e cópias):

a) Carteira de Identidade e CPF;

b) Comprovante de endereço (conta de água ou de luz);

c) Certificado de Conclusão conforme solicitado no cargo.

6.5 Não serão aceitas inscrições condicionais, via fax, via correio eletrônico, sms ou fora do prazo.

6.6 Ao preencher o Requerimento de Inscrição, o candidato deverá, obrigatoriamente, indicar nos campos apropriados, sendo vedadas alterações posteriores, sob pena de não ter a sua inscrição aceita no Processo Seletivo, o cargo ou cargo/área para o qual deseja concorrer à vaga com base no item 2 deste Edital.

6.7 Não serão admitidas, em nenhuma hipótese, duas ou mais inscrições do mesmo candidato às vagas/cargos ofertados neste Processo Seletivo.

6.7.1 Caso a documentação não esteja plenamente de acordo com as disposições editalícias, o candidato terá sua inscrição não homologada.

6.7.2 Na data máxima de 04 de julho de 2018 será publicada no site (www.schroeder.sc.gov.br) a relação nominal dos candidatos deferidos e indeferidos.

6.8 Quando do preenchimento do Requerimento de Inscrição, o candidato portador de deficiência que desejar concorrer às vagas reservadas para os candidatos portadores de deficiência deverá indicar sua opção no campo apropriado a este fim.

6.8.1 O candidato portador de deficiência deverá enviar, obrigatoriamente, via SEDEX postado até o dia 22 de junho de 2018, para a Comissão Responsável pelo Processo Seletivo de Schroeder, sito na Rua Marechal Castelo Branco, 3201 – Centro – Schroeder – Santa Catarina – CEP: 89.275-000, laudo médico ou atestado (original ou cópia autenticada) indicando a espécie, o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da classificação internacional de doenças (CID) vigente, bem como a provável causa da deficiência, bem como ao enquadramento previsto no artigo 4º do decreto federal nº. 3.298 de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo decreto federal nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004. Não serão considerados resultados de exames e/ou documentos diferentes do descrito e/ou que tenham sido emitidos a mais de 90 (noventa) dias.

6.8.2 O laudo médico ou atestado não será devolvido e não serão fornecidas cópias do mesmo.

6.8.3 A comprovação da tempestividade do envio do laudo médico ou atestado será feita pela data de postagem do SEDEX.

6.8.4 Se o candidato não cumprir o disposto nos subitens 6.7 e 6.7.1 deste Edital, este perderá o direito de concorrer às vagas reservadas para os candidatos portadores de deficiência.

6.9 O candidato, com deficiência, que necessitar de condição (ões) especial (ais) para realização da prova, no ato da inscrição, deverá informar a(s) condição (ões) especial (ais) de que necessita, sendo vedadas alterações posteriores. Caso não o faça, sejam quais forem os motivos alegados, fica sob sua exclusiva responsabilidade a opção de realizar ou não a prova.

6.9.1 O candidato ambliope deverá indicar sua condição, informando, no Requerimento de Inscrição, se deseja que sua prova seja confeccionada de forma ampliada. Neste caso, será oferecida prova com tamanho de letra correspondente a corpo 24.

6.9.2 O candidato com dificuldade de locomoção deverá indicar sua condição, informando, no Requerimento de Inscrição, se utiliza cadeira de rodas ou se necessita de local de fácil acesso.

6.9.3 O candidato que necessitar de condições especiais para escrever deverá indicar sua condição, informando, no Formulário de Inscrição, que necessita de auxílio para transcrição das respostas. Neste caso, o candidato terá o auxílio de um fiscal, não podendo a Prefeitura Municipal de Schroeder ser responsabilizado por parte do candidato, sob qualquer alegação, por eventuais erros de transcrição cometidos pelo fiscal.

6.9.4 O candidato deficiente auditivo que se utilize de equipamentos eletrônicos para ampliação da capacidade auditiva deverá informar essa situação no momento da inscrição, sob pena de não poder utilizar-se desse equipamento durante a realização das provas.

6.9.5 O candidato deverá informar a(s) condição (ões) especial (ais) de que necessita, caso não seja qualquer uma das mencionadas nos subitens 6.8.1 ao 6.8.4 deste Edital.

6.9.6 A candidata que tiver a necessidade de amamentar no dia da prova deverá levar um acompanhante, que ficará com a criança em local reservado e diferente do local de prova da candidata.

A amamentação dar-se-á nos momentos em que se fizerem necessários, não tendo a candidata, nesse momento, a companhia do acompanhante; além de não ser dado qualquer tipo de compensação em relação ao tempo de prova dispensado com a amamentação. A não presença de um acompanhante impossibilitará a candidata de realizar a prova.

6.9.7 As condições especiais solicitadas pelo candidato para o dia da prova serão analisadas e atendidas, segundo critérios de viabilidade, proporcionalidade e razoabilidade, sendo comunicado do atendimento ou não de sua solicitação quando da Confirmação da Inscrição.

6.10 O candidato, ao efetivar sua inscrição, assume inteira responsabilidade pelas informações constantes no Requerimento de Inscrição, sob as penas da lei, bem como assume que está ciente e de acordo com as exigências e condições previstas neste Edital, do qual o candidato não poderá alegar desconhecimento.

6.11 A declaração falsa ou inexata dos dados constantes do Requerimento de Inscrição determinará o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos decorrentes dela, em qualquer época, assumindo o candidato as possíveis consequências legais.

6.12 O candidato somente será considerado inscrito no Processo Seletivo após ter cumprido todas as instruções descritas no item 6 deste Edital e todos os seus subitens.

Schroeder (SC), 14 de junho de 2018.

Comissão Processo Seletivo

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 33/2018-PMS

Publicação Nº 1656069

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2018

Número do Registro de Preços: 31/2018		Data do Registro: 18/06/2018		Válido até: 18/06/2019			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Gasolina Comum para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde,					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Gasolina Comum	LT	WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA. (13603)	WDCom	0	4,1500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2018

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 31/2018		Data do Registro: 18/06/2018		Válido até: 18/06/2019			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Gasolina Comum para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde,							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13 (9634)	SHELL	0	4,1790	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 31/2018

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 31/2018		Data do Registro: 18/06/2018		Válido até: 18/06/2019	
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Gasolina Comum para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saúde,					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2018
PROCESSO Nº 74/2018

(9634) - POSTO AGRICOPEL LTDA - FILIAL 13
(13603) - WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

Schroeder, 18 de Junho de 2018.

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 1446

Publicação Nº 1657442

DECRETO Nº 1446, DE 18 DE JUNHO DE 2018

Abre créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior no valor de R\$ 108.700,39.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do art. 31 da Lei 1951, de 13 de dezembro de 2017 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2018 – LDO e dá outras providências, e combinado com alínea “b”, do inciso IV, do art. 4º da Lei 1954 de 27 de dezembro de 2017, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2018 e com o inciso I § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão: 8 SECRETARIA MUNICIPAL DO INTERIOR

Unidade: 1 Departamento do Interior

Projeto Atividade: 2251 – Operacionalização das Ações do Transporte Rodoviário Municipal

Modalidade: 291 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0745 – Aplicações DiretasR\$ 104.199,72

Órgão: 17 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. ECONÔMICO

Unidade: 2 Departamento de Turismo e Eventos

Projeto Atividade: 2259 – Ações para o Desenvolvimento e realizações de Eventos e Exposições

Modalidade: 292 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0829 – Aplicações Diretas R\$ 4.340,00

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO MUNICIPAL

Unidade: 5 Fundo Municipal de Defesa Civil - FMDC

Projeto Atividade: 2202 – Ações e Reestruturação da Coordenadoria de Defesa Civil

Modalidade: 293 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0821 – Aplicações DiretasR\$ 160,67

TOTALR\$ 108.700,39

--	--

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

Fonte Financiadora: Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior por Fonte de Recursos:

Fonte: 0.3.0745 – Fundo Especial do Petróleo – FEP R\$ 104.199,72

Fonte: 0.3.0829 –Convênio SEITEC 2017TR1288 R\$ 4.340,00

Fonte: 0.3.0821 – ADR/SEARA Transf. 2017TR001224 R\$ 160,67

TOTALR\$ 108.700,39

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 18 de junho de 2018

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 18 de junho de 2018

Neri Cosmann

Secretário de Administração

DECRETO Nº 1447

Publicação Nº 1657426

DECRETO Nº 1447, DE 18 DE JUNHO DE 2018

Abre crédito adicional suplementar pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 87.610,64.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II e III do art. 31 da Lei 1951, de 13 de dezembro de 2017, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2018 – LDO e dá outras providências, e combinado com alínea “a”, do inciso IV, do art. 4º da Lei 1954 de 27 de dezembro de 2017, que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2018 e com o inciso II § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Unidade: 2 Gerência de Ensino Fundamental

Projeto Atividade: 2.230 Ações do Transporte Escolar no Ensino Fundamental

Modalidade: 290 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0843 Aplicações Diretas R\$ 87.610,64

TOTAL GERAL
...R\$ 87.610,64

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recurso:

Fonte Financiadora: Excesso de Arrecadação:

Fonte: 0.1.0843 – FNDE/FPM – Apoio aos Entes R\$ 87.610,64

TOTAL GERAL
....R\$ 87.610,64

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 18 de junho de 2018

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 18 de junho de 2018

Neri Cosmann

Secretário de Administração

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 45/2018

Publicação Nº 1656643

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 45/2018

Convoca aprovado para admissão imediata, em caráter temporário, nos termos do Edital de Processo Seletivo nº. 29/2017.

O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos incisos X e XIII do artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, inciso I do art. 9º e art. 11 da lei complementar nº. 18/2003, combinadas com as disposições do item 10 – Do Preenchimento Das Vagas, do Edital nº 29/2017, CONVOCA:

Art. 1º Ficam convocados para admissão imediata, em caráter temporário, considerando-se para tal o período de 3 (três) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a requerimento do interessado, respeitada a ordem de classificação, os candidatos a seguir, aprovados no Processo Seletivo Público nº. 29/2017, para a vaga de trabalho a seguir mencionada:

I - Cargo: AGENTE DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL – 40H

Número de vagas: 02 vagas

Prazo do contrato: 01 (um) ano

Candidato: 6º lugar – Sandra Aparecida Antunes de Lima

7º lugar – Andressa Carla Pereira

Art. 2º As convocadas por este Edital, deverão comparecer até o dia 21 de junho de 2018, no Departamento de Recursos Humanos, na Avenida Anita Garibaldi, nº 371, Seara/SC, nesta Cidade, para dar ciência no Termo de Convocação e receber a relação de documentos necessários para a sua nomeação ao cargo, no horário das 08h00min às 11h30min horas e das 13h00min às 17h30min horas.

Art. 3º O não comparecimento dos candidatos para apresentação da documentação especificada no Termo de Convocação previsto no artigo anterior, dentro do prazo estabelecido, será entendido como renúncia tácita.

Parágrafo único. Os candidatos convocados, impossibilitados de comparecer no prazo previsto no artigo 2º do presente Edital e início de atividades previsto no mesmo artigo, poderão requerer diretamente ao Secretário Municipal da Administração a prorrogação do prazo até a data de início de suas atividades, podendo ser deferido ou indeferido o requerimento mediante interesse público.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 18 de junho de 2018.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 18 de junho de 2018.

Neri Cosmann

Secretário de Administração

telefones (49) 3452-8327.

Seara, SC, 18 de junho de 2018.

Flávio Joel Zolet

Secretário Municipal de Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2018 - FMS - RP

Publicação Nº 1657088

Fundo Municipal de Saúde

Processo Licitatório nº 017/2018.

Edital de Pregão Presencial nº 007/2018 - FMS - Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., através da Secretaria Municipal da Saúde/Fundo Municipal da Saúde, pelo seu Secretário e Gestor do Fundo Municipal da Saúde, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº 10.520/02 e lei nº 8.666/93 estará recebendo até as 08h30min do dia 04/07/2018, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de gás oxigênio medicinal e locação de equipamentos concentradores de oxigênio. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município e informações pelos

Sombrio

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº. 058/2018

Publicação Nº 1657449

LEI COMPLEMENTAR Nº 058, DE 12 DE JUNHO DE 2018.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 049, DE 27 DE JANEIRO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE FUNÇÃO GRATIFICADA, CRIA AS VAGAS DE GRATIFICAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, em exercício, Senhora Gislane Dias da Cunha, faz saber a todos os habitantes do Município que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

art. 1º. o anexo Único da lei complementar nº 049, de 27 de janeiro de 2017, passa a vigorar conforme anexo a esta lei complementar.

ANEXO ÚNICO

FUNÇÃO GRATIFICADA - FG
(Lei Complementar nº. 049, de 27 de janeiro de 2017)

QTDE.	ESPECIFICAÇÃO	NÍVEL	VALOR R\$	ATRIBUIÇÕES
07 12	Encarregado de Serviços	FG- 06	300,00	Execução de serviço em caráter complementar a atribuição do cargo ou atribuição interina de atividade operacional; Coordenação e execução de serviços em locais isolados, de difícil acesso ou fora do expediente normal da Unidade.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias do grupo de despesas pessoal e encargos sociais, do orçamento do exercício em que ocorrerem.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 12 de junho de 2018.

Gislane Dias da Cunha
Prefeito Municipal e.e

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretária Municipal de Finanças e Administração

LEI COMPLEMENTAR Nº. 059/2018

Publicação Nº 1657452

LEI COMPLEMENTAR Nº 059, DE 12 DE JUNHO DE 2018.

CRIA O CARGO DE AGENTE DE TRANSITO, INSERE O CARGO CRIADO NOS ANEXOS I, II E III DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 039, DE 30 DE JUNHO DE 2015 (PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, em exercício, Senhora Gislane Dias da Cunha, faz saber a todos os habitantes do Município que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Os Anexos I, II, III e VII de que trata o artigo 4º da Lei Complementar Municipal nº 039/2015, passam a vigorar com a inserção do cargo de Agente de Transito, com 1 (uma) vaga, habilitação profissional, atividades específicas e vencimentos, conforme disposto na presente Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio, 12 de junho de 2018.

Gislane Dias da Cunha
Prefeito Municipal e.e

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretária Municipal de Finanças e Administração

ANEXO I
(parte integrante da Lei Complementar 059/2018)

NOMINATA DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO I I – ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO - ATM

Agente de Transito – 40 horas ANEXO II
(parte integrante da Lei Complementar 059/2018)

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO

Categorias Funcionais	Habilitação Profissional
Agente de Transito	Portador de Certificado de Conclusão de Ensino Médio Técnico, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão, se houver, e Experiência comprovada na área de atuação.

As categorias funcionais serão inseridas no anexo II da Lei Complementar Municipal n.º 039/2015 de acordo com a ordem alfabética da denominação.

ANEXO III
(parte integrante da Lei Complementar 059/2018)

ATIVIDADES ESPECÍFICAS

Nome do cargo	Atividades Específicas
Agente de Transito	<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Sob coordenação da Secretaria Municipal de Obras Infraestrutura e Serviços Urbanos (Diretor de Trânsito), Realizar tarefas inerentes à área de trânsito.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA:</p> <ol style="list-style-type: none">1)Executar serviços de manutenção e segurança no trânsito;2) Executar atividades relativas à orientação e educação no trânsito;3)Executar a fiscalização do trânsito;4)Atuar e aplicar as penalidades legais relativas ao trânsito;5)Executar serviços de apoio administrativo;6) executar outras tarefas correlatas. <p>CONDIÇÕES DE TRABALHO:</p> <p>Geral: Carga horária semanal de 40 horas, sujeito a designação para atendimento em outros órgãos da Administração Municipal, viagens e execução de tarefas em expediente externo custeado pelo Município;</p>

As descrições das atividades de cada cargo serão inseridas no anexo III da Lei Municipal n.º 039/2015 de acordo com a ordem alfabética da denominação.

ANEXO VII
(parte integrante da Lei Complementar 059/2018)

GRUPOS OCUPACIONAIS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL, FUNÇÕES E NÍVEL DE VENCIMENTO

GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS

Quantidade	Cargo	Código	Vencimentos
01	Agente de Transito	2.2.01	R\$ 2.896,00

Os vencimentos serão inseridos no anexo VII da Lei Municipal n.º 039/2015 de acordo com a ordem crescente dos códigos de cada cargo.

LEI COMPLEMENTAR Nº. 060/2018

Publicação Nº 1657456

LEI COMPLEMENTAR Nº 060, DE 12 DE JUNHO DE 2018.

ALTERA O NÚMERO DE VAGAS DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, ANEXO VIII, GRUPO III, COM INSERÇÃO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 039, DE 30 DE JUNHO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, em exercício, Senhora Gislane Dias da Cunha, faz saber a todos os habitantes do Município que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. O Anexo VII, Grupo III, partes integrantes da Lei Complementar Municipal nº 039, de 30 de junho de 2015, passa a vigorar com o acréscimo de 15 (quinze) vagas no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme habilitação profissional, atividades específicas e vencimentos correspondentes.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio, 12 de junho de 2018.
Gislane Dias da Cunha
Prefeito Municipal e.e

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretária Municipal de Finanças e Administração

LEI COMPLEMENTAR Nº. 061/2018

Publicação Nº 1657458

LEI COMPLEMENTAR Nº 061, DE 12 DE JUNHO DE 2018.

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 780, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990, QUE INSTITUIU O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, em exercício, Senhora Gislane Dias da Cunha, faz saber a todos os habitantes do Município que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. O artigo 92º da Lei Municipal nº 780, de 28 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 92 - Não será admitido o parcelamento da taxa de licença.

Art. 92-A - As ME e as EPP optantes do Simples Nacional que se encontrem sem movimento há mais de três anos poderão dar baixa nos registros dos órgãos públicos municipais, independentemente do pagamento de taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega das respectivas declarações nesses períodos.

Parágrafo único. A baixa prevista neste artigo poderá ser dada de ofício, não impedindo que posteriormente, sejam lançados e exigidos valores apurados em decorrência da prática, comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial, de irregularidades praticadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, inclusive impostos, contribuições e respectivas penalidades, reputando-se solidariamente responsáveis os titulares ou sócios.

Art. 92-B – As ME e as EPP optantes do Simples Nacional, inclusive os MEIs, que protocolarem a baixa até o dia 10 de março, data em que vence o alvará anual, pagará o TLL do ano corrente, proporcional a quantidade de meses do protocolo.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 12 de junho de 2018.
Gislane Dias da Cunha
Prefeito Municipal e.e

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretária Municipal de Finanças e Administração

LEI Nº. 2369/2018

Publicação Nº 1657427

LEI Nº. 2369 DE 05 DE JUNHO DE 2018.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 2350 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017, QUE “DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE NOVAS LIGAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA E ESGOTO EM LOTEAMENTOS CLANDESTINOS SEM A PRÉVIA CONSULTA AO MUNICÍPIO DE SOMBRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal Aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O inciso IV do parágrafo primeiro do Art. 1º da Lei nº 2350, de 27 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

IV.Área Urbana Consolidada: parcela da área urbana com malha viária implantada e que tenha, no mínimo, 2 (dois) dos seguintes equipamentos de infra-estrutura urbana implantados:

- a) drenagem de águas pluviais urbanas;
- b) esgotamento sanitário;
- c) abastecimento de água potável;
- d) distribuição de energia elétrica;
- e) limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos;

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Município de Sombrio (SC), 05 de junho de 2018.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças e Administração

PORTARIA Nº. 095/2018

Publicação Nº 1657459

PORTARIA Nº 095 DE 15 DE JUNHO DE 2018.

EXONERA A PEDIDO, SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, em exercício, Senhora Gislane Dias da Cunha, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003, e suas alterações.

RESOLVE:
Exonerar a Pedido o Servidor efetivo Sra. JANAINA SINARA DA

ROSA, Técnico de Enfermagem, matrícula nº 7851, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, nomeado pela Portaria nº 181, de 04 de julho de 2016.

Fica revogada a Portaria nº 181, de 04 de julho de 2016, e demais disposições em contrário.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 15 de junho de 2018.

Gislane Dias da Cunha
Prefeito Municipal e.e

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças e Administração

PORTARIA Nº. 096/2018

Publicação Nº 1657461

PORTARIA Nº. 096 DE 18 DE JUNHO DE 2018
NOMEIA SERVIDORES APROVADOS PELO CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/2015 (ADMINISTRAÇÃO)

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, em exercício, Senhora Gislane Dias da Cunha, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 combinado com a Lei nº. 1.414 de 20 de Maio de 2003, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital nº. 001/2015 (Administração), para o cargo de Técnico de Enfermagem 40 (quarenta) horas semanais, sendo que o referido candidato deverá comparecer no prazo de 10 (dez) dias, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Sombrio, munido dos documentos exigidos pelo Edital do Concurso Público nº. 001/2015, (Administração) para tomar posse:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Nome do Candidato	Classificação
Claudemir Borges de Oliveira	9

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 18 de junho de 2018.

Gislane Dias da Cunha
Prefeito Municipal e.e

Registrada e publicada nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças e Administração

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 0118/2018

Publicação Nº 1656960

DECRETO Nº 118 DE 18 DE JUNHO DE 2018.

"ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS NOS DIAS DE JOGOS DA SELEÇÃO BRASILEIRA NA COPA DO MUNDO 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica estabelecido turno único nas repartições públicas municipais de Sul Brasil/SC nos dias de jogos da Seleção Brasileira no período da copa do mundo de 2018.

Art. 2º Fica determinado que nos dias de jogos da seleção brasileira, as repartições públicas municipais funcionarão no horário das 7:00 h às 13:00 h, quando os jogos foram a tarde e quando os jogos foram de manhã das 12h00 às 18:00 exceto as escolas municipais que farão horário normal, sendo que no setor da Saúde deverá permanecer o plantonista e o telefone de plantão a disposição dos que necessitarem.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se disposições em contrária Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de junho de 2018.

ÉDER IVAN MARMITT

Prefeito de Sul Brasil

Registrado e publicado em data supra:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

Tangará

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 345, DE 14 DE JUNHO DE 2018. "DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 1657298

PORTARIA Nº. 345, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

"DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 24, inciso IV, da Lei n. 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1.º Declara dispensável a licitação para a aquisição de peças para conserto de Ônibus Escolar de placas MBZ-7596, da Secretaria Municipal de Educação, Juventude, Esporte e Lazer, no valor de R\$ 226,00 (duzentos e vinte e seis reais), da empresa MECANICA E AUTO PEÇAS TRENTIN LTDA, CNPJ nº 82.759.164/0001-08, conforme determina o inciso IV, do art. 24 da Lei 8.666/93.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 14 DE JUNHO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 347, DE 15 DE JUNHO DE 2018. "DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 1657302

PORTARIA Nº. 347, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

"DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 24, inciso XVII, da Lei n. 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1.º Declara dispensável a licitação para a revisão programada do veículo GM-CHEVROLET/ONIX de placas QIN-1253 pertencente à Secretaria de Saúde, Assistência Social e Habitação do Município de Tangará/SC, no valor de R\$ 727,80 (setecentos e vinte e sete reais e oitenta centavos), pela empresa AUTO MECANICA GERAL LTDA, conforme orçamento anexo.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 15 DE JUNHO DE 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2018

Publicação Nº 1656909

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº061/2018

Aos dezoito dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezoito, as quatorze horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 017/2017, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 061/2018, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto a LOCAÇÃO MONTAGEM E DESMONTAGEM DE MOVEIS E OBJETOS DE DECORAÇÃO PARA VII MOSTRA DO VINHO CATARINENSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO. Participam deste certame as seguintes empresas:

- 1) CLARISSE GELINSKI RICCI DECORAÇÕES ME, representada neste ato Clarisse Gelinski Ricci;
- 2) MARILSE SALETE DE COSTA DENARDI 42575923972, representada neste ato por Marilse Salete De Costa Denardi.

Iniciado o certame, passa a vista e rubrica nos envelopes pelos representantes presentes, analisado o credenciamento das empresas que estavam de acordo com o edital, sendo habilitadas para o certame, após passou-se para a abertura dos envelopes das propostas, constatou-se

que as empresas participantes encontram-se habilitadas para os lances. Passou-se então para fase dos lances, após sagrou-se vencedor dos lotes 1,2,3,4 e 5 a empresa MARILSE SALETE DE COSTA DENARDI 42575923972 com o valor total dos lotes de R\$ 8.616,00 (oito mil seiscentos e dezesseis reais). Após aberto o envelope da documentação que estava de acordo com as exigências do edital, passando para vistas e rubricas dos presentes. Não teve manifestação de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site www.tangara.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 18/06/2018. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 18 de Junho de 2018.

Paula Aline Taffarel Motter

Presidente da Comissão de Licitações

Camila Bruns

Willian José Zen

Membro da Comissão de Licitações Membro da Comissão de Licitações

CLARISSE GELINSKI

RICCI DECORAÇÕES ME

MARILSE SALETE DE COSTA DENARDI 42575923972

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2018

Publicação Nº 1656319

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº062/2018

Aos dezoito dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezoito, as dez horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 017/2017, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 062/2018, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLACAS E TOTENS SINALIZAÇÃO COM ASTES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO. Participam deste certame as seguintes empresas:

1) WILLIAN PABLO LAMPERTI ME, representada neste ato Daniela Zanin;

2) VISUAL CN MATERIAIS PUBLICITÁRIOS EIRELI, representada neste ato por Samuel Luiz Hoffmann.

Iniciado o certame, passa a vista e rubrica nos envelopes pelos representantes presentes, analisado o credenciamento das empresas que estavam de acordo com o edital, sendo habilitadas para o certame, após passou-se para a abertura dos envelopes das propostas, constatou-se que as empresas participantes encontram-se habilitadas para os lances. Passou-se então para fase dos lances, após sagrou-se vencedor dos itens 1 e 2 a empresa VISUAL CN MATERIAIS PUBLICITÁRIOS EIRELI com o valor total dos itens de R\$ 2.844,00 (dois mil oitocentos e quarenta e quatro reais). Após aberto o envelope da documentação que estava de acordo com as exigências do edital, passando para vistas e rubricas dos presentes. Não teve manifestação de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site www.tangara.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 18/06/2018. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 18 de Junho de 2018.

Paula Aline Taffarel Motter

Presidente da Comissão de Licitações

Camila Bruns Willian José Zen

Membro da Comissão de Licitações Membro da Comissão de Licitações

WILLIAN PABLO

LAMPERTI ME

VISUAL CN MATERIAIS PUBLICITÁRIOS EIRELI

PORTARIA Nº. 348, DE 18 JUNHO DE 2.018. CONCEDE ADICIONAL POR GRAU DE INSTRUÇÃO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1657303

PORTARIA Nº. 348, DE 18 JUNHO DE 2.018.

CONCEDE ADICIONAL POR GRAU DE INSTRUÇÃO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BÁU DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e c/c com Art. 38, da Lei Complementar nº060, de 02 de Janeiro de 2.012 e Artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder adicional por grau de instrução com aplicação do percentual de 10% (dez por cento), ao servidor ANTONIO LUIZ VALLER, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - CLASSE A, a partir de 18/09/2018.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e econômicos a vigorar em 18/09/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 18 JUNHO DE 2.018.

NADIR BÁU DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 349, DE 18 JUNHO DE 2.018. CONCEDE ADICIONAL POR GRAU DE INSTRUÇÃO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1657305

PORTARIA Nº. 349, DE 18 JUNHO DE 2.018.

CONCEDE ADICIONAL POR GRAU DE INSTRUÇÃO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BÁU DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e c/c com Art. 38, da Lei Complementar no060, de 02 de Janeiro de 2.012 e Artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder adicional por grau de instrução com aplicação do percentual de 10% (dez por cento), a servidora ADRIANA APARECIDA VARGAS BOGO CERONI, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I - CLASSE A, a partir de 18/09/2018.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e econômicos a vigorar em 18/09/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 18 JUNHO DE 2.018.

NADIR BÁU DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL**PR 070/2018**

Publicação Nº 1656600

MUNICÍPIO DE TANGARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2018

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 070/2018, a qual tem por objeto o registro de preço a CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO LÍQUIDO PARA LOCAÇÃO DE HORA CAMINHÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA. Os envelopes contendo a documentação e proposta de preço serão recebidos até às 14h00min do dia 29/06/2018, com abertura às 14h00min do mesmo dia. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Administrativa do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-1522. Tangará-SC, 18 de Junho de 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL**PROCESSO 111/2018 CHAMADA PÚBLICA 002/2018**

Publicação Nº 1656492

MUNICÍPIO DE TANGARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111/2018
CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2018

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que a licitação na modalidade Chamada Pública nº 002/2018, a qual tem por objeto é AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR, POR CHAMADA PÚBLICA, PARA COMPOR O CARDÁPIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2018. Os envelopes contendo a documentação e proposta de preço serão recebidos até às 14h00min do dia 11/07/2018, com abertura às 14h00min do mesmo dia. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Administrativa do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-1522. Tangará-SC, 18 de Junho de 2018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 032-2018

Publicação Nº 1656702

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 032/2018.
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2018.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para Contratação de Empresa para Ministrar Curso de Formação para o Mundo do Trabalho na Manutenção das Atividades de Apoio Socioeducativo para Crianças e Adolescentes, conforme termo de referência anexo I do Edital. O recebimento das propostas e documentação será até as 08h30min do dia 02/07/2018, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 08h40min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Baczinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, ou pelo site: WWW.tigrinhos.sc.gov.br. Tigrinhos (SC), 19 de junho de 2018.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 033-2018

Publicação Nº 1657166

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 033/2018.
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2018.
Licitação Exclusiva ME/EPP

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para Aquisição de Materiais Diversos Para Manutenção do Projeto Social "Viva Mais, Use Menos" do Serviço de Proteção Social Básica, de acordo com as especificações do edital. O recebimento das propostas e documentação será até as 13h30min do dia 02/07/2018, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 13h40min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Baczinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, ou pelo site: WWW.tigrinhos.sc.gov.br. Tigrinhos (SC), 19 de junho de 2018.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 152/2018

Publicação Nº 1657591

PORTARIA Nº. 152/2018. CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal Sra. JERRY ADRIANI BUTZKE SCHIRMER, Técnica em Enfermagem, 40 horas semanais, efetiva, cadastrada sob a matrícula nº 583/15, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 19 de Junho de 2018 até 17 de Agosto de 2018, retornando as atividades normais no dia 18 de Agosto de 2018, nos termos do art. 109 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado. Lei Municipal Complementar nº 035/2015

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE JUNHO DE 2018.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dezenove de junho de dois mil e dezoito.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

Tijucas

PREFEITURA

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE REALINHAMENTO Nº 183.PMT.2018

Publicação Nº 1656519

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE REALINHAMENTO DO CONTRATO Nº 183/PMT/16 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/PMT/16 - CONCORRÊNCIA Nº 046/PMT/16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADA: RODRIGUES & CAMARGO LTDA EPP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE INFANTIL SITUADA NO LOTEAMENTO FELLER, NO BAIRRO JOAIA, COM OS PARÂMETROS CONSTANTES DO TERMO DE ADESÃO Nº PAR 56847/2015 E PROJETOS COMPLEMENTARES QUE FAZEM PARTE DO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO, COM ÁREA CONSTRUÍDA DA UNIDADE DE 890,33M², CUJOS PROJETOS ESTÃO ANEXOS. O OBJETO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA ABRANGE CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS.

VALOR: 2,7120%

TIJUCAS/SC, 09 DE MAIO DE 2018.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 060/PMT/18 - PROCESSO 116/PMT/18 - INEXIGIBILIDADE 006/PMT/18

Publicação Nº 1657599

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 060/PMT/18 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/PMT/18- INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/PMT/18

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADA: ARACI DA SILVA BARENTIN ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVROS DE AUTORES DE TIJUCAS PARA SEREM DISTRIBUÍDOS ÀS UNIDADES DE ENSINO, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$: 8.000,00 (OITO MIL REAIS).

AMPARO LEGAL: Artigo 25, Inciso I, II e III da lei 8.666/93 e PARECER JURÍDICO FAVORÁVEL Nº 220/2018/PGM.

TIJUCAS/SC, 14 DE JUNHO DE 2018.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/SAMAE/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/SAMAE/2018

Publicação Nº 1656195

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. Büchelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 025/SAMAE/2018

Dispensa de Licitação nº 007/SAMAE/18

Objeto: Contratação de empresa especializada em suporte técnico para os serviços de manutenção em estrutura de informática dos computadores, servidores e periféricos (modens, impressoras, câmeras, etc), bem como suporte técnico junto aos Softwares dos Sistemas Betha, SCI e Kasperski Security do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, do Município de Tijucas/SC.

Contratado: CASA DA INFORMÁTICA ME.

Valor: R\$. 7.700,00 (Sete mil e setecentos reais).

Amparo Legal: Art. 24, II e Art. 23, I, "a" e II, "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável n. 222/2018/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/PMT/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 037/PMT/2018

Publicação Nº 1656148

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. Büchelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 117/PMT/2018

Dispensa de Licitação nº 037/PMT/18

Objeto: Aquisição de tatame de EVA e lona profissional fio 1000 para uso no revestimento dos pilares da quadra coberta da escola de Ensino Fundamental Santa Terezinha, Secretaria Municipal de Educação, do município de Tijucas/SC.

Contratado: PORTO SPORTS ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA.

Valor: R\$. 5.137,92 (Cinco mil, cento e trinta e sete reais e noventa e dois centavos).

Amparo Legal: Art. 24, II e Art. 23, I, "a" e II, "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável n. 221/2018/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

Timbé do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 11/2018_FMS

Publicação Nº 1656199

Estado de Santa Catarina
Município de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 11/2018

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul

Contratado: Jaime Simão ME

Objeto: Aquisição parcelada de peças e material de consumo para computadores impressoras e prestação de serviços técnicos para o Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, durante o exercício de 2018.

Valor: R\$ 32.830,12 (trinta e dois mil, oitocentos e trinta reais e doze centavos) global estimado

Vigência: de 28/05/2018 a 31/12/2018

EXTRATO DO CONTRATO 12/2018 FMS

Publicação Nº 1656201

Estado de Santa Catarina
Município de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 12/2018

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul

Contratado: Juliano Manenti 04456368900

Objeto: Aquisição parcelada de peças e material de consumo para computadores impressoras e prestação de serviços técnicos para o Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, durante o exercício de 2018.

Valor: R\$ R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) global estimado

Vigência: de 28/05/2018 a 31/12/2018

EXTRATO DO CONTRATO 78/2018

Publicação Nº 1656193

Estado de Santa Catarina
Município de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 78/2018

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Setep Construções S.A.

Objeto: Execução das obras de pavimentação asfáltica da Rua Aristides José Bom, no município de Timbé do Sul/SC.

Valor: R\$ 408.398,01(quatrocentos e oito mil, trezentos e noventa e oito reais e um centavo)

Vigência: 06 (seis) meses a partir de 15/06/2018

Timbó

PREFEITURA

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 12 2018 FCT - VENDA DE LIVROS

Publicação Nº 1657266

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 12/2018 FCT

A Fundação Cultural de Timbó torna público para conhecimento dos interessados, que está procedendo ao CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS JUNTO AO EVENTO "FEIRA DO LIVRO DE TIMBÓ 2018", ANEXO AO PAVILHÃO DE EVENTOS HENRY PAUL, DO DIA 08 A 12 DE AGOSTO, DISPONIBILIZANDO TODA ESTRUTURA DE ATENDIMENTO, MÃO DE OBRA, UTENSÍLIOS, ENTRE OUTROS, nos termos das condições estabelecidas no instrumento convocatório.

Os interessados poderão obter a íntegra do edital no endereço eletrônico www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes, ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br, e telefone (47) 3382-3655.

Timbó, 18/06/2018
JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente Fundação Cultural de Timbó

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 02 2018 FUMTRAN - MANUTENÇÃO SEMAFÓRICA

Publicação Nº 1657267

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018 FUMTRAN

OBJETO: serviço de manutenção preventiva e corretiva eletrotécnica e elétrica para os conjuntos semaforicos instalados nas ruas Indaial com Blumenau e araponguinhas com Blumenau, totalizando 20 (vinte horas mensais), com validade de 12 (doze) meses. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 3 de julho de 2018. ABERTURA: dia 3 de julho de 2018 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br, e telefone (47) 3382-3655.

TIMBO (SC), 18/06/2018
MOACYR CRISTOFOLINI JÚNIOR
Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 64 2018 PMT - MATERIAIS DE SEGURANÇA

Publicação Nº 1657268

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2018 PMT

OBJETO: aquisição de materiais de proteção e segurança destinados a atender as necessidades da administração direta e indireta. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14h30min do dia 02 de julho de 2018. ABERTURA: dia 02 de julho de 2018 às 14h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br, e telefone (47) 3382-3655.

Timbó, 18 de junho de 2018
DARCÍZIO BONA
Secretário de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola
ALFROH POSTAI
Secretário de Educação
MOACYR CRISTOFOLINI JÚNIOR
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente
DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES
Secretária de Saúde
JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente Fundação Cultural de Timbó
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária de Fazenda e Administração, representando o Fundo Municipal de Reequipamento da Polícia Militar
FÁBIO MELERE

Coordenador da Defesa Civil
JAIME JOEL AVENDANO JARA
Diretor Presidente Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 10 2018 SAMAE

Publicação Nº 1657269

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2018 – SAMAE

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal das licitantes BUSCHLE & LEPPER S/A, CNPJ nº 84.684.471/0003-18; PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA, CNPJ nº 80.696.479/0001-81 e QUIMISA S/A, CNPJ nº 43.683.069/0001-70 a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 26/06/2018

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 18 de junho de 2018.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

DECISÃO IMPUGNAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 05 2018 FMS - ALTERMED

Publicação Nº 1657278

DECISÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 05/2018 - FMS.

I. Dos Fatos:

1. O Município de Timbó/SC, através do Fundo Municipal de Saúde (localizado na Rua Aracaju, n.º 60, Centro), CNPJ n.º 11.422.955/0001-53, representado pela Secretária de Saúde e Assistência Social, Sra. Deise Adriana Nicholletti Mendes, lançou edital de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, com a finalidade de AQUISIÇÃO DE CÂMARA DE REFRIGERAÇÃO DESTINADA À REDE DE FRIO CENTRAL DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA PARA ARMAZENAMENTO DO ESTOQUE DE IMUNOBIOLOGICOS, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I (Termo de Referência) que acompanha o Ato Convocatório.

2. O edital foi publicado em 07/06/2018, tendo por data de abertura 20/06/2018 às 09:00h.

3. Em 14/06/2018, a empresa Altermed Material Médico Hospitalar, apresentou impugnação ao Edital supramencionado, alegando, em apertada síntese, que o instrumento convocatório é restritivo à competitividade tendo em vista a exigência de "carta do fabricante" ou "declaração do fabricante".

4. Ante a argumentação contida, solicita o ora Impugnante, que seja retificado e tornado sem efeito o instrumento convocatório no ponto afastando-se as exigências para ampliar a livre competição.

5. Segundo refere, tem por objetivo assegurar a todos os proponentes a oportunidade de competir em iguais condições, observando-se, dessa forma, princípios basilares do direito constitucional e administrativo.

6. É o breve relato dos fatos.

II. Da tempestividade:

7. Verifica-se a tempestividade e a regularidade da presente impugnação, atendendo ao preconizado no item 4.1 do presente edital que determina que em até 02 (dois) dias úteis antes do início da Sessão Pública e de abertura dos envelopes de propostas os interessados poderão solicitar por escrito esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

8. Isto porque a sessão resta agendada para 20/06/2018, sendo que o protocolo da presente ocorreu em 14/06/2018.

III. Do Mérito:

9. Analisando os termos da impugnação interposta pela r. Impugnante, no que diz respeito ao equívoco presente no ato convocatório, tem-se por DEFERIR o requerimento apresentado. Vejamos.

10. De acordo com Parecer Técnico datado de 15/06/2018, exarado pelo corpo técnico deste município, lavrado pelo Servidor Público Municipal Sr. Eduardo Espindola o item 7.3.4.3 do instrumento convocatório deve ser alterado, tendo em vista melhor atendem as necessidades da administração no que diz respeito a competição.

11. Ademais, razão assiste aos argumentos apresentados visto que o TCU entende que, em regra, a Administração Pública não pode demandar a declaração de fabricante, carta de solidariedade ou credenciamento como condição de habilitação do licitante.

12. A Corte ainda pondera que esse tipo de exigência confere ao fabricante o poder de decidir quais fornecedores poderiam participar do certame, tornando ainda mais tangível a restrição à ampla competitividade e a ofensa ao princípio da isonomia, em consequente redução à possibilidade de seleção da proposta mais vantajosa.

13. Desta forma, é pertinente a alteração do item nº 7.3.4.3 do instrumento convocatório para constar a seguinte redação: As Empresas licitantes deverão apresentar todos os documentos pertinentes ao objeto traduzido(s) para o português, especialmente no que se refere a manuais do produto, por Tradutor Público Juramentado. Esta tradução deverá ser em papel timbrado, possuir a matrícula de tradutor público expedida pela Junta Comercial do seu Estado. Estes documentos deverão vir com firma reconhecida do emitente ou cópia autenticada.

14. Neste sentido, vale destaque que a legislação brasileira confere ao administrador o poder discricionário, podendo-se escolher dentre várias alternativas legais a que se revelar mais vantajosa à administração pública.

15. Veja-se do conceito de poder discricionário, segundo Alexandre Magno Femande Moreira, "é aquele conferido por lei ao administrador público para que nos limites nela previstos e com certa parcela de liberdade, dote, no caso concreto, a solução mais adequada satisfazer o interesse público".

16. Portanto, atendendo ao princípio da eficiência, legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade, e considerando os fundamentos acima apresentados, decide-se pelo DEFERIMENTO da presente impugnação.

IV. Da Conclusão:

17. Ante todo o exposto e atendendo ao princípio da eficiência, legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade, e considerando os fundamentos acima apresentados, decide-se pelo DEFERIMENTO da presente Impugnação ao Edital de Pregão Presencial 05/2018 - FMS apresentada por Altermed Material Médico Hospitalar.

18. Altere-se a redação do item nº 7.3.4.3 do instrumento convocatório para constar: As Empresas licitantes deverão apresentar todos os documentos pertinentes ao objeto traduzido(s) para o português, especialmente no que se refere a manuais do produto, por Tradutor Público Juramentado. Esta tradução deverá ser em papel timbrado, possuir a matrícula de tradutor público expedida pela Junta Comercial do seu Estado. Estes documentos deverão vir com firma reconhecida do emitente ou cópia autenticada.

19. Dê ciência à Impugnante e publicidade a presente decisão, bem como se procedam às demais formalidades de publicidade determinadas em lei.

Timbó, 18 de junho de 2018.
Secretaria de Saúde e Assistência Social
Deise Adriana Nicholletti Mendes

DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO PREGÃO PRESENCIAL N.º 01 2018 FMS - LOCALMED

Publicação Nº 1657286

PROCESSO ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018 – FMS

DECISÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS EM EDITAL

Relatório:

Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar a responsabilidade da empresa LOCALMED DIAGNOSTICOS MEDICOS LTDA, pela prática de infração administrativa decorrente do descumprimento de obrigação prevista no Edital de Pregão Presencial nº 01/2018 FMS e na Ata de Registro de Preços de fls. 151/156, especialmente no que tange a não ter iniciado os serviços para os quais restou vencedora no certame referente ao Edital de Pregão Presencial nº. 01/2018 FMS, qual seja:

ITEM 1 - prestação de serviços de emissão de laudos de Raio-X, através de imagem disponibilizada pelo sistema próprio de telemedicina ou similar, e/ou imagem impressa em película.

Diante da classificação para fornecimento do item 01 acima, foi firmada a Ata de Registro de Preços de fls. 151/156, em 07/02/2018.

Na data de 27/02/2018 a Contratada entrou em contato com o Município, através da Secretaria de Saúde, solicitando o contato da equipe técnica responsável pelo Centro de Imagens e TI, para dar "andamento e direcionamento das atividades", que foi prontamente respondido com as informações necessárias, inclusive, na mesma data.

Ocorre que, após o ocorrido, a Contratada não entrou em contato com a municipalidade para iniciar os serviços que foi contratada, sendo estes imprescindível para o correto funcionamento da Secretaria de Saúde e Assistência Social, estando em mora com a municipalidade no que se refere a execução do trabalho.

Desta forma, seguindo procedimento administrativo próprio, em 22/03/2018 foi exarada e remetida, a Contratada, Notificação de Instauração de Processo Administrativo (fls. 07/08) via correio eletrônico (fls. 09) e correspondência postal (fls. 10), solicitando esclarecimentos e

providências urgentes acerca da inexecução contratual!

Em resposta, em 26/03/2018, a Contratada contrapôs a Notificação (fls. 28/30), alegando que estavam aguardando contato para dar andamento na implantação da operação, e ainda, que encontravam dificuldades para entrar em contato com o Município, contudo, tentariam solucionar os problemas o mais breve possível.

Posteriormente, na data de 29/05/2018 foi recebido o Memorando SESAS nº. 071-01/2018 (fls. 11/27), que trata do assunto em tela, vejamos:

Gize-se que até o presente momento, não foi iniciado o trabalho por parte da Contratada.

Sendo este o Relatório necessário, passamos à Fundamentação.

O item 19.1 do Edital de Pregão Presencial nº. 01/2018 FMS, em consonância com o disposto na Ata de Registro de Preços, dispõe sobre as obrigações da Contratada, da qual se extrai:

a) Cumprir todas as disposições constantes do Edital de Pregão Presencial nº 01/2018 FMS e anexos;

Ao não iniciar os serviços mesmo após solicitada, configura-se a inexecução total do objeto do Edital de Pregão Presencial nº 01/2018 FMS e respectiva Ata de Registro de Preços.

Veja-se que o artigo 3º da Lei 8.666/1993 dispõe que as licitações serão processadas e julgadas em conformidade com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Sendo assim, tem-se que a empresa Contratada está vinculada ao Edital de Pregão Presencial nº 01/2018 – FMS, devendo cumprir as obrigações ali determinadas, da mesma forma que é dever do Município em fiscalizar o que foi contratado, prezando pelo seu correto cumprimento.

O Município de Timbó vem cumprindo fielmente os ditames do Edital de Pregão Presencial nº 01/2018 – FMS, inclusive no que se refere à notificação da empresa para dar início aos serviços para qual foi contratada.

Contudo, em clara afronta as necessidades da administração e ao instrumento convocatório a Contratada deixou de cumprir o compromisso assumido sem demonstrar fato impeditivo de natureza superveniente ou força maior.

O artigo 66 da Lei 8.666/1993 dispõe, ainda, que as partes responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial:

Art. 66. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Soma-se a lei 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, é clara ao estabelecer:

“Art. 7º - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.”

Ademais, o próprio Edital de Pregão Presencial nº. 01/2018 FMS prevê as penalidades aplicáveis nos casos de descumprimento dos itens previstos no mesmo:

15.1 - O proponente vencedor estará sujeito por falhas, irregularidades ou pelo não cumprimento dos prazos e demais condições/obrigações estipuladas, às seguintes penalidades, isoladas ou cumulativamente:

a) Advertência por escrito;

b) Multa de mora no valor de 0,5% (meio por cento) do valor da Ata de Registro de Preço por dia de atraso na entrega e/ou por dia de atraso na adequação do produto fornecido;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro, devidamente atualizado, pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas deste edital e seus anexos, ou pela desistência imotivada da manutenção de sua proposta;

d) Suspensão do direito de licitar com a Administração Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos, observadas as disposições legais;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição.

15.1.1 - Caso haja inexecução total ou parcial do objeto, a concessão do objeto poderá ser rescindida unilateralmente, a qualquer tempo, pela Secretaria de Saúde e Assistência Social.

15.2 - A aplicação destas sanções será precedida de regular processo administrativo, com a expedição de notificação pelo poder público para apresentação de defesa no prazo máximo e improrrogável de 05 (cinco) dias úteis.

15.3 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente.

15.4 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o artigo 77 da Lei nº 8.666/1993.

Tais penalidades estão em conformidade com o previsto no artigo 87 da Lei 8.666/1993.

Em consonância está o item 18.1.2 do Edital de Pregão Presencial nº. 01/2018 – FMS, estabelecendo que a inexecução total ou parcial do objeto poderá acarretar o cancelamento da Ata de Registro de Preço.

Com o mesmo entendimento, pela aplicação de sanções, inclusive cumuladas, é a orientação jurisprudencial:

Ementa: RECURSO ADMINISTRATIVO. INEXECUÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO. IMPUTAÇÃO DE PENALIDADE. Verificado o inadimplemento do contrato administrativo, a imputação de penalidade é medida que se impõe por expressa disposição legal que vincula a Administração Pública e em prol do interesse público. (TRT-12 - RecAdm 00103844220155120000 SC 0010384-42.2015.5.12.0000 (TRT-12)

Data de publicação: 25/01/2016).

Desta forma, é tangente que a empresa descumpriu o pactuado com o Município de Timbó, cabendo a esta a aplicação de penalidades.

Decisão:

Diante do exposto, e considerando:

- I. Que a empresa Contratada descumpriu o pactuado com o Município de Timbó no que se refere a prestação de serviços de emissão de laudos de Raio-X, através de imagem disponibilizada pelo sistema próprio de telemedicina ou similar, e/ou imagem impressa em película;
- II. Que o Município restou prejudicado devido ao descumprimento;
- III. A ausência de fato impeditivo ou modificativo contratual e a não comprovação do alegado em resposta a notificação exarada pelo Município;
- IV. A necessidade do Município em ter tais serviços prestados para dar atendimento à população;

E, buscando pelo cumprimento correto das obrigações previstas no Edital de Pregão Presencial nº 01/2018 FM, determina-se:

- a) A Rescisão da Ata de Registro de Preços de fls. 151/156 firmada com a empresa LOCALMED DIAGNOSTICOS MEDICOS LTDA, com fundamento nos itens 15.1.1, 15.4 e 18.1.2 do Edital de Pregão Presencial nº 01/2018 – FMS, em virtude do descumprimento das obrigações assumidas perante o Município de Timbó;
 - b) A convocação da empresa segunda colocada no certame, para que manifeste interesse quanto à “prestação de serviços de emissão de laudos de Raio-X, através de imagem disponibilizada pelo sistema próprio de telemedicina ou similar, e/ou imagem impressa em película” ao preço proposto pela empresa desclassificada;
 - c) a aplicação da penalidade de “ADVERTÊNCIA” à empresa LOCALMED DIAGNOSTICOS MEDICOS LTDA, conforme o disposto no item 15.1, alínea ‘a’ do Edital de Pregão Presencial nº 01/2018 – FMS e em conformidade com a Ata de Registro de Preços de fls. 151/156, e artigo 87, inciso I, da Lei n.º 8.666/93.
- Publique-se, registre-se e intime-se.

Timbó, 14 de junho de 2018.

DEISE ADRIANA NICHOLLETI MENDES
Secretária de Saúde e Assistência Social

EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 09-01.2018 - RÁDIO CULTURA

Publicação Nº 1657282

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTO - SAMAE
EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº. 09-01/2018

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Rádio Cultura de Timbó Ltda - Epp.

OBJETO: Credenciamento de empresas para a execução dos serviços de veiculação em emissora de rádio difusão em frequência modulada (FM) que seja sintonizada em todo o território do Município de Timbó, das atividades administrativas desenvolvidas no Município de Timbó, por intermédio de inserções de 30 (trinta) e 60 (sessenta) segundos, conforme edital de credenciamento nº 09/2018 – SAMAE.

DATA DA ASSINATURA: 15/06/2018.

PRAZO: 15/06/2018 até 14/06/2019.

JAIME JOEL AVENDANO JARA

Diretor Presidente SAMAE

PORTARIA NO 799, DE 11 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1657457

PORTARIA No 799, DE 11 DE JUNHO DE 2018

Prorroga para o dia 29 de junho do corrente, o prazo estabelecido no art.3º da Portaria nº 769, de 11 de maio do corrente.

O Secretário Municipal de Educação no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 3.614, de 30 de setembro de 2014, e Parágrafo Único do art.136 da Lei Complementar nº 01/93, e,

CONSIDERANDO a solicitação feita pela Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2018 - Ofício nº 02/2018, de 05 de junho do corrente,

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR para o dia 29 de junho do corrente, o prazo estabelecido no art.3º da Portaria nº 769, de 11 de maio do corrente, referente ao afastamento preventivo do exercício do cargo, do Servidor Flávio Dias de Almeida, conforme Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2018.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de junho de 2018; 148o ano de Fundação; 84o ano de Emancipação Política.

ALFROH POSTAI
Secretário Municipal de Educação

RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 05 2018 FMS

Publicação N° 1657284

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2018 FMS
AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Saúde, informa aos interessados que no Edital de Pregão Presencial n.º 05/2018, objetivando a AQUISIÇÃO DE CÂMARA DE REFRIGERAÇÃO DESTINADA À REDE DE FRIO CENTRAL DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA PARA ARMAZENAMENTO DO ESTOQUE DE IMUNOBIOLOGICOS, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, considerando o deferimento de impugnação, houve alteração de item na exigência técnica disposta no subitem 7.3.4.3, passando à redação ao seguinte:

7.3.4 - Qualificação Técnica:

7.3.4.3 - As Empresas licitantes deverão apresentar todos os documentos pertinentes ao objeto traduzido(s) para o português, especialmente no que se refere a manuais do produto, por Tradutor Público Juramentado. Esta tradução deverá ser em papel timbrado, possuir a matrícula de tradutor público expedida pela Junta Comercial do seu Estado. Estes documentos deverão vir com firma reconhecida do emitente ou cópia autenticada.

Em atenção às alterações, a sessão pública fica agendada para o dia 02/07/2018 as 09h00min a entrega dos envelopes de proposta e habilitação. A abertura da sessão fica marcada para as 09h05min da mesma data da entrega dos documentos.

Permanecem inalteradas as demais condições.

TIMBÓ/SC, 18/06/2018
DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES
Secretária de Saúde e Assistência Social

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 70 2017 PMT

Publicação N° 1643882

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N.º. 70/2017 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de oxigênio medicinal destinado a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil, e oxigênio para solda destinado a atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola e do Fundo Municipal de Trânsito.

EMPRESAS FORNECEDORAS: White Martins Gases Industriais Ltda e Oxigênio Joaçaba Comercio de Gases Atmosféricos e Produtos para Saúde Ltda Epp.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 55.495,00 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e cinco reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 18/12/2018

Timbó, 18/12/2017

DARCÍZIO BONA

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES

Secretária de Saúde e Assistência Social

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços

WIEGOLD STARKE

Coordenador da Defesa Civil

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 74 2017 PMT

Publicação N° 1643886

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N°. 74/2017 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de material escolar (educacional e de expediente) para atendimento das necessidades da Rede Municipal de Ensino.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Blu Distribuidora de Papelaria Eireli Me; ADL Comercial Eireli Epp; Bozzano e Bozzano Ltda e Elmo Papelaria Ltda Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 251.940,50 (duzentos e cinquenta e um mil novecentos e quarenta reais e cinquenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 18/12/2018

Timbó, 18/12/2017

ALFROH POSTAI

Secretário de Educação

Três Barras

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2018

Publicação Nº 1656229

EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: ALEX WILLIAN HOPPE, brasileiro, solteiro, Leiloeiro Oficial, portador do RG nº 4.439.110 e CPF nº 162.224.829-53, Matrícula AARC/0285, sediado profissionalmente na Rua Alberto Tokarski, nº 11, Centro de Canoinhas - SC Santa Catarina, doravante denominada CONTRATADO.

Vigência: 15/06/2018 até 14/01/2019.

Objeto: Pelo presente instrumento particular de Contrato de Prestação de Serviços de Leiloeiro Oficial, nos termos da legislação pátria competente, especialmente os Decretos nº 21.981/32 e 22.427/33, as partes acima qualificadas constituem como objeto do presente instrumento, a prestação de serviços, pelo CONTRATADO, de assessoria e execução de leilões públicos, visando à alienação de bens de propriedade do CONTRATANTE, nas condições previstas neste documento.

Valor: Pela prestação dos serviços ora avençados, o CONTRATADO fará jus à comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda de todo e qualquer bem, ficando desde já autorizado a cobrá-la do adquirente, ainda o CONTRATANTE autoriza a cobrança de taxa administrativa de 1% (um por cento) sobre o valor da venda de cada bem, a título de despesas administrativas, a ser pago pelo adquirente.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 15 de junho de 2018.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 48/2017. TERMO ADITIVO Nº 32/2018.

Publicação Nº 1656226

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 48/2017.

Termo Aditivo nº 32/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS-SC, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o Sr, Luiz Divonsir Shimoguiiri, brasileiro, residente e domiciliado em Três Barras - SC, doravante denominado CONTRATANTE.

Contratado: ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 05.279.711/0001-60, estabelecida na Rodovia BR 280, nº 4517, Bairro Boa Vista, município de Canoinhas – SC, CEP 89.460-000, neste ato representada por seu sócio gerente o Sr. Aristeu Tibes da Rocha, portador da carteira de identidade civil RG nº 2.312.961 – SSP/SC, doravante denominada CONTRATADA.

Objeto: Altera-se a Cláusula Terceira do Contrato Principal nº 48/2017, suprimindo os valores dos Itens (3.1, 3.2, 3.5, 4.3, 4.5, 6.1 e 6.2) da Planilha de Orçamento totalizando um geral de R\$ 19.310,90 (dezenove mil e trezentos e dez reais e noventa centavos) a suprimir do Contrato Principal, conforme planilha elaborada pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal, anexo inseparável deste Instrumento de Aditivo. Altera-se a Cláusula Terceira do Contrato Principal nº 48/2017 incluindo quantitativos de serviços e materiais nos Itens (2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 3.3, 4.1, 4.4, 5.1 e 6.5) indispensáveis à conclusão dos serviços num valor total de R\$ 54.974,20 (cinquenta e quatro mil e novecentos e setenta e quatro reais e vinte centavos), constantes na planilha elaborada pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal, anexo inseparável deste Instrumento de Aditivo.

Valor: R\$ 35.663,30 (trinta e cinco mil e seiscentos e sessenta e três reais e trinta centavos).

Previsão orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária da SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, considerando o orçamento vigente.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 15 de junho de 2018.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N. 611/L/2018**

Publicação Nº 1656136

PORTARIA N. 611, DE 18 DE JUNHO DE 2018.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR.

CERIVAL DA CRUZ, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

CONCEDER ao servidor ERNANI WOGGINAKI JÚNIOR, ocupante do cargo de Técnico Legislativo e Controle Interno, Matrícula 2526 do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores de Três Barras, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referente período de aquisição de 2017/2018, de acordo com o requerimento, protocolado sob o n. 234/2018, sendo 20 (vinte) dias para serem gozados e 10 (dez) dias convertidos em abono pecuniário e abono de férias de 1/3 (um terço) com base na legislação vigente, prevista no art. 7º, inciso XVII da Constituição Federal, § 3º do artigo 19 da Lei Orgânica Municipal e do § 1º do artigo 70 da Lei Complementar n.138/2009, com o período de gozo a contar a partir do dia 25 de Junho de 2018.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 18 de Junho de 2018.

CERIVAL DA CRUZ
Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 19 de Junho de 2018.

Joel Antonio Voigt
Gestor Legislativo e Contábil

PORTARIA N. 612/L/2018

Publicação Nº 1656138

PORTARIA N. 612, DE 18 DE JUNHO DE 2018
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR

CERIVAL DA CRUZ, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

CONCEDER ao servidor, JOEL DA CRUZ, ocupante do cargo de Gerente de Patrimônio e Informática, Matrícula n. 3026 do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores de Três Barras, 20(vinte) dias de férias regulamentares, referente período de aquisição de 20/02/2017 à 19/02/2018, de acordo com o requerimento, protocolado sob o n. 235/2017, a contar do dia 19 de Junho de 2018, nos termos do § 3º do artigo 19 da Lei Orgânica Municipal e do § 1º do artigo 70 da Lei Complementar n.138/2009.

Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 18 de Junho de 2018.

CERIVAL DA CRUZ
Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 19 de Junho de 2018.

Joel Antonio Voigt
Gestor Legislativo e Contábil

PORTARIA N. 613/L/2018

Publicação Nº 1656145

PORTARIA N. 613, DE 18 DE JUNHO DE 2018.
CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO À SERVIDORA DO PODER LEGISLATIVO.

CERIVAL DA CRUZ, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

CONCEDER adicional por tempo de serviço, referente ao 2º triênio no percentual de 3% (três por cento) sobre o vencimento base, para a Servidora Efetiva ELI MARGARETH STREIT ABUDA, matrícula n. 4804-01, nos termos do art. 60, e seu parágrafo único, da Lei Complementar n. 138, de 8 de outubro de 2009, conforme Requerimento protocolado na Secretaria de Administração da Casa sob o n. 230/2018, ainda com pagamento retroativo até a presente data.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 18 de Junho de 2018.

CERIVAL DA CRUZ

Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara de Vereadores na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br na data de 19 de Junho de 2018.

Joel Antonio Voigt

Gestor Legislativo e Contábil

Treze Tílias

PREFEITURA

PORTARIA Nº 087/18

Publicação Nº 1656070

PORTARIA Nº 087/18 DE 18 DE JUNHO DE 2018

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR os cidadãos abaixo relacionados (visto a alteração de membro), conforme abaixo descrito, para comporem a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO de imóveis beneficiados por obras públicas municipais de que decorra valorização imobiliária geradores de contribuição de melhoria no município de Treze Tílias(SC), conforme relação anexa:

--	--	--	--

CLARISSA ANRAIN
ALBERTO YASHIRO
FREDI FIEDLER (substituído)
KELLY PRISCILA FERTIG (substituta)
GILBERTO HOFFELDER JUNIOR

Artigo 2º - Os serviços realizados por esta Comissão serão gratuitos sem ônus para o Município.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 18 DE JUNHO DE 2018.
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

PORTARIA 237/18

Publicação Nº 1656510

PORTARIA 237/18 DE 13 DE JUNHO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado junto ao Departamento de Pessoal na data de 13 de junho de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. NEUCI REGINA JEREMIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, licença para tratamento de saúde pelo prazo de 15 (quinze) dias, a partir de 13 de junho de 2018.

Art. 2º - O afastamento de que trata o Artigo Primeiro, a partir do 16º (décimo sexto) dia será custeado pelo Regime Geral da Previdência.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 13 de junho de 2018.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 151/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 108/2018 DATA EMISSÃO: 18/06/2018
FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

Publicação Nº 1656389

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS
RUA JOÃO CASTILHO N.111
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

Secretaria de Administração/Departamento de Compras
Processo de Compra Nº.: 151/2018
Pregão Presencial nº: 108/2018
Data Emissão: 18/06/2018
Forma de Julgamento: Menor Preço por LOTE

O Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, por intermédio de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 108/2018, do tipo Menor Preço Unitário por item, conforme dispõe a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as propostas de preços e de nº 02, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pela pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, situado na Rua João Castilho, 111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 14h30 horas do dia 29 de Junho de 2018, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO (CAMISETA E CALÇÃO) QUE SERÃO DESTINADOS AOS ALUNOS QUE PARTICIPAM DO PROGRAMA "EXEMPLO NO ESPORTE, EXEMPLO NA VIDA", CONFORME ITENS, QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

O proponente VENCEDOR deverá apresentar uma amostra da (CAMISETA E CALÇÃO) a ser fornecido, antes de proceder à execução e entrega definitiva do mesmo, a AMOSTRA deverá ser apresentada para na Comissão Municipal dos Esportes para verificar se o participante vencedor cumpriu integralmente com os parâmetros exigidos no que tange a seleção das camisetas especificadas e pretendidas pela Comissão Municipal dos esportes

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até as 14h30 horas do dia 29 de Junho de 2018.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 22/2018

Publicação Nº 1657070

DECRETO Nº 022/18, de 13 de Junho de 2018.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TIAGO ZILLI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.328/17 (Lei Orçamentária Anual), de 14.12.2017.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), assim classificados:

04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0028.2.005 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.3.90.00.00.00.00.0080 (010) – Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte de recursos 0080 (recurso próprio) por excesso de arrecadação no valor de R\$ 300.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 13 de junho de 2018.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

União do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 05/2018 - FMS

Publicação Nº 1656025

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº. 05/2018

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA JUNIOR JOÃO CHISTÉ64593550963, CNPJ Nº 26.355.056/0001-52.

O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 11.692.396/0001-00, com sede na Rua Chapecó - Centro CEP: 89845-000 – União do Oeste - SC, neste ato representado pelo Gestor do FMS, Sr. VITORIO GUBERT, no uso de suas atribuições, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa JUNIOR JOÃO CHISTÉ64593550963, inscrita no CNPJ sob nº 26.355.056/0001-52, com sede na Av. Luiz Lunardi, 788, Centro, Xaxim-SC, representada neste ato, pelo seu(ua) representante legal, Senhor(a) Junior João Chisté, inscrito(a) no CPF sob nº 645.935.509-63, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Presencial nº. 07/2018 e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. O objeto do presente contrato é a AQUISIÇÃO DE PALESTRA MOTIVACIONAL COM PSICÓLOGO, POR MEIO DE FERRAMENTAS CIENTÍFICAS DA PSICOLOGIA E DO COACH, PARA CONCLUSÃO DA ETAPA FINAL DO PROJETO ADOLESCER CONSCIENTE.

1.1.1. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 07/2018, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE FORNECIMENTO

2.1 A palestra deverá ser ministrada em data e horário conforme cronograma a ser definido pelos responsáveis do projeto Adolescer Consciente, da secretaria de Saúde do Município de União do Oeste – SC.

2.2 A palestra será ministrada no Município de União do Oeste – SC, em local a ser definido.

2.3 A realização da palestra será acompanhado por servidor da Prefeitura Municipal de União do Oeste. No caso de constatar-se qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos serviços prestados em relação a proposta da contratada ou em relação às condições expressas no contrato, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes no contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. O presente Contrato terá vigência contado da data de sua assinatura até 31/12/2018.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

4.1. Pelo(a) fornecimento dos bens/prestação dos serviços previstos na Cláusula Segunda, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA* o valor total de R\$ 2.300,00 (Dois mil e trezentos reais).

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE se compromete a efetuar o pagamento em até 30 dias após a execução do serviço.

11.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta da Dotação do orçamento municipal vigente, com as seguintes classificações:

Entidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão – 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade – 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto Atividade - 2.038 MANUT. DO PAB VARIÁVEL
Elemento de Despesa: 44 - 3.3.90.00.00.00.00

11.3. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário, em conta corrente de titularidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, com as consequências previstas no artigo 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

6.2. A rescisão contratual poderá ser:

6.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;

6.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

CLÁUSULA SETIMA - DOS REAJUSTES

7.1. Os preços ora contratados não sofrerão reajustes.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

8.1.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

8.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

8.1.1.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

8.1.2. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

8.1.3. Providenciar afastamento imediato, do(s) local(is) de execução do serviço objeto deste Contrato, de qualquer empregado cuja permanência seja considerada inconveniente pela CONTRATANTE.

8.1.4. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.

8.1.5. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

8.2. São obrigações da CONTRATANTE:

8.2.1. Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido no item 5.1 da Cláusula Quinta deste Termo.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

9.1.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

9.1.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida, e ainda, multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

9.2. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 9.1.2 e 9.1.3 será o valor inicial do Contrato.

9.3. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida

9.4. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Prefeitura Municipal de União do Oeste.

9.5. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a CONTRATADA que não cumprir as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:

9.5.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos.

9.5.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

10.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

12.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações.

13. DO FORO

13. 1 As controvérsias decorrentes deste Contrato serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

13.2 E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

União do Oeste, 18 de junho de 2018.

VITORIO GUBERT
Gestor do FMS

JUNIOR JOÃO CHISTÉ64593550963
P/ CONTRATADA

01. _____
Daniela Paula Foletto
CPF 040.267.159-73

02. _____
Giane Smaniotto
CPF 060.416.089-55

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

DECRETO N. 3837/2018

Publicação Nº 1656189

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.837, de 18 de Junho de 2018.
Concede Adicional Titulação para Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. Inciso XXIV da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o disposto no Artigo 16 da Lei Complementar Municipal N.º 090 de 27 de agosto de 2015 e alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º Fica concedido Adicional Titulação para Servidora DANIELA PAULA FOLETTO, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos e Obras, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, referente apresentação do Certificado de Conclusão de Pós Graduação, correspondente ao valor de 10% sob a denominação de ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO, calculado sobre o vencimento base da servidora.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 18 de junho de 2018.
CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado cfe. Lei Municipal N.º 1010/2014.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N 012/2018**

Publicação Nº 1656262

PORTARIA Nº 012/2018 DE 18 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DA CÂMARA, EM ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ORIBERTO LUIZ GIACHINI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 94/2015, de 26 de outubro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados para comporem a comissão de AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE, EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, relativo ao Edital de Concurso Público Nº 01/2015 em atendimento a Emenda Constitucional 19/98; ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais – Lei Complementar 93/2000; e especialmente o art. 2º Lei Complementar nº 94/2015, que “dispõe sobre e reestruturação dos cargos e remuneração dos servidores públicos da Câmara Municipal de União do Oeste – SC e dá outras providências”.

Art 2º A Comissão de que trata o art. 1º será composta dos seguintes membros:

II -	AVALIAÇÃO DAS SERVIDORAS LOTADAS NA CÂMARA DE VEREADORES	
	CARGO	NOME
01	Servidor efetivo da Câmara de Vereadores	Oldair José Giovanoni
02	Servidor efetivo da Câmara de Vereadores	Katia Pricila Antunes
03	Servidor comissionado da Câmara de Vereadores	Claudio Balen

RELAÇÃO DE SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, LOTADA NA CÂMARA DE VEREADORES:

Nº	NOME DO SERVIDOR	PORTARIA:	DATA NOMEAÇÃO:	DATA DA POSSE:
01	Cheila Lucinéia Rivicki	003/2016	01/04/2016	01/04/2016
02	Marília Miorelli	11/2017	01/12/2017	01/12/2017

Art. 3º - A Comissão nomeada terá a atribuição de avaliar os funcionários com base no FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO, Anexo I, parte integrante da presente Portaria.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições legais em contrário.

CÂMARA DE VEREADORES DE UNIÃO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

Em 18 de junho de 2018.

ROBERTO CARLOS ZORDAN

Presidente

Urubici

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO PREÇOS PP 004/2018-FMS

Publicação N° 1656592

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 004/FMS/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 004/FMS/2018

Objeto: Aquisição de medicamentos da atenção básica para abastecimento das farmácias públicas nas unidades básicas de saúde do município conforme anexo I do edital. Fornecedor: Ag Kienen & Cia Ltda. CNPJ: 82.225.947/0001-65. Valor Total: R\$ 23.255,55 (vinte e três mil duzentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos). Fornecedor: Aglon Comercio e representações Ltda. CNPJ: 65.817.900/0001-71. Valor Total: R\$ 1.840,00 (mil oitocentos e quarenta reais). Fornecedor: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda. CNPJ: 00.802.002/0001-02. Valor Total: R\$ 35.352,84 (trinta e cinco mil trezentos e cinquenta e dois reais e oitenta e quatro centavos). Fornecedor: Angeomed Com. Produtos Med. Hospitalares. CNPJ: 02.607.956/0001-81. Valor Total: R\$ 27.439,30 (vinte e sete mil quatrocentos e trinta e nove reais e trinta centavos). Fornecedor: Centermed Comercio de Prod. Hospitalares Ltda. CNPJ: 03.652.030/0001-70. Valor Total: R\$ 8.830,00 (oito mil oitocentos e trinta reais). Fornecedor: Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda. CNPJ: 67.729.178/0004/91. Valor Total: R\$ 19.975,00 (dezenove mil novecentos e setenta e cinco reais). Fornecedor: Dimaster Comercio de Produtos Hop. Ltda. CNPJ: 02.520.829/0001-40. Valor Total: R\$ 13.365,00 (treze mil trezentos e sessenta e cinco reais). Fornecedor: Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda. CNPJ: 12.889.035/0001-02. Valor Total: R\$ 28.890,00 (vinte e oito mil oitocentos e noventa reais). Fornecedor: La Dalla Porta Junior. CNPJ: 11.145.401/0001-56

Valor Total: R\$ 5.698,50 (cinco mil seiscentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos). Fornecedor: Mauro Marciano Garcia de Feitas. CNPJ: 94.894.169/0001-86. Valor Total: R\$ 24.988,50 (vinte e quatro mil novecentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos). Fornecedor: Phamalog Produtos Farmacêuticos Ltda. CNPJ: 13.485.130/0001-03. Valor Total: R\$ 10.846,15 (dez mil oitocentos e quarenta e seis reais e quinze centavos). Fornecedor: Promefarma Produtos Hospitalares Ltda. CNPJ: 81.706.251/0001-98. Valor Total: R\$ 46.244,50 (quarenta e seis reais duzentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos). Fornecedor: Soma SC Produtos Hospitalares Ltda. CNPJ: 05.531.725/0001-20. Valor Total: R\$ 84.393,90 (oitenta e quatro reais trezentos e noventa e três reais e noventa centavos). Fornecedor: Vitalsul Distribuidora de Medicamentos Eirelli. CNPJ: 27.860.256/0001-25. Valor Total: R\$ 1.050,00 (mil e cinquenta reais). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente extrato para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 177/2018

Publicação Nº 1657335

EXTRATO DE CONTRATO nº 177/2018

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: FABIANO FRANCHIN ME.

OBJETO: O objeto do presente contrato é a Contratação de empresa especializada para fornecimento de material e serviços elétricos para manutenção de iluminação pública no município de Vargeão, SC, durante o exercício 2018.

VALOR: R\$ 86.899,40 (Oitenta e seis mil oitocentos e noventa e nove reais e quarenta centavos)

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, e suas alterações, Pregão nº 41/2018, processo licitatório 48/2018 e Contrato nº 177/2018.

Vargeão, SC, 14 de junho de 2018.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2018

Publicação Nº 1657340

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2018 – MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS - CADASTRO DE RESERVA

CHAMAMENTO PÚBLICO DE PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE VARGEÃO/SC.

O MUNICÍPIO DE VARGEÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua 7 de Setembro nº477, com CNPJ nº 83.009.928/0001-64, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Volmir Felipe, TORNA PÚBLICO a realização de CHAMAMENTO PÚBLICO de pessoa física para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE VARGEÃO/SC, com a finalidade de prestar os serviços pelo período até 31 de dezembro de 2018 junto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, com a ressalva de rescisão a qualquer tempo de acordo com o interesse e necessidade da Administração Municipal.

Os interessados poderão solicitar a inscrição no chamamento público a partir da publicação deste chamamento até a data de 25 de junho de 2018.

O Edital encontra-se disponível para download no site da Prefeitura Municipal de Vargeão.

Vargeão, SC, 18 de junho de 2018.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 178/2018

Publicação Nº 1657327

EXTRATO DE CONTRATO nº 178/2018

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: BOTTA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

OBJETO: Aquisição de veículo automotor de passeio e veículo para transporte de passageiros em decúbito dorsal, da marca FIAT de acordo com a padronização de frota de veículos da Administração Municipal de Vargeão, SC, zero quilômetro para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$140.800,00 (Cento e quarenta mil e oitocentos reais)

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, e suas alterações, Pregão nº 42/2018, processo licitatório 49/2018 e Contrato nº 178/2018.

Vargeão, SC, 14 de junho de 2018.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N° 179/2018

Publicação N° 1657337

EXTRATO DE CONTRATO n° 179/2018

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: BOTTA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

OBJETO: Aquisição de veículo automotor de passeio, da marca FIAT de acordo com a padronização de frota de veículos da Administração Municipal de Vargeão, SC, zero quilômetro para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 54.900,00 (Cinquenta e quatro mil e novecentos reais)

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, e suas alterações, Pregão n° 42/2018, processo licitatório 49/2018 e Contrato n° 179/2018.

Vargeão, SC, 14 de junho de 2018.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2018.

Publicação Nº 1656442

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2018.

"Estabelece Normas para a Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público no âmbito das Secretárias Municipais de Vargem Bonita e dá outras providências".

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público para provimento de vagas no âmbito da Administração Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de preencher temporariamente vaga aberta, em função de servidores públicos estarem em auxílio doença e ou/ outros afastamentos, bem como, em virtude de decisão judicial em mandado de segurança que suspendeu contratação pública para elaboração de concurso público para provimento em caráter efetivo;

CONSIDERANDO que não existem profissionais concursados, nem mesmo em cadastro de reserva para preenchimento desta vaga;

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, no uso de suas atribuições TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições do Processo Seletivo Simplificado de contratação de pessoal, por prazo determinado, em caráter emergencial, conforme determina a Lei nº 025/99, de 17 de dezembro de 1999.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital.

1.2. A seleção dos candidatos será publicada no diário oficial do Município e consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada.

1.3. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissional para contratação em caráter de emergência em contrato temporário pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

1.4. O período do contrato temporário destinado a reposição de pessoal poderá ser reduzido em virtude do interesse público ou seleção em concurso para provimento efetivo.

1.5. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.6. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

1.7. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á sem direito a indenizações:

I – pelo término do prazo contratual;

II – por iniciativa da administração pública, desde que devidamente motivado, por escrito.

1.8. O prazo para chamamento deste seletivo será de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

2. DA INSCRIÇÃO

2.1 As inscrições serão recebidas de 19 até 22 de junho de 2018, das 08h00min às 12h00min, no setor de Administração e Finanças da Prefeitura de Vargem Bonita, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro, devendo o servidor responsável proceder ao devido protocolo e autuação ou, através do e-mail: adm@vargembonita.sc.gov.br devendo o candidato enviar obrigatoriamente por SEDEX, no endereço Prefeitura de Vargem Bonita, Rua Coronel Vitório, 966, Centro, Vargem Bonita, CEP: 89.675-000, cópia de todos os documentos solicitados, devidamente rubricadas.

2.2 No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais e fornecer cópias dos documentos a seguir:

- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- CURRICULUM VITAE documentado com todas as folhas rubricadas;
- Cópia dos certificados dos cursos específicos para o cargo de interesse;
- Comprovante de endereço/telefone para contato.

2.3 Ao candidato que apresentar todos os documentos elencados no item 2.2 será concedido 5,0 (cinco) pontos, a qual será considerada para fins de classificação, nos termos dos item n.5 e seguintes desse edital.

2.4 ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da INSCRIÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a respectiva inscrição, inviabilizando a avaliação do curriculum vitae apresentado pelo candidato.

3. DAS VAGAS

3.1 Será realizado Teste Seletivo Simplificado de Títulos para a vaga de Agente de Serviços Gerais:

Cargo	Nº. Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração R\$
- Agente de Serviços Gerais	002	40 horas	R\$ 1.081,45

4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1 O processo seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada, os quais deverão constar do CURRÍCULO VITAE de forma detalhada especialmente do conteúdo e da carga horária dos cursos de aperfeiçoamento, anexando ao currículo cópia do certificado de conclusão dos respectivos títulos.

4.2 Para contagem de títulos na área de atuação serão considerados válidos os cursos com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 5 (cinco) anos, contados da abertura das inscrições, devendo os candidatos apresentar os documentos comprobatórios a estes no ato de inscrição.

4.3 Entende-se como documentos comprobatórios os certificados, declarações ou atestados, devendo ser expedidos pela Instituição de Ensino.

4.4 O tempo de experiência profissional poderá ser comprovado através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e ou declaração da instituição/ou empresa em que atuou.

4.5 Não será admitida a juntada de novos documentos depois de realizada a inscrição.

4.6 O resultado dos candidatos aprovados será publicado oficialmente em 26 de junho de 2018 no site da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita e no DOM – Diário Oficial do Município.

4.7 Para efeito de início da contagem do prazo de validade do teste seletivo, será considerada a publicação da homologação do resultado final do teste seletivo.

5. CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos da documentação apresentada, contagem de títulos e da experiência comprovada.

5.2 Serão classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior à 5,0 (cinco) pontos.

5.3 Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos, conforme conveniência e interesse público.

5.4 Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate:

- maior idade;
- maior tempo de serviço na área de atuação do cargo a ser ocupado;

6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação da documentação exigida pelo Departamento Pessoal no ato de sua contratação.

7. DOS RECURSOS

7.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital do resultado final.

7.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- Nº do Processo Seletivo;
- Cargo a que concorre;
- Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
- Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação).

7.3. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1. As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste processo seletivo simplificado são as constantes no Anexo I.
- 8.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no DOM – Diário Oficial do Município.
- 8.3. Os candidatos serão contratados em Regime Estatutário no que couber, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;
- 8.4. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.
- 8.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.
- 8.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita(SC), 18 de junho de 2018.
Melânia Aparecida Roman Meneghini
Prefeita Municipal

ANEXO I

DENOMINAÇÃO DO CARGO: Agente de Serviços Gerais

GRUPO OCUPACIONAL: Grupo I - Atividades Gerais

ATRIBUIÇÕES DO CARGO:

Atividade de nível subalterno, de natureza operacional e de menor grau de complexidade, abrangendo serviços de zeladoria, mudas e plantas, braçais, blasteres, guarda e vigias e de conservação de próprios e vias públicas. Manter limpos os móveis e arrumar os locais de trabalho. Manter arrumado o material sob sua guarda e responsabilidade. Fazer controle de entrada e saída de estoque através de fichas próprias. Executar serviços de recepção e portaria, quando solicitado. Comunicar ao superior imediato sobre a necessidade de requisitar material de limpeza. Executar serviços de vigilância. Zelar pelo prédio da Prefeitura Municipal limpando e arrumando a cozinha, banheiro e demais dependências. Executar serviços de copeira e cozinheira. Executar outras atividades correlatas.

FORMA DE RECRUTAMENTO: Teste Seletivo de Títulos

ESCOLARIDADE: Alfabetizado

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.081,45

CARGA HORÁRIA: 40 horas

ANEXO II

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
Tempo de Serviço com Carteira de Trabalho em função compatível com o cargo	1,0 (cada ano)
Cursos, seminários, simpósios, congressos relacionados à área de atuação do cargo (últimos 05 anos).	1,0 (cada 40 horas)

OBS 01: Somente serão considerados válidos os cursos desde que relacionados diretamente com o cargo pretendido e com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 05 (cinco) anos, contados da abertura das inscrições.

ANEXO III**FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO**

PREFEITURA DE VARGEM BONITA TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO EDITAL 006/2018

Formulário de inscrição nº _____

Cargo: _____

Nome: _____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____

Doc. de Identidade nº: _____ CPF nº: _____

PROCESSO 038/2018 PR 030/2018

Publicação Nº 1656302

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2018

OBJETO: Aquisição de Brita Corrida para recuperação da britagem da estrada geral acesso Vargem Bonita x Linha Coração, conforme condições e quantidades descritas no Edital.

Recursos: Orçamento Geral do Município.

Tipo: Menor Preço.

Entrega dos Envelopes de Preço e Habilitação: Até às 09hrs00min. do dia 29 de Junho de 2018.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 29 de Junho 2018 às 09hrs00min.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966,

Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 18 de Junho de 2018.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI

PREFEITA MUNICIPAL

Vidal Ramos

PREFEITURA

LEILÃO PÚBLICO Nº. 03/2018

Publicação Nº 1657586

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA VIDAL RAMOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 49/2018
LEILÃO PÚBLICO Nº. 03/2018

Faz saber aos interessados que se encontra aberto o Edital de Licitação nº. 49/2018, na modalidade LEILÃO, tendo por objeto A alienação de:

ITEM 01 - Um Veículo PAS/ÔNIBUS/VW/16.180 CO, 47 PASSAGEIROS, 184CV, COR AZUL, DIESEL, ANO FABRICAÇÃO 1993 MODELO 1994, CHASSI 9BWYTARB2PD807325, PLACA MAD 7240.

ITEM 02 - Um Veículo VW/KOMBI, LOTAÇÃO 12 PESSOAS, 80CV, COR BRANCA, COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA, ANO FABRICAÇÃO 2008 MODELO 2009, CHASSI 9BWMF07X09P013179, PLACA MGA 4379.

O interessado deverá se cadastrar até as 08h15min do dia 04/07/2018 na Garagem da Prefeitura, ocasião que será aberta a sessão de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderá ser obtida junto a Prefeitura, em horário de expediente pelo fone (47) 33562300.

Vidal Ramos, 19 de junho de 2018.
Laercio da Cruz
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2018

Publicação Nº 1657574

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 48/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2018

OBJETO: Constitui objeto do presente certame: um caminhão novo, 0 km, com ar condicionado, movido a diesel, tração 4x2.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, por seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 031/2016 de 18 de fevereiro de 2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 39/2018, do tipo MENOR LANCE POR ITEM tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 2.130/2013, de 29 de abril de 2013 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no município e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 10:30 hrs do dia 29 de junho de 2018.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 10:30 hrs do dia 29 de junho de 2018, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Departamento de Compras e Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, e-mail: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 19 de junho de 2018
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 38/2018

Publicação Nº 1657547

Prefeitura de Vidal Ramos
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 38/2018

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a contratação de Instituição de Ensino Superior ou empresa vinculada a Instituição de Ensino Superior para, Palestras, Formação para Professores e Atendentes de Educação Infantil, Formação para Professores Séries Inicias, a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no Anexo II Termo de Referência.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 031/2016 de 18/02/2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 38/2018, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09:00 hrs do dia 29 de junho de 2018.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 09:00 hrs do dia 29 de junho de 2018, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 19 de junho de 2018.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 15.163/18

Publicação Nº 1657042

DECRETO Nº 15.163/18, DE 7 DE JUNHO DE 2018.

Credencia monitores da empresa DAC Serviços de Estacionamento Ltda - EPP para o exercício das atividades de fiscalização do cumprimento das normas municipais acerca do estacionamento rotativo nas áreas sob concessão.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 931/01 e do Decreto Municipal nº 14.137/17,

DECRETA

Art. 1º Ficam credenciados os monitores da empresa DAC - Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Videira, abaixo relacionados, para fiscalizar o cumprimento das normas municipais acerca do estacionamento de veículos nas áreas sob concessão, emitindo os respectivos avisos de irregularidade:

NOME	CÓDIGO	RG	CPF
Adriana Campos da Silva	255	6.965.237	105.497.109-90
Adriana Costa	196	4.624.965	049.093.249-50
Ana Claudia Da Proença	265	6.606.784	109.276.819-22
Ana Paula Batista	223	5.614.043	066.163.769-74
Ana Paula Gallas	221	2.406.085	716.275.029-04
Angela Maria Cortelini	150	5.895.741	095.614.519-13
Carine Alves dos Santos	285	6.970.720	105.396.439-04
Claudia Dayane da Silva Mattos	227	5.467.559-6	069.783.529-42
Daiana Christye Meira	297	5.813.872	075.079.539-55
Dalvana Patricia Pinto	220	12.662.211-2	105.667.079-77
Daniele Borges de Oliveira	282	5.173.277-7	071.921.229-47
Daniele Helena dos Santos	248	6.616.215	099.506.619-19
Dara Larissa Correia	293	6.994.027	106.208.169-29
Denise De Fátima Dos Santos	278	6.257.188-8	882.988.179-15
Diogo Augusto da Cunha	238	4.505.225-5	046.965.439-27
Diovana Caravaca de Souza	241	811.597.425-8	040.111.210-10
Dirlei Inês Cardoso	274	2.970.753	789.537.319-68
Francieli Domingos da Veida	301	6.066.695	100.168.519-94
Ivana Darold	75	5.467.325-9	060.749.059-40
Jéssica Aparecida Galdino	294	6.264.828	092.163.279-79
Keila Crislaine do Amaral	287	5.713.139	065.402.319-03
Larissa Ferreira De Liz	292	7.139.248	086.560.419-32
Leonardo Antunes De Lima	291	6.908.083	103.980.989-92
Luciana Vanelli	169	6.876.825	102.718.409-00
Luciane Caroline Moraes	268	7.737.793	124.259.559-76

Luziana Pereira Costa	230	3.206.102	065.143.903-58
Mariana Marques Alves	271	6.770.122	068.450.629-78
Miled Aparecida Ramos	215	5.995.821	094.974.369-04
Monalisa Ferreira da Silva	277	6.636.255	100.589.219-90
Monica Lopes Monteiro	311	5.902.387	100.887.579-19
Roberta Cristina Vanelli Guill	236	5.218.340-8	068.700.489-67
Rodrigo Rosa	263	4.508.556	006.792.499-90
Rosane Franco de Ramos	257	5.662.540	080.806.059-71
Samara Eliza de Lima	194	7.421.348	112.663.789-01
Sandra Regina Da Vitória	286	3.270.057	920.410.519-49
Stefani Dias Rufino	298	7.556.214	122.372.969-95
Talita de Oliveira	300	6.845.059	100.625.549-48

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 15.034/18.

Videira, 7 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.165/18

Publicação Nº 1657041

DECRETO Nº 15.165/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Revoga o Decreto nº 15.023/18, que designa servidor para responder pela Procuradoria Jurídica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 15.023/18, que designou o servidor, LUIZ FRANCISCO KARAM LEONI, ocupante do cargo comissionado de Assistente Jurídico, símbolo DAS-2, para responder interinamente pela Procuradoria Jurídica.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 31 de maio de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.166/18

Publicação Nº 1656838

DECRETO Nº 15.166/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Secretário Municipal da Fazenda.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, GENTIL GAEDKE, para exercer o cargo comissionado de Secretário Municipal da Fazenda, símbolo DAS-1, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Designar, o Secretário Municipal da Fazenda, GENTIL GAEDKE para responder, interinamente, pela Secretaria Municipal de Administração.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.167/18

Publicação Nº 1656878

DECRETO Nº 15.167/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Diretor do Departamento de Engenharia

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, GUILHERME MATHEUS BETTÚ, para exercer o cargo comissionado de Diretor do Departamento de Engenharia, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.168/18

Publicação Nº 1656879

DECRETO Nº 15.168/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor de Projetos de Arquitetura e Engenharia

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, GUILHERME PICCOLI, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Projetos de Arquitetura e Engenharia, símbolo DAS-3, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.169/18

Publicação Nº 1656881

DECRETO Nº 15.169/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor de Projetos de Arquitetura e Engenharia

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, RAFAEL DE LIMA, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Projetos de Arquitetura e Engenharia, símbolo DAS-3, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.170/18

Publicação Nº 1656884

DECRETO Nº 15.170/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor de Projetos de Arquitetura e Engenharia

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, TATIANE PIOVESAN, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Projetos de Arquitetura e Engenharia, símbolo DAS-3, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.171/18

Publicação Nº 1656886

DECRETO Nº 15.171/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Diretor do Departamento de Arquitetura

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, FRANCK MAYER BRANDALISE, para exercer o cargo comissionado de Diretor do Departamento de Arquitetura, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.172/18

Publicação Nº 1657039

DECRETO Nº 15.172/18 DE 08 DE JUNHO DE 2018.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.518/17 de 13 de dezembro de 2017.
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 21.616,82 (vinte e um mil, seiscentos e dezesseis reais e oitenta e dois centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.067 – Proteção Especial de Média Complexidade - SUAS	
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0035.003520 – Aplicações Diretas	21.616,82
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	
R\$ 21.616,82	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
2.067 – Proteção Especial de Média Complexidade - SUAS	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0035.003520 – Aplicações Diretas	21.616,82
TOTAL DA ANULAÇÃO	
	R\$ 21.616,82

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.175/18

Publicação Nº 1656890

DECRETO Nº 15.175/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor de Serviços de Iluminação Pública

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, EVERSON DAVI BAZZO, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Serviços de Iluminação Pública, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.176/18

Publicação Nº 1656891

DECRETO Nº 15.176/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor do ORTRAVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, WELTON SAYMON CORREA DO NASCIMENTO, para exercer o cargo comissionado de Assessor do ORTRAVI, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de

Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.177/18

Publicação Nº 1656892

DECRETO Nº 15.177/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor de Convênios e Contratos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MARIA ISABEL GRANDO, para exercer o cargo comissionado de Assessor De Convênios e Contratos, símbolo DAS-8, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.180/18

Publicação Nº 1656897

DECRETO Nº 15.180/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Chefe do PROCON

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LAURO DUARTE NETO, para exercer o cargo comissionado de Chefe do PROCON, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.181/18

Publicação Nº 1656901

DECRETO Nº 15.182/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor Executivo de Gabinete

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SANDRA GORETI DE LARA, para exercer o cargo comissionado de Assessor Executivo de Gabinete, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.182/18

Publicação Nº 1656904

DECRETO Nº 15.182/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor Executivo de Gabinete

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SANDRA GORETI DE LARA, para exercer o cargo comissionado de Assessor Executivo de Gabinete, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.184/18

Publicação Nº 1656906

DECRETO Nº 15.184/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor de Projetos de Comunicação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CAMILA PEREIRA PANIGAS, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Projetos de Comunicação, símbolo DAS-5,

criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.185/18

Publicação Nº 1656910

DECRETO Nº 15.185/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor de Vídeo-Produções

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ALEXANDRE SIMPSEN QUEIROZ, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Vídeo-Produções, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.187/18

Publicação Nº 1656911

DECRETO Nº 15.187/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Secretário Adjunto de Administração

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LUIZ FELIPE TORCATTO ZANELLA, para exercer o cargo comissionado de Secretário Adjunto de Administração, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.188/18

Publicação Nº 1656914

DECRETO Nº 15.188/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS, para exercer o cargo comissionado de Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas, símbolo DAS-3, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.189/18

Publicação Nº 1656917

DECRETO Nº 15.189/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor de Licitações

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, DAIANE SPOLTI, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Licitações, símbolo DAS-3, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.191/18

Publicação Nº 1656919

DECRETO Nº 15.191/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Chefe do Setor de Vigilância e Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CLAUDECIR SISNANDE, para exercer o cargo comissionado de Chefe do Setor de Vigilância e Serviços Gerais, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.1912/18

Publicação Nº 1656923

DECRETO Nº 15.192/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Chefe de Patrimônio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, IRIO PAGANINI, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Patrimônio, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.192/18

Publicação Nº 1656921

DECRETO Nº 15.192/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Chefe de Patrimônio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, IRIO PAGANINI, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Patrimônio, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.195/18

Publicação Nº 1656925

DECRETO Nº 15.195/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Procurador Geral do Município

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LUIZ FRANCISCO KARAM LEONI, para exercer o cargo comissionado de Procurador Geral do Município, símbolo DAS-1, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Procuradoria Jurídica.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.196/18

Publicação Nº 1656926

DECRETO Nº 15.196/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor da Procuradoria Jurídica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, WAGNER DALLAZEM TIBES DOS SANTOS, para exercer o cargo comissionado de Assessor da Procuradoria Jurídica, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Procuradoria Jurídica.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.197/18

Publicação Nº 1656927

DECRETO Nº 15.197/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Secretário Adjunto da Fazenda e Controle

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LUIZ CARLOS BONDICZ, para exercer o cargo comissionado de Secretário Adjunto da Fazenda e Controle, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.198/18

Publicação Nº 1656928

DECRETO Nº 15.198/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Secretário Municipal de Educação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, GEANCARLOS FARINON FLORES DE MATIAS, para exercer o cargo comissionado de Secretário Municipal de Educação, símbolo DAS-1, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.199/18

Publicação Nº 1656929

DECRETO Nº 15.199/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Diretor Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MARA LUCIA MEZARROBA, para exercer o cargo comissionado de Diretor Pedagógico, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.200/18

Publicação Nº 1656933

DECRETO Nº 15.200/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Diretor Educacional

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ALESANDRA NAFFIN TASCHKE, para exercer o cargo comissionado de Diretor Educacional, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.201/18

Publicação Nº 1656935

DECRETO Nº 15.201/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor de Manutenção e Preservação do Patrimônio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, DOUGLAS ALEXANDRE GAIO, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Manutenção e Preservação do Patrimônio,

símbolo DAS-5, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.202/18

Publicação Nº 1656937

DECRETO Nº 15.202/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor de Informações

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, INÊZ MARIA SCHULLER, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Informações, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.203/18

Publicação Nº 1656938

DECRETO Nº 15.203/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor do Departamento de Patrimônio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, BRUNO WARTHA, para exercer o cargo comissionado de Assessor do Departamento de Patrimônio, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.204/18

Publicação Nº 1656939

DECRETO Nº 15.204/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor de Orientação Pedagógica e Educação Especial

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MARILDA WOLINGER DE PAULA, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Orientação Pedagógica e Educação Especial, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.205/18

Publicação Nº 1657033

DECRETO Nº 15.205/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor de Informática

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JOSÉ CARLOS OLIVEIRA PEREIRA, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Informática, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.206/18

Publicação Nº 1656941

DECRETO Nº 15.206/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, NOELI GARBOÇA VIECELI, para exercer o cargo comissionado de Assessor Pedagógico, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.207/18

Publicação Nº 1656943

DECRETO Nº 15.207/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor de Projetos Educacionais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JOSEANE CRISTINA SAMBONIN, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Projetos Educacionais, símbolo DAS-8, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.208/18

Publicação Nº 1656944

DECRETO Nº 15.208/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Secretária Municipal de Turismo e Cultura

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, FRANCINI LIRA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo comissionado de Secretária Municipal de Turismo e Cultura, símbolo DAS-1, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.209/18

Publicação Nº 1656949

DECRETO Nº 15.209/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor de Turismo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CRISTIANE MAYER CHIAPETTI, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Turismo, símbolo DAS-3, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.210/18

Publicação Nº 1656945

DECRETO Nº 15.210/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor de Cultura

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MARCIA MARIA MODZELESKI, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Cultura, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.211/18

Publicação Nº 1656947

DECRETO Nº 15.211/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor para Atividades Pedagógicas

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ODIRLEI MARCELO ALFLEN, para exercer o cargo comissionado de Assessor para Atividades Pedagógicas, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.212/18

Publicação Nº 1656948

DECRETO Nº 15.212/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor do CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, GLADIS ANSILIEIRO, para exercer o cargo comissionado de Assessor do CEVI, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 5 de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.213/18

Publicação Nº 1656953

DECRETO Nº 15.213/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Secretária Municipal de Saúde e Ação Social

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, IVANICE ANGELA PECCIN, para exercer o cargo comissionado de Secretária Municipal de Saúde e Ação Social, símbolo DAS-1, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.214/18

Publicação Nº 1656954

DECRETO Nº 15.214/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Diretor do Departamento de Saúde

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ANDREA APARECIDA BERTO, para exercer o cargo comissionado de Diretora do Departamento de Saúde, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.215/18

Publicação Nº 1656955

DECRETO Nº 15.215/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Diretor de Saúde Bucal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, FRANCIANE GOMES, para exercer o cargo comissionado de Diretora de Saúde Bucal, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.216/18

Publicação Nº 1656956

DECRETO Nº 15.216/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Diretor do Departamento de Ação Social

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ROSEMARI PINTO DA SILVA NETO, para exercer o cargo comissionado de Diretor do Departamento de Ação Social, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.217/18

Publicação Nº 1656957

DECRETO Nº 15.217/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Diretor de Urgência e Emergência

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MARISTELA RIBEIRO, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Urgência e Emergência, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.218/18

Publicação Nº 1656959

DECRETO Nº 15.218/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Chefe do Setor de Assistência Farmacêutica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MAELI CRISTINA MASCHIO CALLEJON, para exercer o cargo comissionado de chefe do Setor de Assistência Farmacêutica, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.219/18

Publicação Nº 1656961

DECRETO Nº 15.219/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor do Departamento de Ação Social

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SALETE DALPIZOL VANZ, para exercer o cargo comissionado de Assessor do Departamento de Ação Social, símbolo DAS-5, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 2 de julho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.220/18

Publicação Nº 1656963

DECRETO Nº 15.220/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.
Nomeia Chefe do CRAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JULIANA ROSTIROLA, para exercer o cargo comissionado de Chefe do CRAS, símbolo DAS-5, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.221/18

Publicação Nº 1656964

DECRETO Nº 15.221/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.
Nomeia Chefe do Programa de Atenção ao Idoso

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, GLAUCIA PERAZZOLI, para exercer o cargo comissionado de Chefe do Programa de Atenção ao Idoso, símbolo DAS-5, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.222/18

Publicação Nº 1656966

DECRETO Nº 15.222/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.
Nomeia Chefe da Casa Lar

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JOCIANE OLIVEIRA DUTRA, para exercer o cargo comissionado de Chefe da Casa Lar, símbolo DAS-5, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.223/18

Publicação Nº 1656968

DECRETO Nº 15.223/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor de Programa

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, DIONE MARI CALDART, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Programa, símbolo DAS-8, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.224/18

Publicação Nº 1656969

DECRETO Nº 15.224/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor da Secretaria de Saúde

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SILVANA ORÇATTO, para exercer o cargo comissionado de Assessor da Secretaria de Saúde, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.225/18

Publicação Nº 1656971

DECRETO Nº 15.225/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor da Secretaria de Saúde

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SELOIR DE FÁTIMA BEVILAQUA GRANDO, para exercer o cargo comissionado de Assessor da Secretaria de Saúde, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.226/18

Publicação Nº 1656973

DECRETO Nº 15.226/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor do Programa de Atenção ao Idoso

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ELISANGELA RIBEIRO DA SILVA, para exercer o cargo comissionado de Assessor do Programa de Atenção ao Idoso, símbolo DAS-8, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.227/18

Publicação Nº 1656974

DECRETO Nº 15.227/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor de Almoxarifado

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, FERNANDA SCHULTZ PRONHOW, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Almoxarifado, símbolo DAS-8, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.231/18

Publicação Nº 1656976

DECRETO Nº 15.231/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Diretor de Manutenção e Preservação do Patrimônio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LAURI PIGOZZO, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Manutenção e Preservação do Patrimônio, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.232/18

Publicação Nº 1656977

DECRETO Nº 15.232/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Chefe de Compras

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ALTIVIR DE NARDI, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Compras, símbolo DAS-3, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.233/18

Publicação Nº 1656978

DECRETO Nº 15.233/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Chefe do Departamento de Jardinagem e Paisagismo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, VANDERLEI ANTONIO CASSANEGO, para exercer o cargo comissionado de Chefe do Departamento de Jardinagem e Paisagismo, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.234/18

Publicação Nº 1656980

DECRETO Nº 15.234/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Chefe do Departamento de Serviços Urbanos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LUIZ GABRIEL FIANCO, para exercer o cargo comissionado de Chefe do Departamento de Serviços Urbanos, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.235/18

Publicação Nº 1656982

DECRETO Nº 15.235/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Chefe de Infraestrutura Rural

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SEMI KAMEL SALHA, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Infraestrutura Rural, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.236/18

Publicação Nº 1656985

DECRETO Nº 15.236/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Chefe de Equipe de Tubulação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, GENOR GREGOLON, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Equipe de Tubulação, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.237/18

Publicação Nº 1656988

DECRETO Nº 15.237/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor do Departamento de Jardinagem e Paisagismo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MARCIO ELEANDRO DA SILVA, para exercer o cargo comissionado de Assessor do Departamento de Jardinagem e Paisagismo, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.238/18

Publicação Nº 1656989

DECRETO Nº 15.238/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor do Departamento de Máquinas e Equipamentos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ALCIDES DUTRA, para exercer o cargo comissionado de Assessor do Departamento de Máquinas e Equipamentos, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.240/18

Publicação Nº 1656990

DECRETO Nº 15.240/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor de Serviços Urbanos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, WANDERLEI ROQUE FISCHER SÜDEKUN, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Serviços Urbanos, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.241/18

Publicação Nº 1656991

DECRETO Nº 15.241/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor Administrativo Financeiro

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ROSANA MARIA BARICHELLO, para exercer o cargo comissionado de Assessor Administrativo Financeiro, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.243/18

Publicação Nº 1656992

DECRETO Nº 15.243/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor de Serviços Elétricos e Hidráulicos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ELEANDRO CANALE, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Serviços Elétricos e Hidráulicos, símbolo DAS-8, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.244/18

Publicação Nº 1656994

DECRETO Nº 15.244/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor de Equipe de Britagem e Manutenção Rural

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, AMARILDO ARAÚJO DOS SANTOS, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Equipe de Britagem e Manutenção Rural, símbolo DAS-8, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.245/18

Publicação Nº 1656996

DECRETO Nº 15.245/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor do Departamento de Desenvolvimento Econômico e Habitação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, VITOR BEAL PARTYKA, para exercer o cargo comissionado de Assessor do Departamento de Desenvolvimento Econômico e Habitação, símbolo DAS-3, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 11 de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.246/18

Publicação Nº 1656997

DECRETO Nº 15.246/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor de Projetos Econômicos e Habitacionais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MICHELLI FIORESE, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Projetos Econômicos e Habitacionais, símbolo DAS-7, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.247/18

Publicação Nº 1656998

DECRETO Nº 15.247/18, DE 8 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor de Infraestrutura Rural

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JOÃO PAULO DALLE CORT, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Infraestrutura Rural, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 4 de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.249/18

Publicação Nº 1657000

DECRETO Nº 15.249/18, DE 12 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Assessor de Convênios e Contratos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MARCIELE SCUR LOPES DE ALBUQUERQUE, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Convênios e Contratos, símbolo DAS-8, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 12 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.254/18

Publicação Nº 1657037

DECRETO Nº 15.254/18, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Professor – Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais - Ciências

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MARCOS VINICIUS HENDGES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor – Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais - Ciências, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.255/18

Publicação Nº 1657031

DECRETO Nº 15.255/18, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

Nomeia Professor – Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais - História

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ELIAS MACHADO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor – Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais – História, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.256/18

Publicação Nº 1657027

DECRETO Nº 15.256/18, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Exonera, a pedido, servidora pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações, e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 11085/2018,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 4 de junho de 2018, DILONETE LIBARDONI, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, nomeada pelo Decreto nº 14.453/17.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 4 de junho de 2018.

Videira, 15 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.257/18

Publicação Nº 1657025

DECRETO Nº 15.257/18, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Exonera, a pedido, empregada pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 10913/2018,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, MARILENE PERAZZOLI TONETTA, do emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde, no Bairro De Carli, nomeada pela Portaria nº 1657/08.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 4 de junho de 2018.

Videira, 15 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 15.258/18

Publicação Nº 1657022

DECRETO Nº 15.258/18, DE 15 DE JUNHO DE 2018.

Exonera, a pedido, empregada pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 10914/2018,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, LEONILDA ANTUNES DE CASTRO, do emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde, no Bairro Oficina, nomeada pela Portaria nº 1652/08.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 4 de junho de 2018.

Videira, 15 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0002/2018

Publicação Nº 1657270

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0002/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ADEMAR GAEDKE

CPF: 423.322.659-53

VIGÊNCIA: de 02 de janeiro de 2018 até 29 de junho de 2018

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0097/18

Publicação Nº 1657276

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0097/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LEILA ALICE SPINELLI

CPF: 009.145.169-81

VIGÊNCIA: de 26 de fevereiro de 2018 até 29 de junho de 2018

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

EXTRATOS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 84 A 89/2018

Publicação Nº 1657402

ATA Nº.: ATA 84/2018

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: EMUVI ESCOLA DE MUSICA DE VIDEIRA LTDA - ME

Valor : 13.385,00 (treze mil trezentos e oitenta e cinco reais)

Vigência : Início: 04/06/2018 Término: 04/06/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2018

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS, DE FORMA PARCELADA, DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, GRAVAÇÃO DO ROTEIRO DO AUTO DE NATAL E CARRO DE SOM E LOCAÇÃO DE PALCO E TRELIÇAS PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E TURISMO E CULTURA) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES E FUNDO MUN. DE DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE).

ATA Nº.: ATA 85/2018

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: MARCELO ZANON - ME

Valor : 198.680,00 (cento e noventa e oito mil seiscentos e oitenta reais)

Vigência : Início: 04/06/2018 Término: 04/06/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2018

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS, DE FORMA PARCELADA, DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, GRAVAÇÃO DO ROTEIRO DO AUTO DE NATAL E CARRO DE SOM E LOCAÇÃO DE PALCO E TRELIÇAS PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E TURISMO E CULTURA) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES E FUNDO MUN. DE DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE).

ATA Nº.: ATA 86/2018

Contratante.: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada.: VIVIANE RUPP REDANTE 04953256948

Valor : 3.590,00 (três mil quinhentos e noventa reais)

Vigência : Início: 04/06/2018 Término: 04/06/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2018

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS, DE FORMA PARCELADA, DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, GRAVAÇÃO DO ROTEIRO DO AUTO DE NATAL E CARRO DE SOM E LOCAÇÃO DE PALCO E TRELIÇAS PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E TURISMO E CULTURA) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUN. DE SAÚDE, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES E FUNDO MUN. DE DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE).

ATA Nº.: ATA 87/2018

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: TOTAL SPORTS LTDA ME

Valor : 15.203,00 (quinze mil duzentos e três reais)

Vigência : Início: 15/06/2018 Término: 15/06/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 53/2018

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA USO EM PREMIAÇÕES DE EVENTOS REALIZADOS PELO ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E TURISMO E CULTURA) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

ATA Nº.: ATA 88/2018

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: GREGO FABRICACAO E COMERCIO DE ARTIGOS E ACESSORIO

Valor : 9.300,00 (nove mil e trezentos reais)

Vigência : Início: 15/06/2018 Término: 15/06/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 53/2018

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA USO EM PREMIAÇÕES DE EVENTOS REALIZADOS PELO ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E TURISMO E CULTURA) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

ATA Nº.: ATA 89/2018

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: GRAVAR ARTES COMERCIO DE ARTIGOS PUBLICITARIOS LTDA

Valor : 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)

Vigência : Início: 15/06/2018 Término: 15/06/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 53/2018

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA USO EM PREMIAÇÕES DE EVENTOS REALIZADOS PELO ÓRGÃO GERENCIADOR - MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E TURISMO E CULTURA) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

Contrato Nº.: CT 101/2018

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: GIGA1.COM EIRELI - ME

Valor : 1.780,00 (um mil setecentos e oitenta reais)

Vigência : Início: 04/06/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 47/2018

Objeto : AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS PARA SEREM UTILIZADOS NAS AÇÕES INTEGRADAS PROMOVIDAS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Contrato Nº.: CT 102/2018

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: FABIANE GONSCHOROVSKI DE SOUZA

Valor : 15.280,00 (quinze mil duzentos e oitenta reais)

Vigência : Início: 04/06/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 47/2018

Objeto : AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS PARA SEREM UTILIZADOS NAS AÇÕES INTEGRADAS PROMOVIDAS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Contrato Nº.: CT 103/2018

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: RENATO DALMOLIN DAL BOSCO

Valor : 328.000,54 (trezentos e vinte e oito mil reais e cinquenta e quatro centavos)

Vigência : Início: 05/06/2018 Término: 05/06/2019

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 6/2018

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA, LOCALIZADA NA RUA ERNESTO LAZAROTO, NO BAIRRO VILA VERDE, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA COM ÁREA DE 200,00M², CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO BÁSICO

Contrato Nº.: CT 104/2018

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA

Contratada...: NOSSA PAVIMENTACAO E OBRAS LTDA - ME

Valor : 170.000,00 (cento e setenta mil e reais)
Vigência : Início: 05/06/2018 Término: 05/06/2019
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2018
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA ALVARO BUENO DE OLIVEIRA, NO BAIRRO AMARANTE, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 1.964,70m², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

Contrato Nº.: CT 105/2018
Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA
Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA.
Valor : 49.635,37 (quarenta e nove mil seiscentos e trinta e cinco reais e trinta e sete centavos)
Vigência : Início: 06/06/2018 Término: 06/06/2019
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2018
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q. DA RUA DOS EUCALIPTOS, COM EXTENSÃO DE 45,00 METROS (ITEM 02), LOCALIZADAS NO BAIRRO PORTAL DAS VIDEIRAS, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

Contrato Nº.: CT 106/2018
Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA
Contratada...: NOSSA PAVIMENTACAO E OBRAS LTDA - ME
Valor : 346.500,00 (trezentos e quarenta e seis mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 06/06/2018 Término: 06/06/2019
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 4/2018
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q. DA ESTRADA MUNICIPAL, COM EXTENSÃO DE 360,00 METROS (ITEM 01) E RUA DOS EUCALIPTOS, COM EXTENSÃO DE 45,00 METROS (ITEM 02), LOCALIZADAS NO BAIRRO PORTAL DAS VIDEIRAS, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

Contrato Nº.: CT 107/2018
Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA
Contratada...: VT ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA
Valor : 898.216,50 (oitocentos e noventa e oito mil duzentos e dezesseis reais e cinquenta centavos)
Vigência : Início: 06/06/2018 Término: 06/09/2018
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 21/2018
Objeto : CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL TEMPORÁRIA DA EMPRESA VT ENGENHARIA PARA PRESTAR SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E COMPACTÁVEIS, BEM COMO COLETA SELETIVA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA ATRAVÉS DE ATERRO SANITÁRIO, EM IMÓVEL DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA, POSSUIDORA DE TODAS AS LICENÇAS AMBIANTAIS VIGENTES E NECESSÁRIAS

----- Aditivo Nº : AD 47/2018 - Contrato Nº: CT 149/2017

Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA
Contratada...: P & B COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME
Valor : 32.136,60 (trinta e dois mil cento e trinta e seis reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 01/06/2018 Término: 28/12/2018
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2017
Recursos : Dotação:
Objeto : adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando custos adicionais no valor de 32.136,60 (trinta e dois mil cento e trinta e seis reais e sessenta e centavos). Valor este que estará garantido através das dotações orçamentárias do presente exercício.

Videira, 18 de Junho de 2018
Aditivo Nº : AD 48/2018 - Contrato Nº: ATA 57/2018
Contratante...: MUNICIPIO DE VIDEIRA
Contratada...: AUTO POSTO COLINA COM. DE COMBUSTIVEIS LTDA ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 06/06/2018 Término: 01/08/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : recompor o equilíbrio econômico-financeiro com o ajuste no preço do combustível, passando a Cláusula 2ª a ter o seguinte valor unitário: GASOLINA COMUM R\$ 4,36 E ÓLEO DIESEL COMUM R\$ 3,63.

LEI Nº 3.571/18

Publicação Nº 1657004

LEI Nº 3.571/18, DE 14 DE JUNHO DE 2018.

AUTORIZA O PODER LEGISLATIVO A REALIZAR DESPESAS COM EVENTOS RELACIONADOS À ESCOLA DO LEGISLATIVO NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA, NO ANO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Legislativo autorizado a despesar, até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) com o pagamento de despesas que venham a ser realizadas com eventos relacionados as atividades da Escola do Legislativo no âmbito da Câmara Municipal de Videira-SC, no decorrer do ano de 2018.

§1º As despesas de deslocamento, transporte, hospedagem, alimentação, premiações e homenagens serão executadas mediante contratação de serviços por processos licitatórios, registros de preços em vigor e outras modalidades de compras.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

5 Manutenção da Câmara de Vereadores

19 Câmara de Vereadores de Videira

01 Câmara de Vereadores de Videira

2.072 Manutenção da Câmara de Vereadores

3.3.90 3.3.90.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas

Art. 3º O Chefe do Poder Legislativo Municipal elaborará Resolução regulamentando os valores e demais procedimentos a serem realizados em cada evento específico.

Art. 4º O Poder Legislativo regulamentará a presente Lei, nos termos da Lei Orgânica do Município de Videira.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0547/18

Publicação Nº 1656220

PORTARIA nº 0547/18

Revoga a Portaria nº 0466/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0466/15, que designa SANDRA BALDO, Analista de Nível Superior, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor do Controle Interno, símbolo FG-1, com a remuneração de Lei, subordinada ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0548/18

Publicação Nº 1656221

PORTARIA nº 0548/18

Revoga a Portaria nº 0165/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0165/18, que designa GEFERSON CORREA DE DEUS, Técnico de Agrimensura, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada a Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0549/18

Publicação Nº 1656224

PORTARIA nº 0549/18

Revoga a Portaria nº 0005/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0005/17, que designa KAROLINA BORSATTI, Analista de Nível Superior, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Chefe do Departamento de Expediente, símbolo FG-2, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0550/18

Publicação Nº 1656225

PORTARIA nº 0550/18

Revoga a Portaria nº 0060/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0060/17, que designa RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA, Agente Administrativo II, para sem prejuízo da

remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Chefe do Departamento de Compras, símbolo FG-2, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0551/18

Publicação Nº 1656228

PORTARIA nº 0551/18

Revoga a Portaria nº 0545/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0545/17, que designa ALVAIR LIRIO BARZOTTO, Analista de Nível Superior, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Presidente da Comissão de Licitações, símbolo FG-1, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0552/18

Publicação Nº 1656231

PORTARIA nº 0552/18

Revoga a Portaria nº 0033/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0033/17, que designa CRISTIANE MIOZZO, Agente Administrativo II, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Chefe da Comissão de Licitações, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0553/18

Publicação Nº 1656233

PORTARIA nº 0553/18

Revoga a Portaria nº 0645/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0645/17, que designa MAYNARA GUILL, Agente Administrativo II, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor da Comissão de Licitações, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0554/18

Publicação Nº 1656234

PORTARIA nº 0554/18

Revoga a Portaria nº 0035/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0035/17, que designa JÉSSICA PRIGOL, Agente Administrativo II, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor da Comissão de Licitações, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0555/18

Publicação Nº 1656235

PORTARIA nº 0555/18
Revoga a Portaria nº 0036/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0036/17, que designa MÁRCIA REGINA VANZ, Agente Administrativo II, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor da Comissão de Licitações, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0556/18

Publicação Nº 1656236

PORTARIA nº 0556/18
Revoga a Portaria nº 0410/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0410/18, que designa MAURICIO DOS SANTOS OZORIO, Agente Administrativo II, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Chefe de Administração de Pessoal, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0557/18

Publicação Nº 1656238

PORTARIA nº 0557/18
Revoga a Portaria nº 0476/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0476/17, que designa NEREIDE GUARNIERI, Auxiliar de Serviços Gerais, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Chefe do Setor de Limpeza e de Cozinha, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0558/18

Publicação Nº 1656241

PORTARIA nº 0558/18

Revoga a Portaria nº 0008/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0008/17, que designa CRISTINA KLOCK, Contadora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Chefe do Departamento de Contabilidade, símbolo FG-2, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0559/18

Publicação Nº 1656242

PORTARIA nº 0559/18

Revoga a Portaria nº 0079/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0079/18, que designa CARLISE PIERDONA, Agente Administrativo II, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Chefe de Tributação, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0560/18

Publicação Nº 1656243

PORTARIA nº 0560/18

Revoga a Portaria nº 0009/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0009/17, que designa ILVA FARINA, Contadora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0561/18

Publicação Nº 1656246

PORTARIA nº 0561/18

Revoga a Portaria nº 0078/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0078/18, que designa WOLMAR ERDMANN, Agente de Fiscalização de Nível Superior, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0562/18

Publicação Nº 1656251

PORTARIA nº 0562/18

Revoga a Portaria nº 0012/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0012/17, que designa CLEMIR BERTOTTO ERDMANN, Analista de Nível Superior, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0563/18

Publicação Nº 1656254

PORTARIA nº 0563/18

Revoga a Portaria nº 0124/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0124/17, que designa MIRIAM DE MIRANDA GIRARDI, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor Nível I, símbolo FG-2, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0564/18

Publicação Nº 1656257

PORTARIA nº 0564/18

Revoga a Portaria nº 0103/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0103/17, que designa ALYSSON WOIGT, Professor, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola I, símbolo FG-2, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0565/18

Publicação Nº 1656258

PORTARIA nº 0565/18

Revoga a Portaria nº 0126/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0126/17, que designa LINDAMAR TEREZINHA MATTANA LAUBE, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola I, símbolo FG-2, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0566/18

Publicação Nº 1656259

PORTARIA nº 0566/18

Revoga a Portaria nº 0125/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0125/17, que designa NAIR PERETTI, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola I, símbolo FG-2, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0567/18

Publicação Nº 1656261

PORTARIA nº 0567/18

Revoga a Portaria nº 0127/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0127/17, que designa JOANICE MUNARO SETTI, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola I, símbolo FG-2, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal

de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0568/18

Publicação Nº 1656263

PORTARIA nº 0568/18

Revoga a Portaria nº 0196/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0196/17, que designa MARIA APARECIDA SOLIGO, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola I, símbolo FG-2, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0569/18

Publicação Nº 1656264

PORTARIA nº 0569/18

Revoga a Portaria nº 0109/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0109/17, que designa TANIA REGINA CESCO, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0570/18

Publicação Nº 1656266

PORTARIA nº 0570/18

Revoga a Portaria nº 0110/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0110/17, que designa ELIANE BALDO FANTINEL, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0571/18

Publicação Nº 1656269

PORTARIA nº 0571/18

Revoga a Portaria nº 0111/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0111/17, que designa CAMILA REGINA ROSTIROLA, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0572/18

Publicação Nº 1656270

PORTARIA nº 0572/18

Revoga a Portaria nº 0180/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0180/18, que designa SANDRA ROSILENE STOEKLE TRANCOZO, Professora, para sem prejuízo da remuneração

do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0573/18

Publicação Nº 1656273

PORTARIA nº 0573/18

Revoga a Portaria nº 0113/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0113/17, que designa KELI CRISTINA MEZAROBDA DAL PIZZOL, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0574/18

Publicação Nº 1656274

PORTARIA nº 0574/18

Revoga a Portaria nº 0104/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0104/17, que designa REJANE LUCIA GHEDINI, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0575/18

Publicação Nº 1656275

PORTARIA nº 0575/18

Revoga a Portaria nº 0106/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0106/17, que designa NEIDE REGINA DA SILVA, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0576/18

Publicação Nº 1656276

PORTARIA nº 0576/18

Revoga a Portaria nº 0107/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0107/17, que designa VANIA REGINA FRIZON DOS SANTOS, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0576/18

Publicação Nº 1656312

PORTARIA nº 0576/18

Revoga a Portaria nº 0107/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0107/17, que designa VANIA REGINA FRIZON DOS SANTOS, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0577/18

Publicação Nº 1656313

PORTARIA nº 0577/18

Revoga a Portaria nº 0195/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0195/17, que designa SUELI ZORTEA, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0578/18

Publicação Nº 1656316

PORTARIA nº 0578/18

Revoga a Portaria nº 0083/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0083/17, que designa LIZ ANDREA SAORIN BALBINOTTI, Atendente de Creche, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria

Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0578/18

Publicação Nº 1656315

PORTARIA nº 0578/18

Revoga a Portaria nº 0083/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0083/17, que designa LIZ ANDREA SAORIN BALBINOTTI, Atendente de Creche, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0579/18

Publicação Nº 1656317

PORTARIA nº 0579/18

Revoga a Portaria nº 0084/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0084/17, que designa ANDREA JULIANA GOMES DE OLIVEIRA TITON, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0580/18

Publicação Nº 1656318

PORTARIA nº 0580/18

Revoga a Portaria nº 0085/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0085/17, que designa ADRIANA DAS GRAÇAS BERTO DE CAMPOS, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0581/18

Publicação Nº 1656320

PORTARIA nº 0581/18

Revoga a Portaria nº 0086/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0086/17, que designa FRANCIELE TESTOLIN, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0582/18

Publicação Nº 1656322

PORTARIA nº 0582/18

Revoga a Portaria nº 0391/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0391/17, que designa ANILDE ANZANELLO DE BORTOLI, Professora, para sem prejuízo da remuneração do

cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0583/18

Publicação Nº 1656323

PORTARIA nº 0583/18

Revoga a Portaria nº 0116/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0116/18, que designa ANDREIA TERESINHA MORESCO, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0584/18

Publicação Nº 1656325

PORTARIA nº 0584/18

Revoga a Portaria nº 0089/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0089/17, que designa BERNARDETE RETTORE LEMOS MORAES, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0585/18

Publicação Nº 1656326

PORTARIA nº 0585/18

Revoga a Portaria nº 0294/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0294/17, que designa TAÍS BORSATTI, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0586/18

Publicação Nº 1656327

PORTARIA nº 0586/18

Revoga a Portaria nº 0511/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0511/17, que designa JOSIANE DE SOUZA BORGES, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0587/18

Publicação Nº 1656330

PORTARIA nº 0587/18

Revoga a Portaria nº 0092/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0092/17, que designa LEONICE FATIMA CROTTI TESTOLIN, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0588/18

Publicação Nº 1656331

PORTARIA nº 0588/18
Revoga a Portaria nº 0093/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0093/17, que designa CLEUSA FATIMA VEDOVATTO, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0589/18

Publicação Nº 1656332

PORTARIA nº 0589/18
Revoga a Portaria nº 0126/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0126/18, que designa GRACIELI MEZAROB GUERRA, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0590/18

Publicação Nº 1656333

PORTARIA nº 0590/18

Revoga a Portaria nº 0095/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0095/17, que designa CLEZI TEREZINHA BALESTIERI, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0591/18

Publicação Nº 1656334

PORTARIA nº 0591/18

Revoga a Portaria nº 0096/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0096/17, que designa VLADENICE PAZIN UNGARATTO, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0592/18

Publicação Nº 1656336

PORTARIA nº 0592/18

Revoga a Portaria nº 0097/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0097/17, que designa SILVANA MADALENA ANGREWSKI DA CONCEIÇÃO, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0593/18

Publicação Nº 1656339

PORTARIA nº 0593/18

Revoga a Portaria nº 0098/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0098/17, que designa SILVANA VANZ SCHWAIGA, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0594/18

Publicação Nº 1656340

PORTARIA nº 0594/18

Revoga a Portaria nº 0100/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0100/17, que designa ILIZANGELA FERRAZ, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo

exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0595/18

Publicação Nº 1656342

PORTARIA nº 0595/18

Revoga a Portaria nº 0326/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0326/18, que designa GIOVANA CARDOSO PATRÍCIO, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola Adjunto, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0596/18

Publicação Nº 1656343

PORTARIA nº 0596/18

Revoga a Portaria nº 0101/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0101/17, que designa SANDRA APARECIDA GUILL MENEGAZZO, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola Adjunto, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0597/18

Publicação Nº 1656347

PORTARIA nº 0597/18

Revoga a Portaria nº 0102/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0102/17, que designa MARINES CONSOLADORA DE OLIVEIRA ZARPELON, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola Adjunto, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0598/18

Publicação Nº 1656349

PORTARIA nº 0598/18

Revoga a Portaria nº 0108/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0108/17, que designa MARIA CLARA KNEBEL DE SIQUEIRA LYRA, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola Adjunto, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0599/18

Publicação Nº 1656351

PORTARIA nº 0599/18

Revoga a Portaria nº 0119/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0119/17, que designa JOSEANE PERETTI, Agente Administrativo II, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor de Secretaria Escolar I, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0600/18

Publicação Nº 1656217

PORTARIA nº 0600/18

Revoga a Portaria nº 0120/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0120/17, que designa PAULA FERNANDA TURMINA, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor de Secretaria Escolar I, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0601/18

Publicação Nº 1656352

PORTARIA nº 0601/18

Revoga a Portaria nº 0121/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0121/17, que designa ANDRESSA DOS SANTOS GUIMARÃES, Professora, para sem prejuízo da remuneração

do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor de Secretaria Escolar I, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0602/18

Publicação Nº 1656355

PORTARIA nº 0602/18

Revoga a Portaria nº 0122/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0122/17, que designa ANA MARIA PEREIRA DIAS, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor de Secretaria Escolar I, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0603/18

Publicação Nº 1656357

PORTARIA nº 0603/18

Revoga a Portaria nº 0116/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0116/17, que designa CLAUDIA JULIANA MORALES MEMBRIVE, Professora, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor de Secretaria Escolar II, símbolo FG-5, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0604/18

Publicação Nº 1656359

PORTARIA nº 0604/18

Revoga a Portaria nº 0099/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0099/18, que designa ENOQUE DA SILVA SOBRAL, Professor, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor de Secretaria Escolar II, símbolo FG-5, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0605/18

Publicação Nº 1656361

PORTARIA nº 0605/18

Revoga a Portaria nº 0118/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0118/17, que designa FRANCELIA FORTES, Professor, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor de Secretaria Escolar II, símbolo FG-5, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0606/18

Publicação Nº 1656364

PORTARIA nº 0606/18

Revoga a Portaria nº 0654/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0654/17, que designa KARINE CONCEIÇÃO PEREIRA DE SOUZA, Auxiliar de Serviços Gerais, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor de Eventos Escolares, símbolo FG-5, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0607/18

Publicação Nº 1656367

PORTARIA nº 0607/18

Revoga a Portaria nº 1123/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 1123/17, que designa ELTON CARVALHO DOS ANJOS, Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor do Departamento de Serviços Urbanos, símbolo FG-6, subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0608/18

Publicação Nº 1656369

PORTARIA nº 0608/18

Revoga a Portaria nº 0205/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0205/17, que designa DAVID CORDEIRO SCHMIDT, Agente Administrativo II, para sem prejuízo da remuneração

do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de chefe de Serviços Administrativos, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0609/18

Publicação Nº 1656372

PORTARIA nº 0609/18

Revoga a Portaria nº 0925/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0925/17, que designa GUSTAVO DE OLIVEIRA PIVA, Agente Administrativo II, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor de Controle e Acompanhamento de Programa, símbolo FG-1, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0610/18

Publicação Nº 1656374

PORTARIA nº 0610/18

Revoga a Portaria nº 0155/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0155/17, que designa CAMILA STRAPAZZON, Agente Administrativo II, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0611/18

Publicação Nº 1656376

PORTARIA nº 0611/18

Revoga a Portaria nº 0228/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0228/17, que designa VIVIAN BRINIAC MOREIRA, Agente Administrativo II, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0612/18

Publicação Nº 1656377

PORTARIA nº 0612/18

Revoga a Portaria nº 0259/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0259/17, que designa SIDNEI MIGUEL DOS SANTOS JUNIOR, Engenheiro Sanitarista e Ambiental, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0613/18

Publicação Nº 1656379

PORTARIA nº 0613/18

Revoga a Portaria nº 0562/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0562/17, que designa AIRTO LORENI ZONTA, Motorista II - Ambulância, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0614/18

Publicação Nº 1656380

PORTARIA nº 0614/18

Revoga a Portaria nº 0231/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0231/17, que designa JUSSARA ZAMBOM, Assistente Social, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Convivência, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0615/18

Publicação Nº 1656383

PORTARIA nº 0615/18

Revoga a Portaria nº 0330/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0330/17, que designa KALYNE DANIELEWICZ TAIETTI, Agente Administrativo II, para sem prejuízo da

remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor do Serviço de Convivência, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0616/18

Publicação Nº 1656384

PORTARIA nº 0616/18

Revoga a Portaria nº 0637/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0637/17, que designa SONIA MARIA PITTOL, Auxiliar de Serviços Gerais, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor do Serviço de Convivência, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0617/18

Publicação Nº 1656385

PORTARIA nº 0617/18

Revoga a Portaria nº 0229/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0229/17, que designa FRANCISLAINE RIBEIRO DOS SANTOS, Agente Administrativo II, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0618/18

Publicação Nº 1656386

PORTARIA nº 0618/18

Revoga a Portaria nº 0371/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0371/17, que designa SUZETE APARECIDA ACADROLI, Auxiliar de Serviços Gerais, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0619/18

Publicação Nº 1656387

PORTARIA nº 0619/18

Revoga a Portaria nº 0055/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0055/17, que designa ROSE MARIA BALDO PEREIRA, Auxiliar de Enfermagem, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor de Regulação, Controle e Avaliação, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0620/18

Publicação Nº 1656388

PORTARIA nº 0620/18

Revoga a Portaria nº 0156/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0156/17, que designa ADRIANA APARECIDA FELICETTI, Psicóloga, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Chefe do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0621/18

Publicação Nº 1656390

PORTARIA nº 0621/18

Revoga a Portaria nº 0927/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0927/17, que designa CAROLINE ROCHA DE PAULA, Assistente Social, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor do Programa Juventude Ativa, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0622/18

Publicação Nº 1656391

PORTARIA nº 0622/18

Revoga a Portaria nº 0056/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0056/17, que designa JISLEI NEIVA TONETTA BORGIA, Agente Administrativo II, para sem prejuízo da

remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor do TFD, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0623/18

Publicação Nº 1656392

PORTARIA nº 0623/18

Revoga a Portaria nº 0261/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0261/17, que designa MAY KELER DA SILVA, Técnica de Enfermagem, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor de Assuntos da Saúde da Mulher, símbolo FG-5, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0624/18

Publicação Nº 1656393

PORTARIA nº 0624/18

Revoga a Portaria nº 0372/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0372/17, que designa WEUSLEY WILLIAN DE PAULA, Agente Administrativo II, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor de Informática, símbolo FG-5, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0625/18

Publicação Nº 1656394

PORTARIA nº 0625/18

Revoga a Portaria nº 0169/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0169/17, que designa JOÃO GONÇALVES CORREA, Trabalhador Braçal, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Manutenção de Parques e Áreas Verdes, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0626/18

Publicação Nº 1656395

PORTARIA nº 0626/18

Revoga a Portaria nº 1057/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 1057/17, que designa GILMAR PAULO RISSARDI, Técnico Agrícola, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor de Recursos Humanos e Controle Interno, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0627/18

Publicação Nº 1656396

PORTARIA nº 0627/18

Revoga a Portaria nº 0374/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0374/17, que designa CLEBER GRIGOLO, Operador de Trator de Pneus, Máquina de Varrição e Capina Mecânica, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Chefe do Departamento de Máquinas e Equipamentos, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0628/18

Publicação Nº 1656397

PORTARIA nº 0628/18

Revoga a Portaria nº 0170/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0170/17, que designa EMERSON RUFINO, Auxiliar Operacional, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Manutenção de Jardinagem, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0629/18

Publicação Nº 1656400

PORTARIA nº 0629/18

Revoga a Portaria nº 0171/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0171/17, que designa RICARDO DE MELLO MORO, Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, para sem

prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Manutenção de Jardinagem, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0630/18

Publicação Nº 1656402

PORTARIA nº 0630/18

Revoga a Portaria nº 1124/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 1124/17, que designa WALMIR LYRA, Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Equipe de Trabalho de Manutenção de Obras, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0631/18

Publicação Nº 1656405

PORTARIA nº 0631/18

Revoga a Portaria nº 0885/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0885/17, que designa WALDECIR DEODORO SOUZA, Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor do Departamento de Máquinas e Equipamentos, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0632/18

Publicação Nº 1656407

PORTARIA nº 0632/18

Revoga a Portaria nº 1029/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 1029/17, que designa ORLANDO DONZELLI, Auxiliar Operacional, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Manutenção do Parque da Uva, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0633/18

Publicação Nº 1656410

PORTARIA nº 0633/18

Revoga a Portaria nº 0461/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0461/17, que designa RICARDO GAEDKE, Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor Nível I, símbolo FG-2, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0634/18

Publicação Nº 1656412

PORTARIA nº 0634/18

Revoga a Portaria nº 1056/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 1056/17, que designa MARCELO PERIN, Auxiliar Operacional, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0635/18

Publicação Nº 1656415

PORTARIA nº 0635/18

Revoga a Portaria nº 0924/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0924/17, que designa ANTONIO GIAZZONI, Torneiro Mecânico, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0636/18

Publicação Nº 1656417

PORTARIA nº 0636/18

Revoga a Portaria nº 0176/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0176/17, que designa EDSON DA SILVA FURTADO, Auxiliar Operacional, para sem prejuízo da remuneração

do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor de Equipe de Trabalho de Limpeza de Vias Públicas, símbolo FG-5, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0637/18

Publicação Nº 1656418

PORTARIA nº 0637/18

Revoga a Portaria nº 0175/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0175/17, que designa FABIO LUIZ PERAZZOLI, Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor de Manutenção e Preservação do Patrimônio, símbolo FG-5, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0638/18

Publicação Nº 1656420

PORTARIA nº 0638/18

Revoga a Portaria nº 0177/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0177/17, que designa JORGE ADILSON DOS SANTOS, Auxiliar Operacional, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de chefe de Equipe de Trabalho de Pinturas e Placas, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0639/18

Publicação Nº 1656422

PORTARIA nº 0639/18

Revoga a Portaria nº 1157/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 1157/17, que designa OLIVIO DE OLIVEIRA, Trabalhador Braçal, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Trabalho de Pinturas e Placas, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0640/18

Publicação Nº 1656427

PORTARIA nº 0640/18

Revoga a Portaria nº 0888/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0888/17, que designa RONALDO WENGRATT GUERRA, Marceneiro, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Assessor Nível IV, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0641/18

Publicação Nº 1656428

PORTARIA nº 0641/18

Revoga a Portaria nº 0179/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0179/17, que designa JURANDI COSTA, Agente de Pavimentação Pública, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Trabalho de Pavimentação Pública, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0642/18

Publicação Nº 1656429

PORTARIA nº 0642/18

Revoga a Portaria nº 0260/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0260/17, que designa JAISSON SOARES, Agente de Pavimentação Pública, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Trabalho de Pavimentação Pública, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0643/18

Publicação Nº 1656430

PORTARIA nº 0643/18

Revoga a Portaria nº 0181/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0181/17, que designa ANTONIO NELSON GONÇALVES, trabalhador Braçal, para sem prejuízo da remuneração

do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Trabalho de Varrição de Vias Públicas, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0644/18

Publicação Nº 1656432

PORTARIA nº 0644/18

Revoga a Portaria nº 0887/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0887/17, que designa EDENILSO SERAFINI, Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Manutenção de Estradas do Interior, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 30 de maio de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de maio de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0646/18

Publicação Nº 1657007

PORTARIA nº 0646/18
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 9119/2018,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor DANIEL VERZA, Trabalhador Braçal, a partir de 2 de julho de 2018 até 2 de outubro de 2018, referente ao quinquênio de 5 de junho de 2008 até 4 de junho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0516/18, produzindo seus efeitos a partir de 2 de julho de 2018.

Videira, 7 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0647/18

Publicação N° 1656437

PORTARIA nº 0647/18

Designa Geferson Correa de Deus para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar GEFERSON CORREA DE DEUS, Técnico em Agrimensura, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0648/18

Publicação N° 1656440

PORTARIA nº 0648/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar BEATRIZ VIECELI, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0649/18

Publicação Nº 1656441

PORTARIA nº 0649/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar SANDRA BALDO, Analista de Nível Superior, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretora do Controle Interno, símbolo FG-1, com a remuneração de Lei, subordinada ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0651/18

Publicação Nº 1656443

PORTARIA nº 0651/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar ALVAIR LIRIO BARZOTTO, Analista de Nível Superior, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Presidente da Comissão de Licitações, símbolo FG-1, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0652/18

Publicação Nº 1656445

PORTARIA nº 0652/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar KAROLINA BORSATTI, Analista de Nível Superior, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe do Departamento de Gestão de Atos Oficiais, símbolo FG-2, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria

Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0653/18

Publicação Nº 1656446

PORTARIA nº 0653/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe do Departamento de Compras e Licitações, símbolo FG-2, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0654/18

Publicação Nº 1656447

PORTARIA nº 0654/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar CRISTIANE MIOZZO, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe da Comissão de Licitações, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0655/18

Publicação N° 1656448

PORTARIA nº 0655/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar JÉSSICA PRIGOL, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor da Comissão de Licitações, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0656/18

Publicação N° 1656449

PORTARIA nº 0656/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar MÁRCIA REGINA VANZ, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor da Comissão de Licitações, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0657/18

Publicação N° 1656451

PORTARIA nº 0657/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar MAYNARA GUILL, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor da Comissão de Licitações, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0658/18

Publicação Nº 1656453

PORTARIA nº 0658/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar MAURICIO DOS SANTOS OZÓRIO, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor do Departamento de Gestão de Pessoas, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0659/18

Publicação Nº 1656455

PORTARIA nº 0659/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar CRISTINA KLOCK, Contadora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe do Departamento de Contabilidade, símbolo FG-2, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0660/18

Publicação N° 1656457

PORTARIA nº 0660/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar CARLISE PIERDONA, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Tributação, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0661/18

Publicação N° 1656458

PORTARIA nº 0661/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar ILVA FARINA, Contadora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0662/18

Publicação N° 1656459

PORTARIA nº 0662/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar CLEMIR BERTOTTO ERDMANN, Analista de Nível Superior, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0663/18

Publicação Nº 1656460

PORTARIA nº 0663/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar WOLMAR ERDMANN, Agente de Fiscalização de Nível Superior, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0664/18

Publicação Nº 1656462

PORTARIA nº 0664/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar MIRIAN DE MIRANDA GIRARDI, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível I, símbolo FG-2, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0665/18

Publicação N° 1656463

PORTARIA nº 0665/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar NAIR PERETTI, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola I, símbolo FG-2, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0666/18

Publicação N° 1656464

PORTARIA nº 0666/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar LINDAMAR TEREZINHA MATTANA LAUBE, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola I, símbolo FG-2, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0667/18

Publicação N° 1656465

PORTARIA nº 0667/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar JOANICE MUNARO SETTI, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola I, símbolo FG-2, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0668/18

Publicação Nº 1656467

PORTARIA nº 0668/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar ALYSSON WOIGT, Professor, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola I, símbolo FG-2, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0669/18

Publicação Nº 1656469

PORTARIA nº 0669/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar MARIA APARECIDA SOLIGO, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola I, símbolo FG-2, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0670/18

Publicação N° 1656472

PORTARIA nº 0670/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar REJANE LUCIA GHEDINI, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0671/18

Publicação N° 1656474

PORTARIA nº 0671/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar NEIDE REGINA DA SILVA, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0672/18

Publicação N° 1656475

PORTARIA nº 0672/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar VANIA REGINA FRIZZON DOS SANTOS, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0673/18

Publicação Nº 1656476

PORTARIA nº 0673/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar TANIA REGINA CESCO, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0674/18

Publicação Nº 1656477

PORTARIA nº 0674/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar CAMILA REGINA ROSTIROLA, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0675/18

Publicação N° 1656480

PORTARIA nº 0675/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar KELI CRISTINA MEZAROBIA DAL PIZZOL, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0676/18

Publicação N° 1656481

PORTARIA nº 0676/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar SANDRA ROSILENE STÖCKLE TRANCOZO, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0677/18

Publicação N° 1656482

PORTARIA nº 0677/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar ELIANE BALDO FANTINEL, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0678/18

Publicação Nº 1656484

PORTARIA nº 0678/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar ANILDE ANZANELLO DE BORTOLI, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0679/18

Publicação Nº 1656485

PORTARIA nº 0679/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar VLADENICE PAZIN UNGARATTO, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0680/18

Publicação N° 1656488

PORTARIA nº 0680/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar CLEZI TEREZINHA BALESTIERI, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0681/18

Publicação N° 1656489

PORTARIA nº 0681/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar ANDREIA TEREZINHA MORESCO, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0682/18

Publicação N° 1656491

PORTARIA nº 0682/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar TAÍS BORSATTI, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0683/18

Publicação Nº 1656493

PORTARIA nº 0683/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar ADRIANA DAS GRAÇAS BERTO DE CAMPOS, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0684/18

Publicação Nº 1656494

PORTARIA nº 0684/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar GRACIELI MEZAROB GUERRA, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0685/18

Publicação N° 1656495

PORTARIA nº 0685/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar LIZ ANDREA SAORIN BALBINOTTI, Atendente de Creche, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0686/18

Publicação N° 1656496

PORTARIA nº 0686/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar SILVANA MADALENA ANGREWSKI DA CONCEIÇÃO, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0687/18

Publicação N° 1656497

PORTARIA nº 0687/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar ILIZANGELA FERRAZ, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0688/18

Publicação Nº 1656498

PORTARIA nº 0688/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar SILVANA VANZ SCHWAIGA, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0689/18

Publicação Nº 1656500

PORTARIA nº 0689/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar BERNARDETE RETTORE LEMOS MORAES, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0690/18

Publicação N° 1656501

PORTARIA nº 0690/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar CLEUSA FATIMA VEDOVATTO, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0691/18

Publicação N° 1656502

PORTARIA nº 0691/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar JUCIONE APARECIDA JOSÉ PETRY, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0692/18

Publicação N° 1656503

PORTARIA nº 0692/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar JOSIANE DE SOUZA BORGES, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0693/18

Publicação N° 1656504

PORTARIA nº 0693/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar FRANCIELE TESTOLIN, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0694/18

Publicação N° 1656505

PORTARIA nº 0694/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar LEONICE FATIMA CROTTI TESTOLIN, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0695/18

Publicação N° 1656506

PORTARIA nº 0695/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar SUELI ZORTEA, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0696/18

Publicação N° 1656507

PORTARIA nº 0696/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar GIOVANA CARDOSO PATRICIO, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola Adjunto, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0697/18

Publicação N° 1656508

PORTARIA nº 0697/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar SANDRA APARECIDA GUILL MENEGAZZO, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola Adjunto, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0698/18

Publicação N° 1656509

PORTARIA nº 0698/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar MARINES CONSOLADORA DE OLIVEIRA ZARPELON, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola Adjunto, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0699/18

Publicação N° 1656511

PORTARIA nº 0699/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar MARIA CLARA KNEBEL SIQUEIRA LYRA, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor de Escola Adjunto, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0700/18

Publicação Nº 1656512

PORTARIA nº 0700/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar JOSEANE PERETTI, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Secretaria Escolar I, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0701/18

Publicação Nº 1656695

PORTARIA nº 0701/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar ANA MARIA PEREIRA DIAS, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Secretaria Escolar I, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0702/18

Publicação Nº 1656731

PORTARIA nº 0702/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar ANDRESSA DOS SANTOS GUIMARÃES, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Secretaria Escolar I, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0703/18

Publicação N° 1656732

PORTARIA nº 0703/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar PAULA FERNANDA TURMINA, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Secretaria Escolar I, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0704/18

Publicação N° 1656733

PORTARIA nº 0704/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar CLAUDIA JULIANA MORALES MEMBRIVE, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Secretaria Escolar II, símbolo FG-5, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0705/18

Publicação N° 1656739

PORTARIA nº 0705/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar ENOQUE DA SILVA SOBRAL, Professor, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Secretaria Escolar II, símbolo FG-5, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0706/18

Publicação N° 1656742

PORTARIA nº 0706/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar KARINE CONCEIÇÃO PEREIRA DE SOUZA, Auxiliar de Serviços Gerais, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor da Central de Vagas, símbolo FG-5, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0707/18

Publicação N° 1656744

PORTARIA nº 0707/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar DAVID CORDEIRO SCHMIDT, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Serviços Administrativos, símbolo FG-2, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de

Turismo e Cultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0708/18

Publicação Nº 1656746

PORTARIA nº 0708/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar GUSTAVO DE OLIVEIRA PIVA, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Controle e Acompanhamento de Programa, símbolo FG-1, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0709/18

Publicação Nº 1656750

PORTARIA nº 0709/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar CAMILA STRAPAZZON, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0710/18

Publicação Nº 1656752

PORTARIA nº 0710/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar VIVIAN BRINIAK MOREIRA, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0711/18

Publicação Nº 1656754

PORTARIA nº 0711/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar SIDNEI MIGUEL DOS SANTOS JUNIOR, Engenheiro Sanitarista e Ambiental, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0712/18

Publicação Nº 1656755

PORTARIA nº 0712/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar AIRTO LORENI ZONTA, Motorista II - Ambulância, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0713/18

Publicação Nº 1656758

PORTARIA nº 0713/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar JUSSARA ZAMBOM, Assistente Social, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor do CRAS, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0714/18

Publicação Nº 1656761

PORTARIA nº 0714/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar FRANCISLAINE RIBEIRO DOS SANTOS, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0715/18

Publicação Nº 1656765

PORTARIA nº 0715/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar SUZETE APARECIDA ACADROLI, Auxiliar de Serviços Gerais, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0716/18

Publicação Nº 1656767

PORTARIA nº 0716/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar KALYNE DANIELEWICZ TAIETTI, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0717/18

Publicação Nº 1656769

PORTARIA nº 0717/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar SONIA MARIA PITTOL, Auxiliar de Serviços Gerais, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função

Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0718/18

Publicação Nº 1656771

PORTARIA nº 0718/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar WEUSLEY WILLIAN DE PAULA, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Informática, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0719/18

Publicação Nº 1656774

PORTARIA nº 0719/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar ROSE MARIA BALDO PEREIRA, Auxiliar de Enfermagem, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Serviços de Saúde, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0720/18

Publicação Nº 1656776

PORTARIA nº 0720/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar ADRIANA APARECIDA FELICETTI, Psicóloga, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0721/18

Publicação Nº 1656778

PORTARIA nº 0721/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar JISLEI NEIVA TONETTA BORGA, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor do TFD, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0722/18

Publicação N° 1656780

PORTARIA nº 0722/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar MAY KELER DA SILVA, Técnico de Enfermagem, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível IV, símbolo FG-5, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0723/18

Publicação N° 1656782

PORTARIA nº 0723/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar CAROLINE ROCHA DE PAULA, Assistente Social, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor do CREAS, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA N° 0724/18

Publicação N° 1656784

PORTARIA nº 0724/18

Revoga a Portaria nº 1125/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 1125/17, que designa DALCIR ORSO, Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Manutenção do Horto Florestal, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de maio de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0725/18

Publicação Nº 1656788

PORTARIA nº 0725/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar RICARDO GAEDKE, Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível I, símbolo FG-2, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0726/18

Publicação Nº 1656790

PORTARIA nº 0726/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar GILMAR PAULO RISSARDI, Técnico Agrícola, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Agricultura e Meio Ambiente, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0727/18

Publicação Nº 1656794

PORTARIA nº 0727/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar ANTONIO GIAZZONI, Torneiro Mecânico, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0728/18

Publicação Nº 1656796

PORTARIA nº 0728/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar ORIDES NUNES PINTO, Operador de Trator de Esteira, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0729/18

Publicação Nº 1656798

PORTARIA nº 0729/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar JOÃO GONÇALVES CORREA, Trabalhador Braçal, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função

Gratificada de Chefe de Equipe de Manutenção de Parques e Áreas Verdes, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0730/18

Publicação Nº 1656800

PORTARIA nº 0730/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar EDSON DA SILVA FURTADO, Auxiliar Operacional, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Manutenção e Preservação do Patrimônio, símbolo FG-5, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0731/18

Publicação Nº 1656802

PORTARIA nº 0731/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar FABIO LUIZ PERAZZOLI, Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Manutenção e Preservação do Patrimônio, símbolo FG-5, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0732/18

Publicação Nº 1656804

PORTARIA nº 0732/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar JORGE ADILSON DOS SANTOS, Auxiliar Operacional, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Trabalho de Pinturas e Placas, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0733/18

Publicação Nº 1656806

PORTARIA nº 0733/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar OLIVIO DE OLIVEIRA, Trabalhador Braçal, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Trabalho de Pinturas e Placas, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0734/18

Publicação Nº 1656809

PORTARIA nº 0734/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar JURANDI COSTA, Agente de Pavimentação Pública, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Trabalho de Pavimentação Pública, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0735/18

Publicação Nº 1656813

PORTARIA nº 0735/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar JAISSON SOARES, Agente de Pavimentação Pública, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Trabalho de Pavimentação Pública, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0736/18

Publicação Nº 1656816

PORTARIA nº 0736/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar ELTON CARVALHO DOS ANJOS, Pedreiro, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada

de Assessor de Equipe de Trabalho de Manutenção de Obras, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0737/18

Publicação Nº 1656817

PORTARIA nº 0737/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar ANTONIO NELSON GONÇALVES, Trabalhador Braçal, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de chefe de Equipe de Trabalho de Varrição de Vias Públicas, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0738/18

Publicação Nº 1656821

PORTARIA nº 0738/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar WALMIR LYRA, Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Manutenção de Estradas do Interior, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0739/18

Publicação Nº 1656824

PORTARIA nº 0739/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar EDENILSO SERAFINI, Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Manutenção de Estradas do Interior, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0740/18

Publicação Nº 1656826

PORTARIA nº 0740/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar AMARILDO DE ALMEIDA, Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Manutenção de Estradas do Interior, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0741/18

Publicação Nº 1656827

PORTARIA nº 0741/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar WALDECIR DEODORO SOUZA, Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Manutenção de Estradas do Interior, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0742/18

Publicação Nº 1656829

PORTARIA nº 0742/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar EMERSON RUFINO, Auxiliar Operacional, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Manutenção de Jardinagem, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0743/18

Publicação Nº 1656830

PORTARIA nº 0743/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar RICARDO DE MELLO MORO, Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, para, sem prejuízo da remuneração do cargo

efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Manutenção de Jardinagem, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0744/18

Publicação Nº 1656831

PORTARIA nº 0744/18

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar DALCIR ORSO, Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Equipe de Manutenção de Jardinagem, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2018.

Videira, 8 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0753/18

Publicação Nº 1657011

PORTARIA nº 0753/18

Revoga a Portaria nº 0649/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0649/18, que designa SANDRA BALDO, Analista de Nível Superior, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo exercer a Função Gratificada de Diretor do Controle Interno, símbolo FG-1, com a remuneração de Lei, subordinada ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 14 de junho de 2018.
DORIVAL CARLOS BORGA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0754/18

Publicação Nº 1657012

PORTARIA nº 0754/18

Designa servidora para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar SCHEILA ADRIANA SAVIAN, Analista de Nível Superior, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Diretor do Controle Interno, símbolo FG-1, com a remuneração de Lei, subordinada ao Gabinete do Prefeito, pelo período de 15 de junho de 2018 até 15 de julho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 15 de junho de 2018.

Videira, 14 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0757/18

Publicação Nº 1657015

PORTARIA nº 0757/18

Designa servidora como responsável pela gerência do Sistemas de Informações da LAI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Comunicação Interna do Controle Interno,

RESOLVE

Art. 1º Designar SCHEILA ADRIANA SAVIAN, Analista de Nível Superior, como responsável pela gerência do Sistema de Informações da LAI – Lei nº 12.527/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 14 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de junho de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2018-PMV

Publicação Nº 1657052

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2018-PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO EM PEDRAS IRREGULARES E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA ALBINO FORMIGHIERI, LOCALIZADA NO BAIRRO ÁGUA VERDE, COM ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO DE 6.354,00M² E EXTENSÃO DE 862M (ITEM 01) E DAS RUAS GIOVANI RICARDO BRANDALISE, GIÁCOMO DAL PIZOL E GENEBRA FADANI, LOCALIZADAS NO BAIRRO ÁGUA VERDE, COM ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO DE 2.664,23M² E EXTENSÃO DE 372M (ITEM 02), INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, a Comissão Permanente de Licitações considera INABILITADA a empresa Concretos Farroupilha Ltda EPP para o ITEM 02 e considera HABILITADAS para a segunda fase do prélio as empresas Concretos Farroupilha Ltda EPP para o ITEM 01 e a empresa Nivelter Terraplenagens e Obras Eireli para os ITENS 01 e 02. Fica designada a data para abertura das propostas para o dia 04/07/2018, às 09:00hrs, desde que não haja interposição de recursos. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 18 de Junho de 2018.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RETIFICAÇÃO EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2018 - PMV

Publicação Nº 1657218

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RETIFICAÇÃO EXTRATO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2018 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna pública a retificação do extrato do Pregão Presencial nº 54/2018 - PMV, veiculado na edição nº 2545 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, no dia 08/06/2018, na página 1262, publicação nº 1646834, devido a erro de digitação, no tocante ao número do pregão, do extrato, onde se lê: "PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2018 – PMV", leia-se PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2018 - PMV. Permanecendo a data para ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:45:00h do dia 26/06/2018. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00:00h. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 18 de junho de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 46/2018 - PMV

Publicação Nº 1656077

Termo Aditivo nº 46/2018

Contrato/Ata nº: CT nº 141/2017

Processo: CC nº 02/2017 - PMV

Contratado: ARG INDUSTRIAL LTDA

Objeto: Prorrogar o Contrato de Prestação de Serviço nº 141/2017, com efeitos a partir de 02/06/2018 até 31/08/2018 e adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando custos adicionais no valor de R\$ 78.504,50 (setenta e oito mil quinhentos e quatro reais e cinquenta centavos) correspondente a aproximadamente 13.4626% do valor inicialmente contratado, estando dentro do permitido em Lei. Valor: R\$ 78.504,50 (setenta e oito mil quinhentos e quatro reais e cinquenta centavos).

Data: 18/06/2018

TERMO ADITIVO 47/2018 - PMV

Publicação Nº 1657163

Termo Aditivo nº 47/2018

Contrato/Ata nº: CT nº 149/2017

Processo: TP nº 05/2017 - PMV

Contratado: P&B COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME.

Objeto: adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando custos adicionais no valor de R\$ 32.136,60 (trinta e dois mil cento e trinta e seis reais e sessenta e centavos). Valor este que estará garantido através das dotações orçamentárias do presente exercício. Valor: R\$ 32.136,60 (trinta e dois mil cento e trinta e seis reais e sessenta e centavos).

Data: 18/06/2018

TERMO ADITIVO 48/2018 - PMV

Publicação Nº 1657385

Termo Aditivo nº 48/2018

Contrato/Ata nº: ATA nº 57/2018

Processo: PR nº 39/2018 – PMV

Contratada: AUTO POSTO COLINA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Objeto: recomposição do equilíbrio econômico financeiro, tendo em vista a comprovação do aumento da gasolina e óleo diesel comum anunciado pela Petrobrás, passando o valor da gasolina para R\$ 4,36 (quatro reais e trinta e seis centavos), o litro e o óleo Diesel Comum para R\$ 3,63 9três reais e sessenta e três centavos) o litro.

Data: 18/06/2018

TERMO ADITIVO 49/2018 - PMV

Publicação Nº 1657480

Termo Aditivo nº 49/2018

Contrato/Ata nº: ATA nº 229/2017

Processo: PR nº 78/2017 – PMV

Contratada: AUTO POSTO E COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS ELLO LTDA.

Objeto: recomposição do equilíbrio econômico financeiro, tendo em vista a comprovação do aumento da gasolina, passando o valor da gasolina para R\$ 4,31 (quatro reais e trinta e um centavos) o litro.

Data: 18/06/2018

ANEXO IV - GASTOS COM SAÚDE - MAIO DE 2018

Publicação Nº 1656178

DECRETO 11.120/14**ANEXO IV****CONTROLE DE GASTOS COM SAÚDE - MÊS DE MAIO DE 2018**

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
1.BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS			ARRECADAÇÃO	
			ATÉ O MÊS	
RECEITAS PRODUTOS DE IMPOSTOS - ESPECIFICAÇÃO				
1.1 - IPTU			1.220.673,62	
1.2 - ITBI			1.129.140,05	
1.3 - ISS			5.318.754,05	
1.4 - IRRF			6.080.914,07	
1.5 - FPM			11.340.651,86	
1.6 - ITR			17.685,18	
1.7 - COTA PARTE ICMS EXPORTAÇÃO			66.910,43	
1.8 - ICMS			20.356.070,39	
1.9 - IPVA			3.097.169,59	
1.10 - IPI EXPORTAÇÃO			319.193,71	
1.11 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS			0,00	
1.12 - MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS			0,00	
1.13 - RECEITA PRODUTO DE IMPOSTOS			48.947.162,95	
2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE			ACUMULADO	
			ATÉ O MÊS	
2.1 - 15% DAS RECEITAS DE PRODUTOS DE IMPOSTOS (15% DE 1.13)			7.342.074,44	
2.2 - TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO			3.924.430,28	
2.3 - SUPERAVIT TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO			2.241.929,75	
2.4 - CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE			0,00	
2.5 - SUPERAVIT CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE			0,00	
2.6 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE			375.431,36	
2.7 - SUPERAVIT OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE			242.275,92	
TOTAL			14.126.141,75	
3. APLICAÇÃO	RECEITA ACUMULADA	DESPESA LIQUIDADA	%	DIFERENÇA
3.1 - Limite constitucional 15% sobre receitas impostos	7.342.074,44	7.515.142,23	15,35	173.067,79
3.2 - Transferências do SUS - União e Estado	6.166.360,03	2.953.488,31	47,90	-3.212.871,72
3.2 - Convênios vinculados a Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3 - Outras aplicações vinculadas à saúde	617.707,28	191.517,14	31,00	-426.190,14
TOTAL	14.126.141,75	10.660.147,68		-3.465.994,07

Fonte:Departamento de Contabilidade

Videira, 18 de junho de 2.018.

Juliane M.C.Wartha
Contadora CRC-SC 024015/O-6

Ivanice Angela Peccin
Secretário Mun. de Saúde e Ação Social

Dorival Carlos Borga
Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 036/2018

Publicação Nº 1657152

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 036/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADO: MANOEL MARCELINO TRANSPORTES ME

CNPJ: 82.092.487/0001-44

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2018, TUDO EM CONFORMIDADE COM AS CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I DO EDITAL DE PREGÃO Nº 012/2018.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), por dia de efetiva Prestação do Serviço.

PRAZO VIGÊNCIA: 18/06/2018 até 31/12/2018

Vitor Meireles – SC, 18 de junho de 2018.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO Nº 002/2018

Publicação Nº 1657065

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 002/2018

RESULTADO FINAL PARA FARMACÊUTICO

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	Tempo de Serviço	Data Nascimento	
1	001	Frankli Alan Souza Amaral	0	06/09/1994	
2	002	Ana Carolina de Almeida do Rosário	0	09/01/1995	

Vitor Meireles, 18 de junho de 2018.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0067/2018

Publicação Nº 1656414

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

PROCESSO Nº 0103/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0067/2018

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que está Reabrindo o prazo de Abertura do Pregão Presencial nº 0067/2018, tendo como objeto a Aquisição de 01 (um) veículo automotor novo, zero quilômetro, ano/fabricação mínimo 2018/2018, com capacidade de 05 passageiros, adaptado, destinado ao Departamento Municipal de Trânsito (DEMUT) - Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Engenharia, em virtude de Alteração no Anexo I do Edital. O recebimento das propostas passa a ser até as 08:45h, do dia 05/07/2018 no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital e Alteração no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 18 de junho de 2018. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº AM 100/2018

Publicação Nº 1656526

DECRETO Nº AM 100/2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos III e VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº AM 4.005/2018, de 06.06.2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente decreto aberto crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), seguinte programação de despesa:

14 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

14.1401.08.244.0801.2044 – Manutenção do fundo municipal de assistência social

14.1401.08.244.0801.2044.44900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

Art. 2º Para satisfazer a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior será anulado parcialmente a seguinte programação de despesa:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.0101.01.031.0101.1061 – Infraestrutura legislativa

01.0101.01.031.0101.1061.44900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 18 de junho de 2018.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

ERRATA AO DECRETO Nº AM 095/2018

Publicação Nº 1656527

ERRATA AO DECRETO Nº AM 095/2018

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito Municipal de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto nº AM 095/2018, de 06 de junho de 2018, veiculado, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição 2548, de 12 de junho de 2018, nos seguintes termos:

Onde se lê:

"II – Para os Veículos Urbanos de Carga e outros veículos de carga de maiores, com dimensões e peso bruto total maior que 10 toneladas, ficam liberadas as operações de carga e descarga em quaisquer vias, das 19 horas 00 minutos às 7 horas e 00 minutos, de segunda a sábado."

Leia-se:

"II – Para os Veículos Urbanos de Carga e outros veículos de carga de maiores, com dimensões e peso bruto total maior que 10 toneladas, ficam liberadas as operações de carga e descarga em quaisquer vias, das 19 horas 00 minutos às 9 horas e 00 minutos, de segunda a

sábado."

Xanxerê, 18 de junho de 2018.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê

LEI N° AM 4004/2018

Publicação N° 1656529

LEI N° AM 4004/2018
(Origem Projeto de Lei N° AM 011/2018)

AUTORIZA CESSÃO DE USO DE VEÍCULO QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder o veículo Renault/Master Microonibus, de cor branca, combustível diesel, ano de fabricação/modelo 2018/2019, chassi nº. 93YMAF4XEKJ367320, Renavam nº. 1152832147, Placa QIU-7004, em favor da FRATERNIDADE CRISTÃ DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE XANXERÊ - FCDX, inscrita no CNPJ sob nº 01.918.983/0001-02, sediada na Rua Amazonas, 404, Centro, no Município de Xanxerê, SC.

Art. 2º A Cessão de Uso de que trata a presente lei será formalizada em instrumento/Termo de Cessão de Uso, a título não oneroso, pelo prazo de 5 (cinco) anos, com possibilidade de renovação por iguais e sucessivos períodos, assumindo a cessionária as despesas com manutenção, conservação, impostos e taxas durante a vigência da cessão de uso.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação..

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
6 de Junho de 2018
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

LEI N° AM 4005/2018

Publicação N° 1656530

LEI N° AM 4005/2018
(Origem Projeto de Lei N° AM 012/2018)

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CREDITO ADICIONAL suplementar NO ORÇAMENTO geral do município de xanxerê, E dá outras providências

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito Municipal de Xanxerê/SC, no uso das atribuições de seu cargo, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), seguinte programação de despesa:

14 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

14.1401.08.244.0801.2044 – Manutenção do fundo municipal de assistência social

14.1401.08.244.0801.2044.44900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

Art. 2º Para satisfazer a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior serão anulados total ou parcialmente as seguintes programações de despesas:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.0101.01.031.0101.1061 – Infraestrutura legislativa

01.0101.01.031.0101.1061.44900000.0100 – Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
6 de Junho de 2018
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

LEI ORDINÁRIA Nº 4003/2018

Publicação Nº 1656648

LEI Nº 4003 / 2018
(Origem Projeto de Lei Nº 7/2018 – Legislativo)

DENOMINA LOGRADOURO DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ DE DANTE RIGATI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

LEI

Art. 1º. Fica denominado de "Dante Rigati", o logradouro "Rua A", do Loteamento Ecoville, na cidade de Xanxerê, SC, matriculado no CRI sob nº 29.330.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
6 de Junho de 2018.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

2 TA ATA 030/2018 PMXV

Publicação Nº 1657509

SEGUNDO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2018 PMXV
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2018 PMXV
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 015/2018 PMXV

O MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO, e a empresa POSTO PEGORINI LTDA, inscrita no CNPJ nº 81.564.619/0001-20, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. TIAGO PEGORINI, portador do CPF nº 045.699.479-30, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 012/2017 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que POSTO PEGORINI LTDA sagrou vencedor do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2018 PMXV, PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 015/2018 PMXV para o item 2 ÓLEO DIESEL S10 pelo preço unitário R\$ 3,34 (Três reais e trinta e quatro centavos).

CONSIDERANDO que foi realizado o PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 030/2018 PMXV e foi reajustado o valor do item 2 para o 3,64 (Três reais e sessenta e quatro centavos)

CONSIDERANDO a Portaria nº 735 de 01 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União.

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria de Administração e Finanças das notas fiscais de compras de ÓLEO DIESEL S10 do POSTO PEGORINI LTDA.

CONSIDERANDO que as notas Fiscais comprovam oscilação de preço para o Item 2, e que o parecer atestou a variação de supressão 10,25 %, passando o valor para 3,27 (Três reais e vinte e sete centavos).

CONSIDERANDO o disposto na Alínea "d", Inciso II, Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, que prevê a alteração dos Contratos, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;

As partes supra qualificadas resolvem repactuar as cláusulas contratuais na forma abaixo discriminadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a recomposição de preços.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

2.1 Fica alterado o preço unitário conforme a tabela abaixo:

Item	Produto	Índice de reajuste de Supressão	Preço Unit. Anterior	Preço corrigido
2	ÓLEO DIESEL S10	10,25%;	3,64	3,27

2.2. O novo preço passa a vigorar a partir da data de 19 de junho de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

3.1 A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 030/2018 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

3.3 Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

Continuam em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições previstas na Ata inicial.

Xavantina/SC, em 18 de junho de 2018.

POSTO PEGORINI LTDA
TIAGO PEGORINI
Sócio Administrador

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal

Testemunhas

VALMOR DE SOUZA
OAB 12727

PP 027/2018 PMXV

Publicação N° 1656688

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 027/2018 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível contratação de empresa para o fornecimento de peças e acessórios, para a manutenção da frota de caminhões e ônibus do município de Xavantina, sendo peças genuínas ou primeira linha da marca dos veículos ou originais de fábrica ou peças homologadas pelas montadoras, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital. Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por lote.

Recebimento das propostas: até às 13h30 do dia 28/06/2018.

Abertura: dia 28/06/2018, às 13h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 18 de junho de 2018.

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal

PP 028/2018 PMXV

Publicação N° 1657081

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 028/2018 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de peças e mão de obra para substituição do Cilindro Hidráulico da Caçamba do Veículo Caminhão Iveco, Placas MKC9434, locado na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, de acordo com as especificações constantes no Anexo "C" deste edital.

Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Global.

Recebimento das propostas: até às 13h30 do dia 29/06/2018.

Abertura: dia 29/06/2018, às 13h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 18 de junho de 2018.

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal

Xaxim

PREFEITURA

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.0073/2017

Publicação Nº 1657435

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0073/2017.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATO: NELSON DOMINGOS ROMANELLI-ME

Objeto: Contratação de Empresa no ramo de Transporte Coletivo de Passageiros/Transporte Escolar, para a prestação de serviços em regime de fretamento de transporte de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino Infantil, Fundamental e Médio do Município de Xaxim.

Aditivo: Segundo Termo Aditivo de reajuste de valor, com fundamentação legal nos 65, inciso II, alínea ``b" da Lei 8.666/93, bem como cláusula quarta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato

Processo de Licitação: Processo de Licitação nº 081/2017, modalidade Pregão Presencial Nº. 043/2017

Xaxim, 15 de Junho de 2018.LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.0074/2017

Publicação Nº 1657432

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0074/2017.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATO: NSTUR TRANSPORTES E COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA

Objeto: Contratação de Empresa no ramo de Transporte Coletivo de Passageiros/Transporte Escolar, para a prestação de serviços em regime de fretamento de transporte de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino Infantil, Fundamental e Médio do Município de Xaxim.

Aditivo: Segundo Termo Aditivo de reajuste de valor, com fundamentação legal nos 65, inciso II, alínea ``b" da Lei 8.666/93, bem como cláusula quarta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato

Processo de Licitação: Processo de Licitação nº 081/2017, modalidade Pregão Presencial Nº. 043/2017

Xaxim, 15 de Junho de 2018.LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.0011/2017

Publicação Nº 1657412

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0011/2017.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATO: FOPPA TRANSPORTES & TURISMO EIRELI-ME

Objeto: Contratação de Empresa no ramo de Transporte Coletivos de Passageiros/Transporte Escolar, para a prestação de serviços em regime de fretamento de transporte de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino Infantil, Fundamental e Médio do Município.

Aditivo: Terceiro Termo Aditivo de reajuste de valor, com fundamentação legal nos 65, inciso II, alínea ``b" da Lei 8.666/93, bem como cláusula quarta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato

Processo de Licitação: Processo de Licitação nº 005/2017, modalidade Pregão Presencial Nº. 002/2017

Xaxim, 15 de Junho de 2018.LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.0012/2017

Publicação Nº 1657409

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0012/2017.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATO: IRINEU MICHAILOFF-MEI

Objeto: Contratação de Empresa no ramo de Transporte Coletivos de Passageiros/Transporte Escolar, para a prestação de serviços em regime de fretamento de transporte de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino Infantil, Fundamental e Médio do Município.

Aditivo: Terceiro Termo Aditivo de reajuste de valor, com fundamentação legal nos 65, inciso II, alínea ``b" da Lei 8.666/93, bem como cláusula quarta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato

Processo de Licitação: Processo de Licitação nº 005/2017, modalidade Pregão Presencial Nº. 002/2017

Xaxim, 15 de Junho de 2018.LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.0013/2017

Publicação Nº 1657398

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0013/2017.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATO: JHONATAN LUIS TRENTIN-MEI

Objeto: Contratação de Empresa no ramo de Transporte Coletivos de Passageiros/Transporte Escolar, para a prestação de serviços em regime de fretamento de transporte de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino Infantil, Fundamental e Médio do Município.

Aditivo: Terceiro Termo Aditivo de reajuste de valor, com fundamentação legal nos 65, inciso II, alínea ``b" da Lei 8.666/93, bem como cláusula quarta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato

Processo de Licitação: Processo de Licitação nº 005/2017, modalidade Pregão Presencial Nº. 002/2017

Xaxim, 15 de Junho de 2018.LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.0019/2017

Publicação Nº 1657393

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0019/2017.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATO: S.O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA

Objeto: Contratação de Empresa no ramo de Transporte Coletivos de Passageiros/Transporte Escolar, para a prestação de serviços em regime de fretamento de transporte de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino Infantil, Fundamental e Médio do Município.

Aditivo: Terceiro Termo Aditivo de reajuste de valor, com fundamentação legal nos 65, inciso II, alínea ``b" da Lei 8.666/93, bem como cláusula quarta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato

Processo de Licitação: Processo de Licitação nº 005/2017, modalidade Pregão Presencial Nº. 002/2017

Xaxim, 15 de Junho de 2018.LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.0008/2017

Publicação Nº 1657425

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0008/2017.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATO: ANTONINHO GODOY-ME

Objeto: Contratação de Empresa no ramo de Transporte Coletivos de Passageiros/Transporte Escolar, para a prestação de serviços em regime de fretamento de transporte de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino Infantil, Fundamental e Médio do Município.

Aditivo: Quarto Termo Aditivo de reajuste de valor, com fundamentação legal nos 65, inciso II, alínea ``b" da Lei 8.666/93, bem como cláusula quarta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato

Processo de Licitação: Processo de Licitação nº 005/2017, modalidade Pregão Presencial Nº. 002/2017

Xaxim, 15 de Junho de 2018.LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.0010/2017

Publicação Nº 1657422

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0010/2017.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATO: FELTRIN TRANSPORTES & TURISMO LTDA

Objeto: Contratação de Empresa no ramo de Transporte Coletivos de Passageiros/Transporte Escolar, para a prestação de serviços em regime de fretamento de transporte de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino Infantil, Fundamental e Médio do Município.

Aditivo: Quarto Termo Aditivo de reajuste de valor, com fundamentação legal nos 65, inciso II, alínea ``b" da Lei 8.666/93, bem como cláusula quarta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato

Processo de Licitação: Processo de Licitação nº 005/2017, modalidade Pregão Presencial Nº. 002/2017

Xaxim, 15 de Junho de 2018.LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.0015/2017

Publicação Nº 1657418

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0015/2017.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATO: NSTUR TRANSPORTES E COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA

Objeto: Contratação de Empresa no ramo de Transporte Coletivos de Passageiros/Transporte Escolar, para a prestação de serviços em regime de fretamento de transporte de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino Infantil, Fundamental e Médio do Município.

Aditivo: Quarto Termo Aditivo de reajuste de valor, com fundamentação legal nos 65, inciso II, alínea ``b" da Lei 8.666/93, bem como cláusula quarta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato

Processo de Licitação: Processo de Licitação nº 005/2017, modalidade Pregão Presencial Nº. 002/2017

Xaxim, 15 de Junho de 2018.LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.0056/2016

Publicação Nº 1657485

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0056/2016.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATO: L.S.W SERVIÇOS LTDA

Objeto: A contratação de empresa especializada na área de engenharia, para pavimentação com Pedras Irregulares e drenagem pluvial nas Ruas Vitório Duz, Vilson Chitolina, Eleutério Coltro, Adelfo Coltro e João Evangelista, no Bairro Santa Terezinha com área total de 3.037,45m².

Aditivo: Quarto Termo Aditivo de prazo, com fundamentação legal no art. 57, da Lei 8.666/93, bem como cláusula quarta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também Prejulgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Vigência: 22 de Junho de 2018 à 31 de Dezembro de 2018.

Processo de Licitação: Processo Licitatório nº 0050/2016, Tomada de Preço nº 0003/2016.

Xaxim, 18 de Junho de 2018.LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.0007/2017

Publicação Nº 1657351

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0007/2017.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATO: AGENOR RAYMUNDO CERATTO-ME

Objeto: Contratação de Empresa no ramo de Transporte Coletivos de Passageiros/Transporte Escolar, para a prestação de serviços em regime de fretamento de transporte de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino Infantil, Fundamental e Médio do Município.

Aditivo: Quinto Termo Aditivo de reajuste de valor, com fundamentação legal nos 65, inciso II, alínea ``b" da Lei 8.666/93, bem como cláusula quarta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato

Processo de Licitação: Processo de Licitação nº 005/2017, modalidade Pregão Presencial Nº. 002/2017

Xaxim, 15 de Junho de 2018.LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.0014/2017

Publicação Nº 1657381

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0014/2017.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATO: LEODIR CARLOS COSTA-ME

Objeto: Contratação de Empresa no ramo de Transporte Coletivos de Passageiros/Transporte Escolar, para a prestação de serviços em regime de fretamento de transporte de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino Infantil, Fundamental e Médio do Município.

Aditivo: Quinto Termo Aditivo de reajuste de valor, com fundamentação legal nos 65, inciso II, alínea ``b" da Lei 8.666/93, bem como cláusula quarta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato

Processo de Licitação: Processo de Licitação nº 005/2017, modalidade Pregão Presencial Nº. 002/2017

Xaxim, 15 de Junho de 2018.LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.0016/2017

Publicação Nº 1657366

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0016/2017.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATO: OSMAR PALAURO-ME

Objeto: Contratação de Empresa no ramo de Transporte Coletivos de Passageiros/Transporte Escolar, para a prestação de serviços em regime de fretamento de transporte de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino Infantil, Fundamental e Médio do Município.

Aditivo: Quinto Termo Aditivo de reajuste de valor, com fundamentação legal nos 65, inciso II, alínea ``b" da Lei 8.666/93, bem como cláusula quarta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato

Processo de Licitação: Processo de Licitação nº 005/2017, modalidade Pregão Presencial Nº. 002/2017

Xaxim, 15 de Junho de 2018.LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.0017/2017

Publicação Nº 1657370

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0017/2017.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATO: TRANSPORTES ZAFAMA LTDA

Objeto: Contratação de Empresa no ramo de Transporte Coletivos de Passageiros/Transporte Escolar, para a prestação de serviços em regime de fretamento de transporte de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino Infantil, Fundamental e Médio do Município.

Aditivo: Quinto Termo Aditivo de reajuste de valor, com fundamentação legal nos 65, inciso II, alínea ``b" da Lei 8.666/93, bem como cláusula quarta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato

Processo de Licitação: Processo de Licitação nº 005/2017, modalidade Pregão Presencial Nº. 002/2017

Xaxim, 15 de Junho de 2018.LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.0020/2017

Publicação Nº 1657359

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0020/2017.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATO: AER TUR TRANSPORTES LTDA

Objeto: Contratação de Empresa no ramo de Transporte Coletivos de Passageiros/Transporte Escolar, para a prestação de serviços em regime de fretamento de transporte de alunos da Rede Municipal e Estadual de Ensino Infantil, Fundamental e Médio do Município.

Aditivo: Quinto Termo Aditivo de reajuste de valor, com fundamentação legal nos 65, inciso II, alínea ``b" da Lei 8.666/93, bem como cláusula quarta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato

Processo de Licitação: Processo de Licitação nº 005/2017, modalidade Pregão Presencial Nº. 002/2017

Xaxim, 15 de Junho de 2018.LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

Associações

AMAI

EDITAL Nº 008.2018 - PREGÃO CONTABILIDADE

Publicação Nº 1656471

EDITAL 008/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI, inscrita no CNPJ sob o nº 83.678.086/0001-33, com sede à Rua Floriano Peixoto, 100, Centro, Xanxerê/SC, CEP 89820-000, representada pelo seu Presidente, Senhor ADILSON BARELLA, brasileiro(a), casado, Prefeito Municipal de Marema, SC, TORNA PÚBLICO que, realizará no dia 06 de julho de 2018 às 14h, o Processo Licitatório - Pregão Presencial, menor preço global, nas condições fixadas neste edital e seus anexos, conforme segue:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS
Até 06 de julho de 2018 as 14h

ABERTURA DAS PROPOSTAS
06 de julho de 2018 as 14h15min.

LOCAL DA ABERTURA

Sede Administrativa da Associação dos Municípios do Alto Irani - AMAI, com endereço à Rua Floriano Peixoto, 100, Centro, Xanxerê/SC, CEP 89820-000.

1 – DO OBJETO

1.1 – A Presente Licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços em consultoria e assessoria contábil à Associação dos Municípios do Alto Irani - AMAI, podendo tal contratação ser prorrogada até o limite estabelecido no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93, cujo valor máximo mensal não poderá ser maior de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais)

1.1 - A contratação da empresa especializada será para prestação de serviços de consultoria contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, visando manter a eficiência nos registros dos atos e fatos da AMAI, conforme os serviços dispostos no Anexo I

2 - DA PARTICIPAÇÃO

Poderão participar deste Processo todas as PESSOAS JURÍDICAS que atenderem a legislação vigente e as exigências deste Edital.

3 - DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

3.1 – Para fins de credenciamento, o proponente deverá enviar um representante munido de documento que o credencie a participar (ANEXO II), em papel timbrado da Empresa, constando, no mínimo, nome e CNPJ, datado e assinado, com firma reconhecida, respondendo o mesmo pela representada.

3.2 – Será obrigatório a PROPONENTE estar cadastrada no CNAE correspondente a prestação do serviço.

3.3 – O credenciamento ocorrerá até dia 06 de julho de 2018 até às 14h, junto a sede administrativa da AMAI.

3.4 – O credenciamento é imprescindível para que o interessado possa realizar lances verbais e sucessivos, bem como possa manifestar interesse recursal.

3.5 – Para a efetivação do credenciamento o representante da proponente exibirá ao Pregoeiro qualquer documento de identidade emitido por órgão público juntamente com um original de instrumento procuratório que o autorize a participar deste Processo e a responder pelo proponente, inclusive para a oferta de lances verbais de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar recurso, assinar a ata e praticar todos os demais atos pertinentes ao presente certame, em nome do proponente.

3.6 – Deverá apresentar cópia autenticada de documento (ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus termos aditivos, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso), a fim de comprovar se o outorgante do instrumento procuratório que trata o subitem anterior possui os devidos poderes da outorga supra.

3.7 – No caso de proprietário, diretor, sócio ou assemelhado da proponente exibirá ao Pregoeiro da Comissão qualquer documento de identidade emitido por órgão público e deverá comprovar a representatividade por meio da apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus termos aditivos, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso.

3.8 – No ato do credenciamento o representante deverá entregar declaração do proponente dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação. (ANEXO II).

3.9 – Não será admitido o credenciamento de um mesmo representante para mais de uma proponente.

3.10 – Cada proponente participante poderá credenciar apenas um representante.

3.11 - No ato do credenciamento, a participante que se enquadra na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, para gozar dos benefícios garantidos nessa lei, neste Processo, deverá entregar ao Pregoeiro da Comissão, sob penas da legislação em vigor, DECLARAÇÃO assinada do enquadramento nessa situação.

3.12 - para efeito de julgamento da habilitação das microempresas ou empresas de pequeno porte, será considerado o caput do Art. 43 e seus parágrafos 1º e 2º da Lei Complementar nº 123/06.

4 – DA ENTREGA DOS ENVELOPES

4.1 - O Envelope nº 01 (Proposta de Preços) e o Envelope nº 02 (Documentos de Habilitação) deverão ser entregues ao Pregoeiro da Comissão no ato do CREDENCIAMENTO.

4.2 – Os envelopes de habilitação e propostas que forem entregues após o horário estabelecido neste Edital, identificados pelo protocolo de entrega não serão abertos, e se não houver requerimento os mesmos permanecerão lacrados e arquivados no processo.

4.3 - Não havendo descrição nos envelopes que possibilite identificar com clareza a documentação ou proposta, a proponente estará automaticamente inabilitada e desclassificada.

5 – DA FORMA E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 - A proposta de preços que deve estar no ENVELOPE Nº 01 será efetuada de forma específica de acordo com o objeto deste edital, apresentando o VALOR TOTAL com três casas após a vírgula, entendendo-se estar incluindo neste valor da proposta, todos os tributos e todos os demais custos decorrentes de toda a operação, devendo ainda ser entregue no prazo previsto neste edital, em envelope não transparente e lacrado, e em conformidade com as seguintes especificações:

5.1.1 - Ser redigida em língua portuguesa, em papel que identifique com clareza a proponente, com os valores apresentados na forma numérica, podendo ser manual, datilografada ou por meio eletrônico, em 01 (uma) via, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, assinada na última folha, e rubricada nas demais;

5.1.2 - A proponente deverá cotar o valor por item, objetos deste edital, em moeda corrente nacional (real).

5.2 - O prazo de validade da proposta apresentada será de 60(sessenta) dias contados a partir da homologação deste. O processo terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua homologação, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93.

5.3 - A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA IMPLICARÁ NA PLENA ACEITAÇÃO, POR PARTE DO INTERESSADO DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

5.4 - Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.5 - O envelope de apresentação da proposta deverá conter na parte frontal externa as seguintes indicações:

ENVELOPE N.º 01

AMAI – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI

AO PREGOEIRO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 004/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018

NOME/RAZÃO SOCIAL

PROPOSTA DE PREÇOS

6. DA ABERTURA DOS ENVELOPES DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 – Na data e local indicado neste edital e a partir das 14h15min do dia 06 de junho de 2018 o Pregoeiro iniciará a sessão com a abertura dos envelopes contendo a proposta.

6.2 – Os documentos DA PROPOSTA DE PREÇOS retirados de envelopes serão rubricados pelo Pregoeiro da Comissão e pelos representantes credenciados e membros da equipe de apoio, a seu critério.

6.3 – Não havendo tempo suficiente para a abertura dos envelopes da Proposta de Preços em uma única sessão em face da não conclusão, no exame da documentação, da etapa competitiva de lances verbais, ou ainda, por terem surgido dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.

6.4 – Os trabalhos poderão ser suspensos temporariamente, a critério exclusivo do Pregoeiro da Comissão, por qualquer motivo plenamente justificável, desde que todos os representantes presentes sejam comunicados; que seja estabelecido o horário de retomada dos trabalhos e procedido o registro do motivo em ata.

6.5 – Nos casos dos itens 6.3 e 6.4, os envelopes não abertos, já rubricados no fecho, pelo Pregoeiro da Comissão e pelos representantes credenciados, ficarão em poder do Pregoeiro até a retomada dos trabalhos ou início da nova sessão com data e horário pré-definidos e de ciência de todos os representantes.

7 – DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS E LANCES VERBAIS

7.1 - O Pregoeiro fará o julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, classificando-as pelo MENOR PREÇO.

7.2 – Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste edital, ou, imponham condições, que se opuser, a qualquer dispositivo legal vigente.

7.3 – Uma vez classificadas as propostas, o Pregoeiro convidará individualmente os proponentes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

7.4 – Os valores dos lances deverão ser decrescentes e distintos.

7.5 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convidado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do interessado da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

7.6 – O Pregoeiro, durante a sessão, poderá estipular normas, procedimentos, prazos e demais condições, que julgar necessário, a fim de por ordem ao certame.

7.7 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas em lei e neste Edital. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.8 – Se não se realizarem, lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

7.9 – Não havendo mais interesse dos proponentes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva, e, ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de MENOR PREÇO.

7.10 – Em seguida o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da(s) primeira(s) classificada(s), quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

7.11 – Caso a proposta de menor preço não seja aceitável, a proposta será desclassificada e o Pregoeiro da Comissão examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta válida.

- 7.12 – Serão desclassificadas, as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, sejam omissas, apresentem irregularidades, ou, defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou ainda, os manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado.
- 7.13 – No caso de desclassificação de todas as propostas apresentadas, o Pregoeiro convocará todas as licitantes para, no prazo de 3 (três) dias úteis, apresentarem novas propostas escoimadas das causas de sua desclassificação.
- 7.14 – Nas situações previstas nos itens 7.8 e 7.10, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 7.15 – Da sessão, lavrar-se-á ata, com o registro das ocorrências relevantes, a qual será, obrigatoriamente, assinada pelo Pregoeiro e pelo proponente vencedor, sendo tal recomendação facultada aos componentes da equipe de apoio.
- 7.16 – O Pregoeiro da Comissão poderá estipular o valor mínimo do lance e o tempo.

8 – DA FORMA E APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 - A documentação para a habilitação da proponente, que deverá constar no ENVELOPE N.º 02 é a seguinte:

- a) Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;
 - b) Certidão Conjunta de regularidade para com a Fazenda Pública Federal de Tributos e Contribuições Federais e Quanto a Dívida Ativa da União.
 - c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
 - d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do proponente;
 - e) Prova de regularidade relativa a Seguridade Social – INSS;
 - f) Prova de regularidade junto ao FGTS;
 - g) Declaração de que a Proponente não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, (ANEXO IV).
 - h) Certidão negativa de Falência e Concordata, fornecida pela Comarca do Tribunal de Justiça do Estado;
 - i) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
 - k) Certificado de Registro no CRC (Conselho Regional de Contabilidade), da região onde se localiza a sede da licitante;
 - l) Apresentação de no mínimo 2 (dois) Atestados de Capacidade Técnica da empresa ou do profissional que executou os serviços, emitidos por Órgãos Públicos Municipais, datados de no máximo (60) sessenta dias passados, atestando o serviço prestado.
- 8.2 – A presente documentação poderá ser apresentada em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, exceto as negativas que poderão ser apresentadas com validade máxima de 60 dias;
- 8.3 – Os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras ou ressalvas;
- 8.4 – O ENVELOPE N.º 02, contendo a documentação da habilitação, deverá conter na parte externa as seguintes indicações:

ENVELOPE N.º 02

AMAI – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO ALTO IRANI

AO PREGOEIRO DA COMISSÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2018

PREGÃO PRESENCIAL - 004/2018

NOME/RAZÃO SOCIAL

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 9.1 – Concluída a fase de classificação das Propostas de Preço serão iniciados os procedimentos de abertura dos ENVELOPES N.º 02 referentes aos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, e verificado o atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.
- 9.2 – Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO retirados de envelopes serão rubricados pelo Pregoeiro, pelos representantes credenciados e membros da equipe de apoio, ao seu critério.
- 9.3 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.
- 9.4 – Se o proponente classificado com a melhor Proposta de Preços não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as Propostas subsequentes e a qualificação dos interessados, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor.
- 9.5 – Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital (PROPOSTA e HABILITAÇÃO), a(s)proponente(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s), sendo-lhe(s) adjudicado o objeto do certame, caso não ocorra a manifestação de recurso.
- 9.6 – O proponente é responsável pelas informações e documentações apresentadas, sendo motivo de desclassificação ou inabilitação a prestação de quaisquer dados ou documentos falsos. A desclassificação ou inabilitação poderá ocorrer em qualquer fase, se porventura o Pregoeiro vier a tomar conhecimento de fatos que contrariem as disposições contidas neste Edital ou que desabonem a idoneidade do proponente.
- 9.7 – O Pregoeiro da Comissão ou a autoridade superior poderá solicitar esclarecimentos e promover diligências, em qualquer momento e sempre que julgar necessário, fixando prazo para atendimento, destinados a elucidar ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente em qualquer dos envelopes.

10 – DAS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

10.1 – DO PREÇO

O objeto deste edital, devem ser cotado considerando o previsto no item 1 e 5 deste Edital, e seus subitens, incluindo-se nele todos os tributos, encargos e todos os demais custos diretos e indiretos decorrentes de toda a prestação do serviço.

10.2 – DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após apresentação de nota fiscal certificada pelo setor competente.

10.3 – DO REAJUSTAMENTO E VALIDADE

Os valores CONTRATADOS somente poderão ser reajustados mediante acordo entre as partes, em caso de prorrogação, após o primeiro ano

contratual, com base no índice IGP-M (FGV) apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época. O Contrato oriundo do Processo terá sua vigência por 12 (doze) meses, contados a partir da sua publicação por extrato no órgão oficial, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos para a Associação, limitada a sessenta meses conforme orientação do art. 57, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

11 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

11.1 – Até 02 (dois) dias úteis, antes da data limite fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Processo, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, desde que o pedido de impugnação seja feito junto ao Setor de Protocolos da AMAI, devendo ser feitos pessoalmente. Não será admitidos impugnações por meio eletrônico (e-mail) ou fax.

11.2 – Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

12 – DOS RECURSOS

12.1 – Decairá do direito de impugnar o Edital, o proponente que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura das propostas, no mesmo horário, e, local indicado no item 11.1.

12.2 – Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção imediatamente após a fase competitiva, com registro da síntese de suas razões, sendo-lhe facultado juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias. Os interessados ficam, desde logo, intimados apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

12.3 – A falta de manifestação imediata e motivada do proponente importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto do Registro de Preços ao proponente vencedor.

12.4 – NÃO SERÃO CONHECIDAS AS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS PROTOCOLADOS FORA DO PRAZO LEGAL E/OU SUBSCRITOS POR REPRESENTANTE NÃO HABILITADO LEGALMENTE OU NÃO IDENTIFICADO NO PROCESSO PARA RESPONDER PELO PROPONENTE.

12.5 – Não serão admitidos recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não apresentadas pelo proponente às razões para interposição do recurso.

12.6 – Os recursos contra decisões do Pregoeiro terão efeito suspensivo.

12.7 – O acolhimento do recurso importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13 – DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

O prazo para assinatura do Contrato não excederá a 15 (quinze) dias após a homologação e adjudicação deste Processo, pelo Pregoeiro da AMAI.

14 – DAS PENALIDADES

14.1 - Se a vencedora não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, estará sujeita as seguintes penalidades:

14.1.1 – Advertência;

14.1.2 – Pagamento de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;

14.1.3 - Rescisão contratual em caso de três faltas e infrações cometidas.

14.2 – Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na AMAI, em desfavor da vencedora. Caso o valor da multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente, ou judicialmente, se necessário.

15 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

15.1 – Os interessados poderão examinar o presente edital por meio do sítio eletrônico www.amaisc.org.br.

15.2 – Demais informações e esclarecimentos sobre o presente edital, poderão ser obtidos através do telefone 3441-6600 e correio eletrônico para secretaria@amaisc.org.br.

15.3 – Fica assegurado a AMAI, através de ato do Pregoeiro da Associação, anular ou revogar a qualquer tempo, no todo ou em parte, o presente Processo, dando ciência aos participantes.

15.3 – Será lavrada ata do(s) trabalho(s) desenvolvido(s) em ato público de abertura dos envelopes, a qual será assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e pelo proponente vencedor.

15.4 – O Pregoeiro e sua equipe de apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

15.5 – Será facultado aos membros da equipe de apoio o direito de fazer constar suas assinaturas na ata.

15.6 – Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a AMAI não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de registro de preços.

15.7 - A contratada se obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado.

15.8 – A homologação do resultado deste Processo não implicará em direito à contratação.

15.9 – Fazem parte complementar e inseparável deste Edital os seguintes ANEXOS:

15.9.1 – Anexo I – Termo de Referência;

15.9.2 – Anexo II – Modelo de Credenciamento;

15.9.3 Anexo III - Modelo de declaração de que cumpre com os requisitos de habilitação;

15.9.4 Anexo IV - Declaração de não emprego de menores;

15.9.5 – Anexo V - Minuta de contrato;

15.9.6 – Anexo VI – Proposta de Preço

16. Será nomeada como fiscal do contrato a Senhora Ingrid Piovesan.

Xanxerê, SC, 14 de junho de 2018.

ADILSON BARELLA

PRESIDENTE - AMAI

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços em consultoria e assessoria contábil à Associação dos Municípios do Alto Irani – AMAI.

Os serviços devem compreender a:

- Escrituração contábil e elaboração dos Demonstrativos Contábeis em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, observadas as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e demais legislações vigentes;
- Remessa das informações ao sistema esfinge do Tribunal de Contas de Santa Catarina;
- Elaboração de relatórios mensais, demonstrando o acompanhamento financeiro da entidade;
- Elaboração de prestação de contas anual da entidade, nos termos da Instrução Normativa TC 0020/2015;
- Elaboração de rotinas trabalhistas, tais como: Registro de Funcionários, confecção de recibos e folhas de pagamento mensais, rescisões contratuais, quadros de horários de Trabalho, escalas de revezamento, CAGED, GEFIP, GRPS, RAIS, SEGURO DESEMPREGO, GRE, SAGRES FOLHA E outros relacionados a atividade de pessoal, enfim toda a rotina do Departamento de Pessoal;
- Inventário e acompanhamento patrimonial;
- Atualização e suporte às prefeituras que compõem a Associação, nas áreas contábil e de controle interno.

Particularidade: Atendimento presencial de no mínimo 04 horas semanais, além de suporte por telefone, e-mail sempre que necessário.

ANEXO II**MODELO DE CREDENCIAMENTO**

A empresa, inscrito no CNPJ nº, com sede à, neste ato representada pelo(s) diretores ou sócios, com qualificação completa (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Senhor (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos poderes para junto a AMAI, praticar os atos necessários com relação à licitação na modalidade de Pregão Presencial, usando dos recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, subestabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para esta licitação.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2018.

(nome e identidade do representante legal, assinatura)

ANEXO III**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE COM OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ nº., sediada (endereço completo) _____, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação no presente Pregão Presencial 001/2017 e, ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2018.

(nome e identidade do representante legal)

ANEXO IV**DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGO DE MENORES**

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr. _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos. Por ser verdade, firmamos a presente.

Local, _____ de _____ 2018.

Nome, assinatura e carimbo do representante legal da empresa.

ANEXO V**MINUTA DE CONTRATO PREGÃO PRESENCIAL 004/2018.**

A Associação dos Municípios do Alto Irani - AMAI, inscrita no CNPJ sob o nº 83.678.086/0001-33, com sede à Rua Floriano Peixoto, 100, Centro, Xanxerê/SC, CEP 89820-000, representada pelo seu Presidente, Senhor ADILSON BARELLA, Prefeito municipal de Marema, brasileiro, casado, portador de Cédula de Identidade nº 1.510,145, emitida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 625.625.769-34, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado à empresa: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI), pessoa jurídica de direito

privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.678.086/0001-33, com sede a rua Floriano Peixoto nº 100, município de Xanxerê, SC, neste ato representada pelo Presidente, denominado para este instrumento particular simplesmente de CONTRATADA, de comum acordo, com amparo na Lei 8.666/93, lei 10.520/202 e demais legislações aplicáveis, firmam o presente, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. Os serviços devem compreender a:

- Escrituração contábil e elaboração dos Demonstrativos Contábeis em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, observadas as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e demais legislações vigentes;
- Remessa das informações ao sistema esfinge do Tribunal de Contas de Santa Catarina;
- Elaboração de relatórios mensais, demonstrando o acompanhamento financeiro da entidade;
- Elaboração de prestação de contas anual da entidade, nos termos da Instrução Normativa TC 0020/2015;
- Elaboração de rotinas trabalhistas, tais como: Registro de Funcionários, confecção de recibos e folhas de pagamento mensais, rescisões contratuais, quadros de horários de Trabalho, escalas de revezamento, CAGED, GEFIP, GRPS, RAIS, SEGURO DESEMPREGO, GRE, SAGRES FOLHA E outros relacionados a atividade de pessoal, enfim toda a rotina do Departamento de Pessoal;
- Atualização e suporte às prefeituras que compõem a Associação, nas áreas contábil e de controle interno.

Particularidade: Atendimento presencial de no mínimo 04 horas semanais, além de suporte por telefone, e-mail sempre que necessário.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE.

2.1 - O Contratante pagará ao Contratado o valor mensal cotado pelo licitante vencedor, em moeda corrente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante entrega de relatório circunstanciado e de nota fiscal correspondente ao valor de R\$ (.....) mensais, totalizando R\$ (.....), anual.

2.2 - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação.

2.3 - O pagamento será efetuado através de depósito bancário contra a instituição bancária indicada pela Contratada.

2.4 - O Contratante, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

2.5 Os valores CONTRATADOS somente poderão ser reajustados mediante acordo entre as partes, em caso de prorrogação, após o primeiro ano contratual, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época.

Subcláusula Primeira – A Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer parcela, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- a) Serviços Prestados fora dos padrões éticos e da qualidade atribuível à espécie, devidamente aprovado pela Contratante;
- b) Existência de qualquer débito para com este órgão;
- c) Descumprimento de qualquer um dos dispositivos contidos neste Contrato ou no Processo Licitatório.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

1. Observar todos os dispositivos contidos na legislação federal, estadual, resoluções e demais atos do Tribunal de Contas do Estado e demais órgãos de controle relacionados à Administração Municipal;

2. Comprometer-se conforme impõe a ética profissional a não revelar o conteúdo dos dados a que seus prepostos tiverem acesso;

3. Planejar e organizar as atividades inerentes ao objeto do presente contrato para que se verifique a necessária eficiência/eficácia na realização;

4. Manter integral interação entre os prepostos da CONTRATADA e o servidores públicos municipais com atuação nas áreas objeto do presente contrato, comunicando imediatamente ao Prefeito Municipal qualquer fato ou necessidade de adoção de providências;

5. Comprovar documentalmente, sempre que for requerido pelo CONTRATANTE, que em seu quadro funcional mantém/possui profissionais qualificados devidamente habilitados, com responsabilidade técnica e registro nos respectivos conselhos;

6 – Demais obrigações conforme especificado na Cláusula Primeira deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. O Contratante obriga-se dispor das dependências, dos documentos necessários e dos servidores lotados nas respectivas áreas para a perfeita execução dos serviços contratados nos exatos termos estabelecidos no presente contrato, bem como, ao pagamento do valor mensal estipulado na Cláusula Segunda, sem prejuízo das disposições estabelecidas nas demais cláusulas do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

5.1. As despesas decorrentes da presente Contrato correrão por conta dos recursos constantes no orçamento para o exercício financeiro de 2018, especificada na Declaração do Contador do AMAI em anexo.

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO

6.1 - O presente contrato terá vigência 12 (doze) meses contados da data da sua publicação, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses no interesse do CONTRATANTE, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei 8.666-93, observados os preceitos e condicionantes legais.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. O presente contrato poderá ser rescindido:

- a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;
- b) por ato unilateral e escrito da administração se assim o interesse público exigir;
- c) amigavelmente, por acordo entre as partes;
- d) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – PENALIDADES

8.1. Pela recusa em promover a execução do objeto do presente contrato dentro do prazo estabelecido, a contratada se sujeitará à multa

de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta.

8.2. À contratada que não mantiver as obrigações ora contratadas, faltar ou fraudar na execução das obrigações assumidas para execução do objeto, deste contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados:

- a) advertência;
- b) multa de 10% do valor contratual anual;
- c) Demais penalidades cabíveis e previstas em Lei.

CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

O AMAI DE XANXERÊ, designa como:

- a) Fiscal deste Contrato, a Sra. Ingrid Aline Piovesan, Secretária Executiva, para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços in loco, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido;

As exigências e a atuação da fiscalização pelo AMAI em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1. A execução do objeto do presente contrato será feita mediante a prestação dos serviços contratados pela empresa vencedora do certame exclusivamente.

9.2. Qualquer alteração na forma da prestação do serviço será sempre observado o edital e a comunicação entre as partes relativas ao presente contrato será formalizada por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais vistas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

9.3. A fiscalização e o controle por parte do Contratante, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao Contratado do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

9.4 Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste contrato por extrato, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data de sua assinatura.

9.5 O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação pelo CONTRATADO, sem autorização por escrito do CONTRATANTE, sob pena de aplicação de penalidades e sanções, inclusive rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- FORO COMPETENTE

10.1. Fica eleito o foro da Comarca de Xanxerê-SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Xanxerê-SC, .. de de 2017.

AMAI DE XANXERÊ	XXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____

2. _____

ANEXO VI

PROPOSTA DE PREÇOS

Apresentamos nossa proposta para(objeto do edital).

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ: INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e NÚMERO DE CONTA BANCÁRIA

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1 A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório, bem assim, estar ciente de que neste ato deverá estar regular com a Seguridade Social (INSS) e FGTS, além de atender a todas as demais exigências de habilitação que rege a presente licitação e seus anexos integrantes, mantendo todas as condições até o término do futuro contrato.

2.2 Na hipótese de nossa empresa sair vencedora desta licitação o contrato será assinado por(nome/cargo/qualificação).

3. DESCRIÇÃO COMPLETA DO OBJETO OFERTADO

3.1 (DESCREVER CONFORME O DESCRITIVO DO OBJETO DO EDITAL, COM TODAS AS CARACTERÍSTICAS QUE A EMPRESA PROPÕE).

4. PREÇO

4.1 O preço mensal desta proposta, é de R\$(.....) mensais, totalizando no prazo de 12 (doze) meses o montante de R\$(.....), inclusive os custos previstos no edital, já considerados os eventuais descontos concedidos, não havendo qualquer outro valor a ser exigido do Contratante;

4.2 A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a contar desta data.

NOME/ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DO PROPONENTE

AMFRI**RESOLUÇÃO 002-2018 - INSTITUI VALE ALIMENTAÇÃO PARA OS FUNCIONÁRIOS DA AMFRI**

Publicação Nº 1656163

RESOLUÇÃO Nº 002 DE 01 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO MENSAL DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS EMPREGADOS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ.

O Presidente da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - AMFRI, o Senhor Élcio Rogério Kuhnen – Prefeito Municipal de Camboriú, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, e

CONSIDERANDO o interesse da AMFRI em fomentar a satisfação com as atividades laborais pelos servidores da Associação;
CONSIDERANDO que a grande maioria dos municípios da região possui, como benefício aos servidores, o pagamento de valor a título de vale alimentação;
CONSIDERANDO, que o valor deve atender à necessidade de custo de alimentação, bem como teve o olhar dos valores pagos na região;
CONSIDERANDO, por fim, a aprovação do texto da presente resolução na Assembleia Geral Ordinária da AMFRI realizada em 29 de maio de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir Auxílio Alimentação, como verba indenizatória, destinado a despesas com alimentação em favor de todos os empregados em atividade junto a Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - AMFRI.

§ 1º O direito previsto no presente artigo aplica-se aos servidores concursados, contratados e detentores de cargos de confiança.

§ 2º O vale-alimentação será pago aos servidores juntamente com sua remuneração ou até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

Art. 2º - O Auxílio Alimentação, será concedido de forma mensal, individual e na forma de cartão magnético, aos funcionários em atividade no consórcio no valor de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) para carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, devendo ser proporcionalmente ajustado a eventuais cargas horárias diferenciadas.

§ 1º Os valores relativos às parcelas instituídas pela presente resolução serão atualizados anualmente, nas mesmas datas e nos mesmos índices do percentual da revisão anual geral e dos reajustes gerais dos vencimentos dos empregados da AMFRI.

§ 2º O valor referente a concessão do vale-alimentação não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos e, sobre ele, não incidirá contribuição trabalhista ou previdenciária.

Art. 3º - Não se beneficiarão do benefício instituído por esta Lei os empregados:

- I - afastados do emprego por motivo de suspensão;
- II - em gozo de licença sem remuneração;
- III - aposentado;
- IV – cedido.

Art. 4º - As despesas decorrentes da concessão de Vale-Alimentação correrão por conta de recursos próprios do Orçamento

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itajaí (SC), 01 de Junho de 2018.

Élcio Rogério Kuhnen

Prefeito Municipal de Camboriú

Presidente da AMFRI

Célio José Bernardino

Secretário Executivo da AMFRI

FECAM**RESOLUÇÃO Nº 017/2018 - PRAZO FINAL PARA FINALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA EGEM**

Publicação Nº 1657258

O Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, VOLNEI JOSÉ MORASTONI, Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições estatutárias,

Considerando o item 5 da Resolução FECAM nº 12/2018, acerca do prazo das auditorias internas, e Resoluções EGEM nº 04 e 05 de 2018, instaurando a comissão e convocando os membros de auditoria interna;

Considerando o Ofício Presidencial FECAM nº 087/2018, que disponibiliza os funcionários da FECAM solicitados para os fins de realização da auditoria almejada;

RESOLVE:

1 - Fixar o prazo final para execução dos trabalhos de auditoria pelos funcionários cedidos para o dia 30/05/2018, devendo o relatório final ser entregue no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar do prazo final ora fixado.

2 - Esta resolução entrará em vigor a partir de sua assinatura.

Florianópolis, SC, 25 de maio de 2018.

VOLNEI MORASTONI

Prefeito de Itajaí

Presidente da FECAM

RESOLUÇÃO Nº 018/2018 - ARMAZENAMENTO DE DOCUMENTOS RELATIVOS ÀS AUDITORIAS

Publicação Nº 1657261

O Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, VOLNEI JOSÉ MORASTONI, Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições estatutárias,

Considerando as auditorias internas instauradas pelas Resoluções nº 10 e 14/2017 e Ofício Presidencial nº 087/2018;

RESOLVE:

1 - Determinar que todo o material de informações e documentos (sejam eles físicos ou eletrônicos) alcançados pelos trabalhos das auditorias, ainda que não utilizadas, assim como os que foram avaliados e analisados pelos membros da auditoria, sejam armazenados em caixas lacradas e em um HD (hard disc) externo, os quais ficarão guardadas em armário próprio na sala de contabilidade da instituição.

2 - Os membros integrantes das referidas auditorias serão cientificados desta resolução para o devido cumprimento.

3 - Esta resolução entrará em vigor a partir de sua assinatura.

Florianópolis, SC, 25 de maio de 2018.

VOLNEI MORASTONI

Prefeito de Itajaí

Presidente da FECAM

RESOLUÇÃO Nº 019/2018 - EXONERAÇÃO DIRETORA ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Publicação Nº 1657263

O Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, volnei josé morastoni, Prefeito de Itajaí, no uso de suas atribuições estatutárias conferidas pelo art. 31, inciso I, alínea “b” do Estatuto Social,

RESOLVE:

1- Exonerar a Sra. LILIAN REGINA TERRES MOROSO, CPF/MF n. 547.159.469-04, do cargo de DIRETORA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL da FECAM, a partir da publicação desta Resolução.

2- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial de Municípios, revogando-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 18 de junho de 2018.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI

Prefeito de Itajaí

Presidente da FECAM

Consórcios

AGIR

DECRETO Nº 046-2018 - AGIR

Publicação Nº 1656627

DECRETO Nº 046/2018

NOMEIA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE DIRETORIA DA AGIR A SENHORA THAYANA LETICIA SEIBT.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 022/2017 e pelo Inciso I da Cláusula 45 do Novo Protocolo de Intenções, devidamente ratificado pelos municípios consorciados à AGIR, e de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis, e:

CONSIDERANDO o resultado obtido nas entrevistas e provas aplicadas no dia 11 de junho do corrente ano, às candidatas ao cargo em Comissão de Assessor de Diretoria da Agir, conferindo à Sra. Thayana Leticia Seibt, a primeira colocação;

CONSIDERANDO que a candidata aprovada em primeiro lugar, possui a habilitação necessária para o cargo;

Decreta:

Art. 1º – Fica nomeada para o cargo em comissão de Assessora de Diretoria da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, a Sra. Thayana Leticia Seibt, portadora do RG nº 5.358.636-0 e inscrita no CPF nº 076.165.239-26;

Art. 2º – A Assessora de Diretoria da AGIR exercerá as funções inerentes ao cargo, com lotação na sede da AGIR em Blumenau e com os vencimentos previstos no Anexo I – Quadro de Cargos Comissionados, do Novo Protocolo de Intenções da AGIR;

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ad referendum na próxima Assembleia da AGIR, com efeitos jurídicos e administrativos a partir a 18 de junho de 2018.

Blumenau (SC), em 18 de junho de 2018.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

CIMVI

CONTRATO DE USUÁRIO Nº 2016/003 - TERCEIRA ALTERAÇÃO

Publicação Nº 1657054

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRA ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE USUÁRIO Nº 2016/003

CONTRATANTE: Suelen dos Santos ME

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

OBJETO: Prorrogação dos prazos de vigência e execução em mais 12 (doze) meses.

Integra em www.cimvi.sc.gov.br>Contratos>Usuários

Timbó, 04 de Junho de 2018.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente

CONTRATO Nº 2017/033 - SEGUNDO TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1656403

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2017/033

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, representado por seu Presidente, Paulo Roberto Weiss, Prefeito do Município de Rodeio - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa PAR PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 16.669.975/0001-47, com

sede na rua Pastor Bluhmel, 30 – sala 01 – Centro, cidade de Timbó – SC, representada por Renato Medeiros Sperb, inscrito(a) no CPF nº 176.780.211-00, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, de conformidade com a Licitação Convite nº 013/2017 e com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO, o qual reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA

- 1.1. CONSIDERANDO que a obra de construção de galpão teve sua ordem de serviço/compra expedida na data de 04/06/2018, a qual estava suspensa até então em razão da necessidade de revisão do projeto elaborado anteriormente.
- 1.2. CONSIDERANDO que a obra foi iniciada nesta data pela empresa contratada, o que viabiliza a realização, a partir de então, de assessoria técnica ao CIMVI na fiscalização/supervisão da obra, havendo necessidade de readequação dos valores contratados e do cronograma de desembolso;
- 1.3. CONSIDERANDO as disposições previstas no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 2017/033, celebrado em 29/01/2018;
- 1.4. CONSIDERANDO que o prazo previsto pela Carta Convite nº 013/2017 e pela Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 2017/033, é insuficiente para completa execução dos serviços/obras, sendo necessário sua prorrogação, na forma do art. 57, II da Lei nº 8.666/93, em conformidade com o contrato originário, mantidas as condições da proposta mais vantajosa aferida na Licitação para pleno atendimento da necessidade pública evidenciada;
- 1.5. É celebrado o presente termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

- 2.1. Nos termos do art.65, §1º, da Lei Federal n.8.666/93, o qual menciona que o “contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato”, apenas para alterações unilaterais, diante da omissão na previsão de valores individualizados para cada parcela do serviço de assessoria técnica ao CIMVI na fiscalização/supervisão de cada obra individualizada, aplicando-se o disposto no item 1.6 do contrato originário e o que disciplina os artigos 57, §1º, I c/c artigo 58, I c/c artigo 65, II, alíneas “b”, “c” e “d” todos da Lei Federal nº 8.666/93; é celebrado o presente termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

- 1.1 – Diante da revisão de projetos, e da ampliação na execução dos serviços em decorrência dos acréscimos decorrentes do presente Termo Aditivo, os prazos de vigência e de execução do Contrato Administrativo nº 2017/033, firmado em 27/10/2017, ficam prorrogados em mais 02 (dois) meses contados do término originário da contratação, ou seja, desde 30/06/2018, findando em 30/08/2018, sem prejuízo de nova prorrogação, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DOS ACRÉSCIMOS

- 4.1. Diante do contido nas cláusulas anteriores, as partes, de comum acordo, resolvem ACRESCER ao contrato a parcela relativa aos serviços de assessoria técnica ao CIMVI na fiscalização/supervisão da obra de construção de galpão, com acréscimo de 16,0714% (dezesseis inteiros e setecentos e quatorze décimos de milésimo por cento) do valor global do contratado após o primeiro termo aditivo, ou seja, em mais R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).
- 4.2. Em razão do acréscimo efetivado, o contrato passa a ter valor global de R\$19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais).
- 4.3. Tendo em vista que o CONTRATADO já recebeu duas parcelas no valor cada de R\$2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) e cinco parcelas no valor cada de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), fica readequado o valor de desembolso para as 03 (três) parcelas restantes, em valores individuais conforme o quadro abaixo:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço (R\$)	
				Unitário	Total
01	03	MÊS	Serviços de assessoria técnica ao CIMVI na fiscalização/supervisão das obras de construção do Centro Administrativo (com área de 605,46 m²) – Contrato Administrativo nº 2017/017 e de construção da galpão	2.400,00	7.200,00

- 4.4. As próximas 03 (três) parcelas a serem pagas conforme quadro acima seguirão o cronograma de desembolso previsto originariamente no contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

- 5.1. O CONTRATADO declara que as alterações feitas por este termo aditivo não implicam em quebra do equilíbrio econômico financeiro contratual originário, assumindo o dever de cumprir fielmente com todas as obrigações pactuadas no contrato originário, neste termo aditivo, na Carta Convite e demais disposições aplicáveis. Não haverá qualquer direito a indenização de quaisquer das partes em razão do pactuado no presente instrumento, renunciando o CONTRATADO a todo e qualquer direito material ou de ação, nada sendo devido pelos serviços e valores objeto da supressão consensualmente entabulada.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. Permanecem em vigor as demais disposições.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Timbó, 05 de Junho de 2018.

CONTRATANTE

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI – Presidente

Paulo Roberto Weiss

Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo

Advogado - OAB/SC 17.721 – Visto

CONTRATADA

Par Projetos de Engenharia e Arquitetura Ltda ME

Representante Legal: Renato Medeiros Sperb

Testemunhas:

André Moro da Silva Fernando Tomaselli

CPF: 043.293.839-77 CPF: 016.637.969-71

RESOLUÇÃO Nº 242 DE 18 DE JUNHO DE 2018

Publicação Nº 1656558

RESOLUÇÃO nº 242, de 18 de Junho de 2018.

FIXA HORÁRIOS ESPECIAIS PARA OS JOGOS DO BRASIL NA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL 2018 – RUSSIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIMVI;

RESOLVE:

Art. 1º - Fixa horários especiais abaixo discriminados para os JOGOS DO BRASIL NA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL/2018/RUSSIA:

JOGOS DO GRUPO E

Dias Horários

22/06/2018 13:00h às 17:00h

27/06/2018 08:00h às 13:00h

Parágrafo Único – Os serviços de recebimento, disposição e tratamento de resíduos sólidos não são abrangidos pelos horários especiais.

Art.2º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Timbó - SC, em 18 de Junho de 2018.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente do CIMVI

A presente Resolução foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 18 de Junho de 2018.

PATRICIA BARBARESCO

Agente Administrativo

CIS NORDESTE**RESOLUÇÃO Nº 13/2018**

Publicação Nº 1656188

Resolução nº 13/2018.

Dispõe sobre a autorização para abertura de crédito em virtude do Contrato de Prestação de Serviços Extraordinários entre o município de Garuva e o Consórcio.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, Sr. Clézio José Fortunato, Prefeito Municipal de São João do Itaperiú, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento às disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05, resolve expedir a presente resolução:

Resolve:

Art. 1º - Fica autorizada a abertura crédito para a dotação denominada Prefeitura Municipal de Garuva - Mutirão, no valor de R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais) no orçamento vigente do CISNORDESTE/SC, nas seguintes classificações funcionais programáticas:

Fonte de Recurso: 102 Recursos Municípios Consorciados	
4.1.7.2.3.37.00.18.00.00 Prefeitura Municipal de Garuva - Mutirão	R\$ 92.000,00
4.1.7.2.3.37.00.18.01.00 Prefeitura Municipal de Garuva - Mutirão – Saúde	R\$ 89.320,00
4.1.7.2.3.37.00.18.02.00 Prefeitura Municipal de Garuva - Mutirão - administração	R\$ 2.680,00

Art. 2º - Para fazer face à despesa mencionada no art. 1º serão utilizados recursos provenientes do repasse do pelo município através do contrato FMS nº 001/2018 de 28 de março de 2018.

Art. 3º - Esta Resolução passa a vigorar a partir da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do mês de Maio/2018.

Joinville/SC, 08 de junho de 2018.

Clézio José Fortunato

Prefeito Municipal de São João do Itaperiú

Presidente do CISNORDESTE/SC

CIS/AMFRI**RESOLUÇÃO Nº 001 DE 01 DE JUNHO DE 2018**

Publicação Nº 1656179

RESOLUÇÃO Nº 001 DE 01 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO MENSAL DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS EMPREGADOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMFRI – CIS-AMFRI

--	--

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Foz do Rio Itajaí – CIS-AMFRI, o Senhor Elcio Rogério Kuhnen – Prefeito Municipal de Camboriú, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, pelo Protocolo de Intenções firmado e ratificado por todos os municípios membros, e

CONSIDERANDO o interesse do CIS-AMFRI em fomentar a satisfação com as atividades laborais pelos servidores do Consórcio;
CONSIDERANDO que a grande maioria dos municípios da região possui, como benefício aos servidores, o pagamento de valor a título de vale alimentação;
CONSIDERANDO, que o valor deve atender à necessidade de custo de alimentação, bem como teve o olhar dos valores pagos na região;
CONSIDERANDO, por fim, a aprovação do texto da presente resolução na Assembleia Geral Ordinária do CIS-AMFRI realizada em 29 de maio de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir Auxílio Alimentação, como verba indenizatória, destinado a despesas com alimentação em favor de todos os empregados em atividade junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da região da AMFRI.

§ 1º O direito previsto no presente artigo aplica-se aos servidores concursados, contratados e detentores de cargos de confiança.

§ 2º O vale-alimentação será pago aos servidores juntamente com sua remuneração ou até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

Art. 2º - O Auxílio Alimentação, será concedido de forma mensal, individual e na forma de cartão magnético, aos funcionários em atividade no consórcio no valor de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) para carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, devendo ser proporcionalmente ajustado a eventuais cargas horárias diferenciadas.

§ 1º Os valores relativos às parcelas instituídas pela presente resolução serão atualizados anualmente, nas mesmas datas e nos mesmos índices do percentual da revisão anual geral e dos reajustes gerais dos vencimentos dos empregados do CIS-AMFRI.

§ 2º O valor referente a concessão do vale-alimentação não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos e, sobre ele, não incidirá contribuição trabalhista ou previdenciária.

Art. 3º - Não se beneficiarão do benefício instituído por esta Resolução os empregados:

- I - afastados do emprego por motivo de suspensão;
- II - em gozo de licença sem remuneração;
- III - aposentado;
- IV - cedido.

Art. 4º - As despesas decorrentes da concessão de Vale-Alimentação correrão por conta de recursos próprios do Orçamento

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itajaí (SC), 01 de Junho de 2018.

Élcio Rogério Kuhnen

Prefeito Municipal de Camboriú

Presidente do CIS-AMFRI

Célio José Bernardino

Diretor Administrativo do CIS-AMFRI

CIS/AMMVI

ATA ANÁLISE E DECISÃO 15/06/2018 - NOVOS FORNECEDORES PARA SALDO REMANESCENTE DE ITENS_PE 016/2017

Publicação Nº 1657093

ATA DA REUNIÃO DA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO PARA ANÁLISE E DECISÃO QUANTO AOS DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PARA ASSUNÇÃO DE SALDO REMANESCENTE
PREGÃO ELETRÔNICO 16/2017

Aos quinze dias do mês de junho de dois mil e dezoito, às quinze horas, na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI (Rua Alberto Stein, nº 466, 3º andar, bairro Velha, em Blumenau/SC), reuniram-se Pregoeira e Equipe de Apoio designados pela Resolução nº 174 de 23/10/2017, para análise e decisão dos documentos encaminhados pelas empresas licitantes que aceitaram fornecer os itens 39 e 288 nas mesmas condições dos licitantes vencedores:

Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares LTDA. (CNPJ 03.652.030/0001-70) seguindo a ordem de classificação do certame, manifestou que assumirá o saldo remanescente do item 288 nas mesmas condições do licitante vencedor. Encaminhou a documentação solicitada e por atender à todas as exigências do Edital foi habilitada para fornecimento do referido item.

Licimed Distribuidora de Medicamentos, Correlatos, e Produtos Médicos e Hospitalares LTDA. (CNPJ 04.071.245/0001-60) seguindo a ordem de classificação do certame, manifestou que assumirá o saldo remanescente do item 39 nas mesmas condições do licitante vencedor. Encaminhou a documentação solicitada e por atender à todas as exigências do Edital foi habilitada para fornecimento do referido item

Encerrada a reunião, foi lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pela Pregoeira e Equipe de Apoio.

Lígia Hoepfner
Pregoeira

Daniella M. Tarouco Mônica M.C.M. Silva Silvani M.S. Amaral
Equipe de Apoio Equipe de Apoio Equipe de Apoio

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO 04/2018 - BEATRIZ NARDIN DE ABREU EIRELI

Publicação Nº 1656335

CHAMADA PÚBLICA – PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2018
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, na cidade de Blumenau/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.269.695/0001-08, torna público que contratará

mediante Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a empresa BEATRIZ NARDIN DE ABREU EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 27.081.880/0001-24, com sede na Rua Coronel Vidal Ramos, 01 – Sala 205 – 2º Andar, na Cidade de Blumenau – CEP 89.010-330, para prestação de serviços médicos (consultas e procedimentos diagnósticos) para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 (quatorze) municípios consorciados ao CISAMVI, pelo valor global de R\$ 5.619.600,00 (cinco milhões seiscentos e dezenove mil e seiscentos reais). Ratificado por Cleones Hostins – Diretor Executivo CISAMVI. Blumenau/SC, 18 de junho de 2018.

Cleones Hostins

Diretor Executivo - CISAMVI

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO 04/2018 - IOT INSTITUTO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA BRUSQUE SS LTDA.

Publicação Nº 1657325

CHAMADA PÚBLICA – PROCESSO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2018

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, na cidade de Blumenau/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.269.695/0001-08, torna público que contratará mediante Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no caput do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a empresa IOT INSTITUTO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA BRUSQUE SS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 29.143.305/0001-34, com sede na Rua João Bauer, 380 – Sala 06 – Brusque – SC – CEP: 88.350-100, para prestação de serviços médicos (consultas e procedimentos diagnósticos) para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 (quatorze) municípios consorciados ao CISAMVI, pelo valor global de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais). Ratificado por Cleones Hostins – Diretor Executivo CISAMVI. Blumenau/SC, 18 de junho de 2018.

Cleones Hostins

Diretor Executivo - CISAMVI

CONTRATO ADMINISTRATIVO 026/2018 - BEATRIZ NARDIN DE ABREU EIRELI

Publicação Nº 1657332

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026 /2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E BEATRIZ NARDIN DE ABREU EIRELI.

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CISAMVI e, de outro lado, BEATRIZ NARDIN DE ABREU EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 27.081.880/0001-24, com sede na Rua Coronel Vidal Ramos, 01 – Sala 205 – 2º Andar, na Cidade de Blumenau – CEP 89.010-330, neste ato representado pela titular da empresa individual Beatriz Nardin de Abreu, inscrita no CPF nº. 027.809.737-57 e portadora da Carteira de Identidade RG nº. 11.664.785-1 SSP-SP, doravante denominado CREDENCIADO, tem entre si justo acordado o presente Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018, na melhor forma de direito e de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O CREDENCIADO prestará aos usuários da rede municipal de saúde dos Municípios consorciados ao CISAMVI, serviços de SAÚDE PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA ou cirurgica, Ambulatorial, DE MÉDIA ou ALTA COMPLEXIDADE, conforme descrito na Declaração de Capacidade de Instalação e Disponibilidade ao SUS, do edital de Credenciamento nº 04/2018, destacado no quadro a seguir:

Classificação	Descrição	Valor Pago pelo Procedimento	Quantidade Proposta para Atendimento ao CISAMVI
02.05.02.014	ULTRA-SONOGRAFIA OBSTETRICA	44,00	300
90.01.01.016	ULTRASSONOGRAFIA CERVICAL COM DOPPLER	140,00	300
02.05.02.003	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR	50,00	300
02.05.02.004	ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL	50,00	300
02.05.02.005	ULTRASSONOGRAFIA DE APARELHO URINARIO	44,00	300
02.05.02.006	ULTRASSONOGRAFIA DE ARTICULACAO	50,00	300
02.05.02.007	ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	50,00	300
90.01.01.032	ULTRASSONOGRAFIA DE ESTRUTURAS SUPERFICIAIS (CERVICAL, AXILAS, MÚSCULO OU TENDÃO)	50,00	300
02.05.02.021	ULTRASSONOGRAFIA DE MAMA BILATERAL PARA AVALIACAO DE POSSIVEIS COMPLICACOES DE IMPLANTE DE PROTESE	50,00	300

02.05.02.020	ULTRASSONOGRRAFIA DE MAMA UNILATERAL PARA AVALIACAO DE POSSIVEIS COMPLICACOES DE IMPLANTE DE PROTESE	25,00	300
4.09.01.149	ULTRASSONOGRRAFIA DE PAREDE ABDOMINAL	50,00	300
02.05.02.010	ULTRASSONOGRRAFIA DE PROSTATA POR VIA ABDOMINAL	50,00	300
02.05.02.012	ULTRASSONOGRRAFIA DE TIREOIDE	50,00	300
02.05.02.013	ULTRASSONOGRRAFIA DE TORAX (EXTRACARDIACA)	50,00	300
02.05.01.005	ULTRASSONOGRRAFIA DOPPLER DE FLUXO OBSTETRICO	80,00	300
02.05.02.009	ULTRASSONOGRRAFIA MAMARIA BILATERAL	50,00	300
90.01.01.006	ULTRASSONOGRRAFIA OBSTETRICA	44,00	300
02.05.02.015	ULTRASSONOGRRAFIA OBSTETRICA C/ DOPPLER COLORIDO E PULSADO	80,00	300
90.01.01.002	ULTRASSONOGRRAFIA OBSTETRICA MORFOLOGICA	110,00	300
02.05.02.016	ULTRASSONOGRRAFIA PELVICA (GINECOLOGICA)	44,00	300
90.01.01.004	ULTRASSONOGRRAFIA TIREOIDE COM DOPPLER	110,00	300
02.05.02.018	ULTRASSONOGRRAFIA TRANSVAGINAL	50,00	300
90.01.01.015	ULTRASSONOGRRAFIA TRANSVAGINAL COM DOPPLER	110,00	300
90.01.01.008	ULTRASSONOGRRAFIA VASCULAR DOPPLER COLORIDO	130,00	300

1.2 - Os procedimentos solicitados serão prestados na seguinte instalação: Rua Coronel Vidal Ramos, 01 – Sala 205 – 2º Andar – Bairro Jardim Blumenau – Blumenau – SC.

1.3 - Este contrato possui um teto financeiro de R\$ \$ 5.619.600,00 (cinco milhões seiscientos e dezenove mil e seiscientos reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO CREDENCIAMENTO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

2.1 – Este contrato terá sua vigência a contar da data de publicação do mesmo, pelo período de 12 (doze) meses, e poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, por ato do CISAMVI, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57 §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E QUANTITATIVO

3.1 - Os serviços de saúde prestados pelo CREDENCIADO serão remunerados por cada procedimento realizado.

3.2 - O preço ajustado entre as partes são os constantes no "Termo de Referência - Anexo I" do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018, estando inclusos taxas de administração, taxas de sala, custos diretos e indiretos, mão-de-obra, impostos, tarifas, encargos e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços.

3.3 A demanda de consumo dependerá única e exclusivamente da procura dos municípios pelas especialidades oferecidas, e a forma de distribuição escolhida pelos municípios.

3.4 Por se tratar de uma quantidade estimativa não está a Administração obrigada a adquirir toda ou qualquer quantidade indicada no presente credenciamento.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 – O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega da documentação necessária (item 4.2), mediante apuração e comprovação dos serviços que foram prestados, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, solicitada após auditoria dos procedimentos faturados.

4.2 – A comprovação da realização dos serviços será feita mediante:

4.2.1 – Faturamento da requisição, por parte do credenciado, executada em sistema "on-line", disponibilizado pelo CISAMVI, por meio do código de barras impresso na requisição (substitui o preenchimento de informações da produção BPA, SAI/SUS e BPA-I).

4.2.2 – Apresentação da Requisição emitida pelo município, a qual autoriza o seu atendimento devidamente assinada pelo paciente ou responsável devidamente identificado, e já faturada no sistema indicado pelo CISAMVI, juntamente com a prescrição médica dos procedimentos (encaminhada pelo município, junto com a autorização).

4.2.2.1 – As requisições de autorização, deverão ser encaminhadas ao CISAMVI, após o período de produção (1º à 30 ou 31 de cada mês), agrupado por município, em ordem alfabética, sempre com a requisição do CISAMVI fixada na frente de todos os documentos adicionais.

4.3 – Após receber a aprovação do faturamento realizado no sistema "on-line" (item 4.2.1), o Credenciado poderá encaminhar a nota fiscal para cobrança.

4.4 – Havendo divergência ou erros entre serviços contratados e os serviços prestados, fica assegurado ao CISAMVI a realização de auditoria para aferição correta dos serviços executados, devendo o credenciado emitir nota fiscal conforme o valor aferido.

4.5 – Em caso de atraso na entrega das informações pelo credenciado, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.

4.6 – O CISAMVI fará a retenção de tributos na fonte quando a lei assim o determinar.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CISAMVI

5.1 – Compete ao CISAMVI:

a) Efetuar o pagamento ao CREDENCIADO em função dos serviços prestados de acordo com os valores constantes no "Termo de Referência" – Anexo –I do Edital;

b) Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;

c) Fiscalizar o cumprimento das disposições deste Contrato e a prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;

d) Fornecer requisições para execução dos serviços.

e) Fornecer os formulários padrões para a prescrição de remédios, referencia, contra-referência e procedimentos, necessários para continuidade do atendimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

6.1 – Compete ao Credenciado:

- a) Executar os serviços nas condições estipuladas, observando-se os parâmetros de boa técnica e resolutividade, bem como as normas legais aplicáveis;
- b) Prestar os serviços apenas mediante apresentação da “requisição”, autorizada pelo órgão municipal responsável pelos encaminhamentos;
- c) Prestar atendimento adequado aos usuários e fornecer as informações ao CISAMVI sobre os serviços prestados de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste Edital;
- d) Faturar a requisição em sistema “on-line”, disponibilizado pelo CISAMVI, por meio do código de barras impresso no documento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a execução do serviço prestado.
- e) Apresentar laudo técnico juntamente com os resultados do exame, quando necessário;
- f) Após aprovação do faturamento, apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior;
- g) Manter todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento durante todo o período em que se mantiver credenciado;
- h) Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, responsabilidade técnica e plena execução dos serviços contratados;
- i) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;
- j) Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade;
- k) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;
- l) Assumir o pagamento de todos os tributos, taxas, contribuições previdenciárias e trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre os serviços realizados e/ou necessárias ao cumprimento do objeto do credenciamento;
- m) Comunicar ao CISAMVI, por escrito e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;
- n) O Credenciado deverá afixar aviso, em local visível, sobre sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados pela mesma em razão do vínculo junto ao SUS/CISAMVI;
- o) Utilizar formulário padrão, quando disponibilizado pelo CISAMVI, para a prescrição de remédios, referencia, contra-referência e procedimentos, necessários para continuidade do atendimento (a fim de que este paciente seja facilmente identificado na rede municipal de saúde).

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESCRENCIAMENTO**7.1 - Constituem motivo para o descredenciamento:**

- a) Deixar de atender a requisição para prestação do serviço e/ou a atualização dos documentos de habilitação e de regularidade fiscal;
- b) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica e/ou fiscal do Credenciado;
- c) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional exigido para a prestação dos serviços;
- d) As hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

7.2 - O Credenciado poderá descredenciar-se voluntariamente, mediante requerimento por escrito com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e desde que não prejudique os atendimentos já agendados, ou que venham a ser agendados antes de decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias. Decorrido o prazo mencionado, será lavrado o termo de descredenciamento e/ou rescisão contratual, quando cessará as obrigações para ambas as partes.

7.3 - O descredenciamento não exime a aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, se for o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 Quando o Credenciado não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativas ou não, conforme o caso:

8.1.1 Advertência.**8.1.2 Multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor contratual quando:**

- a) Os serviços estiverem em desacordo com as especificações contidas no contrato ou em descumprimento com uma das cláusulas;
- b) Se houver rescisão por culpa ou requerimento da Contratada sem causa justificada ou amparo legal;
- c) Pela descontinuidade dos serviços, a ser cobrada por dia parado, até o limite de 10 (dez) dias;

8.2 Sem prejuízo da multa estabelecida pela Contratante, a Contratada responderá pelas perdas e danos causados, os quais serão mensurados caso a caso.

8.3 Caso a Contratada não venha a recolher a multa devida dentro do prazo determinado, a mesma será descontada do valor das parcelas de pagamento vincendas, garantindo a esta o pleno direito de defesa;

8.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante o CISAMVI, que ocorrerá sempre que o faltoso ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

8.5 Impedimento de participar de licitações e contratar com o CISAMVI, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

8.6 Além das penalidades citadas, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores do CISAMVI e, no que couber às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1 - Em caso de atraso na entrega das faturas pelo CREDENCIADO, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.

9.2 - É vedado ao CREDENCIADO cobrar ou receber qualquer outra importância a título de honorários pelos serviços prestados, além da prevista na Cláusula Terceira deste contrato, seja do CISAMVI, do usuário, paciente ou terceiro.

9.3 - O CISAMVI reserva-se ao direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados e solicitação de perícias e informações adicionais, glosar despesas e procedimentos das faturas apresentadas.

9.4 - A remuneração recebida pelo CREDENCIADO não gerará nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária de seus profissionais com o CISAMVI.

9.5 - O credenciamento de que trata o Processo de Inexigibilidade nº. 04/2018 será de caráter precário e “intuito personae”, podendo ser revogado a qualquer momento, a juízo de conveniência e oportunidade do CISAMVI.

9.6 – Aplica-se a este contrato, as condições e preceitos contidos no Processo de Inexigibilidade nº 04/2018 e na Ficha de Credenciamento

firmada pelo CREDENCIADO, independentemente de transcrição.

9.7 - Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CISAMVI, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

9.8 - As despesas decorrentes das contratações realizadas a partir deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária própria consignada no Orçamento Programa Anual do CISAMVI (3390 – Manutenção das Atividades de Procedimento Médico Hospitalar).

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau/SC para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.

Blumenau, 18 de junho de 2018.

Cleones Hostins
CISAMVI

Beatriz Nardin de Abreu
BEATRIZ NARDIN DE ABREU EIRELI EPP

Por Procuração: Fernanda Bisso Prates de Abreu, brasileira, casada, médica, portadora da cédula de identidade RG nº. 5.461.158 SSP-SC, inscrita no CPF sob o nº. 912.725.990-00.

TERMO DE RATIFICAÇÃO - CREDENCIAMENTO 04/2018 - BEATRIZ NARDIN DE ABREU EIRELI

Publicação Nº 1656328

TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 (quatorze) municípios consorciados ao CISAMVI.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no parecer jurídico de fls. 71-74, do Processo de Credenciamento nº. 04/2018, devidamente justificado, reconheço e RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação nº. 04/2018, fundamentada no caput do artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e alterações, e os atos do procedimento em favor da empresa BEATRIZ NARDIN DE ABREU EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 27.081.880/0001-24, com sede na Rua Coronel Vidal Ramos, 01 – Sala 205 – 2º Andar, na Cidade de Blumenau – CEP 89.010-330, para prestação dos serviços e procedimentos médicos constantes do Termo de Referência anexo à Chamada Pública nº. 04/2018 para os quais solicitou se credenciar.

Ordeno que se proceda a formalização do Contrato Administrativo correspondente e realização da respectiva Nota de Empenho, bem como seja perfectibilizada a publicação do referido instrumento contratual, para sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 18 de junho de 2018.
Cleones Hostins
Diretor Executivo - CISAMVI

TERMO DE RATIFICAÇÃO - CREDENCIAMENTO 04/2018 - IOT INSTITUTO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA BRUSQUE SS LTDA.

Publicação Nº 1657321

**TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018**

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos para atendimento da demanda da rede básica municipal de saúde dos 14 (quatorze) municípios consorciados ao CISAMVI.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no parecer jurídico de fls. 71-74, do Processo de Credenciamento nº 04/2018, devidamente justificado, reconheço e RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação nº 04/2018, fundamentada no caput do artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e alterações, e os atos do procedimento em favor da empresa IOT INSTITUTO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA BRUSQUE SS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 29.143.305/0001-34, com sede na Rua João Bauer, 380 – Sala 06 – Brusque – SC – CEP: 88.350-100, para prestação dos serviços e procedimentos médicos constantes do Termo de Referência anexo à Chamada Pública nº. 04/2018 para os quais solicitou se credenciar.

Ordeno que se proceda a formalização do Contrato Administrativo correspondente e realização da respectiva Nota de Empenho, bem como seja perfectibilizada a publicação do referido instrumento contratual, para sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 18 de junho de 2018.

Cleones Hostins

Diretor Executivo - CISAMVI

CIS/AMOSC**RESOLUÇÃO Nº 12 /2018**

Publicação Nº 1656958

**RESOLUÇÃO Nº 12 /2018**

Inclui códigos no Edital de Credenciamento nº 01/2012 e na Tabela de Procedimentos Médicos do CIS-AMOSC e modifica os Códigos do Edital de Chamamento Público 01/2018, referente ao oferecimento de exames e procedimentos.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito de Sul Brasil e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 17 e art. 25, do Estatuto Social,

Considerando a demanda de novos exames/serviços relativos à demanda existente nos municípios,

R E S O L V E:

Art. 1º Ficam incluídos no Edital de Credenciamento nº 01/2012, os seguintes procedimentos, códigos e valores:

TOMOGRÁFIAS

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS/CIS	VALOR R\$
ANGIOTOMOGRAFIA CAROTIDAS / AORTA TORACICA/ AORTA ABDOMINAL E ILICAS/ ARTERIAS ILICAS	00.00.00.467-5	420,00

ECODOPLER

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS/CIS	VALOR R\$



ECODOPPLER	ORGAOS	OU	90302	180,00
ESTRUTURAS SUPERFICIAIS				

Art. 2º No Edital de Chamamento Publico 01/2018 no Anexo I dos PROCEDIMENTOS/ CODIGOS E VALORES os códigos de CIRURGIA PEDIATRICA passam a vigorar os seguintes:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS/CIS	VALOR PRESTADOR R\$
HERNIOGRAFIA INGUINAL PEDIATRICA	00.00.00.468-9	1.000,00
HERNIOGRAFIA INCISIONAL/ HERNIOPLASTIA PEDIATRICA	00.00.00.469-0	1.000,00
POSTECTOMIA PEDIATRICA	00.00.00.469-1	1.000,00
TRATAMENTO CIRURGICO DE HIDROCELE	00.00.00.469-2	1.000,00

Art. 3º A Tabela de Procedimentos Médicos CIS-AMOSC passa a vigorar na forma do ANEXO ÚNICO desta Resolução

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 18 de junho de 2018.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito de Sul Brasil e Presidente do CIS-AMOSC



ANEXO ÚNICO



TABELA DE PROCEDIMENTOS

ANATOMIA PATOLÓGICA		COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
BIOPSIA DE PRÓSTATA (POR PEÇA)		90093		33,64	33,64
EXAME ANATOMOPATOLÓGICO P/ CONGELAMENTO /PARAFINA (EXCETO COLO UTERINO) – PEÇA CIRÚRGICA		02.03.02.003-0	24,00	17,49	41,49
EXAME CITOPATOLÓGICO HORMONAL SERIADO (MÍNIMO TRÊS COLETAS)		02.03.01.002-7	10,65	30,84	41,49
EXAME CITOPATOLÓGICO CÉRVICO-VAGINAL/MICROFLORA		02.03.01.001-9	6,97	0,87	7,84
IMUNOHISTOQUÍMICA DE NEOPLASIAS MALIGNAS (POR MARCADOR/ MÁXIMO 6 POR PCTE)		02.03.02.004-9	92,00	278,06	370,06
IMUNOHISTOQUÍMICA DE MAMAS		90077		347,63	347,63
ATO DE COLETA DE PAAF DE ÓRGÃO OU ESTRUTURAS SUPERFICIAIS COM DESLOCAMENTO DO PATOLOGISTA		90190		112,14	112,14
EXAME ANATOMO PATOLÓGICO		90204		72,89	72,89
PROCEDIMENTO DIAGNÓSTICO EM CITOPATOLOGIA CÉVICO-VAGINAL ONCOLÓGICA		90212		39,24	39,24
PROCEDIMENTO DIAGNÓSTICO EM PAINEL DE IMUNOHISTOQUÍMICA (DUAS A CINCO REAÇÕES) INDEPENDENTE DO ÓRGÃO		90220		370,06	370,06
PROCEDIMENTOS DIAGNÓSTICO EM MARGENS CIRÚRGICAS		90239		61,67	61,67
PROCEDIMENTO DIAGNÓSTICO EM LÂMINAS DE PAAF ATÉ 5		90247		72,89	72,89
COLORAÇÃO ESPECIAL – POR COLORAÇÃO		90255		39,24	39,24

ANGIOLOGIA / CIRURGIA VASCULAR					
		COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM ANGIOLOGIA		03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00

ALERGIA E IMUNOLOGIA					
		COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM ALERGIA E IMUNOLOGIA		03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00

BIOPSIAS					
		COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
BIOPSIA DE PROSTATA GUIADA POR ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA RETAL					340,00
BIOPSIA GUIADA POR ULTRASSONOGRAFIA DE MAMAS					340,00
BIOPSIA DE PARENQUIMA HEPATICO GUIADA POR ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR					340,00

CARDIOLOGIA					
		COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM CARDIOLOGIA		03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00
ELETROCARDIOGRAMA (EEG)		02.11.02.003-6	5,15	11,67	16,82
ECOCARDIOGRAFIA TRANS TORACICA		02.05.01.003-2	39,94	184,34	224,28
HOLTER (MONITORAMENTO PELO SISTEMA HOLTER 24 HORAS - 3 CANAIS)		02.11.02.004-4	30,00	122,51	152,51
TESTE ERGOMETRICO OU ESFORÇO		02.11.02.006-0	30,00	82,14	112,14

CINTILOGRAFIA					
		COD. SIA/SUS	Valor SUS	Complemento	Valor Total



CIS-AMOSC
COORDENADORIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO GOV. DE SANTA CATARINA



	R\$	R\$	R\$	R\$
CINTILOGRAFIA DO MIOCÁRDIO / NECROSE (MÍNIMO 3 PROJEÇÕES)	02.08.01.004			199,76
CINTILOGRAFIA SINCRONIZADA CAMARAS CARDIACAS/ REPOUSO (MÍN. 3 PR.)	02.08.01.008			251,70
CINTILOGRAFIA PARA QUANTIFICAÇÃO DE "SHUNT" DA DIREITA PARA ESQUERDA	02.08.01.006			171,08
CINTILOGRAFIA PARA AVALIAÇÃO DE FLUXO SANGÜÍNEO DAS EXTREMIDADES	02.08.01.005			136,82
CINTIL. SINCRON. CÂMARAS CARDÍACAS-ESFORÇO (MÍN. 2 PROJEÇÕES)	02.08.01.007			257,82
CINT. MIOCÁRDIO/PERFUSÃO - ESTRESSE (MÍN. 03 PROJEÇÕES)	02.08.01.002			581,84
CINT. MIOCÁRDIO/PERFUSÃO - REPOUSO (MÍN. 03 PROJEÇÕES)	02.08.01.003			545,59
CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA DE DIVERTÍCULO DE MECKEL	02.08.02.008-0	114,86	48,73	163,59
CINTILOGRAFIA PARA AVALIAÇÃO DE ESVAZIAMENTO ESOFÁGICO (LÍQUIDOS)	02.08.02.005-5	135,38	57,43	192,81
CINTILOGRAFIA PARA AVALIAÇÃO DE ESVAZIAMENTO GÁSTRICO	02.08.02.007-1	114,22	78,59	192,81
DETERMINAÇÃO DE FLUXO SANGÜÍNEO REGIONAL	02.08.01.009-2	123,93	272,64	148,71
CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA DE REFLUXO GASTRO-ESOFÁGICO	02.08.02.011-0	135,38	57,43	192,81
CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA DE HEMORRAGIA DIGESTIVA NÃO ATIVA	02.08.02.010-1	310,82	131,87	442,69
CINTILOGRAFIA GLÂNDULAS SALIVARES C/ OU S/ ESTÍMULO (MÍN 4 IMAGENS)	02.08.02.003-9	87,89	37,29	125,18
CINTILOGRAFIA PARA ESTUDO DE TRÂNSITO ESOFÁGICO (SEMI-SÓLIDOS)	02.08.02.006-3	135,38	57,43	192,81
CINTILOGRAFIA DO FÍGADO E BAÇO - MÍNIMO 05 IMAGENS	02.08.02.001-2	133,26	56,54	189,80
CINTILOGRAFIA DO FÍGADO E VIAS BILIARES	02.08.02.002-0	187,93	79,73	267,66
CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA DE HEMORRAGIAS DIGESTIVAS ATIVAS	02.08.02.009-8	157,23	66,71	223,94
CINTILOGRAFIA DA TIREÓIDE COM OU SEM CAPTAÇÃO	02.08.03.002-6	77,28	32,78	110,06
CINTILOGRAFIA DA TIREÓIDE COM TESTE DE SUPRESSÃO/ ESTÍMULO	02.08.03.003-4	107,3	21,46	128,76



CIS-AMOSC
COORDENADORIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO GOV. DE SANTA CATARINA



TESTE DO PERCLORATO COM RADIOISÓTOPO	02.08.03.005-0	107,4	21,48	128,88
CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA DO CORPO INTEIRO (PCI)	02.08.03.004-2	338,7	143,70	482,40
CINTILOGRAFIA DE PARATIREÓIDE	02.08.03.001-8	324,54	137,69	462,23
CINTILOGRAFIA RENAL/RENOGRAMA (QUALITATIVA E/OU QUANTITATIVA)	02.08.04.005-6	133,03	357,37	490,40
CINTILOGRAFIA TESTICULAR E BOLSA ESCROTAL	02.08.04.003-0	108,94	21,78	130,72
DETERMINAÇÃO DA FILTRAÇÃO GLOMERULAR COM RADIOISÓTOPOS	02.08.04.008-0	63,22	12,64	75,86
DETERMINAÇÃO DO FLUXO PLASMÁTICO RENAL COM RADIOISÓTOPOS	02.08.04.009-9	63,22	12,64	75,86
CISTOCINTILOGRAFIA INDIRETA	02.08.04.007-2	144,5	61,31	205,81
CISTOCINTILOGRAFIA DIRETA	02.08.04.006-4	122,97	52,17	175,14
ESTUDO RENAL DINÂMICO COM OU SEM DIURÉTICO	02.08.04.010-2	165,24	33,04	198,28
CINT. ARTICULAÇÕES E/OU EXTREMIDADES E/OU OSSO COM OU SEM FLUXO SANGUÍNEO	02.08.05.001-9	180,32	36,06	216,38
CINTILOGRAFIA ÓSSEA COM OU SEM FLUXO SANGUÍNEO (CORPO INTEIRO)	02.08.05.003-5	190,99	81,03	272,02
ESTUDO DO FLUXO SANGUÍNEO CEREBRAL	02.08.06.003-0	119,16	23,83	142,99
CISTERNOCINTILOGRAFIA (MÍNIMO 05 IMAGENS)	02.08.06.002-2	205,34	87,12	292,46
CINTILOGRAFIA DE PERFUSÃO CEREBRAL COM TALIO	02.08.06.001-4	438,01	185,73	623,74
LINFOCINTILOGRAFIA	02.08.08.004-0	141,33	59,96	201,29
CINTILOGRAFIA CORPO INTEIRO COM GÁLIO 67 - EXCLUSIVO P/ DOENÇA DE HODGKIN	02.08.09.001-0	906,8	181,36	1088,16
CINTILOGRAFIA DE MAMA (BILATERAL)	02.08.09.003-7	289,43	122,80	412,23
CINTILOGRAFIA PARA QUANTIFICAÇÃO DA CAPTAÇÃO PULMONAR DO GÁLIO 67	02.08.07.001-0	457,55	535,93	993,48
CINTILOGRAFIA DE CORAÇÃO COM GÁLIO 67	02.08.01.001-7	457,55	91,51	549,06
CINTILOGRAFIA DE RIM COM GÁLIO 67	02.08.04.002-1	457,55	91,51	549,06

CIS-AMOSC
COORDENADORIA INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



CINTILOGRAFIA DE SEGMENTO OSSEO COM GALIO 67	02.08.05.004-3	457,55		457,55
CINTILOGRAFIA PULMONAR (INALAÇÃO) COM MÍNIMO DE 02 PROJEÇÕES	02.08.07.003-6	128,12	25,62	153,74
CINTILOGRAFIA PULMONAR PARA PESQUISA DE ASPIRAÇÃO	02.08.07.002-8	127,51	26,23	153,74
CINTILOGRAFIA PULMONAR (PERFUSÃO) - MÍNIMO DE 04 PROJEÇÕES	02.08.07.004-4	130,5	55,37	185,87
CINTILOGRAFIA SISTEMA RETÍCULO-ENDOTELIAL (MEDULA ÓSSEA)	02.08.08.001-5	112,61	47,77	160,38
DEMONSTRAÇÃO DE SEQUESTRO DE HEMÁCIAS PELO BAÇO COM RADIOISÓTOPOS	02.08.08.002-3	97,37	19,47	116,84
DETERMINAÇÃO DE SOBREVIDA DE HEMÁCIAS COM RADIOSÓTOPOS	02.08.08.003-1	54,36	10,87	65,23
CINTILOGRAFIA DA GLÂNDULA LACRIMAL - DACRIOCINTILOGRAFIA	02.08.09.002-9	66,23	28,10	94,33
IMUNO CINTILOGRAFIA (ANTICORPOS MONOCLONAL)	02.08.02.012-8	1103,26		1103,26
ESTUDO RENAL DINÂMICO C/OUS/DIRÉTICO	99000039			403,85
TRATAMENTO DE HIPERTIREOIDISMO (PLUMER -ATE 30MCI)	99000047			631,95
TÉCNICA TOMOGRÁFICA	99000055			104,08
TRATAMENTO DE HIPERTIREOIDISMO GRAVES	99000063			512,31



CIRURGIA GERAL		COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM CIRURGIA GERAL		03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00
CIRURGIA TORÁCICA		COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM CIRURGIA TORACICA		03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00
DERMATOLOGIA		COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
BIÓPSIA DOS TECIDOS MOLES DA BOCA (LÍNGUA, LÁBIO, MUCOSA, CAVIDADE BUCAL)		02.01.01.052-6	21,56	34,51	56,07
BIÓPSIA DE PÁLPEBRA		02.01.01.035-6	18,33	9,70	28,03
BIÓPSIA PELE E PARTES MOLES (PELE, TECIDO CELULAR OU GÂNGLIOS SUBCUTÂNEOS, PAREDE ABDOMINAL)		02.01.01.037-2	25,83	19,02	44,85
BIÓPSIA DE PAVILHÃO AURICULAR		02.01.01.036-4	14,66	13,37	28,03
BIÓPSIA/ PUNÇÃO DE TUMORES SUPERFICIAIS DE PELE		02.01.01.002-0	14,10	25,14	39,24
CONSULTA ESPECIALIZADA EM DERMATOLOGIA		03.01.01.007-2	10,00	46,00	56,00
ELETROCOAGULAÇÃO DE LESÃO CUTÂNEA - 05 LESÕES		04.01.01.004-0	11,84	16,19	28,03
EXERESE DE TUMOR DE PELE E ANEXOS / CISTO SEBÁCEO E LIPOMA		04.01.01.007-4	12,46	32,39	44,85
FOTOTERAPIA (SESSÃO - POR SEGMENTO)		03.03.08.010-8	4,00	18,42	22,42

DENSITOMETRIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
DENSITOMETRIA OSSEA DUO-ENERGETICA DE COLUNA (DOIS SEGMENTOS)	02.04.06.002-8	55,10	48,06	103,16

ENDOCRINOLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM ENDOCRINOLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00

FISIATRIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM FISIATRIA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00

FISIOTERAPIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PCTES COM DISFUNÇÕES UROGINECOLÓGICAS	03.02.01.002-5	4,67	6,54	11,21
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS ALTERAÇÕES MOTORAS	03.02.05.002-7	4,67	6,54	11,21
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PCTES NO PRÉ/ PÓS OPERATÓRIO DE NEUROLOGIA	03.02.06.005-7	6,35	7,10	13,45
FISIOTERAPIA GERAL	90107			7,84
ATENDIMENTO FISIOTERAPICO DOMICILIAR	00.00.00.466-2			30,00
EQUOTERAPIA	00.00.00.466-3			25,00

FONOAUDIOLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
TERAPIA INDIVIDUAL	03.01.04.004-4	2,81	19,61	22,42
AUDIOMETRIA TONAL LIMAR (VIA AÉREA/ÓSSEA)	02.11.07.004-1	21,00	2,54	23,54
POTENCIAL EVOCADO PARA TRIAGEM AUDITIVA - BERA	02.11.07.027-0	13,51	168,15	181,66
EMISSÕES OTOACUSTICAS EVOCADAS PARA TRIAGEM AUDITIVA - TESTE ORELHINHA	02.11.07.014-9	13,51	1,64	15,15
GUSTOMETRIA	02.11.07.019-0	1,92	14,90	16,82
IMITANCIOMETRIA	02.11.07.020-3	23,00	2,79	25,79
LOGOAUDIOMETRIA (LDV/IRF/LRF)	02.11.07.021-1	26,25	4,02	30,27
PESQUISA DE PARES CRANIANOS	02.11.07.025-4	1,37	15,45	16,82
PROCESSAMENTO AUDITIVO CENTRAL	02.11.07.034-3	9,36	172,30	181,66

GASTROENTEROLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
BIOPSIA DE ANUS E CANAL ANAL	02.01.01.004-6	18,46	15,18	33,64
CONSULTA ESPECIALIZADA EM GASTROENTEROLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00
COLONOSCOPIA (COLOSCOPIA)	02.09.01.002-9	112,66	223,76	336,42
ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA (EDA) COM TESTE DE UREASE - ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA	02.09.01.003-7	48,16	142,47	190,63
POLIPECTOMIA (ATÉ TRÊS PÓLIPOS)	04.07.01.025-4	29,84	149,58	179,42
RETOSIGMOIDOSCOPIA	02.09.01.005-3	23,13	122,65	145,78
RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DO TUBO DIGESTIVO POR ENDOSCOPIA	04.07.01.024-6	31,26	114,52	145,78

GERIATRIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS	Complemento	Valor Total
------------------	---------------------	------------------	--------------------	--------------------

CIS-AMOSC
COORDENADORIA INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



	R\$	R\$	R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM GERIATRIA	03.01.01.007-2	10,00	55,00
			65,00

	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
GINECOLOGIA E OBSTETRICA				
BIOPSIA DE COLO DO ÚTERO	02.01.01.066-6	18,33	9,70	28,03
CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO BÁSICA	03.01.01.006-4			65,00
COLPOSCOPIA	02.11.04.002-9	3,38	30,26	33,64
CRIOCAUTERIZACAO / ELETROCOAGULACAO DE COLO DE UTERO	03.09.03.004-8	11,26	50,41	61,67

	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
HEMATOLOGIA				
CONSULTA ESPECIALIZADA EM HEMATOLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00

	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
INFECTOLOGIA				
CONSULTA ESPECIALIZADA EM INFECTOLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00

	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
MASTOLOGIA				
CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00

MEDICINA HIPERBÁRICA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
SESSÃO DE OXIGENOTERAPIA HIPERBÁRICA	90158			320,00

NEFROLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM NEFROLOGIA	03.01.01.007-2	R\$ 10,00	55,00	65,00

NEUROLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM NEUROLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00
ELETOENCEFALOGRAFIA EM VIGÍLIA COM OU SEM FOTO ESTÍMULO	02.11.05.002-4	11,34	78,37	89,71
ELETOENCEFALOGRAFIA SONO INDUZIDO COM OU SEM MEDICAMENTO	02.11.05.003-2	25,00	64,71	89,71
ELETRONEUROMIOGRAFIA DE FACE	90034			314,00
ELETRONEUROMIOGRAFIA DE MEMBROS INFERIORES - MI	90042			385,00
ELETRONEUROMIOGRAFIA DE MEMBROS SUPERIORES - MS	90050			385,00
ELETRONEUROMIOGRAFIA DE MEMBROS INFERIORES E SUPERIORES - MI/MS	90069			490,00
TESTE DE ESTIMULAÇÃO REPETITIVA	00.00.00.466-1			320,00

NUTRICIONISTA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
TERAPIA EM NUTRICAÇÃO	03.01.01.004-8	6,30	16,12	22,42

OTORRINOLARINGOLOGIA		COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM OTORRINOLARINGOLOGIA		03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00
BIÓPSIA DE PIRÂMIDE NASAL		02.01.01.039-9	18,33	15,31	33,64
BIÓPSIA DE SEIOS PARANASAIS		02.01.01.044-5	18,33	37,74	56,07
BIÓPSIA DE FARINGE		02.01.01.019-4	19,06	14,58	33,64
DRENAGEM DE ABSCESSO FARÍNGEO		04.04.01.005-9	22,56	11,08	33,64
DRENAGEM DE FURÚNCULO NO CONDUTO AUDITIVO EXTERNO		04.04.01.007-5	14,66	18,98	33,64
INCISÃO E DRENAGEM DE ABSCESSO		04.01.01.010-4	11,84	21,80	33,64
DUCHA DE POLITZER (UNI/BILATERAL)		04.04.01.009-1	11,28	21,80	33,64
INFILTRAÇÃO MEDICAMENTOSA EM CORNETO INFERIOR		04.04.01.015-6	11,28	33,57	44,85
TAMPONAMENTO NASAL ANTERIOR E POSTERIOR		04.04.01.034-2	17,00	39,07	56,07
ELETROGUSTOMETRIA		02.11.07.013-0	1,37	26,66	28,03
VIDEOLARINGOSCOPIA E LARINGOSCOPIA		02.09.04.002-5	47,14	65,00	112,14

OFTALMOLOGIA		COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
OBS: A CONSULTA DE OFTALMOLOGIA PADRÃO INCLUI: GONIOSCOPIA, FUNDOSCOPIA, CHECK-UP DE GLAUCOMA E TONOMETRIA.					
CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA		03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00
BIOMETRIA ULTRASSÔNICA (MONOCULAR)		02.11.06.001-1	24,24	23,98	48,22
BIÓPSIA DE CONJUNTIVA (MONOCULAR)		02.01.01.009-7	31,10	17,12	48,22
BIÓPSIA DE CÓRNEA (MONOCULAR)		02.01.01.011-9	68,62	37,35	105,97



CIS-AMOSC
COORDENADORIA INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



BIÓPSIA DE ESCLERA (MONOCULAR)	02.01.01.018-6	68,62	37,35	105,97
BIÓPSIA DE IRIS E CORPO CILIAR, RETINA CORÓIDE, VÍTREO E TUMOR (MONOCULAR)	02.01.01.024-0	199,21	103,56	302,77
CAMPIMETRIA COMPUTADORIZADA OU MANUAL COM GRÁFICO (MONOCULAR)	02.11.06.003-8	40,00	81,11	121,11
CAPSULOTOMIA A YAG LASER	04.05.05.002-0	78,75	321,25	400,00
CAUTERIZAÇÃO DA Córnea (MONOCULAR)	04.05.05.003-8	19,14	18,70	37,84
CERATOMETRIA (MONOCULAR)	02.11.06.005-4	3,37	44,85	48,22
CICLOCRIOCOAGULAÇÃO/DIATERMIA (MONOCULAR)	04.05.05.004-6	587,51		587,51
CICLODIÁLISE (MONOCULAR)	04.05.05.005-4	453,41	43,14	496,55
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE ASTIGMATISMO SECUNDÁRIO (MONOCULAR)	04.05.05.006-2	19,14	18,70	37,84
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE ENTROPÍO E ECTRÓPIO (MONOCULAR)	04.05.01.001-0	203,74	38,48	242,22
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE EPICANTO E TELECANTO (MONOCULAR)	04.05.01.002-8	278,90		278,90
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE HÉRNIA DE IRIS (MONOCULAR)	04.05.05.007-0	259,20	237,35	496,55
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE LAGOFTALMO (MONOCULAR)	04.05.04.001-6	282,08		282,08
CURVA DIÁRIA DE PRESSÃO OCULAR CDPO (MÍNIMO TRÊS MEDIDAS) (MONOCULAR)	02.11.06.006-2	10,11	6,54	16,65
ELETRO-OCULOGRAFIA (BINOCULAR)	02.11.06.007-0	24,24	22,69	46,93
ELETRORETINOGRAMA (BINOCULAR)	02.11.06.008-9	24,24	22,69	46,93
EPIPLAÇÃO DE CÍLIOS (MONOCULAR)	04.05.01.006-0	22,93	14,91	37,84
EXERESE DE CALAZIO E OUTRAS PEQUENAS LESÕES DE PÁLPEBRA E SUPERCÍLIOS (UNILATERAL)	04.05.01.007-9	78,75		78,75
EXERESE DE TUMOR DE CONJUNTIVA (MONOCULAR)	04.05.05.008-9	82,28	76,67	158,95



CIS-AMOSC
COORDENADORIA INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



FACECTOMIA COM LENTE INTRA-OCULAR (LENTE INCLUIDA NO VALOR) (MONOCULAR)	04.05.05.009-7	531,60	214,74	746,34
FACECTOMIA SEM IMPLANTE DE LENTE INTRA	04.05.05.010-0	483,60	126,44	610,04
OCULAR (INCLUI VITRECTOMIA ANTERIOR QUANDO NECESSÁRIO) (MONOCULAR)				
FACIEMULSIFICAÇÃO COM IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR (LENTE INCLUIDA NO VALOR) (MONOCULAR)	04.05.05.011-9	651,60		651,60
INJEÇÃO RETROBULAR/PERIBULBAR (MONOCULAR)	04.05.04.013-0	22,93	14,91	37,84
IRIDECTOMIA CIRÚRGICA (MONOCULAR)	04.05.05.017-8	297,46	312,58	610,04
MAPEAMENTO DE RETINA (MONOCULAR)	02.11.06.012-7	24,24	22,69	46,93
MICROSCOPIA ESPECULAR DE CÔRNEA (MONOCULAR)	02.11.06.014-3	24,24	22,69	46,93
OCCLUSÃO DE PONTO LACRIMAL (MONOCULAR)	04.05.01.010-9	19,14	18,70	37,84
PAQUIMETRIA ULTRASSÔNICA (MONOCULAR)	02.05.02.002-0	14,81	9,41	24,22
PARACENTESE DE CÂMARA ANTERIOR (MONOCULAR)	04.05.05.020-8	82,28	75,16	157,44
POTENCIAL VISUAL EVOCADO (MONOCULAR)	02.11.06.016-0	24,24	13,60	37,84
RADIAÇÃO PARA CROSS-LINKING CORNEANO	04.05.05.040-2	372,72	877,28	1250,00
RETINOGRRAFIA FLUORESCENTE (BINOCULAR)	02.11.06.018-6	64,00	132,80	196,80
RETINOGRRAFIA COLORIDA (BINOCULAR)	02.11.06.017-8	24,68	13,16	37,84
RETIRADA DE GLOBO OCULAR UNILATERAL PARA TRANSPLANTE (BINOCULAR)	05.03.03.005-8	322,38		322,38
RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA CÂMARA ANTERIOR DO OLHO (MONOCULAR)	04.05.05.024-0	335,72	172,94	508,66
RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA CÔRNEA (MONOCULAR)	04.05.05.025-9	25,00	12,84	37,84



CIS-AMOSC
COORDENADORIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO GOV. DE SANTA CATARINA



SIMBLEFAROPLASTIA (MONOCULAR)	04.05.01.014-1	203,74	29,39	233,13
SONDAGEM DE VIAS LACRIMAIS (BINOCULAR)	04.05.01.016-8	22,93	14,91	37,84
SONDAGEM DE CANAL LACRIMAL COM SEDAÇÃO (BINOCULAR)	04.05.01.015-0	203,73	29,40	233,13
SUTURA DE CONJUNTIVA (MONOCULAR)	04.05.05.029-1	82,28	75,16	157,44
SUTURA DE CÔRNEA (MONOCULAR)	04.05.05.030-5	164,08	85,71	249,79
SUTURA DE ESCLERA (MONOCULAR)	04.05.03.009-6	161,19	84,06	245,25
SUTURA DE PÁLPEBRAS (MONOCULAR)	04.05.01.017-6	143,99	14,96	158,95
TESTE DE ADAPTAÇÃO DE VISÃO SUB-NORMAL	02.11.06.019-4	REVOGADO		37,84
TESTE DE PROVOCAÇÃO DE GLAUCOMA (MONOCULAR)	02.11.06.020-8	6,74	6,88	13,62
TESTE PARA ADAPTAÇÃO DE LENTE DE CONTATO (MONOCULAR)	02.11.06.024-0	12,34	11,88	24,22
TESTE ORTÓPTICO (BINOCULAR)	02.11.06.023-2	12,34	11,88	24,22
TOMOGRAFIA DE COERÊNCIA ÓPTICA - OCT	4.15.01.14-4	0,00		150,00
TOPOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE CÔRNEA - CERATOSCOPIA (BINOCULAR)	02.11.06.026-7	24,24	12,48	36,72
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE BLEFAROCALASE (BINOCULAR)	04.05.01.018-4	95,42	137,71	233,13
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE DEISCÊNCIA DE SUTURA DE ESCLERA (MONOCULAR)	04.05.03.010-0	159,37	82,85	242,22
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE XANTELASMA (MONOCULAR)	04.05.04.019-9	116,42	116,71	233,13
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PTERÍGIO (MONOCULAR)	04.05.05.036-4	209,55	261,43	470,98
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE TRIQUIASE COM OU SEM ENXERTO (MONOCULAR)	04.05.01.019-2	278,90		278,90
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE MÍASE PALPEBRAL (MONOCULAR)	04.05.03.011-8	22,93	14,91	37,84
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE NEOPLASIA DE ESCLERA (MONOCULAR)	04.05.03.012-6	259,20	240,38	499,58

TRATAMENTO DE PTOSE PALPEBRAL (INCLUI TRATAMENTO DE BLEFAROCALASE) E COLOBOMA DE PALPEBRA (MONOCULAR)	04.05.04.020-2	449,44	50,14	499,58
TRABECULECTOMIA (INCLUI A IRIDECTOMIA) (BINOCULAR)	04.05.05.032-1	898,35		898,35
TRANSPLANTE DE CÔRNEA (MONOCULAR)	05.05.01.009-7	2.070,00		2.070,00
VITRECTOMIA ANTERIOR (MONOCULAR)	04.05.03.013-4	381,08	237,76	618,84
ULTRASSONOGRAFIA DE GLOBO OCULAR/ ORBITA (MONOCULAR)	02.05.02.008-9	24,20	7,19	31,39

ONCOLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM ONCOLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00

ORTOPEDIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM ORTOPIEDIA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00
ATENDIMENTO ORTOPÉDICO COM IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA	03.01.06.010-0	13,00	1,57	14,57
AMPUTAÇÃO DE DEDO – POR DEDO	04.08.06.004-2	338,03		338,03
BIÓPSIA DE MEDULA ÓSSEA	02.01.01.027-5	200,00		200,00
BIÓPSIA DE OSSO/ CARTILAGEM DA CINTURA ESCAPULAR (POR AGULHA/ CÉU ABERTO)	02.01.01.030-5	182,75	22,46	205,21
BIÓPSIA DE OSSO DO CRÂNIO E DA FACE	02.01.01.034-8	23,99	16,38	40,37
BIÓPSIA DE OSSO/ CARTILAGEM DE MEMBRO INFERIOR (POR AGULHA/ CÉU ABERTO)	02.01.01.032-1	188,78	23,16	211,94
BIÓPSIA DE OSSO/CARTILAGEM DE MEMBRO SUPERIOR (POR AGULHA/CÉU ABERTO)	02.01.01.033-0	188,26	23,68	211,94



CIS-AMOSC
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



BIÓPSIA DE OSSEO/CARTILAGEM DE CINTURA PÉLVICA (POR AGULHA/CÉU ABERTO)	02.01.01.031-3	183,39	22,94	206,33
BIÓPSIA DE LESÃO DE PARTES MOLES (POR AGULHA/CÉU ABERTO)	02.01.01.026-7	114,36	14,60	128,96
BIÓPSIA DE MÚSCULO	02.01.01.028-3	18,33	2,97	21,30
BURSECTOMIA	04.08.06.008-5	213,63		213,63
FASCIOTOMIA DE MEMBROS SUPERIOR	04.08.02.010-5	200,51		200,51
INFILTRAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS EM CAVIDADE SINOVAL (ARTICULAÇÃO, BAINHA TENDINOSA)	03.03.09.003-0	5,63	3,34	8,97
MANIPULAÇÃO ARTICULAR	04.08.06.015-8	122,01		122,01
TENOMIORRAFIA	04.08.06.045-0	205,91		205,91
PUNÇÃO PARA ESVAZIAMENTO	02.01.01.064-0	13,25	2,44	15,69
RESSECÇÃO DE CISTO SINOVAL	04.08.06.021-2	91,49		91,49
RESSECÇÃO DE EXOSTOSE	04.08.06.022-0	28,42	11,95	40,37
RESSECÇÃO MUSCULAR	04.08.06.030-1	203,29		203,29
RETIRADA DE MATERIAL DE SINTESE ÓSSEO-DENTÁRIA	04.14.02.030-8	REVOGADO		40,37
RETIRADA DE FIO OU PINO INTRAÓSSEO	04.08.06.035-2	151,66		151,66
REVISÃO COM TROCA DE APARELHO GESSADO EM MEMBRO SUPERIOR	03.03.09.009-0	22,21	3,58	25,79
REVISÃO COM TROCA DE APARELHO GESSADO EM MEMBROS INFERIORES	03.03.09.007-3	25,31	4,96	30,27
REVISÃO CIRÚRGICA DE COTO AMPUTAÇÃO EM MEMBRO INFERIOR (EXCETO DEDOS DO PÉ)	04.08.05.033-0	171,94		171,94
REVISÃO CIRÚRGICA DE COTO AMPUTAÇÃO EM MEMBRO SUPERIOR (EXCETO MÃO)	04.08.02.029-6	207,02		207,02
REVISÃO CIRÚRGICA DE COTO AMPUTAÇÃO EM MEMBROS INFERIORES (EXCETO DEDOS DO PÉ)	04.08.05.033-0	207,02		207,02
REVISÃO CIRÚRGICA DE COTO AMPUTAÇÃO DOS DEDOS	04.08.06.042-5	207,02		207,02
REVISÃO E TROCA DE APARELHO GESSADO EM LESÃO DE COLUNA VERTEBRAL	03.03.09.011-1	27,32	14,17	41,49



CIS-AMOSC
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



TENOSSINOECTOMIA EM MEMBRO SUPERIOR	04.08.02.030-0	194,89	194,89
REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA E FRATURA-LUXAÇÃO AO NÍVEL DA CINTURA ESCAPULAR	04.08.01.012-6	44,28	12,91
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE POLIDACTILIA NÃO ARTICULADO	04.08.06.065-4	28,42	11,95
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE RUTURA DO APARELHO EXTENSOR DO DEDO	04.08.06.068-9	28,42	11,95
REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURAS/LESÃO FISÁRIA NO PUNHO	04.08.02.017-2	107,24	107,24
TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA NA CINTURA ESCAPULAR (COM IMOBILIZAÇÃO)	03.03.09.012-0	36,59	4,90
REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO/FRATURA-LUXAÇÃO DE JOELHO	04.08.05.026-8	108,25	108,25
REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA OU LESÃO FISÁRIA DO JOELHO	04.08.05.025-0	112,50	112,50
REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURAS/LESÃO FISÁRIA DO EXTREMO PROXIMAL DE UMEROS	04.08.02.016-4	126,01	126,01
REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO OU FRATURA/LUXAÇÃO ESCÁPULO UMERAL	04.08.01.013-4	165,99	165,99
REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA-LUXAÇÃO DE TORNOZELO	04.08.05.021-7	141,04	141,04
REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA DE OSSOS DO TARSO	04.08.05.024-1	114,44	114,44
REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURAS/LESÃO FISÁRIA DOS METATARSALIANOS	04.08.05.020-9	114,44	114,44
REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO FÊMUR/OIPATELAR	04.08.05.027-6	108,25	108,25
REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO /FRATURA LUXAÇÃO DE COTOVELO	04.08.02.022-9	269,80	269,80
TRATAMENTO DE ARTICULAÇÃO COXO-FEMURAL COM IMOBILIZAÇÃO GESSADA	04.08.04.035-1	REVOGADO	51,58

PEDIATRIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO BÁSICA	03.01.01.006-4	10,00	55,00	65,00

PNEUMOLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
--------------------	--------------	---------------	-----------------	-----------------



CIS-AMOSC
COORDENADORIA INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



CONSULTA ESPECIALIZADA EM PNEUMOLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00
BRONCOSCOPIA (BRONCOFIBROSCOPIA)	02.09.04.001-7	36,02	132,19	168,21
ESPIROGRAFIA COM DETERMINAÇÃO DO VOLUME RESIDUAL	02.11.08.001-2	2,78	64,50	67,28
GASOMETRIA	02.11.08.002-0	2,78	1,70	4,48

PSICOLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
ATENDIMENTO INDIVIDUAL EM PSICOTERAPIA	03.01.08.017-8	2,55		22,42

PSIQUIATRIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA MÉDICA INCLUINDO TERAPIA INDIVIDUAL	90115		100,92	100,92

PROCTOLOGISTA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM PROCTOLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00
COLONOSCOPIA (COLOSCOPIA)	02.09.01.002-9	112,66	223,76	336,42
RETIRADA DE PÓLIPO DE TUBO DIGESTIVO POR ENDOSCOPIA - POLIPECTOMIA (ATÉ TRÊS PÓLIPOS)	04.07.01.025-4	29,84	149,58	179,42
RETOSIGMOIDOSCOPIA	02.09.01.005-3	23,13	122,65	145,78
BIÓPSIA DE ANUS E CANAL ANAL	02.01.01.004-6	18,46	15,18	33,64

RADIOLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
MAMOGRAFIA UNILATERAL	02.04.03.003-0	22,50	13,94	36,44



CIS-AMOSC
COORDENADORIA INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



MAMOGRAFIA BILATERAL PARA RASTREAMENTO		02.04.03.018-8	45,00	27,89	72,89
RADIOGRAFIA CAVUM (LATERAL +HIRTZ)		02.04.01.006-3	6,88	8,81	15,69
RADIOGRAFIA ABDÔMEN AGUDO (MÍNIMO DE 3 INCIDÊNCIAS)		02.04.05.012-0	15,30	9,37	24,67
RADIOGRAFIA DE ABDÔMEN SIMPLES (AP)		02.04.05.013-8	10,73	6,09	16,82
RADIOGRAFIA DE ABDÔMEN (AP+LATERAL/LOCALIZADA)		02.04.05.011-1	10,73	13,94	24,67
RADIOGRAFIA DE ANTEBRAÇO		02.04.04.001-9	6,42	10,40	16,82
RADIOGRAFIA ARCADA ZIGOMÁTICA MALAR (AP+OBLÍQUAS)		02.04.01.004-7	6,96	8,73	15,69
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO COXO-FEMORAL		02.04.06.006-0	7,77	12,41	20,18
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ESCÁPULO-UMERAL		02.04.04.003-5	7,40	11,66	19,06
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ESTERNO CLAVICULAR		02.04.04.004-3	7,40	11,66	19,06
RADIOGRAFIA DE CORAÇÃO E VASOS DA BASE (PA+LATERAL+OBLÍQUA)		02.04.03.005-6	14,32	12,59	26,91
RADIOGRAFIA DE COSTELAS (POR HEMITÓRAX)		02.04.03.007-2	8,37	10,69	19,06
RADIOGRAFIA DE COTOVELO		02.04.04.007-8	5,90	10,92	16,82
RADIOGRAFIA DE COXA		02.04.06.011-7	8,94	11,24	20,18
RADIOGRAFIA DE CRÂNIO (PA+LATERAL+OBLÍQUA/BRETTON+HIRTZ)		02.04.01.007-1	9,15	12,15	21,30
RADIOGRAFIA DE CRÂNIO (PA+LATERAL)		02.04.01.008-0	7,52	8,17	15,69
RADIOGRAFIA DE ESÔFAGO		02.04.03.008-0	19,24	14,40	33,64
ESCANOMETRIA		02.04.06.003-6	7,77	14,65	22,42
DUODENOGRAFIA HIPOTÔNICA		02.04.05.004-9	34,52	24,91	59,43
RADIOGRAFIA DO ESTERNO		02.04.03.009-9	7,98	11,08	19,06
RADIOGRAFIA DE ESTÔMAGO E DUODENO		02.04.05.014-6	35,22	19,72	54,94
RADIOGRAFIA DE JOELHO (AP+ LATERAL)		02.04.06.012-5	6,78	10,04	16,82
RADIOGRAFIA DE JOELHO OU PATELA (AP+LATERAL+AXIAL)		02.04.06.013-3	7,16	9,66	16,82
RADIOGRAFIA DE LARINGE		02.04.01.009-8	5,74	8,83	14,57
RADIOGRAFIA DE REGIÃO ORBITÁRIA (LOCALIZAÇÃO DE CORPO ESTRANHO)		02.04.01.013-6	7,98	14,44	22,42



CIS-AMOSC
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



RADIOGRAFIA DE MÃO	02.04.04.009-4	6,30	10,52	16,82
RADIOGRAFIA DE MÃO E PUNHO (P/DETERMINAÇÃO DE IDADE ÓSSEA)	02.04.04.010-8	6,00	10,82	16,82
RADIOGRAFIA DE MASTÓIDE/ROCHEDOS (BILATERAL)	02.04.01.010-1	9,03	12,27	21,30
RADIOGRAFIA DE MAXILAR (PA + OBLÍQUA)	02.04.01.011-0	7,20	8,49	15,69
RADIOGRAFIA DE MADIÁSTINO (PA+PERFIL)	02.04.03.010-2	8,73	10,33	19,06
RADIOGRAFIA DE ESCAPUL/OMBRO (3 POSIÇÕES)	02.04.04.011-6	7,98	11,08	19,06
RADIOGRAFIA BILATERAL DE ÓRBITAS (PA+OBLÍQUAS+HIRTZ)	02.04.01.003-9	8,38	12,92	21,30
RADIOGRAFIA DE OSSOS DA FACE (MN+LATERAL+HIRTZ)	02.04.01.012-8	8,38	12,92	21,30
RADIOGRAFIA DE PÉ/DEDO DO PÉ	02.04.06.015-0	6,78	10,04	16,82
RADIOGRAFIA DE PERNA	02.04.06.016-8	8,94	11,24	20,18
RADIOGRAFIA DE PUNHO (AP+LATERAL+OBLÍQUA)	02.04.04.012-4	6,91	9,91	16,82
RADIOGRAFIA DE DEDOS DA MÃO	02.04.04.008-6	5,62	11,20	16,82
RADIOGRAFIA DE REGIÃO SACRO-COCCÍGEA	02.04.02.012-3	7,80	12,38	20,18
RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE (FN+MN+LATERAL+HIRTZ)	02.04.01.014-4	7,32	8,37	15,69
RADIOGRAFIA DE SELA TURSICA (PA+LATERAL+ BRETTON)	02.04.01.015-2	7,20	8,49	15,69
RADIOGRAFIA DE TÓRAX (PA+INSPIRAÇÃO+EXPIRAÇÃO+LATERAL)	02.04.03.013-7	14,32	12,59	26,91
RADIOGRAFIA DE TÓRAX (PA+LATERAL+OBLÍQUA)	02.04.03.014-5	12,02	10,40	22,42
RADIOGRAFIA DE TÓRAX ÁPICO-LORDÓTICA	02.04.03.012-9	5,56	9,01	14,57
RADIOGRAFIA DE TÓRAX (PA)	02.04.03.017-0	6,88	7,69	14,57
RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR	02.04.02.010-7	9,73	13,81	23,54
RADIOGRAFIA DE INTESTINO DELGADO (TRÂNSITO)	02.04.05.015-4	47,59	14,08	61,67
RADIOGRAFIA DE TÓRAX (PA E PERFIL)	02.04.03.015-3	9,50	9,56	19,06
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ESTERNO CLAVICULAR	02.04.04.004-3	7,40	11,62	19,02
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO SACRO-ILÍACA	02.04.06.007-9	7,77	12,41	20,18
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO TÍBIO-TÁRSICA	02.04.06.008-7	6,50	10,32	16,82



CIS-AMOSC
COORDENADORIA INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO TEMPORO-MANDIBULAR BILATERAL	02.04.01.005-5	8,38	12,92	21,30
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ACRÔMIO CLAVICULAR	02.04.04.002-7	7,40	11,66	19,06
RADIOGRAFIA DE BACIA	02.04.06.009-5	7,77	12,41	20,18
RADIOGRAFIA DE BRAÇO	02.04.04.005-1	7,77	11,29	19,06
RADIOGRAFIA DE CALCÂNEO	02.04.06.010-9	6,50	10,32	16,82
RADIOGRAFIA DE CLAVÍCULA	02.04.04.006-0	7,40	9,42	16,82
CLISTER OPACO COM DUPLO CONTRASTE	02.04.05.001-4	47,76	22,88	70,64
COLANGIOGRAFIA PÓS-OPERATÓRIA	02.04.05.003-0	32,61	23,46	56,07
RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO SACRA	02.04.02.006-9	10,96	12,58	23,54
RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP+LATERAL+TO/FLEXÃO)	02.04.02.004-2	8,19	11,99	20,18
RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP+LATERAL+TO+OBLÍQUAS)	02.04.02.003-4	8,33	11,85	20,18
RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL FUNCIONAL/DINÂMICA	02.04.02.005-0	10,29	9,89	20,18
RADIOGRAFIA DE COLUNA TORÁCICA (AP+LATERAL)	02.04.02.009-3	9,16	11,02	20,18
RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR DINÂMICA	02.04.02.011-5	15,58	13,57	29,15
UROGRAFIA VENOSA (EXCRETORA)	02.04.05.018-9	57,40	35,67	93,07

RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
ANGIORESSONANCIA CEREBRAL	02.07.01.001-3	268,75		268,75
ANGIORESSONANCIA DE CRÂNIO/ PESCOÇO - ARTERIAL OU VENOSA	00.00.00.466-7			420,00
ANGIORESSONANCIA DE TORAX - ARTERIAL OU VENOSA	00.00.00.466-8			420,00
ANGIORESSONANCIA DE ABDOMEN/PELVE - ARTERIAL OU VENOSA	00.00.00.466-9			420,00
CONTRASTE PARA ANGIORESSONÂNCIA	00.00.00.467-8			100,00
RM MEMBROS SUPERIORES (UNILATERAL)	02.07.02.002-7	268,75		268,75
RM MEMBROS INFERIORES (UNILATERAL)	02.07.03.003-0	268,75		268,75



CIS-AMOSC
COORDENADORIA INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



RM COLUNA LOMBO SACRA	02.07.01.004-8	268,75	268,75	268,75
RM DE COLUNA TORÁCICA	02.07.01.005-6	268,75	268,75	268,75
RM DE COLUNA CERVICAL/PESCOÇO	02.07.01.003-0	268,75	268,75	268,75
RM DE ARTICULAÇÃO TEMPORO-MANDIBULAR (BILATERAL)	02.07.01.002-1	268,75	268,75	268,75
RM DE BACIA/PELVE/ABDOMEN INFERIOR	02.07.03.002-2	268,75	268,75	268,75
RM DE SELA TÚRCICA	02.07.01.007-2	268,75	268,75	268,75
RM CRÂNIO	02.07.01.006-4	268,75	268,75	268,75
RM VIAS BILIARES/COLANGIORRESSONANCIA	02.07.03.004-9	268,75	268,75	268,75
RM DE ABDÔMEN SUPERIOR	02.07.03.001-4	268,75	268,75	268,75
RM DE BOCA	00.00.00.467-0			268,75
RM DE ORBITAS	00.00.00.467-1			268,75
RM DE FACE	00.00.00.467-2			268,75
RM DE OUVIDO	00.00.00.467-3			268,75
RM DE TÓRAX	02.07.02.003-5	268,75	268,75	268,75
CONTRASTE PARA RESSONÂNCIA	90085			75,00
SEDAÇÃO PARA RESSONÂNCIA	90182			150,00

TOMOGRAFIAS	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
TC DE CRÂNIO (INCLUI REGIÃO MASTEOIDEA)	02.06.01.007-9	97,44	42,56	140,00
TC DE SELA TÚRCICA	02.06.01.006-0	97,44	42,56	140,00
TC DE COLUNA TORÁCICA	02.06.01.003-6	86,76	53,24	140,00
TC DE COLUNA LOMBO SACRA	02.06.01.002-8	101,10	38,90	140,00
TC DE COLUNA CERVICAL	02.06.01.001-0	86,76	53,24	140,00

CIS-AMOSC
COORDENADORIA INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



TC DE ARTICULAÇÃO DE Membros INFERIORES	TC DE ARTICULAÇÃO DE Membros INFERIORES	TC DE ARTICULAÇÃO DE Membros INFERIORES	TC DE ARTICULAÇÃO DE Membros INFERIORES	TC DE ARTICULAÇÃO DE Membros INFERIORES	TC DE ARTICULAÇÃO DE Membros INFERIORES
CLAVICULAR/OMBRO/COTOVELO E PUNHO)	02.06.02.001-5	86,75	53,25	140,00	
TC DE ARTICULAÇÃO DE Membros INFERIORES	02.06.03.002-9	86,75	53,25	140,00	
TC DE FACE/SEIOS DA FACE/ARTICULAÇÕES TEMPORO MANDIBULARES	02.06.01.004-4	86,75	53,25	140,00	
TC DE ABDÔMEN SUPERIOR	02.06.03.001-0	138,63	1,37	140,00	
TC DE ABDÔMEN TOTAL	90018,00		280,00	280,00	
TC DE TÓRAX	02.06.02.003-1	136,41	3,59	140,00	
TC DE PESCOÇO	02.06.01.005-2	86,75	53,25	140,00	
TC DE Pelve/BACIA/ABDOMEN INFERIOR	02.06.03.003-7	138,63	1,37	140,00	
TC DE SEGMENTOS APENDICULARES (BRAÇO, ANTEBRAÇO, MÃO, COXA, PERNA, PÉ)	02.06.02.002-3	86,75	53,25	140,00	
ANGIOTOMOGRAFIA CRÂNIO E VERTEBRAIS	00.00.00.467-4			420,00	
ANGIOTOMOGRAFIA CAROTIDAS/ AORTA TORÁCICA/ AORTA ABDOMINAL E ILÍACAS/ ARTERIAS ILÍACAS	00.00.00.467-5			420,00	
ANGIOTOMOGRAFIA MEMBROS INFERIORES	00.00.00.467-6			420,00	
UROTOMOGRAFIA	00.00.00.467-7			280,00	
CONTRASTE PARA ANGIOTOMOGRAFIA	00.00.00.467-9			100,00	
CONTRASTE PARA TC	90379		70,00	70,00	

ULTRASSONOGRAFIAS	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN SUPERIOR (FÍGADO, VESÍCULA, VIAS BILIARES)	02.05.02.003-8	24,20	21,77	45,97
ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN TOTAL	02.05.02.004-6	37,95	30,45	68,40
ULTRASSONOGRAFIA DE APARELHO URINÁRIO	02.05.02.005-4	24,20	21,77	45,97
ULTRASSONOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO	02.05.02.006-2	24,20	21,77	45,97
ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	02.05.02.007-0	24,20	21,77	45,97



CIS-AMOSC
COORDENADORIA INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



UL TRASSONOGRAFIA DE GLOBO OCULAR/ORBITA (MONOCULAR)	02.05.02.008-9	24,20	7,19	31,39
UL TRASSONOGRAFIA DE MAMÁRIA BILATERAL	02.05.02.009-7	24,20	15,04	39,24
UL TRASSONOGRAFIA DE PRÓSTATA POR VIA ABDOMINAL	02.05.02.010-0	24,20	20,65	44,85
UL TRASSONOGRAFIA DE PRÓSTATA VIA TRANSRETAL	02.05.02.011-9	24,20	31,87	56,07
UL TRASSONOGRAFIA DE TIREÓIDE	02.05.02.012-7	24,20	15,04	39,24
UL TRASSONOGRAFIA DE OBSTÉTRICA	02.05.02.014-3	24,20	11,68	35,88
UL TRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA C/DOPPLER COLORIDO E PULSADO	02.05.02.015-1	39,60	72,54	112,14
UL TRASSONOGRAFIA PÉLVICA (GINECOLÓGICA)	02.05.02.016-0	24,20	13,92	38,12
UL TRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA MORFOLÓGICA	90026		112,14	112,14
UL TRASSONOGRAFIA TRANSFONTANELA	02.05.02.017-8	24,20	87,94	112,14
UL TRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL	02.05.02.018-6	24,20	20,65	44,85
UL TRASSONOGRAFIA DE PARTES MOLES	90123		95,31	95,31
ECODOPPLER ORGAOS OU ESTRUTURAS SUPERFICIAIS	90302		180,00	180,00

UROLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM UROLOGIA	03.01.01.007-2	10,00	55,00	65,00
AValiação URODINAMICA COMPLETA	02.11.09.001-8	7,62	306,37	313,99
CISTOMETRIA SIMPLS (CISTOSCOPIA)	02.11.09.004-2	8,82	271,53	280,35
BIÓPSIA DE PRÓSTATA	02.01.01.041-0	92,38	187,97	280,35

PRÓTESES AUDITIVAS	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
ACOMPANHAMENTO (30 DIAS E ANUAL)	03.01.07.003-2	21,68		21,68
AUDIOMETRIA DE CAMPO LIVRE	02.11.07.003-3	20,13		20,13



CIS-AMOSC
COORDENADORIA INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



PESQUISA DE GANHOS DE INSERÇÃO		02.11.07.024-6	12,00	12,00
SELEÇÃO E VERIFICAÇÃO DE AASI		02.11.07.031-9	8,75	8,75
APARELHO DE AMPLIFICAÇÃO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO DE CONDUÇÃO OSSEA CONVENCIONAL TIPO A		07.01.03.001-1	500,00	500,00
APARELHO DE AMPLIFICAÇÃO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO DE CONDUÇÃO OSSEA RETROAURICULAR TIPO A		07.01.03.002-0	500,00	500,00
APARELHO DE AMPLIFICAÇÃO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO INTRA-AURICULAR TIPO A		07.01.03.003-8	525,00	525,00
APARELHO DE AMPLIFICAÇÃO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO INTRA-AURICULAR TIPO B		07.01.03.004-6	700,00	700,00
APARELHO DE AMPLIFICAÇÃO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO INTRA-AURICULAR TIPO C		07.01.03.005-4	1100,00	1100,00
APARELHO DE AMPLIFICAÇÃO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO INTRACANAL TIPO A		07.01.03.006-02	525,00	525,00
APARELHO DE AMPLIFICAÇÃO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO INTRACANAL TIPO B		07.01.03.007-0	700,00	700,00
APARELHO DE AMPLIFICAÇÃO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO INTRACANAL TIPO C		07.01.03.008-9	1.100,00	1100,00
APARELHO DE AMPLIFICAÇÃO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO MICROCANAL TIPO A		07.01.03.009-7	525,00	525,00
APARELHO DE AMPLIFICAÇÃO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO MICROCANAL TIPO B		07.01.03.010-0	700,00	700,00
APARELHO DE AMPLIFICAÇÃO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO MICROCANAL TIPO C		07.01.03.011-9	1100,00	1100,00
APARELHO DE AMPLIFICAÇÃO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO RETRO-AURICULAR TIPO A		07.01.03.012-7	525,00	525,00
APARELHO DE AMPLIFICAÇÃO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO RETRO-AURICULAR TIPO B		07.01.03.013-5	700,00	700,00
APARELHO DE AMPLIFICAÇÃO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO RETRO-AURICULAR TIPO C		07.01.03.014-3	1100,00	1100,00



CIS-AMOSC
COORDENADORIA INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



MOLDE AURICULAR (REPOSICAO)		07.01.03.015-1	8,75	8,75
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO DE CONDUÇÃO OSSEA CONVENCIONAL TIPO A		07.01.03.016-0	500,00	500,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO DE CONDUÇÃO OSSEA RETROAURICULAR TIPO A		07.01.03.017-8	500,00	500,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO INTRA AURICULAR TIPO A		07.01.03.018-6	525,00	525,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO INTRA AURICULAR TIPO B		07.01.03.019-4	700,00	700,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO INTRA AURICULAR TIPO C		07.01.03.020-8	1100,00	1100,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO INTRA CANAL TIPO A		07.01.03.021-6	525,00	525,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO INTRA AURICULAR TIPO B		07.01.03.022-4	700,00	700,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO INTRA AURICULAR TIPO C		07.01.03.023-2	1100,00	1100,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO MICRO CANAL TIPO A		07.01.03.024-0	525,00	525,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO MICRO CANAL TIPO B		07.01.03.025-8		700,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO MICRO CANAL TIPO C		07.01.03.026-7	1100,00	1100,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO RETROAURICULAR TIPO A		07.01.03.027-5	525,00	525,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO RETROAURICULAR TIPO B		07.01.03.028-3	700,00	700,00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO RETROAURICULAR TIPO C		07.01.03.029-1	1.100,00	1100,00
MANUTENÇÃO/ ADAPTAÇÃO DE OPM AUDITIVA		07.01.03.030-5		0,00
SISTEMA DE FREQUENCIA MODULADA PESSOAL		07.01.03.032-1	4500,00	4500,00

PRÓTESES OCULARES	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
PRÓTESES OCULARES	07.01.04.00-68	238,03		750,00



CIS-AMOSC
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS				
	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA PRE-CIRURGICA	00.00.01.009-8	10,00	80,00	90,00
	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
ANESTESIA GERAL	04.17.01.004-4	84,00	216,00	300,00

	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CIRURGIA GERAL				
HEMORROIDECTOMIA	04.07.02.028-4	124,84	375,16	500,00
COLECISTECTOMIA	04.07.03.002-6	248,61	251,39	500,00
COLECISTECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA	04.07.03.003-4	171,78	628,22	800,00
HERNIOPLASTIA UMBILICAL	04.07.04.012-9	136,44	363,56	500,00
HERNIOPLASTIA RECIDIVANTE	04.07.04.011-0	137,40	362,6	500,00
HERNIOPLASTIA INGUINAL / CRURAL (UNILATERAL)	407040102	146,96	353,04	500,00
HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL)	04.07.04.009-9	146,99	353,01	500,00
HERNIOPLASTIA INCISIONAL	04.07.04.008-0	147,69	352,31	500,00
HERNIOPLASTIA EPIGASTRICA	04.07.04.006-4	150,08	349,92	500,00
EXERESE DE CISTO SACRO-COCCIGEO	04.01.02.008-8	55,29	444,71	500,00
EXTIRPAÇÃO E SUPRESSÃO DE LESÃO DE PELE E DE TECIDO CELULAR SUBCUTANEO	04.01.02.010-0	60,83	439,17	500,00
FISTULECTOMIA / FISTULOTOMIA ANAL	04.07.02.027-6	80,65	419,35	500,00

CIRURGIA PEDIATRICA				
	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
TRATAMENTO CIRURGICO DE HIPOCELE	00.00.00.469-2	75,12	924,88	1000,00
HERNIORRAFIA INGUINAL PEDIATRICA	00.00.00.468-9	146,99	853,01	1000,00
HERNIORRAFIA INCISIONAL/HERNIOPLASTIA PEDIATRICA	00.00.00.469-0	147,69	852,31	1000,00
POSTECTOMIA PEDIATRICA	00.00.00.469-1	121,40	878,60	1000,00
CORRECAO DE HIPOSPADIA	04.09.05.003-2	148,62	851,38	1000,00
LIBERACAO/ PLASTIA DE PREPUCIO	04.09.05.005-9	13,54	986,48	1000,00
CIRURGIAS PEDIATRICAS DE GRANDE PORTE	04.07.00.000-0			1000,00

ORTOPEDIA				
	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
TRATAMENTO DAS LESÕES OSTEO-CONDRAIS POR FIXAÇÃO OU MOSAICOPLASTIA JOELHO/TORNOZELO	04.08.05.092-6	283,43	716,57	1000,00
EXPLORAÇÃO ARTICULAR C/ OU S/ SINOVECTOMIA DE MÉDIAS / GRANDES ARTICULAÇÕES	04.08.06.012-3	105,51	894,49	1000,00
TRATAMENTO CIRURGICO DE SINDROME COMPRESSIVA EM TUNEL OSTEO-FIBROSO AO NIVEL DO CARPO	04.03.02.012-3	202,44	797,56	1000,00
TRATAMENTO CIRURGICO DE DEDO EM GATILHO	04.08.02.032-6	91,19	908,81	1000,00
TENOSINOVECTOMIA EM MEMBRO SUPERIOR	04.08.02.030-0	87,13	912,87	1000,00
TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PERDA OSSEA DO ANTEBRAÇO	04.08.02.056-3	148,18	851,82	1000,00
ARTROPLASTIA TOTAL PRIMÁRIA DO QUADRIL CIMENTADA	04.08.04.008-4	291,52	708,58	1000,00
RECONSTRUÇÃO LIGAMENTAR INTRA-ARTICULAR DO JOELHO (CRUZADO POSTERIOR C/ OU S/ ANTERIOR)	04.08.05.017-9	332,03	667,97	1000,00

RECONSTRUÇÃO LIGAMENTAR INTRA-ARTICULAR DO JOELHO (CRUZADO ANTERIOR)	04.08.05.016-0	332,03	667,97	1000,00
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE HALUX VALGUS C/ OSTEOTOMIA DO PRIMEIRO OSSO METATARSIANO	04.08.05.065-9	171,29	828,71	1000,00
RESSECÇÃO DE CISTO SINOVIAL	04.08.06.021-2	39,09	960,91	1000,00
OSTEOTOMIA DE OSSOS LONGOS EXCETO DA MÃO E DO PÉ	04.08.06.019-0	185,10	814,90	1000,00
OSTEOTOMIA DE OSSOS DA MÃO E/OU DO PÉ	04.08.06.018-2	119,50	880,50	1000,00
MANIPULAÇÃO ARTICULAR	04.08.06.015-8	54,79	945,21	1000,00
FASCIECTOMIA	04.08.06.014-0	95,66	904,34	1000,00
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE ROTURA DO MENISCO COM MENISCECTOMIA PARCIAL / TOTAL	04.08.05.089-6	119,23	880,77	1000,00
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE ROTURA DE MENISCO COM SUTURA MENISCAL UNI / BICOMPARTIMENTAL	04.08.05.088-8	143,22	856,78	1000,00
TENÓLISE	04.08.06.044-1	81,90	918,10	1000,00
RETIRADA DE PLACA E/OU PARAFUSOS	04.08.06.037-9	61,56	938,44	1000,00
RETIRADA DE FIO OU PINO INTRA-ÓSSEO	04.08.06.035-2	55,96	944,04	1000,00
RESSECÇÃO SIMPLES DE TUMOR ÓSSEO / DE PARTES MOLES	04.08.06.031-0	117,90	882,10	1000,00
REPARO DE ROTURA DO MANGUITO ROTADOR (INCLUI PROCEDIMENTOS DESCOMPRESSIVOS)	04.08.01.014-2	133,28	866,72	1000,00
CIRURGIA DE ORTOPEDIA DE GRANDE PORTE COM OU SEM COLOCAÇÃO DE PRÓTESE	00.00.00.465-9			1000,00
LAMINA DE SCHAEFER	00.00.00.466-0			300,00

VASCULAR	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE VARIZES UNILATERAL	04.06.02.057-4	301,73	348,27	650,00
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE VARIZES BILATERAL	04.06.02.056-6	400,40	699,60	1100,00

ECODOPPLER UNILATERAL	90280		180,00	180,00
ECODOPPLER BILATERAL	90298		300,00	300,00
ECODOPPLER DE CARÓTIAS	90301		350,00	350,00
BOTA DE UNNA COM AVALIAÇÃO MÉDICA	20104340		135,00	135,00
TRATAMENTO ESCLEROSANTE NÃO ESTÉTICO DE VARIZES DOS MEMBROS INFERIORES (UNILATERAL)	03.09.07.001-5	300,78	299,22	600,00
TRATAMENTO ESCLEROSANTE NÃO ESTÉTICO DE VARIZES DOS MEMBROS INFERIORES (BILATERAL)	03.09.07.002-3	392,62	807,38	1200,00

OTORRINOLARINGOLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
AMIGDALECTOMIA C/ ADENOIDECTOMIA	04.04.01.003-2	183,91	416,09	600,00
AMIGDALECTOMIA	04.04.01.002-4	157,65	342,35	500,00
ADENOIDECTOMIA	04.04.01.001-6	179,05	320,95	500,00
SEPTOPLASTIA PARA CORREÇÃO DE DESVIO	04.04.01.048-2	75,87	524,13	600,00
TURBINECTOMIA	04.04.01.041-5	132,01	367,99	500,00

UROLOGIA/NEFROLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CAUTERIZAÇÃO QUÍMICA OU ELETROCAUTERIZAÇÃO OU CRIOCAUTERIZAÇÃO DE CONDILOMA (POR GRUPO DE ATÉ 5 LESÕES)	3.13.01.03-7			350,00
CISTOLITOTOMIA	04.09.01.006-5	160,06	189,94	350,00
CISTOSTOMIA CIRÚRGICA	04.09.01.009-0	139,60	210,40	350,00
DOENÇA DE PEYRONIE - TRATAMENTO CIRÚRGICO	3.12.06.04-2			350,00
EPIDIDIMECTOMIA UNILATERAL	3.12.04.03-1			350,00
EXERESE DE CISTO UNILATERAL	3.12.04.06-6			350,00

CIS-AMOSC
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



MEATOPLASTIA	3.11.04.13-4			350,00
ORQUIDOPEXIA UNILATERAL	04.09.04.013-4	136,16	213,84	350,00
ORQUIECTOMIA UNILATERAL	04.09.04.016-9	136,16	213,84	350,00
ORQUIECTOMIA INTRA ABDOMINAL LAPAROSCÓPICA UNILATERAL	3.12.03.14-0			350,00
POSTECTOMIA	04.09.05.008-3	121,40	228,60	350,00
VASECTOMIA	04.09.04.024-0	173,15	176,85	350,00
TRATAMENTO CIRURGICO DE VARICOCELE	04.09.04.023-1	84,32	265,68	350,00
TRATAMENTO CIRURGICO DE HIDROCELE	04.09.04.021-5	75,12	274,88	350,00
URETRECTOMIA TOTAL	3.11.04.24-0			550,00
URETROPLASTIA ANTERIOR	3.11.04.19-3			550,00
URETROPLASTIA POSTERIOR	3.11.04.20-7			550,00
URETROTOMIA INTERNA	04.09.02.017-6	83,53	466,47	550,00
DILATAÇÃO DE URETRA	03.09.03.005-6	1,52	548,48	550,00
PROSTATECTOMIA SUPRA PUBICA	04.09.03.002-3	426,47	73,53	550,00
PROSTATECTOMIA A CÉU ABERTO	3.12.01.12-1			750,00
NEFRECTOMIA PARCIAL	04.09.01.020-0	194,80	555,20	750,00
NEFRECTOMIA TOTAL	04.09.01.021-9	197,74	552,26	750,00
NEFROURETERECTOMIA RADICAL	04.09.01.030-8	183,28	566,72	750,00
PIELOTOTOMIA	04.09.01.031-6	183,36	566,64	750,00
URETEROLITOTOMIA	04.09.01.056-1	176,45	573,55	750,00

CIRURGIAS MÚLTIPLAS



CIS-AMOSC
COORDENADORIA INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



TRATAMENTO C/ CIRURGIAS MÚLTIPLAS

	04.15.01.001-2			1547,65
CIRURGIAS ELETIVAS – VALORES COMPLEMENTAÇÃO				
COMPLEMENTAÇÃO PARA CIRURGIA ELETIVA COM AIH DE CAMPANHA	9900012			400,00
COMPLEMENTAÇÃO PARA CIRURGIA ELETIVA COM AIH SISREG	9900020			800,00

ANÁLISES CLÍNICAS

	COD. SIA/SUS	COD. SIA/SUS	COD. SIA/SUS	COD. SIA/SUS
CLEARANCE OSMOLAR	02.02.01.0.01-5	3,51		3,51
DETERMINAÇÃO DE CAPACIDADE DE FIXAÇÃO DO FERRO	02.02.01.002-3	2,01		2,01
DETERMINAÇÃO DE CROMATOGRAFIA DE AMINOÁCIDOS	02.02.01.003-1	15,65		15,65
DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA (DUAS DOSAGENS)	02.02.01.004-0	3,63		3,63
DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA C/ INDUÇÃO POR CORTISONA (CINCO DOSAGENS)	02.02.01.005-8	6,55		6,55
DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA C/ INDUÇÃO POR CORTISONA (QUATRO DOSAGENS)	02.02.01.006-6	3,68		3,68
DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA CLÁSSICA (CINCO DOSAGENS)	02.02.01.007-4	10,00		10,00
DETERMINAÇÃO DE OSMOLARIDADE	02.02.01.008-2	3,51		3,51
DOSAGEM DE 5-NUCLEOTÍDASE	02.02.01.009-0	3,51		3,51
DOSAGEM DE ACETONA	02.02.01.010-4	1,85		1,85
DOSAGEM DE ÁCIDO ASCÓRBICO	02.02.01.011-2	2,01		2,01
DOSAGEM DE ÁCIDO ÚRICO	02.02.01.012-0	1,85		1,85
DOSAGEM DE ÁCIDO VANILMANDELÍCO	02.02.01.013-9	9,00		9,00
DOSAGEM DE ALDOLASE	02.02.01.014-7	3,68		3,68



CIS-AMOSC
COORDENADORIA INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



DOSAGEM DE ALFA-1-ANTITRIPSINA	02.02.01.015-5	3,68	3,68	3,68
DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEINA ACIDA	02.02.01.016-3	3,68	3,68	3,68
DOSAGEM DE ALFA-2-MACROGLOBULINA	02.02.01.017-1	3,68	3,68	3,68
DOSAGEM DE AMILASE	02.02.01.018-0	2,25	2,25	2,25
DOSAGEM DE AMONIA	02.02.01.019-8	3,51	3,51	3,51
DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	02.02.01.020-1	2,01	2,01	2,01
DOSAGEM DE CALCIO	02.02.01.021-0	1,85	1,85	1,85
DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL	02.02.01.022-8	3,51	3,51	3,51
DOSAGEM DE CAROTENO	02.02.01.023-6	2,01	2,01	2,01
DOSAGEM DE CERULOPLASMINA	02.02.01.025-2	3,68	3,68	3,68
DOSAGEM DE CLORETO	02.02.01.026-0	1,85	1,85	1,85
DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	02.02.01.027-9	3,51	3,51	3,51
DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	02.02.01.028-7	3,51	3,51	3,51
DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	02.02.01.029-5	1,85	1,85	1,85
DOSAGEM DE COLINESTERASE	02.02.01.030-9	3,68	3,68	3,68
DOSAGEM DE CREATININA	02.02.01.031-7	1,85	1,85	1,85
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	02.02.01.032-5	3,68	3,68	3,68
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	02.02.01.033-3	4,12	4,12	4,12
DOSAGEM DE DESIDROGENASE ALFA-HIDROXIBUTIRICA	02.02.01.034-1	3,51	3,51	3,51
DOSAGEM DE DESIDROGENASE GLUTAMICA	02.02.01.035-0	3,51	3,51	3,51
DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA	02.02.01.036-8	3,68	3,68	3,68
DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA (ISOENZIMAS FRACIONADAS)	02.02.01.037-6	3,68	3,68	3,68
DOSAGEM DE FERRITINA	02.02.01.038-4	15,59	15,59	15,59
DOSAGEM DE FERRO SERICO	02.02.01.039-2	3,51	3,51	3,51



CIS-AMOSC
COORDENADORIA INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



DOSAGEM DE FOLATO	02.02.01.040-6	15,65	15,65
DOSAGEM DE FOSFATASE ACIDA TOTAL	02.02.01.041-4	2,01	2,01
DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	02.02.01.042-2	2,01	2,01
DOSAGEM DE FOSFORO	02.02.01.043-0	1,85	1,85
DOSAGEM DE FRACAO PROSTATICA DA FOSFATASE ACIDA	02.02.01.044-9	2,01	2,01
DOSAGEM DE GALACTOSE	02.02.01.045-7	3,51	3,51
DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	02.02.01.046-5	3,51	3,51
DOSAGEM DE GLICOSE	02.02.01.047-3	1,85	1,85
DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDROGENASE	02.02.01.048-1	3,68	3,68
DOSAGEM DE HAPTOGLOBINA	02.02.01.049-0	3,68	3,68
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	02.02.01.050-3	7,86	7,86
DOSAGEM DE HIDROXIPROLINA	02.02.01.051-1	3,68	3,68
DOSAGEM DE ISOMERASE-FOSFOHEXOSE	02.02.01.052-0	3,51	3,51
DOSAGEM DE LACTATO	02.02.01.053-8	3,68	3,68
DOSAGEM DE LEUCINO-AMINOPEPTIDASE	02.02.01.054-6	3,51	3,51
DOSAGEM DE LIPASE	02.02.01.055-4	2,25	2,25
DOSAGEM DE MAGNESIO	02.02.01.056-2	2,01	2,01
DOSAGEM DE MUCO-PROTEINAS	02.02.01.057-0	2,01	2,01
DOSAGEM DE PIRUVATO	02.02.01.058-9	3,68	3,68
DOSAGEM DE PORFIRINAS	02.02.01.059-7	3,51	3,51
DOSAGEM DE POTASSIO	02.02.01.060-0	1,85	1,85
DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	02.02.01.061-9	1,40	1,40
DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	02.02.01.062-7	1,85	1,85
DOSAGEM DE SODIO	02.02.01.063-5	1,85	1,85

CIS-AMOSC
COORDENADORIA INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	02.02.01.064-3	2,01	2,01
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	02.02.01.065-1	2,01	2,01
DOSAGEM DE TRANSFERRINA	02.02.01.066-0	4,12	4,12
DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	02.02.01.067-8	3,51	3,51
DOSAGEM DE TRIPTOFANO	02.02.01.068-6	3,51	3,51
DOSAGEM DE UREIA	02.02.01.069-4	1,85	1,85
DOSAGEM DE VITAMINA B12	02.02.01.070-8	15,24	15,24
ELETROFORESE DE LIPOPROTEINAS	02.02.01.071-6	3,68	3,68
ELETROFORESE DE PROTEINAS	02.02.01.072-4	4,42	4,42
GASOMETRIA (PH PCO2 PO2 BICARBONATO AS2 (EXCESSO OU DEFICIT BASE)	02.02.01.073-2	15,65	15,65
PROVA DA D-XILOSE	02.02.01.074-0	3,68	3,68
TESTE DE TOLERANCIA A INSULINA/HIPOGLICEMIANTE ORAIS	02.02.01.075-9	6,55	6,55



CIS-AMOSC
COORDENADORIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO GOV. DE SANTA CATARINA



**NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO - 0202020002 - EXAMES
HEMATOLÓGICOS E HEMOSTASIA**

CITOQUÍMICA HEMATOLÓGICA	02.02.02.001-0	COD. SIA/SUS	COD. SIA/SUS	COD. SIA/SUS
CONTAGEM DE PLAQUETAS	02.02.02.002-9	6,48	2,73	6,48
CONTAGEM DE RETICULÓCITOS	02.02.02.003-7	2,73	2,73	2,73
DETERMINAÇÃO DE CURVA DE RESISTÊNCIA GLOBULAR	02.02.02.004-5	2,73	2,73	2,73
DETERMINAÇÃO DE SULFO-HEMOGLOBINA	02.02.02.006-1	2,73	2,73	2,73
DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE COAGULAÇÃO	02.02.02.007-0	2,73	2,73	2,73
DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE LISE DA EUGLOBULINA	02.02.02.008-8	2,73	2,73	2,73
DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO -DUKE	02.02.02.009-6	2,73	2,73	2,73
DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO DE IVY	02.02.02.010-0	9,00	9,00	9,00
DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SOBREVIVÊNCIA DE HEMACIAS	02.02.02.011-8	5,79	5,79	5,79
DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBINA	02.02.02.012-6	2,85	2,85	2,85
DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	02.02.02.013-4	5,77	5,77	5,77
DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	02.02.02.014-2	2,73	2,73	2,73
DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOSSÉDIMENTAÇÃO (VHS)	02.02.02.015-0	2,73	2,73	2,73
DOSAGEM DE ANTICOAGULANTE CIRCULANTE	02.02.02.016-9	4,11	4,11	4,11
DOSAGEM DE ANTITROMBINA III	02.02.02.017-7	6,48	6,48	6,48
DOSAGEM DE FATOR II	02.02.02.018-5	5,31	5,31	5,31
DOSAGEM DE FATOR IX	02.02.02.019-3	7,61	7,61	7,61
DOSAGEM DE FATOR V	02.02.02.020-7	4,73	4,73	4,73
DOSAGEM DE FATOR VII	02.02.02.021-5	8,09	8,09	8,09
DOSAGEM DE FATOR VIII	02.02.02.022-3	6,63	6,63	6,63



CIS-AMOSC
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



DOSAGEM DE FATOR VIII (INIBIDOR)	02.02.02.023-1	15,00	15,00	15,00
DOSAGEM DE FATOR VON WILLEBRAND (ANTIGENO)	02.02.02.024-0	18,91	18,91	18,91
DOSAGEM DE FATOR X	02.02.02.025-8	6,66	6,66	6,66
DOSAGEM DE FATOR XI	02.02.02.026-6	9,11	9,11	9,11
DOSAGEM DE FATOR XII	02.02.02.027-4	10,51	10,51	10,51
DOSAGEM DE FATOR XIII	02.02.02.028-2	6,66	6,66	6,66
DOSAGEM DE FIBRINOGENIO	02.02.02.029-0	4,60	4,60	4,60
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	02.02.02.030-4	1,53	1,53	1,53
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA - INSTABILIDADE A 37OC	02.02.02.031-2	2,73	2,73	2,73
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA FETAL	02.02.02.032-0	2,73	2,73	2,73
DOSAGEM DE HEMOSSIDERINA	02.02.02.033-9	2,73	2,73	2,73
DOSAGEM DE PLASMINOGENIO	02.02.02.034-7	4,11	4,11	4,11
ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	02.02.02.035-5	5,41	5,41	5,41
ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)	02.02.02.036-3	2,73	2,73	2,73
HEMATOCRITO	02.02.02.037-1	1,53	1,53	1,53
HEMOGRAMA COMPLETO	02.02.02.038-0	4,11	4,11	4,11
LEUCOGRAMA	02.02.02.039-8	2,73	2,73	2,73
PESQUISA DE ATIVIDADE DO COFATOR DE RISTOCETINA	02.02.02.040-1	25,00	25,00	25,00
PESQUISA DE CELULAS LE	02.02.02.041-0	4,11	4,11	4,11
PESQUISA DE CORPUSCULOS DE HEINZ	02.02.02.042-8	2,73	2,73	2,73
PESQUISA DE FILARIA	02.02.02.043-6	2,73	2,73	2,73
PESQUISA DE HEMOGLOBINA S	02.02.02.044-4	2,73	2,73	2,73
PESQUISA DE PLASMODIO	02.02.02.045-2			
PESQUISA DE TRIPANOSSOMA	02.02.02.046-0	2,73	2,73	2,73



CIS-AMOSC
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



PROVA DE CONSUMO DE PROTROMBINA	02.02.02.048-7	4,11		4,11
PROVA DE RETRACAO DO COAGULO	02.02.02.049-5	2,73		2,73
PROVA DO LACO	02.02.02.050-9	2,73		2,73
RASTREIO P/ DEFICIENCIA DE ENZIMAS ERITROCITARIAS	02.02.02.051-7	2,73		2,73
TESTE DE AGREGACAO DE PLAQUETAS	02.02.02.052-5	12,00		12,00
TESTE DE HAM (HEMOLISE ACIDA)	02.02.02.053-3	2,73		2,73
TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TAD)	02.02.02.054-1	2,73		2,73
NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO - 0202030008 – EXAMES SOROLOGICOS E IMUNOLOGICOS				
CONTAGEM DE LINFOCITOS B	02.02.03.001-6	15,00		15,00
CONTAGEM DE LINFOCITOS CD4/CD8	02.02.03.002-4	15,00		15,00
CONTAGEM DE LINFOCITOS T TOTAIS	02.02.03.003-2	15,00		15,00
DETECCAO DE RNA DO HIV-1 (QUALITATIVO)	02.02.03.004-0	65,00		65,00
DETECCAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C (QUALITATIVO)	02.02.03.005-9	96,00		96,00
DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (CH50)	02.02.03.006-7	9,25		9,25
DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	02.02.03.007-5	2,83		2,83
DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	02.02.03.008-3	9,25		9,25
DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	02.02.03.009-1	15,06		15,06
DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	02.02.03.010-5	16,42		16,42
DOSAGEM DE BETA-2-MICROGLOBULINA	02.02.03.011-3	13,55		13,55
DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	02.02.03.012-1	17,16		17,16
DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	02.02.03.013-0	17,16		17,16
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	02.02.03.015-6	17,16		17,16
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	02.02.03.016-4	9,25		9,25



CIS-AMOSC
COORDENADORIA INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)	02.02.03.018-0	17,16	17,16
DOSAGEM DE INIBIDOR DE C1-ESTERASE	02.02.03.019-9	9,25	9,25
DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	02.02.03.020-2	2,83	2,83
GENOTIPAGEM DE VIRUS DA HEPATITE C	02.02.03.021-0	298,48	298,48
IMUNOELETROFORESE DE PROTEINAS	02.02.03.022-9	17,16	17,16
IMUNOFENOTIPAGEM DE HEMOPATIAS MALIGNAS (POR MARCADOR)	02.02.03.023-7	80,00	80,00
PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA	02.02.03.025-3	10,00	10,00
PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA	02.02.03.026-1	10,00	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA	02.02.03.027-0	8,67	8,67
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HELICOBACTER PYLORI	02.02.03.028-8	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 (WESTERN BLOT)	02.02.03.029-6	85,00	85,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	02.02.03.030-0	10,00	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2	02.02.03.031-8	18,55	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBONUCLEOPROTEINA (RNP)	02.02.03.032-6	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SCHISTOSOMAS	02.02.03.033-4	5,74	5,74
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	02.02.03.034-2	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	02.02.03.035-0	18,55	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	02.02.03.036-9	18,55	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIADENOVIRUS	02.02.03.037-7	9,25	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIAMEBAS	02.02.03.038-5	10,00	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTISPARGILLUS	02.02.03.039-3	9,25	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIBRUCELAS	02.02.03.040-7	3,70	3,70
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICISTICERCO	02.02.03.041-5	5,83	5,83
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICLAMIDIA (POR IMUNOFLOURESCENCIA)	02.02.03.042-3	10,00	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICORTEIX SUPRARENAL	02.02.03.043-1	17,16	17,16



CIS-AMOSC
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIEQUINOCOCOS	02.02.03.044-0	9,25		9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESCLERODERMA (SCL 70)	02.02.03.045-8	10,00		10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES	02.02.03.046-6	9,70		9,70
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTISTREPTOLISINA O (ASLO)	02.02.03.047-4	2,83		2,83
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIFIGADO	02.02.03.048-2	10,00		10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLOMERULO	02.02.03.050-4	10,00		10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILHOTA DE LANGERHANS	02.02.03.051-2	10,00		10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIINSULINA	02.02.03.052-0	17,16		17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILEPTOSPIRAS	02.02.03.053-9	4,10		4,10
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILISTERIA	02.02.03.054-7	5,50		5,50
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS	02.02.03.055-5	17,16		17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMITOCONDRIA	02.02.03.056-3	17,16		17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO ESTRIADO	02.02.03.057-1	17,16		17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO LISO	02.02.03.058-0	17,16		17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLIO	02.02.03.059-8	17,16		17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPARIETAIS	02.02.03.060-1	17,16		17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPLASMODIOS	02.02.03.061-0	10,00		10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	02.02.03.062-8	17,16		17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	02.02.03.063-6	18,55		18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE)	02.02.03.064-4	18,55		18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA HISTOPLASMA	02.02.03.065-2	7,78		7,78
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O SPOROTRIX SCHENKI	02.02.03.066-0	9,71		9,71
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	02.02.03.067-9	18,55		18,55



CIS-AMOSC
COORDENADORIA INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE D (ANTI-HDV)	02.02.03.068-7	18,55	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DO SARAMPO	02.02.03.069-5	9,25	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA PARACOCIDIOIDES BRASILIENSIS	02.02.03.070-9	4,10	4,10
PESQUISA DE ANTICORPOS E/OU ANTIGENO DO VIRUS SINCIAL RESPIRATÓRIO	02.02.03.071-7	18,55	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS EIE ANTICLAMIDIA	02.02.03.072-5	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS HETEROFILOS CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BAR	02.02.03.073-3	2,83	2,83
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	02.02.03.074-1	11,00	11,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTILEISHMANIAS	02.02.03.075-0	9,25	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	02.02.03.076-8	16,97	16,97
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI	02.02.03.077-6	9,25	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC- TOTAL)	02.02.03.078-4	18,55	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE)	02.02.03.079-2	30,00	30,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	02.02.03.080-6	18,55	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	02.02.03.081-4	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	02.02.03.082-2	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	02.02.03.083-0	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES	02.02.03.084-9	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	02.02.03.085-7	11,61	11,61
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTILEISHMANIAS	02.02.03.086-5	10,00	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	02.02.03.087-3	18,55	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITRYPANOSOMA CRUZI	02.02.03.088-1	9,25	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS	02.02.03.089-0	18,55	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE)	02.02.03.090-3	20,00	20,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	02.02.03.091-1	18,55	18,55



CIS-AMOSC
COORDENADORIA INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	02.02.03.092-0	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES	02.02.03.093-8	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	02.02.03.094-6	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLIS	02.02.03.095-4	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	02.02.03.096-2	13,35	13,35
PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (H)	02.02.03.097-0	18,55	18,55
PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	02.02.03.098-9	18,55	18,55
PESQUISA DE CLAMIDIA (POR CAPTURA HIBRIDA)	02.02.03.099-7	60,00	60,00
PESQUISA DE CRIOGLOBULINAS	02.02.03.100-4	2,83	2,83
PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER-ROSE)	02.02.03.101-2	4,10	4,10
PESQUISA DE HIV-1 POR IMUNOFLOURESCENCIA	02.02.03.102-0	10,00	10,00
PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) ALERGENO-ESPECIFICA	02.02.03.103-9	9,25	9,25
PESQUISA DE TRYPAOSOMA CRUZI (POR IMUNOFLOURESCENCIA)	02.02.03.104-7	10,00	10,00
PROVAS DE PRAUSNITZ-KUSTNER (PK)	02.02.03.105-5	1,77	1,77
PROVAS IMUNO-ALERGICAS BACTERIANAS	02.02.03.106-3	1,77	1,77
QUANTIFICACAO DE RNA DO HIV-1	02.02.03.107-1	18,00	18,00
QUANTIFICACAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C	02.02.03.108-0	168,48	168,48
TESTE TREPONEMICO PARA DETECÇÃO DE SÍFILIS	02.02.03.109-8	5,00	5,00
REACAO DE MONTENEGRO ID	02.02.03.110-1	2,83	2,83
TESTE DE VDRL P/ DIAGNOSTICO DA SÍFILIS	02.02.03.111-0	2,83	2,83
TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SÍFILIS	02.02.03.112-8	10,00	10,00
TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNOSTICO DA SÍFILIS	02.02.03.113-6	10,00	10,00
TESTES ALERGICOS DE CONTATO	02.02.03.114-4	1,77	1,77
TESTES CUTANEOS DE LEITURA IMEDIATA	02.02.03.115-2	1,77	1,77
TESTES RAPIDOS P/ DIAGNOSTICO DA SÍFILIS	02.02.03.116-0	REVOGADO	REVOGADO

CIS-AMOSC
COORDENADORIA INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



TESTE NÃO TREPONEMICO P/ DETECCAO DE SIFILIS EM GESTANTE	02.02.03.117-9	2,83	2,83
DOSAGEM DE ESTERCOBILINOGENIO FECAL	02.02.04.001-1	1,65	1,65
DOSAGEM DE GORDURA FECAL	02.02.04.002-0	3,04	3,04
EXAME COPROLOGICO FUNCIONAL	02.02.04.003-8	3,04	3,04
IDENTIFICACAO DE FRAGMENTOS DE HELMINTOS	02.02.04.004-6	1,65	1,65
PESQUISA DE ENTEROBIUS VERMICULARES (OXIURUS OXIURA)	02.02.04.005-4	1,65	1,65
PESQUISA DE EOSINOFILOS	02.02.04.006-2	1,65	1,65
PESQUISA DE GORDURA FECAL	02.02.04.007-0	1,65	1,65
PESQUISA DE LARVAS NAS FEZES	02.02.04.008-9	1,65	1,65
PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES	02.02.04.009-7	1,65	1,65
PESQUISA DE LEVEDURAS NAS FEZES	02.02.04.010-0	1,65	1,65
PESQUISA DE OVOS DE SCHISTOSOMAS (EM FRAGMENTO DE MUCOSA)	02.02.04.011-9	1,65	1,65
PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	02.02.04.012-7	1,65	1,65
PESQUISA DE ROTAVIRUS NAS FEZES	02.02.04.013-5	10,25	10,25
PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	02.02.04.014-3	1,65	1,65
PESQUISA DE SUBSTANCIAS REDUTORAS NAS FEZES	02.02.04.015-1	1,65	1,65
PESQUISA DE TRIPSINA NAS FEZES	02.02.04.016-0	1,65	1,65
PESQUISA DE TROFOZOITAS NAS FEZES	02.02.04.017-8	1,65	1,65
ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	02.02.05.001-7	3,70	3,70
CLEARANCE DE CREATININA	02.02.05.002-5	3,51	3,51
CLEARANCE DE FOSFATO	02.02.05.003-3	3,51	3,51
CLEARANCE DE UREIA	02.02.05.004-1	3,51	3,51
CONTAGEM DE ADDIS	02.02.05.005-0	2,04	2,04
DETERMINACAO DE OSMOLALIDADE	02.02.05.006-8	3,70	3,70



CIS-AMOSC
COORDENADORIA INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



IDENTIFICAÇÃO DE GLICÍDEOS URINÁRIOS POR CROMATOGRAFIA (CAMADA DELGADA)	02.02.05.007-6	3,70	3,70
DOSAGEM DE CITRATO	02.02.05.008-4	2,01	2,01
DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	02.02.05.009-2	8,12	8,12
DOSAGEM DE OXALATO	02.02.05.010-6	3,68	3,68
DOSAGEM DE PROTEÍNAS (URINA DE 24 HORAS)	02.02.05.011-4	2,04	2,04
DOSAGEM E/OU FRAÇONAMENTO DE ÁCIDOS ORGÂNICOS	02.02.05.012-2	3,04	3,04
EXAME QUALITATIVO DE CÁLCULOS URINÁRIOS	02.02.05.013-0	3,70	3,70
PESQUISA / DOSAGEM DE AMINOÁCIDOS (POR CROMATOGRAFIA)	0.20.20.50.14-9	3,70	3,70
PESQUISA DE ALCAPTONA NA URINA	02.02.05.015-7	2,04	2,04
PESQUISA DE AMINOÁCIDOS NA URINA	02.02.05.016-5	3,70	3,70
PESQUISA DE BETA-MERCAPTO-LACTATO-DISSULFIDÚRIA	02.02.05.017-3	2,04	2,04
PESQUISA DE CADEIAS LEVES KAPPA E LAMBDA	02.02.05.018-1	2,40	2,40
PESQUISA DE CISTINA NA URINA	02.02.05.019-0	2,04	2,04
PESQUISA DE COPROPORFIRINA NA URINA	02.02.05.020-3	2,04	2,04
PESQUISA DE ERROS INATOS DO METABOLISMO NA URINA	02.02.05.021-1	3,70	3,70
PESQUISA DE FENIL-CETONA NA URINA	02.02.05.022-0	2,04	2,04
PESQUISA DE FRUTOSE NA URINA	02.02.05.023-8	2,04	2,04
PESQUISA DE GALACTOSE NA URINA	0.20.20.50.24-6	3,36	3,36
PESQUISA DE GONADOTROFINA CORIÔNICA (TESTE DE GRAVIDEZ)	02.02.05.025-4		
PESQUISA DE HOMOCISTINA NA URINA	02.02.05.026-2	2,04	2,04
PESQUISA DE LACTOSE NA URINA	02.02.05.027-0	2,04	2,04
PESQUISA DE MUCOPOLISSACARÍDEOS NA URINA	02.02.05.028-9	3,70	3,70
PESQUISA DE PORFobilinogênio NA URINA	02.02.05.029-7	2,04	2,04
PESQUISA DE PROTEÍNAS URINÁRIAS (POR ELETROFORESE)	02.02.05.030-0	4,44	4,44



CIS-AMOSC
COORDENADORIA INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



PESQUISA DE TIROSINA NA URINA		02.02.05.031-9	2,04	2,04
PROVA DE DILUIÇÃO (URINA)		02.02.05.032-7	2,04	2,04
DETERMINAÇÃO DE ÍNDICE DE TIROXINA LIVRE		02.02.06.001-2	12,54	12,54
DETERMINAÇÃO DE RETENÇÃO DE T3		02.02.06.002-0	12,54	12,54
DETERMINAÇÃO DE T3 REVERSO		02.02.06.003-9	14,69	14,69
DOSAGEM DE 17-ALFA-HIDROXIPROGESTERONA		02.02.06.004-7	10,20	10,20
DOSAGEM DE 17-CETOSTEROIDES TOTAIS		02.02.06.005-5	6,72	6,72
DOSAGEM DE 17-HIDROXICORTICOSTEROIDES		02.02.06.006-3	6,72	6,72
DOSAGEM DE ÁCIDO 5-HIDROXI-INDOL-ACÉTICO (SEROTONINA)		02.02.06.007-1	6,72	6,72
DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTRÓFICO (ACTH)		02.02.06.008-0	14,12	14,12
DOSAGEM DE ALDOSTERONA		02.02.06.009-8	11,89	11,89
DOSAGEM DE AMP CÍCLICO		02.02.06.010-1	12,01	12,01
DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA		02.02.06.011-0	11,53	11,53
DOSAGEM DE CALCITONINA		02.02.06.012-8	14,38	14,38
DOSAGEM DE CORTISOL		02.02.06.013-6	9,86	9,86
DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)		02.02.06.014-4	11,25	11,25
DOSAGEM DE DIHIDROTESTOSTERONA (DHT)		02.02.06.015-2	11,71	11,71
DOSAGEM DE ESTRADIOL		02.02.06.016-0	10,15	10,15
DOSAGEM DE ESTRÍOL		02.02.06.017-9	11,55	11,55
DOSAGEM DE ESTRONA		02.02.06.018-7	11,12	11,12
DOSAGEM DE GASTRINA		02.02.06.019-5	14,15	14,15
DOSAGEM DE GLOBULINA TRANSPORTADORA DE TIROXINA		02.02.06.020-9	15,35	15,35
DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIÔNICA HUMANA (HCG, BETA HCG)		02.02.06.021-7	7,85	7,85
DOSAGEM DE HORMÔNIO DE CRESCIMENTO (HGH)		02.02.06.022-5	10,21	10,21
DOSAGEM DE HORMÔNIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)		02.02.06.023-3	7,89	7,89



CIS-AMOSC
COORDENADORIA INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	02.02.06.024-1	8,97	8,97
DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	02.02.06.025-0	8,96	8,96
DOSAGEM DE INSULINA	02.02.06.026-8	10,17	10,17
DOSAGEM DE PARATORMONIO	02.02.06.027-6	43,13	43,13
DOSAGEM DE PEPTIDEO C	02.02.06.028-4	15,35	15,35
DOSAGEM DE PROGESTERONA	02.02.06.029-2	10,22	10,22
DOSAGEM DE PROLACTINA	02.02.06.030-6	10,15	10,15
DOSAGEM DE RENINA	02.02.06.031-4	13,19	13,19
DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1)	02.02.06.032-2	15,35	15,35
DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	02.02.06.033-0	13,11	13,11
DOSAGEM DE TESTOSTERONA	02.02.06.034-9	10,43	10,43
DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	02.02.06.035-7	13,11	13,11
DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	02.02.06.036-5	15,35	15,35
DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	02.02.06.037-3	8,76	8,76
DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	02.02.06.038-1	11,60	11,60
DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	02.02.06.039-0	8,71	8,71
TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA/TSH APOS TRH	02.02.06.040-3	12,01	12,01
TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA APOS CLORPROMAZINA	02.02.06.041-1	12,01	12,01
TESTE DE COM GNRH OU COM AGONISTA GNRH	02.02.06.042-0	12,01	12,01
TESTE DE ESTIMULO DO HGH APOS GLUCAGON	02.02.06.043-8	12,01	12,01
TESTE DE SUPRESSAO DO CORTISOL APOS DEXAMETASONA	02.02.06.044-6	12,01	12,01
TESTE DE SUPRESSAO DO HGH APOS GLICOSE	02.02.06.045-4	12,01	12,01
TESTE P/ INVESTIGACAO DO DIABETES INSIPIDUS	02.02.06.046-2	8,43	8,43
DOSAGEM DE ACIDO DELTA-AMINOLEVULINICO	02.02.07.001-8	2,06	2,06
DOSAGEM DE ACIDO HIPURICO	02.02.07.002-6	2,23	2,23



CIS-AMOSC
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



DOSAGEM DE ACIDO MANDELICO	02.02.07.003-4	3,68	3,68	3,68
DOSAGEM DE ACIDO METIL-HIPURICO	02.02.07.004-2	2,04	2,04	2,04
DOSAGEM DE ACIDO VALPROICO	02.02.07.005-0	15,65	15,65	15,65
DOSAGEM DE ALA-DESIDRATASE	02.02.07.006-9	3,51	3,51	3,51
DOSAGEM DE ALCOOL ETILICO	02.02.07.007-7	2,01	2,01	2,01
DOSAGEM DE ALUMINIO	02.02.07.008-5	27,50	27,50	27,50
DOSAGEM DE AMINOGLICOSIDEOS	02.02.07.009-3	10,00	10,00	10,00
DOSAGEM DE ANFETAMINAS	02.02.07.010-7	10,00	10,00	10,00
DOSAGEM DE ANTIDEPRESSIVOS TRICICLICOS	02.02.07.011-5	10,00	10,00	10,00
DOSAGEM DE BARBITURATOS	02.02.07.012-3	13,13	13,13	13,13
DOSAGEM DE BENZODIAZEPINICOS	02.02.07.013-1	13,48	13,48	13,48
DOSAGEM DE CADMIO	02.02.07.014-0	6,55	6,55	6,55
DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	02.02.07.015-8	17,53	17,53	17,53
DOSAGEM DE CARBOXI-HEMOGLOBINA	02.02.07.016-6	4,11	4,11	4,11
DOSAGEM DE CHUMBO	02.02.07.017-4	8,83	8,83	8,83
DOSAGEM DE CICLOSPORINA	02.02.07.018-2	58,61	58,61	58,61
DOSAGEM DE COBRE	02.02.07.019-0	3,51	3,51	3,51
DOSAGEM DE DIGITALICOS (DIGOXINA, DIGITOXINA)	02.02.07.020-4	8,97	8,97	8,97
DOSAGEM DE ETOSUXIMIDA	02.02.07.021-2	15,65	15,65	15,65
DOSAGEM DE FENITOINA	02.02.07.022-0	35,22	35,22	35,22
DOSAGEM DE FENOL	02.02.07.023-9	2,05	2,05	2,05
DOSAGEM DE FORMALDEIDO	02.02.07.024-7	3,51	3,51	3,51
DOSAGEM DE LITIO	02.02.07.025-5	2,25	2,25	2,25
DOSAGEM DE MERCURIO	02.02.07.026-3	2,04	2,04	2,04
DOSAGEM DE META-HEMOGLOBINA	02.02.07.027-1	4,11	4,11	4,11

DOSAGEM DE METABOLITOS DA COCAINA	02.02.07.028-0	10,00	10,00
DOSAGEM DE METOTREXATO	02.02.07.029-8	10,00	10,00
DOSAGEM DE QUINIDINA	02.02.07.030-1	10,00	10,00
DOSAGEM DE SALICILATOS	02.02.07.031-0	2,01	2,01
DOSAGEM DE SULFATOS	02.02.07.032-8	3,51	3,51
DOSAGEM DE TEOFILINA	02.02.07.033-6	15,65	15,65
DOSAGEM DE TIOCIANATO	02.02.07.034-4	3,68	3,68
DOSAGEM DE ZINCO	02.02.07.035-2	15,65	15,65
ANTIBIOGRAMA	02.02.08.001-3	4,98	4,98
ANTIBIOGRAMA C/ CONCENTRACAO INIBITORIA MINIMA	02.02.08.002-1	13,33	13,33
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOSE (DIAGNÓSTICA)	02.02.08.004-8	4,20	4,20
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (HANSENIASE)	02.02.08.005-6	4,20	4,20
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOS (CONTROLE)	02.02.08.006-4	4,20	4,20
BACTEROSCOPIA (GRAM)	02.02.08.007-2	2,80	2,80
CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	02.02.08.008-0	5,62	5,62
CULTURA DO LEITE MATERNO (POS-PASTEURIZACAO)	02.02.08.009-9	5,62	5,62
CULTURA P/ HERPESVIRUS	02.02.08.010-2	4,33	4,33
CULTURA PARA BAAR	02.02.08.011-0	5,63	5,63
CULTURA PARA BACTERIAS ANAEROBICAS	02.02.08.012-9	10,25	10,25
CULTURA PARA IDENTIFICACAO DE FUNGOS	02.02.08.013-7	4,19	4,19
EXAME MICROBIOLÓGICO A FRESCO (DIRETO)	02.02.08.014-5	2,80	2,80
HEMOCULTURA	02.02.08.015-3	11,49	11,49
IDENTIFICACAO AUTOMATIZADA DE MICROORGANISMOS	02.02.08.016-1	5,63	5,63
PESQUISA DE PNEUMOCYSTI CARINI	02.02.08.017-0	4,33	4,33
PESQUISA DE BACILO DIFTERICO	02.02.08.018-8	2,80	2,80



CIS-AMOSC
COORDENADORIA INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



PESQUISA DE ESTREPTOCOCOS BETA-HEMOLITICOS DO GRUPO A	02.02.08.019-6	4,33	4,33
PESQUISA DE HAEMOPHILUS DUCREY	02.02.08.020-0	2,80	2,80
PESQUISA DE HELICOBACTER PYLORI	02.02.08.021-8	4,33	4,33
PESQUISA DE LEPTOSPIRAS	02.02.08.022-6	2,80	2,80
PESQUISA DE TREPONEMA PALLIDUM	02.02.08.023-4	5,04	5,04
ACIDO URICO LIQUIDO NO SINOVAL E DERRAMES	02.02.09.001-9	1,89	1,89
ADENOGRAMA	02.02.09.002-7	5,79	5,79
CITOLOGIA P/ CLAMIDIA	02.02.09.003-5	4,33	4,33
CITOLOGIA P/ HERPESVIRUS	02.02.09.004-3	4,33	4,33
CONTAGEM ESPECIFICA DE CELULAS NO LIQUOR	02.02.09.005-1	1,89	1,89
CONTAGEM GLOBAL DE CELULAS NO LIQUOR	02.02.09.006-0	1,89	1,89
DETERMINACAO DE FOSFOLIPIDIOS RELACAO LECITINA - ESFINGOMIELINA NO LIQUIDO AMNIOTICO	02.02.09.007-8	6,56	6,56
DOSAGEM DE CREATININA NO LIQUIDO AMNIOTICO	02.02.09.008-6	1,89	1,89
DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA NO ESPERMA	02.02.09.009-4	2,01	2,01
DOSAGEM DE FRUTOSE	02.02.09.010-8	2,01	2,01
DOSAGEM DE FRUTOSE NO ESPERMA	02.02.09.011-6	2,01	2,01
DOSAGEM DE GLICOSE NO LIQUIDO SINOVAL E DERRAMES	02.02.09.012-4	1,89	1,89
DOSAGEM DE PROTEINAS NO LIQUIDO SINOVAL E DERRAMES	02.02.09.013-2	1,89	1,89
ELETROFORESE DE PROTEINAS C/ CONCENTRACAO NO LIQUOR	02.02.09.015-9	5,23	5,23
ESPECTROFOTOMETRIA NO LIQUIDO AMNIOTICO	02.02.09.016-7	6,56	6,56
ESPLENOGRAMA	02.02.09.017-5	5,79	5,79
EXAME DE CARACTERES FISICOS CONTAGEM GLOBAL E ESPECIFICA DE CÉLULAS	02.02.09.018-3	1,89	1,89
MIELOGRAMA	02.02.09.019-1	5,79	5,79
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES (ELISA)	02.02.09.021-3	9,70	9,70



CIS-AMOSC
COORDENADORIA INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



DOSAGEM DE FOSFATASE ÁCIDA NO ESPERMA	02.02.09.022-1	2,01	2,01
PESQUISA DE CARACTERES FÍSICOS NO LIQUOR	02.02.09.023-0	1,89	1,89
PESQUISA DE CELULAS ORANGIOFILAS	02.02.09.024-8	1,89	1,89
PESQUISA DE CRISTAIS C/ LUZ POLARIZADA	02.02.09.025-6	1,89	1,89
PESQUISA DE ESPERMATOZOIDES (APOS VASECTOMIA)	02.02.09.026-4	4,80	4,80
PESQUISA DE RAGOCITOS NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	02.02.09.027-2	1,89	1,89
PROVA DE PROGRESSAO ESPERMATICA (CADA)	02.02.09.028-0	9,70	9,70
PROVA DO LATEX P/ HAEMOPHILLUS INFLUENZAE, STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE, NEISSERIA MENINGITIDIS (SORO TIPOS A, B, C)	02.02.09.029-9	1,89	1,89
PROVA DO LATEX P/ PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE	02.02.09.030-2	1,89	1,89
REACAO DE PANDY	02.02.09.031-0	1,89	1,89
REACAO DE RIVALTA NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	02.02.09.032-9	1,89	1,89
TESTE DE CLEMENTS	02.02.09.033-7	1,89	1,89
TESTE GASTROACIDOGRAMA - SECRECAO BASAL POR 60 EM 4 AMOS TRAS	02.02.09.034-5	4,69	4,69
TESTE DE HOLLANDER NO SUCO GASTRICO	02.02.09.035-3	4,69	4,69
DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM CULTURA DE LONGA DURACAO (C/ TECNICAS DE BANDAS)	02.02.10.001-4	180,00	180,00
DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM MEDULA OSSEA E VILOSIDADES CORIONICAS (C/ TÉCNICAS DE BANDAS)	02.02.10.002-2	160,00	160,00
DETECCAO DE VARIANTES DA HEMOGLOBINA (DIAGNOSTICO TARDIO)	02.02.11.001-0	8,80	8,80
DETECCAO MOLECULAR DE MUTACAO EM HEMOGLOBINOPATIAS (CONFIRMATORIO)	02.02.11.002-8	66,00	66,00
DETECCAO MOLECULAR EM FIBROSE CISTICA (CONFIRMATORIO)	02.02.11.003-6	66,00	66,00
DOSAGEM DE FENILANINA (CONTROLE / DIAGNOSTICO TARDIO)	02.02.11.004-4	5,50	5,50
DOSAGEM DE FENILANINA E TSH OU T4	02.02.11.005-2	12,10	12,10
DOSAGEM DE FENILANINA TSH OU T4 E DETECCAO DA VARIANTE DE HEMOGLOBINA (COMPONENTE DO TESTE DO PEZINHO)	02.02.11.006-0	20,90	20,90



CIS-AMOSC
COORDENADORIA INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA



DOSAGEM DE TRIPSINA IMUNOREATIVA (COMPONENTE DOTESTE DO PEZINHO)	02.02.11.007-9	5,50		5,50
DOSAGEM DE TSH E T4 LIVRE (CONTROLE / DIAGNOSTICO TARDIO)	02.02.11.008-7	13,20		13,20
DETERMINACAO DE ANTICORPOS ANTIPLAQUETARIOS	02.02.12.001-5	10,65		10,65
DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	02.02.12.002-3	1,37		1,37
FENOTIPAGEM DE SISTEMA RH - HR	02.02.12.003-1	10,65		10,65
IDENTIFICACAO DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES C/ PAINEL DE HEMACIAS	02.02.12.004-0	10,65		10,65
PESQUISA DE ANTICORPOS IRREGULARES PELO METODO DA ELUICAO	02.02.12.005-8	5,79		5,79
PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES 37 OC	02.02.12.006-6	5,79		5,79
PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES A FRIO	02.02.12.007-4	5,79		5,79
PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	02.02.12.008-2	1,37		1,37
TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA)	02.02.12.009-0	2,73		2,73
TITULACAO DE ANTICORPOS ANTI A E/OU ANTI B	02.02.12.010-4	5,79		5,79
INTADERMORREACAO COM DERIVADO PROTEICO PURIFICADO (PPD)	02.02.03.024-5	REVOGADO		
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLIADINA (GLUTEN) IGG IGM E IGA (EXCLUIDO SIGTAP)	02.02.03.049-0	REVOGADO		24,55



CIS/AMURES**ATA Nº 16 / 2018 - COMISSÃO DE LICITAÇÃO CIS/AMURES**

Publicação Nº 1656256

ATA DA 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CREDENCIAMENTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS/AMURES NO ANO DE 2018.

Aos dezoito do mês de Junho de dois mil e dezoito, estiveram reunidos nas dependências do CIS/AMURES, a Comissão de Licitação e Credenciamento do Consórcio Intermunicipal de Saúde, composta por Guilherme Rangel Bianchini, Presidente da Comissão e Pregoeiro e equipe de apoio formado pelas senhoras Camilla Coriander de Souza Alves, Denise Regina Alves e pelo senhor Alexandre de Sousa. Foram analisadas as documentações recebidas para credenciamento das seguintes empresas: BENTHIEN E GAMBORGI FONOAUDIOLOGIA E PSICOLOGIA LTDA e CLÍNICA ODONTO MÉDICA PRO FACE LTDA . Após análise e conferência dos documentos exigidos segundo os itens 5.1 (Cinco ponto hum) e 5.2 (Cinco ponto dois) do Processo de Inexigibilidade de Licitação de dois mil e dezoito e Edital de Credenciamento de dois mil e dezoito, foram consideradas habilitadas, eis que apresentaram toda a documentação para o credenciamento. Encerrado o processo de habilitação das empresa citadas, procedeu-se a declaração de inexigibilidade, o termo de ratificação e o extrato de inexigibilidade de licitação para publicação no Diário Oficial dos Municípios. Estiveram presentes: Guilherme Rangel Bianchini – Presidente Comissão de Licitação e Credenciamento; Camilla Coriander de Souza Alves, Denise Regina Alves, Alexandre de Sousa (equipe de apoio).

GUILHERME RANGEL BIANCHINI

Presidente Comissão de Licitação e Credenciamento CIS/AMURES

ALEXANDRE DE SOUSA

Equipe de apoio CIS/AMURES

CAMILLA CORIANDER DE SOUZA ALVES

Equipe de apoio CIS/AMURES

DENISE REGINA ALVES

Equipe de apoio CIS/AMURES

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 21/2018 - CIS/AMURES

Publicação Nº 1656245

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 21/2018

Contrato de Credenciamento que entre si celebram o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS/AMURES e a empresa CLÍNICA ODONTO MÉDICA PRO FACE LTDA.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS/AMURES, neste ato representado por sua Presidente, Sra. FERNANDA DE SOUZA CORDOVA, brasileira, casada, Prefeita do Município de Palmeira, com RG nº 4.399.773 e CPF nº 007.142.639-66, residente e domiciliado na cidade de Palmeira/SC, de ora em diante denominado "Contratante" e de outro lado, a empresa CLÍNICA ODONTO MÉDICA PRO FACE LTDA inscrita no CNPJ nº 14.781.761/0001-32, neste ato representada pelo Sr. ANDREI RAMOS ROSA PEREIRA, CPF nº 062.040.119-28, de ora em diante denominado "Contratado", respectivamente deliberam assinar o presente Contrato de Credenciamento, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato visa a contratação/aquisição de consultas, exames e procedimentos em dermatologia, para o atendimento dos usuários de saúde dos municípios consorciados do CIS/AMURES, conforme Edital de Credenciamento 01/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

A vigência do presente Contrato será da data da assinatura até o dia 31 de Dezembro de 2018, permitida a prorrogação de acordo com a legislação pertinente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1 - Os valores pagos serão de acordo com tabela própria do CIS/AMURES, que consta no Anexo I do edital de credenciamento, os quais serão solicitados pelas Secretarias Municipais de Saúde através da equipe administrativa do CIS/AMURES.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento será realizado, mensalmente, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da prestação dos serviços mediante apuração e comprovação dos serviços que foram prestados, para os serviços que forem prestados até o dia 20 do mês em faturamento, acompanhado do respectivo documento fiscal.

4.2 A comprovação da realização dos serviços se dará mediante apresentação de relatório constando o nome do paciente, tipo de serviço realizado e valor, juntamente com as autorizações para execução dos serviços emitidos pelo CIS/AMURES e assinadas pelo funcionário responsável.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

Para cumprimento do presente contrato em seus objetivos o contratado obriga-se a cumprir rigorosamente os termos do presente contrato e o Edital de Credenciamento 01/2018, bem como:

5.1 - Compete ao CONTRATANTE:

- 5.1.1. Efetuar o pagamento ao credenciado em função dos serviços prestados de acordo com os valores constantes no "Termo de Referência - Anexo I";
- 5.1.2. Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;
- 5.1.3. Fiscalizar o cumprimento das disposições deste Edital e a prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;
- 5.1.4. Fornecer as autorizações para execução dos serviços.

5.2 - Compete ao CONTRATADO:

- 5.2.1. Executar os serviços/fornecimentos nas condições estipuladas neste Edital, observando-se os parâmetros de boa técnica e resolutividade, bem como as normas legais aplicáveis;
- 5.2.2. Prestar os serviços/fornecimentos apenas mediante autorização do órgão municipal responsável pelos encaminhamentos ou autorização do CIS/AMURES;
- 5.2.3. Dar atendimento adequado aos usuários e prestar as informações ao CIS/AMURES sobre os serviços prestados de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste Edital;
- 5.2.4. Apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior, no prazo estipulado neste Edital e relatório constando nome do paciente, tipo de serviço realizado e valor, juntamente com as autorizações para execução dos serviços emitidas pelo CIS/AMURES e assinadas pelo paciente.
- 5.2.5. Apresentar laudo técnico do exame;
- 5.2.6. Manter todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento, durante todo o período em que se mantiver credenciado;
- 5.2.7. Comunicar ao CIS/AMURES, por escrito e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;
- 5.2.8. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, responsabilidade técnica e plena execução dos serviços contratados;
- 5.2.9. Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação;
- 5.2.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CIS/AMURES, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;
- 5.2.11. Assumir o pagamento de todos os tributos, taxas, contribuições previdenciárias e trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre os serviços realizados e/ou necessárias ao cumprimento do objeto do credenciamento.

CLAÚSULA SEXTA - RECURSOS FINANCEIROS

6.1 Os recursos próprios do Fundo Municipal de Saúde dos Municípios consorciados serão repassados para conta do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS / AMURES, Ano Base / 2018.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO OU PRORROGAÇÃO

7.1 O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente pelo Contratante, pelo não cumprimento de qualquer uma das obrigações citadas nas cláusulas anteriores, bem como poderá ser prorrogado através de Termo Aditivo, se após o prazo estipulado, ainda houver necessidade dos serviços e interesse de ambas as partes, pelo prazo máximo de 60 meses.

CLAÚSULA OITAVA - DO DESCREDENCIAMENTO

8.1 Constituem motivo para o descredenciamento:

- a) Deixar de atender a requisição para prestação do serviço e/ou para promover a atualização dos documentos de habilitação e de regularidade fiscal;
- b) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica e/ou fiscal do credenciado;
- c) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional exigido para a prestação dos serviços;
- d) As hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93
- e) Interesse manifesto de descredenciamento, mediante solicitação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

8.2 A decisão de descredenciamento ou suspensão do credenciamento, que deverá ser devidamente motivada pelo CIS/AMURES, será precedida da concessão do prazo de 10 (dez) dias úteis para defesa, como garantia do direito ao contraditório e a ampla defesa. O pedido expresso de reconsideração do descredenciamento, apresentado em prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da aplicação da sanção, será avaliado pelo CIS/AMURES e decidido no prazo de 05 (cinco) dias úteis

CLAÚSULA NONA - PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato pelo contratado, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666 / 93, podendo a multa ser arbitrada no valor de 10% (dez por cento) do fornecimento do valor total do bem ou serviço, além de todas as medidas legais cabíveis.

CLAÚSULA DÉCIMA - FORO

10.1 Fica eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente contrato.

E por estarem assim acordes, assinam as partes o presente contrato o qual apresenta - se em 02 (duas) vias de igual teor e assinado na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam para que produza seus devidos e legais efeitos.

Lages / SC, 19 de Junho de 2018.

Fernanda de Souza Cordova
Presidente CIS/AMURES

Andrei Ramos Rosa Pereira
Clínica Odonto Médica Pro Face

1ª Testemunha:

2ª Testemunha:

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 22/2018 - CIS/AMURES

Publicação Nº 1656247

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 22/2018

Contrato de Credenciamento que entre si celebram o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS/AMURES e a empresa BENTHIEN E GAMBORGÍ FONOAUDIOLOGIA E PSICOLOGIA LTDA.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS/AMURES, neste ato representado por sua Presidente, Sra. FERNANDA DE SOUZA CORDOVA, brasileira, casada, Prefeita do Município de Palmeira, com RG nº 4.399.773 e CPF nº 007.142.639-66, residente e domiciliado na cidade de Palmeira/SC, de ora em diante denominado "Contratante" e de outro lado, a empresa BENTHIEN E GAMBORGÍ FONOAUDIOLOGIA E PSICOLOGIA LTDA inscrita no CNPJ nº 13.381.281/0001-11, neste ato representada pela Sra. CARLA MYRIAM BENTHIEN MONDADORI, CPF nº 017.611.419-02, de ora em diante denominado "Contratado", respectivamente deliberam assinar o presente Contrato de Credenciamento, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato visa a contratação/aquisição de consultas, exames e procedimentos em psicologia e fonoaudiologia, para o atendimento dos usuários de saúde dos municípios consorciados do CIS/AMURES, conforme Edital de Credenciamento 01/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

A vigência do presente Contrato será da data da assinatura até o dia 31 de Dezembro de 2018, permitida a prorrogação de acordo com a legislação pertinente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1 - Os valores pagos serão de acordo com tabela própria do CIS/AMURES, que consta no Anexo I do edital de credenciamento, os quais serão solicitados pelas Secretarias Municipais de Saúde através da equipe administrativa do CIS/AMURES.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento será realizado, mensalmente, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da prestação dos serviços mediante apuração e comprovação dos serviços que foram prestados, para os serviços que forem prestados até o dia 20 do mês em faturamento, acompanhado do respectivo documento fiscal.

4.2 A comprovação da realização dos serviços se dará mediante apresentação de relatório constando o nome do paciente, tipo de serviço realizado e valor, juntamente com as autorizações para execução dos serviços emitidos pelo CIS/AMURES e assinadas pelo funcionário responsável.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

Para cumprimento do presente contrato em seus objetivos o contratado obriga-se a cumprir rigorosamente os termos do presente contrato e o Edital de Credenciamento 01/2018, bem como:

5.1 - Compete ao CONTRATANTE:

- 5.1.1. Efetuar o pagamento ao credenciado em função dos serviços prestados de acordo com os valores constantes no "Termo de Referência - Anexo I";
- 5.1.2. Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;
- 5.1.3. Fiscalizar o cumprimento das disposições deste Edital e a prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;
- 5.1.4. Fornecer as autorizações para execução dos serviços.

5.2 - Compete ao CONTRATADO:

- 5.2.1. Executar os serviços/fornecimentos nas condições estipuladas neste Edital, observando-se os parâmetros de boa técnica e resolutividade, bem como as normas legais aplicáveis;
- 5.2.2. Prestar os serviços/fornecimentos apenas mediante autorização do órgão municipal responsável pelos encaminhamentos ou autorização do CIS/AMURES;
- 5.2.3. Dar atendimento adequado aos usuários e prestar as informações ao CIS/AMURES sobre os serviços prestados de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste Edital;
- 5.2.4. Apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior, no prazo estipulado neste Edital e relatório constando nome do paciente, tipo de serviço realizado e valor, juntamente com as autorizações para execução dos serviços emitidas pelo CIS/AMURES e assinadas pelo paciente.
- 5.2.5. Apresentar laudo técnico do exame;
- 5.2.6. Manter todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento, durante todo o período em que se mantiver credenciado;
- 5.2.7. Comunicar ao CIS/AMURES, por escrito e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita

prestação dos serviços;

5.2.8. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, responsabilidade técnica e plena execução dos serviços contratados;

5.2.9. Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação;

5.2.10. Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CIS/AMURES, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;

5.2.11. Assumir o pagamento de todos os tributos, taxas, contribuições previdenciárias e trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre os serviços realizados e/ou necessárias ao cumprimento do objeto do credenciamento.

CLAÚSULA SEXTA - RECURSOS FINANCEIROS

6.1 Os recursos próprios do Fundo Municipal de Saúde dos Municípios consorciados serão repassados para conta do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS / AMURES, Ano Base / 2018.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO OU PRORROGAÇÃO

7.1 O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente pelo Contratante, pelo não cumprimento de qualquer uma das obrigações citadas nas cláusulas anteriores, bem como poderá ser prorrogado através de Termo Aditivo, se após o prazo estipulado, ainda houver necessidade dos serviços e interesse de ambas as partes, pelo prazo máximo de 60 meses.

CLAÚSULA OITAVA - DO DESCREDENCIAMENTO

8.1 Constituem motivo para o descredenciamento:

- a) Deixar de atender a requisição para prestação do serviço e/ou para promover a atualização dos documentos de habilitação e de regularidade fiscal;
- b) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica e/ou fiscal do credenciado;
- c) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional exigido para a prestação dos serviços;
- d) As hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93

e) Interesse manifesto de descredenciamento, mediante solicitação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

8.2 A decisão de descredenciamento ou suspensão do credenciamento, que deverá ser devidamente motivada pelo CIS/AMURES, será precedida da concessão do prazo de 10 (dez) dias úteis para defesa, como garantia do direito ao contraditório e a ampla defesa. O pedido expresso de reconsideração do descredenciamento, apresentado em prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da aplicação da sanção, será avaliado pelo CIS/AMURES e decidido no prazo de 05 (cinco) dias úteis

CLAÚSULA NONA - PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato pelo contratado, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666 / 93, podendo a multa ser arbitrada no valor de 10% (dez por cento) do fornecimento do valor total do bem ou serviço, além de todas as medidas legais cabíveis.

CLAÚSULA DÉCIMA - FORO

10.1 Fica eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente contrato.

E por estarem assim acordes, assinam as partes o presente contrato o qual apresenta - se em 02 (duas) vias de igual teor e assinado na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam para que produza seus devidos e legais efeitos.

Lages / SC, 19 de Junho de 2018.

Fernanda de Souza Cordova
Presidente CIS/AMURES

Carla Myriam Benthien Mondadori
Benthien e Gamborgi Fono. E Psico. Ltda

1ª Testemunha:

2ª Testemunha:

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - CIS/AMURES

Publicação Nº 1656253

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento, no uso de atribuições legais e considerando o que consta deste Processo Administrativo, vem emitir a presente declaração de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentada no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores para Credenciamento de pessoas jurídicas da área de saúde, para a prestação de serviços, compreendendo sessões, procedimentos, exames e consultas especializadas, conforme segue: Consultas, exames e procedimentos em fonoaudiologia e psicologia.

Contratada – BENTHIEN E GAMBORGÍ FONOAUDIOLOGIA E PSICOLOGIA LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.381.281/0001-11 com sede à Rua João de Costa nº 68, bairro Centro, cidade Lages/SC.

Valor do Contrato – Valor das consultas, exames e procedimentos conforme tabela atual do CISAMURES que consta no anexo I do edital de credenciamento 01/2018.

Assim, nos termos do Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, vimos comunicar a Senhora Presidente do CIS/AMURES da presente declaração, para que proceda, se de acordo, a devida ratificação.

Lages, 18 de Junho de 2018.
Guilherme Rangel Bianchini
Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2018 – CIS/AMURES

TERMO DE RATIFICAÇÃO

A Presidente do CIS/AMURES, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações e considerando o que consta do presente Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº 01/2018 – CIS/AMURES, RATIFICA a declaração de Inexigibilidade de Licitação para contratação da empresa BENTHIEN E GAMBORGI FONOAUDIOLOGIA E PSICOLOGIA LTDA para prestação de serviços ao CIS/AMURES, pelo valor das consultas, exames e procedimentos conforme tabela atual do CISAMURES que consta no anexo I do edital de credenciamento 01/2018, no período de 19 de Junho até 31 de Dezembro de 2018 ficando autorizada a prorrogação na forma do inc. IV, do art. 57, da Lei 8.666/93, observado o limite máximo de 60 meses, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Lages, 18 de Junho de 2018.
Fernanda de Souza Cordova
Presidente CIS/AMURES

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº22/2018 – CIS/AMURES

O Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento, em cumprimento a ratificação procedida pela Presidente do CIS/AMURES, pela emissão da DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, faz publicar o presente extrato. Empresa: BENTHIEN E GAMBORGI FONOAUDIOLOGIA E PSICOLOGIA LTDA Objeto: Consultas, exames e procedimentos em fonoaudiologia e psicologia Valor: pelo valor das consultas, exames e procedimentos conforme tabela atual do CISAMURES que consta no anexo I do edital de credenciamento 01/2018. Período de duração: 19 de Junho até 31 de Dezembro de 2018, com possibilidade de prorrogação pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Fundamentação Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. Lages, 18 de Junho de 2018. Guilherme Rangel Bianchini, Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento.

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - CIS/AMURES

Publicação Nº 1656249

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento, no uso de atribuições legais e considerando o que consta deste Processo Administrativo, vem emitir a presente declaração de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentada no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores para Credenciamento de pessoas jurídicas da área de saúde, para a prestação de serviços, compreendendo sessões, procedimentos, exames e consultas especializadas, conforme segue: Consultas, exames e procedimentos em dermatologia.

Contratada – CLÍNICA ODONTO MÉDICA PRO FACE LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.781.761/0001-32 com sede à Rua Otacílio Vieira da Costa nº 95, bairro Centro, cidade Lages/SC.

Valor do Contrato – Valor das consultas, exames e procedimentos conforme tabela atual do CISAMURES que consta no anexo I do edital de credenciamento 01/2018.

Assim, nos termos do Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, vimos comunicar a Senhora Presidente do CIS/AMURES da presente declaração, para que proceda, se de acordo, a devida ratificação.

Lages, 18 de Junho de 2018.
Guilherme Rangel Bianchini
Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2018 – CIS/AMURES

TERMO DE RATIFICAÇÃO

A Presidente do CIS/AMURES, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações e considerando o que consta do presente Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº 01/2018 – CIS/AMURES, RATIFICA a declaração de Inexigibilidade de Licitação para contratação da empresa CLÍNICA ODONTO MÉDICA PRO FACE LTDA para prestação de serviços ao CIS/AMURES, pelo valor das consultas, exames e procedimentos conforme tabela atual do CISAMURES que consta no anexo I do edital de credenciamento 01/2018, no período de 19 de Junho até 31 de Dezembro de 2018 ficando autorizada a prorrogação na forma do inc. IV, do art. 57, da Lei 8.666/93, observado o limite máximo de 60 meses, determinando que se proceda à

publicação do devido extrato.

Lages, 18 de Junho de 2018.
Fernanda de Souza Cordova
Presidente CIS/AMURES

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº21/2018 – CIS/AMURES

O Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento, em cumprimento a ratificação procedida pela Presidente do CIS/AMURES, pela emissão da DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, faz publicar o presente extrato. Empresa: CLÍNICA ODONTO MÉDICA PRO FACE LTDA Objeto: Consultas, exames e procedimentos em dermatologia Valor: pelo valor das consultas, exames e procedimentos conforme tabela atual do CISAMURES que consta no anexo I do edital de credenciamento 01/2018. Período de duração: 19 de Junho até 31 de Dezembro de 2018, com possibilidade de prorrogação pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Fundamentação Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. Lages, 18 de Junho de 2018. Guilherme Rangel Bianchini, Presidente da Comissão de Licitação e Credenciamento.

RESOLUÇÃO Nº 13 DE 07 DE JUNHO DE 2018 - CIS/AMURES

Publicação Nº 1656607

RESOLUÇÃO Nº. 13 de 2018

Regulamenta a concessão de vale alimentação aos trabalhadores e estagiários do Consorcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, para atualizar valores concedidos através da Resolução nº 01/2010, e dá outras providências.

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar e atualizar o fornecimento do vale alimentação aos trabalhadores e estagiários do Consorcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, já concedido pela Resolução nº 01/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - A operacionalização do fornecimento do vale alimentação dar-se-á nos termos da Lei Federal nº 6.321/1976 e Decreto nº 5/1991.

Art. 2º - O vale alimentação será fornecido aos empregados públicos, cargos comissionados e estagiários do CIS/AMURES que percebam até 5 (cinco) salários mínimos mensais.

Parágrafo Único - No caso de todos os trabalhadores que percebem até 5 salários mínimos serem atendidos, poderá ser concedido o benefício àqueles trabalhadores que percebem valores acima de 5 salários mínimos.

Art. 3º - O recebimento do benefício não é obrigatório, sendo facultado ao trabalhador solicitar sua inclusão ou exclusão.

§ 1º Para fornecimento do vale alimentação o trabalhador deverá manifestar interesse em formulário próprio, junto ao Coordenador Administrativo Financeiro.

§ 2º Caso o trabalhador não aceite receber o benefício, para fins de comprovação à fiscalização, ser-lhe-á solicitado uma declaração de que opta por não receber o benefício.

Art. 4º - Os valores dos vales alimentação, atualizados nos termos da Resolução 01/2010, serão de R\$ 299,38 (duzentos e noventa e nove reais e trinta e oito centavos) para os empregados públicos e cargos comissionados e de R\$ 243,22 (duzentos e quarenta e três reais e vinte e dois centavos) para os estagiários com carga horária acima de 4 (quatro) horas diárias.

Parágrafo Único - A título de participação, em cumprimento ao art. 2º, § 1º, do Decreto Federal nº 5/1991, o trabalhador contribuirá com 2% (dois por cento), calculados sobre o valor concedido a título de vale alimentação.

Art. 5º - O valor do vale alimentação será reajustado na mesma data e pelo mesmo índice da revisão geral dos trabalhadores do CIS/AMURES.

Art. 6º - O auxílio alimentação de que trata esta Resolução, não integrará o vencimento/salário, não será computado para efeitos de quaisquer vantagens, não se configura como rendimento tributável e não sofrerá incidência de contribuição para a previdência social e/ou FGTS.

Art. 7º - Fica revogada Resolução 01/2010.

Art. 8º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 07 de junho de 2018.
FERNANDA DE SOUZA CORDOVA
Prefeita de Palmeira
Presidente do CIS/AMURES

CITMAR**RESOLUÇÃO Nº 001 DE 01 DE JUNHO DE 2018**

Publicação Nº 1656173

RESOLUÇÃO Nº 001 DE 01 DE JUNHO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO MENSAL DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS EMPREGADOS DO CONSÓRCIO DE TURISMO COSTA VERDE & MAR – CITMAR.

O Presidente do Consórcio de Turismo Costa Verde & Mar – CITMAR, o Senhor Élcio Rogério Kuhnen – Prefeito Municipal de Camboriú, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, pelo Protocolo de Intenções firmado e ratificado por todos os municípios membros, e

CONSIDERANDO o interesse do CITMAR em fomentar a satisfação com as atividades laborais pelos servidores do Consórcio;
CONSIDERANDO que a grande maioria dos municípios da região possui, como benefício aos servidores, o pagamento de valor a título de vale alimentação;
CONSIDERANDO, que o valor deve atender à necessidade de custo de alimentação, bem como teve o olhar dos valores pagos na região;
CONSIDERANDO, por fim, a aprovação do texto da presente resolução na Assembleia Geral Ordinária do CITMAR realizada em 29 de maio de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir Auxílio Alimentação, como verba indenizatória, destinado a despesas com alimentação em favor de todos os empregados em atividade junto ao Consórcio de Turismo Costa Verde & Mar – CITMAR.

§ 1º O direito previsto no presente artigo aplica-se aos servidores concursados, contratados e detentores de cargos de confiança.

§ 2º O vale-alimentação será pago aos servidores juntamente com sua remuneração ou até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

Art. 2º - O Auxílio Alimentação, será concedido de forma mensal, individual e na forma de cartão magnético, aos funcionários em atividade no consórcio no valor de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) para carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, devendo ser proporcionalmente ajustado a eventuais cargas horárias diferenciadas.

§ 1º Os valores relativos às parcelas instituídas pela presente resolução serão atualizados anualmente, nas mesmas datas e nos mesmos índices do percentual da revisão anual geral e dos reajustes gerais dos vencimentos dos empregados do CITMAR.

§ 2º O valor referente a concessão do vale-alimentação não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos e, sobre ele, não incidirá contribuição trabalhista ou previdenciária.

Art. 3º - Não se beneficiarão do benefício instituído por esta Lei os empregados:

- I - afastados do emprego por motivo de suspensão;
- II - em gozo de licença sem remuneração;
- III - aposentado;
- IV – cedido.

Art. 4º - As despesas decorrentes da concessão de Vale-Alimentação correrão por conta de recursos próprios do Orçamento

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itajaí (SC), 01 de Junho de 2018.

Élcio Rogério Kuhnen
Prefeito Municipal de Camboriú
Presidente do CITMAR

Célio José Bernardino
Diretor Executivo do CITMAR

CVC**ERRATA Nº 01**

Publicação Nº 1656284

CONSORCIO INRTEMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2018 - CVC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 008/2018 - CVC
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018 – CVC
REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2018 - CVC

ERRATA Nº 01 AS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO Nº 18 A 54/2018
REFERENTE AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA, FUNILARIA, PINTURA, ELETRICIDADE, BOMBAS E BICOS E ESTOFARIA E TAPEÇARIA, PARA OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS AO CONSÓRCIO CVC

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica Inter federativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sra. Silvana Fátima Vidi Zanella, TORNA PÚBLICO, que retifica as atas de registro de preço nº 18 a 54/2018 referente ao edital de pregão presencial nº 003/2018.

1. DA RETIFICAÇÃO

Onde se lê:

CLÁUSULA I - DO OBJETO E CONDIÇÕES

1. O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA, FUNILARIA, PINTURA, ELETRICIDADE, BOMBAS E BICOS E ESTOFARIA E TAPEÇARIA, PARA OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS AO CONSÓRCIO CVC (compreendendo todas as secretárias, fundos, fundações, autarquias e demais órgãos dos mesmos), com o fornecimento de peças, óleos e filtros genuínos da marca do veículo ou originais de fábrica ou peças homologadas pelas montadoras, e serviços no que se refere à parte mecânica, funilaria, pintura, eletricidade, bomba e bicos injetores, estofaria, tapeçaria, suspensão, lanternagem em geral, pelo período de 08 de agosto de 2017 a 24 de maio de 2018, com quantitativos e especificações técnicas estabelecidos nos termos do presente Edital e no Termo de Referência - Anexo I, que fica fazendo parte do presente instrumento como se transcrito estivesse.

Leia-se:

CLÁUSULA I - DO OBJETO E CONDIÇÕES

1. O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA, FUNILARIA, PINTURA, ELETRICIDADE, BOMBAS E BICOS E ESTOFARIA E TAPEÇARIA, PARA OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS AO CONSÓRCIO CVC (compreendendo todas as secretárias, fundos, fundações, autarquias e demais órgãos dos mesmos), com o fornecimento de peças, óleos e filtros genuínos da marca do veículo ou originais de fábrica ou peças homologadas pelas montadoras, e serviços no que se refere à parte mecânica, funilaria, pintura, eletricidade, bomba e bicos injetores, estofaria, tapeçaria, suspensão, lanternagem em geral, pelo período de 07 de junho de 2018 a 01 de junho de 2019, com quantitativos e especificações técnicas estabelecidos nos termos do presente Edital e no Termo de Referência - Anexo I, que fica fazendo parte do presente instrumento como se transcrito estivesse.

2 – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem em vigor e, sem alteração as demais cláusulas das atas nº 18 a 54/2018

Coronel Freitas - SC, 18 de junho de 2018
SILVANA FÁTIMA VIDY ZANELLA
DIRETORA EXECUTIVA.

CIAPS**RESOLUÇÃO Nº 76, DE 18 DE JUNHO DE 2018**

Publicação Nº 1656337

RESOLUÇÃO nº 76, de 18/06/2018.

Contrata candidatos aprovados no Concurso Público nº 01/2018 para emprego público efetivo do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial – CIAPS, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIAPS, e fundamentado nos artigos 9º, 11 e 33 a 40 do Regulamento do Quadro de Pessoal, aprovado pela Resolução nº 02, de 21/10/14, no art. 37, II, da Constituição Federal e nos artigos 443, § 2º, “c”, e 456 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943,

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar, com base nos artigos 9º, 11 e 38 do Regulamento do Quadro de Pessoal, aprovado pela Resolução nº 02, de 21/10/14, os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público nº 01/2018, para emprego público do CIAPS, a contar de 02 de Julho do ano corrente:

Nome	CPF/RG	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
Jhonata Alex Moser	074.500.049-50 54400961	Educador Social	40 hs	R\$ 1.571,88
Ana Paula Klaumann	086.575.789-56 4745834	Psicólogo (a) de Saúde Mental	20hs	R\$ 1.770,69
Luiz Filipi Marques	058605449-95 5031620	Psicólogo (a) de Saúde Mental	20hs	R\$ 1.770,69

§ 1º - O contratado ficará submetido ao Regime Jurídico trabalhista decorrente da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS estabelecido pelo art. 201 da Constituição Federal e regulamentado pelas Leis nº 8.212/91 e 8.213/91.

§ 2º - O contratado estará submetido a contrato de experiência, por noventa dias, durante o qual sua aptidão e capacidade será objeto de avaliação especial para o desempenho das funções do respectivo emprego público.

Art. 2º - Convocar o servidor para tomar posse nos termos dos artigos 33 a 35 do Regulamento do Quadro de Pessoal do CIAPS, aprovado pela Resolução nº 02, de 21/10/14.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna - SC, em 18 de junho de 2018.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente do CIAPS

CIGAMERIOS**EDITAL DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO N. 01/2018**

Publicação Nº 1656540

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 03/2018

TOMADA DE PREÇO Nº 01/2018

“TIPO TÉCNICA E PREÇO”

1. PREÂMBULO

1.1 - O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 18.011.183/0001-06, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Cep.: 89874-000, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. RENALDO MUELLER, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no Contrato de Consórcio Público, Cláusulas 13, IV e XVI, 14, Parágrafo Único, 15 e 45, através da Comissão de licitações e registro cadastral, designada pela Resolução nº 09/2018, fará licitação na MODALIDADE TOMADA DE PREÇO, do TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, para prestação de serviços de diagnóstico quali-quantitativo das unidades de tratamento de esgoto doméstico em operação nos municípios regulados pela ARIS, fundamentalmente nas soluções individuais dos municípios consorciados ao CIGAMERIOS, Bom Jesus Do Oeste, Caibi, Campo Erê, Cunha Porã, Flor Do Sertão, Iraceminha, Modelo, Riqueza, Romelândia, Saltinho, Santa Terezinha Do Progresso, São Miguel Da Boa Vista,

Saudades e Tigrinhos.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- Constituição Federal, art. 37, XXI;
- Lei Federal n. 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços (inclusive de publicidade), compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Lei Federal n. 11.107/2005 (Lei dos consórcios públicos);
- Decreto Federal n. 6.017/2007 (Regulamento da Lei de Consórcios);
- Resolução CONAMA 20/86: Classificação das Águas;
- Resolução CONAMA 430/2011 e 357/2005: Padrão de lançamento;
- Decreto Estadual de SC nº 14250/81: Política do Meio Ambiente;
- Lei nº 14675/2009: Institui o Código Estadual do Meio Ambiente;
- NBR nº 7.229/82: Sistemas de Tanques Sépticos;
- NBR nº 13.969/97: Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos;
- NBR nº 8.160/97: Instalações Prediais de Esgoto;
- Plano Diretor Municipal: Municípios consorciados ao CIGAMERIOS;
- Plano de Saneamento Básico: Municípios consorciados ao CIGAMERIOS;
- Protocolo de Intenções, Resoluções e demais normativas da ARIS;
- Protocolo de Intenções do CIGAMERIOS - ratificado por respectivas leis municipal;
- Contrato de Consórcio Público do CIGAMERIOS - ratificado por respectivas leis municipal;
- Contrato de Programa - pactuado com os respectivos municípios consorciados;
- Resolução CIGAMERIOS n. 09/2018 - que constitui Comissão de licitação;
- Disposições contidas neste Edital - Anexos:

3. PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA (de acordo com a Lei 8.666/93 e Lei nº 12.527/2011):

3.1 - Para dar publicidade ao ato, este edital foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC - em 1ª Publicação na Edição n. 2554 do dia 19/06/2018 e em 2ª Publicação na Edição 2555, do dia 20/06/2016 conforme regulamenta a Resolução CIGAMERIOS n. 014/2015 e para obtenção de cópia na íntegra com seus anexos, sem qualquer custo, os Interessados poderão acessar a página do CIGAMERIOS e fazer download de forma gratuita em: <http://www.amerios.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/115655> ou ainda solicitar por E-mail: cigaamerios@amerios.org.br. Por estar publicado e disponível na íntegra, o Consórcio não fornecerá cópia impressa.

3.2 - Os pedidos de esclarecimento serão dirigidos à Comissão Especial de Licitação e deverão conter objeto determinado, o número deste edital, a modalidade desta licitação e a identificação completa da Licitante.

3.3 - A Comissão de Licitação emitirá resposta por e-mail aos pedidos de esclarecimento em até 48 (quarenta e oito) horas.

4. ENCAMINHAMENTOS

4.1 - RECEBIMENTO DOS ENVELOPES COM HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: das 08h00min do dia 21/06/2018 até às 08h00min do dia 20/07/2018.

4.2 - ABERTURA E JULGAMENTO DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO: às 08h01min do dia 20/07/2018.

4.3 - FIM DO PRAZO PARA RECURSO RELACIONADO AO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO: 17h30min do dia 27/07/2018

4.4 - ABERTURA E JULGAMENTO DO ENVELOPE DAS PROPOSTAS (SEM RECURSO NA FASE DE HABILITAÇÃO OU DESISTÊNCIA EXPRESSA DE EXERCER ESSE DIREITO PELAS LICITANTES): às 08h00min do dia 30/07/2018. (EM HAVENDO RECURSO): 24 HORAS APÓS O JULGAMENTO E PUBLICAÇÃO DO RESULTADO;

4.5 - REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF);

4.6 - LOCAL DA SESSÃO DE JULGAMENTO: Sede Administrativa do CIGAMERIOS, na Av. Euclides da Cunha, nº 160, Cep.: 89874-000, Centro, Maravilha/SC;

4.7 - FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

4.7.1 - Endereço: Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, Maravilha, SC;

4.7.2 - Comissão Especial de Licitação: Resolução nº 09/2018;

4.7.3 - E-mail: cigaamerios@amerios.org.br;

4.7.4 - Telefone/Fax: (49) 3664-0282.

5. DO OBJETO

5.1 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E TÉCNICAMENTE HABILITADA PARA REALIZAR DIAGNÓSTICO QUALI-QUANTITATIVO DAS UNIDADES DE TRATAMENTO DE ESGOTO DOMÉSTICO EM OPERAÇÃO NOS MUNICÍPIOS REGULADOS PELA ARIS, FUNDAMENTALMENTE NAS SOLUÇÕES INDIVIDUAIS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIGAMERIOS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I), QUE É PARTE INDISSOCIÁVEL DESTA EDITAL.

6 - DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS

6.1 - Embora o valor máximo pela empreitada global estar sob o teto de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), considerando-se da necessidade de apuração da capacidade técnica da empresa para a prestação de todas as etapas dos serviços pelo valor total da licitação, será realizada na modalidade de Tomada de Preço (Lei 8.666/93, art. 22, Inciso II e art. 46).

7 - DO TIPO DE LICITAÇÃO – TÉCNICA E PREÇO

7.1 - Considerando se tratar de serviços de natureza predominantemente intelectual e de capacidade técnica, de acordo com os critérios pertinentes e adequados ao objeto, a licitação será julgada pelo Tipo Técnica e preço (Lei 8.666/93, art. 45, § 1º, III), em conformidade com os critérios especificados no item 13 e no Termo de Referência (anexo I) deste Edital.

8 - DO REGIME DE CONTRATAÇÃO – EMPREITADA GLOBAL

8.1 – A adoção do regime de empreitada por preço global caracteriza-se devido a necessidade pela execução do serviço de forma igualitária e pelos mesmos critérios para todos os municípios consorciados. Ou seja, a empresa vencedora receberá o valor total da proposta pela execução do diagnóstico em todos os municípios consorciados que formalizaram o convênio com a Agência ARIS e o valor global não poderá ser alterado das condições pré-estabelecidas e o pagamento pelos serviços poderá ser feito por etapa, mediante laudo de constatação expedido pela Agência ARIS, que expedirá relatório considerando concluída cada etapa (por município), certificando os serviços de diagnóstico concluídos para fins e efeitos legais. (Art. 6º, VIII, "a", art. 10, II, a, art. 47 da Lei nº 8.666/1993 (conforme projeto básico considerando o termo de referência anexo I deste edital, o contrato firmado entre ARIS e CIGAMERIOS e os convênios entre municípios beneficiários com ARIS).

9 - DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

9.1 - As incompatibilidades do presente Edital com a legislação pertinente e com as normas e princípios constitucionais informadores das atividades administrativas, poderão ser suscitadas por meio de IMPUGNAÇÃO.

9.2 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, na forma do § 1º do art. 41 da Lei nº 8666/93;

9.3 - As licitantes terão até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a data fixada para abertura dos envelopes de propostas para apresentar impugnação ao edital, na forma do § 2º do art. 41 da Lei nº 8.666/93;

9.4 - A impugnação feita tempestivamente pela Licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente;

9.5 - Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, na forma do § 4º do art. 20 da Lei nº 8666/93.

10 - DAS PUBLICAÇÕES E DOS RECURSOS

10.1 - As decisões de habilitação e inabilitação de Licitantes, de julgamento das propostas e de anulação ou revogação da Licitação serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios – DOM, bem como no sítio do CIGAMERIOS, em: <http://www.amerios.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/115655>

10.2 - Se todos as licitantes estiverem devidamente representadas no ato em que forem adotadas as decisões de habilitação e de julgamento, estas serão comunicadas diretamente e lavradas em ata, iniciando-se dessa data o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, caso não haja renúncia expressa, por parte de todos as Licitantes, do direito de recorrer.

10.3 - Recebidos os recursos, aplica-se o procedimento previsto no art. 109 da Lei 8.666/93.

11 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Constituem condições e requisitos para participar da Licitação:

11.1 - Ser empresa Pessoa Jurídica de direito privado, com objeto social de serviços de acordo com o objeto a ser executado, que atenderem a todas as exigências constantes neste Edital e seus Anexos;

11.2 - Possuir em seu quadro, na qualidade de sócios, associados, empregados, ou prestadores de serviços, habilitados e regularmente inscritos no respectivo órgão profissional (quando necessário), que ficarão vinculados à execução contratual;

11.3 - Comprovar atendimento às condições de habilitação previstas no presente edital, quanto à habilitação jurídica, à qualificação técnica à regularidade fiscal e trabalhista e ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

11.4 - Apresentar, em se tratando de licitantes previamente cadastrados junto ao CIGAMERIOS, os documentos complementares, na forma deste Edital;

11.5 - Apresentar, em se tratando de licitantes não cadastrados junto ao CIGAMERIOS, todos os documentos exigidos para habilitação, até dois dias, antes da abertura dos envelopes;

11.6 - Apresentar declaração de que não ocorreram fatos supervenientes impeditivos da habilitação e que não foi declarada inidônea por qualquer entidade da Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar por qualquer município consorciado com o CIGAMERIOS (Anexo III deste Edital);

11.7 - Não ter sido declarada inidônea por qualquer entidade da Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Poder Público;

11.8 - Não possuir em seus quadros - quer como sócios, associados, empregados ou prestadores de serviços - que sejam empregados públicos no CIGAMERIOS, CIS/AMERIOS, empregados privados da AMERIOS ou servidores públicos nos Municípios que integram essas três instituições/entidades.

11.9 - Comprovar experiência na execução do objeto desta licitação, de no mínimo 2 (dois) municípios, através de Atestados de Capacidade Técnica emitidos por órgãos públicos e pela ARIS.

12 - DA HABILITAÇÃO (Envelope n. 1):

Os interessados em participar da presente Licitação deverão apresentar, ressalvado o disposto nos itens 12.6.1 e 12.6.2 deste Edital, os seguintes documentos de habilitação:

12.1 - Relativos à Habilitação Jurídica: contrato social em vigor e/ou certidão simplificada da Junta Comercial, com objeto e ou ramo de atividade compatível com o objeto deste Edital;

12.2 - Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

12.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

12.2.2 - Prova de inscrição no cadastro municipal de contribuintes relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo ou atividade;

12.2.3 - Prova de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do interessado;

12.2.4 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

12.2.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5452/43).

12.3 - Relativos à Qualificação Técnica:

12.3.1 - Indicação dos profissionais (sócios, associados, empregados ou prestadores de serviços) que prestarão os serviços e declaração expressa de sua disponibilidade, assinada pelo representante legal da Licitante, mediante a apresentação de listagem específica, com nomes e CPF, acompanhada das respectivas certidões de inscrição e de regularidade de todos perante as respectivos Conselhos Regionais (quando necessário) e de declaração expressa de sua disponibilidade e do compromisso de que se vincularão à execução do objeto contratual, assinada pelo representante legal;

12.4 - Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

12.4.1 - Certidões negativas de falência ou concordata expedidas na sede da pessoa jurídica;

12.5 - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal: apresentação de declaração de que cumpre as disposições normativas relativas ao trabalho do menor, na forma do modelo que consta do Anexo IV deste Edital.

12.6 - OBSERVAÇÕES GERAIS SOBRE A HABILITAÇÃO

12.6.1 - AS SOCIEDADES e ou EMPRESA PREVIAMENTE CADASTRADAS JUNTO ÀO CIGAMERIOS, poderão apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos itens 9.1, 9.2 e 9.4 o Certificado de Registro Cadastral (CRC) válido emitido pelo Consórcio, ressalvado o disposto no item 12.6.2;

12.6.2 - A substituição autorizada no item 12.6.1 aplica-se às certidões e outros documentos, exigidos e apresentados para o cadastramento e obtenção do CRC (vide Edital de Cadastramento), cujos prazos de validade não vençam até a data prevista para abertura dos envelopes de habilitação. Caso o vencimento esteja previsto para ocorrer até essa data, deverão ser apresentadas, juntamente com o CRC, novas certidões com datas de validade posteriores à data de abertura dos envelopes de habilitação. A SUBSTITUIÇÃO NÃO SE APLICA AOS DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NEM AO DOCUMENTO EXIGIDO NO ITEM 12.5, OS QUAIS DEVERÃO SER APRESENTADOS POR TODAS AS LICITANTES;

12.6.3 - Todas as certidões e documentos de habilitação, incluindo o CRC, quando for o caso, deverão estar acondicionadas dentro do envelope a que se refere o item 12.1 deste edital;

12.6.4 - A Comissão de Licitação poderá verificar a regularidade e a validade das certidões apresentadas pela Licitante através de consulta via internet, caso esteja imediatamente disponível e seja conhecida a forma de acesso aos órgãos competentes;

12.6.5 - Para fins de pontuação técnica serão considerados exclusivamente os documentos apresentados no(s) Envelope(s) nº 2, vedada a possibilidade de pontuação por documento apresentado apenas por ocasião do cadastramento ou junto ao envelope de habilitação;

12.6.6 - Os documentos deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por membro da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda substituído por publicação em órgão da Imprensa Oficial. Não serão aceitos protocolos de documentos em substituição àqueles exigidos neste edital;

12.6.7 - No caso de a licitante requerer a autenticação de cópias pela Comissão de Licitação, os originais e as cópias deverão ser apresentados para tal fim até 2 (dois) dias antes da data da entrega dos envelopes;

12.6.8 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

a) Em nome da Licitante e sempre se referindo ao domicílio deste, com o número do CNPJ e a sede respectiva, exceto os Atestados de Capacidade Técnica;

b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial; e

c) Se a licitante for a matriz e a prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente.

12.6.9 - A não apresentação de documentos ou o não cumprimento de quaisquer exigências deste Ato Convocatório, bem como a apresentação de documentos e/ou propostas em envelopes diferentes daquele a que se referir o seu conteúdo, importará em imediata inabilitação da concorrente;

12.6.10 - A Comissão de licitação poderá diligenciar junto ao licitante;

12.6.11 - Recomenda-se que os documentos contenham numeração sequencial no topo direito das folhas e que sejam apresentados grampeados e/ou encadernados, na ordem em que são requisitados neste Edital;

12.6.12 - Os documentos de habilitação deverão ser entregues na forma, local, dia e hora previstos no item 12 e 12.1 deste Edital.

13. DA PROPOSTA TÉCNICA (envelope nº 2):

13.1 – Devido a complexidade dos serviços, bem como, para garantir a segurança jurídica nos resultados, na análise da proposta e em sua pontuação serão considerados os critérios de qualificação por experiência profissional na atividade de Diagnóstico Sobre a Gestão do Esgotamento Sanitário, realizados de forma singular para órgãos públicos/municípios, de forma coletiva por consórcios públicos (na qualidade de prestador de serviço terceirizado para os mesmos fins deste edital) e por certificação da ARIS;

13.2 - A QUALIFICAÇÃO por contratação para Diagnóstico da Situação Sobre a Gestão do Esgotamento Sanitário realizados e aprovados de forma singular, serão demonstradas pelo proponente mediante apresentação de declaração expedido por órgão público/município. A QUALIFICAÇÃO por contratação para Diagnóstico da Situação Atual Sobre a Gestão do Esgotamento Sanitário realizados e aprovados de forma coletiva consorciada, serão demonstradas pelo proponente mediante apresentação de declaração expedido pelo órgão gerenciador contratante (consórcio Público). A QUALIFICAÇÃO por Atestado de Capacidade Técnica expedido pela ARIS, deverá atestar a capacidade técnica da empresa certificando que a empresa recebeu qualificação e treinamentos para Diagnosticar Situação Sobre a Gestão do Esgotamento Sanitário e constar os serviços anteriores aprovados pela ARIS.

13.3 - A avaliação observará a seguinte pontuação para fins de julgamento:

ITEM	QUESITOS	PONTOS
1	Atestado de capacidade técnica singular expedido por órgão público/municípios, de que a empresa realizou no município Diagnóstico de Situação Sobre a Gestão do Esgotamento Sanitário, que foram finalizados e aprovados pela ARIS (MODELO ANEXO VII - máximo 4).	01
2	Atestado de capacidade técnica consorciado expedido por Consórcio Público, de que a empresa realizou de forma coletiva consorciada Diagnóstico de Situação Sobre a Gestão do Esgotamento Sanitário em todos os municípios consorciados, que depois de finalizados, todos foram aprovados pela ARIS (MODELO ANEXO VIII - máximo 4).	01
3	Atestado de capacidade técnica da ARIS, para prestação de serviços de Diagnóstico de Situação Sobre a Gestão do Esgotamento Sanitário, expedido pela Agência reguladora Intermunicipal de Santa Catarina - ARIS (MODELO ANEXO IX - máximo 1).	02
PONTUAÇÃO MÁXIMA		10

13.3.1 - Considerados os fatores previstos, cada proponente poderá alcançar o máximo de 10 (dez) pontos no critério de qualificação técnica.

13.3.2 – O máximo de pontos previstos referem-se à pontuação conjunta dos 3 (três) quesitos.

13.3.3 - Os Atestados deverão ser originais, expedidos pelos respectivos órgãos públicos em papel timbrado do Município, órgão público expedidor.

13.3.4 – Cada declaração expedida por órgão/município por serviço prestado de forma singular, até o número de 4 (quatro), que for aprovada pela Comissão Especial, receberá 01 (um) ponto, sendo desconsideradas para efeito de pontuação, as declarações desclassificadas por inconsistência de dados, ou que não estão relacionadas com os quesitos do item 13.3.

13.3.5 – Cada declaração expedida por órgão gerenciador (Consórcio) por serviço prestado de forma coletiva consorciada, até o número de 4 (quatro), que for aprovada pela Comissão Especial, receberá 01 (um) ponto, sendo desconsideradas para efeito de pontuação, as declarações desclassificadas por inconsistência de dados, ou que não estão relacionadas com os quesitos do item 13.3.

13.3.6 – O Atestado expedido pela ARIS, (apenas 1 (um) atestado), que for aprovada pela Comissão Especial, receberá 02 (dois) pontos, sendo desconsideradas para efeito de pontuação, os certificados desclassificados por inconsistência de dados, ou que não estão relacionadas com os quesitos do item 13.3.

13.3.7 - Cada Atestado poderá pontuar somente 01 (uma) vez e não terá contagem cumulativa nos quesitos constantes do quadro do item 13.3.

13.4 - A proposta técnica deverá ser apresentada na forma do exemplo constante do Anexo V deste Edital, em uma única via sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em papel timbrado do proponente, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, datilografada ou impressa, devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo proponente ou seu representante.

13.5 – A proposta técnica deverá ser apresentada juntamente com o envelope da proposta de preço no local, dia e hora previstos no item 4, observado o disposto neste item 13 (e seus subitens), bem como no Anexo V deste Edital.

13.6 - Havendo duplicidade de informações, somente uma será considerada para fins de contagem de ações.

13.7 - As Licitantes deverão apresentar os documentos comprobatórios em ordem e numerados, separados por quesitos e, em cada quesito, os documentos comprobatórios deverão estar separados, de modo a facilitar a conferência e contagem dos pontos.

13.8 - Deverão ser apresentados necessariamente os documentos solicitados para comprovar o atendimento aos itens e critérios de pontuação relacionados neste Edital e no Anexo V, podendo se fazer acompanhar de outros documentos que esclareçam a adequação dos serviços

cotados pela licitante às exigências descritas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste Edital);

13.9 - A proposta deverá estar acompanhada da planilha de quesitos da Proposta Técnica, devidamente preenchida, conforme modelo apresentado no Anexo V deste Edital.

13.10 - A proposta deve ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação, caso não seja apresentada a validade da proposta, considera-se 60 (sessenta) dias.

13.11 - Caso a documentação relativa à Proposta Técnica seja muito volumosa, o proponente deverá apresentar a documentação em envelopes lacrados distintos para cada critério, cada qual identificado. Não serão admitidas caixas, fichários, pacotes ou qualquer outro tipo de embrulho para acondicionar a documentação relativa à Proposta Técnica.

14 - DA PROPOSTA DE PREÇO (envelope n. 3):

14.1 - As Propostas de Preço deverão ser apresentadas em uma única via sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em papel timbrado do proponente, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, datilografada ou impressa, devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo proponente ou seu representante, além de observar as seguintes condições:

14.2 - Indicação do nome ou razão social do proponente, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, bem como: nome, estado civil, profissão, CPF, Carteira de Identidade, domicílio e cargo na empresa, do responsável pela assinatura do contrato;

14.3 - Validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

14.4 - Expressar preço global único para atender ao objeto deste Edital e seus Anexos, em moeda corrente nacional, expressa em algarismos e por extenso. Em caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e por extenso, será considerado este último;

14.5 - O Preço Global a ser considerado no julgamento será o expresso na proposta, sem considerar eventuais preços unitários relativos a descrição de serviços por cada município consorciado.

14.6 - Na estipulação do preço global dos serviços referidos no Item anterior deverão ser considerados e embutidos os preços dos demais serviços que também constituem o objeto contratual e as obrigações da CONTRATADA, conforme Anexo I (Termo de Referência) e X (Minuta de Contrato) deste Edital, que não estão expressamente mencionados no documento de proposta de preços.

14.7 - O preço Global que compõem a Proposta de Preços deverá referir-se a todos os serviços a serem realizados nos municípios consorciados descritos no preâmbulo do Edital, independentemente do prazo ou período de meses que durar a conclusão ou da vigência do contrato.

14.8 - Os preços Global deverão incluir todas as despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações em todos os municípios consorciados relacionados no preâmbulo deste Edital.

14.9 - As Licitantes deverão declarar expressamente que os preços contidos na proposta incluem todos os custos, remuneração e despesas, tais como custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais e trabalhistas, necessários ao cumprimento integral do objeto desse Edital e seus Anexos;

14.10 - As propostas deverão conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preço ou baseada em ofertas de outras licitantes ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

14.11 - A Proposta de Preços contemplará, o preço pela prestação dos serviços em regime de empreitada global, que constituem o objeto da Licitação. Não haverá qualquer outra remuneração ou acréscimo no pagamento além da proposta de preços vencedora.

14.12 - O Preço Global Máximo admitido nesta Licitação é de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

15 - DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS

15.1 – OS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA PRESENTE LICITAÇÃO DEVERÃO ENTREGAR, IMPRETERIVELMENTE, ATÉ O DIA E HORÁRIO CONSTATADO NO ITEM 4 DESTA EDITAL, NA SEDE ADMINISTRATIVA DO CIGAMERIOS, NO ENDEREÇO DO PREÂMBULO:

15.2 - Um envelope não transparente, indevassável, fechado ou lacrado e rubricado em seu fecho, contendo, em sua parte externa, os dizeres "ENVELOPE 1 – CIGAMERIOS / TOMADA DE PREÇOS Nº. 01 /2018/ DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO/(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE", CONTENDO OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREVISTOS NO ITEM 12 DESTA EDITAL, OBSERVADO O QUE DISPÕEM OS ITENS 12.6 E SEUS SUBITENS.

15.3 - Um envelope não transparente, indevassável, fechado ou lacrado e rubricado em seu fecho, contendo, em sua parte externa, os dizeres "ENVELOPE 2 CIGAMERIOS / TOMADA DE PREÇOS Nº. 01 /2018 / PROPOSTA TÉCNICA / (RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE", contendo a proposta técnica, em conformidade com o disposto no item 13.

15.4 - Um envelope não transparente, indevassável, fechado ou lacrado e rubricado em seu fecho, contendo, em sua parte externa, os dizeres "ENVELOPE 3 – CIGAMERIOS / TOMADA DE PREÇOS Nº. 01 /2018 / PROPOSTA DE PREÇO / (RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE", contendo a proposta de preço, em conformidade com o disposto no item 14 deste Edital;

15.5 - Termo de Credenciamento, na forma do Anexo II deste Edital, caso deseje ser representada nas sessões públicas desta Licitação. A não apresentação do referido Termo não implica na inabilitação da Licitante ou em impedimento de se fazer presente nas sessões públicas, mas impede, nas mesmas, a manifestação em nome de licitante como seu representante sobre qualquer decisão adotada pela Comissão de Licitação, bem como de fazer qualquer consignação em ata e de proceder à reclamação, caso a CPL não consiga manter contato com a Licitante.

16. DA SESSÃO DE ABERTURA E DO JULGAMENTO

16.1 - A abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação, proposta técnica e a proposta de preço será realizada em sessão pública, a ser realizada no dia 20/07/2018 às 08h, da qual se lavrará ata circunstanciada e assinada pela Comissão de Licitação e pelos participantes.

16.2 - Não havendo expediente na data fixada, o certame será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora, salvo por motivo de força maior ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

16.3 - Nenhum outro documento será recebido, nem serão permitidos quaisquer acréscimos à documentação de habilitação e às propostas após o prazo definido no item 4.

16.4 - Iniciada a sessão de abertura e analisados os termos de credenciamento, serão lançados em ata os nomes dos representantes das licitantes presentes.

16.5 - A Comissão de Licitação fará a abertura dos envelopes nº 1, contendo a documentação de habilitação, que será conferida, numerada e examinada pela Comissão de Licitação nesta ocasião, sendo necessariamente rubricada pela Comissão e pelas licitantes presentes, ou seus respectivos credenciados.

16.6 - Verificado o atendimento ou não das exigências habilitatórias, a Comissão de Licitação fará o julgamento da habilitação, da qual dará ciência direta às Licitantes caso todos estejam devidamente representados na sessão, lavrando-se em ata, na forma do § 1º do art. 109 da Lei nº 8666/93; caso alguma das licitantes não tenha representante presente à sessão, a mesma será suspensa para a devida publicação da decisão.

16.7 - Caso todos os licitantes tenham representantes presentes à sessão, a Comissão de Licitação proporá que todos renunciem ao direito de interpor recurso, o que, se ocorrer, permitirá à Comissão abrir os envelopes contendo as propostas técnicas (envelope 2).

16.8 - Caso alguma das licitantes não tenha representante presente à sessão, ou, mesmo se presentes representantes de todos, não ocorrer a renúncia de todos ao direito de recorrer, a Comissão deverá aguardar o transcurso do prazo de recurso e, havendo recurso, observar o trâmite previsto no art. 109 da Lei 8.666/93 antes de reiniciar a sessão, cuja data e horário serão comunicadas às licitantes, e proceder à abertura dos envelopes 2 e 3 e ao julgamento.

16.9 - Serão devolvidos, fechados, os envelopes de Propostas Técnica e de Preço às licitantes inabilitados, passando-se, a seguir, à ABERTURA DAS PROPOSTAS TÉCNICAS (envelopes 2) das licitantes habilitados, sendo estas, então, rubricadas pelos membros da Comissão de Licitação e pelas licitantes presentes, ou seus respectivos credenciados.

16.10 - Dando sequência à sessão pública, a Comissão de Licitação procederá à avaliação e classificação das propostas técnicas.

16.11 - Será realizada a conferência da documentação apresentada pelas Licitantes como comprobatória do cumprimento dos requisitos indicadores do direito à pontuação técnica, que será atribuída em conformidade com o disposto no item 13 e seus subitens. Os quesitos não comprovados importarão na atribuição aos mesmos de nota zero.

16.12 - As propostas técnicas incompatíveis com os termos deste Edital serão desclassificadas pela Comissão de Licitação.

16.13 - Será então atribuída, a cada Licitante uma Nota Técnica (NT), obtida do cálculo da média aritmética ponderada das notas obtidas nos fatores:

a) - Atestado de Capacidade Técnica singular (N1) (Item "a") – Peso 01;

b) - Atestado de Capacidade Técnica consorciado (N2) (Item "b") – Peso 02;

c) - Atestado de Capacidade Técnica ARIS (N3) (item "c") – Peso 03;

As Notas Técnicas (NT) serão, pois, resultantes da seguinte equação:

$$NT = (N1 \times 1) + (N2 \times 2) + (N3 \times 3) \text{ 10}$$

16.14 - A partir da Nota Técnica será calculado o Índice Técnico (IT) de cada licitante, calculado dividindo-se a Nota Técnica (NT) de cada licitante pela Melhor Nota Técnica (MNT) (Nota Técnica da licitante que obteve a maior pontuação), de acordo com a seguinte fórmula:

$$IT = MNT/NT$$

16.15 - Os índices técnicos serão, desta forma, números situados entre 0 (zero) e 1 (um), considerados até a 2ª (segunda) casa decimal.

16.16 - Serão consideradas tecnicamente aptas as Licitantes cujo Índice Técnico (IT) seja superior a 2, os quais terão abertos seu envelope contendo as respectivas propostas de preços; a Comissão de Licitação devolverá, fechados, os envelopes de preços às Licitantes cujas propostas técnicas não atingiram essa valorização mínima.

16.17 - Abertos os envelopes contendo as PROPOSTAS DE PREÇOS das Licitantes cujos índices técnicos (IT) atingiram a valorização mínima estabelecida, os preços propostos serão lidos em voz alta pelo Presidente da Comissão de Licitação, devendo as propostas serem numeradas e rubricadas pelos membros da Comissão de Licitação, pelas licitantes presentes, ou seus respectivos credenciados;

16.18 - A Comissão desclassificará, se houver, as propostas de preços superiores ao Preço Máximo definido no item 14.12 e realizará a avaliação e a valorização das propostas de preços para determinação do ÍNDICE DE PREÇO (IP).

16.19 - O cálculo do Índice de Preço (IP) de cada licitante será feito dividindo-se o "menor preço cotado" (MPC) dentre as propostas das licitantes cujos Índices Técnicos atingiram a valorização mínima pelo preço cotado pela licitante em análise (PCL), de acordo com a seguinte fórmula:

$$IP = MPC / PCL$$

16.20 - A classificação e o julgamento final serão efetuados pela Comissão de Licitação mediante o cálculo das médias ponderadas entre o ÍNDICES TÉCNICOS (IT) e os ÍNDICES DE PREÇO (IP) das Licitantes, que resultará nas respectivas NOTAS DE AVALIAÇÃO FINAL (NF) de cada qual.

16.21 - Para o cálculo das Notas de Avaliação Final (NF) serão adotados como fatores de ponderação o peso 7 (sete) para o Índice Técnico (IT) e peso 3 (três) para o Índice de Preço (IP).

16.22 - A Nota de Avaliação Final (NF) da licitante será obtida pela multiplicação de seu Índice Técnico (IT) pelo peso 07 (sete) somado à multiplicação do seu Índice de Preço (IP) pelo peso 03 (três), conforme fórmula abaixo:

$$NF = (IT \times 7) + (IP \times 3)$$

16.23 - Será considerada vencedora a proposta que obtiver a maior Nota de Avaliação Final (NF).

16.24 - O julgamento final da Licitação, com a divulgação da proposta vencedora, será publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM e no sítio do CIGAMERIOS.

16.25 - Se todos as licitantes estiverem devidamente representadas no ato em que foi adotada a decisão de julgamento final da Licitação, esta lhes será comunicada diretamente e lavrada em ata, iniciando-se dessa data o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis. Havendo renúncia expressa das licitantes do direito de recorrer, caberá à Autoridade Competente homologar o certame e adjudicar o objeto à Licitante cuja proposta houver sido classificada em primeiro lugar, sendo o resultado divulgado mediante publicação no Diário Oficial do Estado e no sítio da Prefeitura Municipal na internet.

17 - DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

17.1. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente comprovado, pertinente e suficiente para justificar sua revogação; ser anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado; ter adiada sua realização ou transferida sua abertura para outra data, mediante prévio aviso;

17.2. A anulação da presente licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei 8.666/93;

17.3. A nulidade da presente licitação induz à nulidade do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei 8.666/93;

18. DA CONVOCAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

18.1 - Homologada a adjudicação, será convocada a vencedora da licitação, dentro do prazo de 15 dias, para assinar o termo de contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sofrendo ainda as penalidades a que alude o artigo 81 da Lei 8.666, de 21/06/93;

18.2 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado;

18.3 - Não comparecendo o convocado, pode a administração convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para formalizar a contratação em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com este Edital, ou revogar a licitação;

18.4 - Se não houver convocação, decorridos 60 (sessenta) dias da entrega das propostas, as licitantes ficarão liberados dos compromissos assumidos;

18.5 - O contrato a ser celebrado terá duração de 10 (dez) meses, a contar da ata de sua assinatura, podendo ser prorrogado em

conformidade com a legislação vigente, ficando limitada a duração a sessenta meses, de acordo com o artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93.

19. OBSERVAÇÕES GERAIS:

19.1 - A Comissão de Licitação poderá, caso repute necessário para a análise dos documentos de habilitação e das propostas, suspender a sessão pública e designar outra data para sua continuidade.

19.2 - Julgados os recursos eventualmente interpostos, se houver alteração na classificação das licitantes, estes serão notificados e o resultado será divulgado mediante publicação no Placar e Site Oficial.

19.3 - Encerrados os trabalhos, lavrar-se-á ata circunstanciada, que será assinada pelos membros da Comissão de Licitação, pelas licitantes presentes, ou seus respectivos credenciados.

19.4 - Para efeitos de julgamento da habilitação e das propostas, serão considerados somente os documentos constantes nos envelopes entregues na data de abertura do certame. Não serão considerados no julgamento da presente licitação, sob nenhuma hipótese, documentos apresentados na fase de Cadastramento.

19.5 - Todos os documentos e propostas serão rubricados pelas licitantes e pelos membros da Comissão de Licitação;

19.6 - As propostas que não atenderem às condições desta licitação, que oferecerem vantagens nela não previstas ou que contiverem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis ou, ainda, que se basearem em ofertas de outras licitantes, serão desclassificadas ou desconsideradas, assegurada a prévia apreciação de documentos comprobatórios da viabilidade e da adequação dos preços apresentados, na forma do inciso II do art. 48 da Lei nº 8666/93;

19.7 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, e, após obedecido o disposto no parágrafo 2º do artigo 3º da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/93, a classificação far-se-á, obrigatoriamente pelo maior tempo de serviço comprovado na área de contabilidade pública, no dia previsto para a realização do certame;

19.8 - Quando todos as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar às licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas dos vícios que determinaram as inabilitações ou desclassificações, na forma do § 3º do art. 48 da Lei nº 8.666/93;

19.9 - A decisão da Comissão de Licitação somente será considerada definitiva após homologação do Presidente do CIGAMERIOS;

19.20 - Verificando-se no curso da análise, o descumprimento de quaisquer requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a proposta será desclassificada;

19.21 - Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.

19.22 - A despesa decorrente desta licitação correrá pela dotação orçamentária do CIGAMERIOS:

ADMINISTRAÇÃO GERAL DO CIGAMERIOS – 01.01.04.122.0001.2001
MODALIDADE: APLICAÇÕES DIRETAS – 3.3.90.00.00.00.00
FONTE: CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CIGAMERIOS/ARIS (TRATASan) N. 003/2018 – 0.1.0080

20. DOS ANEXOS

Acompanham este Edital, como sua parte integrante, os Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X descritos abaixo:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO;

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES;

ANEXO V – SOBRE A PROPOSTA TÉCNICA: SÍNTESE DE FATORES, QUESITOS E PESOS;

ANEXO VI – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO VII – MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA PARA MUNICÍPIO;

ANEXO VIII – MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA PARA CONSÓRCIO;

ANEXO IX – MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA PARA ARIS;

ANEXO X – MINUTA BÁSICA DE CONTRATO.

Maravilha/SC, 18 de junho de 2018.

RENALDO MUELLER

Presidente do CIGAMERIOS

Prefeito de RIQUEZA/SC

ANEXO I

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 03/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO:

1.1. Este Termo de Referência visa orientar os interessados na contratação de empresa para prestar serviços de diagnóstico quali-quantitativo das unidades de tratamento de esgoto doméstico nos municípios consorciados do CIGAMERIOS, conforme cronograma físico estabelecido no Plano de Trabalho.

1.2. Institui as diretrizes gerais e específicas, bem como estabelece demais procedimentos que nortearão os licitantes.

2. JUSTIFICATIVA:

O Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS, é um consórcio público multifinalitário, que pelos termos do Protocolo de Intenções, ratificado por lei municipal dos entes subscritores, estabeleceram o Contrato de Consórcio Público, que da mesma forma ratificou-se por lei municipal, de acordo com a vontade legislativa de cada ente, ao passo que se pactuou os respectivos contratos de programa, que em seu objeto, estabelecem a possibilidade do CIGAMERIOS promover ações coletivas/consorciadas que visam unificar objetos e objetivos.

Com fulcro nessas convenções consorciadas e levadas a termo, tem a presente licitação como objetivo principal, promover de forma integrada através do CIGAMERIOS, licitação compartilhada da qual, nos termos do edital, formalizar-se-á contrato administrativo, que ao final, visa levar soluções conjuntas aos entes participantes, na gestão de saúde pública e outras relacionados ao meio ambiente, de vigilância sanitária, epidemiológica e infraestrutura, considerando:

a) que toda edificação permanente urbana deve ser conectada à rede pública de esgotamento sanitário quando disponível e sujeita ao pagamento de tarifa e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso do serviço público, nos termos do artigo 45 da Lei Federal nº 11.445/07, e que, na ausência de redes coletoras públicas, serão admitidas soluções individuais de tratamento e destinação final dos esgotos sanitários, nos termos do artigo 45, §1º, da Lei Federal nº 11.445/07;

b) que a destinação final do lodo das fossas sépticas é serviço público, nos termos do artigo 9º, IV, do Decreto nº 7.217/2010; que o PRO-GRAMA TRATASan, propõe o estabelecimento de medidas que possibilitem avaliar as condições da destinação de esgotos sanitários de todas as edificações urbanas e posterior conduta de incentivo a implementação de soluções adequadas, devendo haver a correta fiscalização da destinação e tratamento do esgoto doméstico, seja por sistema público, seja por sistema privado;

c) que os Municípios firmaram Termos de Ajustamento de Conduta - TAC com o Ministério Público de Santa Catarina cujo objeto, entre outros, é a fiscalização, coibição e correção das irregularidades ambientais em razão dos lançamentos de esgoto sanitário no meio ambiente sem nenhum tratamento prévio ou tratamento deficiente;

d) que os Município se comprometeram, através de seus agentes públicos, à fiscalizar e adotar as medidas pertinentes à regularização dos sistemas individuais, inclusive para fins de análise e aprovação do respectivo projeto hidrossanitário em conformidade com a NBR 7229/1993 e NBR 13969/1997, por profissional habilitado junto ao CREA/SC, e acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;

e) que a ARIS congrega 17 municípios consorciados, sendo que 02 tem população superior a 15.000 habitantes, que também são consorciados ao CIGAMERIOS;

f) que o CIGAMERIOS tem competência institucional para realizar diagnósticos e estudos no âmbito dos Municípios consorciados, conforme fundamentos já elencados.

Partindo de todo o exposto, em especial os considerando excertos do Projeto TRATASan...

Justifica-se que a contratação de pessoa jurídica, na forma de empresa cujo objeto visa realizar diagnóstico quali-quantitativo das unidades de tratamento de esgoto doméstico em operação nos municípios consorciados ao CIGAMERIOS, parte dos termos do Convênio de Cooperação Técnica n. 03/2018, formalizado com a Agência reguladora Intermunicipal de Santa Catarina - ARIS, tendo em vista a necessidade pela terceirização dos serviços a ser desenvolvido por empresa com notória e reconhecida capacidade técnica, que ao final, o resultado atenda as exigências do Projeto TRATASan da Agência Reguladora ARIS, bem como cumpram com as metas dos respectivos Planos Municipais de Saneamento Básico e a legislação federal e estadual vigente.

Ainda, por evidente, devido a complexidade dos serviços a serem desenvolvidos pela empresa a ser contratada, embora o valor global para todos os serviços não ultrapassar R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), entende-se que a modalidade Tomada de Preço (art. 22, Inciso II c/c art. 46, da Lei 8.666/93), aliado ao tipo de melhor técnica e preços (art. 45, § 1º, III, da Lei 8.666/93) e a execução em regime de empreitada por preço Global (art. 6º, VIII, "a" c/c art. 10, II, a, e art. 47 da Lei nº 8.666/1993) é a melhor forma de se alcançar a proposta mais vantajosa para a administração, para tanto, estabelecer quesitos próprios para apurar a capacidade técnica da empresa é fator imprescindível.

No mesmo sentido, a adoção do regime de empreitada por preço global, torna-se o regime favorável, devido aos recursos repassados mediante convênio n. 03/2018 pela ARIS, que estabelece valor único e igual para todos os municípios a serem atendidos pelo programa, independentemente do número de habitantes, residências ou dificuldades encontradas. Declina-se assim, pois os serviços requerem critérios de execução igualitária de acordo com o Cronograma Físico do Plano de Trabalho. Ou seja, a empresa vencedora receberá o valor total da

proposta pela execução do diagnóstico quali-quantitativo em todos os municípios consorciados que formalizaram o convênio com a Agência ARIS, independente das unidades de tratamento de esgoto doméstico em operação diagnosticadas.

Por último, justifica-se também a forma de pagamento estabelecido, que opcionalmente poderá ocorrer no final do contrato, ao atender todos os municípios consorciados, ou por etapas, na conclusão do diagnóstico em cada município consorciado. Em todos os casos, somente será efetuado pagamento mediante laudo de constatação expedido pela Agência ARIS, que em relatório próprio, indicará o serviço concluído, certificando município diagnosticado para fins e efeitos legais.

3. OBJETO:

3.1 CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E TECNICAMENTE HABILITADA PARA REALIZAR DIAGNÓSTICO QUALI-QUANTITATIVO DAS UNIDADES DE TRATAMENTO DE ESGOTO DOMÉSTICO EM OPERAÇÃO NOS MUNICÍPIOS REGULADOS PELA ARIS, FUNDAMENTALMENTE NAS SOLUÇÕES INDIVIDUAIS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIGAMERIOS.

3.2 - O trabalho fundamentará a tomada de decisão a ser realizada pelos municípios consorciados, sobre as ações necessárias à readequação de sistemas existentes e implantação de programa que fomenta a instalação progressiva e gradual, de acordo com o cronograma físico de cada município, de soluções coletivas, desde as adequações jurídicas e técnicas inerente ao poder municipal, até o gerenciamento das ações.

4 – MUNICÍPIOS BENEFICIÁRIOS:

4.1 – Os serviços objeto da licitação, deverão ser executados de acordo com o cronograma físico nos seguintes Órgãos Participantes, conforme Termo de Cooperação formalizado entre o Órgão Gerenciador e a ARIS, bem como Convênio firmado entre ARIS e Órgãos Participantes:

4.1.1 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.594.009/0001-30, com sede na Av. Nossa Srª de Fátima, 120, Centro, Centro, na cidade de Bom Jesus do Oeste, SC, autorizado por Lei Municipal n. 898/2013 – Contrato de programa n. 078/2013. Prefeito: Ronaldo Luiz Senger;

4.1.2 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE CAIBI, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.940.776/0001-56, com sede na R. dos Imigrantes, 499, Centro, na cidade de Caibi, SC, autorizado por Lei Municipal n. 2.321/2012– Contrato de programa n. 157/2013. Prefeito: Elói José Libano;

4.1.3 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.026.765/0001-28, com sede na Rua 1º de Maio, 736, Centro, na cidade de Campo Erê, SC, autorizado por Lei Municipal n. 2003/2017 – Contrato de programa n. 001/2017. Prefeito: Odilson Vicente de Lima;

4.1.4 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.147/0001-95, com sede na R. Moura Brasil, 1639, Centro, na cidade de Cunha Porã, SC, autorizado por Lei Municipal n. 2.559/2012 - Contrato de programa n. 110/2013. Prefeito: Jairo Rivelino Ebeling;

4.1.5 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.566.621/0001-08, Avenida Flor do Sertão, nº 533, Centro, na cidade de Flor do Sertão, SC, autorizado por Lei Municipal n. 585/2013 - Contrato de programa n. 091/2013. Prefeito: Sidnei José Willinghoffer;

4.1.6 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE IRACEMINHA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 80.623.606/0001-12, com sede na Rua Dona Paulina, 780, Centro, na cidade de Iraceminha, SC, autorizado por Lei Municipal n. 1157/2012 – Contrato de programa n. 120/2013. Prefeito: Jean Carlos Nyland;

4.1.7 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE MODELO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.832/0001-11, com sede na Rua do Comércio, nº 1304, Centro, na cidade de Modelo, SC, autorizado por Lei Municipal n. 2108/2013 - Contrato de programa n. 042/2013. Prefeito: Ricardo Luis Maldaner;

4.1.8 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE RIQUEZA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.988.309/0001-48, com sede na R. João Mari, 55, Centro, CENTRO, na cidade de Riqueza, SC, autorizado por Lei Municipal n. 0630/2013 – Contrato de programa n. 118/2014. Prefeito: Renaldo Mueller;

4.1.9 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.821.182/0001-26, com sede na R. 12 de Outubro, 242, Centro, CENTRO, CEP 89908-000, na cidade de Romelândia/SC, autorizado por Lei Municipal n. 2.030/2013- Contrato de programa n. 111/2014. Prefeito: Valdir Bugs;

4.1.10 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE SALTINHO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.844/0001-56, com sede na Rua Álvaro Costa, nº 545, CENTRO, CEP 89981-000, na cidade de Saltinho/SC, autorizado por Lei Municipal n.767/2012 - Contrato de programa n. 001/2014. Prefeito: Deonir Luiz Ferronato;

4.1.11 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.847/0001-90, com sede na Rua Tancredo Neves, nº 337, CENTRO, CEP 89983-000, na cidade de Santa Terezinha Do Progresso/SC, autorizado por Lei Municipal n.1223/2014 - Contrato de programa n.42/2014. Prefeito: Derli Furtado;

4.1.12 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 80.912.124/0001-82, com sede na Rua São Luiz, 440, Centro, na cidade de São Miguel da Boa Vista, autorizado por Lei Municipal n. 859/2013 - Contrato de

programa n. 66/2013. Prefeito: Vilmar Schmaedecke;

4.1.13 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE SAUDADES, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.881/0001-54, com sede na R. Castro Alves, 279, Centro, Centro, na cidade de Saudades, SC, autorizado por Lei Municipal n. 2.221/2.015 – Contrato de programa n. 47/2.013. Prefeito: Daniel Kothe;

4.1.14 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE TIGRINHOS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.566.620/0001-55, com sede na Rua Felipe Baczinski nº 479, Centro, na cidade de Tigrinhos, autorizado por Lei Municipal n. 694/2013 - Contrato de programa n. 037/2013. Prefeito: Derli Antonio de Oliveira.

5. DO CRONOGRAMA FÍSICO:

5.1.1. A empresa contratada obriga-se a prestar serviços de diagnóstico quali-quantitativo atualizado das unidades de tratamento de esgoto doméstico em operação nos municípios regulados pela ARIS, fundamentalmente nas soluções individuais dos municípios consorciados ao CIGAMERIOS relacionados no item anterior, atendendo o cronograma físico conforme detalhamento a seguir:

1. CRONOGRAMA FÍSICO (Romelândia)					
Meta	Etapa	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Visita ao município para identificação da área do diagnóstico	UN	3	15/08/2018	15/11/2018
	Coleta de dados secundários disponíveis	UN	2	15/08/2018	15/09/2018
2	Aplicação de questionário in loco	UN	1.768	15/08/2018	15/09/2018
	Análise e tabulação dos dados	UN	1	16/09/2018	15/11/2018
	Proposição e discussão de alternativas para a viabilidade de implantação do modelo de Esgotamento Sanitário	UN	1	15/10/2018	15/11/2018
	Elaboração de mapas Geo-referenciados	UN	1	15/10/2018	15/11/2018
3	Relatório Final	UN	1	01/11/2018	15/11/2018
1. CRONOGRAMA FÍSICO (Flor do Sertão)					
Meta	Etapa	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Visita ao município para identificação da área do diagnóstico	UN	3	15/08/2018	15/11/2018
	Coleta de dados secundários disponíveis	UN	2	15/08/2018	15/09/2018
2	Aplicação de questionário in loco	UN	412	15/08/2018	15/09/2018
	Análise e tabulação dos dados	UN	1	16/09/2018	15/11/2018
	Proposição e discussão de alternativas para a viabilidade de implantação do modelo de Esgotamento Sanitário	UN	1	15/10/2018	15/11/2018
	Elaboração de mapas Geo-referenciados	UN	1	15/10/2018	15/11/2018
3	Relatório Final	UN	1	01/11/2018	15/11/2018
1. CRONOGRAMA FÍSICO (Iraceminha)					
Meta	Etapa	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Visita ao município para identificação da área do diagnóstico	UN	3	15/08/2018	15/11/2018
	Coleta de dados secundários disponíveis	UN	2	15/08/2018	15/09/2018

2	Aplicação de questionário in loco	UN	1.198	15/08/2018	15/09/2018
	Análise e tabulação dos dados	UN	1	16/09/2018	15/11/2018
	Proposição e discussão de alternativas para a viabilidade de implantação do modelo de Esgotamento Sanitário	UN	1	15/10/2018	15/11/2018
	Elaboração de mapas Geo-referenciados	UN	1	15/10/2018	15/11/2018
3	Relatório Final	UN	1	01/11/2018	15/11/2018

1. CRONOGRAMA FÍSICO (São Miguel da Boa Vista)

Meta	Etapa	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Visita ao município para identificação da área do diagnóstico	UN	3	15/08/2018	15/11/2018
	Coleta de dados secundários disponíveis	UN	2	15/08/2018	15/09/2018
2	Aplicação de questionário in loco	UN	535	15/08/2018	15/09/2018
	Análise e tabulação dos dados	UN	1	16/09/2018	15/11/2018
	Proposição e discussão de alternativas para a viabilidade de implantação do modelo de Esgotamento Sanitário	UN	1	15/10/2018	15/11/2018
	Elaboração de mapas Geo-referenciados	UN	1	15/10/2018	15/11/2018
3	Relatório Final	UN	1	01/11/2018	15/11/2018

1. CRONOGRAMA FÍSICO (Tigrinhos)

Meta	Etapa	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Visita ao município para identificação da área do diagnóstico	UN	3	15/08/2018	15/11/2018
	Coleta de dados secundários disponíveis	UN	2	15/08/2018	15/09/2018
2	Aplicação de questionário in loco	UN	501	15/08/2018	15/09/2018
	Análise e tabulação dos dados	UN	1	16/09/2018	15/11/2018
	Proposição e discussão de alternativas para a viabilidade de implantação do modelo de Esgotamento Sanitário	UN	1	15/10/2018	15/11/2018
	Elaboração de mapas Geo-referenciados	UN	1	15/10/2018	15/11/2018
3	Relatório Final	UN	1	01/11/2018	15/11/2018

1. CRONOGRAMA FÍSICO (Riqueza)

Meta	Etapa	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Visita ao município para identificação da área do diagnóstico	UN	3	16/11/2018	15/02/2019
	Coleta de dados secundários disponíveis	UN	2	16/11/2018	16/12/2018
2	Aplicação de questionário in loco	UN	1.348	16/11/2018	16/12/2018
	Análise e tabulação dos dados	UN	1	17/12/2018	15/01/2019
	Proposição e discussão de alternativas para a viabilidade de implantação do modelo de Esgotamento Sanitário	UN	1	16/01/2019	15/02/2019
	Elaboração de mapas Geo-referenciados	UN	1	16/01/2019	15/02/2019
3	Relatório Final	UN	1	01/02/2018	15/02/2019

1. CRONOGRAMA FÍSICO (Caibi)

Meta	Etapa	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Visita ao município para identificação da área do diagnóstico	UN	3	16/11/2018	15/02/2019
	Coleta de dados secundários disponíveis	UN	2	16/11/2018	16/12/2018
2	Aplicação de questionário in loco	UN	1.700	16/11/2018	16/12/2018
	Análise e tabulação dos dados	UN	1	17/12/2018	15/01/2019
	Proposição e discussão de alternativas para a viabilidade de implantação do modelo de Esgotamento Sanitário	UN	1	16/01/2019	15/02/2019
	Elaboração de mapas Geo-referenciados	UN	1	16/01/2019	15/02/2019
3	Relatório Final	UN	1	01/02/2018	15/02/2019

1. CRONOGRAMA FÍSICO (Cunha Porã)

Meta	Etapa	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Visita ao município para identificação da área do diagnóstico	UN	3	16/11/2018	15/02/2019
	Coleta de dados secundários disponíveis	UN	2	16/11/2018	16/12/2018
2	Aplicação de questionário in loco	UN	3.003	16/11/2018	16/12/2018
	Análise e tabulação dos dados	UN	1	17/12/2018	15/01/2019
	Proposição e discussão de alternativas para a viabilidade de implantação do modelo de Esgotamento Sanitário	UN	1	16/01/2019	15/02/2019
	Elaboração de mapas Geo-referenciados	UN	1	16/01/2019	15/02/2019
3	Relatório Final	UN	1	01/02/2018	15/02/2019

1. CRONOGRAMA FÍSICO (Saudades)

Meta	Etapa	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Visita ao município para identificação da área do diagnóstico	UN	3	16/11/2018	15/02/2019
	Coleta de dados secundários disponíveis	UN	2	16/11/2018	16/12/2018
2	Aplicação de questionário in loco	UN	2.083	16/11/2018	16/12/2018
	Análise e tabulação dos dados	UN	1	17/12/2018	15/01/2019
	Proposição e discussão de alternativas para a viabilidade de implantação do modelo de Esgotamento Sanitário	UN	1	16/01/2019	15/02/2019
	Elaboração de mapas Geo-referenciados	UN	1	16/01/2019	15/02/2019
3	Relatório Final	UN	1	01/02/2018	15/02/2019

1. CRONOGRAMA FÍSICO (Modelo)

Meta	Etapa	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Visita ao município para identificação da área do diagnóstico	UN	3	16/11/2018	15/02/2019
	Coleta de dados secundários disponíveis	UN	2	16/11/2018	16/12/2018

2	Aplicação de questionário in loco	UN	1.070	16/11/2018	16/12/2018
	Análise e tabulação dos dados	UN	1	17/12/2018	15/01/2019
	Proposição e discussão de alternativas para a viabilidade de implantação do modelo de Esgotamento Sanitário	UN	1	16/01/2019	15/02/2019
	Elaboração de mapas Geo-referenciados	UN	1	16/01/2019	15/02/2019
3	Relatório Final	UN	1	01/02/2018	15/02/2019

1. CRONOGRAMA FÍSICO (Bom Jesus do Oeste)

Meta	Etapa	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Visita ao município para identificação da área do diagnóstico	UN	3	16/02/2019	15/05/2019
	Coleta de dados secundários disponíveis	UN	2	16/02/2019	16/03/2019
2	Aplicação de questionário in loco	UN	573	16/02/2019	16/03/2019
	Análise e tabulação dos dados	UN	1	17/03/2019	15/05/2019
	Proposição e discussão de alternativas para a viabilidade de implantação do modelo de Esgotamento Sanitário	UN	1	16/04/2019	15/05/2019
	Elaboração de mapas Geo-referenciados	UN	1	16/04/2019	15/05/2019
3	Relatório Final	UN	1	01/05/2019	15/05/2019

1. CRONOGRAMA FÍSICO (Saltinho)

Meta	Etapa	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Visita ao município para identificação da área do diagnóstico	UN	3	16/02/2019	15/05/2019
	Coleta de dados secundários disponíveis	UN	2	16/02/2019	16/03/2019
2	Aplicação de questionário in loco	UN	1.002	16/02/2019	16/03/2019
	Análise e tabulação dos dados	UN	1	17/03/2019	15/05/2019
	Proposição e discussão de alternativas para a viabilidade de implantação do modelo de Esgotamento Sanitário	UN	1	16/04/2019	15/05/2019
	Elaboração de mapas Geo-referenciados	UN	1	16/04/2019	15/05/2019
3	Relatório Final	UN	1	01/05/2019	15/05/2019

1. CRONOGRAMA FÍSICO (Campo Erê)

Meta	Etapa	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Visita ao município para identificação da área do diagnóstico	UN	3	16/02/2019	15/05/2019
	Coleta de dados secundários disponíveis	UN	2	16/02/2019	16/03/2019
2	Aplicação de questionário in loco	UN	2.614	16/02/2019	16/03/2019
	Análise e tabulação dos dados	UN	1	17/03/2019	15/05/2019
	Proposição e discussão de alternativas para a viabilidade de implantação do modelo de Esgotamento Sanitário	UN	1	16/04/2019	15/05/2019
	Elaboração de mapas Geo-referenciados	UN	1	16/04/2019	15/05/2019
3	Relatório Final	UN	1	01/05/2019	15/05/2019

1. CRONOGRAMA FÍSICO (Santa Terezinha do Progresso)

Meta	Etapa	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Visita ao município para identificação da área do diagnóstico	UN	3	16/02/2019	15/05/2019
	Coleta de dados secundários disponíveis	UN	2	16/02/2019	16/03/2019
2	Aplicação de questionário in loco	UN	861	16/02/2019	16/03/2019
	Análise e tabulação dos dados	UN	1	17/03/2019	15/05/2019
	Proposição e discussão de alternativas para a viabilidade de implantação do modelo de Esgotamento Sanitário	UN	1	16/04/2019	15/05/2019
	Elaboração de mapas Geo-referenciados	UN	1	16/04/2019	15/05/2019
3	Relatório Final	UN	1	01/05/2019	15/05/2019

6. DAS DIRETRIZES:

6.2 Detalhamento Geral - A empresa contratada para prestar os serviços de diagnóstico, fundamentalmente, deverá apresentar as informações itemizadas abaixo, atendendo detalhamento a seguir:

6.2.1. Elaboração de questionário censitário - Identificação das principais características físicas e técnicas dos equipamentos de tratamento individual e coletivos instalados e os principais procedimentos adotados quanto a manutenção e operação dos mesmos.

6.2.2. Estudo populacional - Detalhamento de informações gerais acerca da população municipal. A partir de dados oficiais, definição de projeção da população local através da análise de métodos matemáticos consolidados e adotada a projeção com base no perfil de crescimento populacional observado no local.

6.2.3. Localização de unidades - Detalhamento da localização dos sistemas de tratamento, individual e coletivo.

6.2.4. Características físicas - Detalhamento do uso e ocupação do solo, características do solo, capacidades de infiltração e percolação e altura do nível d'água.

6.2.5. Situação municipal do esgotamento sanitário - Diagnóstico do esgotamento sanitário na região urbana, incluindo descrição e abrangência das soluções atualmente adotadas. Levantamento dos sistemas de esgotamento individual e coletivo existentes, detalhando o modo de operação, tecnologias empregadas e forma de remuneração dos serviços. Levantamento dos prestadores de limpa fossa existentes que operam na região e custos dos serviços.

6.2.6. Prognóstico e alternativas para o esgotamento sanitário na região - Indicação de alternativas para o esgotamento sanitário na região de estudo, considerando a evolução populacional e a variação da geração de esgotos na área urbana.

6.2.7. Ações para regularização dos sistemas individuais existentes - Apresentação de Programa de Adequação de sistemas individuais de tratamento de esgoto, estruturando programa de adequação e de manutenção (limpeza) de unidades residenciais, conforme cronograma estabelecido com base no intervalo de limpeza adotado no dimensionamento das instalações, bem como elaboração de projetos tipos para o tratamento individual afim de auxiliar os usuários e a aprovação por parte do município.

6.3. Detalhamento Específico - A empresa contratada para prestar os serviços de diagnóstico, fundamentalmente, deverá apresentar as informações com detalhamento específico:

6.3.1. Diagnóstico da situação atual do esgotamento sanitário da área de interesse - Neste item, detalham-se as informações necessárias que deverão ser levantadas, através de diagnóstico, bem como a divisão de responsabilidades entre ARIS, equipe técnica contratada e prefeitura municipal, para definição da estratégia a ser implementada nos municípios sobre a melhoria da gestão do esgotamento sanitário.

6.3.2. As equipes técnicas contratadas, após o levantamento de todas as informações constantes neste capítulo, deverão elaborar um relatório técnico descrevendo a situação atual do município em estudo, detalhando e espacializando essas informações. Nesse relatório deverão ser indicados os possíveis tipos de sistemas a serem implantados nas diversas regiões urbanas do município. Deverá ser seguido relatório modelo desenvolvido pela ARIS. Tais informações, embora de âmbito regulatório, poderão também ser utilizadas pelo município para subsidiar futuras definições de estratégias para universalização do esgotamento sanitário.

6.3.3. Elaboração de questionário censitário - Todos os domicílios integrantes às zonas urbanas (sede e outros distritos) dos municípios regulados pela ARIS deverão ser avaliados pela aplicação de questionário específico pela equipe técnica contratada, sendo acompanhada por técnicos da prefeitura municipal, devidamente habilitados, conforme Termo de Convênio de Adesão assinado entre a ARIS e a Prefeitura Municipal.

Neste questionário são identificadas as principais características físicas e técnicas dos equipamentos instalados e os principais procedimentos adotados quanto à manutenção dos mesmos.

Tabela 1: Identificação.

EDIFICAÇÃO (IDENTIFICAÇÃO):			
PERFIL DA EDIFICAÇÃO:			OBSERVAÇÕES DA EDIFICAÇÃO:
RESIDENCIAL COMERCIAL INDUSTRIAL	SIM	NÃO	
	SIM	NÃO	
	SIM	NÃO	
RUA:			
BAIRRO:			NÚMERO: <input type="text"/>
COMPLEMENTO:			
MUNICÍPIO:			CEP: <input type="text"/>
NÚMERO DE PESSOAS NA EDIFICAÇÃO (POP. FIXA):			
NÚMERO MÁXIMO DE PESSOAS NA EDIFICAÇÃO (POP. FLUTUANTE):			
SISTEMA É INDIVIDUAL?	SIM	NÃO	SE APLICÁVEL, REFERÊNCIA (NOME) DO SISTEMA COLETIVO:
OBSERVAÇÕES DO SISTEMA:			

A forma de identificação da edificação deverá respeitar padronização para todas as unidades onde o questionário for aplicado, padronização essa a ser apresentada pela equipe técnica da contratada e homologada pela ARIS.

Tabela 2: Informações do Sistema de Tratamento.

QUESTÕES	RESPOSTA	
POSSUI TANQUE SÉPTICO (FOSSA)?	SIM	NÃO
POSSUI FILTRO ANAERÓBIO?	SIM	NÃO
POSSUI FILTRO VALA DE FILTRAÇÃO?	SIM	NÃO
POSSUI SUMIDOURO?	SIM	NÃO
POSSUI CAIXA DE GORDURA?	SIM	NÃO
POSSUI CLORADOR?	SIM	NÃO
POSSUI LIGAÇÃO NA DRENAGEM PLUVIAL ?	SIM	NÃO
QUAL A IDADE DO EQUIPAMENTO?		
FOI FEITA LIMPEZA PERIÓDICA?	SIM	NÃO
QUAL A FREQUÊNCIA?		
QUAL DATA (MÊS/ANO) DA ÚLTIMA LIMPEZA?		
FOI APROVADO PROJETO PELO MUNICÍPIO?	SIM	NÃO
EXISTE POÇO PRÓXIMO?	SIM	NÃO
QUAL DISTÂNCIA?		

Ainda, deverá ser realizada avaliação sobre informações específicas junto à administração municipal;

Tabela 3: Informações a serem levantadas junto aos municípios.

HÁ LEGISLAÇÃO QUE ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA INSTALAÇÃO DE PROJETOS HIDROSSANITÁRIO NOS TERMOS DAS NBRS 13969/97 E 7229/93	SIM	NÃO
HÁ FISCALIZAÇÃO DO PROJETO DO SISTEMA DE ESGOTO	SIM	NÃO
QUAL ÓRGÃO?		
HÁ FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO	SIM	NÃO
QUAL ÓRGÃO?		
HÁ FISCALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO	SIM	NÃO
QUAL ÓRGÃO?		
HÁ EMISSÃO DE ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO?	SIM	NÃO
HÁ EMISSÃO DE HABITE-SE SANITÁRIO?	SIM	NÃO

NA AUSÊNCIA DE NORMAS, DESCREVER O PROCEDIMENTO ADOTADO PELO MUNICÍPIO PARA APROVAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ESGOTO

EXISTE LIMPEZA DOS SISTEMAS DE TRATAMENTO?

QUEM?

QUANTOS SISTEMAS COLETIVOS EXISTEM?

Tabela 4: Informações a serem levantadas junto aos municípios quanto aos Sistemas Coletivos.

NOME DO SISTEMA				
DADOS ADMINISTRATIVOS:				
RUA, NÚMERO:				
COMPLEMENTO:				
BAIRRO:				
MUNICÍPIO:		CEP:		
RESPONSÁVEL:				
TELEFONE:				
E-MAIL:				
DADOS TÉCNICOS:				
EXISTE RESPONSÁVEL TÉCNICO?			SIM	NÃO
NOME:		REGISTRO:		
DESCREVER AS CARACTERÍSTICAS DA ESTAÇÃO (TIPO DE TRATAMENTO, VAZÃO, PONTO DE LANÇAMENTO)				
N. LIGAÇÕES:		N. ECONOMIAS:		
EXISTE APROVAÇÃO DA PREFEITURA?			SIM	NÃO
COORDENADAS GEOGRÁFICAS:				
HÁ COBRANÇA DE TARIFA?			SIM	NÃO
HÁ COBRANÇA DE TAXA?			SIM	NÃO

Para acompanhar e garantir o registro das informações, a ARIS elaborará um sistema de coleta de informações, integrado ao SISARIS, dos elementos elencados acima. A implantação e operação do sistema não é condição para início do levantamento de dados em campo, devendo o responsável pela coleta de dados inserir as informações coletadas no referido sistema, assim que estiver em operação.

6.3.4. Estudo populacional - O estudo populacional deverá seguir ferramenta e metodologia desenvolvida pela ARIS, onde a equipe técnica contratada deverá identificar no município em estudo, durante diagnóstico, dados históricos populacionais locais oficiais que possam ser utilizados para realização do estudo. Não havendo a disponibilidade de dados locais, devidamente atestada pela prefeitura municipal, a ARIS informará à equipe técnica contratada os dados a serem utilizados na construção da projeção populacional, utilizando-se para isso dados do IBGE.

A ferramenta desenvolvida pela ARIS permite a identificação de diferentes cenários para a projeção da população, onde a equipe técnica contratada, juntamente com a prefeitura municipal, deverá identificar e adotar a projeção populacional mais apropriada para a área urbana e rural do município.

Os resultados obtidos no estudo populacional deverão ser inseridos pela equipe técnica contratada no sistema de informações desenvolvido pela ARIS.

6.3.5. Projeção de geração de efluentes - Com base no estudo populacional, será realizado estudo de projeção da geração de efluentes e volume de lodo, onde o sistema de informações a ser elaborado pela ARIS, para coleta de informações, elaborará relatório da projeção da geração de esgotos.

A contratada deverá fornecer junto ao diagnóstico os dados atuais de geração de efluentes com base em dados técnicos fornecidos pela ARIS, quando existentes, ou com base no PMSB.

6.3.6. Localização - Apresentar a localização geo-referenciada dos sistemas comuns de tratamento, identificando suas potencialidades e deficiências. Bem como, conforme realidade da região, sem empresa de limpa fossas ou com custo elevado, expor opção de execução de estação em município estratégico e formação de consórcio, a fim de viabilizar economicamente a prática de limpeza periódica dos sistemas nos municípios.

6.3.7. Características físicas - A equipe técnica contratada deverá apontar as características do solo (infiltração) através de levantamento de informações existentes (mapeamento, projetos com sistemas de infiltração existentes, sondagens, etc.).

Ainda, realizar levantamento e caracterização dos recursos hídricos existentes na área de abrangência urbana, com base em dados da disponíveis (SDS, EPAGRI, EMBRAPA, PMSB, Plano de Recursos Hídricos da Bacia, Estações de Monitoramento da ANA, Dados do Diagnóstico Socioambiental, etc.) e localização dos pontos de captação de água para abastecimento público.

Apresentar mapa de uso e ocupação do solo da região de interesse, bem como verificar a adequação da ocupação ao zoneamento proposto pelo Plano Diretor Municipal, quando existente.

6.3.8. Indicação de alternativas para o esgotamento sanitário na área de interesse - A partir do diagnóstico, a equipe técnica contratada deverá expor alternativas para soluções de esgotamento sanitário na área de abrangência, que poderão ser adotadas pelo município.

Apresentar estudo de viabilidade técnica e econômica de operação, bem como estimativas de custos de implantação e descritivo e concepção geral das unidades aplicáveis (individual, condominial e coletiva), com dados regionais, de forma a colaborar com o município quando da atualização do PMSB.

As alternativas que poderão ser apontadas serão:

- Alternativa 01 – adequação e monitoramento de edificações com solução de tratamento individual;
- Alternativa 02 – adequação e monitoramento de edificações com solução individual, agregado ao serviço de coleta e tratamento coletivo (prestação de serviço público);
- Alternativa 03 – implantação de unidades de tratamento condominiais;
- Alternativa 04 – implantação e ampliação de redes coletoras de esgoto.

Poderá ser apontado uma ou mais alternativas dentro do perímetro urbano, respeitando-se as características levantadas no diagnóstico.

Para as alternativas deverão ser propostos modelos de tarifação pela equipe técnica contratada a serem implantados quando tratar-se de serviços públicos, considerando a sustentabilidade econômico-financeira do serviço, de acordo com a Lei Federal 11.445/07.

Deverão ser apontadas igualmente as adequações legislativas municipais necessárias para a implantação da(s) alternativa(s) propostas e detalhado programa de adequação de sistemas individuais de tratamento de esgoto em desacordo com normas técnicas da ABNT, identificados no diagnóstico, estruturando programa para execução ou correção dos sistemas, e estruturando fiscalização da execução e da manutenção (limpeza) de unidades residenciais.

De acordo com a(s) alternativa(s) apresentadas, caberá à prefeitura municipal homologar a(s) escolha(s) e executar plano de ação, conforme ações elencadas abaixo.

ALTERNATIVA 01 - EDIFICAÇÕES COM SOLUÇÃO DE TRATAMENTO INDIVIDUAL

Ações voltadas à equipe técnica contratada com apoio da ARIS

- a. Diagnóstico da situação atual sobre a gestão de esgotamento sanitário no município;
- b. Identificar e sugerir as adequações necessárias sobre a legislação municipal vigente que regulamente alvarás para novas habitações, exigindo a instalação de equipamentos dimensionados de acordo com normas técnicas, sistemática de fiscalização da execução e manutenção dos sistemas individuais;
- c. Identificar alternativas de fontes de investimentos e opções de subsídios municipais para adequação das soluções individuais;
- d. Propor programa e estratégia de adequação de sistemas individuais de tratamento de esgoto em desacordo com normas técnicas da ABNT, identificados no diagnóstico, estruturando programa para execução ou correção dos sistemas, e estruturando modelo de fiscalização da execução e da manutenção (limpeza) de unidades residenciais, essa última conforme cronograma estabelecido com base no intervalo de limpeza adotado no dimensionamento das instalações;
- e. Elaborar projetos tipos para o tratamento individual, afim de auxiliar os usuários e a aprovação por parte do município;
- f. Elaborar e propor plano de ação, com prazos para adequação dos sistemas individuais, considerando-se o prognóstico estabelecido no Plano Municipal de Saneamento Básico;
- g. Elaborar e propor plano de ação, com prazos para realização de projeto e busca de recursos para execução da rede coletora e estação de tratamento de efluentes, no horizonte de médio e de longo prazo, considerando-se o prognóstico estabelecido no Plano Municipal de Saneamento Básico.

ALTERNATIVA 02 - EDIFICAÇÕES COM SOLUÇÃO INDIVIDUAL AGREGADO AO SERVIÇO DE COLETA (CAMINHÃO LIMPA FOSSA) E TRATAMENTO COLETIVO (PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO)

Ações voltadas à equipe técnica contratada

- a. Diagnóstico da situação atual sobre a gestão de esgotamento sanitário no município;
- b. Identificar e sugerir as adequações necessárias sobre a legislação municipal vigente que regulamente alvarás para novas habitações, exigindo a instalação de equipamentos dimensionados de acordo com normas técnicas, sistemática de fiscalização da execução e manutenção dos sistemas individuais;

- c. Identificar alternativas de fontes de investimentos e opções de subsídios municipais para adequação das soluções individuais com serviço público de limpeza periódica das unidades;
- d. Propor programa e estratégia de adequação de sistemas individuais de tratamento de esgoto em desacordo com normas técnicas da ABNT, identificados no diagnóstico, estruturando programa para execução ou correção dos sistemas com a devida fiscalização, bem como estruturando programa de limpeza das unidades individuais, mediante prestação de serviço público, tomando como parâmetro operacional cronograma estabelecido com base no intervalo de limpeza adotado no dimensionamento das instalações;
- e. Elaborar projetos tipos para o tratamento individual afim de auxiliar os usuários e a aprovação por parte do município;
- f. Detalhar programa de coleta e limpeza (Serviço Público) das unidades de tratamento individual e encaminhamento (caminhão limpa fossa) para unidades de tratamento centralizadas (sistemas locais ou consorciados) devidamente licenciados;
- g. Descrever a criação de tarifas ou taxas que preservem a sustentabilidade econômico-financeira da prestação de serviços;
- h. Elaborar plano de ação, com prazos para adequação dos sistemas individuais e soluções coletivos (caminhão limpa fossa), considerando-se o prognóstico estabelecido no Plano Municipal de Saneamento Básico;
- i. Elaborar plano de ação, com prazos para realização de projeto e busca de recursos para execução da rede coletora e estação de tratamento de efluentes, no horizonte de médio e longo prazo, considerando-se o prognóstico estabelecido no Plano Municipal de Saneamento Básico.

ALTERNATIVA 03 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE TRATAMENTO CONDOMINIAIS

Ações voltadas à equipe técnica contratada

- a. Diagnóstico da situação atual sobre a gestão de esgotamento sanitário no município;
- b. Identificar e sugerir as adequações necessárias sobre a legislação municipal vigente que regulamente alvarás para novas habitações, exigindo a instalação de equipamentos dimensionados de acordo com normas técnicas, sistemática de fiscalização da execução e manutenção dos sistemas individuais;
- c. Identificar alternativas de fontes de investimentos e opções de subsídios municipais para adequação das soluções condominiais;
- d. Descrever a criação de tarifas ou taxas que preservem a sustentabilidade econômico-financeira da prestação de serviços;
- e. Elaborar programa e estratégia de implantação e/ou adequação de sistemas condominiais para tratamento de esgoto em conformidade com normas técnicas da ABNT, de acordo com as informações levantadas no diagnóstico, estruturando programa de manutenção e execução através de prestação de serviço público;
- f. Elaborar plano de ação, com prazos para realização de projeto e busca de recursos para execução da rede coletora e estação de tratamento de efluentes, no horizonte de médio e longo prazo, considerando-se o prognóstico estabelecido no Plano Municipal de Saneamento Básico.

ALTERNATIVA 04 – IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE REDES COLETORAS DE ESGOTO

Ações voltadas à equipe técnica contratada

- a. Diagnóstico da situação atual sobre a gestão de esgotamento sanitário no município;
- b. Elaboração dos itens previstos nos Projetos 1, 2 e 3, em locais que não permitem a execução de um sistema convencional e centralizado de coleta de esgoto sanitário, através de rede coletora, seja por aspectos socioeconômicos ou geográficos;
- c. Propor alternativas de execução e implantação, ampliação de redes coletoras de esgoto e tratamento centralizado (Serviço Público) em locais onde o relevo e o solo não permitem a adoção de soluções individuais. Expor os quesitos que devem ser observados em futuro projeto e obra, identificados através do diagnóstico realizado, com base na topografia apresentada e demais mapas temáticos (geologia, solos, recursos hídricos, etc.);
- d. Elaborar plano de ação, com prazos para realização de projeto e busca de recursos para execução da rede coletivo com tratamento de efluentes;
- e. Descrever a criação de tarifas ou taxas que preservem a sustentabilidade econômico-financeira da prestação de serviços.

6.3.9. Modelo de plano de ação - A empresa contratada deverá propor plano de ação a ser executado pelo município de maneira que seja possível adequar os sistemas individuais e implantar as alternativas expostas.

O plano de ação e o plano municipal de saneamento básico devem estar compatibilizados quando tratar-se de serviços públicos.

O plano de ação deverá conter o descritivo das metas, prazos, investimentos, fontes dos recursos (subsídios e contrapartida do usuário) e os responsáveis pela gestão de cada meta.

As metas devem estar centralizadas sobre as correções necessárias no município para adequação dos sistemas existentes, contendo minimamente:

- a. Adequação da legislação municipal (ex: PMSB, código sanitário, entre outros);
- b. Capacitação e orientação de órgão municipal para fiscalização da execução e manutenção dos sistemas individuais;
- c. Programa para regularização das edificações com sistemas em desacordo com as normas técnicas da ABNT;
- d. Prestação de serviço público, se for o caso, ou apenas fiscalização da limpeza dos sistemas individuais de tratamento de esgoto, conforme estratégia adotada;
- e. Outras metas necessárias para atingir o cenário desejado.

7. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

7.1. A contratada deverá realizar uma reunião técnica inicial, que será necessária para esclarecimentos e recomendações quanto à metodologia e desenvolvimento do trabalho. Poderá ser discutida a possibilidade de modificação nos procedimentos metodológicos e/ou na elaboração dos serviços contratados, sempre respeitando as legislações específicas de acordo com a orientação da ARIS.

8. ESTIMATIVA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIAS:

8.1. Conforme transferência estabelecida no Termo de Cooperação Técnica formalizado pelo CIGAMERIOS com a ARIS:

R\$ 5.000,00, para cada município consorciados com menos de 15 mil habitantes previsto no cronograma físico, item 4.1.1;

R\$ 70.000,00 (preço global).

Para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, a dotação orçamentária será a do orçamento vigente do CIGAMERIOS:

ADMINISTRAÇÃO GERAL DO CIGAMERIOS – 01.01.04.122.0001.2001
MODALIDADE: APLICAÇÕES DIRETAS – 3.3.90.00.00.00.00
FONTE: CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CIGAMERIOS/ARIS (TRATASan) N. 003/2018 – 0.1.0080

9. ESCOPO GERAL DOS TRABALHOS:

9.1 Os trabalhos de diagnósticos, objeto a ser contratado, será feito de acordo com as diretrizes estabelecidas no Termo de referência e demais prescrições deste edital, com atuação presencial nos municípios consorciados, descritos no cronograma físico 4.1.

10. PAGAMENTO E APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS:

10.1. O pagamento pela realização dos serviços será realizado por valor global ou por etapas de acordo com a conclusão dos serviços atestados por constatação pela ARIS e mediante apresentação de nota fiscal de prestação de serviços.

10.2. Para efeito do pagamento, a contratada deverá atender as exigências legais quanto à emissão de comprovação fiscal.

11. DURAÇÃO DO CONTRATO:

11.1. O contrato de prestação de serviços, objeto deste processo, terá o prazo de vigência de acordo com o cronograma físico deste termo de referência, item 4.1, qualquer prorrogação depende de fato novo imprevisível aprovado pela Autoridade Competente mediante justificativa, nos moldes do artigo 57, II, da Lei Federal 8.666/93.

12. DO REEQUILÍBIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

12.1. O Contrato decorrente deste Termo de Referência, devido ao valor e repasse pré-estabelecido, não poderá ser alterado para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para remuneração dos serviços.

13. DAS OBRIGAÇÕES:

13.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

13.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.1.2. Exercer o acompanhamento da ARIS na fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

13.1.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

13.1.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

13.1.5. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.1.6. Não permitir que os empregados da CONTRATADA executem tarefas em desacordo com as preestabelecidas no contrato.

13.2. A Contratada obriga-se a:

13.2.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

13.2.2. Realizar às suas expensas, no total, no prazo máximo fixado no cronograma físico, item 4.1 deste Termo de Referência, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

13.2.3. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao CIGAMERIOS, a ARIS, ao Município consorciado ou a terceiros;

13.2.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e

determinações em vigor;

13.2.5. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

13.2.6. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

13.2.7. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

13.2.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.2.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato, sem a devida autorização do contratante;

13.2.10. Orientar seus empregados quanto às normas e procedimentos a serem adotados durante o exercício de suas funções, bem como a fornecer os equipamentos de proteção individual necessários à atividade desenvolvida.

13.2.11. Não permitir que seus empregados designados para a execução dos serviços ora contratados desempenhem atividades diversas daquelas acordadas no presente instrumento.

14. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

14.1. A fiscalização do Contrato será exercida pelo Coordenador Técnico-administrativo do CIGAMERIOS em conjunto com a ARIS, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e de tudo dará ciência ao Presidente e ao Prefeito do município beneficiário.

14.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, etc. e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE, da ARIS ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

14.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para o fim de eventual aplicação de sanção.

14.4. O fiscal do Contrato monitorará constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, intervindo para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida.

14.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

- a) Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b) Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- c) A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- d) A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- e) O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- f) A satisfação do município consorciado beneficiário.

14.6. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº. 8.666, de 1993.

14.7. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.

14.8. A CONTRATADA ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos porventura requeridos pelo fiscal da CONTRATANTE.

15. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

15.1. Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº. 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
- b) Apresentar documentação falsa;
- c) Comportar-se de modo inidôneo;
- d) Cometer fraude fiscal;
- e) Descumprir qualquer dos deveres elencados no Contrato.

15.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

15.2.2. Multa de:

a) Moratória de até 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o limite de 15 (quinze) dias;

b) Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida.

15.2.3. Suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com o CIGAMERIOS, CIS/AMERIOS e os municípios consorciados pelo prazo de até 2 (dois) anos.

15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

15.3. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação das multas.

15.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas, realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº. 8.666, de 1993 e subsidiariamente na Lei nº. 9.784 de 1999.

15.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.6. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

16. CONCLUSÃO:

16.1. A descrição apresentada neste Termo de Referência tem por finalidade apresentar as condições para melhorar informar sobre as regras no desempenho da empresa a ser contratada, que tenha competência para executar o objeto de acordo com a legislação vigente e as diretrizes estabelecidas.

16.2. É necessário, por conseguinte, que a empresa além do conhecimento técnico, atue pelas balizas da modernização de forma que as informações exigidas pela legislação e necessárias ao diagnóstico possam fluir com rapidez e de forma sistemática de município em município, tanto para direcionar o foco da gestão para resultados, como para atender aos preceitos estabelecidos pelos gestores com os entes institucionais de controle e fiscalização, que de igual forma, visam o bem-estar social, sanitários e ambiental nos municípios consorciados ao CIGAMERIOS.

Maravilha – SC, 18 de junho de 2018.

RENALDO MUELLER

Presidente do CIGAMERIOS

ANEXO II

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTE LEGAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 03/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018

Pela presente, credenciamos _____, para participar do procedimento licitatório, na modalidade Tomada de Preço n. 01/18 instaurado por essa entidade licitante.

Na qualidade de representante legal outorga-se ao(a) acima credenciado(a), dentre outros poderes.

....., emde de 2018.

(assinatura do representante legal do proponente e carimbo)

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 03/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018

À Comissão de Licitação do CIGAMERIOS.

Declaramos para os fins da Tomada de Preço nº 01/2018 do CIGAMERIOS, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, de que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas, e que, até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

....., em, de de 2018.

(assinatura do representante legal da empresa proponente e carimbo)

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 03/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018

(Razão Social da Empresa) _____,
CNPJ Nº _____, sediada na (endereço completo) _____, DECLARA para fins do disposto no art. 7º, XXXIII da C/F e no Art. 27, V, da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/97, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz.

_____ de _____ de 2018.

Nome completo do(s) representante(s) legal(is) da Empresa.

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 03/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018

APRESENTAMOS NOSSA PROPOSTA TÉCNICA, CONFORME DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS ANEXOS, PARA PONTUAÇÃO NA PROPOSTA TÉCNICA CONFORME SEGUE:

ITEM	QUESITOS	PONTOS	PESO	TOTAL
1	Atestado de capacidade técnica singular expedido por órgão público/municípios, de que a empresa realizou no município Diagnóstico de Situação Sobre a Gestão do Esgotamento Sanitário, que foram finalizados e aprovados pela ARIS (máximo 4).		1	
2	Atestado de capacidade técnica consorciado expedido por Consórcio Público, de que a empresa realizou de forma coletiva consorciada Diagnóstico de Situação Sobre a Gestão do Esgotamento Sanitário em todos os municípios consorciados, que depois de finalizados, todos foram aprovados pela ARIS (máximo 4).		2	
3	Atestado de capacidade técnica, para prestação de serviços de Diagnóstico de Situação Sobre a Gestão do Esgotamento Sanitário, expedido pela Agência reguladora Intermunicipal de Santa Catarina - ARIS.		3	
PONTUAÇÃO TOTAL				

xxxxxxxxxx, ____ DE _____ DE 2018.

REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO VI

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 03/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018

A Empresa _____, CNPJ n. _____, telefone comercial n. (____) _____, e-mail _____@_____.com.br, estabelecida na Rua _____, n. _____, Cep.: _____, Bairro: _____, Município: _____, Estado: _____, representada pelo Sócio Administrador, Sr. (a) _____, CPF n. _____, RG n. _____, vem apresentar sua proposta para executar o objeto do Edital que consiste em REALIZAR DIAGNÓSTICO QUALI-QUANTITATIVO DAS UNIDADES DE

TRATAMENTO DE ESGOTO DOMÉSTICO EM OPERAÇÃO NOS MUNICÍPIOS REGULADOS PELA ARIS, FUNDAMENTALMENTE NAS SOLUÇÕES INDIVIDUAIS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIGAMERIOS, em regime de empreitada global, conforme diretrizes e cronograma físico estabelecido no Termo de Referência, pelo valor Global de R\$ _____ (_____).

Validade da Proposta, 60 dias.

Observação:

ANEXO VII

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (MODELO PARA REQUISITO SINGULAR)

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 03/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018

ATESTAMOS, para os devidos fins de direito, que a empresa _____, com sede na _____, nº. _____, bairro _____, CEP _____, Cidade _____, Estado _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____, prestou serviços de DIAGNÓSTICO QUALI-QUANTITATIVO DAS UNIDADES DE TRATAMENTO DE ESGOTO DOMÉSTICO EM OPERAÇÃO, FUNDAMENTALMENTE NAS SOLUÇÕES INDIVIDUAIS DO MUNICÍPIO DE _____, conforme Empenho nº. _____, cumpriu integralmente, não havendo fatos supervenientes que desabonem sua conduta técnica e comercial dentro dos padrões de qualidade e desempenho e que cumpriu com sua obrigação, não havendo reclamação ou objeção quanto à Capacidade Técnica dos serviços, bem como ao final foram aceitos, aprovados ou certificação junto à Agência reguladora Intermunicipal de Santa Catarina - ARIS.

Município de _____, de de 20

.....
Gestor(a)/Fiscal do Contrato

De acordo:

.....
Secretário de Administração

Usar papel timbrado ou carimbo do Município

ANEXO VIII

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (MODELO PARA REQUISITO CONSÓRCIO)

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 03/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018

ATESTAMOS, para os devidos fins de direito, que a empresa _____, com sede na _____, nº. _____, bairro _____, CEP _____, Cidade _____, Estado _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____, prestou serviços consorciados de DIAGNÓSTICO QUALI-QUANTITATIVO DAS UNIDADES DE TRATAMENTO DE ESGOTO DOMÉSTICO EM OPERAÇÃO, FUNDAMENTALMENTE NAS SOLUÇÕES INDIVIDUAIS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS DE _____, _____, _____, conforme Empenho nº. _____, cumpriu integralmente, não havendo fatos supervenientes que desabonem sua conduta técnica e comercial dentro dos padrões de qualidade e desempenho e que cumpriu com sua obrigação, não havendo reclamação ou objeção quanto à Capacidade Técnica dos serviços, bem como ao final foram aceitos, aprovados ou certificação junto à Agência reguladora Intermunicipal de Santa Catarina - ARIS.

Cidade sede do Consórcio, de de 20

.....
Coordenador Técnico-administrativo ou Secretário Executivo/Fiscal do Contrato

De acordo:

.....
Presidente do Consórcio

Usar papel timbrado ou carimbo do Consórcio

ANEXO IX

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (MODELO PARA REQUISITO ARIS)

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 03/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018

ATESTAMOS, para os devidos fins de direito, que a empresa _____, com sede na _____, nº. _____, bairro _____, CEP _____, Cidade _____, Estado _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____, prestou serviços de DIAGNÓSTICO QUALI-QUANTITATIVO DAS UNIDADES DE TRATAMENTO DE ESGOTO DOMÉSTICO EM OPERAÇÃO, FUNDAMENTALMENTE NAS SOLUÇÕES INDIVIDUAIS para municípios de abrangência de fiscalização da ARIS e demonstrou possuir capacidade técnica com aprovação e certificação da ARIS nos serviços realizados.

Florianópolis, de de 20

Adir

Usar papel timbrado ou carimbo da ARIS

ANEXO X

(MINUTA) CONTRATO ADMINISTRATIVO N. ____/2018.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZ ENTRE SI O CIGAMERIOS, COMO CONTRATANTE, E A PESSOA JURÍDICA _____.

CONTRATANTE: O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 18.011.183/0001-06, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Cep.: 89874-000, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. RENALDO MUELLER, brasileiro (a), casado (a), portador (a) do CPF nº _____, RG nº. _____ – SSP-SC, aqui denominado simplesmente CONTRATANTE para efeito deste contrato.

CONTRATADO: _____ inscrita no CNPJ nº _____, com sede administrativa na Rua _____, n. _____, Cep.: _____, Bairro _____, Município de _____, representado neste ato pelo Sr. _____, Representante Legal, RG n. _____, CPF n. _____, com endereço profissional na _____, aqui denominado simplesmente contratado para efeitos deste Contrato.

FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato público de prestação de serviços é firmado com base no resultado do Processo Administrativo n. 03/2018, modalidade Tomada de Preços n. 01/2018 – do tipo Técnica e Preço, cuja empresa vencedora foi contratado (a), nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas legais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fundamenta-se ainda o presente contrato de prestação de serviços, em autorização da Assembleia Geral do CIGAMERIOS consubstanciada na inclusão de dotação orçamentária específica para contratação de serviços terceirizados, não configurando qualquer forma de vínculo empregatício ou de admissão de pessoal, ainda que indiretamente.

OBJETO:

CLÁUSULA TERCEIRA – Este ajuste tem por objeto a prestação de serviços de diagnóstico quali-quantitativo das unidades de tratamento de esgoto doméstico em operação nos municípios regulados pela ARIS, fundamentalmente nas soluções individuais dos municípios consorciados ao CIGAMERIOS, beneficiários abaixo relacionados, conforme cronograma físico e as diretrizes estabelecidas nesta cláusula:

3.1 – Dos Municípios Beneficiários:

3.1.1 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.594.009/0001-30, com sede na Av. Nossa Srª de Fátima, 120, Centro, Centro, na cidade de Bom Jesus do Oeste, SC, autorizado por Lei Municipal n. 898/2013 – Contrato de programa n. 078/2013. Prefeito: Ronaldo Luiz Senger;

3.1.2 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE CAIBI, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.940.776/0001-56, com sede na R. dos Imigrantes, 499, Centro, na cidade de Caibi, SC, autorizado por Lei Municipal n. 2.321/2012- Contrato de programa n. 157/2013. Prefeito: Elói José Libano;

3.1.3 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.026.765/0001-28, com sede na Rua 1º de Maio, 736, Centro, na cidade de Campo Erê, SC, autorizado por Lei Municipal n. 2003/2017 - Contrato de programa n. 001/2017. Prefeito: Odilson Vicente de Lima;

3.1.4 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.147/0001-95, com sede na R. Moura Brasil, 1639, Centro, na cidade de Cunha Porã, SC, autorizado por Lei Municipal n. 2.559/2012 - Contrato de programa n. 110/2013. Prefeito: Jairo Rivelino Ebeling;

3.1.5 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.566.621/0001-08, Avenida Flor do Sertão, nº 533, Centro, na cidade de Flor do Sertão, SC, autorizado por Lei Municipal n. 585/2013 - Contrato de programa n. 091/2013. Prefeito: Sidnei José Willinghoffer;

3.1.6 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE IRACEMINHA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 80.623.606/0001-12, com sede na Rua Dona Paulina, 780, Centro, na cidade de Iraceminha, SC, autorizado por Lei Municipal n. 1157/2012 – Contrato de programa n. 120/2013. Prefeito: Jean Carlos Nyland;

3.1.7 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE MODELO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.832/0001-11, com sede na Rua do Comércio, nº 1304, Centro, na cidade de Modelo, SC, autorizado por Lei Municipal n. 2108/2013 - Contrato de programa n. 042/2013. Prefeito: Ricardo Luis Maldaner;

3.1.8 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE RIQUEZA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 95.988.309/0001-48, com sede na R. João Mari, 55, Centro, CENTRO, na cidade de Riqueza, SC, autorizado por Lei Municipal n. 0630/2013 – Contrato de programa n. 118/2014. Prefeito: Renaldo Mueller;

3.1.9 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 82.821.182/0001-26, com sede na R. 12 de Outubro, 242, Centro, CENTRO, CEP 89908-000, na cidade de Romelândia/SC, autorizado por Lei Municipal n. 2.030/2013- Contrato de programa n. 111/2014. Prefeito: Valdir Bugs;

3.1.10 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE SALTINHO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.844/0001-56, com sede na Rua Álvaro Costa, nº 545, CENTRO, CEP 89981-000, na cidade de Saltinho/SC, autorizado por Lei Municipal n.767/2012 - Contrato de programa n. 001/2014. Prefeito: Deonir Luiz Ferronato;

3.1.11 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.612.847/0001-90, com sede na Rua Tancredo Neves, nº 337, CENTRO, CEP 89983-000, na cidade de Santa Terezinha Do Progresso/SC, autorizado por Lei Municipal n.1223/2014 - Contrato de programa n.42/2014. Prefeito: Derli Furtado;

3.1.12 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 80.912.124/0001-82, com sede na Rua São Luiz, 440, Centro, na cidade de São Miguel da Boa Vista, autorizado por Lei Municipal n. 859/2013 - Contrato de programa n. 66/2013. Prefeito: Vilmar Schmaedecke;

3.1.13 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE SAUDADES, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.021.881/0001-54, com sede na R. Castro Alves, 279, Centro, Centro, na cidade de Saudades, SC, autorizado por Lei Municipal n. 2.221/2.015 – Contrato de programa n. 47/2.013. Prefeito: Daniel Kothe;

3.1.14 - Órgão Participante: MUNICÍPIO DE TIGRINHOS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 01.566.620/0001-55, com sede na Rua Felipe Baczinski nº 479, Centro, na cidade de Tigrinhos, autorizado por Lei Municipal n. 694/2013 - Contrato de programa n. 037/2013. Prefeito: Derli Antonio de Oliveira.

3.2 Do Cronograma Físico:

3.2.1. A CONTRATADA obriga-se a prestar serviços de diagnóstico quali-quantitativo atualizado das unidades de tratamento de esgoto doméstico em operação nos municípios regulados pela ARIS, fundamentalmente nas soluções individuais dos municípios consorciados ao CIGAMERIOS relacionados no item anterior, atendendo o cronograma físico conforme detalhamento a seguir:

1. CRONOGRAMA FÍSICO (Romelândia)					
Meta	Etapa	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Visita ao município para identificação da área do diagnóstico	UN	3	15/08/2018	15/11/2018
	Coleta de dados secundários disponíveis	UN	2	15/08/2018	15/09/2018
2	Aplicação de questionário in loco	UN	1.768	15/08/2018	15/09/2018
	Análise e tabulação dos dados	UN	1	16/09/2018	15/11/2018
	Proposição e discussão de alternativas para a viabilidade de implantação do modelo de Esgotamento Sanitário	UN	1	15/10/2018	15/11/2018
	Elaboração de mapas Geo-referenciados	UN	1	15/10/2018	15/11/2018
3	Relatório Final	UN	1	01/11/2018	15/11/2018
1. CRONOGRAMA FÍSICO (Flor do Sertão)					
Meta	Etapa	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término

1	Visita ao município para identificação da área do diagnóstico	UN	3	15/08/2018	15/11/2018
	Coleta de dados secundários disponíveis	UN	2	15/08/2018	15/09/2018
2	Aplicação de questionário in loco	UN	412	15/08/2018	15/09/2018
	Análise e tabulação dos dados	UN	1	16/09/2018	15/11/2018
	Proposição e discussão de alternativas para a viabilidade de implantação do modelo de Esgotamento Sanitário	UN	1	15/10/2018	15/11/2018
	Elaboração de mapas Geo-referenciados	UN	1	15/10/2018	15/11/2018
3	Relatório Final	UN	1	01/11/2018	15/11/2018

1. CRONOGRAMA FÍSICO (Iraceminha)

Meta	Etapa	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Visita ao município para identificação da área do diagnóstico	UN	3	15/08/2018	15/11/2018
	Coleta de dados secundários disponíveis	UN	2	15/08/2018	15/09/2018
2	Aplicação de questionário in loco	UN	1.198	15/08/2018	15/09/2018
	Análise e tabulação dos dados	UN	1	16/09/2018	15/11/2018
	Proposição e discussão de alternativas para a viabilidade de implantação do modelo de Esgotamento Sanitário	UN	1	15/10/2018	15/11/2018
	Elaboração de mapas Geo-referenciados	UN	1	15/10/2018	15/11/2018
3	Relatório Final	UN	1	01/11/2018	15/11/2018

1. CRONOGRAMA FÍSICO (São Miguel da Boa Vista)

Meta	Etapa	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Visita ao município para identificação da área do diagnóstico	UN	3	15/08/2018	15/11/2018
	Coleta de dados secundários disponíveis	UN	2	15/08/2018	15/09/2018
2	Aplicação de questionário in loco	UN	535	15/08/2018	15/09/2018
	Análise e tabulação dos dados	UN	1	16/09/2018	15/11/2018
	Proposição e discussão de alternativas para a viabilidade de implantação do modelo de Esgotamento Sanitário	UN	1	15/10/2018	15/11/2018
	Elaboração de mapas Geo-referenciados	UN	1	15/10/2018	15/11/2018
3	Relatório Final	UN	1	01/11/2018	15/11/2018

1. CRONOGRAMA FÍSICO (Tigrinhos)

Meta	Etapa	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Visita ao município para identificação da área do diagnóstico	UN	3	15/08/2018	15/11/2018
	Coleta de dados secundários disponíveis	UN	2	15/08/2018	15/09/2018
2	Aplicação de questionário in loco	UN	501	15/08/2018	15/09/2018
	Análise e tabulação dos dados	UN	1	16/09/2018	15/11/2018
	Proposição e discussão de alternativas para a viabilidade de implantação do modelo de Esgotamento Sanitário	UN	1	15/10/2018	15/11/2018
	Elaboração de mapas Geo-referenciados	UN	1	15/10/2018	15/11/2018
3	Relatório Final	UN	1	01/11/2018	15/11/2018

1. CRONOGRAMA FÍSICO (Riqueza)

Meta	Etapa	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Visita ao município para identificação da área do diagnóstico	UN	3	16/11/2018	15/02/2019
	Coleta de dados secundários disponíveis	UN	2	16/11/2018	16/12/2018
2	Aplicação de questionário in loco	UN	1.348	16/11/2018	16/12/2018
	Análise e tabulação dos dados	UN	1	17/12/2018	15/01/2019
	Proposição e discussão de alternativas para a viabilidade de implantação do modelo de Esgotamento Sanitário	UN	1	16/01/2019	15/02/2019
	Elaboração de mapas Geo-referenciados	UN	1	16/01/2019	15/02/2019
3	Relatório Final	UN	1	01/02/2018	15/02/2019

1. CRONOGRAMA FÍSICO (Caibi)

Meta	Etapa	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Visita ao município para identificação da área do diagnóstico	UN	3	16/11/2018	15/02/2019
	Coleta de dados secundários disponíveis	UN	2	16/11/2018	16/12/2018
2	Aplicação de questionário in loco	UN	1.700	16/11/2018	16/12/2018
	Análise e tabulação dos dados	UN	1	17/12/2018	15/01/2019
	Proposição e discussão de alternativas para a viabilidade de implantação do modelo de Esgotamento Sanitário	UN	1	16/01/2019	15/02/2019
	Elaboração de mapas Geo-referenciados	UN	1	16/01/2019	15/02/2019
3	Relatório Final	UN	1	01/02/2018	15/02/2019

1. CRONOGRAMA FÍSICO (Cunha Porã)

Meta	Etapa	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Visita ao município para identificação da área do diagnóstico	UN	3	16/11/2018	15/02/2019
	Coleta de dados secundários disponíveis	UN	2	16/11/2018	16/12/2018
2	Aplicação de questionário in loco	UN	3.003	16/11/2018	16/12/2018
	Análise e tabulação dos dados	UN	1	17/12/2018	15/01/2019
	Proposição e discussão de alternativas para a viabilidade de implantação do modelo de Esgotamento Sanitário	UN	1	16/01/2019	15/02/2019
	Elaboração de mapas Geo-referenciados	UN	1	16/01/2019	15/02/2019
3	Relatório Final	UN	1	01/02/2018	15/02/2019

1. CRONOGRAMA FÍSICO (Saudades)

Meta	Etapa	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Visita ao município para identificação da área do diagnóstico	UN	3	16/11/2018	15/02/2019
	Coleta de dados secundários disponíveis	UN	2	16/11/2018	16/12/2018

2	Aplicação de questionário in loco	UN	2.083	16/11/2018	16/12/2018
	Análise e tabulação dos dados	UN	1	17/12/2018	15/01/2019
	Proposição e discussão de alternativas para a viabilidade de implantação do modelo de Esgotamento Sanitário	UN	1	16/01/2019	15/02/2019
	Elaboração de mapas Geo-referenciados	UN	1	16/01/2019	15/02/2019
3	Relatório Final	UN	1	01/02/2018	15/02/2019

1. CRONOGRAMA FÍSICO (Modelo)

Meta	Etapa	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Visita ao município para identificação da área do diagnóstico	UN	3	16/11/2018	15/02/2019
	Coleta de dados secundários disponíveis	UN	2	16/11/2018	16/12/2018
2	Aplicação de questionário in loco	UN	1.070	16/11/2018	16/12/2018
	Análise e tabulação dos dados	UN	1	17/12/2018	15/01/2019
	Proposição e discussão de alternativas para a viabilidade de implantação do modelo de Esgotamento Sanitário	UN	1	16/01/2019	15/02/2019
	Elaboração de mapas Geo-referenciados	UN	1	16/01/2019	15/02/2019
3	Relatório Final	UN	1	01/02/2018	15/02/2019

1. CRONOGRAMA FÍSICO (Bom Jesus do Oeste)

Meta	Etapa	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Visita ao município para identificação da área do diagnóstico	UN	3	16/02/2019	15/05/2019
	Coleta de dados secundários disponíveis	UN	2	16/02/2019	16/03/2019
2	Aplicação de questionário in loco	UN	573	16/02/2019	16/03/2019
	Análise e tabulação dos dados	UN	1	17/03/2019	15/05/2019
	Proposição e discussão de alternativas para a viabilidade de implantação do modelo de Esgotamento Sanitário	UN	1	16/04/2019	15/05/2019
	Elaboração de mapas Geo-referenciados	UN	1	16/04/2019	15/05/2019
3	Relatório Final	UN	1	01/05/2019	15/05/2019

1. CRONOGRAMA FÍSICO (Saltinho)

Meta	Etapa	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Visita ao município para identificação da área do diagnóstico	UN	3	16/02/2019	15/05/2019
	Coleta de dados secundários disponíveis	UN	2	16/02/2019	16/03/2019
2	Aplicação de questionário in loco	UN	1.002	16/02/2019	16/03/2019
	Análise e tabulação dos dados	UN	1	17/03/2019	15/05/2019
	Proposição e discussão de alternativas para a viabilidade de implantação do modelo de Esgotamento Sanitário	UN	1	16/04/2019	15/05/2019
	Elaboração de mapas Geo-referenciados	UN	1	16/04/2019	15/05/2019
3	Relatório Final	UN	1	01/05/2019	15/05/2019

1. CRONOGRAMA FÍSICO (Campo Erê)

Meta	Etapa	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Visita ao município para identificação da área do diagnóstico	UN	3	16/02/2019	15/05/2019
	Coleta de dados secundários disponíveis	UN	2	16/02/2019	16/03/2019
2	Aplicação de questionário in loco	UN	2.614	16/02/2019	16/03/2019
	Análise e tabulação dos dados	UN	1	17/03/2019	15/05/2019
	Proposição e discussão de alternativas para a viabilidade de implantação do modelo de Esgotamento Sanitário	UN	1	16/04/2019	15/05/2019
	Elaboração de mapas Geo-referenciados	UN	1	16/04/2019	15/05/2019
3	Relatório Final	UN	1	01/05/2019	15/05/2019

1. CRONOGRAMA FÍSICO (Santa Terezinha do Progresso)

Meta	Etapa	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Visita ao município para identificação da área do diagnóstico	UN	3	16/02/2019	15/05/2019
	Coleta de dados secundários disponíveis	UN	2	16/02/2019	16/03/2019
2	Aplicação de questionário in loco	UN	861	16/02/2019	16/03/2019
	Análise e tabulação dos dados	UN	1	17/03/2019	15/05/2019
	Proposição e discussão de alternativas para a viabilidade de implantação do modelo de Esgotamento Sanitário	UN	1	16/04/2019	15/05/2019
	Elaboração de mapas Geo-referenciados	UN	1	16/04/2019	15/05/2019
3	Relatório Final	UN	1	01/05/2019	15/05/2019

3.3. Das Diretrizes:

3.3.1. Detalhamento Geral - A empresa contratada para prestar os serviços de diagnóstico, fundamentalmente, deverá apresentar as informações itemizadas abaixo, atendendo detalhamento a seguir:

3.3.1.1. Elaboração de questionário censitário - Identificação das principais características físicas e técnicas dos equipamentos de tratamento individual e coletivos instalados e os principais procedimentos adotados quanto a manutenção e operação dos mesmos.

3.3.1.2. Estudo populacional - Detalhamento de informações gerais acerca da população municipal. A partir de dados oficiais, definição de projeção da população local através da análise de métodos matemáticos consolidados e adotada a projeção com base no perfil de crescimento populacional observado no local.

3.3.1.3. Localização de unidades - Detalhamento da localização dos sistemas de tratamento, individual e coletivo.

3.3.1.4. Características físicas - Detalhamento do uso e ocupação do solo, características do solo, capacidades de infiltração e percolação e altura do nível d'água.

3.3.1.5. Situação municipal do esgotamento sanitário - Diagnóstico do esgotamento sanitário na região urbana, incluindo descrição e abrangência das soluções atualmente adotadas. Levantamento dos sistemas de esgotamento individual e coletivo existentes, detalhando o modo de operação, tecnologias empregadas e forma de remuneração dos serviços. Levantamento dos prestadores de limpa fossa existentes que operam na região e custos dos serviços.

3.3.1.6. Prognóstico e alternativas para o esgotamento sanitário na região - Indicação de alternativas para o esgotamento sanitário na região de estudo, considerando a evolução populacional e a variação da geração de esgotos na área urbana.

3.3.1.7. Ações para regularização dos sistemas individuais existentes - Apresentação de Programa de Adequação de sistemas individuais de tratamento de esgoto, estruturando programa de adequação e de manutenção (limpeza) de unidades residenciais, conforme cronograma estabelecido com base no intervalo de limpeza adotado no dimensionamento das instalações, bem como elaboração de projetos tipos para o tratamento individual afim de auxiliar os usuários e a aprovação por parte do município.

3.3.2. Detalhamento Específico - A empresa contratada para prestar os serviços de diagnóstico, fundamentalmente, deverá apresentar as informações com detalhamento específico:

3.3.2.1. Diagnóstico da situação atual do esgotamento sanitário da área de interesse - Neste item, detalham-se as informações necessárias que deverão ser levantadas, através de diagnóstico, bem como a divisão de responsabilidades entre ARIS, equipe técnica contratada e prefeitura municipal, para definição da estratégia a ser implementada nos municípios sobre a melhoria da gestão do esgotamento sanitário.

3.3.2.2. As equipes técnicas contratadas, após o levantamento de todas as informações constantes neste capítulo, deverão elaborar um relatório técnico descrevendo a situação atual do município em estudo, detalhando e espacializando essas informações. Nesse relatório deverão ser indicados os possíveis tipos de sistemas a serem implantados nas diversas regiões urbanas do município. Deverá ser seguido relatório modelo desenvolvido pela ARIS. Tais informações, embora de âmbito regulatório, poderão também ser utilizadas pelo município para subsidiar futuras definições de estratégias para universalização do esgotamento sanitário.

3.3.2.3. Elaboração de questionário censitário - Todos os domicílios integrantes às zonas urbanas (sede e outros distritos) dos municípios regulados pela ARIS deverão ser avaliados pela aplicação de questionário específico pela equipe técnica contratada, sendo acompanhada por técnicos da prefeitura municipal, devidamente habilitados, conforme Termo de Convênio de Adesão assinado entre a ARIS e a Prefeitura Municipal.

Neste questionário são identificadas as principais características físicas e técnicas dos equipamentos instalados e os principais procedimentos adotados quanto à manutenção dos mesmos.

Tabela 1: Identificação.

EDIFICAÇÃO (IDENTIFICAÇÃO):			
PERFIL DA EDIFICAÇÃO:			OBSERVAÇÕES DA EDIFICAÇÃO:
RESIDENCIAL COMERCIAL INDUSTRIAL	SIM	NÃO	
	SIM	NÃO	
	SIM	NÃO	
RUA:			
BAIRRO:			NÚMERO:
COMPLEMENTO:			
MUNICÍPIO:			CEP:
NÚMERO DE PESSOAS NA EDIFICAÇÃO (POP. FIXA):			
NÚMERO MÁXIMO DE PESSOAS NA EDIFICAÇÃO (POP. FLUTUANTE):			
SISTEMA É INDIVIDUAL?	SIM	NÃO	SE APLICÁVEL, REFERÊNCIA (NOME) DO SISTEMA COLETIVO:
OBSERVAÇÕES DO SISTEMA:			

A forma de identificação da edificação deverá respeitar padronização para todas as unidades onde o questionário for aplicado, padronização essa a ser apresentada pela equipe técnica da contratada e homologada pela ARIS.

Tabela 2: Informações do Sistema de Tratamento.

QUESTÕES	RESPOSTA	
POSSUI TANQUE SÉPTICO (FOSSA)?	SIM	NÃO
POSSUI FILTRO ANAERÓBIO?	SIM	NÃO
POSSUI FILTRO VALA DE FILTRAÇÃO?	SIM	NÃO
POSSUI SUMIDOURO?	SIM	NÃO
POSSUI CAIXA DE GORDURA?	SIM	NÃO
POSSUI CLORADOR?	SIM	NÃO
POSSUI LIGAÇÃO NA DRENAGEM PLUVIAL ?	SIM	NÃO
QUAL A IDADE DO EQUIPAMENTO?		
FOI FEITA LIMPEZA PERIÓDICA?	SIM	NÃO
QUAL A FREQUÊNCIA?		
QUAL DATA (MÊS/ANO) DA ÚLTIMA LIMPEZA?		
FOI APROVADO PROJETO PELO MUNICÍPIO?	SIM	NÃO
EXISTE POÇO PRÓXIMO?	SIM	NÃO
QUAL DISTÂNCIA?		

Ainda, deverá ser realizada avaliação sobre informações específicas junto à administração municipal;

Tabela 3: Informações a serem levantadas junto aos municípios.

HÁ LEGISLAÇÃO QUE ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA INSTALAÇÃO DE PROJETOS HIDROSSANITÁRIO NOS TERMOS DAS NBRS 13969/97 E 7229/93	SIM	NÃO
HÁ FISCALIZAÇÃO DO PROJETO DO SISTEMA DE ESGOTO	SIM	NÃO
QUAL ÓRGÃO?		
HÁ FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO	SIM	NÃO
QUAL ÓRGÃO?		
HÁ FISCALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTO	SIM	NÃO
QUAL ÓRGÃO?		
HÁ EMISSÃO DE ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO?	SIM	NÃO
HÁ EMISSÃO DE HABITE-SE SANITÁRIO?	SIM	NÃO

NA AUSÊNCIA DE NORMAS, DESCREVER O PROCEDIMENTO ADOTADO PELO MUNICÍPIO PARA APROVAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ESGOTO

EXISTE LIMPEZA DOS SISTEMAS DE TRATAMENTO?

QUEM?

QUANTOS SISTEMAS COLETIVOS EXISTEM?

Tabela 4: Informações a serem levantadas junto aos municípios quanto aos Sistemas Coletivos.

NOME DO SISTEMA			
DADOS ADMINISTRATIVOS:			
RUA, NÚMERO:			
COMPLEMENTO:			
BAIRRO:			
MUNICÍPIO:		CEP:	
RESPONSÁVEL:			
TELEFONE:			
E-MAIL:			
DADOS TÉCNICOS:			
EXISTE RESPONSÁVEL TÉCNICO?		SIM	NÃO
NOME:		REGISTRO:	
DESCREVER AS CARACTERÍSTICAS DA ESTAÇÃO (TIPO DE TRATAMENTO, VAZÃO, PONTO DE LANÇAMENTO)			
N. LIGAÇÕES:		N. ECONOMIAS:	
EXISTE APROVAÇÃO DA PREFEITURA?		SIM	NÃO
COORDENADAS GEOGRÁFICAS:			
HÁ COBRANÇA DE TARIFA?		SIM	NÃO
HÁ COBRANÇA DE TAXA?		SIM	NÃO

Para acompanhar e garantir o registro das informações, a ARIS elaborará um sistema de coleta de informações, integrado ao SISARIS, dos elementos elencados acima. A implantação e operação do sistema não é condição para início do levantamento de dados em campo, devendo o responsável pela coleta de dados inserir as informações coletadas no referido sistema, assim que estiver em operação.

3.3.2.4. Estudo populacional - O estudo populacional deverá seguir ferramenta e metodologia desenvolvida pela ARIS, onde a equipe técnica

contratada deverá identificar no município em estudo, durante diagnóstico, dados históricos populacionais locais oficiais que possam ser utilizados para realização do estudo. Não havendo a disponibilidade de dados locais, devidamente atestada pela prefeitura municipal, a ARIS informará à equipe técnica contratada os dados a serem utilizados na construção da projeção populacional, utilizando-se para isso dados do IBGE.

A ferramenta desenvolvida pela ARIS permite a identificação de diferentes cenários para a projeção da população, onde a equipe técnica contratada, juntamente com a prefeitura municipal, deverá identificar e adotar a projeção populacional mais apropriada para a área urbana e rural do município.

Os resultados obtidos no estudo populacional deverão ser inseridos pela equipe técnica contratada no sistema de informações desenvolvido pela ARIS.

3.3.2.5. Projeção de geração de efluentes - Com base no estudo populacional, será realizado estudo de projeção da geração de efluentes e volume de lodo, onde o sistema de informações a ser elaborado pela ARIS, para coleta de informações, elaborará relatório da projeção da geração de esgotos.

A contratada deverá fornecer junto ao diagnóstico os dados atuais de geração de efluentes com base em dados técnicos fornecidos pela ARIS, quando existentes, ou com base no PMSB.

3.3.2.6. Localização - Apresentar a localização geo-referenciada dos sistemas comuns de tratamento, identificando suas potencialidades e deficiências. Bem como, conforme realidade da região, sem empresa de limpa fossas ou com custo elevado, expor opção de execução de estação em município estratégico e formação de consórcio, a fim de viabilizar economicamente a prática de limpeza periódica dos sistemas nos municípios.

3.3.2.7. Características físicas - A equipe técnica contratada deverá apontar as características do solo (infiltração) através de levantamento de informações existentes (mapeamento, projetos com sistemas de infiltração existentes, sondagens, etc.).

Ainda, realizar levantamento e caracterização dos recursos hídricos existentes na área de abrangência urbana, com base em dados da disponíveis (SDS, EPAGRI, EMBRAPA, PMSB, Plano de Recursos Hídricos da Bacia, Estações de Monitoramento da ANA, Dados do Diagnóstico Socioambiental, etc.) e localização dos pontos de captação de água para abastecimento público.

Apresentar mapa de uso e ocupação do solo da região de interesse, bem como verificar a adequação da ocupação ao zoneamento proposto pelo Plano Diretor Municipal, quando existente.

3.3.2.8. Indicação de alternativas para o esgotamento sanitário na área de interesse - A partir do diagnóstico, a equipe técnica contratada deverá expor alternativas para soluções de esgotamento sanitário na área de abrangência, que poderão ser adotadas pelo município.

Apresentar estudo de viabilidade técnica e econômica de operação, bem como estimativas de custos de implantação e descritivo e concepção geral das unidades aplicáveis (individual, condominial e coletiva), com dados regionais, de forma a colaborar com o município quando da atualização do PMSB.

As alternativas que poderão ser apontadas serão:

- Alternativa 01 – adequação e monitoramento de edificações com solução de tratamento individual;
- Alternativa 02 – adequação e monitoramento de edificações com solução individual, agregado ao serviço de coleta e tratamento coletivo (prestação de serviço público);
- Alternativa 03 – implantação de unidades de tratamento condominiais;
- Alternativa 04 – implantação e ampliação de redes coletoras de esgoto.

Poderá ser apontado uma ou mais alternativas dentro do perímetro urbano, respeitando-se as características levantadas no diagnóstico.

Para as alternativas deverão ser propostos modelos de tarifação pela equipe técnica contratada a serem implantados quando tratar-se de serviços públicos, considerando a sustentabilidade econômico-financeira do serviço, de acordo com a Lei Federal 11.445/07.

Deverão ser apontadas igualmente as adequações legislativas municipais necessárias para a implantação da(s) alternativa(s) propostas e detalhado programa de adequação de sistemas individuais de tratamento de esgoto em desacordo com normas técnicas da ABNT, identificados no diagnóstico, estruturando programa para execução ou correção dos sistemas, e estruturando fiscalização da execução e da manutenção (limpeza) de unidades residenciais.

De acordo com a(s) alternativa(s) apresentadas, caberá à prefeitura municipal homologar a(s) escolha(s) e executar plano de ação, conforme ações elencadas abaixo.

ALTERNATIVA 01 - EDIFICAÇÕES COM SOLUÇÃO DE TRATAMENTO INDIVIDUAL

Ações voltadas à equipe técnica contratada com apoio da ARIS

- h. Diagnóstico da situação atual sobre a gestão de esgotamento sanitário no município;
- i. Identificar e sugerir as adequações necessárias sobre a legislação municipal vigente que regulamente alvarás para novas habitações, exigindo a instalação de equipamentos dimensionados de acordo com normas técnicas, sistemática de fiscalização da execução e manutenção dos sistemas individuais;
- j. Identificar alternativas de fontes de investimentos e opções de subsídios municipais para adequação das soluções individuais;
- k. Propor programa e estratégia de adequação de sistemas individuais de tratamento de esgoto em desacordo com normas técnicas da

ABNT, identificados no diagnóstico, estruturando programa para execução ou correção dos sistemas, e estruturando modelo de fiscalização da execução e da manutenção (limpeza) de unidades residenciais, essa última conforme cronograma estabelecido com base no intervalo de limpeza adotado no dimensionamento das instalações;

- l. Elaborar projetos tipos para o tratamento individual, afim de auxiliar os usuários e a aprovação por parte do município;
- m. Elaborar e propor plano de ação, com prazos para adequação dos sistemas individuais, considerando-se o prognóstico estabelecido no Plano Municipal de Saneamento Básico;
- n. Elaborar e propor plano de ação, com prazos para realização de projeto e busca de recursos para execução da rede coletora e estação de tratamento de efluentes, no horizonte de médio e de longo prazo, considerando-se o prognóstico estabelecido no Plano Municipal de Saneamento Básico.

ALTERNATIVA 02 - EDIFICAÇÕES COM SOLUÇÃO INDIVIDUAL AGREGADO AO SERVIÇO DE COLETA (CAMINHÃO LIMPA FOSSA) E TRATAMENTO COLETIVO (PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO)

Ações voltadas à equipe técnica contratada

- j. Diagnóstico da situação atual sobre a gestão de esgotamento sanitário no município;
- k. Identificar e sugerir as adequações necessárias sobre a legislação municipal vigente que regulamente alvarás para novas habitações, exigindo a instalação de equipamentos dimensionados de acordo com normas técnicas, sistemática de fiscalização da execução e manutenção dos sistemas individuais;
- l. Identificar alternativas de fontes de investimentos e opções de subsídios municipais para adequação das soluções individuais com serviço público de limpeza periódica das unidades;
- m. Propor programa e estratégia de adequação de sistemas individuais de tratamento de esgoto em desacordo com normas técnicas da ABNT, identificados no diagnóstico, estruturando programa para execução ou correção dos sistemas com a devida fiscalização, bem como estruturando programa de limpeza das unidades individuais, mediante prestação de serviço público, tomando como parâmetro operacional cronograma estabelecido com base no intervalo de limpeza adotado no dimensionamento das instalações;
- n. Elaborar projetos tipos para o tratamento individual afim de auxiliar os usuários e a aprovação por parte do município;
- o. Detalhar programa de coleta e limpeza (Serviço Público) das unidades de tratamento individual e encaminhamento (caminhão limpa fossa) para unidades de tratamento centralizadas (sistemas locais ou consorciados) devidamente licenciados;
- p. Descrever a criação de tarifas ou taxas que preservem a sustentabilidade econômico-financeira da prestação de serviços;
- q. Elaborar plano de ação, com prazos para adequação dos sistemas individuais e soluções coletivos (caminhão limpa fossa), considerando-se o prognóstico estabelecido no Plano Municipal de Saneamento Básico;
- r. Elaborar plano de ação, com prazos para realização de projeto e busca de recursos para execução da rede coletora e estação de tratamento de efluentes, no horizonte de médio e longo prazo, considerando-se o prognóstico estabelecido no Plano Municipal de Saneamento Básico.

ALTERNATIVA 03 - IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE TRATAMENTO CONDOMINIAIS

Ações voltadas à equipe técnica contratada

- g. Diagnóstico da situação atual sobre a gestão de esgotamento sanitário no município;
- h. Identificar e sugerir as adequações necessárias sobre a legislação municipal vigente que regulamente alvarás para novas habitações, exigindo a instalação de equipamentos dimensionados de acordo com normas técnicas, sistemática de fiscalização da execução e manutenção dos sistemas individuais;
- i. Identificar alternativas de fontes de investimentos e opções de subsídios municipais para adequação das soluções condominiais;
- j. Descrever a criação de tarifas ou taxas que preservem a sustentabilidade econômico-financeira da prestação de serviços;
- k. Elaborar programa e estratégia de implantação e/ou adequação de sistemas condominiais para tratamento de esgoto em conformidade com normas técnicas da ABNT, de acordo com as informações levantadas no diagnóstico, estruturando programa de manutenção e execução através de prestação de serviço público;
- l. Elaborar plano de ação, com prazos para realização de projeto e busca de recursos para execução da rede coletora e estação de tratamento de efluentes, no horizonte de médio e longo prazo, considerando-se o prognóstico estabelecido no Plano Municipal de Saneamento Básico.

ALTERNATIVA 04 – IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE REDES COLETORAS DE ESGOTO

Ações voltadas à equipe técnica contratada

- f. Diagnóstico da situação atual sobre a gestão de esgotamento sanitário no município;
- g. Elaboração dos itens previstos nos Projetos 1, 2 e 3, em locais que não permitem a execução de um sistema convencional e centralizado de coleta de esgoto sanitário, através de rede coletora, seja por aspectos socioeconômicos ou geográficos;
- h. Propor alternativas de execução e implantação, ampliação de redes coletoras de esgoto e tratamento centralizado (Serviço Público) em locais onde o relevo e o solo não permitem a adoção de soluções individuais. Expor os quesitos que devem ser observados em futuro projeto e obra, identificados através do diagnóstico realizado, com base na topografia apresentada e demais mapas temáticos (geologia, solos, recursos hídricos, etc.);
- i. Elaborar plano de ação, com prazos para realização de projeto e busca de recursos para execução da rede coletivo com tratamento de efluentes;
- j. Descrever a criação de tarifas ou taxas que preservem a sustentabilidade econômico-financeira da prestação de serviços.

3.3.2.9. Modelo de plano de ação - A empresa contratada deverá propor plano de ação a ser executado pelo município de maneira que seja possível adequar os sistemas individuais e implantar as alternativas expostas.

O plano de ação e o plano municipal de saneamento básico devem estar compatibilizados quando tratar-se de serviços públicos.

O plano de ação deverá conter o descritivo das metas, prazos, investimentos, fontes dos recursos (subsídios e contrapartida do usuário) e os responsáveis pela gestão de cada meta.

As metas devem estar centralizadas sobre as correções necessárias no município para adequação dos sistemas existentes, contendo minimamente:

- f. Adequação da legislação municipal (ex: PMSB, código sanitário, entre outros);
- g. Capacitação e orientação de órgão municipal para fiscalização da execução e manutenção dos sistemas individuais;
- h. Programa para regularização das edificações com sistemas em desacordo com as normas técnicas da ABNT;
- i. Prestação de serviço público, se for o caso, ou apenas fiscalização da limpeza dos sistemas individuais de tratamento de esgoto, conforme estratégia adotada;
- j. Outras metas necessárias para atingir o cenário desejado.

DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA QUARTA - Os serviços objeto do presente contrato serão prestados no território urbano dos municípios consorciados beneficiários, elencados no item 3.1 da Cláusula Terceira deste Contrato.

4.1. O CONTRATADO se compromete a executar os serviços objeto do presente contrato, dentro dos prazos e moldes estabelecidos na cláusula terceira, de acordo com a legislação vigente, em prazos estabelecidos no cronograma físico.

Considerar-se-á cumpridas as etapas dos serviços contratados, mediante apresentação do laudo de constatação expedido pela ARIS.

DESPESAS OPERACIONAIS

CLÁUSULA QUINTA - As despesas operacionais realizadas na execução dos serviços ora pactuados tais como: alimentação, viagens, estadias, xérox, demais materiais de consumo e postagens de processos correrão por conta da Contratada.

PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

CLÁUSULA SEXTA – O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, em contrapartida à execução dos serviços previstos na cláusula 3a deste ajuste, o valor total de:

R\$ _____ (_____), sendo R\$ _____ (_____) por etapa (município).

6.1. O pagamento dos serviços ora pactuados de que trata o caput desta cláusula será feito por etapa, mediante apresentação do Laudo de Constatação expedido pela ARIS, acompanhado pela respectiva nota fiscal no valor da etapa concluída, em valor total no final de todas as etapas.

REAJUSTES

CLÁUSULA SÉTIMA - O preço dos serviços não sofrerá nenhum reajuste até o final da vigência do presente instrumento.

DOTAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA - A despesa total com a execução dos serviços constantes do presente contrato correrá à conta do corrente exercício financeiro, com recursos de repasse mediante Convênio de Cooperação Técnica, celebrada com a ARIS, na seguinte dotação:

ADMINISTRAÇÃO GERAL DO CIGAMERIOS – 01.01.04.122.0001.2001
MODALIDADE: APLICAÇÕES DIRETAS – 3.3.90.00.00.00.00
FONTE: CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CIGAMERIOS/ARIS (TRATASan) N. 003/2018 – 0.1.0080

VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

CLÁUSULA NONA - O presente contrato terá vigência pelo prazo estabelecido para execução de todas as etapas, que deverá ser concluído integralmente até o dia 01 de maio de 2019, portanto, contados a partir de 15 de agosto de 2018, podendo, excepcionalmente e mediante justificativa, por motivos alheios a vontade do contratante e contratado, ser prorrogado, nos limites da lei 8.666/93, mediante termo aditivo.

ADITAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA - O Presente contrato poderá ser aditado por acordo entre as partes, conforme previsto na Lei Federal 8.666/93.

RESCISÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente contrato poderá ser rescindindo nos termos dos artigos 77 e 78 da Lei n. 8.666/93, mediante prévio aviso da parte interessada no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, e ainda, pagamento da multa de 1% (um por cento) sobre o valor global deste contrato.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Para dirimir questões decorrentes deste contrato fica eleito o foro da Comarca do CONTRATANTE, não obstante outro domiciliado que a CONTRATADA venha a adotar ao qual expressamente aqui renuncia.

E, por assim estarem justos combinados e contratados, depois de lido e achado conforme pelas partes, em três vias, em presença das testemunhas abaixo declaradas.

Maravilha/SC, em ____ de _____ de 2018.

Nome Presidente do CIGAMERIOS Órgão Gerenciador		Nome Contratado
---	--	--------------------------

Testemunhas: -----